

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



## RELATÓRIO DE ESTÁGIO

### **Gestão das Actividades de Enriquecimento Curricular no Município de Almada**

Ana Filipa Machado Monteiro

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM  
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Área de Especialização em Administração Educacional

2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



## RELATÓRIO DE ESTÁGIO

### **Gestão das Actividades de Enriquecimento Curricular no Município de Almada**

Ana Filipa Machado Monteiro

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM  
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Área de Especialização em Administração Educacional

Relatório de Estágio orientado pelo Prof. Doutor João Pinhal

2011



## AGRADECIMENTOS

Um reconhecido agradecimento:

Ao Professor Doutor João Pinhal, orientador de estágio e professor de algumas cadeiras que tanto me ajudaram a evoluir e a interessar por este tema, agradeço, em particular, pela disponibilidade que demonstrou na orientação deste trabalho, bem como os incentivos, sempre oportunos que me foi proporcionando durante a sua realização.

Agradeço também aos Professores do Mestrado, principalmente aos Professor Doutor Luís Miguel Carvalho, em Metodologia de Investigação, pelos caminhos teórico-críticos que me ajudaram a descobrir ou a aprofundar durante a parte curricular do mestrado e que, sem dúvida foram estruturantes para a realização deste trabalho.

À Câmara Municipal de Almada, nomeadamente ao Senhor Vereador António Matos, à Dra. Paula Sousa e Dra. Ana Gameiro, às Equipas da Divisão de Educação e Divisão de Equipamentos e Recursos Educativos, e um especial obrigado à Dra. Mariana Rebelo por todo o apoio que me deu.

À minha família agradeço, principalmente aos meus pais e irmã por sempre terem acreditado em mim e nunca me terem deixado desistir, e por terem suportado o meu stress, a falta de tempo e a ausência em muitos momentos importantes.

À minha colega de curso e amiga Nádía Oliveira que tanto me apoiou e encorajou.

A todos aqueles que, directa ou indirectamente, sempre me apoiaram e incentivaram a continuar, a todos uma palavra carinhosa e afectuosa quero deixar, pois foram um pilar nesta etapa tão preciosa da minha vida. Um sincero obrigado!

## RESUMO

O presente trabalho apresenta o estágio realizado para conclusão de estudos de mestrado em Ciências da Educação. O estágio que proporcionou diversas experiências formativas, aqui descritas e analisadas, implicou também, a realização de um estudo sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Este estudo visa conhecer e analisar a opção política adoptada pelo Município de Almada, no que concerne às modalidades de gestão praticadas no Programa das AEC, em vigor no 1º Ciclo do Ensino Básico, regulamentado pelo Despacho n.º14 460/2008, de 26 de Maio.

Partindo de uma matriz metodológica qualitativa, recorri ao estudo de caso para analisar o processo que conduziu o município estudado a optar por diferentes modalidades de gestão das AEC, e perceber se estas diferentes modalidades de gestão têm influência no desenvolvimento das AEC.

Concluiu-se que, no caso estudado, existe uma diversidade de práticas em função do entendimento de cada promotor. Com efeito, esta diversidade de práticas existentes revela dois modelos de gestão, sendo que, num deles, a entidade promotora associou a si uma instituição de formação, responsável pela contratação e formação dos professores e, no outro, não foi envolvida qualquer outra entidade para além das entidades promotoras e dos agrupamentos de escolas. Ainda assim, não foi possível deduzir diferenças relevantes na qualidade do serviço prestado.

**Palavras-Chave:** Actividades de Enriquecimento Curricular, 1.º Ciclo do Ensino Básico, Entidade Promotora.

## ABSTRACT

The following report aims to describe the stage that was conducted in order to conclude the Masters Degree in Educational Sciences. The stage has provided several formative experiences, that are here analysed and explained, and it has also included the development of a study on the Curriculum Enrichment Activities (CEA).

This Study aims to evaluate the political option that was adopted by the Almada County Council, with regard to the management practices of the CEA, in force at primary school level.

Starting from a matrix of qualitative methodology, the case study approach has been used to analyze the process which lead the council to decide on several management models for the CEA and to understand if these had any influence on their development.

It is possible to conclude that there is a diversity in the practices carried out by each promoter. In effect, the diversity of existing practices reveals two management models: one which the promoter entity has associated itself to a training institution, which is responsible for the hiring and training of teachers; other model, in which the involvement of other entities is not present, apart from the promoter entity and respective school groupings. It was not possible to deduct relevant differences in the quality of service.

**Key-Words:** Curriculum Enrichment Activities, 1st Cycle of Basic Education, Promoter Entity.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO I: O MUNICÍPIO E A EDUCAÇÃO.....	6
1. Descentralização da Administração da Educação.....	6
2. Intervenção Autárquica na área da Educação.....	9
2.1. Atribuições e Competências das Autarquias ao nível da Educação.....	11
2.2. Intervenção Educacional das Autarquias para além das Competências Legais.....	15
3. O Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico.....	18
3.1. Âmbito e Contextualização das AEC.....	19
3.2. AEC no quadro legal do Sistema Educativo.....	20
3.3. Pontos fortes, fracos e constrangimentos das AEC.....	25
CAPÍTULO II: MUNICÍPIO DE ALMADA.....	28
1. Concelho de Almada: História e Actualidade.....	28
2. Caracterização do Território.....	30
2.1. Caracterização Demográfica.....	31
2.2. Caracterização Económica-social.....	31
2.3. Caracterização Cultural.....	32
2.4. Caracterização Educacional.....	33
3. Caracterização da Instituição: a Câmara Municipal de Almada.....	35
3.1. Missão, Visão e Estrutura Organizacional.....	36
3.2. A Divisão de Educação.....	37
3.3. Rede Educativa de Almada (As escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico).....	41
CAPÍTULO III: AS TAREFAS DIÁRIAS COMO TÉCNICA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO.....	42
1. Área das Competências Autárquicas.....	43
1.1. Verificação de Refeitórios Escolares.....	43
1.2. Promoção e Acompanhamento das Actividades de Enriquecimento Curricular.....	45

2. Área da Intervenção Socioeducativa.....	47
2.1. Plano de Acção Cultural.....	47
2.2. Festa de Natal.....	49
2.3. Mostra do Ensino.....	50
2.4. Cerimónia de Homenagem ao Professor Aposentado.....	51
2.5. Agenda 21 da Criança.....	52
2.6. Marchas Populares.....	53
 CAPÍTULO IV: ESTUDO DA GESTÃO DAS AEC NO MUNICÍPIO DE ALMA- DA.....	55
1. Introdução.....	55
2. A Problemática, os Objectivos e os Eixos de Análise da Investigação.....	56
3. Metodologia de Investigação.....	56
3.1. Tipo de Investigação.....	56
3.2. Estratégia de Investigação.....	57
3.3. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados.....	58
3.4. Técnicas de Tratamento e Análise de Dados.....	61
4. Modelo de Análise.....	62
5. Apresentação, Análise e Discussão dos Dados.....	64
5.1. Apresentação dos resultados do Inquérito por Questionário.....	64
5.1.1. Ao nível da Administração e Gestão do Programa das AEC.....	64
5.1.2. Ao nível do Planeamento e Coordenação das AEC.....	72
5.1.3. Ao nível da Supervisão e Avaliação das AEC.....	74
5.1.4. Pontos Fortes e Pontos Fracos do Desenvolvimento das AEC.....	74
5.2. Apresentação dos resultados da Entrevista Semi-Estruturada.....	76
6. Conclusão e Reflexão da Investigação.....	78
 CONCLUSÃO.....	81
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
 ANEXOS.....	87

## Índice dos Quadros

➤ Quadro n.º 1 – Evolução da Regulação Normativa das Atribuições Municipais na Educação.....	16
➤ Quadro n.º 2 – Intervenções Municipais no âmbito da Educação.....	17
➤ Quadro n.º 3 – Alterações principais ao Despacho n.º 144459/2008 introduzidas pela publicação do Despacho n.º 8683/2011.....	23
➤ Quadro n.º 4 – Documentação Consultada.....	59
➤ Quadro n.º 5 – Caracterização da Oferta e da Procura.....	67

## Índice dos Gráficos

➤ Gráfico n.º1 - Entidades Promotoras das AEC.....	64
➤ Gráfico n.º2 – Funções que ficam a cargo do Agrupamento/Entidade Promotora/Entidade Parceira.....	66
➤ Gráfico n.º3 – Professores por AEC.....	70
➤ Gráfico n.º4 – Recursos Humanos.....	71
➤ Gráfico n.º5 – Planificação das AEC.....	72
➤ Gráfico n.º6 – Documento onde se encontra a Planificação das AEC.....	73

## INTRODUÇÃO

O relatório de estágio aqui apresentado insere-se no âmbito do segundo ano do Mestrado em Ciências de Educação, na área de especialização em Administração Educacional.

O estágio foi realizado na Câmara Municipal de Almada (CMA), mais especificamente na Divisão de Educação (DE), iniciado a 25 de Outubro de 2010 e com termo a 22 de Julho de 2011, com uma frequência de 20 a 30 horas semanais, dependendo do momento do ano lectivo. Pretendia-se, no âmbito do estágio o desenvolvimento de uma investigação, de pequena escala, associado a um problema específico da instituição, assim como, pôr em prática o exercício de funções de Técnico Superior, na área da educação, havendo uma participação nas diferentes actividades que a instituição desenvolvesse.

Propus-me a desenvolver um projecto de investigação, tendo por objecto de estudo as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º Ciclo do Ensino Básico e as suas modalidades de gestão no Município de Almada.

A generalização e implementação da Escola a Tempo Inteiro (ETI) – por intermédio da oferta de AEC –, nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e o envolvimento da quase totalidade das autarquias na sua promoção, é o exemplo mais recente da importância do papel das autarquias na implementação das medidas políticas que o Ministério da Educação elegeu. Ao contrário doutros domínios (rede escolar/carta educativa; serviço de refeições ou os transportes escolares) onde os normativos expressam as competências atribuídas ao poder local, o poder central neste caso, optou por consignar as autarquias como entidades promotoras, a par com outras instituições: “podem ser promotoras das Actividades de Enriquecimento Curricular as seguintes entidades: a) Autarquias Locais; b) Associações de Pais e de Encarregados de Educação; c) Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS); d) Agrupamentos de Escolas” (ponto 14 do Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio), ao mesmo tempo que considera o “papel fundamental que as Autarquias, as Associações de Pais e as Instituições Particulares de Solidariedade Social desempenham ao nível da promoção de Actividades de Enriquecimento Curricular através da organização de respostas diversificadas, em função das realidades locais, que permitem que actualmente muitas escolas do 1.º Ciclo proporcionem este tipo de actividades aos alunos” (preâmbulo do Despacho n.º

14460/2008, de 26 de Maio). Desta forma, sendo esta a base da investigação, procurarei perceber o envolvimento expressivo e a variedade de formas utilizadas nos vários agrupamentos de escolas do Município de Almada na promoção das Actividades de Enriquecimento Curricular.

O relatório encontra-se organizado em cinco partes:

1. Inclui todo o enquadramento teórico, de cariz político e normativo no que diz respeito aos municípios e a educação, à intervenção das autarquias na educação, abordando a transferência de competências do poder central para as autarquias, pois são factores decisivos na territorialização das políticas educativas. Ainda nesta parte apresenta-se o enquadramento político e normativo do Programa de Generalização das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo.
2. Caracterização do contexto de estágio, do geral para o específico, começando por uma caracterização do meio até uma caracterização da CMA e da DE, analisando os seus processos de trabalho. Inclui também, a descrição da rede educativa de Almada, incluindo apenas as escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico.
3. Caracterização do desenvolvimento do estágio, com base na descrição da sua organização e das tarefas mais relevantes que foram desenvolvidas.
4. Desenvolvimento do projecto de investigação, onde se dão a conhecer as opções metodológicas, os instrumentos utilizados na recolha dos dados, bem como a apresentação, análise e discussão dos resultados da investigação e as conclusões retiradas.
5. Conclusão final, que contem as principais conclusões do estágio e da investigação através de uma reflexão crítica.



## **CAPÍTULO I**

### **O MUNICÍPIO E A EDUCAÇÃO**

Nesta primeira parte, será apresentada uma revisão da literatura sobre a problemática da descentralização de competências do poder central para os municípios na área da educação, procurando-se estabelecer um enquadramento teórico que favoreça a compreensão sobre o modo como tem decorrido este processo, em termos políticos e administrativos, ao longo do tempo. Procede-se ainda a uma caracterização das AEC, quanto aos objectivos da sua concepção e ao seu enquadramento legal.

#### **1. Descentralização da Administração da Educação**

A emergência da descentralização da administração da educação, em que se assiste a um processo de negociação e de transferência de competências do poder central para o poder local, tem vindo a assumir um lugar de destaque na política educativa.

Segundo Pinhal (2003a), durante o Estado Novo, os municípios eram considerados, como uma espécie de repartição do governo central, mas com o advento do regime democrático ganharam protagonismo em vários domínios, incluindo o da educação. Foi durante este período que surgiu legislação que conferia mais atribuições e competências às autarquias locais, no entanto, é sobretudo a partir da década de 90 que estas têm vindo a reivindicar mais protagonismo e mais competências e são chamadas a intervir de um modo mais activo na organização e administração do sistema educativo, no contexto da territorialização das políticas educativas. Esta pressão tem sido acompanhada por alguma desconfiança por parte do poder local relativamente à desresponsabilização financeira do Estado com a educação.

A territorialização das políticas educativas, segundo Pinhal (2003b:3) engloba “um vasto conjunto de processos institucionais e administrativos destinados a aumentar a intervenção local na provisão de educação”, inseridos num contexto de transformações sociais profundas das quais se destacam, de acordo com Barroso (1996:9), a crise do Estado educador; a oposição entre uma lógica de mercado e uma lógica de serviço público na oferta educativa; a redistribuição de poderes entre o centro e a periferia acompanhada por fenómenos de descentralização administrativa.

Ou seja, tendo em conta os dias que correm a sociedade é confrontada com um jogo de competências entre Ministério e Autarquias. Isto é, existe uma transferência de competências entre as duas entidades, em que o Estado transfere competências do Ministério para as Autarquias muitas vezes de modo problemático. Como refere Fernandes (1996:120) “os municípios serão sempre um parceiro insubstituível de qualquer processo de descentralização”.

Para Gournay, citado por Fernandes (2005a) na descentralização as decisões são confiadas a agentes que não dependem do governo mas de órgãos colegiais que representam uma parte da população. É de referir que têm sido apontadas várias modalidades de descentralização que assentam em critérios políticos, administrativos e científico-pedagógicos, assim, podemos falar de descentralização política, administrativa, territorial e funcional.

Na última metade do século XX, assistiu-se, a nível mundial, a um conjunto de alterações políticas e económicas que de forma decisiva, condicionaram as orientações e as políticas educativas adoptadas desde a 2.ª Guerra Mundial. Estas provocaram alterações às formas de agir dos poderes centrais relativamente ao domínio educativo (Pinhal, 2003a). O Estado, que até então se encontrava no centro das políticas educativas, nomeadamente através da sua construção, controlo e gestão, vê o seu peso diminuído, sendo o seu papel cada vez mais o de definir regras gerais, de negociar, financiar sempre que possível e avaliar os resultados gerais dos sistemas educativos. Como refere Pinhal (2003a:1) “embora o Estado resista a legislar aberta e claramente no sentido da descentralização, uma nova e mais efectiva intervenção das comunidades locais na resolução dos seus problemas tem vindo a impor-se, através de iniciativas assumidas localmente, com relativa independência em relação aos governos centrais”, ou seja, assiste-se ao crescimento da importância de outras organizações, nomeadamente as autarquias, escolas, associações de pais e empresas, entre outras.

Perante esta situação, o Estado contemporâneo, encontra-se em processo de descentralização, que segundo Fernandes (1996:113) “implica uma repartição de poderes de decisão entre entidades autónomas tendo, por isso, uma dimensão política e não apenas administrativa”, isto é, consiste na realização de processos de repartição e transferência de competências para outros níveis de administração, como é o caso dos municípios.

Barroso (1998:33) salienta que se assistiu em vários países a uma alteração significativa do papel do Estado nos processos de decisão política e de administração em educação. Segundo este autor, o sentido dessa alteração ocorre por via da transferência de poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local, reconhecendo a escola como um lugar central de gestão e a comunidade local como um parceiro essencial na tomada de decisão.

Também Ferreira (2005:265) afirma que no caso português as reformas educativas das últimas duas décadas do século XX, tal como em outros países “têm-se voltado intensamente para o local, através das ideias de descentralização, participação, autonomia, projecto, contrato, parceria e outras, quer como estratégia de recuperação, por parte do Estado-nação, da confiança e legitimidade de que se viu abalada a partir dos anos 60-70, quer como forma de resolução dos problemas cada vez mais complexos com que se deparam os sistemas educativos”.

As recentes políticas públicas de descentralização da administração do Estado e de promoção da autonomia das escolas públicas têm vindo a atribuir crescente importância à gestão local da educação, nomeadamente no que se refere ao envolvimento dos municípios na definição de políticas educativas locais e na sua administração. Barroso e Pinhal (1996:122), perante este facto, referiram a necessidade de “evitar que ao centralismo do poder central, se substitua o centralismo do poder local”.

Actualmente, o quadro legislativo que enquadra a participação do poder local na educação remete-o para um papel mais activo e interveniente na dinâmica educativa e na administração e planeamento da educação. Com o intuito de ultrapassar execução das políticas normativas da territorialização educativa definida e dirigida pelo Estado, os municípios têm vindo a envolverem-se num conjunto de iniciativas e dinâmicas locais que visam a emergência de uma política educativa local (Fernandes, 2005b).

Desta forma, o acréscimo de competências e de todo o conjunto de medidas de descentralização da administração da educação do poder central para o poder local, tem vindo a criar a necessidade de as autarquias adaptarem e reforçarem as suas estruturas e os seus recursos, de modo a poderem, adequadamente, responder às atribuições e competências que lhes têm vindo a ser confiadas.

## **2. A intervenção Autárquica na Educação**

Durante a vigência do Estado Novo eram escassas as atribuições educacionais das autarquias locais. Estas eram apenas responsáveis pela construção, conservação e manutenção das escolas primárias, mas o papel das autarquias locais tem vindo, nos últimos anos, a sofrer importantes modificações no que respeita ao domínio educativo.

Em 1974, a implementação do regime democrático constituiu um “reestabelecimento da autonomia municipal e constituiu um marco fundamental para definir um papel mais interveniente do município no campo educativo” (Fernandes, 2005b:202). Esses sinais de mudança têm vindo a afirmar-se, consubstanciados na alteração da relação entre poder central e poder local no que respeita à distribuição e ao exercício de algumas funções educacionais relevantes. Essa alteração aponta, claramente, para um novo patamar da capacidade de intervenção autárquica no campo educativo que passa por domínios que eram reserva exclusiva da administração central e que agora, na sequência de algumas medidas de política educativa, tais como a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, o novo Regime de Autonomia, Administração e Gestão Escolar, a criação dos Conselhos Locais de Educação ou a elaboração das Cartas Educativas, o Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para o 1º Ciclo do Ensino Básico, a prestação de serviços de alimentação (refeições) e de transporte escolar às crianças do 1º ciclo, a criação de actividades de tempos livres (ATL), a fixação de horários de funcionamento de jardins-de-infância, permitiu as autarquias locais actuarem em novas esferas do sistema educativo.

Segundo Fernandes (2005b:203) “as medidas legislativas tomadas pelo Estado durante estes vinte e cinco anos e os posicionamentos locais acerca do papel municipal na educação” revelam três perspectivas cujas diferenças têm a ver com: a) as modalidades de educação implicadas; b) a concepção do papel do município na educação e c) município como interveniente.

Na primeira perspectiva, o município é considerado “um serviço da administração periférica do Estado” (Fernandes 2005b:203). Nesta perspectiva as reformas educativas apenas transferiram para o município encargos financeiros para a construção e manutenção de escolas primárias, pagamento de subsídios aos alunos, entre outros. Os municípios estavam afastados de qualquer intervenção de âmbito pedagógico ou de orientação educativa (Fernandes, 2005b). Apesar da mudança política que ocorreu em 1974, ela não mudou esta perspectiva; em 1984, as atribuições municipais na educação

legisladas pelo então governo, foram muito limitadas (como explicarei no ponto a seguir) e contestadas pelos próprios municípios devido à ausência de apoios financeiros. Esta situação apenas se atenuou a partir de 1995 com a entrada em funções do Governo Socialista e o reforço das finanças locais.

Numa segunda perspectiva, “o município é considerado como um parceiro privado e um agente supletivo” (Fernandes, 2005b: 204). Esta mudança, ocorre com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), em que se consolidou um conjunto de reformas ocorridas em anos anteriores e se incorporaram princípios democráticos de descentralização e participação. Nesta perspectiva, “o estatuto do município é o de uma entidade privada ao lado das restantes, embora, devido à maior abertura do Estado perante a sociedade civil, fosse elevado à categoria simbólica de parceiro social e consultor das políticas educativas públicas” encontrando-se perante as outras instituições privadas ou cooperativas “numa situação de inferioridade legal” (Fernandes, 2005b: 206). Mas, apesar deste estatuto inferior face aos restantes actores locais, os municípios “ou por sua iniciativa, ou por pressão local, acabaram por agir como intermediários ou como agentes politicamente influentes e mobilizadores de influências locais perante o poder central” (Fernandes, 2005b: 206), tendo em conta as reclamações provenientes dos ensinos básico e secundário e a necessidade de criação de escolas superiores públicas ou privadas. É importante também registar o envolvimento em projectos locais com escolas de vários níveis de ensino ou a oferta de apoios logísticos diversos, revelando que as dinâmicas locais extravasam, por vezes, os limites legalmente previstos.

No que diz respeito à terceira perspectiva, apelidada por Fernandes (2005b: 207) de um nova perspectiva, “o município é considerado como um interveniente de estatuto público”. Esta concepção emerge em 1995, a partir da tomada de posse do governo socialista. Ao analisar as mudanças de posição do município no âmbito da educação, “é interessante constatar a evolução sofrida, congruente, aliás, com a evolução do seu estatuto político-legal”, como refere Fernandes (2005b: 208). Assim sendo, é possível concluir que durante o século XIX o município, no período liberal fortemente centralizador começa por intervir na esfera educativa como um mero serviço periférico do Estado sem competências e apenas com encargos para, no regime democrático, obter uma certa autonomia real e legal, embora com um estatuto de entidade privada. Finalmente, o município reencontra um novo espaço de intervenção no sistema público, o que leva a um estatuto de poder local autónomo.

Após a análise destas três perspectivas é possível afirmar que existe uma evolução que se prolonga no tempo, no sentido de envolver mais intensamente os municípios na acção educativa.

A intervenção permanente na área da educação ganhou relevância na última década, depois de um longo tempo em que praticamente não tiveram competências educacionais próprias ou apenas tiveram competências de natureza operacional e de apoio, sem influência significativa nas características e na qualidade do serviço público local de educação. Hoje em dia, essa intervenção faz-se à conta de um conjunto mais interessante de competências próprias, mas também em outros aspectos do funcionamento do sistema em que a sua intervenção não é legalmente exigida. Como refere Pinhal (2005:92), nas últimas duas décadas do século XX, “o lugar do município no sistema educativo está, progressivamente, a deixar de se situar no mesmo plano das outras entidades privadas ou cooperativas para se integrar, com atribuições próprias, no sistema público”. Tanto em Portugal como em muitos países europeus, o município tem vindo a aproximar-se de um papel de coordenador de uma política educativa local, revelando uma mudança significativa no papel atribuído ao município.

Segundo Pinhal (2006) o aumento da intervenção local na área da educação levanta sempre algumas dúvidas relacionadas com a garantia da equidade geral do sistema público de educação e ensino e com a capacidade local para o desempenho das tarefas que antes eram da administração central.

### **2.1. Atribuições e Competências das Autarquias ao nível da Educação**

Com a revolução de Abril de 1974 e com a aprovação da nova Constituição em 1976, foram consagrados um conjunto de princípios, relativamente ao direito da igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso escolar, bem como, ao da garantia de um ensino básico universal, obrigatório e gratuito, cabendo ao Poder Central a responsabilidade da criação de uma rede de estabelecimentos de ensino públicos que colmatasse as necessidades de toda a população.

Destaque-se desse período as eleições municipais de 1976, a primeira grande expressão popular efectiva do poder local e toda a legislação promulgada a partir dessa data. A Constituição da República passa a definir, então, autarquias locais como “pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução

de interesses próprios das populações respectivas”, (art.º 235.º, n.º2). Estas assumem um papel chave no desenvolvimento dos seus territórios, garantindo a especificidade da intervenção pública em diversos domínios.

No ano de 1986 é promulgada a LBSE, Lei nº 46/1986, de 14 de Outubro, alterada pela Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto, na qual são apresentadas as novas orientações, em termos de organização do sistema educativo nacional.

A publicação da LBSE representa, sem dúvida, um marco importante para o sistema educativo nacional, destacando-se, o art.º 3.º, alínea g), onde se propõe, como princípios organizativos do sistema, a descentralização, desconcentração e diversificação das estruturas e das acções educativas “de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”; e o art.º 46.º, ponto 1, onde se declara que: “A administração e gestão do sistema educativo devem assegurar o pleno respeito pelas regras de democraticidade que visem a consecução de objectivos pedagógicos e educativos, nomeadamente no domínio da formação social e cívica”.

No entanto, Fernandes (1996) defende que a LBSE ficou aquém daquilo que era esperado, dado que, no que se refere à participação e descentralização, reduz-se a intervenção do Poder Local a um mero instrumento de recurso e não a um efectivo parceiro. Na opinião deste autor, o que está estabelecido na LBSE deixa transparecer algumas dúvidas quanto à real capacidade dos Municípios, motivo pelo qual se mantêm “estrategicamente” algumas indefinições respeitantes à partilha de responsabilidades e competências entre o Estado Central e os Municípios.

É a partir de meados da década de 90 que os municípios ganham maior protagonismo legal na provisão do sistema público de educação.

A Lei n.º 159/99 (Lei que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais e fixa regras de delimitação da intervenção das administrações central e local, designadamente em matéria de investimentos) veio revogar o Decreto-Lei n.º 77/84 e restante legislação sobre a matéria, passando a estabelecer um novo quadro de atribuições e competências para as autarquias locais. No seu artigo 19.º, ela define as competências a transferir para as autarquias, na área da educação, que, para além dos transportes escolares, construção e gestão de escolas e serviços, acção social escolar no pré-escolar e primeiro ciclo e outras actividades complementares, estabelece, ainda, que é da competência dos órgãos municipais: elaborar a “Carta Escolar”, actual “Carta Educativa”, e criar os “Conselhos Locais de Educação”, actuais

“Conselhos Municipais de Educação”. Trata-se essencialmente de competências relacionadas com o planeamento, gestão de equipamentos, realização de investimentos e com a organização de certos aspectos do sistema educativo local.

Também a publicação do Decreto-Lei n.º 115-A/98 favorece, teoricamente, a dimensão local das políticas educativas e a partilha de responsabilidade na área educativa, passando as Autarquias a assumir um conjunto de competências relacionadas com a gestão do sistema educativo local, designadamente a sua participação no estabelecimento da rede de ofertas educativas a proporcionar aos alunos do seu Município e fazendo-se representar nas Assembleias de Escola, actuais Conselhos Gerais. Neste mesmo decreto ocorre a consagração legal dos Conselhos Locais de Educação.

Em 2002, com a mudança política, o XV Governo Constitucional, manifesta uma expressa intencionalidade em romper, com o crescente estatismo que, em sua opinião, se sente a nível da educação, sobretudo, através de medidas que passam pela real descentralização de competências do Poder Central para as Autarquias. No entanto, reconhece-se que o processo de descentralização é um processo progressivo e que apresenta a necessidade constante de aperfeiçoamento, sendo necessário recorrer a um esforço a nível da organização, do planeamento e do reforço dos meios.

Com a saída do Decreto-Lei n.º 7/2003, que altera a denominação de Conselho Local de Educação para Conselho Municipal de Educação, regula-se as suas novas competências e composição. Este órgão é uma instância de coordenação e consulta da política educativa, a nível municipal no âmbito do sistema educativo, articulando a intervenção dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do sistema, propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo e permitindo desta forma a transferência de competências na área da educação da administração central para as autarquias locais. Com a saída deste Decreto-Lei altera-se também a denominação de “Carta Escolar” para “Carta Educativa”, que “é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município” (artigo 10.º). Os municípios passam a deter a competência de programar a evolução do sistema de equipamentos educativos implementados no seu território, associando-lhes decisões sobre as ofertas de educação e formação a facultar às suas populações.



Na sequência de todo o processo de transferência de competências e na execução das mais variadas responsabilidades por parte dos municípios na área educativa, é publicado, a 28 de Julho de 2008, o Decreto-Lei n.º 144/2008, em que o Governo ficou autorizado a transferir para os municípios, para além das já assumidas, através da Lei n.º 159/99, as competências relativas ao pessoal não docente do ensino básico, ao fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar, às Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico, aos transportes escolares no 3.º ciclo do ensino básico, à gestão do parque escolar e à acção social escolar nos 2.º e 3.º ciclo do ensino básico. O Decreto-Lei, estabelece no seu preâmbulo que “importa dar início a uma efectiva descentralização de competências que tenha como horizonte a transformação estrutural das políticas autárquicas, designadamente em matéria de educação, e no quadro do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”.

Este Decreto-Lei contempla ainda a possibilidade de, nas escolas básicas nas quais também é ministrado o ensino secundário, com a designação escolas básicas e secundárias, serem exercidas pelos municípios novas competências, mediante a celebração de um contrato/protocolo específico com o Ministério da Educação.

Nos termos do protocolo, a partir do ano lectivo 2008-2009, passaram então a ser da responsabilidade do Município:

- O pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;
- Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;
- As actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;
- A gestão do parque escolar do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico;
- A Acção Social escolar no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico;
- Transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico.

O acrescento de competências e todo o conjunto de medidas de descentralização da administração da educação do poder central para o poder local, tem vindo a criar a necessidade de as autarquias adaptarem e reforçarem as suas estruturas e os seus recursos.

Segundo Pinhal (2006), as comunidades tornam-se responsáveis por boa parte dos seus processos de desenvolvimento e têm, nessa medida, que adoptar políticas próprias, adaptadas às suas ambições, necessidades e interesses, entre as quais uma política educativa. Assim sendo, a proximidade do poder local aos problemas constitui, na maior parte das situações, uma mais-valia para encontrar uma resposta mais rápida, mais próxima e, por isso, mais adequada.

Em síntese, a recente passagem de mais competências para os municípios, por parte do poder central, representa uma alteração do papel do Estado em relação à educação, traduzida numa intenção em, gradualmente, continuar o processo de descentralização da administração da educação. Ao mesmo tempo, desenvolver e assumir algumas novas responsabilidades ao nível da definição das políticas educativas locais, através do desenvolvimento de programas, como é o caso das Actividades de Enriquecimento Curricular, que claramente vêm testar e pilotar a capacidade de resposta dos municípios.

## **2.2. Intervenção Educacional das Autarquias para além das Competências Legais**

As autarquias têm vindo a assumir protagonismo a nível da educação em várias áreas, como se pode constatar na análise do Quadro n.º1, que se segue, assistindo-se ainda ao desenvolvimento de relevantes dinâmicas autárquicas, que não só se impuseram ao quadro normativo existente, mas também intervêm noutras áreas que a lei não obriga, fazendo com que a intervenção municipal na educação em Portugal evolui-se. Como refere Pinhal (2005: 93-94), esta variedade “inclui desde municípios que limitam a sua acção educativa às prestações para que são legalmente obrigados até àqueles que criam ou apoiam projectos educativos inovadores e aqueles que desenvolvem influências e pressões para dotar os seus municípios de escolas diversas, incluindo escolas superiores”.

Porém, esta diversidade de dinâmicas locais referida por Pinhal (2005:94) é concretizada nas formas como os municípios se envolvem ou são convocados para a intervenção educativa, as quais “expressam percepções diferenciadas da missão educativa municipal e conduzem a uma justaposição de medidas e processos nem sempre congruentes e pacíficos” (Fernandes, 2005b:202).

Quadro n.º 1 - Evolução da Regulação Normativa das Atribuições Municipais na Educação

Fases da Evolução	Diplomas Legais
<b>1976-1986:</b> aos municípios são impostos predominantemente encargos financeiros no âmbito da educação inicial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto-Lei 77/84, de 8 de Março: encargos municipais relativamente a investimentos na educação.</li> <li>Decreto-Lei 299/84, de 05 de Setembro: encargos municipais em matéria de transportes escolares; Conselho Consultivo de Transportes Escolares.</li> <li>Decreto-Lei 399-A/84, de 28 de Dezembro: atribuições municipais em matéria de acção social escolar; Conselho Consultivo de Acção Social Escolar.</li> </ul>
<b>1986-1996:</b> para além dos encargos, o município é reconhecido também como um agente educativo supletivo e parceiro social de estatuto idêntico aos agentes privados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei 46/86, de 14 de Outubro. Lei de Bases do sistema Educativo: possibilidades de intervenção do município no âmbito da educação pré-escolar, profissional, especial e educação de adultos e de actividades extra-escolares.</li> <li>Decreto-Lei 31/87, de 9 de Julho: participação no Conselho Nacional de Educação.</li> <li>Decreto-Lei 26/89, de 21 de Janeiro: constituição de parcerias na criação de escolas profissionais.</li> <li>Decreto-Lei 172/91, de 10 de Maio: participação no Conselho de Direcção de Escolas.</li> </ul>
<b>1996:</b> a partir da entrada do governo socialista o município começa a ser reconhecido como um parceiro educativo público e não apenas supletivo do ensino público.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei 5/97, de 10 de Fevereiro, Lei-quadro da Educação Pré-Escolar e Decreto-Lei 147/97, de 11 de Junho: Condições de participação das autarquias na educação pré-escolar.</li> <li>Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio: participação municipal nos órgãos de direcção das escolas e criação facultativa de Conselhos Locais de Educação.</li> <li>Lei 159/99, de 14 de Setembro: competências municipais no âmbito da educação.</li> <li>Decreto-Regulamentar 12/200, de 29 de Agosto: constituição de Agrupamentos de Escolas.</li> <li>Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro: criação obrigatória dos Conselhos Municipais de Educação, e elaboração da Carta Educativa Concelhia.</li> <li>Decreto-Lei 144/2008, de 28 de Julho: conclusão do processo de descentralização de certas competências.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de A. Sousa Fernandes (2005b:209)

Perante estes aspectos, e tendo por base investigações efectuadas num leque diversificado de concelhos, Fernandes (2005b:211-212) afirma ser possível estabelecer uma tipologia das intervenções municipais, cujos indicadores permitem estabelecer o envolvimento educativo dos municípios:

1. “Actividades dos municípios na sequência das tarefas educativas estabelecidas por lei;
2. Actividades autorizadas por lei aos municípios;
3. Actividades e apoios educativos da iniciativa dos municípios;
4. Actividades de intervenção e mediação política”.

Quadro n.º 2- Intervenções Municipais no âmbito da Educação

Enquadramento Legal	Intervenções Municipais
1. Actividades no âmbito da educação atribuídas por lei aos municípios.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção, manutenção e equipamento de edifícios de educação pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico;</li> <li>• Apoio a actividades complementares de acção educativa e eventos promovidos pelas escolas da educação pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico;</li> <li>• Transportes escolares para o Ensino Básico;</li> <li>• Acção social escolar para educação pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico;</li> <li>• Participação nos Conselhos Gerais;</li> <li>• Participação na constituição de agrupamentos de escolas;</li> <li>• Elaboração da carta educativa concelhia;</li> <li>• Gestão do pessoal não docente da educação pré-escolar e Ensino Básico;</li> <li>• Constituição e presidência do Conselho Municipal de Educação.</li> </ul>
2. Outras actividades de Integração educativa previstas de carácter facultativo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição de parcerias para criação de escolas de ensino artístico, profissional e tecnológico;</li> <li>• Celebração de protocolos de cooperação para expansão da educação pré-escolar;</li> <li>• Coordenação de actividades de intervenção educativa local através do Conselho Municipal de Educação com vista à definição de uma política educativa local;</li> <li>• Desenvolvimento de projectos de animação desportiva e de ocupação de tempos livres para esses níveis de ensino.</li> </ul>
3. Actividades, projectos e Equipamentos educativos de iniciativa municipal e não referidos expressamente na lei.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio a projectos e eventos de outros níveis de ensino;</li> <li>• Apoios logísticos, de materiais e subsídios de transporte para o ensino secundário;</li> <li>• Arranjos urbanísticos de acessos e de jardins dos estabelecimentos de ensino;</li> <li>• Construção de equipamentos para uso comum de todas as escolas tais como bibliotecas, ludotecas, centros de recursos educativos, piscinas, quintas pedagógicas, espaços polivalentes;</li> <li>• Constituição de equipas docentes e outros técnicos sociais para apoiar escolas em actividades específicas de educação física, artística, sanitária, ambiental;</li> <li>• Desenvolvimento de projectos específicos de enriquecimento e complemento curricular,</li> </ul>
4. Actividades de intervenção e mediação política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização de recursos locais;</li> <li>• Mediação nos conflitos ou tensões locais entre escolas, famílias e populações;</li> <li>• Exercício de <i>lobbying</i> junto dos órgãos políticos ou agentes económicos para a obtenção de recursos e apoios para formações existentes ou criação de cursos ou escolas de diferentes níveis no território municipal.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de A. Sousa Fernandes (2005b:217)

A sistematização das intervenções municipais elaborada por Fernandes (2005b) permitiu verificar que estas ultrapassam o previsto no quadro legal. Da análise do Quadro n.º 2 é possível concluir que os municípios já se familiarizaram, por um lado, pelo facto de terem que intervir e desempenhar um papel na educação e, por outro, terem que disponibilizar equipamentos e apoios para além dos estritamente estabelecidos por lei.

### **3. O Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB)**

Actualmente, os estabelecimentos de ensino do 1.º CEB são obrigados a disponibilizar um conjunto de respostas, que vão para além das exigências que lhes eram atribuídas. E isto porque emerge a necessidade de implementar uma política de equidade cultural e social, dado que nem todos os alunos tinham a possibilidade de desenvolver um conjunto de competências por défices da oferta formativa nas escolas do 1.º CEB da rede pública. Para além disto, verifica-se a necessidade de responder aos problemas com que as famílias se confrontam em articular os seus horários profissionais com os horários de funcionamento da escola.

Desta forma, surge a proposta do alargamento do horário dos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo, que vai das 9h00 até às 17h30. Chama-se a este alargamento do horário Escola a Tempo Inteiro (ETI) que “sem prejuízo da normal duração semanal e diária das actividades educativas na educação pré-escolar e curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, os respectivos estabelecimentos manter-se-ão obrigatoriamente abertos pelo menos até Às 17 horas e 30 minutos e no mínimo oito horas diárias” (Despacho n.º 12 591/2006 (2ª série), ponto 5).

De acordo com o Despacho n.º 12 591/2006 (2ª série) a implementação das AEC baseou-se na importância do desenvolvimento de actividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro.

Deste modo pretende-se uma melhor adaptação da oferta escolar às realidades locais e consequentemente às necessidades das famílias dos alunos, implementando desta forma o conceito de ETI e complementando a componente de apoio social.

Surge assim o Programa das AEC, que se traduz numa oferta educativa extracurricular gratuita, isto é, um conjunto de actividades complementares do currículo e de valorização pessoal, que se desenvolve ao longo do ano lectivo, em regime de complemento educativo, de frequência facultativa, destinando-se aos alunos do 1.º ao 4.º ano das escolas do 1.º CEB da rede pública.

### 3.1. Âmbito e Contextualização das AEC

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), no ponto 2 do Artigo 51.º, refere que “as actividades de complemento curricular visam o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade”.

Globalmente, as AEC caracterizam-se por: constarem no Plano de Actividades das escolas; utilizarem os espaços das escolas; serem seleccionadas de acordo com o Projecto Educativo do Agrupamento; a sua planificação, acompanhamento e supervisão envolverem necessariamente os docentes titulares de turma; serem gratuitas e não se poderem sobrepor às actividades curriculares diárias (Martins, 2007).

É com o objectivo de qualificar o 1.º CEB, que se enquadra a ETI e as AEC no 1.º CEB.

A frequência das AEC passa pela existência de serviços que complementem a ocupação diária dos alunos perante a ausência de políticas de família assentes na conciliação entre a vida familiar, profissional e escolar, concedendo tempo aos pais para que possam estar presentes no acompanhamento dos filhos. Isto reflecte-se no que o Ministério da Educação (2006) verbalizou, quando este refere que o alargamento e a generalização da ETI são essenciais para tornar os horários das instituições de ensino mais conciliáveis com as necessidades das famílias, facultando novas oportunidades de aprendizagem aos alunos deste nível de ensino. Como tal, tiveram de adaptar-se os tempos e modos de funcionamento às necessidades das famílias.

Segundo Roldão (in Oliveira et al, 2008), as AEC são um propósito político, educativo e social, sendo um imperativo legitimado por razões relacionadas com a equidade na melhoria da oferta educativa para todos. Como tal, esta autora, menciona que, socialmente, as AEC transportam uma noção de generalização extensiva, para oferecer e tornar acessível a todos o que, nas últimas décadas, os pais das classes média e alta já preparam e pagam aos educandos no período extra-escolar, tais como as actividades desportivas, a música, as línguas, entre outras. Assim, esta “oferta extra escola, para os que a podiam suportar financeiramente, teve sempre uma dupla valência – por um lado ocupar as crianças face à crescente indisponibilidade de tempo da família, e por outro oferecer aos filhos um enriquecimento da sua formação (...) essas duas finalidades são também as que em última análise legitimam a criação formal das AEC, acrescidas de uma terceira, que não deve ser subestimada: tornar mais equitativo o acesso de todas as

crianças e famílias a recursos deste tipo, independentemente dos seus estatutos sócio-económicos” (Roldão, in Oliveira et al, 2008:8).

É importante o que Roldão (in Oliveira et al, 2008) diz quando menciona que é essencial ter-se certas precauções educativas, centradas no direito da criança a ser bem-educada, destacando: (a) a sensatez no uso do tempo; (b) a qualidade da oferta; (c) a não assimilação ao *formato aula* da escola curricular; e (d) a imperatividade da cooperação estreita das AEC e seus responsáveis com o trabalho curricular regular do respectivo docente. Roldão (in Oliveira et al, 2008) refere ainda que não se trata de colocar as crianças ou os pré-adolescentes num ritmo de trabalho de dia inteiro, mas sim pretende-se oferecer espaços calmos, com actividades interessantes e impulsionadoras de aprendizagens, desenvolvidas num registo que não o escolar clássico.

Relativamente à qualidade da oferta, esta mesma autora salienta que “este cuidado com a qualidade cabe à escola – e é ela e os seus professores que têm de garantir, estabelecer critérios e zelar pelo seu cumprimento, supervisionando de forma adequada as actividades programadas, seus processos e resultados no desenvolvimento e enriquecimento das crianças”.

Roldão (in Oliveira et al, 2008) indica ainda que as actividades deverão ser organizadas de acordo com as que se desenvolvem noutros campos associativos ou culturais, dirigidas para aprender de modo organizado mas flexível, aberta a interesses, desenvolvidas num ambiente de grupos de interesse. Ao nível da cooperação, “as AEC propõem-se enriquecer. Enriquecer o quê e quem? Os alunos, na sua relação com as aprendizagens em geral de que são parte central as do currículo formal. Importa assim não olhar estas duas vertentes, a curricular e a extra-curricular como dois mundos inco-municantes (...). O importante é que o docente ou os docentes responsáveis pelo currículo sejam gestores e cogestores do currículo (...), colaborando com os colegas que se encarregam das AEC” (Roldão, in Oliveira et al, 2008:9-10).

### **3.2. AEC no quadro legal do Sistema Educativo**

As AEC, surgiram na sequência da implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 3.º e 4.º anos de escolaridade, feita ao abrigo do Despacho n.º 14753/2005, de 5 de Julho que menciona várias finalidades, tais como: “a necessidade de incrementar os níveis de qualificação dos alunos, a partir do desenvolvimento de

determinado tipo de competências, logo a partir do 1.º ciclo do ensino básico”; “a oferta do ensino de inglês de forma obrigatória e gratuita, de modo a cumprir-se o objectivo de promoção de igualdade de oportunidades na generalidade dos estabelecimentos de ensino deste grau de ensino”; “a promoção da articulação entre o funcionamento da escola e o fornecimento de respostas úteis no domínio do apoio às famílias”.

É descrita também no seu preâmbulo uma decisiva medida no confluir dos níveis de aprendizagem, tendo em conta o padrão europeu, que era “promover a elevação do nível de formação e qualificação das futuras gerações, pela aquisição de competências fundamentais através da aposta no desenvolvimento do ensino básico, nomeadamente na generalização do ensino do inglês desde o 1.º ciclo do ensino básico”.

O principal objectivo deste programa foi a promoção de igualdade de oportunidades através da oferta educativa extracurricular gratuita. Segundo o despacho, pretendeu-se com o programa desenvolver uma estratégia de generalização progressiva do ensino precoce da língua estrangeira que fosse descentralizada e flexível, dando-se relevância ao envolvimento das escolas, dos agrupamentos de escolas, das autarquias e das associações de pais, na construção de respostas sociais adequadas às realidades locais.

Em 2006, surgiu o Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular, criado pelo Despacho n.º 12 591, de 16 de Junho de 2006, o qual visou regular a oferta das actividades de animação e de apoio às famílias (educação pré-escolar) e de enriquecimento curricular no 1.º CEB, indicando logo no ponto 2 que “são obrigatoriamente organizadas em regime normal as actividades educativas na Educação Pré-Escolar e as actividades curriculares no 1.º Ciclo do Ensino Básico”. Este diploma legal partiu da partilha de responsabilidades entre o Ministério da Educação e as autarquias locais, em relação aos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do Ensino Básico, e da necessidade de reforçar as atribuições e competências das autarquias nestes níveis de ensino. Sendo assim, os municípios surgem como as entidades promotoras privilegiadas pelo Ministério da Educação para a implementação do programa, cabendo-lhes a elaboração da candidatura ao apoio financeiro, bem como, o estabelecimento de acordos de colaboração com os agrupamentos de escolas (ponto 15 do referido despacho).

Entretanto, em 2008 saiu o Despacho n.º 14 460, de 26 de Maio, que define as normas de funcionamento dos estabelecimentos de ensino relacionadas com este assunto, bem como a oferta de actividades de animação, apoio às famílias e alarga a obrigatoriedade da oferta da actividade do inglês para os quatro anos de escolaridade. As AEC



são seleccionadas de acordo com os objectivos definidos no projecto educativo do agrupamento de escolas, constando no plano anual de actividade. Estas foram fundamentalmente as alterações que se verificaram, relativamente ao anterior diploma legal.

Como entidades promotoras, os diplomas legais que instituem as AEC, estabelecem que podem ser as Autarquias Locais, as Associações de Pais e Encarregados de Educação, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e os agrupamentos de escolas. Sendo, por sua vez, da responsabilidade dos agrupamentos de escolas a organização do programa, devendo estes planificar as AEC em parceria com uma das entidades referidas, mediante celebração de um acordo de colaboração. No entanto, essa planificação deve ser preferencialmente feita com as autarquias locais se estas se constituírem como entidades promotoras.

É importante referir que, segundo o relatório da Comissão de Acompanhamento do Programa (CAP) (2008: 43), no ano lectivo 2007/2008, 95,6 % das entidades promotoras eram autarquias. Este documento refere, ainda, que, neste ano lectivo, verificou-se uma ligeira subida no número de autarquias que se constituíram como entidades promotoras das AEC, constatando-se uma situação inversa a nível dos Agrupamentos de Escolas, Associações de Pais, e IPSS. No ano lectivo 2008/2009, no relatório da CAP (2009: 46), continua-se a verificar mais uma vez a predominância das autarquias como entidade promotora (91,8%), mas este refere que as autarquias têm vindo a apresentar uma muito ligeira descida acompanhada de uma pequena subida das restantes entidades promotoras. No que respeita ao ano lectivo 2009/2010, veio-se a comprovar novamente esta situação com o relatório da CAP (2010:40) a revelar novamente a predominância das autarquias, mas apenas em 90,4% dos estabelecimentos de ensino, situando-se os valores registados pelos Agrupamentos de Escolas, pelas Associações de Pais e pelas IPSS entre os 4,7% e os 2%.

Actualmente o Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular encontra-se regulamentado pelo Despacho n.º 8683/2011 de 16 de Junho de 2011, que estabeleceu alterações ao Despacho n.º 14 460, de 26 de Maio, de 2008, como se pode verificar no seguinte quadro, que sintetiza algumas das principais alterações.

Quadro n.º 3 – Alterações principais ao Despacho n.º 144459/2008, introduzidas pela publicação do Despacho n.º 8683/2011

	Despacho n.º 144459/2008	Despacho n.º 8683/2011
✓ AEC no 1.º CEB	<p>“a) Actividades de apoio ao estudo; b) Ensino do Inglês; c) Ensino de outras línguas estrangeiras; d) Actividade física e desportiva; e) Ensino da música; f) Outras expressões artísticas; g) Outras actividades que incidam nos domínios identificados.”</p> <p>(Ponto 9)</p>	<p>“a) Actividades de apoio ao estudo; b) Ensino do inglês; c) Ensino de outras línguas estrangeiras; d) Actividade física e desportiva; e) Ensino da música; f) <b>Actividades lúdico-expressivas;</b> g) Outras actividades que incidam nos domínios identificados”</p> <p>(Ponto 9)</p>
✓ Actividade de Apoio ao estudo	<p>Destina-se “à realização de trabalhos de casa e de consolidação das aprendizagens”</p> <p>(Ponto 11)</p>	<p>Destina-se “à realização de trabalhos de casa, à consolidação das aprendizagens e <b>ao desenvolvimento de competências que permitam a apropriação de métodos de estudo e de pesquisa</b>”</p> <p>(Ponto 11)</p>
✓ Entidades Promotoras		<p>“estão obrigadas, em matéria de recrutamento e contratação dos respectivos técnicos, a utilizar os mecanismos previstos no Decreto -Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro”</p> <p>(Ponto 14.1)</p> <p>“As entidades promotoras que estabeleçam acordos com entidades parceiras estão ainda obrigadas a recolher, junto destas, e a fornecer ao Ministério da Educação, através de plataforma informática, informação relativa ao perfil dos recursos humanos ao serviço daquelas entidades no âmbito das actividades de enriquecimento Curricular designadamente os respeitantes às habilitações literárias e qualificações profissionais dos mesmos, bem como ao número de alunos abrangidos por essas actividades”</p> <p>(Ponto 14.2)</p>
✓ Planificação das Actividades de Animação e de Apoio à Família bem como de Enriquecimento Curricular	<p>“deve envolver obrigatoriamente os educadores titulares de grupo e os professores do 1.º ciclo titulares de turma.”</p> <p>(Ponto 19)</p>	<p>“deve, obrigatoriamente, envolver os educadores titulares de grupo, os professores do 1.º ciclo titulares de turma e <b>os departamentos curriculares e mobilizar os recursos humanos e físicos existentes no conjunto dos estabelecimentos do agrupamento</b>”</p> <p>(Ponto 19)</p>
✓ Funções dos Órgãos Competentes dos Agrupamentos de Escolas	<p>“podem, desde que tal se mostre necessário, flexibilizar o horário da actividade curricular de forma a adaptá-lo às condições de realização do conjunto das actividades curriculares e de enriquecimento curricular tendo em conta o interesse dos alunos e das famílias, sem prejuízo da qualidade pedagógica”</p>	<p>“podem, desde que tal se mostre necessário, <b>flexibilizar o horário até dois dias/ semana, colocando as actividades de enriquecimento curricular antes ou depois da actividade curricular da manhã e ou antes da actividade curricular da tarde</b>, de forma a adaptá-lo às condições de realização do conjunto das actividades curriculares e de enriquecimento curricular, tendo em conta o interesse dos</p>

	(Ponto 23)	<p>alunos e das famílias, sem prejuízo da qualidade pedagógica.”</p> <p>(Ponto 23)</p> <p><b>“Sempre que seja necessário substituir uma actividade, alterar o seu horário ou a carga horária, o local de funcionamento ou mesmo incluir outra actividade de enriquecimento curricular, o director do agrupamento deve dar conhecimento aos pais e encarregados de educação bem como à respectiva Direcção Regional de Educação das alterações introduzidas.”</b></p> <p>(Ponto 23.1)</p>
✓ Componente de Apoio à Família	<p>“Quando as necessidades das famílias o justifique, pode ser oferecida uma componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, a assegurar por entidades, como associações de pais, autarquias ou instituições particulares de solidariedade social que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os agrupamentos de escolas”</p> <p>(Ponto 26)</p>	<p><b>“O director do agrupamento de escolas assegura, no acto de matrícula dos alunos no 1.º ano do ensino básico, e antes do início de cada ano lectivo, a auscultação aos encarregados de educação no sentido da necessidade de oferta de uma componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico a realizar por associações de pais, autarquias, instituições particulares de solidariedade social ou outras entidades que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os agrupamentos de escolas”</b></p> <p>(Ponto 26)</p>
✓ Supervisão Pedagógica e o Acompanhamento da Execução das Actividades de Animação e de Apoio à Família	<p>“É da competência dos educadores titulares de grupo e dos professores titulares de turma assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, tendo em vista garantir a qualidade das actividades, bem como a articulação com as actividades curriculares”</p> <p>(Ponto 31)</p>	<p><b>“É da competência dos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar tendo em vista garantir a qualidade das actividades”</b></p> <p>(Ponto 31)</p> <p><b>“a planificação, a supervisão pedagógica dos técnicos das actividades de enriquecimento curricular e o acompanhamento das actividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico são da responsabilidade dos órgãos competentes do agrupamento, competindo ao professor titular do 1.º ciclo garantir a articulação daquelas actividades com a actividade curricular e não podendo aquelas substituir as áreas previstas nas Orientações Curriculares da Educação Pré-Escolar e no Currículo Nacional do Ensino Básico”</b></p> <p>(Ponto 31.1)</p>
✓ Planificação e Horários das Actividades	<p>“A planificação das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar, bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico</p>	<p>“O horário das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, incluindo o apoio ao</p>

	deve ser comunicada aos encarregados de educação no momento da inscrição e confirmada no início do ano lectivo”  (Ponto 33)	estudo, <b>deve ser comunicado aos encarregados de educação no momento da inscrição dos respectivos educandos e confirmado, conjuntamente com a divulgação da planificação das actividades, no início do ano lectivo”</b>  (Ponto 33)
✓ Frequência das AEC	<p>“A frequência das actividades de enriquecimento curricular depende da inscrição por parte dos encarregados de educação. Uma vez realizada a inscrição, os encarregados de educação assumem um compromisso de honra de que os seus educandos frequentam as actividades de enriquecimento curricular até ao final do ano lectivo” (Ponto 34)</p> <p>“Os agrupamentos devem referir em sede de regulamento interno as implicações das faltas às actividades de enriquecimento curricular, conforme o disposto no artigo 22.º da Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro”  (Ponto 35)</p>	<p><b>“A inscrição nas actividades de enriquecimento curricular, por parte dos encarregados de educação, é facultativa”</b>  (Ponto 34)</p> <p><b>“Uma vez realizada a inscrição, os encarregados de educação comprometem -se a que os seus educandos frequentem as actividades de enriquecimento curricular até ao final do ano lectivo, no respeito do dever de assiduidade consignado no Estatuto do Aluno”</b>  (Ponto 35)</p>

Este programa das AEC surge na sequência do Governo assumir como prioridade a melhoria de condições do ensino e da aprendizagem no 1.º CEB, situação que veio novamente sustentar o conceito de Escola a Tempo Inteiro, o qual está actualmente associado à criação e generalização de condições que permitam aos alunos estarem na escola pública com actividades educativas ao longo de todo o tempo escolar diário.

### 3.3. Pontos fortes, fracos e constrangimentos das AEC

O programa das AEC sofre ainda de algumas vicissitudes ao nível das instalações, intervenção por parte das entidades promotoras, disponibilidade docente e familiar, entre outras.

Na opinião de Cosme e Trindade (2007), o programa das actividades de enriquecimento curricular apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destaca o facto de contribuir para a credibilização da Escola Pública, uma vez que corresponde à prestação de um serviço que vai ao encontro das necessidades actuais de muitas famílias portuguesas, assim como, o facto de contribuir para a equidade social, na medida em que poderá permitir o acesso de crianças provenientes de meios sociais economicamente

mais carenciados a um conjunto de experiências educativas das quais não poderiam usufruir de outro modo.

Oliveira et al (2008:118) concluíram que “os professores do 1.º CEB fazem uma apreciação e uma avaliação geral positiva das AEC considerando importante a sua implementação pelas possibilidades dadas aos alunos para aprenderem e trabalharem áreas diferentes que complementam ou enriquecem o seu currículo; o permitir a igualdade de oportunidades para alunos de vários estratos sociais e desejável a adaptação a professores diferentes”. Estes autores referem, ainda, que os docentes do 1.º CEB observaram e consideraram, resultantes da introdução das AEC, a presença de maiores problemas comportamentais nos alunos, mas também um acréscimo do gosto pela escola e uma ténue melhoria do rendimento escolar.

O Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) (2008), com um estudo feito na zona centro do país, revela alguns pontos fortes e fracos das AEC, com base em opiniões de alguns docentes destas. Quanto aos pontos fortes, por exemplo em relação à formação integral dos alunos, os docentes declaram que as AEC lhes permitem: uma base de competências mais abrangente; maior variedade de actividades; contactar mais cedo com todas as áreas; o ensino precoce do Inglês; etc. Referem ainda outras vantagens para os alunos como: o contacto com vários docentes diminui o impacto da entrada no 2.º ciclo; a equidade de oportunidades; a flexibilização de horário em algumas escolas, entre outros. A mesma fonte, quanto aos pontos fracos, declara por exemplo sobre os recursos materiais/equipamentos, que: algumas salas de aula não estão bem equipadas para o ensino da música e que não há cuidados de higiene depois de determinadas aulas. Os docentes inquiridos ainda evidenciam que existe um fraco reconhecimento/valorização das AEC pela sociedade, que as encara como mais uma ocupação de tempos livres.

Também no Relatório de Acompanhamento de 2007/2008, a Comissão de Acompanhamento do Programa (2008:84) refere que “de uma forma global e muito resumida, verificamos que as principais dificuldades sentidas pelos docentes das AEC se prendem essencialmente com 4 vectores: I. A dimensão e heterogeneidade das turmas; II. O cansaço, a indisciplina, a assiduidade dos alunos e o horário de leccionação; III. A inexistência de materiais e espaços adequados à leccionação das AEC; IV. A fraca articulação com os Professores Titulares de Turma e Departamentos”.

O estudo desenvolvido por Matthews e outros (2009) que teve como objectivo a avaliação das políticas educativas e respectivas medidas ao nível do 1.º ciclo do ensino

básico, em Portugal, considerou que o programa das AEC tem algumas potencialidades evidentes, que passo a enunciar:

- A oferta de actividades que satisfaça as necessidades das famílias e das crianças;
- A transferência de responsabilidades e recursos para os níveis local e de escola;
- A criação de parcerias que contribuam para o êxito do programa;
- Serem um meio de combater o isolamento das escolas, e consequentemente, dos alunos;
- Uma maior equidade, uma vez que todas as crianças podem ter acesso às actividades.

No entanto, o estudo desenvolvido por estes autores também destacou a existência de alguns problemas ou pontos fracos deste programa, os quais por vezes resultam da relação entre os municípios que se constituem na maioria dos casos como entidades promotoras deste programa, e os agrupamentos de escolas, tais como:

- Dificuldades na coordenação da elaboração, planeamento e avaliação do programa;
- Sobreposição das actividades curriculares e das AEC;
- Falta de equidade, dado que estas actividades não são de frequência obrigatória;
- A legislação e os orçamentos restringem a liberdade local para decidir o conteúdo dos programas;
- As condições contratuais e a prontidão do pagamento dos professores das AEC, constatando-se que a verba transferida pelo Ministério nem sempre está à disposição dos municípios para que estes possam fazer o pagamento mensal aos professores atempadamente.

Segundo as conclusões deste estudo, o programa das AEC tem pela frente vários desafios dos quais se pode destacar o equilíbrio das tensões existentes entre o encorajamento da autonomia local e a distribuição de recursos para áreas de conteúdo específico, bem como, as tensões existentes entre a escola ou agrupamento e o município.

## CAPÍTULO II

### MUNICÍPIO DE ALMADA

#### 1. Concelho de Almada: História e Actualidade

A presença de Almada nos grandes momentos da História de Portugal é uma constante, de onde se destacam os cidadãos, factos e instituições que contribuíram para o desenvolvimento deste concelho.

A proximidade do rio constituiu, desde sempre, um factor determinante para a fixação de pessoas, desde a pré-história até à actualidade.

A presença humana em Almada, topónimo de raiz árabe, remonta à pré-história. Por esta margem passaram os mais diversos povos que se sedentarizaram e aqui trocaram as suas experiências e mercadorias.

No final do século XIX Almada industrializa-se, com a actividade económica centrada no sector corticeiro e nas indústrias de moagem.

A partir de 1940, a instalação de novas indústrias motiva a explosão demográfica. A década de 60 fica marcada pela inauguração da Ponte sobre o Rio Tejo e pela expansão dos estaleiros navais da Lisnave.

Almada cresce, ganha identidade própria, qualifica-se, trilha a sua própria História, passando por algumas etapas, tais como:

##### ➤ Almada Industrializada e Associativista -Século XIX a 1973<sup>1</sup>

O concelho de Almada, desde a segunda metade da centúria de oitocentos, adquire nova fisionomia, por intermédio do forte movimento associativo e no processo da industrialização, em especial na fiação e tecelagem, nos estaleiros navais, na moagem, na cortiça.

É nesta época que surgem as Sociedades de Cultura e Recreio, com uma forte componente popular e claramente influenciadas pelas correntes liberais existentes à data, desenvolvendo activamente a vida sociocultural.

---

<sup>1</sup> Retirado e adaptado do Site da Câmara Municipal de Almada

Dentro deste movimento surgiram outras associações populares ligadas à cultura e ao recreio, ao mutualismo, ao cooperativismo e aos interesses dos trabalhadores.

Desde o fim dos anos quarenta até ao início dos anos setenta, o concelho de Almada assistiu a um grande fluxo migratório largamente responsável pela explosão demográfica registada, pela procura de habitação e emprego, determinando a descaracterização e o crescimento da mancha urbana que se alastrou. Até 1973, acentuou-se, em parte, o sector terciário, facto que começou a afectar questões em áreas tão diversas como os transportes, o urbanismo ou a forma de convívio social.

Graças à história da terra, ao desenvolvimento demográfico e urbanístico, às vias de comunicação, à distribuição domiciliária de água e energia eléctrica, à rede de saneamento, ao forte incremento industrial e comercial, ao admirável movimento de associativismo e aos diversos serviços de natureza social, educacional e cultural, Almada foi elevada a cidade no dia 21 de Junho de 1973, pelo Decreto-Lei nº 308/73 de 16 de Junho.

Após o 25 de Abril de 1974 inicia-se uma nova fase na história de desenvolvimento da cidade. As pessoas associam-se, discutem, reivindicam, organizam-se, identificando os principais problemas sociais existentes, procurando conhecer para intervir. Em Dezembro de 1976 realizam-se as primeiras eleições autárquicas.

Entre 1976 e 1989 está delimitado um novo patamar, o do poder local democrático. A partir de 1976 é definido e estabilizado o quadro legislativo que consagra a natureza do poder local com capacidade de actuação eficaz no ordenamento local do território.

#### ➤ Almada Desenvolvida - Década de 90 <sup>2</sup>

Nos anos 90 o concelho de Almada tem um enorme impulso no desenvolvimento das estruturas viárias, dos equipamentos escolares, da rede municipal de equipamentos desportivos, culturais, sociais e juvenis, na criação de habitação social, de parques e de zonas verdes – é a Década do Desenvolvimento Integrado. É a década da construção e entrada em funcionamento da Rede Municipal de Infra-estruturas Desportivas e da Rede Municipal de Equipamentos Culturais, inicia-se o processo do Museu da Cidade e do novo Teatro Municipal.

---

<sup>2</sup> Retirado e adaptado do Site da Câmara Municipal de Almada



O Núcleo Histórico de Almada Velha é recuperado, sendo criados novos centros de interesse turístico, cultural, social e empresarial: recuperação do Jardim do Castelo, construção do elevador da Boca do Vento, do Jardim do Rio e do Jardim Botânico.

É aprovado o Plano Director Municipal, são criadas as Agências de Desenvolvimento Local, a Casa Municipal do Ambiente com o Plano Municipal de Ambiente, o Madan Parque - Parque de Ciência e Tecnologia.

O Ensino Superior afirma-se com a expansão da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, do Instituto Piaget e com a entrada em funcionamento do Instituto Superior de Ciências da Saúde e da Escola Egas Moniz.

Os anos 90 correspondem a uma acelerada transformação em todos os campos da vida local, individual e colectiva.

Existe uma clara preocupação do município em recuperar, renovar e modernizar a cidade, viabilizando um futuro para o desenvolvimento sustentável. Surgem bibliotecas, museus, auditórios, espaços vocacionados para as práticas desportivas, denotando uma clara preocupação ambiental, estando a criar os pilares para se desenvolver como uma Cidade Educadora. Almada reúne uma série de eventos à escala nacional e internacional.

Almada, surge como uma cidade moderna, que investiu na requalificação, com preocupações ambientais, sociais e culturais, através da concretização de projectos estratégicos.

Almada é uma cidade educadora, uma cidade do futuro, que aposta no desenvolvimento sustentável e solidário.

## **2. Caracterização do Território**

O concelho de Almada possui uma localização geográfica excepcional, situa-se na margem esquerda do Rio Tejo, de frente para Lisboa, a Noroeste da Península de Setúbal, faz fronteira com o concelho do Seixal a Este e com o concelho de Sesimbra a Sul. Almada pertence ao Distrito de Setúbal e insere-se na Área Metropolitana de Lisboa. Este concelho é constituído por onze freguesias: Almada, Cacilhas, Caparica, Charneca da Caparica, Costa de Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal, Sobreda e Trafaria.

Almada tem definido linhas estratégicas que fomentam o desenvolvimento sustentável e solidário, criando condições únicas para o desenvolvimento nas mais variadas

áreas de intervenção, mas com principal destaque para a Educação, Economia e Cultura, sendo uma cidade do futuro.

### **2.1. Caracterização Demográfica**

O concelho de Almada tinha 165 991 habitantes, de acordo com o Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2009 (INE, I.P. Portugal, 2010), que se encontra no Anexo 1.

Segundo o Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2009 (INE, I.P. Portugal, 2010) a densidade populacional do Concelho de Almada diminuiu ligeiramente, registando o desvio de 2 366,1 (Hab/Km<sup>2</sup>) em 2008 para 2 364,5 (Hab/Km<sup>2</sup>) em 2009. Segundo os grandes grupos etários, o Concelho apresenta os seguintes dados populacionais em 31/12/2009: 15,8 % da população tem entre 0 a 14 anos; 9,7 % da população tem entre 15 a 24 anos; 55,7 % da população tem entre 25 a 64 anos; 18,8 % da população tem entre 65 e mais anos.

### **2.2. Caracterização Económica-social**

Ao longo da história da formação de Almada, a agricultura, a pesca e a actividade industrial marcaram profundamente a economia do Concelho, tendo contribuído para isso a privilegiada localização geográfica, bem como a caracterização social deste território.

Nas últimas décadas, o Concelho de Almada tem registado profundas transformações, que alteraram a sua caracterização económica, com o sector terciário a assumir uma importância crescente. Segundo os dados do Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2009 (INE, I.P., Portugal, 2010:113, 114 e 117), Almada continua a ser um concelho predominantemente terciário, com 79,5% da população activa, onde o comércio e os serviços públicos são os maiores empregadores. O Sector Primário ocupa apenas 0,1% e o Sector Secundário 20,4%. Para além desta distribuição, a população do Concelho de Almada tem um nível de rendimento médio mensal de 988,3€ por habitante, em 2009, o que representa um valor superior ao nível de rendimento médio mensal de 2008 que era de 928,17€.

Observando os trabalhadores por conta de outrem segundo o nível de habilitações, o mesmo estudo indica que a maior parte da população empregada não tem formação superior, estabelecendo-se do seguinte modo: Inferior ao 1º Ciclo – 1,1%; 1º Ciclo do Ensino Básico – 16,8%; 2º Ciclo do Ensino Básico – 15,3%; 3º Ciclo do Ensino Básico – 24,6%; Ensino Secundário – 26,3%; Bacharelato – 2,5%; Licenciatura – 12,7%; Mestrado – 0,6%; e Doutoramento – 0,1%.

Para além das actividades económicas mais relevantes no Concelho, o Turismo é outra das grandes potencialidades económicas do Concelho com uma extensão de 20 quilómetros de praias, que anualmente é visitada por milhares de visitantes. Este é um sector com grande potencial de crescimento, não só no turismo de lazer, mas também nas vertentes desportiva, ambiental e cultural.

### **2.3. Caracterização Cultural**

Almada é um centro cultural, com uma vasta rede de equipamentos, que vão desde bibliotecas, aos museus, aos arquivos históricos, passando pelas casas da juventude, às salas de teatro, entre muito outros. Grande parte destes espaços de cultura são da responsabilidade da Câmara Municipal de Almada, nomeadamente:

- Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, que foi inaugurada em 1993 e é um espaço de exposições dedicado à arte contemporânea.
- Galeria Municipal de Arte, iniciou a sua actividade em 1988, tendo apresentado até à data mais de 70 exposições individuais e colectivas, destacando-se pela multiplicidade das exposições apresentadas ao público.
- Casa Municipal da Juventude - Ponto de Encontro, localiza-se em Cacilhas e dispõe de uma fantástica vista sobre o Rio Tejo. A funcionar desde Abril de 1989, esta Casa da Juventude tem desempenhado um papel importante no apoio aos jovens e à promoção da sua actividade cultural e artística, no concelho de Almada. É por excelência, um espaço de convívio e de encontro onde funcionam diversos ateliês e *workshops* destinados às associações jovens do concelho, mantendo uma intensa programação cultural, reflectindo o papel da Câmara Municipal de Almada na promoção de oportunidades para os mais jovens no nosso concelho.
- Convento dos Capuchos. As arquitecturas do Convento dos Capuchos estabelecem o ponto de equilíbrio com a magnífica vista alcançada a partir do seu miradouro.

Este espaço tem uma localização privilegiada sobre o Atlântico, a partir do Convento dos Capuchos sendo possível contemplar Lisboa, a Serra de Sintra, a baía de Cascais, o Bugio, a Torre de S. Julião, até à Serra da Arrábida e ao Cabo Espichel. Este edifício, foi totalmente restaurado pela Câmara Municipal de Almada, mantendo a traça original conjugada com a criação das melhores condições para ser um moderno espaço de cultura, vocacionado particularmente para a área da música.

➤ Fórum Municipal Romeu Correia, integra a Biblioteca Pública Municipal e o Auditório Fernando Lopes Graça, e é um espaço cultural de encontro, de oferta qualificada e diversificada e um estímulo permanente de apoio à vida cultural da cidade, disponibilizando um vasto leque de recursos num espaço central e nobre da Cidade de Almada. O Fórum Romeu Correia constitui um grande monumento à cultura e um desafio permanente à criatividade e à dinâmica de todos os munícipes.

➤ Solar dos Zagallos. Uma visita ao Solar dos Zagallos revela-se uma viagem no tempo, a partir dos recantos desta acolhedora casa apalaçada do século XVIII, recuperada pela Câmara Municipal e transformada em Centro Cultural vocacionado para as culturas locais. O Solar dos Zagallos é um espaço de memória dinâmico, pólo que pretende preservar a identidade local através de uma regular actividade cultural, onde se destacam as exposições, os concertos, os recitais e as iniciativas para os mais novos.

É importante referir que, segundo os dados do Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2009 (INE, I.P., Portugal, 2010:84,88), dos 6 214 visitantes dos equipamentos culturais, 3 809 são visitantes escolares, o que corresponde a mais de metade dos visitantes (61,3%). Estes dados demonstram a estreita relação que existe entre os equipamentos culturais existentes no concelho e as escolas.

## **2.4. Caracterização Educacional**

No Concelho de Almada, a aposta na educação e na formação académica dos mais jovens, tem feito parte das linhas estratégicas de desenvolvimento, bem como um investimento na educação ao nível sénior, com a criação da Universidade Sénior de Almada. Desta forma Almada assume-se como uma cidade educadora e do conhecimento, apostando no ensino como um pilar estratégico do desenvolvimento. O número de alunos tem vindo a aumentar, sendo este um crescimento acompanhado pela aposta em termos de estruturas e estabelecimentos de ensino. Desta forma, quanto ao número de

alunos matriculados de acordo com o nível de ensino e a modalidade de ensino, segundo os dados do Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2009 (INE, I.P., Portugal, 2010:72), verifica-se que no ano lectivo 2008/2009 estiveram matriculados 8 308 alunos no 1º Ciclo do Ensino Básico; 4 146 alunos no 2º Ciclo do Ensino Básico; 5 525 no 3º Ciclo do Ensino Básico e 3 969 no Ensino Secundário dos quais 651 alunos estão no Ensino Recorrente correspondendo a 16% dos alunos deste nível.

Em termos de equipamentos, o Concelho está dotado de uma ampla rede de estabelecimentos de ensino do pré-escolar ao ensino superior, passando pelo ensino profissional, ensino sénior e escolas nocturnas.

Cerca de 45% dos estabelecimentos pertencem à rede pública, mas existe ainda uma boa oferta de escolas particulares. Mais de metade das escolas disponibilizam actividades de tempos livres antes e após o horário regular, facilitando a organização das famílias almadenses.

Por ter responsabilidades directas ao nível do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, a Câmara Municipal de Almada elaborou uma Carta Educativa onde diagnosticou as necessidades e as prioridades: criação das condições de segurança dos edifícios e equipamentos, criação e modernização dos refeitórios escolares, remodelação das instalações sanitárias, criação de bibliotecas escolares, adaptação de espaços e acessos às crianças e alunos com mobilidade reduzida.

Para quem não quer seguir o ensino regular, existe a oferta do ensino profissional, com uma forte ligação ao trabalho principalmente regional e local visando uma aprendizagem que valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão.

Em grande força encontra-se o ensino superior. Almada é o 2º maior pólo universitário da Área Metropolitana de Lisboa, destacando-se pelo seu pólo universitário com sete instituições. E porque não há idades para aprender, Almada disponibiliza ainda a Universidade Sénior de Almada (USALMA).

Desta forma, actualmente a rede educativa do Concelho de Almada, segundo o Site da Câmara Municipal, é constituída por:

- 7 Escolas Superiores, a saber: Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Piaget (inclui a Escola Superior de Educação – ESE - e o Instituto de Estudos Interculturais e Transdisciplinares – ISEIT), Escola Superior de Saúde Egas Moniz (ESSEM), Instituto Superior de

Ciências da Saúde Egas Moniz (ISCSEM), Escola Naval e Escola Superior de Tecnologias Navais.

- 60 Escolas da rede pública, das quais, 3 Jardins de Infância, 22 EB1/JI, 15 EB1, 3 EBI/JI, 1 EBI, 6 EB/23, 8 Escolas Secundárias e 2 Escolas Secundárias com 3º Ciclo.
- 2 Escolas Profissionais;
- 14 Centros educativos para diversos fins.

A rede educativa de Almada incorpora ainda ofertas formativas não formais, como a Academia de Música de Almada, o Centro de Arte & Comunicação Visual e as Escolas Nocturnas do Clube Desportivo da Cova da Piedade, que prepara estudantes para as provas de ingresso ao ensino superior e desenvolveu cursos de Português para Estrangeiros e de Inglês para Portugueses.

### **3. Caracterização da Instituição: a Câmara Municipal de Almada**

O Município de Almada é constituído por dois órgãos, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal de Almada. A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município. De entre várias competências atribuídas à Assembleia Municipal fazem parte a aprovação do plano e do orçamento municipais, bem como do relatório das contas, o acompanhamento e a fiscalização da actividade da Câmara e dos Serviços Municipalizados, assim como a tomada de posição perante os órgãos da Administração Central sobre assuntos que sejam de interesse para o Município. A Assembleia Municipal tem as suas competências conferidas pelo Art.º 53 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

No que respeita à Câmara Municipal, esta é um órgão que pertence a uma pessoa colectiva da Administração Pública, nomeadamente órgão executivo do município, ou seja, é à Câmara Municipal que compete executar as deliberações emanadas pela Assembleia Municipal, conforme as competências atribuídas pelo Art.º 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, assim como praticar actos necessários à organização e funcionamento dos seus serviços e da sua gestão corrente.

### 3.1. Missão, Visão e Estrutura Organizacional

A Câmara Municipal de Almada insere-se num concelho de nível superior da Área Metropolitana de Lisboa, com uma forte identidade cultural e territorial, atractivo pelas suas singularidades, nomeadamente pela sua história, natureza e localização, eficiente na relação dos seus valores ambientais com o progresso sócio-económico. Um Concelho que investe no seu potencial humano, nos seus talentos e na criatividade, que fomenta a criação de emprego qualificado, que apoia e promove o associativismo, o diálogo multicultural e a acção solidária, que dá o contributo local para salvaguarda da integridade do Planeta

A visão da qual emana a estratégia de desenvolvimento do concelho de Almada, ambiciona o aprofundamento do desenvolvimento e do progresso de Almada e uma vida cada vez melhor para todos os Almadenses, que advém do lema “Almada +, Sustentável, Solidária e Eco-Eficiente”, concretizando-se na vida quotidiana dos cidadãos em todas as áreas da responsabilidade e da intervenção municipal. Almada tem a Visão Estratégica de se desenvolver como pólo de conhecimento, competências e criatividade, dotada de sistemas de educação e de formação ao longo da vida, de um sistema de ensino universitário e de investigação aplicada, que geram oportunidades para a juventude, formam talentos, favorecem o envelhecimento activo, dinamizam o empreendedorismo e a criação de emprego em múltiplas áreas da actividade económica, e em que a produção de riqueza é o resultado do encontro criativo do seu potencial humano.

A CMA é uma estrutura complexa, com uma dimensão adequada aos seus fins e propósitos.

A estrutura organizacional, constitui um conjunto de variáveis complexas, sobre as quais os administradores e gestores fazem escolhas e tomam decisões. Segundo Mintzberg (1999), uma das formas de caracterizar as estruturas organizacionais, é classificá-las quanto ao tipo de organização: mecanicista e orgânica. A estrutura mecanicista apresenta como características um elevado grau de diferenciação horizontal, rígidas relações hierárquicas, elevado grau de formalização e elevada centralização das decisões. Já a estrutura orgânica caracteriza-se por apresentar reduzida diferenciação horizontal, uma maior interacção entre as pessoas, maior flexibilidade e um elevado grau de descentralização da autoridade. O autor Bilhim (2006:22) considera três características na estrutura organizacional: a complexidade, que inclui os múltiplos graus de especialização, a divisão de trabalho, os níveis hierárquicos, entre outros; a formalização, que

respeita às regras e aos procedimentos que as organizações têm para orientar o comportamento dos membros, e às suas normas escritas; e por último, a centralização, que aponta o lugar onde está localizado o poder de decisão.

Desta forma, ao fazer uma análise relativamente às estas diferentes dimensões da estrutura organizacional, e analisando a Câmara Municipal de Almada nos dispositivos legais que a regem, tal como o Aviso n.º 1129-A/2005 (2ª Serie) – A.P., e o seu Organograma (Anexo 2), pode-se verificar que há um alto nível de formalização, uma vez que são fixadas e definidos por escrito pormenorizações, através de protocolos, regulamentos e procedimentos, onde estão discriminadas as tarefas na organização, altamente especializadas e divididas ao longo da estrutura organizacional. Através do organograma, pode-se constatar que esta organização possui um alto nível de complexidade, existindo múltiplos graus de especialização (os níveis hierárquicos, divisão do trabalho,), havendo bastante diferenciação interna, (direcção, departamento e divisão), verificando-se os diferentes níveis hierárquicos superiores. Por último, existe uma grande centralização do poder, onde a tomada de decisões tende a corresponder aos níveis mais altos da organização, isto é, a um processo de tomada de decisão pelo topo, que inclui Presidente da Câmara e Vereadores.

Assim, pode-se concluir que a forma organizativa da Câmara Municipal de Almada é mecanicista. Nas palavras de Mintzberg (1999), este tipo de configuração organizacional caracteriza-se por “tarefas operacionais rotineiras e muito especializadas, procedimentos muito formalizados no centro operacional, uma proliferação de regras, regulamentos e uma comunicação formalizada em toda a organização, unidades muito grandes ao nível operacional, o agrupamento das tarefas baseado nas funções, uma centralização relativamente importante dos poderes de decisão, uma estrutura administrativa elaborada e uma distinção nítida entre os operacionais e os funcionais”.

### **3.2. A Divisão de Educação**

Segundo o Aviso n.º 1129-A/2005 (2.ª série) – AP., os serviços municipais foram modificados na sua macroestrutura, aprovando a criação da Direcção Municipal de Desenvolvimento Social (DMDS), em substituição do Departamento Sociocultural, a quem cabe, entre outras funções, “assegurar o desenvolvimento das actividades educativas e da juventude, bem como exercer as atribuições que decorrem da legislação em



vigor, nomeadamente as competências municipais na área da educação” (Aviso n.º 1129-A/2005 (2.ª série) – AP., n.º 8). Integrado nesta Direcção, criou-se o Departamento de Educação e Juventude (DEJ), a quem compete “assegurar a coordenação do plano educativo do concelho de Almada, «Almada, cidade educadora» cometido à respectiva direcção, que o promove enquanto processo de âmbito municipal” (idem). Para este efeito, o Departamento divide-se em três divisões: Divisão de Educação (DE), Divisão de Equipamentos e Recursos Educativos (DERE) e Divisão de Juventude (DJ).

No que respeita à Divisão de Educação, esta tem como competência geral “assegurar as actividades ligadas ao sistema educativo, nomeadamente na área da acção social escolar, da animação sócio-educativa e do apoio a projectos sócio-educacionais” (Aviso n.º 1129-A/2005 (2.ª série) – AP., n.º 8.1).

Para além de assegurar o cumprimento das competências definidas por lei, a Divisão de Educação tem uma política socioeducativa de desenvolvimento local, integrada no movimento das Cidades Educadoras, visando uma acção educativa territorializada. Esta atitude reproduz-se em várias iniciativas criadas e promovidas por si, que com o mandato 2009-2013, levantou uma nova linha para a intervenção autárquica associada ao conceito de Almada “Mais”, o que fez com que as Opções do Plano para 2011 (Anexo 4) prosseguissem no sentido de um desenvolvimento “Mais” Sustentável, Solidário e Eco-Eficiente, que se traduz nas actividades desenvolvidas pela Divisão de Educação, sendo algumas delas:

- Prosseguir o programa municipal de acção social escolar, dirigido às famílias e alunos carenciados, do 1º ciclo e do pré-escolar, assegurando o fornecimento diário de refeições, e o apoio na compra de manuais escolares.
- Garantir os transportes escolares em conformidade com a legislação existente e assegurar os circuitos especiais de acordo com o plano de transportes aprovado pelo Município.
- Dinamizar e motivar a participação da Comunidade Educativa na vida local através do apoio a projectos e acções das Escolas, Agrupamentos de Escolas ou outras entidades que cumpram os requisitos definidos no Plano de Acção Cultural.
- Dar continuidade ao serviço de apoio às famílias com crianças matriculadas nos jardins-de-infância da rede pública, nas componentes do fornecimento de refeições e do prolongamento de horário.
- Prosseguir com o apoio municipal a implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico.

- Manter o apoio aos estudantes do Ensino Superior residentes no concelho com atribuição de bolsa de estudo conforme Regulamento.
- Organizar a Mostra do Ensino Superior, Secundário e Profissional, enquanto evento de divulgação e exposição das ofertas educativas e de projectos de investigação.
- Assegurar o desenvolvimento de proposta para a criação do Observatório da Educação.
- Manter o apoio e cooperação com as associações ou entidades ligadas à Educação.

A Divisão de Educação, entre Outubro de 2010 e Julho de 2011, sob uma chefia, estava dividida em duas áreas de intervenção: na área de intervenção das competências autárquicas integra três Técnicos Superiores e uma Assistente Técnica; na área de intervenção socio-educativa integra duas Técnicas Superiores, (sendo que uma Técnica Superior se encontra 3 dias por semana), e 1 Assistente Técnica. Também estão afectas duas Assistentes Administrativas e uma Estagiária de Técnica Superior de Educação.

A equipa constituída por 11 elementos, é responsável por todas as actividades da Divisão bem como pelas actividades que devido à sua natureza, é necessária a representação da Divisão de Educação.

No que respeita à coordenação do trabalho e da equipa, segundo Mintzberg (1999:21), existem cinco mecanismos de coordenação para explicar as maneiras fundamentais pelas quais as organizações coordenam o seu trabalho: ajustamento mútuo, supervisão directa, standardização dos processos de trabalho, standardização dos resultados e standardização das qualificações dos trabalhadores.

O ajustamento mútuo realiza a coordenação do trabalho pelo simples processo de comunicação informal. Visto que se trata de um mecanismo de coordenação simples, o ajustamento mútuo é naturalmente utilizado na mais simples das organizações.

A supervisão directa é o mecanismo de coordenação pelo qual um individuo se encontra investido de responsabilidade pelo trabalho dos outros. O responsável transmite-lhes instruções e controla as suas acções.

A standardização dos processos de trabalho ocorre quando o conteúdo do trabalho é especificado ou programado, através de regras, normas e procedimentos.

Também é possível standardizar os resultados do trabalho, quando se define à priori os resultados finais a obter.

Por último, a estandardização das qualificações dos trabalhadores, em que as qualificações são estandardizadas logo que se especifica a formação de quem realizará os trabalhos.

Analisando os processos de coordenação existentes na Divisão de Educação, que é constituída por uma equipa e chefia directa, pode-se concluir que não há um único processo de coordenação, até porque, como afirma Mintzberg (1999:25) “à medida que o trabalho da organização se torna mais complicado, os meios preferidos de coordenação parecem deslocar-se sucessivamente, do ajustamento mútuo para a supervisão directa e, em seguida, até à estandardização dos processos de trabalho, de preferência, ou até à estandardização dos resultados ou das qualificações, para finalmente regressar ao ajustamento mútuo nas situações mais complexas.”

Desta forma, na Divisão da Educação predomina essencialmente a supervisão directa, em que o responsável, neste caso a chefe de divisão, transmite aos elementos da equipa instruções e controla as suas acções, ou seja, a supervisão directa é o mecanismo de coordenação pelo qual o indivíduo se encontra investido de responsabilidade pelo trabalho dos outros (dirige e controla), se bem que alguns elementos da equipa, nomeadamente os Técnicos Superiores têm alguma autonomia no desenrolar das suas actividades. Existe também a coordenação por estandardização, mas esta já não ocorre ao nível directo, mas sim por todas as chefias que coordenam a equipa da Divisão da Educação, nomeadamente a Directora do Departamento, o Director Municipal, o Vereador e a Presidente da Câmara. Há uma estandardização dos procedimentos administrativos da função pública; há uma orientação da acção por certos resultados a obter, que são definidos anualmente; e há uma estandardização pelas qualificações dos membros da equipa.

Conclui-se que, dada a complexidade das tarefas da Divisão da Educação a coordenação é feita por supervisão directa e pela estandardização, principalmente, dos procedimentos e das qualificações, o que leva a que a Divisão possa ser considerada uma organização burocrática. Isto tendo também em conta a sua inserção num sistema altamente complexo, como é a Câmara Municipal.

### **3.3. Rede Educativa de Almada - As escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico**

Na rede pública do Concelho de Almada, actualmente existem 60 estabelecimentos de ensino, dos quais 41 são do 1ºCiclo do Ensino Básico, com um total de 6863 alunos.

Existe um total de 13 Agrupamentos de escolas com sede nas Escolas Básicas de 2º e 3º Ciclos, Escolas Básicas Integradas, Escolas Secundárias e Escolas Secundárias com 3º Ciclo.

A CMA possui responsabilidades directas na ampliação e conservação do parque escolar (1º Ciclo e pré-escolar), atribuindo a maior prioridade às reabilitações e às edificações de novos estabelecimentos de ensino. Estas pretendem eliminar os edifícios pré-fabricados, generalizar o regime normal, colmatar situações de ruptura da rede escolar e alargar a oferta ao nível dos jardins-de-infância. Ao longo destes anos o investimento municipal tem aumentado, tem havido várias construções que vieram colmatar edifícios degradados e ampliar a oferta dos 2 níveis de educação e ensino. Considerando estes anos de construção de edifícios escolares, a CMA traçou como linhas de acção prioritárias: a criação das condições de segurança dos edifícios e equipamentos, a remodelação das instalações sanitárias, a criação de bibliotecas escolares, a adaptação de espaços, criação de acessibilidades às crianças e alunos com mobilidade reduzida e a modernização dos refeitórios escolares.

Também a existência da Escola a Tempo Inteiro veio introduzir alterações ao espaço escolar, sendo necessário um conjunto de adaptações em alguns edifícios para permitir tempos mais alargados de permanência dos alunos nas escolas, oferecendo assim uma resposta às necessidades das famílias.

### **CAPÍTULO III**

#### **AS TAREFAS DIÁRIAS COMO TÉCNICA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

O estágio curricular tem como intuito principal realizar e acompanhar funções de gestão na área educacional, isto é, ter contacto com a área da administração da educação, através da participação em diferentes actividades desenvolvidas pela instituição. Sendo assim este, capítulo tem como objectivo a descrição das tarefas realizadas na instituição de acolhimento - Câmara Municipal de Almada (Direcção Municipal de Desenvolvimento Social, Departamento de Educação e Juventude, Divisão de Educação) como técnica superior, integrando-se aqui todas as actividades.

A orientação do estágio foi da responsabilidade da Dra. Ana Gameiro, Chefe de Divisão de Educação. A nível directo, a orientação e apoio eram realizados pelas técnicas da Divisão, que me ajudaram e explicaram todos os procedimentos, bases de dados, entre outros recursos, necessários para o desenvolvimento de cada actividade em que participei, nomeadamente a Dra. Marianela Rebelo, Dra. Helena Martins e a Dra. Alexandra Duarte.

A minha participação como técnica superior de educação na Divisão de Educação dividiu-se em três grandes campos:

- Colaborar em todo o processo do Plano de Acção Cultural (PAC) 2010/2011, que decorreu durante quase todo o tempo de estágio;
- Participar no apoio municipal à implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, em que a Câmara é entidade promotora;
- Acompanhar quase todas as outras iniciativas da Divisão de Educação realizando várias tarefas consoante as necessidades que iam surgindo, com o objectivo de conhecer aprofundadamente cada iniciativa, compreendendo e aprendendo os diversos momentos de uma iniciativa integrada numa política socioeducativa, em que tive a oportunidade de desenvolver a minha capacidade de resolução de problemas e capacidade de resposta na realização das mesmas.

A organização da Divisão de Educação pressupõe, em termos genéricos, duas grandes áreas de trabalho: a área da intervenção das competências autárquicas e a área da intervenção socioeducativa. Sendo do meu interesse pessoal e tendo sido uma suges-

tão da Chefe de Divisão, tive a oportunidade de trabalhar na duas áreas, o que contribuiu para um complemento da formação profissional.

### **1. Área das Competências Autárquicas**

Fazem parte da intervenção autárquica legalmente suportada, as seguintes competências:

- A Acção Social Escolar do pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- A Gestão dos Refeitórios do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Os Transportes Escolares;
- Promoção e acompanhamento das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
- Implementação da Componente de Apoio à Família na educação pré-escolar (CAF);
- Gestão do pessoal não docente.

No âmbito do Planeamento do Estágio, foi colocada a oportunidade de participar no âmbito da Gestão dos Refeitórios, assim como trabalhar no processo de acompanhamento das AEC, visto ser a área de intervenção da minha investigação.

#### **1.1. Verificação de Refeitórios Escolares do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico**

A CMA é responsável pela gestão de trinta e sete refeitórios das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância da rede pública, isto é, a CMA fica encarregue da construção, apetrechamento e manutenção dos refeitórios, assim como da contratação do pessoal não docente nesta área. A gestão dos refeitórios é feita através da contratualização de um serviço com uma empresa alimentar, sendo que, para tal, foi elaborado um Caderno de Encargos. Desta forma a CMA tanto ao nível de controlo e de monitorização do funcionamento dos refeitórios escolares, quer ao nível da verificação do cumprimento do caderno de encargos e da vigilância no período de almoço, procede à realização de visitas aos refeitórios escolares, fazendo-se acompanhar de outros organismos com competências específicas no assunto. O estabelecimento de ensino obriga-

se a facultar a visita das instalações e o exame dos produtos em fase de armazenagem, preparação e confecção.

Entre o mês de Dezembro de 2010 e Fevereiro de 2011, com o objectivo de verificar a prestação do serviço de refeições nos refeitórios escolares foram efectuadas várias visitas durante o período de almoço das crianças (11:45 às 13:30). No total foram abrangidos 19 refeitórios distribuídos pelos vários agrupamentos.

Na sequência da avaliação efectuada, e no que diz respeito ao serviço prestado pela Empresa Alimentar (ITAU), comprovou-se existir discrepância relativamente ao cumprimento das obrigações expressas no caderno de encargos, pelo que desse período de avaliação se dá conta, considerando a análise realizada pelos colegas da área/gabinete de Acção Social Escolar. Verificou-se que:

- Em 17 refeitórios (89%), o “Prato Tipo” era inexistente ou resumia-se a um prato colocado em cima do balcão. Faltava sopa, pão, copo, talheres e sobremesa;
- Em 13 refeitórios (68%), os talheres não estavam em invólucro;
- Em 11 refeitórios (58%), a quantidade da refeição foi considerada insuficiente (sopa, carne, pão e água). As refeições servidas não incluíam salada e a sobremesa, quando se tratava de fruta era apenas dado 2/4 ou 1/4 da peça;
- Em 8 refeitórios (42%), a refeição tinha sido alterada em relação à ementa prevista para o dia;
- Em 5 refeitórios (26%), não utilizaram toalhetes nas mesas ou tabuleiros;
- Em 4 refeitórios (21%), o pão não estava embalado;
- Em 4 refeitórios (21%), a ementa não se encontrava em local visível.

Relativamente a outros indicadores observados é de referir:

- A confecção e a apresentação do serviço foram avaliadas com Bom em 16 refeitórios (84%) e Razoável em 3 refeitórios;
- A eficiência do serviço avaliada com Razoável em 16 refeitórios (79%), Muito Bom em 2 refeitórios e Mau em 1 refeitório;
- A qualidade dos produtos foi avaliada com Bom em 11 refeitórios (58%) e Razoável em 8 refeitórios (42%);
- A apresentação do pessoal foi avaliada com Bom em 14 refeitórios (74%), Muito Bom em 4 refeitórios (21%) e Razoável em 1 refeitório;
- A higiene das instalações foi avaliada com Bom em 13 refeitórios (68%), Razoável em 4 refeitórios (21%) e Muito Bom em 2 refeitórios.

Face a estes resultados, procedeu-se a correcções que conduziram a uma melhoria da qualidade do serviço prestado designadamente:

- Garantir que a composição da refeição a servir esteja de acordo com a ementa do dia;
- Observar a exigência de ter em local visível um tabuleiro organizado com todos os componentes da refeição do dia (“prato tipo”);
- Assegurar que cada criança tenha 1 pão, 1 peça de fruta e legumes como acompanhamento da refeição. Estes, servidos em prato separado e preparado com as quantidades correctas (no mínimo três variedades diárias) e ainda disponíveis jarros com água nas mesas;
- Respeitar as captações dos alimentos estabelecidas para a faixa etária das crianças;
- Empacotamento de pão e talheres em invólucro próprio;
- Utilizar os utensílios adequados no processo de empratamento;
- Cuidar de colocar a mesa para a refeição.

Eu participei nas visitas às escolas dos agrupamentos de escolas D. António da Costa, Comandante Conceição e Silva e Monte da Caparica, e procedi ao preenchimento das fichas de avaliação modelo, em conjunto com as coordenações dos estabelecimentos de ensino.

## **1.2. Promoção e Acompanhamento das Actividades de Enriquecimento Curricular**

É objectivo da CMA salvaguardar a permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino, definindo os tempos, as áreas de actividade, o enquadramento pedagógico e financeiro, deixando em aberto as responsabilidades da sua promoção.

No âmbito da linha estratégica “desenvolver os sistemas educativos, cultural e desportivo”, Almada, enquanto cidade educadora e do conhecimento e no respeito pelos princípios da justiça e da solidariedade, prossegue na criação de condições que garantam uma escolaridade básica, reforçando o apoio às famílias com crianças a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico.



Neste sentido, a CMA entendeu uma vez mais assumir a articulação das políticas públicas e as iniciativas dos cidadãos, respondendo como identidade promotora nos contextos educativos onde os níveis de participação da sociedade civil não são tão evidentes e mantendo a equidade no acesso às ofertas assegurada pelo sistema público de ensino. Desta forma, a CMA assumiu-se como promotora das AEC nos Agrupamentos de Escolas do Monte da Caparica e Miradouro de Alfazina, em parceria com o Instituto Piaget, através do protocolo de colaboração para a implementação do programa das AEC no 1.º Ciclo do Ensino Básico (Anexos 5 e 6).

Ao ser promotora e acompanhar a implementação das AEC no 1.º CEB a CMA cumpre um seu desígnio, pois estas, através da colaboração com os estabelecimentos de ensino na sua criação, permitem a adaptação dos tempos de permanência dos alunos nesses mesmos estabelecimentos às necessidades das famílias, e por serem gratuitas e universais, contribuem para um melhor desenvolvimento social educativo e de cidadania dos alunos, concorrendo deste modo para a prevenção do insucesso e abandono escolar.

As minhas funções no âmbito deste acompanhamento foram as seguintes:

- No que respeita ao Programa de implementação das AEC em 2010/2011 elaborar um inquérito por questionário que foi enviado para todos os agrupamentos de escolas do Concelho de Almada, de modo a que a Divisão de Educação pudesse ter os dados globais da procura e da oferta do mesmo, fazendo posteriormente toda a compilação dessa informação;
- Acompanhar e participar nas reuniões de avaliação sobre o 1.º, 2.º e 3.º períodos com os agrupamentos de escolas e o Instituto Piaget;
- Apoiar na elaboração de inquéritos por questionário para análise multivariada do 1.º, 2.º e 3.º períodos lectivos, ajudando na análise e tratamento dos dados provenientes do inquérito por questionário e na posterior elaboração do relatório de avaliação final;
- No âmbito da festa final das AEC e CAF (componente de apoio á família), realizada nas instalações do Instituto Piaget, apoiar ao nível das escolas e encaminhamento até ao auditório, e posterior regresso.

## **2. Área da Intervenção Socioeducativa**

Da área da Intervenção Socioeducativa faz parte toda a iniciativa autárquica de âmbitos social e educativo que não repousa em molduras legais, em que a CMA incentiva e apoia as escolas e instituições educativas no desenvolvimento de acções sócio educativas que visem um acto territorializado.

### **2.1. Plano de Acção Cultural (PAC)**

O PAC vai ao encontro dos eixos estratégicos que definem a intervenção municipal, pretendendo envolver as Escolas e Instituições de Infância nas grandes actividades e objectivos municipais. Visa promover e apoiar projectos sócio-educativos que afirmem o concelho e envolvam as crianças e a comunidade educativa no desenvolvimento local. Tendo uma história que remete o seu início ao ano de 1997, incorpora uma bagagem experiencial que traduz as dinâmicas e o caminho político da Autarquia ao ser um instrumento interveniente e operante na dinâmica educativa das instituições de acção educativa do Concelho.

Actualmente, o PAC integra-se no Eixo 4 de Desenvolvimento das Opções do Plano 2011 (Anexo 4), nomeadamente no que concerne à “Educação, Formação, Conhecimento e Juventude” – “Desenvolver Almada “Mais” como pólo de conhecimento, competências e criatividade, dotada de sistemas de educação e de formação ao longo da vida, de um sistema universitário e de investigação aplicada, que geram oportunidades para a juventude e formam talentos (...)”. Pretende incentivar “a inovação pedagógica e favorecer a ligação da escola à comunidade, contribuindo para uma acção educativa territorializada que tenha em conta os valores, as tradições, as realidades sociais e ambientais e que fomente a educação para a cidadania”<sup>3</sup>. O PAC assume-se, ainda, como um instrumento de concretização dos princípios incluídos na Carta das Cidades Educadoras, de que Almada é subscritora.

Desta forma, o PAC tem como principais objectivos: contribuir para o conhecimento e divulgação do concelho; promover projectos sócio-educativos alicerçados nos valores da solidariedade, sustentabilidade e eco-eficiência; estimular a produção de recursos didáctico-pedagógicos; incentivar a criatividade e a inovação pedagógica;

---

<sup>3</sup> In Opções do Plano e Orçamento para 2011

incentivar a participação e o envolvimento da comunidade educativa; promover, apoiar e divulgar a implementação de boas práticas de aprendizagem; sistematizar e divulgar acções e projectos de âmbito local e nacional, relevantes em matéria de Educação.

São dimensões a privilegiar, em termos de apoio a projectos/actividades sócio-educativas a enquadrar no PAC:

➤ Ambiente, Ciência e Tecnologia: inclui as questões respeitantes ao Património Natural, Consumo Sustentável, Hortas e Jardins Pedagógicos, Ciclo Urbano da Água, Reciclagem de Resíduos, Eficiência Energética, Energias Renováveis, Alterações Climáticas e Mobilidade Urbana, bem como temas propostos anualmente pela UNEP e UNESCO.

➤ Património e História Local: inclui as questões respeitantes ao Património Histórico, Património Construído/Contemporâneo, Arte Pública Urbana, Património Cultural e Social, Memórias e Tradições.

➤ Cidadania e Participação: inclui as questões respeitantes, entre outras, à Educação para a Saúde (toxicodependências, sexualidade, gravidez na adolescência, hábitos de vida saudáveis, alimentação), Educação para a Multiculturalidade, Educação para os Valores, Educação para a Solidariedade.

➤ Artes e Expressões: inclui as questões respeitantes às diversas formas de expressão, nomeadamente dramática, plástica, corporal, musical, etc.

➤ Leitura, Escrita e Comunicação: inclui as questões respeitantes à promoção de hábitos de leitura e escrita, abordagem da obra de autores locais ou que privilegiem o conhecimento do Concelho e utilização das tecnologias de informação e comunicação.

➤ Desporto e Actividade Física: inclui as questões respeitantes à promoção/aquisição de estilos de vida saudáveis, divulgação de práticas e modalidades desportivas e reforço da percepção do desporto e da actividade física como factor cultural e de inclusão.

As tarefas desenvolvidas no âmbito do PAC deram-me a oportunidade de:

- Analisar todos os projectos candidatos no ano 2009/2010, analisar os relatórios finais entregues em 2010 bem como os Portefólios correspondentes e confirmar a entrega dos comprovativos de despesas;
- Analisar e estudar todos os procedimentos internos associados ao Enquadramento do PAC bem como todos os critérios de avaliação inicial de projecto;
- Recepção das candidaturas do ano 2010/2011;

- Acompanhar e participar nas reuniões iniciais/intermédias com o Grupo PAC (ambiente, ciência e tecnologia; cidadania e participação; leitura, escrita e comunicação; património e história local; artes e expressões; desporto e actividade física) para avaliação percentual e consequente apoio financeiro;
- Participar na construção da Informação à Consideração Superior e da respectiva Proposta à Reunião de Câmara, relativa à abertura do processo para 2010/2011;
- Participar na análise de todas as Candidaturas a Projecto PAC com base nos procedimentos e critérios de análise aprovados em Reunião de Câmara;
- Construir as Fichas de Análise de uma grande parte das Candidaturas, juntamente com a Técnica Superior afecta à iniciativa, dando conta da apreciação técnica de cada projecto, considerando o resultado percentual da avaliação e a correspondente ponderação financeira a afectar a cada Projecto;
- Participar na organização logística do PAC 2010/2011;
- Construir a Base de Dados dos Projectos PAC 2010/2011;
- Participar na Avaliação final com os coordenadores dos projectos PAC em conjunto com o Grupo PAC;
- Apoio na Preparação da Exposição dos Projectos PAC;
- Desenvolver tarefas pontuais, nomeadamente, elaboração de Actas, envio de e-mails a convocar reuniões, atendimento telefónico e encaminhamento de situações.

## **2.2. Festa de Natal**

A Festa de Natal é a celebração da época com todas as crianças das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância da rede pública, Instituições Particulares de Solidariedade Social e ainda duas escolas de educação especial: Externato Zazzo e CERCISA, que se realizou nos dias de 13 a 16 de Dezembro. Foram quatro dias preparados integralmente pela Divisão de Educação que têm o objectivo de, diariamente, celebrar o Natal com todas as crianças e jovens do Concelho proporcionando-lhes momentos de espectáculo, diversão e refeição, culminando em pequenos presentes oferecidos a cada criança. No ano de 2010/2011, estiveram presentes oito mil e setecentos e cinquenta participantes de 45 estabelecimentos de ensino.

As tarefas que me couberam foram:

- A recepção dos crianças, jovens e professores distribuindo-lhes o lanche;
- Questões de segurança (garantir que não entra ninguém de fora da iniciativa, manter os corredores livres, acompanhar crianças em diversas situações);
- Distribuição de ofertas a cada criança e jovem no final da iniciativa;

### **2.3. Mostra do Ensino Superior, Secundário e Profissional**

A Mostra do Ensino iniciou-se em 2004 e, desde então, conta-se com um grande desenvolvimento da iniciativa. O seu surgimento deve-se a uma ideia conjunta do Director da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova e da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, na qual se partilhou o interesse em estruturar uma divulgação pública de todas as ofertas educativas do concelho. Para isto foi criado um grupo de trabalho constituído por elementos da CMA e elementos do Departamento de Comunicação de cada instituição do ensino superior, secundário e profissional participante, estando a coordenação afectada à Divisão de Educação, que assume igualmente as tarefas logísticas e o financiamento.

Neste ano de 2011, a 8.<sup>a</sup> Mostra do Ensino Superior, Secundário e Profissional realizou-se de 4 a 7 de Maio, sob o lema “Educação e Formação no Século XXI”, decorrendo em três espaços físicos: Praça da Liberdade, Fórum Romeu Correia e Oficina da Cultura. O Tema foi escolhido entre a CMA e os representantes das Instituições de Ensino e remete para a aprendizagem ao longo da vida.

Esta iniciativa consiste num espaço de conhecimento, oportunidades e partilha de experiências. É também uma iniciativa que procura aproximar os cidadãos e as entidades educativas (escolas e instituições de ensino superior) existentes no concelho.

O Município e as várias instituições participantes revelam, através de projectos práticos e experiências, o trabalho desenvolvido. Esta é também uma oportunidade única para os alunos conhecerem melhor as ofertas educativas existentes no concelho. Da programação destaca-se: a exposição central sobre “Educação e Formação no Século XXI”, onde se divulgam os sistemas e os vários níveis de educação e formação, numa dimensão global, e perspectiva-se o futuro próximo em Almada; o Ciclo de Encontros, onde se debateu, através de várias comunicações, diferentes temáticas como a cidadania (memórias orais e património cultural, educação para a cidadania em contexto escolar,

educação multicultural e Almada Cidade Educadora, da Inovação, do Conhecimento e Cultura), o ensino superior (a Faculdade de Ciências e Tecnologia, novas realidades e perspectivas, os 75 anos do ensino superior em Almada e a intervenção municipal) e a educação sexual (os jovens e a educação sexual e a educação para a saúde). Ao longo dos quatro dias da Mostra dinamizaram-se cerca de sessenta ateliês (saúde oral, envelhecimento, ADN das frutas, informática, observação de fósseis, entre outros) que pretendiam ser momentos de experiência para cada aluno e visitante sobre o que se faz em cada instituição, através de actividades demonstrativas da diversidade da oferta do concelho. O programa incluiu ainda vários momentos de animação, com desportos de aventura, música, dança e várias demonstrações, dinamizados pelas instituições educativas presentes.

As minhas funções no âmbito desta iniciativa foram as seguintes:

- Realizar o ponto de situação face à entrega dos materiais de cada Entidade, contactando-as e preenchendo um ficheiro relativo a este fim;
- Estar presente na Tenda do Ensino Superior enquanto responsável local, resolvendo problemas pontuais que surgiram;
- Prestar informações sobre a iniciativa e a sua programação.

#### **2.4. Cerimónia de Homenagem ao Professor Aposentado**

Esta iniciativa nasceu da Senhora Presidente que entendeu que devia homenagear os professores aposentados, e após ter reunido com um grupo informal de professores propôs que se organizassem como associação. A partir desta associação é que se foi desenvolvendo este encontro anual de docentes que ocorre desde 2001, conta já com a décima primeira edição, onde se desenvolve um grande momento de convívio muito aguardado por quem exerceu e continua a exercer funções lectivas no concelho de Almada, que pretende fundamentalmente homenagear docentes aposentados pelo contributo dado à formação e educação dos munícipes de Almada.

A homenagem ao Professor Aposentado reuniu cerca de 400 professores e educadores, dos quais 50 foram homenageados pelo Município de Almada, reafirmando-se assim o reconhecimento pelo papel desempenhado por estes docentes na educação e formação de novas gerações e também o reconhecimento do trabalho cultural, social, cívico e solidário, oferecendo também aos docentes uma placa comemorativa.

As minhas funções foram a recepção dos professores confirmando o seu nome na lista e encaminhá-los até ao local da realização do almoço, e no final da cerimónia distribuir uma flor.

## **2.5. Agenda 21 da Criança – “Queres Mudar o Mundo? Começa por Almada”**

Esta iniciativa internacional a que o Município de Almada aderiu, tem como principais objectivos promover a participação activa dos cidadãos mais novos no processo de tomada de decisão.

A ideia de envolver as crianças, com as suas opiniões e sonhos, na construção de um Concelho e um Planeta mais sustentáveis, surgiu durante a participação de Almada na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que decorreu em 2002, em Joanesburgo, África do Sul. Aí, nasceu a ideia de construir a Agenda 21 da Criança de Almada, uma resposta inovadora ao desafio lançado no Capítulo 25 da Agenda 21<sup>4</sup> “as crianças e os jovens são parceiros essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável”.

O projecto abre a porta à participação de todas as crianças do Concelho e desenvolve-se nas duas vertentes principais “A Mensagem” e “Em Acção”. A vertente “A Mensagem” é dirigida às crianças em casa, onde recebem um convite para enviar uma mensagem à Presidente da CMA, ilustrando um postal e expressando a sua opinião sobre o que mais gostam, menos gostam e o que gostariam de mudar no concelho. A outra vertente, “Em Acção”, dirige-se às crianças na escola. No projecto estão activamente envolvidas várias escolas do 1.º Ciclo de diferentes freguesias do concelho, que ao longo do ano lectivo exploram temas que coincidem com as áreas temáticas da Agenda 21. Estas duas vertentes do projecto culminam com a realização do Parlamento dos Pequenos Deputados, o Fórum 21 da Criança, que acontece anualmente e onde as crianças envolvidas no projecto têm a oportunidade de apresentar aos mais altos repre-

---

<sup>4</sup> “A Cimeira da Terra, que decorreu no Rio de Janeiro em 1992, consagrou o conceito do desenvolvimento sustentável, como aquele que deve ser o grande objectivo do desenvolvimento humano, “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas”, instituindo de forma clara e inequívoca a interdependência entre os valores ambiental, social e económico. As 170 nações participantes, incluindo Portugal, subscreveram um documento com 500 páginas, a Agenda 21, adoptado como estratégia de acção para alcançar o desenvolvimento sustentável.” Retirado do Site da Câmara Municipal de Almada.

sentantes da Autarquia os resultados do seu trabalho e partilhar as suas ideias e sugestões para melhorar a terra em que vivem. Esse é o momento em que também apresentam um “produto” por eles concebido ao longo do seu envolvimento no projecto e que pode ser um recurso para outras crianças. Já tomaram assim forma, filmes e documentários, representações teatrais, brochuras, postais, e muitas outras criações que marcaram também a participação de todos no projecto.

As ideias apresentadas no Fórum 21 da Criança são depois incluídas no Plano de Actividades Anual da Autarquia, e muitas já se tornaram uma realidade. Este ano teve lugar no Teatro Municipal de Almada no dia 5 de Junho, onde dei apoio na recepção das escolas convidadas e no final ajudei na distribuição de brindes às crianças.

## **2.6. Marchas Populares**

As Marchas Populares das Escolas e Instituições de Infância do Concelho constituem um dos momentos mais significativos e ricos em termos da dinâmica escolar e socioeducativa na recriação e transmissão das tradições populares e na (con)vivência entre gerações, que importa incentivar.

Crianças, educadores, professores, pais e famílias envolvem-se profundamente em todo este processo de demonstração de valores, costumes e práticas culturais que vão passando de/por gerações, com toques de criatividade e de modernidade.

A mobilização atempada de todos os intervenientes, em torno deste projecto lúdico-educativo e cultural, permite a descoberta, o conhecimento e a recriação de aspectos da tradição popular ligada às Marchas, no Concelho de Almada, constituindo factor de transmissão e de aprendizagem cultural.

No quadro da Cidade Educadora que Almada reivindica ser, uma cidade de práticas educativas diversificadas, de generalizada participação cívica e de forte interiorização de manifestações culturais, esta é, certamente, uma das formas para promover e demonstrar este espírito, particularmente pelas gerações mais jovens.

Nas Linhas de Orientação Estratégicas definidas para 2011 nas Opções do Plano, aponta-se para a necessidade de manter o apoio à cultura popular e às actividades de animação urbana; e desenvolver programas festivos nas datas com significado colectivo e comunitário, designadamente as Marchas populares.



Neste contexto se insere este evento socioeducativo e recreativo de grande enfoque local que coloca todos os agentes e actores educativos num patamar superior de participação cultural e cívica.

A minha função no âmbito desta iniciativa foi dar apoio na chegada das escolas e posterior regresso.

## **CAPÍTULO VI**

### **ESTUDO DA GESTÃO DAS AEC NO MUNICÍPIO DE ALMADA**

#### **1. Introdução**

O desenvolvimento de um trabalho de investigação científica, concentra os seus objectivos, essencialmente, na procura de uma melhor caracterização e esclarecimento de um determinado domínio do conhecimento. Para poder alcançar credibilidade científica, é necessário um conjunto de normas que forneçam a coerência interna e inteligibilidade necessárias à formação de um todo com sentido, cumprindo os fins a que o investigador se havia inicialmente proposto (Sousa, 1998). Assim, um determinado problema que desejamos tratar implica sempre um enquadramento específico, relativamente à pesquisa que se pretende efectuar.

Desta forma, apresenta-se a pertinência do estudo, a justificação da problemática a investigar, os seus objectivos e as opções metodológicas.

#### **2. A Problemática, os Objectivos e os Eixos de Análise da Investigação**

A Câmara Municipal de Almada é promotora das AEC em 2 agrupamentos de escolas, e nos restantes 10, os agrupamentos de escolas planificaram as AEC com Associações de Pais e de Encarregados de Educação ou IPSS, enquanto entidades promotoras (artigo n.º 16 do Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio). Desta forma, a problemática desta investigação centra-se em compreender o desenvolvimento de várias modalidades de gestão das AEC, incluindo os actores envolvidos, as responsabilidades atribuídas a cada um deles e o modo como se articulam as AEC no seio da escola.

Para o efeito, procurar-se-á identificar e analisar também as metodologias, estratégias e procedimentos presentes nas escolas do 1.º CEB para a concretização e sucesso das AEC como ofertas formativas que visam o enriquecimento dos tempos escolares das crianças.

Assim e de acordo com o Projecto de Investigação, foram definidos os seguintes objectivos e a questão principal que está na base do estudo:

- ✓ Descrever as modalidades de organização e gestão do Programa das AEC no Município de Almada;
- ✓ Caracterizar os diferentes modelos de gestão das AEC existentes nos estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública;
- ✓ Identificar, compreender e inferir os motivos que levaram a autarquia a optar por posições diferentes no que respeita à gestão das AEC;
- ✓ Estudar o papel dos agrupamentos de escolas na implementação do Programa das AEC;
- ✓ Compreender a importância das intervenções das entidades promotoras das AEC, na sua implementação e gestão nos agrupamentos de escolas do Município de Almada.

Questão central:



Há diferenças significativas no modo de organização e gestão do Programa das AEC, consoante as diferentes entidades promotoras?

Face à problemática e respectiva questão, decorrem três eixos de análise que dão sentido ao trabalho de investigação, a saber:

EA 1: Administração e Gestão do Programa das AEC;

EA 2: Planeamento e Coordenação das AEC;

EA 3: Supervisão e Avaliação das AEC.

### **3. Metodologia de Investigação**

#### **3.1. Tipo de Investigação**

A caracterização das várias modalidades de gestão das AEC nos vários agrupamentos do município de Almada, será desenvolvida a partir das percepções dos seus actores, nomeadamente actores envolvidos nas AEC no seio da escola. Interessa, pois, saber o que estes dizem sobre o funcionamento geral das AEC e sobre a entidade pro-

motora que gere as AEC no seu agrupamento. Pretendo, desta forma, desenvolver uma abordagem naturalista de tipo descritivo e interpretativo, desenvolvida predominantemente a partir de informação qualitativa.

Esta pretende ser uma abordagem descritiva e interpretativa com o objectivo de caracterizar as diferentes formas de gestão.

Como referem Bogdan & Bilken, os investigadores qualitativos “tentam compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem esses mesmos significados.” (Bogdan & Bilken, 1994: 70)

Bogdan e Biklen (1994) destacam cinco características da investigação qualitativa: (1) a fonte directa de dados é o ambiente natural e o investigador é o instrumento principal de recolha de dados; (2) os dados recolhidos são descritivos; (3) o interesse do investigador centra-se sobretudo nos processos; (4) a análise dos dados é feita pelo investigador de uma forma indutiva; (5) o investigador interessa-se por compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências. Contudo, estas características, apesar de poderem não estar presentes de igual modo num estudo, determinam em grande medida o tipo de investigação que irá ser feita.

No contexto do presente estudo, marcado pelo carácter interpretativo, a opção metodológica adoptada recaiu na utilização do método de Estudo de Caso como suporte da investigação.

### **3.2. Estratégia de Investigação**

Bogdan e Biklen (1994: 89) referem-se ao estudo de caso como um método com graus de dificuldade variável, utilizado tanto por investigadores experientes como por principiantes.

No entanto, por considerarem que os estudos de caso se revestem de um carácter menos complexo, recomendam a sua utilização pelos principiantes. Para estes autores, “o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (Merriam, cit. por Bogdan e Biklen, 1994: 89).

Segundo Bell (2004) o estudo de caso é um método de investigação que pretende o estudo, mais ou menos aprofundado, de um determinado caso/ problema, num período de tempo reduzido. Para levar a cabo este método não basta fazer uma descrição do pro-

blema, é necessária uma recolha sistemática dos dados, uma análise cuidada da relação entre as variáveis e uma planificação pormenorizada.

Esta estratégia de investigação, Estudo de Caso, tenta caracterizar o estado actual de um determinado objecto de investigação e compreender uma determinada realidade, através da análise das dinâmicas que lhe são intrínsecas. Saliente-se que um estudo de caso é uma investigação de natureza empírica e, por isso, baseia-se fortemente em trabalho de campo ou em análise documental. Segundo Bassey (cit. por Afonso, 2005:70) “um estudo de caso em educação é uma pesquisa empírica, conduzida numa situação circunscrita de espaço e de tempo, ou seja, é singular, centrada em facetas interessantes de uma actividade, programa, instituição ou sistema, em contextos naturais e respeitando as pessoas, (...) possibilitando a exploração de aspectos relevantes, a formulação e a verificação de explicações plausíveis sobre o que se encontrou, a construção de argumentos ou narrativas válidas, ou a sua relação com temas da literatura científica de referência”.

### 3.3. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

Na investigação foram utilizadas técnicas e instrumentos como a pesquisa arquivística, o inquérito por questionário e a entrevista.

A **Pesquisa Arquivística** “consiste na utilização de informação existente em documentos anteriormente elaborados, com o objectivo de obter dados relevantes para responder às questões da investigação” (Afonso, 2005:88).

Nesta técnica, Afonso (2005:89) define três tipos de documentos:

- Documentos Oficiais, que consistem em registos da actividade quotidiana da administração educacional, tais como regulamentos internos, protocolos, planos de actividades, entre outros. Este tipo de documentos inclui também registos estatísticos que reúnem informação quantitativa em função de critérios previamente definidos.
- Documentos Públicos, inclui-se a imprensa e toda a documentação de domínio e interesse público.
- Documentos Privados, são documentos geralmente de acesso mais restrito, onde se incluem os arquivos de registo do quotidiano da administração educacional e

ainda, documentos pessoais, os quais são utilizados nos estudos biográficos e nas histórias de vida.

O uso desta técnica ocorreu com o intuito de obter informação acerca da intervenção do Município no domínio da educação, de modo a alcançar dados acerca de todas as actividades que se realizam no âmbito educativo.

A pesquisa arquivística incidiu sobre documentos oficiais e públicos da Câmara Municipal de Almada, tais como:

Quadro n.º 4 – Documentação Consultada

Documentos Oficiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Plano de Actividades da CMA e Orçamento 2010 e 2011;</li> <li>➤ Propostas a Reunião de Câmara e Informações à Consideração Superior;</li> <li>➤ Fichas de Inscrição, Análise e Avaliação do PAC;</li> <li>➤ Procedimentos da vigilância e gestão dos refeitórios escolares;</li> <li>➤ Relatório de Avaliação do Programa das AEC no ano lectivo 2009/2010;</li> </ul>
Documentos Públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Boletins Mensais da CMA;</li> <li>➤ Jornal Escola em Festa;</li> </ul>

O **Inquérito por Questionário** consiste em “conjuntos de questões escritas a que se responde também por escrito” (Afonso, 2005:101), permitindo desta forma, a conversão de “informação obtida dos respondentes em dados pré-formatados, facilitando o acesso a um número elevado de sujeitos e a contextos diferenciados”. Ainda segundo o mesmo autor o inquérito por questionário é utilizado frequentemente em estudos de caso “quando se pretende ter acesso a um número elevado de actores no seio de uma organização, ou num contexto social específico” (2005:102).

O inquérito por questionário, que se encontra no Anexo 7, foi ministrado aos directores dos doze agrupamentos de escolas do Município de Almada existentes no ano lectivo 2009/2010, e foi dividido em duas partes. A 1.ª parte era para preencher com informações referentes a cada escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, pertencente a cada agrupamento, a 2.ª Parte era para preencher apenas por agrupamento. Obtive apenas oito respostas ao inquérito por questionário, o que perfaz um índice de resposta de 66,7%.

O processo de aplicação do inquérito por questionário foi antecedido pela aplicação de um “pré-teste”. O “pré-teste” é um projecto de questionário que pressupõe a compatibilidade dos objectivos da investigação com um grupo de características semelhantes ao universo a estudar. Segundo Ghiglione e Matalon quando uma primeira ver-

são do inquérito fica redigida (quando a formulação de todas as questões e a sua ordem são provisoriamente fixadas) é necessário garantir que o questionário seja de facto aplicável e que responda efectivamente aos problemas colocados pelo investigador (1992:157).

Para o efeito contei com a colaboração da responsável pelas AEC no 1.º CEB de um dos agrupamentos do estudo de caso, a qual auxiliou na análise quanto à adequação das perguntas; se as respostas denotavam dificuldade no entendimento das questões, e se as respostas correspondiam às perguntas solicitadas, ou seja, tudo o que pode implicar a inadequação do questionário junto de um grupo de actores directamente envolvidos no processo, nomeadamente professores coordenadores e responsáveis pelas AEC.

Com a aplicação do inquérito por questionário, através de uma matriz feita previamente (Anexo 8), procurou-se:

- Identificar as AEC em prática nos agrupamentos do concelho;
- Identificar e caracterizar os recursos (Humanos, Materiais e Financeiros) mobilizados para o funcionamento das AEC;
- Caracterizar e identificar as parcerias desenvolvidas na promoção das AEC;
- Identificar as responsabilidades que ficam a cargo do agrupamento e da entidade promotora;
- Conhecer o processo de recrutamento dos professores das AEC;
- Perceber como ocorre o processo de planeamento e coordenação do programa das AEC;
- Analisar o modo como é feita a supervisão pedagógica e a avaliação das AEC;
- Identificar pontos fortes, pontos fracos e novas estratégias adoptadas do desenvolvimento das AEC.

É importante salientar que o inquérito por questionário foi constituído por diversas perguntas, sendo estas tanto de resposta aberta como de resposta fechada, uma vez que é importante dirigir o questionário para os objectivos finais da investigação, através das perguntas de resposta fechada, bem como é relevante saber a opinião dos intervenientes envolvidos, dando a liberdade de expressão, através das perguntas de resposta aberta.

No que respeita à **Entrevista**, segundo Bogdan e Biklen (1994), esta é uma conversa intencional, geralmente entre duas (ou mais) pessoas, dirigida por uma delas, com o objectivo de obter informação sobre o entrevistado. Assim, na entrevista é estabelecida uma relação entre o entrevistador e o entrevistado que visa a obtenção de informação

importante para a investigação, que permita a descrição dos fenómenos. Segundo Afonso (2005:97) “distingue-se entre entrevistas estruturadas, não estruturadas e semi-estruturadas, em função das características do dispositivo montado para registar a informação fornecida pelo entrevistado”.

Na presente investigação, optou-se, pela entrevista de tipo semi-estruturada. Esta requer a existência de um guião com questões abertas ou fechadas, previamente preparado de acordo com os objectivos orientadores que serve para orientar o desenrolar da entrevista. Segundo Afonso (2005:99), “o guião deve ser construído a partir das questões de pesquisa e eixos de análise do projecto de investigação. A sua estrutura típica tem um carácter matricial, em que a substância da entrevista é organizada por objectivos, questões e itens ou tópicos. A cada objectivo corresponde a uma ou mais questões. A cada questão correspondem vários itens ou tópicos que serão utilizados na gestão do discurso do entrevistado em relação a cada pergunta”. Neste sentido, foi construído um guião de entrevista, Anexo 10, que se baseou nestas regras metodológicas, para ser aplicado ao Senhor Vereador da Educação, cujo protocolo se encontra no Anexo 11.

De seguida, apresenta-se os objectivos da entrevista:

- Conhecer a opinião do entrevistado sobre a evolução das competências educacionais dos municípios.
- Saber a que intervenções municipais atribui o entrevistado maior importância.
- Relacionar as AEC com o processo de descentralização e transferência de competências.
- Identificar as razões políticas que levaram a autarquia a assumir duas posições diferentes nesta matéria.
- Identificar recursos organizacionais e financeiros associados à intervenção da autarquia nas AEC.
- Relacionar as AEC e a política educativa local.

### **3.4. Técnicas de Tratamento e Análise de dados**

Nesta investigação, quer as respostas abertas dos inquéritos por questionário, quer a entrevista semi-estruturada, foram alvo de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é sustentada essencialmente numa análise estrutural, em que se procura, em documentos de natureza variada, através de disjunção e conjunção,



entender a sua organização estrutural para, a partir daí, efectuar inferências que levem ao real conteúdo manifesto e não ao aparente (Sousa, 2005:265).

Bardin (1997) refere que a finalidade da análise de conteúdo é a interpretação das comunicações através de uma descrição sistemática e objectiva do seu conteúdo, visando uma posterior interpretação por inferência. Segundo o mesmo autor, “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores” (1997:38).

Como Bogdan e Biklen (1994) referem, a esta técnica estão subentendidas as seguintes etapas: definição dos objectivos; fundamentação teórica; constituição de um *corpus*; definição de unidades de análise; definição de categorias; interpretação dos resultados obtidos.

Desta forma, para a análise de conteúdo do inquérito por questionário (Anexo 9) e da entrevista (Anexo 12), foi desenvolvido um processo de tratamento e análise dos dados recolhidos, em que estes foram organizados, divididos em categorias e indicadores, sintetizados e retirando as ideias mais importantes, possibilitando uma análise clara e organizada dos protocolos.

#### **4. Modelo de Análise**

Após ter definido os objectivos da investigação, construí um modelo de análise, que ajudou no processo de recolha e tratamento de dados. Assim sendo, considerei que o estudo do desenvolvimento das AEC se desdobre em três dimensões fundamentais, nas quais importa descrever e compreender: a administração e gestão; o planeamento e coordenação; e por fim a supervisão e avaliação. Todas estas dimensões são caracterizadas por procedimentos específicos em que se mobilizam vários actores.

Desta forma, a primeira diz respeito à identificação e caracterização dos intervenientes na administração e gestão do programa das AEC, assim como a caracterização da oferta formativa de enriquecimento curricular, gestão de recursos humanos, dos espaços utilizados, dos materiais de apoio didácticos/pedagógicos utilizados. É dentro desta dimensão que pretendo analisar que tipo de relações que existem entre o agrupamento e a entidade promotora ou entidade parceira na promoção e desenvolvimento do programa das AEC, através de uma análise baseada em Pinhal (1993) que prevê a iden-

tificação de indicadores associados a alguns, de entre os quais considere os três seguintes:

➤ Persistência das Relações, em que pode ocorrer: Relações Circunstanciais, que são as que ocorrem por influência isolada de acontecimentos, pessoas ou grupos, e cuja repetição não se prevê; Relações Regulares, que são as que se repetem e mostram tendência para continuar a repetir-se, de acordo com processos planificados ou não, mas que não fazem parte do quotidiano da instituição; e Relações permanentes, que são as que constituem um traço da vida quotidiana da instituição;

➤ Natureza das Relações, que podem do tipo Humanas (as que se referem a trocas envolvendo alunos, professores e membros do pessoal não docente, assim como o recurso a pessoas exteriores com vista ao desenvolvimento de certas actividades); Materiais (as que se referem à cessão de espaços e de equipamentos, a apoios materiais não financeiros ou à prestação de serviços); Financeiras (as que envolvem fluxos financeiros, de entrada ou de saída, com outras instituições) e Informacionais (as que se referem às trocas de informações entre organizações e grupos).

➤ Formalidade das Relações, que podem ser Formais (são as que decorrem das competências legais das instituições ou de protocolos ou regulamentos estabelecidos para o desenvolvimento de certas actividades); Não Formais (decorrem de contacto previsto em documentação interna) e Informais (associadas às relações que existem sem qualquer compromisso assumido ou regre pré-existente).

A dimensão do planeamento e coordenação, inclui o processo da planificação e quem nele intervém, a articulação entre as AEC e o currículo escolar formal, assim como, a coordenação e orientação quotidianas das AEC. Nesta dimensão os professores titulares de turma e os professores das AEC assumem o papel principal.

Por fim, a supervisão e a avaliação, que inclui todo o processo relativamente à supervisão pedagógica e à avaliação das AEC, analisando também os pontos fortes e os pontos fracos durante o desenvolvimento das AEC no ano lectivo 2009/2010.

Este processo ajudou em todo o processo de recolha de dados, em particular na elaboração do inquérito por questionário.

## 5. Apresentação, análise e discussão dos dados

### 5.1. Apresentação dos resultados do Inquérito por Questionário

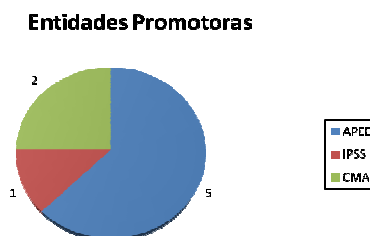
Começarei então com a apresentação dos resultados obtidos a partir da realização do inquérito por questionário distribuído via e-mail aos doze agrupamentos de escolas da rede escolar pública existentes no concelho de Almada no ano lectivo 2009/2010. O inquérito por questionário era dirigido aos directores dos agrupamentos de escolas, em que, dos 12 agrupamentos de escolas inquiridos, apenas 8 agrupamentos responderam.

#### 5.1.1. Ao nível da Administração e Gestão do Programa das AEC

##### ➤ Identificação das Entidades Promotoras do Programa das AEC

As entidades promotoras das AEC nos 8 agrupamentos em estudo, variam, como se pode verificar do gráfico seguinte. Em 5 agrupamentos de escolas as entidades promotoras são as Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE), noutros 2 agrupamentos é a Câmara Municipal e apenas em um agrupamento a entidade promotora é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). É importante referir que apenas a entidade promotora Câmara Municipal de Almada (CMA) estabelece parceria com uma outra entidade, nomeadamente o Instituto Piaget, para o desenvolvimento do programa das AEC.

Gráfico n.º1 – Entidades Promotoras das AEC



➤ Caracterização da relação existente entre os agrupamentos e as entidades promotoras

Relativamente ao tipo de relação existente entre os agrupamentos e as entidades promotoras ao nível da persistência, foram essencialmente estabelecidas relações permanentes, isto é, relações que fazem parte da vida quotidiana destas instituições ao longo do ano lectivo.

No que respeita à natureza das relações estas foram unicamente humanas e materiais para manter um bom funcionamento das AEC. Relações humanas através da colocação de professores e pessoal não docente, e relações materiais através da cedência de matérias e disponibilização de espaços. Em reuniões havidas mensalmente com o responsável pela entidade promotora, era feito um levantamento das necessidades materiais pelos docentes das AEC.

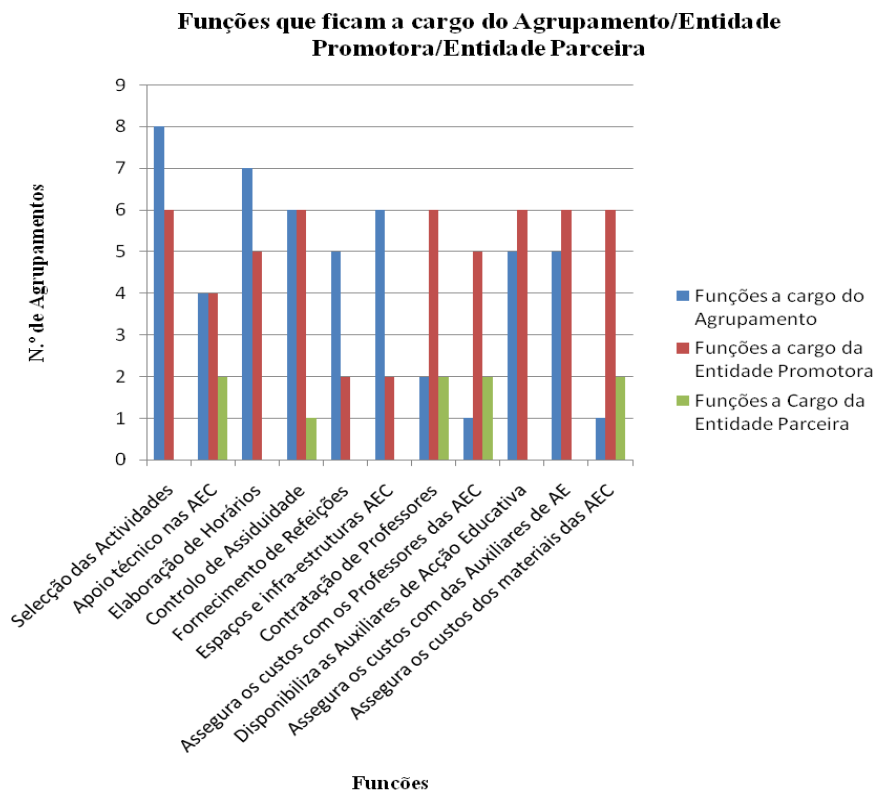
Quanto à formalidade das relações, desenvolveram-se relações de carácter formal e informal, havendo uma boa articulação entre ambas as partes intervenientes. Ao longo do ano lectivo desenvolveram-se várias reuniões formais, mensalmente e por escola, entre os intervenientes envolvidos no processo, sendo estabelecidos contactos informais sempre que existisse necessidade.

É possível constatar que através das relações existentes entre os agrupamentos de escolas, entidades promotoras e em dois casos que envolvem também uma entidade parceira, parece existir alguma evidência de um trabalho conjunto na concepção e no desenvolvimento do programa das AEC, isto porque, a cooperação existente entre estas entidades facilita e favorece os processos de articulação minorando eventuais problemas, como por exemplo, dificuldades na colocação de professores.

Era importante analisar a consistência das relações, para se perceber se entre os agrupamentos de escolas, entidades promotoras e entidade parceira havia a existência em comum, ou não, de um projecto com concepção comum ou não, mas como não houve recolha referente a estes aspectos, não posso afirmar que entre estas entidades existe um programa comum.

➤ Identificação das Funções que ficam a cargo do Agrupamento, da Entidade Promotora e da Entidade Parceira

Gráfico n.º2 – Funções que ficam a cargo do Agrupamento/Entidade Promotora/Entidade Parceira



Nos 8 Agrupamentos de Escolas em estudo, através da análise do gráfico, pode-se verificar que as funções relativas à implementação e desenvolvimento do Programa das AEC ficam a cargo de todas as várias entidades envolvidas neste processo, isto é, muitas das providências que se têm de tomar ficam a cargo do agrupamento e da própria entidade promotora e menos a cargo da entidade parceira.

É possível constatar que, as principais funções que ficam a cargo do agrupamento são as de elaborar os horários, fornecer refeições, dispor de espaços e infra-estruturas para as AEC. No que respeita às entidades promotoras predominam as funções do tipo contratar os professores para as AEC, assegurando os seus custos, disponibilizar auxiliares de acção educativa assegurando também os seus custos e assegurar os custos dos materiais das AEC.

É importante referir que a entidade parceira, perante a análise do gráfico, é praticamente nula, porque actua apenas em 2 dos 8 agrupamentos de escolas em análise.

➤ Caracterização da Oferta e da Procura

No que respeita à caracterização da oferta e da procura, apenas é feita a apresentação e análise da informação de 6 inquéritos por questionário, isto porque apenas 6 agrupamentos de escolas responderam correctamente à primeira parte do inquérito. Desta forma apresenta-se a seguinte informação:

Quadro n.º 5 - Caracterização da oferta e da procura

Entidade Promotora	Estabelecimento de Ensino	Oferta formativa AEC	Total de alunos a frequentar a escola	N.º de alunos que frequentam pelo menos uma AEC	Frequência AEC %
Associações de Pais e Encarregados de Educação	<b>Agrupamento Vertical de Escolas Anselmo de Andrade</b>		<b>504</b>	<b>392</b>	<b>77,8%</b>
	EB1/JI Almada, n.º1	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino a Música - Outra actividade: Desenvolvimento Pessoal e Criatividade	136	74	54,4%
	EB1/JI Feliciano Oleiro	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino a Música - Outra actividade: Desenvolvimento Pessoal e Criatividade	185	146	78,9%
	EB1/JI do Pragal, n.º1	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino a Música - Outra actividade: Aprender a Ser	183	172	93,9%
	<b>Agrupamento de Escolas da Alembança</b>		<b>1018</b>	<b>1005</b>	<b>98,7%</b>
	EB1 do Feijó, n.º1	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música - Outra actividade: Expressão Plástica	297	289	97,3%
	EB1 do Feijó, n.º2	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Ensino da Música - Outra actividade: Expressão Plástica	87	87	100%

	EB1/JI de Vale Flores	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música - Outra actividade: Expressão Plástica	144	144	100%
	EB1/JI Maria Rosa Colaço	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música	304	304	100%
	EB1/JI do Chegadoinho	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música	162	162	100%
	EB1/JI do Feijó, n.º3	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Ensino da Música - Outra actividade: Artes Circenses	24	19	79,2%
	<b>Agrupamento Vertical de Escolas Vale Rosal</b>		<b>327</b>	<b>320</b>	<b>97,8%</b>
	EB1 Vale Rosal	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música	194	194	100%
	EB1 de Vale Figueira, n.º2	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música	133	126	94,7%
Instituição Particular de Solidariedade Social	<b>Agrupamento Vertical de Escolas da Trafaria</b>		<b>258</b>	<b>237</b>	<b>91,9%</b>
	EB1 da Trafaria, n.º1	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música - Outra actividade: Expressão Plástica	88	75	85,2%
	EB1 Cremilde Castro e Norvinda Silva	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música - Outra actividade: Expressão Plástica	62	56	90,3%
	EB1/JI da Trafaria	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música - Outra actividade: Expressão Plástica	97	97	100%

	EB1 Costas de Cão	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música	11	9	81,8%
Câmara Municipal de Almada	<b>Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica</b>		<b>603</b>	<b>601</b>	<b>99,7%</b>
	EB1/JI do Monte de Caparica, n.º1	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música - Outra actividade: Expressões, Ludoteca, AE	273	273	100%
	EB Rogério Ribeiro	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música - Outra actividade: Expressões, Ludoteca, AE	120	118	98,3%
	EB1 do Monte de Caparica, n.º3	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música - Outra actividade: Expressões, Ludoteca, AE	147	147	100%
	EB1 Fonte Santa	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música - Outra actividade: Expressões, Ludoteca, AE	63	63	100%
	<b>Agrupamento Vertical de Escolas do Mira-douro de Alfazina</b>		<b>244</b>	<b>190</b>	<b>77,9%</b>
	EB1/JI do Monte de Caparica	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música - Outras actividades:	134	100	74,6%
	EB1/JI do Monte de Caparica, n.º2	- Actividades de Apoio ao Estudo - Ensino do Inglês - Actividade Física e Desportiva - Ensino da Música - Outras actividades	110	90	81,8%
<b>3 Entidades Promotoras</b>	<b>6 Agrupamentos de Escolas</b>		<b>2954</b>	<b>2745</b>	<b>92,9%</b>

É importante referir que os alunos nem sempre frequentam todas as AEC que a escola disponibiliza, apenas frequentam pelo menos uma AEC. Por isso o número de alunos inscritos nas AEC varia consoante a AEC.

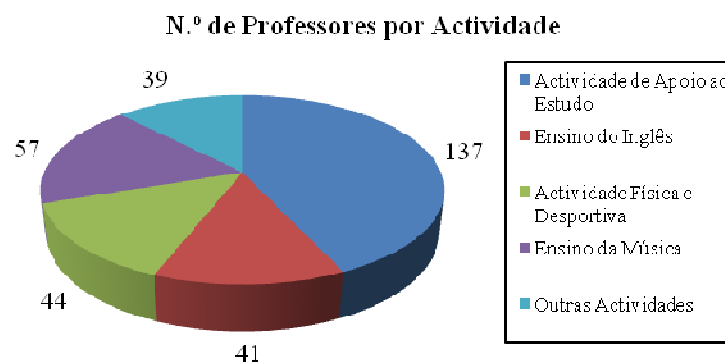


No ano lectivo 2009/2010, nos 6 agrupamentos de escolas em análise, que, no seu conjunto, englobam um total de 21 estabelecimentos de ensino básico, frequentaram as AEC um total de 2745 alunos, correspondendo a 92,9% do total de alunos inscritos nessas escolas.

A nível global, o Agrupamento de Escolas onde a taxa de frequência foi mais elevada foi o Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica com 99,7% de alunos a frequentar as AEC, seguindo-se o Agrupamento de Escolas da Alembração com 98,7%, o Agrupamento Vertical de Escolas Vale Rosal com 97,8%, o Agrupamento Vertical de Escolas da Trafaria com 91,9%, Agrupamento Vertical de Escolas Anselmo de Andrade com 77,8%, e Agrupamento Vertical de Escolas do Miradouro de Alfazina com 77,9%.

➤ Caracterização dos Recursos Humanos

Gráfico n.º 3 – Professores por AEC

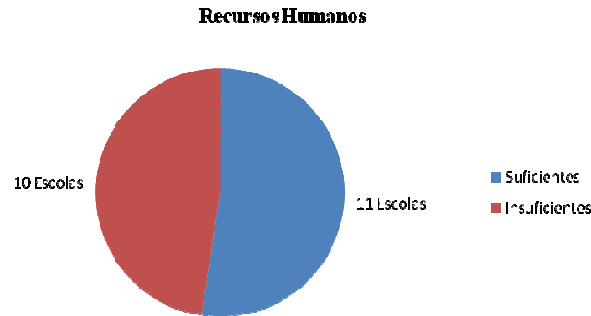


Leccionaram as AEC nos 6 agrupamentos de escolas, anteriormente analisados, um total de 318 professores (137 professores para a actividade de apoio ao estudo, 41 professores de inglês, 44 professores para a actividade física e desportiva, 57 professores de música, e 39 professores a leccionar outro tipo de actividades).

O recrutamento destes profissionais foi feito essencialmente através da apreciação do currículo e posterior entrevista.

Em algumas escolas os recursos humanos (Docentes e Auxiliares de Acção Educativa) não foram suficientes para manter o bom funcionamento das AEC.

Gráfico n.º4 – Recursos Humanos



Como se pode verificar, segundo a opinião dos respondentes apenas 11 das 21 escolas em análise, dos 6 agrupamentos de escolas em análise, é que têm recursos humanos suficientes. As restantes 10, independentemente da entidade promotora, tiveram alguma falta de auxiliares para garantir a vigilância adequada do espaço exterior nos momentos de intervalo, e relativamente aos docentes existiu sempre a falta de disponibilidade de pelo menos um professor para assegurar situações de falta ou ausência por parte de outro professor, o que na maior parte das vezes gerava confusão porque os alunos eram distribuídos por outras salas. Deveria haver uma bolsa de recursos para suprir estas necessidades, porque assim haveria um docente permanente na escola para poder fazer qualquer substituição em caso de falta de um docente das AEC.

➤ Caracterização dos Espaços e Materiais Didáticos/Pedagógicos

No que diz respeito aos espaços para o desenvolvimento das AEC, eram quase sempre utilizadas as próprias salas de aula das respectivas escolas, no caso particular da actividade física e desportiva eram utilizadas salas polivalentes, ginásio, pátio. Estes espaços foram cedidos pelas próprias escolas e agrupamentos, respectivas entidades promotoras e Câmara Municipal de Almada, através de protocolos.

Os espaços em algumas escolas eram adequados, tendo excelentes condições e equipamentos novos para o desenvolvimento de todas as actividades. Em certas situações houve a preocupação de realizar pequenas obras e adaptar os espaços para que pudessem atender melhor às necessidades inerentes ao funcionamento das AEC. Existe um problema que é comum em algumas escolas, relativamente a actividade física e desportiva, não têm espaço suficiente quando há a necessidade de se ter duas turmas em

simultâneo, tendo que nestas situações utilizar o pátio, não sendo este um espaço muito adequado a esta actividade, ou as turmas partilharem o mesmo espaço. Numa escola houve a necessidade de deslocar as crianças para um local exterior à escola, nomeadamente instalações próprias da entidade promotora.

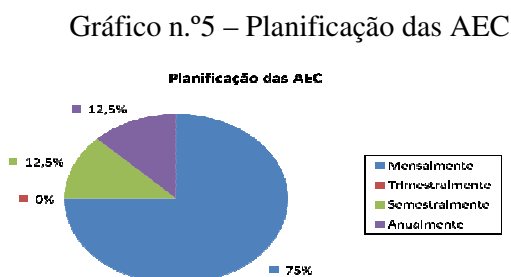
De uma maneira geral, os espaços estavam em boas condições, no entanto deveriam ser mais diversificados, ou seja, deveriam existir mais espaços diferentes da própria sala de aula, mas as escolas não têm instalações disponíveis para tal.

Quanto aos materiais didácticos/pedagógicos utilizados nas AEC, nomeadamente, cadernos, fichas, livros e manuais, papel, tintas são comprados por parte dos alunos, no que diz respeito ao material desportivo, instrumentos musicais, entre outros, são fornecidos ou financiados pela escola/agrupamento, pela entidade promotora, entidade parceira, Câmara Municipal de Almada, sendo que o fornecimento e financiamento de materiais por parte de cada uma destas entidades varia de escola para escola.

As escolas disponibilizaram todos os materiais necessários, o que permitiu um funcionamento adequado a cada AEC e à sua especificidade. As entidades promotoras e parceiras ao longo do tempo adquiriram também material necessário para as diferentes actividades, porque muitos materiais e equipamentos sofreram um grande desgaste, havendo necessidade de substituição. No entanto, em algumas escolas, em certas actividades, nomeadamente a actividade física e desportiva e a actividade do ensino da música, houve uma falta notória de material para um bom funcionamento das actividades quando estão duas turmas em simultâneo.

### 5.1.2. Ao nível do Planeamento e Coordenação das AEC

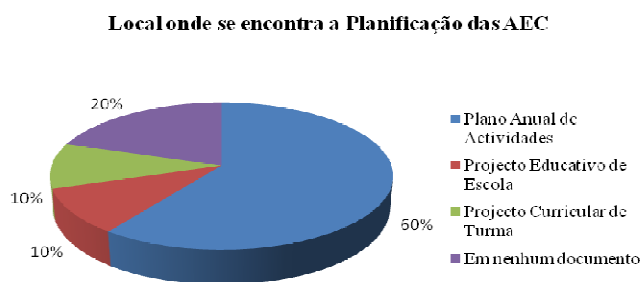
A planificação das AEC, pode ser feita mensalmente (todos os meses), trimestralmente (de três em três meses), semestralmente (de seis em seis meses) e anualmente (todos os anos). Em 75 % dos Agrupamentos de Escolas planifica-se as AEC mensalmente, o que se pode verificar no gráfico seguinte.



Esta planificação pode estar integrada no Projecto Educativo de Escola, no Plano Anual de Actividades, no Projecto Curricular de Turma, ou em nenhum destes documentos. Analisando o seguinte gráfico, pode-se concluir que a maior parte (60%) dos Agrupamentos de Escolas integra a planificação das AEC no Plano Anual de Actividades, 10% integra no Projecto Educativo de Escola, 10% integra no Projecto Curricular de Turma, e 20% não insere a planificação das AEC em qualquer documento.

É importante referir que em certos Agrupamentos de Escolas integram a planificação das AEC em mais do que um documento, nomeadamente um caso em que a planificação das AEC se encontra no plano anual de actividades e no projecto curricular de turma, e noutro caso em que está integrada no plano anual de actividades e no projecto educativo de escola.

Gráfico n.º6 – Documento onde se encontra a Planificação das AEC



Relativamente aos intervenientes que participam neste processo de planificação, estes são compostos principalmente pelos professores das AEC e pelos professores titulares de turma, havendo em certos casos a participação do coordenador do 1.ºCEB, elementos do Conselho Pedagógico, professores das áreas disciplinares do 2.ºCEB, e em dois agrupamentos colaboram também elementos da entidade parceira.

Desta forma, pode-se constatar que existiu uma articulação entre os professores das AEC e os professores titulares de turma. Esta foi feita através de reuniões formais e informais e supervisão pedagógica, semanal ou mensalmente. Era nestas reuniões que, em todos os agrupamentos, ocorria a articulação entre a planificação das AEC e a planificação do currículo, onde eram aferidos os conteúdos das diferentes áreas curriculares e das AEC, em que os temas e conteúdos trabalhados nas AEC acompanhavam os do currículo escolar formal. Em certos casos, os professores titulares de turma forneciam aos

professores das AEC a planificação curricular e os professores das AEC adaptavam à sua, estando de acordo com o Plano Anual de Actividades.

Pode-se concluir que eram planificadas actividades que visam a articulação da componente curricular e as AEC.

A coordenação e a orientação quotidianas das AEC nos 8 Agrupamentos de Escolas em estudo, foram asseguradas essencialmente pelas coordenadoras das escolas, professores titulares de turma e representantes das entidades promotoras e parceiras.

### **5.1.3. Ao nível da Supervisão e Avaliação das AEC**

A supervisão pedagógica, que consiste no acompanhamento da execução das actividades tendo em vista garantir a qualidade destas, é assegurada, sempre pelos professores titulares de turma, e é feita de diferentes maneiras, consoante o Agrupamento de escolas. Foi feita através de reuniões formais e informais, mensalmente ou diariamente, conforme um calendário pré-estabelecido no início do ano; através da preparação e planificação das aulas e das actividades de forma articulada. Em alguns agrupamentos no final de cada supervisão o professor titular de turma preenche uma ficha e os dois professores (titular e das AEC) analisam a ficha, melhorando e corrigindo erros que eventualmente possam ter surgido.

Todos os Agrupamentos em Estudo fizeram avaliação das AEC. Esta foi feita com base nas diversas reuniões entre professores titulares de turma, professores das AEC e com a entidade promotora e parceira responsável, apenas em alguns casos, através do acompanhamento informal com os professores titulares de turma e os professores das AEC, tendo permitido avaliar o grau de execução e eficácia no cumprimento das mesmas.

Em metade dos agrupamentos de escolas, não é elaborado relatório de avaliação final relativamente ao desenvolvimento das AEC no ano lectivo 2009/2010.

### **5.1.4. Pontos Fortes e Pontos Fracos do Desenvolvimento das AEC**

Os pontos fortes e os pontos fracos do desenvolvimento do programa no ano lectivo 2009/2010 variam de agrupamento para agrupamento, o que pode levar a que um mesmo ponto seja forte num agrupamento e fraco noutra agrupamento.

Como principais pontos fortes, foram referidos os seguintes:

- Forte adesão por parte das famílias, que se traduziu no número de alunos a frequentarem as AEC ao longo do ano, contribuindo assim para a possibilidade de acesso por parte dos alunos do 1.º CEB, a um conjunto de actividades diversificadas e complementares ao currículo;
- Boa articulação entre os professores titulares de turma e os professores das AEC;
- Satisfação dos alunos.

Como pontos fracos, importa salientar:

- Dificuldade em encontrar professores especializados nas áreas do Ensino da Música e do Inglês;
- Aumento da agitação e de comportamentos incorrectos dos alunos durante as actividades, causando desrespeito ao professor;
- Pouca valorização das AEC por parte dos Encarregados de Educação;
- Fraca articulação entre os professores das AEC e os professores de outros departamentos;
- Falta de espaços apropriados ao desenvolvimento das AEC;
- Dificuldades na organização do horário;
- Na falta de um professor, não há recursos humanos para proceder à substituição;
- Desresponsabilização por parte dos Encarregados de Educação, que querem retirar os alunos a meio das aulas, quebrando o compromisso da frequência.

Mediante os acontecimentos ocorridos no ano lectivo 2009/2010, os Agrupamentos de Escolas adoptaram novas estratégias no ano lectivo seguinte, 2010/2011, tais como:

- Sessões de esclarecimento e informações sobre os objectivos e funcionamento das AEC em reuniões com os Encarregados de Educação;
- Maior sensibilização e acompanhamento dos alunos por parte dos professores titulares de turma com o objectivo de promover comportamentos mais ajustados durante as AEC;
- Realização de actividades articuladas entre os professores titulares de turma e os professores das AEC;
- Realização de reuniões periódicas dos professores das AEC com os coordenadores dos departamentos;

- Desenvolvimento de estratégias visando contrariar a anulação da inscrição nas AEC e exigência de justificação das faltas;
- Participação de professores de Inglês em reuniões trimestrais de articulação entre o 1.º e o 2.º CEB.

## **5.2. Apresentação dos resultados da Entrevista Semi-Estruturada**

Passarei agora a efectuar a análise da entrevista realizada ao Sr. Vereador da Educação António Matos da qual destacarei os aspectos mais relevantes. Com esta entrevista tentei principalmente perceber quais os motivos que levaram a autarquia a ser entidade promotora em apenas dois dos doze agrupamentos existente no concelho, e que relação a autarquia tem com os agrupamentos de escolas em que não é promotora do Programa das AEC.

O aparecimento das AEC mereceu uma avaliação cuidada da Câmara Municipal. Desta forma, entendeu assumir-se como entidade facilitadora para que todos os alunos das escolas de Almada tivessem acesso às AEC. Neste contexto, tendo respeitado o entendimento das direcções dos Agrupamentos de Escola e das Associações de Pais e Encarregados de Educação, assumiu-se como entidade promotora só nos casos em que não existiam localmente entidades que pudessem promover as AEC, cumprindo a premissa de todos os alunos de Almada terem, de modo igual, acesso às ofertas educativas instaladas no concelho.

“Nós como defendemos que devia ser no currículo, como diz o povo, não nos chegamos á frente, mas aparecendo este programa e o programa que previa a possibilidade de haver Associações de Pais nós achamos então que sejam as Associações de Pais se elas quisessem (...) e elas quiseram” (Sr. Vereador da Educação).

Assim sendo, as razões apontadas pelo Sr. Vereador da Educação, para que a Autarquia se tenha candidatado para ser entidade promotora do programa das AEC, apontam, como razão forte, a igualdade de oportunidades que o programa permite a todos os alunos.

“Portanto foi este o motivo, daí sermos promotores só em dois agrupamentos, porque como consideramos que apesar de tudo, independentemente das soluções organizativas, as AEC são uma boa ideia e fazem falta, então nós achamos que se houvesse sítios sem promotores, nós queremos que os miúdos tenham AEC, e no Monte de Caparica e no Miradouro de Alfazina não irão ter, então nós dissemos assim, nós queremos que todas as crianças em

Almada tenham. Avançamos onde não havia Associações de Pais, nem promotores e portanto foi essa a razão, para que todos tenham acesso as AEC” (Sr. Vereador da Educação).

A CMA ao assumir-se como entidade promotora das AEC nestes dois agrupamentos de escola, convidou, após a auscultação dos respectivos agrupamentos, o Instituto Piaget para a criação de uma parceria para o desenvolvimento das AEC nestes estabelecimentos.

“Fizemos uma pareceria com uma escola de formação de professores, uma escola superior de educação, o que tem vindo a permitir uma intervenção através da câmara como promotores mas em parceria com o agrupamento e com o Piaget, o que se tem revelado uma coisa muito interessante (...) ter uma instituição universitária no projecto das AEC é uma mais-valia que não haverá muito em Portugal, pode ser uma singularidade interessante” (Sr. Vereador da Educação).

Realça-se, no entanto, o entendimento municipal quanto à importância destas actividades serem integradas no currículo escolar.

“Claro que isto podia ser dado no currículo, porque o currículo prevê isto, e a lei do currículo não foi alterada, mantém-se em vigor, não é cumprida dentro do currículo é cumprida fora do currículo, portanto é uma espécie de engenharia classificativa muito curiosa e paradoxal, mas objectivamente embora defenda outro modelo, tenho que reconhecer que a educação básica em Portugal está melhor com as AEC, claramente sem dúvida” (Sr. Vereador da Educação).

“Nós defendíamos do ponto de vista de política educativa, de visão sobre a educação, que as AEC ou melhor as actividades expressivas, pertencendo como pertencem ao currículo, deviam ser desenvolvidas no âmbito do currículo, através de uma prática docente da monodocência coadjuvada” (Sr. Vereador da Educação).

Nesta rede de parcerias, a CMA assume-se como pólo dinamizador e respeitador dos projectos de vida de cada criança, actuando numa perspectiva de integração social, de prevenção do insucesso e abandono escolar e criação de laços de pertença positivos com a escola e com a sociedade.

“Temos uma relação sobretudo de acompanhamento, portanto envolvemo-nos designadamente ao nível da criação de condições físicas. Como os recursos materiais do sistema são da competência municipal nós transformamos as escolas, em muitas escolas há sala de AEC, muitas vezes há aquisição de equipamentos, portanto é a relação normal (...) a palavra dominante aqui relativamente aos projectos é o de autonomia não é o de envolvimento nosso, é o de autonomia” (Sr. Vereador da Educação).



## **6. Conclusão e Reflexão da Investigação**

Concluída esta investigação que pretendeu analisar e perceber se havia diferenças significativas no modo de organização e gestão do Programa das AEC nos vários agrupamentos de escolas do Município de Almada, consoante as diferentes entidades promotoras, passarei a apresentar as conclusões deste trabalho de pesquisa.

Nos agrupamentos de escolas do Município de Almada as AEC são geridas e desenvolvidas através de diferentes entidades promotoras e em dois casos em conjunto com uma entidade parceira.

Ao nível da gestão das AEC, constatou-se que é indispensável o envolvimento acentuado e atempado das entidades promotoras na selecção e formação dos profissionais, na disponibilização de equipamentos/materiais e na busca de soluções relativamente às instalações. É importante realçar que a cooperação que existe entre as entidades promotoras e os agrupamentos, na definição de princípios, objectivos e procedimentos, relativamente às AEC é essencial, bem como a supervisão da qualidade das AEC, por parte dos órgãos de gestão e das coordenações.

É importante realçar que a CMA para além de ser entidade promotora também dá apoio às outras entidades promotoras (Associações de Pais, IPSS) na execução de obras de adaptação das instalações e aquisição de equipamento e materiais, contribuindo para que haja uma boa articulação entre Câmara/Escola/Entidade Promotora/Entidade Parceira.

No que diz respeito à planificação das actividades, que é feita mensalmente pela maioria dos agrupamentos de escolas, e que se integrada no plano anual de actividades do agrupamento e nos projectos curriculares de turma. Podendo, desta forma, assumir-se como uma estratégia para a coordenação e planeamento das AEC, na medida em que promove a articulação entre os diferentes agentes educativos, assim como ajuda na articulação dos conteúdos respondendo às necessidades efectivas do público escolar.

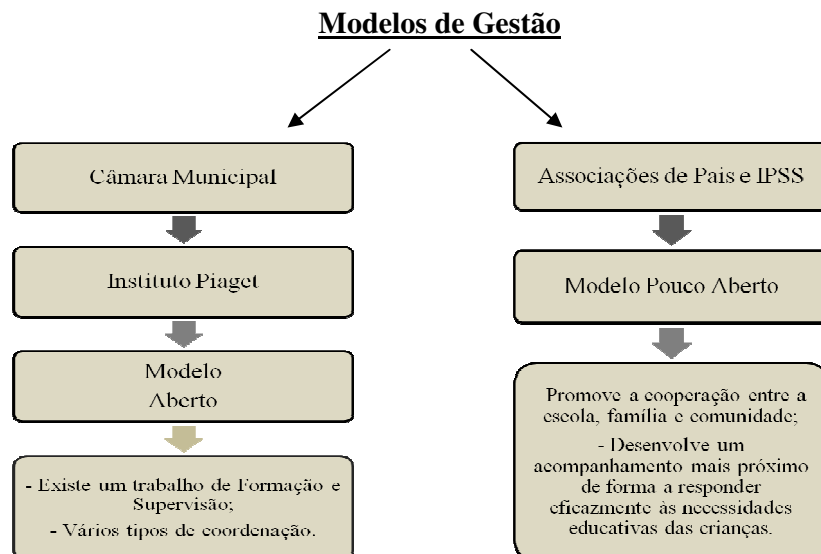
Esta investigação demonstrou a importância da integração, articulação e reflexão dos professores das AEC com os professores titulares, de modo a criar soluções mais eficazes para um bom desenvolvimento dos alunos, de organização das turmas, de contacto com os encarregados de educação e de abertura à comunidade.

As AEC permitem a adaptação dos tempos de permanência dos alunos, nestes agrupamentos de escolas, às necessidades das famílias, contribuindo para melhor desen-

volvimento social, educativo e de cidadania dos alunos, concorrendo para a prevenção do insucesso e abandono escolares.

A existência de Associações de Pais e de Encarregados de Educação e IPSS a promover as AEC, na maioria dos agrupamentos existentes no município de Almada, é uma mais-valia porque promove a cooperação entre a escola, família e comunidade em todo o processo educativo, permitindo desenvolver um acompanhamento mais próximo de forma a responder eficazmente às necessidades educativas das crianças. A integração e o envolvimento dos pais e encarregados de educação na cultura organizacional de escola e na tomada de decisões é uma vantagem. No entanto, estas entidades promotoras não estabeleceram quaisquer parcerias com outras entidades.

É importante salientar o facto de que a CMA só se assumiu como entidade promotora das AEC, nos agrupamentos de escolas que estão inseridas nos territórios educativos de grande carência social, e porque não houve nenhuma Associação de Pais e Encarregados de Educação nem nenhuma IPSS interessadas em assumir a liderança das candidaturas. Devido a esta situação surgiu uma parceria entre a CMA e o Instituto Piaget, mediante a celebração de um acordo de colaboração, para o desenvolvimento das AEC nestes estabelecimentos de ensino. Esta parceria também é uma mais-valia, porque é o Instituto Piaget que recruta, estabelece contratos com os docentes das AEC (alguns em fase de estágio nessa mesma instituição), paga-lhes a remuneração estabelecida, supervisiona as actividades e responsabiliza-se por toda a orgânica que envolve a preparação e avaliação mensal das AEC. Aos agrupamentos de escolas é-lhes atribuído um papel, aparentemente, mais de colaboração do que de supervisão das actividades e de coordenação com as actividades curriculares.



Em suma, pode-se concluir que a diversidade de práticas existente no Município de Almada revela dois modelos de gestão. Num modelo de gestão a entidade promotora não estabelece quaisquer parcerias com outra entidade. É o que se passa com as Associações de Pais e a IPSS, tornando-se num modelo pouco aberto, porque apenas foram envolvidas as entidades promotoras e os agrupamentos de escola. No outro modelo de gestão, em que a CMA é a entidade promotora em parceria com o Instituto Piaget, que é uma entidade formadora, proporciona um trabalho mais eficaz ao nível da contratação, formação e supervisão dos professores das AEC. É um modelo mais aberto, onde actuam três entidades em conjunto, podendo-se estabelecer vários tipos de coordenação levando ao conflito, o que poderia ser um problema, mas neste caso em específico revela-se não ser um problema mas sim uma vantagem. A diferença entre os dois modelos é essencialmente este aspecto de uma entidade promotora estabelecer parceria com outra entidade e no outro modelo as entidades promotoras não estabeleceram quaisquer parcerias. Isto não implica que o programa das AEC seja muito diferente de agrupamento para agrupamento, antes pelo contrário, é uma mais-valia porque coexistem vários modelos mas com uma matriz única. Há bases que são estabelecidas pelo ministério, e que têm de ser seguidas e cumpridas, mas embora respeitando as opções e as regras que são estabelecidas pelo ministério, há a possibilidade de haver um conjunto de práticas diversificadas em função do entendimento de cada promotor, e também da realidade de cada zona. Há agrupamentos de escolas que têm AEC para além das que são as básicas, têm judo, vão á natação, têm surf, o que se torna muito interessante, e que acontece no Município de Almada.

## CONCLUSÃO

O principal objectivo do presente relatório consistiu em dar a conhecer o trabalho desenvolvido no período de estágio, salientando as diversas áreas de trabalho, metodologias e estratégias desenvolvidas, em cada uma das actividades, assim como a realização de uma pequena investigação.

Neste contexto, o trabalho realizado, consolidou os meus conhecimentos nas áreas de trabalho, desenvolvendo um melhor sentido crítico, promovendo a capacidade para interagir socialmente e para praticar a interdisciplinaridade, tendo fomentado a pesquisa e trabalho colectivo.

O período de estágio revelou-se bastante importante em termo de aquisição de competências e conhecimentos para o desempenho de funções no Departamento de Educação e Juventude – Divisão de Educação.

Durante este período, foi possível melhorar a percepção da vida, das características e das especificidades de um concelho que está em crescimento constante, com uma dinâmica muito própria em termos sociais e culturais. Foi, também possível consolidar a percepção das características e competências da Administração Pública a nível local.

Relativamente às áreas de trabalho desenvolvidas no decorrer do estágio, tive a oportunidade de trabalhar no âmbito de várias áreas, o que proporcionou um vasto leque de tarefas, todas elas diversificadas. Houve lugar ao desenvolvimento de tarefas mais simples e burocráticas, assim como de tarefas mais complexas de análise e reflexão, o que revelou a importância e a necessidade de sermos multidisciplinares no exercício das nossas funções, como técnicos. O facto de poder acompanhar algumas iniciativas do início ao fim, fez com que fosse possível verificar o seu desenvolvimento nas suas diversas fases, desde a definição de objectivos até à avaliação dos resultados, e saber que parte desse desenvolvimento se deveu à nossa participação é bastante gratificante para além de ser uma experiência bastante enriquecedora.

Ao fim deste período, foram concretizados os objectivos e os desafios colocados no âmbito da realização do estágio, tendo-se revelado um verdadeiro período de aprendizagem e de formação, não só profissional, mas também de enriquecimento pessoal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO LISBOA 2009. (2010). Instituto Nacional de Estatística, I.P..
- AFONSO, Natércio (2005). *A Investigação Naturalista em Educação: um guia prático e crítico*. Lisboa: Asa.
- BARDIN, Laurence (1997). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARROSO, João (1996). Introdução. In João Barroso e João Pinhal (org.). *A Administração da Educação. Os Caminhos da Descentralização*. Lisboa: Edições Colibri.
- BARROSO, João (1998). Descentralização e Autonomia: devolver o sentido Cívico e Comunitário à Escola Pública. In *Escolas e Parcerias Educativas*. Colóquio/Educação e Sociedade, n.º 4, pp. 32-58.
- BARROSO, João e PINHAL, João (1996). *A Administração da Educação. Os Caminhos da Descentralização*. Lisboa: Edições Colibri.
- BELL, Judith (2004). *Como realizar um Projecto de Investigação: um guia para a pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. Lisboa: Grávida.
- BILHIM, João (2006). *Teoria Organizacional: Estruturas e Pessoas*. Lisboa: ISESP.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari (1994). *A Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- BRAVO, Ana e SÁ, Jorge (2000). *Autarquias Locais – Descentralização e Melhor Gestão*. Lisboa: Verbo.
- COSME, Ariana e TRINDADE, Rui (2007). *Escola a Tempo Inteiro. Escola para te quero?* Porto: Profedições Lda.
- FERNANDES, António Sousa (1995). Os Municípios Portugueses e a Educação: as normas e as práticas. In Barroso J. e Pinhal J. (org.) *A Administração da Educação. Os Caminhos da Descentralização*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 113-124.
- FERNANDES, António Sousa (2005a). Descentralização, desconcentração e autonomia dos sistemas educativos: uma panorâmica europeia. In Formosinho, J., Fernandes, A. S., Machado, J. e Ferreira, F. I. *Administração da Educação – Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Edições Asa, pp. 53 -87.

- FERNANDES, António Sousa (2005b). Contextos da Intervenção Educativa Local e a Experiência dos Municípios Portugueses. In Formosinho, J., Fernandes, A. S., Machado, J. e Ferreira, F. I. *Administração da Educação – Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Lisboa: Edições Asa, pp. 193-224.
- FERREIRA, Fernando (2005). *O Local em Educação: Animação, Gestão e Parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GHIGLIONE, Rodolphe & MATALON, Benjamin (1992). *O inquérito – teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- MINTZBERG, Henry (1999). A essência da estrutura. In Mintzberg, H. *Estrutura e Dinâmica das Organizações*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MARTINS, Helena (2007). *Os Municípios e a Educação. Estudo das Modalidades de Gestão das AEC*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro (texto policopiado).
- MATTHEWS, Peter, KLAVER, Elisabeth, LANNERT, Judit, CONLUAIN, Gearóid e VENTURA, Alexandre (2009). *Políticas de valorização do primeiro ciclo do ensino básico em Portugal (Avaliação Internacional)*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- OLIVEIRA, Miguel *et al* (2008). *Actividades de Enriquecimento Curricular*. Leiria: Folheto Edições & Design.
- PINHAL, João (1993). *L’emergence du territoire éducatif*. Dissertação de Mestrado. Caen: Universidade de Caen.
- PINHAL, João (2003a). Os Municípios e a Descentralização Educacional. Actualização do artigo publicado por Luís A., Barroso J. e Pinhal J. (1997). *A Administração da Educação: Investigação, Formação e Práticas*. Lisboa: Fórum Português de Administração Educacional.
- PINHAL, João (2003b). *A Actividade Educacional das Autarquias Portuguesas: Natureza e Intencionalidade*. Comunicação apresentada ao III Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, em publicação.
- PINHAL, João (2005). Descentralização da Administração Educacional: os Municípios e a Autonomia das Escolas. In Actas do II Congresso Nacional do Fórum Português de Administração Educacional: *A Escola entre o Estado e o Mercado: o Público e o Privado na Regulação da Educação*. Lisboa.

- PINHAL, João (2006). A Intervenção do Município na Regulação Local da Educação. In Barroso J. (org.) *A Regulação das Políticas Públicas de Educação*. Lisboa: Educa/ U. de I&D de Ciências da Educação, pp. 99-128.
- SOUSA, Gonçalo (1998). *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- SOUSA, Alberto (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.

#### **Legislação consultada:**

- Aviso n.º 1129-A/2005, (2.ª série) – A.P., estabelece a alteração à macroestrutura organizacional dos serviços municipais da Câmara Municipal de Almada.
- Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março, define das competências municipais em relação a investimentos públicos.
- Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, estabelece o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário.
- Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, regulamenta as competências, composição e funcionamento dos conselhos municipais de educação, e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.
- Decreto-lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação.
- Despacho n.º 14 753/2005, de 5 de Julho, cria o Programa de Generalização do ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do Ensino Básico.
- Despacho n.º 12 591/2006 (2.ª série), de 16 de Junho, estabelece as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos, bem como na oferta das actividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular.
- Despacho n.º 14 460/2008, de 26 de Maio, define as normas a observar no período de funcionamento das escolas do 1º ciclo bem como a oferta das actividades de enriquecimento curricular e de animação e apoio à família.
- Despacho n.º 8 683/2011, de 28 de Junho, altera o Despacho n.º 14 460/2008, de 26 de Maio de 2008, que define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, na oferta das actividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família.

- Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, atribuindo-lhes responsabilidades no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de educação e de ensino.
- Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias.
- Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, VII Revisão Constitucional (Constituição da República Portuguesa).
- Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo.

#### **Sites consultados:**

- CAP – Comissão de Acompanhamento do Programa (2008). Relatório de Acompanhamento (2007/2008). *Actividades de Enriquecimento Curricular – Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º Anos e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação. Disponível on line:  
[http://www.confap.pt/docs/Relatorio\\_Final\\_CAP\(Jul08\).pdf](http://www.confap.pt/docs/Relatorio_Final_CAP(Jul08).pdf)  
Acesso em: (18.08.2011).
- CAP – Comissão de Acompanhamento do Programa (2009). Relatório de Acompanhamento da Execução Física (2008/2009). *Actividades de Enriquecimento Curricular – Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação. Disponível on line:  
<http://www.dgidec.min-edu.pt/aec/index.php?s=directorio&pid=21>  
Acesso em: (18.08.2011).
- CAP – Comissão de Acompanhamento do Programa (2010). Relatório de Acompanhamento da Execução Física (2009/2010). *Actividades de Enriquecimento Curricular – Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação. Disponível on line:  
<http://www.dgidec.min-edu.pt/aec/index.php?s=directorio&pid=21>  
Acesso em: (18.08.2011).



- Ministério da Educação (2006). *Alargamento e generalização das Actividades de Enriquecimento Curricular para o 1.º ciclo*. Disponível on line:  
[http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/ME/Documentos/Pages/20060607\\_ME\\_Doc\\_Enriquecimento\\_Curricular.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/ME/Documentos/Pages/20060607_ME_Doc_Enriquecimento_Curricular.aspx) . Acesso em: (18.08.2011).
- Página oficial da Câmara Municipal de Almada. Disponível on line: <http://www.m-almada.pt/> . Acesso em: (25.08.2011).
- SPRC – Sindicatos dos Professores da Região Centro (2008). *Estudo: Condições de trabalho dos professores das actividades de enriquecimento curricular (AEC) na região centro*. Disponível on line:  
[http://www.sprc.pt/upload/File/PDF/Sectores/1Ceb/AEC\\_2008\\_PROFESSORES.pdf](http://www.sprc.pt/upload/File/PDF/Sectores/1Ceb/AEC_2008_PROFESSORES.pdf)  
Acesso em: (11.08.2011).

**Documentação consultada da Câmara Municipal de Almada:**

- Plano de Actividades da CMA e Orçamento 2010 e 2011.
- Propostas a Reunião de Câmara e Informações à Consideração Superior.
- Fichas de Inscrição, Análise e Avaliação do PAC.
- Procedimentos da vigilância e gestão dos refeitórios escolares.
- Relatório de Avaliação do Programa das AEC no ano lectivo 2009/2010.

## **Índice dos Anexos**

- Anexo 1 – Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2009 - CD
- Anexo 2 – Organigrama da Câmara Municipal de Almada - CD
- Anexo 3 – Opções do Plano e Orçamento para 2010 - CD
- Anexo 4 – Opções do Plano e Orçamento para 2011 - CD
- Anexo 5 – Protocolo de Colaboração das AEC - Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica - CD
- Anexo 6 – Protocolo de Colaboração das AEC - Agrupamento Vertical de Escolas do Miradouro de Alfazina - CD
- Anexo 7 – Inquérito por Questionário – Papel e CD
- Anexo 8 – Matriz do Inquérito – Papel e CD
- Anexo 9 – Análise de Conteúdo dos Inquéritos por Questionário - CD
- Anexo 10 – Guião Entrevista Sr. Vereador – Papel e CD
- Anexo 11 – Protocolo Entrevista Sr. Vereador - CD
- Anexo 12 – Análise de Conteúdo da Entrevista do Sr. Vereador - CD



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

*75th Years*  
1935-2010

STATISTICS PORTUGAL

# Anuário Estatístico da Região Lisboa 2009

Statistical Yearbook of Lisboa Region

Edição 2010

## ficha técnica

### Título

Anuário Estatístico da Região Lisboa 2009  
Statistical Yearbook of Lisboa Region 2009

### Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.  
Av. António José de Almeida  
1000-043 Lisboa  
Portugal

Telefone: 21 842 61 00

Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo  
Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão  
Instituto Nacional de Estatística, I.P.

### Tiragem

250 exemplares

ISSN 0872-8984

ISBN 978-989-25-0050-8

Depósito Legal nº 79958/94

Periodicidade: anual

Preço: € 25,00 (IVA incluído)



Apoio | ao cliente

**808 201 808**

O INE, I.P. na Internet

**www.ine.pt**

© INE, I.P., Lisboa • Portugal, 2010 \*

\* A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal

# Índice

## Contents

Nota Introdutória .....	17
Introductory note	
Glossário .....	
Glossary	
Sinais convencionais .....	21
Conventional signs	
Unidades de medida .....	21
Units of measurement	
Siglas e abreviaturas .....	22
Acronyms and abbreviations	

## O território The territory

Território .....	
Territory	
I.1.1 Pontos extremos de posição geográfica por NUTS II, 2009 .....	31
Extreme points of the geographic position by NUTS II, 2009	
I.1.2 Área, perímetro, extensão máxima e altimetria por NUTS II, 2009 .....	32
Area, perimeter, maximum extension and altimetry by NUTS II, 2009	
I.1.3 Área, perímetro, extensão máxima e altimetria por município, 2009 .....	33
Area, perimeter, maximum extension and altimetry by municipality, 2009	
I.1.4 Características dos principais rios do Continente por NUTS II .....	34
Characteristics of the major Mainland rivers by NUTS II	
I.1.5 Principais sistemas montanhosos por NUTS II .....	35
Major mountain systems by NUTS II	
I.1.6 Rede Natura 2000 e Áreas protegidas por NUTS III, 2009 .....	36
Nature 2000 network and Protected areas by NUTS III, 2009	
I.1.7 Temperatura média do ar por NUTS II e por estação meteorológica, 2009 .....	37
Average air temperature by NUTS II and meteorological station, 2009	
I.1.8 Precipitação média por NUTS II e por estação meteorológica, 2009 .....	38
Average precipitation by NUTS II and meteorological station, 2009	
I.1.9 Ordenamento do território por município, 2009 .....	39
Spatial planning by municipality, 2009	
I.1.10 Lugares censitários por município, segundo os escalões de dimensão populacional, 2001 .....	41
Census localities by municipality, according to population dimensions, 2001	
I.1.11 Estrutura territorial por município, 2001, 2008 e 2009 .....	42
Territorial structure by municipality, 2001, 2008 and 2009	
I.1.12 Aeroportos e aeródromos por NUTS II, 2009 .....	43
Airports and aerodromes by NUTS II, 2009	

## Ambiente Environment

I.2.1	Indicadores de ambiente por município, 2008 ..... 47 Environmental indicators by municipality, 2008	47
I.2.2	Abastecimento de água por município, 2008 ..... 48 Water supply by municipality, 2008	48
I.2.3	Consumo de água abastecida pela rede pública, drenagem e tratamento de águas residuais por município, 2008 ..... 49 Public water consumption, sewerage and wastewater treatment by municipality, 2008	49
I.2.4	Receitas e despesas dos municípios segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente, 2008..... 50 Receipts and expenditure of municipalities, according to domains of environmental management and protection, 2008	50
I.2.5	Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS III, 2008 ..... 51 Investments, costs and income by management operators of water supply service by NUTS III, 2008	51
I.2.6	Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS III, 2008..... 52 Investments, costs and income by management operators of drainage and wastewater treatment service by NUTS III, 2008	52
I.2.7	Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros segundo os agregados económicos por NUTS III, 2008..... 53 Receipts and expenditure of Firemen Corps by NUTS III, according to economic aggregates, 2008	53

## As pessoas The people

### População Population

II.1.1	Indicadores de população por município, 2009 ..... 59 Population indicators by municipality, 2009	59
II.1.2	População residente por município, segundo os grandes grupos etários e o sexo em 31/12/2009 ..... 61 Resident population by municipality and according to age groups and sex on 31/12/2009	61
II.1.3	Movimento da população e população estrangeira por município, 2009 ..... 63 Population changes and foreign population by municipality, 2009	63

### Educação Education

II.2.1	Indicadores de educação por município, 2008/2009..... 67 Education indicators by municipality, 2008/2009	67
II.2.2	Indicadores de educação por município, 2008/2009 e 2009/2010 ..... 69 Education indicators by municipality, 2008/2009 and 2009/2010	69
II.2.3	Estabelecimentos de educação/ensino por município segundo o nível de ensino ministrado e a natureza institucional, 2008/2009 ..... 70 Educational institutions by municipality and according to level of education provided and nature of institution, 2008/2009	70
II.2.4	Alunos matriculados por município segundo o nível de ensino ministrado e a natureza institucional do estabelecimento, 2008/2009 ..... 71 Students enrolled (in institutions) by municipality, according to level of education provided and nature of the institution, 2008/2009	71
II.2.5	Alunos matriculados por município, segundo o nível de ensino ministrado e a modalidade de ensino, 2008/2009..... 72 Students enrolled (in institutions) by municipality according to level of education provided and modality of education, 2008/2009	72

II.2.6	Alunos matriculados no ensino profissional por município, segundo o nível de formação/ensino e a natureza institucional do estabelecimento, 2008/2009 .....	73
	Students enrolled in the professional education by municipality, according to level of education provided and modality of education, 2008/2009	
II.2.7	Pessoal docente e não docente por município segundo o nível de ensino ministrado e a natureza institucional do estabelecimento, 2008/2009 .....	74
	Teaching staff and other staff by municipality, according to level of education provided and nature of institution, 2008/2009	
II.2.8	Estabelecimentos, alunos inscritos e docentes no ensino superior por município segundo a natureza institucional do estabelecimento, 2009/2010 .....	75
	Educational institutions, students enrolled and teaching staff in the higher education by municipality according to the nature of institution, 2009/2010	
II.2.9	Alunos inscritos no ensino superior por área de estudo e sexo, segundo a NUTS III, 2009/2010 .....	76
	Students enrolled in higher education institutions by field of study and sex according to NUTS III, 2009/2010	
II.2.10	Diplomados no ensino superior por área de estudo e sexo, segundo a NUTS III, 2008/2009 .....	78
	Students graduated at higher education institutions by field of study and sex according to NUTS III, 2008/2009	
II.2.11	Vagas no ensino superior por área de estudo, segundo a NUTS III, 2009/2010 .....	80
	Vacancies at higher education institutions by field of study according to NUTS III, 2009/2010	

## Cultura e desporto

### Culture and sports

II.3.1	Indicadores da cultura e desporto por município, 2009 .....	83
	Culture and Sports indicators by municipality, 2009	
II.3.2	Publicações periódicas por município, 2009 .....	85
	Periodical publications by municipality, 2009	
II.3.3	Caracterização e exibição do cinema por NUTS III, 2009 .....	86
	Characterization and exhibition of cinema by NUTS III, 2009	
II.3.4	Espectáculos ao vivo por município, 2009 .....	87
	Live performances by municipality, 2009	
II.3.5	Museus e galerias de arte por município, 2009 .....	88
	Museums and art galleries by municipality, 2009	
II.3.6	Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por município, 2009 .....	89
	Local administration expenditures on cultural and sports activities by municipality, 2009	

## Saúde

### Health

II.4.1	Indicadores de saúde por município, 2008 e 2009 .....	93
	Health indicators by municipality, 2008 and 2009	
II.4.2	Hospitais por município, 2008 .....	95
	Hospitals by municipality, 2008	
II.4.3	Consultas externas nos hospitais, segundo a especialidade por município, 2008 .....	96
	External appointments in hospitals by municipality and according to the specialty, 2008	
II.4.4	Centros de saúde e suas extensões por município, 2008 .....	97
	Official clinics and extensions by municipality, 2008	
II.4.5	Consultas médicas nos centros de saúde segundo a especialidade por município, 2008 .....	98
	Medical appointments in official clinics by municipality and according to the specialty, 2008	
II.4.6	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por município, 2009 .....	99
	Pharmacies and mobile medicine depots by municipality, 2009	
II.4.7	Médicos por município de residência, segundo a especialidade por município, 2009 .....	100
	Physicians by municipality of residence and according to the specialty, 2009	

## Mercado de trabalho

### Labour market

II.5.1	Indicadores do mercado de trabalho por NUTS II, 2009.....	103
	Labour market indicators by NUTS II, 2009	
II.5.2	Indicadores do mercado de trabalho por município, 2008.....	104
	Labour market indicators by municipality, 2008	
II.5.3	Taxa de actividade por NUTS II, segundo o grupo etário e o sexo, 2009.....	105
	Activity rate by NUTS II and according to age group and sex, 2009	
II.5.4	Taxa de emprego por NUTS II, segundo o grupo etário e o sexo, 2009 .....	105
	Employment rate by NUTS II and according to age group and sex, 2009	
II.5.5	População activa por NUTS II, segundo o grupo etário e o sexo, 2009.....	106
	Active population by NUTS II and according to age group and sex, 2009	
II.5.6	População empregada por NUTS II, segundo o grupo etário e o sexo, 2009 .....	106
	Employed population by NUTS II and according to age group and sex, 2009	
II.5.7	População desempregada por NUTS II, segundo o grupo etário e o sexo, 2009 .....	107
	Unemployed population by NUTS II and according to age group and sex, 2009	
II.5.8	População inactiva por NUTS II, segundo o grupo etário e o sexo, 2009 .....	107
	Inactive population by NUTS II and according to age group and sex, 2009	
II.5.9	População activa por NUTS II, segundo o nível de escolaridade completo e o sexo, 2009 .....	108
	Active population by NUTS II and according to educational level completed and sex, 2009	
II.5.10	População empregada por NUTS II, segundo a profissão principal, 2009 .....	108
	Employed population by NUTS II and according to main occupation, 2009	
II.5.11	População empregada por NUTS II, segundo a situação na profissão principal, a duração do trabalho e o sexo, 2009 .....	109
	Employed population by NUTS II and according to occupational status, work duration and sex, 2009	
II.5.12	População empregada por NUTS II, segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev.3) e o sexo, 2009.....	109
	Employed population by NUTS II and according to sector of main activity (CAE-Rev.3) and sex, 2009	
II.5.13	População empregada no sector secundário por NUTS II, segundo o ramo de actividade económica (CAE-Rev.3), 2009 .....	110
	Employed population in secondary sector by NUTS II and according to branch of economic activity (CAE-Rev.3), 2009	
II.5.14	População empregada no sector terciário por NUTS II, segundo o ramo de actividade económica (CAE-Rev.3), 2009 .....	110
	Employed population in tertiary sector by NUTS II and according to branch of economic activity (CAE-Rev.3), 2009	
II.5.15	População inactiva por NUTS II, segundo a categoria e o sexo, 2009 .....	111
	Inactive population by NUTS II and according to main status and sex, 2009	
II.5.16	População desempregada por NUTS II, segundo os tipos de desemprego, 2009 .....	111
	Unemployed population by NUTS II and according to types of unemployment, 2009	
II.5.17	Variação média anual do índice de custo do trabalho por NUTS II, segundo a actividade económica (CAE-Rev.3), 2009 (corrigido dos dias úteis) Po .....	112
	Annual average variation in labour cost index by NUTS II and according to economic activity (CAE-Rev.3), 2009 (working day adjusted) Po	
II.5.18	Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o sector de actividade (CAE-Rev.3) e o sexo, 2008 .....	113
	Employees in establishments by municipality and according to sector of main activity (CAE-Rev.3) and sex, 2008	
II.5.19	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o sector de actividade (CAE-Rev.3) e o sexo, 2008 .....	114
	Mean monthly earning of employees in establishments by municipality and according to sector of main activity (CAE-Rev.3) and sex, 2008	
II.5.20	Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o escalão de pessoal da empresa, 2008 .....	115
	Employees in establishments by municipality and according to employees size class, 2008	



II.5.21	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o escalão de pessoal da empresa, 2008.....	116
	Mean monthly earning of employees in establishments by municipality and according to employees size class, 2008	
II.5.22	Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de habilitações, 2008 .....	117
	Employees in establishments by municipality and according to education level, 2008	
II.5.23	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de habilitações, 2008.....	118
	Mean monthly earning of employees in establishments by municipality and according to education level, 2008	

## Protecção social

### Social protection

II.6.1	Indicadores de prestações sociais da Segurança Social por município, 2009 .....	121
	Social benefits of Social Security indicators by municipality, 2009	
II.6.2	Pensionistas da Segurança Social por município, segundo o tipo de pensão, 2009 .....	122
	Social Security pensioners by municipality and according to the type of pension, 2009	
II.6.3	Pensões da Segurança Social por município, segundo o tipo de pensão, 2009.....	123
	Social Security pensions by municipality and according to the type of pension, 2009	
II.6.4	Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social por município, segundo o sexo e a idade, 2009 .....	124
	Recipients of unemployment benefits of Social Security by municipality and according to sex and age, 2009	
II.6.5	Valor e número de dias de subsídios de desemprego da Segurança Social por município, segundo o sexo, 2009 .....	125
	Value and number of days of unemployment benefits of Social Security by municipality and according to sex, 2009	
II.6.6	Principais prestações familiares da Segurança Social, por município, 2009.....	126
	Main family allowances of Social Security by municipality, 2009	
II.6.7	Subsídios por doença da Segurança Social, por município, segundo o sexo, 2009.....	127
	Sickness benefits of Social Security by municipality and according to sex, 2009	
II.6.8	Subsídios de maternidade, paternidade e subsídio parental, da Segurança Social, por município, 2009 .....	128
	Maternity, paternity and parental benefits of Social Security by municipality, 2009	
II.6.9	Beneficiários do rendimento social de inserção por município, segundo o sexo e a idade, 2009.....	129
	Recipients of social integration income by municipality and according to sex and age, 2009	

## A actividade económica

### The economic activity

### Contas regionais

#### Regional accounts

III.1.1	Indicadores de contas regionais por NUTS III, 2007 .....	135
	Regional accounts indicators by NUTS III, 2007	
III.1.2	Indicadores de contas regionais por NUTS II e actividade económica, 2007 .....	136
	Regional accounts indicators by NUTS II and economic activity, 2007	
III.1.3	Principais agregados de contas regionais por NUTS III, 2007.....	137
	Main regional accounts aggregates by NUTS III, 2007	
III.1.4	Valor acrescentado bruto e emprego por NUTS II e actividade económica, 2007.....	138
	Gross value added and employment by NUTS II and economic activity, 2007	
III.1.5	Valor acrescentado bruto e emprego por NUTS III e actividade económica, 2007.....	139
	Gross value added and employment by NUTS III and economic activity, 2007	

## Preços

### Prices

III.2.1	Variação média anual do índice de preços no consumidor por NUTS II, segundo a classe de despesa (COICOP), 2009 .....	143
	Annual average rate in the consumer price index by NUTS II and according to division (COICOP), 2009	

## Empresas

### Enterprises

III.3.1	Indicadores de empresas por município, 2008 .....	147
	Indicators of enterprises by municipality, 2008	
III.3.2	Indicadores de empresas por NUTS III, 2008 .....	148
	Indicators of enterprises by NUTS III, 2008	
III.3.3	Indicadores demográficos das empresas por NUTS III, 2008 .....	149
	Business demographic indicators by NUTS III, 2008	
III.3.4	Rádios económico-financeiros das empresas por NUTS III, 2008 .....	150
	Economic-financial ratios of enterprises by NUTS III, 2008	
III.3.5	Empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008 .....	152
	Enterprises by head office municipality and according to CAE-Rev.3, 2008	
III.3.6	Empresas das indústrias transformadoras por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008 .....	154
	Manufacturing enterprises by head office municipality and according to CAE-Rev.3, 2008	
III.3.7	Sociedades por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008 .....	156
	Companies by head office municipality and according to CAE-Rev.3, 2008	
III.3.8	Sociedades das indústrias transformadoras por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008 .....	158
	Manufacturing companies by head office municipality and according to CAE-Rev.3, 2008	
III.3.9	Empresas por município da sede, segundo o escalão de pessoal ao serviço, 2008 .....	160
	Enterprises by head office municipality and according to employment size class, 2008	
III.3.10	Pessoal ao serviço nas empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008 .....	161
	Persons employed in enterprises by head office municipality and according to CAE-Rev.3, 2008	
III.3.11	Pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008 .....	163
	Persons employed in manufacturing enterprises by head office municipality and according to CAE-Rev.3, 2008	
III.3.12	Volume de negócios nas empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008 .....	165
	Turnover in enterprises by head office municipality and according to CAE-Rev.3, 2008	
III.3.13	Volume de negócios nas empresas das indústrias transformadoras por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008 .....	167
	Turnover in manufacturing enterprises by head office municipality and according to CAE-Rev.3, 2008	
III.3.14	Valor acrescentado bruto nas empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008 .....	169
	Gross value added in enterprises by head office municipality and according to CAE-Rev.3, 2008	
III.3.15	Valor acrescentado bruto nas empresas das indústrias transformadoras por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008 .....	171
	Gross value added in manufacturing enterprises by head office municipality and according to CAE-Rev.3, 2008	
III.3.16	Principais variáveis das empresas com sede na região e em Portugal, por secção e divisão da CAE-Rev.3, 2008 .....	173
	Main variables of enterprises with head office in the region and Portugal, by section and division of CAE-Rev.3, 2008	
III.3.17	Variáveis das empresas do sector das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) por NUTS III, 2008 .....	175
	Variables of information and communication technology (ICT) sector by NUTS III, 2008	

## Comércio internacional

### International trade

III.4.1	Indicadores do comércio internacional por NUTS III, 2009 Po .....	179
	Indicators of international trade by NUTS III, 2009 Po	

III.4.2	Comércio internacional declarado de mercadorias de operadores com sede na região, por secção da Nomenclatura Combinada, 2009 Po.....	180
	International trade declared of goods of operators with the headquarters in the region, by sections of Combined Nomenclature, 2009 Po	
III.4.3	Comércio internacional declarado de mercadorias de operadores com sede na região, por classificação por grandes categorias económicas, 2009 Po.....	181
	International trade declared of goods of operators with the headquarters in the region, classified by broad economic categories, 2009 Po	
III.4.4	Comércio internacional declarado de mercadorias de operadores com sede na região, por país de destino ou origem, 2009 Po.....	182
	International trade declared of goods of operators with the headquarters in the region, by country of destination or origin, 2009 Po	
III.4.5	Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores, 2009 Po...	183
	International trade declared of goods by municipality of headquarters, 2009 Po	

## Agricultura e floresta

### Agriculture and forestry

III.5.1	Indicadores da agricultura e floresta por NUTS II, 2007 .....	187
	Indicators of agriculture and forestry by NUTS II, 2007	
III.5.2	Explorações e Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por NUTS II, segundo as classes de SAU, 2007.....	188
	Holdings and utilised agricultural area (UAA) by NUTS II, according to size classes of UAA, 2007	
III.5.3	Explorações por NUTS II, segundo a utilização da SAU, 2007 .....	188
	Holdings by NUTS II, according to UAA, 2007	
III.5.4	Explorações por NUTS II, segundo a dimensão económica, 2007.....	189
	Holdings by NUTS II, according to economic size, 2007	
III.5.5	Mão-de-obra agrícola por NUTS II, 2007 .....	189
	Agricultural labour force by NUTS II, 2007	
III.5.6	Produção das principais culturas por NUTS II, 2009.....	190
	Main crops production by NUTS II, 2009	
III.5.7	Produção vinícola declarada, expressa em mosto, por município, 2009 Po.....	191
	Wine production declared (in grape must form) by municipality, 2009 Po	
III.5.8	Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas por município de destino, 2008/2009 .....	192
	Fruit and olive trees sold by nursery owners by destination municipality 2008/2009	
III.5.9	Produção de azeite por NUTS III, 2009 .....	194
	Olive oil production by NUTS III, 2009	
III.5.10	Gado abatido e aprovado para consumo, por espécie, segundo a NUTS II, 2009.....	195
	Livestock slaughterings approved for consumption by species according to NUTS II, 2009	
III.5.11	Efectivos animais por espécie, segundo a NUTS II, 2009.....	196
	Livestock by species according to NUTS II, 2009	
III.5.12	Incêndios florestais e bombeiros por município, 2008 e 2009.....	197
	Forestry fires and firemen by municipality, 2008 and 2009	
III.5.13	Produção de resina por NUTS II, 2009 .....	198
	Resin production by NUTS II, 2009	

## Pesca

### Fishery

III.6.1	Indicadores da pesca por NUTS II e porto, 2009 .....	201
	Fishery indicators by NUTS II and seaport, 2009	
III.6.2	Pescadores matriculados e embarcações de pesca por NUTS II e porto, 2009 .....	202
	Registered fishermen and fishing vessels by NUTS II and seaport, 2009	
III.6.3	Capturas nominais de pescado na região pelas principais espécies, segundo o porto, 2009.....	203
	Nominal catch landed in the region by main species and according to the seaport, 2009	
III.6.4	Produção na aquicultura na região, por tipo de água e regime de exploração, 2008.....	204
	Production of aquaculture by region, type of water and production system, 2008	

## Energia

### Energy

III.7.1	Indicadores de energia por município, 2007 e 2008.....	207
	Energy indicators by municipality, 2007 and 2008	
III.7.2	Consumo de energia eléctrica por município, segundo o tipo de consumo, 2008.....	208
	Consumption of electric energy by municipality and according to consumption type, 2008	
III.7.3	Consumidores de energia eléctrica por município, segundo o tipo de consumo, 2008.....	209
	Consumers of electric energy by municipality and according to consumption type, 2008	
III.7.4	Vendas de combustíveis para consumo por município, 2008.....	210
	Sales of liquid and gaseous fuels (distribution companies) by municipality, 2008	
III.7.5	Consumo de gás natural por município, 2004-2007.....	211
	Consumption of natural gas by municipality, 2004-2007	
III.7.6	Produção bruta de electricidade por NUTS III, 2008.....	212
	Gross production of electricity by NUTS III, 2008	

## Construção e Habitação

### Construction and housing

III.8.1	Indicadores da construção e da habitação por município, 2009.....	215
	Construction and housing indicators by municipality, 2009	
III.8.2	Edifícios licenciados pelas câmaras municipais para construção por município, segundo o tipo de obra, 2009.....	217
	Building permits issued by local administration, by municipality and according to type of project, 2009	
III.8.3	Fogos licenciados pelas câmaras municipais em construções novas para habitação familiar por município, segundo a entidade promotora e a tipologia, 2009.....	218
	Dwellings licensed by local administration in new building for family housing, by municipality and according to investing entity and typology, 2009	
III.8.4	Edifícios concluídos por município, segundo o tipo de obra, 2009.....	219
	Construction works completed, by municipality and according to type of project, 2009	
III.8.5	Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por município, segundo a entidade promotora e a tipologia, 2009.....	220
	Dwellings completed in new building for family housing, by municipality and according to investing entity and typology, 2009	
III.8.6	Estimativas do parque habitacional por município, 2004-2009.....	221
	Estimates of housing stock by municipality, 2004-2009	
III.8.7	Habitação social por município, 31/12/2009.....	222
	Social housing by municipality, 31/12/2009	
III.8.8	Contratos de compra e venda de prédios por município, segundo a natureza, 2009.....	223
	Purchase and sale contracts of real estate, by municipality and according to nature, 2009	
III.8.9	Contratos de mútuo com hipoteca voluntária por município, segundo a natureza, 2009.....	224
	Loan agreements with conventional mortgage, by municipality and according to nature, 2009	
III.8.10	Crédito hipotecário concedido por contratos de mútuo com hipoteca voluntária por município, segundo a natureza, 2009.....	225
	Mortgage credit granted by loan agreements with conventional mortgage, by municipality and according to nature, 2009	
III.8.11	Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos por município, segundo o tipo de construção e tipologia, 2009.....	226
	Average value of bank evaluation of living quarters by municipality and according to the type of construction and typology, 2009	

## Transportes

### Transports

III.9.1	Indicadores de transportes por município, 2009.....	229
	Transport indicators by municipality, 2009	

III.9.2	Veículos automóveis vendidos por município, 2009 ..... Vehicle sales by municipality, 2009	230
III.9.3	Acidentes de viação e vítimas por município, 2009 ..... Road accidents and victims by municipality, 2009	231
III.9.4	Infra-estrutura ferroviária e fluxos de transporte por NUTS II, 2009..... Railway infrastructure and transport flows by NUTS II, 2009	232
III.9.5	Movimento dos portos, 2009 ..... Seaport traffic, 2009	233
III.9.6	Movimento dos aeroportos por NUTS II, 2009 ..... Airport traffic by NUTS II, 2009	234
III.9.7	Tráfego comercial nos aeroportos por natureza do tráfego, segundo os aeroportos, 2009..... Airport commercial traffic by type of traffic according to the airports, 2009	235
III.9.8	Pessoal ao serviço e elementos de exploração do metropolitano de Lisboa e metro do Porto, 2009 ... Persons employed and other economic data on Lisboa and Porto underground, 2009	236

## Comunicações

### Communications

III.10.1	Indicadores de comunicações por município, 2009 ..... Communication indicators by municipality, 2009	239
III.10.2	Acessos telefónicos por município, 2009 ..... Telephone accesses by municipality, 2009	240
III.10.3	Estações e postos de correio por município, 2009 ..... Post offices and post agencies by municipality, 2009	241
III.10.4	Redes de distribuição por cabo e por satélite por NUTS III, 2009 ..... Cable and satellite networks by NUTS III, 2009	242

## Turismo

### Tourism

III.11.1	Indicadores de hotelaria por município, 2009 ..... Hotel activity indicators by municipality, 2009	245
III.11.2	Estabelecimentos e capacidade de alojamento em 31.7.2009 e proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros, por município, 2009 ..... Establishments and lodging capacity on 31.7.2009 and lodging income in hotel establishments, by municipality, 2009	247
III.11.3	Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município, 2009..... Nights spent and guests in hotel establishments by municipality, 2009	248
III.11.4	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por município, segundo o país de residência habitual, 2009 ..... Nights spent in hotel establishments by municipality and according to country of usual residence, 2009	249
III.11.5	Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município, segundo o país de residência habitual, 2009 ..... Guests in hotel establishments by municipality and according to country of usual residence, 2009	250
III.11.6	Estabelecimentos, quartos e capacidade de alojamento no turismo em espaço rural, por NUTS II, em 31.12.2008..... Establishments, rooms and lodging capacity in rural tourism, by NUTS II on 31.12.2008	251

## Sector monetário e financeiro

### Monetary and financial sector

III.12.1	Indicadores do sector monetário e financeiro por município, 2008 e 2009..... Monetary and financial sector indicators, by municipality, 2008 and 2009	255
III.12.2	Estabelecimentos de outra intermediação monetária e de empresas de seguros por município, 2008 ..... Establishments of other monetary intermediation and insurance enterprises, by municipality, 2008	256

III.12.3	Movimento dos estabelecimentos de outra intermediação monetária e de empresas de seguros por município, 2008 .....	257
	Operations led by establishments of other monetary intermediation and insurance enterprises, by municipality, 2008	
III.12.4	Actividade da rede nacional Multibanco por município, 2009 .....	258
	National Multibanco network activity by municipality, 2009	

## Serviços prestados às empresas

### Serviços provided to enterprises

III.13.1	Indicadores de algumas actividades de serviços prestados às empresas por NUTS II, 2008.....	261
	Indicators of some services provided to enterprises by NUTS II, 2008	
III.13.2	Volume de negócios de algumas actividades de serviços prestados às empresas por NUTS II, 2008 .....	262
	Turnover of some services provided to enterprises by NUTS II, 2008	
III.13.3	Número de pessoas ao serviço em algumas actividades de serviços prestados às empresas por NUTS II, segundo a actividade e o sexo, 2008.....	263
	Number of persons employed in some services by NUTS II according to activity and sex, 2008	
III.13.4	Prestação de serviços das actividades informáticas e conexas por NUTS II, segundo o tipo de serviço prestado, 2008 .....	264
	Provision of services of computing and related activities by NUTS II according to type of service provided, 2008	
III.13.5	Prestação de serviços das actividades de contabilidade, auditoria e consultoria por NUTS II, segundo o tipo de serviço prestado, 2008 .....	265
	Provision of services of accounting, auditing and consultancy by NUTS II according to type of service provided, 2008	
III.13.6	Prestação de serviços das actividades de estudos de mercado e sondagens de opinião por NUTS II, segundo o tipo de serviço prestado, 2008 .....	266
	Provision of services of market research and public opinion polling by NUTS II according to type of service provided, 2008	
III.13.7	Prestação de serviços das actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins por NUTS II, segundo o tipo de serviço prestado, 2008 .....	267
	Provision of services of architecture, engineering and related technical consultancy by NUTS II according to the type of service provided, 2008	
III.13.8	Prestação de serviços de publicidade por NUTS II, segundo o tipo de serviço prestado, 2008.....	268
	Provision of advertising services by NUTS II according to type of service provided, 2008	
III.13.9	Prestação de serviços das actividades de emprego por NUTS II, segundo o tipo de serviço prestado, 2008 .....	269
	Provision of services of personnel activities by NUTS II according to type of service provided, 2008	
III.13.10	Prestação de serviços das actividades de ensaios e análises técnicas por NUTS II, segundo o tipo de serviço prestado, 2008 .....	270
	Provision of services of technical testing and analysis activities by NUTS II according to type of service provided, 2008	
III.13.11	Prestação de serviços das actividades jurídicas por NUTS II, segundo o tipo de serviço prestado, 2008 .....	270
	Provision of services of legal activities by NUTS II according to type of service provided, 2008	

## Ciência e tecnologia

### Science and technology

III.14.1	Indicadores de Investigação e Desenvolvimento (I&D) por NUTS III, 2008 e 2009.....	273
	Research and Development (R&D) Indicators by NUTS III, 2008 and 2009	
III.14.2	Investigação e Desenvolvimento (I&D) por NUTS III, 2008 .....	274
	Research and Development (R&D) by NUTS III, 2008	
III.14.3	Despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) a preços correntes, segundo a área científica ou tecnológica por NUTS III, 2008 .....	276
	Gross expenditure on R&D (GERD) at current prices and according to science and technology fields by NUTS III, 2008	

III.14.4	Indicadores de inovação empresarial por NUTS II, segundo as actividades económicas, 2006-2008.....	277
	Enterprise innovation indicators by NUTS II and according to the economic activities, 2006-2008	
III.14.5	Indicadores de inovação empresarial por NUTS II, segundo o escalão de pessoal da empresa, 2006-2008.....	278
	Enterprise innovation indicators by NUTS II and according to size-classes in number of employees, 2006-2008	

## Sociedade da informação

### Information society

III.15.1	Indicadores da sociedade da informação nas famílias por NUTS II, 2009 .....	281
	Information society indicators in private households by NUTS II, 2009	
III.15.2	Indicadores da sociedade da informação nos hospitais por NUTS II, 2008 .....	281
	Information society indicators in hospitals by NUTS II, 2008	
III.15.3	Indicadores da sociedade da informação nos estabelecimentos hoteleiros por NUTS II, 2008 .....	282
	Information society indicators in hotel establishments by NUTS II, 2008	
III.15.4	Indicadores da sociedade da informação nas câmaras municipais por NUTS III, 2009 .....	283
	Information society indicators in municipal councils by NUTS III, 2009	

## O Estado

### The State

### Administração local

#### Local government

IV.1.1	Indicadores de administração local por município, 2008 .....	289
	Local government indicators by municipality, 2008	
IV.1.2	Contas de gerência das câmaras municipais por município, 2008 .....	290
	Revenue and expenditure accounts of municipalities, 2008	
IV.1.3	Receitas correntes e de capital das câmaras municipais por município, 2008.....	291
	Current and capital revenues of municipalities, 2008	
IV.1.4	Despesas correntes e de capital das câmaras municipais por município, 2008 .....	292
	Current and capital expenditures of municipalities, 2008	

### Justiça

#### Justice

IV.2.1	Indicadores de justiça por município, 2009 .....	295
	Justice indicators by municipality, 2009	
IV.2.2	Tribunais judiciais por comarca, segundo a espécie de tribunal, e pessoal ao serviço nos tribunais judiciais, em 31 de Dezembro, segundo o tipo de pessoal ao serviço, 2009.....	296
	Judicial courts by judicial district, according to type of court and judicial court persons employed as at 31 December, according to type of persons employed, 2009	
IV.2.3	Movimento de processos nos tribunais judiciais de 1ª instância por município onde estão sedeados, segundo a espécie, 2009.....	297
	Cases flow in judicial courts of 1st instance by municipality where they are seated according to type of case, 2009	
IV.2.4	Principais actos notariais celebrados por escritura pública, por município, 2009.....	298
	Main notarial deeds performed by public deed by municipality, 2009	
IV.2.5	Crimes registados pelas autoridades policiais por município segundo as categorias de crimes, 2009 .....	299
	Offences recorded by the police forces by municipality according to type of crime, 2009	



IV.2.6	Arguidos em processos crime na fase de julgamento findo nos tribunais judiciais de 1ª instância, segundo o motivo determinante da extinção do procedimento criminal por município onde estão sedeados, 2009 .....	300
	Defendants in criminal cases at the trial stage completed in judicial courts of 1st instance according to the determinative cause of the criminal procedure extinction by municipality where they are seated, 2009	

## Participação política

### Political participation

IV.3.1	Indicadores da participação política por município, 2009 .....	303
	Political participation indicators by municipality, 2009	
IV.3.2	Resultados e participação na eleição para a Assembleia da República por município, segundo os partidos políticos, 2009 .....	305
	Results and participation in the election to National Parliament by municipality according to political parties, 2009	
IV.3.3	Participação na eleição para as Câmaras Municipais por município, 2009 .....	306
	Participation in the election to Municipal Councils by municipality, 2009	
IV.3.4	Resultados na eleição para as Câmaras Municipais por município, segundo os partidos políticos, 2009 .....	307
	Results in the election to Municipal Councils by municipality according to political parties, 2009	
IV.3.5	Participação na eleição para as Assembleias Municipais por município, 2009 .....	310
	Participation in the election to Municipal Assemblies by municipality, 2009	
IV.3.6	Resultados na eleição para as Assembleias Municipais por município, segundo os partidos políticos, 2009 .....	311
	Results in the election to Municipal Assemblies by municipality according to political parties, 2009	
IV.3.7	Participação na eleição para as Assembleias de Freguesias por município, 2009 .....	313
	Participation in the election to Parish Assemblies by municipality, 2009	
IV.3.8	Resultados na eleição para as Assembleias de Freguesias por município, segundo os partidos políticos, 2009 .....	314
	Results in the election to Parish Assemblies by municipality according to political parties, 2009	
IV.3.9	Resultados e participação na eleição para o Parlamento Europeu por município, segundo os partidos políticos, 2009 .....	316
	Results and participation in the election to European Parliament by municipality according to political parties, 2009	
	Conceitos .....	319
	Concepts	
	Nomenclaturas .....	369
	Nomenclatures	





# Nota introdutória

---

Introductory note



## NOTA INTRODUTÓRIA

Os *Anuários Estatísticos Regionais*, cuja divulgação se iniciou na primeira metade da década de 90, constituem a publicação de referência na disponibilização de informação estatística à escala regional e municipal, servindo de suporte à leitura das trajectórias de desenvolvimento regionais e ao estudo de problemáticas de base territorial. Ao longo dos anos, esta publicação tem vindo a ser objecto de melhorias, quer de conteúdo, aumentando a abrangência e pertinência da informação disponibilizada, quer de forma, garantindo uma melhor integração e coerência da informação.

A presente publicação encontra-se organizada em 26 subcapítulos agrupados em quatro grandes capítulos: *O Território*, *As Pessoas*, *A Actividade Económica* e *O Estado*. No início de cada subcapítulo, é apresentado um conjunto de indicadores de síntese, visando permitir uma comparação mais imediata do posicionamento das diferentes unidades territoriais nos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em formato bilingue (português e inglês).

Nesta edição, destaca-se, no capítulo *As Pessoas*, a edição de dados relativos à população estrangeira com estatuto legal de residente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no subcapítulo *População*. Na *Actividade Económica*, subcapítulo *Construção e habitação*, refere-se a divulgação de dados relativos à avaliação bancária dos alojamentos, só possível através do início de uma nova série do Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação que compreendeu, nomeadamente, um alargamento do universo de inquirição, passando a abranger novas instituições bancárias aderentes, e uma melhoria da representação geográfica. Também no subcapítulo *Construção e habitação*, salienta-se a disponibilização de dados com base no novo Inquérito à Caracterização da Habitação Social.

## INTRODUCTORY NOTE

The *Regional Statistical Yearbooks*, which were launched in the early nineties, are the key publication regarding statistical data disseminated at regional and municipal levels and aim to support the knowledge of regional development paths and the analysis of territorial based issues. Over the years this publication has been subject to continuous improvements in terms of both, content, by extending the scope and relevance of the information included, and form, by improving the coherence and integration of that information.

The publication deals with four main chapters - *The Territory*, *The People*, *The Economic Activity* and *The State* and is organised in 26 sections. Each section begins with a table with key indicators which enables the user to identify at a glance the position of the different territorial units on each topic. Tables are presented in a bilingual format (Portuguese and English).

This edition contains several innovations. In *The People* chapter, in the *Population* section, it was possible to publish data on foreign population with legal resident status from the Borders and Foreigners Service. In *The Economic Activity* chapter, in the *Construction and housing* section, it's worthwhile to mention that data on housing evaluation was only possible through the beginning of the Survey on Bank Evaluation on Housing new series, which encompasses a wider range of bank institutions and greater geographical coverage. Also in the *Construction and housing* section it should be referred the availability of new data from the Social housing survey. Still in *The Economic Activity* chapter, but in the *Information Society* section, results from the Survey on Information and Communication Technologies usage in municipal councils are presented. Finally, in *The State* chapter, in the *Political participation* section, the main results of the three electoral acts occurred in 2009 – the European, National Parliament and Local Government elections – are included, based on the information of Directorate-General of Internal Administration.

Ainda na *Actividade Económica*, no subcapítulo da *Sociedade da Informação*, destaca-se a apresentação de resultados relativos ao Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas câmaras municipais, operação realizada pela Agência para a Sociedade do Conhecimento. No capítulo *O Estado*, subcapítulo *Participação Política*, incluem-se os principais resultados dos três actos eleitorais realizados em 2009 – eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas – com base em informação fornecida pela Direcção-Geral da Administração Interna.

O INE prossegue assim o seu objectivo de fornecer informação de base territorial pertinente e de qualidade para a análise das dinâmicas territoriais.

A apresentação de resultados segundo as actividades económicas tem por base a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas Revisão 3 (CAE-Rev.3), versão da CAE que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2008, substituindo a anterior CAE-Rev.2.1. A Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS), estabelecida pelo regulamento comunitário nº 1059/2003 com as alterações introduzidas pelo regulamento comunitário nº 105/2007 e as alterações introduzidas pela adesão de novos Estados-Membros à União Europeia (regulamentos nº 1888/2005 e nº 176/2008), constitui a matriz territorial de referência para apresentação dos dados estatísticos. A divisão administrativa ao nível do município, que constitui a unidade de referência para a maioria da informação disponibilizada, refere-se à publicada pelo Instituto Geográfico Português na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP, versão 2009.0).

Dado que a informação disponibilizada nos *Anuários Estatísticos Regionais* decorre de um vasto leque de operações estatísticas e fontes administrativas, o período de referência não é homogéneo ao longo de toda a publicação. Contudo, o âmbito temporal é fundamentalmente referente a 2008 e 2009.

O Instituto Nacional de Estatística agradece às diversas entidades cuja colaboração se traduziu no fornecimento atempado de informação estatística, tornando possível a realização desta publicação.

Novembro de 2010

Therefore, Statistics Portugal (INE) further carries on its goal of making available accurate and relevant territorial based data for the analysis of territorial dynamics.

Results tabulation by economic activities is based upon the Portuguese Classification of Economic Activities Revision 3 (CAE-Rev.3), version in force since January the 1st of 2008 and that substitutes the former version CAE-Rev.2.1. The Nomenclature of Territorial Units for Statistics (NUTS), as set out by the regulation (EC) No 1059/2003 with the amendments introduced by the regulation (EC) No 105/2007 and the amendments introduced by new member-states accession to the European Union (regulations (EC) No 1888/2005 and No 176/2008), is the territorial matrix of reference to present statistical data. The territorial administrative division at municipality level, reflects the Official Administrative Map of Portugal (CAOP, version 2009.0), published by the Portuguese Geographic Institute (IGP).

The time period under analysis is not always the same throughout the entire publication since data used in the *Regional Statistical Yearbooks* comes from a large variety of sources. Nevertheless the core years correspond to 2008 and 2009.

Statistics Portugal (INE) wishes to thank all the institutions that have contributed with the timely provision of statistical data to ensure this publication.

November, 2010

## O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, IP (INE, IP)

A Missão do INE, IP é produzir, e colocar à disposição de toda a sociedade, informação estatística oficial de qualidade reconhecida, que apoie a tomada de decisões, o debate público e a investigação. Compete também ao Instituto promover activamente a coordenação, o desenvolvimento e a divulgação da actividade estatística oficial do País.

A Visão do INE, IP é ser reconhecido, nacional e internacionalmente, como uma autoridade estatística de excelência, ao nível das melhores práticas internacionais em Sistemas Estatísticos que dispõem de condições comparáveis.

Para cumprir a sua Missão e concretizar a sua Visão, o Instituto pauta-se pelos seguintes Valores:

- Independência profissional
- Imparcialidade e objectividade
- Orientação para os clientes
- Metodologia estatística sólida
- Compromisso com a qualidade
- Respeito pelos fornecedores de informação
- Confidencialidade
- Eficiência.

## FORMAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DO INE, IP

### Internet:

No Portal do INE — [www.ine.pt](http://www.ine.pt) — é possível consultar e importar, gratuitamente, um conjunto vasto de informação estatística, conhecer as principais actividades do Instituto, encomendar produtos e fazer pedidos de esclarecimento.

Para além de divulgar versões electrónicas das publicações em papel, com os respectivos quadros, o Portal do INE inclui uma base, com mais de quatro mil indicadores, a partir da qual os utilizadores podem elaborar e alterar quadros à medida das suas necessidades.

Entre outras funcionalidades, é também possível:

- Visualizar informação sob a forma de cartogramas;
- Consultar os dossiês temáticos “Território”, “Género” e “Indicadores estruturais”, nos quais a informação está organizada de modo a permitir a análise de uma determinada problemática segundo diferentes perspectivas;
- Consultar a Biblioteca Digital de Estatísticas Oficiais (BDEO) que disponibiliza todas as publicações editadas pelo Instituto e pelas instituições que o antecederam desde 1864 até ao ano 2000, num total de mais de um milhão e quinhentas mil páginas.

## STATISTICS PORTUGAL

The Mission of Statistics Portugal is to produce and make available to the entire society statistical information of recognised quality that will support decision-making, public debate and research. The Institute is also responsible for promoting the coordination, development and dissemination of the country's official statistical activity.

The Vision of Statistics Portugal is to be perceived, nationally and internationally, as a high-quality statistical authority complying with the best international practices in Statistical Systems where conditions are comparable.

To fulfil its Mission and accomplish its Vision, Statistics Portugal operates according to the following Values:

- Professional independence
- Impartiality and objectivity
- Customer focus
- Consistent statistical methodology
- Quality commitment
- Respect for information providers
- Confidentiality
- Efficiency.

## WAYS OF ACCESSING STATISTICS PORTUGAL INFORMATION

### Internet:

On the website — [www.ine.pt](http://www.ine.pt) — the user may consult and download, free of charge, a wide range of statistical data, be acquainted with the main statistical activities, order products or ask questions on statistical information.

In addition to disseminating electronic versions of printed publications (with the respective tables), Statistics Portugal's website provides a statistical database with over four thousand indicators that users may customize, in table format, at their best convenience.

Among other functionalities, the website makes possible to:

- View information in chart format;
- Consult thematic files such as “Territory”, “Gender” and “Structural indicators”, whose information permits analysing a particular issue from different perspectives;
- Consult the Digital Library of Official Statistics (BDEO), which supplies images of all publications issued by the Institute (and predecessor institutions), from 1864 to 2000, totalling over 1,500,000 pages.

### **Consulta presencial:**

Nas Bibliotecas do INE é possível consultar gratuitamente toda a informação publicada pelo Instituto e por outros organismos — nacionais, estrangeiros e internacionais —, em papel e em CD-ROM, e ainda aceder ao Portal do INE e aos sites de estatísticas oficiais de todo o mundo (CiberINE).

Na Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior, constituída por Pontos de Acesso à informação do INE em bibliotecas de estabelecimentos do ensino superior localizados em todos os distritos do Continente, também é possível consultar gratuitamente o Portal do INE e os produtos editados em papel e CD-ROM, com o apoio presencial de pessoal técnico formado para o efeito.

Todos os Pontos de Acesso desta Rede dispõem de um telefone com ligação directa e gratuita ao INE para esclarecimentos adicionais. Estes espaços não se destinam exclusivamente a estudantes e estão acessíveis a todos os cidadãos. No final de Novembro de 2010, estavam em funcionamento 31 Pontos de Acesso.

Desde 2010, e mediante um protocolo de colaboração assinado com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), a informação do INE passou a estar presente também em cerca de 1200 bibliotecas dos ensinos básico e secundário, para as quais o Instituto disponibiliza publicações de carácter multi-temático.

### **Aquisição de informação:**

É possível adquirir publicações do INE em papel e/ou CD-ROM na Sede do INE, em Lisboa, nas suas Delegações (Porto, Coimbra, Évora e Faro) e através do Portal ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

Nas instalações do INE, é igualmente possível adquirir ou encomendar (mediante orçamento) informação estatística à medida das necessidades dos clientes.

### **Serviço de Apoio ao Cliente:**

Todas as informações anteriores poderão ser detalhadas ou complementadas através do serviço de Apoio ao Cliente do INE que está orientado para responder a questões relacionadas com a obtenção e uso da informação estatística. Este serviço pode ser utilizado nos dias úteis, entre as 9H00 e as 17H30, através do n.º 808 201 808 (custo de chamada local), a partir da rede fixa nacional.

### **In person:**

At Statistics Portugal' libraries, visitors may consult, free of charge, all the information published by the Institute and other organisations — national and international — in print and CD-ROM versions, and also access other websites of official statistics all over the world (CiberINE).

The Information Network in Libraries of Higher Education Establishments is a Statistics Portugal network consisting in Access Points operating in libraries of higher education institutions, located in the Mainland districts, allowing free consultation of Statistics Portugal's website for products published in paper and CD-ROM formats with the guidance of technical staff.

All Access Points are furnished with a telephone directly connected to Statistics Portugal for further information. Access Points are not only aimed at students but to all citizens in general. In late November 2010 there were 31 Access Points in activity.

After 2010, and through a cooperation protocol signed with the Office for School Libraries Network (RBE), Statistics Portugal information started to be present in about 1,200 libraries of primary and secondary for which the Institute offers multi-themed publications.

### **Purchase information:**

Statistics Portugal publications on paper and/or CD-ROM versions can be purchased at the Head Office, in Lisbon, and at the Institute delegations located in Oporto, Coimbra, Évora and Faro, and also through the website ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)). At Statistics Portugal's premises it is also possible to purchase or order customised statistical information upon an estimate.

### **Customer Help Line:**

All the above information may be complemented by the Customer Help Line, which stands ready to answer any questions related to statistical data gathering and use. This service operates every working days, between 9 a.m. and 5.30 p.m. by dialling 808 201 808 (national fixed network) or +351 226 050 748 (other networks).

# Glossário

## Glossary

### Sinais convencionais

### Conventional signs

Valor com coeficiente de variação elevado	§	Extremely unreliable value
Valor confidencial	...	Confidential value
Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada	e	Less than half of the unit used
Valor não disponível	x	Value not available
Não aplicável	//	Not applicable
Quebra de série	⊥	Series break
Valor preliminar	Pe	Preliminary value
Valor provisório	Po	Provisory value
Valor rectificado	Rc	Rectified value
Valor revisto	Rv	Revised value
Porcentagem	%	Percentage
Permilagem	‰	Permillage

### Unidades de medida

### PT

### EN

### Units of measure

Euro	€	Euro
Euro por quilograma	€/kg	Euro by kilogram
Grama por litro	g/l	Gramme by litre
Arqueação bruta	GT	Gross tonnage
Gigawatt hora	GWh	Gigawatt hour
Hectare	ha	Hectare
Hectolitro	hl	Hectolitre
Quilograma	kg	Kilogram
Quilómetro	km	Kilometre
Quilómetro quadrado	km <sup>2</sup>	Square kilometre
Quilowatt	kW	Kilowatt
Quilowatt hora	kWh	Kilowatt hour
Metro	m	Metre
Metro quadrado	m <sup>2</sup>	Square metre
Metro cúbico	m <sup>3</sup>	Cubic metre
Milímetro	mm	Millimetre
Número	N.º	No.
Metro cúbico normal	Nm <sup>3</sup>	Normal cubic metre
Grau centígrado	°C	Centigrade degree
Número quilómetro	N.ºkm	No.km
Tonelada métrica	t	Metric tonne
Tonelada equivalente de petróleo	tep	toe
Tonagem de porte bruto	TPB	DWT
Unidade de trabalho anual	UTA	AWU
Número por quilometro quadrado	N.º/km <sup>2</sup>	No./km <sup>2</sup>



## Siglas e abreviaturas

## PT

## EN

## Acronyms and abbreviations

Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	ADSE		Directorate General of Social Protection to the Civil Servants
Autoridade Nacional de Comunicações	ANACOM		National Communication Authority
Administrações Públicas	APU		General Government
Caixa Automático	ATM		Automated Teller Machine
Bloco de Esquerda	BE		Left Block
Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas	CAE		Portuguese Classification of Economic Activities
Centro Democrático Social – Partido Popular	CDS-PP		Democratic Social Centre – Popular Party
Caixa Geral de Aposentações	CGA		General Retirement Funds
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	CMVMC		Cost of Goods Sold and Material Consumed
Classificação do Consumo Individual por Objectivo	COICOP		Classification of Individual Consumption by Purpose
Ciência e Tecnologia	C & T	S & T	Science and Technology
Denominação de Origem Protegida	DOP	PDO	Protected Designation of Origin
Energia de Portugal	EDP		Portugal Energy
Empresa pública	E.P.		Public enterprise
Estação de Tratamento de Águas Residuais	ETAR	WWTP	Wastewater Treatment Plants
Equivalente a tempo integral	ETI	FTE	Full time equivalent
Estados Unidos da América	EUA	USA	United States of America
Serviço de Estatística da União Europeia	Eurostat		Statistical Office of the European Union
Formação Bruta de Capital Fixo	FBCF	GFCF	Gross Fixed Capital Formation
Franco a Bordo	FOB		Free on Board
Fornecimentos e Serviços Externos	FSE		Supplies and External Services
Homem	H	M	Male
Indicação Geográfica Protegida	IGP	PGI	Protected Geographical Indication
Instituto Nacional de Estatística, I.P.	INE, I.P.		Statistics Portugal
Imposto Municipal sobre Imóveis	IMI		Municipal real estate tax
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	IMT		Municipal tax for onerous transfer of real estate
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	IRS		Income Tax of Natural Persons
Instituições sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias	ISFLSF	NPISH	Non-profit Institutions Serving Households
Investigação e Desenvolvimento	I&D	R&D	Research and Development
Mulher	M	F	Female
Margem Bruta Total	MBT	TGM	Total gross margin
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	MTSS		Ministry of Labour and Social Solidarity
Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos	NUTS		Nomenclature of Territorial Units for Statistics
Nomenclatura Combinada	NC		Combined Nomenclature
Gás de Petróleo Liquefeito	GPL	LPG	Liquefied petroleum gas
Países Africanos de Língua Portuguesa	PALP		Portuguese Speaking African Countries
Partido Comunista Português – Partido Ecologista Os Verdes	PCP-PEV		Portuguese Communist Party – Green Ecologist Party
Plano Director Municipal	PDM		Municipal Master Plan
Plano Especial do Ordenamento do Território	PEOT		Special Spatial Planning Instruments
Plano Municipal de Ordenamento do Território	PMOT		Municipal Spatial Planning Plan
Produto Interno Bruto	PIB	GDP	Gross Domestic Product
Partido Popular Democrático /Partido Social Democrata	PPD/PSD		Democratic Popular Party – Social Democratic Party
Plano Regional do Ordenamento do Território	PROT		Regional Spatial Planning Plans
Partido Socialista	PS		Socialist Party
Região Autónoma	R.A.		Autonomous Region
Rendimento Disponível Bruto	RDB	GDI	Gross Domestic Income
Reserva Agrícola Nacional	RAN		National agricultural reserve
Reserva Ecológica Nacional	REN		National ecological reserve
Superfície Agrícola Utilizada	SAU	UAA	Utilized agricultural area
Sistema Europeu de Contas	SEC	ESA	European System of Integrated
Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos	SIFIM	FISIM	Financial Intermediation Services Indirectly Measured
Trabalhador por conta de Outrem	TCO		Employee
Tecnologias de Informação e Comunicação	TIC	ICT	Information and Communication Technologies
Unidade de Dimensão Económica	UDE	ESU	Economic Size Unit
União Europeia	UE	EU	European Union
Unidade Trabalho Ano	UTA	AWU	Annual Work Unit
Valor Acrescentado Bruto	VAB	GVA	Gross Value Added
Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado	VABpm	GVAmP	Gross Value Added at market prices
Vinho Licoroso de Qualidade Produzido em Região Determinada	VLQPRD	QUALITY LIQUEUR WINES PSR	Quality Liqueur wines Produced in a Specified Region
Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada	VQPRD	QUALITY WINES PSR	Quality Wines Produced in a specified Region



Países/Estados Membros da UE	PT	EN	Countries/Member States
Áustria	AT		Austria
Bélgica	BE		Belgium
Bulgária	BU		Bulgary
Chipre	CY		Cyprus
República Checa	CZ		Czech Republic
Alemanha	DE		Germany
Dinamarca	DK		Denmark
Estónia	EE		Estonia
Grécia	EL		Greece
Espanha	ES		Spain
Finlândia	FI		Finland
França	FR		France
Hungria	HU		Hungary
Irlanda	IE		Ireland
Itália	IT		Italy
Lituânia	LT		Lithuania
Luxemburgo	LU		Luxembourg
Letónia	LV		Latvia
Malta	MT		Malta
Países Baixos	NL		Netherlands
Noruega	NO		Norway
Polónia	PL		Poland
Portugal	PT		Portugal
Roménia	RO		Romenia
Suécia	SE		Sweden
Eslovénia	SI		Slovenia
Eslováquia	SK		Slovakia
Reino Unido	UK		United Kingdom
Estados Unidos da América	EUA	USA	United States of America
AT, BE, DE, DK, EL, ES, FI, FR, IE, IT, LU, NL, PT, SE, UK	UE-15	EU-15	AT, BE, DE, DK, EL, ES, FI, FR, IE, IT, LU, NL, PT, SE, UK
AT, BE, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, SE, SI, SK, UK	UE-25	EU-25	AT, BE, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, SE, SI, SK, UK
AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK, UK	UE-27	EU-27	AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK, UK

#### Notas gerais General notes

- 1) Nesta publicação adoptou-se a Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) estabelecida pelo decreto-lei nº 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003, com as alterações introduzidas pelo regulamento comunitário nº 105/2007.  
The Nomenclature of Territorial Units for Statistics (NUTS), as set out in Law decree 244/2002 and by the EU regulation 1059/2003 with the amendments introduced by the regulation (EC) No 105/2007, has been used in this publication.
- 2) Por questões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.  
As numbers are rounded up or down, totals may not always correspond to the sum of the parts



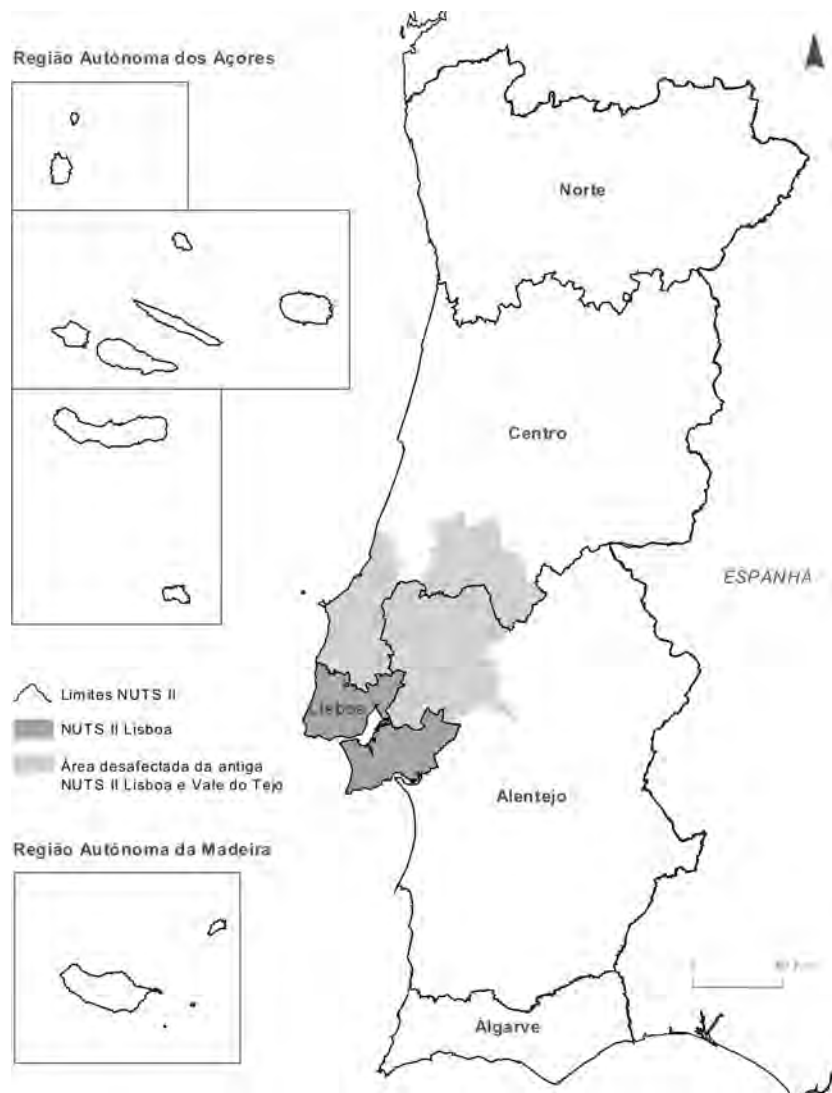


O Território

The Territory



Divisão territorial de Portugal por regiões NUTS II  
Territorial division of Portugal by regions NUTS II



Divisão territorial da Região NUTS II de Lisboa: NUTS III e Municípios  
Territorial division of NUTS II Lisboa Region: NUTS III and Municipalities





Território

Territory





PONTOS EXTREMOS DE POSIÇÃO GEOGRÁFICA POR NUTS II, 2009

EXTREME POINTS OF THE GEOGRAPHIC POSITION BY NUTS II, 2009

I.1.1	Latitude				Longitude			
	Norte		Sul		Este		Oeste	
	Local	Coordenadas geográficas	Local	Coordenadas geográficas	Local	Coordenadas geográficas	Local	Coordenadas geográficas
Unidade: graus minutos segundos								
Portugal	Foz do Rio Trancoso confluência com o Rio Minho	42° 09' 15"	Ponta do Sul - Ilhéu de Fora (Selvagens)	30° 01' 49"	Marco de fronteira 494 (Rio Douro)	-06° 11' 20"	Fajã Grande (Ilha das Flores)	-31° 16' 07"
Continente	Foz do Rio Trancoso confluência com o Rio Minho	42° 09' 15"	Cabo de Santa Maria	36° 57' 42"	Marco de fronteira 494 (Rio Douro)	-06° 11' 20"	Ponta da França (Berlenga, município de Peniche)	-09° 31' 01"
Norte	Foz do Rio Trancoso confluência com o Rio Minho	42° 09' 15"	Govaís (freguesia de Pinheiro da Bemposta)	40° 45' 31"	Marco de fronteira 494 (Rio Douro)	-06° 11' 20"	Montedor (freguesia de Carreço)	-08° 52' 51"
Centro	Freguesia de Fonte Longa	41° 02' 14"	A Sul do Casal do Carvalhal (freguesia de Santiago dos Velhos)	38° 55' 17"	Marco de fronteira 632 (freguesia de Forcalhos)	-06° 46' 51"	Ponta da França (Berlenga, município de Peniche)	-09° 31' 01"
Lisboa	Lugar do Arneiro (freguesia de São Pedro da Cadeira)	39° 03' 52"	Este do Cabo Espichel, Chã dos Navegantes	38° 24' 32"	Gavião (freguesia de Cortiçadas do Lavre, sul do VG Vale de Dormidas)	-08° 29' 27"	Cabo da Roca (Farol e VG Roca)	-09° 30' 01"
Alentejo	Foz do Rio Sever confluência com o Rio Tejo	39° 39' 49"	Confluência de linha de água com Ribeira do Vascanito (este de Éguas)	37° 19' 08"	Marco de fronteira 958 (Rib. de Ardila)	-06° 55' 53"	Intersecção entre municípios: Azambuja com Cadaval e Alenquer	-09° 00' 16"
Algarve	Ribeira do Vascão, a sul de Colgadeiros (sul do VG Aviosa)	37° 31' 44"	Cabo de Santa Maria	36° 57' 42"	Foz do Guadiana	-07° 23' 35"	Cabo de S. Vicente	-08° 59' 49"
R. A. Açores	Ponta do Mar	39° 43' 34"	Ponta do Castelo	36° 55' 39"	Ponta das Eirinhas	-25° 00' 47"	Fajã Grande (Ilha das Flores)	-31° 16' 07"
Santa Maria	A norte das Lagoinhas	37° 01' 03"	Ponta do Castelo	36° 55' 39"	Ponta das Eirinhas	-25° 00' 47"	Ponta do Carneirinho	-25° 11' 08"
São Miguel	Ponta da Bretanha	37° 54' 38"	Ilhéu da Vila	37° 42' 13"	Ponta da Marquesa	-25° 08' 03"	Ponta da Ferraria	-25° 51' 17"
Terceira	Ponta dos Biscoitos	38° 48' 12"	Ponta mais a Sul do Mte. Brasil	38° 38' 20"	Ponta de S. Jorge	-27° 02' 28"	A Oeste da freg. da Serreta	-27° 22' 46"
Graciosa	A norte da povoação Achada	39° 05' 49"	A Sul do Carapacho	39° 00' 30"	Ponta da Engrade	-27° 56' 52"	A Sul do Porto Afonso	-28° 04' 20"
São Jorge	Ponta da Terra	38° 45' 21"	Ponta dos Monteiro	38° 32' 00"	Ponta do Topo	-27° 45' 08"	Ponta da Terra	-28° 19' 00"
Pico	Baixio Pequeno	38° 33' 41"	Ponta da Queimada	38° 22' 55"	Ponta dos Ouriços	-28° 01' 41"	Ponta entre o Calhau e Pocinho	-28° 32' 30"
Faial	Ponta dos Cedros	38° 38' 38"	Caldeira do Inferno	38° 30' 54"	Ponta da Ribeirinha	-28° 35' 53"	Ponta dos Capelinhos	-28° 50' 05"
Flores	Ponta Delgada	39° 31' 28"	Ponta da Rocha Alta	39° 22' 15"	Sta. Cruz das Flores	-31° 07' 27"	Fajã Grande (Ilha das Flores)	-31° 16' 07"
Corvo	Ponta do Mar	39° 43' 34"	Ilhéu a Sudoeste do Corvo	39° 40' 09"	A norte do Fojo	-31° 04' 55"	Ponta Oeste	-31° 07' 43"
R. A. Madeira	Ilhéu de Fora	33° 07' 41"	Ponta do Sul - Ilhéu de Fora (Selvagens)	30° 01' 49"	Ponta do Leste (Selvagem Grande)	-15° 51' 21"	Ponta do Pargo	-17° 15' 57"
Madeira	Ponta do Tristão	32° 52' 14"	Ponta da Cruz	32° 37' 58"	Ilhéu do Farol	-16° 39' 18"	Ponta do Pargo	-17° 15' 57"
Porto Santo	Ilhéu de Fora	33° 07' 41"	Ponta do Ilhéu (Ilhéu de Baixo)	32° 59' 46"	Escadinha (Ilhéu de Cima)	-16° 16' 38"	Ilhéu de Ferro	-16° 24' 38"
Unit: degrees minutes seconds	Locality	Geographic coordinates	Locality	Geographic coordinates	Locality	Geographic coordinates	Locality	Geographic coordinates
	North		South		East		West	
	Latitude				Longitude			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Instituto Geográfico Português, a partir da Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2009.0.  
Source: Portuguese Geographic Institute, after the Official Administrative Map of Portugal - CAOP 2009.0.

**Nota:** A informação constante da Carta Administrativa Oficial de Portugal é permanentemente atualizada, nomeadamente aquando da criação de novas unidades administrativas ou aquando da conclusão de procedimentos de delimitação administrativa. Alerta-se, por isso, para o facto de os dados poderem não coincidir com os publicados em anos anteriores. As coordenadas foram determinadas para o Continente em ETRS89; para a R. A. Açores e R. A. Madeira, em ITRF93. O critério adoptado é o da unidade territorial administrativa, incluindo os casos em que a unidade territorial é constituída por territórios descontinuos.

**Note:** Information included in the Official Administrative Map of Portugal is updated as often as new administrative units are established or after administrative delimitation procedures are concluded. Thus, this data may not match the figures published in previous years. The geographical coordinates were obtained in ETRS89, for Continente and in ITRF93 for R. A. Açores and R. A. Madeira. The administrative territorial unit criterion is applied, including the cases in which the territorial unit is made of non-contiguous territories.

ÁREA, PERÍMETRO, EXTENSÃO MÁXIMA E ALTIMETRIA POR NUTS II, 2009

AREA, PERIMETER, MAXIMUM EXTENSION AND ALTIMETRY BY NUTS II, 2009

I.1.2	Área	Perímetro				Comprimento máximo		Altitude	
		Total	Linha de costa	Fronteira terrestre		Norte-Sul	Este-Oeste	Máxima	Mínima
				Internacional	Inter-regional				
	km²	km						m	
Portugal	92 207,4	3 917	2 599	1 318	//	1 345	2 258	2 351	0
Continente	89 084,3	2 572	1 254	1 318	//	577	286	1 993	0
Norte	21 283,9	1 069	151	568	349	155	224	1 527	0
Centro	28 200,1	1 321	279	270	772	235	234	1 993	0
Lisboa	3 001,1	618	321	//	297	73	88	528	0
Alentejo	31 603,2	1 337	182	432	723	260	181	1 027	0
Algarve	4 996,0	584	320	48	216	63	143	902	0
R. A. Açores	2 322,0	943	943	//	//	311	547	2 351	0
Santa Maria	96,9	78	78	//	//	10	15	587	0
São Miguel	744,6	230	230	//	//	23	64	1 103	0
Terceira	400,3	126	126	//	//	18	29	1 021	0
Graciosa	60,7	44	44	//	//	10	11	402	0
São Jorge	243,6	139	139	//	//	25	49	1 053	0
Pico	444,8	153	153	//	//	20	45	2 351	0
Faial	173,1	80	80	//	//	14	21	1 043	0
Flores	141,0	72	72	//	//	17	12	914	0
Corvo	17,1	21	21	//	//	6	4	718	0
R. A. Madeira	801,1	402	402	//	//	343	134	1 862	0
Madeira	758,4	310	310	//	//	315	134	1 862	0
Porto Santo	42,6	92	92	//	//	15	12	517	0
	km²	km						m	
	Area	Total	Coastline	International	Inter-regional	North-South	East-West	Maximum	Minimum
				Land borders					
		Perimeter				Maximum length		Height	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Instituto Geográfico Português, a partir da Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2009.0.  
Source: Portuguese Geographic Institute, after the National Cartographic Series at 1:50 000 scale and the Official Administrative Map of Portugal - CAOP 2009.0.

**Nota:** A informação constante da Carta Administrativa Oficial de Portugal é permanentemente atualizada, nomeadamente aquando da criação de novas unidades administrativas ou aquando da conclusão de procedimentos de delimitação administrativa. Alerta-se, por isso, para o facto de os dados poderem não coincidir com os publicados em anos anteriores. Os valores das áreas e perímetros foram calculados a partir da base de dados geográfica da CAOP 2009.0, no Sistema de Referência PT-TM06/ETRS89 para o Continente e PT-RA08-UTM/ITRF93 para os Arquipélagos dos Açores e da Madeira. Os comprimentos máximos das unidades territoriais foram medidos sobre o elipsóide GRS80. Na direcção Norte-Sul, correspondem ao arco de meridiano entre os pontos extremos a Norte e Sul de cada unidade territorial. Na direcção Este-Oeste, correspondem ao arco de paralelo, calculado à Latitude média de cada unidade territorial, entre as Longitudes dos seus extremos a Este e Oeste. O critério adoptado é o da unidade territorial administrativa, incluindo os casos em que a unidade territorial é constituída por territórios descontínuos.

**Note:** Information included in the Official Administrative Map of Portugal is updated as often as new administrative units are established or after administrative delimitation procedures are concluded. Thus, this data may not match the figures published in previous years. The area and perimeter values were calculated from CAOP 2009.0. Geodatabase, in PT-TM06-ETRS89 Reference System for Continental Portugal and PT-RA08-UTM/ITRF93 for the Islands. The maximum lengths North-South and East-West of the territorial units were determined over the GRS80 ellipsoid. The North-South distance is the Meridian arc between the extremes of the territorial unit. The East-West distance is the arc of Parallel, at the average Latitude of the territorial unit, between the East-West Longitude extremes. The administrative territorial unit criterion is applied, including the cases in which the territorial unit is made of non-contiguous territories.

## ÁREA, PERÍMETRO, EXTENSÃO MÁXIMA E ALTIMETRIA POR MUNICÍPIO, 2009

## AREA, PERIMETER, MAXIMUM EXTENSION AND ALTIMETRY BY MUNICIPALITY, 2009

I.1.3	Área	Perímetro	Comprimento máximo		Altitude	
			Norte-Sul	Este-Oeste	Máxima	Minima
	km²	km		m		
Portugal	92 207,4	3 917	1 345	2 258	2 351	0
Continente	89 084,3	2 572	577	286	1 993	0
Lisboa	3 001,1	618	73	88	528	0
Grande Lisboa	1 376,2	299	44	57	528	0
Amadora	23,8	30	8	6	257	50
Cascais	97,4	72	10	16	475	0
Lisboa	84,9	46	12	12	227	0
Loures	169,3	90	18	15	407	0
Mafra	291,7	126	23	23	431	0
Odivelas	26,4	33	8	8	338	25
Oeiras	45,9	43	9	10	199	0
Sintra	319,2	115	22	24	528	0
Vila Franca de Xira	317,7	136	26	24	377	0
Península de Setúbal	1 624,9	320	48	67	501	0
Alcochete	128,4	106	17	19	60	0
Almada	70,2	66	15	12	124	0
Barreiro	36,4	46	12	8	76	0
Moita	55,3	42	11	9	57	0
Montijo	348,6	149	22	49	135	0
Palmela	465,2	157	25	36	378	0
Seixal	95,5	49	13	11	80	0
Sesimbra	195,2	89	19	18	379	0
Setúbal	230,2	101	14	28	501	0
	km²	km			m	
	Area	Perimeter	North-South	East-West	Maximum	Minimum
			Maximum length		Height	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Instituto Geográfico Português, a partir da Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2009.0.

Source: Portuguese Geographic Institute, after the National Cartographic Series at 1:50 000 scale and the Portuguese Administrative Boundaries Official - CAOP 2009.0.

**Nota:** A informação constante da Carta Administrativa Oficial de Portugal é permanentemente actualizada, nomeadamente aquando da criação de novas unidades administrativas ou aquando da conclusão de procedimentos de delimitação administrativa. Alerta-se, por isso, para o facto de os dados poderem não coincidir com os publicados em anos anteriores. Os valores das áreas e perímetros foram calculados a partir da base de dados geográfica da CAOP 2009.0, no Sistema de Referência PT-TM06/ETRS89 para o Continente e PT-RA08-UTM/ITRF93 para os Arquipélagos dos Açores e da Madeira. Os comprimentos máximos das unidades territoriais foram medidos sobre o elipsóide GRS80. Na direcção Norte-Sul, correspondem ao arco de meridiano entre os pontos extremos a Norte e Sul de cada unidade territorial. Na direcção Este-Oeste, correspondem ao arco de paralelo, calculado à latitude média de cada unidade territorial, entre as longitudes dos seus extremos a Este e Oeste. O critério adoptado é o da unidade territorial administrativa, incluindo os casos em que a unidade territorial é constituída por territórios descontínuos.

**Note:** Information included in the Official Administrative Map of Portugal is updated as often as new administrative units are established or after administrative delimitation procedures are concluded. Thus, this data may not match the figures published in previous years. The area and perimeter values were calculated from CAOP 2009.0 Geodatabase, in PT-TM06-ETRS89 Reference System for Continental Portugal and PT-RA08-UTM/ITRF93 for the Islands. The maximum lengths North-South and East-West of the territorial units were determined over the GRS80 ellipsoid. The North-South distance is the Meridian arc between the extremes of the territorial unit. The East-West distance is the arc of Parallel, at the average Latitude of the territorial unit, between the East-West Longitude extremes. The administrative territorial unit criterion is applied, including the cases in which the territorial unit is made of non-contiguous territories.

CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS RIOS DO CONTINENTE POR NUTS II

CHARACTERISTICS OF THE MAJOR MAINLAND RIVERS BY NUTS II

I.1.4	Designação	Origem	Foz	Bacia hidrográfica			Percurso		
				Total	Em Portugal	Na região	Total	Em Portugal	Na região
		Local		km²			km		
Norte									
	Minho	Serra de Meira (ES)	Caminha	16 655	798	798	300	70	70
	Âncora	Serra de Arga	Vila Praia de Âncora	76	76	76	19	19	19
	Lima	Monte Talarinho (ES)	Viana do Castelo	2 500	1 177	1 177	108	67	67
	Neiva	Serra do Oural	Castelo do Neiva	241	241	241	46	46	46
	Cávado	Serra do Larouco	Esposende	1 614	1 614	1 614	129	129	129
	Ave	Serra da Cabreira	Vila de Conde	1 391	1 391	1 391	94	94	94
	Leça	Monte da Citânia	Matosinhos	184	184	184	43	43	43
	Douro	Serra de Urbião (ES)	Porto	98 370	18 643	14 959	927	330	330
	Vouga	Serra da Lapa	Aveiro	3 658	3 658	409	148	148	0
Centro									
	Douro	Serra de Urbião (ES)	Porto	98 370	18 643	3 684	927	330	5
	Vouga	Serra da Lapa	Aveiro	3 658	3 658	3 249	148	148	148
	Mondego	Serra da Estrela	Figueira da Foz	6 645	6 645	6 645	258	258	258
	Lis	Serra dos Candeeiros	Vieira de Leiria	850	850	850	40	40	40
	Tejo	Serra de Albarracin (ES)	Oeiras	80 500	24 650	11 425	1 100	273	133
	Arnoia	Serra dos Candeeiros	Lagoa de Óbidos	458	458	458	37	37	37
Lisboa									
	Tejo	Serra de Albarracin (ES)	Oeiras	80 500	24 650	1 765	1 100	273	60
	Sado	Serra da Vigia	Setúbal	7 692	7 692	288	180	180	15
Alentejo									
	Tejo	Serra de Albarracin (ES)	Oeiras	80 500	24 650	11 460	1 100	273	129
	Guadiana	Lagoa da Ruidera (ES)	Vila Real de Sto. António	66 800	11 580	10 156	810	260	212
	Sado	Serra da Vigia	Setúbal	7 692	7 692	7 404	180	180	180
	Mira	Serra do Caldeirão	Vila Nova de Milfontes	1 582	1 582	1 582	130	130	130
	Arade	Serra do Caldeirão	Portimão	976	976	164	56	56	0
Algarve									
	Guadiana	Lagoa da Ruidera (ES)	Vila Real de Sto. António	66 800	11 580	1 424	810	260	48
	Arade	Serra do Caldeirão	Portimão	976	976	812	56	56	56
	Rib. da Quarteira	Serra do Caldeirão	Quarteira	407	407	407	35	35	35

	Denomination	Locality		km²			km		
		Source	Mouth	Total	In Portugal	In the region	Total	In Portugal	In the region
				Hydrographic basin			Route		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Instituto da Água, I.P.  
Source: Institute of Water, I.P..

**Nota:** Quando um rio apresenta um troço que estabelece a fronteira entre duas regiões, esse troço foi contabilizado como percurso das duas regiões envolvidas. Esta situação ocorre para 5 km do percurso do rio Douro, partilhado entre as regiões Centro e Norte: para 15 km do percurso do rio Sado, partilhado entre as regiões Lisboa e Alentejo; para 49 km do percurso do rio Tejo, partilhado entre as regiões Centro e Alentejo. Apesar dos percursos do rio Vouga e do rio Arade não estarem incluídos, respectivamente, nas regiões Norte e Alentejo, eles foram incluídos nestas regiões pela geografia da sua bacia hidrográfica.  
Note: Whenever a stretch of river bounds a frontier between two regions, its route is counted in both regions involved. The situations where it occurs are 5 km of the Douro's route which are shared by the Centro and Norte regions; 15 km of the Sado's route, shared by the Lisboa and Alentejo regions; 49 km of the Tejo's route, shared by the Centro and Alentejo regions. Despite the Vouga and Arade's routes having not been included in the Norte and Alentejo regions respectively, they were attributed to these regions due to the rivers basin geography.

## PRINCIPAIS SISTEMAS MONTANHOSOS POR NUTS II

## MAJOR MOUNTAIN SYSTEMS BY NUTS II

I.1.5	Designação	Altitude máxima		Designação	Altitude máxima
		m			m
Continente					
Norte			Graciosa	Caldeira	402
	Gerês	1 525		Fontes	375
	Larouco	1 527		Pico Timão	398
	Marão	1 416	São Jorge	Pico da Carvão	954
	Montemuro	1 382		Pico da Esperança	1 053
	Montesinho	1 492		Pico das Bretanhas	803
	Nogueira	1 320		Pico do Arieiro	958
	Padrela	1 148		Topo	942
	Peneda	1 374	Pico		
	Soajo	1 416		Pico	2 351
Centro	Açor	1 342	Faial	Cabeço Gordo	1 043
	Caramulo	1 075		Cumieira da Caldeira	1 004
	Estrela	1 993		Feteira	931
	Gardunha	1 227			
	Lousã	1 205	Flores	Morro Alto	914
	Montemuro	1 382		Pico da Sé	721
				Pico dos Sete Pés	849
Lisboa	Arrábida	501	Corvo		
	Sintra	528		Morro dos Homens	718
Alentejo	Ossa	653	R. A. Madeira Madeira		
	São Mamede	1 027		Achada do Teixeira	1 592
Algarve	Caldeirão	577		Encumeada	1 580
	Monchique	902		Fonte do Juncal	1 595
				Pico da Coroa	786
R. A. Açores				Pico da Fonte do Bispo	1 297
				Pico das Pedras	1 302
Santa Maria	Pico Alto	587		Pico do Areeiro	1 818
				Pico do Castanho	589
São Miguel	Cumieira das Sete Cidades	845		Pico Queimado	1 339
	Pico da Barrosa	947		Pico Redondo	917
	Pico da Vara	1 103		Pico Ruivo de Santana	1 862
	Pico do Ferro	544		Pico Ruivo do Paul	1 640
	Serra Gorda	485	Porto Santo	Espigão	270
	Tronqueira	906		Pico Ana Ferreira	283
				Pico Branco	450
Terceira	Cume	545		Pico Castelo	437
	Labagal	808		Pico da Cabrita	440
	Morião	632		Pico do Facho	517
	Santa Bárbara	1 021			
	Denomination	m		Denomination	m
		Maximum height			Maximum height

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Instituto Geográfico Português (IGP), a partir da Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000.  
Source: Portuguese Geographic Institute (IGP), after the National Cartographic Series at 1:50 000 scale.

Nota: A informação para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira foi cedida ao IGP, respectivamente, pela Delegação Regional do IGP e pela Direcção Regional de Geografia e Cadastro.  
Note: Data on the Autonomous Regions of Açores and Madeira were provided to IGP by the IGP's Regional Delegations and by the Directorate Regional of Geography and Register.

REDE NATURA 2000 E ÁREAS PROTEGIDAS POR NUTS III, 2009

NATURE 2000 NETWORK AND PROTECTED AREAS BY NUTS III, 2009

I.1.6	Sítios (Rede Natura 2000)	Zonas de protecção especial (Rede Natura 2000)	Áreas protegidas							
			Total	Parque natural	Parque nacional	Reserva natural	Paisagem protegida	Paisagem protegida de âmbito regional	Monumento natural	Sítio classificado
Unidade: ha										
Continente	1 513 774	912 301	692 613	554 618	69 542	52 408	1 898	10 706	1 095	2 347
Norte	399 211	264 552	227 508	152 158	69 542	0	0	5 808	0	0
Minho-Lima	60 289	39 427	31 213	0	28 686	0	0	2 527	0	0
Cávado	28 476	11 352	26 839	1 310	25 529	0	0	0	0	0
Ave	71	0	3 199	0	3 199	0	0	0	0	0
Grande Porto	1 708	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tâmega	49 112	0	2 930	2 930	0	0	0	0	0	0
Entre Douro e Vouga	18 510	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Douro	35 212	29 020	26 682	26 682	0	0	0	0	0	0
Alto Trás-os-Montes	205 835	184 753	136 645	121 235	12 128	0	0	3 282	0	0
Centro	350 686	105 345	188 396	164 830	0	17 697	373	4 897	560	39
Baixo Vouga	4 870	30 213	729	0	0	729	0	0	0	0
Baixo Mondego	20 451	1 213	652	0	0	587	0	0	56	8
Pinhal Litoral	28 638	0	17 553	17 553	0	0	0	0	0	0
Pinhal Interior Norte	38 614	0	373	0	0	0	373	0	0	0
Dão-Lafões	35 777	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pinhal Interior Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serra da Estrela	39 088	0	38 560	38 560	0	0	0	0	0	0
Beira Interior Norte	113 741	35 988	58 368	54 160	0	4 208	0	0	0	0
Beira Interior Sul	20 105	37 846	38 876	26 482	0	11 944	0	0	450	0
Cova da Beira	18 673	0	14 238	14 238	0	0	0	0	0	0
Oeste	11 787	80	9 695	4 688	0	80	0	4 897	0	31
Médio Tejo	18 941	5	9 351	9 148	0	149	0	0	54	0
Lisboa	53 937	24 976	41 899	26 728	0	13 537	1 524	0	19	90
Grande Lisboa	20 889	13 250	21 935	14 410	0	7 444	0	0	6	76
Península de Setúbal	33 048	11 726	19 964	12 318	0	6 094	1 524	0	13	15
Alentejo	531 689	379 828	187 724	167 202	0	18 867	0	0	516	1 139
Alentejo Litoral	156 720	56 700	50 496	34 710	0	15 786	0	0	0	0
Alto Alentejo	207 712	21 221	56 508	55 993	0	0	0	0	516	0
Alentejo Central	58 373	39 573	0	0	0	0	0	0	0	0
Baixo Alentejo	85 694	245 874	69 495	69 495	0	0	0	0	0	0
Lezíria do Tejo	23 190	16 459	11 224	7 003	0	3 081	0	0	0	1 139
Algarve	178 251	137 601	47 086	43 701	0	2 307	0	0	0	1 078

Unit: ha	Sites (Nature 2000 network)	Special protected areas (Nature 2000 network)	Total	Natural park	National park	Natural reserve	Protected landscape	Protected landscape of regional interest	Natural monument	Classified site
			Protected areas							

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.  
Source: Institute for Nature Conservation and Biodiversity.

## TEMPERATURA MÉDIA DO AR POR NUTS II E POR ESTAÇÃO METEOROLÓGICA, 2009

## AVERAGE AIR TEMPERATURE BY NUTS II AND METEOROLOGICAL STATION, 2009

I.1.7	Temperatura média anual			Mês mais quente				Mês mais frio					
	Média	Mínima	Máxima	Designação	Temperatura média mensal			Designação	Temperatura média mensal				
					Média	Mínima	Máxima		Média	Mínima	Máxima		
	° C.											° C.	
Continente	15,7	10,1	21,3	Agosto	23,2	15,8	30,4	Janeiro/Fevereiro	11,4	4,3	9,3		
Norte	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//		
Viana do Castelo	14,5	9,9	19,1	Agosto/Setembro	19,5	14,5	24,5	Janeiro/Fevereiro	8,6	4,3	12,0		
Porto (P. Rubras)	15,0	10,7	19,3	Agosto/Setembro	20,1	15,1	25,2	Janeiro	9,1	5,9	12,2		
Vila Real	14,0	8,7	19,3	Agosto	22,5	15,5	29,6	Janeiro	5,6	2,6	8,6		
Bragança	13,3	7,1	19,5	Agosto	23,0	14,9	31,0	Janeiro	4,1	0,4	7,7		
Centro	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//		
Aveiro	15,6	11,6	19,5	Agosto/Setembro	20,0	16,2	24,0	Janeiro/Fevereiro	9,7	6,4	12,7		
Coimbra	16,1	11,2	21,0	Agosto	22,1	15,6	28,7	Janeiro	9,0	5,7	12,3		
Viseu	14,0	9,3	18,7	Agosto	22,6	16,1	29,2	Janeiro	5,9	3,1	8,7		
Penhas Douradas	10,3	6,4	14,1	Agosto	19,9	14,9	24,9	Janeiro	1,5	-1,1	4,0		
Guarda	11,8	7,3	16,2	Agosto	21,3	14,9	27,6	Janeiro	3,0	0,5	5,4		
Leiria	15,7	10,2	21,1	Agosto/Setembro	20,7	14,9	27,4	Janeiro/Fevereiro	9,5	3,9	13,1		
Castelo Branco	16,8	11,0	22,5	Agosto	26,6	19,0	34,2	Janeiro	7,8	4,4	11,1		
Lisboa	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//		
Lisboa (I. Geofísico)	18,2	14,0	22,4	Agosto	24,4	19,0	30,0	Janeiro	11,1	8,3	13,2		
Alentejo	17,1	11,0	23,1	Agosto	24,0	16,4	31,5	Janeiro/Fevereiro	9,7	5,2	12,6		
Portalegre	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//		
Évora	16,0	11,2	20,8	Agosto	25,3	18,1	32,5	Janeiro	6,3	3,8	8,8		
Beja	17,1	10,6	23,6	Agosto	25,7	16,7	34,7	Janeiro	8,5	4,8	12,1		
Santarém	17,6	11,3	23,8	Agosto	25,6	16,5	34,7	Janeiro	8,8	5,6	12,0		
Algarve	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//		
Faro	18,5	14,3	22,6	Julho	25,2	20,5	30,1	Janeiro	11,3	7,8	14,8		
R. A. Açores	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//		
Ponta Delgada	17,3	14,9	19,7	Agosto	22,0	19,3	24,7	Fevereiro/Dezembro	14,0	11,3	16,5		
Angra do Heroísmo	17,2	14,8	19,5	Agosto	21,9	19,0	24,8	Dezembro	13,6	11,3	15,9		
Horta	17,6	15,3	19,9	Agosto	22,4	19,8	25,1	Dezembro	13,8	11,5	16,0		
Santa Cruz das Flores	17,4	14,8	19,9	Agosto	22,7	19,7	25,7	Dezembro	13,8	11,1	16,4		
R. A. Madeira	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//		
Funchal	20,4	17,4	23,3	Agosto	24,2	21,1	27,4	Fevereiro	16,4	13,5	19,3		
Porto Santo	19,0	16,6	21,4	Agosto	23,2	20,8	25,6	Fevereiro	14,9	12,8	17,0		
	° C.			Denomination	° C.			Denomination	° C.				
	Medium	Minimum	Maximum		Medium	Minimum	Maximum		Medium	Minimum	Maximum		
	Annual average temperature				Monthly average temperature				Monthly average temperature				
Annual average temperature				Warmest month				Coldest month					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Instituto de Meteorologia, I.P.  
Source: Institute of Meteorology, I.P..Nota: A informação refere-se a estações meteorológicas operacionais no ano. O valor médio da temperatura do ar no Continente é calculado com base em 60 estações meteorológicas de Portugal Continental.  
Note: The information refers to meteorological stations operating in the year. The average air temperature in the Mainland is calculated based on 60 meteorological stations in mainland Portugal.

PRECIPITAÇÃO MÉDIA POR NUTS II E POR ESTAÇÃO METEOROLÓGICA, 2009

AVERAGE PRECIPITATION BY NUTS II AND METEOROLOGICAL STATION, 2009

I.1.8	Precipitação						
	Anual		Máxima diária	Mês com maior precipitação		Mês com menor precipitação	
	Total	Dias sem chuva		Designação	Total	Designação	Total
	mm	N.º	mm		mm		mm
Continente	827,4	251	93,7	Dezembro	233,3	Agosto	4,9
Norte	//	//	//	//	//	//	//
Viana do Castelo	1 457,3	215	59,0	Dezembro	333,3	Setembro	7,8
Porto (P. Rubras)	1 109,7	244	85,0	Dezembro	302,5	Setembro	6,6
Vila Real	1 120,1	240	57,8	Dezembro	320,2	Setembro	0,4
Bragança	686,9	257	31,3	Dezembro	196,0	Agosto	3,6
Centro	//	//	//	//	//	//	//
Aveiro	1 121,0	247	47,7	Dezembro	238,8	Agosto	4,7
Coimbra	959,9	226	52,6	Novembro	209,5	Agosto	5,5
Viseu	1 408,9	229	73,3	Dezembro	410,2	Agosto	2,9
Penhas Douradas	1 510,2	222	59,9	Janeiro	360,5	Agosto	14,0
Castelo Branco	665,2	263	49,7	Dezembro	248,9	Julho	1,4
Lisboa	//	//	//	//	//	//	//
Lisboa (I. Geofísico)	952,9	252	51,9	Dezembro	294,5	Julho	0,2
Setúbal	760,1	266	57,5	Dezembro	219,6	Agosto	0,0
Alentejo	//	//	//	//	//	//	//
Portalegre	752,6	268	42,1	Dezembro	264,8	Agosto	0,7
Évora	563,8	258	35,1	Dezembro	218,6	Agosto	0,0
Beja	489,4	270	32,0	Dezembro	164,7	Agosto	0,0
Algarve	//	//	//	//	//	//	//
Faro	456,8	303	40,5	Dezembro	239,3	Agosto	0,0
R. A. Açores	//	//	//	//	//	//	//
Ponta Delgada	770,9	176	54,6	Dezembro	223,6	Agosto	8,1
Angra do Heroísmo	855,1	186	58,3	Dezembro	253,1	Março	26,2
Horta	1 341,4	168	54,9	Outubro	252,7	Agosto	38,7
Santa Cruz das Flores	1 607,5	137	54,8	Dezembro	310,8	Agosto	57,5
R. A. Madeira	//	//	//	//	//	//	//
Funchal	707,6	274	81,9	Dezembro	286,1	Agosto	0,0
Porto Santo	393,9	241	35,4	Dezembro	84,9	Agosto	0,0

	mm	No.	mm	Denomination	mm	Denomination	mm
	Total	Rainless days	Daily maximum		Total		Total
	Annual			Month of highest precipitation	Month of lowest precipitation		
	Precipitation						

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Instituto de Meteorologia, I.P..  
Source: Institute of Meteorology, I.P..

**Nota:** A informação refere-se a estações meteorológicas operacionais no ano. Os valores totais para o Continente correspondem ao valor médio calculado com base em 54 estações meteorológicas de Portugal Continental. A estação meteorológica do Porto (Pedras Rubras) apresentou falhas no registo da precipitação nos meses de Junho e de Julho. Consideram-se “Dias sem chuva” aqueles em que se registou precipitação de valor inferior a 1 mm.  
**Note:** The information refers to meteorological stations operating in the year. The totals for the Mainland correspond to the average value calculated based on 54 meteorological stations in mainland Portugal. The meteorological station of Porto (Pedras Rubras) failed to record all the precipitation in the months of June and July. “Rainless days” are those in which the registered rainfall was less than 1 mm.



## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO POR MUNICÍPIO, 2009

## SPATIAL PLANNING BY MUNICIPALITY, 2009

I.1.9	Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT)						
	Usos do Solo identificados nos PMOT				Plano Director Municipal (PDM)		
	Urbano	Equipamentos e parques urbanos	Industrial	Turismo	Ano de publicação em Diário da República	Vigência do PDM publicado em Diário da República	Processo de revisão
Continente	x	x	x	x	//	//	//
Lisboa	49 835,0	11 314,0	10 108,8	3 460,6	//	//	//
Grande Lisboa	28 783,9	7 722,1	4 778,5	1 596,8	//	//	//
Amadora	1 157,1	837,1	145,1	3,8	1994	Parcial	-
Cascais	4 039,7	279,8	335,5	203,3	1997	Total	Em revisão
Lisboa	4 221,7	1 923,4	137,8	0,0	1994	Parcial	Em revisão
Loures	2 599,4	1 260,9	852,1	14,4	1994	Parcial	Em revisão
Mafra	3 701,5	96,8	206,9	0,0	1995	Total	Em revisão
Odivelas	1 242,8	424,1	151,0	0,0	1994	Parcial	Em revisão
Oeiras	2 336,1	655,9	267,1	5,4	1994	Parcial	Em revisão
Sintra	7 351,7	243,6	1 610,5	1 356,1	1999	Parcial	-
Vila Franca de Xira	2 133,9	2 000,4	1 072,5	13,8	2009	Total	-
Península de Setúbal	21 051,1	3 592,0	5 330,3	1 863,8	//	//	//
Alcochete	530,2	98,3	216,2	0,0	1997	Parcial	Em revisão
Almada	2 764,2	995,0	243,4	740,3	1997	Parcial	Em revisão
Barreiro	1 453,7	678,5	547,6	0,0	1994	Total	Em revisão
Moita	1 056,3	226,3	0,0	0,0	1992	Parcial	-
Montijo	1 770,4	69,6	530,2	0,0	1997	Total	-
Palmela	3 873,2	36,8	1 269,5	766,5	1997	Parcial	Em revisão
Seixal	3 725,1	409,4	1 158,2	0,0	1993	Parcial	Em revisão
Sesimbra	2 673,8	736,2	392,9	357,0	1998	Parcial	Em revisão
Setúbal	3 204,2	341,8	972,4	0,0	1994	Parcial	Em revisão
	ha				Year of publication in the Official Journal of Portugal	Validity of PDM published in the Official Journal of Portugal	Revision process
	Urban	Urban equipments and parks	Industrial	Tourism			
	Land uses identified in the PMOT				Municipal Master Plan (PDM)		
	Municipal spatial and land-use plans (PMOT)						

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Source: Ministry for Environment and Spatial Planning - Directorate-General for Spatial Planning and Urban Development.

Nota: A informação foi extraída a 30 de Setembro de 2010, referenciada a 31 de Dezembro de 2009. Para alguns municípios, a informação não é disponibilizada porque está em processo de actualização devido a recente revisão do respectivo PDM. Devido a uma classificação mais rigorosa dos usos do solo, alguns valores referentes aos PDM mais recentes foram alterados em relação aos valores apresentados nos anuários anteriores. A vigência "parcial" do PDM publicado em Diário da República refere-se a planos que sofreram processos de alteração, revogação, suspensão e/ou rectificação.

Note: Data updated on 30th September 2010, referenced to 31st December 2009. For some municipalities, the information is not available because it is in a updating process due to the recent revision of the respective PDM. Due to a more rigorous classification of the land uses, some data of recent PDM have been revised regarding the previous editions of statistical yearbooks. The PDM published in the Official Journal of Portugal and partially in force refers to plans which were partially changed, renewed, suspended and/or revised.

## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO POR MUNICÍPIO, 2009

## SPATIAL PLANNING BY MUNICIPALITY, 2009

► continuação continued

I.1.9	Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) aprovados			Planos Regionais do Ordenamento do Território (PROT) aprovados
	Áreas protegidas	Orla costeira	Albufeiras de águas públicas	
Unidade: N.º				
Continente	25	9	41	7
Lisboa	5	3	0	1
Grande Lisboa	2	3	0	1
Amadora	0	0	0	1
Cascais	1	2	0	1
Lisboa	0	0	0	1
Loures	0	0	0	1
Mafra	0	1	0	1
Odivelas	0	0	0	1
Oeiras	0	0	0	1
Sintra	1	1	0	1
Vila Franca de Xira	1	0	0	1
Península de Setúbal	4	1	0	1
Alcochete	1	0	0	1
Almada	1	1	0	1
Barreiro	0	0	0	1
Moita	0	0	0	1
Montijo	0	0	0	1
Palmela	2	0	0	1
Seixal	0	0	0	1
Sesimbra	2	1	0	1
Setúbal	2	1	0	1
Unit: No.	Nature conservation classified areas	Coastal zone plan	Public reservoir plan	Regional spatial planning plans (PROT) approved
	Special instruments of spatial planning (PEOT) approved			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Source: Ministry for Environment and Spatial Planning - Directorate-General for Spatial Planning and Urban Development.

**Nota:** A informação foi extraída a 30 de Setembro de 2010, referenciada a 31 de Dezembro de 2009. Os valores dos PEOT e PROT correspondem ao número de PEOT e PROT vigentes na unidade territorial e, por isso, o valor de uma unidade territorial de nível superior não corresponde, necessariamente, ao somatório dos valores apresentados em unidades territoriais de nível inferior.

**Note:** Data updated on 30th September 2010, referenced to 31st December 2009. Data on PEOT and PROT represent the number of PEOT and PROT in force at a particular territorial unit. Thus, in the case of PEOT and PROT the value attributed to a higher-level territorial unit does not necessarily correspond to the adding of separate lower-level territorial units values.

## LUGARES CENSITÁRIOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS ESCALÕES DE DIMENSÃO POPULACIONAL, 2001

## CENSUS LOCALITIES BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO POPULATION DIMENSIONS, 2001

I.1.10	Unidade: N.º	População Isolada	Escalaões de dimensão populacional											
			Até 1 999 habitantes		Com 2 000 ou mais habitantes									
					Total		De 2 000 a 4 999		De 5 000 a 9 999		De 10 000 a 99 999		Com 100 000 ou mais	
			Total	População residente	Total	População residente	Total	População residente	Total	População residente	Total	População residente	Total	População residente
Portugal	280 010	26 238	4 395 396	559	5 680 711	319	976 292	114	798 786	120	2 579 700	6	1 325 933	
Continente	275 963	25 170	4 138 994	531	5 454 386	298	910 649	110	772 250	118	2 549 486	5	1 222 001	
Lisboa	21 761	961	378 187	180	2 261 902	95	292 655	41	283 906	42	944 812	2	740 529	
Grande Lisboa	14 320	667	259 601	113	1 673 340	61	187 057	26	180 283	24	565 471	2	740 529	
Amadora	0	0	0	1	175 872	0	0	0	0	0	0	1	175 872	
Cascais	454	109	64 662	30	105 567	24	64 287	6	41 280	0	0	0	0	
Lisboa	0	0	0	1	564 657	0	0	0	0	0	0	1	564 657	
Loures	1 492	102	56 925	25	140 642	15	52 919	7	48 606	3	39 117	0	0	
Mafra	2 223	201	35 439	4	16 696	3	11 290	1	5 406	0	0	0	0	
Odivelas	60	19	16 989	10	116 798	4	12 446	2	11 580	4	92 772	0	0	
Oeiras	1 085	14	13 897	15	147 146	6	21 089	4	27 323	5	98 734	0	0	
Sintra	5 069	174	60 155	20	298 525	9	20 863	4	33 006	7	244 656	0	0	
Vila Franca de Xira	3 937	48	11 534	8	107 437	1	4 163	2	13 082	5	90 192	0	0	
Península de Setúbal	7 441	294	118 586	67	588 562	34	105 598	15	103 623	18	379 341	0	0	
Alcochete	85	14	2 764	2	10 161	1	2 785	1	7 376	0	0	0	0	
Almada	72	14	11 506	23	149 247	16	52 583	3	20 826	4	75 838	0	0	
Barreiro	628	10	8 167	4	70 217	0	0	1	7 006	3	63 211	0	0	
Moita	350	28	6 642	7	60 457	4	10 969	0	0	3	49 488	0	0	
Montijo	1 571	45	11 932	2	25 665	1	104	0	0	1	25 561	0	0	
Palmela	1 987	65	23 225	5	28 141	3	7 327	1	5 326	1	15 488	0	0	
Seixal	162	40	27 209	18	122 900	7	24 373	7	50 898	4	47 629	0	0	
Sesimbra	364	44	14 699	3	22 504	1	2 123	1	5 776	1	14 605	0	0	
Setúbal	2 222	35	12 442	4	99 270	2	5 334	1	6 415	1	87 521	0	0	
Unit: No.	Isolated population	Total	Resident population	Total	Resident population	Total	Resident population	Total	Resident population	Total	Resident population	Total	Resident population	
		Up to 1 999 inhabitants		Total		From 2 000 to 4 999		From 5 000 to 9 999		From 10 000 to 99 999		100 000 and over		
				2 000 and over inhabitants										
		Population dimensions												

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Censos 2001.

Source: Statistics Portugal, Census 2001.

**Nota:** O número de lugares por município corresponde ao número de lugares total ou parcialmente incluídos no município e, por isso, o valor de uma unidade territorial de nível superior não corresponde, necessariamente, ao somatório dos valores apresentados em unidades territoriais de nível inferior. A população residente em lugares numa unidade territorial corresponde à população residente nos lugares ou parte de lugares incluída nessa unidade territorial.

**Note:** The number of localities by municipality corresponds to the number of localities entirely or partially included in the municipality. Thus, the value for an administrative unit of a higher level does not necessarily correspond to the total sum of the localities presented in administrative units of lower levels. The resident population in localities in an administrative unit corresponds to the population resident in localities or in some part of localities included in that administrative unit.

ESTRUTURA TERRITORIAL POR MUNICÍPIO, 2001, 2008 E 2009

TERRITORIAL STRUCTURE BY MUNICIPALITY, 2001, 2008 AND 2009

I.1.11	Lugares		Cidades estatísticas		Vilas	Freguesias	
	Total	População residente	Total	População residente		Total	Área média
	2001		2008		2009		
	N.º					ha	
Portugal	26 797	10 076 107	151	4 092 128	577	4 260	2 164
Continente	25 701	9 593 380	139	3 871 954	547	4 050	2 200
Lisboa	1 141	2 640 089	17	1 392 345	56	211	1 422
Grande Lisboa	780	1 932 941	10	1 054 073	40	153	899
Amadora	1	175 872	1	175 872	0	11	216
Cascais	139	170 229	0	0	2	6	1 623
Lisboa	1	564 657	1	564 657	0	53	160
Loures	127	197 567	2	33 626	8	18	941
Mafra	205	52 135	0	0	3	17	1 716
Odivelas	29	133 787	1	50 846	6	7	377
Oeiras	29	161 043	0	0	8	10	459
Sintra	194	358 680	2	159 885	8	20	1 596
Vila Franca de Xira	56	118 971	3	69 187	5	11	2 888
Península de Setúbal	361	707 148	7	338 272	16	58	2 802
Alcochete	16	12 925	0	0	2	3	4 280
Almada	37	160 753	2	112 268	4	11	638
Barreiro	14	78 384	1	40 859	2	8	455
Moita	35	67 099	0	0	3	6	922
Montijo	47	37 597	1	25 719	0	8	4 358
Palmela	70	51 366	0	0	2	5	9 304
Seixal	58	150 109	2	70 123	1	6	1 592
Sesimbra	47	37 203	0	0	2	3	6 507
Setúbal	39	111 712	1	89 303	0	8	2 878
	No.					ha	
	2001		2008		2009		
	Total	Resident population	Total	Resident population	Small towns	Total	Average area
	Localities		Statistical cities			Parishes	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Sistema Integrado de Nomenclaturas Estatísticas; Instituto Geográfico Português, a partir da Série Cartográfica Nacional à escala 1: 50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2009.0.

Source: Statistics Portugal, Census 2001 and Integrated System of Statistical Nomenclatures; Portuguese Geographic Institute, after the National Cartographic Series at 1: 50 000 scale and the Official Administrative Map of Portugal - CAOP 2009.0.

**Nota:** A população residente por cidade é a referente aos Censos de 2001. As alterações nos valores de população nas cidades reflectem, por isso, apenas a criação de novas cidades. O número de lugares e vilas por município corresponde ao número de lugares e vilas total ou parcialmente incluídas no município e, por isso, o valor de uma unidade territorial de nível superior não corresponde, necessariamente, ao somatório dos valores apresentados em unidades territoriais de nível inferior. A população residente em lugares numa unidade territorial corresponde à população residente nos lugares ou parte de lugares incluída nessa unidade territorial.

**Note:** Resident population by city is dated of Census 2001. Changes on data of Population in cities reflect, then, cities which were established afterwards. The number of localities and small towns by municipality correspond to the number of localities and small towns entirely or partially included in the municipality. Thus, the value for an administrative unit of a higher level does not necessarily correspond to the total sum of the localities and small towns presented in administrative units of a lower level. The resident population in localities in an administrative unit corresponds to the population resident in localities or in some part of localities included in that administrative unit.

## AEROPORTOS E AERÓDROMOS POR NUTS II, 2009

## AIRPORTS AND AERODROMES BY NUTS II, 2009

I.1.12	Aeroportos			Aeródromos	
	Total	Número de pistas	Capacidade Passageiros/hora	Total	Número de pistas
Unidade: N.º					
Portugal	14	30	12 495	21	44
Continente	3	8	8 400	21	44
Norte	1	2	2 800	9	18
Centro	0	0	0	7	14
Lisboa	1	4	3 200	2	4
Alentejo	0	0	0	2	6
Algarve	1	2	2 400	1	2
R. A. Açores	9	18	2 045	0	0
R. A. Madeira	2	4	2 050	0	0
Unit: No.	Total	Number of landing runways	Passenger capacity per hour	Total	Number of landing runways
	Airports			Aerodromes	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: ANA, Aeroportos de Portugal SA. ANAM, Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira. Serviços de Transportes Aéreos dos Açores (SATA). Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P..

Source: Portugal Airports (ANA). Madeira Airports and Air Navigation (ANAM). Azores Air Transportation Services (SATA). Civil Aviation National Institute.

Nota: A informação referente aos aeródromos é certificada pelo Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P..

Note: The aerodromes data is certified by Civil Aviation National Institute I.P..





Ambiente

Environment





## INDICADORES DE AMBIENTE POR MUNICÍPIO, 2008

## ENVIRONMENTAL INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2008

I.2.1	População servida por			Consumo de água do sector doméstico por habitante	Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) por 100 mil habitantes	Despesas dos municípios por 1 000 habitantes	
	Sistemas públicos de abastecimento de água	Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)			Gestão de resíduos	Protecção da biodiversidade e da paisagem
%			m³	N.º	€		
Portugal	x	x	x	x	1,1	43 934	11 747
Continente	94	81	74	62	1,1	42 795	11 451
Lisboa	99	95	83	69	1,3	54 476	15 408
Grande Lisboa	99	97	89	63	1,4	57 121	17 932
Amadora	100	100	100	43	0,6	34 647	471
Cascais	100	98	100	58	1,1	135 451	9 000
Lisboa	100	99	99	60	4,4	77 858	55 821
Loures	x	x	100	x	0,0	30 913	14 072
Mafra	x	x	x	x	0,0	55 191	6 895
Odivelas	x	x	81	x	0,0	22 953	7 812
Oeiras	100	100	98	51	0,6	57 713	0
Sintra	100	96	86	71	0,5	43 347	5 774
Vila Franca de Xira	89	82	29	78	0,7	24 443	0
Península de Setúbal	99	92	67	82	1,0	47 654	8 900
Alcochete	76	70	66	123	0,0	35 659	2 741
Almada	100	98	98	76	1,8	52 341	5 960
Barreiro	x	x	x	x	1,3	52 093	0
Moita	99	98	3	81	0,0	39 921	1 610
Montijo	96	84	84	113	0,0	73 367	3 410
Palmela	97	82	82	96	0,0	49 061	7 759
Seixal	99	96	40	47	0,6	35 736	6 767
Sesimbra	100	70	70	70	1,9	72 853	8 537
Setúbal	99	95	85	82	1,6	41 778	29 049
	%			m³	No.	€	
	Public water supply systems	Sewerage systems	Wastewater treatment plants (WWTP)	Water consumption by households (sector) per inhabitant	Non-governmental organizations (NGO) for environment per 100 thousand inhabitants	Waste management	Protection of biodiversity and landscape
						Expenditure of municipalities per 1 000 inhabitants	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF); Inquérito às Organizações não Governamentais de Ambiente; Inquérito aos Municípios - Protecção do Ambiente.

Source: Statistics Portugal, National Inventory on Urban Water Supply and Sewerage Systems; Non-governmental environment organizations survey; Survey on environmental protection by municipalities.

Nota: Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.).

A rubrica "Consumo de água do sector doméstico por habitante" refere-se apenas à água abastecida pela rede pública.

Não foi possível obter os dados relativos a alguns municípios pelo que alguns dos totalizadores se encontram subavaliados.

Note: Administrative data from database INSAAR (portuguese acronym for National Inventory on Urban Water Supply and Sewerage Systems) provided by Instituto da Água, I.P. (Water Institute).

The item "Water consumption by households (sector) per inhabitant" concerns only to water supplied by the public network.

Since data for some municipalities are not available, some totals are underestimated.

## ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR MUNICÍPIO, 2008

## WATER SUPPLY BY MUNICIPALITY, 2008

I.2.2	Caudal captado			Caudal tratado		
	Total	Origem		Total	Instalação de tratamento	
		Superficial	Subterrânea		Estação de tratamento de água	Posto de cloragem
Unidade: milhares de m³						
Portugal	x	x	x	x	x	x
Continente	779731	531476	248255	743178	553815	189363
Lisboa	77560	378	77182	62892	4243	58649
Grande Lisboa	9589	378	9211	9547	390	9157
Amadora	0	0	0	0	0	0
Cascais	401	351	49	352	352	0
Lisboa	0	0	0	0	0	0
Loures	0	0	0	0	0	0
Mafra	x	x	x	x	x	x
Odivelas	0	0	0	0	0	0
Oeiras	0	0	0	0	0	0
Sintra	117	26	90	114	38	75
Vila Franca de Xira	8656	0	8656	8666	0	8666
Península de Setúbal	67971	0	67971	53345	3853	49492
Alcochete	1706	0	1706	1612	0	1612
Almada	1092	0	1092	1047	0	1047
Barreiro	x	x	x	x	x	x
Moita	6009	0	6009	6009	0	6009
Montijo	4483	0	4483	4487	0	4487
Palmela	5744	0	5744	5446	3853	1594
Seixal	27544	0	27544	14362	0	14362
Sesimbra	5508	0	5508	5508	0	5508
Setúbal	10351	0	10351	10657	0	10657
Unit: thousand m³	Total	Surface water	Ground water	Total	Water treatment plant	Chlorine station
		Source			Treatment facilities	
	Water abstraction			Water treated for supply		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF).  
Source: Statistics Portugal, National Inventory on Urban Water Supply and Sewerage Systems.

**Nota:** Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.).  
A rubrica "Caudal captado" refere-se a todas as entidades gestoras de sistemas urbanos de abastecimento de água.  
A partir de 2007, passou a ser usada pelo INAG uma nova metodologia de apuramento dos valores das rubricas "caudal captado" e "caudal tratado", que se baseia no município de localização da respectiva componente (captação, estação de tratamento de água/posto de cloragem, estações de tratamento de água e ponto de rejeição ou descarga de águas residuais) e não nos municípios servidos.  
Não foi possível obter os dados relativos a alguns municípios pelo que alguns dos totalizadores se encontram subavaliados.  
Note: Administrative data from database INSAAR (portuguese acronym for National Inventory on Urban Water Supply and Sewerage Systems) provided by Instituto da Água, I.P. (Water Institute).  
The item "Water abstraction" includes all management operators of water supply systems.  
Since 2007, there is a new methodology of calculation of the items "water abstraction" and "water treated for supply" based on the municipality where the component is located (water abstraction site, water treatment plant/chlorine station and wastewater treatment plant and waste water discharge site) and not on the municipalities served.  
Since data for some municipalities are not available, some totals are underestimated.

## CONSUMO DE ÁGUA ABASTECIDA PELA REDE PÚBLICA, DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS POR MUNICÍPIO, 2008

## PUBLIC WATER CONSUMPTION, WASTEWATER DRAINAGE AND TREATMENT BY MUNICIPALITY, 2008

I.2.3	Consumo de água					Drenagem de caudais efluentes produzidos			Águas residuais tratadas
	Total	Tipo de uso				Total	Origem		
		Doméstico	Comercial e serviços	Industrial	Outros		Doméstico	Outros	
Unidade: milhares de m³									
Portugal	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Continente	581 556	513 742	9 462	5 919	52 433	446 426	433 673	12 753	1 049 622
Lisboa	205 980	167 783	157	3 386	34 654	139 679	134 209	5 470	510 036
Grande Lisboa	140 699	104 065	0	3 365	33 269	104 105	98 635	5 470	478 713
Amadora	10 202	7 340	0	1 342	1 521	8 164	5 874	2 291	0
Cascais	10 830	10 830	0	0	0	9 564	9 564	0	218 452
Lisboa	59 721	29 813	0	0	29 908	42 940	42 940	0	110 607
Loures	0	0	0	0	0	0	0	0	139 549
Mafra	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras	12 570	8 706	0	2 023	1 841	10 144	6 964	3 180	0
Sintra	31 366	31 366	0	0	0	29 097	29 097	0	5 730
Vila Franca de Xira	9 740	9 740	0	0	0	4 196	4 196	0	1 143
Península de Setúbal	65 280	63 719	157	20	1 385	35 574	35 574	0	31 324
Alcochete	1 604	1 604	0	0	0	733	733	0	703
Almada	12 623	12 623	0	0	0	9 329	9 329	0	8 759
Barreiro	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Moita	5 720	5 720	0	0	0	5 668	5 668	0	119
Montijo	4 487	4 487	0	0	0	2 759	2 759	0	1 964
Palmela	5 819	5 787	0	0	32	2 455	2 455	0	2 455
Seixal	9 595	8 065	157	20	1 353	8 051	8 051	0	11 686
Sesimbra	3 576	3 576	0	0	0	1 718	1 718	0	1 718
Setúbal	10 101	10 101	0	0	0	4 861	4 861	0	3 920
Unit: thousand m³	Total	Households	Commerce and services	Manufacture	Other uses	Total	Households	Other sources	Wastewater treated
Type of use				Source					
Water consumption					Wastewater drainage				

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF).

Source: Statistics Portugal, National Inventory on Urban Water Supply and Sewerage Systems.

Nota: Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.).

A rubrica "Outros consumos" inclui todos os tipos de consumo não previstos nas rubricas anteriores (segurança contra incêndios, lavagem de rua, rega, etc.).

Não foi possível obter os dados relativos a alguns municípios pelo que alguns dos totalizadores se encontram subavaliados.

Note: Administrative data from database INSAAR (portuguese acronym for National Inventory on Urban Water Supply and Sewerage Systems) provided by Instituto da Água, I.P. (Water Institute).

The item "Other uses" includes all types of consumption not covered in the previous items (fire control, street cleansing, irrigation, etc.).

Since data for some municipalities are not available, some totals are underestimated.

## RECEITAS E DESPESAS DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO OS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE, 2008

## RECEIPTS AND EXPENDITURE OF MUNICIPALITIES, ACCORDING TO DOMAINS OF ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AND PROTECTION, 2008

1.2.4	Receitas				Despesas			
	Total	Gestão de resíduos	Protecção da biodiversidade e da paisagem	Outros	Total	Gestão de resíduos	Protecção da biodiversidade e da paisagem	Outros
Unidade: milhares de euros								
Portugal	189 529	173 030	14 050	2 447	613 159	466 692	124 783	21 684
Continente	166 156	150 994	12 716	2 443	571 005	433 566	116 013	21 426
Lisboa	33 978	33 136	347	495	206 677	153 290	43 356	10 030
Grande Lisboa	23 385	22 653	259	472	160 284	115 816	36 358	8 110
Amadora	6 105	6 104	0	1	6 262	5 986	81	195
Cascais	2 600	2 600	0	0	28 532	25 410	1 688	1 433
Lisboa	4 761	4 111	199	451	67 959	38 511	27 611	1 837
Loures	230	180	30	20	9 992	6 051	2 755	1 186
Mafra	4 034	4 004	30	0	5 696	3 852	481	1 364
Odivelas	1	0	0	1	4 710	3 500	1 191	19
Oeiras	3 755	3 755	0	0	10 517	9 912	0	605
Sintra	0	0	0	0	23 167	19 145	2 550	1 471
Vila Franca de Xira	1 899	1 899	0	0	3 450	3 450	0	0
Península de Setúbal	10 593	10 483	87	23	46 393	37 474	6 999	1 920
Alcochete	353	353	0	0	658	611	47	0
Almada	2 845	2 845	0	0	10 679	8 695	990	994
Barreiro	791	791	0	0	4 335	4 068	0	267
Moita	1 024	1 018	0	6	3 187	2 854	115	218
Montijo	507	507	0	0	3 173	3 032	141	0
Palmela	717	716	0	1	3 546	3 056	483	7
Seixal	141	141	0	0	7 499	6 240	1 182	77
Sesimbra	1 055	1 055	0	0	4 487	3 738	438	311
Setúbal	3 161	3 058	87	16	8 830	5 181	3 602	46
Unit: thousand euros	Total	Waste management	Protection of biodiversity and landscape	Others	Total	Waste management	Protection of biodiversity and landscape	Others
	Receipts				Expenditure			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Municípios - Protecção do Ambiente.

Source: Statistics Portugal, Survey on environmental protection by municipalities.

Nota: A rubrica "Outros" contém os domínios Protecção do ar e do clima, Protecção e recuperação de solos, de águas subterrâneas e superficiais, Protecção do ruído e vibrações, Protecção contra radiações, I&D e Outras actividades de protecção do ambiente.

Note: The item "Others" contains Protection of ambient air and climate, Protection and remediation of soil, groundwater and surface water, Noise and vibration abatement, Protection against radiation, Research and development and Other environmental protection activities.

## INVESTIMENTOS, CUSTOS E PROVEITOS DAS ENTIDADES GESTORAS COM O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR NUTS III, 2008

## INVESTMENTS, COSTS AND INCOME BY MANAGEMENT OPERATORS OF WATER SUPPLY SERVICE BY NUTS III, 2008

I.2.5	Investimentos	Custos			Proveitos		
		Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Unidade: milhares de euros							
Portugal	428 077	646 258	302 121	344 137	731 015	686 485	44 530
Continente	418 297	598 427	273 234	325 193	687 925	645 634	42 291
Norte	123 336	130 925	50 153	80 772	188 705	173 677	15 028
Minho-Lima	24 264	8 285	3 135	5 151	8 409	7 719	690
Cávado	17 354	19 401	6 795	12 606	21 645	17 811	3 834
Ave	8 024	2 631	862	1 769	12 616	11 035	1 581
Grande Porto	22 491	66 056	27 426	38 629	105 007	101 070	3 936
Tâmega	6 193	12 496	4 559	7 937	16 899	13 457	3 442
Entre Douro e Vouga	1 505	3 401	1 872	1 529	10 390	9 755	634
Douro	42 499	12 115	3 307	8 808	8 340	7 577	762
Alto Trás-os-Montes	1 006	6 539	2 197	4 342	5 400	5 251	148
Centro	187 691	134 140	54 469	79 671	145 927	136 235	9 692
Baixo Vouga	1 821	13 077	3 641	9 435	19 559	17 952	1 607
Baixo Mondego	25 434	24 571	6 780	17 791	27 651	25 530	2 121
Pinhal Litoral	3 998	7 104	4 119	2 984	13 462	13 194	268
Pinhal Interior Norte	489	4 552	1 065	3 487	5 320	5 096	224
Dão-Lafões	6 750	8 152	2 467	5 685	12 574	12 167	406
Pinhal Interior Sul	19	1 610	673	937	1 189	1 128	61
Serra da Estrela	359	845	0	845	1 302	1 286	16
Beira Interior Norte	122 065	16 230	11 533	4 698	6 567	5 680	886
Beira Interior Sul	2 081	12 775	6 033	6 742	6 760	6 171	589
Cova da Beira	869	3 558	546	3 012	6 009	5 887	122
Oeste	20 594	28 577	14 608	13 969	28 596	26 578	2 018
Médio Tejo	3 211	13 089	3 004	10 085	16 940	15 567	1 374
Lisboa	46 106	248 760	133 583	115 177	270 557	259 265	11 292
Grande Lisboa	42 462	211 531	116 776	94 756	219 189	210 804	8 385
Península de Setúbal	3 644	37 229	16 808	20 422	51 369	48 461	2 908
Alentejo	16 694	42 345	18 015	24 331	36 081	33 736	2 345
Alentejo Litoral	884	4 968	553	4 415	6 158	5 990	167
Alto Alentejo	6 642	14 785	8 545	6 239	5 012	4 853	158
Alentejo Central	3 396	5 810	2 919	2 891	4 919	4 487	433
Baixo Alentejo	4 805	6 618	2 587	4 030	4 745	4 564	181
Lezíria do Tejo	966	10 166	3 411	6 755	15 247	13 841	1 406
Algarve	44 471	42 257	17 013	25 244	46 655	42 721	3 934
R. A. Açores	5 076	25 054	19 343	5 711	20 209	19 655	554
R. A. Madeira	4 704	22 777	9 545	13 233	22 880	21 196	1 685

Unit: thousand euros	Investments	Total	General costs	Management and exploration costs	Total	Tariff income	Other income
Costs		Income					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais / Vertente Económico-Financeira (INSAAR / VEF).  
 Source: Statistics Portugal, National Inventory on Urban Water Supply and Sewerage Systems.

Nota: Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.).  
 Note: Administrative data from database INSAAR (portuguese acronym for National Inventory on Urban Water Supply and Sewerage Systems) provided by Instituto da Água, I.P. (Water Institute).

## INVESTIMENTOS, CUSTOS E PROVEITOS DAS ENTIDADES GESTORAS COM O SERVIÇO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS POR NUTS III, 2008

INVESTMENTS, COSTS AND INCOME BY MANAGEMENT OPERATORS OF DRAINAGE AND WASTEWATER TREATMENT SERVICE BY NUTS III, 2008

I.2.6	Investimentos	Custos			Proveitos		
		Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Unidade: milhares de euros							
Portugal	455 923	375 169	154 922	220 247	265 175	216 067	49 108
Continente	442 023	364 532	151 193	213 339	258 098	209 399	48 699
Norte	112 463	102 583	38 644	63 939	79 598	60 252	19 346
Minho-Lima	7 821	6 988	2 506	4 481	3 845	3 165	680
Cávado	19 518	13 306	3 428	9 878	15 450	9 681	5 769
Ave	43 943	26 112	12 257	13 856	8 545	6 277	2 268
Grande Porto	15 692	30 051	10 450	19 601	38 106	32 384	5 721
Tâmega	7 511	10 441	4 039	6 402	7 850	3 771	4 080
Entre Douro e Vouga	1 153	1 754	515	1 239	918	643	275
Douro	15 968	11 437	4 051	7 386	3 760	3 524	237
Alto Trás-os-Montes	858	2 494	1 398	1 096	1 124	808	316
Centro	199 979	99 085	35 600	63 485	56 346	47 703	8 643
Baixo Vouga	14 061	16 949	5 030	11 919	10 641	9 966	675
Baixo Mondego	20 219	16 958	2 016	14 942	10 791	9 219	1 573
Pinhal Litoral	13 650	11 599	7 297	4 302	5 363	4 571	792
Pinhal Interior Norte	1 017	4 816	1 623	3 193	768	691	77
Dão-Lafões	7 758	1 100	102	999	3 567	1 814	1 753
Pinhal Interior Sul	21	321	104	217	39	19	20
Serra da Estrela	267	678	0	678	701	666	34
Beira Interior Norte	118 883	9 735	7 351	2 385	3 850	2 070	1 780
Beira Interior Sul	1 338	10 812	2 756	8 056	2 200	2 035	165
Cova da Beira	3 189	3 029	1 631	1 399	2 804	2 729	75
Oeste	18 958	18 934	6 658	12 276	12 618	11 265	1 353
Médio Tejo	618	4 153	1 033	3 120	3 004	2 658	345
Lisboa	79 660	107 579	59 574	48 005	83 833	71 281	12 552
Grande Lisboa	73 344	75 687	44 403	31 284	64 309	54 980	9 328
Península de Setúbal	6 315	31 892	15 171	16 721	19 525	16 301	3 223
Alentejo	14 720	21 013	8 212	12 802	10 987	9 925	1 062
Alentejo Litoral	1 109	6 049	479	5 570	3 929	3 788	141
Alto Alentejo	2 027	5 907	3 134	2 772	1 248	1 135	113
Alentejo Central	6 803	3 676	2 018	1 659	1 135	787	348
Baixo Alentejo	2 176	2 518	1 318	1 200	1 715	1 607	108
Lezíria do Tejo	2 604	2 864	1 263	1 601	2 959	2 607	352
Algarve	35 201	34 272	9 164	25 108	27 332	20 236	7 096
R. A. Açores	8 417	3 362	1 895	1 467	2 050	1 905	145
R. A. Madeira	5 483	7 275	1 834	5 441	5 027	4 764	264
Unit: thousand euros	Investments	Total	General costs	Management and exploration costs	Total	Tariff income	Other income
		Costs			Income		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais / Vertente Económico-Financeira (INSAAR / VEF).

Source: Statistics Portugal, National Inventory on Urban Water Supply and Sewerage Systems.

**Nota:** Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.).

**Note:** Administrative data from database INSAAR (portuguese acronym for National Inventory on Urban Water Supply and Sewerage Systems) provided by Instituto da Água, I.P. (Water Institute).

## RECEITAS E DESPESAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS POR NUTS III, 2008

## RECEIPTS AND EXPENDITURE OF FIREMEN CORPS BY NUTS III, ACCORDING TO ECONOMIC AGGREGATES, 2008

I.2.7	Receitas				Despesas			
	Total	das quais			Total	das quais		
		Contribuições directas dos associados	Venda de bens e serviços	Transferências correntes e de capital		Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Investimentos
Unidade: milhares de euros								
Portugal	278 607	10 634	115 483	126 917	332 549	196 774	96 914	23 273
Continente	263 355	10 398	111 005	117 605	306 911	179 895	92 889	20 125
Norte	71 596	3 319	29 482	31 912	80 389	46 422	24 648	5 892
Minho-Lima	5 412	358	2 219	2 315	6 219	3 645	1 871	588
Cávado	4 674	127	1 596	2 122	5 753	3 418	1 610	456
Ave	8 525	404	3 908	3 240	7 229	3 817	2 457	400
Grande Porto	15 527	1 121	6 224	6 313	25 298	17 810	5 651	767
Tâmega	13 572	645	6 885	5 246	12 943	6 494	4 851	976
Entre Douro e Vouga	5 085	295	1 820	2 425	4 474	2 269	1 823	257
Douro	8 904	136	3 382	4 714	8 569	4 148	3 189	881
Alto Trás-os-Montes	9 896	233	3 449	5 538	9 904	4 819	3 196	1 567
Centro	72 377	2 766	26 282	36 457	74 317	41 132	24 110	5 741
Baixo Vouga	10 663	709	4 600	4 328	9 117	4 443	3 625	619
Baixo Mondego	5 393	271	1 684	2 666	8 370	6 191	1 636	390
Pinhal Litoral	5 414	166	1 576	2 906	6 407	3 516	2 169	421
Pinhal Interior Norte	8 444	185	3 394	4 235	7 940	3 855	2 590	962
Dão-Lafões	7 613	321	2 032	4 764	8 562	4 270	2 730	1 307
Pinhal Interior Sul	3 690	65	1 122	2 159	3 436	2 425	858	82
Serra da Estrela	2 985	119	1 105	1 613	2 693	1 261	978	258
Beira Interior Norte	5 266	73	1 750	3 141	5 084	2 923	1 625	386
Beira Interior Sul	3 094	66	625	2 354	2 792	1 606	929	137
Cova da Beira	2 670	61	1 146	1 114	2 120	1 087	995	0
Oeste	10 184	499	4 396	4 526	9 764	5 159	3 360	778
Médio Tejo	6 959	231	2 852	2 652	8 028	4 394	2 616	401
Lisboa	60 890	2 490	26 284	26 446	87 415	58 950	20 684	4 900
Grande Lisboa	42 614	1 900	17 392	18 841	66 320	47 338	13 397	3 262
Península de Setúbal	18 276	590	8 892	7 605	21 095	11 612	7 287	1 638
Alentejo	40 774	1 477	19 902	16 029	42 447	22 491	14 316	3 159
Alentejo Litoral	8 203	248	4 494	2 760	7 739	4 374	2 453	609
Alto Alentejo	5 639	187	3 042	1 906	6 291	3 301	2 138	431
Alentejo Central	10 130	431	5 642	3 565	9 638	4 264	4 158	778
Baixo Alentejo	8 810	295	3 950	3 955	8 512	4 369	2 823	1 022
Lezíria do Tejo	7 992	317	2 774	3 843	10 267	6 183	2 745	319
Algarve	17 717	345	9 054	6 760	22 344	10 901	9 131	432
R. A. Açores	9 998	233	2 940	6 016	10 496	5 136	2 576	1 827
R. A. Madeira	5 254	3	1 538	3 296	15 142	11 743	1 449	1 321
Unit: thousand euros	Total	Direct contributions of members	Current goods and services sales	Current and capital transfers	Total	Compensation of employees	Goods and services acquisition	Investments
		of which				of which		
	Receipts				Expenditure			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Corpos de Bombeiros; Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Source: Statistics Portugal, Firemen Corps Survey; National Authority of Civil Protection.







As Pessoas

The People





População

Population



## INDICADORES DE POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2009

## POPULATION INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

II.1.1	Densidade populacional	Taxa de crescimento efectivo	Taxa de crescimento natural	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio (Po)	Taxa de fecundidade geral	Índice sintético de fecundidade	Taxa de fecundidade na adolescência	Nados vivos fora do casamento	Proporção de casamentos entre portugueses e estrangeiros
	hab/km <sup>2</sup>	%							N.º	%		%
Portugal	115,4	0,10	- 0,05	9,4	9,8	3,8	2,5	38,7	1,3	15,5	38,1	11,5
Continente	113,9	0,09	- 0,05	9,3	9,8	3,8	2,4	38,7	1,3	14,9	38,6	11,7
Lisboa	943,3	0,40	0,20	11,2	9,1	3,6	2,7	47,4	1,6	19,8	49,5	20,1
Grande Lisboa	1 477,8	0,21	0,22	11,4	9,2	3,5	2,7	48,5	1,6	19,6	49,3	20,9
Amadora	7 183,3	- 0,75	0,21	10,8	8,7	2,9	2,0	45,6	x	x	58,9	30,7
Cascais	1 946,8	0,72	0,35	12,8	9,4	3,3	3,7	54,9	x	x	45,1	19,6
Lisboa	5 651,0	- 2,00	- 0,23	12,8	15,1	6,2	2,5	58,9	x	x	48,4	21,1
Loures	1 143,5	- 0,72	0,28	11,0	8,2	3,3	3,0	45,6	x	x	54,7	16,5
Mafra	250,5	3,05	0,51	13,0	7,9	4,8	3,0	57,4	x	x	38,8	15,0
Odivelas	5 913,2	1,45	0,32	9,9	6,7	//	2,1	41,5	x	x	47,8	//
Oeiras	3 762,7	0,34	0,32	11,1	7,9	3,0	2,6	48,3	x	x	46,0	22,8
Sintra	1 422,8	1,85	0,45	10,3	5,8	2,5	2,5	41,0	x	x	52,2	23,3
Vila Franca de Xira	453,7	1,37	0,37	10,8	7,1	2,7	3,1	43,6	x	x	43,1	11,0
Península de Setúbal	490,6	0,90	0,17	10,6	8,9	3,6	2,8	44,6	1,5	20,3	50,0	18,2
Alcochete	141,1	3,65	0,39	12,4	8,5	4,4	2,5	53,5	x	x	37,6	12,8
Almada	2 364,5	- 0,07	0,03	10,8	10,5	4,2	2,8	47,0	x	x	52,1	21,6
Barreiro	2 129,0	- 0,47	- 0,09	9,3	10,3	4,7	2,8	41,0	x	x	51,7	22,0
Moita	1 300,1	0,35	0,19	10,4	8,5	2,4	2,5	41,5	x	x	56,0	19,0
Montijo	119,4	0,46	0,23	14,1	11,8	4,5	3,8	62,2	x	x	44,7	12,8
Palmela	137,3	1,64	0,09	10,2	9,3	3,8	2,7	43,1	x	x	44,7	10,5
Seixal	1 868,2	1,41	0,39	9,9	6,0	3,0	2,7	39,4	x	x	51,4	20,5
Sesimbra	279,3	4,03	0,30	10,5	7,5	3,4	2,4	45,2	x	x	47,3	12,0
Setúbal	544,3	0,67	0,14	10,9	9,6	3,5	3,0	46,9	x	x	49,2	16,8

	inh/km <sup>2</sup>	%		‰					No.	‰	%	
	Population density	Crude rate of increase	Crude rate of natural increase	Crude birth rate	Crude death rate	Crude marriage rate	Crude divorce rate (Po)	General fertility rate	Total fertility rate	Teenage fertility rate	Live births outside marriage	Proportion of marriages between Portuguese and foreigners

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas, Estimativas Provisórias da População Residente.  
 Source: Statistics Portugal, Demographic Statistics, Provisional Estimates of Resident Population.

Nota: Não se apresentam os dados da taxa bruta de nupcialidade e da proporção de casamentos entre portugueses e estrangeiros para o município de Odivelas devido à inexistência de Conservatória de Registo Civil neste município.  
 Note: The crude marriage rate and the proportion of contracted marriage between Portuguese and foreigners of extracommunitarian countries for Odivelas are not available due to the non-existence of Civil Register Offices in that municipality.

INDICADORES DE POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2009

POPULATION INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

► continuação continued

II.1.1	Proporção de casamentos católicos	População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente por 100 habitantes	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de longevidade	Relação de masculinidade	Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho	Idade média da mulher ao primeiro casamento	Idade média do homem ao primeiro casamento	Esperança de vida à nascença da população residente	Esperança de vida aos 65 anos da população residente
	%	N.º					anos				
	2009									2006-2008	
Portugal	43,1	0,58	117,6	26,7	46,8	93,8	28,6	28,6	30,2	78,70	18,13
Continente	43,9	0,59	120,3	27,1	46,9	93,8	28,7	28,7	30,3	78,90	18,26
Lisboa	28,4	1,12	109,4	26,6	43,8	92,5	29,0	30,3	31,7	78,87	18,39
Grande Lisboa	30,4	1,31	111,6	27,2	44,8	91,6	29,2	30,4	31,8	79,14	18,75
Amadora	28,5	1,44	119,3	26,9	41,3	91,0	x	x	x	x	x
Cascais	25,4	1,82	100,5	26,3	43,3	91,3	x	x	x	x	x
Lisboa	35,6	1,61	165,9	39,5	51,8	83,2	x	x	x	x	x
Loures	34,3	1,31	101,6	23,6	38,5	94,7	x	x	x	x	x
Mafra	28,3	0,95	96,0	26,9	45,7	102,2	x	x	x	x	x
Odivelas	//	1,35	110,1	23,9	38,1	95,0	x	x	x	x	x
Oeiras	26,3	0,87	118,7	28,1	43,2	88,8	x	x	x	x	x
Sintra	19,5	1,11	79,2	20,8	42,2	96,8	x	x	x	x	x
Vila Franca de Xira	32,0	0,69	84,6	20,4	40,8	96,2	x	x	x	x	x
Península de Setúbal	23,6	0,64	103,9	25,0	41,1	94,9	28,6	30,1	31,4	78,39	17,71
Alcochete	26,9	0,74	101,6	27,7	44,9	94,7	x	x	x	x	x
Almada	17,9	0,76	119,3	28,8	43,4	93,3	x	x	x	x	x
Barreiro	23,6	0,41	141,5	29,1	37,9	92,8	x	x	x	x	x
Moita	20,7	0,37	89,1	21,0	40,5	95,2	x	x	x	x	x
Montijo	34,0	1,25	102,3	28,3	43,7	94,3	x	x	x	x	x
Palmela	21,0	0,41	106,0	26,8	42,3	95,7	x	x	x	x	x
Seixal	30,3	0,54	83,4	19,4	35,6	95,7	x	x	x	x	x
Sesimbra	20,1	0,74	103,3	27,6	46,4	97,2	x	x	x	x	x
Setúbal	23,4	0,75	102,1	24,9	41,8	96,1	x	x	x	x	x
	2009									2006-2008	
	%	No.					years				
	Proportion of catholic marriages	Foreign population who have requested legal status of resident per 100 inhabitant	Ageing ratio	Old-age dependency ratio	Oldest-age ratio	Sex ratio	Mean age of women at birth of first child	Mean age of women at first marriage	Mean age of men at first marriage	Life expectancy at birth of resident population	Life expectancy at 65 years for resident population

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas, Estimativas Provisórias da População Residente, Tâbuas completas de mortalidade para Portugal; Ministério da Administração Interna - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.  
Source: Statistics Portugal, Demographic Statistics, Provisional Estimates of Resident Population, Complete life tables for Portugal; Ministry of Internal Administration - Borders and Foreigners Service.

Nota: Não se apresentam os dados para a proporção de casamentos católicos para o município de Odivelas devido à inexistência de Conservatória de Registo Civil neste município.  
Em 2007, o INE adoptou uma nova metodologia para o cálculo da esperança média de vida, baseada em tâbuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos. Face às alterações metodológicas, os valores da esperança média de vida, calculados segundo esta metodologia, não são comparáveis com os anteriores, que eram obtidos utilizando tâbuas abreviadas de mortalidade com período de referência de dois anos.  
Note: The proportion of catholic marriages for Odivelas is not available due to the non-existence of Civil Register Offices in that municipality.  
In 2007, the INE (Statistics Portugal) adopted a new methodology for calculating the average life expectancy, based on the complete life tables with a reference period of three consecutive years. Given the methodological changes, values for the average life expectancy, calculated according to the new methodology, are not comparable with previous values which were obtained using the abbreviated life tables with a reference period of two years.

## POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E O SEXO EM 31/12/2009

## RESIDENT POPULATION BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO AGE GROUPS AND SEX ON 31/12/2009

II.1.2	Total			0 a 14 anos			15 a 24 anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Unidade: N.º									
Portugal	10 637 713	5 148 203	5 489 510	1 616 617	828 733	787 884	1 181 435	602 821	578 614
Continente	10 144 940	4 909 494	5 235 446	1 528 075	783 216	744 859	1 111 700	566 970	544 730
Lisboa	2 830 867	1 360 279	1 470 588	456 053	233 255	222 798	284 247	144 126	140 121
Grande Lisboa	2 033 756	972 083	1 061 673	327 321	167 382	159 939	202 560	102 532	100 028
Amadora	170 828	81 377	89 451	25 801	13 117	12 684	17 789	8 961	8 828
Cascais	189 606	90 500	99 106	32 554	16 760	15 794	19 426	9 759	9 667
Lisboa	479 884	217 889	261 995	69 918	35 209	34 709	41 135	20 712	20 423
Loures	193 630	94 182	99 448	30 675	15 675	15 000	20 525	10 340	10 185
Mafra	73 061	36 931	36 130	13 213	6 760	6 453	7 643	4 071	3 572
Odivelas	155 827	75 931	79 896	23 210	11 940	11 270	15 735	8 018	7 717
Oeiras	172 609	81 162	91 447	26 927	13 765	13 162	16 015	8 087	7 928
Sintra	454 188	223 449	230 739	81 004	41 907	39 097	49 177	25 064	24 113
Vila Franca de Xira	144 123	70 662	73 461	24 019	12 249	11 770	15 115	7 520	7 595
Península de Setúbal	797 111	388 196	408 915	128 732	65 873	62 859	81 687	41 594	40 093
Alcochete	18 113	8 812	9 301	3 189	1 608	1 581	1 805	935	870
Almada	165 991	80 134	85 857	26 202	13 488	12 714	16 053	8 218	7 835
Barreiro	77 529	37 310	40 219	10 656	5 480	5 176	6 954	3 535	3 419
Moita	71 844	35 041	36 803	11 706	6 004	5 702	8 145	4 088	4 057
Montijo	41 623	20 200	21 423	7 388	3 809	3 579	4 152	2 110	2 042
Palmela	63 861	31 227	32 634	10 620	5 438	5 182	6 708	3 355	3 353
Seixal	178 332	87 198	91 134	29 051	14 778	14 273	19 247	9 787	9 460
Sesimbra	54 525	26 876	27 649	9 443	4 760	4 683	5 566	2 866	2 700
Setúbal	125 293	61 398	63 895	20 477	10 508	9 969	13 057	6 700	6 357
Unit: No.	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Total			0 - 14 years			15 - 24 years		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas, Estimativas Provisórias da População Residente.

Source: Statistics Portugal, Demographic Statistics, Provisional Estimates of Resident Population.

Nota: Esta informação tem carácter provisório até à realização de um novo recenseamento; integra e actualiza a série de estimativas pós-censitárias. Estas estimativas estão aferidas aos resultados dos Censos 2001.

Note: This information has a provisional nature up to the next census; incorporates and updates the series for post-census estimates. These estimates are benchmarked to the results of Census 2001.

POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E O SEXO EM 31/12/2009

RESIDENT POPULATION BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO AGE GROUPS AND SEX ON 31/12/2009

▶ continuação continued

II.1.2	25-64 anos			65 e mais anos					
				Total			75 e mais anos		
	Unidade: N.º	HM	H	M	HM	H	M	HM	H
Portugal	5 938 508	2 923 237	3 015 271	1 901 153	793 412	1 107 741	890 608	340 654	549 954
Continente	5 666 838	2 789 330	2 877 508	1 838 327	769 978	1 068 349	862 087	331 121	530 966
Lisboa	1 591 478	774 745	816 733	499 089	208 153	290 936	218 664	80 709	137 955
Grande Lisboa	1 138 476	552 537	585 939	365 399	149 632	215 767	163 763	58 890	104 873
Amadora	96 456	46 470	49 986	30 782	12 829	17 953	12 722	4 653	8 069
Cascais	104 893	50 482	54 411	32 733	13 499	19 234	14 161	5 238	8 923
Lisboa	252 809	119 978	132 831	116 022	41 990	74 032	60 120	19 159	40 961
Loures	111 265	54 426	56 839	31 165	13 741	17 424	12 007	4 661	7 346
Mafra	39 514	20 360	19 154	12 691	5 740	6 951	5 804	2 387	3 417
Odivelas	91 332	44 764	46 568	25 550	11 209	14 341	9 740	3 738	6 002
Oeiras	97 699	45 979	51 720	31 968	13 331	18 637	13 817	5 161	8 656
Sintra	259 846	128 244	131 602	64 161	28 234	35 927	27 108	10 561	16 547
Vila Franca de Xira	84 662	41 834	42 828	20 327	9 059	11 268	8 284	3 332	4 952
Península de Setúbal	453 002	222 208	230 794	133 690	58 521	75 169	54 901	21 819	33 082
Alcochete	9 880	4 892	4 988	3 239	1 377	1 862	1 453	565	888
Almada	92 480	45 122	47 358	31 256	13 306	17 950	13 558	5 270	8 288
Barreiro	44 842	21 731	23 111	15 077	6 564	8 513	5 708	2 171	3 537
Moita	41 565	20 513	21 052	10 428	4 436	5 992	4 221	1 622	2 599
Montijo	22 523	11 127	11 396	7 560	3 154	4 406	3 304	1 315	1 989
Palmela	35 276	17 439	17 837	11 257	4 995	6 262	4 758	1 961	2 797
Seixal	105 819	51 400	54 419	24 215	11 233	12 982	8 629	3 602	5 027
Sesimbra	29 765	14 752	15 013	9 751	4 498	5 253	4 528	1 975	2 553
Setúbal	70 852	35 232	35 620	20 907	8 958	11 949	8 742	3 338	5 404
Unit: No.	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	25 - 64 years			Total			75 and over		
				65 and over					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas, Estimativas Provisórias da População Residente.  
Source: Statistics Portugal, Demographic Statistics, Provisional Estimates of Resident Population.

Nota: Esta informação tem carácter provisório até à realização de um novo recenseamento; integra e actualiza a série de estimativas pós-censitárias. Estas estimativas estão aferidas aos resultados dos Censos 2001.  
Note: This information has a provisional nature up to the next census; incorporates and updates the series for post-census estimates. These estimates are benchmarked to the results of Census 2001.



## MOVIMENTO DA POPULAÇÃO E POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR MUNICÍPIO, 2009

## POPULATION CHANGES AND FOREIGN POPULATION BY MUNICIPALITY, 2009

II.1.3	Unidade: N.º	Nados-vivos				Óbitos				
		Total			Fora do casamento		Total			Com menos de 1 ano
		HM	H	M	Total	Com coabitação dos pais	HM	H	M	
Portugal		99 491	50 873	48 618	37 928	30 088	104 434	53 310	51 124	362
Continente		94 324	48 231	46 093	36 377	28 909	99 335	50 678	48 657	338
Lisboa		31 591	16 269	15 322	15 624	12 475	25 796	13 104	12 692	143
Grande Lisboa		23 199	11 966	11 233	11 427	9 124	18 767	9 455	9 312	116
Amadora		1 851	970	881	1 091	794	1 496	792	704	13
Cascais		2 423	1 220	1 203	1 093	884	1 772	903	869	13
Lisboa		6 220	3 195	3 025	3 010	2 416	7 325	3 477	3 848	24
Loures		2 136	1 141	995	1 168	964	1 595	842	753	14
Mafra		937	458	479	364	323	571	299	272	8
Odivelas		1 533	780	753	733	589	1 033	543	490	7
Oeiras		1 920	1 025	895	883	696	1 366	694	672	8
Sintra		4 635	2 377	2 258	2 419	1 868	2 589	1 370	1 219	25
Vila Franca de Xira		1 544	800	744	666	590	1 020	535	485	4
Península de Setúbal		8 392	4 303	4 089	4 197	3 351	7 029	3 649	3 380	27
Alcochete		221	121	100	83	68	151	75	76	2
Almada		1 794	910	884	934	740	1 737	916	821	6
Barreiro		724	358	366	374	291	797	419	378	1
Moita		746	376	370	418	313	611	317	294	1
Montijo		586	319	267	262	221	490	237	253	1
Palmela		646	336	310	289	234	589	305	284	1
Seixal		1 750	884	866	900	700	1 056	550	506	5
Sesimbra		562	297	265	266	232	403	202	201	3
Setúbal		1 363	702	661	671	552	1 195	628	567	7
Unit: No.	MF	M	F	Total	Cohabitant parents	MF	M	F	Aged under 1 year	
	Total			Outside marriage		Total				
	Live births					Deaths				

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas.  
Source: Statistics Portugal, Demographic Statistics.

Nota: O valor de Portugal inclui as ocorrências de nados-vivos e óbitos relativos à população residente no país e a residência ignorada (ocorrências relativas à população que não é referenciável a um nível territorial específico, por falta de informação).

Note: The value for Portugal includes live births and deaths of resident population in the country and also those whose residence is unknown (population that is not allocated to a specific territorial level, for lack of information).

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO E POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR MUNICÍPIO, 2009

POPULATION CHANGES AND FOREIGN POPULATION BY MUNICIPALITY, 2009

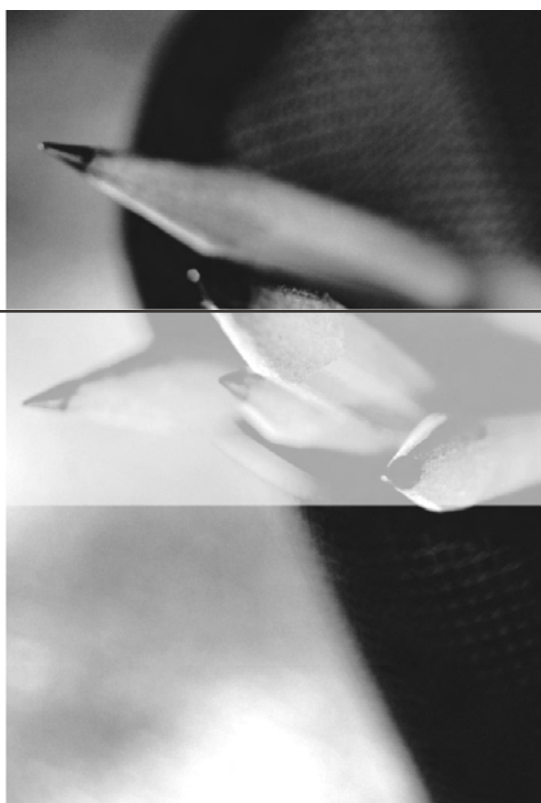
▶ continuação continued

II.1.3	Casamentos				População estrangeira que solicitou estatuto de residente			População estrangeira com estatuto legal de residente		
	Celebrados			Dissolvidos por morte						
	Total	do qual								
		Católicos	Só civil		HM	H	M	HM	H	M
Unidade: N.º										
Portugal	40 391	17 427	22 841	46 634	61 445	29 549	31 896	451 742	233 280	218 462
Continente	38 152	16 759	21 270	44 491	60 287	28 959	31 328	441 126	227 498	213 628
Lisboa	10 041	2 854	7 108	11 154	31 585	15 073	16 512	230 334	116 649	113 685
Grande Lisboa	7 150	2 172	4 899	8 108	26 546	12 701	13 845	184 180	93 461	90 719
Amadora	501	143	357	689	2 470	1 187	1 283	19 799	10 175	9 624
Cascais	622	158	463	712	3 444	1 600	1 844	21 830	10 491	11 339
Lisboa	3 017	1 075	1 866	2 904	7 819	3 702	4 117	43 777	22 555	21 222
Loures	641	220	421	765	2 550	1 211	1 339	20 359	10 485	9 874
Mafra	346	98	247	253	685	372	313	4 386	2 367	2 019
Odivelas	//	//	//	470	2 095	1 024	1 071	15 107	8 021	7 086
Oeiras	509	134	375	616	1 502	635	867	10 845	4 999	5 846
Sintra	1 123	219	904	1 212	4 991	2 505	2 486	39 584	20 022	19 562
Vila Franca de Xira	391	125	266	487	990	465	525	8 493	4 346	4 147
Península de Setúbal	2 891	682	2 209	3 046	5 039	2 372	2 667	46 154	23 188	22 966
Alcochete	78	21	57	70	131	73	58	717	375	342
Almada	698	125	573	785	1 268	554	714	11 968	5 874	6 094
Barreiro	364	86	278	351	315	137	178	3 439	1 630	1 809
Moita	174	36	138	250	268	129	139	3 615	1 836	1 779
Montijo	188	64	124	195	519	253	266	2 678	1 365	1 313
Palmela	238	50	188	234	261	116	145	2 224	1 114	1 110
Seixal	532	161	371	452	948	438	510	10 961	5 377	5 584
Sesimbra	184	37	147	188	398	192	206	2 264	1 145	1 119
Setúbal	435	102	333	521	931	480	451	8 288	4 472	3 816
Unit: No.	Total	Catholic	Only civil	Dissolved by death	MF	M	F	MF	M	F
		of which			Foreign population who requested resident status			Foreign population with legal resident status		
	Contracted									
	Marriages									

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas; Ministério da Administração Interna - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.  
Source: Statistics Portugal, Demographic Statistics; Ministry of Internal Administration - Borders and Foreigners Service.

Nota: A rubrica "Casamentos dissolvidos por morte" é apresentada segundo a distribuição geográfica de residência dos indivíduos. A rubrica "Casamentos celebrados" é apresentada segundo a distribuição geográfica do registo, ou seja, do local onde se situa a conservatória do registo civil onde foi lavrado o assento do casamento. A rubrica "Casamentos celebrados" não apresenta dados para o município de Odivelas devido à inexistência de Conservatória de Registo Civil neste município. A população estrangeira com estatuto legal de residente compreende exclusivamente os indivíduos de nacionalidade estrangeira titulares de uma autorização de residência.  
Note: The item "Marriages dissolved by death" is presented by geographical breakdown of the individual's residence. The item "Marriages contracted" is presented by geographical breakdown of deed, this is, the location of the civil register where the marriage deed was drawn up. The item "Marriages contracted" is not available for the municipality of Odivelas due to the non-existence of Civil Register Offices in that municipality. Foreign population with legal resident status only includes foreigners with a valid resident permit.



Educação

Education



## INDICADORES DE EDUCAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2008/2009

## EDUCATION INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2008/2009

II.2.1	Taxa de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico				Taxa de transição/conclusão no ensino secundário			Relação de feminidade no ensino secundário
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos	
Unidade: %											
Portugal	83,4	130,6	146,7	7,8	3,6	7,6	14,0	80,9	78,6	84,9	52,0
Continente	83,2	131,0	149,2	7,6	3,4	7,5	13,8	81,3	78,9	85,5	51,9
Lisboa	74,6	127,2	156,3	9,5	4,2	10,9	16,7	78,5	77,1	81,4	50,4
Grande Lisboa	78,0	128,8	163,9	9,3	4,1	10,6	16,4	79,1	77,6	82,1	50,4
Amadora	72,2	135,0	175,1	12,6	5,0	15,5	23,1	73,1	70,2	76,7	50,7
Cascais	83,7	137,1	149,8	6,2	2,7	5,6	11,4	82,7	82,6	83,3	53,7
Lisboa	116,4	197,8	318,0	8,9	4,3	10,9	14,5	81,8	80,5	83,9	48,5
Loures	65,8	123,0	98,9	12,6	5,5	16,6	21,4	76,6	75,9	78,8	49,3
Mafra	75,5	111,9	90,0	9,9	2,9	9,2	21,0	79,6	77,8	83,4	52,4
Odivelas	53,1	117,0	137,8	10,5	4,4	9,3	19,3	73,7	70,2	83,1	53,3
Oeiras	80,7	109,1	151,1	8,2	3,3	9,7	14,1	77,9	77,5	79,0	48,4
Sintra	51,7	90,9	92,7	8,9	3,7	9,6	16,3	75,3	73,8	80,8	53,1
Vila Franca de Xira	75,7	112,5	151,8	8,5	3,8	8,7	15,9	82,1	81,3	83,6	51,6
Península de Setúbal	65,7	123,3	136,6	10,2	4,7	11,8	17,5	76,7	75,5	79,4	50,5
Alcochete	66,7	115,0	138,2	7,1	2,7	7,2	14,9	74,4	74,3	74,9	47,3
Almada	76,4	132,5	146,2	9,9	5,2	11,1	16,1	75,4	74,5	77,1	49,4
Barreiro	86,2	154,1	191,5	11,7	4,2	13,7	21,7	76,9	76,5	77,5	50,4
Moita	47,9	110,3	67,8	11,2	6,8	11,7	17,6	75,2	68,8	83,6	52,6
Montijo	86,3	140,5	137,7	10,6	4,4	10,8	20,3	79,2	76,1	83,4	49,9
Palmela	64,8	122,1	121,1	8,1	3,8	10,0	14,0	77,7	77,0	81,5	46,9
Seixal	56,9	106,8	122,7	10,5	4,7	12,9	17,7	76,2	74,2	80,8	50,8
Sesimbra	47,7	105,6	83,4	9,3	3,2	8,9	18,7	74,5	72,3	83,6	49,8
Setúbal	64,6	132,3	188,5	10,4	4,7	12,9	17,4	80,0	80,2	79,5	52,6
Unit: %	Pre-primary educational attainment rate	Basic education	Secondary education	Total	1st cycle	2nd cycle	3rd cycle	Total	General courses/scientific-humanistic	Technological courses	Proportion of women in the secondary education
Crude educational attainment rate		Retention and desistance rates at basic education				Sucess rate at secondary education					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: Ministério da Educação - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.  
 Source: Ministry of Education - Office of Statistics and Planning of Education.

Nota: Os Processos de Reconhecimento de Validação de Competências (RVCC) e os Cursos de Educação e Formação de Adultos têm vindo a substituir gradualmente o ensino recorrente, pelo que as estatísticas da educação incluem, no ano lectivo 2008/2009, informação relativa a RVCC.

No ano lectivo 2008/09, o cálculo da taxa de retenção e desistência, tal como o cálculo da taxa de transição/conclusão, incluem os cursos profissionais. Os cursos profissionais estão considerados nos cursos tecnológicos.

Note: The processes of Recognition, Validation and Certification of Competences (RVCC) and the Adult Education and Training Courses have been gradually replacing the recurrent education courses, and therefore education statistics include, in the 2008/2009 academic year, information regarding these processes.

In the 2008/2009 academic year, the calculation of retention and desistance rates as well as the calculation of the success rate include vocational courses. Vocational courses were considered in the technological courses.

## INDICADORES DE EDUCAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2008/2009

## EDUCATION INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2008/2009

► continuação continued

II.2.1	Número médio de alunos por computador					Número médio de alunos por computador com Internet				
	Total	Ensino Básico			Ensino secundário	Total	Ensino Básico			Ensino secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Unidade: N.º										
Portugal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Continente	2,1	1,1	4,1	4,1	3,9	2,3	1,1	5,4	5,3	4,6
Lisboa	2,2	1,2	4,7	4,6	3,9	2,4	1,2	6,3	5,9	4,6
Grande Lisboa	2,2	1,1	4,7	4,8	4,1	2,4	1,2	6,4	6,0	4,9
Amadora	2,0	1,2	4,3	3,8	2,3	2,2	1,2	5,6	4,6	2,5
Cascais	2,3	1,1	5,1	5,5	4,1	2,5	1,2	7,0	6,8	5,6
Lisboa	2,3	1,2	4,9	4,8	4,2	2,6	1,2	6,2	6,1	5,0
Loures	2,0	1,2	4,7	3,6	2,9	2,3	1,2	6,8	4,6	3,6
Mafra	2,4	1,2	6,2	6,7	9,6	2,6	1,2	8,5	8,6	11,1
Odivelas	2,3	1,1	4,2	5,3	5,2	2,6	1,2	5,9	6,6	6,0
Oeiras	2,3	1,1	4,8	4,9	5,1	2,6	1,1	8,1	6,5	6,0
Sintra	2,1	1,1	4,2	5,0	5,6	2,3	1,2	5,8	6,4	6,3
Vila Franca de Xira	2,2	1,1	5,9	5,3	3,8	2,3	1,2	7,0	6,3	4,4
Península de Setúbal	2,1	1,2	4,5	4,3	3,3	2,3	1,2	6,3	5,5	3,9
Alcochete	2,3	1,1	11,7	11,5	2,8	2,3	1,2	12,1	11,5	2,8
Almada	2,2	1,1	5,1	4,3	3,4	2,4	1,2	6,4	6,2	4,2
Barreiro	2,5	1,3	5,0	5,0	4,3	2,8	1,3	6,3	6,2	5,6
Moita	2,1	1,2	5,0	4,7	2,2	2,3	1,2	7,1	6,4	2,7
Montijo	1,9	1,1	3,2	4,3	2,9	2,0	1,1	7,6	4,5	3,0
Palmela	1,9	1,1	3,4	4,4	5,3	2,1	1,1	5,4	5,9	6,8
Seixal	2,1	1,3	4,0	3,8	3,0	2,4	1,3	6,2	5,1	3,6
Sesimbra	2,2	1,1	4,0	4,5	7,5	2,4	1,2	4,9	5,7	12,0
Setúbal	2,1	1,2	5,2	4,0	2,6	2,2	1,2	6,5	4,5	2,8
Unit: No.	Total	1st cycle	2nd cycle	3rd cycle	Secondary education	Total	1st cycle	2nd cycle	3rd cycle	Secondary education
		Basic education					Basic education			
	Average number of students per computer					Average number of students per computer with internet				

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Educação - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.  
 Source: Ministry of Education - Office of Statistics and Planning of Education.

**Nota:** Os rácios foram calculados com base nos alunos matriculados nos Ensinos Básico e Secundário Regular. A informação apresentada para o 1.º ciclo do ensino básico inclui os computadores portáteis distribuídos aos alunos no âmbito do programa e.escolinhas, durante o ano lectivo de 2008/09.  
 Note: The ratios were calculated on the number of students enrolled in the Regular Compulsory and Upper Secondary Education. The data presented for the 1st cycle of the compulsory education includes the laptops provided to the students within programme "e.escolinhas", during the 2008/2009 academic year.

## INDICADORES DE EDUCAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2008/2009 E 2009/2010

## EDUCATION INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2008/2009 AND 2009/2010

II.2.2	Taxa de escolarização no ensino superior	Proporção de inscritos em áreas C&T no ensino superior	Proporção de inscritos via "maiores de 23 anos" no ensino superior	Relação de feminidade no ensino superior		
				Alunos inscritos	Alunos diplomados	
				Unidade: %		
2009/2010				2008/2009		
Portugal	30,6	29,4	12,3	53,3	59,3	
Continente	32,0	29,5	12,2	53,2	59,1	
Lisboa	44,1	28,9	13,3	51,9	57,8	
Grande Lisboa	53,2	25,8	14,1	52,5	57,8	
Amadora	2,0	0,0	7,8	54,7	54,9	
Cascais	13,6	0,0	3,7	62,0	74,9	
Lisboa	245,4	25,5	13,9	52,8	58,1	
Loures	0,0	//	//	//	//	
Mafra	0,0	//	//	//	//	
Odivelas	1,8	0,0	61,0	72,0	82,6	
Oeiras	19,0	58,0	18,9	37,5	41,3	
Sintra	1,4	54,6	0,0	25,6	25,4	
Vila Franca de Xira	0,0	//	//	//	//	
Península de Setúbal	21,5	51,4	7,4	47,6	57,5	
Alcochete	0,0	//	//	//	//	
Almada	74,5	54,0	6,2	48,4	54,8	
Barreiro	6,1	100,0	18,8	29,6	27,8	
Moita	0,0	//	//	//	//	
Montijo	0,0	//	//	//	//	
Palmela	0,0	//	//	//	//	
Seixal	0,0	//	//	//	//	
Sesimbra	0,0	//	//	//	//	
Setúbal	39,9	39,8	7,9	48,2	65,3	
Unit: %	2009/2010				2008/2009	
	Educational attainment rate in higher education	Proportion of students enrolled in S&T areas of higher education	Proportion of students in higher education via "older than 23 years" regime	Students enrolled	Students graduated	
				Proportion of women in the higher education		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.

Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations.

Nota: As áreas C&T englobam as "Ciências da vida", "Ciências físicas", "Matemática e estatística", "Informática", "Engenharia e técnicas afins", "Indústrias transformadoras" e "Arquitectura e construção".

Actualmente, os alunos que não estão habilitados com um curso de nível secundário ou equivalente só podem entrar no ensino superior através do regime "Provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos".

Note: The S&T areas include: "Life sciences", "Physical sciences", "Mathematics and statistics", "Computing", "Engineering and engineering trades", "Manufacturing and processing" and "Architecture and building".

At present, students who are not qualified with a secondary education level, or equivalent, may enrol in the higher education system only by a special regime known as "Exams specially designed and aimed at evaluating the ability of individuals aged over 23 years to attend higher education".

## ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO/ENSINO POR MUNICÍPIO SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO MINISTRADO E A NATUREZA INSTITUCIONAL, 2008/2009

EDUCATIONAL INSTITUTIONS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO LEVEL OF EDUCATION PROVIDED AND NATURE OF INSTITUTION, 2008/2009

II.2.3	Educação pré-escolar		Ensino Básico							Ensino secundário	
			1º Ciclo			2º Ciclo		3º Ciclo			
	Público	Privado	Público	Privado	Dos quais, com menos de 10 alunos	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Unidade: N.º											
Portugal	4591	2390	5303	562	x	910	253	1184	342	560	387
Continente	4307	2276	5030	531	122	852	247	1125	327	518	358
Lisboa	474	863	691	293	17	184	94	255	85	121	90
Grande Lisboa	343	632	466	240	12	130	83	181	74	85	75
Amadora	29	52	30	20	1	11	4	14	5	6	4
Cascais	23	83	47	41	1	10	16	13	12	9	9
Lisboa	90	195	93	115	6	41	46	58	39	32	47
Loures	43	44	65	10	1	13	3	20	4	7	2
Mafra	29	14	28	1	2	4	2	4	2	1	3
Odivelas	17	33	30	7	0	9	3	15	3	7	2
Oeiras	17	68	37	14	0	11	2	17	2	8	3
Sintra	73	113	100	29	1	21	6	27	6	10	5
Vila Franca de Xira	22	30	36	3	0	10	1	13	1	5	0
Península de Setúbal	131	231	225	53	5	54	11	74	11	36	15
Alcochete	4	4	6	2	1	1	0	1	0	1	0
Almada	31	58	42	19	2	14	3	19	3	10	6
Barreiro	16	20	21	4	1	7	1	10	2	5	1
Moita	15	8	24	0	0	6	0	8	0	2	1
Montijo	14	17	22	0	0	2	0	3	1	2	1
Palmela	11	18	28	6	0	4	3	5	3	2	2
Seixal	20	53	35	10	1	9	2	13	2	5	2
Sesimbra	11	10	15	2	0	4	0	5	0	2	0
Setúbal	9	43	32	10	0	7	2	10	0	7	2
Unit: No.	Public	Private	Public	Private	of which with less than 10 pupils	Public	Private	Public	Private	Public	Private
	Pre-primary education		1st cycle			2nd cycle		3rd cycle		Secondary education	
			Basic education								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Educação - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

Source: Ministry of Education - Office of Statistics and Planning of Education.

**Nota:** O mesmo estabelecimento é contado tantas vezes quantos os graus de ensino que ministra. A educação pré-escolar não inclui os Centros de Animação Infantil e Comunitários nem a Educação pré-escolar itinerante. No 2º ciclo, estão incluídos os estabelecimentos de Ensino Básico Mediatizado. Os estabelecimentos que ministram cursos de ensino qualificante (cursos de educação e formação) estão incluídos nos níveis de ensino equivalentes.

Também as escolas profissionais apresentadas individualmente (anteriormente consideradas na rubrica "Escolas profissionais", independentemente dos ensinos ministrados), passaram a ser incluídas nas outras tipologias de estabelecimento de educação e ensino, em consistência com o facto do ensino profissional/qualificante já não ser exclusivo das escolas profissionais, mas antes ser oferecido igualmente em escolas básicas e secundárias.

Este quadro contempla apenas informação relativa a estabelecimentos de educação e ensino tutelados pelo Ministério da Educação.

Note: One institution is counted as many times as the education levels it offers. The pre-primary education does not include child and communitarian animation centers as well as the itinerant pre-primary education. The 2nd cycle includes the Mediated Basic Education institutions. The education and training courses are included in the respective level of education.

Vocational schools formerly presented separately (and previously included in the item "Vocational schools" no matter the education level provided) are now comprised in other typologies of education and training institutions; this results from vocational/training education no longer being exclusive of vocational schools, and may now also be provided by basic and secondary education schools.

This table only comprises data concerning educational institutions under the supervision of the Ministry of Education.



## ALUNOS MATRICULADOS POR MUNICÍPIO SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO MINISTRADO E A NATUREZA INSTITUCIONAL DO ESTABELECIMENTO, 2008/2009

STUDENTS ENROLLED (IN INSTITUTIONS) BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO LEVEL OF EDUCATION PROVIDED AND NATURE OF THE INSTITUTION, 2008/2009

II.2.4	Educação pré-escolar		Ensino Básico						Ensino secundário		Ensino pós-secundário não superior	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo					
	Unidade: N.º	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público
Portugal	142 347	132 281	433 288	54 826	236 174	35 750	424 806	98 349	377 981	120 346	591	92
Continente	131 765	127 167	408 923	50 900	220 338	35 009	403 237	96 973	361 157	116 645	591	69
Lisboa	22 465	49 554	107 546	27 355	60 027	10 664	103 038	19 278	105 523	24 320	201	21
Grande Lisboa	16 412	37 829	73 335	23 860	41 001	9 619	72 867	17 244	77 830	20 148	179	21
Amadora	1 494	2 287	6 479	1 008	3 925	259	7 513	1 339	7 043	2 164	29	0
Cascais	861	5 090	5 659	4 465	3 271	2 031	5 363	3 280	6 406	2 186	16	0
Lisboa	4 906	13 584	16 165	12 443	9 812	5 178	19 734	8 857	26 051	12 623	83	21
Loures	1 893	2 398	8 257	1 078	4 446	286	6 981	770	5 217	793	16	0
Mafra	1 439	794	3 327	35	1 171	486	1 531	930	1 425	534	0	0
Odivelas	873	1 670	5 493	478	3 136	315	5 642	482	5 831	184	0	0
Oeiras	928	3 941	5 479	1 265	3 252	183	5 250	466	6 144	920	0	0
Sintra	2 976	5 277	16 854	2 472	9 158	691	15 014	918	13 237	652	16	0
Vila Franca de Xira	1 042	2 788	5 622	616	2 830	190	5 839	202	6 476	92	19	0
Península de Setúbal	6 053	11 725	34 211	3 495	19 026	1 045	30 171	2 034	27 693	4 172	22	0
Alcochete	213	262	824	29	395	0	557	0	698	0	0	0
Almada	1 392	2 881	7 174	1 197	3 886	421	6 398	506	5 857	893	0	0
Barreiro	804	1 214	3 556	266	1 980	56	3 252	60	3 813	168	0	0
Moita	697	465	3 239	0	1 692	0	2 534	117	1 175	394	0	0
Montijo	606	703	2 321	2	1 101	14	1 666	306	1 093	553	0	0
Palmela	546	870	2 833	473	1 377	215	2 051	293	1 996	359	0	0
Seixal	905	2 425	6 727	817	3 963	234	6 501	406	6 102	596	11	0
Sesimbra	459	532	2 218	92	1 240	23	1 598	145	1 110	212	0	0
Setúbal	431	2 373	5 319	619	3 392	82	5 614	201	5 849	997	11	0
Unit: No.	Public	Private	Public	Private	Public	Private	Public	Private	Public	Private	Public	Private
	Pre-primary education		1st cycle		2nd cycle		3rd cycle		Secondary education		Post-secondary non-tertiary education	
			Basic education									

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Educação - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.  
 Source: Ministry of Education - Office of Statistics and Planning of Education.

**Nota:** O ensino pós-secundário não superior inclui os cursos de especialização tecnológica sob a tutela do Ministério da Educação.  
 Os Processos de Reconhecimento de Validação de Competências (RVCC) e os Cursos de Educação e Formação de Adultos têm vindo a substituir gradualmente o ensino recorrente, pelo que as estatísticas da educação incluem, no ano lectivo 2008/2009, informação relativa a RVCC.  
 Note: Post-secondary non-tertiary education includes the specialized technological courses under the supervision of the Ministry of Education.  
 The processes of Recognition, Validation and Certification of Competences (RVCC) and the Adult Education and Training Courses have been gradually replacing the recurrent education courses, and therefore education statistics include, in the 2008/2009 academic year, information regarding these processes.

ALUNOS MATRICULADOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO MINISTRADO E A MODALIDADE DE ENSINO, 2008/2009

STUDENTS ENROLLED (IN INSTITUTIONS) BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO LEVEL OF EDUCATION PROVIDED AND MODALITY OF EDUCATION, 2008/2009

II.2.5		Ensino Básico									Ensino secundário						
		1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			Total	das quais:					
		Total	das quais:		Total	das quais:		Total	das quais:			Ensino regular			Ensino recorrente		
			Ensino regular	Ensino recorrente		Ensino regular	Ensino recorrente		Ensino regular	Ensino recorrente		Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos			
Unidade: N.º																	
Portugal		488 114	485 364	407	271 924	254 923	113	523 155	336 705	956	498 327	215 542	195 330	20 212	18 208		
Continente		459 823	457 652	0	255 347	240 345	0	500 210	317 729	125	477 802	202 079	184 532	17 547	16 576		
Lisboa		134 901	133 884	0	70 691	67 605	0	122 316	86 612	53	129 843	56 918	53 556	3 362	7 192		
Grande Lisboa		97 195	96 496	0	50 620	48 426	0	90 111	62 878	53	97 978	42 339	39 902	2 437	5 244		
Amadora		7 487	7 405	0	4 184	3 882	0	8 852	4 327	7	9 207	2 570	2 283	287	511		
Cascais		10 124	10 090	0	5 302	5 113	0	8 643	7 119	0	8 592	5 187	4 998	189	278		
Lisboa		28 608	28 336	0	14 990	14 197	0	28 591	17 937	0	38 674	13 552	13 077	475	2 084		
Loures		9 335	9 257	0	4 732	4 421	0	7 751	5 558	0	6 010	3 184	2 952	232	412		
Mafra		3 362	3 362	0	1 657	1 650	0	2 461	2 250	0	1 959	1 226	1 138	88	88		
Odivelas		5 971	5 927	0	3 451	3 340	0	6 124	4 561	0	6 015	2 846	2 707	139	301		
Oeiras		6 744	6 722	0	3 435	3 410	0	5 716	4 597	1	7 064	4 106	3 848	258	353		
Sintra		19 326	19 189	0	9 849	9 451	0	15 932	12 658	45	13 889	7 440	6 945	495	1 012		
Vila Franca de Xira		6 238	6 208	0	3 020	2 962	0	6 041	3 871	0	6 568	2 228	1 954	274	205		
Península de Setúbal		37 706	37 388	0	20 071	19 179	0	32 205	23 734	0	31 865	14 579	13 654	925	1 948		
Alcochete		853	853	0	395	387	0	557	478	0	698	547	435	112	16		
Almada		8 371	8 308	0	4 307	4 146	0	6 904	5 525	0	6 750	3 969	3 679	290	651		
Barreiro		3 822	3 730	0	2 036	1 967	0	3 312	2 357	0	3 981	2 100	2 003	97	226		
Moita		3 239	3 207	0	1 692	1 663	0	2 651	2 097	0	1 569	601	580	21	105		
Montijo		2 323	2 309	0	1 115	1 043	0	1 972	1 439	0	1 646	582	553	29	72		
Palmela		3 306	3 305	0	1 592	1 565	0	2 344	1 884	0	2 355	1 034	1 034	0	101		
Seixal		7 544	7 498	0	4 197	3 978	0	6 907	4 749	0	6 698	2 621	2 417	204	501		
Sesimbra		2 310	2 310	0	1 263	1 240	0	1 743	1 535	0	1 322	862	862	0	14		
Setúbal		5 938	5 868	0	3 474	3 190	0	5 815	3 670	0	6 846	2 263	2 091	172	262		
Unit: No.		Total	Regular education	Recurrent education	Total	Regular education	Recurrent education	Total	Regular education	Recurrent education	Total	Total	General courses/ scientific-humanistic	Technological courses	Recurrent education		
			of which			of which			of which			Regular education					
		1st cycle			2nd cycle			3rd cycle				of which					
		Basic education										Secondary education					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Educação - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.  
Source: Ministry of Education - Office of Statistics and Planning of Education.

Nota: As rubricas "Ensino regular" e "Ensino recorrente" não incluem o ensino artístico especializado e o ensino profissional/qualificante.  
Note: The items "Regular education" and "Recurrent education" do not include specialized artistic education and the professional education.

# ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PROFISSIONAL POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O NÍVEL DE FORMAÇÃO/ENSINO E A NATUREZA INSTITUCIONAL DO ESTABELECIMENTO, 2008/2009

STUDENTS ENROLLED IN THE PROFESSIONAL EDUCATION BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO LEVEL OF EDUCATION PROVIDED AND MODALITY OF EDUCATION, 2008/2009

II.2.6	Total			Nível 2 (3º ciclo do ensino básico)			Nível 3 (ensino secundário)		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
Unidade: N.º									
Portugal	94 049	54 734	39 315	611	192	419	93 438	54 542	38 896
Continente	89 798	53 647	36 151	299	10	289	89 499	53 637	35 862
Lisboa	21 955	13 243	8 712	54	10	44	21 901	13 233	8 668
Grande Lisboa	16 450	9 384	7 066	54	10	44	16 396	9 374	7 022
Amadora	1 543	822	721	0	0	0	1 543	822	721
Cascais	1 423	1 148	275	0	0	0	1 423	1 148	275
Lisboa	7 922	3 314	4 608	10	10	0	7 912	3 304	4 608
Loures	724	566	158	0	0	0	724	566	158
Mafra	461	198	263	0	0	0	461	198	263
Odivelas	873	873	0	0	0	0	873	873	0
Oeiras	1 209	644	565	44	0	44	1 165	644	521
Sintra	1 395	919	476	0	0	0	1 395	919	476
Vila Franca de Xira	900	900	0	0	0	0	900	900	0
Península de Setúbal	5 505	3 859	1 646	0	0	0	5 505	3 859	1 646
Alcochete	67	67	0	0	0	0	67	67	0
Almada	1 399	850	549	0	0	0	1 399	850	549
Barreiro	911	773	138	0	0	0	911	773	138
Moita	418	221	197	0	0	0	418	221	197
Montijo	380	194	186	0	0	0	380	194	186
Palmela	205	205	0	0	0	0	205	205	0
Seixal	813	708	105	0	0	0	813	708	105
Sesimbra	214	214	0	0	0	0	214	214	0
Setúbal	1 098	627	471	0	0	0	1 098	627	471
Unit: No.	Total	Public	Private	Total	Public	Private	Total	Public	Private
	Total			Level 2 (3rd cycle of basic education)			Level 3 (secondary education)		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Educação - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.  
Source: Ministry of Education - Office of Statistics and Planning of Education.

Nota: Os valores apresentados incluem os alunos inscritos em escolas profissionais.  
Note: Data presented include students enrolled in professional schools.

**PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE POR MUNICÍPIO SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO MINISTRADO  
E A NATUREZA INSTITUCIONAL DO ESTABELECIMENTO, 2008/2009**

TEACHING STAFF AND OTHER STAFF BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO LEVEL OF EDUCATION PROVIDED  
AND NATURE OF INSTITUTION, 2008/2009

II.2.7	Pessoal docente								Pessoal não docente do ensino não superior	
	Educação pré-escolar		Ensino básico				3º Ciclo do ensino básico e ensino secundário			
			1º Ciclo		2º Ciclo					
	Unidade: N.º	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público
Portugal	10 459	7 783	31 094	3 267	30 944	3 125	82 564	8 761	56 502	x
Continente	9 228	7 259	28 606	2 982	28 673	3 064	77 279	8 584	50 847	28 210
Lisboa	1 431	2 891	6 676	1 653	7 467	1 081	20 434	2 461	12 248	9 956
Grande Lisboa	1 071	2 224	4 564	1 426	5 230	984	14 616	2 226	8 763	8 059
Amadora	86	138	404	68	524	43	1 289	85	739	443
Cascais	71	303	334	251	361	233	1 177	515	671	1 295
Lisboa	327	784	1 072	754	1 322	505	4 586	1 204	2 769	3 441
Loures	119	139	533	59	551	28	1 342	58	857	434
Mafra	82	46	209	4	151	37	348	113	238	178
Odivelas	55	105	340	28	440	30	1 083	75	708	289
Oeiras	68	255	329	70	458	30	1 230	43	729	668
Sintra	192	316	1 006	160	1 055	63	2 552	109	1 423	993
Vila Franca de Xira	71	138	337	32	368	15	1 009	24	629	318
Península de Setúbal	360	667	2 112	227	2 237	97	5 818	235	3 485	1 897
Alcochete	10	14	47	3	41	0	148	0	81	38
Almada	88	163	447	77	446	28	1 527	105	841	540
Barreiro	52	71	201	21	248	4	721	10	431	209
Moita	38	24	210	0	225	0	446	0	350	63
Montijo	35	42	159	1	149	3	321	0	199	90
Palmela	27	49	178	33	154	25	367	75	219	180
Seixal	55	154	403	44	471	21	1 061	42	621	338
Sesimbra	26	25	139	7	152	0	321	0	212	99
Setúbal	29	125	328	41	351	16	906	3	531	340
Unit: No.	Public	Private	Public	Private	Public	Private	Public	Private	Public	Private
	Pre-primary education		1st cycle		2nd cycle		3rd cycle (basic education) and secondary education		Non teaching staff in the non-tertiary education	
			Basic education							
	Teaching staff									

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

**Fonte:** Ministério da Educação - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.  
Source: Ministry of Education - Office of Statistics and Planning of Education.

**Nota:** Os docentes com funções lectivas que leccionam simultaneamente em mais do que um ciclo de estudos são considerados, para efeitos estatísticos, como docentes do ciclo de estudos onde leccionaram o maior número de horas.

Os docentes que não estão a exercer funções lectivas e ocupam outros cargos, nomeadamente de apoio educativo ou de carácter directivo, podem ser considerados, para efeitos estatísticos, como docentes do mais elevado nível de ensino para que estão habilitados a leccionar. Assim, esporadicamente, pode acontecer que alguns municípios apresentem níveis de ensino sem estabelecimentos de ensino e sem alunos, mas com pessoal docente.

Note: Teachers who give lessons to different educational cycles are considered, for statistical purposes, as teachers of the cycle for which they have taught more hours. Teachers who do not give lessons but keep other positions, namely educational support or management activities, are considered, for statistical purposes, as teachers of the highest level for which they are qualified to. Thus, some municipalities may not present data for institutions or students, in certain education levels, but present data on teaching staff.

ESTABELECIMENTOS, ALUNOS INSCRITOS E DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR POR MUNICÍPIO SEGUNDO  
A NATUREZA INSTITUCIONAL DO ESTABELECIMENTO, 2009/2010

EDUCATIONAL INSTITUTIONS, STUDENTS ENROLLED AND TEACHING STAFF IN THE HIGHER EDUCATION  
BY MUNICIPALITY ACCORDING TO THE NATURE OF INSTITUTION, 2009/2010

II.2.8	Unidade: N.º	Estabelecimentos			Alunos matriculados			Pessoal docente		
		Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
Portugal		296	170	126	383 627	293 828	89 799	36 215	25 092	11 123
Continente		288	164	124	376 372	287 036	89 336	35 543	24 513	11 030
Lisboa		100	54	46	145 781	101 362	44 419	14 097	8 945	5 152
Grande Lisboa		88	46	42	128 328	88 055	40 273	12 203	7 771	4 432
Amadora		1	1	0	417	417	0	65	65	0
Cascais		2	1	1	2 113	1 595	518	254	152	102
Lisboa		75	39	36	120 789	83 536	37 253	11 083	7 156	3 927
Loures		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mafra		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Odivelas		1	0	1	957	0	957	162	0	162
Oeiras		5	3	2	3 424	2 253	1 171	381	224	157
Sintra		4	2	2	628	254	374	258	174	84
Vila Franca de Xira		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Península de Setúbal		12	8	4	17 453	13 307	4 146	1 894	1 174	720
Alcochete		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Almada		7	3	4	11 280	7 134	4 146	1 344	624	720
Barreiro		1	1	0	692	692	0	55	55	0
Moita		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Montijo		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmela		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seixal		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sesimbra		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setúbal		4	4	0	5 481	5 481	0	495	495	0
Unit: No.		Total	Public	Private	Total	Public	Private	Total	Public	Private
		Educational institutions			Students enrolled			Teaching staff		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.  
Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations.

## ALUNOS INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR POR ÁREA DE ESTUDO E SEXO, SEGUNDO A NUTS III, 2009/2010

STUDENTS ENROLLED IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS BY FIELD OF STUDY AND SEX ACCORDING TO NUTS III, 2009/2010

II.2.9	Sexo	Portugal	Lisboa			Students' sex	Field of study
			Total	Grande Lisboa	Península de Setúbal		
Total	HM	383 627	145 781	128 328	17 453	MF	Total
	H	179 151	70 062	60 912	9 150	M	
	M	204 476	75 719	67 416	8 303	F	
Formação de Professores/formadores e Ciências da Educação	HM	20 750	7 190	6 115	1 075	MF	Teacher training and education sciences
	H	3 577	1 164	1 027	137	M	
	M	17 173	6 026	5 088	938	F	
Artes	HM	21 086	7 408	7 139	269	MF	Arts
	H	10 026	3 145	3 060	85	M	
	M	11 060	4 263	4 079	184	F	
Humanidades	HM	13 101	6 029	5 962	67	MF	Humanities
	H	5 099	2 446	2 434	12	M	
	M	8 002	3 583	3 528	55	F	
Ciências Sociais e do Comportamento	HM	35 848	17 468	17 160	308	MF	Social and behavioural science
	H	13 227	6 721	6 661	60	M	
	M	22 621	10 747	10 499	248	F	
Informação e Jornalismo	HM	7 505	3 237	3 058	179	MF	Journalism and information
	H	2 417	972	917	55	M	
	M	5 088	2 265	2 141	124	F	
Ciências Empresarias	HM	60 118	24 297	22 543	1 754	MF	Business and administration
	H	28 254	12 137	11 443	694	M	
	M	31 864	12 160	11 100	1 060	F	
Direito	HM	18 455	7 635	7 549	86	MF	Law
	H	7 351	3 211	3 197	14	M	
	M	11 104	4 424	4 352	72	F	
Ciências da Vida	HM	10 485	3 250	2 704	546	MF	Life sciences
	H	3 570	1 164	979	185	M	
	M	6 915	2 086	1 725	361	F	
Ciências Físicas	HM	6 931	2 686	2 138	548	MF	Physical sciences
	H	3 847	1 606	1 310	296	M	
	M	3 084	1 080	828	252	F	
Matemática e Estatística	HM	2 467	1 386	1 239	147	MF	Mathematics and statistics
	H	1 133	685	611	74	M	
	M	1 334	701	628	73	F	
Informática	HM	8 193	2 937	2 584	353	MF	Computing
	H	6 546	2 365	2 104	261	M	
	M	1 647	572	480	92	F	

continua to be continued ►

## ALUNOS INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR POR ÁREA DE ESTUDO E SEXO, SEGUNDO A NUTS III, 2009/2010

## STUDENTS ENROLLED IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS BY FIELD OF STUDY AND SEX ACCORDING TO NUTS III, 2009/2010

▶ continuação continued

II.2.9							
Área de estudo	Sexo	Portugal	Lisboa			Students' sex	Field of study
			Total	Grande Lisboa	Península de Setúbal		
		N.º / No.					
Engenharia e Técnicas Afins	HM	53 374	20 401	14 869	5 532	MF	Engineering and engineering trades
	H	43 753	16 912	12 451	4 461	M	
	M	9 621	3 489	2 418	1 071	F	
Indústrias Transformadoras	HM	4 170	845	592	253	MF	Manufacturing and processing
	H	1 638	351	241	110	M	
	M	2 532	494	351	143	F	
Arquitectura e Construção	HM	27 133	10 585	8 998	1 587	MF	Architecture and building
	H	17 694	6 707	5 508	1 199	M	
	M	9 439	3 878	3 490	388	F	
Agricultura, Silvicultura e Pescas	HM	3 607	748	748	0	MF	Agriculture, forestry and fishing
	H	2 103	392	392	0	M	
	M	1 504	356	356	0	F	
Ciências Veterinárias	HM	3 417	1 303	1 303	0	MF	Veterinary
	H	1 049	417	417	0	M	
	M	2 368	886	886	0	F	
Saúde	HM	54 765	17 890	14 607	3 283	MF	Health
	H	13 274	4 285	3 513	772	M	
	M	41 491	13 605	11 094	2 511	F	
Serviços Sociais	HM	7 763	1 770	1 618	152	MF	Social services
	H	881	226	196	30	M	
	M	6 882	1 544	1 422	122	F	
Serviços Pessoais	HM	15 670	4 724	4 480	244	MF	Personal services
	H	8 892	2 658	2 489	169	M	
	M	6 778	2 066	1 991	75	F	
Serviços de Transporte	HM	412	383	383	0	MF	Transport services
	H	329	311	311	0	M	
	M	83	72	72	0	F	
Protecção do Ambiente	HM	4 974	1 596	892	704	MF	Environmental protection
	H	2 055	609	348	261	M	
	M	2 919	987	544	443	F	
Serviços de Segurança	HM	3 403	2 013	1 647	366	MF	Security services
	H	2 436	1 578	1 303	275	M	
	M	967	435	344	91	F	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.  
 Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations.

## DIPLOMADOS NO ENSINO SUPERIOR POR ÁREA DE ESTUDO E SEXO, SEGUNDO A NUTS III, 2008/2009

STUDENTS GRADUATED AT HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS BY FIELD OF STUDY AND SEX ACCORDING TO NUTS III, 2008/2009

II.2.10	Sexo	Portugal	Lisboa			Students' sex	Field of study
			Total	Grande Lisboa	Península de Setúbal		
Área de estudo							
Total	HM	76 567	26 377	23 377	3 000	MF	Total
	H	31 185	11 129	9 854	1 275	M	
	M	45 382	15 248	13 523	1 725	F	
Formação de Professores/formadores e Ciências da Educação	HM	4 716	1 295	1 114	181	MF	Teacher training and education sciences
	H	696	153	133	20	M	
	M	4 020	1 142	981	161	F	
Artes	HM	4 158	1 305	1 258	47	MF	Arts
	H	1 699	449	435	14	M	
	M	2 459	856	823	33	F	
Humanidades	HM	2 159	827	817	10	MF	Humanities
	H	769	336	335	1	M	
	M	1 390	491	482	9	F	
Ciências Sociais e do Comportamento	HM	7 543	3 336	3 284	52	MF	Social and behavioural science
	H	2 272	1 107	1 099	8	M	
	M	5 271	2 229	2 185	44	F	
Informação e Jornalismo	HM	1 523	539	480	59	MF	Journalism and information
	H	429	155	135	20	M	
	M	1 094	384	345	39	F	
Ciências Empresarias	HM	10 183	3 823	3 560	263	MF	Business and administration
	H	4 301	1 781	1 689	92	M	
	M	5 882	2 042	1 871	171	F	
Direito	HM	3 238	1 734	1 734	0	MF	Law
	H	1 228	701	701	0	M	
	M	2 010	1 033	1 033	0	F	
Ciências da Vida	HM	2 321	697	590	107	MF	Life sciences
	H	688	206	167	39	M	
	M	1 633	491	423	68	F	
Ciências Físicas	HM	1 255	398	340	58	MF	Physical sciences
	H	593	220	190	30	M	
	M	662	178	150	28	F	
Matemática e Estatística	HM	508	253	226	27	MF	Mathematics and statistics
	H	154	85	78	7	M	
	M	354	168	148	20	F	
Informática	HM	1 268	366	349	17	MF	Computing
	H	927	285	272	13	M	
	M	341	81	77	4	F	

continua to be continued ►



## DIPLOMADOS NO ENSINO SUPERIOR POR ÁREA DE ESTUDO E SEXO, SEGUNDO A NUTS III, 2008/2009

STUDENTS GRADUATED AT HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS BY FIELD OF STUDY AND SEX ACCORDING TO NUTS III, 2008/2009

► continuação continued

continuação continuado

II.2.10	Sexo	Portugal	Lisboa			Students' sex	Field of study
			Total	Grande Lisboa	Península de Setúbal		
Área de estudo							
Engenharia e Técnicas Afins	HM	8 722	2 832	2 165	667	MF	Engineering and engineering trades
	H	6 936	2 327	1 813	514	M	
	M	1 786	505	352	153	F	
Indústrias Transformadoras	HM	973	168	130	38	MF	Manufacturing and processing
	H	316	59	43	16	M	
	M	657	109	87	22	F	
Arquitectura e Construção	HM	5 323	1 667	1 545	122	MF	Architecture and building
	H	3 352	1 015	918	97	M	
	M	1 971	652	627	25	F	
Agricultura, Sívicultura e Pescas	HM	964	150	150	0	MF	Agriculture, forestry and fishing
	H	517	51	51	0	M	
	M	447	99	99	0	F	
Ciências Veterinárias	HM	507	189	189	0	MF	Veterinary
	H	144	56	56	0	M	
	M	363	133	133	0	F	
Saúde	HM	14 224	4 619	3 642	977	MF	Health
	H	3 301	1 077	834	243	M	
	M	10 923	3 542	2 808	734	F	
Serviços Sociais	HM	2 000	465	386	79	MF	Social services
	H	191	51	41	10	M	
	M	1 809	414	345	69	F	
Serviços Pessoais	HM	3 191	801	734	67	MF	Personal services
	H	1 724	421	384	37	M	
	M	1 467	380	350	30	F	
Serviços de Transporte	HM	70	67	67	0	MF	Transport services
	H	51	49	49	0	M	
	M	19	18	18	0	F	
Protecção do Ambiente	HM	979	309	169	140	MF	Environmental protection
	H	336	111	61	50	M	
	M	643	198	108	90	F	
Serviços de Segurança	HM	742	537	448	89	MF	Security services
	H	561	434	370	64	M	
	M	181	103	78	25	F	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.  
 Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations.

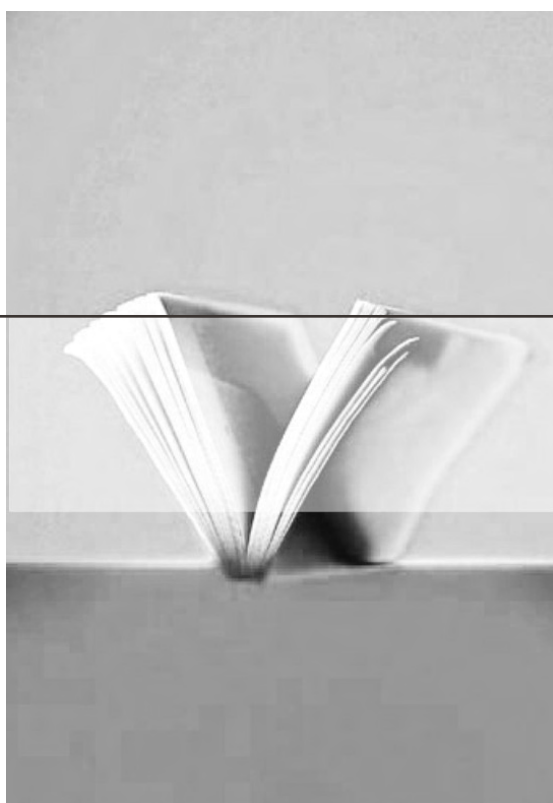
## VAGAS NO ENSINO SUPERIOR POR ÁREA DE ESTUDO, SEGUNDO A NUTS III, 2009/2010

## VACANCIES AT HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS BY FIELD OF STUDY ACCORDING TO NUTS III, 2009/2010

II.2.11	Portugal	Lisboa			Field of study
		Total	Grande Lisboa	Península de Setúbal	
Área de estudo					
Total	91 901	33 998	29 632	4 366	Total
Formação de Professores/formadores Ciências da Educação	3 601	1 259	974	285	Teacher training and education sciences
Artes	7 026	2 654	2 569	85	Arts
Humanidades	3 330	1 508	1 458	50	Humanities
Ciências Sociais e do Comportamento	7 966	3 604	3 464	140	Social and behavioural science
Informação e Jornalismo	1 983	802	732	70	Journalism and information
Ciências Empresarias	15 629	5 769	5 345	424	Business and administration
Direito	4 414	1 600	1 560	40	Law
Ciências da Vida	2 214	560	410	150	Life sciences
Ciências Físicas	1 540	650	525	125	Physical sciences
Matemática e Estatística	574	315	270	45	Mathematics and statistics
Informática	2 568	1 105	1 045	60	Computing
Engenharia e Técnicas Afins	11 202	4 435	3 287	1 148	Engineering and engineering trades
Indústrias Transformadoras	967	160	105	55	Manufacturing and processing
Arquitectura e Construção	5 026	2 065	1 790	275	Architecture and building
Agricultura, Sivicultura e Pescas	757	160	160	0	Agriculture, forestry and fishing
Ciências Veterinárias	641	195	195	0	Veterinary
Saúde	12 355	3 884	2 910	974	Health
Serviços Sociais	2 643	698	593	105	Social services
Serviços Pessoais	5 077	1 599	1 494	105	Personal services
Serviços de Transporte	100	70	70	0	Transport services
Protecção do Ambiente	1 119	280	175	105	Environmental protection
Serviços de Segurança	1 169	626	501	125	Security services

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.  
Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations.



## Cultura e Desporto

Culture and Sports



## INDICADORES DA CULTURA E DESPORTO POR MUNICÍPIO, 2009

## CULTURE AND SPORTS INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

II.3.1	Cinema		Espectáculos ao vivo		Publicações periódicas
	Espectadores por habitante	Taxa de ocupação	Espectadores por habitante	Valor médio dos bilhetes vendidos	Proporção de exemplares distribuídos gratuitamente
	N.º	%	N.º	€	%
Portugal	1,5	12,5	1,0	15,0	48,4
Continente	1,5	12,6	1,0	15,1	48,5
Lisboa	9,2	13,3	1,5	18,4	54,7
Grande Lisboa	2,8	14,1	1,8	18,8	54,3
Amadora	x	x	...	...	96,7
Cascais	x	x	0,3	32,1	91,8
Lisboa	x	x	6,2	18,0	31,6
Loures	x	x	0,4	0,0	63,2
Mafra	x	x	0,9	12,4	48,6
Odivelas	x	x	...	...	100,0
Oeiras	x	x	1,2	38,9	56,1
Sintra	x	x	0,1	13,5	84,2
Vila Franca de Xira	x	x	0,6	15,8	70,3
Península de Setúbal	2,0	11,3	0,6	8,4	80,7
Alcochete	x	x	...	...	...
Almada	x	x	0,2	7,4	58,8
Barreiro	x	x	0,1	2,9	30,9
Moita	x	x	...	...	...
Montijo	x	x	//	//	//
Palmela	x	x	1,8	6,6	100,0
Seixal	x	x	0,7	7,4	92,8
Sesimbra	x	x	...	...	92,5
Setúbal	x	x	1,2	5,4	51,2

	No.	%	No.	€	%
	Spectators per inhabitant	Occupation rate	Spectators per inhabitant	Mean value of tickets sold	Ratio of copies offered
	Cinema		Live performances		Periodicals publications

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.

Source: Statistics Portugal, Statistics of Culture, Sports and Recreation.

## INDICADORES DA CULTURA E DESPORTO POR MUNICÍPIO, 2009

## CULTURE AND SPORTS INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

► continuação continued

II.3.1	Museus, jardins zoológicos, jardins botânicos e aquários		Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por habitante			Despesa em cultura e desporto no total de despesas
	Visitantes por museu	Proporção de visitantes escolares	Total	Correntes	Capital	
	N.º	%	€			%
Portugal	35 625	22,9	93,8	68,9	24,9	11,4
Continente	36 266	23,9	94,7	69,9	24,7	11,5
Lisboa	81 254	17,8	111,4	98,1	13,3	14,1
Grande Lisboa	89 634	17,8	131,2	116,0	15,2	15,7
Amadora	2 569	36,8	31,8	22,4	9,4	5,9
Cascais	32 381	19,1	142,8	90,5	52,3	15,7
Lisboa	97 639	18,2	374,6	362,0	12,5	23,0
Loures	//	//	47,9	24,6	23,3	6,7
Mafra	94 384	31,1	63,1	49,0	14,1	8,5
Odivelas	//	//	26,4	19,1	7,3	4,9
Oeiras	26 245	33,9	93,7	78,5	15,1	12,4
Sintra	146 171	11,0	35,2	26,2	9,0	10,3
Vila Franca de Xira	19 313	52,0	18,8	18,4	0,4	3,0
Península de Setúbal	21 755	17,1	60,7	52,3	8,4	9,1
Alcochete	5 768	31,8	57,8	54,8	3,0	7,9
Almada	3 107	61,3	65,7	49,0	16,7	10,4
Barreiro	880	100,0	41,5	34,0	7,4	8,2
Moita	//	//	25,5	24,9	0,6	6,6
Montijo	//	//	147,8	129,8	18,0	21,5
Palmela	37 504	18,3	88,0	75,9	12,1	10,4
Seixal	129 004	5,3	59,9	54,7	5,1	8,6
Sesimbra	5 500	33,3	72,1	59,5	12,6	8,7
Setúbal	10 893	45,9	40,2	39,4	0,8	5,2

	No.	%	€			%
	Visitors per museum	Ratio of school visitors	Total	Current	Capital	Expenditure on culture and sports as share of total expenditures
	Museums, zoological gardens, botanical gardens and aquariums		Local administration expenditures on cultural and sports activities per inhabitant			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.

Source: Statistics Portugal, Statistics of Culture, Sports and Recreation.

**Nota:** Os valores apresentados para museus correspondem aos que, no ano de referência, cumpriam os seguintes critérios: existência de, pelo menos, uma sala ou espaço de exposição; abertura ao público, permanente ou sazonal; existência de, pelo menos, um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); existência de um orçamento e existência de um inventário.

**Note:** Data presented on museums (reference year) fulfilled the following criteria: existence of, at least, one exhibition room or space; opening for visitors, permanently or seasonally; existence of, at least one curator or advanced technician (including management staff); existence of budget and inventory.

## PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS POR MUNICÍPIO, 2009

## PERIODICAL PUBLICATIONS BY MUNICIPALITY, 2009

II.3.2	Publicações		Edições	Circulação total			Exemplares vendidos		
	Total	das quais		Total	da qual		Total	dos quais	
		Em suporte papel e electrónico simultaneamente			Jornais	Revistas		Jornais	Revistas
Unidade: N.º									
Portugal	1 910	463	33 203	681 761 965	535 944 663	133 315 480	352 078 199	251 287 813	97 728 182
Continente	1 826	434	29 491	660 104 269	515 266 836	132 440 646	339 837 569	239 406 190	97 378 872
Lisboa	934	245	12 451	540 982 610	410 959 945	122 800 885	244 888 471	151 542 504	93 187 056
Grande Lisboa	876	227	11 532	532 178 089	405 317 949	121 475 480	243 186 758	150 176 649	92 851 521
Amadora	12	5	144	637 540	...	91 390	21 036	...	20 990
Cascais	26	1	227	3 022 880	2 540 228	405 366	247 908	80 028	155 710
Lisboa	614	190	8 282	269 273 840	206 264 610	59 051 178	184 085 926	146 757 114	37 210 335
Loures	41	2	188	2 064 040	...	1 878 640	759 112	...	759 112
Mafra	7	1	43	177 600	...	40 400	91 312	...	15 280
Odivelas	10	2	97	767 850	735 000	32 050	378	0	319
Oeiras	101	16	1 612	62 052 554	31 902 851	28 964 517	27 217 737	2 863 524	24 326 377
Sintra	52	8	818	193 212 573	162 452 260	30 754 527	30 475 574	139 951	30 335 623
Vila Franca de Xira	13	2	121	969 212	710 800	257 412	287 775	260 000	27 775
Península de Setúbal	58	18	919	8 804 521	5 641 996	1 325 405	1 701 713	1 365 855	335 535
Alcochete	3	2	...	...	0	...	...	0	...
Almada	13	4	142	1 942 529	...	171 709	800 568	...	20 219
Barreiro	5	0	76	237 616	...	133 500	164 232	...	84 000
Moita	1	0	...	...	...	0	...	...	0
Montijo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmela	5	1	158	1 739 500	1 722 100	0	0	0	0
Seixal	14	5	156	3 155 696	1 187 500	449 196	228 196	0	228 196
Sesimbra	8	4	99	589 360	343 760	...	44 261	42 221	...
Setúbal	9	2	245	922 620	521 500	400 000	450 476	450 153	0
Unit: No.	Total	In both paper and electronic support	Editions	Total	Newspapers	Magazines	Total	Newspapers	Magazines
		of which			of which			of which	
	Publications			Total circulation			Copies sold		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.  
Source: Statistics Portugal, Statistics of Culture, Sports and Recreation.

Nota: As publicações periódicas são afectas ao município por morada do título da publicação.  
Note: Periodical publications are allocated to municipalities according to the address of the publication title.

## CARACTERIZAÇÃO E EXIBIÇÃO DO CINEMA POR NUTS III, 2009

## CHARACTERIZATION AND EXHIBITION OF CINEMA BY NUTS III, 2009

II.3.3	Recintos	Ecrãs	Lotação	Sessões	Espectadores	Receitas
	N.º					milhares de euros
<b>Portugal</b>	174	577	110 914	651 325	15 704 690	73 842
<b>Continente</b>	170	559	107 376	626 556	15 190 975	71 522
<b>Norte</b>	46	163	31 011	176 738	4 629 614	20 633
Minho-Lima	4	7	1 306	5 742	167 333	749
Cávado	5	20	4 239	23 263	561 495	2 404
Ave	5	16	3 002	10 084	246 796	1 117
Grande Porto	17	84	16 994	111 507	3 184 574	14 206
Tâmega	3	10	1 290	8 253	133 831	585
Entre Douro e Vouga	3	9	1 322	7 371	138 602	608
Douro	5	11	1 537	8 170	156 545	801
Alto Trás-os-Montes	4	6	1 321	2 348	40 438	162
<b>Centro</b>	52	119	23 494	108 264	2 115 272	10 414
Baixo Vouga	9	21	5 318	19 978	352 302	1 712
Baixo Mondego	3	21	3 607	28 063	563 135	2 815
Pinhal Litoral	9	17	3 695	10 358	264 485	1 329
Pinhal Interior Norte	4	4	817	596	11 569	34
Dão-Lafões	6	16	2 577	15 472	235 940	1 172
Pinhal Interior Sul	1	...	...	...	...	...
Serra da Estrela	1	...	...	...	...	...
Beira Interior Norte	3	6	871	4 540	57 406	285
Beira Interior Sul	2	...	...	...	...	...
Cova da Beira	1	...	...	...	...	...
Oeste	5	13	1 876	14 498	324 864	1 697
Médio Tejo	8	10	2 963	4 882	129 686	585
<b>Lisboa</b>	33	202	38 520	286 154	7 263 606	34 918
Grande Lisboa	24	153	27 390	224 967	5 698 045	27 453
Península de Setúbal	9	49	11 130	61 187	1 565 561	7 464
<b>Alentejo</b>	29	35	7 999	9 666	199 367	816
Alentejo Litoral	3	3	755	161	6 156	21
Alto Alentejo	5	5	1 741	151	6 638	15
Alentejo Central	9	10	2 001	1 264	22 972	75
Baixo Alentejo	8	8	2 280	454	18 802	39
Lezíria do Tejo	4	9	1 222	7 636	144 799	666
<b>Algarve</b>	10	40	6 352	45 734	983 116	4 743
<b>R. A. Açores</b>	2	...	...	...	...	...
<b>R. A. Madeira</b>	2	...	...	...	...	...

	No.					thousand euros
	Precincts	Screens	Capacity	Performances	Spectators	Box office receipts

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: ICA - Instituto do Cinema e Audiovisual.

Source: ICA - Institute for Cinema and Audiovisuals.

**Nota:** A informação respeita apenas aos Recintos que enviaram informação ao ICA - Instituto do Cinema e Audiovisual, de acordo com o projecto de informatização das bilheteiras (Decreto-Lei N.º 125/2003 de 20 de Junho).

**Note:** Data respect only the precincts that sent information to ICA - Institute for Cinema and Audiovisuals, in accordance to the project of box-office computerization (Decree-law No. 125/2003 of June 20).



## ESPECTÁCULOS AO VIVO POR MUNICÍPIO, 2009

## LIVE PERFORMANCES BY MUNICIPALITY, 2009

II.3.4	Recintos culturais		Espectáculos ao vivo			
	Número	Lotação	Sessões	Espectadores	Bilhetes vendidos	Receitas
	N.º					milhares de euros
Portugal	470	368 411	28 809	10 138 344	4 196 673	62 787
Continente	448	343 115	27 679	9 785 620	4 113 063	61 907
Lisboa	141	107 940	11 154	4 120 605	2 374 320	43 804
Grande Lisboa	114	77 748	9 516	3 633 333	2 297 165	43 156
Amadora	3	504	...	...	...	...
Cascais	9	2 602	176	52 216	38 622	1 240
Lisboa	77	64 869	7 246	3 006 910	2 093 693	37 732
Loures	1	...	137	82 525	0	0
Mafra	2	...	122	64 201	5 079	63
Odivelas	3	271	...	...	...	...
Oeiras	7	1 876	627	200 653	86 552	3 370
Sintra	8	2 124	368	46 022	26 347	356
Vila Franca de Xira	4	5 008	128	85 680	14 776	233
Península de Setúbal	27	30 192	1 638	487 272	77 155	648
Alcochete	3	9 103	...	...	...	...
Almada	8	2 249	324	38 703	24 179	179
Barreiro	2	...	121	6 860	4 390	13
Moita	4	6 807	...	...	...	...
Montijo	1	...	0	0	0	0
Palmela	4	1 001	394	115 581	4 374	29
Seixal	2	...	189	122 982	7 747	57
Sesimbra	0	0	...	...	...	...
Setúbal	3	2 974	332	154 442	8 925	48
	No.					thousand euros
	Number	Capacity	Performances	Spectators	Tickets sold	Receipts
	Cultural precincts		Live performances			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.

Source: Statistics Portugal, Statistics of Culture, Sports and Recreation.

**Nota:** A rubrica "Espectáculos ao vivo" compreende, não só os espectáculos que se realizam em recintos culturais como os que se realizam noutros recintos que não os recintos culturais.

**Note:** The item "Live performances" includes not only the ones that took place in cultural precincts, but also those that took place in other precincts.

## MUSEUS E GALERIAS DE ARTE POR MUNICÍPIO, 2009

## MUSEUMS AND ART GALLERIES BY MUNICIPALITY, 2009

II.3.5	Museus, jardins zoológicos, jardins botânicos e aquários				Galerias de arte e outros espaços			
	Número	Objectos	Visitantes		Número	Exposições	Obras expostas	Visitantes
			Total	dos quais				
				Visitantes escolares				
Unidade: N.º								
Portugal	363	24 514 818	12 931 846	2 959 922	885	7 235	282 721	8 624 673
Continente	335	24 125 136	12 148 977	2 900 276	845	6 919	271 314	8 436 435
Lisboa	81	16 863 328	6 581 539	1 172 013	279	2 059	68 622	3 438 517
Grande Lisboa	71	14 852 500	6 363 989	1 134 912	260	1 909	63 838	3 343 034
Amadora	3	39 416	7 708	2 839	3	23	834	7 795
Cascais	4	93 788	129 522	24 696	19	114	3 730	206 728
Lisboa	46	14 040 805	4 491 394	818 427	212	1 560	52 809	2 499 440
Loures	0	0	0	0	3	18	767	3 525
Mafra	3	330 784	283 153	88 085	4	34	980	248 474
Odivelas	0	0	0	0	5	61	1 268	17 297
Oeiras	3	19 757	78 736	26 670	5	58	1 659	27 036
Sintra	9	217 013	1 315 538	144 066	4	21	1 080	312 092
Vila Franca de Xira	3	110 937	57 938	30 129	5	20	711	20 647
Península de Setúbal	10	2 010 828	217 550	37 101	19	150	4 784	95 483
Alcochete	1	14 447	5 768	1 834	1	...	...	...
Almada	2	229 891	6 214	3 809	6	50	1 815	20 085
Barreiro	1	782	880	880	0	0	0	0
Moita	0	0	0	0	1	...	...	...
Montijo	0	0	0	0	1	...	...	...
Palmela	1	169 474	37 504	6 881	2	...	...	...
Seixal	1	124 617	129 004	6 867	2	...	...	...
Sesimbra	1	51 175	5 500	1 829	1	...	...	...
Setúbal	3	1 420 442	32 680	15 001	5	35	639	17 863
Unit: No.	Number	Objects	Total	School visitors	Number	Exhibitions	Pieces exhibited	Visitors
				of which				
			Visitors					
	Museums, zoological gardens, botanical gardens and aquariums					Art galleries and other temporary exhibition spaces		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.

Source: Statistics Portugal, Statistics of Culture, Sports and Recreation.

Nota: Os valores apresentados correspondem aos museus que, no ano de referência, cumpriam os seguintes critérios: existência de, pelo menos, uma sala ou espaço de exposição; abertura ao público, permanente ou sazonal; existência de, pelo menos, um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); existência de um orçamento e existência de um inventário.

Para as galerias de arte, que não dispõem de controlo de entradas, não se apresentam valores nos visitantes, uma vez que não lhes foi possível estimar os mesmos.

Note: Data presented on museums (reference year) fulfilled the following criteria: existence of, at least, one exhibition room or space; opening for visitors, permanently or seasonally; existence of, at least one curator or advanced technician (including management staff); existence of budget and existence of inventory.

Some art galleries have no entrance control and are unable to estimate values, making results for number of visitors unavailable.

## DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS EM ACTIVIDADES CULTURAIS E DE DESPORTO POR MUNICÍPIO, 2009

## LOCAL ADMINISTRATION EXPENDITURES ON CULTURAL AND SPORTS ACTIVITIES BY MUNICIPALITY, 2009

II.3.6	Total de despesas	Despesas correntes										
		Total	das quais									
			Património		Publicações e literatura		Música	Artes cénicas	Actividades socio-culturais	Recintos culturais	Jogos e desportos	
			Total	Museus	Total	Bibliotecas					Total	Recintos
Unidade: milhares de euros												
Portugal	997 704	732 768	81 935	60 078	136 035	121 406	48 252	23 558	79 375	18 520	201 097	42 334
Continente	959 954	709 016	80 467	58 953	134 201	120 120	45 509	22 169	75 009	18 024	194 289	42 112
Lisboa	314 799	277 204	45 240	40 391	90 180	86 240	4 903	9 023	18 037	3 433	31 791	6 082
Grande Lisboa	266 614	235 666	40 652	37 553	84 195	81 835	3 102	6 586	13 322	1 906	18 195	3 628
Amadora	5 455	3 846	23	23	398	398	47	20	1 005	53	1 014	276
Cascais	26 983	17 104	1 168	1 147	664	122	1 510	804	4 508	17	3 952	813
Lisboa	181 557	175 481	34 790	32 725	78 344	77 930	599	4 579	3 420	0	3 247	628
Loures	9 310	4 789	801	792	484	444	53	65	1 289	24	1 271	663
Mafra	4 542	3 524	36	7	158	68	248	51	61	37	1 965	476
Odivelas	4 091	2 962	116	33	558	360	37	0	243	23	633	162
Oeiras	16 140	13 531	355	9	999	183	0	865	1 766	203	1 977	0
Sintra	15 843	11 795	2 365	1 830	1 756	1 519	364	191	997	1 501	3 885	523
Vila Franca de Xira	2 694	2 634	996	987	834	811	245	12	33	48	250	87
Península de Setúbal	48 185	41 537	4 589	2 838	5 984	4 406	1 801	2 437	4 715	1 527	13 597	2 454
Alcochete	1 029	975	204	160	281	165	89	24	26	228	0	0
Almada	10 911	8 140	627	431	560	544	60	1 236	1 154	628	2 522	1 008
Barreiro	3 223	2 644	258	16	478	333	613	72	317	7	676	270
Moita	1 828	1 784	103	0	509	163	88	178	409	55	433	204
Montijo	6 136	5 390	254	254	667	646	41	42	137	26	668	0
Palmela	5 573	4 808	651	0	819	720	47	181	1 335	246	1 151	459
Seixal	10 604	9 693	1 212	1 212	1 323	1 007	357	150	368	202	5 817	0
Sesimbra	3 856	3 180	427	143	474	339	441	288	517	0	615	149
Setúbal	5 025	4 922	852	621	873	490	66	267	451	137	1 715	364
Unit: thousand euros	Total expenditures	Total	Total	Museums	Total	Libraries	Music	Performing arts	Socio-cultural activities	Cultural precincts	Total	Precincts
			Cultural heritage		Books and publications						Games and sports	
			of which									
		Current expenditures										

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.

Source: Statistics Portugal, Statistics of Culture, Sports and Recreation.

Nota: A rubrica "O total das despesas" não corresponde à soma das partes, uma vez que não se publicam valores de outros domínios culturais.

Note: The item "Total expenditures" does not correspond to the addition of the parts, since information published does not cover all cultural domains.

DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS EM ACTIVIDADES CULTURAIS E DE DESPORTO POR MUNICÍPIO, 2009

LOCAL ADMINISTRATION EXPENDITURES ON CULTURAL AND SPORTS ACTIVITIES BY MUNICIPALITY, 2009

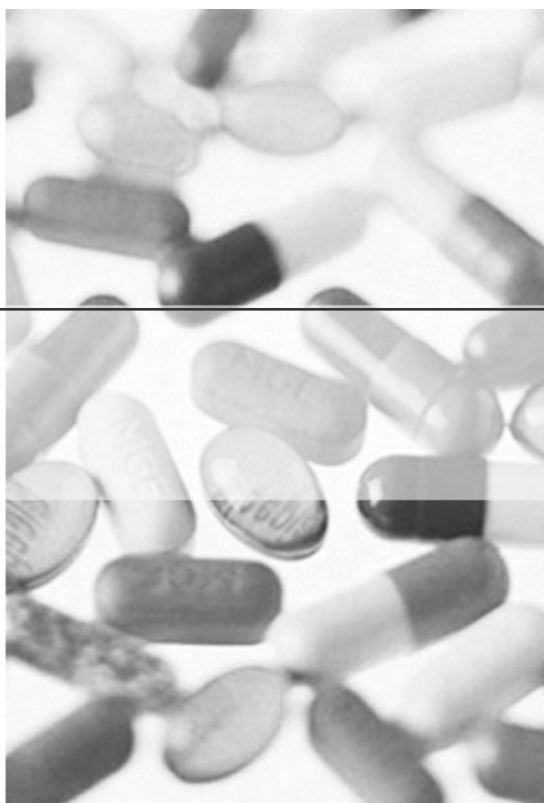
▶ continuação continued

II.3.6	Total de despesas	Despesas de capital														
		Total	das quais													
			Património		Publicações e literatura		Música	Artes cénicas	Actividades socio-culturais	Recintos culturais	Jogos e desportos					
			Total	Museus	Total	Bibliotecas					Total	Recintos				
Unidade: milhares de euros																
Portugal	997 704	264 936	37 671	17 223	15 724	14 064	3 142	578	12 453	41 461	146 825	117 497				
Continente	959 954	250 938	36 724	16 717	15 147	13 517	2 564	557	9 156	39 772	141 237	113 784				
Lisboa	314 799	37 596	10 016	6 026	1 962	1 839	66	65	1 976	2 899	19 647	17 316				
Grande Lisboa	266 614	30 948	8 724	5 075	1 067	1 004	13	65	1 670	1 952	16 505	15 029				
Amadora	5 455	1 610	6	6	724	724	0	0	26	362	421	395				
Cascais	26 983	9 879	3 487	3 406	94	59	0	13	434	198	5 485	5 479				
Lisboa	181 557	6 076	2 278	503	89	76	0	0	661	1 304	1 287	472				
Loures	9 310	4 520	180	20	32	17	12	52	365	0	3 860	3 860				
Mafra	4 542	1 017	8	1	75	75	0	0	0	55	879	879				
Odivelas	4 091	1 130	0	0	0	0	0	0	0	0	1 130	1 083				
Oeiras	16 140	2 610	1 456	5	0	0	0	0	35	0	881	791				
Sintra	15 843	4 048	1 301	1 132	1	1	0	0	150	33	2 562	2 071				
Vila Franca de Xira	2 694	59	8	3	52	52	0	0	0	0	0	0				
Península de Setúbal	48 185	6 648	1 292	950	895	835	54	0	306	946	3 142	2 286				
Alcochete	1 029	53	26	1	15	0	3	0	1	9	0	0				
Almada	10 911	2 771	25	25	517	517	21	0	202	289	1 718	1 464				
Barreiro	3 223	579	130	0	0	0	0	0	100	6	344	171				
Moita	1 828	44	0	0	44	22	0	0	0	0	0	0				
Montijo	6 136	746	470	470	47	23	0	0	0	99	131	78				
Palmela	5 573	765	3	0	37	37	0	0	0	491	222	170				
Seixal	10 604	911	406	406	224	224	0	0	4	49	227	227				
Sesimbra	3 856	675	192	10	0	0	30	0	0	0	453	130				
Setúbal	5 025	103	39	39	12	12	0	0	0	5	47	47				
Unit: thousand euros	Total expenditures	Total	Total	Museums	Total	Libraries	Music	Performing arts	Socio-cultural activities	Cultural precincts	Total	Precincts				
			Cultural heritage		Books and publications						Games and sports					
			of which													
			Capital expenditures													

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.  
Source: Statistics Portugal, Statistics of Culture, Sports and Recreation.

Nota: A rubrica "O total das despesas" não corresponde à soma das partes, uma vez que não se publicam valores de outros domínios culturais.  
Note: The item "Total expenditures" does not correspond to the addition of the parts, since information published does not cover all cultural domains.



Saúde

---

Health



## INDICADORES DE SAÚDE POR MUNICÍPIO, 2008 E 2009

## HEALTH INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2008 AND 2009

II.4.1	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Internamentos por 1000 habitantes	Intervenções de grande e média cirurgia por dia nos estabelecimentos de saúde ⊥	Consultas por habitante	Camas (lotação praticada) por 1000 habitantes nos estabelecimentos de saúde	Taxa de ocupação de camas nos estabelecimentos de saúde
	N.º							%
	2009			2008				
Portugal	5,6	3,8	0,3	116,6	2 420,1	4,5	3,4	77,0
Continente	5,5	3,8	0,3	116,4	2 360,3	4,5	3,2	77,0
Lisboa	5,9	5,4	0,3	136,0	747,4	4,4	4,0	79,5
Grande Lisboa	6,6	6,5	0,3	158,8	646,3	4,6	4,8	79,6
Amadora	4,8	3,0	0,2	...	...	...	...	...
Cascais	3,5	6,8	0,2	83,2	21,3	3,0	2,4	81,1
Lisboa	19,8	16,3	0,6	489,7	503,9	10,4	13,7	76,8
Loures	1,4	3,6	0,2	...	...	...	...	...
Mafra	1,3	1,6	0,2	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0
Odivelas	2,0	2,4	0,2	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0
Oeiras	3,8	8,6	0,3	...	...	...	...	...
Sintra	1,4	1,7	0,1	4,4	0,0	1,9	2,5	88,9
Vila Franca de Xira	3,3	1,3	0,2	72,7	10,2	2,7	1,5	93,7
Península de Setúbal	4,1	2,4	0,2	...	...	...	...	...
Alcochete	1,5	1,9	0,2	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0
Almada	6,9	3,7	0,2	156,2	34,2	5,1	3,5	86,6
Barreiro	7,6	2,6	0,3	...	...	...	...	...
Moita	1,8	0,9	0,2	0,0	0,0	2,8	0,0	0,0
Montijo	3,5	2,2	0,3	45,9	2,8	2,9	1,7	73,1
Palmela	1,4	2,1	0,2	0,0	0,0	3,0	0,0	0,0
Seixal	1,5	1,4	0,2	0,0	0,0	3,5	0,0	0,0
Sesimbra	1,2	1,2	0,1	0,0	0,0	2,4	0,0	0,0
Setúbal	6,6	3,6	0,2	...	...	...	...	...
	2009			2008				
	No.							%
	Nurses per 1000 inhabitants	Physicians per 1000 inhabitants	Pharmacies and mobile medicine depots per 1000 inhabitants	Hospitalisations per 1000 inhabitants	Major and medium surgeries per day in health establishments ⊥	Medical appointments per inhabitant	Beds (practised allotment) per 1000 inhabitants at health establishments	Annual bed-occupancy rate in health establishments

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias, Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde, Estatísticas Demográficas, Estimativas Provisórias de População Residente, aferidas dos resultados definitivos dos Censos 2001, ajustados com as taxas de cobertura.

Source: Statistics Portugal, Statistics on health establishments, Health personnel statistics, Pharmacies' statistics Demographic Statistics, Provisional Estimates of Resident Population, recomputed from the final results of the Census 2001 and adjusted to coverage ratios.

Nota: O número de médicos por 1000 habitantes é apresentado por local de residência. O número de enfermeiros por 1000 habitantes é apresentado por local de actividade.

A partir de 2008, as estatísticas de intervenções cirúrgicas referem-se exclusivamente a hospitais.

Note: Figures on physicians per 1000 inhabitants have considered the place of residence. Figures on nurses per 1000 inhabitants have considered the place of occupational activity.

From 2008 on, statistics on surgeries refer exclusively to hospitals.

## INDICADORES DE SAÚDE POR MUNICÍPIO, 2008 E 2009

## HEALTH INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2008 AND 2009

► continuação continued

II.4.1	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2005/2009)	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2005/2009)	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Taxa de mortalidade por tumores malignos	Taxa de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória
	2009				2008
Unidade: ‰					
Portugal	3,4	2,2	3,1	2,3	0,3
Continente	3,4	2,2	3,1	2,3	0,3
Lisboa	3,7	2,4	3,2	2,4	0,4
Grande Lisboa	4,0	2,7	3,3	2,5	0,3
Amadora	4,7	2,6	2,9	2,4	0,2
Cascais	3,5	2,2	3,3	2,6	0,5
Lisboa	4,3	3,1	5,9	3,8	0,4
Loures	5,2	3,6	3,0	2,3	0,5
Mafra	3,1	2,3	2,6	2,0	0,2
Odivelas	3,5	2,1	2,3	1,9	0,4
Oeiras	2,7	1,8	2,7	2,4	0,3
Sintra	4,1	2,8	1,9	1,5	0,2
Vila Franca de Xira	3,3	2,1	2,7	1,9	0,2
Península de Setúbal	2,9	1,7	2,8	2,1	0,4
Alcochete	6,2	4,4	2,2	1,9	0,4
Almada	2,4	1,1	3,6	2,6	0,4
Barreiro	3,3	2,3	2,9	2,7	0,5
Moita	2,0	1,0	2,5	1,9	0,4
Montijo	1,3	0,7	4,1	2,5	0,5
Palmela	3,1	1,9	2,9	2,2	0,4
Seixal	3,1	2,2	2,1	1,4	0,3
Sesimbra	3,7	2,0	2,3	2,0	0,1
Setúbal	3,2	1,5	2,6	2,3	0,4
Unit: ‰	2009				2008
	Quinquennial infant mortality rate (2005/2009)	Quinquennial neonatal mortality rate (2005/2009)	Mortality rate due to circulatory system diseases	Mortality rate due to malignant neoplasms	Incidence rate of notifiable diseases

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Óbitos por Causas de Morte, Casos Notificados de Doenças de Declaração Obrigatória, Estatísticas Demográficas, Estimativas Provisórias de População Residente, aferidas dos resultados definitivos dos Censos 2001, ajustados com as taxas de cobertura.

Source: Statistics Portugal, Morbidity by cause of death, Morbidity by cause of death, Demographic Statistics, Provisional Estimates of Resident Population, recomputed from the final results of the Census 2001 and adjusted to coverage ratios.

Nota: A rubrica "Taxa de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória" não inclui as notificações de infeções por VIH.  
Note: The item "Incidence rate of notifiable diseases" excludes registrations of HIV infections.



## HOSPITAIS POR MUNICÍPIO, 2008

## HOSPITALS BY MUNICIPALITY, 2008

II.4.2	Hospitais			Equipamento		Movimento de internados		Pessoal ao serviço			
	Total	Oficiais	Privados	Camas	Salas de operação	Internamentos	Dias de internamento	Total	Médico	Enfermeiro	Outro
Unidade: N.º											
Portugal	189	92	97	35 762	835	1 232 167	10 100 643	120 103	21 100	32 965	66 038
Continente	174	88	86	32 580	804	1 177 048	9 182 688	112 976	20 353	31 214	61 409
Lisboa	55	24	31	11 228	309	382 598	3 259 045	42 434	8 345	11 305	22 784
Grande Lisboa	49	20	29	9 766	277	322 031	2 837 810	35 843	7 224	9 208	19 411
Amadora	2	1	1	...	...	...	...	...	...	...	...
Cascais	4	1	3	442	10	15 611	130 834	1 583	192	356	1 035
Lisboa	34	16	18	6 796	233	242 214	1 903 966	28 594	5 328	7 673	15 593
Loures	1	0	1	...	...	...	...	...	...	...	...
Mafra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras	3	1	2	...	...	...	...	...	...	...	...
Sintra	4	0	4	1 099	0	1 937	356 521	607	32	102	473
Vila Franca de Xira	1	1	0	205	4	10 266	70 096	770	156	251	363
Península de Setúbal	6	4	2	...	...	...	...	...	...	...	...
Alcochete	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Almada	1	1	0	585	12	25 954	185 013	2 475	467	873	1 135
Barreiro	2	1	1	...	...	...	...	...	...	...	...
Moita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Montijo	1	1	0	71	2	1 898	18 935	276	23	83	170
Palmela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seixal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sesimbra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setúbal	2	1	1	...	...	...	...	...	...	...	...
Unit: No.	Total	Official	Private	Beds	Surgery rooms	Hospitalisations	Days of hospitalisation	Total	Medical	Nurse	Other
	Hospitals			Equipment		In-patient flow		Personnel employed			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Hospitais.  
Source: Statistics Portugal, Hospital Survey.

**Nota:** Os dados da rubrica "Pessoal ao serviço" são apresentados por local de actividade.

Por harmonização com a correspondente informação de centros de saúde, cujo inquérito sofreu alterações metodológicas em 2008, a rubrica "Pessoal ao serviço - De enfermagem" anteriormente divulgada, foi substituída pela rubrica "Pessoal ao serviço - Enfermeiro" ao serviço nos hospitais.

Note: Data on the item "Personnel employed" are presented by location of activity. In line with the relevant information from official clinics, whose survey had been methodological changes in 2008, the item "Personnel employed - Nursing" previously released, has been replaced by "Personnel employed - Nurse" working in hospitals.

## CONSULTAS EXTERNAS NOS HOSPITAIS, SEGUNDO A ESPECIALIDADE POR MUNICÍPIO, 2008

## EXTERNAL APPOINTMENTS IN HOSPITALS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO THE SPECIALTY, 2008

II.4.3	Unidade: N.º	Total	Especialidade								
			Cirurgia Geral	Ginecologia	Medicina Interna	Oftalmologia	Ortopedia	Otorrinolaringologia	Pediatria Médica	Psiquiatria	Outras
Portugal		15 572 901	1 136 678	873 885	880 966	1 182 694	1 412 718	795 258	613 300	546 983	8 130 419
Continente		14 957 738	1 093 894	841 588	846 092	1 133 308	1 377 554	765 788	583 785	517 411	7 798 318
Lisboa		5 048 477	287 771	236 840	222 544	401 242	414 505	240 809	193 754	147 549	2 903 463
Grande Lisboa		4 308 899	241 820	206 586	197 926	347 476	353 950	206 281	175 258	115 460	2 464 142
Amadora		...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Cascais		139 183	13 235	6 973	3 942	5 601	34 178	4 140	8 515	62	62 537
Lisboa		3 566 520	187 475	159 720	154 350	286 742	260 538	159 191	136 233	91 775	2 130 496
Loures		...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Mafra		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Odivelas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras		32 816	777	1 195	4 178	1 719	1 967	1 718	1 028	1 106	19 128
Sintra		6 702	0	17	0	0	0	0	0	3 491	3 194
Vila Franca de Xira		70 381	11 575	4 649	5 881	0	11 170	0	3 203	0	33 903
Península de Setúbal		...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Alcochete		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Almada		233 510	14 277	10 514	8 286	11 399	16 254	11 891	8 071	7 177	145 641
Barreiro		...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Moita		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Montijo		16 761	6 662	0	3 097	0	0	0	0	0	7 002
Palmela		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seixal		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sesimbra		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setúbal		...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Unit: No.		Total	General Surgery	Gynaecology	Internal Medicine	Ophthalmology	Orthopaedics	Otorhinolaryngology	Medical paediatrics	Psychiatry	Others
			Speciality								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Hospitais.  
 Source: Statistics Portugal, Hospital Survey.

## CENTROS DE SAÚDE E SUAS EXTENSÕES POR MUNICÍPIO, 2008

## OFFICIAL CLINICS AND EXTENSIONS BY MUNICIPALITY, 2008

II.4.4	Total	Com internamento	Sem internamento	Extensões	Camas	Internamentos	Dias de internamento	Pessoal ao serviço			
								Total	Médicos	Enfermeiro	Outro
Unidade: N.º											
Portugal	377	34	343	1 760	583	6 647	112 234	30 580	7 346	8 867	14 367
Continente	346	19	327	1 620	253	2 150	46 919	27 296	7 062	7 808	12 426
Lisboa	54	0	54	148	0	0	0	6 292	1 893	1 720	2 679
Grande Lisboa	38	0	38	98	0	0	0	4 460	1 387	1 173	1 900
Amadora	3	0	3	4	0	0	0	341	112	86	143
Cascais	2	0	2	4	0	0	0	390	134	112	144
Lisboa	17	0	17	26	0	0	0	1 575	489	364	722
Loures	2	0	2	16	0	0	0	379	117	115	147
Mafra	1	0	1	12	0	0	0	154	32	44	78
Odivelas	2	0	2	9	0	0	0	255	73	74	108
Oeiras	2	0	2	4	0	0	0	390	145	103	142
Sintra	6	0	6	17	0	0	0	728	216	205	307
Vila Franca de Xira	3	0	3	6	0	0	0	248	69	70	109
Península de Setúbal	16	0	16	50	0	0	0	1 832	506	547	779
Alcochete	1	0	1	4	0	0	0	47	9	15	23
Almada	3	0	3	11	0	0	0	403	124	123	156
Barreiro	2	0	2	4	0	0	0	206	54	61	91
Moita	2	0	2	2	0	0	0	164	40	50	74
Montijo	1	0	1	4	0	0	0	92	27	27	38
Palmela	1	0	1	10	0	0	0	131	35	41	55
Seixal	3	0	3	6	0	0	0	361	109	110	142
Sesimbra	1	0	1	2	0	0	0	113	25	33	55
Setúbal	2	0	2	7	0	0	0	315	83	87	145
Unit: No.	Total	With in-patient system	Without in-patient system	Official clinic peripheral units	Beds	Hospitalisations	Days of hospitalisation	Total	Medical	Nurse	Other
								Personnel employed			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Centros de Saúde.  
Source: Statistics Portugal, Official clinics' survey.

Nota: O pessoal ao serviço é apresentado por local de actividade. O número de camas refere-se à lotação praticada. O número de internamentos resulta da soma entre os doentes entrados durante o ano – cada doente pode ter dado entrada no serviço de internamento do centro de saúde uma ou mais vezes durante o ano – e os doentes transitados do ano anterior.

A partir de 2008, o Inquérito aos Centros de Saúde sofreu alterações metodológicas. Devido a estas alterações metodológicas, a informação relativa a "Pessoal de enfermagem" foi substituída pela de "Pessoal ao serviço - Enfermeiro" ao serviço nos centros de saúde.

Note: Data on personnel employed is presented by location of activity. Data on beds is referred to the allotment practiced. Data on hospitalisations result from adding up new arrivals of in-patients in the year – each patient may have been hospitalised more than once during the year – to in-patients carried over from the preceding year. From 2008 on, methodological changes were introduced in the Official Clinic Survey. Due to this methodological changes, the information relating to "Nursing staff" has been replaced by "Nurses" working in official clinics.

CONSULTAS MÉDICAS NOS CENTROS DE SAÚDE SEGUNDO A ESPECIALIDADE POR MUNICÍPIO, 2008

MEDICAL APPOINTMENTS IN OFFICIAL CLINICS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO THE SPECIALTY, 2008

II.4.5	Total	Especialidade									
		Medicina Geral e Familiar / Clínica Geral	Medicina Dentária / Estomatologia	Ginecologia / Obstetrícia ⊥	Oftalmologia	Otorrinolaringologia	Planeamento familiar	Pneumologia	Saúde do Recém-Nascido, da Criança e do Adolescente ⊥	Saúde Materna ⊥	Outras especialidades
Unidade: N.º											
Portugal	31 710 698	26 410 536	134 152	23 588	69 078	11 175	919 658	108 744	3 177 119	570 721	285 927
Continente	31 008 434	25 926 579	94 919	17 117	65 992	7 743	893 736	106 475	3 086 387	556 738	252 748
Lisboa	7 461 056	5 953 630	44 352	11 751	60 526	7 743	226 378	33 820	821 133	164 806	136 917
Grande Lisboa	4 963 010	3 938 013	34 831	8 699	57 208	4 368	147 008	26 074	525 007	109 539	112 263
Amadora	443 263	349 802	0	2 288	0	0	13 733	3 274	50 175	11 959	12 032
Cascais	431 567	354 652	641	0	0	0	10 843	4 651	49 742	7 012	4 026
Lisboa	1 596 424	1 226 060	20 406	2 362	55 048	3 014	42 434	14 338	129 435	31 589	71 738
Loures	456 596	372 470	3 606	1 934	0	0	15 228	0	44 474	11 087	7 797
Mafra	176 199	148 593	493	0	0	0	5 886	0	16 098	3 961	1 168
Odivelas	287 065	235 343	4 140	0	0	0	10 254	0	26 568	8 619	2 141
Oeiras	417 147	338 655	1 845	2 046	2 160	0	15 357	0	43 971	8 770	4 343
Sintra	843 159	659 778	3 700	69	0	1 354	26 695	2 055	120 773	21 737	6 998
Vila Franca de Xira	311 590	252 660	0	0	0	0	6 578	1 756	43 771	4 805	2 020
Península de Setúbal	2 498 046	2 015 617	9 521	3 052	3 318	3 375	79 370	7 746	296 126	55 267	24 654
Alcochete	35 211	28 682	0	0	0	0	1 003	0	4 610	698	218
Almada	609 042	474 553	2 619	569	3 318	3 375	20 235	2 940	80 132	14 966	6 335
Barreiro	254 238	212 281	1 433	0	0	0	6 858	1 044	27 845	4 777	0
Moita	201 932	164 167	0	0	0	0	6 493	0	25 854	5 418	0
Montijo	102 159	82 264	0	0	0	0	3 272	0	13 329	2 975	319
Palmela	186 296	150 834	397	0	0	0	4 539	0	23 353	3 573	3 600
Seixal	607 049	502 579	0	0	0	0	21 720	2 431	66 772	10 652	2 895
Sesimbra	125 170	107 000	0	0	0	0	2 988	0	12 050	2 972	160
Setúbal	376 949	293 257	5 072	2 483	0	0	12 262	1 331	42 181	9 236	11 127
Unit: No.	Total	Family and General Medicine / General Practice	Dental Medicine / Stomatology	Gynae-cology / Obstetrics ⊥	Ophthalmology	Otorhinolaryngology	Family planning	Pneumology	Health of Newborn, Child and Adolescent ⊥	Maternal Health ⊥	Other specialities
		Medical specialities									

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Centros de Saúde.  
Source: Statistics Portugal, Official clinics' survey.

Nota: A rubrica "Medicina Geral e Familiar / Clínica Geral" inclui as consultas complementares.  
Note: The item "Family and General Medicine / General Practice" includes complementary appointments.

## FARMÁCIAS E POSTOS FARMACÊUTICOS MÓVEIS POR MUNICÍPIO, 2009

## PHARMACIES AND MOBILE MEDICINE DEPOTS BY MUNICIPALITY, 2009

II.4.6	Unidade: N.º				
	Farmácias e postos farmacêuticos móveis	Farmácias	Postos farmacêuticos móveis	Farmacêuticos de oficina	Profissionais de farmácia
Portugal	3 046	2 803	243	7 467	4 679
Continente	2 914	2 693	221	7 222	4 464
Lisboa	778	773	5	1 845	1 166
Grande Lisboa	602	600	2	1 303	807
Amadora	40	40	0	62	113
Cascais	43	43	0	9	60
Lisboa	289	289	0	155	134
Loures	43	43	0	857	191
Mafra	15	13	2	15	19
Odivelas	33	33	0	77	0
Oeiras	46	46	0	34	60
Sintra	66	66	0	88	183
Vila Franca de Xira	27	27	0	6	47
Península de Setúbal	176	173	3	542	359
Alcochete	3	3	0	7	3
Almada	41	41	0	149	105
Barreiro	21	21	0	64	68
Moita	14	14	0	45	17
Montijo	11	11	0	29	38
Palmela	15	14	1	32	15
Seixal	33	33	0	101	50
Sesimbra	8	8	0	28	23
Setúbal	30	28	2	87	40
Unit: No.					
	Pharmacies and mobile medicine depots	Pharmacies	Mobile medicine depots	Laboratory pharmacists	Pharmacy professionals

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Farmácias, Estatísticas do Pessoal de Saúde.  
Source: Statistics Portugal, Pharmacies Statistics, Health personnel statistics.

Nota: A rubrica "Farmacêuticos de oficina" é apresentada por local de actividade. A rubrica "Profissionais de farmácia" é apresentada por local de residência e inclui ajudantes técnicos, ajudantes e praticantes de farmácia.

Note: The item "Laboratory pharmacists" consider the place of occupational activity. The item "Pharmacy professionals" consider the place of residence and include technical assistants, pharmacy assistants and apprentices.

MÉDICOS POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO A ESPECIALIDADE POR MUNICÍPIO, 2009

PHYSICIANS BY MUNICIPALITY OF RESIDENCE AND ACCORDING TO THE SPECIALITY, 2009

II.4.7	Unidade: N.º											
	Total	Não especialistas	Especialistas	Cirurgia Geral	Estomatologia	Ginecologia e Obstetrícia	Medicina Geral e Familiar	Oftalmologia	Ortopedia	Pediatria	Psiquiatria	Outras especialidades
Portugal	40 095	15 061	28 907	1 477	677	1 485	5 160	868	956	1 542	929	15 813
Continente	38 925	14 615	28 072	1 431	664	1 438	5 015	846	926	1 501	909	15 342
Lisboa	15 171	5 257	11 442	602	315	577	1 403	415	339	637	404	6 750
Grande Lisboa	13 266	4 546	10 078	541	284	518	1 101	383	285	566	380	6 020
Amadora	504	212	319	21	5	14	60	17	8	16	8	170
Cascais	1 285	426	994	66	28	32	134	27	44	50	22	591
Lisboa	7 840	2 403	6 328	317	184	340	557	253	159	365	278	3 875
Loures	702	252	520	25	21	30	77	19	22	33	17	276
Mafra	117	50	81	7	1	5	15	1	2	2	2	46
Odivelas	373	217	174	11	6	13	40	8	2	11	7	76
Oeiras	1 483	507	1 117	64	31	65	109	39	34	62	34	679
Sintra	773	383	445	22	8	15	82	19	11	20	10	258
Vila Franca de Xira	189	96	100	8	0	4	27	0	3	7	2	49
Península de Setúbal	1 905	711	1 364	61	31	59	302	32	54	71	24	730
Alcochete	34	14	21	1	1	2	3	0	0	2	0	12
Almada	618	225	452	10	12	22	92	8	17	22	7	262
Barreiro	201	75	152	13	4	3	43	2	2	9	1	75
Moita	67	30	42	1	0	1	12	2	1	2	0	23
Montijo	91	35	63	4	0	3	13	3	3	2	0	35
Palmela	132	48	97	0	3	7	15	2	8	3	2	57
Seixal	250	103	164	5	3	10	45	3	5	11	2	80
Sesimbra	64	28	42	0	1	0	14	1	2	0	4	20
Setúbal	448	153	331	27	7	11	65	11	16	20	8	166
Unit: No.												
	Total	Non- specialists	Specialists	General surgery	Stomatology	Gynaecology and Obstetrics	Family and General Medicine	Ophthalmology	Orthopaedics	Paediatrics	Psychiatry	Other specialities

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Pessoal da Saúde.  
Source: Statistics Portugal, Health Personnel Statistics.

Nota: O total de médicos não corresponde à soma dos médicos especialistas com os não especialistas porque os médicos especialistas são contados tantas vezes quantas as especialidades que exercem.  
Note: The total of physicians does not correspond to the adding of specialists to non-specialists, since one single physician is counted as many times as medical specialillies he/she is practicing.



## Mercado de Trabalho

---

Labour Market





## INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO POR NUTS II, 2009

## LABOUR MARKET INDICATORS BY NUTS II, 2009

II.5.1	Taxa de desemprego			Proporção de desemprego de longa duração	Activos com pelo menos a escolaridade obrigatória no total da população	Quadros superiores e especialistas no total de empregados
	Total	Mulheres	15-24 anos			
Unidade: %						
Portugal	9,5	10,2	20,0	46,5	43,4	16,0
Continente	9,6	10,3	20,2	46,5	43,9	16,3
Norte	11,0	12,4	21,9	49,2	35,9	15,2
Centro	6,9	7,2	16,0	45,1	41,4	11,5
Lisboa	9,8	9,9	19,2	47,1	56,0	22,1
Alentejo	10,5	11,9	23,6	40,0	43,1	15,7
Algarve	10,3	11,5	24,6	34,7	48,2	18,5
R. A. Açores	6,7	8,0 \$	15,9 \$	41,7	30,7	9,8
R. A. Madeira	7,6	6,1 \$	19,7 \$	48,7 \$	38,1	12,9
Unit: %	Total	Female	15-24 years	Long-term unemployment as a share of total unemployment	Active population with at least compulsory education completed as a share of total population	Legislators, senior officials, managers and specialized professionals as a share of total employment
	Unemployment rate					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.

Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: O Inquérito ao Emprego é um inquérito por amostragem, pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. O erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) é diminuto na maioria das variáveis consideradas nesta publicação (<10%). Em alguns casos, nomeadamente em variáveis de menor expressão quantitativa, aquele limiar pode ser excedido. Os casos em que o coeficiente de variação excede ligeiramente os 20% estão assinalados (\$) e a sua análise deve ser feita com as devidas reservas.

Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).

Note: The Labour Force Survey is a sample survey and the resulting estimates imply a certain inaccuracy. The relative standard deviation (coefficient of variation) is very small for the majority of variables considered in this publication (<10%).

However, occasionally and especially for some variables of minor quantitative importance, it may exceed the threshold of 20%. When the threshold of 20% is slightly exceeded, data are marked (\$) and should be analysed carefully.

Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

## INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO POR NUTS II, 2009

## LABOUR MARKET INDICATORS BY NUTS II, 2009

► continuação continued

II.5.1	Empregados no sector terciário no total de empregados	Empregados por conta de outrem no total de empregados	Empregados por conta própria no total de empregados	Contratos sem termo nos trabalhadores por conta de outrem	Empregados a tempo completo no total de empregados	Empregados com 3 ou mais empregos anteriores ao actual no total de empregados	Inactivos por 100 empregados	Duração média habitual do horário semanal
	%						N.º	hora
Portugal	60,6	76,3	22,8	78,0	88,4	32,1	100,0	38,9
Continente	60,3	76,0	23,1	77,9	88,2	32,7	99,8	38,9
Norte	51,4	74,3	24,8	80,9	89,4	28,2	101,3	39,6
Centro	49,2	66,9	32,1	79,4	80,6	32,7	82,5	36,9
Lisboa	79,9	85,9	13,6	75,9	91,9	37,0	109,1	39,5
Alentejo	64,5	81,1	17,7	72,7	93,9	32,7	117,9	40,2
Algarve	76,1	76,4	22,3	68,3	93,3	45,0	104,4	39,7
R. A. Açores	62,9	79,1	19,4	78,6	92,8	19,4	111,3	40,6
R. A. Madeira	69,9	84,8	14,9	79,7	89,3	18,5	100,5	37,4
	%						No.	hour
	Population employed in tertiary sector (services) as a share of total employment	Employees as a share of total employment	Self-employed persons as a share of total employment	Employees with unlimited duration contracts as a share of total employment	Full-time employment as a share of total employment	Employed population with 3 or more significant jobs before the current one as a share of total employment	Inactive population per 100 employees	Average duration of weekly working time

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.

Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).

Por emprego significativo entende-se todo aquele que teve uma duração mínima de seis meses.

Note: Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

Significant job is defined as a job with at least six months of duration.

## INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO POR MUNICÍPIO, 2008

## LABOUR MARKET INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2008

II.5.2	Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores	Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores	Ganho médio mensal	Disparidade no ganho médio mensal por sexo	Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa	Disparidade no ganho médio mensal por sector de actividade	Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações
	%	%	€	%			
Portugal	24,6	24,5	1 008,0	11,8	24,2	8,1	40,1
Continente	24,6	24,6	1 010,4	11,9	24,3	8,3	40,4
Lisboa	20,2	34,0	1 291,9	12,2	22,3	4,1	41,7
Grande Lisboa	19,3	35,2	1 347,3	11,8	21,7	4,4	41,7
Amadora	22,0	31,3	1 263,1	13,0	26,1	1,9	43,9
Cascais	26,0	21,0	1 088,6	9,3	20,6	1,7	36,9
Lisboa	16,1	43,5	1 496,1	14,0	18,4	1,3	39,5
Loures	22,8	24,3	1 060,0	10,5	22,1	5,3	34,5
Mafra	27,8	23,2	833,4	8,1	11,8	3,8	20,8
Odivelas	37,0	15,9	848,4	8,0	17,7	0,7	23,7
Oeiras	12,5	38,9	1 667,0	14,1	20,7	3,6	38,1
Sintra	26,9	19,6	1 068,1	10,3	23,5	2,8	36,4
Vila Franca de Xira	19,6	30,6	1 081,0	13,6	18,0	15,4	33,6
Península de Setúbal	24,9	27,9	1 011,9	15,4	22,2	10,0	32,0
Alcochete	21,2	12,7	1 312,9	34,0	76,7	18,9	16,4
Almada	29,6	28,0	988,3	10,8	26,4	1,4	40,0
Barreiro	21,9	32,1	980,6	15,8	19,7	10,8	28,2
Moita	31,4	15,3	839,3	10,2	18,6	2,0	24,0
Montijo	25,7	20,1	880,7	14,2	14,9	7,1	31,1
Palmela	15,2	40,8	1 160,3	14,2	20,5	13,1	33,0
Seixal	29,5	23,0	937,4	13,8	21,3	10,5	30,2
Sesimbra	37,9	15,7	867,2	14,8	33,6	12,0	23,3
Setúbal	21,1	31,7	1 076,8	17,2	20,1	19,0	32,5

	%		€	%			
	Rate for employees in establishments with < 10 workers	Rate for employees in establishments with > 250 workers	Mean monthly earning	Disparity in mean monthly earning by sex	Disparity in mean monthly earning by enterprise size class	Disparity in mean monthly earning by sector of activity	Disparity in mean monthly earning by education level

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal.  
Source: Ministry of Labour and Social Solidarity, Lists of personnel.

Nota: A informação relativa a TCO e "ganho" diz respeito a TCO a tempo completo com remuneração completa.  
Note: Data on "employees" and "earning" refers to full time employees with full remuneration.

TAXA DE ACTIVIDADE POR NUTS II, SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO E O SEXO, 2009

ACTIVITY RATE BY NUTS II AND ACCORDING TO AGE GROUP AND SEX, 2009

II.5.3	Total			15-24 anos			25-34 anos			35-44 anos			45 e mais anos			15-64 anos
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Unidade: %																
Portugal	52,5	57,3	48,0	39,2	40,8	37,5	89,8	92,3	87,2	89,7	93,4	86,0	48,4	57,4	40,9	73,7
Continente	52,6	57,2	48,2	39,1	40,5	37,7	89,9	92,4	87,4	89,8	93,4	86,3	48,4	57,2	41,1	73,8
Norte	52,6	58,0	47,6	42,5	45,4	39,6	89,5	91,8	87,2	87,1	91,9	82,4	48,3	58,7	39,7	72,4
Centro	56,6	61,2	52,2	38,3	40,6	35,8	88,8	91,1	86,3	90,0	93,7	86,3	57,2	65,5	50,2	75,8
Lisboa	50,4	53,8	47,2	34,3	32,2	36,4	91,5	93,5	89,6	93,4	95,2	91,7	43,2	50,4	37,4	73,9
Alentejo	48,7	54,3	43,2	38,4	39,9	36,9	88,8	93,9	83,4	89,7	93,4	85,8	40,8	49,2	33,5	73,7
Algarve	51,7	57,1	46,2	41,7	43,4	39,9	90,6	93,7	87,1	90,2	92,9	87,2	46,7	56,3	37,9	76,0
R. A. Açores	49,1	58,5	39,7	43,7	49,4	37,6	88,3	95,3	80,9	85,7	95,9	75,1	43,4	60,6	28,3	69,6
R. A. Madeira	51,8	56,8	47,4	35,9	41,2	30,3	87,2	87,8	86,5	86,6	92,4	81,2	51,0	62,1	43,2	71,7

Unit: %	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
	Total			15-24 years			25-34 years			35-44 years			45 years and over			15-64 years

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

TAXA DE EMPREGO POR NUTS II, SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO E O SEXO, 2009

EMPLOYMENT RATE BY NUTS II AND ACCORDING TO AGE GROUP AND SEX, 2009

II.5.4	Total			15-24 anos			25-34 anos			35-44 anos			45 e mais anos			15-64 anos
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Unidade: %																
Portugal	56,0	62,2	50,3	31,3	33,2	29,4	80,0	83,6	76,2	82,1	86,0	78,2	45,0	53,3	38,1	66,3
Continente	56,0	62,0	50,4	31,2	32,8	29,6	79,9	83,6	76,1	82,1	85,9	78,3	45,0	53,1	38,2	66,3
Norte	55,3	62,5	48,8	33,2	36,3	30,0	78,9	83,5	74,2	79,1	84,6	73,8	44,1	53,4	36,2	64,0
Centro	61,1	66,9	55,8	32,1	35,1	29,1	79,6	81,8	77,3	84,1	88,1	80,2	55,0	62,9	48,3	69,9
Lisboa	54,1	58,6	50,1	27,7	25,5	30,0	81,6	84,4	78,7	85,0	86,2	83,7	39,9	46,4	34,6	66,5
Alentejo	50,2	57,2	43,5	29,3	31,6	26,9	80,2	86,8	73,3	80,9	85,1	76,4	37,2	44,9	30,5	65,7
Algarve	54,8	61,6	48,1	31,5	33,3	29,5	79,8	84,2	74,9	81,4	84,6	77,9	43,5	52,6	35,2	67,9
R. A. Açores	56,2	68,2	44,6	36,7	43,6	29,4	82,0	88,6	75,0	81,0	90,3	71,3	41,9	58,9	27,0	64,8
R. A. Madeira	58,1	63,9	53,1	28,8	33,4	24,0	79,1	78,3	79,8	82,1	86,2	78,3	48,6	58,4	41,8	66,0

Unit: %	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
	Total			15-24 years			25-34 years			35-44 years			45 years and over			15-64 years

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

POPULAÇÃO ACTIVA POR NUTS II, SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO E O SEXO, 2009

ACTIVE POPULATION BY NUTS II AND ACCORDING TO AGE GROUP AND SEX, 2009

II.5.5	Total			15-24 anos			25-34 anos			35-44 anos			45 e mais anos			15-64 anos
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Unidade: milhares																
Portugal	5 582,7	2 948,9	2 633,9	466,3	247,8	218,4	1 444,5	750,3	694,2	1 435,1	743,6	691,5	2 236,8	1 207,1	1 029,7	5 263,0
Continente	5 334,0	2 811,2	2 522,9	438,2	231,4	206,8	1 371,6	711,6	660,0	1 369,9	708,2	661,7	2 154,3	1 160,0	994,3	5 022,0
Norte	1 970,7	1 050,4	920,3	192,1	104,5	87,5	515,6	264,9	250,6	510,5	264,2	246,3	752,6	416,7	335,9	1 873,0
Centro	1 347,8	704,8	643,0	100,0	54,3	45,7	311,9	162,4	149,6	307,4	159,9	147,5	628,4	328,2	300,2	1 185,5
Lisboa	1 424,8	731,1	693,7	97,4	46,5	51,0	391,8	201,4	190,4	402,6	204,1	198,5	533,0	279,1	253,9	1 393,2
Alentejo	367,6	201,4	166,2	29,7	15,9	13,8	95,9	52,2	43,6	92,0	49,4	42,6	150,0	83,9	66,2	355,1
Algarve	223,1	123,5	99,6	19,0	10,2	8,8	56,5	30,7	25,9	57,3	30,6	26,7	90,2	52,0	38,2	215,2
R. A. Açores	120,3	71,2	49,1	15,9	9,2	6,6	36,3	20,0	16,3	30,7	17,6	13,1	37,5	24,4	13,1	117,8
R. A. Madeira	128,4	66,5	61,9	12,2	7,2	5,0	36,6	18,7	17,9	34,5	17,9	16,7	45,0	22,7	22,3	123,2
Unit: thousands																
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
	Total			15-24 years			25-34 years			35-44 years			45 years and over			15-64 years

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

POPULAÇÃO EMPREGADA POR NUTS II, SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO E O SEXO, 2009

EMPLOYED POPULATION BY NUTS II AND ACCORDING TO AGE GROUP AND SEX, 2009

II.5.6	Total			15-24 anos			25-34 anos			35-44 anos			45 e mais anos			15-64 anos
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Unidade: milhares																
Portugal	5 054,1	2 687,6	2 366,5	372,8	201,6	171,3	1 286,5	679,8	606,7	1 313,4	684,6	628,8	2 081,3	1 121,7	959,7	4 735,5
Continente	4 823,2	2 560,1	2 263,2	349,7	187,6	162,1	1 219,6	644,5	575,1	1 251,7	651,4	600,3	2 002,3	1 076,6	925,6	4 512,3
Norte	1 753,7	947,1	806,7	149,9	83,5	66,4	454,3	241,1	213,2	463,7	243,3	220,4	685,8	379,2	306,6	1 656,1
Centro	1 255,1	658,2	596,9	84,0	46,8	37,2	279,6	145,6	134,0	287,2	150,2	137,0	604,2	315,6	288,7	1 093,1
Lisboa	1 285,6	660,5	625,1	78,7	36,8	41,9	349,3	182,0	167,3	366,0	184,9	181,1	491,5	256,8	234,7	1 254,4
Alentejo	328,9	182,4	146,4	22,7	12,6	10,1	86,6	48,3	38,3	83,0	45,0	37,9	136,6	76,5	60,1	316,4
Algarve	200,0	111,8	88,2	14,4	7,8	6,5	49,8	27,5	22,3	51,7	27,8	23,9	84,1	48,6	35,5	192,2
R. A. Açores	112,2	67,0	45,2	13,3	8,2	5,2	33,7	18,6	15,1	29,0	16,5	12,5	36,2	23,7	12,4	109,7
R. A. Madeira	118,7	60,5	58,2	9,8	5,8	4,0	33,2	16,7	16,5	32,7	16,7	16,1	42,9	21,3	21,6	113,5
Unit: thousands																
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
	Total			15-24 years			25-34 years			35-44 years			45 years and over			15-64 years

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR NUTS II, SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO E O SEXO, 2009

UNEMPLOYED POPULATION BY NUTS II AND ACCORDING TO AGE GROUP AND SEX, 2009

II.5.7		Total			15-24 anos			25-34 anos			35-44 anos			45 e mais anos			15-64 anos
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Unidade: milhares																	
Portugal		528,6	261,3	267,4	93,4	46,3	47,2	158,0	70,5	87,5	121,7	59,1	62,6	155,5	85,4	70,1	527,5
Continente		510,8	251,1	259,7	88,5	43,8	44,7	152,0	67,1	84,9	118,2	56,8	61,4	152,1	83,4	68,7	509,7
Norte		217,0	103,4	113,7	42,1	21,0	21,1	61,3	23,9	37,4	46,8	20,9	25,9	66,8	37,5	29,3	216,9
Centro		92,7	46,5	46,2	16,0	7,5	8,5	32,3	16,7	15,6	20,2	9,7	10,6	24,2	12,7	11,5	92,4
Lisboa		139,3	70,6	68,7	18,7	9,7	9,0	42,5	19,4	23,1	36,5	19,1	17,4	41,5	22,3	19,1	138,8
Alentejo		38,8	19,0	19,8	7,0	3,3 \$	3,7 \$	9,2	3,9 \$	5,3	9,1	4,4 \$	4,7	13,4	7,4	6,1	38,7
Algarve		23,1	11,7	11,4	4,7	2,4 \$	2,3 \$	6,7	3,1 \$	3,6 \$	5,6	2,7 \$	2,8 \$	6,1	3,4 \$	2,7 \$	22,9
R. A. Açores		8,1	4,2 \$	3,9 \$	2,5 \$	1,1 \$	1,4 \$	2,6 \$	1,4 \$	1,2 \$	1,7 \$	1,0 \$	0,7 \$	1,3 \$	0,7 \$	0,6 \$	8,1
R. A. Madeira		9,7	6,0	3,8 \$	2,4 \$	1,4 \$	1,0 \$	3,4 \$	2,0 \$	1,4 \$	1,8 \$	1,2 \$	0,6 \$	2,1 \$	1,4 \$	0,7 \$	9,7

Unit: thousands	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
	Total			15-24 years			25-34 years			35-44 years			45 years and over			15-64 years

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: O Inquérito ao Emprego é um inquérito por amostragem, pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. O erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) é diminuto na maioria das variáveis consideradas nesta publicação (<10%). Em alguns casos, nomeadamente em variáveis de menor expressão quantitativa, aquele limiar pode ser excedido. Os casos em que o coeficiente de variação excede ligeiramente os 20% estão assinalados (\$) e a sua análise deve ser feita com as devidas reservas.  
Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: The Labour Force Survey is a sample survey and the resulting estimates imply a certain inaccuracy. The relative standard deviation (coefficient of variation) is very small for the majority of variables considered in this publication (<10%). However, occasionally and especially for some variables of minor quantitative importance, it may exceed the threshold of 20%. When the threshold of 20% is slightly exceeded, data are marked (\$) and should be analysed carefully.  
Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

POPULAÇÃO INACTIVA POR NUTS II, SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO E O SEXO, 2009

INACTIVE POPULATION BY NUTS II AND ACCORDING TO AGE GROUP AND SEX, 2009

II.5.8	Total			menos de 15 anos	15-24 anos			25-34 anos			35-44 anos			45 e mais anos			15-64 anos
	HM	H	M	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Unidade: milhares																	
Portugal	5 055,6	2 200,3	2 855,3	1 615,0	723,9	359,8	364,1	164,4	62,5	101,8	165,3	52,4	112,8	2 387,1	897,3	1 489,8	1 879,6
Continente	4 811,4	2 099,3	2 712,1	1 525,8	681,7	340,0	341,7	154,2	58,9	95,2	154,8	50,2	104,6	2 295,0	867,6	1 427,4	1 779,4
Norte	1 776,7	761,9	1 014,9	577,1	259,5	125,8	133,7	60,4	23,6	36,8	75,7	23,3	52,4	804,0	292,9	511,1	713,2
Centro	1 035,2	447,4	587,8	329,5	161,4	79,3	82,2	39,5	15,8	23,8	34,0	10,7	23,4	470,7	173,3	297,5	378,7
Lisboa	1 403,0	628,0	775,0	452,4	186,6	97,7	88,9	36,2	14,1	22,1	28,3	10,4	17,9	699,6	274,5	425,1	493,2
Alentejo	387,7	169,2	218,4	99,9	47,6	24,0	23,6	12,1	3,4 \$	8,7	10,6	3,5 \$	7,0	217,6	86,6	131,1	126,4
Algarve	208,8	92,8	116,1	67,0	26,6	13,3	13,3	5,9	2,1 \$	3,8 \$	6,3	2,3 \$	3,9 \$	103,1	40,4	62,7	67,9
R. A. Açores	124,9	50,4	74,5	45,6	20,5	9,5	11,0	4,8	1,0 \$	3,8 \$	5,1	0,7 \$	4,4 \$	48,9	15,9	33,0	51,5
R. A. Madeira	119,3	50,6	68,7	43,6	21,8	10,3	11,5	5,4	2,6 \$	2,8 \$	5,3	1,5 \$	3,9 \$	43,2	13,8	29,4	48,7
Unit: thousands																	
	MF	M	F	MF	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
	Total			less than 15 years	15-24 years			25-34 years			35-44 years			45 years and over			15-64 years

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: O Inquérito ao Emprego é um inquérito por amostragem, pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. O erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) é diminuto na maioria das variáveis consideradas nesta publicação (<10%). Em alguns casos, nomeadamente em variáveis de menor expressão quantitativa, aquele limiar pode ser excedido. Os casos em que o coeficiente de variação excede ligeiramente os 20% estão assinalados (\$) e a sua análise deve ser feita com as devidas reservas.  
Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: The Labour Force Survey is a sample survey and the resulting estimates imply a certain inaccuracy. The relative standard deviation (coefficient of variation) is very small for the majority of variables considered in this publication (<10%). However, occasionally and especially for some variables of minor quantitative importance, it may exceed the threshold of 20%. When the threshold of 20% is slightly exceeded, data are marked (\$) and should be analysed carefully.  
Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

POPULAÇÃO ACTIVA POR NUTS II, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO E O SEXO, 2009

ACTIVE POPULATION BY NUTS II AND ACCORDING TO EDUCATIONAL LEVEL COMPLETED AND SEX, 2009

II.5.9	Total			Sem instrução	Básico - 1º Ciclo			Básico - 2º Ciclo			Básico - 3º Ciclo			Secundário	Superior
	HM	H	M	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	HM
Unidade: milhares															
Portugal	5 582,7	2 948,9	2 633,9	231,4	1 388,8	777,6	611,1	981,3	583,4	397,9	1 187,2	661,3	525,9	939,4	854,7
Continente	5 334,0	2 811,2	2 522,9	217,9	1 319,7	734,5	585,3	927,8	550,7	377,1	1 141,5	634,0	507,5	901,1	826,1
Norte	1 970,7	1 050,4	920,3	89,3	525,1	295,9	229,2	434,1	249,9	184,2	382,6	213,7	169,0	271,8	267,8
Centro	1 347,8	704,8	643,0	84,4	417,3	225,9	191,4	218,4	134,0	84,4	290,4	163,1	127,3	191,8	145,5
Lisboa	1 424,8	731,1	693,7	27,7	235,9	126,7	109,2	174,5	101,0	73,5	328,9	179,7	149,1	325,1	332,9
Alentejo	367,6	201,4	166,2	11,0	91,0	55,2	35,7	65,1	42,3	22,8	88,4	49,1	39,2	64,9	47,3
Algarve	223,1	123,5	99,6	5,5	50,4	30,7	19,7	35,8	23,6	12,2	51,2	28,3	22,8	47,5	32,6
R. A. Açores	120,3	71,2	49,1	5,6	33,3	23,4	9,9	29,8	18,3	11,5	22,5	13,3	9,3	17,9	11,2
R. A. Madeira	128,4	66,5	61,9	7,9	35,8	19,8	16,0	23,7	14,4	9,3	23,2	14,0	9,2	20,5	17,4

Unit: thousands	MF	M	F	MF	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	MF
	Total			Uneducated	Basic education 1st cycle			Basic education 2nd cycle			Basic education 3rd cycle			Secondary education	Higher education

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

POPULAÇÃO EMPREGADA POR NUTS II, SEGUNDO A PROFISSÃO PRINCIPAL, 2009

EMPLOYED POPULATION BY NUTS II AND ACCORDING TO MAIN OCCUPATION, 2009

II.5.10	Total	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal dos serviços e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	Operários, artesãos e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Trabalhadores não qualificados	Forças armadas
Unidade: milhares											
Portugal	5 054,10	333,40	476,90	477,80	477,60	798,50	552,30	915,10	400,60	592,60	29,30
Continente	4 823,20	324,30	459,70	457,80	454,00	755,20	524,90	877,80	388,90	552,50	28,10
Norte	1 753,70	119,20	146,80	126,80	141,70	261,30	213,00	413,80	153,60	169,60	8,00
Centro	1 255,10	64,60	80,20	82,40	106,60	187,60	259,80	218,60	123,60	128,00	3,70 \$
Lisboa	1 285,60	95,50	189,10	195,80	161,60	210,60	18,80	160,80	71,00	168,80	13,70
Alentejo	328,90	25,90	25,60	34,20	28,10	53,10	21,60	55,00	30,30	52,30	2,60 \$
Algarve	200,00	19,10	18,00	18,60	16,00	42,60	11,60	29,50	10,40	33,90	0,20 \$
R. A. Açores	112,20	4,20 \$	6,80	9,20	10,90	20,10	14,20	21,30	6,30	18,40	0,80 \$
R. A. Madeira	118,70	4,90	10,40	10,80	12,70	23,20	13,30	16,00	5,30	21,60	0,40 \$

Unit: thousands	Total	Legislators, senior officials and managers	Professionals	Technicians and associate professionals	Clerks	Service workers and shop and market sales workers	Skilled agricultural and fishery workers	Craft and related trades workers	Plant and machine operators and assemblers	Elementary occupations	Armed forces

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: O Inquérito ao Emprego é um inquérito por amostragem, pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. O erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) é diminuto na maioria das variáveis consideradas nesta publicação (<10%). Em alguns casos, nomeadamente em variáveis de menor expressão quantitativa, aquele limiar pode ser excedido. Os casos em que o coeficiente de variação excede ligeiramente os 20% estão assinalados (\$) e a sua análise deve ser feita com as devidas reservas.  
Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: The Labour Force Survey is a sample survey and the resulting estimates imply a certain inaccuracy. The relative standard deviation (coefficient of variation) is very small for the majority of variables considered in this publication (<10%). However, occasionally and especially for some variables of minor quantitative importance, it may exceed the threshold of 20%. When the threshold of 20% is slightly exceeded, data are marked (\$) and should be analysed carefully.  
Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

POPULAÇÃO EMPREGADA POR NUTS II, SEGUNDO A SITUAÇÃO NA PROFISSÃO PRINCIPAL, A DURAÇÃO DO TRABALHO E O SEXO, 2009

EMPLOYED POPULATION BY NUTS II AND ACCORDING TO OCCUPATIONAL STATUS, WORK DURATION AND SEX, 2009

II.5.11	Total	Situação na profissão, dos quais							Duração de trabalho				Duração semanal habitual			
		Trabalhadores por conta de outrem				Trabalhadores por conta própria			Tempo completo			Tempo parcial	< 36 horas	36-40 horas	> 40 horas	
		HM	H	M	Contrato sem termo	HM	H	M	HM	H	M	HM	HM	HM	HM	
Unidade: milhares																
Portugal	5 054,1	3 855,7	1 991,1	1 864,6	3 006,8	1 153,6	678,7	475,0	4 465,8	2 486,5	1 979,3	588,3	1 224,3	2 833,9	862,5	
Continente	4 823,2	3 666,4	1 892,9	1 773,5	2 857,0	1 114,3	650,6	463,7	4 255,7	2 366,7	1 889,1	567,5	1 155,8	2 710,3	825,1	
Norte	1 753,7	1 302,6	691,2	611,4	1 053,4	434,2	246,9	187,3	1 567,1	885,9	681,2	186,6	361,2	1 020,6	350,0	
Centro	1 255,1	839,9	439,0	401,0	667,0	402,3	216,0	186,3	1 011,5	566,8	444,7	243,6	362,5	629,0	169,6	
Lisboa	1 285,6	1 104,6	542,0	562,6	838,5	174,7	116,4	58,3	1 181,8	632,5	549,3	103,8	309,8	748,9	217,0	
Alentejo	328,9	266,6	139,3	127,3	193,8	58,4	41,4	16,9	308,7	175,6	133,1	20,1	81,9	187,6	58,1	
Algarve	200,0	152,7	81,4	71,3	104,3	44,7	29,8	14,9	186,7	105,8	80,9	13,3	40,4	124,4	30,4	
R. A. Açores	112,2	88,8	48,4	40,3	69,7	21,7	17,6	4,1 §	104,1	64,0	40,2	8,0	27,9	59,5	23,9	
R. A. Madeira	118,7	100,6	49,8	50,8	80,1	17,6	10,5	7,1	105,9	55,8	50,1	12,7	40,6	64,0	13,5	

Unit: thousands	Total	MF	M	F	Work contract of unlimited duration	MF	M	F	MF	M	F	MF	MF	MF	MF
		Employees				Self-employed			Full-time			Part-time	< 36 hours	36-40 hours	> 40 hours
		Occupational status, of which								Work duration				Usual weekly hours of work	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: O Inquérito ao Emprego é um inquérito por amostragem, pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. O erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) é diminuto na maioria das variáveis consideradas nesta publicação (<10%). Em alguns casos, nomeadamente em variáveis de menor expressão quantitativa, aquele limiar pode ser excedido. Os casos em que o coeficiente de variação excede ligeiramente os 20% estão assinalados (§) e a sua análise deve ser feita com as devidas reservas.  
Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
A variável "duração semanal habitual" não inclui os indivíduos que não responderam. Por essa razão, a soma do número de desempregados por duração semanal habitual do trabalho pode ser menor do que o total de desempregados.  
Note: The Labour Force Survey is a sample survey and the resulting estimates imply a certain inaccuracy. The relative standard deviation (coefficient of variation) is very small for the majority of variables considered in this publication (<10%). However, occasionally and especially for some variables of minor quantitative importance, it may exceed the threshold of 20%. When the threshold of 20% is slightly exceeded, data are marked (§) and should be analysed carefully.  
Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).  
The "usual weekly hours of work" variable does not include individuals who did not answer. This is why the sum of the number of unemployed by usual weekly duration of work may be less than the total number of unemployed.

POPULAÇÃO EMPREGADA POR NUTS II, SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE PRINCIPAL (CAE-REV.3) E O SEXO, 2009

EMPLOYED POPULATION BY NUTS II AND ACCORDING TO SECTOR OF MAIN ACTIVITY (CAE-REV.3) AND SEX, 2009

II.5.12	Unidade: milhares	Total			Primário CAE: A			Secundário CAE: B - F			Terciário CAE: G - U		
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal		5 054,1	2 687,6	2 366,5	564,8	293,7	271,0	1 425,7	1 040,1	385,6	3 063,6	1 353,8	1 709,9
Continente		4 823,2	2 560,1	2 263,2	537,9	273,7	264,2	1 375,2	997,8	377,5	2 910,1	1 288,6	1 621,5
Norte		1 753,7	947,1	806,7	208,7	102,8	105,8	643,5	440,8	202,7	901,5	403,4	498,1
Centro		1 255,1	658,2	596,9	269,2	127,0	142,2	368,4	269,2	99,2	617,5	262,0	355,4
Lisboa		1 285,6	660,5	625,1	14,3	9,1	5,2	244,5	191,2	53,3	1 026,7	460,2	566,6
Alentejo		328,9	182,4	146,4	35,0	26,5	8,5	81,8	63,1	18,7	212,1	92,8	119,3
Algarve		200,0	111,8	88,2	10,7	8,2	2,5 §	37,0	33,5	3,6 §	152,2	70,2	82,1
R. A. Açores		112,2	67,0	45,2	14,2	12,7	1,4	27,4	23,3	4,1 §	70,6	30,9	39,6
R. A. Madeira		118,7	60,5	58,2	12,6	7,3	5,4	23,1	19,0	4,1 §	83,0	34,2	48,7

Unit: thousands	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Total			Primary CAE: A			Secondary CAE: B - F			Tertiary CAE: G - U		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: O Inquérito ao Emprego é um inquérito por amostragem, pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. O erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) é diminuto na maioria das variáveis consideradas nesta publicação (<10%). Em alguns casos, nomeadamente em variáveis de menor expressão quantitativa, aquele limiar pode ser excedido. Os casos em que o coeficiente de variação excede ligeiramente os 20% estão assinalados (§) e a sua análise deve ser feita com as devidas reservas.  
Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: The Labour Force Survey is a sample survey and the resulting estimates imply a certain inaccuracy. The relative standard deviation (coefficient of variation) is very small for the majority of variables considered in this publication (<10%). However, occasionally and especially for some variables of minor quantitative importance, it may exceed the threshold of 20%. When the threshold of 20% is slightly exceeded, data are marked (§) and should be analysed carefully.  
Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

POPULAÇÃO EMPREGADA NO SECTOR SECUNDÁRIO POR NUTS II, SEGUNDO O RAMO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (CAE–REV.3), 2009

EMPLOYED POPULATION IN SECONDARY SECTOR BY NUTS II AND ACCORDING TO BRANCH OF ECONOMIC ACTIVITY (CAE–REV.3), 2009

II.5.13	Total CAE: B - F	B+E	10-12	13-15	16-18	19-23	24-25	26-28; 33	29-30	31-32	F
Portugal	1 425,7	46,9	111,5	216,4	86,7	117,2	112,9	76,8	64,5	65,8	505,6
Continente	1 375,2	45,6	103,2	213,9	84,1	116,5	111,4	76,6	64,3	65,4	474,1
Norte	643,5	18,3	29,1	183,0	39,2	31,6	44,0	39,2	26,5	38,2	190,7
Centro	368,4	9,4	36,6	26,9	20,7	51,6	42,2	17,1	16,0	16,1	128,3
Lisboa	244,5	9,1	23,0	3,1 \$	17,6	25,1	17,3	15,1	16,4	8,5	98,3
Alentejo	81,8	6,9	12,3	0,6 \$	4,7	6,1	5,9	4,8	5,1	2,0 \$	31,7
Algarve	37,0	1,8 \$	2,2 \$	0,3 \$	1,9 \$	2,1 \$	1,9 \$	0,5 \$	0,2 \$	0,6 \$	25,1
R. A. Açores	27,4	0,7 \$	6,4	0,4 \$	1,1 \$	0,4 \$	0,9 \$	0,1 \$	0,0 \$	0,2 \$	16,7
R. A. Madeira	23,1	0,7 \$	1,9 \$	2,1 \$	1,5 \$	0,3 \$	0,6 \$	0,1 \$	0,1 \$	0,2 \$	14,8
Unit: thousands											
	Total CAE: B - F	B+E	10-12	13-15	16-18	19-23	24-25	26-28; 33	29-30	31-32	F

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: O Inquérito ao Emprego é um inquérito por amostragem, pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. O erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) é diminuto na maioria das variáveis consideradas nesta publicação (<10%). Em alguns casos, nomeadamente em variáveis de menor expressão quantitativa, aquele limiar pode ser excedido. Os casos em que o coeficiente de variação excede ligeiramente os 20% estão assinalados (\$) e a sua análise deve ser feita com as devidas reservas.  
Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: The Labour Force Survey is a sample survey and the resulting estimates imply a certain inaccuracy. The relative standard deviation (coefficient of variation) is very small for the majority of variables considered in this publication (<10%). However, occasionally and especially for some variables of minor quantitative importance, it may exceed the threshold of 20%. When the threshold of 20% is slightly exceeded, data are marked (\$) and should be analysed carefully.  
Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

POPULAÇÃO EMPREGADA NO SECTOR TERCIÁRIO POR NUTS II, SEGUNDO O RAMO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (CAE–REV.3), 2009

EMPLOYED POPULATION IN TERTIARY SECTOR BY NUTS II AND ACCORDING TO BRANCH OF ECONOMIC ACTIVITY (CAE–REV.3), 2009

II.5.14	Total CAE: G - U	G			H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S - U
		45	46	47												
Unidade: milhares																
Portugal	3 063,6	124,9	160,0	477,9	177,9	295,1	92,2	88,2	34,0	167,4	137,7	334,7	357,6	322,0	46,4	247,6
Continente	2 910,1	120,2	155,4	454,8	171,7	273,4	89,6	85,8	33,0	163,1	132,0	310,4	338,6	302,8	44,5	234,9
Norte	901,5	45,7	49,2	174,9	48,1	73,5	17,0	23,2	7,5	57,9	38,9	69,8	114,6	94,3	11,1	75,9
Centro	617,5	29,1	46,4	96,3	41,2	52,7	7,9	12,9	4,7	22,7	15,7	65,6	82,7	82,8	6,8	50,0
Lisboa	1 026,7	34,0	42,0	127,3	66,0	93,7	58,6	41,9	17,7	67,8	61,6	127,7	100,9	86,2	19,2	82,4
Alentejo	212,1	7,2	9,8	31,8	11,8	20,9	4,9	4,7	0,9 \$	7,3	6,8	31,9	27,3	26,2	2,9 \$	17,7
Algarve	152,2	4,3 \$	8,0	24,6	4,7	32,6	1,2 \$	3,1 \$	2,2 \$	7,4	9,0	15,5	13,2	13,2	4,5 \$	8,9
R. A. Açores	70,6	2,4 \$	2,7 \$	11,8	2,9 \$	6,7	1,1 \$	1,0 \$	0,3 \$	1,5 \$	2,7 \$	12,6	7,9	9,2	0,4 \$	7,2
R. A. Madeira	83,0	2,4 \$	1,9 \$	11,2	3,2 \$	15,0	1,4 \$	1,4 \$	0,7 \$	2,8 \$	3,0 \$	11,7	11,1	10,1	1,5 \$	5,5
Unit: thousands																
II.5.14	Total CAE: G - U	45	46	47	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S - U
		G														

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: O Inquérito ao Emprego é um inquérito por amostragem, pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. O erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) é diminuto na maioria das variáveis consideradas nesta publicação (<10%). Em alguns casos, nomeadamente em variáveis de menor expressão quantitativa, aquele limiar pode ser excedido. Os casos em que o coeficiente de variação excede ligeiramente os 20% estão assinalados (\$) e a sua análise deve ser feita com as devidas reservas.  
Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: The Labour Force Survey is a sample survey and the resulting estimates imply a certain inaccuracy. The relative standard deviation (coefficient of variation) is very small for the majority of variables considered in this publication (<10%). However, occasionally and especially for some variables of minor quantitative importance, it may exceed the threshold of 20%. When the threshold of 20% is slightly exceeded, data are marked (\$) and should be analysed carefully.  
Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).



POPULAÇÃO INACTIVA POR NUTS II, SEGUNDO A CATEGORIA E O SEXO, 2009

INACTIVE POPULATION BY NUTS II AND ACCORDING TO MAIN STATUS AND SEX, 2009

II.5.15	Total			Domésticos	Estudantes			Reformados			Outros inactivos		
	HM	H	M	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Unidade: milhares													
Portugal	5 055,6	2 200,3	2 855,3	509,4	1 740,8	878,3	862,4	1 830,6	828,9	1 001,7	974,9	490,3	484,6
Continente	4 811,4	2 099,3	2 712,1	469,1	1 647,9	831,8	816,1	1 775,3	803,5	971,8	919,2	461,5	457,7
Norte	1 776,7	761,9	1 014,9	212,2	634,7	317,4	317,3	570,7	258,6	312,1	359,2	185,0	174,2
Centro	1 035,2	447,4	587,8	101,3	386,0	195,3	190,8	367,0	162,5	204,5	181,0	88,9	92,0
Lisboa	1 403,0	628,0	775,0	110,1	452,9	231,4	221,5	563,9	261,3	302,6	276,0	134,9	141,2
Alentejo	387,7	169,2	218,4	26,4	111,0	55,3	55,7	190,9	83,4	107,5	59,3	30,4	29,0
Algarve	208,8	92,8	116,1	19,1	63,2	32,5	30,8	82,7	37,7	45,0	43,7	22,4	21,4
R. A. Açores	124,9	50,4	74,5	27,0	46,2	23,2	22,9	25,2	14,0	11,2	26,5	12,9	13,6
R. A. Madeira	119,3	50,6	68,7	13,3	46,7	23,3	23,4	30,1	11,4	18,8	29,2	15,9	13,3

Unit: thousands	MF	M	F	MF	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Total			Household duties	Students			Retired			Other inactive		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002).  
Note: Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).

POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR NUTS II, SEGUNDO OS TIPOS DE DESEMPREGO, 2009

UNEMPLOYED POPULATION BY NUTS II AND ACCORDING TO TYPES OF UNEMPLOYMENT, 2009

II.5.16	Total	Com pelo menos a escolaridade obrigatória	Desempregados à procura de primeiro emprego	Desempregados à procura de novo emprego	Desempregados há menos de 1 ano	Desempregados há 1 ano ou mais
Unidade: milhares						
Portugal	528,6	279,7	55,3	473,3	280,7	245,8
Continente	510,8	272,0	53,3	457,4	271,1	237,6
Norte	217,0	101,1	28,1	188,9	109,5	106,7
Centro	92,7	56,3	10,5	82,2	50,2	41,8
Lisboa	139,3	83,8	8,8	130,4	73,2	65,6
Alentejo	38,8	17,7	3,7 \$	35,0	23,2	15,5
Algarve	23,1	13,0	2,2 \$	20,9	15,0	8,0
R. A. Açores	8,1	3,3 \$	0,9 \$	7,2	4,7	3,4 \$
R. A. Madeira	9,7	4,5 \$	1,1 \$	8,6	4,9	4,7

Unit: thousands	Total	Compulsory education at least	Unemployed seeking first job	Unemployed seeking a new job	Short-term unemployment (less than 1 year)	Long-term unemployment (1 year or over)

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.  
Source: Statistics Portugal, Labour Force Survey.

Nota: O Inquérito ao Emprego é um inquérito por amostragem, pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. O erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) é diminuto na maioria das variáveis consideradas nesta publicação (<10%). Em alguns casos, nomeadamente em variáveis de menor expressão quantitativa, aquele limiar pode ser excedido. Os casos em que o coeficiente de variação excede ligeiramente os 20% estão assinalados (\$) e a sua análise deve ser feita com as devidas reservas.  
Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001 e a nova nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2002). A variável "duração da procura de emprego" não inclui os indivíduos desempregados que já não procuram emprego, por já terem encontrado emprego e o qual vão iniciar nos próximos três meses. Por essa razão, a soma do número de desempregados por duração da procura de emprego pode ser menor do que o total de desempregados.  
Note: The Labour Force Survey is a sample survey and the resulting estimates imply a certain inaccuracy. The relative standard deviation (coefficient of variation) is very small for the majority of variables considered in this publication (<10%). However, occasionally and especially for some variables of minor quantitative importance, it may exceed the threshold of 20%. When the threshold of 20% is slightly exceeded, data are marked (\$) and should be analysed carefully.  
Data were recomputed from population estimates which, in turn, were calculated from the final results of Census 2001; it was also considered the new Nomenclature of Territorial Units (NUTS 2002).  
The "job search duration" variable does not include unemployed individuals who are no longer looking for work as they have found employment and are due to start in the next three months. This is why the sum of the number of unemployed by job search duration may be less than the total number of unemployed.

## VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO ÍNDICE DE CUSTO DO TRABALHO POR NUTS II, SEGUNDO A ACTIVIDADE ECONÓMICA (CAE-Rev.3), 2009 (CORRIGIDO DOS DIAS ÚTEIS) Po

ANNUAL AVERAGE VARIATION IN LABOUR COST INDEX BY NUTS II AND ACCORDING TO ECONOMIC ACTIVITY (CAE-Rev.3), 2009  
(WORKING DAY ADJUSTED) Po

II.5.17												
	Total B - S	B	C	D	E	F	G	H	I	K	P	Q
Unidade: %												
Portugal	3,8	6,8	5,0	6,2	5,8	4,0	2,3	6,0	2,1	0,8	2,7	2,8
Continente	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Norte	2,1	11,6	3,1	11,5	12,8	3,1	2,3	2,6	-6,4	2,5	0,2	1,7
Centro	2,5	-3,1	2,8	10,6	-4,8	4,7	5,4	2,6	7,8	-15,3	0,8	3,2
Lisboa	1,4	18,8	-2,3	6,4	2,0	1,3	-0,7	12,4	4,0	3,2	1,4	0,2
Alentejo	4,2	15,8	7,4	-4,0	10,5	4,3	2,5	1,4	0,1	2,7	1,7	1,6
Algarve	5,3	10,5	4,2	9,0	0,3	0,7	9,3	11,2	-0,3	10,0	-0,2	1,8
R. A. Açores	2,1	7,4	1,0	8,5	0,0	6,3	2,1	7,9	5,5	-4,4	-3,9	4,6
R. A. Madeira	6,4	13,3	6,8	3,4	13,1	6,7	3,1	6,1	5,6	14,1	9,7	7,3
Unit: %												
	Total B - S	B	C	D	E	F	G	H	I	K	P	Q

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Índice de Custo do Trabalho e Inquérito ao Emprego.

Source: Statistics Portugal, Labour Cost Index and Labour Force Survey.

**Nota:** O índice de custo do trabalho é um indicador que mede a evolução do custo médio da mão-de-obra por hora efectivamente trabalhada. Exclui as actividades: "Administração pública e defesa; segurança social obrigatória" (O) e a parte pública das actividades "Educação" (P) e "Actividades de saúde humana e apoio social" (Q).

Note: Labour Cost Index measures the changes in the average labour cost per effective hour worked. It excludes the following activities: "Public administration and defence; compulsory social security" (O) and the public component of "Education" (P) and "Human health and social work activities" (Q).

**TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO,  
SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE (CAE-REV.3) E O SEXO, 2008**

**EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO SECTOR OF MAIN ACTIVITY (CAE-REV.3) AND SEX, 2008**

II.5.18	Total			Primário CAE: A			Secundário CAE: B - F			Terciário CAE: G - U		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Unidade: N.º												
<b>Portugal</b>	2 267 915	1 284 194	983 721	36 524	24 805	11 719	798 315	563 750	234 565	1 433 076	695 639	737 437
<b>Continente</b>	2 171 074	1 228 831	942 243	34 859	23 388	11 471	772 288	541 961	230 327	1 363 927	663 482	700 445
<b>Lisboa</b>	703 975	396 251	307 724	3 117	2 007	1 110	148 665	115 581	33 084	552 193	278 663	273 530
<b>Grande Lisboa</b>	587 690	328 849	258 841	1 265	859	406	109 265	83 485	25 780	477 160	244 505	232 655
Amadora	29 745	16 941	12 804	12	8	4	8 308	6 241	2 067	21 425	10 692	10 733
Cascais	37 013	20 150	16 863	83	67	16	8 248	6 370	1 878	28 682	13 713	14 969
Lisboa	293 574	152 730	140 844	356	249	107	26 088	19 384	6 704	267 130	133 097	134 033
Loures	40 365	26 158	14 207	156	97	59	13 232	10 125	3 107	26 977	15 936	11 041
Mafra	16 662	10 662	6 000	...	175	...	...	3 474	...	11 602	7 013	4 589
Odivelas	16 700	9 813	6 887	...	15	...	...	4 350	...	11 053	5 448	5 605
Oeiras	65 856	38 232	27 624	22	17	5	10 646	8 074	2 572	55 188	30 141	25 047
Sintra	60 647	37 215	23 432	224	131	93	23 072	17 936	5 136	37 351	19 148	18 203
Vila Franca de Xira	27 128	16 948	10 180	131	100	31	9 245	7 531	1 714	17 752	9 317	8 435
<b>Península de Setúbal</b>	116 285	67 402	48 883	1 852	1 148	704	39 400	32 096	7 304	75 033	34 158	40 875
Alcochete	3 565	1 955	1 610	248	101	147	1 002	781	221	2 315	1 073	1 242
Almada	22 165	11 100	11 065	21	18	3	4 518	3 689	829	17 626	7 393	10 233
Barreiro	10 525	5 856	4 669	7	4	3	2 899	2 452	447	7 619	3 400	4 219
Moita	5 943	3 417	2 526	102	69	33	2 615	2 067	548	3 226	1 281	1 945
Montijo	8 458	4 261	4 197	546	230	316	2 234	1 639	595	5 678	2 392	3 286
Palmela	18 024	12 242	5 782	321	215	106	9 728	7 837	1 891	7 975	4 190	3 785
Seixal	19 069	11 440	7 629	21	15	6	7 496	6 050	1 446	11 552	5 375	6 177
Sesimbra	5 718	3 433	2 285	309	284	25	2 046	1 799	247	3 363	1 350	2 013
Setúbal	22 818	13 698	9 120	277	212	65	6 862	5 782	1 080	15 679	7 704	7 975
Unit: No.	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Total			Primary CAE: A			Secondary CAE: B - F			Tertiary CAE: G - U		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

**Fonte:** Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal.  
Source: Ministry of Labour and Social Solidarity, Lists of personnel.

**Nota:** Os dados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.  
Note: Data refers to full time employees with full remuneration.

GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO,  
SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE (CAE–REV.3) E O SEXO, 2008

MEAN MONTHLY EARNING OF EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO SECTOR OF MAIN ACTIVITY (CAE–REV.3) AND SEX, 2008

II.5.19	Total			Primário CAE: A			Secundário CAE: B - F			Terciário CAE: G - U		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Unidade: €												
Portugal	1 008,0	1 112,4	871,6	714,5	761,8	614,5	915,4	985,4	747,3	1 067,0	1 227,9	915,3
Continente	1 010,4	1 115,4	873,4	716,2	766,5	613,7	914,1	985,4	746,2	1 072,4	1 233,9	919,5
Lisboa	1 291,9	1 430,3	1 113,7	802,6	880,9	661,2	1 213,6	1 239,6	1 122,4	1 315,8	1 513,3	1 114,5
Grande Lisboa	1 347,3	1 488,9	1 167,5	805,0	849,4	710,8	1 236,1	1 259,3	1 161,2	1 374,2	1 569,5	1 169,0
Amadora	1 263,1	1 405,3	1 074,9	1 041,0	1 098,4	926,0	1 224,6	1 265,3	1 101,7	1 278,1	1 487,3	1 069,8
Cascais	1 088,6	1 181,1	978,1	743,5	724,5	823,2	1 103,4	1 133,1	1 002,7	1 085,4	1 205,7	975,2
Lisboa	1 496,1	1 697,2	1 278,0	998,5	1 041,4	898,6	1 468,5	1 483,7	1 424,8	1 499,5	1 729,5	1 271,0
Loures	1 060,0	1 141,8	909,5	698,7	729,4	648,3	1 135,1	1 170,4	1 020,1	1 025,3	1 126,1	879,8
Mafra	833,4	884,2	743,0	587,1	616,5	529,8	845,9	885,4	742,0	833,8	890,3	747,5
Odivelas	848,4	905,2	767,4	1 041,8	1 067,9	...	850,5	860,1	817,9	847,0	940,8	755,9
Oeiras	1 667,0	1 866,1	1 391,4	1 085,7	992,8	1 401,6	1 532,5	1 557,4	1 454,4	1 693,2	1 949,4	1 385,0
Sintra	1 068,1	1 155,7	929,1	663,8	733,2	566,1	1 090,7	1 111,3	1 018,7	1 056,6	1 200,1	905,7
Vila Franca de Xira	1 081,0	1 195,2	891,0	1 029,0	1 054,5	946,6	1 312,6	1 338,6	1 198,4	960,8	1 080,8	828,3
Península de Setúbal	1 011,9	1 144,6	828,9	801,0	904,4	632,5	1 151,0	1 188,6	985,5	944,0	1 111,2	804,3
Alcochete	1 312,9	1 717,9	821,0	659,1	810,8	554,9	1 091,5	1 112,3	1 017,9	1 478,7	2 244,1	817,5
Almada	988,3	1 094,6	881,7	603,2	631,4	434,0	1 001,9	1 025,0	899,1	985,3	1 130,5	880,4
Barreiro	980,6	1 118,8	807,3	598,6	551,3	661,7	1 151,9	1 192,7	928,1	915,8	1 066,2	794,6
Moita	839,3	913,2	739,3	720,4	780,9	593,7	848,0	881,8	720,4	836,0	971,1	747,1
Montijo	880,7	1 004,7	754,9	644,2	741,5	573,4	912,5	986,0	710,2	891,0	1 042,9	780,4
Palmela	1 160,3	1 273,9	919,9	794,7	859,8	662,7	1 298,8	1 335,2	1 147,7	1 006,2	1 180,5	813,3
Seixal	937,4	1 043,3	778,5	702,4	752,8	576,4	1 059,2	1 102,2	879,0	858,8	977,8	755,2
Sesimbra	867,2	971,6	710,4	887,0	904,4	689,5	1 002,9	1 019,0	885,9	782,9	922,7	689,1
Setúbal	1 076,8	1 227,7	850,2	1 206,0	1 251,6	1 057,3	1 385,6	1 413,4	1 236,5	939,4	1 087,7	796,2
Unit: €	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Total			Primary CAE: A			Secondary CAE: B - F			Tertiary CAE: G - U		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal.  
Source: Ministry of Labour and Social Solidarity, Lists of personnel.

Nota: Os dados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.  
Note: Data refers to full time employees with full remuneration.

## TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O ESCALÃO DE PESSOAL DA EMPRESA, 2008

## EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO EMPLOYEES SIZE CLASS, 2008

II.5.20	Total	Escalaão de pessoal						
		1 - 9	10 - 19	20 - 49	50 - 99	100 - 249	250 - 499	500 e mais
Unidade: N.º								
Portugal	2 267 915	556 946	282 028	363 102	241 431	268 063	142 995	413 350
Continente	2 171 074	534 945	269 461	345 649	228 489	258 886	137 255	396 389
Lisboa	703 975	142 390	73 178	90 843	68 006	90 054	53 322	186 182
Grande Lisboa	587 690	113 387	59 655	74 562	56 179	76 904	45 085	161 918
Amadora	29 745	6 550	2 914	3 533	2 674	4 763	2 058	7 253
Cascais	37 013	9 629	5 085	5 635	3 914	4 972	2 212	5 566
Lisboa	293 574	47 291	25 107	33 006	25 264	35 125	21 299	106 482
Loures	40 365	9 217	5 126	6 503	4 509	5 212	4 259	5 539
Mafra	16 662	4 624	2 106	2 700	1 488	1 871	453	3 420
Odivelas	16 700	6 185	2 834	2 623	1 276	1 125	469	2 188
Oeiras	65 856	8 252	5 417	7 811	7 623	11 142	8 511	17 100
Sintra	60 647	16 326	8 412	9 115	6 253	8 639	4 313	7 589
Vila Franca de Xira	27 128	5 313	2 654	3 636	3 178	4 055	1 511	6 781
Península de Setúbal	116 285	29 003	13 523	16 281	11 827	13 150	8 237	24 264
Alcochete	3 565	756	404	754	816	384	51	400
Almada	22 165	6 553	2 924	2 561	1 870	2 052	833	5 372
Barreiro	10 525	2 304	943	1 358	1 507	1 037	1 031	2 345
Moita	5 943	1 866	833	989	470	875	347	563
Montijo	8 458	2 173	1 153	1 208	812	1 416	701	995
Palmela	18 024	2 745	1 485	2 412	1 595	2 431	2 389	4 967
Seixal	19 069	5 627	2 485	2 950	1 960	1 663	980	3 404
Sesimbra	5 718	2 168	874	863	378	536	369	530
Setúbal	22 818	4 811	2 422	3 186	2 419	2 756	1 536	5 688
Unit: No.	Total	1 - 9	10 - 19	20 - 49	50 - 99	100 - 249	250 - 499	500 and over
		Employees size class						

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal.  
 Source: Ministry of Labour and Social Solidarity, Lists of personnel.

Nota: Os dados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.  
 Note: Data refers to full time employees with full remuneration.

**GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO,  
SEGUNDO O ESCALÃO DE PESSOAL DA EMPRESA, 2008**

**MEAN MONTHLY EARNING OF EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO EMPLOYEES SIZE CLASS, 2008**

II.5.21	Unidade: €	Total	Escalaão de pessoal						
			1 - 9	10 - 19	20 - 49	50 - 99	100 - 249	250 - 499	500 e mais
Portugal		1 008,0	710,6	841,7	931,2	1 038,8	1 150,5	1 267,4	1 389,4
Continente		1 010,4	710,6	842,5	933,2	1 043,7	1 154,3	1 272,0	1 392,6
Lisboa		1 291,9	828,6	1 046,5	1 221,3	1 374,2	1 488,9	1 617,8	1 558,5
Grande Lisboa		1 347,3	858,9	1 083,5	1 282,6	1 447,1	1 534,3	1 678,2	1 600,8
Amadora		1 263,1	780,7	955,9	1 241,2	1 193,7	1 465,4	1 675,5	1 608,5
Cascais		1 088,6	787,4	976,7	1 097,2	1 132,6	1 431,4	1 184,1	1 328,4
Lisboa		1 496,1	963,2	1 216,8	1 446,7	1 641,2	1 569,9	1 688,3	1 716,7
Loures		1 060,0	757,0	869,0	976,5	1 156,7	1 372,0	1 379,1	1 221,8
Mafra		833,4	682,7	896,6	936,8	906,8	904,1	881,3	839,4
Odivelas		848,4	692,6	829,0	895,6	927,2	1 145,8	1 266,0	969,0
Oeiras		1 667,0	1 025,0	1 393,7	1 627,3	1 789,9	1 991,2	2 206,1	1 547,2
Sintra		1 068,1	751,1	914,0	1 043,1	1 133,1	1 348,1	1 429,6	1 373,5
Vila Franca de Xira		1 081,0	754,1	905,5	1 062,4	1 173,1	1 182,5	1 208,5	1 283,7
Península de Setúbal		1 011,9	710,2	883,1	940,7	1 028,3	1 223,3	1 287,6	1 275,8
Alcochete		1 312,9	749,7	869,7	1 010,4	1 110,5	4 185,0	770,2	1 120,0
Almada		988,3	702,5	853,8	886,6	931,2	1 359,8	1 080,3	1 322,5
Barreiro		980,6	705,5	861,5	901,6	1 027,4	1 174,5	1 341,9	1 070,0
Moita		839,3	677,6	799,9	892,7	788,7	1 039,8	726,6	1 139,5
Montijo		880,7	716,1	899,8	863,5	918,3	890,5	913,9	1 171,3
Palmela		1 160,3	752,2	922,6	964,1	1 206,5	1 267,1	1 374,8	1 382,0
Seixal		937,4	692,9	882,2	936,7	923,9	1 091,7	1 233,8	1 229,2
Sesimbra		867,2	626,2	802,6	958,5	845,8	908,0	1 778,4	1 150,8
Setúbal		1 076,8	760,7	955,5	1 009,6	1 155,1	1 058,6	1 458,6	1 306,0
Unit: €		Total	1 - 9	10 - 19	20 - 49	50 - 99	100 - 249	250 - 499	500 and over
			Employees size class						

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

**Fonte:** Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal.  
**Source:** Ministry of Labour and Social Solidarity, Lists of personnel.

**Nota:** Os dados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.  
**Note:** Data refers to full time employees with full remuneration.

## TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES, 2008

## EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO EDUCATION LEVEL, 2008

II.5.22	Total	Nível de habilitações								
		Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Unidade: N.º										
Portugal	2 267 915	26 640	434 894	435 319	525 037	502 989	51 269	259 846	14 229	2 969
Continente	2 171 074	24 907	414 126	415 435	501 166	481 648	50 305	252 169	13 940	2 927
Lisboa	703 975	6 595	99 766	86 516	155 402	194 603	21 473	124 517	6 975	1 173
Grande Lisboa	587 690	5 229	79 198	67 808	123 355	165 762	18 952	114 227	6 433	1 078
Amadora	29 745	404	4 697	3 730	6 178	7 451	1 050	5 500	356	30
Cascais	37 013	350	5 469	4 901	9 338	10 413	1 177	4 818	231	36
Lisboa	293 574	2 238	32 532	27 126	54 990	87 625	10 584	71 732	3 715	692
Loures	40 365	464	7 906	6 511	10 320	9 804	798	3 744	246	29
Mafra	16 662	160	3 350	3 757	4 671	3 144	169	1 042	33	17
Odivelas	16 700	299	3 486	2 796	4 229	4 306	224	976	117	10
Oeiras	65 856	306	5 704	5 295	11 313	20 571	2 981	17 969	1 116	183
Sintra	60 647	744	10 948	9 384	15 168	15 536	1 405	6 075	415	52
Vila Franca de Xira	27 128	264	5 106	4 308	7 148	6 912	564	2 371	204	29
Península de Setúbal	116 285	1 366	20 568	18 708	32 047	28 841	2 521	10 290	542	95
Alcochete	3 565	51	683	503	888	1 032	69	252	42	...
Almada	22 165	238	3 691	3 349	5 412	5 782	549	2 791	133	13
Barreiro	10 525	79	2 101	1 741	2 934	2 450	162	958	29	15
Moita	5 943	123	1 202	1 033	1 619	1 409	77	378	33	...
Montijo	8 458	136	1 711	1 419	2 229	2 087	146	615	27	3
Palmela	18 024	236	2 278	2 846	5 832	4 438	542	1 577	91	5
Seixal	19 069	186	3 184	3 098	5 367	5 085	377	1 377	69	28
Sesimbra	5 718	100	1 450	1 061	1 514	1 134	64	293	18	7
Setúbal	22 818	217	4 268	3 658	6 252	5 424	535	2 049	100	20
Unit: No.	Total	Below basic education	Basic education 1st cycle	Basic education 2nd cycle	Basic education 3rd cycle	Secondary	Baccalaureate degree	Higher education degree	Masters degree	Doctorate degree
		Education level								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal.  
Source: Ministry of Labour and Social Solidarity, Lists of personnel.

Nota: Os dados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.  
O total inclui trabalhadores com nível de habilitação desconhecido.  
O Ensino Secundário inclui o ensino pós secundário não superior de nível IV.  
Note: Data refers to full time employees with full remuneration.  
Total includes workers with qualification of unknown level.  
The Secondary education includes post secondary non-tertiary level IV.

GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO,  
SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES, 2008  
MEAN MONTHLY EARNING OF EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO EDUCATION LEVEL, 2008

II.5.23	Unidade: €	Total	Nível de habilitações								
			Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Portugal		1 008,0	636,4	727,0	741,3	837,8	1 083,9	1 786,5	1 954,5	2 017,6	2 221,8
Continente		1 010,4	631,3	723,6	739,7	837,9	1 085,6	1 784,5	1 957,3	2 016,0	2 233,0
Lisboa		1 291,9	668,5	801,5	858,4	969,5	1 273,1	2 102,0	2 271,2	2 374,5	2 487,0
Grande Lisboa		1 347,3	661,9	801,9	863,6	987,2	1 316,0	2 143,7	2 304,9	2 419,8	2 545,9
Amadora		1 263,1	691,4	752,4	828,3	907,7	1 290,3	1 992,6	2 206,0	2 645,2	2 147,5
Cascais		1 088,6	676,7	789,1	830,4	863,2	1 085,5	2 078,4	1 915,2	1 788,2	1 247,3
Lisboa		1 496,1	661,5	807,2	895,0	1 080,8	1 390,5	2 197,5	2 356,8	2 635,3	2 679,7
Loures		1 060,0	626,7	813,2	853,3	932,5	1 115,9	1 941,7	2 029,0	1 709,9	1 715,5
Mafra		833,4	652,0	754,7	765,8	767,5	895,3	1 396,6	1 385,7	1 410,2	2 259,8
Odivelas		848,4	596,3	725,7	776,1	770,8	908,6	1 507,1	1 501,0	1 223,8	1 571,9
Oeiras		1 667,0	680,4	829,7	925,4	1 063,0	1 572,3	2 334,6	2 511,7	2 288,6	2 807,6
Sintra		1 068,1	670,1	798,3	843,7	886,1	1 138,6	1 941,2	2 026,2	1 934,2	2 103,4
Vila Franca de Xira		1 081,0	698,0	868,9	858,8	942,4	1 111,7	1 809,2	2 072,2	2 227,4	1 852,9
Península de Setúbal		1 011,9	693,7	800,1	839,6	901,4	1 026,5	1 788,0	1 898,2	1 836,7	1 818,7
Alcochete		1 312,9	573,4	1 144,6	1 297,6	1 291,8	1 325,4	1 634,9	1 892,2	1 805,1	...
Almada		988,3	630,8	732,8	750,3	809,7	954,0	1 541,9	1 935,9	1 870,3	1 895,3
Barreiro		980,6	585,8	798,5	808,0	900,0	1 031,2	1 581,6	1 752,8	1 352,8	1 341,5
Moita		839,3	551,0	714,0	736,2	781,8	914,9	1 273,4	1 483,1	1 421,0	1 032,5
Montijo		880,7	599,8	721,8	760,4	778,3	925,4	1 660,4	1 675,3	2 170,5	1 887,4
Palmela		1 160,3	957,3	796,9	902,9	1 061,8	1 199,9	2 186,6	2 067,6	2 451,2	1 776,4
Seixal		937,4	651,9	795,3	816,8	817,1	956,1	1 792,3	1 772,6	1 465,3	2 016,0
Sesimbra		867,2	702,0	809,3	835,3	773,7	869,1	1 730,1	1 575,9	1 268,9	2 269,4
Setúbal		1 076,8	715,2	861,7	904,6	954,4	1 069,5	1 831,8	2 059,0	1 791,8	1 767,8
Unit: €		Total	Below basic education	Basic education 1st cycle	Basic education 2nd cycle	Basic education 3rd cycle	Secondary	Baccalaureate degree	Higher education degree	Masters degree	Doctorate degree
			Education level								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal.  
Source: Ministry of Labour and Social Solidarity, Lists of personnel.

Nota: Os dados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.  
O total inclui trabalhadores com nível de habilitação desconhecido.  
O Ensino Secundário inclui o ensino pós secundário não superior de nível IV.  
Note: Data refers to full time employees with full remuneration.  
Total includes workers with qualification of unknown level.  
The Secondary education includes post secondary non-tertiary level IV.





## Protecção Social

Social Protection



## INDICADORES DE PRESTAÇÕES SOCIAIS DA SEGURANÇA SOCIAL POR MUNICÍPIO, 2009

## SOCIAL BENEFITS OF SOCIAL SECURITY INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

II.6.1	Valor médio anual das pensões				Valor médio do subsídio de desemprego			Valor médio do subsídio de doença	Número médio de dias de subsídio de desemprego			Número médio de dias de subsídio de doença
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	HM	H	M		HM	H	M	
	€								dias			
Portugal	4 535	4 383	5 288	2 617	3 411	3 663	3 176	797	215	212	219	52
Continente	4 560	4 376	5 312	2 628	3 416	3 669	3 183	789	215	211	219	52
Lisboa	5 790	4 804	6 845	3 200	3 826	4 032	3 610	999	211	206	216	54
Grande Lisboa	5 930	4 667	7 024	3 279	3 895	4 078	3 703	901	211	207	215	47
Amadora	5 695	4 838	6 680	3 112	3 708	3 795	3 607	810	216	210	222	48
Cascais	6 486	5 268	7 649	3 483	4 361	4 618	4 121	1 019	212	210	215	46
Lisboa	5 902	4 184	6 999	3 402	4 103	4 238	3 955	974	212	211	214	46
Loures	5 721	4 864	6 780	3 040	3 622	3 783	3 438	845	206	201	211	47
Mafra	4 691	4 786	5 491	2 556	3 912	4 322	3 555	911	214	215	213	55
Odivelas	6 048	5 125	7 109	3 061	3 506	3 652	3 334	762	202	196	207	46
Oeiras	7 115	5 425	8 389	3 756	4 549	4 726	4 380	970	209	209	210	42
Sintra	5 690	4 838	6 753	3 137	3 724	3 948	3 503	880	214	207	220	50
Vila Franca de Xira	5 720	4 882	6 840	3 147	3 648	3 970	3 335	847	206	198	214	46
Península de Setúbal	5 413	5 116	6 348	2 989	3 677	3 934	3 404	1 253	212	205	219	70
Alcochete	4 859	5 606	5 528	2 834	4 100	4 267	3 915	1 147	224	217	233	62
Almada	5 548	4 930	6 495	3 138	3 814	4 063	3 545	1 149	215	212	219	61
Barreiro	5 844	5 559	6 829	3 265	3 762	3 991	3 506	1 205	214	203	226	62
Moita	5 314	5 545	6 181	3 006	3 809	4 165	3 387	1 267	222	218	226	74
Montijo	4 400	4 902	5 060	2 544	3 724	4 071	3 361	1 006	219	219	220	64
Palmela	4 906	4 726	5 771	2 640	3 475	3 822	3 151	1 506	207	201	213	86
Seixal	5 651	5 081	6 626	2 967	3 769	4 028	3 508	1 243	213	207	220	72
Sesimbra	5 173	4 798	6 130	2 738	3 658	4 147	3 231	1 184	208	204	212	77
Setúbal	5 487	4 890	6 511	3 037	3 382	3 499	3 248	1 469	202	189	217	78
	€								days			
	Total	Disability	Old age	Survivors	MF	M	F	Mean value of sickness benefit	MF	M	F	Mean number of days of sickness benefit
	Annual mean value of pensions				Mean value of unemployment benefits				Mean number of days of unemployment benefit			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto de Informática, I.P.

Source: Ministry of Labour and Social Solidarity - Institute for Informatics, I.P.

## PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O TIPO DE PENSÃO, 2009

## SOCIAL SECURITY PENSIONERS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO THE TYPE OF PENSION, 2009

II.6.2	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pensionistas em 31 Dez.	Total	Pensionistas em 31 Dez.	Total	Pensionistas em 31 Dez.	Total	Pensionistas em 31 Dez.
Unidade: N.º								
Portugal	2 903 592	2 780 209	297 327	290 225	1 888 395	1 811 893	717 870	678 091
Continente	2 785 016	2 667 580	280 009	273 365	1 822 563	1 749 471	682 444	644 744
Lisboa	722 978	694 324	66 910	65 162	484 260	466 543	171 808	162 619
Grande Lisboa	527 380	506 711	46 445	45 229	356 049	343 160	124 886	118 322
Amadora	45 401	43 776	4 231	4 105	30 813	29 820	10 357	9 851
Cascais	44 649	42 846	3 202	3 109	30 808	29 702	10 639	10 035
Lisboa	207 097	198 578	17 949	17 542	140 047	134 545	49 101	46 491
Loures	59 885	57 674	5 077	4 958	40 455	39 086	14 353	13 630
Mafra	15 456	14 778	1 571	1 527	10 052	9 625	3 833	3 626
Odivelas	19 594	18 950	2 096	2 011	13 389	13 041	4 109	3 898
Oeiras	36 852	35 555	2 802	2 720	25 709	24 904	8 341	7 931
Sintra	72 201	69 417	7 167	6 976	47 598	45 923	17 436	16 518
Vila Franca de Xira	26 245	25 137	2 350	2 281	17 178	16 514	6 717	6 342
Península de Setúbal	195 598	187 613	20 465	19 933	128 211	123 383	46 922	44 297
Alcochete	4 012	3 857	503	494	2 498	2 399	1 011	964
Almada	45 851	44 050	4 371	4 243	30 581	29 461	10 899	10 346
Barreiro	24 512	23 628	3 100	3 045	15 740	15 192	5 672	5 391
Moita	19 902	19 050	2 501	2 445	12 470	11 947	4 931	4 658
Montijo	12 222	11 626	1 307	1 265	7 789	7 438	3 126	2 923
Palmela	14 911	14 164	1 368	1 329	9 883	9 436	3 660	3 399
Seixal	32 256	31 064	3 494	3 401	21 648	20 956	7 114	6 707
Sesimbra	10 601	10 151	914	890	7 054	6 764	2 633	2 497
Setúbal	31 331	30 023	2 907	2 821	20 548	19 790	7 876	7 412
Unit: No.	Total	Pensioners on 31 Dec.	Total	Pensioners on 31 Dec.	Total	Pensioners on 31 Dec.	Total	Pensioners on 31 Dec.
	Total		Disability		Old age		Survivors	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto de Informática, I.P.  
Source: Ministry of Labour and Social Solidarity - Institute for Informatics, I.P.

Nota: O total de pensionistas corresponde ao número de pensionistas em 31 de Dezembro adicionado do número de pensionistas suspensos.  
Note: The total for pensioners corresponds to the number of pensioners on December 31 added to the number of suspended pensioners.

## PENSÕES DA SEGURANÇA SOCIAL POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O TIPO DE PENSÃO, 2009

## SOCIAL SECURITY PENSIONS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO THE TYPE OF PENSION, 2009

II.6.3	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pensões em 31 Dez.	Total	Pensões em 31 Dez.	Total	Pensões em 31 Dez.	Total	Pensões em 31 Dez.
Unidade: milhares de euros								
Portugal	13 167 016	12 964 985	1 303 242	1 289 494	9 984 980	9 835 389	1 878 795	1 840 103
Continente	12 700 337	12 507 175	1 225 446	1 212 588	9 681 163	9 537 629	1 793 728	1 756 959
Lisboa	4 186 093	4 129 521	321 442	317 390	3 314 912	3 272 816	549 740	539 314
Grande Lisboa	3 127 242	3 085 455	216 745	213 764	2 501 007	2 469 772	409 490	401 920
Amadora	258 544	255 453	20 470	20 239	205 844	203 508	32 231	31 706
Cascais	289 579	285 925	16 869	16 606	235 660	233 036	37 050	36 283
Lisboa	1 222 347	1 204 465	75 099	74 014	980 214	966 600	167 033	163 851
Loures	342 628	338 315	24 696	24 377	274 302	271 078	43 630	42 861
Mafra	72 508	71 338	7 519	7 379	55 194	54 324	9 796	9 635
Odivelas	118 506	117 268	10 742	10 558	95 188	94 360	12 576	12 351
Oeiras	262 214	259 445	15 200	15 048	215 682	213 585	31 332	30 813
Sintra	410 800	405 289	34 677	34 259	321 423	317 346	54 701	53 685
Vila Franca de Xira	150 115	147 957	11 472	11 285	117 501	115 935	21 142	20 737
Península de Setúbal	1 058 852	1 044 065	104 697	103 626	813 905	803 044	140 250	137 394
Alcochete	19 494	19 203	2 820	2 793	13 809	13 597	2 865	2 814
Almada	254 382	250 896	21 550	21 359	198 635	196 007	34 197	33 530
Barreiro	143 241	141 470	17 233	17 117	107 487	106 163	18 521	18 189
Moita	105 760	104 134	13 869	13 725	77 071	75 889	14 820	14 521
Montijo	53 772	52 721	6 408	6 321	39 413	38 642	7 951	7 758
Palmela	73 156	71 973	6 465	6 376	57 030	56 177	9 661	9 420
Seixal	182 290	180 089	17 751	17 542	143 433	141 874	21 105	20 673
Sesimbra	54 836	54 054	4 386	4 344	43 241	42 631	7 209	7 080
Setúbal	171 921	169 524	14 216	14 050	133 786	132 065	23 920	23 409
Unit: thousand euros	Total	Pensions on 31 Dec.	Total	Pensions on 31 Dec.	Total	Pensions on 31 Dec.	Total	Pensions on 31 Dec.
	Total		Disability		Old age		Survivors	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto de Informática, I.P.  
Source: Ministry of Labour and Social Solidarity - Institute for Informatics, I.P.

Nota: O total de pensões pagas corresponde às pensões pagas em 31 de Dezembro adicionado das pensões pagas aos pensionistas suspensos.  
Note: The total of pensions corresponds to the number of pensions paid on December 31 added to the number of pensions paid to the suspended pensioners.

## BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO DA SEGURANÇA SOCIAL POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O SEXO E A IDADE, 2009

## RECIPIENTS OF UNEMPLOYMENT BENEFITS OF SOCIAL SECURITY BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO SEX AND AGE, 2009

II.6.4	Unidade: N.º	Total	Sexo				Idade					
			H		M		Menos de 25 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
			Total	Novos beneficiários	Total	Novos beneficiários						
Portugal	547 455	264 578	141 607	282 877	132 715	46 603	70 330	146 281	120 786	60 479	102 976	
Continente	526 700	252 926	135 239	273 774	127 997	43 683	66 853	140 575	116 284	58 640	100 665	
Lisboa	131 595	67 409	37 266	64 186	30 837	10 020	16 889	38 744	28 258	13 571	24 113	
Grande Lisboa	90 145	46 016	25 230	44 129	21 390	6 737	11 394	26 359	19 601	9 127	16 927	
Amadora	8 904	4 770	2 593	4 134	1 861	650	1 150	2 383	1 926	965	1 830	
Cascais	8 094	3 912	2 169	4 182	2 094	512	888	2 437	1 864	852	1 541	
Lisboa	20 704	10 809	5 773	9 895	4 783	1 516	2 647	5 815	4 438	2 211	4 077	
Loures	9 682	5 158	2 780	4 524	2 243	866	1 166	2 535	2 080	1 049	1 986	
Mafra	2 655	1 236	714	1 419	732	236	393	896	543	213	374	
Odivelas	6 569	3 546	2 079	3 023	1 545	486	876	1 919	1 346	661	1 281	
Oeiras	6 079	2 964	1 632	3 115	1 576	365	732	1 806	1 249	602	1 325	
Sintra	19 855	9 867	5 434	9 988	4 732	1 398	2 455	6 349	4 625	1 869	3 159	
Vila Franca de Xira	7 603	3 754	2 056	3 849	1 824	708	1 087	2 219	1 530	705	1 354	
Península de Setúbal	41 450	21 393	12 036	20 057	9 447	3 283	5 495	12 385	8 657	4 444	7 186	
Alcochete	798	420	245	378	172	80	95	252	178	77	116	
Almada	7 588	3 934	2 215	3 654	1 798	568	954	2 210	1 588	837	1 431	
Barreiro	4 411	2 330	1 317	2 081	925	332	574	1 243	925	475	862	
Moita	4 151	2 248	1 229	1 903	886	354	574	1 136	868	516	703	
Montijo	2 676	1 369	747	1 307	599	225	356	787	552	274	482	
Palmela	3 690	1 784	1 005	1 906	916	299	463	1 084	774	367	703	
Seixal	8 008	4 017	2 290	3 991	1 947	617	1 079	2 424	1 715	861	1 312	
Sesimbra	2 093	977	595	1 116	562	154	309	707	420	199	304	
Setúbal	8 035	4 314	2 393	3 721	1 642	654	1 091	2 542	1 637	838	1 273	
Unit: No.	Total	Total	New recipients	Total	New recipients	Under 25 years	25-29 years	30-39 years	40-49 years	50-54 years	55 years and over	
		M		F								
		Sex										
		Age										

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto de Informática, I.P.  
 Source: Ministry of Labour and Social Solidarity - Institute for Informatics, I.P.

**Nota:** Inclui beneficiários de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial, subsídio social de desemprego subsequente e prolongamento de subsídio social de desemprego.  
 O total de Portugal inclui beneficiários de prestações de desemprego com residência não determinada.  
 Informação disponível à data de 16-04-2010.  
**Note:** Data include unemployment benefit, initial unemployment social benefit, unemployment social benefit following the unemployment benefit and extension of unemployment social benefit.  
 Total for Portugal includes recipients of unemployment benefit whose residence is unknown.  
 Information available on 16-04-2010.

## VALOR E NÚMERO DE DIAS DE SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO DA SEGURANÇA SOCIAL POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O SEXO, 2009

VALUE AND NUMBER OF DAYS OF UNEMPLOYMENT BENEFITS OF SOCIAL SECURITY BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO SEX, 2009

II.6.5	Valores processados			Dias processados		
	HM	H	M	HM	H	M
	milhares de euros			N.º		
Portugal	1 867 525	969 200	898 325	117 908 560	55 965 366	61 943 194
Continente	1 799 400	928 077	871 323	113 388 567	53 386 051	60 002 516
Lisboa	503 500	271 809	231 691	27 792 170	13 902 933	13 889 237
Grande Lisboa	351 076	187 652	163 424	19 000 179	9 512 861	9 487 318
Amadora	33 012	18 103	14 910	1 920 926	1 002 431	918 495
Cascais	35 299	18 064	17 235	1 718 687	819 997	898 690
Lisboa	84 949	45 812	39 137	4 397 586	2 282 016	2 115 570
Loures	35 064	19 510	15 554	1 990 721	1 036 910	953 811
Mafra	10 387	5 342	5 044	568 462	265 818	302 644
Odivelas	23 029	12 951	10 078	1 323 986	696 735	627 251
Oeiras	27 651	14 008	13 644	1 271 478	618 261	653 217
Sintra	73 945	38 958	34 987	4 239 244	2 046 283	2 192 961
Vila Franca de Xira	27 739	14 904	12 835	1 569 089	744 410	824 679
Península de Setúbal	152 424	84 157	68 267	8 791 991	4 390 072	4 401 919
Alcochete	3 272	1 792	1 480	179 115	91 036	88 079
Almada	28 939	15 985	12 955	1 634 872	833 868	801 004
Barreiro	16 596	9 299	7 296	943 937	473 773	470 164
Moita	15 809	9 363	6 446	919 762	489 464	430 298
Montijo	9 966	5 574	4 392	586 872	299 554	287 318
Palmela	12 824	6 818	6 006	764 094	358 943	405 151
Seixal	30 182	16 181	14 002	1 707 635	830 304	877 331
Sesimbra	7 657	4 052	3 605	435 605	199 156	236 449
Setúbal	27 178	15 094	12 084	1 620 099	813 974	806 125
	thousand euros			No.		
	MF	M	F	MF	M	F
	Values paid			Days subsidized		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto de Informática, I.P.

Source: Ministry of Labour and Social Solidarity - Institute for Informatics, I.P.

Nota: Inclui beneficiários de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial, subsídio social de desemprego subsequente e prolongamento de subsídio social de desemprego.

O total de Portugal inclui beneficiários de prestações de desemprego com residência não determinada.

Informação disponível à data de 16-04-2010.

Note: Data include unemployment benefit, initial unemployment social benefit, unemployment social benefit following the unemployment benefit and extension of unemployment social benefit.

Total for Portugal includes recipients of unemployment benefit whose residence is unknown.

Information available on 16-04-2010.

PRINCIPAIS PRESTAÇÕES FAMILIARES DA SEGURANÇA SOCIAL, POR MUNICÍPIO, 2009

MAIN FAMILY ALLOWANCES OF SOCIAL SECURITY BY MUNICIPALITY, 2009

II.6.6	Abono de família a crianças e jovens			Subsídio por assistência de 3ª pessoa			Subsídio mensal vitalício			Subsídio de funeral	
	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado	Beneficiários	Valor processado
	N.º		milhares de euros	N.º		milhares de euros	N.º		milhares de euros	N.º	milhares de euros
Portugal	1 260 373	1 860 072	915 951	12 764	12 985	12 876	11 829	12 360	27 810	18 141	3 874
Continente	1 193 523	1 744 733	856 214	11 669	11 821	11 718	10 905	11 313	25 432	17 217	3 656
Lisboa	312 817	468 309	233 893	2 894	2 925	2 923	2 937	3 009	6 794	3 149	668
Grande Lisboa	224 059	338 024	169 587	2 211	2 238	2 250	2 337	2 397	5 421	2 308	490
Amadora	21 097	32 779	17 683	223	231	226	205	215	475	195	41
Cascais	21 465	32 430	15 491	177	177	186	205	209	477	263	56
Lisboa	46 509	69 845	35 507	665	670	670	967	993	2 263	610	129
Loures	24 968	38 454	19 838	233	237	243	258	262	594	257	54
Mafra	9 431	13 917	6 494	114	115	113	74	76	170	116	25
Odivelas	15 956	23 702	12 073	123	123	125	108	108	242	143	30
Oeiras	15 153	22 931	10 790	131	133	136	151	154	345	169	36
Sintra	52 327	79 324	40 168	388	392	390	273	283	631	389	83
Vila Franca de Xira	17 153	24 642	11 543	157	160	161	96	97	224	166	35
Península de Setúbal	88 758	130 285	64 306	683	687	673	600	612	1 373	841	178
Alcochete	1 827	2 638	1 174	10	10	9	13	13	28	14	3
Almada	17 879	26 806	13 663	136	139	140	140	144	332	172	36
Barreiro	8 727	12 514	6 037	93	93	88	87	87	193	96	20
Moita	8 447	12 591	6 512	70	71	67	66	67	150	74	16
Montijo	5 910	8 365	4 040	48	47	46	31	31	70	51	11
Palmela	7 373	10 670	4 919	57	57	55	41	41	89	81	17
Seixal	18 118	27 048	13 464	108	109	107	78	81	178	154	33
Sesimbra	5 904	8 507	4 002	44	43	44	31	33	75	69	15
Setúbal	14 573	21 146	10 496	117	118	115	113	115	258	130	28

	No.		thousand euros	No.		thousand euros	No.		thousand euros	No.	thousand euros
	Recipients	Descendants or equal status	Value paid	Recipients	Descendants or equal status	Value paid	Recipients	Descendants or equal status	Value paid	Recipients	Value paid
	Family or child allowance			Tertiary care allowance			Monthly living allowance			Funeral grant	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto de Informática, I.P.  
Source: Ministry of Labour and Social Solidarity - Institute for Informatics, I.P.

Nota: O total de Portugal inclui beneficiários de prestações familiares com residência não determinada.  
Informação disponível à data de 16-04-2010.  
Note: Total for Portugal includes recipients of family allowances whose residence is unknown.  
Information available on 16-04-2010.



## SUBSÍDIOS POR DOENÇA DA SEGURANÇA SOCIAL, POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O SEXO, 2009

## SICKNESS BENEFITS OF SOCIAL SECURITY BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO SEX, 2009

II.6.7	Subsídios por doença								
	Beneficiários			Dias processados			Valor processado		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
	N.º						milhares de euros		
Portugal	585 664	239 199	346 465	30 616 325	12 782 512	17 833 813	466 510	232 917	233 592
Continente	562 722	228 468	334 254	29 095 772	12 091 048	17 004 724	444 080	220 103	223 977
Lisboa	146 604	52 847	93 757	7 865 369	2 847 260	5 018 109	146 488	66 037	80 451
Grande Lisboa	105 780	38 270	67 510	4 992 709	1 863 411	3 129 298	95 343	43 890	51 454
Amadora	9 218	3 275	5 943	440 462	164 060	276 402	7 462	3 346	4 117
Cascais	9 568	3 443	6 125	436 382	165 012	271 370	9 749	4 760	4 988
Lisboa	24 988	9 002	15 986	1 150 089	434 706	715 383	24 328	10 890	13 438
Loures	11 469	4 144	7 325	539 903	205 500	334 403	9 697	4 586	5 111
Mafra	4 444	1 762	2 682	242 752	92 256	150 496	4 050	1 907	2 143
Odivelas	8 134	2 926	5 208	372 170	140 764	231 406	6 195	2 924	3 271
Oeiras	8 104	2 726	5 378	342 145	122 164	219 981	7 859	3 544	4 315
Sintra	21 896	7 968	13 928	1 104 288	401 026	703 262	19 261	8 703	10 558
Vila Franca de Xira	7 959	3 024	4 935	364 518	137 923	226 595	6 742	3 230	3 512
Península de Setúbal	40 824	14 577	26 247	2 872 660	983 849	1 888 811	51 145	22 147	28 997
Alcochete	975	330	645	60 825	21 051	39 774	1 118	457	661
Almada	9 178	3 178	6 000	559 748	190 687	369 061	10 545	4 373	6 172
Barreiro	4 060	1 565	2 495	252 744	96 166	156 578	4 893	2 424	2 470
Moita	3 727	1 374	2 353	276 178	101 629	174 549	4 724	2 306	2 417
Montijo	2 936	1 032	1 904	189 259	59 380	129 879	2 953	1 115	1 837
Palmela	3 293	1 171	2 122	281 657	89 987	191 670	4 961	2 055	2 906
Seixal	8 006	2 725	5 281	579 026	199 083	379 943	9 954	4 234	5 720
Sesimbra	2 478	886	1 592	190 847	60 179	130 668	2 935	1 198	1 737
Setúbal	6 171	2 316	3 855	482 376	165 687	316 689	9 062	3 985	5 078
	No.						thousand euros		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Recipients			Days subsidized			Value paid		
	Sickness benefits								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto de Informática, I.P.  
 Source: Ministry of Labour and Social Solidarity - Institute for Informatics, I.P.

Nota: Inclui subsídio de doença, concessão provisória de subsídio de doença, subsídio de tuberculose e subsídio de doença profissional.  
 O total de Portugal inclui beneficiários de subsídios de doença com residência não determinada.  
 Informação disponível à data de 16-04-2010.

Note: Data include sickness benefit, temporary sickness benefit, tuberculosis benefit and occupational disease benefit.  
 Total for Portugal includes recipients of sickness benefits whose residence is unknown.  
 Information available on 16-04-2010.

## SUBSÍDIOS DE MATERNIDADE, PATERNIDADE E SUBSÍDIO PARENTAL, DA SEGURANÇA SOCIAL, POR MUNICÍPIO, 2009

## MATERNITY, PATERNITY AND PARENTAL BENEFITS OF SOCIAL SECURITY BY MUNICIPALITY, 2009

II.6.8	Subsídio de maternidade		Subsídio de paternidade e licença parental		Subsídio parental			
	Beneficiários	Valor processado	Beneficiários	Valor processado	H	Valor processado	M	Valor processado
	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros
Portugal	50 363	133 688	23 121	14 405	43 036	33 056	53 020	140 801
Continente	47 709	127 480	22 033	13 854	40 980	31 813	50 549	135 167
Lisboa	15 392	50 293	6 766	5 470	12 112	12 577	16 231	53 192
Grande Lisboa	11 038	37 397	4 800	4 006	8 962	9 681	12 127	40 982
Amadora	863	2 413	338	226	685	546	1 023	2 690
Cascais	1 154	4 265	468	501	894	1 252	1 199	4 412
Lisboa	2 362	9 812	1 084	1 132	2 115	2 908	2 907	12 275
Loures	1 069	3 285	463	358	884	784	1 194	3 430
Mafra	533	1 706	236	166	424	451	514	1 721
Odivelas	814	2 504	385	269	706	591	924	2 738
Oeiras	970	4 272	471	481	747	1 090	986	4 569
Sintra	2 424	6 621	922	555	1 757	1 418	2 478	6 588
Vila Franca de Xira	849	2 519	433	317	750	642	902	2 558
Península de Setúbal	4 354	12 896	1 966	1 464	3 150	2 896	4 104	12 209
Alcochete	113	398	66	54	73	106	99	408
Almada	881	2 846	408	343	630	675	893	2 850
Barreiro	396	1 232	187	136	303	262	368	1 088
Moita	393	1 078	181	107	279	216	378	922
Montijo	313	872	151	119	238	262	299	985
Palmela	380	1 209	168	142	264	238	313	1 037
Seixal	904	2 590	374	268	628	526	803	2 312
Sesimbra	293	769	141	89	198	164	275	747
Setúbal	681	1 904	290	206	537	446	676	1 861

	No.	thousand euros	No.	thousand euros	No.	thousand euros	No.	thousand euros
	Recipients	Value paid	Recipients	Value paid	M	Value paid	F	Value paid
	Maternity benefit		Paternity and parental leave benefit		Parental benefit			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto de Informática, I.P.  
Source: Ministry of Labour and Social Solidarity - Institute for Informatics, I.P.

Nota: O total de Portugal inclui beneficiários com residência não determinada.

A partir de 2000 aplica-se nova legislação, nomeadamente no que respeita à licença de paternidade de 5 dias no primeiro mês após o nascimento e à licença parental.

Em Maio de 2009, pelo Dec-Lei n.º 91/2009 de 09/04/2009, entrou em vigor o novo subsídio parental que inclui o subsídio parental inicial (mãe e pai) e o subsídio social parental inicial (mãe e pai).

Informação disponível à data de 16-04-2010.

Note: Total for Portugal includes recipients whose residence is unknown.

New legislation implies new conditions for fathers beginning in 2000: a 5 days leave in the first month after the child's birth and the parental leave.

From May 2009, a new parental benefit including the initial parental benefit (mother and father) and initial parental social benefit (mother and father), was established by Decree-Law n.º 91/2009 from 09/04/2009.

Information available on 16-04-2010.

## BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O SEXO E A IDADE, 2009

## RECIPIENTS OF SOCIAL INTEGRATION INCOME BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO SEX AND AGE, 2009

II.6.9	Unidade: N.º	Total	Sexo		Idade			
			H	M	Menos de 25 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e mais anos
Portugal		486 184	228 273	257 911	229 375	95 893	102 599	58 317
Continente		451 614	211 733	239 881	210 934	89 350	96 346	54 984
Lisboa		106 182	48 523	57 659	53 440	20 618	20 030	12 094
Grande Lisboa		76 407	34 968	41 439	38 617	14 692	14 547	8 551
Amadora		12 060	5 141	6 919	6 468	2 367	2 044	1 181
Cascais		6 314	2 909	3 405	2 916	1 165	1 313	920
Lisboa		25 545	12 335	13 210	12 178	4 934	5 347	3 086
Loures		8 297	3 819	4 478	4 460	1 551	1 478	808
Mafra		1 219	566	653	549	255	256	159
Odivelas		4 369	1 997	2 372	2 210	851	806	502
Oeiras		4 226	1 843	2 383	2 091	722	821	592
Sintra		10 866	4 792	6 074	5 901	2 129	1 902	934
Vila Franca de Xira		3 511	1 566	1 945	1 844	718	580	369
Península de Setúbal		29 775	13 555	16 220	14 823	5 926	5 483	3 543
Alcochete		273	131	142	123	64	56	30
Almada		6 799	3 154	3 645	3 324	1 333	1 280	862
Barreiro		4 020	1 794	2 226	2 023	872	718	407
Moita		4 931	2 184	2 747	2 604	945	908	474
Montijo		1 690	774	916	866	336	297	191
Palmela		1 800	827	973	814	366	320	300
Seixal		3 816	1 710	2 106	1 920	722	708	466
Sesimbra		932	415	517	466	194	185	87
Setúbal		5 514	2 566	2 948	2 683	1 094	1 011	726

Unit: No.	Total	M	F	Under 25 years	25-39 years	40-54 years	55 years and over
		Sex		Age			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto de Informática, I.P.  
Source: Ministry of Labour and Social Solidarity - Institute for Informatics, I.P.

Nota: O total de Portugal inclui beneficiários do rendimento social de inserção com residência não determinada.  
Informação disponível à data de 09-04-2010.  
Note: Total for Portugal includes recipients of social integration income whose residence is unknown.  
Information available on 09-04-2010.





## A Actividade Económica

The Economic  
Activity





## Contas Regionais

---

### Regional Accounts





## INDICADORES DE CONTAS REGIONAIS POR NUTS III, 2007

## REGIONAL ACCOUNTS INDICATORS BY NUTS III, 2007

III.1.1	PIB			Produtividade (VAB/Emprego)	Remuneração média	RDB das famílias <i>per capita</i>	FBCF no total do VAB
	Em % do total de Portugal	<i>per capita</i>					
		Em valor	Índice de disparidade (Portugal=100)				
%	milhares de euros	%	milhares de euros			%	
Portugal	100,0	15,9	100,0	28,4	18,9	10,9	25,8
Continente	94,9	15,8	99,5	28,3	18,9	10,9	25,8
Norte	28,0	12,6	79,2	23,7	16,4	9,3	25,6
Minho-Lima	1,5	10,1	63,3	20,6	15,3	x	x
Cávado	2,9	12,0	75,6	21,5	15,4	x	x
Ave	3,6	11,5	72,0	21,4	14,2	x	x
Grande Porto	12,4	16,3	102,7	30,9	19,0	x	x
Tâmega	2,9	8,7	54,4	17,6	13,0	x	x
Entre Douro e Vouga	2,2	12,9	81,2	22,3	15,3	x	x
Douro	1,2	9,6	60,3	18,0	16,3	x	x
Alto Trás-os-Montes	1,3	10,1	63,7	17,0	17,6	x	x
Centro	18,8	13,3	83,4	23,0	17,1	9,7	26,6
Baixo Vouga	3,5	14,7	92,2	23,5	17,2	x	x
Baixo Mondego	3,0	15,3	96,2	26,6	19,6	x	x
Pinhal Litoral	2,6	16,2	101,5	27,1	17,3	x	x
Pinhal Interior Norte	0,8	9,8	61,8	20,1	14,4	x	x
Dão-Lafões	2,0	11,5	72,4	20,7	16,9	x	x
Pinhal Interior Sul	0,3	10,2	63,9	17,4	14,7	x	x
Serra da Estrela	0,2	8,0	50,5	17,5	14,9	x	x
Beira Interior Norte	0,7	10,6	66,3	16,8	17,0	x	x
Beira Interior Sul	0,6	13,6	85,2	18,2	18,0	x	x
Cova da Beira	0,6	10,4	65,6	16,6	15,4	x	x
Oeste	2,9	13,4	84,1	23,5	15,8	x	x
Médio Tejo	1,7	12,7	79,9	26,1	17,0	x	x
Lisboa	37,0	22,3	140,0	36,9	23,2	14,0	23,4
Grande Lisboa	31,6	26,4	165,7	38,3	24,2	x	x
Península de Setúbal	5,4	11,7	73,3	30,6	18,7	x	x
Alentejo	6,7	14,8	93,1	31,3	17,7	10,1	26,4
Alentejo Litoral	1,3	22,7	142,7	48,1	19,9	x	x
Alto Alentejo	0,9	12,8	80,5	26,4	17,3	x	x
Alentejo Central	1,3	13,3	83,3	27,1	17,3	x	x
Baixo Alentejo	1,1	15,0	94,1	34,1	18,0	x	x
Lezíria do Tejo	2,0	13,7	86,1	28,8	17,1	x	x
Algarve	4,5	17,8	111,7	30,6	17,2	11,9	43,0
R. A. Açores	2,1	14,6	91,6	28,8	19,3	10,6	32,1
R. A. Madeira	3,0	20,5	128,8	35,6	18,7	11,3	22,3
Extra-regio	e	//	//	35,5	32,5	//	5,3
	%	thousand euros	%	thousand euros			%
	As % of total Portugal	As value	Disparity index (Portugal=100)	Productivity (GVA/Employment)	Average compensation of employees	Households GDI <i>per capita</i>	GFCF within the total of GVA
		<i>per capita</i>					
GDP							

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Contas regionais.  
Source: Statistics Portugal, Regional accounts.

Nota: A informação deste quadro refere-se à Base 2006.  
Note: Data presented refers to 2006 Basis.

## INDICADORES DE CONTAS REGIONAIS POR NUTS II E ACTIVIDADE ECONÓMICA, 2007

## REGIONAL ACCOUNTS INDICATORS BY NUTS II AND ECONOMIC ACTIVITY, 2007

III.1.2	VAB em % do total da região	Produtividade (VAB/Emprego)	Remuneração média	Remunerações no total do VAB	
	%	milhares de euros		%	
Portugal	100,0	28,4	18,9	56,9	Portugal
1 - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2,4	6,1	10,3	29,4	1 - Agriculture, livestock production, hunting, forestry and fishing
2 - Indústrias extractiva; indústrias transformadoras; produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	18,1	28,9	15,9	53,0	2 - Mining and quarrying; manufacturing; electricity, gas, steam and air conditioning supply; water abstraction, purification and supply; sewerage, waste management and remediation activities
3 - Construção	7,3	19,5	14,3	67,2	3 - Construction
4 - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; actividades de alojamento e restauração	23,0	26,3	16,5	58,9	4 - Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles and motorcycles; transportation and storages; accommodation and food service activities
5 - Actividades de Informação e comunicação	3,8	79,2	35,0	41,4	5 - Information and communication activities
6 - Actividades financeiras e de seguros	7,6	105,8	50,1	41,0	6- Financial and insurance activities
7 - Actividades imobiliárias	8,1	305,3	16,4	4,5	7 - Real estate activities
8 - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; actividades administrativas e dos serviços de apoio	6,3	25,8	16,3	57,1	8 - Professional, scientific technical and similar activities; administrative and support service activities
9 - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação; saúde humana e acção social	20,9	31,3	26,9	83,5	9 - Public administration and defence; compulsory social security; education; human health and social work activities
10 - Actividades artísticas e de espectáculos; reparação de bens de uso doméstico e outro serviços	2,6	13,4	11,7	80,9	10 - Arts, entertainment and recreation, repair of household goods and other services
Lisboa	100,0	36,9	23,2	59,7	Lisboa
1 - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,4	16,9	11,7	43,9	1 - Agriculture, livestock production, hunting, forestry and fishing
2 - Indústrias extractiva; indústrias transformadoras; produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	11,2	41,6	22,9	54,0	2 - Mining and quarrying; manufacturing; electricity, gas, steam and air conditioning supply; water abstraction, purification and supply; sewerage, waste management and remediation activities
3 - Construção	6,4	26,2	17,5	62,1	3 - Construction
4 - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; actividades de alojamento e restauração	22,5	28,8	20,6	68,2	4 - Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles and motorcycles; transportation and storages; accommodation and food service activities
5 - Actividades de Informação e comunicação	6,8	80,0	38,5	45,6	5 - Information and communication activities
6 - Actividades financeiras e de seguros	13,0	134,8	60,9	41,2	6- Financial and insurance activities
7 - Actividades imobiliárias	6,6	237,1	19,2	6,9	7 - Real estate activities
8 - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; actividades administrativas e dos serviços de apoio	9,6	27,3	18,6	63,7	8 - Professional, scientific technical and similar activities; administrative and support service activities
9 - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação; saúde humana e acção social	20,5	32,0	27,2	82,4	9 - Public administration and defence; compulsory social security; education; human health and social work activities
10 - Actividades artísticas e de espectáculos; reparação de bens de uso doméstico e outro serviços	3,0	16,2	12,6	75,0	10 - Arts, entertainment and recreation, repair of household goods and other services
	%	thousand euros		%	
	GVA as % of total of the region	Productivity (GVA/ Employment)	Average compensation of employees	Compensation of employees within the total of GVA	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Contas regionais.

Source: Statistics Portugal, Regional accounts.

Nota: A informação deste quadro refere-se à Base 2006 e é apresentada de acordo com a Nomenclatura de ramos de contas nacionais (Base 2006).

Note: Data presented refers to 2006 Basis according to the Classification of branches of the national accounts (2006 Basis).

## PRINCIPAIS AGREGADOS DE CONTAS REGIONAIS POR NUTS III, 2007

## MAIN REGIONAL ACCOUNTS AGGREGATES BY NUTS III, 2007

III.1.3	PIB	VAB	Remunerações	Emprego	RDB das famílias	FBCF
	milhões de euros			milhares de pessoas	milhões de euros	
<b>Portugal</b>	168 737	145 698	82 876	5 123,8	115 202	37 629
<b>Continente</b>	160 076	138 220	79 034	4 893,4	109 774	35 672
<b>Norte</b>	47 200	40 756	23 678	1 723,2	34 704	10 448
Minho-Lima	2 536	2 190	1 234	106,4	x	x
Cávado	4 940	4 265	2 582	198,8	x	x
Ave	5 998	5 179	3 060	242,0	x	x
Grande Porto	20 929	18 071	10 444	584,9	x	x
Tâmega	4 847	4 185	2 590	237,9	x	x
Entre Douro e Vouga	3 708	3 202	1 844	143,6	x	x
Douro	2 044	1 765	965	98,1	x	x
Alto Trás-os-Montes	2 199	1 898	959	111,5	x	x
<b>Centro</b>	31 664	27 341	15 023	1 187,6	23 215	7 258
Baixo Vouga	5 852	5 053	2 763	214,8	x	x
Baixo Mondego	5 101	4 405	2 616	165,7	x	x
Pinhal Litoral	4 303	3 716	2 032	137,1	x	x
Pinhal Interior Norte	1 353	1 169	606	58,0	x	x
Dão-Lafões	3 355	2 897	1 595	139,9	x	x
Pinhal Interior Sul	420	363	169	20,8	x	x
Serra da Estrela	387	334	193	19,1	x	x
Beira Interior Norte	1 167	1 008	568	59,9	x	x
Beira Interior Sul	1 007	869	468	47,7	x	x
Cova da Beira	955	825	454	49,7	x	x
Oeste	4 826	4 167	2 177	177,6	x	x
Médio Tejo	2 938	2 537	1 382	97,3	x	x
<b>Lisboa</b>	62 384	53 867	32 153	1 458,1	39 128	12 590
Grande Lisboa	53 312	46 032	27 736	1 202,3	x	x
Península de Setúbal	9 073	7 834	4 417	255,8	x	x
<b>Alentejo</b>	11 294	9 752	4 908	311,8	7 699	2 578
Alentejo Litoral	2 190	1 891	673	39,3	x	x
Alto Alentejo	1 520	1 312	742	49,7	x	x
Alentejo Central	2 257	1 949	1 149	72,0	x	x
Baixo Alentejo	1 919	1 657	737	48,6	x	x
Lezíria do Tejo	3 409	2 943	1 607	102,2	x	x
<b>Algarve</b>	7 534	6 505	3 271	212,8	5 028	2 798
<b>R. A. Açores</b>	3 546	3 062	1 771	106,4	2 588	983
<b>R. A. Madeira</b>	5 044	4 355	2 016	122,3	2 790	971
<b>Extra-regio</b>	71	61	55	1,7	51	3
	million euros			thousand persons	million euros	
	GDP	GVA	Compensation of employees	Employment	Households GDI	GFCF

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Contas regionais.  
Source: Statistics Portugal, Regional accounts.

Nota: A informação deste quadro refere-se à Base 2006.  
Note: Data presented refers to 2006 Basis.

## VALOR ACRESCENTADO BRUTO E EMPREGO POR NUTS II E ACTIVIDADE ECONÓMICA, 2007

## GROSS VALUE ADDED AND EMPLOYMENT BY NUTS II AND ECONOMIC ACTIVITY, 2007

III.1.4	VAB	Emprego	
	milhões de euros	milhares de pessoas	
<b>Portugal</b>	<b>145 698</b>	<b>5 123,8</b>	<b>Portugal</b>
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3 515	572,3	A - Agriculture, livestock production, hunting, forestry and fishing
B - Indústrias extractivas	782	16,5	B - Mining and quarrying
C - Indústrias transformadoras	20 561	848,1	C - Manufacturing
D - Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	3 581	10,7	D - Electricity, gas, steam and air conditioning supply
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1 410	36,8	E - Water abstraction, purification and supply; sewerage, waste management and remediation activities
F - Construção	10 700	547,7	F - Construction
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	19 738	811,5	G - Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles and motorcycles
H - Transportes e armazenagem	6 679	174,8	H - Transportation and storage
I - Alojamento, restauração e similares	7 026	284,6	I - Accommodation and food service activities
J - Actividades de informação e de comunicação	5 505	69,5	J - Information and communication activities
K - Actividades financeiras e de seguros	11 014	104,1	K - Financial and insurance activities
L - Actividades imobiliárias	11 836	38,8	L - Real estate activities
M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5 631	151,3	M - Professional, scientific, technical and similar activities
N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio	3 489	202,9	N - Administrative and support service activities
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	12 422	328,6	O - Public administration and defence; compulsory social security
P - Educação	9 447	314,4	P - Education
Q - Actividades de saúde humana e apoio social	8 637	332,8	Q - Human health and social work activities
R - Actividades artísticas, de espectáculos, desportistas e recreativas	1 070	41,2	R - Arts, entertainment and recreation activities
S - Outras actividades de serviços	1 357	96,9	S - Other service activities
T - Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio	1 300	140,2	T - Activities of households as employers; undifferentiated goods and services producing activities of households for own use
U - Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	0	0,0	U - Activities of international bodies and other extra-territorial organisations
<b>Lisboa</b>	<b>53 867</b>	<b>1 458,1</b>	<b>Lisboa</b>
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	222	13,2	A - Agriculture, livestock production, hunting, forestry and fishing
B - Indústrias extractivas	41	1,3	B - Mining and quarrying
C - Indústrias transformadoras	4 604	129,0	C - Manufacturing
D - Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	882	2,9	D - Electricity, gas, steam and air conditioning supply
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	525	12,4	E - Water abstraction, purification and supply; sewerage, waste management and remediation activities
F - Construção	3 425	130,6	F - Construction
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	7 161	251,1	G - Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles and motorcycles
H - Transportes e armazenagem	2 773	66,4	H - Transportation and storage
I - Alojamento, restauração e similares	2 185	103,9	I - Accommodation and food service activities
J - Actividades de informação e de comunicação	3 678	46,0	J - Information and communication activities
K - Actividades financeiras e de seguros	6 985	51,8	K - Financial and insurance activities
L - Actividades imobiliárias	3 567	15,0	L - Real estate activities
M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3 080	78,1	M - Professional, scientific, technical and similar activities
N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio	2 075	110,8	N - Administrative and support service activities
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	5 306	139,7	O - Public administration and defence; compulsory social security
P - Educação	2 805	96,2	P - Education
Q - Actividades de saúde humana e apoio social	2 919	109,2	Q - Human health and social work activities
R - Actividades artísticas, de espectáculos, desportistas e recreativas	544	16,4	R - Arts, entertainment and recreation activities
S - Outras actividades de serviços	650	35,9	S - Other service activities
T - Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio	439	48,3	T - Activities of households as employers; undifferentiated goods and services producing activities of households for own use
U - Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	0	0,0	U - Activities of international bodies and other extra-territorial organisations

million euros	thousand persons
GVA	Employment

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Contas regionais.

Source: Statistics Portugal, Regional accounts.

Nota: A informação deste quadro refere-se à Base 2006 e é apresentada de acordo com a Nomenclatura de ramos de contas nacionais (Base 2006).

Note: Data presented refers to 2006 Basis according to the Classification of branches of the national accounts (2006 Basis).

## VALOR ACRESCENTADO BRUTO E EMPREGO POR NUTS III E ACTIVIDADE ECONÓMICA, 2007

## GROSS VALUE ADDED AND EMPLOYMENT BY NUTS III AND ECONOMIC ACTIVITY, 2007

III.1.5	VAB	Emprego	
	milhões de euros	milhares de pessoas	
<b>Portugal</b>	145 698	5 123,8	<b>Portugal</b>
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3 515	572,3	Agriculture, livestock production, hunting, forestry and fishing
Indústrias extractivas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e desspoluição; construção	37 033	1 459,8	Mining and quarrying; manufacturing; electricity, gas, steam and air conditioning supply; water abstraction, purification and supply; sewerage, waste management and remediation activities; construction
Serviços	105 149	3 091,7	Services
<b>Lisboa</b>	53 867	1 458,1	<b>Lisboa</b>
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	222	13,2	Agriculture, livestock production, hunting, forestry and fishing
Indústrias extractivas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e desspoluição; construção	9 477	276,3	Mining and quarrying; manufacturing; electricity, gas, steam and air conditioning supply; water abstraction, purification and supply; sewerage, waste management and remediation activities; construction
Serviços	44 168	1 168,6	Services
<b>Grande Lisboa</b>	46 032	1 202,3	<b>Grande Lisboa</b>
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	94	6,4	Agriculture, livestock production, hunting, forestry and fishing
Indústrias extractivas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e desspoluição; construção	7 127	200,4	Mining and quarrying; manufacturing; electricity, gas, steam and air conditioning supply; water abstraction, purification and supply; sewerage, waste management and remediation activities; construction
Serviços	38 812	995,5	Services
<b>Península de Setúbal</b>	7 834	255,8	<b>Península de Setúbal</b>
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	128	6,8	Agriculture, livestock production, hunting, forestry and fishing
Indústrias extractivas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e desspoluição; construção	2 350	75,9	Mining and quarrying; manufacturing; electricity, gas, steam and air conditioning supply; water abstraction, purification and supply; sewerage, waste management and remediation activities; construction
Serviços	5 356	173,1	Services
		million euros	thousand persons
		GVA	Employment

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Contas regionais.

Source: Statistics Portugal, Regional accounts.

**Nota:** A informação deste quadro refere-se à Base 2006 e é apresentada de acordo com a Nomenclatura de ramos de contas nacionais (Base 2006).

**Note:** Data presented refers to 2006 Basis according to the Classification of branches of the national accounts (2006 Basis).





Preços

Prices





## VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR POR NUTS II, SEGUNDO A CLASSE DE DESPESA (COICOP), 2009

## ANNUAL AVERAGE RATE IN THE CONSUMER PRICE INDEX BY NUTS II AND ACCORDING TO DIVISION (COICOP), 2009

III.2.1	Unidade: %													
	Total	Total excepto Habitação	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	Bebidas alcoólicas e tabaco	Vestuário e calçado	Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	Saúde	Transportes	Comunicações	Lazer, recreação e cultura	Educação	Restaurantes e Hotéis	Bens e serviços diversos
Portugal	-0,8	-1,0	-3,4	3,3	-1,7	2,1	1,7	-1,4	-3,6	-1,0	-1,6	3,5	2,4	1,9
Continente	-0,9	-1,0	-3,5	3,2	-1,7	2,0	1,7	-1,5	-3,6	-1,1	-1,7	3,5	2,4	1,9
Norte	-0,8	-1,0	-3,6	3,1	-1,8	2,4	1,4	-1,0	-3,0	-1,0	-2,5	3,2	2,0	2,5
Centro	-1,0	-1,2	-3,0	3,7	-3,2	1,6	1,3	-1,4	-4,1	-1,1	0,1	2,1	2,0	2,1
Lisboa	-0,9	-1,1	-3,9	3,2	-2,1	2,2	2,2	-1,9	-3,7	-1,1	-2,3	4,1	2,6	1,4
Alentejo	-0,9	-1,0	-3,6	2,6	5,4	0,8	1,0	-2,0	-4,5	-1,0	1,0	3,9	2,3	1,5
Algarve	-0,1	-0,1	-2,1	2,8	-0,6	1,5	2,7	-1,4	-3,8	-1,0	0,7	3,2	3,2	1,5
R. A. Açores	0,8	0,7	0,0	7,5	3,6	3,5	3,3	-0,9	-3,1	-1,2	3,0	3,5	0,6	1,1
R. A. Madeira	-1,4	-1,6	-3,5	3,8	-5,9	2,8	2,2	0,4	-5,7	-0,5	1,4	1,4	3,0	-1,1

Unit: %														
	All items	All items excluding housing	Food and non-alcoholic beverages	Alcoholic beverages and tobacco	Clothing and footwear	Housing, water, electricity, gas and other fuels	Furnishings, household equipment and routine maintenance of the house	Health	Transport	Communication	Recreation and culture	Education	Restaurants and hotels	Miscellaneous goods and services

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Índice de Preços no Consumidor (Base 1991=100 compatibilizada com a Base 1997=100, Base 1997=100, Base 2002=100 e Base 2008=100).  
 Source: Statistics Portugal, Consumer Price Index (Base 1991=100 linked to the Base 1997=100, Base 1997=100, Base 2002=100 and Base 2008=100).





Empresas

Enterprises

## NOTA EXPLICATIVA

No subcapítulo **III.3 - Empresas**, nesta edição dos Anuários Estatísticos Regionais, o INE, I.P. divulga informação acerca do tecido empresarial português, proveniente exclusivamente do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) e de acordo com a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, revisão 3 (CAE Rev.3).

A metodologia de produção estatística seguida pelo INE para a produção destes dados não foi alterada, tendo sido genericamente mantidos os procedimentos utilizados em anos anteriores. No entanto, a adopção da versão revista da CAE (CAE Rev.3) trouxe diferenças significativas na organização e agrupamento das diferentes actividades, pelo que uma análise sectorial não é comparável com as divulgadas em anos anteriores. É de notar ainda que, no contexto desta nova nomenclatura, as unidades empresariais relativas às sociedades gestoras de participações sociais são excluídas da esfera das empresas não financeiras, passando a estar consideradas no universo das entidades financeiras. Refira-se ainda que os dados de 2007 foram revistos, tomando em consideração a actualização da informação entretanto tornada disponível.

O âmbito de actividade económica considerado no SCIE compreende as empresas classificadas nas secções A a S da CAE Rev.3, com excepção da Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados e da Silvicultura e exploração florestal (divisões 01 e 02 da CAE Rev.3), das Actividades financeiras e de seguros (secção K da CAE Rev.3) e da Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (secção O da CAE Rev.3).

## EXPLANATORY NOTE

In this edition of the Regional Statistical Yearbooks, in sub-chapter **III.3 – Enterprises**, Statistics Portugal presents information about the activity of Portuguese enterprises, taken exclusively from the Integrated Business Accounts System (IBAS) and according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE Rev.3).

The methodology of statistical production applied by Statistics Portugal to produce these data has not changed and so the procedures used in previous years remained, in general, the same. However, the introduction of the CAE revised version brought significant differences in the organization and grouping of activities, to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. It is worth to note that in the context of the new classification the entrepreneurial units of financial holding companies are excluded from the universe of non-financial firms and included in the universe of financial entities. It should also be mentioned that 2007 data were revised, by taking into account the updated information that has become available.

The scope of the economic activity of IBAS covers firms classified in CAE Rev.3 sections A to S, with the exception of Agriculture, farming of animals, hunting and related service activities and Forestry and logging (CAE Rev.3 divisions 01 and 02), of Financial and insurance activities (CAE Rev.3 section K) and of Public administration and defence; compulsory social security (CAE Rev.3 section O).

## INDICADORES DE EMPRESAS POR MUNICÍPIO, 2008

## INDICATORS OF ENTERPRISES BY MUNICIPALITY, 2008

III.3.1	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	Pessoal ao serviço por empresa	Volume de negócios por empresa	Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas
	N.º/km²	%			N.º	milhares de euros	%	
Portugal	11,9	67,99	99,9	95,5	3,5	336,0	5,8	4,2
Continente	11,9	68,06	99,9	95,5	3,5	337,5	6,0	4,3
Lisboa	113,5	65,12	99,9	95,9	4,2	537,1	11,6	8,8
Grande Lisboa	188,0	62,78	99,8	95,6	4,6	626,7	12,8	9,7
Amadora	728,0	68,43	99,9	96,5	3,4	317,8	21,4	20,3
Cascais	273,9	66,76	100,0	96,7	2,6	211,2	17,5	35,0
Lisboa	1137,7	53,95	99,8	94,7	6,4	997,9	21,6	16,4
Loures	119,8	66,93	99,9	95,6	3,5	343,6	9,9	11,0
Mafra	30,4	70,42	99,9	96,0	3,1	229,2	13,7	14,7
Odivelas	564,4	68,65	100,0	97,0	2,3	120,0	7,1	9,3
Oeiras	498,2	65,43	99,7	95,1	6,0	1154,9	15,9	10,6
Sintra	122,0	69,18	99,9	96,1	3,2	339,8	18,6	17,7
Vila Franca de Xira	39,1	70,70	99,9	95,9	3,7	353,0	19,4	19,9
Península de Setúbal	48,1	73,14	99,9	96,9	2,6	229,1	16,8	12,2
Alcochete	12,3	72,09	100,0	95,6	2,7	390,4	37,1	31,8
Almada	263,7	72,87	100,0	97,6	2,3	125,1	17,1	21,5
Barreiro	185,8	77,27	99,9	97,4	2,4	140,2	23,6	26,6
Moita	89,4	74,99	100,0	97,3	2,4	108,9	13,7	22,3
Montijo	14,0	72,22	100,0	96,5	2,4	185,0	22,0	34,3
Palmela	12,3	70,82	99,8	95,0	4,5	836,3	48,2	45,9
Seixal	159,5	73,77	100,0	97,1	2,3	192,0	36,7	18,4
Sesimbra	26,2	72,49	100,0	97,3	2,1	114,3	20,0	8,8
Setúbal	72,5	71,62	99,9	96,2	3,2	290,8	30,7	28,6

	No./km²	%			No.	thousand euros	%	
	Density of enterprises	Proportion of individual enterprises	Proportion of enterprises with less than 250 persons employed	Proportion of enterprises with less than 10 persons employed	Persons employed per enterprise	Turnover per enterprise	Turnover concentration index of the 4 largest enterprises	Gross value added concentration index of the 4 largest enterprises

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## INDICADORES DE EMPRESAS POR NUTS III, 2008

## INDICATORS OF ENTERPRISES BY NUTS III, 2008

III.3.2	Unidade: %	Proporção do VAB das empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia	Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia	Proporção de pessoal ao serviço em actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)	Proporção de pessoal ao serviço das empresas maioritariamente estrangeiras	Indicador de concentração do volume de negócios dos municípios	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto dos municípios
<b>Portugal</b>		10,9	2,1	1,9	8,0	64,3	63,7
<b>Continente</b>		11,3	2,1	1,9	8,2	63,7	63,1
<b>Norte</b>		...	1,8	...	4,2	59,0	57,5
Minho-Lima		9,6	1,7	0,3	8,1	45,4	46,0
Cávado		...	2,1	2,2	2,1	46,2	45,8
Ave		6,8	1,3	0,4	4,2	38,9	38,8
Grande Porto		9,3	2,3	2,2	5,0	35,6	36,5
Tâmega		2,4	0,9	0,2	1,4	42,3	40,3
Entre Douro e Vouga		10,5	1,7	0,5	7,4	34,2	33,7
Douro		1,6	1,3	0,8	0,7	41,5	47,1
Alto Trás-os-Montes		2,6	0,9	...	0,3	41,1	45,2
<b>Centro</b>		7,9	1,8	...	4,4	47,8	47,6
Baixo Vouga		18,8	2,1	1,6	8,1	29,9	31,6
Baixo Mondego		6,0	2,3	1,2	2,7	49,8	53,0
Pinhal Litoral		3,4	2,1	0,8	3,8	34,8	31,2
Pinhal Interior Norte		3,9	1,5	0,2	2,2	30,3	25,8
Dão-Lafões		9,5	1,4	0,4	6,0	46,8	46,2
Pinhal Interior Sul		1,7	0,6	...	2,5	24,1	26,4
Serra da Estrela		0,3	0,6	0,4	0,0	39,5	36,3
Beira Interior Norte		7,5	1,5	0,4	3,3	46,7	45,8
Beira Interior Sul		6,3	1,9	0,4	1,4	51,1	51,0
Cova da Beira		1,1	1,7	0,3	3,5	24,1	30,3
Oeste		4,1	1,4	0,9	2,9	37,8	37,6
Médio Tejo		3,7	1,4	0,3	4,4	41,3	38,9
<b>Lisboa</b>		15,3	2,7	3,4	14,7	59,0	56,5
Grande Lisboa		15,3	2,9	...	16,1	53,4	51,1
Península de Setúbal		14,7	2,1	...	6,7	34,7	31,8
<b>Alentejo</b>		8,9	1,5	0,8	6,0	48,0	50,7
Alentejo Litoral		22,0	1,1	0,2	3,3	38,2	36,3
Alto Alentejo		1,2	1,2	0,4	5,5	53,0	53,4
Alentejo Central		13,6	1,6	1,7	7,8	42,1	44,8
Baixo Alentejo		0,9	1,3	0,3	4,6	41,9	66,8
Lezíria do Tejo		6,3	1,7	0,7	6,5	33,2	33,1
<b>Algarve</b>		...	1,3	0,4	3,3	40,6	42,0
<b>R. A. Açores</b>		1,4	2,0	0,6	1,2	63,9	62,8
<b>R. A. Madeira</b>		2,3	1,9	0,8	2,5	69,3	68,4

Unit: %	Proportion of GVA of enterprises in high and medium-high technology sectors	Proportion of births of enterprises in high and medium-high technology sectors	Proportion of persons employed in information and communication technology activities (ICT)	Proportion of persons employed of enterprises with mostly foreign capital	Turnover concentration index of municipalities	Gross value added concentration index of municipalities

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.  
**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## INDICADORES DEMOGRÁFICOS DAS EMPRESAS POR NUTS III, 2008

## BUSINESS DEMOGRAPHIC INDICATORS BY NUTS III, 2008

III.3.3	Taxa de natalidade	Taxa de natalidade nas indústrias transformadoras	Taxa de natalidade na construção	Taxa de natalidade nos serviços	Taxa de sobrevivência (a dois anos)	Número médio de pessoal ao serviço nos nascimentos de empresas
	%					N.º
<b>Portugal</b>	14,17	7,30	10,68	15,50	54,07	1,35
<b>Continente</b>	14,11	7,26	10,32	15,46	53,98	1,35
<b>Norte</b>	13,51	7,94	9,39	14,93	56,98	1,44
Minho-Lima	11,97	6,38	8,85	13,60	61,15	1,43
Cávado	13,55	8,48	9,58	15,19	59,33	1,55
Ave	13,63	8,89	10,00	15,26	59,96	1,57
Grande Porto	14,52	7,56	9,62	15,59	53,25	1,31
Tâmega	12,65	8,51	10,35	14,17	61,39	1,81
Entre Douro e Vouga	12,24	6,49	7,54	14,27	58,62	1,41
Douro	12,77	8,67	8,60	14,01	56,51	1,30
Alto Trás-os-Montes	11,78	6,75	8,67	12,94	59,32	1,31
<b>Centro</b>	12,39	5,55	7,63	14,21	56,85	1,31
Baixo Vouga	13,10	6,01	8,11	15,08	55,24	1,25
Baixo Mondego	12,86	6,10	7,55	14,22	55,10	1,28
Pinhal Litoral	11,79	4,93	6,89	14,07	58,14	1,29
Pinhal Interior Norte	11,29	5,01	6,28	13,75	60,33	1,38
Dão-Lafões	12,58	5,57	7,15	14,55	58,05	1,38
Pinhal Interior Sul	10,67	5,34	8,09	12,10	57,95	1,37
Serra da Estrela	9,50	5,39	3,55	11,13	60,49	1,44
Beira Interior Norte	10,93	5,56	6,22	12,65	61,86	1,21
Beira Interior Sul	11,18	4,11	6,88	12,57	57,53	1,30
Cova da Beira	11,94	6,43	6,51	13,44	56,79	1,42
Oeste	13,02	5,41	9,89	14,74	55,75	1,34
Médio Tejo	12,28	5,64	7,21	13,86	57,16	1,35
<b>Lisboa</b>	15,77	8,09	12,40	16,77	49,20	1,29
Grande Lisboa	15,41	7,77	11,76	16,41	49,32	1,30
Península de Setúbal	17,02	9,10	14,09	18,06	48,81	1,26
<b>Alentejo</b>	13,58	6,28	10,72	14,84	54,32	1,31
Alentejo Litoral	14,30	8,40	12,60	15,56	50,29	1,32
Alto Alentejo	12,41	6,16	10,11	13,37	53,98	1,26
Alentejo Central	13,47	6,22	9,94	14,79	52,65	1,29
Baixo Alentejo	13,24	5,98	9,65	14,39	55,58	1,24
Lezíria do Tejo	14,06	5,84	11,21	15,48	56,75	1,36
<b>Algarve</b>	15,75	7,81	17,72	16,10	55,43	1,39
<b>R. A. Açores</b>	17,48	8,73	23,23	17,73	56,90	1,29
<b>R. A. Madeira</b>	14,08	8,60	9,73	15,67	56,65	1,41

	%					No.
	Birth rate	Birth rate in manufacturing	Birth rate in construction	Birth rate in services	Survival rate (two years)	Average number of persons employed in enterprise births

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3. Indústrias transformadoras - secção C da CAE-Rev.3; Construção - secção F da CAE-Rev.3; Serviços - secções G, I, J, L, M, N, P, Q e S da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U. Manufacturing - CAE-Rev.3 section C; Construction - CAE-Rev.3 section F; Services - CAE-Rev.3 sections G, I, J, L, M, N, P, Q and S.

## RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS POR NUTS III, 2008

## ECONOMIC-FINANCIAL RATIOS OF ENTERPRISES BY NUTS III, 2008

III.3.4	Produtividade do capital fixo	Produtividade aparente do trabalho	Custos com o pessoal <i>per capita</i>	Peso dos custos com o pessoal no VAB	Taxa de investimento	Taxa de valor acrescentado bruto	Rentabilidade operacional das vendas
	N.º	milhares de euros			%		
<b>Portugal</b>	0,26	22,21	13,40	60,18	29,43	34,28	4,24
<b>Continente</b>	0,26	22,23	13,42	60,18	28,96	34,13	4,23
<b>Norte</b>	0,31	17,96	11,62	64,42	26,88	35,03	3,79
Minho-Lima	0,31	15,53	10,07	66,43	29,33	31,57	3,90
Cávado	0,39	16,55	10,91	65,71	28,46	34,66	4,03
Ave	0,32	16,28	11,03	68,08	18,23	34,32	3,55
Grande Porto	0,28	21,45	13,36	61,66	29,73	34,90	3,97
Tâmega	0,43	12,93	9,48	72,97	18,67	39,85	2,63
Entre Douro e Vouga	0,33	17,79	11,90	66,32	18,39	31,17	3,29
Douro	0,26	14,43	9,17	63,51	36,70	42,10	3,62
Alto Trás-os-Montes	0,24	16,12	8,16	50,78	58,13	44,71	5,97
<b>Centro</b>	0,29	18,55	11,38	61,20	28,60	35,41	4,16
Baixo Vouga	0,29	20,17	12,51	61,61	21,82	34,00	3,90
Baixo Mondego	0,28	19,00	11,36	60,20	33,70	39,41	5,45
Pinhal Litoral	0,33	20,77	12,98	62,91	22,12	35,26	4,39
Pinhal Interior Norte	0,30	14,91	9,06	60,02	47,37	38,59	3,95
Dão-Lafões	0,28	20,00	11,29	56,02	36,25	32,40	5,54
Pinhal Interior Sul	0,28	16,84	8,51	50,71	21,75	42,01	6,52
Serra da Estrela	0,31	11,70	8,44	72,10	19,18	33,03	0,03
Beira Interior Norte	0,24	13,93	8,87	65,74	43,54	35,18	2,86
Beira Interior Sul	0,17	14,03	9,20	64,54	80,46	35,07	0,91
Cova da Beira	0,28	14,28	10,19	71,33	26,79	42,49	3,29
Oeste	0,30	17,16	10,74	62,01	24,99	36,71	3,63
Médio Tejo	0,25	18,89	11,48	60,17	25,13	32,56	3,29
<b>Lisboa</b>	0,23	29,34	16,77	57,12	28,77	32,84	4,60
Grande Lisboa	0,23	30,90	17,50	56,59	29,28	33,13	4,71
Península de Setúbal	0,24	19,96	12,38	62,13	24,08	30,41	3,54
<b>Alentejo</b>	0,23	18,04	11,10	61,56	39,92	35,79	2,91
Alentejo Litoral	0,19	23,47	12,13	52,21	28,86	27,43	5,30
Alto Alentejo	0,26	15,28	11,28	73,64	68,78	39,30	0,96
Alentejo Central	0,28	14,97	10,14	67,29	31,26	40,14	2,59
Baixo Alentejo	0,13	17,90	10,09	56,67	92,58	41,11	-0,80
Lezíria do Tejo	0,32	19,19	11,65	60,73	21,23	35,81	3,68
<b>Algarve</b>	0,29	15,93	10,38	63,47	38,27	39,84	4,39
<b>R. A. Açores</b>	0,24	18,78	12,15	66,33	40,31	37,02	3,36
<b>R. A. Madeira</b>	0,19	23,57	13,47	56,36	42,38	39,31	5,12

	No.	thousand euros		%			
	Capital productivity	Apparent labour productivity	Personnel costs <i>per capita</i>	Weight of personnel expenditures in GVA	Investment rate	Gross value added rate	Operating return on sales

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3. No caso dos rácios económico-financeiros, os valores agora apresentados correspondem ao rácio dos valores médios. Nas anteriores versões, para além de ser calculada a média dos rácios, a média era aparada, calculada com base nas 50% das observações centrais, ou seja, eram excluídas 25% das observações em cada um dos extremos do estrato estatístico.

Note: Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U. Regarding the economic-financial ratios, the values now published correspond to ratios of average values. In previous editions, besides the computation of the average of the ratios, the average was trimmed and computed on the basis of the 50% central observations, that is, with the exclusion of the 25% observations in each of the extremes of the statistical stratum.



## RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS POR NUTS III, 2008

## ECONOMIC-FINANCIAL RATIOS OF ENTERPRISES BY NUTS III, 2008

► continuação continued

III.3.4	Coefficiente capital-emprego	Rentabilidade dos capitais próprios	Cobertura do imobilizado	Autonomia financeira	Solvabilidade	Endividamento	Liquidez reduzida	Liquidez imediata
	milhares de euros	%	N.º					
Portugal	45,53	4,28	1,40	0,28	0,40	0,72	0,86	0,19
Continente	44,68	4,24	1,37	0,27	0,37	0,73	0,82	0,18
Norte	30,73	3,50	1,39	0,28	0,39	0,72	0,87	0,20
Minho-Lima	26,91	6,23	1,19	0,28	0,39	0,72	0,73	0,21
Cávado	21,28	5,53	1,52	0,24	0,32	0,76	0,84	0,17
Ave	20,08	2,84	1,41	0,32	0,46	0,68	0,95	0,26
Grande Porto	44,74	3,45	1,36	0,27	0,37	0,73	0,85	0,19
Tâmega	13,84	0,52	1,44	0,30	0,42	0,70	0,87	0,20
Entre Douro e Vouga	20,24	3,15	1,58	0,32	0,47	0,68	0,87	0,15
Douro	33,00	4,50	1,09	0,27	0,38	0,73	0,78	0,20
Alto Trás-os-Montes	43,00	6,51	1,24	0,22	0,29	0,78	1,16	0,34
Centro	30,88	4,51	1,33	0,30	0,43	0,70	0,86	0,19
Baixo Vouga	30,95	3,43	1,30	0,34	0,50	0,66	0,88	0,17
Baixo Mondego	27,03	8,33	1,34	0,34	0,52	0,66	0,95	0,24
Pinhal Litoral	28,08	4,77	1,43	0,31	0,44	0,69	0,89	0,16
Pinhal Interior Norte	24,98	5,04	1,39	0,28	0,38	0,72	0,80	0,20
Dão-Lafões	40,94	5,47	1,38	0,28	0,39	0,72	0,88	0,21
Pinhal Interior Sul	33,45	8,13	1,32	0,26	0,36	0,74	0,87	0,22
Serra da Estrela	14,93	-8,17	1,36	0,27	0,38	0,73	0,89	0,23
Beira Interior Norte	32,76	2,58	1,07	0,28	0,38	0,72	0,72	0,18
Beira Interior Sul	49,41	1,68	1,13	0,27	0,38	0,73	0,67	0,17
Cova da Beira	24,65	2,86	1,36	0,38	0,61	0,62	0,89	0,30
Oeste	27,83	2,49	1,31	0,27	0,36	0,73	0,78	0,16
Médio Tejo	37,05	4,10	1,35	0,26	0,34	0,74	0,88	0,21
Lisboa	66,07	5,07	1,39	0,26	0,35	0,74	0,81	0,18
Grande Lisboa	70,99	4,98	1,39	0,25	0,34	0,75	0,81	0,18
Península de Setúbal	36,53	5,82	1,38	0,30	0,44	0,70	0,81	0,20
Alentejo	43,38	0,03	1,10	0,26	0,36	0,74	0,77	0,19
Alentejo Litoral	68,19	10,19	1,08	0,30	0,43	0,70	0,80	0,24
Alto Alentejo	35,96	-4,93	1,09	0,24	0,32	0,76	0,70	0,18
Alentejo Central	25,29	2,23	1,25	0,32	0,48	0,68	0,86	0,26
Baixo Alentejo	98,06	-19,65	0,85	0,21	0,27	0,79	0,69	0,23
Lezíria do Tejo	27,91	4,07	1,26	0,25	0,34	0,75	0,77	0,14
Algarve	33,61	0,06	1,42	0,25	0,33	0,75	0,60	0,15
R. A. Açores	47,48	3,76	1,22	0,32	0,47	0,68	0,93	0,19
R. A. Madeira	81,43	4,70	2,29	0,52	1,09	0,48	1,83	0,28

	thousand euros	%	No.					
	Capital intensity coefficient	Return on equity	Coverage of fixed assets	Financial autonomy	Solvency	Indebtedness	Reduced liquidity	Quick liquidity

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3. No caso dos rácios económico-financeiros, os valores agora apresentados correspondem ao rácio dos valores médios. Nas anteriores versões, para além de ser calculada a média dos rácios, a média era aparada, calculada com base nas 50% das observações centrais, ou seja, eram excluídas 25% das observações em cada um dos extremos do estrato estatístico.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U. Regarding the economic-financial ratios, the values now published correspond to ratios of average values. In previous editions, besides the computation of the average of the ratios, the average was trimmed and computed on the basis of the 50% central observations, that is, with the exclusion of the 25% observations in each of the extremes of the statistical stratum.

## EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

III.3.5	Unidade: N.º								
	Total	A03	B	C	D	E	F	G	H
Portugal	1 096 255	4 792	1 435	79 589	618	1 042	117 027	266 231	25 110
Continente	1 054 373	4 231	1 383	77 432	604	987	111 482	257 516	23 315
Lisboa	333 774	776	122	13 345	233	253	26 468	68 682	7 717
Grande Lisboa	258 611	197	94	10 069	222	176	19 157	51 487	6 529
Amadora	17 326	2	1	626	2	10	1 726	3 820	427
Cascais	26 678	48	5	905	9	23	2 024	4 536	387
Lisboa	96 359	23	37	2 404	161	57	4 517	17 593	2 571
Loures	20 275	1	3	1 103	6	25	1 760	4 873	779
Mafra	8 878	29	2	610	1	6	1 202	2 328	247
Odivelas	14 901	2	0	714	3	8	1 583	3 311	513
Oeiras	22 817	28	5	571	31	16	1 172	3 842	299
Sintra	38 942	20	40	2 477	8	18	4 075	8 412	852
Vila Franca de Xira	12 435	44	1	659	1	13	1 098	2 772	454
Península de Setúbal	75 163	579	28	3 276	11	77	7 311	17 195	1 188
Alcochete	1 573	10	1	74	1	2	125	315	20
Almada	18 512	98	4	666	1	11	1 578	3 978	219
Barreiro	6 763	10	2	279	1	8	590	1 696	83
Moita	4 942	9	0	268	0	2	565	1 222	61
Montijo	4 864	6	2	278	1	8	428	1 247	66
Palmela	5 705	8	0	349	1	8	678	1 406	105
Seixal	15 228	17	3	688	0	16	1 666	3 424	274
Sesimbra	5 115	187	11	203	0	6	657	1 027	132
Setúbal	12 461	234	5	471	6	16	1 024	2 880	228
Unit: No.									
	Total	A03	B	C	D	E	F	G	H

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-Rev.3, 2008

## ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-Rev.3, 2008

► continuação continued

III.3.5	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
Unidade: N.º									
Portugal	85 528	14 559	27 652	117 151	41 825	56 730	73 939	27 514	155 513
Continente	81 935	14 075	26 664	112 512	40 140	54 866	71 486	26 036	149 709
Lisboa	21 430	7 372	10 439	46 456	12 947	14 629	26 583	11 382	64 940
Grande Lisboa	15 458	6 248	8 971	38 539	10 254	10 834	20 974	9 192	50 210
Amadora	1 061	322	327	1 910	651	709	1 129	483	4 120
Cascais	1 585	737	982	4 284	1 103	1 387	2 370	1 226	5 067
Lisboa	6 069	2 851	5 126	18 533	3 788	3 520	8 968	4 041	16 100
Loures	1 197	299	387	2 200	692	699	1 372	474	4 405
Mafra	528	118	172	922	285	383	519	265	1 261
Odivelas	848	251	232	1 426	553	629	1 117	316	3 395
Oeiras	976	816	735	4 240	1 045	1 238	2 287	990	4 526
Sintra	2 355	683	775	3 859	1 634	1 680	2 405	1 040	8 609
Vila Franca de Xira	839	171	235	1 165	503	589	807	357	2 727
Península de Setúbal	5 972	1 124	1 468	7 917	2 693	3 795	5 609	2 190	14 730
Alcochete	143	37	35	212	62	83	117	74	262
Almada	1 312	331	322	2 175	742	929	1 476	599	4 071
Barreiro	619	89	92	721	266	276	588	164	1 279
Moita	458	58	86	378	167	240	309	99	1 020
Montijo	375	98	140	514	155	241	356	123	826
Palmela	415	72	105	518	193	337	383	192	935
Seixal	1 086	218	321	1 444	532	777	1 020	451	3 291
Sesimbra	462	60	137	522	163	191	331	135	891
Setúbal	1 102	161	230	1 433	413	721	1 029	353	2 155
Unit: No.	I	J	L	M	N	P	Q	R	S

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## MANUFACTURING ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

III.3.6		Total	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Unidade: N.º													
Portugal		79 589	9 886	949	4	3 897	11 290	3 047	7 312	553	3 361	1	876
Continente		77 432	9 408	894	2	3 801	11 204	3 042	6 858	550	3 282	1	871
Lisboa		13 345	1 437	77	1	331	1 137	81	708	103	1 388	1	247
Grande Lisboa		10 069	994	40	1	269	823	64	484	82	1 149	1	188
Amadora		626	56	1	0	22	73	12	21	1	103	0	10
Cascais		905	107	1	0	28	59	2	59	2	74	0	13
Lisboa		2 404	226	23	0	86	248	22	106	23	367	1	63
Loures		1 103	93	5	0	25	85	2	62	11	134	0	20
Mafra		610	141	2	0	15	33	1	46	5	29	0	3
Odivelas		714	73	0	0	24	69	3	24	6	85	0	13
Oeiras		571	50	4	0	11	53	5	23	12	81	0	16
Sintra		2 477	187	3	1	50	137	16	120	18	234	0	33
Vila Franca de Xira		659	61	1	0	8	66	1	23	4	42	0	17
Península de Setúbal		3 276	443	37	0	62	314	17	224	21	239	0	59
Alcochete		74	16	0	0	0	1	1	12	0	4	0	2
Almada		666	55	0	0	18	109	5	42	4	77	0	7
Barreiro		279	30	0	0	8	25	2	15	2	32	0	7
Moita		268	46	0	0	8	21	3	24	0	18	0	5
Montijo		278	52	4	0	3	14	2	52	2	16	0	4
Palmela		349	53	25	0	6	5	0	25	2	12	0	9
Seixal		688	79	2	0	14	104	2	26	4	44	0	14
Sesimbra		203	52	1	0	2	11	1	8	0	9	0	1
Setúbal		471	60	5	0	3	24	1	20	7	27	0	10
Unit: No.		Total	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years.

## EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## MANUFACTURING ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

▶ continuação continued

III.3.6	Unidade: N.º												
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
Portugal	157	1 236	5 083	413	14 577	389	856	1 912	548	269	6 390	3 576	3 007
Continente	157	1 229	4 952	406	14 192	385	847	1 891	541	248	6 293	3 463	2 915
Lisboa	116	219	979	73	2 486	174	257	552	91	83	851	968	985
Grande Lisboa	109	184	820	52	1 749	139	201	437	57	37	692	782	715
Amadora	13	10	13	2	94	8	25	24	0	0	37	51	50
Cascais	7	31	53	6	158	19	15	35	5	4	62	95	70
Lisboa	41	32	112	11	213	44	46	97	12	16	172	285	158
Loures	7	23	25	13	255	10	22	62	13	4	109	56	67
Mafra	1	5	95	0	111	3	9	11	3	0	42	23	32
Odivelas	2	18	15	3	151	11	17	40	5	2	63	40	50
Oeiras	20	11	24	0	70	14	14	18	1	5	37	42	60
Sintra	14	46	466	12	479	26	40	116	13	6	139	164	157
Vila Franca de Xira	4	8	17	5	218	4	13	34	5	0	31	26	71
Península de Setúbal	7	35	159	21	737	35	56	115	34	46	159	186	270
Alcochete	0	1	4	1	17	0	1	6	0	0	1	2	5
Almada	1	2	17	1	118	10	11	22	1	8	37	66	55
Barreiro	1	4	13	3	52	3	12	16	1	3	15	18	17
Moita	1	3	12	4	65	2	2	9	1	2	12	9	21
Montijo	0	4	16	0	59	2	2	8	1	0	9	10	18
Palmela	1	7	18	2	90	5	8	10	20	3	14	10	24
Seixal	3	6	27	9	175	7	11	21	2	18	35	29	56
Sesimbra	0	2	24	0	43	1	3	4	1	2	9	7	22
Setúbal	0	6	28	1	118	5	6	19	7	10	27	35	52
Unit: No.													
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

Nota: Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years.

## SOCIEDADES POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## COMPANIES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

III.3.7	Total	A03	B	C	D	E	F	G	H
Unidade: N.º									
Portugal	350 871	533	935	41 505	615	869	49 082	99 690	19 764
Continente	336 726	487	894	40 558	601	828	47 183	95 817	18 651
Lisboa	116 433	81	97	7 083	233	222	14 301	31 105	6 918
Grande Lisboa	96 246	26	77	5 495	222	157	10 710	25 577	5 863
Amadora	5 469	1	1	314	2	8	918	1 661	365
Cascais	8 869	4	4	459	9	19	1 038	2 175	340
Lisboa	44 374	16	36	1 513	161	52	3 207	11 020	2 416
Loures	6 705	0	2	623	6	23	950	2 092	706
Mafra	2 626	0	2	261	1	4	431	793	218
Odivelas	4 672	1	0	394	3	6	869	1 351	441
Oeiras	7 887	2	5	318	31	16	696	2 080	264
Sintra	12 001	2	26	1 288	8	16	2 009	3 393	705
Vila Franca de Xira	3 643	0	1	325	1	13	592	1 012	408
Península de Setúbal	20 187	55	20	1 588	11	65	3 591	5 528	1 055
Alcochete	439	0	1	47	1	2	64	118	16
Almada	5 022	2	4	294	1	8	801	1 404	186
Barreiro	1 537	0	1	123	1	8	230	446	68
Moita	1 236	2	0	127	0	1	290	321	51
Montijo	1 351	1	2	137	1	7	228	374	61
Palmela	1 665	0	0	208	1	7	360	455	99
Seixal	3 994	1	2	332	0	14	774	1 104	233
Sesimbra	1 407	30	8	81	0	3	284	333	122
Setúbal	3 536	19	2	239	6	15	560	973	219
Unit: No.	Total	A03	B	C	D	E	F	G	H

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## SOCIEDADES POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## COMPANIES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

▶ continuação continued

III.3.7									
Unidade: N.º									
	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
Portugal	31 610	7 291	23 715	31 525	11 668	4 565	15 833	3 847	7 824
Continente	29 930	7 086	22 893	29 802	11 127	4 448	15 324	3 604	7 493
Lisboa	11 820	3 979	9 265	13 648	4 873	1 844	6 255	1 413	3 296
Grande Lisboa	9 851	3 577	8 068	11 867	4 165	1 451	5 188	1 171	2 781
Amadora	575	150	263	519	188	81	223	35	165
Cascais	969	305	838	1 129	415	170	560	175	260
Lisboa	5 047	2 000	4 843	6 685	2 089	603	2 823	543	1 320
Loures	564	113	333	504	209	80	262	68	170
Mafra	224	48	137	192	90	47	85	38	55
Odivelas	434	111	175	323	159	63	169	40	133
Oeiras	662	501	649	1 259	393	135	500	114	262
Sintra	1 062	303	626	1 006	464	220	442	124	307
Vila Franca de Xira	314	46	204	250	158	52	124	34	109
Península de Setúbal	1 969	402	1 197	1 781	708	393	1 067	242	515
Alcochete	51	11	33	39	20	13	13	7	3
Almada	635	131	245	520	192	88	297	62	152
Barreiro	173	27	72	137	50	27	106	15	53
Moita	105	21	71	87	37	29	55	13	26
Montijo	93	36	123	113	50	27	46	14	38
Palmela	88	28	84	121	67	25	69	24	29
Seixal	347	63	272	304	122	108	173	41	104
Sesimbra	152	19	117	102	26	22	59	15	34
Setúbal	325	66	180	358	144	54	249	51	76
Unit: No.									
	I	J	L	M	N	P	Q	R	S

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## SOCIEDADES DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## MANUFACTURING COMPANIES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

III.3.8	Unidade: N.º											
	Total	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Portugal	41 505	5 477	681	4	2 245	5 127	1 867	3 054	449	2 237	1	734
Continente	40 558	5 225	644	2	2 204	5 115	1 866	2 942	448	2 183	1	731
Lisboa	7 083	803	67	1	109	302	32	296	85	908	1	226
Grande Lisboa	5 495	594	37	1	90	247	30	188	70	785	1	175
Amadora	314	39	1	0	7	19	6	5	1	69	0	8
Cascais	459	59	1	0	7	16	1	19	1	42	0	13
Lisboa	1 513	162	21	0	33	119	14	53	21	267	1	60
Loures	623	63	5	0	13	19	0	27	10	93	0	19
Mafra	261	68	2	0	3	6	0	16	4	18	0	3
Odivelas	394	42	0	0	9	20	2	10	5	60	0	12
Oeiras	318	29	4	0	1	17	2	9	11	57	0	16
Sintra	1 288	99	2	1	14	21	5	39	14	150	0	29
Vila Franca de Xira	325	33	1	0	3	10	0	10	3	29	0	15
Península de Setúbal	1 588	209	30	0	19	55	2	108	15	123	0	51
Alcochete	47	10	0	0	0	0	1	9	0	1	0	2
Almada	294	28	0	0	7	25	1	18	2	42	0	4
Barreiro	123	17	0	0	2	1	0	4	2	15	0	7
Moita	127	24	0	0	4	2	0	17	0	10	0	5
Montijo	137	19	4	0	0	0	0	31	2	9	0	2
Palmela	208	33	18	0	1	1	0	8	2	10	0	9
Seixal	332	39	2	0	5	19	0	8	3	18	0	12
Sesimbra	81	13	1	0	0	1	0	4	0	5	0	1
Setúbal	239	26	5	0	0	6	0	9	4	13	0	9

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years.



## SOCIEDADES DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## MANUFACTURING COMPANIES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

▶ continuação continued

III.3.8	Unidade: N.º												
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
Portugal	153	993	2 961	299	6 714	245	570	1 350	459	202	2 651	1 480	1 552
Continente	153	986	2 873	294	6 508	245	563	1 339	453	194	2 615	1 459	1 515
Lisboa	113	175	568	55	1 298	94	155	349	77	64	347	371	587
Grande Lisboa	106	149	484	39	925	79	126	289	45	28	281	310	416
Amadora	13	7	6	2	43	2	14	12	0	0	12	15	33
Cascais	7	28	30	3	80	11	10	22	5	4	22	35	43
Lisboa	38	28	75	11	136	33	26	66	10	13	72	138	116
Loures	7	17	15	8	152	5	13	41	10	2	44	22	38
Mafra	1	2	35	0	44	2	7	9	2	0	19	7	13
Odivelas	2	12	8	2	88	5	11	26	4	2	31	16	27
Oeiras	20	10	13	0	34	7	11	15	0	2	12	15	33
Sintra	14	40	294	9	237	12	24	76	9	5	58	54	82
Vila Franca de Xira	4	5	8	4	111	2	10	22	5	0	11	8	31
Península de Setúbal	7	26	84	16	373	15	29	60	32	36	66	61	171
Alcochete	0	1	4	0	10	0	1	6	0	0	0	0	2
Almada	1	1	9	1	55	5	7	9	1	7	11	24	36
Barreiro	1	3	5	3	27	1	4	6	1	3	5	6	10
Moita	1	1	5	2	36	1	2	2	1	2	2	1	9
Montijo	0	4	13	0	22	1	1	7	1	0	5	3	13
Palmela	1	6	13	2	53	3	4	6	20	2	8	1	7
Seixal	3	5	12	7	96	2	7	11	1	14	20	9	39
Sesimbra	0	0	8	0	19	0	1	3	1	1	6	3	14
Setúbal	0	5	15	1	55	2	2	10	6	7	9	14	41
Unit: No.													
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

Nota: Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years.

## EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO O ESCALÃO DE PESSOAL AO SERVIÇO, 2008

## ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO EMPLOYMENT SIZE CLASS, 2008

III.3.9	Unidade: N.º	Total	0 - 249			250 ou mais	
			Total	Menos de 10	10 - 49		50 - 249
Portugal		1 096 255	1 095 334	1 046 592	42 629	6 113	921
Continente		1 054 373	1 053 491	1 006 903	40 737	5 851	882
Lisboa		333 774	333 320	319 967	11 399	1 954	454
Grande Lisboa		258 611	258 198	247 149	9 372	1 677	413
Amadora		17 326	17 308	16 727	490	91	18
Cascais		26 678	26 665	25 786	772	107	13
Lisboa		96 359	96 121	91 227	4 103	791	238
Loures		20 275	20 251	19 378	739	134	24
Mafra		8 878	8 873	8 522	312	39	5
Odivelas		14 901	14 899	14 454	417	28	2
Oeiras		22 817	22 756	21 695	823	238	61
Sintra		38 942	38 905	37 439	1 288	178	37
Vila Franca de Xira		12 435	12 420	11 921	428	71	15
Península de Setúbal		75 163	75 122	72 818	2 027	277	41
Alcochete		1 573	1 573	1 504	58	11	0
Almada		18 512	18 506	18 059	410	37	6
Barreiro		6 763	6 759	6 587	143	29	4
Moita		4 942	4 940	4 807	118	15	2
Montijo		4 864	4 862	4 695	152	15	2
Palmela		5 705	5 694	5 421	229	44	11
Seixal		15 228	15 224	14 783	391	50	4
Sesimbra		5 115	5 114	4 975	132	7	1
Setúbal		12 461	12 450	11 987	394	69	11
Unit: No.	Total	Total	Less than 10	10 - 49	50 - 249	250 or more	
		0 - 249					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.  
Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

PERSONS EMPLOYED IN ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

III.3.10		Total	A03	B	C	D	E	F	G	H
Unidade: N.º										
Portugal		3 861 726	13 513	13 631	773 090	10 210	28 025	513 205	830 006	171 802
Continente		3 713 490	11 700	13 163	758 522	8 576	26 967	486 165	796 937	163 599
Lisboa		1 385 462	2 178	1 667	126 594	7 078	11 650	139 489	292 784	88 959
Grande Lisboa		1 187 658	...	...	94 875	6 999	9 673	111 376	253 309	81 004
Amadora		58 608	...	...	5 863	...	29	8 953	13 936	888
Cascais		69 338	72	22	5 778	19	1 166	7 159	14 550	3 623
Lisboa		620 005	582	998	26 607	6 700	3 532	32 682	119 324	55 997
Loures		70 992	...	...	10 009	28	2 823	8 563	17 556	6 924
Mafra		27 349	...	...	4 729	...	8	3 274	5 816	3 104
Odivelas		33 621	...	0	4 176	...	41	6 302	7 676	913
Oeiras		135 780	48	5	9 143	145	873	17 673	35 177	2 186
Sintra		126 435	32	353	19 771	81	964	21 752	31 499	3 015
Vila Franca de Xira		45 530	...	...	8 799	...	237	5 018	7 775	4 354
Península de Setúbal		197 804	...	...	31 719	79	1 977	28 113	39 475	7 955
Alcochete		4 174	10	...	815	...	...	627	1 070	60
Almada		42 820	...	10	2 695	...	557	5 794	8 388	2 033
Barreiro		16 365	...	...	2 073	...	119	1 619	3 408	586
Moita		11 934	...	0	1 870	0	...	2 282	2 229	142
Montijo		11 689	...	...	2 271	...	139	1 651	2 913	427
Palmela		25 440	...	0	10 528	...	353	3 112	4 105	955
Seixal		34 947	22	23	5 277	0	132	5 504	8 304	1 072
Sesimbra		10 994	740	190	699	0	22	2 747	1 898	378
Setúbal		39 441	394	6	5 491	74	569	4 777	7 160	2 302
Unit: No.		Total	A03	B	C	D	E	F	G	H

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

PERSONS EMPLOYED IN ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

► continuação continued

III.3.10									
	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
Unidade: N.º									
Portugal	289 439	77 792	51 400	223 080	319 557	93 433	227 875	43 215	182 453
Continente	269 955	76 383	49 657	215 169	313 479	90 633	216 592	40 866	175 127
Lisboa	107 162	55 280	20 394	104 699	219 260	32 511	82 218	17 556	75 983
Grande Lisboa	93 792	52 630	17 445	92 854	204 449	25 694	66 842	14 921	59 542
Amadora	5 118	2 544	516	3 439	6 277	1 229	4 366	526	4 914
Cascais	8 575	1 293	1 642	7 201	3 098	2 455	4 089	2 558	6 038
Lisboa	53 403	33 579	10 110	55 075	138 233	12 146	43 711	6 922	20 404
Loures	5 579	519	774	3 725	5 363	1 222	2 250	674	4 975
Mafra	1 512	290	333	1 493	3 517	726	789	313	1 393
Odivelas	1 954	486	424	2 084	2 242	1 481	1 673	368	3 772
Oeiras	9 021	11 046	1 601	10 448	23 804	2 666	4 696	1 806	5 442
Sintra	6 554	2 649	1 572	7 427	12 903	2 971	3 987	1 339	9 566
Vila Franca de Xira	2 076	224	473	1 962	9 012	798	1 281	415	3 038
Península de Setúbal	13 370	2 650	2 949	11 845	14 811	6 817	15 376	2 635	16 441
Alcochete	276	75	74	286	168	115	157	82	275
Almada	3 735	854	603	3 125	2 699	2 044	4 959	709	4 476
Barreiro	1 319	137	233	1 065	1 273	459	2 397	198	1 461
Moita	742	126	141	551	1 612	344	649	113	1 118
Montijo	729	173	228	757	439	348	556	135	902
Palmela	754	509	160	1 019	1 365	434	706	271	1 158
Seixal	2 276	392	806	2 251	1 253	1 759	1 672	494	3 710
Sesimbra	1 046	85	246	643	334	301	511	180	974
Setúbal	2 493	299	458	2 148	5 668	1 013	3 769	453	2 367
Unit: No.	I	J	L	M	N	P	Q	R	S

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

PERSONS EMPLOYED IN MANUFACTURING ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

III.3.11	Unidade: N.º											
	Total	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Portugal	773 090	97 329	14 079	...	54 637	112 681	45 508	40 446	11 777	21 309	...	14 218
Continente	758 522	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Lisboa	126 594	21 078	...	...	...	3 857	...	3 020	2 944	9 661	...	5 444
Grande Lisboa	94 875	16 867	2 492	...	703	3 189	...	1 846	1 821	8 758	...	4 362
Amadora	5 863	858	...	0	60	566	56	32	...	830	0	147
Cascais	5 778	814	...	0	73	257	...	124	...	381	0	130
Lisboa	26 607	3 530	321	0	191	889	121	675	530	2 662	...	987
Loures	10 009	2 022	263	0	87	623	...	261	...	1 084	0	751
Mafra	4 729	2 414	...	0	34	43	...	138	49	203	0	7
Odivelas	4 176	608	0	0	61	239	19	46	...	574	0	52
Oeiras	9 143	2 361	944	0	21	176	17	51	318	1 055	0	528
Sintra	19 771	3 038	8	...	143	258	74	388	549	1 843	0	597
Vila Franca de Xira	8 799	1 222	...	0	33	138	...	131	13	126	0	1 163
Península de Setúbal	31 719	4 211	...	0	...	668	30	1 174	1 123	903	0	1 082
Alcochete	815	140	0	0	0	...	...	95	0	4	0	...
Almada	2 695	349	0	0	35	278	15	129	7	303	0	...
Barreiro	2 073	304	0	0	9	28	...	128	...	87	0	332
Moita	1 870	633	0	0	23	28	3	72	0	83	0	12
Montijo	2 271	915	69	0	3	14	...	297	...	42	0	13
Palmela	10 528	555	606	0	8	40	0	119	...	27	0	255
Seixal	5 277	660	...	0	27	227	...	158	27	224	0	75
Sesimbra	699	219	...	0	...	13	...	44	0	14	0	...
Setúbal	5 491	436	247	0	3	...	...	132	936	119	0	368
Unit: No.												
	Total	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.  
 Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.  
 Note: Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years.

## PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## PERSONS EMPLOYED IN MANUFACTURING ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

► continuação continued

III.3.11	Unidade: N.º												
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
Portugal	...	24 762	54 870	10 106	93 377	10 415	18 829	25 582	36 598	7 243	40 449	14 617	15 332
Continente	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Lisboa	4 604	3 145	8 666	1 951	14 794	2 148	4 810	5 801	9 766	...	3 483	3 564	7 535
Grande Lisboa	4 492	2 090	7 217	1 045	9 745	1 459	4 476	3 689	4 276	2 118	2 939	3 059	5 394
Amadora	642	76	383	...	412	13	1 306	90	0	0	76	74	176
Cascais	139	476	511	13	672	201	662	361	45	15	205	166	524
Lisboa	418	278	2 349	...	1 770	730	236	627	3 323	1 790	665	996	1 337
Loures	...	158	595	85	1 553	60	176	439	213	154	276	146	257
Mafra	...	33	324	0	474	6	79	244	10	0	259	163	141
Odivelas	...	104	79	17	598	32	77	302	16	...	303	510	188
Oeiras	780	175	402	0	361	63	573	339	...	...	480	85	406
Sintra	1 273	702	2 341	763	2 570	344	727	1 061	660	...	565	817	400
Vila Franca de Xira	423	88	233	9	1 335	10	640	226	...	0	110	102	1 965
Península de Setúbal	112	1 055	1 449	906	5 049	689	334	2 112	5 490	...	544	505	2 141
Alcochete	0	...	45	...	438	0	...	58	0	0	...	...	10
Almada	...	...	83	...	576	258	66	73	...	73	...	...	182
Barreiro	...	37	45	46	286	10	76	46	...	273	32	33	277
Moita	...	10	49	10	724	...	...	25	...	...	17	9	46
Montijo	0	56	339	0	181	...	...	74	...	0	76	14	37
Palmela	...	638	99	...	997	22	80	1 432	5 292	10	87	10	77
Seixal	98	67	122	664	1 108	194	57	258	...	572	146	105	447
Sesimbra	0	...	100	0	121	...	3	13	...	...	30	63	49
Setúbal	0	219	567	...	618	16	23	133	146	153	63	161	1 016
Unit: No.	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

Nota: Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years.

## VOLUME DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## TURNOVER IN ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

III.3.12	Unidade: milhares de euros								
	Total	A03	B	C	D	E	F	G	H
Portugal	368 392 426	408 370	1 292 028	83 071 315	20 620 073	2 830 704	35 987 752	138 882 891	18 207 967
Continente	355 831 478	349 265	1 245 643	81 854 539	20 246 276	2 755 538	34 311 591	133 458 080	17 402 171
Lisboa	179 278 362	68 203	174 963	29 832 895	18 302 741	1 109 040	13 399 208	64 387 678	11 057 531
Grande Lisboa	162 061 536	...	...	23 184 889	18 105 089	837 563	11 623 561	59 261 737	10 406 007
Amadora	5 506 209	...	...	916 599	...	1 982	821 048	2 526 861	32 440
Cascais	5 634 725	1 029	780	617 102	3 144	107 038	604 784	1 977 420	743 926
Lisboa	96 156 512	34 705	104 809	13 266 742	17 960 833	314 188	4 469 049	26 258 815	6 615 094
Loures	6 965 994	...	...	1 113 619	6 581	215 647	563 663	3 245 915	878 964
Mafra	2 034 662	...	...	489 742	...	115	196 457	832 086	251 010
Odivelas	1 788 175	...	0	299 718	...	11 549	402 352	748 031	33 755
Oeiras	26 351 694	731	8 210	2 564 155	99 699	95 151	2 286 243	15 342 035	1 283 135
Sintra	13 233 981	498	35 270	2 221 148	29 769	74 139	1 759 564	6 947 473	225 810
Vila Franca de Xira	4 389 584	...	...	1 696 065	...	17 756	520 401	1 383 100	341 873
Península de Setúbal	17 216 826	...	...	6 648 006	197 651	271 477	1 775 647	5 125 941	651 524
Alcochete	614 055	132	...	131 752	...	...	52 929	333 972	5 358
Almada	2 314 930	...	2 741	171 847	...	20 159	470 076	887 159	104 595
Barreiro	948 099	...	...	227 471	...	17 750	93 116	338 848	26 646
Moita	537 944	...	0	112 899	0	...	123 934	179 763	7 533
Montijo	899 745	...	...	258 767	...	7 795	113 678	333 243	81 872
Palmela	4 770 839	...	0	3 256 840	...	98 968	190 736	765 249	101 254
Seixal	2 923 768	191	1 305	913 458	0	32 047	271 715	1 232 432	71 929
Sesimbra	584 407	17 939	16 844	45 683	0	1 354	204 959	175 055	24 441
Setúbal	3 623 039	7 713	187	1 529 288	148 640	64 824	254 503	880 221	227 895
Unit: thousand euros									
	Total	A03	B	C	D	E	F	G	H

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3. Note: Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## VOLUME DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## TURNOVER IN ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

► continuação continued

III.3.12	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
Unidade: milhares de euros									
Portugal	9 844 191	14 079 708	6 476 989	12 085 296	10 395 542	1 408 520	9 231 782	1 770 730	1 798 569
Continente	9 088 192	13 944 256	6 277 985	11 282 422	10 047 738	1 382 715	8 755 167	1 709 897	1 720 001
Lisboa	3 833 085	12 476 341	3 511 990	7 991 850	6 952 846	690 404	3 720 803	987 088	781 695
Grande Lisboa	3 415 733	12 228 693	3 219 550	7 646 848	6 621 408	580 993	3 161 480	939 011	637 671
Amadora	154 435	262 570	49 979	169 070	200 763	15 176	288 779	7 070	58 291
Cascais	329 284	88 786	151 839	322 353	146 294	54 803	142 315	265 656	78 172
Lisboa	1 968 714	9 830 971	2 076 805	5 650 866	4 348 654	328 198	2 210 916	467 102	250 051
Loures	187 099	32 188	72 039	153 669	357 218	16 795	64 343	17 267	40 681
Mafra	56 603	19 790	15 920	50 937	63 098	12 706	19 597	7 467	14 229
Odivelas	60 281	21 332	23 605	50 872	39 469	22 161	36 559	5 868	30 925
Oeiras	369 523	1 715 850	279 616	892 500	891 117	68 532	265 718	127 383	62 096
Sintra	223 870	251 678	491 814	290 597	412 396	55 170	99 784	35 518	79 484
Vila Franca de Xira	65 925	5 527	57 933	65 984	162 399	7 453	33 469	5 682	23 743
Península de Setúbal	417 352	247 648	292 440	345 003	331 437	109 411	559 323	48 077	144 025
Alcochete	8 573	4 570	26 435	7 516	4 029	1 396	2 600	941	2 231
Almada	118 214	35 083	31 562	82 058	53 636	38 573	207 996	13 812	35 203
Barreiro	40 408	4 898	15 110	31 342	28 081	6 966	97 158	2 693	12 751
Moita	21 896	3 870	12 301	12 717	35 191	3 374	13 943	1 414	8 761
Montijo	22 373	5 393	11 853	17 609	16 475	4 065	12 864	2 818	7 945
Palmela	27 164	165 887	33 615	49 647	36 779	4 341	16 477	4 999	18 518
Seixal	71 467	13 535	93 469	64 025	37 918	33 108	46 264	9 293	31 612
Sesimbra	33 230	2 595	12 548	14 664	9 407	3 437	12 812	2 692	6 747
Setúbal	74 026	11 816	55 547	65 425	109 921	14 152	149 209	9 414	20 256
Unit: thousand euros	I	J	L	M	N	P	Q	R	S

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.



## VOLUME DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## TURNOVER IN MANUFACTURING ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

III.3.13												
	Total	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Unidade: milhares de euros												
Portugal	83 071 315	12 188 295	2 992 591	...	3 047 175	3 298 449	2 057 184	3 530 618	2 592 864	1 291 159	...	4 203 755
Continente	81 854 539	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Lisboa	29 832 895	3 791 802	...	...	...	120 245	...	208 413	807 368	688 111	...	1 609 123
Grande Lisboa	23 184 889	3 380 470	762 157	...	23 635	108 077	...	121 026	283 266	634 155	...	1 277 927
Amadora	916 599	60 807	...	0	1 792	16 783	4 604	492	...	57 153	0	22 822
Cascais	617 102	24 619	...	0	2 472	9 538	...	3 600	...	24 228	0	11 255
Lisboa	13 266 742	647 154	47 325	0	8 222	30 742	3 813	68 515	86 032	196 565	...	277 447
Loures	1 113 619	405 473	23 132	0	2 319	26 472	...	11 359	...	61 425	0	102 642
Mafra	489 742	298 567	...	0	855	769	...	5 911	709	11 252	0	98
Odivelas	299 718	23 812	0	0	1 437	6 313	653	1 812	...	36 536	0	4 734
Oeiras	2 564 155	1 259 923	288 939	0	310	6 220	340	1 420	50 713	118 785	0	205 736
Sintra	2 221 148	335 162	234	...	4 419	8 090	2 857	20 983	84 567	121 199	0	132 731
Vila Franca de Xira	1 696 065	324 953	...	0	1 809	3 149	...	6 933	144	7 012	0	520 462
Península de Setúbal	6 648 006	411 332	...	0	...	12 168	442	87 387	524 102	53 956	0	331 196
Alcochete	131 752	21 159	0	0	0	...	...	11 413	0	32	0	...
Almada	171 847	20 931	0	0	1 327	3 905	290	4 033	151	19 287	0	...
Barreiro	227 471	19 082	0	0	6 441	188	...	8 496	...	4 524	0	103 742
Moita	112 899	26 495	0	0	996	300	8	3 553	0	5 117	0	398
Montijo	258 767	131 514	13 722	0	4	47	...	29 999	...	2 692	0	1 028
Palmela	3 256 840	49 594	236 756	0	89	1 346	0	12 010	...	993	0	107 175
Seixal	913 458	61 970	...	0	822	5 848	...	8 111	1 224	16 644	0	5 947
Sesimbra	45 683	23 188	...	0	...	118	...	1 882	0	374	0	...
Setúbal	1 529 288	57 399	33 473	0	37	...	...	7 890	508 955	4 294	0	102 917
Unit: thousand euros												
	Total	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

Nota: Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years.

## VOLUME DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## TURNOVER IN MANUFACTURING ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

► continuação continued

III.3.13													
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
Unidade: milhares de euros													
Portugal	...	3 083 693	5 236 679	2 694 238	6 811 641	2 445 687	3 377 071	2 764 553	5 936 074	545 387	1 656 875	867 297	1 504 061
Continente	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Lisboa	948 085	451 964	1 775 227	1 048 161	1 207 321	252 569	1 063 924	733 032	2 701 174	...	195 508	288 775	998 553
Grande Lisboa	930 204	325 260	1 291 858	169 674	816 341	198 133	1 038 010	367 000	551 283	130 255	165 620	263 136	687 007
Amadora	186 330	2 835	55 858	...	36 187	1 037	441 759	7 347	0	0	1 749	2 922	9 670
Cascais	17 612	123 930	28 475	1 043	30 116	14 105	101 426	30 368	1 436	1 722	10 279	7 163	173 492
Lisboa	167 021	69 767	661 961	...	273 541	133 189	26 348	92 638	479 050	109 560	33 208	56 249	212 298
Loures	...	11 968	167 752	6 272	74 144	3 399	18 984	49 429	19 562	4 457	11 228	5 275	14 684
Mafra	...	3 784	25 667	0	29 659	84	13 095	16 364	1 566	0	16 810	14 760	17 471
Odivelas	...	5 877	2 974	458	30 301	1 415	7 300	29 305	635	...	13 275	39 999	15 690
Oeiras	122 287	26 647	167 398	0	52 942	5 950	114 365	24 833	...	...	48 052	6 392	62 830
Sintra	274 339	71 771	160 269	149 947	196 207	38 542	221 707	94 330	48 692	...	24 980	119 516	23 175
Vila Franca de Xira	43 671	8 681	21 503	239	93 243	412	93 027	22 387	...	0	6 041	10 860	157 697
Península de Setúbal	17 880	126 705	483 370	878 487	390 980	54 436	25 914	366 032	2 149 891	...	29 888	25 638	311 546
Alcochete	0	...	14 174	...	71 857	0	...	2 347	0	0	...	...	225
Almada	...	...	24 512	...	22 680	24 532	5 765	4 017	...	16 941	...	...	10 651
Barreiro	...	2 830	4 234	3 077	13 540	217	5 542	1 940	...	17 912	568	1 125	32 908
Moita	...	572	3 228	391	61 853	...	...	1 219	...	...	533	277	3 653
Montijo	0	8 252	43 980	0	8 444	...	...	5 196	...	0	3 947	399	1 749
Palmela	...	84 389	6 549	...	106 067	1 180	6 217	316 649	2 132 003	569	10 036	143	4 444
Seixal	13 891	6 034	7 434	611 992	56 457	23 991	4 266	21 782	...	29 508	6 686	3 612	23 422
Sesimbra	0	...	3 391	0	7 755	...	35	1 026	...	...	1 818	2 270	2 157
Setúbal	0	22 875	375 868	...	42 325	527	1 442	11 857	14 728	5 147	2 139	15 099	232 337
Unit: thousand euros													
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

Nota: Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years.

## VALOR ACRESCENTADO BRUTO NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

GROSS VALUE ADDED IN ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

III.3.14	Unidade: milhares de euros								
	Total	A03	B	C	D	E	F	G	H
Portugal	85 969 967	187 650	530 740	18 923 047	3 351 005	1 157 035	10 318 765	17 459 822	6 460 213
Continente	82 788 295	161 756	515 765	18 622 447	3 199 016	1 128 992	9 818 438	16 719 683	6 113 127
Lisboa	40 673 883	36 095	61 692	5 364 237	2 433 712	501 121	3 616 643	8 327 975	3 796 669
Grande Lisboa	36 732 299	...	...	4 158 530	2 411 967	414 053	3 059 231	7 670 430	3 535 973
Amadora	1 462 920	...	...	264 749	...	855	205 925	462 592	12 068
Cascais	1 985 115	543	- 360	168 121	1 867	49 558	178 842	311 865	565 093
Lisboa	21 773 053	17 428	41 207	1 708 157	2 381 490	189 731	1 126 101	3 140 939	2 314 567
Loures	1 605 385	...	...	298 980	1 009	93 520	176 742	374 549	273 757
Mafra	508 131	...	...	113 622	...	1	58 798	113 531	90 187
Odivelas	478 293	...	0	98 944	...	1 447	129 479	110 737	12 390
Oeiras	5 142 894	512	715	494 575	17 123	37 629	584 532	1 951 063	92 784
Sintra	2 844 521	337	10 282	650 220	6 769	33 140	507 402	1 032 605	71 780
Vila Franca de Xira	931 987	...	...	361 162	...	8 172	91 411	172 549	103 348
Península de Setúbal	3 941 585	...	...	1 205 707	21 745	87 068	557 411	657 544	260 696
Alcochete	127 143	41	...	27 866	...	...	16 992	39 397	933
Almada	631 421	...	430	56 764	...	16 953	123 757	122 073	46 945
Barreiro	274 071	...	...	52 763	...	5 334	34 740	55 865	11 839
Moita	159 984	...	0	38 109	0	...	39 690	25 981	2 494
Montijo	237 707	...	...	51 052	...	1 952	44 066	37 738	65 350
Palmela	836 378	...	0	466 537	...	25 824	67 118	89 069	26 204
Seixal	585 092	116	583	163 349	0	3 911	98 969	148 208	15 743
Sesimbra	137 034	11 420	7 231	10 332	0	449	38 402	23 647	7 097
Setúbal	952 755	3 502	50	338 934	20 604	28 972	93 676	115 566	84 090
Unit: thousand euros									
	Total	A03	B	C	D	E	F	G	H

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## VALOR ACRESCENTADO BRUTO NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## GROSS VALUE ADDED IN ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

► continuação continued

III.3.14	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
Unidade: milhares de euros									
Portugal	3 440 738	5 480 726	2 152 919	4 936 138	4 516 625	750 715	4 627 052	863 713	813 064
Continente	3 109 382	5 420 279	2 094 616	4 782 753	4 399 438	741 028	4 356 345	829 515	775 712
Lisboa	1 406 720	4 830 805	1 060 549	3 098 691	3 229 866	399 590	1 723 859	429 216	356 443
Grande Lisboa	1 302 232	4 713 566	931 255	2 931 598	3 044 140	332 826	1 449 326	411 347	292 933
Amadora	46 396	114 004	17 112	58 054	124 542	5 857	117 257	3 416	29 498
Cascais	117 605	23 979	51 581	151 390	50 506	30 133	64 049	185 698	34 644
Lisboa	831 766	3 838 773	661 937	2 173 898	1 860 968	191 972	1 020 777	158 696	114 644
Loures	58 607	10 609	31 512	79 165	142 386	9 374	30 794	5 136	19 164
Mafra	17 720	7 783	6 453	23 610	44 760	8 020	10 337	3 081	6 549
Odivelas	14 451	6 372	7 502	26 434	20 706	13 810	18 899	2 572	14 210
Oeiras	133 814	645 208	98 475	279 285	580 855	38 796	124 298	35 553	27 676
Sintra	64 505	64 886	40 948	110 645	122 059	31 150	46 899	14 985	35 911
Vila Franca de Xira	17 368	1 951	15 734	29 117	97 357	3 715	16 015	2 210	10 637
Península de Setúbal	104 488	117 239	129 294	167 093	185 726	66 764	274 533	17 869	63 510
Alcochete	2 049	766	25 185	3 222	2 541	669	1 344	473	1 132
Almada	30 146	16 612	8 957	41 613	21 261	26 063	97 914	4 509	16 123
Barreiro	9 292	2 534	9 213	14 373	14 633	4 425	51 640	1 154	5 559
Moita	2 882	1 510	2 879	7 183	27 092	1 816	5 984	556	3 859
Montijo	5 306	2 340	2 646	9 546	5 681	2 177	5 875	925	3 309
Palmela	8 568	81 210	18 040	16 313	19 523	2 372	8 163	1 495	5 833
Seixal	15 336	5 745	22 959	35 668	15 763	19 430	21 194	3 448	14 669
Sesimbra	8 898	1 331	2 747	8 522	4 468	1 957	6 165	1 106	3 261
Setúbal	22 012	5 190	36 668	30 653	74 763	7 855	76 254	4 202	9 764
Unit: thousand euros	I	J	L	M	N	P	Q	R	S

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

## VALOR ACRESCENTADO BRUTO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

GROSS VALUE ADDED IN MANUFACTURING ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

III.3.15												
	Total	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Unidade: milhares de euros												
Portugal	18 923 047	2 156 694	665 380	...	867 060	1 160 635	607 333	776 591	676 952	543 034	...	765 471
Continente	18 622 447	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Lisboa	5 364 237	691 296	...	...	...	44 163	...	58 982	191 842	277 322	...	330 060
Grande Lisboa	4 158 530	607 030	149 228	...	6 756	39 662	...	35 489	72 971	257 708	...	274 053
Amadora	264 749	29 176	...	0	104	6 796	1 183	207	...	21 373	0	4 468
Cascais	168 121	10 032	...	0	1 021	2 685	...	1 219	...	8 086	0	3 859
Lisboa	1 708 157	146 503	16 969	0	1 956	9 587	1 446	14 653	21 925	87 298	...	63 005
Loures	298 980	68 062	7 966	0	625	12 081	...	4 451	...	24 744	0	30 509
Mafra	113 622	59 128	...	0	252	226	...	2 636	844	4 826	0	13
Odivelas	98 944	8 533	0	0	435	2 745	344	1 055	...	11 945	0	1 307
Oeiras	494 575	159 733	58 574	0	128	1 848	166	158	10 990	44 677	0	49 831
Sintra	650 220	83 585	125	...	1 667	2 499	978	7 954	23 799	51 887	0	30 862
Vila Franca de Xira	361 162	42 279	...	0	568	1 195	...	3 157	6	2 873	0	90 198
Península de Setúbal	1 205 707	84 266	...	0	...	4 501	140	23 493	118 872	19 614	0	56 007
Alcochete	27 866	2 430	0	0	0	...	...	3 372	0	17	0	...
Almada	56 764	4 926	0	0	395	1 493	161	1 322	1	8 431	0	...
Barreiro	52 763	5 396	0	0	206	- 36	...	2 115	...	1 244	0	13 307
Moita	38 109	8 769	0	0	281	119	3	788	0	1 897	0	70
Montijo	51 052	21 352	4 173	0	1	12	...	6 326	...	819	0	310
Palmela	466 537	10 232	23 512	0	37	648	0	2 867	...	501	0	17 832
Seixal	163 349	15 221	...	0	200	2 116	...	2 710	651	4 443	0	1 337
Sesimbra	10 332	3 335	...	0	...	- 11	...	600	0	173	0	...
Setúbal	338 934	12 605	9 023	0	17	...	...	3 393	114 754	2 089	0	22 088
Unit: thousand euros												
	Total	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

Nota: Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years.

## VALOR ACRESCENTADO BRUTO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2008

## GROSS VALUE ADDED IN MANUFACTURING ENTERPRISES BY HEAD OFFICE MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CAE-REV.3, 2008

► continuação continued

III.3.15	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
Unidade: milhares de euros													
Portugal	...	815 415	1 522 888	428 840	2 180 673	417 873	713 411	778 700	1 074 066	175 389	538 378	264 956	471 680
Continente	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Lisboa	332 784	86 949	393 184	109 582	363 556	75 376	253 318	194 593	396 116	...	60 080	94 066	289 033
Grande Lisboa	326 594	61 195	300 150	27 625	236 455	54 453	244 388	107 152	124 086	53 670	49 112	84 984	205 638
Amadora	53 210	1 130	22 069	...	10 034	367	106 246	2 813	0	0	329	976	3 123
Cascais	5 548	19 810	10 400	212	11 746	6 297	31 794	10 386	759	299	3 185	2 055	38 691
Lisboa	47 781	6 083	149 656	...	61 457	33 227	7 039	15 113	102 158	45 973	10 051	21 380	56 048
Loures	...	2 875	31 545	1 953	31 812	1 097	6 273	14 084	3 903	3 720	3 510	2 127	5 562
Mafra	...	1 090	6 606	0	10 255	30	4 495	7 546	1 133	0	5 063	3 609	5 231
Odivelas	...	2 209	1 191	87	10 954	398	1 849	7 485	269	...	3 957	12 022	4 620
Oeiras	48 329	5 922	23 066	0	10 813	1 815	27 601	9 813	...	...	14 808	2 651	23 612
Sintra	97 434	20 210	49 695	22 647	57 100	11 084	35 971	31 725	15 899	...	6 569	37 972	7 518
Vila Franca de Xira	18 667	1 866	5 923	123	32 284	138	23 119	8 187	...	0	1 641	2 191	61 233
Península de Setúbal	6 190	25 754	93 034	81 957	127 101	20 923	8 930	87 441	272 031	...	10 967	9 082	83 396
Alcochete	0	...	2 524	...	17 047	0	...	1 359	0	0	...	...	100
Almada	...	...	3 359	...	10 344	12 862	2 125	1 340	...	1 698	...	...	4 495
Barreiro	...	751	1 658	1 023	6 511	103	1 575	793	...	8 625	91	428	8 557
Moita	...	358	1 165	97	20 597	...	...	486	...	...	150	- 11	869
Montijo	0	- 358	8 983	0	3 214	...	...	1 541	...	0	1 479	204	724
Palmela	...	15 868	1 741	...	28 907	347	2 207	72 337	267 606	139	4 911	86	1 958
Seixal	5 042	2 316	1 159	56 787	21 245	4 468	1 843	6 755	...	19 636	2 325	1 611	12 606
Sesimbra	0	...	892	0	2 802	...	4	398	...	...	581	60	911
Setúbal	0	6 323	71 552	...	16 435	160	444	2 432	3 407	3 410	563	5 569	53 176
Unit: thousand euros	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

Nota: Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years.

## PRINCIPAIS VARIÁVEIS DAS EMPRESAS COM SEDE NA REGIÃO E EM PORTUGAL, POR SECÇÃO E DIVISÃO DA CAE-REV.3, 2008

## MAIN VARIABLES OF ENTERPRISES WITH HEAD OFFICE IN THE REGION AND PORTUGAL, BY SECTION AND DIVISION OF CAE-REV.3, 2008

III.3.16	Empresas	Pessoal ao serviço	Custos e perdas				Proveitos e ganhos		Formação bruta de capital fixo	VABpm
			Total	dos quais:			Total	Volume de negócios		
				CMVMC	FSE	Custos com pessoal				
	N.º		milhares de euros							
Portugal	1 096 255	3 861 726	390 044 456	201 781 060	89 355 065	51 733 399	400 049 275	368 392 426	25 237 063	85 969 967
A	4 792	13 513	448 989	64 212	156 175	155 018	449 866	408 370	125 606	187 650
03	4 792	13 513	448 989	64 212	156 175	155 018	449 866	408 370	125 606	187 650
B	1 435	13 631	1 533 718	279 908	541 972	246 429	1 438 850	1 292 028	189 402	530 740
C	79 589	773 090	86 033 822	50 960 767	14 809 934	11 757 824	88 239 230	83 071 315	4 808 217	18 923 047
10	9 886	97 329	12 479 096	8 502 984	1 742 472	1 309 556	12 690 387	12 188 295	552 908	2 156 694
11	949	14 079	3 229 063	1 495 557	841 167	330 933	3 181 546	2 992 591	229 396	665 380
12	4	...	...	...	...	...	...	...	...	...
13	3 897	54 637	3 336 536	1 494 067	730 905	681 647	3 254 568	3 047 175	58 559	867 060
14	11 290	112 681	3 449 282	1 098 142	1 061 898	1 027 220	3 395 746	3 298 449	34 423	1 160 635
15	3 047	45 508	2 094 317	1 079 626	382 996	472 077	2 121 085	2 057 184	46 395	607 333
16	7 312	40 446	3 730 963	2 288 558	522 353	512 137	3 748 146	3 530 618	175 679	776 591
17	553	11 777	2 797 662	1 385 544	696 173	294 776	3 109 242	2 592 864	466 497	676 952
18	3 361	21 309	1 344 829	443 858	316 570	353 033	1 352 179	1 291 159	142 628	543 034
19	1	...	...	...	...	...	...	...	...	...
20	876	14 218	4 336 774	2 846 405	733 689	388 684	4 548 686	4 203 755	422 465	765 471
21	157	...	...	...	...	...	...	...	...	...
22	1 236	24 762	3 077 141	1 807 634	503 993	456 584	3 219 106	3 083 693	251 272	815 415
23	5 083	54 870	5 644 867	2 290 934	1 400 524	933 090	5 806 156	5 236 679	629 086	1 522 888
24	413	10 106	2 868 336	2 077 717	334 603	210 713	2 909 066	2 694 238	103 868	428 840
25	14 577	93 377	6 750 683	3 102 665	1 584 536	1 456 634	7 008 338	6 811 641	371 363	2 180 673
26	389	10 415	2 535 863	1 854 450	224 464	233 169	2 589 237	2 445 687	75 952	417 873
27	856	18 829	3 325 774	2 160 920	526 325	403 626	3 514 450	3 377 071	217 664	713 411
28	1 912	25 582	2 715 149	1 468 261	542 390	484 256	2 866 620	2 764 553	97 673	778 700
29	548	36 598	6 147 604	4 350 195	613 525	717 444	6 178 964	5 936 074	185 886	1 074 066
30	269	7 243	579 374	224 136	144 039	150 325	563 516	545 387	35 576	175 389
31	6 390	40 449	1 738 644	848 254	295 432	417 115	1 735 219	1 656 875	148 921	538 378
32	3 576	14 617	863 250	447 454	162 068	177 269	895 083	867 297	30 781	264 956
33	3 007	15 332	1 487 261	417 900	631 529	324 626	1 598 575	1 504 061	- 75 338	471 680
D	618	10 210	22 826 874	15 627 969	1 474 233	608 196	24 597 614	20 620 073	2 936 405	3 351 005
E	1 042	28 025	3 021 718	852 046	920 866	532 402	3 189 633	2 830 704	970 549	1 157 035
F	117 027	513 205	39 525 280	10 882 090	16 598 504	6 633 190	39 714 191	35 987 752	1 607 507	10 318 765
G	266 231	830 006	144 350 912	109 207 613	14 452 583	10 977 460	145 820 006	138 882 891	3 259 628	17 459 822
45	31 471	108 680	22 082 323	17 798 065	1 668 276	1 526 666	22 143 310	21 216 723	251 185	2 158 305
46	70 073	266 828	73 262 419	54 492 079	7 773 842	4 835 407	74 130 647	70 079 438	1 120 968	8 641 150
47	164 687	454 498	49 006 170	36 917 470	5 010 465	4 615 387	49 546 049	47 586 730	1 887 475	6 660 366
H	25 110	171 802	20 455 240	927 534	11 251 034	4 043 697	20 323 558	18 207 967	2 793 639	6 460 213
I	85 528	289 439	10 627 560	4 115 900	2 547 514	2 631 957	10 446 680	9 844 191	1 522 021	3 440 738
J	14 559	77 792	14 061 188	1 948 899	7 041 872	2 373 333	15 294 948	14 079 708	1 541 054	5 480 726
L	27 652	51 400	8 652 424	2 461 808	2 870 209	557 086	8 420 678	6 476 989	1 761 013	2 152 919
M	117 151	223 080	12 792 502	925 227	6 572 724	2 818 106	15 217 599	12 085 296	1 082 707	4 936 138
N	41 825	319 557	10 921 206	1 119 048	5 034 259	3 224 850	11 277 741	10 395 542	1 155 586	4 516 625
P	56 730	93 433	1 650 623	57 304	615 397	732 514	1 728 119	1 408 520	125 058	750 715
Q	73 939	227 875	9 359 861	1 755 036	3 053 283	3 508 912	9 925 482	9 231 782	674 203	4 627 052
R	27 514	43 215	2 075 632	184 113	821 835	438 560	2 089 404	1 770 730	575 127	863 713
S	155 513	182 453	1 706 906	411 586	592 671	493 864	1 875 675	1 798 569	109 341	813 064

	No.		thousand euros							
	Enterprises	Persons employed	Total	CMVMC	FSE	Personnel costs	Total	Turnover	Gross fixed capital formation	GVamp
				of which						
			Costs and losses					Incomes and gains		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS DAS EMPRESAS COM SEDE NA REGIÃO E EM PORTUGAL, POR SECÇÃO E DIVISÃO DA CAE-REV.3, 2008

MAIN VARIABLES OF ENTERPRISES WITH HEAD OFFICE IN THE REGION AND PORTUGAL, BY SECTION AND DIVISION OF CAE-REV.3, 2008

▶continuação continued

III.3.16	Empresas	Pessoal ao serviço	Custos e perdas				Proveitos e ganhos		Formação bruta de capital fixo	VABpm
			Total	dos quais:			Total	Volume de negócios		
				CMVMC	FSE	Custos com pessoal				
	N.º		milhares de euros							
Lisboa	333 774	1 385 462	191 046 362	95 892 046	46 996 412	23 234 592	196 477 333	179 278 362	11 697 347	40 673 883
A	776	2 178	78 650	12 977	20 872	30 990	76 524	68 203	107 034	36 095
03	776	2 178	78 650	12 977	20 872	30 990	76 524	68 203	107 034	36 095
B	122	1 667	196 066	41 825	82 971	35 993	199 756	174 963	9 068	61 692
C	13 345	126 594	31 348 448	20 251 409	5 031 062	2 971 234	32 333 738	29 832 895	1 472 273	5 364 237
10	1 437	21 078	3 856 003	2 500 035	696 542	388 127	3 972 756	3 791 802	115 998	691 296
11	77	...	...	...	...	...	...	...	...	...
12	1	...	...	...	...	...	...	...	...	...
13	331	...	...	...	...	...	...	...	...	...
14	1 137	3 857	129 711	48 166	31 426	39 145	127 130	120 245	2 281	44 163
15	81	...	...	...	...	...	...	...	...	...
16	708	3 020	225 288	114 499	44 889	42 639	224 096	208 413	13 658	58 982
17	103	2 944	944 789	468 479	211 410	98 496	1 072 278	807 368	133 243	191 842
18	1 388	9 661	737 542	231 577	188 707	183 803	725 958	688 111	94 419	277 322
19	1	...	...	...	...	...	...	...	...	...
20	247	5 444	1 695 531	1 033 192	317 401	181 227	1 794 262	1 609 123	85 663	330 060
21	116	4 604	977 268	361 756	285 922	177 683	1 030 746	948 085	69 381	332 784
22	219	3 145	475 981	278 526	91 727	66 243	466 477	451 964	17 702	86 949
23	979	8 666	1 957 852	756 128	540 946	217 534	2 058 745	1 775 227	226 948	393 184
24	73	1 951	1 184 266	906 087	125 035	52 586	1 168 575	1 048 161	45 458	109 582
25	2 486	14 794	1 208 935	493 815	359 866	267 241	1 240 055	1 207 321	45 941	363 556
26	174	2 148	260 481	129 171	56 107	51 914	274 243	252 569	20 562	75 376
27	257	4 810	1 006 398	561 980	250 906	139 690	1 107 999	1 063 924	18 033	253 318
28	552	5 801	729 647	394 213	144 177	122 421	761 114	733 032	8 216	194 593
29	91	9 766	2 809 422	2 118 136	225 484	238 190	2 808 060	2 701 174	109 647	396 116
30	83	...	...	...	...	...	...	...	...	...
31	851	3 483	201 810	94 899	40 936	47 544	201 167	195 508	15 156	60 080
32	968	3 564	272 482	129 521	65 305	54 593	296 517	288 775	9 515	94 066
33	985	7 535	992 237	249 131	471 993	203 639	1 079 013	998 553	- 110 491	289 033
D	233	7 078	20 585 629	14 534 934	1 141 716	502 826	22 060 803	18 302 741	1 744 590	2 433 712
E	253	11 650	1 097 133	255 170	375 974	238 418	1 212 455	1 109 040	226 046	501 121
F	26 468	139 489	15 509 591	3 901 941	6 498 699	2 263 001	15 120 970	13 399 208	499 460	3 616 643
G	68 682	292 784	66 136 178	49 693 439	7 651 686	5 096 814	67 363 394	64 387 678	1 592 707	8 327 975
45	6 682	27 418	10 403 851	8 633 986	751 906	504 406	10 409 222	9 959 580	59 942	773 190
46	22 062	101 003	35 089 585	25 833 772	4 500 354	2 577 299	35 987 346	34 413 390	452 292	4 577 082
47	39 938	164 363	20 642 742	15 225 681	2 399 426	2 015 109	20 966 826	20 014 708	1 080 473	2 977 704
H	7 717	88 959	12 653 995	479 742	6 996 660	2 599 075	12 442 267	11 057 531	1 638 898	3 796 669
I	21 430	107 162	4 145 658	1 543 527	990 548	1 113 024	4 071 447	3 833 085	489 589	1 406 720
J	7 372	55 280	12 402 607	1 619 512	6 373 758	1 946 966	13 560 847	12 476 341	1 246 911	4 830 805
L	10 439	20 394	4 850 167	1 403 595	1 586 454	273 092	4 614 500	3 511 990	795 516	1 060 549
M	46 456	104 699	8 300 107	471 580	4 590 609	1 807 518	9 131 078	7 991 850	506 342	3 098 691
N	12 947	219 260	7 394 868	672 155	3 264 986	2 352 564	7 543 321	6 952 846	929 414	3 229 866
P	14 629	32 511	748 105	23 374	276 998	342 618	779 490	690 404	64 719	399 590
Q	26 583	82 218	3 757 666	729 043	1 362 506	1 243 465	4 047 147	3 720 803	207 170	1 723 859
R	11 382	17 556	1 135 577	104 984	479 353	217 459	1 116 431	987 088	126 997	429 216
S	64 940	75 983	705 917	152 839	271 562	199 536	803 165	781 695	40 612	356 443

No.		thousand euros							
Enterprises	Persons employed	Total	CMVMC	FSE	Personnel costs	Total	Turnover	Gross fixed capital formation	GVAm <sup>p</sup>
			of which						
		Costs and losses				Incomes and gains			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.  
Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE agora divulgada exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.  
Note: Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. The scope of the economic activity of Integrated Business Accounts System excludes CAE-Rev.3 divisions 01 and 02 of section A as well as sections K, O, T and U.



## VARIÁVEIS DAS EMPRESAS DO SECTOR DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC) POR NUTS III, 2008

## VARIABLES OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY (ICT) SECTOR BY NUTS III, 2008

III.3.17	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de negócios	Valor acrescentado bruto
	N.º		milhares de euros	
<b>Portugal</b>	11 580	72 295	17 077 194	5 502 418
<b>Continente</b>	11 226	71 242	16 923 787	5 447 648
<b>Norte</b>	2 883	...	...	...
Minho-Lima	102	187	10 522	3 163
Cávado	333	3 075	410 720	96 968
Ave	272	736	33 986	11 819
Grande Porto	1 733	11 226	2 878 912	511 948
Tâmega	127	302	45 922	4 078
Entre Douro e Vouga	181	572	83 335	13 994
Douro	78	326	22 748	5 074
Alto Trás-os-Montes	57	...	...	...
<b>Centro</b>	1 722	...	...	...
Baixo Vouga	371	2 187	309 065	81 471
Baixo Mondego	329	1 265	69 150	31 920
Pinhal Litoral	279	809	48 757	17 561
Pinhal Interior Norte	56	76	2 327	497
Dão-Lafões	116	306	14 913	5 424
Pinhal Interior Sul	3	...	...	...
Serra da Estrela	18	40	3 792	767
Beira Interior Norte	45	100	7 147	1 640
Beira Interior Sul	31	63	3 228	1 148
Cova da Beira	46	76	2 004	727
Oeste	314	964	69 458	22 567
Médio Tejo	114	214	10 281	3 239
<b>Lisboa</b>	5 901	46 557	12 769 103	4 589 409
Grande Lisboa	4 937	...	...	...
Península de Setúbal	964	...	...	...
<b>Alentejo</b>	393	1 386	94 752	32 813
Alentejo Litoral	39	46	965	277
Alto Alentejo	41	92	3 742	465
Alentejo Central	97	685	61 536	20 260
Baixo Alentejo	45	68	1 729	689
Lezíria do Tejo	171	495	26 781	11 123
<b>Algarve</b>	327	664	29 143	10 250
<b>R. A. Açores</b>	158	390	38 772	15 010
<b>R. A. Madeira</b>	196	663	114 635	39 761

	No.		thousand euros	
	Enterprises	Persons employed	Turnover	Gross value added

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Integrated Business Accounts System.

**Nota:** Os dados foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de actividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados sectoriais divulgados em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados. O sector TIC é definido pelos seguintes grupos da CAE-Rev.3: 261, 262, 263, 264, 268, 465, 582, 61, 62, 631 e 951.

**Note:** Data is presented according to the Portuguese Classification of Economic Activities, revision 3 (CAE-Rev.3) to a point that a cross analysis is not comparable to the ones published in previous years. ICT sector is defined by CAE Rev.3 groups: 261, 262, 263, 264, 268, 465, 582, 61, 62, 631 and 951.





## Comércio Internacional

International Trade

## NOTA EXPLICATIVA

Na presente edição do subcapítulo **III.4 – Comércio Internacional**, é apresentada **informação regional** sobre as trocas comerciais de bens com a União Europeia e os Países Terceiros, a partir exclusivamente dos **dados** declarados pelas empresas e com base no **local da sede** do operador.

No que se refere aos dados para Portugal, as Estatísticas do Comércio Internacional produzem, desde 2005 e para o comércio intracomunitário, **estimativas para as não respostas** e para as **empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação** (que isentam da obrigatoriedade de prestação de informação um conjunto significativo de empresas). Assim, os dados divulgados para Portugal têm por base estes valores estimados. Qualquer informação de carácter regional publicada na presente edição respeita exclusivamente a dados declarados.

## EXPLANATORY NOTE

In this edition of sub-chapter **III.4 – International Trade regional information** is provided on the commercial exchanges of goods with the European Union and with Third Countries exclusively based on the **data declared** by the enterprises referring to the **location of operators' headquarters**.

As regards data for Portugal, the International Trade Statistics provide, since 2005 and for intra-community trade **adjustments for non-responses** and for **transactions below the assimilation thresholds** (which exempt a large number of enterprises from the requirement to provide information). So, data for Portugal are based on these estimated data. All the regional information in this edition is based exclusively on declared values.

## INDICADORES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL POR NUTS III, 2009 Po

## INDICATORS OF INTERNATIONAL TRADE BY NUTS III, 2009 Po

III.4.1	Unidade: %							
	Taxa de cobertura das entradas pelas saídas	Proporção das saídas para os 4 principais mercados no total das saídas	Proporção das saídas intracomunitárias (UE27) no total das saídas	Proporção das saídas para Espanha no total das saídas	Proporção das entradas dos 4 principais mercados no total das entradas	Proporção das entradas intracomunitárias (UE27) no total das entradas	Proporção das entradas provenientes de Espanha no total das entradas	Proporção das saídas de bens de alta tecnologia no total das saídas
<b>Portugal</b>	62	60	75	27	60	79	33	3,57
<b>Continente</b>	63	59	76	26	39	77	32	3,39
<b>Norte</b>	114	64	81	28	66	84	36	2,13
Minho-Lima	102	70	85	38	88	96	38	5,94
Cávado	176	72	91	21	71	83	38	0,51
Ave	185	63	84	27	57	72	32	0,97
Grande Porto	61	63	73	29	64	85	36	4,63
Tâmega	224	68	87	23	72	85	37	0,09
Entre Douro e Vouga	226	65	79	28	69	86	39	0,23
Douro	84	60	66	11	87	95	65	0,30
Alto Trás-os-Montes	122	93	90	58	90	98	44	0,42
<b>Centro</b>	121	60	78	27	69	86	40	2,15
Baixo Vouga	128	59	78	27	65	83	32	4,50
Baixo Mondego	195	57	80	20	64	87	40	0,44
Pinhal Litoral	113	72	75	30	69	85	40	0,38
Pinhal Interior Norte	135	73	76	45	82	91	55	0,08
Dão-Lafões	128	58	76	28	80	95	47	2,57
Pinhal Interior Sul	192	87	83	66	91	98	46	0,01
Serra da Estrela	104	70	59	2	86	81	64	0,56
Beira Interior Norte	93	72	83	26	95	98	62	1,52
Beira Interior Sul	292	67	74	30	90	98	44	0,61
Cova da Beira	277	69	83	29	76	91	48	0,04
Oeste	74	64	72	21	69	81	45	0,77
Médio Tejo	69	63	82	34	72	81	37	0,51
<b>Lisboa</b>	32	56	67	24	54	73	28	5,50
Grande Lisboa	25	50	59	26	54	72	29	6,30
Península de Setúbal	101	74	85	20	63	82	24	3,64
<b>Alentejo</b>	101	55	80	29	73	88	35	5,23
Alentejo Litoral	132	73	89	42	70	75	47	0,02
Alto Alentejo	101	75	91	41	74	82	48	22,77
Alentejo Central	192	46	63	9	73	88	24	17,92
Baixo Alentejo	480	81	85	26	91	97	82	0,15
Lezíria do Tejo	52	62	78	29	78	91	28	0,32
<b>Algarve</b>	41	70	81	46	76	92	53	4,40
<b>R. A. Açores</b>	67	77	66	36	67	58	27	3,51
<b>R. A. Madeira</b>	40	67	45	15	71	84	32	19,41
Unit: %								
	Coverage rate of entrances by departures	Rate of departures to 4 main markets as a proportion of total departures	Rate of intra-EU (EU27) departures as a proportion of total departures	Rate of departures to Spain as a proportion of total departures	Rate of entrances from 4 main markets as a proportion of total entrances	Rate of intra-EU (EU27) entrances as a proportion of total entrances	Rate of entrances from Spain as a proportion of total entrances	Proportion of departures of high technology goods

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

Source: Statistics Portugal, Statistics on External Trade of Goods.

Nota: Os valores para Portugal incluem as estimativas de não respostas e das transacções abaixo dos limiares de assimilação. Ao nível regional, incluem-se apenas os valores declarados.

Note: Values for Portugal include adjustments for non-responses and for transactions below the assimilation thresholds. At the regional level only declared values were considered.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DECLARADO DE MERCADORIAS DE OPERADORES COM SEDE NA REGIÃO,  
POR SECÇÃO DA NOMENCLATURA COMBINADA, 2009 Po  
INTERNATIONAL TRADE DECLARED OF GOODS OF OPERATORS WITH THE HEADQUARTERS IN THE REGION,  
BY SECTIONS OF COMBINED NOMENCLATURE, 2009 Po

III.4.2	Total		Comércio intracomunitário		Comércio extracomunitário		
	Saídas	Entradas	Expedições	Chegadas	Exportações	Importações	
Unidade: milhares de euros							
Lisboa	9 437 298	29 321 463	6 279 013	21 310 697	3 158 285	8 010 767	Lisboa
Secção I	156 933	836 509	125 960	728 244	30 973	108 265	Section I
Secção II	135 788	1 083 143	118 382	529 780	17 406	553 363	Section II
Secção III	148 590	233 279	41 274	191 649	107 316	41 630	Section III
Secção IV	1 023 768	1 585 686	742 115	1 375 314	281 653	210 372	Section IV
Secção V	1 609 931	6 065 088	653 820	1 239 627	956 112	4 825 462	Section V
Secção VI	821 891	3 866 406	515 635	3 484 247	306 256	382 159	Section VI
Secção VII	193 947	785 480	134 900	733 207	59 048	52 273	Section VII
Secção VIII	7 677	103 864	3 953	91 944	3 724	11 920	Section VIII
Secção IX	82 271	108 569	59 391	69 589	22 880	38 980	Section IX
Secção X	532 533	765 176	360 551	731 927	171 982	33 249	Section X
Secção XI	204 761	1 070 393	104 355	1 019 777	100 406	50 616	Section XI
Secção XII	33 731	236 792	25 234	223 465	8 496	13 327	Section XII
Secção XIII	229 122	196 322	168 733	178 400	60 388	17 922	Section XIII
Secção XIV	20 831	60 178	17 942	53 681	2 889	6 497	Section XIV
Secção XV	627 659	1 514 674	493 436	1 147 548	134 223	367 126	Section XV
Secção XVI	1 549 290	5 336 922	957 602	4 625 069	591 688	711 853	Section XVI
Secção XVII	1 718 118	3 969 537	1 558 103	3 584 011	160 015	385 526	Section XVII
Secção XVIII	202 611	792 263	143 855	674 295	58 756	117 969	Section XVIII
Secção XIX	8 710	46 051	156	31 805	8 555	14 247	Section XIX
Secção XX	118 625	659 609	52 620	594 058	66 006	65 551	Section XX
Secção XXI	10 511	5 521	997	3 062	9 514	2 459	Section XXI
Unit: thousand euros	Departures	Entrances	Dispatches	Arrivals	Exports	Imports	
	Total		Intra-EU trade		Extra-EU trade		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.  
Source: Statistics Portugal, Statistics on External Trade of Goods.

Nota: Valores declarados.  
Note: Declared values.

**COMÉRCIO INTERNACIONAL DECLARADO DE MERCADORIAS DE OPERADORES COM SEDE NA REGIÃO,  
POR CLASSIFICAÇÃO POR GRANDES CATEGORIAS ECONÓMICAS, 2009 Po**

INTERNATIONAL TRADE DECLARED OF GOODS OF OPERATORS WITH THE HEADQUARTERS IN THE REGION,  
CLASSIFIED BY BROAD ECONOMIC CATEGORIES, 2009 Po

III.4.3	Total		Comércio intracomunitário		Comércio extracomunitário		
	Saídas	Entradas	Expedições	Chegadas	Exportações	Importações	
Unidade: milhares de euros							
Lisboa	9 435 828	29 319 579	6 277 547	21 308 813	3 158 281	8 010 766	Lisboa
Produtos alimentares e bebidas	1 012 846	3 290 384	623 359	2 504 284	389 486	786 099	Food and Beverages
Fornecimentos industriais não especificados noutras categorias	2 528 694	4 911 461	1 708 403	4 047 910	820 292	863 551	Industrial goods not specified elsewhere
Combustíveis e lubrificantes	1 441 137	5 918 470	588 054	1 128 360	853 083	4 790 110	Fuels and oils
Máquinas, outros bens de capital (excepto material de transporte) e seus acessórios	1 161 877	4 738 927	585 335	4 121 115	576 542	617 813	Machines, other capital goods (except transport material) and accessories
Material de transporte e acessórios	2 188 666	4 363 077	1 981 590	3 882 291	207 076	480 786	Transport material and accessories
Bens de consumo não especificados noutras categorias	1 084 968	5 853 642	790 657	5 399 057	294 311	454 584	Consumer goods not specified elsewhere
Bens não especificados noutras categorias	17 641	243 618	150	225 795	17 491	17 823	Goods not specified elsewhere
Unit: thousand euros	Departures	Entrances	Dispatches	Arrivals	Exports	Imports	
	Total		Intra-EU trade		Extra-EU trade		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.  
Source: Statistics Portugal, Statistics on External Trade of Goods.

Nota: Valores declarados.  
Note: Declared values.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DECLARADO DE MERCADORIAS DE OPERADORES COM SEDE NA REGIÃO, POR PAÍS DE DESTINO OU ORIGEM, 2009 Po

INTERNATIONAL TRADE DECLARED OF GOODS OF OPERATORS WITH THE HEADQUARTERS IN THE REGION, BY COUNTRY OF DESTINATION OR ORIGIN, 2009 Po

III.4.4	Lisboa		Portugal		
	Expedições / Exportações	Chegadas / Importações	Expedições / Exportações	Chegadas / Importações	
	Unidade: milhares de euros				
Comércio Intracomunitário UE27	6 279 013	21 310 697	23 963 790	40 365 378	Intra-community trading EU27
Alemanha	1 451 979	3 600 406	4 099 667	6 813 091	Germany
Áustria	60 610	172 152	183 003	410 121	Austria
Bélgica	180 748	884 356	777 798	1 455 370	Belgium
Bulgária	2 655	25 035	16 516	35 787	Bulgaria
Chipre	9 367	1 087	34 757	1 841	Cyprus
Dinamarca	27 325	164 198	241 731	307 893	Denmark
Eslováquia	3 195	77 527	52 065	103 534	Slovakia
Eslovénia	2 777	12 265	15 279	31 528	Slovenia
Espanha	2 259 012	8 233 779	8 652 918	16 764 743	Spain
Estónia	1 253	4 040	12 403	10 480	Estonia
Finlândia	9 372	306 650	135 227	380 393	Finland
França	599 575	2 492 304	3 940 828	4 288 227	France
Grécia	25 011	54 996	111 579	104 619	Greece
Hungria	27 193	205 791	93 252	235 838	Hungary
Irlanda	14 930	447 485	119 837	515 522	Ireland
Itália	360 500	1 175 430	1 193 789	2 979 271	Italy
Letónia	1 777	2 168	7 059	4 731	Latvia
Lituânia	2 155	28 001	10 817	42 146	Lithuania
Luxemburgo	14 051	80 773	53 764	96 702	Luxemburg
Malta	4 092	9 655	11 664	13 234	Malta
Países Baixos	333 629	1 524 612	1 147 102	2 812 231	Netherlands
Polónia	60 341	244 644	270 321	323 134	Poland
Reino Unido	506 649	1 037 531	1 821 117	1 696 816	United Kingdom
República Checa	46 993	148 806	207 546	276 716	Czech Republic
Roménia	21 384	96 374	176 252	141 614	Romania
Suécia	42 974	280 631	367 921	519 788	Sweden
Comércio Extracomunitário	3 158 285	8 010 767	7 804 366	11 002 509	Extra-community trading
Do qual:					Of which:
Países Africanos de Língua Portuguesa	1 119 217	162 573	2 655 052	202 985	Portuguese-speaking African countries
Angola	931 920	150 118	2 242 450	151 089	Angola
Cabo Verde	108 183	901	222 707	7 241	Cape Verde
Guiné-Bissau	17 904	148	33 466	1 376	Guinea-Bissau
Moçambique	45 307	11 055	120 883	42 800	Mozambique
São Tomé e Príncipe	15 903	350	35 547	479	São Tomé and Príncipe
Países mais importantes no Comércio Externo de Portugal					Portugal's most important external trading partners
Arábia Saudita	24 084	392 497	65 685	405 708	Saudi Arabia
Argélia	45 846	241 848	197 445	274 938	Algeria
Brasil	102 254	687 059	294 500	887 528	Brazil
China	93 507	475 010	221 818	1 114 669	China
EUA	350 175	649 000	1 012 141	864 390	USA
Japão	38 077	136 639	86 486	285 072	Japan
Libia	20 080	329 935	35 526	332 899	Libya
Nigéria	14 259	1 237 600	33 284	1 242 871	Nigeria
Noruega	5 711	517 276	84 033	587 216	Norway
Rússia	12 478	440 630	95 703	528 598	Russia
Suíça	75 310	268 621	289 087	329 393	Switzerland
Turquia	104 422	116 602	202 363	283 751	Turkey
Outros Países importantes no Comércio Externo da Região					Other Region's most important external trading partners
Abastecimento e provisões de bordo (Países Terceiros)	318 664	x	350 360	x	Stores and provisions (Third Countries)
Coreia do Sul	6 742	196 515	38 028	278 368	South Korea
Guiné Equatorial	12 588	158 917	13 937	159 054	Equatorial Guinea
México	134 453	32 919	203 638	54 475	Mexico
Venezuela	90 811	120 747	123 306	122 868	Venezuela

Unit: thousand euros	Lisboa		Portugal	
	Dispatches / Exports	Arrivals / Imports	Dispatches / Exports	Arrivals / Imports
	Lisboa		Portugal	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.  
Source: Statistics Portugal, Statistics on External Trade of Goods.

**Nota:** A soma das NUTS poderá não corresponder ao total de Portugal pelo desconhecimento da região de origem/destino de algumas mercadorias. Os totais do comércio intracomunitário podem não ser iguais à soma dos países devido à existência de comércio com países de destino ou origem desconhecidos e pela não inclusão dos abastecimentos e provisões a bordo. Os valores para Portugal incluem as estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação. Ao nível regional, incluem-se apenas os valores declarados.

**Note:** Total for Portugal may not match the sum of NUTS regions, due to the existence of unspecified origin or destination for merchandise. The totals for intra-EU trade may not match the sum of the countries, because trade with countries of unspecified destination or origin was included, and also because the non- inclusion of goods delivered to vessels and aircrafts. Values for Portugal include adjustments for non-responses and for transactions below the assimilation thresholds. At the regional level only declared values were considered.



## COMÉRCIO INTERNACIONAL DECLARADO DE MERCADORIAS POR MUNICÍPIO DE SEDE DOS OPERADORES, 2009 Po

## INTERNATIONAL TRADE DECLARED OF GOODS BY MUNICIPALITY OF HEADQUARTERS, 2009 Po

III.4.5	Saídas			Entradas		
	Total	Expedições	Exportações	Total	Chegadas	Importações
Unidade: milhares de euros						
Portugal	31 768 156	23 963 790	7 804 366	51 367 886	40 365 378	11 002 509
Continente	29 588 465	22 357 942	7 230 523	47 012 709	36 365 463	10 647 246
Lisboa	9 437 298	6 279 013	3 158 285	29 321 463	21 310 697	8 010 767
Grande Lisboa	6 599 897	3 870 133	2 729 765	26 500 889	18 992 920	7 507 969
Amadora	317 363	217 718	99 645	1 196 398	1 050 170	146 228
Cascais	181 584	117 421	64 163	649 034	549 122	99 912
Lisboa	3 594 366	1 968 896	1 625 470	13 662 616	7 916 595	5 746 021
Loures	356 788	227 852	128 936	1 161 446	935 206	226 240
Mafra	85 440	16 123	69 317	193 162	180 672	12 491
Odivelas	96 594	63 235	33 358	140 251	130 017	10 234
Oeiras	648 667	304 157	344 510	6 190 096	5 480 574	709 522
Sintra	968 443	704 273	264 170	2 551 102	2 203 424	347 678
Vila Franca de Xira	350 653	250 456	100 197	756 783	547 140	209 642
Península de Setúbal	2 837 400	2 408 880	428 520	2 820 575	2 317 777	502 798
Alcochete	52 974	39 778	13 197	174 795	166 453	8 342
Almada	58 169	36 996	21 173	343 909	112 818	231 091
Barreiro	97 864	32 593	65 271	115 481	75 043	40 437
Moita	21 946	6 387	15 559	37 166	33 260	3 905
Montijo	31 522	22 634	8 888	59 339	58 281	1 058
Palmela	1 764 087	1 704 352	59 735	1 198 727	1 151 148	47 580
Seixal	260 311	235 370	24 941	340 588	230 460	110 128
Sesimbra	3 148	1 764	1 384	8 916	8 524	392
Setúbal	547 379	329 007	218 372	541 654	481 789	59 865
Unit: thousand euros						
	Total	Dispatches	Exports	Total	Arrivals	Imports
	Departures			Entrances		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

Source: Statistics Portugal, Statistics on External Trade of Goods.

Nota: O valor de Portugal poderá não corresponder à soma das regiões, pelo desconhecimento da sede de alguns operadores económicos ou por se encontrarem sediados em território estrangeiro. Por questões de tratamento de segredo estatístico, o total por NUTS poderá não corresponder à soma dos municípios. Os valores para Portugal incluem as estimativas de não respostas e das transacções abaixo dos limiares de assimilação. Ao nível regional, incluem-se apenas os valores declarados.

Note: The value for Portugal may not match the sum of the regions, seeing that head offices of some economic operators are not identified or are located abroad. Due to the confidentiality treatment, the total by region may be different from the sum of the municipalities. Values for Portugal include adjustments for non-responses and for transactions below the assimilation thresholds. At the regional level only declared values were considered.





## Agricoltura e Floresta

Agriculture and  
Forestry



## INDICADORES DA AGRICULTURA E FLORESTA POR NUTS II, 2007

## INDICATORS OF AGRICULTURE AND FORESTRY BY NUTS II, 2007

III.5.1	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por exploração	SAU por Unidade Trabalho Ano (UTA)	UTA por exploração	Margem Bruta Total (MBT) por exploração	MBT por SAU	Proporção de explorações com rendimento do produtor agrícola singular exclusivamente da exploração	Proporção da SAU em conta própria
	ha		UTA	Euros	Euros/ha	%	
Portugal	12,6	10,1	1,3	7 871	623	6	70
Continente	13,3	10,4	1,3	7 787	584	6	71
Norte	6,8	4,9	1,4	5 961	876	7	86
Centro	6,1	5,1	1,2	5 240	863	5	75
Lisboa	11,4	7,4	1,5	18 748	1 644	9	73
Alentejo	56,1	42,4	1,3	18 494	329	6	64
Algarve	8,4	8,8	1,0	7 134	847	4	78
R. A. Açores	8,5	9,6	0,9	11 121	1 306	12	43
R. A. Madeira	0,4	0,4	0,9	5 787	15 545	2	90

	ha		AWU	Euros	Euros/ha	%	
	Utilised agricultural area (UAA) per holding	UAA per annual work unit (AWU)	AWU per holding	Total gross margin (TGM) per holding	TGM per UAA	Proportion of holdings whose sole holder's income derives exclusively from the holding	Proportion of UAA in owner-manager regime

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas.  
 Source: Statistics Portugal, Survey on Farm Structure.

## INDICADORES DA AGRICULTURA E FLORESTA POR NUTS II, 2007

## INDICATORS OF AGRICULTURE AND FORESTRY BY NUTS II, 2007

► continuação continued

III.5.1	Proporção de produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo na exploração	Proporção de produtores agrícolas singulares mulheres	Proporção de produtores agrícolas singulares com formação profissional agrícola	Proporção de produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior	Idade média do produtor agrícola singular	Bovinos por Exploração	Vacas leiteiras por exploração	Suínos por exploração	Ovinos por exploração	Caprinos por exploração	Cabeças normais por SAU
	%				Anos	N.º					
Portugal	21	27	12	6	63	25	20	27	50	13	0,58
Continente	21	26	13	6	63	25	19	28	51	14	0,54
Norte	21	32	16	5	62	12	19	5	29	19	0,52
Centro	22	24	9	5	63	15	13	25	30	9	1,14
Lisboa	37	19	14	6	63	94	82	279	49	17	0,94
Alentejo	22	19	16	12	63	132	79	156	136	35	0,36
Algarve	8	22	9	8	67	27	4	26	60	23	0,25
R. A. Açores	24	15	9	7	55	32	25	14	5	4	1,67
R. A. Madeira	6	47	2	3	64	4	4	7	5	3	2,90

	%				Years	No.					
	Proportion of sole holders working full-time in the holding	Proportion of female sole holders	Proportion of sole holders with training on agriculture	Proportion of sole holders with medium or higher qualifications	Average age of sole holders	Cattle per holding	Dairy cows per holding	Pigs per holding	Sheeps per holding	Goats per holding	Livestock units per UAA

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas.  
 Source: Statistics Portugal, Survey on Farm Structure.

Nota: Os indicadores relativos ao número médio de cada tipo de animais por exploração referem-se a explorações com esse tipo de animais.  
 Note: Indicators for average number of each animal species per holding concern to farms owning that particular species.

EXPLORAÇÕES E SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU) POR NUTS II, SEGUNDO AS CLASSES DE SAU, 2007

HOLDINGS AND UTILISED AGRICULTURAL AREA (UAA) BY NUTS II, ACCORDING TO SIZE CLASSES OF UAA, 2007

III.5.2	Explorações							SAU					
	Total	Sem SAU	Inferior a 1ha	1 ha a < 5 ha	5 ha a < 20 ha	20 ha a < 50 ha	Superior ou igual 50 ha	Total	Inferior a 1ha	1 ha a < 5 ha	5 ha a < 20 ha	20 ha a < 50 ha	Superior ou igual 50 ha
	N.º							ha					
Portugal	275 084	890	58 683	140 005	53 517	12 161	9 828	3 472 938	30 831	317 832	505 850	369 873	2 248 552
Continente	251 548	873	43 166	136 490	50 650	10 884	9 485	3 357 019	26 091	309 854	474 679	331 176	2 215 219
Norte	102 188	83	15 556	58 541	23 074	3 908	1 026	694 988	9 331	135 238	215 967	114 900	219 552
Centro	96 254	359	21 202	55 439	14 879	2 806	1 569	584 287	13 087	121 203	134 699	85 564	229 734
Lisboa	7 183	39	1 439	3 740	1 377	355	233	81 901	799	8 595	12 818	11 077	48 612
Alentejo	33 721	366	3 061	12 698	8 067	3 174	6 355	1 893 089	1 718	29 829	80 474	100 681	1 680 387
Algarve	12 204	27	1 908	6 073	3 252	641	303	102 756	1 157	14 990	30 721	18 953	36 935
R. A. Açores	13 154	6	5 756	2 926	2 848	1 276	342	112 054	2 027	7 093	31 008	38 675	33 251
R. A. Madeira	10 382	11	9 761	589		21		3 865	2 713	885		267	

	No.							ha					
	Total	Without UAA	Under 1 ha	1 ha to < 5 ha	5 ha to < 20 ha	20 ha to < 50 ha	Greater than or equal to 50 ha	Total	Under 1 ha	1 ha to < 5 ha	5 ha to < 20 ha	20 ha to < 50 ha	Greater than or equal to 50 ha
	Holdings							UAA					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas.  
Source: Statistics Portugal, Survey on Farm Structure.

Nota: Por forma a salvaguardar o princípio do segredo estatístico, foi necessário divulgar alguns valores em classes agrupadas.  
Note: In order to protect the principle of statistical confidentiality, some values are given by grouped classes.

EXPLORAÇÕES POR NUTS II, SEGUNDO A UTILIZAÇÃO DA SAU, 2007

HOLDINGS BY NUTS II, ACCORDING TO UAA, 2007

III.5.3	SAU		Terra arável		Horta familiar		Culturas permanentes		Pastagens permanentes	
	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área
	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha
Portugal	274 194	3 472 939	194 845	1 077 704	182 027	18 410	218 205	596 246	80 045	1 780 579
Continente	250 675	3 357 019	179 971	1 066 583	170 321	17 830	203 874	592 393	70 881	1 680 214
Norte	102 105	694 989	77 403	201 885	78 505	6 549	90 489	205 073	36 563	281 480
Centro	95 894	584 286	70 421	215 442	72 478	7 786	74 438	152 719	20 031	208 340
Lisboa	7 144	81 900	5 136	32 590	3 091	586	3 868	16 114	1 323	32 611
Alentejo	33 354	1 893 088	20 259	575 922	10 384	1 984	23 827	177 015	11 667	1 138 167
Algarve	12 177	102 756	6 753	40 745	5 862	924	11 251	41 471	1 296	19 616
R. A. Açores	13 149	112 054	6 952	9 406	7 147	472	6 225	2 096	8 619	100 079
R. A. Madeira	10 371	3 865	7 922	1 715	4 559	108	8 106	1 757	545	286

	No.	ha	No.	ha	No.	ha	No.	ha	No.	ha
	Holdings	Area	Holdings	Area	Holdings	Area	Holdings	Area	Holdings	Area
	UAA		Arable land		Kitchen garden		Permanent crops		Permanent pastures	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas.  
Source: Statistics Portugal, Survey on Farm Structure.

## EXPLORAÇÕES POR NUTS II, SEGUNDO A DIMENSÃO ECONÓMICA, 2007

## HOLDINGS BY NUTS II, ACCORDING TO ECONOMIC SIZE, 2007

III.5.4	Unidade: N.º	Total	Classes de dimensão económica				
			Inferior a 2 UDE	2 UDE a 3 UDE	4 UDE a 7 UDE	8 UDE a 15 UDE	Superior ou igual a 16 UDE
Portugal		274 559	157 512	49 388	29 767	17 458	20 434
Continente		251 403	146 623	45 012	26 468	15 416	17 884
Norte		102 187	53 193	23 431	13 104	6 763	5 696
Centro		96 192	66 877	13 460	7 293	4 198	4 364
Lisboa		7 139	3 369	1 177	975	746	872
Alentejo		33 690	16 500	4 779	3 547	2 781	6 083
Algarve		12 196	6 685	2 164	1 550	928	869
R. A. Açores		12 828	6 674	1 590	1 268	1 099	2 197
R. A. Madeira		10 329	4 216	2 786	2 031	944	352

Unit: No.	Total	under 2 ESU	from 2 to 3 ESU	from 4 to 7 ESU	from 8 to 15 ESU	16 ESU and over
		Economic size classes				

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas.  
 Source: Statistics Portugal, Survey on Farm Structure.

Nota: Os valores apresentados excluem as explorações com 0 UDE.  
 Note: Data presented exclude holdings with 0 ESU.

## MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA POR NUTS II, 2007

## AGRICULTURAL LABOUR FORCE BY NUTS II, 2007

III.5.5	Unid: N.º UTA	Mão-de-obra agrícola total	Mão-de-obra agrícola familiar			Mão-de-obra agrícola não familiar		
			Produtor	Cônjuge	Outros membros da família	Permanente	Eventual	Mão-de-obra não contratada pelo produtor
Portugal		339 877	148 672	85 530	42 845	38 252	22 726	1 852
Continente		319 353	138 611	82 043	39 441	35 820	21 677	1 761
Norte		139 341	60 550	37 890	22 383	9 612	8 048	858
Centro		114 528	53 182	33 631	12 125	9 095	6 296	199
Lisboa		10 808	4 136	2 142	1 151	2 445	872	62
Alentejo		43 162	15 337	5 790	2 642	12 993	5 871	529
Algarve		11 514	5 406	2 591	1 139	1 675	590	113
R. A. Açores		11 494	5 703	1 626	1 789	1 797	498	81
R. A. Madeira		9 030	4 358	1 861	1 615	635	551	10

Unit: No. of AWU	Total labour force in agriculture	Holder	Spouse	Other family members	Regular	Non-regular	Workers not hired by the holder
		Family labour force			Non-family labour force		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas.  
 Source: Statistics Portugal, Survey on Farm Structure.

## PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR NUTS II, 2009

## MAIN CROPS PRODUCTION BY NUTS II, 2009

III.5.6	Lisboa			Portugal			
	Superfície	Produção	Produção por hectare	Superfície	Produção	Produção por hectare	
	ha	t		ha	t		
Culturas Temporárias							Temporary Crops
Cereais	10 187	100 236	9,8	314 379	1 068 453	3,4	Cereals
Trigo	1 015	2 606	2,6	60 797	102 283	1,7	Wheat
Milho	6 528	81 036	12,4	97 021	631 545	6,5	Maize
Aveia	360	444	1,2	48 670	56 888	1,2	Oats
Centeio	1	1	1,0	20 430	19 403	0,9	Rye
Cevada	361	923	2,6	40 628	73 298	1,8	Barley
Outras							Others
Batata	2 014	46 990	23,3	37 940	570 235	15,0	Potatoes
Feijão	42	42	1,0	5 244	2 649	0,5	Beans
Culturas Permanentes							Permanent Crops
Citrinos							Citrus Fruits
Laranja	845	11 126	13,2	20 067	201 592	10,0	Orange
Tangerina	75	664	8,9	4 237	64 370	15,2	Tangerine
Frutos Frescos							Fresh Fruits
Maçã	275	2 900	10,5	20 625	280 078	13,6	Apple
Pêra	193	2 056	10,7	12 820	249 110	19,4	Pear
Figo	25	3	0,1	7 039	3 010	0,4	Fig
Pêssego	409	4 800	11,7	5 764	54 255	9,4	Peach
Cereja	6	5	0,8	6 260	11 227	1,8	Cherry
Frutos Secos							Nut Fruits
Amêndoa	15	18	1,2	38 445	12 454	0,3	Almond
Castanha	5	3	0,6	30 456	20 753	0,7	Chestnut
Outros							Others
Azeitona de mesa	28	40	1,4	11 235	9 574	0,9	Table olive
Uva de mesa	521	5 810	11,2	5 455	33 374	6,1	Dessert grapes
Outras Culturas Regionais							Other Crops in the Region
Arroz	1 883	15 169	8,1	27 930	156 952	5,6	Rice
Girassol	710	272	0,4	23 997	12 555	0,5	Sunflower
Tomate para a indústria	2 641	230 380	87,2	16 789	1 346 702	80,2	Tomato for industry
Limão	102	709	7,0	979	12 050	12,3	Lemon
Ameixa	199	1 567	7,9	1 965	21 026	10,7	Plum
	ha	t		ha	t		
	Area	Production	Production per hectare	Area	Production	Production per hectare	
	Lisboa			Portugal			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Produção Vegetal.  
Source: Statistics Portugal, Vegetable Production Statistics.

Note: A produção de citrinos corresponde à colheita iniciada no ano agrícola e continuada nos primeiros meses do ano seguinte.  
A superfície ocupada pelas árvores de fruto engloba os pomares e povoamento regular, assim como a correspondente a pés diversos.  
Note: The citrus production corresponds to the harvest started in the agricultural year and continued in the first months of the following year.  
Area used for fruit trees includes orchards and regular density planting as well as varied seedlings.



## PRODUÇÃO VINÍCOLA DECLARADA, EXPRESSA EM MOSTO, POR MUNICÍPIO, 2009 Po

## WINE PRODUCTION DECLARED (IN GRAPE MUST FORM) BY MUNICIPALITY, 2009 Po

III.5.7	Unidade: hl	Total	Produção de vinho por qualidade						
			Vinho licoroso com DOP	Vinho com DOP		Vinho com IGP		Vinhos sem certificação	
				Branco	Tinto/Rosado	Branco	Tinto/Rosado	Branco	Tinto/Rosado
Portugal		5 688 015	688 214	871 621	1 257 545	290 964	978 108	490 168	1 111 395
Continente		5 635 373	653 514	871 086	1 256 647	289 858	976 160	489 506	1 098 602
Lisboa		476 074	10 151	14 058	85 912	58 560	131 515	22 328	153 551
Grande Lisboa		111 065	268	4 387	128	7 825	12 349	10 851	75 257
Amadora		24	0	0	0	0	0	0	24
Cascais		120	0	0	0	0	0	0	120
Lisboa		55	0	0	0	0	0	10	45
Loures		6 859	0	4 331	0	782	1 000	508	238
Mafra		102 119	0	0	30	6 970	10 669	10 240	74 210
Odivelas		0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras		275	268	0	0	0	0	2	5
Sintra		638	0	56	98	73	252	2	157
Vila Franca de Xira		975	0	0	0	0	428	90	457
Península de Setúbal		365 010	9 882	9 671	85 784	50 735	119 166	11 477	78 295
Alcochete		138	0	0	0	0	0	25	113
Almada		0	0	0	0	0	0	0	0
Barreiro		0	0	0	0	0	0	0	0
Moita		0	0	0	0	0	0	0	0
Montijo		73 005	979	3 228	9 034	10 382	43 291	802	5 289
Palmela		207 239	5 654	5 863	72 676	14 991	30 676	8 993	68 386
Seixal		25	0	0	0	0	0	0	25
Sesimbra		40	0	0	23	0	0	7	10
Setúbal		84 563	3 249	580	4 051	25 362	45 199	1 650	4 472
Unit: hl	Total	PDO liqueur wine	White	Red / Rose	White	Red / Rose	White	Red / Rose	
			PDO wine		PGI wine		Wines without certification		
		Wine production by quality							

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho.  
Source: Institute of Vineyard and Wine.

Nota: A produção é considerada segundo o local de vinificação. Os «vinhos de casta» sem DOP/IGP estão incluídos nos vinhos sem certificação.  
Note: The production is considered according to the wine-growing location. «Varietal wines» without PDO or PGI are included in wines without certification.

## ÁRVORES DE FRUTO E OLIVEIRAS VENDIDAS PELOS VIVEIRISTAS POR MUNICÍPIO DE DESTINO, 2008/2009

## FRUIT AND OLIVE TREES SOLD BY NURSERY OWNERS BY DESTINATION MUNICIPALITY, 2008/2009

III.5.8	Total	Do qual					
		Ameixeiças	Cerejeiras	Damasqueiros	Diospireiros	Laranjeiras	Limoeiros
Unidade: N.º de pés							
Portugal	2 184 446	88 703	98 266	38 634	40 743	137 919	48 826
Continente	2 170 526	88 467	98 216	38 572	39 667	137 781	48 606
Lisboa	90 966	9 340	2 262	6 050	3 930	10 990	6 900
Grande Lisboa	41 801	3 210	1 360	2 315	1 425	4 575	4 325
Amadora	14	0	0	0	0	0	0
Cascais	0	0	0	0	0	0	0
Lisboa	571	0	0	0	0	30	10
Loures	1 203	100	110	60	100	100	100
Mafra	28 014	2 285	695	1 270	995	2 345	3 320
Odivelas	515	70	30	30	25	40	40
Oeiras	12	0	0	0	0	0	0
Sintra	5 007	355	175	255	155	860	480
Vila Franca de Xira	6 465	400	350	700	150	1 200	375
Península de Setúbal	49 165	6 130	902	3 735	2 505	6 415	2 575
Alcochete	0	0	0	0	0	0	0
Almada	1 045	130	30	65	40	110	85
Barreiro	6 455	610	115	650	450	1 106	410
Moita	2 169	150	50	250	200	400	100
Montijo	20	0	0	0	20	0	0
Palmela	23 309	3 660	367	1 665	1 025	2 250	1 060
Seixal	0	0	0	0	0	0	0
Sesimbra	2 369	250	50	300	200	400	100
Setúbal	13 798	1 330	290	805	570	2 149	820
Unit: No. of seedlings	Total	Plum trees	Cherry trees	Apricot trees	Dyospyrus trees	Orange trees	Lemon trees
		Of which					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Inquérito à Venda de Árvores de Fruto e Oliveiras.

Source: Statistics Portugal, Survey on Fruit and Olive Trees Sold by Nurseries Owners.

Nota: A informação deste quadro diz respeito aos viveiristas sediados no Continente.

A campanha inicia-se a 1 de Novembro e termina a 1 de Agosto do ano seguinte.

O total inclui também, entre outras, as seguintes espécies: alfarrobeiras, amendoeiras, avelleiras, castanheiros, figueiras, ginjeiras, kiwi, marmeleiros, nespereiras, romanzeiras, tangereiras, toranjeiras.

Note: This information concerns to nursery owners whose headquarters are established in the mainland. The agricultural season starts at November 1st and ends at August 1st of the following year.

The total also includes, among others, the following species: carob trees, almond trees, hazel trees, chestnut trees, fig trees, morello trees, kiwi trees, quince trees, loquat trees, pomegranate trees, pomelo trees, grapefruit trees.

## ÁRVORES DE FRUTO E OLIVEIRAS VENDIDAS PELOS VIVEIRISTAS POR MUNICÍPIO DE DESTINO, 2008/2009

## FRUIT AND OLIVE TREES SOLD BY NURSERY OWNERS BY DESTINATION MUNICIPALITY, 2008/2009

▶ continuação continued

III.5.8	Do qual					
	Macieiras	Nogueiras	Pereiras	Pessegueiros	Tangerineiras	Oliveiras
Unidade: N.º de pés						
Portugal	387 419	19 856	292 566	175 373	43 187	500 358
Continente	387 243	19 808	281 665	175 233	43 121	500 296
Lisboa	9 405	905	8 825	11 860	3 760	3 430
Grande Lisboa	4 195	385	6 215	4 260	1 405	2 355
Amadora	0	0	0	0	0	14
Cascais	0	0	0	0	0	0
Lisboa	5	0	5	0	20	261
Loures	40	20	70	120	40	138
Mafra	3 410	275	5 020	2 850	800	1 160
Odivelas	30	5	30	70	30	40
Oeiras	0	0	0	0	0	12
Sintra	485	50	340	570	285	210
Vila Franca de Xira	225	35	750	650	230	520
Península de Setúbal	5 210	520	2 610	7 600	2 355	1 075
Alcochete	0	0	0	0	0	0
Almada	40	5	60	130	50	25
Barreiro	450	80	400	650	165	135
Moita	200	40	150	200	70	10
Montijo	0	0	0	0	0	0
Palmela	3 050	240	1 200	4 070	950	540
Seixal	0	0	0	0	0	0
Sesimbra	200	40	200	200	70	10
Setúbal	1 270	115	600	2 350	1 050	355
Unit: No. of seedlings	Apple trees	Walnut trees	Pear trees	Peach trees	Tangerine trees	Olive trees
	Of which					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito à Venda de Árvores de Fruto e Oliveiras.

Source: Statistics Portugal, Survey on Fruit and Olive Trees Sold by Nurseries Owners.

Nota: A informação deste quadro diz respeito aos viveiristas sediados no Continente.

A campanha inicia-se a 1 de Novembro e termina a 1 de Agosto do ano seguinte.

Note: This information concerns to nursery owners whose headquarters are established in the mainland.

The agricultural season starts at November 1st and ends at August 1st of the following year.

## PRODUÇÃO DE AZEITE POR NUTS III, 2009

## OLIVE OIL PRODUCTION BY NUTS III, 2009

III.5.9	Lagares em laboração	Azeitona oleificada	Azeite obtido por quintal de azeitona	Azeite obtido			
				Total	Por grau de acidez		
					até 0,8	0,9 a 2,0	superior a 2,0
	N.º	t	hl/100kg	hl			
Portugal	562	414 687	0,16	681 850	574 777	90 374	16 699
Continente	562	414 687	0,16	681 850	574 777	90 374	16 699
Norte	139	67 985	0,17	116 546	105 323	10 725	498
Minho-Lima	6	...	...	...	...	...	...
Cávado	2	...	...	...	...	...	...
Ave	0	0	0,00	0	0	0	0
Grande Porto	0	0	0,00	0	0	0	0
Tâmega	8	2 409	0,14	3 259	2 006	1 248	6
Entre Douro e Vouga	1	...	...	...	...	...	...
Douro	51	28 501	0,17	47 429	42 126	5 140	163
Alto Trás-os-Montes	71	36 129	0,18	64 970	60 899	3 746	325
Centro	311	132 199	0,13	174 005	118 457	48 416	7 132
Baixo Vouga	1	...	...	...	...	...	...
Baixo Mondego	13	8 036	0,12	9 752	2 369	6 986	397
Pinhal Litoral	15	3 623	0,12	4 426	2 103	2 167	156
Pinhal Interior Norte	38	23 979	0,13	31 662	17 002	12 362	2 298
Dão-Lafões	26	8 767	0,12	10 259	4 164	5 833	262
Pinhal Interior Sul	69	11 256	0,13	15 144	11 754	3 231	158
Serra da Estrela	8	2 465	0,14	3 445	2 021	1 301	123
Beira Interior Norte	28	8 610	0,15	13 155	10 394	2 704	57
Beira Interior Sul	39	13 826	0,15	20 406	15 937	3 869	600
Cova da Beira	13	4 973	0,14	6 880	5 272	1 477	131
Oeste	4	...	...	...	...	...	...
Médio Tejo	57	44 621	0,13	56 480	46 500	7 673	2 308
Lisboa	1	...	...	...	...	...	...
Grande Lisboa	1	...	...	...	...	...	...
Península de Setúbal	0	0	0,00	0	0	0	0
Alentejo	104	207 201	0,18	379 272	348 885	21 941	8 446
Alentejo Litoral	5	7 921	0,15	11 848	10 441	1 406	1
Alto Alentejo	28	23 898	0,17	39 461	35 310	4 078	73
Alentejo Central	21	50 386	0,17	88 078	82 929	3 790	1 358
Baixo Alentejo	24	110 903	0,20	217 209	201 537	9 729	5 943
Lezíria do Tejo	26	14 094	0,16	22 676	18 667	2 938	1 070
Algarve	7	...	...	...	...	...	...
R. A. Açores	//	//	//	//	//	//	//
R. A. Madeira	//	//	//	//	//	//	//
	No.	t	hl/100kg	hl			
	Olive oil mills operating	Olives processed for oil	Oil produced per quintal of olives	Total	up to 0,8	from 0,9 to 2,0	over 2,0
					By degree of acidity		
				Olive oil collected			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE; I.P., Inquérito à Produção de Azeite.

Source: Statistics Portugal, Survey on olive oil production.

Nota: A azeitona oleificada é considerada segundo o local de laboração.

A produção de azeite corresponde à colheita iniciada no ano agrícola indicado e continua nos primeiros meses do ano seguinte.

Note: Data on olives processed for oil refer to the oil press location.

The production of olive oil corresponds to the harvest started in the mentioned agricultural year and continued in the first months of the following year.

## GADO ABATIDO E APROVADO PARA CONSUMO, POR ESPÉCIE, SEGUNDO A NUTS II, 2009

## LIVESTOCK SLAUGHTERINGS APPROVED FOR CONSUMPTION BY SPECIES ACCORDING TO NUTS II, 2009

III.5.10											
	Unidades	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira	Units	
Total do peso limpo	t	487 137	160 262	100 650	140 717	66 183	0	16 241	3 085	t	Total of net stripped weight
<b>Bovina</b>											<b>Cattle</b>
Vitelos											Calves
Cabeças	N.º	151 856	77 830	28 717	11 591	20 188	0	13 074	456	No.	Heads
Peso limpo	t	23 152	11 350	4 836	1 737	3 059	0	2 086	84	t	Net stripped weight
Adultos											Adults
Cabeças	N.º	294 226	103 154	63 652	52 642	32 212	0	37 311	5 255	No.	Heads
Peso limpo	t	79 843	27 274	17 474	14 926	9 443	0	9 480	1 247	t	Net stripped weight
<b>Suína</b>											<b>Pigs</b>
Leitões											Piglets
Cabeças	N.º	1 285 666	121 248	939 062	198 322	24 335	0	1 547	1 152	No.	Heads
Peso limpo	t	9 321	849	6 906	1 349	198	0	11	8	t	Net stripped weight
Adultos											Adults
Cabeças	N.º	4 635 226	1 540 638	861 253	1 565 149	584 567	0	62 037	21 582	No.	Heads
Peso limpo	t	364 235	118 099	68 037	122 068	49 640	0	4 648	1 742	t	Net stripped weight
<b>Ovina</b>											<b>Sheep</b>
Borregos											Lambs
Cabeças	N.º	851 742	264 110	242 953	52 319	292 025	0	224	111	No.	Heads
Peso limpo	t	8 035	1 910	2 081	593	3 447	0	3	1	t	Net stripped weight
Adultos											Adults
Cabeças	N.º	76 451	21 955	50 094	82	4 202	0	90	28	No.	Heads
Peso limpo	t	1 484	455	937	2	87	0	2	1	t	Net stripped weight
<b>Caprina</b>											<b>Goats</b>
Cabritos											Kids
Cabeças	N.º	142 018	47 350	44 497	4 979	44 290	0	758	144	No.	Heads
Peso limpo	t	791	262	243	30	247	0	7	1	t	Net stripped weight
Adultos											Adults
Cabeças	N.º	6 789	844	5 216	11	418	0	257	43	No.	Heads
Peso limpo	t	128	14	100	0	8	0	5	1	t	Net stripped weight
<b>Equídea</b>											<b>Equidae</b>
Cabeças	N.º	907	335	190	70	312	0	0	0	No.	Heads
Peso limpo	t	149	47	36	13	54	0	0	0	t	Net stripped weight

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Gado Abatido e Aprovado para Consumo.

Source: Statistics Portugal, Livestock slaughterings approved for consumption cattle.

Nota: Os dados referem-se a abates submetidos à inspeção sanitária

Note: The information is referred to slaughterings under control of the public health inspection.

EFFECTIVOS ANIMAIS POR ESPÉCIE, SEGUNDO A NUTS II, 2009

LIVESTOCK BY SPECIES ACCORDING TO NUTS II, 2009

III.5.11									
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira	
Unidade: milhares de cabeças									
Total de Bovinos	1 391	323	201	46	562	9	245	5	Total cattle
Vitelos com menos de 1 ano	346	87	54	14	122	3	64	1	Calves under 1 year
Vacas	713	158	91	15	320	4	124	2	Cows
Leiteiras	289	101	57	8	23	0	99	1	Dairy cows
Outras	424	56	34	7	297	3	25	1	Other cows
Total de Suínos	2 325	144	1 066	198	798	51	53	15	Total pigs
Leitões com peso vivo inferior a 20 Kg	717	37	343	57	243	17	14	6	Piglets with live weight under 20 Kg
Porcos de engorda com peso superior a 50 Kg	758	68	313	70	264	17	23	4	Fattening pigs weighing over 50 Kg
Porcas cobertas	195	10	98	13	65	4	2	2	Sows mated
Total de Ovinos	2 906	453	698	81	1 613	56	2	2	Total sheep
Ovelhas e Borregas Cobertas	1 923	334	504	55	978	49	2	2	Female sheep for breeding
Outros Ovinos	983	119	193	26	636	7	1	1	Other sheep
Total de Caprinos	487	124	203	7	126	17	6	4	Total goats
Cabras e Chibas Cobertas	355	92	149	5	87	13	5	3	Female goats for breeding
Outros Caprinos	132	31	54	2	39	4	1	1	Other goats

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Efectivos Animais.  
Source: Statistics Portugal, Survey on livestock.

Nota: Os totais de bovinos e de suínos não correspondem à soma das partes em virtude de não se publicarem todos os tipos de efectivos nestas espécies.  
Note: Totals for cattle and pigs may not sum since not all species of these animal categories have results published.

## INCÊNDIOS FLORESTAIS E BOMBEIROS POR MUNICÍPIO, 2008 E 2009

## FORESTRY FIRES AND FIREMEN, BY MUNICIPALITY, 2008 AND 2009

III.5.12	Ocorrências de incêndios florestais	Área ardida			Taxa de superfície florestal ardida	Corporações de bombeiros	Bombeiros
		Total	Povoamentos florestais	Matos			
	N.º	ha			%	N.º	
	2009 Po					2008	
Portugal	x	x	x	x	x	468	37 435
Continente	26 119	87 420	24 097	63 323	1,609	439	35 711
Lisboa	1 380	594	215	380	0,623	64	5 883
Grande Lisboa	912	456	139	317	1,038	46	4 414
Amadora	221	192	95	97	0,677	1	108
Cascais	99	50	6	44	0,154	5	422
Lisboa	109	53	8	46	1,029	6	1 167
Loures	32	17	7	10	1,256	7	519
Mafra	102	24	7	17	0,316	3	210
Odivelas	48	3	0	3	3,951	3	274
Oeiras	34	28	10	17	0,264	7	577
Sintra	106	17	4	14	1,709	8	770
Vila Franca de Xira	161	72	2	70	1,318	6	367
Península de Setúbal	468	138	76	63	0,396	18	1 469
Alcochete	13	4	0	4	0,001	1	64
Almada	118	5	0	5	0,059	3	271
Barreiro	34	7	3	4	0,560	2	183
Moita	16	2	0	2	8,316	1	70
Montijo	71	51	42	9	0,103	2	152
Palmela	24	32	18	14	0,087	3	184
Seixal	85	21	7	14	3,987	2	182
Sesimbra	77	9	3	7	0,322	1	84
Setúbal	30	7	2	4	0,089	3	279
	2009 Po					2008	
	No.	ha			%	No.	
	Forestry fire occurrences	Total	Forested area	Scrubbed land	Burnt forested area rate	Firemen's corporations	Firemen
		Burnt area					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Autoridade Florestal Nacional; INE, I.P., Inquérito ao Ambiente - Acções dos Corpos de Bombeiros; Autoridade Nacional de Protecção Civil.  
 Source: National Forestry Authority; Statistics Portugal, Environment survey on fire-brigades; National Authority of Civil Protection.

## PRODUÇÃO DE RESINA POR NUTS II, 2009

## RESIN PRODUCTION BY NUTS II, 2009

III.5.13	Produção		Preço médio
	Volume	Valor	
	t	milhares de euros	€/Kg
Portugal	x	x	x
Continente	5 703	3 992	0,70
Norte	1 037	726	0,70
Centro	3 822	2 675	0,70
Lisboa	0	0	//
Alentejo	844	591	0,70
Algarve	0	0	//
R. A. Açores	x	x	x
R. A. Madeira	x	x	x

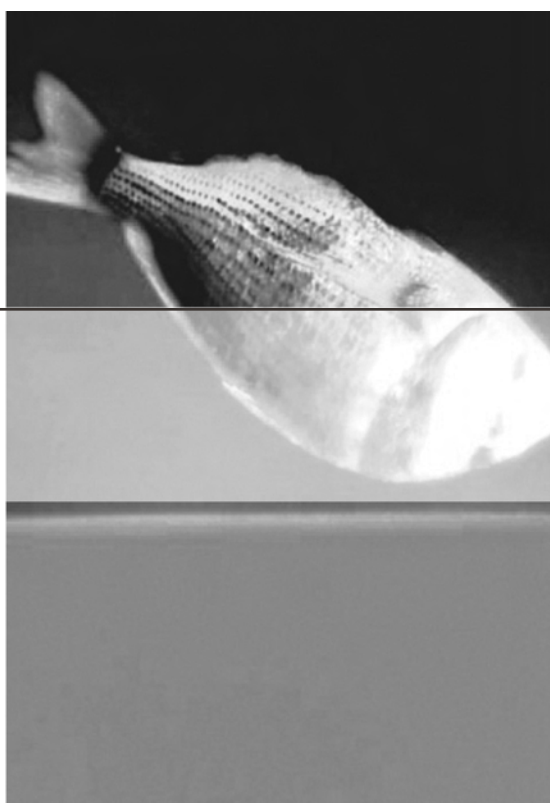
	t	thousand euros	€/Kg
	Volume	Value	Mean price
	Production		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Florestais.

Source: Statistics Portugal, Forestry Statistics.





Pescas

Fishery



## INDICADORES DA PESCA POR NUTS II E PORTO, 2009

## FISHERY INDICATORS BY NUTS II AND SEAPORT, 2009

III.6.1	Preços médios anuais da pesca descarregada				
	Total	Em águas salobra e doce	Peixes marinhos	Crustáceos	Moluscos
Unidade: €/Kg					
<b>Portugal</b>	1,7	7,3	1,5	8,7	2,9
<b>Continente</b>	1,5	7,3	1,3	8,7	2,8
<b>Norte</b>	1,0	8,5	0,9	5,5	3,1
Viana do Castelo	2,6	8,6	2,1	3,2	3,6
Póvoa do Varzim	1,7	3,6	1,5	8,3	3,6
Matosinhos	0,9	8,7	0,8	5,3	2,8
<b>Centro</b>	1,5	5,7	1,4	2,4	2,0
Aveiro	1,2	6,0	1,2	0,3	1,4
Figueira da Foz	0,9	5,4	0,8	3,8	3,5
Nazaré	2,2	3,7	2,0	15,3	3,8
Peniche	2,0	7,5	1,8	14,7	3,8
<b>Lisboa</b>	1,9	8,4	1,7	5,0	3,3
Cascais	5,1	9,2	5,9	13,6	3,5
Sesimbra	1,9	8,4	1,7	2,8	3,8
Setúbal	1,9	1,0	1,7	3,2	2,6
<b>Alentejo</b>	1,0	1,1	0,8	13,0	3,7
Sines	1,0	1,1	0,8	13,0	3,7
<b>Algarve</b>	2,2	6,5	1,3	10,1	3,1
Lagos	3,5	0,8	3,3	12,7	3,8
Portimão	1,3	0,1	1,0	6,1	3,6
Olhão	1,3	10,2	1,0	4,1	2,7
Tavira	4,0	//	5,6	7,2	3,6
Vila Real de Santo António	7,9	16,5	2,2	10,1	3,6
<b>R. A. Açores</b>	3,3	//	3,2	12,4	4,4
<b>R. A. Madeira</b>	2,2	//	2,2	4,9	5,3
Unit: €/Kg					
	Total	Diadromous and freshwater fish	Sea fish	Crustaceans	Molluscs
	Annual mean prices of fish landed				

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P. e Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, Estatísticas da Pesca.  
Source: Statistics Portugal and Ministry of Agriculture, Rural Development and Fisheries - Directorate-General of Fisheries and Aquaculture, Fishery Statistics.

Nota: O valor médio da pesca descarregada não inclui congelados, salgados e aquicultura.  
Note: The mean value of fish landed doesn't include frozen and dried fish, as well as aquaculture.

PESCADORES MATRICULADOS E EMBARCAÇÕES DE PESCA POR NUTS II E PORTO, 2009

REGISTERED FISHERMEN AND FISHING VESSELS BY NUTS II AND SEAPORT, 2009

III.6.2	Pescadores matriculados em 31 de Dezembro				Embarcações com motor			Embarcações sem motor	
	Águas interiores não marítimas	Águas marítimas							
		Pesca do arrasto	Pesca do cerco	Pesca polivalente	Total	Capacidade	Potência do motor	Total	Capacidade
Portugal	2 066	1 156	1 761	12 432	6 999	103 073	379 369	1 563	945
Continente	2 066	1 156	1 727	9 179	5 964	88 659	308 407	1 312	826
Norte	825	195	728	2 892	1 368	21 737	82 318	116	87
Viana do Castelo	825	24	25	521	781	8 474	30 348	57	39
Póvoa do Varzim	0	129	553	1 835	254	7 031	30 946	26	19
Matosinhos	0	42	150	536	333	6 233	21 025	33	29
Centro	1 019	518	485	1 608	1 557	40 201	90 517	464	293
Aveiro	865	407	20	291	833	32 693	53 560	74	41
Figueira da Foz	14	103	181	296	187	1 933	9 665	11	72
Nazaré	0	0	169	206	124	549	5 536	13	4
Peniche	140	8	115	815	413	5 025	21 755	366	176
Lisboa	159	63	132	1 566	1 210	10 211	48 583	475	271
Cascais	63	0	0	170	157	444	5 313	5	3
Lisboa	0	0	0	150	58	4 616	8 396	62	28
Sesimbra	96	0	63	874	547	3 505	22 350	139	63
Setúbal	0	63	69	372	448	1 646	12 524	269	177
Alentejo	0	45	15	637	186	2 355	12 108	38	16
Sines	0	45	15	637	186	2 355	12 108	38	16
Algarve	63	335	367	2 476	1 643	14 154	74 881	219	160
Lagos	0	0	83	612	310	1 799	12 310	87	38
Portimão	0	122	139	776	319	3 724	15 899	20	58
Olhão	16	115	91	813	616	4 669	26 085	52	34
Tavira	0	0	0	129	207	856	7 264	43	21
Vila Real de Santo António	47	98	54	146	191	3 106	13 323	17	9
R. A. Açores	0	0	0	2 759	814	10 304	53 109	6	4
R. A. Madeira	0	0	34	494	221	4 111	17 853	245	114

	No.				GT	Kw	No.	GT				
	Non-sea inland waters	Trawl fishing	Seine fishing	Polyvalent fishing	Total	Capacity	Power	Total	Capacity			
		Seawaters			Motor vessels			Motorless vessels				
Fishermen registered at 31 December												

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P. e Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, Estatísticas da Pesca.  
Source: Statistics Portugal and Ministry of Agriculture, Rural Development and Fisheries - Directorate-General of Fisheries and Aquaculture, Fishery Statistics.

**Nota: Não inclui embarcações de apoio à aquicultura.**  
Em Viana do Castelo estão incluídas as Capitánias/Delegações Marítimas de Caminha, Esposende, Viana do Castelo e Vila Praia de Âncora.  
Na Póvoa do Varzim estão incluídas as Capitánias de Póvoa do Varzim e Vila do Conde.  
Em Matosinhos estão incluídas as Capitánias/Delegações Marítimas do Douro e Leixões.  
Na Nazaré estão incluídas as Capitánias/Delegações Marítimas de Nazaré e S. Martinho do Porto.  
Em Cascais estão incluídas as Capitánias/Delegações Marítimas de Cascais e Ericeira (e Vila Franca de Xira a partir de 2004).  
Em Sesimbra estão incluídas as Capitánias/Delegações Marítimas de Sesimbra, Trafaria e Barreiro.  
Em Lagos estão incluídas as Capitánias/Delegações Marítimas de Lagos e Sagres.  
Em Portimão estão incluídas as Capitánias/Delegações Marítimas de Portimão e Albufeira.  
Em Olhão estão incluídas as Capitánias/Delegações Marítimas de Olhão, Fuzeta, Quarteira e Faro.  
Note: Supporting vessels to aquaculture are not included.  
Viana do Castelo includes Port Captain's Offices/Maritime Branch Offices of Caminha, Esposende, Viana do Castelo and Vila Praia de Âncora.  
Póvoa do Varzim includes Port Captain's Offices/Maritime Branch Offices of Póvoa do Varzim and Vila do Conde.  
Matosinhos includes Port Captain's Offices/Maritime Branch Offices of Douro and Leixões.  
Nazaré includes Port Captain's Offices/Maritime Branch Offices of Nazaré and S. Martinho do Porto.  
Cascais includes Port Captain's Offices/Maritime Branch Offices of Cascais and Ericeira (as well as Vila Franca de Xira from 2004 onwards).  
Sesimbra includes Port Captain's Offices/Maritime Branch Offices of Sesimbra, Trafaria and Barreiro.  
Lagos includes Port Captain's Offices/Maritime Branch Offices of Lagos and Sagres.  
Portimão includes Port Captain's Offices/Maritime Branch Offices of Portimão and Albufeira.  
Olhão includes Port Captain's Offices/Maritime Branch Offices of Olhão, Fuzeta, Quarteira and Faro.

## CAPTURAS NOMINAIS DE PESCADO NA REGIÃO PELAS PRINCIPAIS ESPÉCIES, SEGUNDO O PORTO, 2009

NOMINAL CATCH LANDED IN THE REGION BY MAIN SPECIES AND ACCORDING TO THE SEAPORT, 2009

III.6.3	Lisboa								Portugal		
	Total		Cascais		Sesimbra		Setúbal				
	t	milhares de euros	t	milhares de euros	t	milhares de euros	t	milhares de euros	t	milhares de euros	
TOTAL	20 052	41 302	478	2 364	16 168	32 239	3 405	6 699	144 792	254 831	TOTAL
Águas salobra e doce	6	48	1	11	4	36	ə	ə	131	959	Diadromous and freshwater fish
Peixes Marinhos	17 211	31 724	233	1 319	14 580	26 282	2 398	4 122	126 348	190 191	Sea fish
Atum e similares	388	2 184	ə	ə	387	2 179	1	4	7 922	19 769	Tuna and similar
Carapau	1 525	2 212	4	6	1 108	1 636	414	570	10 723	16 477	Horse mackerel
Cavala	2 248	494	1	1	2 138	462	109	31	14 427	3 410	Chub mackerel
Peixe espada preto	3 485	9 070	0	0	3 485	9 069	ə	1	5 911	15 214	Black scarbbardfish
Pescadas	306	1 067	7	20	223	793	76	254	2 187	6 384	Hake
Raia	285	703	55	121	139	349	91	234	1 558	3 589	Skates
Sarda	47	79	ə	ə	27	34	20	44	1 752	720	Atlantic mackerel
Sardinha	5 729	4 045	5	6	4 579	3 007	1 145	1 033	55 159	38 775	Sardine
Crustáceos	87	425	18	238	67	182	2	6	2 167	18 141	Crustaceans
Gambas	1	7	1	6	0	0	ə	1	1 307	9 950	Deepwater rose shrimp
Lagostim	ə	12	ə	2	ə	10	ə	ə	129	2 934	Norway lobster
Moluscos	2 748	9 105	226	796	1 516	5 739	1 006	2 571	16 147	45 540	Molluscs
Choco	345	1 629	20	59	123	509	202	1 061	1 259	5 351	Cuttlefish
Lulas	9	101	ə	1	8	92	1	9	726	3 692	Common squids
Polvos	1 404	5 030	204	726	1 069	3 850	131	455	7 947	28 092	Common octopus
Animais Aquáticos Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	ə	ə	Other aquatic animals
Outros produtos	ə	ə	0	0	ə	ə	0	0	ə	ə	Other products
	t	thousand euros	t	thousand euros	t	thousand euros	t	thousand euros	t	thousand euros	
	Total		Cascais		Sesimbra		Setúbal		Portugal		
	Lisboa										

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P. e Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, Estatísticas da Pesca.

Source: Statistics Portugal and Ministry of Agriculture, Rural Development and Fisheries - Directorate-General of Fisheries and Aquaculture, Fishery Statistics.

Nota: As capturas nominais não incluem congelados, salgados e aquicultura.

Note: Nominal catch do not include frozen and dried fish, as well as aquaculture.

## PRODUÇÃO NA AQUICULTURA NA REGIÃO, POR TIPO DE ÁGUA E REGIME DE EXPLORAÇÃO, 2008

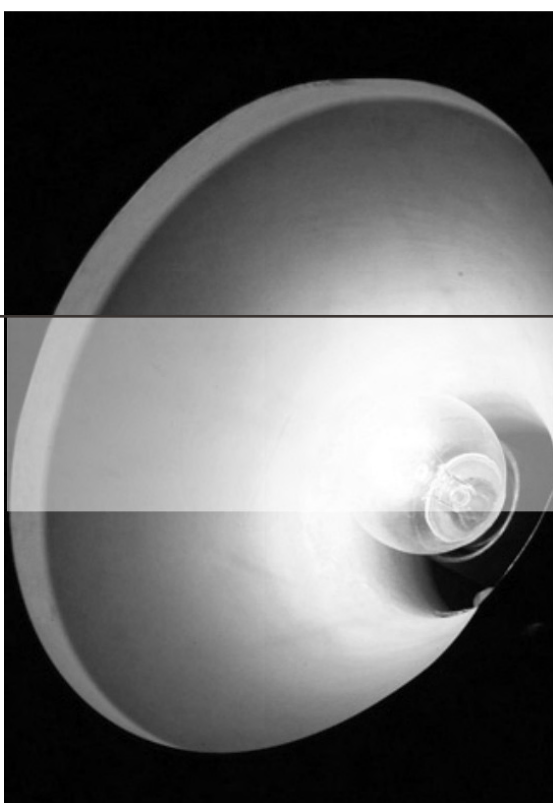
## PRODUCTION OF AQUACULTURE BY REGION, TYPE OF WATER AND PRODUCTION SYSTEM, 2008

III.6.4	Lisboa		Portugal		
	t	milhares de euros	t	milhares de euros	
TOTAL	600	1 801	7 988	43 207	TOTAL
Águas doces	0	0	941	2 227	Fresh water
Extensivo	0	0	0	0	Extensive
Intensivo	0	0	941	2 227	Intensive
Semi-intensivo	0	0	0	0	Semi-intensive
Águas salobras e marinhas	600	1 801	7 047	40 980	Marine and brackish waters
Extensivo	309	395	3 988	23 849	Extensive
Intensivo	0	0	1 118	6 528	Intensive
Semi-intensivo	290	1 406	1 941	10 603	Semi-intensive
	t	thousand euros	t	thousand euros	
	Lisboa		Portugal		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P. e Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, Estatísticas da Pesca.

Source: Statistics Portugal and Ministry of Agriculture, Rural Development and Fisheries - Directorate-General of Fisheries and Aquaculture, Fishery Statistics.



Energia

Energy





## INDICADORES DE ENERGIA POR MUNICÍPIO, 2007 E 2008

## ENERGY INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2007 E 2008

III.7.1	Consumo de energia eléctrica por consumidor				Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante	Consumo de combustível automóvel por habitante	Proporção da produção de electricidade em centrais de cogeração	Consumo de gás natural por 1 000 habitantes				
	Total	Doméstico	Agricultura	Indústria								
	kWh								tep	%	10³Nm³	
	2008								2007			
Portugal	7 731,8	2 510,3	6 152,2	153 722,5	1 265,6	0,6	12,3	387,4				
Continente	7 778,1	2 513,0	6 121,7	156 388,8	1 276,2	0,6	12,4	406,2				
Lisboa	7 935,3	2 355,1	10 679,3	228 381,6	1 203,7	0,5	45,5	212,3				
Grande Lisboa	7 396,8	2 356,0	12 879,3	135 192,9	1 203,7	0,5	44,7	219,3				
Amadora	5 146,2	1 868,6	6 026,8	125 165,4	925,3	0,4	x	184,3				
Cascais	5 683,3	2 993,1	6 285,1	53 938,6	1 705,2	0,5	x	74,7				
Lisboa	8 876,3	2 331,9	13 033,9	43 562,3	1 491,8	0,7	x	211,0				
Loures	8 104,7	2 244,6	12 142,6	212 288,1	1 050,5	0,7	x	998,9				
Mafra	5 661,2	2 822,6	7 788,3	56 685,5	1 528,5	0,6	x	1,4				
Odivelas	3 814,1	2 056,2	12 023,4	39 218,4	903,1	0,1	x	54,4				
Oeiras	7 900,2	2 471,9	8 721,0	129 150,2	1 261,9	0,7	x	152,9				
Sintra	5 215,5	2 358,5	6 912,1	101 804,2	950,6	0,4	x	76,0				
Vila Franca de Xira	14 596,7	2 098,3	61 177,2	945 492,9	966,5	0,5	x	194,6				
Península de Setúbal	9 317,3	2 353,0	9 302,9	492 213,0	1 203,4	0,6	46,0	194,1				
Alcochete	8 444,5	2 567,9	19 859,9	90 405,4	1 271,9	1,8	x	201,7				
Almada	4 927,7	2 174,2	11 958,4	86 770,3	1 328,8	0,5	x	226,2				
Barreiro	8 914,2	1 965,9	3 267,3	605 154,7	1 081,7	0,4	x	187,2				
Moita	3 644,3	2 095,2	7 428,7	59 537,8	990,4	0,3	x	31,9				
Montijo	6 920,2	2 429,6	11 704,0	100 028,7	1 371,1	1,2	x	381,6				
Palmela	13 424,0	3 099,5	7 840,4	570 588,8	1 345,0	1,0	x	267,1				
Seixal	12 874,8	2 471,9	6 612,9	761 565,0	1 066,9	0,4	x	287,7				
Sesimbra	4 605,6	2 524,7	7 764,5	31 606,2	1 441,7	0,5	x	14,3				
Setúbal	16 696,5	2 447,6	9 456,4	1 211 379,6	1 192,0	0,6	x	90,0				
	2008							2007				
	kWh				Household consumption of electric energy per inhabitant	tep	%	10³Nm³				
	Total	Household	Agriculture	Industry				Consumption of natural gas per 1000 inhabitants				
	Consumption of electric energy per consumer											

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

Source: Ministry of Economy, Innovation and Development - Directorate-General for Energy and Geology (DGEG).

Nota: O combustível automóvel inclui o gás auto, a gasolina aditivada, a gasolina sem chumbo 95, a gasolina sem chumbo 98 e o gasóleo rodoviário.

Note: Motor car fuel comprises auto gas, petrol with additives, unleaded gasoline 95, unleaded gasoline 98 and diesel oil.

## CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O TIPO DE CONSUMO, 2008

## CONSUMPTION OF ELECTRIC ENERGY BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CONSUMPTION TYPE, 2008

III.7.2	Total	Doméstico	Não doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação das vias públicas	Iluminação interior de edifícios do Estado	Outros
Unidade: kWh								
<b>Portugal</b>	49 186 865 934	13 443 517 549	11 430 986 212	18 452 542 855	1 014 157 027	1 642 507 644	2 694 919 433	508 235 214
<b>Continente</b>	47 535 939 483	12 928 984 465	10 808 229 444	18 229 463 943	998 514 648	1 520 253 309	2 542 258 460	508 235 214
<b>Lisboa</b>	13 089 414 861	3 386 982 579	3 998 509 430	4 078 210 719	124 787 298	331 601 070	898 259 679	271 064 086
<b>Grande Lisboa</b>	8 779 656 007	2 440 650 356	3 292 761 193	1 784 005 957	57 918 240	244 888 730	721 757 388	237 674 143
Amadora	492 320 417	159 853 865	136 496 154	103 511 813	210 937	15 784 764	34 369 481	42 093 403
Cascais	678 535 709	319 879 062	228 406 735	65 589 365	2 803 164	24 799 486	29 117 380	7 940 517
Lisboa	3 307 434 567	737 911 366	1 678 576 990	180 304 342	5 539 409	88 091 059	488 782 340	128 229 061
Loures	851 325 101	205 632 089	307 562 004	274 913 077	9 471 203	16 061 162	36 434 205	1 251 361
Mafra	248 190 834	106 671 009	70 993 406	34 408 102	7 796 124	15 110 636	13 209 213	2 344
Odivelas	285 027 360	137 695 321	92 392 975	29 649 122	1 779 456	10 918 715	12 591 771	0
Oeiras	779 262 729	216 728 380	377 667 704	107 582 108	2 354 660	21 884 124	44 497 267	8 548 486
Sintra	1 059 780 464	419 873 470	274 031 170	282 710 314	7 285 392	36 003 393	39 667 097	209 628
Vila Franca de Xira	1 077 778 826	136 405 794	126 634 055	705 337 714	20 677 895	16 235 391	23 088 634	49 399 343
<b>Península de Setúbal</b>	4 309 758 854	946 332 223	705 748 237	2 294 204 762	66 869 058	86 712 340	176 502 291	33 389 943
Alcochete	88 295 592	21 799 096	36 878 739	13 289 596	8 420 603	2 380 693	5 526 865	0
Almada	555 213 425	220 750 502	178 089 599	70 631 023	1 542 635	19 686 362	59 252 106	5 261 198
Barreiro	429 594 532	84 465 813	54 967 561	260 821 657	709 009	6 507 334	20 504 753	1 618 405
Moita	141 000 248	70 796 679	34 185 026	17 444 562	4 888 110	5 716 273	7 969 598	0
Montijo	200 194 948	56 656 619	63 658 380	40 811 725	15 027 942	7 900 395	8 449 508	7 690 379
Palmela	465 183 301	83 778 388	78 770 888	259 617 884	21 953 063	8 907 607	11 464 783	690 688
Seixal	1 085 359 220	186 295 944	107 612 591	730 340 834	2 731 119	16 197 447	24 270 290	17 910 995
Sesimbra	153 324 038	73 965 073	45 996 040	13 306 209	1 591 719	7 215 661	11 248 328	1 008
Setúbal	1 191 593 550	147 824 109	105 589 413	887 941 272	10 004 858	12 200 568	27 816 060	217 270
Unit: kWh	Total	Household	Non-household	Industry	Agriculture	Lighting of the public roads	Inner lighting of State/public buildings	Others

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

Source: Ministry of Economy, Innovation and Development - Directorate-General for Energy and Geology (DGEG).

**Nota:** Os valores apresentados para o consumo e para o número de consumidores de energia eléctrica dizem respeito ao universo das empresas de produção/distribuição do país (e não apenas aos fornecimentos da EDP) e incluem o autoconsumo e a cogeração.

Na categoria "Não doméstico", está incluído o consumo de electricidade em todos os sectores económicos, excepto o consumo efectuado por particulares, indústria, agricultura, transportes, aquecimento com contador próprio, iluminação dos edifícios do Estado e iluminação de vias públicas.

Na categoria "Outros", está incluído o consumo no sector dos transportes (identificado pela DGEG como "tracção") e o consumo de "aquecimento com contador próprio".

Note: The figures for consumption and consumers of electric energy regard all production/distribution companies (and not only to EDP supply), comprising self-consumption and cogeneration.

Non-household category includes electric energy consumption of all economic branches, except household, industry, agriculture, transports, heating with electric meter, inner lighting of State/public and lighting of the public roads.

Others category includes transports energy consumption (identified by DGEG as electric traction) and heating with electric meter.

## CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉCTRICA POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O TIPO DE CONSUMO, 2008

## CONSUMERS OF ELECTRIC ENERGY BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO CONSUMPTION TYPE, 2008

III.7.3	Unidade: N.º					
	Total	Doméstico	Não doméstico	Indústria	Agricultura	Outros
Portugal	6 361 662	5 355 280	721 457	120 038	164 844	43
Continente	6 111 488	5 144 804	686 965	116 565	163 111	43
Lisboa	1 649 511	1 438 120	181 834	17 857	11 685	15
Grande Lisboa	1 186 958	1 035 937	133 315	13 196	4 497	13
Amadora	95 667	85 548	9 256	827	35	1
Cascais	119 392	106 871	10 857	1 216	446	2
Lisboa	372 613	316 441	51 601	4 139	425	7
Loures	105 041	91 610	11 356	1 295	780	0
Mafra	43 841	37 792	4 441	607	1 001	0
Odivelas	74 729	66 966	6 859	756	148	0
Oeiras	98 638	87 676	9 857	833	270	2
Sintra	203 200	178 024	21 345	2 777	1 054	0
Vila Franca de Xira	73 837	65 009	7 743	746	338	1
Península de Setúbal	462 553	402 183	48 519	4 661	7 188	2
Alcochete	10 456	8 489	1 396	147	424	0
Almada	112 672	101 532	10 195	814	129	2
Barreiro	48 192	42 966	4 578	431	217	0
Moita	38 691	33 790	3 950	293	658	0
Montijo	28 929	23 319	3 918	408	1 284	0
Palmela	34 653	27 030	4 368	455	2 800	0
Seixal	84 301	75 366	7 563	959	413	0
Sesimbra	33 291	29 296	3 369	421	205	0
Setúbal	71 368	60 395	9 182	733	1 058	0

Unit: No.						
	Total	Household	Non-household	Industry	Agriculture	Others

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

Source: Ministry of Economy, Innovation and Development - Directorate-General for Energy and Geology (DGEG).

**Nota:** Os valores apresentados para o consumo e para o número de consumidores de energia eléctrica dizem respeito ao universo das empresas de produção/distribuição do país (e não apenas aos fornecimentos da EDP) e incluem o autoconsumo e a cogeração.

Na categoria "Não doméstico", estão incluídos os consumidores de electricidade em todos os sectores económicos, excepto os consumidores particulares e os consumidores da indústria, agricultura e transportes.

Na categoria "Outros", consideram-se os consumidores do sector dos transportes (identificado pela DGEG como "tração").

Note: The figures for consumption and consumers of electric energy regard all production/distribution companies (and not only to EDP supply), comprising self-consumption and cogeneration.

Non-household category includes electric energy consumers of all economic branches, except household, industry, agriculture and transports consumers.

Others category includes the transports energy consumers (identified by DGEG as electric traction).

## VENDAS DE COMBUSTÍVEIS PARA CONSUMO POR MUNICÍPIO, 2008

## SALES OF LIQUID AND GASEOUS FUELS (DISTRIBUTION COMPANIES) BY MUNICIPALITY, 2008

III.7.4	Gás			Gasolina			Petróleo	Gasóleo rodoviário	Gasóleo colorido	Gasóleo para aquecimento	Fuel
	Butano	Propano	Gás auto (GPL)	Aditivada	Sem chumbo 95	Sem chumbo 98					
Unidade: t											
Portugal	377 940	458 228	25 350	165	1 319 063	168 650	1 621	4 790 404	301 078	190 721	1 276 610
Continente	343 911	440 909	25 350	143	1 259 919	153 662	1 547	4 561 364	299 990	190 506	954 962
Lisboa	59 647	35 097	6 157	59	370 578	25 373	148	1 067 056	46 581	23 712	145 580
Grande Lisboa	41 009	25 889	4 243	4	264 917	18 568	143	755 135	13 660	13 317	85 216
Amadora	6 037	1 291	222	0	20 740	1 234	4	38 608	47	345	1 304
Cascais	2 785	1 871	164	0	27 317	2 375	1	60 122	790	1 068	799
Lisboa	6 978	2 265	1 542	0	90 550	7 184	119	255 443	5 082	6 594	60 782
Loures	6 349	2 574	338	0	28 923	1 531	9	106 890	1 452	178	11 436
Mafra	1 681	1 404	120	0	7 221	735	1	35 457	1 035	405	4 058
Odivelas	169	253	275	0	5 626	329	0	15 521	16	0	0
Oeiras	1 460	2 071	605	0	31 469	2 392	0	74 290	2 877	878	12
Sintra	10 665	12 339	748	0	41 324	1 962	8	107 341	1 238	3 234	780
Vila Franca de Xira	4 885	1 820	230	4	11 747	825	1	61 464	1 122	615	6 046
Península de Setúbal	18 638	9 208	1 914	55	105 661	6 805	5	311 921	32 921	10 396	60 364
Alcochete	0	125	331	0	4 431	319	0	24 450	129	0	0
Almada	4 247	903	193	4	26 514	1 621	0	58 091	8 708	3 364	637
Barreiro	1 513	346	6	0	7 962	545	0	20 640	7 730	0	3 774
Moita	639	88	0	0	5 275	281	0	12 110	127	0	0
Montijo	1 472	1 561	149	5	11 254	765	0	36 480	1 006	123	1 467
Palmela	1 010	1 063	427	6	10 666	803	0	47 430	5 308	2 016	7 051
Seixal	3 233	2 479	782	12	18 591	1 073	0	41 728	117	162	818
Sesimbra	1 178	612	0	14	5 893	351	0	19 949	919	21	764
Setúbal	5 346	2 031	25	14	15 076	1 046	3	51 043	8 877	4 711	45 852
Unit: t	Butane	Propane	Auto gas (LPG)	With additives	Unleaded 95	Unleaded 98	Fuel oil	Diesel oil	Coloured diesel	Heating oil	Fuel
	Fuel gas			Gasoline							

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

Source: Ministry of Economy, Innovation and Development - Directorate-General for Energy and Geology (DGEG).

Nota: A gasolina aditivada resulta do recurso a um aditivo próprio, para os veículos que não estão preparados para consumir gasolina sem chumbo.

Note: Gasoline with additives has in its composition a special additive, being used in vehicles which are not equipped for consuming unleaded petrol.

## CONSUMO DE GÁS NATURAL POR MUNICÍPIO, 2004–2007

## CONSUMPTION OF NATURAL GAS BY MUNICIPALITY, 2004–2007

III.7.5	Unidade: 10 <sup>3</sup> Nm <sup>3</sup>			
	2004	2005	2006	2007
<b>Portugal</b>	3 542 518	4 014 832	3 856 270	4 109 969
<b>Continente</b>	3 542 518	4 014 832	3 856 270	4 109 969
<b>Lisboa</b>	504 091	525 080	548 134	594 760
<b>Grande Lisboa</b>	378 926	391 826	415 860	443 604
Amadora	28 157	30 168	31 794	32 074
Cascais	8 210	10 209	11 669	13 900
Lisboa	104 789	104 639	105 145	106 471
Loures	158 159	165 115	181 109	196 785
Mafra	0	0	1	93
Odivelas	6 556	6 782	7 476	8 167
Oeiras	23 210	24 270	25 257	26 162
Sintra	27 734	28 898	30 263	32 904
Vila Franca de Xira	22 111	21 745	23 146	27 048
<b>Península de Setúbal</b>	125 165	133 254	132 274	151 156
Alcochete	2 805	2 964	3 539	3 328
Almada	32 476	34 950	33 893	37 575
Barreiro	15 816	13 552	12 781	14 675
Moita	1 833	1 994	2 413	2 273
Montijo	17 266	17 328	15 534	15 685
Palmela	10 224	11 437	11 992	16 345
Seixal	33 003	39 747	41 159	49 491
Sesimbra	197	387	456	706
Setúbal	11 545	10 895	10 507	11 078
Unit: 10 <sup>3</sup> Nm <sup>3</sup>				
	2004	2005	2006	2007

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

Source: Ministry of Economy, Innovation and Development - Directorate-General for Energy and Geology (DGEG).

PRODUÇÃO BRUTA DE ELECTRICIDADE POR NUTS III, 2008

GROSS PRODUCTION OF ELECTRICITY BY NUTS III, 2008

III.7.6	Total	Eólica	Geotérmica	Hídrica	Fotovoltaica	Térmica	
						Total	em centrais de cogeração
Unidade: Kwh							
Portugal	45 963 988 729	5 757 379 943	191 646 916	7 295 733 505	33 423 173	32 685 805 192	5 650 927 080
Continente	44 122 564 784	5 720 212 313	0	7 186 744 311	33 423 173	31 182 184 987	5 458 180 860
Norte	14 698 905 704	1 721 368 306	0	5 779 482 906	202 262	7 197 852 230	1 762 843 331
Minho-Lima	1 456 906 294	513 179 464	0	514 554 407	0	429 172 423	429 163 278
Cávado	488 046 086	0	0	385 790 076	11 224	102 244 786	102 241 760
Ave	1 616 059 083	227 804 923	0	650 121 865	0	738 132 295	738 129 546
Grande Porto	6 058 637 067	0	0	229 815 800	29 420	5 828 791 847	397 731 649
Tâmega	1 158 266 443	317 513 503	0	805 571 969	0	35 180 971	31 261 473
Entre Douro e Vouga	165 235 913	92 194 987	0	8 752 807	0	64 288 119	64 285 589
Douro	1 527 948 342	314 742 933	0	1 213 172 682	0	32 727	30 036
Alto Trás-os-Montes	2 227 806 476	255 932 496	0	1 971 703 300	161 618	9 062	0
Centro	18 080 390 518	3 308 170 554	0	975 967 193	16 277	13 796 236 494	2 058 257 829
Baixo Vouga	430 684 722	1 092 884	0	21 076 899	12 193	408 502 746	399 201 956
Baixo Mondego	1 258 726 813	52 549 867	0	254 501 375	0	951 675 571	946 118 323
Pinhal Litoral	390 299 995	93 152 629	0	0	0	297 147 366	293 317 779
Pinhal Interior Norte	867 319 371	760 202 378	0	87 307 287	0	19 809 706	19 808 386
Dão-Lafões	941 802 438	681 935 863	0	94 174 423	4 084	165 688 068	107 000 673
Pinhal Interior Sul	721 237 528	512 585 112	0	208 652 416	0	0	0
Serra da Estrela	235 490 475	95 521 807	0	139 968 668	0	0	0
Beira Interior Norte	258 717 314	209 024 768	0	49 691 498	0	1 048	0
Beira Interior Sul	594 281 073	396 717 989	0	2 061 013	0	195 502 071	90 170 200
Cova da Beira	18 831 731	0	0	18 831 384	0	347	0
Oeste	8 282 491 255	505 387 257	0	0	0	7 777 103 998	68 645 057
Médio Tejo	4 080 507 803	0	0	99 702 230	0	3 980 805 573	133 995 455
Lisboa	2 424 749 698	218 325 844	0	0	5 981	2 206 417 873	1 102 238 794
Grande Lisboa	1 016 799 047	218 325 844	0	0	5 981	798 467 222	454 205 585
Península de Setúbal	1 407 950 651	0	0	0	0	1 407 950 651	648 033 209
Alentejo	8 816 554 355	374 226 759	0	431 211 524	33 132 749	7 977 983 323	534 840 906
Alentejo Litoral	7 932 461 959	37 918 112	0	1 390 317	0	7 893 153 530	450 021 642
Alto Alentejo	216 115 934	0	0	163 232 757	0	52 883 177	52 881 160
Alentejo Central	4 092	0	0	0	0	4 092	0
Baixo Alentejo	310 031 928	10 454 407	0	266 588 450	32 984 856	4 215	0
Lezíria do Tejo	357 940 442	325 854 240	0	0	147 893	31 938 309	31 938 104
Algarve	101 964 509	98 120 850	0	82 688	65 904	3 695 067	0
R. A. Açores	846 778 809	21 899 960	191 646 916	25 289 986	0	607 941 947	1 922 220
R. A. Madeira	994 645 136	15 267 670	0	83 699 208	0	895 678 258	190 824 000
Unit: kWh							
	Total	Wind power	Geothermal power	Hydropower	Photovoltaics	Total	in central cogeneration
	Thermal power						

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).  
Source: Ministry of Economy, Innovation and Development - Directorate-General for Energy and Geology (DGEG).



## Construção e Habitação

---

Construction and  
Housing





## INDICADORES DA CONSTRUÇÃO E DA HABITAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2009

## CONSTRUCTION AND HOUSING INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

III.8.1	Licenciamento de construções novas para habitação familiar					Conclusão de construções novas para habitação familiar				
	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões	Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões	Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas
	N.º			m²	N.º	N.º			m²	N.º
	2009				2007-2009	2009				2007-2009
Portugal	2,2	0,8	5,0	20,8	3,8	2,5	0,9	4,8	19,9	4,0
Continente	2,2	0,8	5,0	21,0	3,9	2,5	0,9	4,9	20,1	4,2
Lisboa	2,7	0,9	4,8	21,2	0,2	3,2	1,1	4,8	20,6	0,2
Grande Lisboa	2,8	0,8	5,0	22,0	0,2	3,5	1,2	4,7	21,1	0,2
Amadora	5,9	1,3	4,6	17,9	0,0	7,4	1,8	4,4	18,8	0,0
Cascais	3,0	0,8	5,0	21,0	0,1	3,1	0,9	5,0	21,2	0,0
Lisboa	5,3	1,5	4,5	22,2	0,0	6,7	2,4	4,0	22,0	1,1
Loures	2,7	1,0	5,2	24,4	0,0	3,8	1,3	4,6	21,4	0,0
Mafra	2,5	0,6	5,2	20,5	0,6	2,9	1,0	4,8	18,6	0,3
Odivelas	2,9	0,6	5,5	22,3	0,0	3,8	1,3	5,0	20,1	0,1
Oeiras	2,7	0,6	5,2	23,0	0,0	3,9	1,3	4,9	22,2	0,0
Sintra	2,4	0,7	4,9	23,0	0,5	2,7	0,9	4,8	22,9	0,5
Vila Franca de Xira	3,3	1,2	4,8	20,7	0,0	3,5	1,3	4,9	24,0	0,0
Península de Setúbal	2,4	1,0	4,5	20,2	0,2	2,8	1,0	4,8	19,5	0,2
Alcochete	2,5	1,1	4,5	21,3	0,0	3,0	0,5	4,9	22,1	0,0
Almada	2,5	0,7	4,9	18,2	0,0	3,0	0,8	4,7	16,8	0,0
Barreiro	2,3	0,9	5,1	20,3	0,6	3,6	1,4	4,8	19,0	0,4
Moita	2,1	0,8	4,8	20,6	0,0	2,5	1,4	4,9	18,2	0,0
Montijo	2,7	1,0	4,8	19,5	0,0	3,8	1,4	4,7	19,3	0,0
Palmela	1,7	2,2	3,7	20,6	0,2	2,0	0,9	5,0	21,8	0,3
Seixal	2,5	0,9	4,7	20,7	0,1	3,0	1,2	4,6	19,9	0,1
Sesimbra	2,6	1,1	4,2	18,0	0,0	2,4	1,0	4,5	18,4	0,0
Setúbal	2,4	0,8	5,3	21,9	0,7	2,7	1,0	5,0	20,0	0,6

	2009				2007-2009	2009				2007-2009
	No.			m²	No.	No.			m²	No.
	Floors per building	Dwellings per floor	Rooms per dwelling	Average utility area of rooms	Reconstructions permitted per 100 new buildings	Floors per building	Dwellings per floor	Rooms per dwelling	Average utility area of rooms	Reconstructions completed per 100 new buildings
	Permits of new buildings for family housing					Completed new buildings for family housing				

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Projectos de Obras de Edifícios e de Demolição de Edifícios e Estatísticas das Obras Concluídas.  
 Source: Statistics Portugal, Projects of building constructions and demolitions survey and Statistics on construction works completed.

Nota: A informação relativa a obras concluídas para os anos de 2008 e 2009 baseia-se nas Estimativas das Obras Concluídas.  
 Note: Data on completed works for 2008 and 2009 is based on completed works estimations.

## INDICADORES DA CONSTRUÇÃO E DA HABITAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2009

## CONSTRUCTION AND HOUSING INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

► continuação continued

III.8.1	Valor médio dos prédios								Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante
	Transaccionados				Hipotecados				
	Total	dos quais			Total	dos quais			
		Urbanos		Rústicos		Urbanos		Rústicos	
		Total	Em propriedade horizontal			Total	Em propriedade horizontal		
Unidade: €									
Portugal	95 905	123 536	113 945	21 662	140 800	139 317	114 115	136 214	1 098
Continente	97 225	124 168	113 499	21 956	140 631	139 321	114 189	133 616	1 088
Lisboa	153 823	153 858	127 434	120 543	159 715	158 177	126 550	346 724	1 640
Grande Lisboa	169 689	169 739	141 354	120 183	162 757	161 136	138 490	374 152	1 657
Amadora	124 822	123 309	107 634	867 292	121 774	120 971	111 614	2 300 000	1 250
Cascais	195 134	196 284	181 806	112 769	218 041	218 081	178 615	45 007	2 184
Lisboa	233 202	233 242	173 808	2 000	218 831	218 157	181 792	2 241 155	2 493
Loures	145 107	142 636	141 003	96 558	135 155	134 497	125 876	183 485	1 327
Mafra	117 594	124 164	125 135	67 171	165 929	156 917	134 207	282 446	1 425
Odivelas	137 197	137 121	129 351	134 470	125 443	124 530	118 008	168 333	1 127
Oeiras	164 633	154 531	145 602	1 075 265	150 853	150 916	143 966	58 750	1 725
Sintra	106 001	102 962	84 644	74 383	119 386	115 689	95 167	391 345	1 160
Vila Franca de Xira	128 378	129 283	107 560	88 145	102 139	97 613	92 885	513 995	1 276
Península de Setúbal	116 433	115 772	94 044	121 116	153 096	151 709	99 830	299 971	1 599
Alcochete	236 140	221 699	126 614	847 923	138 557	138 475	128 753	79 134	1 976
Almada	101 903	102 847	92 330	21 517	119 995	119 699	107 257	138 750	1 716
Barreiro	98 002	92 853	80 989	2 059 667	95 348	93 305	84 035	832 410	1 307
Moita	80 703	79 583	70 198	58 510	106 153	104 822	79 874	200 000	1 041
Montijo	118 150	110 734	103 948	286 420	120 315	119 735	105 088	135 563	1 711
Palmela	144 593	156 765	94 704	71 265	426 589	434 589	121 600	370 210	1 363
Seixal	101 203	102 335	98 115	70 560	110 742	108 659	98 591	687 131	1 468
Sesimbra	130 196	137 101	124 455	37 444	134 911	134 252	117 934	155 193	1 757
Setúbal	107 038	104 402	77 941	181 958	162 153	163 044	78 599	112 648	2 090
Unit: €	Total	Total	Split property regime	Rural	Total	Total	Split property regime	Rural	Mortgage credit granted to singular persons per inhabitant
		Urban				Urban			
		of which				of which			
	Traded				Mortgaged				
	Mean value of real estates								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça.  
 Source: Ministry of Justice - Directorate-General for Justice Policy.

Nota: O valor para Portugal do "Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante" exclui devedores domiciliados fora do território nacional.  
 Note: The figure for Portugal, concerning "Mortgage credit granted to singular persons per inhabitant", excludes debtors domiciled abroad.

## EDIFÍCIOS LICENCIADOS PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS PARA CONSTRUÇÃO POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O TIPO DE OBRA, 2009

BUILDING PERMITS ISSUED BY LOCAL ADMINISTRATION, BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO TYPE OF PROJECT, 2009

III.8.2	Edifícios		Construções novas					Ampliações, alterações e reconstruções	
			Edifícios			Fogos para habitação familiar	Edifícios		
	Total	Para habitação familiar							
		Total	Total	dos quais					
Apartamentos	Moradias								
Unidade: N.º	Total	Para habitação familiar	Total	Total	Apartamentos	Moradias		Total	Para habitação familiar
Portugal	30 587	21 345	20 642	15 926	1 125	14 799	27 012	7 789	5 419
Continente	28 981	20 111	19 517	15 029	1 083	13 946	25 692	7 346	5 082
Lisboa	3 987	2 930	2 316	1 997	258	1 739	4 615	1 222	933
Grande Lisboa	2879	2005	1369	1153	152	1001	2623	1097	852
Amadora	22	19	22	19	12	7	147	0	0
Cascais	705	594	196	178	22	156	407	506	416
Lisboa	919	435	54	42	18	24	323	512	393
Loures	133	116	133	116	16	100	303	0	0
Mafra	348	210	244	175	18	157	279	59	35
Odivelas	324	285	309	282	29	253	526	12	3
Oeiras	61	53	58	52	2	50	87	2	1
Sintra	309	256	308	256	23	233	426	0	0
Vila Franca de Xira	58	37	45	33	12	21	125	6	4
Península de Setúbal	1108	925	947	844	106	738	1992	125	81
Alcochete	23	19	18	17	4	13	47	2	2
Almada	123	117	119	113	9	104	191	4	4
Barreiro	65	40	43	32	5	27	63	13	8
Moita	47	30	35	28	2	26	46	5	2
Montijo	83	68	72	63	13	50	164	9	5
Palmela	163	121	135	108	11	97	405	26	13
Seixal	243	215	231	210	22	188	454	6	5
Sesimbra	117	110	115	110	27	83	304	0	0
Setúbal	244	205	179	163	13	150	318	60	42
Unit: No.	Total	For family housing	Total	Total	Apartments	Housing	Dwellings for family housing	Total	For family housing
					of wich				
	For family housing								
	Buildings		Buildings		Buildings				
			New constructions		Enlargements, alterations and reconstructions				

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Projectos de Obras de Edifícios e de Demolição de Edifícios.

Source: Statistics Portugal, Projects of building constructions and demolitions survey.

Nota: A rubrica "Total" de edifícios inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições.

Note: The item "Total" for buildings includes new constructions, enlargements, alterations, reconstructions and demolitions.

# FOGOS LICENCIADOS PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS EM CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR POR MUNICÍPIO, SEGUNDO A ENTIDADE PROMOTORA E A TIPOLOGIA, 2009

DWELLINGS LICENSED BY LOCAL ADMINISTRATION IN NEW BUILDING FOR FAMILY HOUSING, BY MUNICIPALITY  
AND ACCORDING TO INVESTING ENTITY AND TYPOLOGY, 2009

III.8.3	Unidade: N.º	Total	Entidade promotora			Tipologia			
			Pessoa singular	Empresa privada	Outras entidades	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou mais
Portugal		27 012	15 232	11 203	577	2 486	5 976	12 863	5 687
Continente		25 692	14 376	10 766	550	2 376	5 646	12 159	5 511
Lisboa		4 615	1 822	2 722	71	539	1 180	1 754	1 142
Grande Lisboa		2 623	1 170	1 428	25	202	637	1 017	767
Amadora		147	22	125	0	9	66	58	14
Cascais		407	142	257	8	35	85	153	134
Lisboa		323	49	274	0	63	105	109	46
Loures		303	143	158	2	16	59	125	103
Mafra		279	148	131	0	16	38	160	65
Odivelas		526	306	220	0	11	84	183	248
Oeiras		87	26	61	0	12	15	20	40
Sintra		426	297	114	15	37	133	159	97
Vila Franca de Xira		125	37	88	0	3	52	50	20
Península de Setúbal		1 992	652	1 294	46	337	543	737	375
Alcochete		47	10	37	0	9	13	17	8
Almada		191	92	91	8	22	48	65	56
Barreiro		63	22	37	4	2	24	13	24
Moita		46	23	23	0	5	15	18	8
Montijo		164	47	85	32	4	44	93	23
Palmela		405	101	304	0	196	27	118	64
Seixal		454	119	333	2	27	169	183	75
Sesimbra		304	129	175	0	55	142	98	9
Setúbal		318	109	209	0	17	61	132	108
Unit: No.	Total	Singular person	Private company	Other entities	0 or 1 bedrooms	2 bedrooms	3 bedrooms	4 or more bedrooms	
		Investing entity			Typology				

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Projectos de Obras de Edifícios e de Demolição de Edifícios.  
Source: Statistics Portugal, Projects of building constructions and demolitions survey.

Nota: A rubrica "Outras entidades" inclui Administração Central, Regional e Local, Empresas de Serviço Público, Cooperativas de Habitação e Instituições Sem Fins Lucrativos.  
Note: The item "Other entities" includes the central, regional and local administrations, public companies, housing cooperatives and non-profit institutions.

## EDIFÍCIOS CONCLUÍDOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O TIPO DE OBRA, 2009

CONSTRUCTION WORKS COMPLETED, BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO TYPE OF PROJECT, 2009

III.8.4	Edifícios		Construções novas					Ampliações, alterações e reconstruções	
			Edifícios			Fogos para habitação familiar	Edifícios		
	Total	Para habitação familiar							
		Total	Total	dos quais					
Apartamentos	Moradias								
Unidade: N.º	Total	Para habitação familiar	Total	Total	Apartamentos	Moradias	Fogos para habitação familiar	Total	Para habitação familiar
Portugal	40 395	32 732	31 479	26 163	3 105	23 043	60 111	8 916	6 569
Continente	38 197	30 923	29 806	24 757	2 975	21 767	56 796	8 391	6 166
Lisboa	4 996	4 359	3 869	3 505	805	2 698	12 660	1 127	854
Grande Lisboa	3 185	2 713	2 199	1 954	492	1 461	8 177	986	759
Amadora	51	46	51	46	42	4	612	0	0
Cascais	841	742	405	384	62	322	1 070	436	358
Lisboa	454	349	46	41	28	13	665	408	308
Loures	265	248	265	248	79	169	1 269	0	0
Mafra	516	384	421	321	62	259	978	95	63
Odivelas	323	295	304	290	69	221	1 405	19	5
Oeiras	145	135	144	134	45	89	698	1	1
Sintra	420	361	404	347	57	289	821	16	14
Vila Franca de Xira	170	153	159	143	48	95	659	11	10
Península de Setúbal	1 811	1 646	1 670	1 551	313	1 237	4 483	141	95
Alcochete	154	146	154	146	10	136	221	0	0
Almada	187	180	186	179	26	153	425	1	1
Barreiro	69	55	58	50	26	24	246	11	5
Moita	106	96	101	93	29	64	310	5	3
Montijo	167	153	149	138	65	73	714	18	15
Palmela	282	219	257	208	22	186	362	25	11
Seixal	313	292	304	284	64	220	1 060	9	8
Sesimbra	169	169	168	168	26	141	389	1	1
Setúbal	364	336	293	285	45	240	756	71	51
Unit: No.	Total	For family housing	Total	Total	Apartments	Housing	Dwellings for family housing	Total	For family housing
					of wich				
	For family housing								
	Buildings		Buildings		New constructions		Buildings		
			Enlargements, alterations and reconstructions						

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

Source: Statistics Portugal, Statistics on construction works completed.

Nota: A informação relativa a obras concluídas baseia-se nas Estimativas das Obras Concluídas e não inclui demolições.

Note: Data on completed works is based on completed works estimations and do not include demolitions.

## FOGOS CONCLUÍDOS EM CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR POR MUNICÍPIO, SEGUNDO A ENTIDADE PROMOTORA E A TIPOLOGIA, 2009

DWELLINGS COMPLETED IN NEW BUILDING FOR FAMILY HOUSING, BY MUNICIPALITY  
AND ACCORDING TO INVESTING ENTITY AND TYPOLOGY, 2009

III.8.5	Total	Entidade promotora			Tipologia			
		Pessoa singular	Empresa privada	Outras entidades	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou mais
Unidade: N.º								
Portugal	60 111	26 567	31 959	1 585	5 724	16 312	27 271	10 804
Continente	56 796	25 261	30 044	1 491	5 279	15 006	26 052	10 459
Lisboa	12 660	3 229	9 113	318	974	3 936	5 386	2 364
Grande Lisboa	8177	2101	5834	242	684	2743	3080	1670
Amadora	612	181	431	0	64	294	219	35
Cascais	1070	288	738	44	47	296	420	307
Lisboa	665	59	606	0	218	284	118	45
Loures	1269	223	1012	34	78	493	515	183
Mafra	978	258	707	13	37	383	458	100
Odivelas	1405	344	1003	58	148	344	371	542
Oeiras	698	129	508	61	23	185	342	148
Sintra	821	464	356	1	46	296	339	140
Vila Franca de Xira	659	155	473	31	23	168	298	170
Península de Setúbal	4483	1128	3279	76	290	1193	2306	694
Alcochete	221	21	190	10	8	17	171	25
Almada	425	130	295	0	37	154	140	94
Barreiro	246	27	219	0	13	64	122	47
Moita	310	56	234	20	6	74	206	24
Montijo	714	114	587	13	30	153	485	46
Palmela	362	206	150	6	13	77	175	97
Seixal	1060	205	855	0	107	312	468	173
Sesimbra	389	129	260	0	19	182	155	33
Setúbal	756	240	489	27	57	160	384	155
Unit: No.	Total	Singular person	Private company	Other entities	0 or 1 bedrooms	2 bedrooms	3 bedrooms	4 or more bedrooms
		Investing entity			Typology			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

Source: Statistics Portugal, Statistics on construction works completed.

**Nota:** A rubrica "Outras entidades" inclui Administração Central, Regional e Local, Empresas de Serviço Público, Cooperativas de Habitação e Instituições Sem Fins Lucrativos.

A informação relativa a obras concluídas baseia-se nas Estimativas das Obras Concluídas.

Note: The item "Other entities" includes the central, regional and local administrations, public companies, housing cooperatives and non-profit institutions.

Data on completed works is based on completed works estimations.

## ESTIMATIVAS DO PARQUE HABITACIONAL POR MUNICÍPIO, 2004–2009

## ESTIMATES OF HOUSING STOCK BY MUNICIPALITY, 2004–2009

III.8.6	Edifícios de habitação familiar clássica						Alojamentos familiares clássicos					
	2004 Rv	2005 Rv	2006 Rv	2007 Rv	2008 Rv	2009	2004 Rv	2005 Rv	2006 Rv	2007 Rv	2008 Rv	2009
Unidade: N.º												
Portugal	3 309 393	3 342 270	3 371 282	3 398 713	3 425 852	3 451 607	5 397 594	5 472 826	5 538 276	5 601 753	5 663 178	5 722 203
Continente	3 139 151	3 169 863	3 196 891	3 222 589	3 247 894	3 272 241	5 191 072	5 261 635	5 322 130	5 380 764	5 438 420	5 494 046
Lisboa	413 155	417 375	421 533	425 564	429 318	432 648	1 356 996	1 370 175	1 382 187	1 394 736	1 407 052	1 418 736
Grande Lisboa	258 677	260 621	262 692	264 866	266 818	268 607	968 254	976 086	983 010	990 477	997 672	1 004 878
Amadora	13 701	13 792	13 870	13 951	14 033	14 079	80 971	81 843	82 708	83 724	84 747	85 359
Cascais	37 708	38 082	38 445	38 877	39 237	39 621	92 999	94 448	95 654	96 804	98 132	99 202
Lisboa	53 724	53 727	53 647	53 509	53 418	53 319	295 361	295 392	294 139	292 712	292 066	291 784
Loures	28 100	28 250	28 527	28 858	29 174	29 422	87 982	88 724	89 754	91 450	92 748	94 017
Mafra	24 570	25 145	25 533	25 915	26 260	26 561	36 547	37 860	38 921	39 944	40 847	41 805
Odivelas	14 401	14 591	14 872	15 188	15 454	15 744	58 812	59 849	61 031	61 976	63 003	64 396
Oeiras	16 911	17 029	17 145	17 355	17 551	17 683	80 349	80 892	81 471	82 399	83 278	83 974
Sintra	53 800	54 079	54 546	54 919	55 268	55 615	175 686	176 758	178 075	178 943	179 698	180 532
Vila Franca de Xira	15 762	15 926	16 107	16 294	16 423	16 563	59 547	60 320	61 257	62 525	63 153	63 809
Península de Setúbal	154 478	156 754	158 841	160 698	162 500	164 041	388 742	394 089	399 177	404 259	409 380	413 858
Alcochete	3 886	3 953	4 119	4 226	4 344	4 489	7 417	7 646	7 913	8 124	8 299	8 519
Almada	31 674	32 109	32 404	32 658	32 881	33 060	95 803	96 890	97 559	98 329	99 040	99 465
Barreiro	10 811	10 885	10 964	11 084	11 148	11 197	40 558	40 926	41 276	41 871	42 186	42 431
Moita	11 213	11 343	11 448	11 545	11 637	11 726	32 764	33 082	33 333	33 568	33 827	34 133
Montijo	11 721	11 847	11 999	12 170	12 361	12 499	22 584	23 128	23 762	24 605	25 590	26 304
Palmela	18 673	19 268	19 636	19 806	20 116	20 324	29 081	29 915	30 571	30 826	31 660	32 022
Seixal	26 617	26 937	27 277	27 628	27 940	28 223	72 514	73 452	74 470	75 524	76 455	77 513
Sesimbra	17 389	17 651	17 880	18 076	18 254	18 420	28 260	28 763	29 280	29 690	29 976	30 369
Setúbal	22 494	22 761	23 114	23 505	23 819	24 103	59 761	60 287	61 013	61 722	62 347	63 102
Unit: No.	2004 Rv	2005 Rv	2006 Rv	2007 Rv	2008 Rv	2009	2004 Rv	2005 Rv	2006 Rv	2007 Rv	2008 Rv	2009
	Buildings for conventional family housing						Conventional family dwellings					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

Source: Statistics Portugal, Statistics on construction works completed.

**Nota:** Os dados relativos aos municípios de Lisboa e Seia, de 2004 a 2005, encontram-se subavaliados por apenas incluírem informação dos proprietários das obras, o que se traduz na subavaliação dos valores das unidades territoriais de nível superior.

A informação para os anos de 2008 e 2009 baseia-se nas Estimativas das Obras Concluídas.

Note: From 2004 to 2005, data for the municipalities of Lisboa and Seia were underestimated since only information given by construction owners was taken into account, leading to the underestimation of higher level territorial units.

Data for 2008 and 2009 are based on completed works estimations.

HABITAÇÃO SOCIAL POR MUNICÍPIO, 31/12/2009

SOCIAL HOUSING BY MUNICIPALITY, 31/12/2009

III.8.7	Bairros sociais	Edifícios de habitação social				Fogos de habitação social					Contratos de arrendamento efectuados no último ano	Casos (agregados familiares) registados de pedidos de habitação no último ano	Valor médio das rendas dos contratos de arrendamento
		Total	Propriedade total do município	Objecto de obras de conservação no último ano	Com certificação energética	Total	Arrendados	Disponíveis para venda	Disponíveis para arrendamento	Objecto de obras de reabilitação no último ano			
N.º													€
Portugal	1 983	26 936	20 817	2 775	760	116 386	110 520	825	3 640	7 361	3 000	39 331	57
Continente	1 804	24 336	18 559	2 290	760	109 573	103 887	764	3 539	6 847	2 782	32 974	56
Lisboa	396	10 979	7 443	453	216	50 149	47 711	26	1 421	1 558	754	12 388	60
Grande Lisboa	261	8 753	6 247	323	184	39 468	37 423	26	1 141	1 197	508	6 158	67
Amadora	19	282	251	0	0	3 045	2 970	0	53	132	9	137	50
Cascais	48	484	345	201	0	2 218	2 108	0	28	565	68	530	72
Lisboa	79	6 272	4 618	54	161	24 610	23 317	8	689	221	204	2 009	71
Loures	20	551	443	3	3	2 536	2 436	0	51	30	65	160	56
Mafra	7	19	16	3	0	109	107	0	2	3	5	118	67
Odivelas	6	72	14	0	0	442	419	0	16	19	62	328	39
Oeiras	26	441	278	29	20	3 577	3 387	15	73	73	12	241	65
Sintra	28	323	153	24	0	1 816	1 631	0	172	143	75	2 473	65
Vila Franca de Xira	28	309	129	9	0	1 115	1 048	3	57	11	8	162	54
Península de Setúbal	135	2 226	1 196	130	32	10 681	10 288	0	280	361	246	6 230	31
Alcochete	4	22	2	9	0	69	65	0	3	11	1	52	65
Almada	44	821	486	16	0	5 077	4 795	0	199	16	104	4 910	24
Barreiro	4	136	23	15	0	351	325	0	19	37	24	310	8
Moita	10	324	226	8	0	875	855	0	8	14	23	325	67
Montijo	8	96	41	43	0	542	527	0	15	11	15	283	56
Palmela	9	28	28	1	0	28	26	0	2	1	0	10	57
Seixal	16	183	175	19	0	739	721	0	8	19	4	118	29
Sesimbra	13	59	33	8	0	275	275	0	0	36	7	50	39
Setúbal	27	557	182	11	32	2 725	2 699	0	26	216	68	172	28

	No.												€
	Social housing councils	Total	Property of the municipality	With conservation works in the last year	With energy certification	Total	Rented	Available to sale	Available to rent	With rehabilitation works in the last year	Tenancy agreements carried out in the last year	Recorded cases (households) of housing requests in the last year	Value of the average rent for social housing
Social housing buildings					Social housing dwellings								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito à Caracterização de Habitação Social.  
Source: Statistics Portugal, Social Housing Survey.

Nota: Os dados incluem informação proveniente dos municípios do país e de entidades detentoras e promotoras de edifícios e fogos destinados à habitação social.  
Note: Data includes information from municipalities and from other entities owners of social housing buildings and dwellings.



## CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE PRÉDIOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO A NATUREZA, 2009

## PURCHASE AND SALE CONTRACTS OF REAL ESTATE, BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO NATURE, 2009

III.8.8	Total de prédios		Prédios urbanos				Prédios rústicos		Prédios mistos	
			Total		Em propriedade horizontal					
	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros
Portugal	205 285	19 687 930	145 930	18 027 632	85 441	9 735 549	56 786	1 230 085	2 569	430 212
Continente	194 589	18 918 970	140 019	17 385 907	82 487	9 362 154	52 221	1 146 579	2 349	386 484
Lisboa	45 771	7 040 618	44 235	6 805 899	32 686	4 165 318	1 417	170 809	119	63 910
Grande Lisboa	32 135	5 452 943	31 218	5 298 899	23 069	3 260 893	871	104 680	46	49 364
Amadora	2 459	306 938	2 454	302 601	2 147	231 090	5	4 336	0	0
Cascais	3 396	662 674	3 316	650 878	1 792	325 796	78	8 796	2	3 000
Lisboa	10 384	2 421 570	10 382	2 421 518	8 357	1 452 511	1	2	1	50
Loures	2 769	401 801	2 570	366 576	1 984	279 749	194	18 732	5	16 493
Mafra	1 570	184 622	1 371	170 229	724	90 598	187	12 561	12	1 832
Odivelas	2 006	275 218	1 971	270 265	1 598	206 703	33	4 438	2	515
Oeiras	2 461	405 161	2 434	376 129	1 520	221 316	27	29 032	0	0
Sintra	5 150	545 906	4 866	501 012	3 446	291 682	270	20 083	14	24 811
Vila Franca de Xira	1 940	249 054	1 854	239 691	1 501	161 448	76	6 699	10	2 664
Península de Setúbal	13 636	1 587 675	13 017	1 507 000	9 617	904 426	546	66 129	73	14 546
Alcochete	782	184 661	759	168 270	438	55 457	17	14 415	6	1 977
Almada	2 854	290 831	2 821	290 132	2 143	197 863	32	689	1	10
Barreiro	1 146	112 310	1 143	106 131	1 010	81 799	3	6 179	0	0
Moita	882	71 180	858	68 283	685	48 085	18	1 053	6	1 845
Montijo	981	115 906	931	103 094	729	75 778	40	11 457	10	1 355
Palmela	1 318	190 574	1 107	173 539	667	63 167	185	13 184	26	3 851
Seixal	2 583	261 408	2 460	251 744	1 900	186 419	120	8 467	3	1 197
Sesimbra	1 298	168 994	1 195	163 835	784	97 573	91	3 407	12	1 752
Setúbal	1 792	191 811	1 743	181 973	1 261	98 284	40	7 278	9	2 560
	No.	thousand euros	No.	thousand euros	No.	thousand euros	No.	thousand euros	No.	thousand euros
	Total estates		Total		Split property regime		Rural estates		Mixed estates	
			Urban estates							

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça.

Source: Ministry of Justice - Directorate-General for Justice Policy.

Nota: Os valores são apresentados segundo o local do imóvel.

O valor de Portugal inclui apenas os contratos de compra e venda celebrados em Portugal e referentes a prédios localizados em território nacional.

Note: The figures are given according to the location of the real estate.

The figures for Portugal include only contracts for the purchase and sale agreements in Portugal and for real estates located in national territory.

## CONTRATOS DE MÚTUO COM HIPOTECA VOLUNTÁRIA POR MUNICÍPIO, SEGUNDO A NATUREZA, 2009

## LOAN AGREEMENTS WITH CONVENTIONAL MORTGAGE, BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO NATURE, 2009

III.8.9	Total de prédios		Prédios urbanos				Prédios rústicos		Prédios mistos	
			Total		Em propriedade horizontal					
	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros
Portugal	153 499	21 612 628	145 802	20 312 699	85 414	9 747 013	4 678	637 210	3 019	662 719
Continente	145 905	20 518 779	138 998	19 365 326	82 804	9 455 294	4 087	546 087	2 820	607 366
Lisboa	48 399	7 730 039	47 995	7 591 704	35 893	4 542 267	238	82 520	166	55 814
Grande Lisboa	33 157	5 396 548	32 931	5 306 357	24 808	3 435 651	150	56 123	76	34 068
Amadora	2 677	325 990	2 675	323 597	2 381	265 754	1	2 300	1	93
Cascais	3 505	764 235	3 501	763 500	1 733	309 540	3	135	1	600
Lisboa	9 002	1 969 921	8 999	1 963 197	7 496	1 362 711	3	6 723	0	0
Loures	2 915	393 975	2 884	387 890	2 396	301 600	23	4 220	8	1 865
Mafra	1 737	288 219	1 654	259 540	895	120 115	49	13 840	34	14 839
Odivelas	2 207	276 852	2 202	274 215	1 888	222 799	3	505	2	2 133
Oeiras	2 923	440 943	2 921	440 825	1 937	278 861	2	118	0	0
Sintra	5 786	690 767	5 721	661 859	4 094	389 614	46	18 002	19	10 906
Vila Franca de Xira	2 405	245 645	2 374	231 733	1 988	184 656	20	10 280	11	3 632
Península de Setúbal	15 242	2 333 491	15 064	2 285 347	11 085	1 106 616	88	26 397	90	21 746
Alcochete	501	69 417	492	68 130	359	46 222	3	237	6	1 050
Almada	3 226	387 104	3 221	385 549	2 457	263 531	4	555	1	1 000
Barreiro	1 295	123 476	1 293	120 643	1 093	91 850	1	832	1	2 000
Moita	981	104 136	975	102 202	804	64 219	1	200	5	1 734
Montijo	1 171	140 889	1 156	138 414	929	97 627	7	949	8	1 526
Palmela	1 517	647 136	1 434	623 200	705	85 728	39	14 438	44	9 497
Seixal	3 184	352 602	3 173	344 774	2 465	243 028	9	6 184	2	1 644
Sesimbra	1 367	184 424	1 350	181 240	909	107 202	7	1 086	10	2 098
Setúbal	2 000	324 307	1 970	321 196	1 364	107 209	17	1 915	13	1 196
	No.	thousand euros	No.	thousand euros	No.	thousand euros	No.	thousand euros	No.	thousand euros
	Total estates		Total		Split property regime		Rural estates		Mixed estates	
			Urban estates							

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça.

Source: Ministry of Justice - Directorate-General for Justice Policy.

Nota: Os valores são apresentados segundo o local do imóvel.

O valor de Portugal inclui contratos de hipotecas celebrados em Portugal e referentes a prédios localizados no território nacional.

Note: The figures are given according to the location of the real estate.

The figures for Portugal include mortgage contracts celebrated in Portugal and concerning real estates located in national territory.

## CRÉDITO HIPOTECÁRIO CONCEDIDO POR CONTRATOS DE MÚTUO COM HIPOTECA VOLUNTÁRIA POR MUNICÍPIO, SEGUNDO A NATUREZA, 2009

## MORTGAGE CREDIT GRANTED BY LOAN AGREEMENTS WITH CONVENTIONAL MORTGAGE, BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO NATURE, 2009

III.8.10	Credores				Devedores		
	Total	Pessoa singular	Instituição de crédito	Outra pessoa colectiva	Total	Pessoa singular	Outra pessoa colectiva
Unidade: milhares de euros							
Portugal	14 286 931	209 534	12 288 429	1 788 968	14 286 931	12 183 623	2 103 308
Continente	13 567 421	200 034	11 638 263	1 729 124	13 013 128	11 037 628	1 975 500
Lisboa	9 355 390	119 264	8 121 387	1 114 738	5 528 761	4 643 718	885 043
Grande Lisboa	9 288 532	108 894	8 087 674	1 091 963	4 145 871	3 369 219	776 652
Amadora	5 656	747	4 665	244	225 671	213 451	12 220
Cascais	147 843	4 572	7 182	136 089	502 436	414 134	88 302
Lisboa	8 879 947	87 821	7 978 455	813 671	1 728 430	1 196 452	531 978
Loures	152 149	890	21 090	130 169	269 696	256 930	12 766
Mafra	23 532	1 177	19 044	3 311	114 505	104 148	10 357
Odivelas	6 572	662	5 760	150	188 738	175 565	13 173
Oeiras	13 594	2 593	9 629	1 372	348 680	297 689	50 991
Sintra	47 684	9 147	31 749	6 788	569 625	527 002	42 623
Vila Franca de Xira	11 556	1 286	10 101	170	198 090	183 848	14 242
Península de Setúbal	66 858	10 370	33 714	22 775	1 382 889	1 274 499	108 391
Alcochete	971	95	521	356	36 180	35 796	385
Almada	19 444	5 102	5 463	8 879	296 121	284 860	11 262
Barreiro	1 614	395	1 169	50	110 048	101 334	8 713
Moita	1 266	434	832	0	90 853	74 815	16 037
Montijo	18 024	341	12 789	4 894	79 280	71 221	8 059
Palmela	2 258	274	1 815	169	93 303	87 036	6 267
Seixal	12 411	1 589	4 747	6 075	282 102	261 766	20 336
Sesimbra	2 179	824	1 286	70	109 480	95 783	13 697
Setúbal	8 691	1 317	5 091	2 283	285 523	261 888	23 635
Unit: thousand euros							
	Total	Singular person	Credit institution	Other legal person	Total	Singular person	Other legal person
	Creditors				Debtors		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça.  
Source: Ministry of Justice - Directorate-General for Justice Policy.

Nota: Os valores são apresentados segundo o domicílio do credor/devedor.  
O valor de Portugal inclui credores ou devedores domiciliados fora do território nacional.  
Note: Values are given according to the creditor/debtor's domicile.  
Values for Portugal includes creditors/debtors domiciled abroad.

## VALORES MÉDIOS DE AVALIAÇÃO BANCÁRIA DOS ALOJAMENTOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O TIPO DE CONSTRUÇÃO E TIPOLOGIA, 2009

AVERAGE VALUE OF BANK EVALUATION OF LIVING QUARTERS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO THE TYPE OF CONSTRUCTION AND TYPOLOGY, 2009

III.8.11	Média global							Média 50% (observações interquartis)						
	Total	Apartamentos			Moradias			Total	Apartamentos			Moradias		
		Total	dos quais		Total	dos quais			Total	dos quais				
			T2	T3		T3	T4			T2	T3			
												T3	T4	
Unidade: €/m²														
Portugal	1 146	1 219	1 230	1 149	1 024	1 007	1 024	1 136	1 206	1 220	1 134	1 005	989	1 003
Continente	1 144	1 218	1 229	1 147	1 018	999	1 021	1 133	1 204	1 218	1 132	998	981	1 000
Lisboa	1 416	1 411	1 378	1 376	1 445	1 444	1 437	1 393	1 383	1 350	1 348	1 445	1 448	1 435
Grande Lisboa	1 502	1 503	1 452	1 481	1 497	1 492	1 501	1 487	1 484	1 427	1 461	1 505	1 493	1 508
Amadora	1 407	1 408	1 395	1 419	1 315	1 408	...	1 403	1 403	1 391	1 405	1 336	...	...
Cascais	1 684	1 654	1 627	1 622	1 780	1 764	1 782	1 684	1 657	1 636	1 613	1 777	1 745	1 780
Lisboa	2 004	2 006	1 994	1 976	1 948	2 066	1 890	2 072	2 072	2 047	2 038	2 050	2 202	1 847
Loures	1 474	1 477	1 456	1 450	1 451	1 492	1 435	1 463	1 463	1 441	1 439	1 461	1 480	1 479
Mafra	1 239	1 218	1 215	1 185	1 268	1 252	1 268	1 231	1 211	1 210	1 179	1 264	1 263	1 277
Odivelas	1 433	1 436	1 431	1 424	1 408	1 355	1 358	1 435	1 437	1 432	1 424	1 393	1 339	1 327
Oeiras	1 675	1 672	1 644	1 655	1 696	1 769	1 695	1 681	1 676	1 656	1 652	1 735	1 836	1 695
Sintra	1 222	1 186	1 176	1 177	1 440	1 447	1 456	1 197	1 172	1 166	1 161	1 453	1 452	1 466
Vila Franca de Xira	1 254	1 255	1 251	1 241	1 247	1 247	1 257	1 248	1 248	1 248	1 234	1 250	1 249	1 259
Península de Setúbal	1 250	1 212	1 205	1 187	1 389	1 396	1 365	1 238	1 200	1 197	1 175	1 393	1 410	1 373
Alcochete	1 256	1 198	1 176	1 211	1 392	1 383	1 395	1 223	1 182	1 168	1 191	1 338	1 324	1 297
Almada	1 441	1 419	1 431	1 362	1 529	1 563	1 440	1 432	1 412	1 422	1 356	1 539	1 586	1 464
Barreiro	1 121	1 113	1 106	1 120	1 229	1 233	1 226	1 125	1 119	1 117	1 118	1 228	...	1 234
Moita	1 039	1 001	988	1 007	1 255	1 261	1 294	1 028	1 000	995	993	1 271	1 276	1 353
Montijo	1 142	1 126	1 129	1 119	1 249	1 318	1 254	1 129	1 118	1 124	1 115	1 240	1 276	1 253
Palmela	1 155	1 044	1 034	1 032	1 322	1 340	1 311	1 128	1 035	1 034	1 023	1 336	1 366	1 312
Seixal	1 291	1 259	1 251	1 236	1 443	1 434	1 432	1 279	1 249	1 245	1 222	1 447	1 453	1 428
Sesimbra	1 373	1 345	1 308	1 331	1 410	1 377	1 380	1 360	1 326	1 271	1 358	1 405	1 392	1 360
Setúbal	1 176	1 120	1 117	1 106	1 339	1 343	1 366	1 165	1 113	1 116	1 099	1 364	1 372	1 397
Unit: €/m²	Total	Total	2	3	Total	3	4	Total	Total	2	3	Total	3	4
			bedrooms	bedrooms		bedrooms	bedrooms			bedrooms	bedrooms		bedrooms	bedrooms
			of which			of which				of which			of which	
			Flats			Villas				Flats			Villas	
		Global average							50% average (interquartile observations)					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação.

Source: Statistics Portugal, Survey on Bank Evaluation on Housing.



Transportes

Transports



## INDICADORES DE TRANSPORTES POR MUNICÍPIO, 2009

## TRANSPORT INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

III.9.1	Veículos automóveis novos vendidos e registados por 1 000 habitantes	Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas	Proporção de acidentes de viação com vítimas nas auto-estradas
	N.º		%
Portugal	17,34	x	8,1
Continente	17,32	2,1	8,1
Lisboa	23,68	1,2	7,5
Grande Lisboa	26,34	0,9	7,4
Amadora	17,77	1,0	0,0
Cascais	26,53	0,9	6,6
Lisboa	35,58	0,8	3,6
Loures	23,29	0,9	18,6
Mafra	20,59	1,3	10,7
Odivelas	15,83	0,5	2,4
Oeiras	54,49	1,1	18,4
Sintra	17,59	0,6	1,5
Vila Franca de Xira	17,78	1,3	21,0
Península de Setúbal	16,90	2,2	7,8
Alcochete	16,56	1,9	1,9
Almada	18,66	1,0	15,8
Barreiro	15,63	5,2	3,1
Moita	13,91	0,8	0,8
Montijo	19,34	3,7	5,4
Palmela	17,98	5,5	15,7
Seixal	15,33	0,9	9,0
Sesimbra	15,04	0,9	0,0
Setúbal	18,80	1,0	1,3

	No.		%
	New vehicles sold and registered per 1000 inhabitants	Gravity index of road accidents with victims	Proportion of road accidents with victims on highways

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

**Fonte:** Conservatórias do Registo Automóvel; INE, I.P.; Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR); Polícia de Segurança Pública - Comando Regional dos Açores e Comando Regional da Madeira.

**Source:** Vehicle Registration Offices; Statistics Portugal; National Authority for Road Safety (NARS); Policy of Public Security - Regional Command of Açores and Regional Command of Madeira.

**Nota:** As vendas de veículos automóveis são afectadas aos municípios segundo o local de residência do proprietário. Os acidentes e as vítimas são afectadas aos municípios segundo o local do acidente.

**Note:** Sales of vehicles are attributed to municipalities according to the owner's place of residence. Road accidents and victims are attributed to municipalities according to the place of accident.

## VEÍCULOS AUTOMÓVEIS NOVOS VENDIDOS E REGISTADOS POR MUNICÍPIO, 2009

## NEW VEHICLES SOLD AND REGISTERED BY MUNICIPALITY, 2009

III.9.2	Unidade: N.º	Total	Ligeiros		Pesados			Tractores agrícolas
			Passageiros	Mercadorias	Passageiros	Mercadorias	Tractores de espécie diversa	
Portugal		184 436	138 366	37 319	579	1 747	1 542	4 883
Continente		175 753	131 442	35 813	535	1 650	1 536	4 777
Lisboa		67 046	53 742	11 591	236	601	607	269
Grande Lisboa		53 577	42 407	9 694	182	513	585	196
Amadora		3 035	2 616	405	1	8	0	5
Cascais		5 030	4 365	630	6	16	5	8
Lisboa		17 075	13 689	2 741	134	235	204	72
Loures		4 509	3 528	845	2	59	57	18
Mafra		1 504	1 013	367	2	15	78	29
Odivelas		2 466	2 076	367	2	10	5	6
Oeiras		9 406	6 883	2 400	28	58	24	13
Sintra		7 990	6 398	1 411	5	72	74	30
Vila Franca de Xira		2 562	1 839	528	2	40	138	15
Península de Setúbal		13 469	11 335	1 897	54	88	22	73
Alcochete		300	256	37	0	1	1	5
Almada		3 097	2 705	363	8	9	5	7
Barreiro		1 212	1 032	148	11	19	1	1
Moita		999	802	186	0	6	2	3
Montijo		805	680	115	0	2	2	6
Palmela		1 148	866	247	1	12	2	20
Seixal		2 733	2 372	331	1	15	2	12
Sesimbra		820	647	150	1	9	6	7
Setúbal		2 355	1 975	320	32	15	1	12
Unit: No.		Total	Passengers	Cargo	Passengers	Cargo	Miscellaneous tractors	Agricultural tractors
			Light		Heavy			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Conservatórias do Registo Automóvel.  
Source: Vehicle Registration Offices.

Nota: As vendas de veículos automóveis são afectadas aos municípios segundo o local de residência do proprietário.  
Note: Sales of vehicles are attributed to municipalities according to the owner's place of residence.



## ACIDENTES DE VIAÇÃO E VÍTIMAS POR MUNICÍPIO, 2009

## ROAD ACCIDENTS AND VICTIMS BY MUNICIPALITY, 2009

III.9.3	Acidentes de viação com vítimas						Vítimas					
	Total	dos quais		Mortais	dos quais		Total	dos quais		Mortos	Feridos graves	Feridos ligeiros
		em auto-estradas	em estradas nacionais		em auto-estradas	em estradas nacionais		em auto-estradas	em estradas nacionais			
Unidade: N.º												
Portugal	x	2 886	x	x	69	x	49 033	4 289	x	767	2 831	45 435
Continente	35 484	2 886	8 620	673	69	260	47 151	4 289	12 491	737	2 624	43 790
Lisboa	8 679	652	1 071	97	11	27	11 009	931	1 485	106	461	10 442
Grande Lisboa	6 407	476	674	50	6	14	7 964	676	914	55	288	7 621
Amadora	399	0	25	4	0	0	484	0	35	4	18	462
Cascais	550	36	93	3	0	1	684	52	121	5	18	661
Lisboa	2 265	81	0	17	1	0	2 731	114	0	17	114	2 600
Loures	666	124	100	6	2	3	841	169	129	6	28	807
Mafra	300	32	128	4	1	3	396	45	175	4	25	367
Odivelas	371	9	0	2	0	0	454	15	0	2	9	443
Oeiras	533	98	78	4	0	3	677	138	111	6	13	658
Sintra	933	14	116	6	0	2	1 200	25	170	6	31	1 163
Vila Franca de Xira	390	82	134	4	2	2	497	118	173	5	32	460
Península de Setúbal	2 272	176	397	47	5	13	3 045	255	571	51	173	2 821
Alcochete	52	1	10	1	1	0	68	1	13	1	8	59
Almada	387	61	15	4	0	0	520	89	22	4	16	500
Barreiro	193	6	19	7	0	0	265	15	26	10	21	234
Moita	129	1	28	1	0	0	176	1	38	1	10	165
Montijo	241	13	75	9	1	5	322	18	107	9	20	293
Palmela	312	49	81	16	2	5	437	65	128	17	36	384
Seixal	443	40	47	4	1	0	597	57	65	4	33	560
Sesimbra	115	0	43	1	0	1	145	0	63	1	9	135
Setúbal	400	5	79	4	0	2	515	9	109	4	20	491

Unit: No.	Acidentes de viação com vítimas						Vítimas										
	Total	in highways	in national roads	Fatal	in highways	in national roads	Total	in highways	in national roads	Deaths	Severely injured	Slightly injured					
		of which			of which			of which									
Road accidents with victims							Victims										

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária; Polícia de Segurança Pública - Comando Regional dos Açores e Comando Regional da Madeira.  
 Source: National Authority for Road Safety; Policy of Public Security - Regional Command of Açores and Regional Command of Madeira.

Nota: Os acidentes e as vítimas são afectados aos municípios segundo o local do acidente.  
 Note: Road accidents and victims are attributed to municipalities according to the place of accident.

## INFRA-ESTRUTURA FERROVIÁRIA E FLUXOS DE TRANSPORTE POR NUTS II, 2009

## RAILWAY INFRASTRUCTURE AND TRANSPORT FLOWS BY NUTS II, 2009

III.9.4	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
Extensão das linhas em utilização (km)	2 841,6	516,7	1 024,3	244,4	835,6	220,6	Lenght of current lines (km)
das quais:							of which:
Via dupla ou superior	607,1	116,4	214,4	189,2	87,1	0,0	Two ways or more
Linhas electrificadas	1 460,1	174,1	593,5	232,2	341,5	118,8	Electrified lines
<b>Passageiros transportados</b>							<b>Passengers carried</b>
<b>Por região de origem (milhares)</b>							<b>By region of origin (thousands)</b>
Total	153 499	24 505	7 890	117 770	1 170	2 164	Total
intra-regional	146 201	23 358	5 811	114 793	408	1 831	intraregional
inter-regional	7 298	1 147	2 079	2 977	762	333	interregional
<b>Por região de destino (milhares)</b>							<b>By region of destination (thousands)</b>
Total	153 499	24 499	7 641	117 965	1 229	2 165	Total
intra-regional	146 201	23 358	5 811	114 793	408	1 831	intraregional
inter-regional	7 298	1 141	1 830	3 172	821	334	interregional
<b>Mercadorias transportadas</b>							<b>Goods carried</b>
<b>Por região de origem (t)</b>							<b>By region of origin (t)</b>
intra-regional	1 706 318	51 086	517 024	422 983	715 217	8	intraregional
inter-regional	6 736 897	441 672	2 265 361	1 385 493	2 641 121	3 250	interregional
	Mainland	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito à Infra-estrutura ferroviária.

Source: Statistics Portugal, Rail infra-structure survey.

**Nota:** A informação relativa a passageiros transportados por região de origem/destino refere-se apenas a bilhetes vendidos em sistemas informatizados, não contemplando as vendas por meios manuais nem os títulos combinados. Inclui os valores das unidades suburbanas.

A informação relativa a passageiros e mercadorias transportados exclui os fluxos com origem ou destino no estrangeiro.

Note: Data on passengers carried, classified by region of origin/destination, only cover tickets sold at automated systems, excluding either tickets sold at counters or combined tickets. Values for combined tickets are included. Data on passengers and goods carried exclude the transport flows with origin or destination abroad.

## MOVIMENTO DOS PORTOS, 2009

## SEAPORT TRAFFIC, 2009

III.9.5	Embarcações de comércio entradas		Passageiros			Contentores		Mercadorias	
			Embarcados	Desembarcados	Em trânsito	Carregados	Descarregados	Carregadas	Descarregadas
	N.º	TPB	N.º					t	
Portugal	14 041	148 719 255	895 429	894 314	x	495 172	495 871	19 801 870	41 911 486
Continente	9 767	127 032 681	43 703	41 391	x	401 183	407 714	19 071 168	38 597 637
Aveiro	827	4 107 902	0	0	x	x	x	1 639 477	1 344 185
Faro	17	35 909	0	0	x	0	0	14 294	7 876
Figueira da Foz	383	x	0	0	x	5 670	1 028	656 806	520 408
Leixões	2 514	29 221 495	602	615	x	135 232	152 107	3 983 059	9 283 424
Lisboa	3 027	32 262 666	43 101	40 776	x	164 790	163 468	3 476 860	7 186 343
Portimão	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Setúbal	1 314	13 264 648	0	0	x	10 551	9 482	2 786 334	2 506 843
Sines	1 423	46 718 372	0	0	x	84 910	81 480	6 406 643	17 450 193
Viana do Castelo	203	1 313 952	0	0	x	30	149	107 695	298365
Outros portos/Other seaports	59	107 737	0	0	x	0	0	0	0
R. A. Açores	2 716	12 332 702	478 591	478 591	x	59 857	55 556	588 710	1 989 263
Angra do Heroísmo	0	0	0	0	x	0	0	0	0
Cais do Pico	279	1 128 079	193 413	191 959	x	3 074	3 381	13 052	89 062
Horta	321	1 467 142	183 994	184 717	x	3 512	3 743	11 422	106 350
Lajes das Flores	69	260 029	2 329	2 469	x	1 258	1 856	2 654	57 554
Ponta Delgada	836	6 840 468	23 542	23 517	x	35 720	29 852	407 082	1 140 217
Praia da Graciosa	213	309 011	4 343	4 204	x	677	787	3 335	28 353
Praia da Vitória	651	1 929 406	24 955	25 127	x	12 224	12 525	140 952	463 569
Velas	193	127 864	31 025	31 678	x	2 218	2 147	5 794	61 374
Vila do Porto	154	270 703	13 119	13 104	x	1 174	1 265	4 419	42 784
Outros portos/Other seaports	x	x	1 871	1 816	x	x	x	x	x
R. A. Madeira	1 558	9 353 872	373 135	374 332	x	34 132	32 601	141 992	1 324 586
Funchal	763	5 917 109	194 025	193 902	x	316	331	13 535	261 231
Porto Santo	383	847 238	179 110	180 430	x	774	805	3 188	35 097
Canical	412	2 589 525	0	0	x	33 042	31 465	125 269	1 028 258
	No.	DWT	No.					t	
	Incoming vessels		Embarked	Disembarked	In transit	Loaded	Unloaded	Loaded	Unloaded
			Passengers			Containers		Goods	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas dos Transportes.

Source: Statistics Portugal, Transport Statistics.

MOVIMENTO DOS AEROPORTOS POR NUTS II, 2009

AIRPORT TRAFFIC BY NUTS II, 2009

III.9.6	Unidade: N.º	Total	Movimentos nacionais			Movimentos internacionais										
			Total	Tráfego interior	Tráfego territorial	Total	Europa		America		África		Ásia			
							UE27	Outros	América do Norte	América do Sul	PALP	Outros				
Portugal		141 088	43 919	27 155	16 764	97 169	80 743	6 635	1 969	3 828	2 354	1 588	52			
Continente		110 109	18 558	10 502	8 056	91 551	76 085	6 415	1 570	3 564	2 350	1 540	27			
Norte		25 931	5 382	4 076	1 306	20 549	17 959	1 892	298	285	33	81	1			
Centro		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Lisboa		65 756	11 862	5 120	6 742	53 894	41 290	4 326	1 228	3 273	2 313	1 441	23			
Alentejo		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Algarve		18 422	1 314	1 306	8	17 108	16 836	197	44	6	4	18	3			
R. A. Açores		18 458	17 043	14 174	2 869	1 415	736	43	397	168	1	45	25			
Santa Maria		1 237	673	604	69	564	259	29	67	152	1	33	23			
São Miguel		5 942	5 243	3 644	1 599	699	409	7	269	9	0	4	1			
Terceira		5 027	4 894	4 145	749	133	51	6	60	7	0	8	1			
Graciosa		917	916	916	0	1	1	0	0	0	0	0	0			
São Jorge		1 033	1 032	1 031	1	1	1	0	0	0	0	0	0			
Pico		905	894	833	61	11	11	0	0	0	0	0	0			
Faial		2 253	2 249	1 859	390	4	2	1	1	0	0	0	0			
Flores		728	728	728	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Corvo		416	414	414	0	2	2	0	0	0	0	0	0			
R. A. Madeira		12 521	8 318	2 479	5 839	4 203	3 922	177	2	96	3	3	0			
Madeira		10 959	6 844	1 247	5 597	4 115	3 842	175	2	93	0	3	0			
Porto Santo		1 562	1 474	1 232	242	88	80	2	0	3	3	0	0			
Unit: No.	Total	Total	Interior flights	Territorial flights	Total	EU27	Others	North America	South America	PALP	Others	Asia				
						Europe		America		Africa						
						National traffic					International traffic					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas dos Transportes.  
Source: Statistics Portugal, Transport Statistics.

Nota: No número de movimentos adoptou-se o critério das aeronaves aterradas registadas nos aeroportos nacionais.  
Note: Figures on airport traffic were based on landings registered at national airports.

## TRÁFEGO COMERCIAL NOS AEROPORTOS POR NATUREZA DO TRÁFEGO, SEGUNDO OS AEROPORTOS, 2009

## AIRPORT COMMERCIAL TRAFFIC BY TYPE OF TRAFFIC ACCORDING TO THE AIRPORTS, 2009

III.9.7	Total	Internacional	Nacional			
			Total	Territorial	Interior	
Portugal						
Aeronaves (aterradas) (N.º)	141 088	97 169	43 919	16 764	27 155	Aircraft (landed) (No.)
Passageiros (N.º)						
Embarcados	13 510 882	10 522 502	2 988 380	1 855 957	1 132 423	Embarked
Desembarcados	13 408 606	10 449 986	2 958 620	1 845 342	1 113 278	Disembarked
Em tránsito directo	231 182	128 384	102 798	24 359	78 439	In direct transit
Carga (t)						
Embarcada	65 446	49 183	16 263	13 167	3 096	Loaded
Desembarcada	62 146	46 503	15 644	12 702	2 941	Unloaded
Correio (t)						
Embarcado	9 469	4 272	5 197	4 409	788	Loaded
Desembarcado	9 111	4 017	5 094	4 313	782	Unloaded
Lisboa						
Aeronaves (aterradas) (N.º)	65 756	53 894	11 862	6 742	5 120	Aircraft (landed) (No.)
Passageiros (N.º)						
Embarcados	6 645 430	5 554 431	1 090 999	774 251	316 748	Embarked
Desembarcados	6 600 460	5 517 420	1 083 040	766 959	316 081	Disembarked
Em tránsito directo	19 378	14 658	4 720	593	4 127	In direct transit
Carga (t)						
Embarcada	43 682	35 182	8 500	7 727	772	Loaded
Desembarcada	39 641	34 626	5 015	4 294	720	Unloaded
Correio (t)						
Embarcado	7 383	4 002	3 381	3 381	1	Loaded
Desembarcado	4 872	3 962	910	898	12	Unloaded
	Total	International	Total	Territorial	Interior	
			Domestic			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas dos Transportes.  
 Source: Statistics Portugal, Transport Statistics.

## PESSOAL AO SERVIÇO E ELEMENTOS DE EXPLORAÇÃO DO METROPOLITANO DE LISBOA E METRO DO PORTO, 2009

## NUMBER OF EMPLOYEES AND OTHER ECONOMIC DATA ON LISBOA AND PORTO UNDERGROUND, 2009

III.9.8	Metropolitano de Lisboa	Metro do Porto	
<b>Pessoal ao serviço (N.º)</b>	1 636	439	<b>Staff (No.)</b>
Administrativo	193	35	Administrative
Maquinistas	275	222	Train-drivers
Linha	379	29	Line
Oficinas e vias	346	10	Workshops and rails
Técnico superior	218	106	Managing
Outro pessoal	225	37	Other
<b>Distância entre estações terminais (m)</b>			<b>Distance between terminal stations (m)</b>
Linha Azul	12 780	15 649	Blue line
Linha Amarela	10 950	8 024	Yellow line
Linha Verde	8 927	20 799	Green line
Linha Vermelha	6 850	33 617	Red line
Linha Violeta	//	16 908	Purple line
<b>Material circulante (N.º)</b>			<b>Rolling stock (No.)</b>
Carruagens em serviço	338	72	Running carriages
<b>Circulação</b>			<b>Circulation</b>
Número de comboios	534 444	314 890	Number of trains
Com 2 carruagens	0	110 887	With 2 carriages
Com 3 carruagens	99 985	0	With 3 carriages
Com 4 carruagens	157 701	0	With 4 carriages
Com 6 carruagens	276 758	0	With 6 carriages
Lotação média de uma carruagem (N.º)	169	216	Average seats per carriage (No.)
Carruagens - quilómetro (milhares)	25 274	6 472	Carriage - kilometer (thousands)
<b>Transporte</b>			<b>Transport</b>
Passageiros transportados (milhares)	176 726	52 600	Passengers carried (thousands)
Com bilhetes simples	25 035	20 532	With normal tickets
Com bilhetes de caderneta	145	19 489	Tickets bought in bulk
Outros títulos metropolitano	27 571	0	Other underground tickets
Com passe social	112 416	12 576	Multimodal monthly tickets
Passageiros com títulos de transporte gratuitos	11 559	3	Passengers with free tickets
Passageiros - quilómetro transportados (milhares)	829 067	261 117	Passengers - kilometer carried (thousands)
Lugares - quilómetro oferecidos (milhares)	4 271 338	1 398 049	Seats - kilometer on offer (thousands)
Distância média do transporte (km)	5	5	Transport average distance (km)
Produtividade económica (Pkm/Car.km)	33	40	Economic productivity (Pkm/Car.km)
<b>Consumo de energia eléctrica (milhares de kWh)</b>	105 884	45 081	<b>Electric energy consumption (thousand kWh)</b>
Na tracção	51 028	29 488	Running
Noutros fins	54 856	15 593	Other
<b>Receita proveniente do tráfego (milhares de euros)</b>	87 589 437	42 059 151	<b>Revenue from traffic (thousand euros)</b>
<b>Investimentos efectuados</b>	157 590 551	168 689 534	<b>Investments made</b>
Material circulante	0	36 446 126	Rolling stock
Infra-estruturas	153 913 938	99 148 216	Infrastructure
Investimentos correntes	1 374 838	1 511 893	Current investments
Outros	2 301 775	31 583 299	Other
	Lisboa underground	Porto underground	

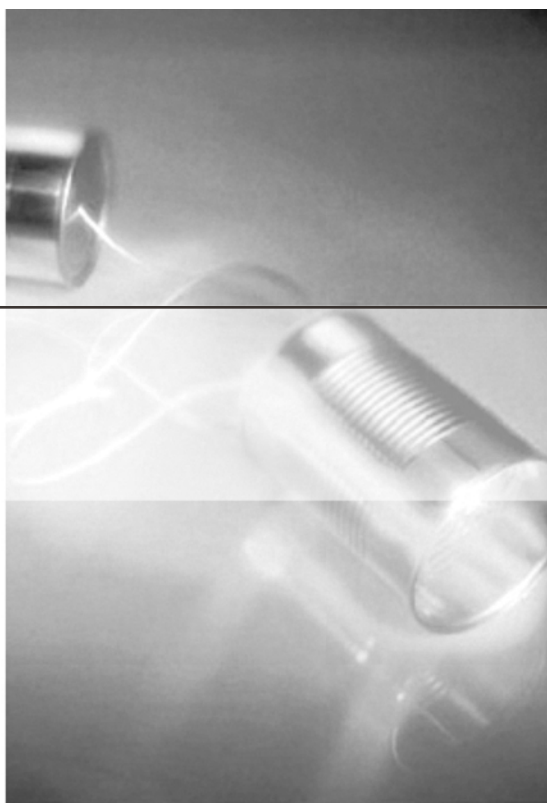
© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Metropolitano de Lisboa E. P., Metro do Porto S. A..

Source: Lisboa Underground and Porto Underground companies.

Nota: A receita proveniente do tráfego no Metropolitano de Lisboa e no Metro do Porto inclui 28 093 mil euros e 11 993 mil euros, respectivamente, de indemnizações compensatórias.

Note: Traffic revenue of Lisboa and Porto underground includes 28 093 thousand euros and 11 993 thousand euros, respectively, of compensatory indemnities.



Comunicações

Communications





## INDICADORES DE COMUNICAÇÕES POR MUNICÍPIO, 2009

## COMMUNICATION INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

III.10.1	Acessos telefónicos por 100 habitantes	Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	Postos telefónicos públicos por 1 000 habitantes	Estações de correio por 100 000 habitantes	Postos de correio por 100 000 habitantes	Proporção de alojamentos cablos com distribuição de televisão por cabo
	N.º					%
Portugal	25,57	15,47	3,12	8,46	18,71	36,33
Continente	25,44	15,39	3,16	8,25	19,23	34,97
Lisboa	28,17	14,88	3,13	7,03	4,49	38,30
Grande Lisboa	31,85	15,93	3,28	7,42	4,67	43,47
Amadora	22,20	14,63	2,48	7,02	0,59	x
Cascais	25,68	15,67	2,41	6,33	5,27	x
Lisboa	60,80	23,17	6,58	13,34	4,38	x
Loures	26,31	15,82	2,72	7,23	5,68	x
Mafra	27,03	19,14	1,70	5,47	15,06	x
Odivelas	15,97	10,87	2,11	3,85	5,13	x
Oeiras	35,34	16,30	2,76	7,53	2,32	x
Sintra	17,82	11,04	1,89	4,18	4,62	x
Vila Franca de Xira	22,11	12,65	2,26	4,86	5,55	x
Península de Setúbal	18,76	12,20	2,72	6,02	4,01	29,57
Alcochete	13,75	7,24	2,04	5,52	0,00	x
Almada	21,46	14,66	3,36	6,02	3,01	x
Barreiro	13,57	8,76	1,95	6,45	3,87	x
Moita	17,62	13,67	2,39	5,57	5,57	x
Montijo	24,71	13,94	2,91	9,61	9,61	x
Palmela	29,33	17,98	3,73	7,83	7,83	x
Seixal	12,29	8,16	2,03	4,49	4,49	x
Sesimbra	16,79	12,36	1,54	5,50	1,83	x
Setúbal	22,49	13,10	3,58	6,39	1,60	x

	No.					%
	Telephone accesses per 100 inhabitants	Residential telephone stations per 100 inhabitants	Public telephone stations per 1 000 inhabitants	Post offices per 100 000 inhabitants	Post agencies per 100 000 inhabitants	Proportion of cabled households with television distribution service

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Portugal Telecom; Correios, Telégrafos e Telecomunicações (CTT); Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM).

Source: Portugal Telecom (telecommunication operator); CTT (postal operator); National Authority of Communications (ANACOM).

Nota: Os dados respeitantes a acessos e postos telefónicos são referentes apenas ao Grupo Portugal Telecom.

Note: Data for accesses and telephone stations concern the Portugal Telecom Group only.

## ACESSOS TELEFÓNICOS POR MUNICÍPIO, 2009

## TELEPHONE ACCESSES BY MUNICIPALITY, 2009

III.10.2	Unidade: N.º	Total	Analógicos			Digitais	
			Total	Públicos	Principais		
					Residenciais		Profissionais
Portugal		2 720 091	2 114 810	33 185	1 645 916	435 709	605 281
Continente		2 580 933	2 006 346	32 074	1 561 558	412 714	574 587
Lisboa		797 356	552 526	8 849	421 248	122 429	244 830
Grande Lisboa		647 792	431 220	6 679	323 986	100 555	216 572
Amadora		37 918	30 134	423	24 998	4 713	7 784
Cascais		48 695	37 546	457	29 705	7 384	11 149
Lisboa		291 771	162 153	3 158	111 208	47 787	129 618
Loures		50 939	38 918	526	30 635	7 757	12 021
Mafra		19 751	17 143	124	13 986	3 033	2 608
Odivelas		24 885	21 034	329	16 944	3 761	3 851
Oeiras		61 006	38 182	477	28 138	9 567	22 824
Sintra		80 956	62 274	859	50 146	11 269	18 682
Vila Franca de Xira		31 871	23 836	326	18 226	5 284	8 035
Península de Setúbal		149 564	121 306	2 170	97 262	21 874	28 258
Alcochete		2 491	1 965	37	1 311	617	526
Almada		35 623	29 646	557	24 338	4 751	5 977
Barreiro		10 518	8 481	151	6 792	1 538	2 037
Moita		12 659	11 331	172	9 822	1 337	1 328
Montijo		10 287	7 809	121	5 802	1 886	2 478
Palmela		18 728	14 488	238	11 483	2 767	4 240
Seixal		21 925	17 938	362	14 558	3 018	3 987
Sesimbra		9 153	8 085	84	6 740	1 261	1 068
Setúbal		28 180	21 563	448	16 416	4 699	6 617
Unit: No.	Total	Total	Public	Residential	Professional	Digital	
		Main lines					
		Analogue					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Portugal Telecom; Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM).

Source: Portugal Telecom (telecommunication operator); National Authority of Communications (ANACOM).

Nota: Os dados são referentes apenas ao Grupo Portugal Telecom.

Note: Data concern the Portugal Telecom Group only.

## ESTAÇÕES E POSTOS DE CORREIO POR MUNICÍPIO, 2009

## POST OFFICES AND POST AGENCIES BY MUNICIPALITY, 2009

III.10.3	Estações de correio			Postos de correio
	Total	Estações fixas	Estações móveis	
Unidade: N.º				
Portugal	900	888	12	1990
Continente	837	827	10	1951
Lisboa	199	192	7	127
Grande Lisboa	151	149	2	95
Amadora	12	12	0	1
Cascais	12	12	0	10
Lisboa	64	64	0	21
Loures	14	14	0	11
Mafra	4	4	0	11
Odivelas	6	6	0	8
Oeiras	13	13	0	4
Sintra	19	17	2	21
Vila Franca de Xira	7	7	0	8
Península de Setúbal	48	43	5	32
Alcochete	1	1	0	0
Almada	10	10	0	5
Barreiro	5	5	0	3
Moita	4	4	0	4
Montijo	4	3	1	4
Palmela	5	3	2	5
Seixal	8	7	1	8
Sesimbra	3	3	0	1
Setúbal	8	7	1	2
Unit: No.	Total	Permanent post offices	Mobile post offices	Post agencies
	Post offices			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Correios, Telégrafos e Telecomunicações (CTT).

Source: CTT (postal operator).

Nota: Os dados são referentes apenas aos Serviços Postais Nacionais.

Note: Data concern only the National Postal Services.

## REDES DE DISTRIBUIÇÃO POR CABO E POR SATÉLITE POR NUTS III, 2009

## CABLE AND SATELLITE NETWORKS BY NUTS III, 2009

III.10.4	Televisão por cabo			Outras tecnologias	Televisão por satélite (DTH)
	Alojamentos cablados	Assinantes	Assinantes fibra óptica	Assinantes	Assinantes
Unidade: milhares					
<b>Portugal</b>	3 996,4	1 452,0	31,1	400,7	644,6
<b>Continente</b>	3 833,0	1 340,3	30,1	384,2	575,5
<b>Norte</b>	1 059,9	378,1	10,1	95,3	219,1
Minho-Lima	24,7	6,7	0,0	8,6	21,9
Cávado	126,5	32,3	0,8	11,7	25,9
Ave	83,1	21,8	0,0	15,0	36,3
Grande Porto	611,1	264,3	9,3	35,7	35,3
Tâmega	37,7	7,4	0,0	8,6	45,1
Entre Douro e Vouga	121,6	38,3	0,0	3,4	13,7
Douro	21,6	4,1	0,0	5,6	22,2
Alto Trás-os-Montes	33,5	3,3	0,0	6,7	18,7
<b>Centro</b>	584,2	171,2	2,5	70,7	190,8
Baixo Vouga	130,7	46,0	0	10,5	25,3
Baixo Mondego	115,9	31,4	0,9	13,2	25,5
Pinhal Litoral	67,3	16,2	0,5	10,7	19,9
Pinhal Interior Norte	7,4	1,7	0,0	2,9	13,9
Dão-Lafões	59,9	15,2	0,1	5,5	27,9
Pinhal Interior Sul	0,0	0,0	0,0	0,5	4,7
Serra da Estrela	7,5	2,3	0,0	0,5	4,4
Beira Interior Norte	10,8	4,4	0,0	2,4	7,8
Beira Interior Sul	18,9	7,2	1,0	2,1	4,3
Cova da Beira	23,2	8,0	0,0	3,0	5,8
Oeste	103,0	30,0	0,0	12,8	31,6
Médio Tejo	39,6	8,8	0,0	6,8	19,8
<b>Lisboa</b>	1 814,5	695,0	17,4	148,9	74,2
Grande Lisboa	1 139,5	495,4	15,9	121,4	52,2
Península de Setúbal	675,0	199,6	1,6	27,5	22,0
<b>Alentejo</b>	155,0	43,1	0,0	42,2	62,2
Alentejo Litoral	16,4	5,6	0,0	8,7	9,2
Alto Alentejo	18,9	6,9	0,0	5,6	8,5
Alentejo Central	41,7	5,3	0,0	6,6	12,1
Baixo Alentejo	18,3	12,7	0,0	10,6	12,9
Lezíria do Tejo	59,6	12,6	0,0	10,8	19,6
<b>Algarve</b>	219,4	52,9	0	27,1	29,2
<b>R. A. Açores</b>	72,7	44,5	0,1	9,7	44,7
<b>R. A. Madeira</b>	90,7	67,3	0,9	6,8	24,5

Unit: thousands	Cabled households	Cable subscribers	Optical fibre subscribers	Subscribers	Subscribers
	Cable television			Other technologies	Satellite television (DTH)

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

**Fonte:** Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM).  
**Source:** National Authority of Communications (ANACOM).

**Nota:** Os dados referem-se a 31 de Dezembro e ao serviço de televisão por subscrição. A oferta do serviço por mais do que um operador na mesma região implica a possibilidade de múltipla cablagem de um mesmo alojamento. Isto significa que na soma dos alojamentos cablados por todos os operadores, onde estão agregados os valores reportados por cada um deles, pode existir dupla contagem.  
DTH - Direct to home.

**Note:** Data refer to December 31 and to television service by subscription. The provision of this service by more than one operator in the same area implies that one household can be cabled by more than one operator (multiple cabling). So, in the sum of households cabled by all operators (value based on figures reported by every and each operator), households may have been counted more than once.  
DTH - Direct to home.



Turismo

Tourism



## INDICADORES DE HOTELARIA POR MUNICÍPIO, 2009

## HOTEL ACTIVITY INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

III.11.1	Estada média de hóspedes estrangeiros	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros	Proporção de dormidas entre Julho-Setembro	Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes	Proveitos de aposento por capacidade de alojamento
	N.º de noites	N.º		%		N.º	milhares de euros
Portugal	3,6	25,7	1,2	50,1	37,5	342,7	4,3
Continente	3,2	23,3	1,1	48,3	38,7	295,3	4,2
Lisboa	2,5	18,4	1,3	61,8	32,6	279,3	6,7
Grande Lisboa	2,5	23,0	1,6	64,3	32,3	357,6	7,0
Amadora	4,6	0,9	0,1	3,7	24,4	13,3	3,2
Cascais	3,4	38,4	1,8	65,9	39,5	517,8	6,3
Lisboa	2,3	73,6	5,6	67,0	30,8	1 190,9	7,2
Loures	...	1,6	...	...	...	...	...
Mafra	...	8,8	...	...	...	...	...
Odivelas	//	0,0	0,0	//	//	0,0	//
Oeiras	2,6	8,7	0,6	31,4	33,0	110,6	6,3
Sintra	2,3	3,1	0,2	56,9	38,7	42,9	7,8
Vila Franca de Xira	2,3	2,0	0,1	24,6	23,5	17,2	3,2
Península de Setúbal	2,3	6,5	0,4	37,0	36,4	79,4	4,2
Alcochete	...	3,5	...	...	...	...	...
Almada	2,2	10,7	0,6	43,0	34,6	113,1	3,5
Barreiro	//	0,0	0,0	//	//	0,0	//
Moita	//	0,0	0,0	//	//	0,0	//
Montijo	...	5,9	...	...	...	...	...
Palmela	3,1	5,5	0,3	28,0	39,9	71,1	3,6
Seixal	...	0,4	...	...	...	...	...
Sesimbra	1,8	16,5	1,5	42,3	43,3	235,7	5,8
Setúbal	2,9	14,1	0,9	31,3	34,0	184,5	4,4

	No. of nights	No.		%		No.	thousand euros
	Average stay of foreign guests	Lodging capacity per 1000 inhabitants	Guests per inhabitant	Proportion of foreign guests	Proportion of nights between July-September	Nights in hotel establishments per 100 inhabitants	Lodging income per lodging capacity

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Turismo.  
 Source: Statistics Portugal, Tourism Statistics.

Nota: Os dados apresentados abrangem os estabelecimentos classificados no Turismo de Portugal, I.P. (Continente) e Direcções Regionais de Turismo nas Regiões Autónomas.  
 Note: Data cover the establishments classified by Tourism of Portugal, (for Mainland) and classified by the Regional Directorates for Tourism in the Autonomous Regions (Açores and Madeira).

## INDICADORES DE HOTELARIA POR MUNICÍPIO, 2009

## HOTEL ACTIVITY INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

► continuação continued

III.11.1	Estada média no estabelecimento				Taxa de ocupação-cama (líquida)			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros estabelecimentos	Total	Hotéis	Pensões	Outros estabelecimentos
	N.º de noites				%			
Portugal	2,8	2,4	2,2	4,2	38,3	40,5	26,5	39,7
Continente	2,6	2,2	2,1	4,0	36,7	39,3	25,8	37,6
Lisboa	2,2	2,1	...	2,4	41,7	42,8	42,7	33,1
Grande Lisboa	2,2	2,1	...	2,6	42,6	43,4	44,2	34,0
Amadora	1,5	//	...	//	41,8	//	41,8	//
Cascais	2,9	2,8	...	3,1	37,0	40,2	28,3	31,8
Lisboa	2,1	2,1	...	2,2	44,5	44,6	45,9	39,5
Loures	...	...	...	//	...	...	//	//
Mafra	...	2,6	...	//	...	45,9	...	//
Odivelas	//	//	...	//	//	//	//	//
Oeiras	1,9	...	...	...	34,7	...	//	...
Sintra	2,1	2,1	...	...	38,2	41,5	...	...
Vila Franca de Xira	1,6	...	...	//	26,5	...	...	//
Península de Setúbal	1,9	1,9	...	2,0	33,1	35,6	29,6	29,8
Alcochete	...	...	...	//	...	...	//	//
Almada	2,0	2,1	...	2,0	28,7	29,4	24,8	29,4
Barreiro	//	//	...	//	//	//	//	//
Moita	//	//	...	//	//	//	//	//
Montijo	...	...	...	//	...	...	20,2	//
Palmela	2,2	//	...	...	35,1	//	...	...
Seixal	...	...	...	//	...	...	//	//
Sesimbra	1,6	...	...	...	38,6	...	...	...
Setúbal	2,0	2,1	...	1,8	35,3	36,8	35,8	29,6

	No. of nights				%			
	Total	Hotels	Boarding houses	Other establishments	Total	Hotels	Boarding houses	Other establishments
	Average stay on the establishment				Net Bed-occupation rate			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Turismo.  
 Source: Statistics Portugal, Tourism Statistics.

**Nota:** Os dados apresentados abrangem os estabelecimentos classificados no Turismo de Portugal, I.P. (Continente) e Direcções Regionais de Turismo nas Regiões Autónomas.  
 Os Outros estabelecimentos hoteleiros englobam os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens.  
 Note: Data cover the establishments classified by Tourism of Portugal (for Mainland) and classified by the Regional Directorates for Tourism in the Autonomous Regions (Açores and Madeira).  
 Other establishments include the apartment-hotels, tourist apartments, tourist villages, motels, inns and lodging-houses.



# ESTABELECIMENTOS E CAPACIDADE DE ALOJAMENTO EM 31.7.2009 E PROVEITOS DE APOSENTO NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, POR MUNICÍPIO, 2009

ESTABLISHMENTS AND LODGING CAPACITY ON 31.7.2009 AND LODGING INCOME IN HOTEL ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY, 2009

III.11.2	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento				Proveitos de aposento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
	N.º								milhares de euros			
Portugal	1 988	681	804	503	273 804	141 575	38 519	93 710	1 190 057	792 523	86 155	311 379
Continente	1 715	583	731	401	235 974	119 082	35 334	81 558	996 953	670 020	76 513	250 420
Lisboa	304	146	124	34	52 041	39 465	6 809	5 767	348 422	289 255	27 310	31 858
Grande Lisboa	264	132	107	25	46 870	36 516	5 948	4 406	326 871	274 922	24 491	27 458
Amadora	3	0	3	0	151	0	151	0	484	0	484	0
Cascais	39	20	7	12	7 272	4 691	230	2 351	45 891	31 644	700	13 547
Lisboa	190	93	90	7	35 307	28 399	5 332	1 576	254 093	220 792	22 698	10 603
Loures	1	1	0	0	312	312	0	0	...	...	0	0
Mafra	6	4	2	0	643	552	91	0	...	3 052	...	0
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras	7	5	0	2	1 496	1 153	0	343	9 382	...	0	...
Sintra	15	7	4	4	1 396	1 159	101	136	10 865	10 012	...	...
Vila Franca de Xira	3	2	1	0	293	250	43	0	925	...	...	0
Península de Setúbal	40	14	17	9	5 171	2 949	861	1 361	21 551	14 333	2 819	4 400
Alcochete	1	1	0	0	64	64	0	0	...	...	0	0
Almada	10	3	6	1	1 776	875	257	644	6 136	3 664	811	1 661
Barreiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Montijo	3	1	2	0	244	182	62	0	...	...	161	0
Palmela	5	0	2	3	353	0	54	299	1 281	0	...	...
Seixal	1	1	0	0	71	71	0	0	...	...	0	0
Sesimbra	6	3	2	1	898	736	78	84	5 182	...	...	...
Setúbal	14	5	5	4	1 765	1 021	410	334	7 706	4 713	1 471	1 521

	No.								thousand euros			
	Total	Hotels	Boarding houses	Others	Total	Hotels	Boarding houses	Others	Total	Hotels	Boarding houses	Others
	Establishments				Lodging capacity				Lodging income			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Turismo.  
Source: Statistics Portugal, Tourism Statistics.

Nota: Os dados apresentados abrangem os estabelecimentos classificados no Turismo de Portugal, I.P. (Continente) e Direcções Regionais de Turismo nas Regiões Autónomas.

A rubrica Outros engloba os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os moteis, as pousadas e as estalagens.

O desfasamento temporal existente entre os dados da capacidade de alojamento e os da permanência nos estabelecimentos hoteleiros permite a existência de casos em que a unidade territorial não apresenta valores de capacidade e apresenta valores de permanência (dormidas, hóspedes e proveitos).

Note: Data cover the establishments classified by Tourism of Portugal (for Mainland) and classified by the Regional Directorates for Tourism in the Autonomous Regions (Açores and Madeira).

The item Others includes the apartment-hotels, tourist apartments, tourist villages, motels, inns and lodging-houses.

Due to the difference in time for the availability of data, there are cases where figures for lodging capacity are unavailable but available for number of nights, guests and lodging income.

## DORMIDAS E HÓSPEDES NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR MUNICÍPIO, 2009

## NIGHTS SPENT AND GUESTS IN HOTEL ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY, 2009

III.11.3	Dormidas				Hóspedes			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Unidade: N.º								
<b>Portugal</b>	36 457 069	20 384 570	3 477 377	12 595 122	12 927 907	8 358 392	1 563 641	3 005 874
<b>Continente</b>	29 955 339	16 614 282	3 088 716	10 252 341	11 541 596	7 484 474	1 462 579	2 594 543
<b>Lisboa</b>	7 905 937	6 131 879	1 057 967	716 091	3 635 079	2 911 830	430 147	293 102
<b>Grande Lisboa</b>	7 273 232	5 741 426	963 999	567 807	3 302 686	2 701 343	382 423	218 920
Amadora	22 649	0	22 649	0	15 251	0	15 251	0
Cascais	981 729	668 877	22 023	290 829	342 586	237 959	9 721	94 906
Lisboa	5 715 176	4 590 478	899 300	225 398	2 666 617	2 219 214	345 228	102 175
Loures	...	...	0	0	...	...	0	0
Mafra	...	91 173	...	0	...	34 698	...	0
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras	190 890	...	0	...	100 069	...	0	...
Sintra	194 805	174 252	...	...	94 519	83 102	...	...
Vila Franca de Xira	24 820	...	...	0	15 462	...	...	0
<b>Península de Setúbal</b>	632 705	390 453	93 968	148 284	332 393	210 487	47 724	74 182
Alcochete	...	...	0	0	...	...	0	0
Almada	187 761	93 866	24 805	69 090	95 215	45 271	15 363	34 581
Barreiro	0	0	0	0	0	0	0	0
Moita	0	0	0	0	0	0	0	0
Montijo	...	...	4 818	0	...	...	2 037	0
Palmela	45 437	0	...	...	20 313	0	...	...
Seixal	...	...	0	0	...	...	0	0
Sesimbra	128 531	...	...	...	81 895	...	...	...
Setúbal	231 137	141 388	53 608	36 141	113 500	68 840	24 574	20 086
Unit: No.	Total	Hotels	Boarding houses	Others	Total	Hotels	Boarding houses	Others
	Nights				Guests			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Turismo.  
Source: Statistics Portugal, Tourism Statistics.

**Nota:** Os dados apresentados abrangem os estabelecimentos classificados no Turismo de Portugal, I.P. (Continente) e Direcções Regionais de Turismo nas Regiões Autónomas.  
A rubrica Outros engloba os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens.  
**Note:** Data cover the establishments classified by Tourism of Portugal (for Mainland) and classified by the Regional Directorates for Tourism in the Autonomous Regions (Açores and Madeira).  
The item Others includes the apartment-hotels, tourist apartments, tourist villages, motels, inns and lodging-houses.

## DORMIDAS NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O PAÍS DE RESIDÊNCIA HABITUAL, 2009

## NIGHTS SPENT IN HOTEL ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO COUNTRY OF USUAL RESIDENCE, 2009

III.11.4	Unidade: N.º	Total	UE27	UE25	UE15							E.U.A.	
					Total	dos quais							
						Portugal	Alemanha	Espanha	França	Italia	Países Baixos		Reino Unido
Portugal	36 457 069	33 305 421	33 217 173	32 649 840	13 242 692	3 341 911	3 203 770	1 595 447	803 211	1 789 147	5 669 681	530 178	
Continente	29 955 339	27 243 874	27 162 245	26 789 437	11 862 545	2 042 491	2 972 635	1 194 380	715 247	1 534 739	4 394 738	487 023	
Lisboa	7 905 937	6 326 211	6 274 282	6 136 648	2 392 836	484 060	1 181 217	491 468	400 768	198 506	381 341	308 538	
Grande Lisboa	7 273 232	5 748 830	5 702 941	5 583 817	2 047 018	452 429	1 098 921	472 796	390 002	188 389	366 852	305 096	
Amadora	22 649	21 340	21 308	21 220	20 103	47	781	93	44	55	69	52	
Cascais	981 729	844 591	837 956	816 235	219 274	50 964	184 245	56 670	22 401	54 498	84 685	25 606	
Lisboa	5 715 176	4 391 684	4 353 951	4 262 370	1 545 760	372 411	834 586	393 271	355 012	123 789	258 194	265 656	
Loures	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Mafra	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Oeiras	190 890	169 405	168 897	166 982	108 003	5 341	23 926	7 518	3 876	2 959	8 329	3 305	
Sintra	194 805	164 435	163 967	161 193	68 521	11 329	38 980	9 680	6 159	5 080	10 401	8 389	
Vila Franca de Xira	24 820	23 346	23 249	23 077	16 092	736	3 131	851	446	276	832	98	
Península de Setúbal	632 705	577 381	571 341	552 831	345 818	31 631	82 296	18 672	10 766	10 117	14 489	3 442	
Alcochete	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Almada	187 761	170 576	169 860	161 558	96 895	6 919	32 329	6 060	4 653	1 545	2 847	822	
Barreiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Moita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Montijo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Palmela	45 437	42 082	41 354	37 318	27 611	2 311	3 237	1 019	784	629	769	668	
Seixal	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Sesimbra	128 531	109 662	109 497	107 751	66 204	8 648	12 082	2 954	743	2 128	4 876	747	
Setúbal	231 137	216 298	211 944	208 170	129 608	12 935	27 924	7 316	3 787	5 305	5 122	1 156	
Unit: No.	Total	EU27	EU25	Total	Portugal	Germany	Spain	France	Italy	The Netherlands	United Kingdom	USA	
					of which								
					EU15								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Turismo.  
 Source: Statistics Portugal, Tourism Statistics.

Nota: Os dados apresentados abrangem os estabelecimentos classificados no Turismo de Portugal, I.P. (Continente) e Direcções Regionais de Turismo nas Regiões Autónomas.  
 Note: Data cover the establishments classified by Tourism of Portugal (for Mainland) and classified by the Regional Directorates for Tourism in the Autonomous Regions (Açores and Madeira).

HÓSPEDES NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O PAÍS DE RESIDÊNCIA HABITUAL, 2009

GUESTS IN HOTEL ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO COUNTRY OF USUAL RESIDENCE, 2009

III.11.5	Unidade: N.º	Total	UE27	UE25	UE15							E.U.A.				
					Total	dos quais										
						Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos		Reino Unido			
Portugal	12 927 907	11 723 134	11 693 874	11 530 448	6 449 236	721 519	1 348 152	563 415	328 773	335 017	1 095 252	238 379				
Continente	11 541 596	10 427 551	10 399 819	10 270 058	5 965 221	519 408	1 298 428	468 123	309 506	289 975	895 257	225 651				
Lisboa	3 635 079	2 967 391	2 950 123	2 897 528	1 387 306	190 067	503 877	209 959	164 739	73 278	156 271	142 410				
Grande Lisboa	3 302 686	2 660 497	2 645 052	2 598 271	1 177 806	177 424	465 708	201 060	160 252	69 076	149 783	140 682				
Amadora	15 251	14 978	14 969	14 957	14 694	11	167	28	18	13	19	8				
Cascais	342 586	297 839	295 982	289 917	116 778	13 777	61 029	19 937	7 881	11 653	24 396	8 570				
Lisboa	2 666 617	2 094 668	2 081 736	2 043 306	880 354	153 764	371 582	170 862	146 542	53 267	115 801	126 101				
Loures	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...				
Mafra	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...				
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Oeiras	100 069	93 955	93 774	93 164	68 636	2 039	11 016	3 160	1 622	1 058	3 240	1 013				
Sintra	94 519	80 150	79 965	78 745	40 736	4 660	14 821	4 605	2 915	2 315	4 455	4 075				
Vila Franca de Xira	15 462	14 931	14 903	14 852	11 663	243	1 668	428	184	127	341	55				
Península de Setúbal	332 393	306 894	305 071	299 257	209 500	12 643	38 169	8 899	4 487	4 202	6 488	1 728				
Alcochete	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...				
Almada	95 215	85 761	85 431	83 206	54 298	2 961	15 188	3 014	2 078	703	1 195	351				
Barreiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Moita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Montijo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...				
Palmela	20 313	18 888	18 830	18 455	14 626	671	1 396	413	223	269	408	371				
Seixal	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...				
Sesimbra	81 895	72 807	72 683	71 335	47 278	5 234	7 322	1 576	422	841	3 004	474				
Setúbal	113 500	108 405	107 131	105 676	77 937	3 466	11 277	3 223	1 455	2 176	1 605	507				
Unit: No.		Total	EU27	EU25	Total	Portugal	Germany	Spain	France	Italy	The Netherlands	United Kingdom	USA			
						of which										
						EU15										

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Turismo.  
Source: Statistics Portugal, Tourism Statistics.

Nota: Os dados apresentados abrangem os estabelecimentos classificados no Turismo de Portugal, I.P. (Continente) e Direcções Regionais de Turismo nas Regiões Autónomas.  
Note: Data cover the establishments classified by Tourism of Portugal (for Mainland) and classified by the Regional Directorates for Tourism in the Autonomous Regions (Açores and Madeira).

## ESTABELECIMENTOS, QUARTOS E CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NO TURISMO EM ESPAÇO RURAL, POR NUTS II, EM 31.12.2008

## ESTABLISHMENTS, ROOMS AND LODGING CAPACITY IN RURAL TOURISM BY NUTS II ON 31.12.2008

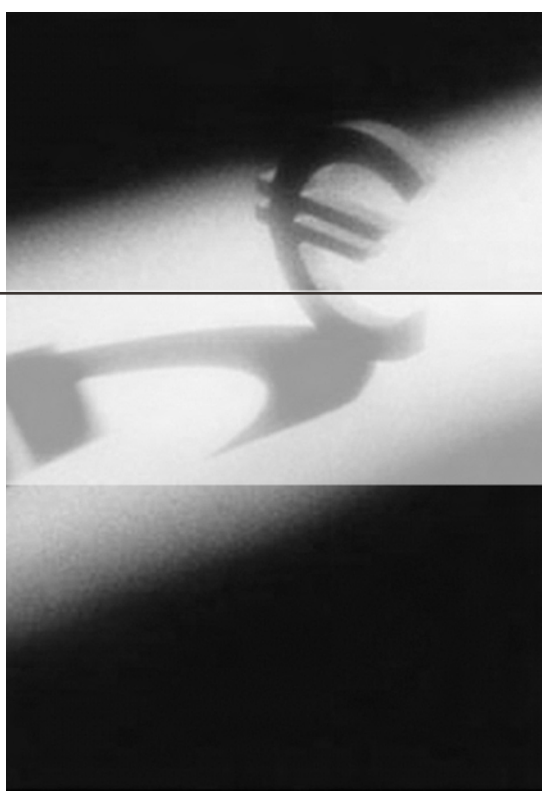
III.11.6	Estabelecimentos							Total de quartos	Capacidade de alojamento total
	Total	Turismo rural	Turismo de habitação	Agroturismo	Casas de campo	Turismo de aldeia	Hotel rural		
Unidade: N.º									
Portugal	1 047	390	233	140	246	8	30	6 733	11 692
Continente	916	363	211	135	171	7	29	6 034	10 410
Norte	459	198	116	53	80	3	9	2 703	4 841
Centro	232	86	57	29	50	2	8	1 541	2 656
Lisboa	27	12	12	1	0	0	2	169	335
Alentejo	166	49	22	49	35	2	9	1 360	2 201
Algarve	32	18	4	3	6	0	1	261	377
R. A. Açores	82	20	14	3	44	1	0	433	683
R. A. Madeira	49	7	8	2	31	0	1	266	599
Unit: No.									
	Total	Rural tourism	Lodging tourism	Agrotourism	Country houses	Village tourism	Rural hotel	Total of rooms	Total lodging capacity
	Establishments								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Turismo de Portugal, I.P.  
Source: Tourism of Portugal.

Nota: Os dados apresentados abrangem os estabelecimentos classificados no Turismo de Portugal, I.P.  
Note: Data cover the establishments classified by Tourism of Portugal.





## Sector Monetário e Financeiro

Monetary and  
Financial Sector





## INDICADORES DO SECTOR MONETÁRIO E FINANCEIRO POR MUNICÍPIO, 2008 E 2009

## MONETARY AND FINANCIAL SECTOR INDICATORS, BY MUNICIPALITY, 2008 AND 2009

III.12.1	Estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo por 10 000 habitantes	Taxa de depósitos de emigrantes	Taxa de crédito à habitação	Crédito à habitação por habitante	Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por habitante	Rede nacional Multibanco			
						Caixas automáticas por 10 000 habitantes	Operações por habitante	Levantamentos nacionais por habitante	Compras através de terminais de pagamento automático por habitante
	N.º	%	€			N.º		€	
	2008						2009		
Portugal	6,1	3,4	35,3	9 662	865	13,1	80	2 397	2 482
Continente	6,0	2,7	35,9	9 736	897	13,0	80	2 406	2 479
Lisboa	6,4	0,9	28,3	15 908	2 467	15,3	105	2 951	3 722
Grande Lisboa	7,3	0,8	25,5	18 410	3 359	16,9	112	3 168	4 061
Amadora	3,9	0,9	59,3	8 728	264	13,1	87	2 364	3 783
Cascais	7,3	1,9	52,7	10 829	235	16,1	110	3 350	4 642
Lisboa	15,0	0,4	20,7	42 491	13 119	32,3	206	5 819	8 295
Loures	4,8	1,1	67,5	8 097	165	11,5	82	2 359	3 194
Mafra	6,4	1,0	67,0	10 379	...	12,7	74	2 205	3 334
Odivelas	3,3	1,2	73,8	7 547	...	8,8	71	1 953	561
Oeiras	6,7	2,1	16,7	25 097	586	19,2	119	3 313	4 278
Sintra	3,7	1,1	62,9	7 647	82	9,3	64	1 738	1 617
Vila Franca de Xira	4,6	1,0	63,9	11 495	230	11,5	80	2 127	2 033
Península de Setúbal	4,2	1,5	62,4	9 457	167	11,2	85	2 396	2 855
Alcochete	5,8	1,1	71,1	10 504	0	17,7	101	2 874	5 597
Almada	4,9	1,5	63,6	12 730	240	13,5	102	2 845	4 024
Barreiro	4,2	1,7	72,1	10 099	140	12,0	91	2 535	2 401
Moita	2,9	2,1	73,8	7 476	...	7,8	66	1 918	1 034
Montijo	6,8	1,6	56,3	11 749	325	15,4	120	3 337	5 662
Palmela	4,0	1,1	68,8	7 846	0	10,2	70	2 019	2 217
Seixal	3,3	2,1	72,6	7 210	149	9,0	70	1 905	1 966
Sesimbra	3,7	1,6	76,3	7 301	...	9,9	75	2 189	2 077
Setúbal	4,6	0,8	44,5	9 766	299	11,5	88	2 580	3 220
	2008					2009			
	No.	%		€		No.		€	
	Banks and savings banks per 10 000 inhabitants	Rate on emigrant deposits	Rate on housing credit	Housing credit per inhabitant	Gross premiums issued by insurance enterprises per inhabitant	ATM per 10 000 inhabitants	Operations per inhabitant	National withdrawals per inhabitant	Purchases through automatic payment terminals per inhabitant

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Monetárias e Financeiras.  
Source: Statistics Portugal, Monetary and Financial Statistics.Nota: A partir de 2008, com a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, o valor dos Prémios Brutos Emitidos refere-se à produção dos contratos de seguros com risco significativo e aos produtos com participação nos resultados.  
Note: Since 2008, with the adoption of International Accounting Standards, the value of gross premiums written refers to the production of insurance policies with significant risk and products with participation in the results.

## ESTABELECIMENTOS DE OUTRA INTERMEDIÇÃO MONETÁRIA E DE EMPRESAS DE SEGUROS POR MUNICÍPIO, 2008

## ESTABLISHMENTS OF OTHER MONETARY INTERMEDIATION AND INSURANCE ENTERPRISES, BY MUNICIPALITY, 2008

III.12.2	Outra intermediação monetária (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo)						Empresas de seguros		
	Bancos e caixas económicas			Caixas de crédito agrícola mútuo					
	Estabelecimentos	Pessoal ao serviço	Custos com o pessoal	Estabelecimentos	Pessoal ao serviço	Custos com o pessoal	Estabelecimentos	Pessoal ao serviço	Custos com o pessoal
	N.º		milhares de euros	N.º		milhares de euros	N.º		milhares de euros
Portugal	5 752	56 488	2 996 520	718	4 220	156 871	852	11 361	530 385
Continente	5 414	54 499	2 904 616	700	4 107	152 463	793	11 119	523 084
Lisboa	1 767	29 146	1 872 906	44	634	29 609	264	7 655	390 741
Grande Lisboa	1 450	27 216	1 803 695	30	544	26 783	215	7 461	383 728
Amadora	65	382	12 839	2	...	...	10	57	2 021
Cascais	136	712	25 113	1	...	...	10	43	1 541
Lisboa	738	17 772	1 268 985	5	410	22 020	140	6 815	351 268
Loures	86	458	15 285	7	43	1 438	12	52	1 939
Mafra	40	202	6 901	5	42	1 562	1	...	...
Odivelas	49	292	9 687	2	...	...	7	...	...
Oeiras	114	6 170	422 515	1	...	...	14	373	22 618
Sintra	161	870	29 959	3	15	439	14	55	1 730
Vila Franca de Xira	61	358	12 411	4	18	935	7	34	1 364
Península de Setúbal	317	1 930	69 211	14	90	2 826	49	194	7 013
Alcochete	8	38	1 383	2	...	...	0	0	0
Almada	81	509	18 286	0	0	0	11	67	2 619
Barreiro	33	190	6 797	0	0	0	4	24	833
Moita	19	111	4 221	2	...	...	3	...	...
Montijo	26	136	4 756	2	...	...	10	20	732
Palmela	21	110	3 747	4	28	976	0	0	0
Seixal	56	312	10 501	1	...	...	5	21	689
Sesimbra	17	106	3 615	2	...	...	1	...	...
Setúbal	56	418	15 905	1	...	...	15	54	1 952
	No.		thousand euros	No.		thousand euros	No.		thousand euros
	Establishments	Persons employed	Personnel costs	Establishments	Persons employed	Personnel costs	Establishments	Persons employed	Personnel costs
	Banks and savings banks			Agricultural credit cooperatives			Insurance enterprises		
	Other monetary intermediation (banks, savings banks and agricultural credit cooperatives)								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Monetárias e Financeiras.  
 Source: Statistics Portugal, Monetary and Financial Statistics.

Nota: A informação apresentada exclui o Banco de Portugal.  
 Note: Data do not include the Central Bank of Portugal.

## MOVIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE OUTRA INTERMEDIÇÃO MONETÁRIA E DE EMPRESAS DE SEGUROS POR MUNICÍPIO, 2008

OPERATIONS LED BY ESTABLISHMENTS OF OTHER MONETARY INTERMEDIATION AND INSURANCE ENTERPRISES, BY MUNICIPALITY, 2008

III.12.3	Outra intermediação monetária (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo)									Empresas de seguros
	Juros e custos equiparados	Juros e proveitos equiparados	Comissões (recebidas)	Depósitos de clientes			Crédito concedido			Prémios brutos emitidos
				Depósitos		Juros de depósitos	Total	A clientes		
				Total	De emigrantes			Total	Para habitação	
Unidade: milhares de euros										
Portugal	20 817 399	28 620 694	3 021 797	177 490 916	5 971 589	5 202 658	352 584 524	290 485 188	102 632 524	9 191 215
Continente	19 498 221	26 800 447	2 932 979	161 160 377	4 283 497	4 571 479	326 963 420	274 587 892	98 634 703	9 083 820
Lisboa	15 559 283	19 100 568	2 036 193	74 676 036	662 030	2 385 192	198 662 312	158 416 345	44 763 020	6 941 251
Grande Lisboa	15 425 136	18 476 896	1 967 931	68 617 440	571 239	2 256 980	186 654 689	146 500 584	37 326 365	6 810 113
Amadora	33 381	127 630	14 352	1 428 814	12 320	32 317	2 542 804	2 541 698	1 507 880	45 556
Cascais	74 360	205 759	22 386	2 555 952	48 828	71 926	3 887 840	3 856 919	2 031 379	44 168
Lisboa	12 720 997	14 074 115	1 424 438	46 432 171	202 626	1 752 389	136 039 674	101 397 248	21 017 143	6 489 063
Loures	40 450	104 892	15 672	1 714 463	19 205	38 497	2 401 076	2 348 503	1 584 973	32 385
Mafra	18 981	50 972	6 675	709 367	6 951	18 121	1 120 655	1 080 512	724 355	...
Odivelas	26 986	73 510	9 350	1 146 917	13 232	25 907	1 559 588	1 558 566	1 150 673	...
Oeiras	2 416 067	3 448 121	429 804	10 763 629	226 345	227 900	31 160 136	25 808 191	4 310 379	100 676
Sintra	67 261	267 793	32 304	2 779 022	30 511	64 875	5 376 842	5 372 044	3 377 326	36 362
Vila Franca de Xira	26 652	124 103	12 950	1 087 105	11 220	25 049	2 566 074	2 536 902	1 622 258	32 483
Península de Setúbal	134 147	623 672	68 262	6 058 596	90 791	128 212	12 007 623	11 915 762	7 436 655	131 138
Alcochete	2 637	14 180	1 219	130 367	1 495	2 570	260 823	253 060	180 025	0
Almada	37 938	179 535	17 472	1 829 884	28 245	36 639	3 359 640	3 322 694	2 114 720	39 820
Barreiro	13 374	52 097	5 877	634 488	11 098	12 909	1 093 847	1 093 423	788 588	10 948
Moita	6 820	37 451	4 136	346 292	7 331	6 494	734 049	724 271	534 402	...
Montijo	10 273	45 169	5 187	403 311	6 407	9 869	873 055	862 445	485 461	13 442
Palmela	8 714	38 370	4 078	369 866	4 239	8 376	725 779	710 254	488 731	0
Seixal	18 575	83 267	9 747	851 653	17 539	17 363	1 742 163	1 734 756	1 259 104	25 942
Sesimbra	8 101	22 875	2 905	321 445	4 984	7 778	491 147	491 147	374 570	...
Setúbal	27 716	150 726	17 641	1 171 289	9 455	26 215	2 727 121	2 723 711	1 211 053	37 044
Unit: thousand euros	Interests and similar costs	Interests and similar profits	Commissions received	Total	of emigrants	Deposit interests	Total	Total	for housing	Gross premiums issued
				Deposits				to customers		
				Deposits of clients				Credit conceded		
	Other monetary intermediation (banks, savings banks and agriculture credit cooperatives)									

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Monetárias e Financeiras.

Source: Statistics Portugal, Monetary and Financial Statistics.

Nota: A informação apresentada exclui o Banco de Portugal.

Nas variáveis referentes aos Depósitos de clientes e ao Crédito concedido, estão contabilizados os saldos registados no fim do ano, uma vez que se trata de valores extraídos do balanço dos bancos. Nas restantes variáveis, estão contabilizados os fluxos ocorridos durante o ano, uma vez que se trata de valores extraídos da demonstração de resultados dos bancos.

O valor da diferença entre o Total de crédito concedido e o Crédito concedido a clientes corresponde a outros créditos sobre instituições de crédito.

A partir de 2008, com a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, o valor dos Prémios Brutos Emitidos refere-se à produção dos contratos de seguros com risco significativo e aos produtos com participação nos resultados.

Note: Data do not include the Central Bank of Portugal.

Variables for Deposits of clients and Credit conceded took into account the end-of-year balances since the values were extracted from the banks balance sheet. The other variables took into account the flows during the year since these values are extracted from the demonstration of the banks results.

The difference between Total of credit conceded and Credit conceded to customers corresponds to other credits on credit institutions.

Since 2008, with the adoption of International Accounting Standards, the value of gross premiums written refers to the production of insurance policies with significant risk and products with participation in the results.

ACTIVIDADE DA REDE NACIONAL MULTIBANCO POR MUNICÍPIO, 2009

NATIONAL MULTIBANCO NETWORK ACTIVITY BY MUNICIPALITY, 2009

III.12.4	Rede caixa automático Multibanco									Compras através de terminais de pagamento automático			
	Caixas automáticas Multibanco	Operações											
		Total	das quais:						Pagamentos				
			Consultas	Levantamentos									
				Nacionais		Internacionais							
N.º	milhares			milhares de euros		milhares		milhares de euros		milhares		milhares de euros	
Portugal	13 894	852 623	274 981	408 968	25 487 124	10 997	1 379 365	128 620	6 367 133	634 331	26 386 908		
Continente	13 184	813 766	261 315	390 425	24 393 026	10 361	1 299 669	123 528	6 154 849	603 829	25 133 170		
Lisboa	4 340	295 597	94 866	140 539	8 336 796	2 988	343 760	45 615	2 543 139	248 780	10 515 054		
Grande Lisboa	3 447	228 239	71 852	109 265	6 435 729	2 483	286 170	35 452	2 046 752	187 866	8 249 742		
Amadora	223	14 848	5 011	6 992	405 398	79	8 196	2 258	100 846	13 986	648 684		
Cascais	305	20 743	6 582	9 687	632 848	312	40 914	3 277	220 376	17 866	877 075		
Lisboa	1 549	99 652	29 274	49 961	2 820 683	1 539	174 802	14 725	927 959	83 318	4 020 607		
Loures	222	15 868	5 288	7 343	458 507	76	8 206	2 563	128 198	16 905	620 784		
Mafra	93	5 345	1 720	2 416	158 692	54	6 736	933	51 066	5 901	239 950		
Odivelas	137	10 956	3 732	5 000	302 164	56	5 773	1 777	83 701	2 435	86 854		
Oeiras	331	20 523	6 575	9 609	570 852	123	14 354	3 241	195 126	19 297	737 112		
Sintra	421	28 920	9 734	13 058	782 125	197	22 150	4 887	257 190	20 488	727 619		
Vila Franca de Xira	166	11 385	3 937	5 199	304 459	48	5 037	1 791	82 292	7 670	291 057		
Península de Setúbal	893	67 358	23 014	31 274	1 901 067	506	57 590	10 163	496 387	60 914	2 265 312		
Alcochete	32	1 798	594	886	51 127	18	2 182	249	12 423	2 653	99 562		
Almada	224	16 989	5 660	7 940	472 451	124	14 085	2 636	131 898	17 164	668 176		
Barreiro	93	7 061	2 352	3 395	197 009	45	4 615	1 039	47 228	5 750	186 621		
Moita	56	4 703	1 605	2 256	137 550	34	3 550	677	29 852	2 402	74 124		
Montijo	64	4 994	1 771	2 287	138 588	36	4 123	726	35 002	6 280	235 141		
Palmela	65	4 407	1 529	2 029	127 859	31	3 667	687	34 723	3 232	140 422		
Seixal	161	12 345	4 310	5 611	337 301	85	9 507	1 868	91 461	9 619	348 189		
Sesimbra	54	4 018	1 346	1 822	116 994	41	5 165	637	32 539	3 086	111 026		
Setúbal	144	11 043	3 847	5 048	322 187	90	10 695	1 644	81 260	10 727	402 052		
	No.	thousand			thousand euros		thousand	thousand euros		thousand	thousand euros		
	ATM	Total	Consultations	National		International		Payments		Purchases through automatic payment terminals			
				Withdrawals									
			of which										
		Operations											
	Automatic Teller Machines (ATM) network												

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS)  
Source: Interbank Services Society (SIBS).

Nota: O número de terminais de caixa automático multibanco corresponde ao total de caixas com operações registadas durante o ano de referência.  
Note: Figure for ATM correspond to the total number of ATM with operations registered in the reference year.



## Serviços Prestados às Empresas

Services Provided  
to Enterprises



## INDICADORES DE ALGUMAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS POR NUTS II, 2008

## INDICATORS OF SOME SERVICES PROVIDED TO ENTERPRISES BY NUTS II, 2008

III.13.1	Volume de negócios por pessoa empregada	Custos com o pessoal por pessoa empregada	Proporção de emprego feminino
	milhares de euros		%
Portugal	54,0	16,5	42,8
Continente	52,1	16,6	42,8
Norte	45,5	15,6	41,9
Centro	33,9	12,6	42,6
Lisboa	57,3	17,6	42,8
Alentejo	31,5	13,1	43,2
Algarve	29,2	10,0	49,8
R. A. Açores	54,5	15,7	40,5
R. A. Madeira	173,1	12,9	45,3

	thousand euros		%
	Turnover by person employed	Staffing costs by person employed	Proportion of female employment

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas e Sistema de Contas Integradas das Empresas.  
Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises and Integrated Business Account System.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.  
Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

## VOLUME DE NEGÓCIOS DE ALGUMAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS POR NUTS II, 2008

## TURNOVER OF SOME SERVICES PROVIDED TO ENTERPRISES BY NUTS II, 2008

<b>III.13.2</b>	Total	Actividades informáticas e conexas	Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria	Actividades de estudos de mercado e sondagens de opinião	Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins
Unidade: milhares de euros					
Portugal	14 665 294	3 391 073	4 252 769	138 785	2 332 508
Continente	13 855 378	3 337 121	3 605 282	138 517	2 254 652
Norte	1 980 034	463 846	619 872	13 242	467 324
Centro	750 649	134 023	255 601	2 814	180 609
Lisboa	10 735 732	2 712 432	2 585 851	119 407	1 486 231
Alentejo	184 706	15 228	78 914	1 988	39 673
Algarve	204 261	11 592	65 045	1 067	80 814
R. A. Açores	88 825	6 403	26 971	...	44 783
R. A. Madeira	721 091	47 549	620 515	...	33 074

Unit: thousand euros	Total	Computing and related activities	Accounting, auditing and consultancy activities	Market research and public opinion polling activities	Architecture, engineering activities and related technical consultancy
----------------------	-------	----------------------------------	---	---	--

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas e Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises and Integrated Business Account System.

**Nota:** Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

**Note:** With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

## VOLUME DE NEGÓCIOS DE ALGUMAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS POR NUTS II, 2008

## TURNOVER OF SOME SERVICES PROVIDED TO ENTERPRISES BY NUTS II, 2008

► continuação continued

<b>III.13.2</b>	Serviços de publicidade	Actividades de emprego	Actividades de ensaios e análises técnicas	Actividades jurídicas
Unidade: milhares de euros				
Portugal	2 508 658	1 275 822	261 326	504 353
Continente	2 496 174	1 271 550	255 149	496 933
Norte	167 731	116 087	73 741	58 191
Centro	65 540	35 068	58 819	18 173
Lisboa	2 232 584	1 083 840	106 433	408 954
Alentejo	7 863	24 822	13 197	3 021
Algarve	22 456	11 733	2 960	8 594
R. A. Açores	6 245	...	2 341	1 291
R. A. Madeira	6 239	...	3 837	6 129

Unit: thousand euros	Advertising services	Personnel activities	Technical testing and analysis activities	Legal activities
----------------------	----------------------	----------------------	---	------------------

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas e Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises and Integrated Business Account System.

**Nota:** Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

**Note:** With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.



# NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO EM ALGUMAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS POR NUTS II, SEGUNDO A ACTIVIDADE E O SEXO, 2008

NUMBER OF PERSONS EMPLOYED IN SOME SERVICES BY NUTS II ACCORDING TO ACTIVITY AND SEX, 2008

III.13.3	Total			Actividades informáticas e conexas			Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria			Actividades de estudos de mercado e sondagens de opinião			Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Unidade: N.º															
Portugal	271 574	155 272	116 302	35 892	25 444	10 448	70 888	32 498	38 390	2 445	1 162	1 283	29 292	20 444	8 848
Continente	265 779	152 023	113 756	35 293	24 990	10 303	67 492	30 915	36 577	2 431	1 155	1 276	28 328	19 766	8 562
Norte	43 500	25 263	18 237	7 094	5 131	1 963	16 487	7 100	9 387	673	329	344	7 975	5 580	2 395
Centro	22 114	12 704	9 410	3 218	2 333	885	9 222	3 862	5 360	65	39	26	3 798	2 671	1 127
Lisboa	187 297	107 212	80 085	24 125	16 857	7 268	36 783	18 248	18 535	1 627	768	859	14 666	10 352	4 314
Alentejo	5 863	3 329	2 534	484	367	117	2 747	964	1 783	49	4	45	729	485	244
Algarve	7 005	3 515	3 490	372	302	70	2 253	741	1 512	17	15	2	1 160	678	482
R. A. Açores	1 630	970	660	162	114	48	763	407	356	...	...	...	454	286	168
R. A. Madeira	4 165	2 279	1 886	437	340	97	2 633	1 176	1 457	...	...	...	510	392	118

Unit: No.	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Total			Computing and related activities			Accounting, auditing and consultancy activities			Market research and public opinion polling activities			Architecture, engineering activities and related technical consultancy		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas e Sistema de Contas Integradas das Empresas.  
Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises and Integrated Business Account System.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.  
Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

# NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO EM ALGUMAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS POR NUTS II, SEGUNDO A ACTIVIDADE E O SEXO, 2008

NUMBER OF PERSONS EMPLOYED IN SOME SERVICES BY NUTS II ACCORDING TO ACTIVITY AND SEX, 2008

► continuação continued

III.13.3	Serviços de publicidade			Actividades de emprego			Actividades de ensaios e análises técnicas			Actividades jurídicas		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Unidade: N.º												
Portugal	15 097	8 629	6 468	109 833	63 172	46 661	4 172	2 676	1 496	3 955	1 247	2 708
Continente	14 792	8 430	6 362	109 584	62 947	46 637	4 074	2 613	1 461	3 785	1 207	2 578
Norte	2 742	1 652	1 090	6 459	4 477	1 982	1 129	663	466	941	331	610
Centro	1 127	732	395	3 181	2 179	1 002	1 073	701	372	430	187	243
Lisboa	10 167	5 494	4 673	96 139	53 794	42 345	1 596	1 060	536	2 194	639	1 555
Alentejo	206	161	45	1 365	1 175	190	208	153	55	75	20	55
Algarve	550	391	159	2 440	1 322	1 118	68	36	32	145	30	115
R. A. Açores	134	88	46	...	...	...	35	22	13	26	8	18
R. A. Madeira	171	111	60	...	...	...	63	41	22	144	32	112

Unit: No.	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Advertising services			Personnel activities			Technical testing and analysis activities			Legal activities		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas e Sistema de Contas Integradas das Empresas.  
Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises and Integrated Business Account System.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.  
Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES INFORMÁTICAS E CONEXAS POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

PROVISION OF SERVICES OF COMPUTING AND RELATED ACTIVITIES BY NUTS II ACCORDING TO TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

III.13.4	Total	Edição de jogos de computador	Outra edição de programas informáticos (software)				Serviços de programação informática		
			Total	Programas informáticos (software) de base e de aplicações, em pacotes	Programas informáticos (software) para descarregamento (download) e em linha (online)	Serviços de licenças para utilização de programas informáticos (software)	Total	Serviços de concepção e desenvolvimento de tecnologias de informação (TI)	Originais de programas informáticos (software)
Unidade: milhares de euros									
Portugal	2 617 546	805	159 960	29 551	7 078	123 334	550 516	463 862	86 653
Continente	2 577 280	805	159 727	29 423	7 048	123 257	548 767	462 351	86 416
Norte	273 976	308	33 106	12 476	2 724	17 906	82 939	71 930	11 009
Centro	94 512	9	7 844	3 104	3 549	1 192	35 809	29 385	6 424
Lisboa	2 191 786	277	117 517	13 318	677	103 522	427 149	359 206	67 943
Alentejo	9 682	211	913	418	49	446	1 364	872	492
Algarve	7 324	0	347	107	49	191	1 506	958	548
R. A. Açores	4 669	0	39	16	16	8	929	840	89
R. A. Madeira	35 597	0	194	112	14	69	820	671	148

Unit: thousand euros									
Total	Publishing of computer games	Total	Systems and aplications software, packaged	Online software and downloading software	Licensing services for the right to use computer software	Total	Information technologies (IT) design and development services	Production of original software	
		Other software publishing				Computer programming services			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.  
Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.  
Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES INFORMÁTICAS E CONEXAS POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

PROVISION OF SERVICES OF COMPUTING AND RELATED ACTIVITIES BY NUTS II ACCORDING TO TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

► continuação continued

III.13.4	Serviços de consultoria informática	Serviços de gestão e exploração de equipamento informático	Outros serviços relacionados com tecnologias de informação e informática	Serviços de processamento de dados, domiciliação de informação e serviços relacionados	Conteúdos de portais Web	Serviços de reparação de computadores e equipamento periférico	Outros serviços
Unidade: milhares de euros							
Portugal	847 206	299 166	383 422	127 988	23 475	61 725	163 277
Continente	838 729	283 859	380 848	119 997	22 976	61 054	160 514
Norte	93 343	7 953	22 891	1 989	5 422	5 753	20 270
Centro	13 951	3 101	12 881	10 961	4 026	1 412	4 519
Lisboa	726 839	272 466	343 088	105 149	11 386	53 232	134 682
Alentejo	2 878	153	1 403	731	1 037	510	481
Algarve	1 718	186	585	1 167	1 105	147	562
R. A. Açores	2 012	57	733	22	114	63	698
R. A. Madeira	6 465	15 250	1 841	7 969	385	608	2 065

Unit: thousand euros							
Computer consultancy services	Computer facilities management services	Other information technology services	Data processing, hosting and related services	Web portal content	Repair services of computers and peripheral equipment	Other services	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.  
Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.  
Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

# PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES DE CONTABILIDADE, AUDITORIA E CONSULTORIA POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

PROVISION OF SERVICES OF ACCOUNTING, AUDITING AND CONSULTANCY BY NUTS II ACCORDING TO TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

III.13.5	Total	Serviços de auditoria financeira	Serviços de contabilidade				Serviços de consultoria fiscal	Serviços de insolvência e administração extraordinária	Serviços de consultoria em relações públicas e comunicação
			Total	Serviços de revisão de contas, compilação de balanços e escrituração	Serviços de processamento de salários	Outros serviços de contabilidade			
Unidade: milhares de euros									
Portugal	3 909 061	229 506	1 273 165	549 228	171 800	552 137	96 264	7 025	97 846
Continente	3 417 609	210 450	1 015 630	439 946	131 310	444 375	82 598	4 688	93 936
Norte	582 776	23 349	276 864	113 228	37 237	126 399	10 720	20	13 441
Centro	241 934	5 520	154 620	72 464	15 558	66 598	2 949	938	1 559
Lisboa	2 455 654	181 568	497 458	219 831	66 384	211 243	66 937	3 717	78 386
Alentejo	74 773	0	46 657	19 080	6 670	20 907	837	0	35
Algarve	62 472	13	40 031	15 343	5 461	19 228	1 155	13	515
R. A. Açores	25 202	2 030	14 924	6 300	2 804	5 819	438	251	0
R. A. Madeira	466 250	17 026	242 611	102 982	37 686	101 943	13 228	2 086	3 910

Unit: thousand euros									
Total	Financial auditing services	Total	Accounting and book-keeping services	Payroll services	Other accounting services	Tax consultancy services	Insolvency and receivership services	Public relations and communication consultancy services	
		Accounting services							

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.

Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

Nota: Os serviços de revisão de contas, compilação de balanços e escrituração excluem declarações de impostos.

Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: The accounting and book-keeping services exclude tax declarations.

With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

# PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES DE CONTABILIDADE, AUDITORIA E CONSULTORIA POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

PROVISION OF SERVICES OF ACCOUNTING, AUDITING AND CONSULTANCY BY NUTS II ACCORDING TO TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

► continuação continued

continuação continuada

III.13.5	Serviços de consultoria em gestão de empresas								Outros serviços de gestão de projectos, excepto construção	Outros serviços de consultoria para os negócios	Marcas comerciais e franquias (franchises)	Outros serviços
	Total	Consultoria em gestão estratégica	Consultoria em gestão financeira, excepto consultoria fiscal	Consultoria em gestão de política comercial (marketing)	Consultoria em gestão de recursos humanos	Consultoria em gestão da produção	Consultoria em gestão de cadeias de fornecimento (logística) e outra consultoria de gestão	Gestão de processos empresariais				
Unidade: milhares de euros												
Portugal	1 269 782	265 184	174 526	58 321	77 749	51 044	263 574	379 381	97 524	24 290	347 337	466 318
Continente	1 201 842	260 790	150 561	58 024	77 268	48 497	237 667	369 034	75 526	14 073	319 584	399 280
Norte	142 552	30 090	65 987	4 246	12 538	9 149	2 824	17 718	8 255	3 721	49 131	54 722
Centro	34 435	4 166	15 502	3 622	9 090	445	1 135	475	4 196	1 334	23 572	12 811
Lisboa	1 015 920	225 320	66 628	49 899	55 574	38 818	231 748	347 933	59 967	9 005	241 685	301 010
Alentejo	2 340	732	67	2	7	64	7	1 461	2 801	0	3 388	18 715
Algarve	6 595	482	2 377	255	59	21	1 953	1 447	307	13	1 808	12 022
R. A. Açores	2 300	358	881	75	33	231	22	699	382	396	865	3 615
R. A. Madeira	65 640	4 036	23 084	222	448	2 316	25 885	9 648	21 616	9 821	26 888	63 423

Unit: thousand euros													
Total	Strategic management consultancy	Financial management consulting services, except corporate tax	Marketing management consulting services	Human resources management consulting services	Production management consulting services	Supply chains and other management consulting services	Business process management services	Other project management services (excluding construction)	Other business consultancy services	Trademarks and franchises	Other services		
Business and management consultancy services													

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.

Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES DE ESTUDOS DE MERCADO E SONDAgens DE OPINIÃO POR NUTS II,  
SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008**

PROVISION OF SERVICES OF MARKET RESEARCH AND PUBLIC OPINION POLLING BY NUTS II ACCORDING TO TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

III.13.6	Total	Serviços de estudos de mercado						Serviços de sondagens de opinião	Outros serviços
		Total	Inquéritos qualitativos	Inquéritos ad-hoc quantitativos	Inquéritos quantitativos contínuos e regulares	Serviços de estudos de mercado, excepto inquéritos	Outros serviços de estudos de mercado		
Unidade: milhares de euros									
Portugal	133 355	108 287	13 351	23 403	28 957	21 659	20 915	3 197	21 870
Continente	133 119	108 056	13 348	23 402	28 957	21 658	20 689	3 197	21 866
Norte	12 796	7 261	1 190	530	423	1 410	3 708	2 023	3 512
Centro	2 675	2 314	1 517	53	0	370	374	10	351
Lisboa	116 099	97 951	10 536	22 819	28 534	19 878	16 183	1 164	16 984
Alentejo	530	530	105	0	0	0	424	0	0
Algarve	1 019	0	0	0	0	0	0	0	1 019
R. A. Açores	...	...	...	...	...	...	...	0	...
R. A. Madeira	...	...	...	...	...	...	...	0	...

Unit: thousand euros	Total	Market research services						Public opinion polling services	Other services
		Total	Quality surveys	Quantitative ad-hoc surveys	Quantitative continuous and regular surveys	Market research services, except surveys	Other market research services		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.

Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

**Nota:** Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

**Note:** With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES DE ARQUITECTURA, ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

### PROVISION OF SERVICES OF ARCHITECTURE, ENGINEERING AND RELATED TECHNICAL CONSULTANCY BY NUTS II ACCORDING TO THE TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

III.13.7	Total	Serviços de preparação de planos e de desenhos de arquitectura	Serviços de arquitectura para edifícios					Serviços de urbanismo	Serviços de arquitectura paisagística (inclui consultoria)	Outros serviços de arquitectura
			Total	Para projectos de edifícios residenciais	Para projectos de edifícios não residenciais	De restauro histórico	De assessoria em arquitectura			
Unidade: milhares de euros										
Portugal	1 977 792	84 928	293 976	124 399	134 743	6 612	28 221	26 146	26 699	73 891
Continente	1 910 452	81 444	281 604	118 547	130 571	6 480	26 006	25 697	26 462	73 617
Norte	404 270	21 674	84 926	32 472	46 046	1 640	4 767	2 434	10 314	4 599
Centro	129 480	3 775	23 659	9 904	10 152	745	2 858	3 043	1 469	4 259
Lisboa	1 276 239	49 831	154 216	61 642	70 832	3 911	17 832	19 049	13 103	63 993
Alentejo	36 297	1 001	5 773	3 346	2 186	66	175	384	1 218	700
Algarve	64 166	5 163	13 030	11 183	1 355	118	374	787	358	66
R. A. Açores	43 416	776	5 140	1 524	2 396	131	1 089	401	218	246
R. A. Madeira	23 924	2 708	7 232	4 328	1 776	1	1 126	48	19	28

Unit: thousand euros	Total	Plans and drawing for architectural purposes	Total	Residential building projects	Non-residential building projects	Historical restoration	Advisory services	Urban services	Landscape architectural services	Other architectural services
Architectural services for buildings										

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.

Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES DE ARQUITECTURA, ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

### PROVISION OF SERVICES OF ARCHITECTURE, ENGINEERING AND RELATED TECHNICAL CONSULTANCY BY NUTS II ACCORDING TO THE TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

► continuação continued

III.13.7	Serviços de engenharia										Serviços de gestão de projectos de construção	Serviços de consultoria e prospecção geológica, geofísica e similares	Outros serviços
	Total	De consultoria em engenharia	Para projectos de construção	Para projectos de energia	Para projectos relacionados com os transportes	Para projectos relacionados com a gestão de resíduos (perigosos e não perigosos)	Para projectos de abastecimento, saneamento e escoamento de água	Para projectos industriais	Para projectos de telecomunicações e radiodifusão	Para outros projectos			
Unidade: milhares de euros													
Portugal	867 733	180 684	228 547	69 574	99 133	3 246	68 705	88 314	95 885	33 648	191 049	39 913	373 457
Continente	847 790	173 855	220 680	68 112	99 101	3 209	68 124	87 891	93 643	33 176	166 375	38 296	369 168
Norte	157 745	27 549	63 980	4 836	6 590	540	6 897	11 421	34 381	1 551	56 113	680	65 786
Centro	73 686	14 988	28 597	4 662	45	75	6 403	4 583	9 573	4 759	4 669	290	14 630
Lisboa	582 653	122 520	116 342	52 477	92 360	1 756	52 796	70 492	48 281	25 630	99 247	22 105	272 043
Alentejo	8 689	1 318	3 007	1 726	106	314	428	910	503	378	1 367	14 814	2 350
Algarve	25 017	7 480	8 754	4 411	0	524	1 600	485	905	858	4 979	407	14 359
R. A. Açores	10 817	2 138	5 344	826	0	37	379	419	1 424	251	22 522	1 617	1 677
R. A. Madeira	9 126	4 691	2 523	636	32	0	202	4	818	221	2 152	0	2 612

Unit: thousand euros	Engineering services										Project management services for construction projects	Geological, geophysical and related prospecting and consulting services	Other services
	Total	Advisory services	For building projects	For power projects	For transportation projects	For waste management projects	For water, sewerage and drainage projects	For industrial and manufacturing projects	For telecommunication and broadcasting projects	For other projects			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.

Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

## PROVISION OF ADVERTISING SERVICES BY NUTS II ACCORDING TO TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

III.13.8	Total	Serviços fornecidos por agências de publicidade				
		Total	Serviços completos de publicidade	Serviços marketing directo e publicidade postal	Serviços de design publicitário e desenvolvimento de conceitos	Outros serviços de publicidade
Unidade: milhares de euros						
Portugal	2 370 909	703 388	416 162	42 257	123 268	121 701
Continente	2 361 193	695 795	411 628	41 661	122 319	120 187
Norte	134 587	91 084	45 363	12 471	9 239	24 011
Centro	47 393	32 683	11 256	358	16 476	4 594
Lisboa	2 154 316	555 746	347 521	27 957	93 540	86 727
Alentejo	4 084	2 656	942	5	562	1 147
Algarve	20 813	13 626	6 546	870	2 502	3 708
R. A. Açores	4 766	3 034	1 220	316	316	1 182
R. A. Madeira	4 950	4 559	3 314	280	633	332
Unit: thousand euros						
	Total	Total	Full service advertising services	Direct marketing and direct mailing	Advertising design and concept development services	Other advertising services
		Services provided by advertising agencies				

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.

Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

**Nota:** Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

**Note:** With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

## PROVISION OF ADVERTISING SERVICES BY NUTS II ACCORDING TO TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

► continuação continued

continuação continuada

III.13.8	Venda de espaço ou tempo publicitário por conta de terceiros, por tipo de suporte publicitário								Outros serviços
	Total	Imprensa escrita	Televisão	Rádio	Internet	Eventos	Outdoors	Outros	
	Unidade: milhares de euros								
Portugal	1 525 092	261 691	768 448	92 243	43 176	3 839	289 068	66 631	142 429
Continente	1 524 215	261 675	768 371	92 235	42 832	3 824	288 733	66 548	141 184
Norte	20 883	11 235	1 462	3 948	427	257	3 401	153	22 620
Centro	8 220	2 576	6	6	98	476	678	4 381	6 490
Lisboa	1 490 779	247 260	766 900	88 188	42 298	3 089	282 015	61 031	107 791
Alentejo	493	455	3	3	0	2	10	20	935
Algarve	3 840	149	0	90	9	0	2 629	963	3 348
R. A. Açores	523	16	77	8	339	15	60	8	1 209
R. A. Madeira	354	0	0	0	5	0	275	75	36
Unit: thousand euros									
	Total	Press	TV	Radio	Internet	Events	Outdoors	Others	Other services
	Sale of advertising time or space on a fee or contract basis, by type of advertising support								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.

Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

**Nota:** Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

**Note:** With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES DE EMPREGO POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

## PROVISION OF SERVICES OF PERSONNEL ACTIVITIES BY NUTS II ACCORDING TO TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

III.13.9	Total	Serviços das empresas de trabalho temporário								
		Total	Fornecimento de pessoal da informática e telecomunicações	Fornecimento de pessoal auxiliar de escritório	Fornecimento de pessoal da área comercial	Fornecimento de pessoal dos transportes, armazenagem, logística e industrial	Fornecimento de pessoal de hotelaria e restauração	Fornecimento de pessoal médico	Fornecimento de pessoal da área da construção	Fornecimento de outro pessoal
	Unidade: milhares de euros									
Portugal	1 270 982	1 070 310	179 817	122 074	47 966	267 108	95 304	1 745	199 485	156 811
Continente	1 266 758	1 070 221	179 817	122 065	47 966	267 108	95 304	1 745	199 405	156 811
Norte	111 829	102 868	31	2 920	196	47 244	1 974	0	22 498	28 005
Centro	35 068	26 571	146	610	394	13 962	142	60	10 005	1 252
Lisboa	1 083 315	906 381	179 640	118 431	47 376	196 403	83 482	1 685	161 711	117 653
Alentejo	24 822	22 677	0	0	0	9 499	0	0	3 284	9 894
Algarve	11 724	11 724	0	104	0	0	9 706	0	1 907	7
R. A. Açores	...	...	0	...	0	0	0	0	...	0
R. A. Madeira	...	...	0	...	0	0	0	0	...	0
Unit: thousand euros	Total	Total	Supply of computer and telecommunications personnel	Supply of other office support personnel	Supply of commercial and trade personnel	Supply of transport, warehousing, logistics and industrial workers	Supply of hotel and restaurants personnel	Supply of medical personnel	Supply of construction-related personnel	Supply of other personnel
			Temporary employment agencies services							

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.

Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES DE EMPREGO POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

## PROVISION OF SERVICES OF PERSONNEL ACTIVITIES BY NUTS II ACCORDING TO TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

► continuação continued

continuação contida

III.13.9	Serviços fornecidos pelas agências de selecção e colocação de pessoal			Serviços de outro fornecimento de recursos humanos	Outros serviços
	Total	Serviços de recrutamento e selecção de quadros	Serviços de recrutamento e selecção de outro pessoal		
Unidade: milhares de euros					
Portugal	29 957	7 565	22 392	156 364	14 352
Continente	29 957	7 565	22 392	155 595	10 986
Norte	1 151	223	928	1 005	6 805
Centro	6 686	0	6 686	1 319	492
Lisboa	19 993	7 342	12 651	153 253	3 689
Alentejo	2 127	0	2 127	18	0
Algarve	0	0	0	0	0
R. A. Açores	0	0	0	...	...
R. A. Madeira	0	0	0	...	...

Unit: thousand euros					
Total	Executive search services	Permanent placement services, other than executive search services	Other services of human resources placement	Other services	
	Services provided by employment placement agencies				

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.

Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.

Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES DE ENSAIOS E ANÁLISES TÉCNICAS POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

PROVISION OF SERVICES OF TECHNICAL TESTING AND ANALYSIS ACTIVITIES BY NUTS II ACCORDING TO TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

III.13.10	Total	Serviços de ensaios e análises técnicas							
		Total	Ensaio e análises químicas e biológicas	Ensaio e análises físicas	Ensaio e análises de sistemas mecânicos e eléctricos integrados	Serviços técnicos de inspecção automóvel	Serviços de certificação	Outros serviços de inspecção técnica, ensaios e análises	Outros serviços
Unidade: milhares de euros									
Portugal	253 315	237 501	26 983	12 598	5 911	127 293	9 970	54 744	15 813
Continente	247 336	231 969	26 634	12 598	5 911	122 566	9 970	54 288	15 366
Norte	68 078	58 936	7 222	6 034	1 404	33 502	843	9 930	9 142
Centro	58 112	57 698	5 949	721	0	42 945	2 639	5 444	414
Lisboa	105 282	100 764	9 680	5 331	4 507	39 062	6 027	36 156	4 518
Alentejo	13 102	12 162	3 719	512	0	6 423	388	1 121	939
Algarve	2 762	2 409	64	0	0	634	73	1 637	353
R. A. Açores	2 340	2 340	291	0	0	2 049	0	0	0
R. A. Madeira	3 639	3 192	58	0	0	2 678	0	456	447
Unit: thousand euros									
Total	Total	Composition and purity testing and analysis services	Testing and analysis services of physical properties	Testing and analysis services of integrated mechanical and electrical systems	Technical testing services for road transport vehicles	Certification services	Other technical testing and analysis services	Other services	
	Technical testing and analysis services								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.  
Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.  
Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES JURÍDICAS POR NUTS II, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, 2008

PROVISION OF SERVICES OF LEGAL ACTIVITIES BY NUTS II ACCORDING TO TYPE OF SERVICE PROVIDED, 2008

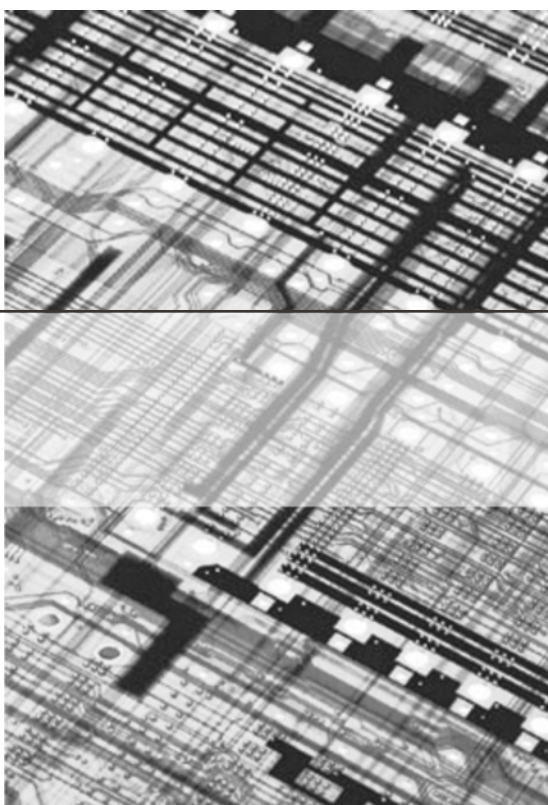
III.13.11	Total	Serviços jurídicos e dos cartórios notariais										Outros serviços
		Total	Em direito criminal	Em direito comercial	Em direito do trabalho	Em direito civil	Sobre marcas, patentes e propriedade intelectual	Serviços notariais	Serviços de arbitragem e conciliação	Em matéria de leilões	Outros serviços jurídicos	
Unidade: milhares de euros												
Portugal	504 260	498 717	37 492	153 676	42 558	84 314	23 916	14 895	12 774	820	128 276	5 543
Continente	496 875	491 423	36 915	151 532	41 715	82 271	23 848	14 257	12 653	775	127 459	5 452
Norte	58 168	57 527	3 884	13 156	7 176	16 746	1 916	4 712	570	130	9 237	642
Centro	18 169	17 311	2 290	4 160	1 614	5 189	146	945	80	0	2 887	858
Lisboa	408 937	404 984	29 357	132 666	31 767	57 283	21 726	6 011	11 894	0	114 281	3 952
Alentejo	3 016	3 016	735	816	255	707	0	298	33	0	173	0
Algarve	8 585	8 585	649	734	903	2 346	60	2 291	76	645	881	0
R. A. Açores	1 256	1 165	83	122	178	291	45	188	45	45	169	91
R. A. Madeira	6 129	6 129	494	2 022	665	1 752	23	450	76	0	648	0
Unit: thousand euros	Total	Total	In criminal law	In judicial procedures concerning business and commercial law	In judicial procedures concerning labour law	In judicial procedures concerning civil law	Legal services concerning patents, copyrights and other intellectual property rights	Notarial services	Arbitration and conciliation services	Auction legal services	Other legal services	Other services
		Legal advisory and representation services										

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas.  
Source: Statistics Portugal, Surveys of Services Provided to Enterprises.

Nota: Com a publicação dos dados de 2008, o INE, I.P. divulga uma nova série de dados estatísticos na sequência da adopção da nova nomenclatura de actividades económicas, pelo que os dados produzidos em anos anteriores não são directamente comparáveis com os que agora são divulgados.  
Note: With the release of the 2008 data, Statistics Portugal begins a new statistical data series due to the adoption of the new economic activities classification and so the 2008 data are not comparable to data released in previous years.





## Ciência e Tecnologia

---

Science and  
Technology



## INDICADORES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&amp;D) POR NUTS III, 2008 E 2009

## RESEARCH AND DEVELOPMENT (R&amp;D) INDICATORS BY NUTS III, 2008 AND 2009

III.14.1	Despesa em I&D no PIB	Repartição da despesa total em I&D				Pessoal em I&D na população activa	Investigadores (ETI) em I&D na população activa	Despesa média em I&D por unidade	Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes	Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes	
		Empresas	Estado	Ensino Superior	Instituições privadas sem fins lucrativos						
	%								milhares de euros	N.º	
2008											2009
Portugal	1,55	50,1	7,3	34,5	8,1	0,85	0,72	789,3	0,45	14,6	
Continente	1,61	50,5	7,1	34,3	8,2	0,87	0,74	793,5	0,46	15,3	
Norte	1,25	52,8	2,3	36,4	8,5	0,63	0,53	573,8	0,38	13,6	
Minho-Lima	0,69	64,3	4,2	31,5	0,0	x	x	441,2	0,00	5,4	
Cávado	1,35	20,5	1,0	78,3	0,2	x	x	671,4	1,14	30,0	
Ave	1,80	75,4	0,3	19,8	4,5	x	x	858,9	0,00	1,2	
Grande Porto	1,61	50,5	3,3	32,4	13,9	x	x	603,7	0,68	26,0	
Tâmega	0,19	62,7	1,8	35,6	0,0	x	x	201,4	0,00	0,5	
Entre Douro e Vouga	0,88	98,0	0,0	2,0	0,0	x	x	299,3	0,00	0,4	
Douro	0,84	9,8	4,9	84,4	0,8	x	x	447,8	0,49	13,7	
Alto Trás-os-Montes	0,41	7,4	3,0	89,7	0,0	x	x	397,5	0,00	8,5	
Centro	1,22	42,3	3,7	46,4	7,6	0,84	0,71	480,5	0,39	17,8	
Baixo Vouga	2,20	56,4	2,6	41,0	0,0	x	x	587,0	0,91	24,1	
Baixo Mondego	2,56	16,1	6,0	56,1	21,8	x	x	559,8	1,36	59,2	
Pinhal Litoral	0,78	43,8	0,5	55,7	0,0	x	x	282,2	0,00	14,0	
Pinhal Interior Norte	0,10	75,7	0,0	24,3	0,0	x	x	108,4	0,00	0,9	
Dão-Lafões	1,17	80,8	1,1	18,1	0,0	x	x	621,5	0,00	6,7	
Pinhal Interior Sul	...	...	...	...	...	...	...	...	0,00	0,0	
Serra da Estrela	...	...	...	...	...	...	...	...	0,00	0,6	
Beira Interior Norte	0,53	50,3	0,0	40,3	9,5	x	x	519,7	0,00	5,8	
Beira Interior Sul	0,60	15,9	0,6	83,5	0,0	x	x	403,3	0,00	31,6	
Cova da Beira	1,60	8,2	1,1	90,7	0,0	x	x	410,1	1,41	40,5	
Oeste	0,43	80,3	10,7	9,0	0,0	x	x	358,8	0,00	2,1	
Médio Tejo	0,31	38,3	0,0	61,7	0,0	x	x	249,2	0,00	4,2	
Lisboa	2,36	51,5	10,1	29,6	8,9	1,21	1,02	1 260,5	0,74	18,8	
Grande Lisboa	2,49	52,1	11,1	27,3	9,5	x	x	1 286,5	0,89	22,2	
Península de Setúbal	1,63	46,3	1,0	48,9	3,7	x	x	1 074,9	0,36	10,6	
Alentejo	0,93	63,1	7,1	29,3	0,5	0,79	0,64	636,0	0,11	7,0	
Alentejo Litoral	2,08	99,7	0,0	0,3	0,0	x	x	5 422,8	0,00	4,2	
Alto Alentejo	0,44	28,9	29,2	40,4	1,4	x	x	291,3	0,00	25,2	
Alentejo Central	1,05	11,4	1,6	86,7	0,3	x	x	365,3	0,51	6,2	
Baixo Alentejo	0,38	45,5	1,7	47,4	5,4	x	x	460,9	0,00	8,0	
Lezíria do Tejo	0,54	49,0	27,0	24,0	0,0	x	x	340,9	0,00	16,0	
Algarve	0,40	15,8	2,8	80,5	0,9	0,45	0,41	400,2	0,34	9,4	
R. A. Açores	0,46	14,8	11,6	64,2	9,5	0,42	0,31	468,9	0,15	2,0	
R. A. Madeira	0,41	32,7	26,7	39,6	1,0	0,35	0,23	696,4	0,07	4,7	

	2008								2009	
	%						thousand euros	No.		
	GERD as percentage of GDP	Business enterprises	Government	Higher education	Private non-profit institutions	R&D personnel in active population	R&D researchers (FTE) in active population	Average expenditure on R&D per unit	PhD in S&T areas per 1 000 inhabitants	Tertiary graduates in S&T areas per 1 000 inhabitants
		Repartition of R&D expenditure								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.  
Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations.

Nota: A rubrica "Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes" é calculada com base na população residente em 31/12/2009 com idades de 20 a 29 anos. A rubrica "Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes" é calculada com base na população residente em 31/12/2008 com idades de 25 a 34 anos.

Note: The item "Tertiary graduates in S&T areas per 1 000 inhabitants" is based on the resident population on 31/12/2009 aged 20 to 29 years. The item "PhD in S&T areas per 1 000 inhabitants" is based on the resident population on 31/12/2008 aged 25 to 34 years.

## INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&amp;D) POR NUTS III, 2008

## RESEARCH AND DEVELOPMENT (R&amp;D) BY NUTS III, 2008

III.14.2	Pessoal em I&D (Equivalente a Tempo Integral)				
	Total	Por sector de execução			
		Empresas	Estado	Ensino superior	Instituições privadas sem fins lucrativos
Unidade: N.º					
<b>Portugal</b>	47 882	14 510	4 582	24 412	4 378
<b>Continente</b>	46 947	14 417	4 339	23 909	4 281
<b>Norte</b>	12 409	4 138	349	6 536	1 386
Minho-Lima	425	214	15	196	0
Cávado	1 739	345	33	1 358	3
Ave	1 145	587	8	493	56
Grande Porto	7 413	2 258	257	3 574	1 323
Tâmega	283	139	2	142	0
Entre Douro e Vouga	587	558	0	29	0
Douro	471	16	18	432	5
Alto Trás-os-Montes	346	20	15	311	0
<b>Centro</b>	8 853	2 549	348	5 298	658
Baixo Vouga	2 557	1 165	5	1 387	0
Baixo Mondego	3 416	428	221	2 114	653
Pinhal Litoral	767	297	4	466	0
Pinhal Interior Norte	49	30	0	20	0
Dão-Lafões	466	186	19	261	0
Pinhal Interior Sul	...	...	...	...	...
Serra da Estrela	...	...	...	...	...
Beira Interior Norte	158	...	0	123	...
Beira Interior Sul	199	25	2	173	0
Cova da Beira	455	...	...	428	0
Oeste	445	273	95	78	0
Médio Tejo	320	77	0	243	0
<b>Lisboa</b>	22 779	6 970	3 301	10 307	2 200
Grande Lisboa	20 139	6 036	3 261	8 751	2 092
Península de Setúbal	2 639	934	41	1 556	108
<b>Alentejo</b>	1 914	651	323	906	33
Alentejo Litoral	410	406	0	4	0
Alto Alentejo	226	47	80	96	3
Alentejo Central	660	82	13	560	5
Baixo Alentejo	153	7	9	112	25
Lezíria do Tejo	465	109	221	135	0
<b>Algarve</b>	992	108	19	861	4
<b>R. A. Açores</b>	492	31	81	289	90
<b>R. A. Madeira</b>	444	61	162	214	7

Unit: No.	R&D personnel (Full Time Equivalent)				
	Total	Enterprises	Government	Higher education	Private non-profit institutions
		By sector of performance			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.  
 Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations, R&D Survey.

**Nota:** As unidades de investigação foram contadas na região de localização da sede social da empresa.  
 Note: The R&D units were counted according to the location of the head office of the enterprise.

## INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&amp;D) POR NUTS III, 2008

## RESEARCH AND DEVELOPMENT (R&amp;D) BY NUTS III, 2008

► continuação continued

III.14.2	Unidades de investigação	Despesa em I&D									
		Total	Por sector de execução				Por fonte de financiamento				
			Empresas	Estado	Ensino superior	Instituições privadas sem fins lucrativos	Empresas	Estado	Ensino superior	Instituições privadas sem fins lucrativos	Estrangeiro
	N.º	milhares de euros									
Portugal	3 275	2 585 075	1 295 099	188 316	891 266	210 394	1 242 828	1 129 914	92 381	42 762	77 190
Continente	3 213	2 549 403	1 286 210	181 142	873 338	208 712	1 234 671	1 106 766	91 790	41 827	74 349
Norte	1 029	590 423	311 683	13 748	214 704	50 288	289 454	238 793	32 555	13 835	15 787
Minho-Lima	39	17 206	11 064	725	5 416	0	10 136	4 749	2 252	0	69
Cávado	103	69 150	14 189	679	54 164	118	13 741	51 096	1 741	354	2 217
Ave	126	108 215	81 607	360	21 389	4 860	72 578	27 922	2 361	4 190	1 165
Grande Porto	540	326 012	164 746	10 614	105 499	45 153	155 877	129 677	20 026	9 085	11 347
Tâmega	49	9 871	6 186	175	3 510	0	5 681	1 189	2 931	69	0
Entre Douro e Vouga	107	32 020	31 370	0	649	0	29 291	1 558	582	0	588
Douro	42	18 807	1 846	924	15 880	157	1 482	16 731	136	136	321
Alto Trás-os-Montes	23	9 142	674	271	8 198	0	667	5 871	2 525	0	79
Centro	811	389 690	164 648	14 594	180 671	29 778	156 000	215 688	8 955	3 550	5 497
Baixo Vouga	212	124 436	70 124	3 274	51 038	0	67 034	53 547	1 405	20	2 430
Baixo Mondego	239	133 781	21 523	8 086	74 985	29 187	19 406	105 671	2 942	3 312	2 450
Pinhal Litoral	116	32 732	14 333	164	18 235	0	12 556	17 539	1 961	6	498
Pinhal Interior Norte	12	1 301	984	0	317	0	667	634	0	0	0
Dão-Lafões	60	37 289	30 124	410	6 755	0	29 148	6 480	1 616	45	0
Pinhal Interior Sul	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Serra da Estrela	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Beira Interior Norte	12	6 237	3 135	0	...	...	3 103	3 025	0	109	0
Beira Interior Sul	15	6 050	...	...	5 054	0	956	5 094	0	0	0
Cova da Beira	37	15 175	1 244	170	13 761	0	1 233	13 780	...	...	...
Oeste	64	22 961	18 432	2 454	2 075	0	18 223	4 062	610	0	66
Médio Tejo	37	9 220	3 527	0	5 693	0	3 310	5 540	368	0	2
Lisboa	1 141	1 438 241	740 454	144 695	425 194	127 897	720 738	597 504	46 040	24 308	49 651
Grande Lisboa	1 001	1 287 762	670 808	143 132	351 543	122 279	652 847	525 016	40 883	23 242	45 773
Península de Setúbal	140	150 479	69 646	1 563	73 652	5 618	67 891	72 488	5 157	1 066	3 877
Alentejo	162	103 037	64 992	7 324	30 215	505	63 991	36 422	1 232	96	1 295
Alentejo Litoral	9	48 805	48 653	0	152	0	48 631	171	0	0	3
Alto Alentejo	23	6 700	1 937	1 959	2 708	96	1 815	4 793	0	0	91
Alentejo Central	63	23 011	2 624	377	19 951	59	1 900	19 907	265	29	911
Baixo Alentejo	14	6 452	2 933	110	3 059	349	2 956	3 222	192	68	15
Lezíria do Tejo	53	18 069	8 845	4 878	4 345	0	8 689	8 329	775	0	276
Algarve	70	28 012	4 433	781	22 554	244	4 489	18 359	3 008	37	2 119
R. A. Açores	33	15 475	2 284	1 788	9 931	1 472	2 761	10 746	0	712	1 257
R. A. Madeira	29	20 197	6 605	5 386	7 997	209	5 397	12 402	591	223	1 584

	No.	thousand euros									
	R&D units	Total	Enterprises	Government	Higher education	Private non-profit institutions	Enterprises	Government	Higher education	Private non-profit institutions	Foreign funds
			By sector of performance					By financing source			
		R&D expenditure									

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.  
 Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations, R&D Survey.

**Nota:** Na rubrica "Unidades de investigação", no caso das empresas, foi considerado o número de empresas tendo em conta a região de localização da sua sede social, em vez da região onde efectivamente são executadas as suas actividades de I&D, de forma a evitar que as empresas que desenvolvem I&D em mais do que um município fossem contadas mais do que uma vez.

A despesa em I&D é avaliada a preços correntes.

Note: In the item "R&D units" for the enterprises, the number of research units by region was determined taking into account the region in which the head office is situated, instead of the region in which the R&D activities are developed in order to avoid that companies with R&D activities in more than one municipality could be reckoned more than once.

R&D expenditure is presented in current prices.

## DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D) A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO A ÁREA CIENTÍFICA OU TECNOLÓGICA POR NUTS III, 2008

GROSS EXPENDITURE ON R&D (GERD) AT CURRENT PRICES AND ACCORDING TO SCIENCE AND TECHNOLOGY FIELDS BY NUTS III, 2008

III.14.3	Unidade: milhares de euros					
	Ciências exactas	Ciências naturais	Ciências de engenharia e tecnologia	Ciências da saúde	Ciências agrárias e veterinárias	Ciências sociais e humanas
<b>Portugal</b>	180 272	198 336	323 065	184 314	72 864	331 125
<b>Continente</b>	178 286	192 615	320 797	182 770	66 773	321 951
<b>Norte</b>	30 124	34 283	73 536	49 844	9 919	81 034
Minho-Lima	588	201	1 035	1 760	365	2 192
Cávado	7 376	6 199	10 880	6 873	1 300	22 332
Ave	5 535	148	17 594	1 473	8	1 849
Grande Porto	13 651	25 423	38 679	35 319	1 623	46 571
Tâmega	128	232	206	2 111	34	974
Entre Douro e Vouga	61	20	74	154	0	340
Douro	2 305	1 781	3 093	1 264	4 921	3 598
Alto Trás-os-Montes	480	279	1 976	889	1 667	3 178
<b>Centro</b>	33 439	27 585	51 263	39 576	4 903	68 277
Baixo Vouga	11 086	9 023	16 627	1 687	215	15 674
Baixo Mondego	16 325	16 637	19 862	28 719	1 964	28 751
Pinhal Litoral	1 344	671	5 789	1 297	0	9 299
Pinhal Interior Norte	...	25	83	0	...	183
Dão-Lafões	597	235	1 648	1 088	1 016	2 581
Pinhal Interior Sul	...	...	...	...	...	...
Serra da Estrela	...	...	...	...	...	...
Beira Interior Norte	321	57	844	183	0	1 698
Beira Interior Sul	272	206	672	953	485	2 500
Cova da Beira	2 664	196	3 113	4 993	18	2 948
Oeste	234	492	454	601	1 187	1 561
Médio Tejo	588	...	2 137	...	0	2 868
<b>Lisboa</b>	109 085	114 371	190 967	89 625	41 908	151 831
Grande Lisboa	76 617	107 799	166 323	82 069	41 400	142 747
Península de Setúbal	32 469	6 572	24 644	7 557	508	9 084
<b>Alentejo</b>	4 430	7 032	2 441	2 320	8 419	13 402
Alentejo Litoral	0	136	0	0	15	0
Alto Alentejo	295	113	416	181	1 911	1 847
Alentejo Central	3 391	4 838	1 013	658	2 845	7 643
Baixo Alentejo	257	190	704	252	563	1 553
Lezíria do Tejo	488	1 755	309	1 229	3 086	2 359
<b>Algarve</b>	1 207	9 344	2 590	1 405	1 625	7 408
<b>R. A. Açores</b>	904	4 383	976	163	1 844	4 920
<b>R. A. Madeira</b>	1 082	1 338	1 291	1 380	4 247	4 254

Unit: thousand euros

Exact sciences

Natural sciences

Engineering and  
technology sciences

Health sciences

Agricultural and  
veterinary sciencesSocial sciences  
and humanities

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.  
Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations, R&D Survey.

**Nota:** Os valores apresentados incluem apenas os sectores Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, não sendo possível este apuramento para o sector Empresas.  
**Note:** Values presented only include the sectors Government, Higher education and Private non-profit institutions, not being possible to present the calculation for the sector of Business enterprises.

## INDICADORES DE INOVAÇÃO EMPRESARIAL POR NUTS II, SEGUNDO AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS, 2006–2008

## ENTERPRISE INNOVATION INDICATORS BY NUTS II AND ACCORDING TO THE ECONOMIC ACTIVITIES, 2006–2008

III.14.4	Empresas com actividades de inovação				Empresas com financiamento público para inovação				Empresas com cooperação para a inovação			
	Total	Indústria	Construção	Serviços	Total	Indústria	Construção	Serviços	Total	Indústria	Construção	Serviços
Unidade: %												
Portugal	58,1	54,4	81,4	63,8	11,1	10,9	15,6	11,3	24,8	23,6	39,6	26,4
Continente	58,1	54,4	82,9	63,9	11,0	10,8	17,7	11,2	25,5	24,0	44,8	27,4
Norte	51,5	48,5	87,2	60,1	11,4	10,1	21,1	14,3	21,3	20,2	44,1	23,7
Centro	62,6	63,5	39,1	61,0	13,9	13,2	x	15,4	28,5	29,4	x	26,5
Lisboa	67,1	63,5	88,9	68,8	8,6	9,1	17,6	8,3	27,3	21,4	52,3	29,8
Alentejo	52,4	50,9	100,0	54,3	7,3	9,2	x	4,8	24,8	33,5	x	13,6
Algarve	61,9	54,7	x	66,4	8,8	8,1	x	9,2	17,9	17,3	x	18,1
R. A. Açores	57,8	58,1	50,0	57,7	19,1	22,1	x	17,2	26,9	20,0	x	32,7
R. A. Madeira	58,3	46,7	100,0	67,0	10,4	13,0	x	9,1	24,0	28,9	x	21,8

Unit: %	Total	Manufacturing	Construction	Services	Total	Manufacturing	Construction	Services	Total	Manufacturing	Construction	Services
	Enterprises with innovation activities				Enterprises with public allowances to innovate				Enterprises with cooperation to innovation processes			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 2008).

Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations, Community Innovation Survey (CIS 2008).

Nota: A rubrica "Empresas com actividades de inovação" no CIS 2008 corresponde às empresas com inovação de produto e/ou inovação de processo e/ou inovações em curso ou abandonadas e/ou inovação organizacional e/ou inovação de marketing enquanto nas anteriores edições do CIS este indicador correspondia apenas às empresas com inovação de produto e/ou inovação de processo e/ou inovações em curso ou abandonadas.

O Total corresponde à totalidade das CAEs inquiridas (CAE Rev3): CAEs 05 a 33, 35, 36 a 39, 42 a 43, 46, 471, 49 a 53, 58 a 66, 69, 71 a 75 e 86. A Indústria corresponde às CAEs 05 a 33, 35 e 36 a 39. A Construção corresponde às CAE 42 a 43. Os Serviços correspondem às CAEs 46, 471, 49 a 53, 58 a 66, 69, 71 a 75 e 86.

São consideradas as empresas com 10 pessoas ou mais ao serviço, com excepção da CAE 86 em que se considera apenas empresas com pelo menos 50 pessoas ao serviço e das CAEs 42 a 43, 471 e 59 a 60 em que se consideram apenas empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço.

Note: The item "Enterprises with innovation activities" corresponds to enterprises with product innovation and/or process innovation and/or ongoing or abandoned innovation and/or organisational innovation and/or marketing innovation while in previous CIS editions this indicator only correspond to enterprises with product innovation and/or process innovation and/or ongoing or abandoned innovation.

Total corresponds to all the CAE inquired (CAE Rev3): CAE 05 to 33, 35, 36 to 39, 42 to 43, 46, 471, 49 to 53, 58 to 66, 69, 71 to 75 and 86. Manufacturing includes CAE 05 to 33, 35 and 36 to 39. Construction corresponds to CAE 42 to 43. Services include CAE 46, 471, 49 to 53, 58 to 66, 69, 71 to 75 and 86.

All the enterprises employing 10 or more persons are being considered, with the exception of CAE 86 which only considers enterprises employing 50 or more persons and CAE 42 to 43, 471 and 59 to 60 which only applies to enterprises employing 250 or more persons.

## INDICADORES DE INOVAÇÃO EMPRESARIAL POR NUTS II, SEGUNDO AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS, 2006–2008

## ENTERPRISE INNOVATION INDICATORS BY NUTS II AND ACCORDING TO THE ECONOMIC ACTIVITIES, 2006–2008

► continuação continued

III.14.4	Intensidade de inovação				Volume de negócios resultantes da venda de produtos novos			
	Total	Indústria	Construção	Serviços	Total	Indústria	Construção	Serviços
Unidade: %								
Portugal	1,3	1,9	0,3	1,0	22,3	24,7	45,8	20,7
Continente	1,4	1,9	0,3	1,1	22,5	24,5	49,1	21,1
Norte	1,8	2,6	0,4	1,3	17,6	24,8	7,3	12,0
Centro	3,7	4,5	x	1,6	25,1	25,4	x	23,8
Lisboa	0,9	0,9	0,3	0,9	23,1	24,6	65,6	22,0
Alentejo	1,9	1,9	x	2,0	34,3	15,9	x	61,7
Algarve	0,9	2,4	x	0,5	21,9	33,4	x	17,5
R. A. Açores	0,9	1,5	ø	0,4	33,7	66,1	x	10,2
R. A. Madeira	0,5	0,4	x	0,5	16,0	7,2	5,0	18,5
Unit: %	Total	Manufacturing	Construction	Services	Total	Manufacturing	Construction	Services
	Innovation intensity				Turnover of new products sales			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 2008).

Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations, Community Innovation Survey (CIS 2008).

Nota: O Total corresponde à totalidade das CAEs inquiridas (CAE Rev3): CAEs 05 a 33, 35, 36 a 39, 42 a 43, 46, 471, 49 a 53, 58 a 66, 69, 71 a 75 e 86. A Indústria corresponde às CAEs 05 a 33, 35 e 36 a 39. A Construção corresponde às CAE 42 a 43. Os Serviços correspondem às CAEs 46, 471, 49 a 53, 58 a 66, 69, 71 a 75 e 86.

São consideradas as empresas com 10 pessoas ou mais ao serviço, com excepção da CAE 86 em que se considera apenas empresas com pelo menos 50 pessoas ao serviço e das CAEs 42 a 43, 471 e 59 a 60 em que se consideram apenas empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço.

Note: Total corresponds to all the CAE inquired (CAE Rev3): CAE 05 to 33, 35, 36 to 39, 42 to 43, 46, 471, 49 to 53, 58 to 66, 69, 71 to 75 and 86. Manufacturing includes CAE 05 to 33, 35 and 36 to 39.

Construction corresponds to CAE 42 to 43. Services include CAE 46, 471, 49 to 53, 58 to 66, 69, 71 to 75 and 86.

All the enterprises employing 10 or more persons are being considered, with the exception of CAE 86 which only considers enterprises employing 50 or more persons and CAE 42 to 43, 471 and 59 to 60 which only applies to enterprises employing 250 or more persons.

INDICADORES DE INOVAÇÃO EMPRESARIAL POR NUTS II, SEGUNDO O ESCALÃO DE PESSOAL DA EMPRESA, 2006–2008

ENTERPRISE INNOVATION INDICATORS BY NUTS II AND ACCORDING TO SIZE-CLASSES IN NUMBER OF EMPLOYEES, 2006–2008

III.14.5	Empresas com actividades de inovação				Empresas com financiamento público para inovação				Empresas com cooperação para a inovação			
	Total	Escalaó de pessoal			Total	Escalaó de pessoal			Total	Escalaó de pessoal		
		10-49	50-249	250 ou +		10-49	50-249	250 ou +		10-49	50-249	250 ou +
Unidade: %												
Portugal	58,1	54,9	69,1	88,9	11,1	7,8	19,1	33,0	24,8	20,8	33,6	57,8
Continente	58,1	54,9	68,8	89,0	11,0	7,8	18,8	33,7	25,5	21,3	34,6	60,2
Norte	51,5	47,8	66,6	90,8	11,4	7,7	19,9	42,7	21,3	17,7	28,9	57,6
Centro	62,6	60,2	73,0	78,1	13,9	10,3	24,7	41,3	28,5	24,8	37,5	70,7
Lisboa	67,1	64,8	69,3	93,4	8,6	6,1	13,1	23,1	27,3	22,3	36,9	54,0
Alentejo	52,4	48,9	65,7	90,7	7,3	3,5	14,0	48,5	24,8	20,9	32,5	63,9
Algarve	61,9	61,7	65,1	57,1	8,8	8,5	9,2	25,0	17,9	16,5	32,3	25,0
R. A. Açores	57,8	50,4	84,7	81,3	19,1	16,6	29,2	7,7	26,9	17,9	45,9	46,2
R. A. Madeira	58,3	54,1	76,6	91,7	10,4	4,4	31,2	31,8	24,0	21,7	25,5	50,0

Unit: %	Total	10-49	50-249	250 and over	Total	10-49	50-249	250 and over	Total	10-49	50-249	250 and over
		Employees grouping				Employees grouping				Employees grouping		
	Enterprises with innovation activities				Enterprises with public allowances to innovate				Enterprises with cooperation to innovation processes			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued▶

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 2008).  
Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations, Community Innovation Survey (CIS 2008).

Nota: A rubrica “Empresas com actividades de inovação” no CIS 2008 corresponde às empresas com inovação de produto e/ou inovação de processo e/ou inovações em curso ou abandonadas e/ou inovação organizacional e/ou inovação de marketing enquanto nas anteriores edições do CIS este indicador correspondia apenas às empresas com inovação de produto e/ou inovação de processo e/ou inovações em curso ou abandonadas.  
O Total corresponde à totalidade das CAEs inquiridas (CAE Rev3): CAEs 05 a 33, 35, 36 a 39, 42 a 43, 46, 471, 49 a 53, 58 a 66, 69, 71 a 75 e 86. A Indústria corresponde às CAEs 05 a 33, 35 e 36 a 39. A Construção corresponde às CAE 42 a 43. Os Serviços correspondem às CAEs 46, 471, 49 a 53, 58 a 66, 69, 71 a 75 e 86.  
São consideradas as empresas com 10 pessoas ou mais ao serviço, com excepção da CAE 86 em que se considera apenas empresas com pelo menos 50 pessoas ao serviço e das CAEs 42 a 43, 471 e 59 a 60 em que se consideram apenas empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço.  
Note: The item “Enterprises with innovation activities” corresponds to enterprises with product innovation and/or process innovation and/or ongoing or abandoned innovation and/or organisational innovation and/or marketing innovation while in previous CIS editions this indicator only correspond to enterprises with product innovation and/or process innovation and/or ongoing or abandoned innovation.  
Total corresponds to all the CAE inquired (CAE Rev3): CAE 05 to 33, 35, 36 to 39, 42 to 43, 46, 471, 49 to 53, 58 to 66, 69, 71 to 75 and 86. Manufacturing includes CAE 05 to 33, 35 and 36 to 39. Construction corresponds to CAE 42 to 43. Services include CAE 46, 471, 49 to 53, 58 to 66, 69, 71 to 75 and 86.  
All the enterprises employing 10 or more persons are being considered, with the exception of CAE 86 which only considers enterprises employing 50 or more persons and CAE 42 to 43, 471 and 59 to 60 which only applies to enterprises employing 250 or more persons.

INDICADORES DE INOVAÇÃO EMPRESARIAL POR NUTS II, SEGUNDO O ESCALÃO DE PESSOAL DA EMPRESA, 2006–2008

ENTERPRISE INNOVATION INDICATORS BY NUTS II AND ACCORDING TO SIZE-CLASSES IN NUMBER OF EMPLOYEES, 2006–2008

▶ continuação continued

III.14.5	Unidade: %	Intensidade de inovação			Volume de negócios resultantes da venda de produtos novos				
		Total	Escalaão de pessoal			Total	Escalaão de pessoal		
			10-49	50-249	250 ou +		10-49	50-249	250 ou +
Portugal		1,3	1,3	2,0	1,1	22,3	24,7	29,0	20,0
Continente		1,4	1,4	2,1	1,1	22,3	25,2	29,0	19,9
Norte		1,8	2,7	2,3	1,4	17,6	26,8	22,9	14,7
Centro		3,7	2,3	6,1	2,3	25,1	29,8	24,9	22,6
Lisboa		0,9	0,7	1,1	0,9	23,1	22,9	30,4	21,2
Alentejo		1,9	1,3	2,1	2,1	34,3	22,3	54,2	20,2
Algarve		0,9	1,5	0,6	0,2	21,9	24,0	24,5	7,0
R. A. Açores		0,9	3,1	0,9	0,2	33,7	14,4	22,7	42,3
R. A. Madeira		0,5	0,2	0,9	0,8	16,0	5,3	30,9	14,9

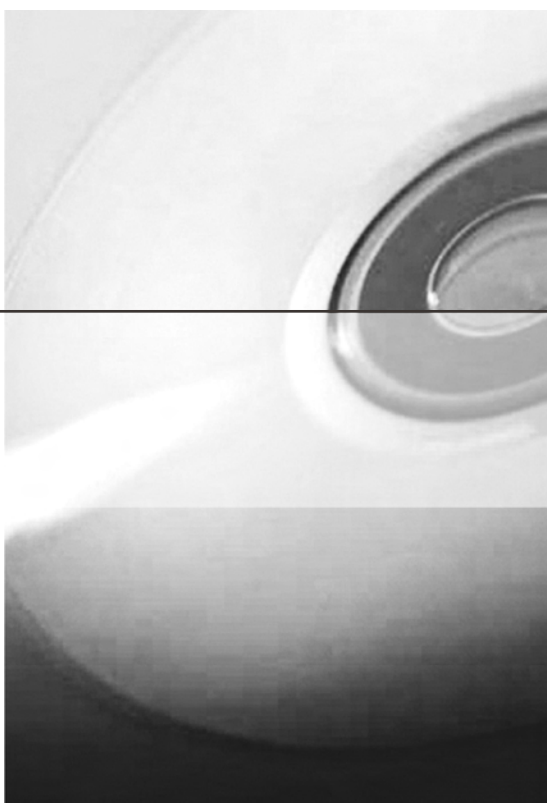
Unit: %	Total	10-49	50-249	250 and over	Total	10-49	50-249	250 and over
		Employees grouping				Employees grouping		
	Innovation intensity				Turnover of new products sales			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 2008).  
Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - Office for Planification, Strategy, Evaluation and International Relations, Community Innovation Survey (CIS 2008).

Nota: O Total corresponde à totalidade das CAEs inquiridas (CAE Rev3): CAEs 05 a 33, 35, 36 a 39, 42 a 43, 46, 471, 49 a 53, 58 a 66, 69, 71 a 75 e 86. A Indústria corresponde às CAEs 05 a 33, 35 e 36 a 39. A Construção corresponde às CAE 42 a 43. Os Serviços correspondem às CAEs 46, 471, 49 a 53, 58 a 66, 69, 71 a 75 e 86.  
São consideradas as empresas com 10 pessoas ou mais ao serviço, com excepção da CAE 86 em que se considera apenas empresas com pelo menos 50 pessoas ao serviço e das CAEs 42 a 43, 471 e 59 a 60 em que se consideram apenas empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço.  
Note: Total corresponds to all the CAE inquired (CAE Rev3): CAE 05 to 33, 35, 36 to 39, 42 to 43, 46, 471, 49 to 53, 58 to 66, 69, 71 to 75 and 86. Manufacturing includes CAE 05 to 33, 35 and 36 to 39. Construction corresponds to CAE 42 to 43. Services include CAE 46, 471, 49 to 53, 58 to 66, 69, 71 to 75 and 86.  
All the enterprises employing 10 or more persons are being considered, with the exception of CAE 86 which only considers enterprises employing 50 or more persons and CAE 42 to 43, 471 and 59 to 60 which only applies to enterprises employing 250 or more persons.





Sociedade da  
Informação

Information  
Society



## INDICADORES DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NAS FAMÍLIAS POR NUTS II, 2009

## INFORMATION SOCIETY INDICATORS IN PRIVATE HOUSEHOLDS BY NUTS II, 2009

III.15.1	Agregados domésticos			Indivíduos											
	Acesso a computador (inclui computador de bolso)	Ligação à Internet	Ligação à Internet através de banda larga	Utilização de computador				Utilização de Internet				Utilização de telemóvel	Utilização de caixa automático Multibanco		
				Total	dos quais			Total	dos quais				Total	dos quais	
					Em casa	No local de trabalho	Na escola ou Universidade		Em casa	No local de trabalho	Na escola ou Universidade			Para carregamentos de telemóveis	Para pagamentos
Unidade: %															
Portugal	56,0	47,9	46,2	51,4	89,4	45,7	16,7	46,5	85,0	42,3	17,3	88,7	69,9	83,0	76,1
Continente	55,9	47,9	46,1	51,6	89,5	45,8	16,7	46,7	85,0	42,4	17,4	88,8	70,2	83,1	76,3
Norte	56,9	47,3	45,1	48,8	87,2	46,7	17,3	42,9	82,0	43,3	18,2	86,1	64,0	80,6	73,6
Centro	49,9	41,4	39,3	46,8	91,8	39,4	23,8	43,7	86,3	35,1	24,9	87,1	66,3	83,9	73,7
Lisboa	62,4	55,4	54,1	60,3	90,3	48,1	13,0	55,0	86,0	45,9	13,3	94,2	82,2	85,0	82,5
Alentejo	43,0	38,5	37,1	45,9	87,5	45,0	14,2	41,5	86,7	40,0	13,3	85,7	68,1	85,7	70,2
Algarve	57,1	50,6	50,2	56,3	93,1	54,4	10,1	52,0	91,1	48,5	11,2	91,5	71,9	79,9	73,7
R. A. Açores	56,0	46,7	45,5	42,7	88,9	41,6	14,1	36,8	85,6	40,2	15,1	85,3	66,3	81,7	70,7
R. A. Madeira	58,3	49,7	48,2	48,8	85,8	42,2	15,2	44,3	83,6	39,3	14,3	87,8	60,5	80,2	69,5
Unit: %	Computer access (includes palmtop computer)	Internet access	Broad-band access	Total	At home	At place of work	At school or University	Total	At home	At place of work	At school or University	Mobile phone usage	Total	To refill mobile phone card	For payments
					from which				from which					from which	
				Computer usage				Internet usage					ATM usage		
	Households			Individuals											

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias.  
Source: Statistics Portugal, Survey on Information and Communication Technologies usage in private households.

## INDICADORES DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NOS HOSPITAIS POR NUTS II, 2008

## INFORMATION SOCIETY INDICATORS IN HOSPITALS BY NUTS II, 2008

III.15.2	Hospitais					
	Utilização de computador	Ligação à Internet	Ligação à Internet através de banda larga	Posse de <i>website</i>	Utilização de videoconferência	Actividades de telemedicina
Unidade: %						
Portugal	100,0	97,4	95,4	72,7	20,1	19,0
Continente	100,0	97,2	96,1	73,3	20,5	18,9
Norte	100,0	96,7	96,7	70,5	16,4	15,3
Centro	100,0	97,8	97,8	68,9	26,7	22,7
Lisboa	100,0	98,2	96,4	78,6	16,1	12,7
Alentejo	100,0	100,0	100,0	70,0	30,0	50,0
Algarve	100,0	87,5	75,0	87,5	37,5	28,6
R. A. Açores	100,0	100,0	87,5	75,0	12,5	12,5
R. A. Madeira	100,0	100,0	83,3	50,0	16,7	33,3
Unit: %	Computer usage	Internet access	Broadband access	Website possession	Video-conference usage	Telemedicine activities
	Hospitals					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P., Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nos hospitais.  
Source: Statistics Portugal, Survey on Information and Communication Technologies usage in hospitals.

Nota: A rubrica "Actividades de telemedicina" é calculada para o total de hospitais com ligação à Internet.  
Note: The item "Telemedicine activities" is calculated for the total of hospitals with Internet access.

## INDICADORES DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR NUTS II, 2008

## INFORMATION SOCIETY INDICATORS IN HOTEL ESTABLISHMENTS BY NUTS II, 2008

III.15.3	Estabelecimentos hoteleiros				
	Utilização de computador	Ligação à Internet	Presença na Internet	Encomendas efectuadas através da Internet	Encomendas de alojamento recebidas através da Internet
Unidade: %					
Portugal	80,3	77,8	75,4	30,2	64,5
Continente	79,0	76,4	73,8	29,5	62,8
Norte	69,9	65,9	63,3	25,6	55,5
Centro	75,2	71,8	68,7	25,9	55,4
Lisboa	84,2	83,8	82,0	34,8	76,2
Alentejo	82,7	79,9	79,1	30,9	61,2
Algarve	87,6	85,8	82,7	33,2	69,2
R. A. Açores	93,6	89,7	87,2	26,3	77,5
R. A. Madeira	85,6	85,1	83,5	37,6	73,1
Unit: %	Computer usage	Internet access	Available on the Internet	Orders over the Internet	Booking over the Internet
	Hotel establishments				

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: INE, I.P. / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - UMIC (Agência para a Sociedade do Conhecimento), Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nos Estabelecimentos Hoteleiros.

Source: Statistics Portugal / Ministry of Science, Technology and Higher Education - UMIC (Knowledge Society Agency), Survey on Information and Communication Technologies usage in the hotel establishments.

Nota: As rubricas "Encomendas efectuadas através da Internet" e "Encomendas de alojamentos recebidas através da Internet" referem-se ao ano civil anterior (2007).

Note: The items "Orders over the Internet" and "Booking over the Internet" refer to the previous calendar year (2007).

## INDICADORES DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NAS CÂMARAS MUNICIPAIS POR NUTS III, 2009

## INFORMATION SOCIETY INDICATORS IN MUNICIPAL COUNCILS BY NUTS III, 2009

III.15.4	Unidade: %				
	Ligação à Internet	Ligação à Internet através de banda larga	Presença na Internet	Utilização de comércio electrónico	Processos de consulta pública disponibilizados no sítio da Internet
<b>Portugal</b>	100,0	99,6	98,5	36,4	65,3
<b>Continente</b>	100,0	100,0	98,8	37,8	64,8
<b>Norte</b>	100,0	100,0	97,4	32,5	54,7
Minho-Lima	100,0	100,0	100,0	25,0	100,0
Cávado	100,0	100,0	100,0	40,0	60,0
Ave	100,0	100,0	100,0	0,0	57,1
Grande Porto	100,0	100,0	100,0	66,7	55,6
Tâmega	100,0	100,0	100,0	16,7	50,0
Entre Douro e Vouga	100,0	100,0	100,0	60,0	60,0
Douro	100,0	100,0	94,1	35,3	31,3
Alto Trás-os-Montes	100,0	100,0	92,9	28,6	53,8
<b>Centro</b>	100,0	100,0	100,0	40,9	63,6
Baixo Vouga	100,0	100,0	100,0	50,0	80,0
Baixo Mondego	100,0	100,0	100,0	28,6	71,4
Pinhal Litoral	100,0	100,0	100,0	50,0	75,0
Pinhal Interior Norte	100,0	100,0	100,0	41,7	41,7
Dão-Lafões	100,0	100,0	100,0	53,3	80,0
Pinhal Interior Sul	100,0	100,0	100,0	40,0	20,0
Serra da Estrela	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0
Beira Interior Norte	100,0	100,0	100,0	11,1	66,7
Beira Interior Sul	100,0	100,0	100,0	50,0	75,0
Cova da Beira	100,0	100,0	100,0	0,0	33,3
Oeste	100,0	100,0	100,0	50,0	80,0
Médio Tejo	100,0	100,0	100,0	50,0	50,0
<b>Lisboa</b>	100,0	100,0	100,0	25,0	87,5
Grande Lisboa	100,0	100,0	100,0	11,1	88,9
Península de Setúbal	100,0	100,0	100,0	42,9	85,7
<b>Alentejo</b>	100,0	98,1	100,0	40,7	68,5
Alentejo Litoral	100,0	100,0	100,0	0,0	50,0
Alto Alentejo	100,0	100,0	100,0	30,8	61,5
Alentejo Central	100,0	92,3	100,0	50,0	71,4
Baixo Alentejo	100,0	100,0	100,0	53,8	61,5
Lezíria do Tejo	100,0	100,0	100,0	40,0	90,0
<b>Algarve</b>	100,0	100,0	92,9	50,0	84,6
<b>R. A. Açores</b>	100,0	100,0	100,0	14,3	71,4
<b>R. A. Madeira</b>	100,0	100,0	88,9	33,3	75,0

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - UMIC (Agência para a Sociedade do Conhecimento), Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas câmaras municipais.

Source: Ministry of Science, Technology and Higher Education - UMIC (Knowledge Society Agency), Survey on Information and Communication Technologies usage in municipal councils.

**Nota:** Na rubrica "Processos de consulta pública disponibilizados no sítio da Internet" consideram-se apenas as câmaras municipais com presença na Internet.

Note: The item "Processes of public consultation in the website" includes only municipal councils with Web presence.





O Estado

The State







## Administração Local

---

Local Government



## INDICADORES DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL POR MUNICÍPIO, 2008

## LOCAL GOVERNMENT INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2008

IV.1.1	Relação entre receitas e despesas	Receitas por habitante	Endividamento anual por habitante	Relação entre receitas e despesas correntes	Impostos no total de receitas	Índice de carência fiscal	Fundos municipais no total de receitas	Despesas com pessoal no total de despesas	Aquisição de bens de capital no total de despesas
	%	€		%		€ por hab.		%	
Portugal	95,9	676	16,1	116,4	36,3	0	28,2	28,8	27,9
Continente	96,3	671	12,7	116,8	37,3	- 3	27,6	29,1	27,1
Lisboa	98,9	606	- 4,2	123,1	60,7	- 73	7,7	35,7	17,7
Grande Lisboa	100,6	640	- 14,6	123,6	64,9	- 100	5,8	34,2	16,8
Amadora	112,9	471	- 9,8	122,6	52,1	- 8	16,1	31,3	13,7
Cascais	105,1	771	- 13,0	131,6	73,8	- 240	1,2	22,9	16,3
Lisboa	103,6	1 079	- 69,9	117,6	68,6	- 269	0	47,1	6,3
Loures	94,2	579	0	123,4	56,6	- 67	10,8	26,4	24,4
Mafra	90,1	672	- 11,1	142,3	47,1	- 71	8,8	20,8	40,3
Odivelas	100,6	376	- 21,2	114,6	58,5	6	18,3	34,0	16,9
Oeiras	93,3	716	56,7	152,0	71,4	- 140	2,1	25,3	38,4
Sintra	98,7	308	- 2,5	112,7	65,1	38	14,5	24,5	11,9
Vila Franca de Xira	93,8	458	28,2	142,0	51,3	- 2	14,0	25,0	36,6
Península de Setúbal	93,7	518	22,5	121,4	47,5	- 3	13,8	40,0	20,4
Alcochete	98,9	744	- 13,3	104,1	44,8	- 91	16,1	52,4	13,2
Almada	91,7	456	- 2,4	128,4	56,7	- 15	11,0	32,1	28,6
Barreiro	90,8	475	50,2	105,1	34,8	60	19,2	37,5	17,3
Moita	86,8	397	65,3	86,2	33,7	78	32,2	51,8	12,0
Montijo	88,8	659	- 3,1	102,1	44,9	- 69	16,5	43,0	16,2
Palmela	99,8	709	42,7	119,4	47,4	- 60	12,9	41,0	19,8
Seixal	89,5	457	53,3	164,0	48,4	26	11,3	37,2	21,6
Sesimbra	99,8	734	- 13,2	124,0	42,2	- 84	8,9	45,1	22,3
Setúbal	100,8	518	- 11,5	117,9	53,9	- 20	11,0	41,8	17,0

	%	€		%	€ per inh.		%		
	Ratio between receipts and expenditures	Receipts per inhabitant	Annual indebtedness per inhabitant	Ratio between current receipts and expenditures	Taxes in the total receipts	Index of fiscal need	Local funds in the total receipts	Compensation of employees in the total expenditure	Acquisition of capital goods in the total expenditure

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública - Direcção-Geral do Orçamento, Base de dados Domus.

Source: Ministry of Finance and Public Administration - Budget General Directorate, Domus database.

Nota: A lógica inerente aos apuramentos dos quadros deste subcapítulo é uma lógica de tesouraria e não uma lógica estritamente financeira, daí que as "Receitas" e "Despesas" possam ser entendidas como entradas/origens de fundos e saídas/aplicações de fundos.

Note: The underlying logic of data provided in this sub chapter follows an accounting logic rather than a financial one and terms such as "Receipts" and "Expenditures" should be assumed as revenue/source of funds and expenditure/application of funds.

## CONTAS DE GERÊNCIA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO, 2008

## REVENUE AND EXPENDITURE ACCOUNTS OF MUNICIPALITIES, 2008

IV.1.2	Operações não financeiras						Operações financeiras			
	Receitas			Despesas			Activo	Passivo		
	Total	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital		Total	das quais	
									Amortizações	Empréstimos
Unidade: milhares de euros										
Portugal	7 182 448	5 740 233	1 442 215	7 490 604	4 932 136	2 558 468	-2 389	171 076	353 443	524 519
Continente	6 798 138	5 489 948	1 308 190	7 060 178	4 700 062	2 360 116	-2 148	128 511	332 357	460 868
Lisboa	1 707 442	1 617 071	90 371	1 727 286	1 313 803	413 482	3 236	-11 950	73 124	61 174
Grande Lisboa	1 298 143	1 234 462	63 681	1 290 407	998 749	291 658	4 304	-29 686	59 119	29 432
Amadora	80 992	75 235	5 758	71 736	61 355	10 381	3	-1 684	1 684	0
Cascais	145 135	137 090	8 045	138 028	104 173	33 855	1 742	-2 442	2 442	0
Lisboa	528 448	517 876	10 572	510 219	440 313	69 905	150	-34 202	34 202	0
Loures	112 918	106 260	6 658	119 808	86 110	33 698	0	9	6 931	6 941
Mafra	47 607	43 853	3 754	52 827	30 822	22 006	0	- 786	786	0
Odivelas	57 738	50 710	7 028	57 398	44 254	13 143	0	-3 248	3 248	0
Oeiras	123 134	117 734	5 399	132 023	77 439	54 584	1 425	9 760	2 298	12 058
Sintra	137 119	128 231	8 889	138 985	113 806	25 179	985	-1 102	6 014	4 913
Vila Franca de Xira	65 052	57 473	7 579	69 383	40 476	28 907	0	4 009	1 512	5 521
Península de Setúbal	409 298	382 609	26 690	436 879	315 054	121 824	-1 069	17 737	14 005	31 742
Alcochete	12 991	11 811	1 180	13 131	11 340	1 790	0	- 232	232	0
Almada	75 730	72 155	3 575	82 572	56 205	26 367	-1 064	- 406	2 917	2 512
Barreiro	37 027	33 290	3 736	40 792	31 665	9 127	- 24	3 910	2 090	6 000
Moita	28 407	24 378	4 029	32 740	28 272	4 468	0	4 673	945	5 618
Montijo	27 303	25 716	1 587	30 755	25 183	5 573	0	- 127	775	647
Palmela	44 523	42 370	2 153	44 612	35 474	9 137	50	2 681	1 244	3 925
Seixal	80 445	76 490	3 954	89 864	46 650	43 214	0	9 364	2 636	12 000
Sesimbra	38 421	35 838	2 583	38 499	28 906	9 593	0	- 693	1 733	1 040
Setúbal	64 452	60 559	3 893	63 914	51 359	12 555	- 30	-1 432	1 432	0
Unit: thousand euros										
	Total	Current	Capital	Total	Current	Capital	Assets	Total	Amortization	Loans
								of which		
	Receipts			Expenditure				Liabilities		
Non financial transactions							Financial transactions			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública - Direcção-Geral do Orçamento, Base de dados Domus.

Source: Ministry of Finance and Public Administration - Budget General Directorate, Domus database.

Nota: A lógica inerente aos apuramentos dos quadros deste subcapítulo é uma lógica de tesouraria e não uma lógica estritamente financeira, daí que as "Receitas" e "Despesas" possam ser entendidas como entradas/origens de fundos e saídas/aplicações de fundos. Do mapa de controlo orçamental das câmaras municipais não foram consideradas as rubricas relativas às operações extra-orçamentais e ao saldo da gerência anterior. As rubricas "Activo" e "Passivo" correspondem aos saldos entre receitas e despesas.

Note: The underlying logic of data provided in this sub chapter follows an accounting logic rather than a financial one and terms such as "Receipts" and "Expenditures" should be assumed as revenue/source of funds and expenditure/application of funds. The budgetary control map of municipalities did not consider the items on extra-budgetary operations and balance of previous year. The items "Assets" and "Liabilities" correspond to the balance of receipts and expenditure.

## RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL DAS CÂMARAS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO, 2008

## CURRENT AND CAPITAL REVENUES OF MUNICIPALITIES, 2008

IV.1.3	Receitas correntes							Receitas de capital								
	Total	das quais						Total	das quais							
		Imposto único de circulação	IMT	IMI	IRS	Fundos municipais	Venda de bens e serviços		Vendas de bens de investimento	Transferências de capital						
										Fundos municipais	Outras					
Unidade: milhares de euros																
Portugal	5 740 233	138 997	762 420	1 081 443	374 332	1 287 631	723 678	1 442 215	134 872	739 264	549 109					
Continente	5 489 948	133 592	736 829	1 052 162	360 754	1 193 772	673 217	1 308 190	129 094	683 806	476 410					
Lisboa	1 617 071	46 283	298 658	386 836	165 633	90 369	169 768	90 371	17 034	41 710	26 658					
Grande Lisboa	1 234 462	36 246	246 962	298 461	136 421	52 264	108 035	63 681	15 021	23 239	21 677					
Amadora	75 235	2 329	11 928	19 174	6 648	8 478	8 756	5 758	402	4 581	613					
Cascais	137 090	3 437	34 790	42 007	17 385	1 738	7 371	8 045	264	69	6 447					
Lisboa	517 876	11 653	111 800	99 781	60 735	1 299	62 100	10 572	7 447	834	969					
Loures	106 260	3 223	19 159	27 011	8 417	8 382	6 055	6 658	1 657	3 788	1 194					
Mafra	43 853	1 045	7 730	9 464	3 025	2 872	5 782	3 754	411	1 299	1 548					
Odivelas	50 710	1 706	9 207	16 798	4 768	7 055	622	7 028	0	3 492	3 536					
Oeiras	117 734	5 801	23 300	27 119	15 780	2 265	8 267	5 399	4 186	319	895					
Sintra	128 231	5 312	19 199	41 909	15 127	14 057	1 471	8 889	229	5 885	2 292					
Vila Franca de Xira	57 473	1 741	9 849	15 198	4 535	6 119	7 611	7 579	424	2 973	4 182					
Península de Setúbal	382 609	10 037	51 696	88 375	29 212	38 105	61 734	26 690	2 014	18 471	4 980					
Alcochete	11 811	216	2 523	2 106	767	1 342	1 621	1 180	0	749	431					
Almada	72 155	2 202	9 843	21 388	8 529	5 837	8 828	3 575	33	2 531	429					
Barreiro	33 290	891	2 781	6 150	2 730	4 704	6 684	3 736	2	2 412	1 322					
Moita	24 378	733	2 401	4 635	1 497	5 908	4 988	4 029	654	3 247	79					
Montijo	25 716	619	4 377	5 596	1 517	2 972	2 789	1 587	20	1 523	43					
Palmela	42 370	897	5 914	8 675	2 099	3 744	6 817	2 153	0	2 003	150					
Seixal	76 490	2 022	9 371	16 908	5 363	6 338	14 172	3 954	83	2 792	1 080					
Sesimbra	35 838	728	5 566	7 887	1 722	2 315	9 406	2 583	1 051	1 091	441					
Setúbal	60 559	1 729	8 918	15 031	4 988	4 945	6 429	3 893	172	2 123	1 004					
Unit: thousand euros	Total	Single circulation tax	Local tax for onerous transfer of real estate	Local tax on real estate	Individual Income Tax	Local funds	Sales of goods and services	Total	Sales of investment assets	Local funds	Others					
		of which								Capital transfers						
	Current receipts							Capital receipts								

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública - Direcção-Geral do Orçamento, Base de dados Domus.

Source: Ministry of Finance and Public Administration - Budget General Directorate, Domus database.

Nota: A lógica inerente aos apuramentos dos quadros deste capítulo é uma lógica de tesouraria e não uma lógica estritamente financeira, daí que as "Receitas" e "Despesas" possam ser entendidas como entradas/origens de fundos e saídas/aplicações de fundos.

Note: The underlying logic of data provided in this sub chapter follows an accounting logic rather than a financial one and terms such as "Receipts" and "Expenditures" should be assumed as revenue/source of funds and expenditure/application of funds.

## DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL DAS CÂMARAS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO, 2008

## CURRENT AND CAPITAL EXPENDITURES OF MUNICIPALITIES, 2008

IV.1.4	Despesas correntes					Despesas de capital				
	Total	das quais				Total	das quais			
		Despesas com pessoal	Aquisição de bens e serviços	Juros e outros encargos	Transferências para freguesias		Aquisição de bens de capital	Transferências de capital		
								Para freguesias	Outras	
Unidade: milhares de euros										
Portugal	4 932 136	2 154 478	1 782 719	224 735	127 292	2 558 468	2 089 509	147 316	277 857	
Continente	4 700 062	2 051 396	1 695 365	212 731	124 601	2 360 116	1 914 910	140 381	263 603	
Lisboa	1 313 803	616 114	415 783	50 262	57 529	413 482	306 194	22 679	66 282	
Grande Lisboa	998 749	441 392	318 086	40 409	50 192	291 658	217 193	18 548	55 797	
Amadora	61 355	22 426	26 215	1 646	3 854	10 381	9 821	0	560	
Cascais	104 173	31 677	45 843	911	1 750	33 855	22 458	3 598	7 684	
Lisboa	440 313	240 428	114 520	25 035	20 376	69 905	32 029	3 330	34 546	
Loures	86 110	31 684	33 307	4 203	7 873	33 698	29 205	2 883	1 604	
Mafra	30 822	10 991	14 392	485	1 439	22 006	21 263	207	535	
Odivelas	44 254	19 496	13 957	3 212	3 078	13 143	9 722	2 759	661	
Oeiras	77 439	33 338	34 041	1 274	1 972	54 584	50 729	1 616	2 239	
Sintra	113 806	34 011	21 050	2 392	6 903	25 179	16 580	2 267	6 333	
Vila Franca de Xira	40 476	17 340	14 760	1 251	2 947	28 907	25 385	1 886	1 636	
Península de Setúbal	315 054	174 722	97 697	9 853	7 337	121 824	89 002	4 131	10 486	
Alcochete	11 340	6 882	3 267	120	272	1 790	1 733	47	10	
Almada	56 205	26 516	21 441	1 309	2 085	26 367	23 579	608	2 180	
Barreiro	31 665	15 305	10 871	1 137	965	9 127	7 069	576	1 474	
Moita	28 272	16 955	6 439	1 064	163	4 468	3 932	388	149	
Montijo	25 183	13 223	7 418	910	439	5 573	4 996	0	577	
Palmela	35 474	18 311	13 282	233	1 182	9 137	8 814	212	111	
Seixal	46 650	33 430	11 008	1 246	0	43 214	19 445	2 226	3 362	
Sesimbra	28 906	17 362	8 808	657	21	9 593	8 595	76	906	
Setúbal	51 359	26 739	15 162	3 177	2 208	12 555	10 839	0	1 716	
Unit: thousand euros	Total	Compensation of employees	Acquisition of goods and services	Interests and other charges	Transfers to parishes	Total	Acquisition of capital goods	To parishes	Others	
								Capital transfers		
		of which					of which			
	Current expenditures						Capital expenditures			

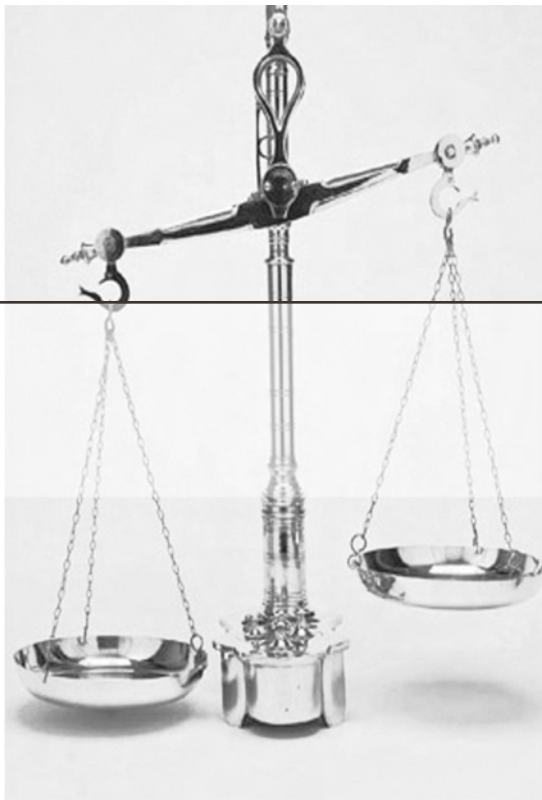
© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública - Direcção-Geral do Orçamento, Base de dados Domus.

Source: Ministry of Finance and Public Administration - Budget General Directorate, Domus database.

Nota: A lógica inerente aos apuramentos dos quadros deste capítulo é uma lógica de tesouraria e não uma lógica estritamente financeira, daí que as "Receitas" e "Despesas" possam ser entendidas como entradas/origens de fundos e saídas/aplicações de fundos.

Note: The underlying logic of data provided in this sub chapter follows an accounting logic rather than a financial one and terms such as "Receipts" and "Expenditures" should be assumed as revenue/source of funds and expenditure/application of funds.



Justiça

Justice





## INDICADORES DE JUSTIÇA POR MUNICÍPIO, 2009

## JUSTICE INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

IV.2.1	Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1ª instância	Proporção de arguidos condenados nos tribunais de 1ª instância	Proporção de não condenados por desistência de queixa	Proporção de não condenados por absolvição/ carência de prova	Taxa de criminalidade por categoria de crimes					
					Total	Crimes contra a integridade física	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal
%					‰					
Portugal	7,8	60,7	32,9	43,5	40,2	6,0	1,5	6,4	1,9	1,7
Continente	8,3	60,4	32,6	43,4	38,7	5,8	1,5	6,5	1,9	1,7
Lisboa	4,2	62,6	24,9	46,1	47,5	6,5	3,4	8,5	1,9	2,3
Grande Lisboa	3,4	62,4	23,7	44,8	50,3	6,5	3,9	9,1	2,1	2,4
Amadora	- 99,7	//	//	//	52,8	7,7	7,2	11,2	0,9	2,4
Cascais	15,1	68,0	17,1	61,0	52,5	7,4	2,8	11,5	2,6	4,7
Lisboa	- 3,0	56,8	19,6	43,8	85,6	8,1	6,5	14,5	4,4	2,7
Loures	18,9	71,4	28,9	52,0	37,3	6,5	3,0	5,3	1,2	2,8
Mafra	- 99,1	79,0	46,5	48,8	43,2	4,1	0,2	7,8	4,0	3,3
Odivelas	0,0	//	//	//	31,4	4,9	2,8	6,4	1,3	2,2
Oeiras	10,0	64,4	32,0	42,4	33,0	5,7	2,1	5,4	0,9	1,7
Sintra	- 99,2	68,6	29,8	29,8	37,7	5,8	3,4	7,1	0,9	1,5
Vila Franca de Xira	16,6	66,3	40,8	43,4	28,5	5,2	1,1	4,2	0,9	1,5
Península de Setúbal	11,7	63,2	28,2	49,8	40,5	6,5	2,2	7,0	1,4	2,0
Alcochete	0,0	//	//	//	40,6	5,9	1,0	8,5	0,4	1,6
Almada	4,6	61,8	27,7	46,1	36,4	4,9	2,3	7,1	0,7	1,2
Barreiro	12,2	65,4	35,6	43,3	37,9	7,3	3,2	6,6	0,7	1,3
Moita	17,2	60,7	33,7	56,3	39,1	6,8	3,1	6,9	0,4	1,0
Montijo	19,5	60,3	19,7	47,1	50,4	7,5	1,7	10,8	0,8	2,0
Palmela	0,0	//	//	//	49,9	6,8	0,9	7,1	1,6	2,7
Seixal	13,1	59,3	25,3	58,5	34,4	5,5	1,8	5,6	1,4	2,6
Sesimbra	27,2	74,2	37,4	48,5	34,4	4,6	0,4	6,5	1,3	1,4
Setúbal	9,8	66,9	29,7	45,7	52,0	9,9	3,2	7,6	3,7	3,2
	%				‰					
	Annual flow of cases in judicial courts of 1st instance	Proportion of defendants convicted by courts of 1st instance	Proportion of non convicteds by withdrawal of complaint	Proportion of non convicteds by acquittal/lack of evidence	Total	Crimes of assault	Theft/purse snatching and robbery in public	Theft of/in motor vehicles	Driving a motor vehicle with a blood alcohol equal or higher than 1,2g/l	Driving without legal requirements

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça.

Source: Ministry of Justice - Directorate-General for Justice Policy.

TRIBUNAIS JUDICIAIS POR COMARCA, SEGUNDO A ESPÉCIE DE TRIBUNAL, E PESSOAL AO SERVIÇO NOS TRIBUNAIS JUDICIAIS, EM 31 DE DEZEMBRO, SEGUNDO O TIPO DE PESSOAL AO SERVIÇO, 2009

JUDICIAL COURTS BY JUDICIAL DISTRICT, ACCORDING TO TYPE OF COURT AND JUDICIAL COURT PERSONS EMPLOYED AS AT 31 DECEMBER, ACCORDING TO TYPE OF PERSONS EMPLOYED, 2009

IV.2.2	Tribunais					Pessoal ao serviço em 31 de Dezembro					
	Total	1ª instância			Superiores	Total	Magistrados		Assessores	Funcionários da justiça	Outras categorias
		Total	Competência genérica	Competência especializada/específica			Judiciais	Ministério público			
Unidade: N.º											
Portugal	327	321	181	140	6	11 554	1 776	1 347	12	8 354	65
Continente	303	297	164	133	6	8 331	1 103	875	0	6 296	57
Lisboa	47	45	3	42	2	2 444	353	241	0	1 823	27
Grande Lisboa	31	29	0	29	2	1 898	286	166	0	1 419	27
Amadora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cascais	3	3	0	3	0	150	18	20	0	112	0
Lisboa	16	14	0	14	2	889	163	35	0	691	0
Loures	6	6	0	6	0	214	26	26	0	162	0
Mafra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras	2	2	0	2	0	133	19	15	0	99	0
Sintra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Franca de Xira	3	3	0	3	0	102	9	11	0	82	0
Península de Setúbal	16	16	3	13	0	546	67	75	0	404	0
Alcochete	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Almada	3	3	0	3	0	123	12	17	0	94	0
Barreiro	3	3	0	3	0	68	10	10	0	48	0
Moita	1	1	1	0	0	39	3	4	0	32	0
Montijo	1	1	1	0	0	46	8	5	0	33	0
Palmela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seixal	2	2	0	2	0	108	11	13	0	84	0
Sesimbra	1	1	1	0	0	27	8	3	0	16	0
Setúbal	5	5	0	5	0	135	15	23	0	97	0
Unit: No.	Total	Total	General jurisdiction	Specialised/specific jurisdiction	High courts	Total	Judicial courts	Public prosecution	Assessors	Court personnel	Other categories
	Courts					Persons employed at 31 December					

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça.  
Source: Ministry of Justice - Directorate-General for Justice Policy.

Nota: Os tribunais judiciais são divulgados por comarca e não por município, uma vez que as circunscrições judiciais não são coincidentes com as circunscrições territoriais. Os oficiais de justiça estão incluídos nos funcionários de justiça. O pessoal ao serviço inclui o pessoal do Supremo Tribunal de Justiça, dos Tribunais da Relação, do Tribunal Central de Instrução Criminal, dos Tribunais de Instrução Criminal, dos Tribunais de Execução de Penas, dos Tribunais de Trabalho, dos Tribunais de Comércio, do Tribunal Marítimo, dos Tribunais de Família e de Menores, do Balcão Nacional de Injunções, do Departamento Central de Investigação e Acção Penal, do Departamento de Investigação e Acção Penal, do Ministério Público - Família e Menores de Lisboa e do Porto, da Secretaria-Geral do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa e do Porto, da Secretaria-Geral das Varas Criminais de Lisboa e do Porto, da Secretaria-Geral do Tribunal Central de Instrução Criminal, do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, da Secretaria-Geral das Varas e Juízos Cíveis, do Tribunal Plenário de Instrução Criminal de Lisboa, da Secretaria-Geral do Tribunal do Trabalho de Lisboa, do Ministério Público - Varas Criminais de Lisboa e da Secretaria-Geral das Varas e Juízos Criminais do Porto.

Note: The courts are presented by county but not by the municipality because the judicial districts have no coincidence with the territorial constituencies. Court personnel include court clerks. Service personnel include the personnel of the Supreme Court of Justice, High Court, Criminal Investigative Central Court, Criminal Investigative Court, Enforcement of Sanctions Court, Labour Court, Court of Commerce, Maritime Court, Family and Minors Court of Lisbon and Oporto, National Payment Orders Office, Investigation and Criminal Action Central Department, Investigation and Criminal Action Department, Public Prosecution - Family and Minors of Lisbon and Oporto, Court Registry of the Family and Minors Court of Lisbon and Oporto, Court Registry of Lisbon and Oporto Criminal Divisions, Court Registry of the Criminal Investigative Central Court, Court Registry of the Divisions and Benches, Criminal Investigative Plenary Court of Lisbon, Court Registry of the Lisbon Labour Court, Public Prosecution - Lisbon Criminal Divisions and Court Registry of the Oporto Criminal Divisions and Benches.

## MOVIMENTO DE PROCESSOS NOS TRIBUNAIS JUDICIAIS DE 1ª INSTÂNCIA POR MUNICÍPIO ONDE ESTÃO SEDEADOS, SEGUNDO A ESPÉCIE, 2009

CASES FLOW IN JUDICIAL COURTS OF 1<sup>ST</sup> INSTANCE BY MUNICIPALITY WHERE THEY ARE SEATED AND ACCORDING TO TYPE OF CASE, 2009

IV.2.3	Processos Cíveis			Processos Penais			Processos Tutelares		
	Pendentes a 31 de Dezembro	Entrados	Findos	Pendentes a 31 de Dezembro	Entrados	Findos	Pendentes a 31 de Dezembro	Entrados	Findos
Unidade: N.º									
Portugal	1 384 696	610 904	496 894	132 479	153 527	155 265	61 207	57 134	53 443
Continente	1 311 988	569 511	463 739	114 186	122 477	126 668	24 331	28 803	22 845
Lisboa	588 925	212 528	187 876	54 297	42 507	46 625	4 909	7 340	3 833
Grande Lisboa	526 706	186 653	171 118	43 545	33 970	36 650	4 872	7 308	3 773
Amadora	30	1 344	10 711	0	0	0	...	...	...
Cascais	16 217	8 436	5 443	2 802	2 223	2 719	9	13	16
Lisboa	375 612	78 930	91 168	26 173	14 182	14 360	0	0	0
Loures	27 396	10 927	6 014	2 831	3 233	3 335	...	...	...
Mafra	41	637	5 477	10	299	1 071	3	132	472
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras	34 517	10 113	5 666	3 282	1 642	2 645	41	5	9
Sintra	142	3 972	37 208	154	1 135	6 630	3	5	21
Vila Franca de Xira	11 999	4 835	2 716	2 936	1 426	1 416	54	6	6
Península de Setúbal	62 219	25 875	16 758	10 752	8 537	9 975	37	32	60
Alcochete	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Almada	12 881	5 541	4 365	1 876	1 947	2 456	7	8	23
Barreiro	5 083	2 187	1 485	562	546	632	...	...	...
Moita	5 351	2 087	1 174	491	611	657	10	11	18
Montijo	5 804	2 587	1 487	673	627	666	...	...	...
Palmela	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seixal	12 182	4 757	2 695	2 993	1 780	2 081	7	8	9
Sesimbra	3 653	1 661	823	187	363	381	0	0	0
Setúbal	17 265	7 055	4 729	3 970	2 663	3 102	0	0	0
Unit: No.	Pendig at 31 December	Incoming	Completed	Pendig at 31 December	Incoming	Completed	Pendig at 31 December	Incoming	Completed
	Civil cases			Criminal cases			Juvenile cases		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça.  
 Source: Ministry of Justice - Directorate-General for Justice Policy.

Nota: Os dados reportam-se ao movimento de processos em tribunais judiciais de 1ª instância (tribunais de competência genérica e tribunais de competência especializada/específica). O movimento de processos regista-se apenas nos municípios onde têm sede alguma comarca ou algum círculo. Os processos cíveis incluem o movimento de processos no Tribunal Marítimo de Lisboa, excepto os recursos de contra-ordenação que passaram a ser contabilizados nos processos penais. Nos processos penais o total e correspondentes parciais compreendem o movimento de processos nos tribunais de execução de penas e os recursos de contra-ordenação, bem como a categoria residual "Outros processos/procedimentos de natureza penal". Os processos penais não incluem os processos de inquérito e os processos de instrução criminal. Os processos tutelares incluem os processos tutelares cíveis, os processos de promoção e protecção e os processos tutelares educativos. Os processos de promoção e protecção e os processos tutelares educativos incluem os processos em fase de aplicação de 1ª medida e de revisão de medida. Para algumas regiões nem sempre é possível desagregar a informação por município.

Note: The data given concern the cases flow at the first instance judicial courts (general jurisdiction and specialised/specific jurisdiction). The cases flow is recorded according to the jurisdiction of the courts. The civil processes include the movement of proceedings at the Lisbon Maritime Court, except for administrative offences which are now entered under penal proceedings. With penal proceedings the grand total and corresponding sub-totals include the movement of processes at courts with the implementation of sentences and appeals against administrative offences, as well as, the residual category "Other cases/proceedings of penal nature". The criminal cases do not include enquiry proceedings and criminal instruction proceedings. The juvenile cases include civil juvenile, promotion and protection and tutorial educational cases. Both the promotion and protection cases and the tutorial educational ones include the procedures related to the 1st application and the review of the measure. For some regions is not always possible to itemise information by municipality.

## PRINCIPAIS ACTOS NOTARIAIS CELEBRADOS POR ESCRITURA PÚBLICA, POR MUNICÍPIO, 2009

## MAIN NOTARIAL DEEDS PERFORMED BY PUBLIC DEED BY MUNICIPALITY, 2009

IV.2.4	Unidade: N.º									
	Total de escrituras	Compra e venda de imóveis	Constituição de propriedades horizontais	Constituição de sociedades comerciais e civis	Doação	Habilitação de herdeiros	Hipoteca	Justificação	Mútuo	Partilha
Portugal	329 905	118 343	5 407	1 250	23 027	47 819	11 171	20 037	74 646	18 107
Continente	310 946	111 371	5 135	1 188	21 888	45 434	10 100	18 078	69 586	17 252
Lisboa	87 673	34 012	1 538	484	2 960	12 681	3 448	847	31 128	3 885
Grande Lisboa	67 754	26 618	1 002	431	2 272	9 487	2 886	351	23 405	2 917
Amadora	2 942	1 263	26	...	74	545	79	10	1 320	130
Cascais	4 472	1 718	76	15	143	821	210	11	1 890	194
Lisboa	36 075	14 602	462	354	1 097	4 188	1 740	163	11 509	1 449
Loures	3 618	1 511	43	15	153	531	134	25	1 485	164
Mafra	1 796	645	44	0	112	303	69	25	624	79
Odivelas	2 733	985	88	...	109	499	73	19	847	118
Oeiras	5 053	1 850	110	17	179	960	209	20	1 581	244
Sintra	6 741	2 506	84	12	276	1 060	237	43	2 613	349
Vila Franca de Xira	4 324	1 538	69	13	129	580	135	35	1 536	190
Península de Setúbal	19 919	7 394	536	53	688	3 194	562	496	7 723	968
Alcochete	496	209	15	0	31	74	7	9	174	10
Almada	5 053	1 823	106	7	183	735	129	37	2 022	206
Barreiro	3 117	1 326	84	...	93	508	92	47	1 129	209
Moita	1 011	373	34	0	29	218	53	0	459	42
Montijo	1 562	642	49	8	49	193	53	20	854	67
Palmela	1 049	387	16	0	58	193	10	36	409	44
Seixal	2 185	860	88	...	68	294	69	35	944	107
Sesimbra	1 259	429	89	0	49	258	29	3	411	61
Setúbal	4 187	1 345	55	33	128	721	120	309	1 321	222
Unit: No.	Total of deeds	Buying and selling of real estate	Constitution of horizontal properties	Founding of civil and commercial companies	Donation	Enabling of heirs	Mortgage	Justification	Loan	Partition

## CRIMES REGISTRADOS PELAS AUTORIDADES POLICIAIS POR MUNICÍPIO SEGUNDO AS CATEGORIAS DE CRIMES, 2009

## OFFENCES RECORDED BY THE POLICE FORCES BY MUNICIPALITY ACCORDING TO TYPE OF CRIME, 2009

IV.2.5	Unidade: N.º	Total	Contra as pessoas		Contra o património			Contra a vida em sociedade		Contra o Estado	Legislação avulsa	
			Total	Contra a integridade física	Total	dos quais		Total	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l		Total	Condução sem habilitação legal
						Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado					
Portugal		427 679	97 306	63 772	227 715	15 728	68 288	52 315	20 389	5 340	44 990	18 297
Continente		393 031	90 019	59 131	217 721	15 437	66 400	47 388	18 900	4 971	32 919	17 325
Lisboa		134 566	26 696	18 469	80 348	9 733	23 967	12 758	5 317	1 841	12 913	6 544
Grande Lisboa		102 247	19 089	13 267	61 723	7 981	18 414	10 149	4 187	1 448	9 829	4 934
Amadora		9 012	1 761	1 314	5 720	1 237	1 911	639	159	105	787	410
Cascais		9 945	2 139	1 399	5 524	540	2 181	850	485	159	1 273	897
Lisboa		41 092	5 587	3 895	26 709	3 127	6 981	4 855	2 131	518	3 417	1 294
Loures		7 216	1 747	1 255	3 654	578	1 021	797	225	177	841	536
Mafra		3 153	561	296	1 582	12	570	436	295	76	498	244
Odivelas		4 888	1 064	764	2 744	429	997	489	201	96	495	340
Oeiras		5 702	1 411	987	3 240	365	929	492	156	33	526	296
Sintra		17 137	3 764	2 614	10 474	1 537	3 220	1 218	400	222	1 456	699
Vila Franca de Xira		4 102	1 055	743	2 076	156	604	373	135	62	536	218
Península de Setúbal		32 319	7 607	5 202	18 625	1 752	5 553	2 609	1 130	393	3 084	1 610
Alcochete		736	155	107	429	18	154	75	7	5	72	29
Almada		6 049	1 238	819	3 895	386	1 184	396	114	64	455	205
Barreiro		2 935	827	564	1 656	247	510	159	58	38	255	98
Moita		2 806	695	490	1 730	225	496	180	28	21	180	71
Montijo		2 097	499	312	1 259	69	450	138	34	16	185	84
Palmela		3 186	675	432	1 927	55	456	278	99	50	256	172
Seixal		6 126	1 498	982	3 305	323	998	555	254	86	682	467
Sesimbra		1 875	411	251	1 144	24	355	155	73	23	142	79
Setúbal		6 509	1 609	1 245	3 280	405	950	673	463	90	857	405

Unit: No.	Total	Total	Assault	Total	Theft/purse snatching and robbery in public	Theft of/in motor vehicles	Total	Driving a motor vehicle with a blood alcohol equal or higher than 1,2g/l	Against the State	Total	Driving without legal requirements
					of which						
		Against persons		Against patrimony		Against life in society				Sundry legislation	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça.

Source: Ministry of Justice - Directorate-General for Justice Policy.

**Nota:** Os crimes registados pelas autoridades policiais incluem Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Guarda Nacional Republicana - Brigada Fiscal, Guarda Nacional Republicana - Brigada de Trânsito, Direcção Geral de Impostos, Direcção Geral de Alfândegas, Inspeção Geral de Jogos, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, Polícia Marítima, Polícia Judiciária Militar e Guarda Florestal.

A rubrica "Total" (geral) compreende os crimes contra a paz e a humanidade e os crimes registados pela Polícia Judiciária - estrangeiro e desconhecido; Polícia de Segurança Pública - grupo de operações especiais e divisão especial de Comboios de Portugal/Metro; Guarda Nacional Republicana - grupo de acção e conjunto; Inspeção-Geral das Actividades Económicas - serviço especial de inspecção.

O total de Portugal inclui crimes de localização desconhecida ou não classificável, registados por entidades que operam a nível nacional.

Note: The registered crimes include all concerned authorities Criminal Police, Public Security Police, National Republican Guard, National Republican Guard - Fiscal Guard, National Republican Guard - Traffic Squad, Directorate-General for Taxation, Directorate-General for Customs, General Inspectorate on Gaming, Economic and Food Safety Authority, Maritime Police, Military Judicial Police, and Forester.

The item "Total" (overall) comprises crimes against peace and humanity and registered crimes by Criminal Police (criminal police, alien and unknown issues), Public Security Police (national uniformed police for urban areas, special operations group and the special division for subway trains), National Republican Guard (national uniformed police for rural areas, action cooperation group), and Inspectorate General for Economic Activities (the special inspection service).

The total sum for Portugal include crimes for which geographic localization is unknown or not classified, registered by the national authorities.

ARGUIDOS EM PROCESSOS CRIME NA FASE DE JULGAMENTO FINDO NOS TRIBUNAIS JUDICIAIS DE 1ª INSTÂNCIA,  
SEGUNDO O MOTIVO DETERMINANTE DA EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO CRIMINAL POR MUNICÍPIO ONDE ESTÃO SEDEADOS, 2009

DEFENDANTS IN CRIMINAL CASES AT THE TRIAL STAGE COMPLETED IN JUDICIAL COURTS OF 1ST INSTANCE ,  
ACCORDING TO THE DETERMINATIVE CAUSE OF THE CRIMINAL PROCEDURE EXTINCTION BY MUNICIPALITY WHERE THEY ARE SEATED, 2009

IV.2.6	Unidade: N.º	Arguidos	Motivo determinante de extinção do procedimento criminal										
			Condenação	Absolvição/ carência de prova	Arquivado	Desistência da queixa	Amnistia	Inimputabilidade	Prescrição	Rejeição	Despenalização	Outro motivo	Não especificado
Portugal		126 578	76 804	21 356	4 128	16 122	35	76	1 489	438	1 401	3 993	736
Continente		119 997	72 487	20 286	4 007	15 258	...	...	1 447	424	1 369	3 901	715
Lisboa		37 691	23 593	6 384	1 238	3 446	16	17	772	143	297	1 531	254
Grande Lisboa		27 894	17 400	4 605	928	2 440	...	...	578	118	238	1 345	220
Amadora		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cascais		2 603	1 770	503	63	141	0	0	33	4	5	75	9
Lisboa		12 620	7 168	2 348	492	1 048	3	5	164	82	160	1 057	93
Loures		3 407	2 433	492	90	273	0	3	21	8	19	40	28
Mafra		214	169	21	...	20	0	0	...	0	0	0	...
Odivelas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras		2 325	1 498	347	92	262	0	...	67	9	8	30	...
Sintra		1 133	777	106	...	106	...	0	74	...	18	19	0
Vila Franca de Xira		1 476	979	212	33	199	...	0	...	...	7	20	...
Península de Setúbal		9 797	6 193	1 779	310	1 006	...	...	194	25	59	186	34
Alcochete		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Almada		2 437	1 507	426	106	256	...	...	48	4	25	58	5
Barreiro		563	368	84	19	69	...	0	12	...	0	6	...
Moita		746	453	162	7	97	0	0	8	...	...	9	5
Montijo		701	423	129	17	54	0	0	20	5	...	47	...
Palmela		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seixal		2 189	1 298	515	66	223	...	...	29	8	15	22	10
Sesimbra		387	287	48	5	37	0	0	4	3	0	...	...
Setúbal		2 774	1 857	415	90	270	3	...	73	...	13	42	8
Unit: No.	Defendants	Convicted	Acquittal/ lack of evidence	Archived	Withdrawal of complaint	Amnesty	Non-imputability	Expiry	Rejection	Decriminalization	Other	Non specified	
		Determinative cause of the criminal procedure extinction											

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça.  
Source: Ministry of Justice - Directorate-General for Justice Policy.

Nota: A contabilização dos arguidos tem em conta o crime mais grave pelo qual uma pessoa foi acusada. A partir de 2007 os dados estatísticos sobre processos nos tribunais judiciais de 1ª instância passaram a ser recolhidos a partir do sistema informático dos tribunais representando a situação dos processos registados nesse sistema. Para algumas regiões nem sempre é possível desagregar a informação por município.  
Note: The accounting of the defendants has regard to the most serious offense for which a person was charged. From 2007 on, the statistical data on cases in courts of first instance began to be collected from the computer system of courts, representing the position of cases registered in the system. For some regions is not always possible to itemise information by municipality.



## Participação Política

---

### Political Participation





## INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA POR MUNICÍPIO, 2009

## POLITICAL PARTICIPATION INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

IV.3.1	Eleição para a Assembleia da República				Eleição para o Parlamento Europeu			
	Taxa de abstenção	Proporção de votos brancos	Proporção de votos nulos	Proporção de votos do partido/coligação mais votado	Taxa de abstenção	Proporção de votos brancos	Proporção de votos nulos	Proporção de votos do partido/coligação mais votado
Unidade: %								
Portugal	40,3	1,7	1,4	36,6	63,2	4,6	2,0	31,7
Continente	38,9	1,8	1,3	36,9	62,2	4,7	2,0	30,9
Lisboa	38,7	1,9	1,4	35,7	60,3	4,6	2,1	25,9
Grande Lisboa	38,1	1,9	1,3	36,3	59,7	4,6	2,0	26,5
Amadora	39,4	1,8	1,6	38,9	60,6	4,1	2,3	29,0
Cascais	40,1	2,1	1,1	32,3	62,3	4,8	1,5	31,0
Lisboa	38,2	1,7	1,2	34,8	58,0	3,8	1,7	29,4
Loures	35,8	1,8	1,6	39,2	57,8	4,7	2,5	29,0
Mafra	36,9	2,6	1,6	35,1	60,2	6,6	2,9	31,1
Odivelas	37,1	1,8	1,5	38,8	59,6	4,7	2,5	28,7
Oeiras	35,0	2,0	1,1	34,6	57,1	5,1	1,7	28,7
Sintra	40,3	2,0	1,4	37,6	63,2	5,3	2,2	26,9
Vila Franca de Xira	36,9	2,0	1,3	38,0	59,9	5,0	2,1	27,6
Península de Setúbal	40,1	1,7	1,5	34,1	62,1	4,6	2,2	25,1
Alcochete	36,1	2,1	1,7	34,7	61,6	6,3	1,9	24,4
Almada	39,1	1,8	1,5	35,6	60,5	4,4	2,3	25,7
Barreiro	36,4	1,4	1,3	35,8	57,6	3,7	2,0	33,8
Moita	42,1	1,5	1,4	30,6	62,4	3,8	2,0	35,3
Montijo	43,6	1,7	1,5	35,2	66,5	5,2	2,0	25,9
Palmela	41,6	1,9	1,6	32,7	64,1	5,5	2,1	25,2
Seixal	39,7	1,9	1,6	34,8	62,3	4,9	2,5	24,7
Sesimbra	41,4	1,9	1,7	33,6	63,6	5,2	2,7	24,1
Setúbal	41,4	1,6	1,2	32,1	63,9	4,6	1,7	23,3
Unit: %	Abstention rate	Proportion of blank votes	Proportion of invalid votes	Proportion of votes of the most voted party/coalition	Abstention rate	Proportion of blank votes	Proportion of invalid votes	Proportion of votes of the most voted party/coalition
	Election to Parliament				Election to European Parliament			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.  
Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

**Nota:** Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições para a Assembleia da República realizadas a 27 de Setembro de 2009 e das eleições para o Parlamento Europeu realizadas a 7 de Junho de 2009. Os valores para Portugal incluem a participação eleitoral de portugueses residentes no estrangeiro.  
**Note:** Results presented here are referred to provisional ballot of the National Parliament elections that took place on September 27, 2009 and of the European Parliament elections that took place on June 7, 2009. The values presented for Portugal include the electoral participation of the Portuguese resident population in foreign countries.

INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA POR MUNICÍPIO, 2009

POLITICAL PARTICIPATION INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2009

▶ continuação continued

IV.3.1	Eleição para as Câmaras Municipais					Eleição para as Assembleias Municipais				Eleição para as Assembleias de Freguesia			
	Taxa de abstenção	Proporção de votos brancos	Proporção de votos nulos	Proporção de votos do partido/coligação mais votado	Partido/coligação mais votado	Taxa de abstenção	Proporção de votos brancos	Proporção de votos nulos	Proporção de votos do partido/coligação mais votado	Taxa de abstenção	Proporção de votos brancos	Proporção de votos nulos	Proporção de votos do partido/coligação mais votado
Unidade: %													
Portugal	41,0	1,7	1,2	37,7	PS	41,0	2,0	1,3	36,7	41,0	2,1	1,5	36,3
Continente	40,8	1,7	1,2	38,0	PS	40,8	2,0	1,3	36,9	40,8	2,1	1,5	36,5
Lisboa	49,5	1,8	1,2	35,8	PS	49,5	2,0	1,2	34,3	49,5	2,1	1,3	33,6
Grande Lisboa	48,7	1,8	1,2	39,0	PS	48,7	2,0	1,2	36,7	48,7	2,1	1,4	35,7
Amadora	52,3	1,9	1,3	46,5	PS	52,3	2,1	1,3	42,3	52,3	1,9	1,4	41,1
Cascais	55,9	2,2	1,2	53,0	PPD/PSD.CDS-PP	55,9	2,4	1,1	49,2	55,9	2,4	1,4	48,5
Lisboa	46,6	1,5	1,0	44,0	PS	46,6	1,6	1,0	39,4	46,6	2,0	1,2	39,3
Loures	45,8	1,7	1,3	48,2	PS	45,8	2,0	1,4	44,4	45,8	2,0	1,5	43,5
Mafra	43,9	2,9	1,3	52,0	PPD/PSD	44,0	3,1	1,3	47,6	44,0	3,4	1,6	47,2
Odivelas	45,6	1,6	1,2	37,6	PS	45,6	1,7	1,3	36,1	45,6	1,7	1,4	35,3
Oeiras	46,0	2,7	1,8	41,5	GRUPO CIDADÃOS 1	46,0	2,5	1,6	38,9	46,0	2,5	1,7	38,3
Sintra	52,1	1,7	1,2	45,3	PPD/PSD.CDS-PP.PPM.MPT	52,1	2,0	1,2	41,1	52,1	2,1	1,3	40,7
Vila Franca de Xira	47,8	1,9	1,1	44,0	PS	47,8	2,0	1,1	41,3	48,4	2,0	1,1	42,0
Península de Setúbal	51,5	1,9	1,3	42,7	PCP-PEV	51,6	2,0	1,2	40,8	51,5	2,1	1,3	41,5
Alcochete	39,9	2,1	1,1	52,4	PCP-PEV	39,9	2,2	1,2	48,7	39,9	2,1	1,2	50,2
Almada	51,7	2,2	1,7	38,7	PCP-PEV	51,7	2,3	1,4	38,3	51,7	2,3	1,4	37,5
Barreiro	47,2	1,3	1,2	47,7	PCP-PEV	47,2	1,5	1,2	44,7	47,1	1,6	1,4	45,8
Moita	53,1	1,7	1,2	44,9	PCP-PEV	53,1	1,7	1,2	43,6	53,1	1,8	1,3	45,4
Montijo	51,7	2,0	1,2	48,7	PS	51,7	2,1	1,2	45,5	51,7	1,8	1,3	43,4
Palmela	51,8	2,0	1,2	50,2	PCP-PEV	51,8	2,3	1,3	47,2	51,8	2,1	1,4	47,8
Seixal	53,9	2,0	1,2	47,9	PCP-PEV	53,9	2,1	1,2	45,5	53,9	2,2	1,3	47,4
Sesimbra	49,9	1,8	1,5	51,8	PCP-PEV	49,9	2,3	1,5	46,6	49,9	2,5	1,6	47,4
Setúbal	52,4	1,8	1,1	38,8	PCP-PEV	52,4	1,9	1,0	36,4	52,4	2,0	1,2	36,6
Unit: %													
	Abstention rate	Proportion of blank votes	Proportion of invalid votes	Proportion of votes of the most voted party/coalition	Party/coalition most voted	Abstention rate	Proportion of blank votes	Proportion of invalid votes	Proportion of votes of the most voted party/coalition	Abstention rate	Proportion of blank votes	Proportion of invalid votes	Proportion of votes of the most voted party/coalition
	Election to Municipal Councils					Election to Municipal Assemblies				Election to Parish Assemblies			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.  
Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009.  
Note: Results presented here are referred to provisional ballot of the local government elections that took place on October 11, 2009.

## RESULTADOS E PARTICIPAÇÃO NA ELEIÇÃO PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS, 2009

## RESULTS AND PARTICIPATION IN THE ELECTION TO NATIONAL PARLIAMENT BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO POLITICAL PARTIES, 2009

IV.3.2	Unidade: N.º	Inscritos	Abstenção	Votos								
				Total	Branco	Nulos	Partidos / Coligações					
							PS	PPD/PSD	CDS-PP	BE	PCP-PEV	Outros Partidos / Coligações
Portugal	9 514 322	3 830 355	5 683 967	99 161	78 023	2 077 695	1 654 777	592 997	558 062	446 994	176 258	
Continente	8 878 457	3 452 657	5 425 800	95 657	71 053	2 003 908	1 545 847	566 896	541 680	438 399	162 360	
Lisboa	2 327 130	899 908	1 427 222	26 429	19 586	509 492	324 445	152 253	167 111	178 821	49 085	
Grande Lisboa	1 690 638	644 777	1 045 861	19 779	13 978	379 400	261 533	116 285	113 516	104 207	37 163	
Amadora	144 625	56 926	87 699	1 542	1 375	34 143	18 323	8 987	10 024	10 298	3 007	
Cascais	159 233	63 864	95 369	1 986	1 029	30 760	29 221	12 930	9 619	6 404	3 420	
Lisboa	521 678	199 486	322 192	5 552	3 860	112 076	93 125	36 982	31 613	27 557	11 427	
Loures	164 339	58 822	105 517	1 923	1 672	41 344	20 481	9 520	10 880	15 825	3 872	
Mafra	51 526	19 030	32 496	847	530	11 406	9 342	3 733	3 500	1 867	1 271	
Odivelas	116 648	43 285	73 363	1 315	1 137	28 444	16 624	7 553	8 342	7 360	2 588	
Oeiras	142 994	49 977	93 017	1 901	1 063	32 195	26 833	10 965	9 748	7 235	3 077	
Sintra	284 766	114 708	170 058	3 398	2 428	63 871	36 789	19 931	21 230	16 107	6 304	
Vila Franca de Xira	104 829	38 679	66 150	1 315	884	25 161	10 795	5 684	8 560	11 554	2 197	
Península de Setúbal	636 492	255 131	381 361	6 650	5 608	130 092	62 912	35 968	53 595	74 614	11 922	
Alcochete	12 335	4 455	7 880	165	135	2 731	1 347	732	1 004	1 536	230	
Almada	146 389	57 252	89 137	1 629	1 342	31 702	16 556	8 100	11 699	15 474	2 635	
Barreiro	71 649	26 082	45 567	648	615	16 326	5 159	3 099	6 113	12 307	1 300	
Moita	58 554	24 680	33 874	525	471	10 377	3 762	2 592	5 543	9 424	1 180	
Montijo	37 967	16 538	21 429	375	324	7 533	4 237	2 141	3 013	3 049	757	
Palmela	46 727	19 450	27 277	516	430	8 913	4 371	2 758	3 920	5 295	1 074	
Seixal	125 468	49 771	75 697	1 417	1 203	26 354	12 462	7 574	9 992	14 509	2 186	
Sesimbra	37 427	15 490	21 937	412	379	7 368	3 957	2 158	3 223	3 686	754	
Setúbal	99 976	41 413	58 563	963	709	18 788	11 061	6 814	9 088	9 334	1 806	
Unit: No.	Electors	Abstention	Total	Blank	Invalid	PS	PPD/PSD	CDS-PP	BE	PCP-PEV	Other Political Parties / Coalitions	
			Political Parties / Coalitions									
			Votes									

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.  
 Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

**Nota:** Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições para a Assembleia da República realizadas a 27 de Setembro de 2009. Os valores para Portugal da eleição para a Assembleia da República incluem a participação eleitoral de portugueses residentes no estrangeiro.

**Note:** Results presented here are referred to provisional ballot of the National Parliament elections that took place on September 27, 2009. The values presented for Portugal include the electoral participation of the Portuguese resident population in foreign countries.

## PARTICIPAÇÃO NA ELEIÇÃO PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO, 2009

## PARTICIPATION IN THE ELECTION TO MUNICIPAL COUNCILS BY MUNICIPALITY, 2009

IV.3.3	Inscritos	Mandatos	Abstenção	Votos			
				Total	Válidos	Branco	Nulos
Unidade: N.º							
Portugal	9 377 343	2 078	3 843 519	5 533 824	5 369 721	94 983	69 120
Continente	8 907 306	1 898	3 635 893	5 271 413	5 113 837	91 933	65 643
Lisboa	2 343 509	180	1 159 046	1 184 463	1 147 989	21 851	14 623
Grande Lisboa	1 703 637	103	829 310	874 327	847 758	16 016	10 553
Amadora	146 971	11	76 828	70 143	67 903	1 316	924
Cascais	160 323	11	89 685	70 638	68 287	1 533	818
Lisboa	524 642	17	244 332	280 310	273 158	4 267	2 885
Loures	165 964	11	75 966	89 998	87 218	1 566	1 214
Mafra	51 622	9	22 682	28 940	27 728	837	375
Odivelas	117 068	11	53 421	63 647	61 918	988	741
Oeiras	144 521	11	66 462	78 059	74 592	2 087	1 380
Sintra	287 344	11	149 645	137 699	133 683	2 400	1 616
Vila Franca de Xira	105 182	11	50 289	54 893	53 271	1 022	600
Península de Setúbal	639 872	77	329 736	310 136	300 231	5 835	4 070
Alcochete	12 357	7	4 931	7 426	7 188	153	85
Almada	147 308	11	76 137	71 171	68 390	1 570	1 211
Barreiro	71 811	9	33 878	37 933	36 991	482	460
Moita	58 974	9	31 328	27 646	26 854	467	325
Montijo	38 046	7	19 678	18 368	17 776	375	217
Palmela	46 859	7	24 265	22 594	21 871	441	282
Seixal	126 616	11	68 207	58 409	56 539	1 161	709
Sesimbra	37 530	7	18 740	18 790	18 176	339	275
Setúbal	100 371	9	52 572	47 799	46 446	847	506
Unit: No.							
	Electors	Mandates	Abstention	Total	Valid	Blank	Invalid
				Votes			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.  
Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009.  
Note: Results presented here are referred to provisional ballot of the local government elections that took place on October 11, 2009.

## RESULTADOS NA ELEIÇÃO PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS, 2009

## RESULTS IN THE ELECTION TO MUNICIPAL COUNCILS BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO POLITICAL PARTIES, 2009

IV.3.4	PS				PPD/PSD				PCP-PEV			
	Votos	Mandatos	Presidências de Câmaras Municipais	Majorias absolutas	Votos	Mandatos	Presidências de Câmaras Municipais	Majorias absolutas	Votos	Mandatos	Presidências de Câmaras Municipais	Majorias absolutas
Unidade: N.º												
Portugal	2 084 382	921	132	119	1 270 137	666	117	112	539 694	174	28	24
Continente	2 001 956	849	120	108	1 144 038	569	99	95	531 210	173	28	24
Lisboa	423 884	68	6	4	65 771	14	1	1	242 127	56	8	7
Grande Lisboa	340 785	44	5	3	29 515	8	1	1	109 710	14	0	0
Amadora	32 623	6	1	1	//	//	//	//	11 259	2	0	0
Cascais	18 835	3	0	0	//	//	//	//	6 494	1	0	0
Lisboa	123 372	9	1	1	//	//	//	//	22 623	1	0	0
Loures	43 343	6	1	1	14 456	2	0	0	20 667	3	0	0
Mafra	7 964	3	0	0	15 059	6	1	1	1 722	0	0	0
Odivelas	23 937	5	1	0	//	//	//	//	12 838	2	0	0
Oeiras	20 112	3	0	0	//	//	//	//	5 703	1	0	0
Sintra	46 458	4	0	0	//	//	//	//	15 293	1	0	0
Vila Franca de Xira	24 141	5	1	0	//	//	//	//	13 111	3	0	0
Península de Setúbal	83 099	24	1	1	36 256	6	0	0	132 417	42	8	7
Alcochete	2 284	2	0	0	694	0	0	0	3 893	5	1	1
Almada	16 984	3	0	0	10 977	2	0	0	27 521	5	1	0
Barreiro	11 310	3	0	0	3 420	1	0	0	18 087	5	1	1
Moita	7 364	3	0	0	2 190	0	0	0	12 421	5	1	1
Montijo	8 952	4	1	1	//	//	//	//	2 911	1	0	0
Palmela	5 204	2	0	0	2 035	0	0	0	11 341	5	1	1
Seixal	13 090	3	0	0	8 072	1	0	0	27 949	6	1	1
Sesimbra	3 663	1	0	0	1 949	1	0	0	9 736	5	1	1
Setúbal	14 248	3	0	0	6 919	1	0	0	18 558	5	1	1
Unit: No.	Votes	Mandates	Presidency of Municipal Councils	Absolute majority	Votes	Mandates	Presidency of Municipal Councils	Absolute majority	Votes	Mandates	Presidency of Municipal Councils	Absolute majority
	PS				PPD/PSD				PCP-PEV			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.  
 Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009.  
 Note: Results presented here are referred to provisional ballot of the local government elections that took place on October 11, 2009.

RESULTADOS NA ELEIÇÃO PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS, 2009

RESULTS IN THE ELECTION TO MUNICIPAL COUNCILS BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO POLITICAL PARTIES, 2009

▶continuação continued

IV.3.4	PPD/PSD, CDS-PP				GRUPOS CIDADÃOS				CDS-PP			
	Votos	Mandatos	Presidências de Câmaras Municipais	Majorias absolutas	Votos	Mandatos	Presidências de Câmaras Municipais	Majorias absolutas	Votos	Mandatos	Presidências de Câmaras Municipais	Majorias absolutas
Unidade: N.º												
Portugal	537 247	157	19	17	225 379	67	7	3	171 049	31	1	1
Continente	537 247	157	19	17	218 930	64	7	3	154 318	26	1	1
Lisboa	42 175	9	1	1	36 730	5	1	0	19 729	0	0	0
Grande Lisboa	37 463	7	1	1	35 759	5	1	0	5 106	0	0	0
Amadora	//	//	//	//	3 352	0	0	0	//	//	//	//
Cascais	37 463	7	1	1	//	//	//	//	//	//	//	//
Lisboa	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Loures	//	//	//	//	//	//	//	//	3 446	0	0	0
Mafra	//	//	//	//	//	//	//	//	1 660	0	0	0
Odivelas	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Oeiras	//	//	//	//	32 407	5	1	0	//	//	//	//
Sintra	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Vila Franca de Xira	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Península de Setúbal	4 712	2	0	0	971	0	0	0	14 623	0	0	0
Alcochete	//	//	//	//	//	//	//	//	144	0	0	0
Almada	//	//	//	//	//	//	//	//	3 782	0	0	0
Barreiro	//	//	//	//	//	//	//	//	1 007	0	0	0
Moita	//	//	//	//	//	//	//	//	956	0	0	0
Montijo	4 712	2	0	0	//	//	//	//	//	//	//	//
Palmela	//	//	//	//	//	//	//	//	2 206	0	0	0
Seixal	//	//	//	//	//	//	//	//	3 055	0	0	0
Sesimbra	//	//	//	//	971	0	0	0	694	0	0	0
Setúbal	//	//	//	//	//	//	//	//	2 779	0	0	0
Unit: No.	Votes	Mandates	Presidency of Municipal Councils	Absolute majority	Votes	Mandates	Presidency of Municipal Councils	Absolute majority	Votes	Mandates	Presidency of Municipal Councils	Absolute majority
	PPD/PSD, CDS-PP				CITIZEN GROUPS				CDS-PP			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010. continua to be continued ▶

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.  
Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009.  
Note: Results presented here are referred to provisional ballot of the local government elections that took place on October 11, 2009.

## RESULTADOS NA ELEIÇÃO PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS, 2009

## RESULTS IN THE ELECTION TO MUNICIPAL COUNCILS BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO POLITICAL PARTIES, 2009

► continuação continued

IV.3.4	BE				Outros Partidos / Coligações			
	Votos	Mandatos	Presidências de Câmaras Municipais	Majorias absolutas	Votos	Mandatos	Presidências de Câmaras Municipais	Majorias absolutas
Unidade: N.º								
Portugal	167 101	9	1	1	374 732	53	3	3
Continente	161 900	9	1	1	364 238	51	3	3
Lisboa	64 555	3	0	0	253 018	25	1	1
Grande Lisboa	43 253	0	0	0	246 167	25	1	1
Amadora	4 143	0	0	0	16 526	3	0	0
Cascais	4 410	0	0	0	1 085	0	0	0
Lisboa	12 795	0	0	0	114 368	7	0	0
Loures	3 812	0	0	0	1 494	0	0	0
Mafra	1 323	0	0	0	//	//	//	//
Odivelas	2 396	0	0	0	22 747	4	0	0
Oeiras	3 054	0	0	0	13 316	2	0	0
Sintra	8 121	0	0	0	63 811	6	1	1
Vila Franca de Xira	3 199	0	0	0	12 820	3	0	0
Península de Setúbal	21 302	3	0	0	6 851	0	0	0
Alcochete	173	0	0	0	//	//	//	//
Almada	5 555	1	0	0	3 571	0	0	0
Barreiro	2 294	0	0	0	873	0	0	0
Moita	3 207	1	0	0	716	0	0	0
Montijo	878	0	0	0	323	0	0	0
Palmela	1 085	0	0	0	//	//	//	//
Seixal	4 036	1	0	0	337	0	0	0
Sesimbra	1 163	0	0	0	//	//	//	//
Setúbal	2 911	0	0	0	1 031	0	0	0
Unit: No.	Votes	Mandates	Presidency of Municipal Councils	Absolute majority	Votes	Mandates	Presidency of Municipal Councils	Absolute majority
	BE				Other Political Parties / Coalitions			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.  
 Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009.  
 Note: Results presented here are referred to provisional ballot of the local government elections that took place on October 11, 2009.

## PARTICIPAÇÃO NA ELEIÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO, 2009

## PARTICIPATION IN THE ELECTION TO MUNICIPAL ASSEMBLIES BY MUNICIPALITY, 2009

IV.3.5	Inscritos	Mandatos	Abstenção	Votos			
				Total	Válidos	Branco	Nulos
Unidade: N.º							
Portugal	9 377 343	6 946	3 844 504	5 532 839	5 351 865	110 169	70 805
Continente	8 907 306	6 406	3 636 861	5 270 445	5 096 312	106 830	67 303
Lisboa	2 343 509	543	1 159 369	1 184 140	1 146 192	23 588	14 360
Grande Lisboa	1 703 637	312	829 513	874 124	846 306	17 274	10 544
Amadora	146 971	33	76 824	70 147	67 784	1 446	917
Cascais	160 323	33	89 680	70 643	68 151	1 693	799
Lisboa	524 642	54	244 506	280 136	272 817	4 468	2 851
Loures	165 964	33	75 964	90 000	86 932	1 840	1 228
Mafra	51 622	27	22 692	28 930	27 646	903	381
Odivelas	117 068	33	53 423	63 645	61 756	1 077	812
Oeiras	144 521	33	66 488	78 033	74 818	1 979	1 236
Sintra	287 344	33	149 644	137 700	133 242	2 765	1 693
Vila Franca de Xira	105 182	33	50 292	54 890	53 160	1 103	627
Península de Setúbal	639 872	231	329 856	310 016	299 886	6 314	3 816
Alcochete	12 357	21	4 931	7 426	7 176	160	90
Almada	147 308	33	76 221	71 087	68 462	1 649	976
Barreiro	71 811	27	33 919	37 892	36 890	550	452
Moita	58 974	27	31 334	27 640	26 850	463	327
Montijo	38 046	21	19 679	18 367	17 759	385	223
Palmela	46 859	21	24 272	22 587	21 786	509	292
Seixal	126 616	33	68 184	58 432	56 494	1 248	690
Sesimbra	37 530	21	18 740	18 790	18 087	430	273
Setúbal	100 371	27	52 576	47 795	46 382	920	493
Unit: No.	Electors	Mandates	Abstention	Total	Valid	Blank	Invalid
				Votes			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.

Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009.

Note: Results presented here are referred to provisional ballot of the local government elections that took place on October 11, 2009.



## RESULTADOS NA ELEIÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS, 2009

## RESULTS IN THE ELECTION TO MUNICIPAL ASSEMBLIES BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO POLITICAL PARTIES, 2009

IV.3.6	PS		PPD/PSD		PCP/PEV		PPD/PSD, CDS-PP	
	Votos	Mandatos	Votos	Mandatos	Votos	Mandatos	Votos	Mandatos
Unidade: N.º								
Portugal	2 028 681	2 855	1 226 283	2 124	588 011	651	515 145	522
Continente	1 947 279	2 638	1 104 056	1 860	578 328	643	515 145	522
Lisboa	405 751	189	67 119	45	250 426	153	39 543	24
Grande Lisboa	320 822	120	28 550	20	124 067	48	34 725	18
Amadora	29 691	15	//	//	12 066	6	//	//
Cascais	20 062	10	//	//	7 153	3	34 725	18
Lisboa	110 243	23	//	//	28 025	5	//	//
Loures	39 928	16	14 788	6	21 838	9	//	//
Mafra	8 365	8	13 762	14	1 933	2	//	//
Odivelas	22 989	13	//	//	13 488	7	//	//
Oeiras	20 123	9	//	//	6 768	3	//	//
Sintra	46 735	12	//	//	18 714	4	//	//
Vila Franca de Xira	22 686	14	//	//	14 082	9	//	//
Península de Setúbal	84 929	69	38 569	25	126 359	105	4 818	6
Alcochete	2 359	7	775	2	3 615	12	//	//
Almada	18 190	9	11 527	5	27 247	14	//	//
Barreiro	11 589	9	3 687	3	16 943	13	//	//
Moita	7 310	8	2 261	2	12 038	13	//	//
Montijo	8 364	10	//	//	3 098	4	4 818	6
Palmela	5 552	5	2 251	2	10 650	11	//	//
Seixal	13 614	8	8 357	5	26 606	16	//	//
Sesimbra	4 037	5	2 224	2	8 750	11	//	//
Setúbal	13 914	8	7 487	4	17 412	11	//	//
Unit: No.	Votes	Mandates	Votes	Mandates	Votes	Mandates	Votes	Mandates
	PS		PPD/PSD		PCP/PEV		PPD/PSD, CDS-PP	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.

Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009.

Note: Results presented here are referred to provisional ballot of the local government elections that took place on October 11, 2009.

## RESULTADOS NA ELEIÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS, 2009

## RESULTS IN THE ELECTION TO MUNICIPAL ASSEMBLIES BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO POLITICAL PARTIES, 2009

► continuação continued

IV.3.6	GRUPOS CIDADÃOS		CDS-PP		BE		Outros Partidos / Coligações	
	Votos	Mandatos	Votos	Mandatos	Votos	Mandatos	Votos	Mandatos
Unidade: N.º								
Portugal	204 491	224	195 635	253	231 089	139	362 530	178
Continente	198 625	218	176 638	223	224 606	136	351 635	166
Lisboa	35 281	16	21 995	13	84 125	30	241 952	73
Grande Lisboa	34 376	15	5 939	3	58 161	15	239 666	73
Amadora	4 013	1	//	//	4 992	2	17 022	9
Cascais	//	//	//	//	5 477	2	734	0
Lisboa	//	//	//	//	18 857	3	115 692	23
Loures	//	//	4 071	1	4 702	1	1 605	0
Mafra	//	//	1 868	2	1 718	1	//	//
Odivelas	//	//	//	//	3 130	1	22 149	12
Oeiras	30 363	14	//	//	4 116	1	13 448	6
Sintra	//	//	//	//	11 180	2	56 613	15
Vila Franca de Xira	//	//	//	//	3 989	2	12 403	8
Península de Setúbal	905	1	16 056	10	25 964	15	2 286	0
Alcochete	//	//	172	0	255	0	//	//
Almada	//	//	4 420	2	7 078	3	//	//
Barreiro	//	//	1 128	0	2 754	2	789	0
Moita	//	//	1 013	1	3 479	3	749	0
Montijo	//	//	//	//	1 128	1	351	0
Palmela	//	//	2 012	2	1 321	1	//	//
Seixal	//	//	3 173	2	4 744	2	//	//
Sesimbra	905	1	758	1	1 413	1	//	//
Setúbal	//	//	3 380	2	3 792	2	397	0
Unit: No.								
	Votes	Mandates	Votes	Mandates	Votes	Mandates	Votes	Mandates
	CITIZEN GROUPS		CDS-PP		BE		Other Political Parties/Coalitions	

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.  
 Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009.  
 Note: Results presented here are referred to provisional ballot of the local government elections that took place on October 11, 2009.

## PARTICIPAÇÃO NA ELEIÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS DE FREGUESIAS POR MUNICÍPIO, 2009

## PARTICIPATION IN THE ELECTION TO PARISH ASSEMBLIES BY MUNICIPALITY, 2009

IV.3.7	Inscritos	Mandatos	Abstenção	Votos			
				Total	Válidos	Branco	Nulos
Unidade: N.º							
Portugal	9 360 830	34 745	3 838 470	5 522 360	5 323 645	116 240	82 475
Continente	8 891 551	32 981	3 630 674	5 260 877	5 069 402	112 804	78 671
Lisboa	2 343 509	2 603	1 159 684	1 183 825	1 143 033	24 824	15 968
Grande Lisboa	1 703 637	1 889	830 005	873 632	843 327	18 433	11 872
Amadora	146 971	143	76 840	70 131	67 845	1 305	981
Cascais	160 323	102	89 682	70 641	67 961	1 708	972
Lisboa	524 642	621	244 385	280 257	271 112	5 688	3 457
Loures	165 964	212	75 962	90 002	86 837	1 805	1 360
Mafra	51 622	159	22 710	28 912	27 465	980	467
Odivelas	117 068	101	53 422	63 646	61 700	1 079	867
Oeiras	144 521	136	66 480	78 041	74 793	1 928	1 320
Sintra	287 344	280	149 645	137 699	133 005	2 868	1 826
Vila Franca de Xira	105 182	135	50 879	54 303	52 609	1 072	622
Península de Setúbal	639 872	714	329 679	310 193	299 706	6 391	4 096
Alcochete	12 357	31	4 931	7 426	7 182	153	91
Almada	147 308	143	76 148	71 160	68 538	1 640	982
Barreiro	71 811	96	33 856	37 955	36 832	609	514
Moita	58 974	72	31 318	27 656	26 821	486	349
Montijo	38 046	82	19 678	18 368	17 810	328	230
Palmela	46 859	57	24 265	22 594	21 782	485	327
Seixal	126 616	94	68 186	58 430	56 389	1 292	749
Sesimbra	37 530	39	18 740	18 790	18 029	463	298
Setúbal	100 371	100	52 557	47 814	46 323	935	556
Unit: No.	Electors	Mandates	Abstention	Total	Valid	Blank	Invalid
				Votes			

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.

Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009. Os valores referentes aos mandatos incluem 73 mandatos por atribuir aos partidos políticos/coligações.

Note: Results presented here are referred to provisional ballot of the local government elections that took place on October 11, 2009. The values presented for mandates include 73 mandates not allocated to political parties/coalitions.

RESULTADOS NA ELEIÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS DE FREGUESIAS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS, 2009

RESULTS IN THE ELECTION TO PARISH ASSEMBLIES BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO POLITICAL PARTIES, 2009

IV.3.8	PS			PPD/PSD			PCP/PEV			PPD/PSD, CDS-PP		
	Votos	Mandatos	Presidências de Juntas de Freguesias	Votos	Mandatos	Presidências de Juntas de Freguesias	Votos	Mandatos	Presidências de Juntas de Freguesias	Votos	Mandatos	Presidências de Juntas de Freguesias
Unidade: N.º												
Portugal	2 002 955	13 736	1 577	1 237 322	11 113	1 530	606 004	2 266	213	508 264	2 911	312
Continente	1 920 379	13 025	1 495	1 109 399	10 199	1 414	597 202	2 251	213	508 044	2 908	312
Lisboa	398 287	985	82	69 590	203	17	270 934	623	53	38 788	76	5
Grande Lisboa	312 029	757	68	29 446	124	16	142 345	295	12	34 253	56	5
Amadora	28 805	68	10	//	//	//	12 547	24	0	//	//	//
Cascais	20 695	31	1	//	//	//	7 310	9	0	34 253	56	5
Lisboa	101 730	251	22	//	//	//	37 337	80	5	//	//	//
Loures	39 140	108	13	15 791	37	2	25 087	63	3	//	//	//
Mafra	8 174	45	1	13 655	87	14	2 397	8	0	//	//	//
Odivelas	22 494	40	4	//	//	//	15 179	24	2	//	//	//
Oeiras	20 197	40	1	//	//	//	6 955	11	0	//	//	//
Sintra	47 987	109	7	//	//	//	19 969	33	0	//	//	//
Vila Franca de Xira	22 807	65	9	//	//	//	15 564	43	2	//	//	//
Península de Setúbal	86 258	228	14	40 144	79	1	128 589	328	41	4 535	20	0
Alcochete	2 360	12	1	874	2	0	3 725	17	2	//	//	//
Almada	19 591	44	2	12 179	25	1	26 687	61	8	//	//	//
Barreiro	12 228	36	1	3 647	8	0	17 394	48	7	//	//	//
Moita	7 280	23	1	2 598	5	0	12 558	37	5	//	//	//
Montijo	7 974	37	6	//	//	//	3 348	15	1	4 535	20	0
Palmela	5 763	17	1	2 328	6	0	10 802	32	4	//	//	//
Seixal	13 456	21	0	9 092	14	0	27 686	53	6	//	//	//
Sesimbra	4 032	9	0	2 459	6	0	8 900	20	3	//	//	//
Setúbal	13 574	29	2	6 967	13	0	17 489	45	5	//	//	//
Unit: No.	Votes	Mandates	Presidency of Parish Councils	Votes	Mandates	Presidency of Parish Councils	Votes	Mandates	Presidency of Parish Councils	Votes	Mandates	Presidency of Parish Councils
	PS			PPD/PSD			PCP/PEV			PPD/PSD, CDS-PP		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

continua to be continued ►

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.  
Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009.  
Note: Results presented here are referred to provisional ballot of the local government elections that took place on October 11, 2009.

## RESULTADOS NA ELEIÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS DE FREGUESIAS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS, 2009

## RESULTS IN THE ELECTION TO PARISH ASSEMBLIES BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO POLITICAL PARTIES, 2009

► continuação continued

IV.3.8	GRUPOS CIDADÃOS			CDS-PP			BE			Outros Partidos / Coligações		
	Votos	Mandatos	Presidências de Juntas de Freguesias	Votos	Mandatos	Presidências de Juntas de Freguesias	Votos	Mandatos	Presidências de Juntas de Freguesias	Votos	Mandatos	Presidências de Juntas de Freguesias
Unidade: N.º												
Portugal	337 613	2 673	332	128 947	693	53	163 252	235	4	339 288	1 045	86
Continente	330 779	2 640	328	111 503	618	51	158 173	229	4	333 923	1 038	86
Lisboa	42 107	101	13	14 166	14	0	74 234	89	0	234 927	512	41
Grande Lisboa	38 202	85	11	3 336	4	0	50 533	56	0	233 183	512	41
Amadora	5 277	4	0	//	//	//	4 631	10	0	16 585	37	1
Cascais	//	//	//	//	//	//	4 927	6	0	776	0	0
Lisboa	1 671	7	0	//	//	//	18 153	18	0	112 221	265	26
Loures	//	//	//	1 941	2	0	4 155	2	0	723	0	0
Mafra	1 376	15	2	1 395	2	0	468	2	0	//	//	//
Odivelas	//	//	//	//	//	//	2 863	2	0	21 164	35	1
Oeiras	29 878	59	9	//	//	//	3 740	1	0	14 023	25	0
Sintra	//	//	//	//	//	//	8 705	11	0	56 344	127	13
Vila Franca de Xira	//	//	//	//	//	//	2 891	4	0	11 347	23	0
Península de Setúbal	3 905	16	2	10 830	10	0	23 701	33	0	1 744	0	0
Alcochete	//	//	//	//	//	//	223	0	0	//	//	//
Almada	291	0	0	3 215	3	0	6 541	10	0	34	0	0
Barreiro	//	//	//	582	0	0	2 582	4	0	399	0	0
Moita	//	//	//	268	0	0	3 327	7	0	790	0	0
Montijo	1 009	9	1	//	//	//	737	1	0	207	0	0
Palmela	//	//	//	1 722	2	0	1 167	0	0	//	//	//
Seixal	//	//	//	1 406	1	0	4 591	5	0	158	0	0
Sesimbra	862	1	0	419	0	0	1 357	3	0	//	//	//
Setúbal	1 743	6	1	3 218	4	0	3 176	3	0	156	0	0
Unit: No.	Votes	Mandates	Presidency of Parish Councils	Votes	Mandates	Presidency of Parish Councils	Votes	Mandates	Presidency of Parish Councils	Votes	Mandates	Presidency of Parish Councils
	CITIZEN GROUPS			CDS-PP			BE			Other Political Parties / Coalitions		

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.  
 Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009.  
 Note: Results presented here are referred to provisional ballot of the local government elections that took place on October 11, 2009.

RESULTADOS E PARTICIPAÇÃO NA ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS, 2009

RESULTS AND PARTICIPATION IN THE ELECTION TO EUROPEAN PARLIAMENT BY MUNICIPALITY, ACCORDING TO POLITICAL PARTIES, 2009

IV.3.9	Inscritos	Abstenção	Votos									
			Total	Válidos	Branco	Nulos	Partidos / Coligações					
							PPD/PSD	PS	BE	PCP-PEV	CDS-PP	Outros Partidos / Coligações
Unidade: N.º												
Portugal	9 684 714	6 123 212	3 561 502	3 325 427	164 917	71 158	1 129 243	946 475	382 011	379 707	298 057	189 934
Continente	9 005 817	5 603 338	3 402 479	3 175 055	159 785	67 639	1 051 906	913 759	372 864	370 723	285 268	180 535
Lisboa	2 352 411	1 419 350	933 061	871 065	42 785	19 211	218 104	241 331	125 515	149 585	75 476	61 054
Grande Lisboa	1 710 646	1 021 134	689 512	644 000	31 624	13 888	177 754	182 487	89 095	88 498	59 464	46 702
Amadora	146 486	88 716	57 770	54 044	2 393	1 333	12 698	16 749	7 682	9 008	4 323	3 584
Cascais	160 848	100 223	60 625	56 774	2 923	928	18 817	14 176	7 355	5 369	6 880	4 177
Lisboa	532 343	308 520	223 823	211 458	8 580	3 785	65 834	57 343	27 734	24 084	21 035	15 428
Loures	165 878	95 841	70 037	65 048	3 269	1 720	14 163	20 326	8 179	13 346	4 501	4 533
Mafra	50 907	30 645	20 262	18 340	1 341	581	6 292	4 931	2 293	1 523	1 700	1 601
Odivelas	117 635	70 154	47 481	44 062	2 211	1 208	11 296	13 634	6 158	6 531	3 399	3 044
Oeiras	144 319	82 462	61 857	57 625	3 166	1 066	17 729	15 303	8 336	6 092	5 994	4 171
Sintra	286 571	181 246	105 325	97 339	5 623	2 363	23 792	28 323	15 495	13 093	9 049	7 587
Vila Franca de Xira	105 659	63 327	42 332	39 310	2 118	904	7 133	11 702	5 863	9 452	2 583	2 577
Península de Setúbal	641 765	398 216	243 549	227 065	11 161	5 323	40 350	58 844	36 420	61 087	16 012	14 352
Alcochete	12 303	7 580	4 723	4 333	299	91	747	1 148	623	1 153	369	293
Almada	148 118	89 682	58 436	54 523	2 570	1 343	10 800	15 043	8 549	13 083	3 812	3 236
Barreiro	72 887	41 951	30 936	29 145	1 157	634	3 671	7 593	4 377	10 471	1 486	1 547
Moita	59 665	37 222	22 443	21 149	847	447	2 379	4 647	3 765	7 924	1 117	1 317
Montijo	38 069	25 302	12 767	11 839	667	261	2 611	3 301	1 758	2 392	963	814
Palmela	46 697	29 919	16 778	15 502	920	356	2 737	3 690	2 492	4 235	1 204	1 144
Seixal	126 037	78 479	47 558	44 046	2 325	1 187	7 877	11 690	6 943	11 724	3 013	2 799
Sesimbra	37 379	23 765	13 614	12 542	702	370	2 450	3 285	2 060	2 901	976	870
Setúbal	100 610	64 316	36 294	33 986	1 674	634	7 078	8 447	5 853	7 204	3 072	2 332
Unit: No.	Electors	Abstention	Total	Valid	Blank	Invalid	PPD/PSD	PS	BE	PCP-PEV	CDS-PP	Other Political Parties / Coalitions
			Political Parties / Coalitions									
Votes												

© INE, I.P., Portugal, 2010. Informação disponível até 30 de Setembro de 2010. Information available till 30th September, 2010.

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral da Administração Interna.  
Source: Ministry of Internal Administration - Directorate-General of Internal Administration.

**Nota:** Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições para o Parlamento Europeu realizadas a 7 de Junho de 2009. Os valores para Portugal da eleição para o Parlamento Europeu incluem a participação eleitoral de portugueses residentes no estrangeiro.  
**Note:** Results presented here are referred to provisional ballot of the European Parliament elections that took place on June 7, 2009. The values of the European Parliament election presented for Portugal include the electoral participation of the Portuguese resident population in foreign countries.

# Conceitos e nomenclaturas

---

Concepts and nomenclatures





## ALGUNS CONCEITOS UTILIZADOS

### Capítulo I - O TERRITÓRIO

---

#### Subcapítulo 1 - Território

---

##### **Aeroporto**

Qualquer área disponível para a aterragem e descolagem de operações comerciais de transporte aéreo.

##### **Albufeira**

Volume retido pela barragem (conteúdo), terreno que circunda o mesmo volume (continente), ou ambos, devendo o sentido, em cada caso, ser deduzido do contexto.

##### **Altitude**

Altura em relação ao nível médio das águas do mar.

##### **Área protegida**

Área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais susceptíveis de as degradar.

##### **Cidade**

Aglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 8000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos: instalações hospitalares com serviço de permanência; farmácias; corporação de bombeiros; casa de espectáculos e centro cultural; museu e biblioteca; instalações de hotelaria; estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários; transportes públicos, urbanos e suburbanos; parques ou jardins públicos.

##### **Cidade estatística**

Corresponde, na maioria dos casos, ao ajustamento do perímetro urbano consagrado nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos, às subsecções estatísticas utilizadas pelo INE na BGRI (Base Geográfica de Referenciação da Informação).

##### **Freguesia**

Circunscrição administrativa em que se subdivide o Concelho.

##### **Isolado**

Unidade estatística - família, indivíduo, edifício, alojamento ou empresa - que geograficamente não pertence à área de qualquer lugar.

##### **Latitude**

Coordenada geográfica definida na esfera, no elipsóide de referência ou na superfície terrestre, que é o ângulo entre o plano do equador e a normal à superfície de referência (a vertical do lugar, no caso de ser definida na superfície da Terra).

##### **Longitude**

Coordenada geográfica definida na esfera, no elipsóide de referência à superfície da Terra, que é o ângulo diedro entre o plano do meridiano do lugar e o plano de um meridiano tomado como referência, o meridiano de Greenwich.

##### **Lugar**

Aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.

##### **Monumento natural**

Ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a conservação e a manutenção da respectiva integridade.

##### **Ordenamento do território**

Resultado da implementação espacial coordenada das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade. É simultaneamente uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto. Deve articular múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais e dentro destes, garantir a articulação e coordenação horizontal e vertical dos vários sectores e níveis da administração com competências no território. Deve também, ter em atenção a especificidade dos territórios, a diversidade das suas condições socioeconómicas, ambientais, dos seus mercados conciliando todos os factores intervenientes da forma mais racional e harmoniosa possível.

##### **Paisagem protegida**

Área que contém paisagens de grande valor estético, ecológico ou cultural e que resultam da interacção harmoniosa do ser humano e da natureza.

##### **Parque nacional**

Área que contém maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, paisagens naturais e humanizadas, elementos de biodiversidade e geossítios, com valor científico, ecológico ou educativo.

**Parque natural**

Área que contém predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, nos quais a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de actividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços.

**Passageiro**

Toda a pessoa que é transportada por avião à excepção de crianças com idade inferior a 2 anos não ocupando um lugar sentado, e os membros da tripulação.

**Pista de aterragem**

Área rectangular definida num aeródromo terrestre, devidamente preparada para a aterragem e descolagem de aeronaves.

**Plano director municipal**

Plano municipal de ordenamento do território, que abrange todo o território municipal e que, com base na estratégia de desenvolvimento local, estabelece a estrutura espacial, a classificação básica do solo, bem como parâmetros de ocupação, considerando a implantação dos equipamentos sociais e desenvolve a qualificação dos solos urbano e rural.

**Plano Especial de Ordenamento do Território (PEOT)**

O PEOT é um instrumento de natureza regulamentar elaborado pela administração central. Constitui um meio supletivo de intervenção do Governo, tendo em vista a prossecução de objectivos de interesse nacional com repercussão espacial, estabelecendo regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e assegurando a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território. PEOT é o plano de ordenamento de áreas protegidas, o plano de ordenamento de albufeiras de águas públicas bem como de ordenamento da orla costeira. O PEOT visa a salvaguarda de objectivos de interesse nacional com incidência territorial delimitada bem como a tutela de princípios fundamentais consagrados no programa nacional da política de ordenamento do território não asseguradas por plano municipal de ordenamento do território eficaz.

**Plano Municipal de Ordenamento do Território**

Instrumento de planeamento territorial, de natureza regulamentar, aprovados pelos municípios, que estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo. Os planos municipais de ordenamento do território compreendem os planos directores municipais, os planos de urbanização e os planos de pormenor.

**Plano Regional de Ordenamento do Território**

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território, adiante designados por PROT, são instrumentos de carácter programático e normativo visando o correcto ordenamento do território através do desenvolvimento harmonioso das suas diferentes parcelas pela optimização das implantações humanas e do uso do espaço e pelo aproveitamento racional dos seus recursos. Os PROT abrangem áreas pertencentes a mais de um município, definidas quer pela sua homogeneidade em termos económicos, ecológicos ou outros, quer por representarem interesses ou preocupações que pela sua interdependência, necessitam de consideração integrada.

**População residente**

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano. Este conceito é utilizado no Recenseamento Geral da População (CENSO), pelo que o momento de observação se reporta ao momento censitário e é extensível às Estimativas de População Residente, cuja população de partida se reporta também ao momento censitário.

**Posição de estacionamento de aeronaves**

Área destinada ao estacionamento das aeronaves.

**Rede Natura 2000**

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito Comunitário resultante da aplicação da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (Directiva Aves), alterada pelas Directivas n.ºs 91/244/CEE, da Comissão, de 6 de Março, 94/24/CE, do Conselho, de 8 de Junho, e 97/49/CE, da Comissão, de 29 de Junho, bem como da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (Directiva Habitats), com as alterações que lhe foram introduzidas pela Directiva n.º 97/62/CE, do Conselho, de 27 de Outubro. A Rede Natura 2000 compreende as áreas classificadas como zona especial de conservação (ZEC) e as áreas classificadas como zona de protecção especial (ZPE), constando o respectivo regime de diploma próprio (Decreto-Lei n.º 140/99 de 24/04, republicado pelo Decreto-Lei n.º 49/05 de 24/02).

**Reserva Agrícola Nacional (RAN)**

Conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas. Constitui uma servidão que visa defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afectação à agricultura, de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correcto ordenamento do território.

**Reserva Ecológica Nacional (REN)**

Estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas.

**Reserva natural**

Área que contém características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não é habitada de forma permanente ou significativa.

**Sítio classificado**

Área cuja definição visa a salvaguarda paisagística de determinadas ocorrências naturais e/ou construídas de interesse cultural, científico, técnico ou outros.

**Sítio de importância comunitária (Rede Natura 2000)**

Sítio que, na ou nas regiões biogeográficas a que pertence, contribui de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural ou uma espécie, num estado de conservação favorável e para manter a diversidade biológica. Um sítio (classificado no âmbito da Directiva 92/43/CEE do Conselho) que, na ou nas regiões biogeográficas atlântica, mediterrânica ou macaronésica, contribua de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural do anexo B-I ou de uma espécie do anexo B-II num estado de conservação favorável, e possa também contribuir de forma significativa para a coerência da Rede Natura 2000 ou para, de forma significativa, manter a diversidade biológica na ou nas referidas regiões biogeográficas.

**Uso do solo. Equipamentos e parques urbanos**

Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOTS como equipamento, equipamento existente, equipamento proposto.

**Uso do solo. Indústria**

Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOTS como indústria, indústria existente, indústria proposta, indústria extractiva.

**Uso do solo. Turismo**

Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOTS como turismo, turismo existente, turismo proposto.

**Uso do solo. Urbano**

Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOTS como urbano, urbano e urbanizável, urbanizável, comércio e serviços, comércio e serviços existentes, comércio e serviços propostos, edificação dispersa.

**Vila**

Agglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 3000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos: a) Posto de assistência médica; b) Farmácia; c) Casa do Povo, dos Pescadores, de espectáculos, centro cultural ou outras colectividades; d) Transportes públicos colectivos; e) Estação dos CTT; f) Estabelecimentos comerciais e de hotelaria; g) Estabelecimento que ministre escolaridade obrigatória; h) Agência bancária.

**Zona de Protecção Especial (Z.P.E.)**

Área de importância comunitária no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou restabelecimento do estado de conservação das populações das espécies de aves selvagens inscritas no anexo A-I do DL 140/99, de 24 de Abril e dos seus habitats.

**Zona Especial de Conservação (Z.E.C.)**

Sítio de importância comunitária no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou o restabelecimento do estado de conservação favorável dos habitats naturais ou das populações das espécies para as quais o sítio é designado.

**Subcapítulo 2 - Ambiente****Abastecimento de água**

Conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Consideram-se quantidade e qualidade adequadas aquelas que satisfazem as exigências quantitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

**Actividades de gestão e protecção do ambiente**

Qualquer actividade que vise manter ou restabelecer pela prevenção, a limpeza do meio ambiente. Incluem-se igualmente, as actividades visando a conservação das espécies selvagens e do seu "habitat", a conservação dos "sítios", assim como, as actividades de investigação e desenvolvimento, de controle e análise das condições ecológicas.

**Águas de origem subterrânea**

Águas obtidas em nascentes, galerias de minas, poços ou furos, ou seja, águas retidas que podem se recuperadas, através de uma formação geológica. Todos os depósitos de água permanentes, temporários, recarregados natural ou artificialmente no subsolo, tendo qualidade suficiente para garantir pelo menos uma utilização sazonal. Esta categoria inclui as camadas freáticas, bem como as camadas profundas sob pressão ou difusas, que podem estar submersas. Excluem-se os bancos de filtração (cobertos por águas de superfície).

**Águas de origem superficial**

Águas obtidas da água que escorre, ou estagna, à superfície do solo: em cursos de água naturais, tais como rios, ribeiros, regatos, etc., e cursos de águas artificiais tais como canais para rega, uso industrial, navegação, sistemas de drenagem, aluviões (águas sub-superficiais) e reservatórios naturais e artificiais. Excluem-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais, e as águas das zonas de transição tais como pântanos salobros, lagoas e estuários.

**Águas residuais**

Águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não se consideram as águas de arrefecimento.

**Águas residuais tratadas**

Águas residuais cujo tratamento é efectuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

**Captação de águas**

Entende-se por captação de águas a utilização de volumes de água, superficiais ou subterrâneas, por qualquer forma subtraídos ao meio hídrico, independentemente da finalidade a que se destina. A captação de água pode ter as seguintes finalidades, com ou sem retenção: a) Consumo humano; b) Rega; c) Actividade industrial; d) Produção de energia; e) Actividades recreativas ou de lazer.

**Caudais captados**

Quantidades de água obtida através dos pontos de captação de águas superficiais ou subterrâneas efectivamente utilizados. O caudal de exploração considerado dever ser o caudal máximo que em cada momento garanta as boas condições de funcionamento dos equipamentos e a disponibilidade continuada dos recursos hídricos onde se processa a captação.

**Caudais efluentes produzidos**

Volume de águas usadas e poluídas que são descarregadas por um centro urbano ou industrial.

**Caudais fornecidos**

Quantidade de água fornecida aos utilizadores (consumos) e, eventualmente, outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água.

**Compras de bens e serviços**

Compras que incluem o valor de todos os bens e serviços adquiridos durante o exercício e que se destinem a revenda, com ou sem nova transformação, ou a consumo no âmbito do processo de produção, podendo ser integralmente consumidos ou armazenados. As compras de bens e serviços são avaliados ao preço de compra, excluindo o IVA dedutível e outros impostos dedutíveis directamente relacionados com o volume de negócios. Todos os restantes impostos e direitos sobre os produtos não são deduzidos da avaliação das compras de bens e serviços. O tratamento dos impostos sobre a produção não é relevante para a avaliação das referidas compras. Incluem-se: os materiais que entram directamente para os bens produzidos (matérias-primas, produtos intermédios, componentes, entre outros); as pequenas ferramentas e o equipamento não classificados como activos; o valor respeitante a materiais auxiliares (lubrificantes, água, embalagens, materiais de conservação e reparação, material de escritório); os produtos energéticos; as aquisições de materiais destinados à produção de bens de investimento pela unidade; os serviços pagos durante o período de referência, quer sejam ou não industriais (como honorários referentes a serviços prestados nos domínios jurídico e contabilístico, taxas de licenças e patentes - quando não forem levadas ao activo -, prémio de seguro, despesas com as reuniões de accionistas e corpos gerentes, contribuições para associações empresariais e profissionais, despesas de correio, telefone, comunicações electrónicas, telégrafo e fax, serviços de transporte de bens e pessoal, publicidade, comissões - quando não se encontrarem incluídas nos salários e vencimentos -, rendas, despesas bancárias - excluindo pagamento de juros -); pagamentos de todos os trabalhos realizados por terceiros a favor da unidade, contando com a manutenção e reparações correntes, os trabalhos de instalação e os estudos técnicos; serviços transformados e reconhecidos ou contabilizados como activos, tal como a produção levada ao activo; Excluem-se: os bens de investimento cujo consumo seja registado como consumo de capital fixo; as quantias pagas pela instalação de bens de investimento e o valor correspondente aos bens convertidos em capital; os encargos classificados como encargos financeiros ou excepcionais nas contas das empresas.

**Consumo de água do sector doméstico por habitante**

Consumo de água residencial e dos serviços (1 000 m<sup>3</sup>) / População média x 1 000.

**Corpo de bombeiro**

Unidade operacional tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício das missões. Não são considerados corpos de bombeiros as entidades que não tenham por missão o combate e a prevenção contra incêndios.

**Custos de exploração e gestão**

Custos com a operação e manutenção das infraestruturas associadas aos serviços de abastecimento de água ou de drenagem e tratamento de águas residuais, incluindo ainda custos com facturação, leitura de contadores, atendimento ao cliente, contribuições e taxas, entre outros. Não se incluem nos custos directos de exploração e gestão custos com amortizações e reintegrações de infraestruturas ou custos com a aquisição de água a outras entidades gestoras/descarga de águas residuais em outras entidades gestoras.

**Custos gerais**

Custos não imputáveis directamente aos serviços de abastecimento de água ou de drenagem e tratamento de águas residuais associados, nomeadamente, a órgãos de gestão ou departamentos administrativos e financeiros, incluindo custos com telefones, gastos de secretária, pessoal, limpeza, amortizações de equipamentos, edifícios ou automóveis, entre outros.

**Despesas dos municípios em gestão de resíduos por 1 000 habitantes**

Despesas dos municípios em gestão de resíduos / População média x 1 000.

**Despesas dos municípios em protecção da biodiversidade e da paisagem por 1 000 habitantes**

Despesas dos municípios em gestão e protecção da biodiversidade e da paisagem / População média x 1 000.

**Drenagem de águas residuais**

Sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a colecta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio receptor (solo de água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

**Efluente doméstico**

É considerado efluente doméstico, todo aquele que não pertença ao efluente industrial.

**Efluente industrial**

É considerado efluente industrial, todo aquele que é produzido em actividades ou processos industriais.

**Entidade gestora**

Entidade responsável pela exploração, pelo funcionamento e eventualmente pela concepção, construção e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de águas residuais urbanas e/ou de resíduos urbanos (ou parte deles).

### **Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)**

Instalação que permita a reciclagem e a reutilização das águas residuais de acordo com parâmetros ambientais aplicáveis ou outras normas de qualidade. São os locais em que se sujeitam as águas residuais a processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização.

### **Gestão de águas residuais**

Domínio de ambiente que compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição de água. Incluem-se as fossas sépticas, assim como os respectivos serviços de manutenção e produtos utilizados como os activadores biológicos. Incluem-se igualmente, os sistemas de colectores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como, o tratamento das águas de arrefecimento.

### **Gestão de resíduos**

Operações de recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos, incluindo a monitorização dos locais de descarga após o encerramento das respectivas instalações, bem como o planeamento dessas operações. A gestão de resíduos visa, preferencialmente, a prevenção ou redução da produção ou nocividade dos resíduos, nomeadamente através da reutilização e da alteração dos processos produtivos, por via da adopção de tecnologias mais limpas, bem como da sensibilização dos agentes económicos e dos consumidores. Subsidiariamente, a gestão de resíduos visa assegurar a sua valorização, nomeadamente através da reciclagem, ou a sua eliminação adequada.

### **Investimento**

Conjunto de importâncias despendidas com a aquisição de imobilizado que a unidade estatística de observação utiliza como meio de realização dos seus objectivos.

### **Organizações Não Governamentais de Ambiente - ONGA**

Associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral, que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da natureza.

### **Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) por 100 000 habitantes**

Número de Organizações Não Governamentais de Ambiente e Equiparadas / População média x 100 000.

### **Outros proveitos**

Proveitos resultantes da prestação de serviços associados ao abastecimento de água e à drenagem e tratamento de águas residuais não considerados nos proveitos do tarifário do serviço a sectores e nos proveitos resultantes do serviço entre entidades gestoras. Os serviços considerados na rubrica outros proveitos são, nomeadamente, colocação, transferência e reaferição de medidores de caudal, vistorias e ensaios, limpeza de fossas sépticas individuais, juros de mora, taxas de relaxe.

### **População servida**

Pessoas habitualmente residentes na área geográfica que usufruem de serviços públicos de saneamento básico (abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos).

### **População servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR)**

População servida por estações de tratamento de águas residuais / População residente média x 100.

### **População servida por sistemas de drenagem de águas residuais**

População servida por sistemas de drenagem de águas residuais / População residente média x 100.

### **População servida por sistemas públicos de abastecimento de água**

População servida por sistemas de abastecimento de água / População residente média x 100.

### **Posto de cloragem (PC)**

Instalação ou dispositivo destinado a fazer a adição de cloro à água de abastecimento para desinfecção da mesma, podendo fazer também correcção do pH ou a correcção dos valores de agressividade da água, por processos físico-químicos, através da adição à água a tratar de hidróxido de cálcio, carbonato de sódio, óxido de cálcio, hidróxido de sódio, dióxido de carbono e outro reagente.

### **Protecção da biodiversidade e da paisagem**

Domínio de ambiente que compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do "habitat", essenciais ao bem estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como, a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Incluem-se igualmente, as actividades de protecção e gestão visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e flora, assim como, as actividades de protecção e gestão da floresta, actividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afectadas, para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético.

### **Proveitos do tarifário**

Proveitos resultantes da aplicação das componentes variável e fixa da estrutura tarifária.

### **Sistema de abastecimento de água**

Conjunto de órgãos interligados que, no seu todo, têm como função colocar água em casa do consumidor, em boa quantidade e boa qualidade. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, adutora para a distribuição e rede de distribuição.

### **Sistemas de drenagem**

Actividades relacionadas com a construção, manutenção e reparação dos sistemas de drenagem de águas residuais.

**Sistemas de tratamento de águas residuais**

Actividades relacionadas com a construção, manutenção, reparação ou substituição das estações de tratamento de águas residuais, qualquer que seja o tipo de tratamento (ETAR convencional, lagoa de estabilização ou fossas sépticas municipais).

**Tratamento de água para abastecimento**

Também designado por tratamento de água destinada a consumo humano, é aquele que obrigatoriamente tem que cumprir as normas de qualidade contidas no DL 236/98, de 1 de Agosto, que transpõe para o direito interno as directivas comunitárias relativas à qualidade da água e à protecção das águas superficiais e subterrâneas contra a poluição provocada por certas substâncias perigosas, estabelecendo normas, critérios e objectivos de qualidade da água em função dos seus principais usos.

**Tratamento de águas residuais**

Processo que torna as águas residuais aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis para fins de reciclagem ou reutilização. Considera-se apenas o tratamento efectuado nas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

## Capítulo II - AS PESSOAS

### Subcapítulo 1- População

**Casamento**

Contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família, mediante uma comunhão de vida.

**Densidade populacional**

Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

**Esperança de vida à nascença**

Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

**Esperança de vida aos 65 anos da população residente**

Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exacta x (65 anos) pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

**Grupo etário**

Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.

**Idade**

Intervalo de tempo que decorre entre a data do nascimento (dia, mês e ano) e as 0 horas da data de referência. A idade é expressa em anos completos, salvo se tratar de crianças com menos de 1 ano, devendo nestes casos ser expressa em meses, semanas ou dias completos.

**Idade média ao nascimento do primeiro filho**

Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

**Idade média ao primeiro casamento**

Idade média das pessoas (nubentes) ao primeiro casamento, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

**Índice de dependência de idosos**

Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

**Índice de envelhecimento**

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

**Índice de longevidade**

Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas com 65 ou mais anos).

**Índice sintético de fecundidade**

Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

**Nados-vivos fora do casamento**

Número de nados-vivos que não pertencem ao casamento, no caso de valores absolutos. Relação entre esse número e o total de nados-vivos, no caso de valores percentuais.

**Nado-vivo**

O produto do nascimento vivo.

**Óbito**

Cessação irreversível das funções do tronco cerebral.

**População estrangeira com estatuto legal de residente**

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular. Na publicação Estatísticas Demográficas, os dados publicados referem-se, na generalidade, aos pedidos e não às concessões, devido ao facto de os dados sobre pedidos estarem mais actualizados do que os referentes às concessões. O movimento do ano refere-se apenas às pessoas que solicitaram, pela 1  vez, uma autorização ou título de residência.

**População estrangeira que solicitou estatuto de residente**

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que num determinado ano solicitaram um título de residência ao abrigo da legislação em vigor, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros em território nacional.

**População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente por 100 habitantes**

Estrangeiros com residência legalizada / População residente x 100.

**População residente**

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano. Este conceito é utilizado no Recenseamento Geral da População (CENSO), pelo que o momento de observação se reporta ao momento censitário e   extensível às Estimativas de População Residente, cuja população de partida se reporta têm também ao momento censitário.

**Proporção de casamentos católicos**

Casamentos católicos / Total de casamentos x 100.

**Proporção de casamentos entre portugueses e estrangeiros**

Casamentos entre portugueses e estrangeiros / Total de casamentos x 100.

**Relação de masculinidade**

Quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 mulheres).

**Taxa bruta de divórcio**

Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido   população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1 000 habitantes).

**Taxa bruta de mortalidade**

Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido   população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1 000 habitantes).

**Taxa bruta de natalidade**

Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido   população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1 000 habitantes).

**Taxa bruta de nupcialidade**

Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido   população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1 000 habitantes).

**Taxa de crescimento efectivo**

Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido   população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1 000 habitantes).

**Taxa de crescimento natural**

Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido   população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1 000 habitantes).

**Taxa de fecundidade geral**

Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1 000 mulheres em idade fértil).

**Taxa de fecundidade na adolescência**

Número de nados-vivos ocorridos durante o ano de mulheres com idade <19 anos, referido ao efectivo médio de mulheres no grupo etário dos 15 aos 19 anos desse ano (número de nados-vivos por 1 000 mulheres dos 15 aos 19 anos).



## Subcapítulo 2 - Educação

### Aluno

Indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o acto de registo designado como matrícula.

### Aluno inscrito

Indivíduo inscrito em ano escolar ou em uma ou mais disciplinas de um curso.

### Aluno Matriculado

Ver “Aluno”.

### Ano de escolaridade

Ano de estudos completo legalmente instituído.

### Ano lectivo

Período de tempo compreendido entre o início e o fim das actividades lectivas que no ensino não superior corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares e no ensino superior deverá corresponder a um período entre 36 e 40 semanas.

### Aprovação

Situação do aluno que no final do ciclo de estudos que frequentava, lhe permite prosseguir os estudos no ciclo seguinte.

### Área de educação e formação

Conjunto de programas de educação e formação, agrupados em função da semelhança dos seus conteúdos principais, não se atribuindo relevância ao nível de educação ou formação ou à complexidade das aprendizagens.

### Ciclo de estudos

Etapas definidas na estrutura do sistema educativo, com determinado tempo de duração e com uma identidade própria, a nível de objectivos, finalidades, organização curricular, tipo de docência e programas.

### Curso científico-humanístico

Curso do ensino secundário, com a duração de três anos lectivos (10.º, 11.º e 12.º anos), tendo em vista o prosseguimento de estudos no ensino superior.

### Curso do ensino superior

Conjunto organizado de unidades curriculares que integram as diversas áreas científicas de um determinado plano de estudos.

### Curso geral do ensino secundário

Curso com a duração de três anos lectivos (10.º, 11.º e 12.º anos), estruturado em componentes (conjuntos de disciplinas) de formação geral, específica e técnica/artística, tendo em vista o prosseguimento de estudos no ensino superior.

### Curso profissional

Curso de ensino secundário com um referencial temporal de três anos lectivos, vocacionado para a qualificação inicial dos jovens, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. Confere diploma de conclusão do ensino secundário e certificado de qualificação profissional de nível 3.

### Curso tecnológico

Curso do ensino secundário com a duração de três anos lectivos - 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. Destina-se preferencialmente aos jovens que desejam ingressar no mundo do trabalho após o 12.º ano de escolaridade tendo, no entanto, a possibilidade de ingresso no ensino superior. Confere um diploma de estudos secundários e um certificado de qualificação profissional de nível 3.

### Cursos de especialização tecnológica

Oferta formativa pós secundária, não superior, que prepara jovens e adultos para o desempenho de profissões qualificadas, por forma a favorecer a entrada na vida activa. A organização do curso tem componentes de formação em contexto escolar e em contexto de trabalho. Confere um diploma de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 4.

### Desistência

Situação do aluno que no final do ano lectivo não se encontrava em condições de se inscrever no ano de escolaridade seguinte, por não ter frequentado até ao final o ano de escolaridade em que se encontrava inscrito.

### Diploma

Documento oficial comprovativo da atribuição de um nível, de um grau académico ou da conclusão de um curso não conferente de grau emitido por um estabelecimento de ensino.

### Diplomado

Aluno que concluiu com aproveitamento o nível/curso em que estava matriculado, tendo requerido o respectivo diploma.

### Educação pré-escolar

Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em estabelecimentos próprios, designados por jardins de infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e/ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

### Ensino artístico especializado

Tipo de ensino de nível secundário que proporciona uma formação especializada, dirigida a indivíduos que revelem potencialidades para ingresso e progressão numa via de estudos artísticos, permitindo a entrada no mercado de trabalho ou o prosseguimento de estudos. Existe nas seguintes áreas: artes visuais, dança e música.



**Ensino básico**

Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida activa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

**Ensino particular e cooperativo**

Ensino promovido sob iniciativa e responsabilidade de gestão de entidade privada com tutela pedagógica e científica do Ministério da Educação ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

**Ensino pós-secundário**

Ver “Curso de especialização tecnológica”.

**Ensino privado**

Ver “Ensino particular e cooperativo”.

**Ensino profissional**

Ensino que tem por objectivo imediato a preparação científica e técnica para o exercício de uma profissão ou ofício, privilegiando assim a qualificação inicial para entrada no mundo do trabalho e permitindo ainda o prosseguimento de estudos.

**Ensino público**

Ensino que funciona na directa dependência da administração central, das regiões autónomas e das autarquias.

**Ensino recorrente**

Modalidade de educação escolar a que têm acesso todos os indivíduos que ultrapassaram a idade normal de frequência do ensino básico e do ensino secundário. Constitui uma segunda oportunidade para os que abandonaram precocemente o sistema educativo e os que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional e uma primeira oportunidade para os que nunca frequentaram a escola, atenuando, assim, os desequilíbrios existentes entre os diversos grupos etários, no que respeita aos níveis educativos. Com organização curricular, metodologias e avaliação específicas, atribui diplomas e certificados equivalentes aos do ensino regular.

**Ensino regular**

Conjunto de actividades de ensino ministradas no âmbito da estrutura educativa estabelecida pela Lei de Bases do Sistema Educativo e que se destinam à maioria dos alunos que frequentam o sistema de ensino dentro dos limites etários previstos na lei.

**Ensino secundário**

Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida activa.

**Ensino secundário profissional**

Ensino que tem por objectivo imediato a preparação técnica para o exercício de uma profissão ou de um ofício. Confere um diploma de qualificação profissional do nível III e um diploma de estudos secundários.

**Ensino superior**

Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.

**Ensino superior não público**

Ensino ministrado em estabelecimentos de ensino superior particular e cooperativo de reconhecido interesse público e na Universidade Católica Portuguesa, criada ao abrigo do artigo XX da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, de 7 de Maio de 1940.

**Ensino superior particular e cooperativo**

Ensino ministrado em estabelecimentos de ensino superior instituídos por pessoas colectivas de direito privado. Rege-se por lei e estatuto próprios, podendo seguir os planos curriculares e os conteúdos programáticos do ensino a cargo do Estado ou adoptar planos e programas próprios, desde que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objectivos do sistema educativo.

**Ensino superior público**

Ensino ministrado em estabelecimento de ensino superior tutelado pelo Estado, e que abrange os ensinos universitário e politécnico. A tutela do Estado pode ser partilhada por mais do que um Ministério possuindo assim o estabelecimento dupla tutela.

**Estabelecimento de ensino não superior**

Cada unidade organizacional em que, sob a responsabilidade de um Conselho Executivo ou de um Director (Director Pedagógico ou Encarregado de Direcção), é ministrado o ensino de um ou mais graus.

**Estabelecimento de ensino superior**

Instituição de ensino onde são ministrados cursos e atribuídos graus e/ou diplomas de ensino superior. Podem ainda realizar cursos de ensino pós-secundário não superior visando a formação profissional especializada.

**Inscrição**

Acto administrativo que faculta, depois de efectuada a matrícula, a frequência de um determinado ano escolar, disciplina ou curso.

**Internet (acesso www)**

Ligação ao conjunto de redes informáticas mundiais interligadas pelo protocolo TCP/IP - Transmission Control Protocol/Internet Protocol, onde se localizam servidores de informação e serviços (FTP, WWW, E-mail, etc.).

**Nível 1 de formação**

Formação de acesso a este nível: escolaridade obrigatória e iniciação profissional. Essa iniciação é adquirida quer num estabelecimento escolar, quer no âmbito de estruturas de formação extra-escolares, quer na empresa. A quantidade de conhecimentos técnicos e de capacidades práticas é muito limitada. Essa formação deve permitir principalmente a execução de um trabalho relativamente simples, podendo a sua aquisição ser bastante rápida.

**Nível 2 de formação**

Formação de acesso a este nível: escolaridade obrigatória e formação profissional (incluindo, nomeadamente, a aprendizagem). Esse nível corresponde a uma qualificação completa de utilizar os instrumentos e técnica com ela relacionados. Essa actividade respeita principalmente a um trabalho de execução, que pode ser autónomo no limite das técnicas que lhe dizem respeito.

**Nível 3 de formação**

Formação de acesso a este nível: escolaridade obrigatória e/ou formação profissional e formação técnica complementar ou formação técnica escolar ou outra de nível secundário. Esta formação implica mais conhecimentos técnicos que o nível 2. Esta actividade respeita principalmente a um trabalho técnico que pode ser executado de uma forma autónoma e/ou incluir responsabilidades de enquadramento e coordenação.

**Nível de ensino**

Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

**Nível de escolaridade**

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma.

**Número médio de alunos por computador**

Relação entre o número de alunos dos ensinos básico e secundário regular e o número de computadores existente em cada escola.

**Número médio de alunos por computador com internet**

Relação entre o número de alunos dos ensinos básico e secundário regular e o número de computadores com ligação à Internet existente em cada escola.

**Pessoal docente**

Conjunto dos educadores de infância e/ou professores, de um estabelecimento de educação/ensino ou de uma entidade.

**Pessoal não docente**

Conjunto de profissionais pertencentes a carreiras específicas que, em colaboração com o pessoal docente, contribui para o desenrolar do processo educativo num estabelecimento de ensino.

**Proporção de inscritos em áreas C&T**

Relação percentual entre o número de alunos inscritos no ensino superior em áreas C&T (engloba “Ciências da vida”, Ciências físicas”, “Matemática e estatística”, “Informática”, “Engenharia e técnicas afins”, “Indústrias transformadoras”, “Arquitectura e construção”) e o total de alunos inscritos no ensino superior.

**Proporção de inscritos via “maiores de 23 anos” no ensino superior**

Relação percentual entre os alunos inscritos no ensino superior no 1.º ano pela 1.ª vez que ingressaram via “maiores de 23 anos” e o total de alunos inscritos no ensino superior no 1.º ano pela 1.ª vez em cursos de formação inicial (com acesso pelo regime geral).

**Relação de feminidade dos alunos diplomados do ensino superior**

Relação percentual entre o número de alunos do sexo feminino diplomados no ensino superior e o total de alunos diplomados no ensino superior.

**Relação de feminidade dos alunos inscritos no ensino superior**

Relação percentual entre o número de alunos do sexo feminino inscritos no ensino superior e o total de alunos inscritos do ensino superior.

**Relação de feminidade no ensino secundário**

Relação percentual entre o número de alunos do sexo feminino no ensino secundário e o total de alunos do ensino secundário.

**Taxa bruta de escolarização - Ensino Básico**

Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino básico e a população total residente dos 6 aos 14 anos.

**Taxa bruta de escolarização - Ensino Secundário**

Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino secundário e a população total residente dos 15 aos 17 anos.

**Taxa de escolarização do ensino superior**

Relação percentual entre os alunos inscritos em cursos de formação inicial no ensino superior (entre os 18 e os 22 anos) e a população total residente dos 18 aos 22 anos.

**Taxa de pré-escolarização**

Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino pré-escolar e a população total residente dos 3 aos 5 anos.

**Taxa de retenção e desistência no ensino básico (1º ciclo)**

Porcentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1º ciclo), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

**Taxa de retenção e desistência no ensino básico (2º ciclo)**

Porcentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (2º ciclo), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

**Taxa de retenção e desistência no ensino básico (3º ciclo)**

Percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (3º ciclo), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

**Taxa de retenção e desistência no ensino básico (total do básico)**

Percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

**Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (Cursos gerais/científico-humanísticos)**

Este indicador incide sobre os alunos que nos 10º e 11º anos obtêm classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas correspondentes ao curso frequentado ou em todas menos duas e os que concluem o 12º ano (geral).

**Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (Cursos tecnológicos)**

Este indicador incide sobre os alunos que nos 10º e 11º anos obtêm classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas correspondentes ao curso frequentado ou em todas menos duas e os que concluem o 12º ano (tecnológico).

**Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (total)**

Este indicador incide sobre os alunos que nos 10º e 11º anos obtêm classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas correspondentes ao curso frequentado ou em todas menos duas e os que concluem o 12º ano (total).

**Vagas**

Número fixado, anualmente, por portaria do ministro da tutela, para matrícula/inscrição de novos alunos em cada curso conferente de grau, sob proposta dos órgãos legal e estatutariamente competentes dos estabelecimentos de ensino superior.

---

**Subcapítulo 3 - Cultura e Desporto**


---

**Biblioteca**

Conjunto organizado de informação em todo o tipo de suporte, bem como de estruturas e serviços que permitam o tratamento, conservação e divulgação dos mesmos, visando a satisfação das necessidades dos utilizadores no que respeita a informação, investigação, educação e recreio.

**Circulação**

Número de exemplares efectivamente colocados no mercado, isto é, corresponde à soma das vendas, assinaturas e ofertas.

**Despesa total das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por habitante**

Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto / População média.

**Despesas correntes das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por habitante**

Despesas correntes das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto / População média.

**Despesas de capital das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por habitante**

Despesas de capital das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto / População média.

**Despesas em cultura e desporto no total de despesas**

Despesas em cultura e desporto / Total de despesas.

**Ecrã**

Superfície ou quadro branco, geralmente rectangular sobre o qual se projectam imagens luminosas, fixas ou em movimento.

**Edição**

Conjunto de todos os exemplares impressos e publicados na mesma data, sob o mesmo número.

**Espaço de exposição**

Local vocacionado para o acolhimento de exposições temporárias, abertas ao público em geral, sem fins lucrativos.

**Espectador**

Indivíduo que possui direito de ingresso, pago ou gratuito, para uma sessão de espectáculo.

**Espectadores (cinema) por habitante**

Total de espectadores (cinema) / População média.

**Espectadores (espectáculos ao vivo) por habitante**

Total de espectadores (espectáculos ao vivo) / População média.

**Exposição colectiva**

Exposição que contempla obras de dois ou mais autores.

**Exposição individual**

Exposição que contempla obras de um único autor.

**Galeria de arte**

Local de exposição e simultaneamente de venda de obras de artes plásticas com calendarização e temporada definidos, com fins lucrativos.

**Jardim zoológico, botânico e aquário**

Entidades cujo carácter específico é a apresentação de espécies vivas. Excluem-se os parques naturais.

**Jornal**

Publicação periódica destinada ao público em geral tendo por objectivo principal constituir uma fonte primária de informação escrita sobre acontecimentos correntes relacionados com assuntos públicos, questões internacionais, política, entre outros.

**Lotação**

Número total de lugares de uma sala, incluindo os reservados.

**Museu**

Instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e expõe-nos para estudo, educação e lazer.

**Obra**

Trabalho, documento, ou objecto resultado da criação, produção literária, científica ou artística.

**Proporção de exemplares distribuídos gratuitamente**

Exemplares distribuídos gratuitamente (publicações periódicas) / Total de exemplares (publicações periódicas) x 100.

**Proporção de visitantes escolares**

Total de visitantes escolares (museus) / Total de visitantes (museus) x 100.

**Publicação periódica**

Publicação editada em série contínua com o mesmo título, a intervalos regulares ou irregulares, durante um período indeterminado, sendo os diferentes elementos da série numerados consecutivamente ou cada um deles datado.

**Receita de bilheteira**

Receita proveniente da venda dos bilhetes de ingresso, sendo igual ao número de bilhetes vendidos vezes o preço unitário.

**Recinto de cinema**

Espaço próprio para a apresentação de obras cinematográficas. As instalações dos recintos podem ter uma ou mais salas e localizarem-se num edifício próprio destinado exclusivamente ao cinema, salas em Centro Comercial (Multiplex), ao ar livre ou em salas polivalentes.

**Recinto de espectáculos (fixo)**

Recinto com carácter permanente, envolvendo obras de construção civil, com delimitação de espaço, coberto ou descoberto, podendo implicar a alteração irreversível da topografia local.

**Recinto de espectáculos (improvisado)**

Recinto que tem características construtivas ou adaptações precárias, montado temporariamente para um espectáculo, quer em lugares públicos quer privados, com ou sem delimitação de espaço, coberto ou descoberto, nomeadamente: tendas, barracões, e espaços similares; palanques, estrados e/ou palcos e bancadas provisórias.

**Recinto de espectáculos (itinerante)**

Recinto que possui área delimitada, coberta ou não, onde sejam instalados equipamentos de diversão com características amovíveis e que, pelos seus aspectos de construção podem fazer-se deslocar e instalar, nomeadamente: circos ambulantes, Praças de touros ambulantes, entre outros.

**Revista**

Publicação periódica em série que trata, geralmente, de um ou vários domínios especializados, podendo também fornecer informação geral.

**Sessão**

Apresentação pública concreta de um espectáculo com hora de início predefinida.

**Taxa de ocupação das salas de cinema**

Rácio (em %) entre a média de espectadores por sessão e a lotação média das salas de cinema.

**Teatro**

Arte de representar uma peça ou obra, podendo incluir vários géneros, como por exemplo: drama, comédia, marionetas, mímicas, revista, declamação, musical, etc..

**Valor médio dos bilhetes vendidos (espectáculos ao vivo)**

Receitas de espectáculos ao vivo / Número de bilhetes de espectáculos ao vivo vendidos.

**Visitante de museu**

Pessoa que visita as exposições, utiliza os serviços disponíveis (biblioteca, centro de documentação, reservas, entre outros), e/ou frequenta as actividades realizadas no museu (concertos e conferências, entre outros).Excluem-se as entradas para o restaurante, a cafetaria, a loja e outros equipamentos, quando independentes, assim como as visitas ao site do museu.

**Visitantes por museu**

Total de visitantes de museus / Número de museus.

---

**Subcapítulo 4 - Saúde**


---

**Camas (lotação praticada) por 1 000 habitantes**

Número de camas (lotação praticada) de hospitais e de centros de saúde no ano / população média x 1 000.

### **Centro de saúde**

Estabelecimento público de saúde, que visa a promoção da saúde, prevenção da doença e a prestação de cuidados, quer intervindo na primeira linha de actuação do Serviço Nacional de Saúde, quer garantindo a continuidade de cuidados, sempre que houver necessidade de recurso a outros serviços e cuidados especializados. Dirige a sua acção tanto à saúde individual e familiar como à saúde de grupos e da comunidade, através dos cuidados que, ao seu nível, sejam apropriados, tendo em conta as práticas recomendadas pelas orientações técnicas em vigor, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo globalmente a sua acção ao indivíduo, à família e à comunidade. Pode ser dotado de internamento.

### **Cirurgia**

Ver “Intervenção cirúrgica”.

### **Consulta de especialidade**

Consulta médica em centros de saúde e hospitais prestada no âmbito de uma especialidade ou subespecialidade de base hospitalar, que deve decorrer de referência ou encaminhamento por médico de outra especialidade.

### **Consulta de medicina geral e familiar**

Consulta médica, prestada em centros de saúde, no âmbito da especialidade que, de forma continuada se ocupa dos problemas de saúde dos indivíduos e das famílias, no contexto da comunidade.

### **Consulta de planeamento familiar**

Consulta médica, em centros de saúde, realizada no âmbito da medicina geral e familiar ou de outra especialidade, em que haja resposta por parte do médico a uma solicitação sobre contracepção, pré-concepção, infertilidade ou fertilidade.

### **Consulta de saúde infantil e juvenil**

Consulta de medicina geral e familiar, em centros de saúde, prestada a menores de 19 anos de idade (exceptuam-se as consultas de saúde materna, planeamento familiar e saúde pública).

### **Consulta de saúde materna**

Consulta médica prestada, em centros de saúde, a uma mulher grávida ou no período pós-parto, em consequência de uma gravidez.

### **Consulta Externa**

Unidade orgânico-funcional de um hospital onde os doentes, com prévia marcação, são atendidos para observação, diagnóstico, terapêutica e acompanhamento, assim como para pequenos tratamentos cirúrgicos ou exames similares.

### **Consulta médica**

Acto de assistência prestado por um médico a um indivíduo, podendo consistir em observação clínica, diagnóstico, prescrição terapêutica, aconselhamento ou verificação da evolução do seu estado de saúde.

### **Consultas por habitante**

Número de consultas médicas realizadas nos hospitais e centros de saúde durante o ano / População média.

### **Dias de internamento/Tempo de internamento num período**

Total de dias utilizados por todos os doentes internados, nos diversos serviços de um estabelecimento de saúde com internamento, num período, exceptuando os dias das altas dos mesmos doentes nesse estabelecimento de saúde. Não são incluídos os dias de estada em berçário ou em serviço de observação de serviço de urgência.

### **Doença de declaração obrigatória**

Doença, constante de lista periodicamente revista e aprovada por diploma legal, que deve ser notificada à entidade competente por qualquer médico que a diagnostique, tanto em caso de doença como em caso de óbito.

### **Enfermeiros por 1 000 habitantes**

Número total de enfermeiros inscritos no final do ano / População residente estimada para o final do ano x 1 000.

### **Especialidade médica**

Título que reconhece uma diferenciação a que corresponde um conjunto de saberes específicos em medicina.

### **Estabelecimento de saúde**

Serviço ou conjunto de serviços prestadores de cuidados de saúde, dotados de direcção técnica, de administração e instalações próprias. Pode ter ou não internamento.

### **Extensão de centro de saúde**

Unidade periférica dos Centros de Saúde, situada em local da sua área de influência, tendo em vista proporcionar uma maior proximidade e acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde.

### **Farmácia**

Estabelecimento de saúde, licenciado por alvará concedido pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), através de concurso público, apenas a farmacêuticos. O exercício da sua actividade está devidamente regulamentado, competindo aos farmacêuticos, ou aos seus colaboradores, sob a sua responsabilidade, a função de preparar, controlar, conservar e dispensar medicamentos ao público. Pode ter, em condições devidamente regulamentadas, dois postos farmacêuticos novos.

### **Farmácias e postos de medicamentos por 1 000 habitantes**

Número total de farmácias e postos de medicamentos existentes no final do ano / População residente estimada para o final do ano x 1 000.

### **Grande cirurgia**

Intervenção cirúrgica com valor de K superior ou igual a 110 K conforme a tabela da Ordem dos Médicos.

**Hospital**

Estabelecimento de saúde dotado de internamento, ambulatório e meios de diagnóstico e terapêutica, com o objectivo de prestar à população assistência médica curativa e de reabilitação, competindo-lhe também colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica.

**Hospital oficial**

Hospital que é tutelado administrativamente pelo Estado, independentemente da propriedade das instalações. Pode ser: Público - tutelado pelo Ministério da Saúde ou Secretarias Regionais de Saúde, cujo acesso é universal; Militar - tutelado pelo Ministério da Defesa Nacional; Paramilitar - tutelado pelo Ministério da Administração Interna; Prisional - tutelado pelo Ministério da Justiça.

**Hospital privado**

Hospital cujas propriedade e administração são pertença de instituição privada, com ou sem fins lucrativos.

**Internamento**

Conjunto de serviços que prestam cuidados de saúde a indivíduos que, após serem admitidos, ocupam cama (ou berço de neonatologia ou pediatria), para diagnóstico, tratamento ou cuidados paliativos, com permanência de, pelo menos, 24 horas.

**Internamentos por 1 000 habitantes**

Número total de internamentos durante o ano em hospitais e centros de saúde / População residente estimada para o meio do ano x 1 000.

**Intervenção cirúrgica**

Um ou mais actos operatórios com o mesmo objectivo terapêutico e ou diagnóstico, realizado(s) por cirurgião(ões) em sala operatória, na mesma sessão, sob anestesia geral, locorregional ou local, com ou sem presença de anestesista.

**Intervenções de grande e média cirurgia por dia nos estabelecimentos de saúde**

Número de intervenções cirúrgicas efectuadas durante o ano em hospitais e centros de saúde / Número de dias do ano.

**K**

Designação do índice de ponderação relativo ao custo do acto médico, constante da tabela de códigos de nomenclatura e valor relativo dos actos médicos, definida pela Ordem dos Médicos.

**Média cirurgia**

Intervenção cirúrgica com valor de K inferior a 110 K e igual ou superior a 50 K conforme a tabela da Ordem dos Médicos.

**Médico**

Profissional qualificado com educação médica e autorizado legalmente a exercer medicina.

**Médicos por 1 000 habitantes**

Número total de médicos inscritos no final do ano / População residente estimada para o final do ano x 1 000.

**Mortalidade infantil**

Óbitos de crianças nascidas vivas, que faleceram com menos de um ano de idade.

**Mortalidade neonatal**

Óbitos de crianças nascidas vivas que faleceram com menos de 28 dias de idade.

**Posto farmacêutico móvel**

Estabelecimento destinado à dispensa de medicamentos ao público, a cargo de um farmacêutico e dependente duma farmácia em cujo alvará se encontra averbado. Tem condições especiais devidamente regulamentadas, de instalação e funcionamento.

**Sala de operações**

Ver "Sala operatória".

**Sala operatória**

Sala equipada, integrada em bloco operatório, que permite a execução de intervenções cirúrgicas e de exames que requeiram anestesia geral ou locorregional e elevado nível de assepsia. Não devem ser consideradas as salas vocacionadas para pequenas cirurgias, colocação de gessos, pensos e actividades semelhantes.

**Taxa de incidência de DDO**

Número anual de doenças notificadas de declaração obrigatória / População média x 1 000.

**Taxa de mortalidade (doenças do aparelho circulatório)**

Número anual de óbitos causados por doenças do aparelho circulatório / População média x 1 000.

**Taxa de mortalidade infantil**

Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1 000 nados vivos).

**Taxa de mortalidade neonatal**

Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1 000 nados vivos).

**Taxa de ocupação (camas)**

Dias de internamento nos hospitais e centros de saúde / Número de camas x 365 dias x 100.

**Total de consultas no ano**

Número total das primeiras consultas e das subsequentes prestadas durante um ano, nos serviços de especialidade/valência dum estabelecimento de saúde.

---

**Subcapítulo 5 - Mercado de Trabalho**


---

**Actividade principal do indivíduo**

Considera-se como actividade principal do indivíduo aquela em que habitualmente trabalha mais horas no período de referência, sendo o ramo de actividade aquele que ocupar maior número de pessoas no estabelecimento onde trabalha.

**Activos com pelo menos a escolaridade obrigatória no total da população**

População activa dos 25 aos 64 anos com pelo o menos 3º ciclo completo / População total dos 25 aos 64 anos x 100.

**Condição perante o trabalho**

Situação do indivíduo perante a actividade económica no período de referência podendo ser considerado activo ou inactivo.

**Contratos sem termo nos trabalhadores por conta de outrem**

População empregada por conta de outrem com contratos sem termo / População empregada por conta de outrem x 100.

**Custo da mão-de-obra**

Despesas suportadas exclusivamente pela entidade empregadora com o emprego da mão-de-obra. Dividem-se em custos directos e custos indirectos. Os subsídios para compensação das remunerações directas deduzem-se ao custo total.

**Desempregado**

Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não. Consideram-se como diligências: a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações; b) contacto com empregadores; c) contactos pessoais ou com associações sindicais; d) colocação, resposta ou análise de anúncios; e) realização de provas ou entrevistas para selecção; f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte: a) no desejo de trabalhar; b) na vontade de ter actualmente um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários; c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes. Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só vai começar a trabalhar em data posterior à do período de referência (nos próximos três meses).

**Desempregado À Procura de Novo Emprego**

Indivíduo desempregado que já teve um emprego.

**Desempregado À Procura do Primeiro Emprego**

Indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

**Desempregado de longa duração**

Indivíduo desempregado à procura de emprego há 12 ou mais meses.

**Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa**

Coefficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego dos diversos escalões de dimensão das empresas no total do emprego da respectiva unidade territorial.

**Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitação**

Coefficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego dos diversos níveis de habilitação no total do emprego da respectiva unidade territorial.

**Disparidade no ganho médio mensal por sector de actividade**

Coefficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego em cada sector de actividade no total do emprego da respectiva unidade territorial.

**Disparidade no ganho médio mensal por sexo**

Coefficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego em cada sexo no total do emprego da respectiva unidade territorial.

**Doméstico**

Indivíduo que, não tendo um emprego nem estando desempregado, se ocupa principalmente das tarefas domésticas no seu próprio lar.

**Duração habitual de trabalho**

Número de horas executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

**Empregado**

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

**Empregados a tempo completo no total de empregados**

População empregada a tempo completo / População empregada x 100.

**Empregados no sector terciário no total de empregados**

População empregada do sector terciário / População empregada x 100.

**Empregados por conta de outrem no total de empregados**

População empregada por conta de outrem / População empregada x 100.

**Empregados por conta própria no total de empregados**

População empregada por conta própria / População empregada x 100.

**Estabelecimento**

Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se actividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

**Ganho**

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efectuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

**Horas efectivamente trabalhadas**

Número total de horas que o pessoal ao serviço efectivamente consagrou ao trabalho. Inclui as horas extraordinárias. Inclui ainda o tempo passado no local de trabalho na execução de trabalhos tais como a preparação dos instrumentos de trabalho, preparação e manutenção de ferramentas, os tempos de trabalhos mortos mas pagos, devidos a ausências ocasionais de trabalho, paragem de máquinas ou acidentes e pequenas pausas para café. Exclui as horas de ausências independentemente de terem sido remuneradas ou não.

**Inactivos por 100 empregados**

População inactiva / População empregada x 100.

**Nível de escolaridade**

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma.

**Nível de habilitação**

Grau completo de habilitação académica mais elevado do trabalhador. Inferior ao 1º ciclo (inclui: não sabe ler nem escrever e sabe ler e escrever sem possuir o 1º ciclo do ensino básico); 1º ciclo (inclui: o ensino primário até ao 4º ano e o ensino básico com cursos de índole profissional); 2º ciclo (inclui ensino preparatório, telescola ou antigo 2º ano do liceu, 2º ciclo do ensino básico com cursos de índole profissional); 3º ciclo (inclui: ensino até 9º ano ou antigo 5º ano do liceu, ensino técnico - curso geral comercial, curso geral industrial e curso geral de artes visuais, 3º ciclo do ensino básico com cursos de índole profissional e cursos das escolas profissionais nível II); ensino secundário (inclui: ensino até ao 12º ano ou equivalente com cursos de índole profissional, ensino secundário liceal complementar; ensino secundário técnico-profissional e cursos das escolas profissionais nível III); bacharelato e licenciatura (inclui mestrado ou doutoramento).

**População activa**

Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

**População inactiva**

Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados.

**Profissão principal**

Profissão que o indivíduo ocupou mais tempo no período de referência.

**Proporção de desemprego de longa duração**

População desempregada há 1 ano ou mais / População desempregada x 100.

**Quadros e técnicos superiores**

Quadros e técnicos da área administrativa, comercial ou de produção da empresa com funções de coordenação nessas áreas de acordo com planificação estabelecida superiormente, bem como funções de responsabilidade, ambas requerendo conhecimentos técnico-científicos de nível superior.

**Quadros superiores e especialistas no total de empregados**

População empregada como quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa ou especialistas das profissões intelectuais e científicas / População empregada x 100.

**Reformado**

Indivíduo que, tendo cessado o exercício de uma profissão, por decurso de tempo regulamentar, por limite de idade, por incapacidade ou por razões disciplinares, beneficia de uma pensão de reforma.

**Remuneração de base**

Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.



**Situação na profissão**

Relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

**Taxa de actividade (15 e mais anos )**

Taxa que permite definir a relação entre a população activa e a população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade) .

**Taxa de actividade de um grupo etário específico**

População activa desse grupo etário / População residente desse grupo etário x 100.

**Taxa de actividade feminina**

População activado sexo feminino / População residente do sexo feminino x 100.

**Taxa de actividade total**

Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população.

**Taxa de desemprego**

Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa.

**Taxa de desemprego 15-24 anos**

População desempregada dos 15 aos 24 anos / População activa dos 15 aos 24 anos x 100.

**Taxa de desemprego feminino**

População desempregada do sexo feminino / População activa do sexo feminino x 100.

**Taxa de emprego (15 e mais anos )**

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade).

**Taxa de emprego de um grupo etário específico**

População empregada desse grupo etário / População residente desse grupo etário x 100.

**Taxa de TCO (trabalhadores por conta de outrem) em estabelecimentos com < 10 trabalhadores**

TCO em estabelecimentos com menos do que 10 trabalhadores / Total de TCO.

**Taxa de TCO (trabalhadores por conta de outrem) em estabelecimentos com > 250 trabalhadores**

TCO em estabelecimentos com mais do que 250 trabalhadores / Total de TCO.

**Trabalhador a tempo completo**

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

**Trabalhador a tempo parcial**

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

**Trabalhador com contrato permanente**

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

**Trabalhador permanente**

Ver “Trabalhador com Contrato Permanente”.

**Trabalhador por conta de outrem**

Indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrém, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

**Trabalhador Por Conta Própria**

Indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

---

**Subcapítulo 6 - Protecção Social**


---

**Abono de família para crianças e jovens**

Prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respectivo titular, visando compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. O direito ao abono de família é reconhecido a crianças e jovens inseridos em agregados familiares cujos rendimentos de referência, agrupados em escalões, podem variar entre os 0,5 e um máximo de 5 vezes o indexante dos apoios sociais (IAS), e às crianças e jovens considerados pessoas isoladas. Esta prestação é atribuída em função do nascimento com vida, do não exercício de actividade laboral e de limites de idade que podem ir dos 16 aos 24 anos consoante os níveis de escolaridade seguidos. O valor desta prestação é acrescido sempre que estejam reunidas as condições para atribuição da majoração e do montante adicional do abono de família para crianças e jovens.

**Beneficiário**

Pessoa inscrita como titular do direito a protecção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos.

**Descendentes**

Descendentes do 1º grau do beneficiário ou do cônjuge e os descendentes além do 1º grau (netos, bisnetos), desde que sejam órfãos de pai e mãe ou que tenham direitos através dos pais.

**Doença**

Estado do organismo em que existem alterações anatómicas ou perturbações funcionais que o afastam das condições normais.

**Equiparados a descendentes**

Os tutelados, adoptados e menores confiados ao beneficiário ou respectivo cônjuge por decisão dos tribunais ou dos serviços tutelares de menores, bem como os menores que, mediante confiança judicial ou administrativa se encontram a seu cargo com vista a futura adopção.

**Número médio de dias de subsídio de doença**

Dias processados de subsídio de doença / Número de beneficiários de subsídio de doença.

**Número médio de dias de subsídios de desemprego processados**

Dias processados de subsídios de desemprego / Número de beneficiários de subsídios de desemprego.

**Pensão**

Prestação pecuniária mensal de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.

**Pensão de invalidez**

Prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente definitivamente incapacitados de trabalhar na sua profissão.

**Pensão de sobrevivência**

Regime Geral de Segurança Social, Regime Especial de Segurança Social de Actividades Agrícolas e Regime Seguro Social Voluntário: prestação pecuniária mensal concedida a familiares dos beneficiários cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados, ascendentes que à data da morte tenham completado 36 meses de contribuições, pertencentes aos regimes acima referidos, excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições.

**Pensão de velhice**

Prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários que, tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano (excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 144 meses com entrada de contribuições) e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994, irá evoluir de 62 para 65 com um aumento de 6 meses por ano civil.

**Pensionista**

Titular de uma prestação pecuniária nas eventualidades de: invalidez, velhice, doença profissional ou morte.

**Prestações familiares**

Pagamentos às famílias que beneficiam dos Regimes de Segurança Social, (com excepção de alguns grupos do R.S.S.V. e do R.T.I.) que são assegurados pelas Instituições Gestoras daqueles regimes e que se detinham a compensar os encargos familiares decorrentes de situações geradoras de agravamento de despesas das famílias.

**Rendimento Social de Inserção (RSI)**

Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

**Segurança social**

Conjunto de sistemas e subsistemas de direito exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na Lei de Bases da Segurança Social.

**Subsídio de desemprego**

Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnem, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

**Subsídio de doença**

Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores em caso de doença. É atribuída nos termos da pensão de invalidez (ver pensão de invalidez).

**Subsídio de funeral**

Prestação pecuniária única de montante fixo concedida ao beneficiário, que visa compensar despesas de funeral, pelo falecimento de familiares - cônjuge, descendentes ou equiparados e ascendentes a cargo ou descendentes que confirmem direito ao Subsídio Mensal Vitalício e nas situações relativas a fetos ou nados-mortos. É atribuído aos beneficiários de todos os regimes, excepto do Regime Não Contributivo ou Equiparados e beneficiários do esquema obrigatório do Regime Geral dos Trabalhadores Independentes.

**Subsidio parental**

Prestação pecuniária concedida à mãe e ao pai trabalhadores no âmbito da protecção à parentalidade, durante o período de impedimento para o exercício da actividade laboral.

### **Subsídio parental inicial**

Prestação pecuniária concedida à mãe e ao pai trabalhadores por um período até 120 ou 150 dias consecutivos, consoante a opção dos progenitores, e cujo gozo pode ser partilhado após o parto. Aos períodos indicados são acrescidos 30 dias consecutivos nas situações de partilha da licença, no caso de cada um dos progenitores gozar, em exclusivo, um período de 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias consecutivos, após o período de gozo de licença parental inicial exclusiva da mãe. No caso de nascimentos múltiplos, aos períodos previstos acrescem 30 dias por cada gémeo além do primeiro.

### **Subsídio por assistência de terceira pessoa**

Prestação pecuniária mensal que visa compensar o acréscimo de encargos familiares e é atribuída: a) aos beneficiários com descendentes ou equiparados com direito a subsídio familiar, a crianças e jovens com bonificação por deficiência ou ao subsídio mensal vitalício, que se encontrem numa situação de dependência por causas exclusivamente imputáveis à deficiência (sem usufruírem do subsídio de educação especial); b) aos pensionistas de sobrevivência, invalidez ou velhice do regime geral da Segurança Social que se encontrem em situação de dependência.

### **Subsídio por maternidade**

Prestação pecuniária concedida às trabalhadoras do RGSS durante 120 dias consecutivos, 90 dos quais necessariamente a seguir ao parto, podendo os restantes ser gozados, total ou parcialmente, antes ou depois do parto. Em situação de risco clínico para a trabalhadora ou para o nascituro, pode haver direito a licença subsidiada antes do parto, pelo período aconselhado para prevenir o risco, conforme prescrição médica. Esta licença acresce ao período dos 120 dias. Nos casos de nascimentos múltiplos, este período é acrescido de 30 dias por cada gemelar além do primeiro. Na situação de aborto têm direito a licença mínima de 14 e máxima de 30 dias.

### **Valor médio anual das pensões**

Valor das pensões processadas dos regimes de velhice, invalidez e sobrevivência / Número de beneficiários (pensionistas).

### **Valor médio anual das pensões de invalidez**

Valor das pensões processadas dos regimes de invalidez / Número de beneficiários (pensionistas).

### **Valor médio anual das pensões de sobrevivência**

Valor das pensões processadas dos regimes de sobrevivência / Número de beneficiários (pensionistas).

### **Valor médio anual das pensões de velhice**

Valor das pensões processadas dos regimes de velhice / Número de beneficiários (pensionistas).

### **Valor médio das prestações familiares**

Montante processado de prestações familiares / Número de beneficiários de prestações familiares.

### **Valor médio do subsídio de desemprego**

Montante processado de subsídios de desemprego / Número de beneficiários de subsídios de desemprego.

### **Valor médio do subsídio de doença**

Montante processado de subsídio de doença e prestações compensatórias / Número de beneficiários de subsídio de doença.

## **Capítulo III - A ACTIVIDADE ECONÓMICA**

---

### **Subcapítulo 1 - Contas Regionais**

---

#### **Emprego**

O emprego compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma actividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema.

#### **FBCF no total do VAB**

FBCF da região / VAB da região x 100.

#### **Formação bruta de capital fixo**

A formação bruta de capital fixo engloba as aquisições líquidas de cessões, efectuadas por produtores residentes, de activos fixos durante um determinado período e determinadas mais valias dos activos não produzidos obtidas através da actividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais. Os activos fixos são activos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

#### **Índice de disparidade do PIB per capita (Portugal=100)**

PIB per capita da região / PIB per capita de Portugal x 100.

#### **PIB em % do total de Portugal**

PIB da região / PIB Portugal x 100.

#### **PIB per capita (em valor)**

PIB da região / População média da região x 1 000.

#### **Produtividade (VAB/emprego total)**

VAB da região ou do ramo / Emprego total da região ou do ramo.

**Produto Interno Bruto a Preços de Mercado (PIBpm)**

O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da actividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de outras três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de actividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afectados aos sectores e ramos de actividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efectivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia). Deduzindo ao PIBpm o consumo de capital fixo, obtém-se o Produto Interno Líquido a preços de mercado (PILpm).

**Produto interno bruto regional**

Equivalente regional do PIB nacional. Avaliado a preços de mercado, adicionando-se os impostos regionalizados líquidos de subsídios, aos produtos e à importação, e aos valores acrescentados, por região, a preços de base. A soma dos PIBR a preços de mercado por região, incluindo o PIBR do território extra-regional, é igual ao PIB a preços de mercado.

**Ramo de actividade**

Um ramo de actividade agrupa as unidades de actividade económica ao nível local que exercem uma actividade económica idêntica ou similar. Ao nível mais pormenorizado de classificação, um ramo de actividade compreende o conjunto das UAE locais inseridas numa mesma classe (4 dígitos) da NACE Rev.1 e que exercem, por conseguinte, a mesma actividade, tal como definida na NACE Rev.1.

**RDB per capita**

RDB da região / População média da região x 1 000.

**Remuneração média**

Remunerações da região ou do ramo / Emprego remunerado da região ou do ramo.

**Remunerações dos empregados**

As remunerações dos empregados definem-se como o total das remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos empregados como retribuição pelo trabalho prestado por estes últimos no período de referência.

**Remunerações no total do VAB**

Remunerações da região ou do ramo / VAB da região ou do ramo x 100.

**Rendimento disponível**

Saldo da conta de distribuição secundária do rendimento, a qual traduz a forma como o saldo dos rendimentos primários de um sector institucional é afectado pela redistribuição: impostos correntes sobre o rendimento, património, entre outros; contribuições e prestações sociais (com excepção das transferências sociais em espécie) e outras transferências correntes.

**Território extra-regional**

O território económico de um país pode ser dividido em território regional e território extra-regional (extra-regio). O território extra-regional é composto por partes do território económico de um país que não se podem ligar directamente a uma única região. Consiste em: a) o espaço aéreo nacional, as águas territoriais e a plataforma continental situada em águas internacionais em relação à qual o país dispõe de direitos exclusivos; b) os enclaves territoriais [isto é, os territórios geográficos situados no resto do mundo e utilizados, em virtude de tratados internacionais ou de acordos entre Estados, por administrações públicas do país - (embaixadas, consulados, bases militares, bases científicas, etc.)]; c) os jazigos petrolíferos, de gás natural, etc. situados em águas internacionais, fora da plataforma continental do país, explorados por unidades residentes.

**VAB em % do total da região**

VAB do ramo da região / VAB da região x 100.

**Valor Acrescentado Bruto (VAB) / Avaliação do VAB**

Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os sectores institucionais como para os ramos de actividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.

---

**Subcapítulo 2 - Preços**


---

**Preço no consumidor**

Preço suportado pelas famílias na aquisição de bens e serviços individuais baseados em transacções monetárias. Este preço, "preço de aquisição", corresponde ao preço de mercado que o adquirente efectivamente paga no momento de aquisição e inclui todos os impostos indirectos líquidos de subsídios sobre os produtos, reduções e descontos desde que de aplicação generalizada aos consumidores, e exclui juros e outros custos associados à aquisição a crédito.

**Taxa de variação média dos últimos doze meses**

A variação média dos últimos doze meses compara o nível do índice médio de preços dos últimos doze meses com os doze meses imediatamente anteriores. Por ser uma média móvel, esta taxa de variação é menos sensível a alterações esporádicas nos preços. O valor obtido no mês de Dezembro tem sido utilizado como referência no plano da concertação social, sendo por isso associado à taxa de inflação anual.

## Subcapítulo 3 - Empresas

### Autonomia Financeira

“Indicador económico-financeiro que traduz o grau de financiamento das empresas, ou seja a capacidade de contrair empréstimos a médio e longo prazo, suportada pelos capitais próprios. A capacidade esgota-se quando o rácio é igual à unidade, ou seja, quando o passivo a médio e longo prazo iguala os capitais próprios.”

### Cobertura do Imobilizado

Indicador económico-financeiro que evidencia em que medida os valores imobilizados brutos estão cobertos por recursos estáveis. Se a actividade da empresa necessitar de um fundo de maneio positivo, o rácio deve ser superior a 100%, isto é, deve existir um excedente de recursos estáveis sobre os valores imobilizados susceptível de cobrir parte daquelas necessidades de fundo de maneio.

### Coefficiente Capital Emprego

Indicador económico-financeiro que mede o volume do imobilizado directamente afecto à exploração, por trabalhador. O seu valor depende do sector de actividade e do grau de automatização da produção.

### Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Valor que representa a contrapartida das saídas das existências de mercadorias e/ou matérias primas, subsidiárias e de consumo por venda ou integração no processo produtivo.

### Custos e Perdas

Aqueles que comprovadamente forem indispensáveis para a realização dos proveitos ou ganhos sujeitos a imposto ou para a manutenção da fonte produtora.

### Densidade de empresas

Número de empresas / Área do município (km<sup>2</sup>).

### Empresa

Entidade jurídica (pessoa singular ou colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias actividades, em um ou em vários locais.

### Formação Bruta de Capital Fixo

A formação bruta de capital fixo engloba as aquisições líquidas de cessões, efectuadas por produtores residentes, de activos fixos durante um determinado período e determinadas mais valias dos activos não produzidos obtidas através da actividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais. Os activos fixos são activos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

### Fornecimentos e Serviços Externos

Todos os custos por aquisição de bens de consumo corrente que não sejam existências e de serviços prestados por entidades externas à unidade estatística de observação.

### Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas

$\text{VAB das 4 maiores empresas} / \text{VAB das empresas} \times 100$ .

### Indicador de concentração do valor acrescentado bruto dos municípios

Corresponde à metade da soma dos valores absolutos das diferenças entre a quota do valor acrescentado bruto de cada município e a quota do número de municípios expressa em percentagem.

### Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas

$\text{Volume de negócios das 4 maiores empresas} / \text{Volume de negócios das empresas} \times 100$ .

### Indicador de concentração do volume de negócios dos municípios

Corresponde à metade da soma dos valores absolutos das diferenças entre a quota do volume de negócios de cada município e a quota do número de municípios expressa em percentagem.

### Liquidez Imediata

Indicador económico-financeiro que traduz a capacidade da empresa solver os seus compromissos de curto prazo, mediante as disponibilidades existentes.

### Liquidez Reduzida

Indicador económico-financeiro que traduz a capacidade da empresa solver os seus compromissos de curto prazo, mediante as suas disponibilidades e créditos sobre terceiros.

### Morte de Empresas

Número de empresas que cessaram a actividade. Considera-se cessada a actividade, uma vez verificada a dissolução de uma combinação de factores de produção, desde que não existam quaisquer outras empresas envolvidas no processo. Neste número não se incluem as empresas que cessaram a sua actividade devido a fusão, aquisição maioritária, dissolução ou reestruturação de um conjunto de empresas. Não se incluem, igualmente, as saídas de uma subpopulação devidas apenas a uma mudança da actividade.

### Nascimento de Empresas

Corresponde à criação de uma combinação de factores de produção, com a restrição de que não existem outras empresas envolvidas nesse acontecimento.

## Peso dos Custos com o Pessoal no Valor Crescentado Bruto

A parte do valor criado que se destina a remunerar o factor trabalho. Corresponde ao quociente entre o total dos custos com o pessoal e o valor acrescentado bruto (VAB).

### Pessoal ao Serviço

Pessoas que, no período de referência, participaram na actividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições:

- a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração;
- b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros activos de cooperativas);
- c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta directamente remunerados;
- d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas directamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por recibos verdes).

### Pessoal ao serviço por empresa

Pessoal ao serviço nas empresas / Número de empresas.

### Produtividade do Capital Fixo

Indicador económico-financeiro que mede a contribuição produtiva do factor capital utilizado pela empresa, a qual não depende não só da utilização mais ou menos intensiva do equipamento da empresa, mas também do seu grau de modernização e automatização.

### Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço

Número de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço / Número de empresas x 100.

### Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço

Número de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço / Número de empresas x 100.

### Proporção de empresas individuais

Número de empresas individuais / Número de empresas x 100

### Proporção de pessoal ao serviço das empresas maioritariamente estrangeiras

Emprego de empresas com participação de capital estrangeiro superior a 50% / Emprego das empresas x 100.

### Proporção de pessoal ao serviço em actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)

VAB dos grupos da CAE-Rev.3: 261, 262, 263, 264, 268, 465, 582, 61, 62, 631, 951 / VAB das empresas x 100.

### Proporção do VAB das empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia

VAB das divisões/grupos da CAE-Rev.3: 20, 21, 25.4, 26, 27, 28, 29, 30.2, 30.3, 32.5, 59, 60, 61, 62, 63, 72 / VAB das empresas x 100

### Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia

Número de nascimentos de empresas em sectores de alta e média alta tecnologia (divisões/grupos da CAE-Rev.3: 20, 21, 25.4, 26, 27, 28, 29, 30.2, 30.3, 32.5, 59, 60, 61, 62, 63, 72) / Número de nascimentos de empresas x 100.

### Proveitos e Ganhos

Consideram-se proveitos e ganhos os derivados de operações de qualquer natureza em consequência de uma acção normal ou ocasional, básica ou meramente acessória.

### Rendibilidade dos Capitais Próprios

Indicador económico-financeiro que permite avaliar se a rendibilidade do capital próprio se situa a um nível aceitável comparativamente às taxas de rendibilidade do mercado de capitais e ao custo de financiamento.

### Sobrevivência da Empresa

Uma empresa sobrevive se estiver em actividade em termos de volume de negócios e/ou emprego em qualquer período do ano ou se a unidade legal a que está ligada tiver cessado a actividade, mas esta tenha sido retomada por uma ou mais unidades legais novas, criadas especificamente para utilizar os factores de produção dessa empresa.

### Taxa de Investimento

O peso da Formação bruta de capital fixo em relação ao Valor acrescentado bruto.

### Taxa de Mortalidade de Empresas

Quociente entre o número de mortes e o número de empresas activas no período de referência.

### Taxa de Natalidade de Empresas

Quociente entre o número de nascimentos e o número de empresas activas no período de referência.

### Taxa de sobrevivência

Quociente entre o número de empresas activas em n que tendo nascido em n-t sobreviveram t anos, e o número de nascimentos em n-t.

### Taxa de Valor Acrescentado Bruto

Determina a natureza da actividade da empresa através do peso do Valor acrescentado bruto em cada unidade produzida.

**Tecnologias da Informação e Comunicação ( TIC )**

Ramo da ciência da computação e da sua utilização prática que tenta classificar, conservar e disseminar a informação. É uma aplicação de sistemas de informação e de conhecimentos em especial aplicados nos negócios e na aprendizagem. São os aparelhos de hardware e de software que formam a estrutura electrónica de apoio à lógica da informação.

**Valor Acrescentado Bruto a Preços de Mercado - VABpm**

Volume de negócios + Variação de existências + Trabalhos para a própria empresa + Proveitos suplementares - Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas - Fornecimentos e serviços externos.

**Volume de negócios por empresa**

Volume de negócios das empresas / Número de empresas.

---

**Subcapítulo 4 - Comércio Internacional**


---

**Bens de alta tecnologia**

Ver "Produtos de alta tecnologia".

**Chegada**

Recepção de mercadorias comunitárias expedidas de um outro Estado-membro.

**Comércio extracomunitário**

Exportação de mercadorias de Portugal para países terceiros e/ou importação por Portugal de mercadorias com origem em países terceiros.

**Comércio internacional**

Conjunto do comércio intracomunitário e do comércio extracomunitário, ou seja o conjunto das entradas e/ou saídas de mercadorias.

**Comércio intracomunitário**

Expedição e/ou chegada de mercadorias transaccionadas entre Portugal e os restantes Estados-membros da União Europeia.

**Entrada**

Somatório das chegadas a Portugal de mercadorias provenientes dos restantes Estados-membros, com as importações portuguesas com origem em países terceiros.

**Estado Membro**

Território estatístico definido por cada país pertencente à União Europeia no território estatístico comunitário.

**Expedição**

Envio de mercadorias comunitárias com destino a um Estado-membro.

**Exportação**

Envio de mercadorias comunitárias com destino a um país terceiro.

**Importação**

Recepção de mercadorias não comunitárias, exportadas de um país terceiro.

**Intrastat**

Sistema permanente de recolha estatística, instaurado com vista ao estabelecimento das estatísticas das trocas de bens entre os Estados Membros da União Europeia.

**País de destino**

Último país ou território estatístico conhecido, no momento da expedição/exportação, para o qual as mercadorias devem ser expedidas/exportadas.

**País de origem**

País ou território estatístico onde os produtos naturais foram extraídos ou produzidos ou, tratando-se de produtos em obra, onde foram fabricados.

**País terceiro**

Qualquer país ou território que não faça parte do território estatístico da União Europeia.

**Produtos de alta tecnologia**

Produtos técnicos cuja fabricação envolve uma elevada intensidade de I&D. Inclui os seguintes produtos: aeroespacial, armamento, computadores/equipamento de escritório, instrumentos científicos, máquinas eléctricas, máquinas não eléctricas, electrónicos/telecomunicações, farmacêuticos e químicos.

**Proporção das entradas dos 4 principais mercados no total das entradas**

$(\text{Soma das entradas dos 4 principais mercados} / \text{Total de entradas}) \times 100$ .

**Proporção das entradas intracomunitárias no total das entradas**

$(\text{Entradas intracomunitárias} / \text{Total de entradas}) \times 100$ .

**Proporção das entradas provenientes de Espanha no total das entradas**

$(\text{Entradas provenientes de Espanha} / \text{Total de entradas}) \times 100$ .

**Proporção das saídas de bens de alta tecnologia no total das saídas**

$(\text{Saídas de bens de alta tecnologia} / \text{Total de saídas}) \times 100$ .

**Proporção das saídas intracomunitárias no total das saídas**

(Saídas intracomunitárias / Total de saídas) x 100.

**Proporção das saídas para Espanha no total das saídas**

(Saídas para Espanha / Total de saídas) x 100.

**Proporção das saídas para os 4 principais mercados no total das saídas**

(Soma das saídas para os 4 principais mercados / Total de saídas) x 100.

**Saída**

Somatório das expedições de mercadorias efectuadas por Portugal para os restantes Estados-membros, com as exportações de Portugal para os países terceiros.

**Taxa de cobertura das entradas pelas saídas**

(Saídas / Entradas) x 100.

**Transacção no comércio internacional**

Qualquer operação comercial ou não, que comporte um movimento de mercadorias que seja objecto das estatísticas do comércio internacional.

**Valor estatístico na chegada**

Valor da mercadoria estabelecido a partir da base de imposição a fixar para fins fiscais (6ª Directiva do IVA), deduzindo-se, no entanto, as taxas devidas em virtude da sua introdução no consumo, bem como as despesas de transporte e de seguro que se referem à parte do trajecto que se situa no território nacional.

**Valor estatístico na expedição**

Valor da mercadoria estabelecido a partir da base de imposição a fixar para fins fiscais (6ª Directiva do IVA), deduzindo-se, no entanto, as taxas devidas em virtude da expedição; o valor estatístico inclui, em contrapartida, as despesas de transporte e de seguro referentes à parte do trajecto que se situa no território nacional.

**Valor estatístico na exportação**

Valor da mercadoria no local e no momento em que deixa o território estatístico nacional (valor FOB).

**Valor estatístico na importação**

Valor da mercadoria no local e no momento em que chega ao território estatístico nacional, sendo determinado com base na noção do valor aduaneiro (valor CIF).

---

**Subcapítulo 5 - Agricultura e Floresta**


---

**Azeite (composto por azeite refinado e virgem)**

Azeite obtido por loteamento de azeite refinado e de azeite virgem, com exclusão do azeite lampante, com uma acidez livre expressa em ácido oleico que não pode ser superior a 1 grama por 100 gramas e com as outras características conforme previsto para esta categoria.

**Bovinos**

Animais domésticos da espécie "bos".

**Cabeça Normal (CN)**

Medida pecuária que relaciona os efectivos, convertidos em cabeças normais, em função das espécies e das idades, através de uma tabela de conversão, e, em que, um animal adulto da espécie bovina corresponde a 1 C.N.

**Cabra**

Caprino fêmea que já pariu. Inclui as cabras de refugio.

**Cabrito**

Macho ou fêmea em amamentação da espécie caprina com menos de 1 ano.

**Caprinos**

Animais domésticos da espécie "Capra".

**Carne aprovada para consumo público**

Carne que tenha sido inspeccionada e aprovada sem qualquer limitação e tenha sido marcada de acordo com a legislação em vigor.

**Chiba coberta**

Fêmea nova coberta pela primeira vez, da espécie caprina.

**Corpo de bombeiros**

Unidade operacional tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício das missões. Não são considerados corpos de bombeiros as entidades que não tenham por missão o combate e a prevenção contra incêndios.

**Culturas permanentes**

Culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. Não incluem os prados e pastagens permanentes. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos regulares, com densidade mínima de 100 árvores, ou de 45 no caso de oliveiras, figueiras e frutos secos.



**Culturas temporárias**

Culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (as anuais) e também as que são ressemeadas com intervalos que não excedem cinco anos (morangos, espargos, prados temporários, etc.).

**Dimensão média do efectivo bovino**

Número total de bovinos / Número total de explorações com bovinos.

**Dimensão média do efectivo caprino**

Número total de caprinos / Número total de explorações com caprinos.

**Dimensão média do efectivo de vacas leiteiras**

Número total de vacas leiteiras / Número total de explorações com vacas leiteiras.

**Dimensão média do efectivo ovino**

Número total de ovinos / Número total de explorações com ovinos.

**Dimensão média do efectivo suíno**

Número total de suínos / Número total de explorações com suínos.

**Efectivo animal**

Animais que são propriedade de uma exploração agrícola, bem como os criados sob contrato pela exploração.

**Equídeos**

Animais domésticos da espécie "Equus", mais vulgarmente designados por cavalos. Esta designação abrange também outras espécies como o burro e a zebra e cruzamentos como a "mula" ou o "macho".

**Exploração agrícola**

Unidade técnico-económica que utiliza mão-de-obra e factores de produção próprios e que deve satisfazer obrigatoriamente às quatro condições seguintes: a) produzir um ou vários produtos agrícolas; b) atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais, etc.); c) estar submetida a uma gestão única; d) estar localizada num lugar determinado e identificável.

**Floresta**

Terrenos dedicados à actividade florestal. Estão incluídos os povoamentos florestais, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas a corte raso e outras áreas arborizadas.

**Forma de exploração**

Forma jurídica pela qual o produtor dispõe da terra, determinando a relação existente entre o(s) proprietário(s) das superfícies de exploração e o responsável económico e jurídico de exploração (o produtor), que tem dela a fruição.

**Formação agrícola exclusivamente prática**

Formação resultante exclusivamente de um trabalho prático desenvolvido numa ou em mais explorações agrícolas.

**Formação profissional agrícola completa**

Formação adquirida através de um curso, de pelo menos 2 anos, subsequente à conclusão da escolaridade obrigatória, concluído numa escola secundária, numa escola agrícola ou numa universidade, nos domínios da agricultura, horticultura, viticultura, silvicultura, piscicultura, veterinária, tecnologia agrícola ou em domínios associados.

**Formação profissional agrícola elementar**

Formação obtida através de cursos de formação profissional agrícola, ministrados em Centros de Formação Profissional ou noutro local adequado para o efeito e confinados a certas áreas relativas à actividade agrícola, pecuária ou silvícola. Inclui: a) cursos básicos (cursos de longa duração) - cujo programa integra uma formação geral, completada por uma formação específica em determinadas actividades agrícolas normalmente de interesse regional; b) cursos monográficos (cursos de curta duração) - quando limitados a uma área específica; estes só são reconhecidos para atribuição deste grau de formação profissional ao dirigente da exploração se forem relativos à actividade principal ou às actividades mais importantes da mesma.

**Gado**

Conjunto de reses criadas para serviços agrícolas e consumo doméstico.

**Gema**

É um produto de secreção própria das resinosas, que serve para proteger e conservar estas árvores. O pinheiro bravo é a espécie em que normalmente, entre nós, se pratica a resinagem.

**Horta familiar**

Superfície normalmente inferior a 20 ares, reservada à cultura de produtos tais como hortícolas, frutos e flores destinados fundamentalmente ao autoconsumo e não para venda.

**Idade média do produtor agrícola singular**

Soma das idades dos produtores agrícolas singulares / Número total de produtores agrícolas singulares.

**Incêndio florestal**

Combustão não limitada no tempo nem no espaço e que atinge uma área florestal.

**Lagar do azeite**

Estabelecimento industrial destinado à produção de azeite a partir das azeitonas.

**Leitões**

Suínos machos e fêmeas com peso vivo inferior a 20 kg.

**Mão-de-obra familiar**

Pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor que não pertencendo ao seu agregado doméstico trabalham regularmente na exploração.

**Mão-de-obra não contratada directamente pelo produtor**

Pessoas não contratadas directamente pelo produtor que efectuem trabalho agrícola na exploração, fazendo-o por conta própria ou por conta de terceiros (caso de cooperativas ou empresas de trabalho à tarefa).

**Mão-de-obra não familiar**

Pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da exploração que não sejam nem o produtor nem membros da sua família.

**Margem bruta**

Valor da produção bruta quando são retirados os encargos variáveis referentes a essa produção.

**Margem Bruta Total (MBT) por exploração**

MBT (euros) / Número total explorações.

**MBT por SAU**

MBT (euros) / SAU total (ha).

**Ocorrência (de incêndio florestal)**

Incêndio, queimada ou falso alarme que origina a mobilização de meios dos bombeiros.

**Ovelha**

Ovino fêmea que já pariu pelo menos uma vez. Incluem-se as borregas destinadas à reprodução e as ovelhas de refugo.

**Ovinos**

Animais domésticos da espécie "Ovis".

**Pastagens permanentes**

Conjunto de plantas sementeiras ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

**Percentagem de acidez do azeite**

Quantidade de ácidos gordos livres, expressa em percentagem de ácido oleico.

**Peso limpo da carcaça dos bovinos**

Peso, a frio, do corpo do animal abatido, depois de sangrado, esfolado, eviscerado e depois da separação dos órgãos genitais externos, das extremidades dos membros ao nível do carpo e do tarso, da cabeça, da cauda, dos rins, das gorduras envolventes dos rins e do úbere, bem como dos materiais de risco específicos.

**Peso limpo da carcaça dos caprinos**

Peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado, esfolado e eviscerado e depois de cortada a cabeça (separada ao nível das articulações occipito-atloidea), os pés (cortados ao nível das articulações carpo-metacárpicas ou tarso-metatarsais), a cauda (cortada entre a 6ª e 7ª vértebras caudais), o úbere e os órgãos genitais. Os rins e as gorduras envolventes dos rins fazem parte da carcaça.

**Peso limpo da carcaça dos equídeos**

Peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado, esfolado e eviscerado despojado da pele e de todos os órgãos internos com excepção dos rins e gordura envolvente, depois de desprovidos da cabeça, extremidades locomotoras e cauda.

**Peso limpo da carcaça dos ovinos**

Peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado, esfolado e eviscerado e depois de cortada a cabeça (separada ao nível da articulação occipito-atloidea), os pés (cortados ao nível das articulações carpo-metacárpicas ou tarso-metatarsais), a cauda (cortada entre a 6ª e 7ª vértebras caudais), o úbere e os órgãos genitais. Os rins e as gorduras envolventes dos rins fazem parte da carcaça.

**Peso limpo da carcaça dos suínos**

Peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado e eviscerado e depois da separação dos órgãos genitais externos, dos rins, das gorduras envolventes dos rins e banha. O toucinho do lombo, a cabeça, os pés e a cauda fazem parte da carcaça.

**Peso limpo de carcaça**

Peso em frio do corpo do animal de abate depois de esfolado, sangrado, eviscerado e depois da ablação dos órgãos genitais externos, das extremidades dos membros ao nível do carpo e do tarso, da cabeça, da cauda, dos rins e das gorduras envolventes dos rins, assim como do úbere (ver peso limpo da carcaça de cada espécie de gado abatido).

**População agrícola familiar**

Conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

**Porcos de engorda**

Suínos machos e fêmeas não reprodutores com peso vivo igual ou superior a 20 kg.

**Povoamento florestal**

Áreas ocupadas por um conjunto de árvores florestais crescendo num dado local, suficientemente homogéneas na composição específica, estrutura, idade, crescimento ou vigor, e cuja percentagem de coberto é no mínimo de 10%, que ocupa uma área no mínimo de 0.5 ha e largura não inferior a 20m.

**Produtor agrícola**

Responsável jurídico económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc..

**Produtor singular**

Produtor agrícola enquanto pessoa física, englobando o produtor autónomo e o produtor empresário. Excluem-se as entidades colectivas tais como: sociedades, cooperativas, Estado, etc..

**Proporção da SAU em conta própria**

$\text{SAU em conta própria} / \text{SAU total} \times 100$ .

**Proporção de explorações com contabilidade organizada**

$\text{Número de explorações com contabilidade organizada} / \text{Número total de explorações} \times 100$ .

**Proporção de explorações com rendimento do produtor agrícola singular exclusivamente da exploração**

$\text{Número de explorações agrícolas com rendimento exclusivamente da exploração} / \text{Número total de explorações} \times 100$ .

**Proporção de produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo na exploração**

$\text{Número de produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo} / \text{Número de total de produtores agrícolas} \times 100$ .

**Proporção de produtores agrícolas singulares com formação profissional agrícola**

$\text{Número de produtores agrícolas singulares com formação profissional agrícola} / \text{Número total de produtores agrícolas singulares} \times 100$ .

**Proporção de produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior**

$\text{Número de produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior} / \text{Número total de produtores agrícolas singulares} \times 100$ .

**Proporção de produtores agrícolas singulares mulheres**

$\text{Número de produtores agrícolas singulares sexo feminino} / \text{Número total de produtores agrícolas singulares} \times 100$ .

**Resina**

Ver "Gema".

**SAU por Unidade Trabalho Ano (UTA)**

$\text{Total de SAU (ha)} / \text{Número total de UTA}$ .

**Suíños**

Animais domésticos da espécie "Sus".

**Suíños com menos de 20 Kg de peso vivo**

Suíños (machos ou fêmeas) com menos de 20 Kg de peso vivo quer estejam ou não junto da porca mãe (a mamar ou desmamados). Normalmente são animais com menos de dois meses de idade.

**Superfície Agrícola Utilizada (SAU)**

Superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

**Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por exploração**

$\text{Total de SAU (ha)} / \text{Número total de explorações}$ .

**Superfície agrícola utilizada por conta própria**

Superfície agrícola utilizada que é propriedade do produtor. Consideram-se também como exploradas por conta própria as terras cultivadas pelo produtor a título de usufrutuário, superficiário ou outros títulos equivalentes, em que: a) usufrutuário é o beneficiário de um direito denominado usufruto, que consiste no direito de converter em utilidade própria o uso ou o produto de um bem alheio, cabendo-lhe todos os frutos que o bem usufruído produzir; b) superficiário é o beneficiário de um direito de superfície, ou seja, o direito de uma pessoa ter propriedade de plantações feitas em terreno alheio, com autorização ou consentimento do proprietário.

**Taxa de superfície florestal ardida**

Relação percentual entre a superfície florestal ardida e a superfície florestal total.

**Tempo completo de actividade na exploração**

Tempo consagrado aos trabalhos de exploração que corresponde a 240 dias de trabalho por ano (equivalente a 40 ou mais horas por semana, 240 dias ou mais por ano, incluindo 1 mês de férias).

**Tempo de actividade na exploração agrícola**

Tempo de trabalho consagrado aos trabalhos agrícolas e para-agrícolas da exploração agrícola.

**Terras aráveis**

Terras cultivadas destinadas à produção vegetal, as terras retiradas da produção, ou que sejam mantidas em boas condições agrícolas e ambientais nos termos do artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, e as terras ocupadas por estufas ou cobertas por estruturas fixas ou móveis.

**Total de cabeças normais por SAU**

$\text{Total de cabeças normais} / \text{Total de SAU (ha)}$ .

**Trabalhador eventual**

Pessoa que prestou trabalho na exploração durante o ano agrícola de forma irregular, sem carácter de continuidade.

**Trabalhador permanente**

Assalariado que trabalha com regularidade na exploração ao longo do ano agrícola, isto é, todos os dias, alguns dias por semana ou alguns dias por mês.

**Unidade de Dimensão Europeia (UDE)**

Unidade de medida europeia da dimensão económica das explorações agrícolas, equivalente a 1 200 euros. No período anterior à União Monetária, a unidade de referência foi o ECU, estabelecendo-se coeficientes de equivalência anuais e trienais entre esta e as unidades monetárias nacionais, utilizados para a expressão da dimensão económica das explorações dos diferentes Estados-membros.

**Unidade de Trabalho Ano (UTA)**

Unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia).

**UTA por exploração**

UTA / Número total explorações.

**Vaca**

Bovino fêmea que já pariu.

**Vaca leiteira**

Bovino fêmea que já tenha parido e cujo leite seja exclusiva ou principalmente vendido ou consumido pela família do produtor (inclui as vacas leiteiras de refugo).

**Vinho**

Produto obtido exclusivamente por fermentação alcoólica, total ou parcial, de uvas frescas esmagadas ou não, ou de mosto de uvas.

**Vinho com Denominação de Origem Protegida (DOP)**

Designação comunitária adoptada para designar os vinhos com Denominação de Origem aos quais é conferida protecção nos termos estabelecidos na regulamentação e que integram um registo comunitário único.

**Vinho com Identificação Geográfica Protegida (IGP)**

Designação comunitária adoptada para designar os vinhos com Indicação Geográfica aos quais é conferida protecção nos termos estabelecidos na regulamentação e que integram um registo comunitário único.

**Vinho sem certificação**

Vinho destinado ao consumo humano que não se enquadra nas outras designações existentes, cumprindo com as disposições nacionais e comunitários em vigor.

**Vitelo**

Bovino, macho ou fêmea de idade igual ou inferior a 12 meses. Categorias V e Z da grelha comunitária de classificação de carcaças.

**Subcapítulo 6 - Pescas****Água dessalinizada**

Água marcadamente salina sujeita a tratamentos destinados a reduzir o seu teor de sal antes de ser utilizada.

**Água doce**

A água que ocorre naturalmente, com uma concentração reduzida de sais, frequentemente aceitável para efeitos de captação e tratamento com vista à produção de água potável.

**Água salobra**

Ver "Água dessalinizada".

**Águas interiores**

Todas as águas doces, lênticas ou correntes à superfície do solo e ainda as águas de transição não submetidas à jurisdição da autoridade marítima.

**Aquicultura em água doce (Águas de transição)**

Cultura de organismos aquáticos em água doce, nomeadamente água de rios e outros cursos de água, lagos, tanques e albufeiras em que a água tenha uma salinidade constante insignificante.

**Aquicultura em água marinha**

Cultura de organismos aquáticos em água cujo grau de salinidade é elevado e não está sujeito a variações significativas.

**Aquicultura em água salobra (Águas de transição)**

Cultura de organismos aquáticos em água cujo grau de salinidade é significativo embora não seja constantemente elevado. A salinidade pode estar sujeita a variações consideráveis devido ao influxo de água doce ou do mar.

**Arqueação Bruta (GT)**

Medida do volume total de uma embarcação, determinado em conformidade com a Convenção Internacional de Arqueação de 1969 e expressa num número inteiro sem unidade.

**Embarcação de pesca**

Embarcação capaz de utilizar artes de pesca.

**GT**

Arqueação Bruta de uma embarcação ou navio, ao abrigo da “Convenção Internacional sobre a Arqueação dos Navios de 1969”, à qual Portugal aderiu pelo Decreto do Governo nº4/87, de 15 de Janeiro e transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei 245/94. A Arqueação Bruta representa a medida do volume total de uma embarcação ou navio, determinada em conformidade com as disposições do D.L. 245/94. A Arqueação Bruta “GT” também vem representada, na documentação oficial nacional, sem carácter internacional, com a sigla “AB” (Arqueação Bruta, sendo a sigla GT a designação de Gross Tonnage).

**Pesca descarregada**

Peso do pescado e produtos de pesca descarregados. Representa o peso líquido no momento da descarga do peixe e de outros produtos da pesca (interior ou eviscerados, cortados em filetes, congelados, salgados, etc.).

**Pesca polivalente**

Pesca exercida utilizando artes diversificadas como por exemplo, aparelhos de anzol, armadilhas, alcatruzes, ganchorra, redes camaroeiras e do pilado, xávegas e sacadas-toneiras.

**Pesca por arrasto**

Pesca efectuada com estruturas rebocadas essencialmente constituídas por um corpo cónico, prolongado anteriormente por “asas” e terminando num saco onde é retida a captura. Podem actuar directamente sobre o leito do mar (arrasto pelo fundo) ou entre este e a superfície (arrasto pelágico).

**Pesca por cerco**

Pesca efectuada com a utilização de ampla parede de rede, sempre longa e alta, que largada de uma embarcação é manobrada de maneira a envolver o cardume e a fechar-se em forma de bolsa pela parte inferior, de modo a reduzir a capacidade de fuga.

**Pescador matriculado**

Profissional que exerce a actividade da pesca e se encontra inscrito numa Capitania ou Delegação Marítima.

**Potência (Kw)**

Potência mecânica desenvolvida pela instalação propulsora com a qual a embarcação está equipada.

**Regime extensivo (aquicultura )**

Regime de aquicultura no qual a alimentação é exclusivamente natural.

**Regime intensivo (aquicultura )**

Regime de aquicultura no qual a alimentação é predominantemente artificial.

**Regime semi-intensivo (aquicultura )**

Regime de aquicultura no qual se associam ao alimento natural suplementos de alimento artificial.

**Valor médio da pesca descarregada - crustáceos**

Valor da pesca descarregada – crustáceos / Quantidade de pesca descarregada – crustáceos.

**Valor médio da pesca descarregada - moluscos**

Valor da pesca descarregada – moluscos / Quantidade de pesca descarregada – moluscos.

**Valor médio da pesca descarregada - peixes marinhos**

Valor da pesca descarregada – peixes marinhos / Quantidade de pesca descarregada – peixes marinhos.

**Valor médio da pesca descarregada em águas salobra e doce**

Valor da pesca descarregada em águas salobra e doce / Quantidade de pesca descarregada em águas salobra e doce.

**Valor médio do total de pesca descarregada**

Valor total da pesca descarregada / Quantidade total da pesca descarregada.

**Subcapítulo 7 - Energia****Consumo de combustível automóvel por habitante**

Consumo de combustível automóvel / População média residente.

**Consumo de energia eléctrica doméstica na indústria por consumidor**

Consumo na indústria / Consumidores na indústria.

**Consumo de energia eléctrica doméstica por consumidor**

Consumo doméstico / Consumidores domésticos.

**Consumo de energia eléctrica na agricultura por consumidor**

Consumo na agricultura / Consumidores na agricultura.

**Consumo de energia eléctrica por consumidor**

Consumo / Consumidores.

**Consumo de gás natural por 1 000 habitantes**

Consumo de gás natural / População média residente x 1 000.

**Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante**

Consumo doméstico / População média residente.

**Electricidade**

Ver “Energia eléctrica”.

**Energia eléctrica**

Energia produzida por centrais hidroeléctricas, nucleares e térmicas convencionais, de ondas e marés, eólicas e solares fotovoltaicas.

**Energia eólica**

Energia cinética do vento explorada para a produção de electricidade em turbinas eólicas.

**Energia geotérmica**

Energia disponível como calor emitido do interior da crosta terrestre, geralmente sob a forma de água quente ou de vapor.

**Energia hídrica**

Energia renovável com fonte na energia potencial resultante dos fluxos de água nos rios.

**Energia solar fotovoltaica**

Luz solar convertida em electricidade pela utilização de células solares geralmente constituídas por material semicondutor que, exposto à luz, gera electricidade.

**Energia solar térmica**

Calor resultante da radiação solar, podendo vir de centrais solares termoeléctricas, de equipamento para a produção de água quente de uso doméstico ou para o aquecimento sazonal de piscinas como por exemplo colectores planos, principalmente do tipo termossifão.

**Gás Butano**

Hidrocarboneto gasoso, formado por 4 átomos de carbono e 10 átomos de hidrogénio, que consiste num gás inodoro e extremamente inflamável, derivado do petróleo e usado na constituição de combustíveis.

**Gás Natural**

Gás constituído essencialmente por metano, que existe em estado natural em depósitos subterrâneos, associado ao petróleo bruto ou ao gás recuperado das minas de carvão (grisu).

**Gás Propano**

Hidrocarboneto gasoso, formado por 3 átomos de carbono e 8 átomos de hidrogénio, que consiste num gás inodoro e extremamente inflamável, derivado do petróleo e usado na constituição de combustíveis.

**Gases de petróleo liquefeitos (GPL)**

Hidrocarbonetos parafínicos claros obtidos dos processos de refinação e nas instalações de estabilização do petróleo bruto e de transformação de gás natural. Constituídos principalmente por propano (C<sub>3</sub>H<sub>8</sub>) e butano (C<sub>4</sub>H<sub>10</sub>) ou por uma combinação dos dois, podem igualmente incluir propileno, butileno, isopropileno e isobutileno e são normalmente liquefeitos sob pressão para o transporte e a armazenagem.

**Gasóleo de Aquecimento**

Produto derivado do petróleo destinado ao aquecimento (queima), para utilização em caldeiras industriais, comerciais e domésticas.

**Gasóleo/Diesel (fuelóleo destilado)**

Destilado médio que destila entre 180°C e 380°C. Incluem-se os compostos para mistura. Estão disponíveis diversos graus, conforme as utilizações: gasóleo para motores diesel, biodiesel, gasóleo de aquecimento e matéria-prima petroquímica.

**Gasolina 95**

Gasolina sem chumbo com um índice de octano de 95.

**Gasolina 98**

Gasolina sem chumbo com um índice de octano de 98.

**Proporção da produção de electricidade em centrais de cogeração**

Produção de electricidade em centrais de cogeração / Produção de electricidade total x 100.

---

**Subcapítulo 8 - Construção e Habitação**


---

**Alojamento familiar clássico**

Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso directo ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

**Área bruta do fogo**

Valor correspondente à superfície total do fogo, medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores e pelos eixos das paredes separadoras dos fogos, incluindo varandas privativas, locais acessórios e a quota-parte que lhe corresponda nas circulações comuns do edifício.

**Área habitável do fogo**

Valor correspondente à soma das superfícies das divisões ou dos compartimentos habitáveis do fogo medidos pelo perímetro interior das paredes que limitam cada compartimento e descontando encaixos até 30 cm, paredes interiores, divisórias e condutas.

**Área útil do fogo**

Valor correspondente à superfície do fogo (incluindo vestíbulos, circulações interiores, instalações sanitárias, arrumos, outros compartimentos de função similar e armários nas paredes) medido pelo perímetro interior das paredes que o limitam, descontando encaixos até 30 cm, paredes interiores, divisórias e condutas.

**Bairro social**

Conjunto de edifícios ou fogos de habitação social, localizados em situação de vizinhança, cuja construção foi programada conjuntamente, podendo ter sido desenvolvida ou não por fases.

**Certificado energético**

Certificado que quantifica o desempenho energético e a qualidade do ar interior num edifício.

**Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante**

Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares / População residente.

**Divisão**

Espaço num alojamento delimitado por paredes tendo pelo menos 4 m<sup>2</sup> de área e 2 metros de altura, na sua maior parte. Podendo embora satisfazer as condições definidas, não são considerados como tal corredores, varandas, marquises, casas de banho, despensas, vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4 m<sup>2</sup>.

**Divisões por fogo**

Quociente entre o número total de divisões e o número total de fogos.

**Edifício**

Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

**Edifício de habitação em convivência**

Edifício em que a maior parte da sua área se destina ou está ocupada por alojamentos em convivência.

**Edifício principalmente residencial**

Edifício cuja área está afectada na sua maior parte (50 a 99%) à habitação e a usos complementares, como estacionamento, arrecadação ou usos sociais.

**Entidade promotora**

Entidade privada ou pública por conta de quem as obras são efectuadas.

**Fogo**

Parte ou totalidade de um edifício dotada de acesso independente e constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privativos complementares.

**Fogos por piso**

Quociente entre o número total de fogos e o número total de pisos.

**Habitação social**

Habitação a custos controlados que se destina a agregados familiares carenciados, mediante contrato de renda apoiada ou regime de propriedade resolúvel.

**Licença de operações urbanísticas**

Autorização concedida pelas Câmaras Municipais e anterior à realização de um conjunto de operações urbanísticas, exceptuando aquelas cujo proprietário é uma entidade isenta.

**Número de divisões por fogo**

Número de divisões em construções novas para habitação / Número de fogos para construções novas de habitação.

**Número de fogos por pavimentos**

Número de fogos em construções novas para habitação / Número de pavimentos para construções novas de habitação.

**Número de pavimentos por edifício**

Número de pavimentos em construções novas para habitação / Número de edifícios para construções novas de habitação.

**Obra concluída**

Obra que reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada, independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização.

**Obra de alteração**

Obra de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, assim como a natureza e a cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento, implantação ou cêrcea.

**Obra de ampliação**

Obra de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação (ampliação horizontal), da cêrcea ou do volume de uma edificação existente (ampliação vertical).

**Obra de construção nova**

Obra de construção de edificação inteiramente nova.

**Obra de demolição**

Obra de destruição total ou parcial de uma edificação existente.

**Obra de reconstrução sem preservação de fachada**

Obra de construção subsequente à demolição de parte de uma edificação existente, da qual resulte a reconstituição da estrutura da fachada, da cêrcea e do número de pisos.

**Piso**

Cada um dos planos sobrepostos e cobertos nos quais se divide um edifício e que se destinam a satisfazer exigências funcionais ligadas à sua utilização.

**Prédio**

Parte delimitada do solo juridicamente autónoma, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes com carácter de permanência. Nota: é ainda considerado prédio cada fracção autónoma no regime de propriedade horizontal.

**Prédio misto**

Identificação atribuída a um prédio composto por uma parte rústica e outra urbana, quando nenhuma das partes pode ser classificada como principal.

**Prédio rústico**

Prédio situado fora de um aglomerado urbano que não seja de classificar como terreno para construção desde que esteja afecto ou, na falta de concreta afectação, tenha como destino normal uma utilização geradora de rendimentos agrícolas, tal como é considerado para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e não tendo a afectação indicada, não se encontre construído ou disponha apenas de edifícios ou construções de carácter acessório, sem autonomia económica e de reduzido valor.

**Prédio urbano**

Prédio que tenha as seguintes características: esteja licenciado ou tenha como destino normal fins habitacionais, comerciais, industriais ou para serviços; seja terreno para construção situado dentro ou fora de um aglomerado urbano, para o qual tenha sido concedida licença ou autorização de operação de loteamento ou de construção, e ainda aquele que assim tenha sido declarado no título aquisitivo, exceptuando-se, o terreno em que as entidades competentes vedem qualquer daquelas operações, designadamente o localizado em zonas verdes, áreas protegidas ou que, de acordo com os planos municipais de ordenamento do território, esteja afecto a espaços, infra-estruturas ou a equipamentos públicos.

**Reconstruções por 100 construções novas**

$(\text{Reconstruções} / \text{Construções novas}) \times 100$ .

**Superfície habitável média das divisões**

Quociente entre a superfície total habitável das construções novas, ampliações e alterações e o número total de divisões nas construções novas, ampliações e alterações.

**Superfície média habitável das divisões**

$\text{Superfície habitável em construções novas para habitação} / \text{Número de divisões para construções novas de habitação}$ .

**Tipo de obra**

Classificação dos trabalhos efectuados em edifícios ou terrenos segundo as seguintes modalidades: construção nova, ampliação, alteração, reconstrução e demolição.

**Tipologia do fogo**

Classificação atribuída a cada fogo segundo o número de quartos de dormir e para cuja identificação se utiliza o símbolo Tx, sendo que x representa o número de quartos de dormir.

**Valor médio dos prédios hipotecados**

$\text{Valor dos prédios hipotecados} / \text{Número de prédios hipotecados}$ .

**Valor médio dos prédios transaccionados**

$\text{Valor dos prédios transaccionados} / \text{Número de prédios transaccionados}$ .

---

**Subcapítulo 9 - Transportes**


---

**Acidente com vítimas**

Todo o acidente de viação em que pelo menos uma pessoa tenha ficado ferida ou morta.

**Acidente de viação**

Acontecimento fortuito, súbito e anormal ocorrido na via pública em consequência da circulação rodoviária, de que resultem vítimas ou danos materiais, quer o veículo se encontre ou não em movimento (inclusivamente à entrada ou saída para o veículo e ou no decurso da sua reparação ou desmanagem).

**Acidente mortal**

Todo o acidente de viação em que pelo menos uma pessoa tenha morrido.

**Aeronave**

Aparelho com meios próprios de propulsão, tripulável e manobrável em voo e no solo, apto para o transporte de pessoas ou coisas e capaz de sustentar-se na atmosfera devido a reacções do ar, que não sejam contra a superfície da terra ou do mar. Excluem-se os dirigíveis e hovercrafts. Aeronave classifica-se quanto ao tipo: Aeronave de asa fixa (Vulgo avião); Aeronave de asa rotativa (Vulgo helicóptero) e Aeronave Tilt Wing te.

**Aeroporto**

Ver "Infra-estrutura Aeroportuária".



**Auto-estrada**

Estrada especialmente projectada e construída para o tráfego motorizado, que não serve as propriedades limítrofes e que: a) excepto em pontos singulares ou a título temporário, dispõe de faixas de rodagem separadas para cada sentido de circulação, separadas uma da outra por uma faixa divisória não destinada à circulação ou, excepcionalmente, por outros dispositivos; b) não se cruza ao mesmo nível com qualquer outra estrada, via de caminhos de ferro, de eléctrico ou caminho de peões; c) está especialmente sinalizada como auto-estrada e é reservada a categorias específicas de veículos rodoviários motorizados.

**Automóvel ligeiro**

Veículo automóvel cuja lotação ou peso bruto não excedam, respectivamente, nove lugares (incluindo o condutor), ou 3500 Kg. Os automóveis ligeiros subdividem-se segundo o tipo em: automóveis ligeiros de passageiros, automóveis ligeiros de mercadorias e automóveis ligeiros.

**Automóvel ligeiro de passageiros**

Veículo rodoviário motorizado, que não seja considerado motociclo, destinado ao transporte de passageiros, cuja lotação não exceda nove lugares sentados (incluindo o do condutor).

**Camião**

Veículo rígido, de peso bruto superior a 3 500 kg, concebido exclusiva ou principalmente para transporte de mercadorias.

**Carga aérea**

Bens transportados a bordo das aeronaves, com excepção do equipamento necessário à realização do voo, dos aprovisionamentos e do correio. Para fins estatísticos inclui-se carga expressa e malas diplomáticas. Inclui Carga pagante e não pagante.

**Carruagem**

Veículo ferroviário para transporte de passageiros sem ser automotora ou reboque de automotora.

**Categoria dos veículos pesados de passageiros**

Categoria I: compreende veículos pesados de passageiros concebidos de forma a permitir a fácil deslocação dos passageiros em percursos com paragens frequentes, dispondo de lugares sentados e em pé; Categoria II: compreende veículos pesados de passageiros concebidos para o transporte de passageiros sentados, podendo, no entanto, transportar passageiros em pé, na coxia, em percursos de curta distância; Categoria III: compreende veículos pesados de passageiros concebidos e equipados para efectuar transportes de longo curso; estes veículos são concebidos de modo a assegurar o conforto dos passageiros sentados e não poderão transportar passageiros em pé.

**Comboio**

Um ou vários veículos ferroviários rebocados por uma ou várias locomotivas ou automotoras, ou apenas por uma automotora, circulando com um número ou designação determinada, de um ponto inicial fixado a um determinado ponto de destino. Uma locomotiva isolada, isto é, que circula sozinha, não é considerada um comboio.

**Correio aéreo**

Todos os sacos fechados, remetidos pelos CTT, qualquer que seja o seu conteúdo.

**Estrada nacional**

Estrada que faz parte da rede nacional complementar e que não é itinerário complementar.

**Ferido**

Toda a pessoa que, em consequência de um acidente de viação, sofreu ferimentos (graves ou ligeiros) e que não seja considerado "morto".

**Ferido grave**

Toda a pessoa que, em consequência do acidente, tenha sofrido lesões que levem à sua hospitalização.

**Ferido ligeiro**

Toda a pessoa que, em consequência do acidente, apenas tenha sofrido ferimentos secundários que não impliquem a sua hospitalização.

**Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas**

Vítimas mortais de acidentes de viação / Número de acidentes de viação com vítimas x 100.

**Infra-estrutura aeroportuária**

Superfície terrestre ou aquática (incluindo quaisquer edifícios, instalações e equipamentos) destinada a ser utilizada, na totalidade ou em parte, para a chegada, partida e movimento de aeronaves no solo.

**Linha electrificada**

Linha com uma ou mais vias principais electrificadas. As secções das linhas adjacentes às estações que sejam electrificadas apenas para permitir serviço de manobras e não electrificadas até às estações seguintes, devem ser consideradas como linhas não electrificadas.

**Morto em acidente de viação**

Toda a pessoa cuja morte ocorra no local do acidente como consequência deste, ou a caminho do hospital.

**Passageiro**

Qualquer pessoa que efectua um voo com o consentimento do operador de transporte aéreo, excluindo os elementos do pessoal de voo e de cabine em serviço no voo em questão.

**Passageiro desembarcado**

Passageiro cuja viagem aérea termine numa infra-estrutura aeroportuária ou passageiro que continua a sua viagem num voo com número diferente do voo de chegada.

**Passageiro em trânsito directo**

Passageiro que, após uma breve paragem, continue a sua viagem na mesma ou noutra aeronave, mas com o mesmo número de voo. nas estatísticas aeroportuárias, passageiros em trânsito directo são contados apenas uma vez, passageiros transferidos para outra aeronave são contados duas vezes (no desembarque e no embarque).

### **Passageiro embarcado**

Passageiro pagante e não pagante cuja viagem aérea começa numa infra-estrutura aeroportuária.

### **Pista para descolagem e aterragem**

Área delimitada numa infra-estrutura aeroportuária terrestre, preparada para aterragem e descolagem de aeronaves.

### **Posição de estacionamento de aeronaves**

Área destinada, numa plataforma de uma infra-estrutura aeroportuária, ao estacionamento ou estacionamento de aeronaves.

### **Proporção de acidentes de viação com vítimas nas auto-estradas**

Acidentes de viação com vítimas nas auto-estradas / Número de acidentes de viação com vítimas x 100.

### **Tipos de receitas (Transportes)**

Os principais tipos de receitas são: a) Receitas de operações de transporte. Inclui as receitas do tráfego de mercadorias e de passageiros. b) Verbas recebidas do Estado ou de outros organismos públicos. Inclui compensações e outros subsídios. c) Outras receitas. Inclui receitas não relacionadas com actividades de transporte, por exemplo, receitas financeiras, etc..

### **Tractor agrícola**

Veículo automóvel concebido, exclusiva ou principalmente, para fins agrícolas, esteja ou não autorizado a utilizar as estradas abertas à circulação pública.

### **Tractor rodoviário**

Veículo rodoviário a motor, concebido, exclusiva ou principalmente, para rebocar outros veículos não motorizados (principalmente semi-reboques).

### **Tráfego aéreo interior**

Tráfego aéreo efectuado no interior do Continente, assim como dentro de cada uma das Regiões Autónomas.

### **Tráfego aéreo internacional**

Tráfego aéreo efectuado entre o território nacional e o território de outro Estado ou entre territórios de dois ou mais Estados em escalas comerciais.

### **Tráfego aéreo territorial**

Tráfego aéreo que se realiza entre o Continente e as Regiões Autónomas ou entre as duas Regiões Autónomas.

### **Veículo automóvel rodoviário para transporte de mercadorias**

Qualquer veículo automóvel isolado (camião), uma combinação de veículos rodoviários isto é, um comboio rodoviário (camião com reboque) ou um veículo articulado (tractor rodoviário com semi-reboque) para transporte de mercadorias.

### **Veículo comercial ligeiro**

Veículo automóvel concebido exclusiva ou principalmente para o transporte de mercadorias, cujo peso bruto não exceda 3500 Kg. e não pertença à categoria dos motociclos. Inclui os automóveis ligeiros de mercadorias e os automóveis ligeiros de transporte misto.

### **Veículo comercial pesado**

Veículo automóvel cuja lotação ou peso bruto sejam superiores, respectivamente, a nove lugares ou 3500 Kg. Além dos automóveis pesados, inclui os semi-reboques e os conjuntos tractor-reboque.

### **Veículo pesado**

Veículo automóvel rodoviário com peso bruto superior a 3500 Kg ou cujo número de lugares sentados, incluindo o do condutor, seja superior a nove. Os veículos automóveis pesados subdividem-se, segundo o tipo, em: veículos pesados de passageiros, veículos pesados de mercadorias e veículos pesados de transporte misto.

### **Veículo pesado de mercadorias**

Veículo automóvel rodoviário de transporte de mercadorias, com peso bruto superior a 3 500 Kg, inclui o camião e o tractor Rodoviário.

### **Veículo pesado de passageiros (autocarro)**

Veículo automóvel rodoviário de transporte de passageiros, com lotação superior a nove lugares sentados, incluindo o do condutor.

### **Veículo rodoviário de mercadorias**

Veículo rodoviário concebido, exclusiva ou principalmente, para o transporte de mercadorias.

### **Veículo rodoviário de transporte de passageiros**

Veículo rodoviário concebido, exclusiva ou principalmente, para o transporte de uma ou várias pessoas.

### **Veículo rodoviário motorizado de transporte de passageiros**

Veículo rodoviário motorizado concebido, exclusiva ou principalmente, para o transporte de uma ou várias pessoas.

### **Veículo rodoviário para transporte de mercadorias**

Veículo rodoviário concebido, exclusiva ou principalmente, para transporte de mercadorias (camião, reboque, semi-reboque).

### **Veículos novos vendidos e registados por 1000 habitantes**

Veículos novos automóveis vendidos / População residente x 1 000.

## Subcapítulo 10 - Comunicações

### Acessos à rede digital com integração de serviços (RDIS)

Número de Acesso à Rede Comutada, normalizada a nível internacional, com transmissão digital utilizador-a-utilizador e débito de 64 Kbit/s por ligação estabelecida. Inclui o número de Acessos Básicos (que possibilitam o estabelecimento de até 2 ligações simultâneas) e o número de Acessos Primários (que possibilitam o estabelecimento de até 30 ligações simultâneas).

### Acessos telefónicos por 100 habitantes (Taxa de penetração de mercado do serviço telefónico fixo)

Acessos telefónicos / População residente x 100.

### Alojamento cablado

Alojamento devidamente preparado para receber o serviço de distribuição por cabo.

### Assinantes

Entidade que recebe efectivamente o serviço de distribuição por cabo, mediante a assinatura de um contrato com a operadora.

### Distribuição de televisão por cabo

Transmissão ou retransmissão de imagem não permanentes e sons, através de cabo coaxial, fibra óptica ou outro meio físico equivalente para um ou vários pontos de recepção, num só sentido, sem prévio endereçamento, com ou sem codificação da informação.

### Distribuição de televisão por DTH (DIRECT TO HOME)

Tecnologia alternativa à infraestrutura por cabo, para a distribuição do sinal de televisão.

### Estações de correio fixas

Compreende as estações de serviço completo (oferecendo todos os serviços postais) e as estações secundárias (com funções limitadas).

### Estações de correio móveis

Compreende as estações automóveis rodoviárias, fluviais, servindo os utilizadores em localidades rurais, bairros urbanos e os carteiros rurais que prestam ao público serviços análogos aos das estações fixas.

### Estações de correio por 100 000 habitantes

Estações de correio / População residente x 100 000.

### Ligação analógica

Ligação através de uma linha telefónica analógica.

### Posto de correio

Estabelecimento a funcionar sob a responsabilidade de terceiros mediante a celebração de um contrato de prestação de serviços, tendo em vista a venda/prestação de produtos/serviços de correio.

### Posto telefónico público

Serviço telefónico colocado à disposição do público em geral, por intermédio de um equipamento terminal que permite estabelecer comunicações de saída após inserção de moedas ou cartões codificados como, os cartões de telefonemas pré-pagos (credifone) ou os cartões de débito/crédito, ou ainda através do pagamento à posteriori a um encarregado.

### Postos de correio por 100 000 habitantes

Postos de correio / População residente x 100 000.

### Postos telefónicos principais

Linha telefónica que liga o equipamento terminal do assinante à rede pública e que possui acesso individualizado ao equipamento da central telefónica.

### Postos telefónicos principais residenciais

Linhas principais servindo as famílias (não são utilizadas para fins profissionais ou como postos públicos).

### Postos telefónicos públicos por 1 000 habitantes

Postos telefónicos públicos / População residente x 1 000.

### Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes

Postos telefónicos residenciais / População residente x 100.

### Proporção de alojamentos cablados com distribuição de televisão por cabo

Assinantes de distribuição de televisão por cabo / Alojamentos cablados x 100.

### Serviço de televisão por subscrição

Todos os serviços de distribuição ou difusão do sinal televisão que não sejam free-to-air, incluindo serviços integrados em pacotes de serviços cuja subscrição/utilização implique o pagamento de um preço.

### Total de acessos telefónicos

Ver "Postos telefónicos principais".

## Subcapítulo 11 - Turismo

### Agro-turismo

Estabelecimento situado em explorações agrícolas, considerado um empreendimento de turismo no espaço rural, que se destina a prestar serviços de alojamento, permitindo aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos de acordo com as regras estabelecidas pelo responsável, não podendo possuir mais de 15 unidades de alojamento destinadas a hóspedes.

### Aldeamento turístico

Estabelecimento de alojamento turístico constituído por um conjunto de instalações funcionalmente interdependentes com expressão arquitectónica homogénea, situadas num espaço delimitado e sem soluções de continuidade, que se destinam a proporcionar alojamento e outros serviços complementares a turistas, mediante pagamento.

### Apartamento turístico

Estabelecimento de alojamento turístico, constituído por fracções mobiladas e equipadas de edifícios independentes, que se destina habitualmente a proporcionar alojamento e outros serviços complementares a turistas, mediante pagamento.

### Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico colectivo

Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal.

### Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por 1 000 habitantes

Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros / População residente x 1 000.

### Casa de campo

Estabelecimento situado em aldeias e espaços rurais, considerado um empreendimento de turismo no espaço rural, que se destina a prestar serviços de alojamento e se integra na arquitectura típica do local onde se situa em função da sua traça, materiais de construção e demais características, não podendo possuir mais de 15 unidades de alojamento destinadas a hóspedes.

### Dormida

Permanência de um indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.

### Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes (Intensidade Turística)

Número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros / População residente x 100.

### Estabelecimento hoteleiro

Estabelecimento cuja actividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento.

### Estada média de hóspedes estrangeiros

Relação entre o número de dormidas de hóspedes estrangeiros e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas.

### Estada média no estabelecimento

Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas, no período de referência, na perspectiva da oferta.

### Estalagem

Estabelecimento hoteleiro instalado em um ou mais edifícios e situado normalmente fora de um centro urbano, com zona verde ou logradouro natural envolvente que, pelas suas características arquitectónicas, estilo do mobiliário e serviço prestado, se integra na arquitectura regional e fornece aos seus hóspedes serviços de alojamento e refeições.

### Hóspede

Indivíduo que efectua pelo menos uma dormida num estabelecimento de alojamento turístico.

### Hóspedes por habitante

Número de hóspedes / População residente.

### Hotel

Estabelecimento hoteleiro que ocupa um edifício ou apenas parte independente dele, constituindo as suas instalações um todo homogéneo, com pisos completos e contíguos, acesso próprio e directo para uso exclusivo dos seus utentes, a quem são prestados serviços de alojamento temporário e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimentos de refeições, mediante pagamento. Estes estabelecimentos possuem, no mínimo, 10 unidades de alojamento.

### Hotel rural

Estabelecimento hoteleiro situado no espaço rural, que respeita as características dominantes da região onde está implantado, em função da sua traça arquitectónica e materiais de construção, podendo instalar-se em edifícios novos que ocupem a totalidade de um edifício ou integrem uma entidade arquitectónica única que respeite as mesmas características.

### Hotel-apartamento

Estabelecimento hoteleiro constituído por um conjunto de pelo menos 10 apartamentos equipados e independentes (alugados dia a dia a turistas), que ocupa a totalidade ou parte independente de um edifício, desde que constituído por pisos completos e contíguos, com acessos próprios e directos aos pisos para uso exclusivo dos seus utentes, com restaurante e com, pelo menos, serviço de arrumação e limpeza.

**Motel**

Estabelecimento hoteleiro situado fora dos centros urbanos e na proximidade das estradas, ocupando a totalidade de um ou mais edifícios, constituído por um mínimo de 10 apartamentos/quartos (com casa de banho simples) independentes, com entradas directas do exterior e com um lugar de estacionamento privativo e contíguo a cada apartamento/quatro.

**País de residência**

País no qual um indivíduo é considerado residente: 1) se possuir a sua habitação principal no território económico desse país durante um período superior a um ano (12 meses); 2) se tiver vivido nesse país por um período mais curto e pretenda regressar no prazo de 12 meses, com a intenção de aí se instalar, passando a ter nesse local a sua residência principal.

**Pensão**

Estabelecimento hoteleiro com restaurante e com um mínimo de 6 quartos, que ocupa a totalidade ou parte independente de um edifício, desde que constituído por pisos completos e contíguos, com acessos próprios e directos aos pisos ocupados pelo estabelecimento para uso exclusivo dos seus utentes, e que pelas suas instalações, equipamento, aspecto geral, localização e capacidade, não obedece às normas estabelecidas para a classificação como hotel ou estalagem, fornecendo aos seus clientes alojamento e refeições. Classificam-se nas categorias de Albergaria, 1ª, 2ª e 3ª categoria.

**Pousada**

Estabelecimento hoteleiro instalado em imóvel classificado como monumento nacional de interesse público, regional ou municipal e que, pelo valor arquitectónico e histórico, seja representativo de uma determinada época e se situe fora de zonas turísticas dotadas de suficiente apoio hoteleiro.

**Proporção de dormidas entre Julho e Setembro**

$\text{Número de dormidas entre Julho e Setembro} / \text{Total de dormidas} \times 100$ .

**Proporção de hóspedes estrangeiros**

$\text{Número de hóspedes com residência habitual no estrangeiro} / \text{Total de hóspedes} \times 100$ .

**Proveitos de aposento**

Valores cobrados pelas dormidas de todos os hóspedes nos meios de alojamento turístico.

**Proveitos de aposento por capacidade de alojamento**

$\text{Proveitos de aposento} / \text{Capacidade de alojamento}$ .

**Taxa líquida de ocupação-cama**

Relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis no período de referência, considerando como duas as camas de casal.

**Turismo de aldeia**

Conjunto de cinco ou mais casas de campo situadas na mesma aldeia ou freguesia, ou em aldeias ou freguesias contíguas e que são exploradas de uma forma integrada, por uma única entidade, sem prejuízo da propriedade das mesmas pertencer a mais de uma pessoa.

**Turismo no espaço rural**

Actividades e serviços de alojamento e animação em empreendimentos de natureza familiar prestados no espaço rural, mediante pagamento. Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados numa das seguintes modalidades de hospedagem: "turismo de habitação", "turismo rural", agro-turismo", "turismo de aldeia", "casas de campo", "hotéis rurais" e "parques de campismo rurais".

**Unidade de turismo de aldeia**

Estabelecimento de turismo no espaço rural que presta serviço de hospedagem e é constituído por um conjunto de cinco casas particulares (no mínimo), que pela sua traça, materiais de construção e demais características se integra na arquitectura típica da aldeia onde se situa.

**Unidade de turismo de habitação**

Estabelecimento de turismo no espaço rural que presta serviço de hospedagem de natureza familiar em casas antigas particulares, as quais, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, são representativas de uma determinada época, como por exemplo os solares e as casas apalaçadas.

**Unidade de turismo rural**

Estabelecimento de turismo no espaço rural que presta serviço de hospedagem de natureza familiar em casas rústicas particulares que se integram na arquitectura típica regional por características que lhes são específicas como a traça e os materiais construtivos.

---

## Subcapítulo 12 - Sector Monetário e Financeiro

---

**Bancos**

Instituições de crédito que podem efectuar as seguintes operações: a) Recepção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis; b) Operações de crédito, incluindo concessão de garantias e outros compromissos, locação financeira e factoring; c) Operações de pagamento; d) Emissão e gestão de meios de pagamento, tais como cartões de crédito, cheques de viagem e cartas de crédito; e) Transacções, por conta própria ou da clientela, sobre instrumentos financeiros a prazo e opções, e operações sobre divisas ou sobre taxas de juro e valores mobiliários; f) Participação em emissões e colocações de valores mobiliários e prestação de serviços correlativos; g) Actuação nos mercados interbancários; h) Consultoria, guarda, administração e gestão de carteiras de valores mobiliários; i) Gestão e consultoria em gestão de outros patrimónios; j) Consultoria das empresas em matéria de estrutura do capital, de estratégia empresarial e de questões conexas, bem como consultoria e serviços no domínio da fusão e compra de empresas; k) Operações sobre pedras e metais preciosos; l) Tomada de participações no capital de sociedades; m) Comercialização de contratos de seguro; n) Prestação de informações comerciais; o) Aluguer de cofres e guarda de valores; p) Outras operações análogas e que a lei lhes não proíba.

**Caixa automático**

Equipamento automático que permite aos titulares de cartões bancários com banda magnética e/ou chip aceder a serviços disponibilizados a esses cartões, designadamente, levantar dinheiro de contas, consultar saldos e movimentos de conta, efectuar transferências de fundos e depositar dinheiro. Os caixas automáticos podem funcionar em sistema real-time, com ligação ao sistema automático da entidade emitente do cartão, ou em on line, com acesso a uma base de dados autorizada que contém informação relativa à conta de depósitos à ordem associado ao cartão de débito.

**Caixa central de crédito agrícola mútuo**

Instituição de crédito sob a forma cooperativa de responsabilidade limitada, que constitui o organismo central do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM). O objecto da Caixa Central abrange a concessão de crédito, a prática dos demais actos inerentes à actividade bancária, o assegurar das regras de solvabilidade e de liquidez do SICAM e das caixas agrícolas associadas, a representação do mesmo sistema e a orientação e fiscalização das suas associadas.

**Caixa multibanco**

Caixa Automático pertencente à rede Multibanco.

**Caixas automáticas por 10 000 habitantes**

Número de caixas multibanco / População residente em 31 de Dezembro x 10 000.

**Caixas de crédito agrícola mútuo**

Instituições de crédito sob a forma cooperativa, cujo objectivo é o exercício de funções de crédito agrícola em favor dos seus associados, bem como a prática dos demais actos inerentes à actividade bancária que lhes sejam permitidas por lei. A quase totalidade destas instituições encontram-se integradas no SICAM.

**Caixas económicas**

Instituições de crédito que têm por objecto uma actividade bancária restrita, nomeadamente recebendo, sob a forma de depósitos à ordem, com pré-aviso ou a prazo, disponibilidades monetárias que aplicam em empréstimos e outras operações sobre títulos que lhes sejam permitidas e prestando, ainda, os serviços bancários compatíveis com a sua natureza e que a lei expressamente lhes não proíba.

**Compras através de terminais de pagamento automático por habitante**

Valor das compras através de terminais de pagamento automático / População média residente.

**Crédito à habitação por habitante**

Crédito à habitação / População média residente.

**Créditos**

Ver EMPRÉSTIMOS.

**Depósitos**

Fundos recebidos por uma instituição financeira monetária a pedido de outrem e constituem responsabilidades de carácter monetário dessas instituições. Estes fundos podem revestir uma das seguintes modalidades: a) Depósitos à ordem, os quais são exigíveis a todo o tempo; b) Depósitos com pré-aviso, os quais vigoram por um período indefinido podendo contudo ser exigíveis depois de prevenido o depositário, com a antecipação fixada na cláusula de pré-aviso, livremente acordada entre as partes; c) Depósitos a prazo, os quais são exigíveis no fim do prazo porque foram constituídos, podendo ser concedida a mobilização antecipada; d) Depósitos a prazo não mobilizáveis antecipadamente, os quais são semelhantes aos anteriores com a excepção a não poderem ser mobilizados antecipadamente; e) Depósitos constituídos ao abrigo do regime especial, os quais englobam todos os depósitos realizados de acordo com legislação específica ou criados por instituições de crédito, com conhecimento antecipado ao Banco de Portugal.

**Empréstimos**

Activos financeiros criados quando os credores cedem fundos aos devedores, quer directamente, quer através de mediadores e que podem estar comprovados por documentos não negociáveis ou não estar comprovados por quaisquer documentos. Em geral os empréstimos caracterizam-se pelos aspectos seguintes: a) As condições que regem um empréstimo ou são fixadas pela sociedade financeira que o concede ou negociadas entre o mutuante e o mutuário directamente ou através de um intermediário; b) A iniciativa relativa a um empréstimo parte normalmente do mutuário; c) Um empréstimo é uma dívida incondicional ao credor que tem de ser reembolsada no vencimento e sobre a qual são cobrados juros.

**Empresas de seguros**

Instituições financeiras que têm por objecto exclusivo o exercício da actividade de seguro directo e ou de resseguro, podendo ainda exercer actividades conexas ou complementares da de seguro ou resseguro, nomeadamente no que respeita a actos e contratos relativos a salvados, à reedificação e reparação de prédios, à reparação de veículos, à manutenção de postos e à aplicação de provisões, reservas e capitais.

**Estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo por 10 000 habitantes**

Número de estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo / População média residente x 10 000.

**Juros**

Nos termos do instrumento financeiro acordado entre um mutuante e um mutuário, os juros são o montante a pagar pelo segundo ao primeiro ao longo de um determinado período de tempo sem reduzir o montante do capital em dívida.

**Levantamentos nacionais por habitante**

Valor dos levantamentos nacionais / População média residente.

**Multibanco**

Marca da rede integrada de Caixas Automáticas e de Terminais de Pagamento que disponibiliza mais de 60 serviços, desde o levantamento de dinheiro a pagamentos de serviços, carregamentos de telemóvel, transferências, consultas, compras, entre outras. Para ter acesso a estes serviços basta possuir um cartão bancário, com vertente MB, de um banco que opere em Portugal, seja aderente do sistema e partilhe a infra-estrutura da rede.

**Operações por habitante**

Número de operações / População média residente.

**Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por habitante**

Prémios brutos emitidos / População média residente.

**Prémios emitidos**

Montantes vencidos durante o exercício relativos ao preço dos contratos de seguro, independentemente de esses montantes se referirem inteiramente ou em parte a um exercício posterior. Incluem nomeadamente os prémios correspondentes a recibos ainda não emitidos, os prémios únicos e as entregas destinadas à aquisição de uma renda anual, os suplementos de prémios, as prestações acessórias e a respectiva quota-parte do prémio nos casos de co-seguro. São deduzidos das anulações totais ou parciais de prémios e não incluem os impostos ou taxas recebidos com os prémios. Serão prémios brutos emitidos quando relativos à soma dos montantes de seguro directo e resseguro aceite e prémios líquidos emitidos quando aos anteriores se deduzem os montantes de resseguro cedido.

**SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, Sa**

Sociedade que tem por objecto a instalação, montagem e gestão em Portugal de sistemas de pagamentos nacionais e internacionais, a serem utilizados exclusivamente pelas instituições de crédito suas accionistas nas relações com os seus clientes.

**Taxa de crédito à habitação**

Valor crédito à habitação / Total crédito a clientes x 100.

**Taxa de depósitos de emigrantes**

Valor depósitos de emigrantes / Total de depósitos x 100.

---

**Subcapítulo 13 - Serviços Prestados às Empresas**


---

**Actividade Económica**

Resultado da combinação dos factores produtivos (mão-de-obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos factores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a actividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

**Agência de Publicidade**

Pessoa colectiva que tenha por objecto exclusivo o exercício da actividade publicitária.

**Custos com o pessoal por pessoa empregada**

Custos com o pessoal de algumas actividades de serviços prestados às empresas / N° de pessoas ao serviço em algumas actividades de serviços prestados às empresas.

**Empresa**

Entidade jurídica (pessoa singular ou colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias actividades, em um ou em vários locais.

**Inquéritos Qualitativos**

Entrevistas (detalhadas) com uma ou várias pessoas, com respostas abertas que não podem ser classificadas em intervalos e baseadas frequentemente em estudos realizados (case studies).

**Inquéritos Quantitativos Ad-Hoc**

Inquéritos realizados somente uma vez e cujas respostas podem ser agrupadas em intervalos.

**Inquéritos Quantitativos Permanentes e Regulares**

Inquéritos realizados numa base regular e cujas respostas podem ser agrupadas em intervalos.

**Pessoal ao Serviço**

Pessoas que, no período de referência, participaram na actividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros activos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta directamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas directamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes").

**Prestação de Serviços**

Todos os trabalhos e serviços que sejam próprios dos objectivos ou finalidades principais da unidade estatística de observação. Inclui os materiais aplicados no caso de estes não serem facturados separadamente.

**Proporção de emprego feminino**

Pessoal ao serviço feminino / N° de pessoas ao serviço em algumas actividades de serviços prestados às empresas x 100.



**Serviços Completos de Publicidade**

Actividades desenvolvidas por agências de publicidade que visam disponibilizar toda a gama de serviços relacionados com a publicidade, desde o planeamento, à criação e à execução, tais como a escolha de suporte, o desenho de posters, a ilustração e os grafismos, a produção de textos e cenários, o planeamento de objectos e filmes.

**Serviços das Empresas de Trabalho Temporário**

Actividades que visam a disponibilização de pessoal para afectação a trabalho temporário.

**Serviços de Arbitragem e Conciliação**

Actividades que visam a assistência, sob forma de arbitragem ou conciliação, para regular os litígios de empregadores e assalariados entre empresas ou particulares.

**Serviços de Arquitectura**

Actividades que visam a realização de desenhos e planos arquitectónicos para edifícios e outras estruturas, elaboração de projectos e preparação de material de divulgação e de demonstração, a realização de estudos preliminares sobre instalações, preocupações ambientais e climáticas, condições de ocupação, restrições de custos, análise da selecção dos estaleiros e dos calendários de elaboração e construção.

**Serviços de Arquitectura para Edifícios**

Actividades que visam a elaboração de desenhos e planos esquemáticos, a preparação de esboços (incluindo plantas de edifícios e terrenos) e planos paisagísticos, assim como a elaboração de projectos de edifícios residenciais e não residenciais.

**Serviços de Assessoria em Arquitectura**

Actividades que visam dar assistência, realizar pareceres especializados e estudos preparatórios de viabilidade técnica e de impacto ambiental, avaliação económica de projectos e instalações estruturais, mecânicas e eléctricas.

**Serviços de Auditoria Financeira**

Actividades que visam a verificação de registos de contas e de outros documentos de uma organização, para elaborar um parecer quanto aos resultados financeiros da mesma, relativamente a uma data determinada, e aos resultados das suas operações relativas ao período em análise, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

**Serviços de Certificação no Âmbito dos Ensaio e Análises Técnicas**

Actividades que visam a realização de ensaios e análises de natureza técnica ou científica que não alteram o objecto submetido a ensaios radiográficos, magnéticos e ultra-sónicos de peças e estruturas de máquinas para identificação de deficiências.

**Serviços de Consultoria em Gestão de Cadeia de Fornecimentos e Outra Consultoria de Gestão**

Actividades que visam a gestão de inventários, armazéns, serviços de armazenamento e distribuição.

**Serviços de Consultoria em Gestão estratégica**

Actividades que visam o aconselhamento, a orientação e a assistência operacional relativos à estratégia e política empresarial, planeamento, estruturação e controlo global de uma organização.

**Serviços de Consultoria em Gestão Financeira, excepto Consultoria Fiscal**

Actividades que visam o aconselhamento, a orientação e a assistência operacional relativos a áreas de decisão de natureza financeira, tais como a gestão de capital circulante e tesouraria, a determinação de uma estrutura de capital adequada, a análise de propostas de investimento de capitais, a gestão do activo, o desenvolvimento de sistemas contabilísticos e previsões e controlos orçamentais, os serviços de consultoria financeira relativa às fusões ou aquisições, entre outros.

**Serviços de Consultoria em Relações Públicas e Comunicação**

Actividades que visam o aconselhamento, a orientação e a assistência operacional, incluindo reforços dos métodos destinados a melhorar a imagem e as relações de uma organização ou de um particular com o público em geral, a administração pública, os eleitores, accionistas e outros.

**Serviços de Consultoria Fiscal**

Actividades que visam o aconselhamento, a orientação e a assistência operacional de âmbito fiscal, tendo em conta a normalização contabilística.

**Serviços de Contabilidade**

Actividades que visam a escrituração para classificação e registo de transacções comerciais em termos pecuniários ou em qualquer outra unidade de medida nos livros de contabilidade.

**Serviços de design Publicitário e Desenvolvimento de Conceitos**

Actividades que visam a criação de uma ideia base para publicidade, redacção de slogans, concepção gráfica de gravuras publicitárias, ilustração, posters e redacção de argumentos para filmes publicitários.

**Serviços de Edição de Jogos de Computador**

Actividades que visam a reprodução de ficheiros electrónicos com jogos de computador e que podem ser descarregados e guardados num equipamento local, incluindo os jogos pagos online e as licenças relativas aos respectivos direitos de utilização.

**Serviços de Engenharia**

Actividades que visam a concepção de máquinas, aparelhos e instalações industriais; a consultoria no âmbito da elaboração de projectos de engenharia industrial (eléctrica e electrónica, minas, química, mecânica, de sistemas, acústica, refrigeração, geológica, hidráulica, entre outras); a construção; a elaboração de estudos técnicos especializados para a indústria (processos de produção, climatização, luta contra a poluição, refrigeração, estática, entre outras); a previsão das condições atmosféricas; a avaliação das condições geológicas e de prospecção (medidas e observações sobre a estrutura do solo e subsolo e localização de recursos), os levantamentos geodésicos agrimensura, hidrográficos, de solos e limites fronteiriços; a elaboração de cartografia e a informação espacial (nomeadamente a cartografia aérea); os levantamentos industriais e técnicos.



**Serviços de Engenharia para Projectos de Construção**

Actividades que visam a realização de estudos, desenhos e projectos de edifícios residenciais (habitações novas e usadas, edifícios, urbanizações entre outras) e não residenciais (edifícios de escritórios, centros comerciais, hotéis, restaurantes, estações de serviço, armazéns, hospitais, escolas, igrejas, estádios, arenas, museus entre outros).

**Serviços de Ensaio e Análises de Sistemas Mecânicos e Eléctricos Integrados**

Actividades que visam a realização de ensaios e análises das características mecânicas e eléctricas de máquinas, motores, automóveis, ferramentas, dispositivos, equipamento de comunicação e outro equipamento que incorpore componentes mecânicas e eléctricas.

**Serviços de Ensaio e Análises Físicas**

Actividades que visam a realização de ensaios e análises de propriedades físicas como a resistência, a ductilidade, a condutibilidade eléctrica e a radioactividade de materiais (metais, plásticos, têxteis, madeira, vidro, betão, entre outros), assim como testes de tensão, dureza, resistência ao choque, resistência à fadiga e efeitos de alta temperatura.

**Serviços de Ensaio e Análises Químicas e Biológicas**

Actividades que visam a realização de análises e estudos de propriedades químicas ou biológicas de composição e pureza dos materiais (tais como o ar, a água, os resíduos urbanos e industriais, os combustíveis, o metal, o solo, os minerais, os alimentos e produtos químicos) e os serviços de ensaios e análises em áreas científicas relacionadas (tais como a microbiologia, bioquímica, bacteriologia, entre outras).

**Serviços de Estudos de Mercado**

Actividades que visam a realização de estudos sobre o comportamento do consumidor e a concorrência, com recurso a monografias de prospecção, estatísticas, modelos econométricos e inquéritos.

**Serviços de Gestão de Marcas Registadas e Franquias**

Posse legalmente registada de uma determinada marca ou franquia. Estes serviços são considerados em conta própria com a intenção de criar proveitos a partir da cedência a terceiros do uso das marcas registadas e franquias.

**Serviços de Gestão de Processos Empresariais**

Actividades que visam o fornecimento de um conjunto de serviços em pacotes que combinam serviços de informação de tecnologia intensiva com força de trabalho (manual ou qualificada, em função da solução), máquinas e instalações, destinadas a apoiar, alojar e gerir um processo empresarial para um cliente.

**Serviços de Gestão de Venda de Espaço ou Tempo Publicitário por Conta de Terceiros**

Actividades que visam as vendas de espaço ou tempo publicitário por conta de terceiros, os serviços das agências de compra de espaços ou tempo publicitário nos meios de comunicação por conta dos anunciantes ou agências publicitárias.

**Serviços de Informática**

Actividades que visam o aconselhamento em gestão dos recursos informáticos em hardware e software das empresas e instituições.

**Serviços de Insolvência E Administração Judicial**

Actividades que visam o aconselhamento e a assistência operacional na gestão de processos de insolvência ou para credores de negócios em processos de insolvência.

**Serviços de Marketing Directo e Publicidade Postal**

Actividades que visam o envio de mensagens publicitárias e promocionais directamente aos consumidores, antes do seu conhecimento nos meios de comunicação social.

**Serviços de Preparação de Planos e desenhos de Arquitectura**

Actividades que visam a elaboração de esboços e trabalhos gráficos introdutórios a serviços de arquitectura.

**Serviços de Processamento de Dados, Domiciliação de Informação e Serviços Relacionados**

Actividades que visam domiciliar websites e os respectivos ficheiros em localizações que providenciem ligações rápidas e fiáveis à internet, o fornecimento de aplicações alugadas a partir de um ambiente informático centralizado, alojado e gerido em articulação com os sistemas e infra-estruturas do cliente ou via internet, o processamento de dados e relatórios especializados de informação fornecida por clientes ou automaticamente através de processamento de dados ou registo de informação, incluindo as bases de dados.

**Serviços de Publicidade**

Conjunto de operações relacionadas com a difusão de uma mensagem publicitária junto dos seus destinatários, bem como as relações jurídicas e técnicas daí emergentes entre anunciantes, profissionais, agências de publicidade e entidades que explorem os suportes publicitários ou que efectuem as referidas operações.

**Serviços de Recrutamento e Selecção de Quadros**

Actividades que visam o recrutamento e a selecção especializados, limitados a quadros superiores, líderes e peritos, de acordo com as especificações do cliente.

**Serviços de Reparação de Computadores e Equipamento Periférico**

Actividades que visam manter os equipamentos informáticos (hardware) em boas condições de funcionamento.

**Serviços de Revisão de Contas**

Actividades que visam a revisão das contas financeiras anuais e intermédias e outras informações contabilísticas.

**Serviços de Urbanismo**

Actividades que visam a elaboração de estudos, planos e projectos com o objectivo de promover o crescimento e a revitalização harmoniosa das áreas urbanas, suburbanas e rurais, considerando aspectos geográficos, sociais, económicos e ambientais, assim como a elaboração de planos gerais com vista à melhor utilização do espaço, definindo a localização das áreas residenciais, comerciais, industriais e recreativas.

**Serviços Jurídicos**

Actividades relacionadas com os direitos e as obrigações legais dos clientes e que visam o seu aconselhamento.

**Serviços Jurídicos em Direito Civil**

Actividades que visam o aconselhamento, a representação e outros serviços relacionados com procedimentos judiciais e quase-judiciais no âmbito do direito civil.

**Serviços Jurídicos em Direito Comercial**

Actividades que visam o aconselhamento, a representação e outros serviços relacionados com procedimentos judiciais e quase-judiciais no âmbito do direito comercial.

**Serviços Jurídicos em Matéria de Leilões**

Actividades legais relacionadas com a disponibilização de activos em leilões.

**Serviços Jurídicos sobre Marcas, Patentes e Propriedade Intelectual**

Actividades que visam a elaboração e a certificação de documentos e serviços afins, relativos a patentes, direitos de autor e outros direitos de propriedade intelectual.

**Serviços Notariais**

Actividades que visam a redacção e conservação de actos autênticos com força executória e valor comprovativo.

**Serviços Técnicos de Inspecção Automóvel**

Actividades que visam a realização de serviços técnicos de inspecção periódica de automóveis, motociclos, autocarros, camiões e outros veículos de transporte rodoviário.

**Suporte Publicitário**

Suporte utilizado para a transmissão de uma mensagem publicitária tal como a televisão, a imprensa, a rádio, a publicidade exterior, entre outros.

**Volume de Negócios**

Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

**Volume de negócios por pessoa empregada**

Volume de negócios de algumas actividades de serviços prestados às empresas / N° de pessoas ao serviço em algumas actividades de serviços prestados às empresas.

---

**Subcapítulo 14 - Ciência e Tecnologia**


---

**Actividades científicas e tecnológicas (C&T)**

Conjunto de actividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, à promoção, à difusão e à aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e da tecnologia.

**Actividades de Inovação**

Aquisição de máquinas, equipamentos, software e licenças; trabalhos de engenharia e de desenvolvimento, formação, marketing e I&D sempre que sejam empreendidos especificamente para implementar uma inovação de produto ou de processo.

**Cooperação para a inovação**

Participação activa em projectos de inovação com outras empresas ou instituições não comerciais. A cooperação não implica que ambos os parceiros retirem benefícios comerciais. A simples contratação ao exterior, sem qualquer colaboração activa da empresa, não é considerada cooperação.

**Despesa em I&D nas empresas**

Despesa das empresas em I&D / total da despesa em I&D.

**Despesa em I&D nas instituições privadas sem fins lucrativos**

Despesa das instituições privadas sem fins lucrativos em I&D / Total da despesa em I&D x 100.

**Despesa em I&D no ensino superior**

Despesa das instituições de ensino superior em I&D / Total da despesa em I&D x 100.

**Despesa em I&D no Estado**

Despesa do Estado em I&D / total da despesa em I&D.

**Despesa em I&D no PIB**

Total das despesas em I&D / PIB x 100.

**Despesa média em I&D por unidade**

Total das despesas em I&D / Unidade de investigação.

**Diplomado**

Aluno que concluiu com aproveitamento o nível/curso em que estava matriculado, tendo requerido o respectivo diploma.

**Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes**

Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas / População residente dos 20 aos 29 anos x 1 000.

**Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes**

Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas / População Residente dos 25 aos 34 anos x 1 000.

**Doutoramento**

Processo conducente ao grau de doutor numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo de conhecimento ou de especialidade. Integra: a elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade; a eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, sempre que as respectivas normas regulamentares o prevejam.

**Empresas com actividades de inovação**

Número de empresas com actividades de inovação / número total de empresas x 100

**Empresas com algum tipo de cooperação para a inovação**

Empresas com algum tipo de cooperação para a inovação / empresas com actividades de inovação x 100.

**Empresas com algum tipo de financiamento público para a inovação**

Empresas com algum tipo de financiamento público para a inovação / empresas com actividades de inovação x 100.

**Ensino superior**

Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.

**Equivalente A Tempo Integral (ETI)**

Tempo total de exercício efectivo de actividade pelo pessoal, integral ou parcialmente, afecto aos trabalhos de I&D. Os efectivos em ETI são calculados somando o número de indivíduos a tempo integral com as fracções do dia normal de trabalho dos indivíduos em tempo parcial. O termo de referência para o tempo integral, contudo, é sempre a unidade "pessoa/ano".

**Inovação**

Introdução de um produto (bem ou serviço) ou processo novo ou significativamente melhorado, de um novo método de marketing ou de um novo método organizacional na prática do negócio, na organização do trabalho ou nas relações externas da empresa.

**Investigação e Desenvolvimento (I&D)**

Todo o trabalho criativo prosseguido de forma sistemática, com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações.

**Investigadores**

É todo o pessoal em actividades de investigação e desenvolvimento que dirige ou realiza trabalhos que visam a criação de conhecimentos e/ou a concepção de produtos, processos, métodos ou sistemas.

**Pessoal em actividades de investigação e desenvolvimento**

Todo o pessoal directamente afecto às actividades de investigação e desenvolvimento, tal como os investigadores e as pessoas que fornecem serviços directamente ligados às actividades de I&D, designadamente gestores de I&D, pessoal técnico em actividades de I&D e outro pessoal de apoio às actividades de I&D.

**Pessoal em I&D na população activa**

População activa em I&D / População activa x 100.

**População activa**

Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

**Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm)**

O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da actividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de outras três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de actividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afectados aos sectores e ramos de actividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efectivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia). Deduzindo ao PIBpm o consumo de capital fixo, obtém-se o Produto Interno Líquido a preços de mercado (PILpm).

**Sector de execução das empresas**

O sector de execução das Empresas, na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende todas as empresas e entidades públicas e privadas, cuja actividade principal é a produção de bens e serviços com o objectivo da sua venda a um preço que deve cobrir aproximadamente os custos de produção. Este sector compreende também as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos cuja actividade principal esteja ao serviço das Empresas.

**Sector de execução das instituições privadas sem fins lucrativos**

O sector da execução das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende os organismos privados, ou semi-públicos, que não tenham sido criados com a finalidade de obter benefícios económicos. Este sector compreende, essencialmente, sociedades científicas e profissionais, fundações e institutos de investigação dependentes de associações e fundações.

**Sector de execução do ensino superior**

O sector de execução do Ensino Superior, na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende todas as universidades, institutos superiores, institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino pós-secundário, qualquer que seja a origem dos seus recursos financeiros e do seu estatuto jurídico. Compreende igualmente todas as instituições (centros e institutos de investigação, hospitais e clínicas, etc.) que trabalham sob controlo directo de estabelecimentos de ensino superior ou administradas por estes últimos. O sector compreende ainda as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos controladas e maioritariamente financiadas pelo Ensino Superior.

**Sector de execução do Estado**

O sector de execução do Estado, na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende todos os organismos e demais entidades da administração pública, independentemente do nível a que se situam (central, regional, local) e das respectivas fontes de financiamento, que fornecem serviços colectivos e que conjugam a administração dos bens públicos e aplicam a política económica e social da colectividade. O sector compreende ainda as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos controladas e maioritariamente financiadas pelo Estado.

**Unidade estatística (em actividades científicas e tecnológicas)**

Unidade estatística, na óptica da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, é toda a entidade, singular ou colectiva, identificada como potencialmente prossecutora de actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) e junto da qual são compilados os elementos estatísticos necessários para a construção dos indicadores de Ciência e Tecnologia.

**Volume de negócios**

Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

**Volume de negócios resultante da venda de produtos novos**

Volume de negócios resultante da venda de produtos novos / volume de negócios total das empresas com inovação de produto x 100.

---

**Subcapítulo 15 - Sociedade da Informação**


---

**Acesso a computador nos agregados domésticos**

Agregados com pelo menos um indivíduo entre os 16 e os 74 anos com computador em casa / Agregados com pelo menos um indivíduo entre os 16 e os 74 anos x 100.

**Acesso à Internet nos estabelecimentos hoteleiros**

Estabelecimentos hoteleiros com acesso à Internet / Estabelecimentos hoteleiros total x 100.

**Agregado doméstico privado**

Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior. Os hóspedes com pensão alimentar, os casais residindo com os pais e os filhos/hóspedes, bem como outras pessoas, são incluídos no agregado doméstico privado, desde que as despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) sejam, habitualmente, suportadas por um orçamento comum. São ainda considerados como pertencentes ao agregado doméstico privado o(a)s empregados domésticos que coabitam no alojamento.

**Banda larga**

Ligação que permite veicular, a grande velocidade, quantidades consideráveis de informação, como por exemplo, imagens televisivas. Os tipos de ligação que fornecem ligação em banda larga são: XDSL (ADSL, SDSL, etc.), cabo, UMTS ou outras como satélite.

**Câmara Municipal**

A câmara municipal é o órgão colegial do tipo executivo a quem está atribuída a gestão permanente dos assuntos municipais.

**Câmaras municipais com presença na Internet**

[Câmaras municipais com presença na Internet / Câmaras municipais] x 100.

**Câmaras municipais com presença na Internet que disponibilizam processos de consulta pública no website**

[Câmaras municipais que disponibilizam no website processos de consulta pública / Câmaras municipais com presença na Internet] x 100.

**Computador pessoal**

Sistema «monoposto» de uso pessoal, com capacidades de processamento e comunicação próprias: Desktop e Tower - orientados para correr aplicações de uso geral; Workstations - orientados para o processamento de aplicações especializadas e com exigências de processamento e gráficas significativas; Portáteis - orientados para correr aplicações de uso geral, caracterizados por terem dimensões e peso reduzidos e disporem de alimentação eléctrica autónoma; Terminais - unidades de entrada/saída sem capacidade de processamento própria, pelas quais um utilizador comunica com o computador.

**Encomendas de alojamento recebidas através da Internet nos estabelecimentos hoteleiros**

Estabelecimentos hoteleiros que receberam encomendas de alojamento (reservas) através da Internet / Estabelecimentos hoteleiros total x 100.

**Encomendas electrónicas efectuadas pelos estabelecimentos hoteleiros**

Estabelecimentos hoteleiros que efectuaram encomendas electrónicas / Estabelecimentos hoteleiros total x 100.

**Estabelecimento hoteleiro**

Estabelecimento cuja actividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento.

**Estabelecimentos hoteleiros com presença na Internet**

Estabelecimentos hoteleiros com presença na Internet / Estabelecimentos hoteleiros total x 100.

**Hospital**

Estabelecimento de saúde dotado de internamento, ambulatório e meios de diagnóstico e terapêutica, com o objectivo de prestar à população assistência médica curativa e de reabilitação, competindo-lhe também colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica.

**Internet (acesso www. )**

Ligação ao conjunto de redes informáticas mundiais interligadas pelo protocolo TCP/IP (Transmission Control/Internet Protocol) onde se localizam servidores de informação e serviços (FTP, WWW, E-mail, etc.).

**Ligação à Internet nas câmaras municipais**

[Câmaras municipais com ligação à Internet] / [Câmaras municipais] x 100.

**Ligação à Internet nos agregados domésticos**

Agregados com pelo menos um indivíduo entre os 16 e os 74 anos com ligação à Internet em casa / Agregados com pelo menos um indivíduo entre os 16 e os 74 anos x 100.

**Ligação à Internet nos hospitais**

[Hospitais com ligação à Internet] / [Hospitais] x 100.

**Multibanco**

Designação genérica de um sistema interbancário que disponibiliza diversos serviços, tais como o levantamento de dinheiro e a realização de vários movimentos de conta, mediante a introdução de um cartão magnético em máquinas, que dá acesso à conta do titular com código.

**Posse de website nos hospitais**

[Hospitais com website] / [Hospitais] x 100.

**Presença na Internet**

A presença do organismo na Internet pode assumir várias fórmulas: 1) detendo uma pág. num nome de domínio que lhe é exterior (por ex. de um grupo económico, de um centro comercial virtual, etc., assumindo a formulação do URL a expressão <http://www.organismoX.pt/pagina-do-organismo>; 2) detendo um nome de domínio de primeiro nível ou de segundo nível (por ex. num Internet Service Provider-ISP), assumindo, respectivamente, os seguintes tipos de formulação do URL <http://www.organismo.pt> ou <http://www.organismo.ISP.pt>.

**Realização de actividades de telemedicina nos hospitais com ligação à Internet**

[Hospitais que realizam actividades de telemedicina] / [Hospitais com ligação à Internet] x 100.

**Telemedicina**

Em sentido lato, será a utilização da informática e das telecomunicações aplicadas às três tarefas tradicionalmente executadas por médicos e outros profissionais de saúde, assistência clínica, ensino e investigação biomédica. Em sentido estrito será a prestação de cuidados de saúde quando os intervenientes se encontram física ou temporalmente afastados.

**Utilização de caixas Multibanco pelos indivíduos**

[Indivíduos entre os 16 e os 74 anos que utilizaram caixas Multibanco] / [Indivíduos entre os 16 e os 74 anos] x 100

**Utilização de comércio electrónico nas câmaras municipais**

[Câmaras municipais que utilizam comércio electrónico] / [Câmaras municipais] x 100

**Utilização de computador nos estabelecimentos hoteleiros**

Estabelecimentos hoteleiros que utilizam computador / Estabelecimentos hoteleiros total x 100.

**Utilização de computador nos hospitais**

[Hospitais com computador] / [Hospitais] x 100

**Utilização de computador pelos indivíduos**

Indivíduos entre os 16 e os 74 anos que utilizaram computador no 1º trimestre do ano / Indivíduos entre os 16 e os 74 anos x 100.

**Utilização de Internet pelos indivíduos**

Indivíduos entre os 16 e os 74 anos que utilizaram Internet no 1º trimestre do ano / Indivíduos entre os 16 e os 74 anos x 100.

**Utilização de telemóvel pelos indivíduos**

[Indivíduos entre os 16 e os 74 anos que utilizaram telemóvel] / [Indivíduos entre os 16 e os 74 anos] x 100.

**Utilização de videoconferência nos hospitais**

[Hospitais que utilizam videoconferência] / [Hospitais] x 100.

**Videoconferência**

Conjunto de facilidades de telecomunicações que permitem comunicação bidireccional através de dispositivos electrónicos, compartilhando os seus espaços acústicos e visuais através da transmissão de sinais de áudio, controle e documentos textuais acrescido de sinais de vídeo transmitidos em tempo real.

**Website**

É uma página (web page) ou um conjunto de páginas programadas que são executadas através de um Browser (Internet Explorer, Netscape, etc.). A cada web page é atribuído um endereço www (ex., [www.organismo.pt](http://www.organismo.pt)) conhecido como URL (Uniform Resource Locator).

## Capítulo IV - O ESTADO

### Subcapítulo 1 - Administração Local

#### Activos (Passivos) em moeda nacional

Activos (passivos) financeiros expressos na moeda com curso legal no país. Neste conceito inclui-se o Euro a partir do momento da sua existência.

#### Activos financeiros

Activos económicos, incluindo meios de pagamento, créditos financeiros e activos económicos que, pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. Os meios de pagamento consistem em ouro monetário, direitos de saque especiais, moeda e depósitos transferíveis. Um crédito financeiro permite que o seu proprietário, o credor, receba um pagamento, ou uma série de pagamentos, sem qualquer contraprestação de unidades institucionais, os devedores, que contraíram as dívidas de contrapartida.

#### Amortização de empréstimo

Operação financeira que visa o pagamento de uma dívida segundo várias modalidades de reembolso. No reembolso de qualquer empréstimo, há a considerar o pagamento dos juros e a amortização do capital. A amortização corresponde à parte a deduzir à dívida. A amortização pode ser realizada de uma só vez (no final do prazo) com os juros no início, durante ou no fim do prazo ou periodicamente. Neste ultimo caso o reembolso inclui a amortização e o juro.

#### Aquisições de bens de capital no total de despesas

Aquisições de bens de capital / Despesas totais x 100.

#### Derrama

Imposto municipal que incide sobre o IRC ( Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas) . Esta receita dos Municípios corresponde proporcionalmente, ao rendimento gerado na área geográfica por sujeitos passivos que exerçam a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

#### Despesas com pessoal

Inclui todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço ao Estado nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

#### Despesas com pessoal no total de despesas

Despesas com pessoal / Despesas totais x 100.

#### Empréstimos

Activos financeiros criados quando os credores cedem fundos aos devedores, quer directamente, quer através de mediadores e que podem estar comprovados por documentos não negociáveis ou não estar comprovados por quaisquer documentos. Em geral os empréstimos caracterizam-se pelos aspectos seguintes: a) As condições que regem um empréstimo ou são fixadas pela sociedade financeira que o concede ou negociadas entre o mutuante e o mutuário directamente ou através de um intermediário; b) A iniciativa relativa a um empréstimo parte normalmente do mutuário; c) Um empréstimo é uma dívida incondicional ao credor que tem de ser reembolsada no vencimento e sobre a qual são cobrados juros.

#### Endividamento anual por habitante

(Empréstimos-amortizações) / População residente em 31 de Dezembro x 1 000.

#### Fundos municipais

Fundos que correspondem a uma participação dos Municípios nas receitas do Estado. Existem três tipos de Fundos, o Fundo de Base Municipal, o Fundo Geral Municipal e o Fundo de Coesão.

#### Fundos municipais no total de receitas

Fundos municipais correntes e de capital / Receitas totais x 100.

#### Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)

Imposto que tributa as transmissões onerosas do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, situados no território nacional e de outras situações que a lei equipara a transmissões onerosas de imóveis.

#### Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

Imposto municipal, de carácter regular, que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se realizam.

#### Imposto Municipal sobre Veículos

Imposto que incide sobre o uso e fruição de automóveis ligeiros de passageiros e automóveis ligeiros mistos, aeronaves de uso particular, barcos de recreio de uso particular e motociclos.

**Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares**

O IRS é um imposto que incide sobre o valor anual dos rendimentos das pessoas singulares. Os rendimentos são classificados por categorias, e o imposto O IRS é um imposto que incide sobre a soma desses rendimentos, depois de efectuadas as correspondentes deduções e abatimentos. Âmbito de sujeição a imposto - Quando as pessoas são residentes em território português, o IRS incide sobre a totalidade dos seus rendimentos, isto é, também ficam sujeitos a imposto os rendimentos obtidos fora do território nacional. Existindo agregado familiar, o IRS incide sobre o conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem. Por isso se pode dizer que o IRS é um imposto sobre as famílias.

**Impostos no total de receitas**

$[(\text{Imposto Municipal sobre Veículos} + \text{IMT} + \text{IMI} + \text{Derramas} + \text{IRS}) / \text{Receitas totais}] \times 100$ .

**Índice de carência fiscal**

$[(\text{Imposto municipal sobre veículos} + \text{IMT} + \text{IMI}) \text{ de Portugal} / \text{População residente em Portugal}] - [(\text{Imposto Municipal sobre Veículos} + \text{IMT} + \text{IMI}) \text{ da unidade territorial} / \text{População residente da unidade territorial}] \times 1\,000$ .

**Investimento**

Conjunto de importâncias despendidas com a aquisição de imobilizado que a unidade estatística de observação utiliza como meio de realização dos seus objectivos.

**Juros**

Nos termos do instrumento financeiro acordado entre um mutuante e um mutuário, os juros são o montante a pagar pelo segundo ao primeiro ao longo de um determinado período de tempo sem reduzir o montante do capital em dívida. Esta forma de rendimento de propriedade é devida aos proprietários de certos tipos de activos financeiros: a) Depósitos; b) Títulos excepto acções; c) Empréstimos; d) Outras contas a receber.

**Juros e outros encargos**

Encargos que englobam os fluxos referentes aos juros de empréstimos contratados para a satisfação de necessidades de financiamento, as outras despesas correntes que são inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento, as despesas relacionadas com a emissão e a gestão da dívida, das quais se destacam as comissões de subscrição e gestão, as comissões pagas a agentes pagadores, as despesas com a manutenção de contas, bem como outros custos associados à execução de transacções e rating da dívida.

**Operações Financeiras**

Operações em activos e passivos financeiros entre unidades institucionais e entre estas e o resto do mundo.

**Passivos financeiros**

Saldo das operações financeiras englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avais ou garantias as receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos a curto e a médio e longo prazos.

**Receitas por habitante**

$\text{Receitas totais} / \text{População residente em 31 de Dezembro} \times 1\,000$ .

**Relação entre receitas e despesas**

$\text{Receitas} / \text{Despesas} \times 100$ .

**Relação entre receitas e despesas correntes**

$\text{Receitas correntes} / \text{Despesas correntes} \times 100$ .

**Transferências correntes no seio das administrações públicas**

As transferências correntes no seio das administrações públicas (incluem todas as transferências entre os diferentes subsectores da administração pública (administração central, administração estadual, administração local, fundos de segurança social), com a excepção dos subsídios, das ajudas ao investimento e de outras transferências de capital.

**Transferências de capital**

Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui receitas relativas a cauções e depósitos de garantia que revertem a favor da entidade, assim como, heranças jacentes e outros valores prescritos abandonados. Engloba ainda as receitas provenientes do remanescente da revalorização das reservas de ouro existentes no Banco de Portugal.

**Venda de bens de investimento**

Rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento.

**Venda de bens e serviços**

Receitas com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento. Inclui também os recebimentos da prestação de serviços.

---

**Subcapítulo 2 - Justiça**


---

**Absolvição**

Sentença judicial que põe termo a uma acção, considerando que o réu não deve ser condenado, seja porque o pedido do autor não procede (absolvição do pedido), seja porque existe qualquer obstáculo legal à apreciação do pedido, determinante da absolvição da instância. Em processo crime, decisão judicial que, depois de transitada em julgado, extingue o procedimento criminal contra o arguido pelos factos que lhe eram imputados na acusação, seja porque se provou a sua inocência, seja porque não foi produzida prova suficiente para fundamentar uma condenação.



**Amnistia**

Causa objectiva de extinção de procedimento, da responsabilidade penal ou da execução da pena, caso já tenha havido condenação, determinada pela abolição da incriminação de certos factos passados.

**Arguido**

Pessoa contra quem foi deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal e aquela que, por recair sobre si forte suspeita de ter perpetrado uma infracção cuja existência esteja suficientemente comprovada, a lei obriga ou permite que seja constituída como tal.

**Comarca**

Circunscrição básica da divisão judiciária em Portugal. É sede de um tribunal dotado de pelo menos de um juiz, um agente do Ministério Público e uma secretaria judicial. As comarcas podem ser de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> classes.

**Condenação**

Verifica-se quando o juiz, na sua decisão final, considera provada a prática do crime pelo arguido, impondo-lhe uma determinada pena.

**Crime**

Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática.

**Crime registado**

Crime detectado pelas autoridades policiais ou levado ao seu conhecimento por meio de denúncia ou queixa.

**Desistência da queixa**

Declaração de vontade do titular dos interesses que a lei quis proteger com a incriminação ou das restantes pessoas a quem a lei reconhece legitimidade para o efeito, pela qual se opera a retractação da denúncia (em crimes semi-públicos) ou da acusação particular (em crimes particulares), tendo como consequência a extinção do procedimento criminal.

**Despenalização**

Abolição das sanções legalmente previstas para um determinado acto ou comportamento quando se verifiquem determinadas condições estipuladas por lei.

**Doação**

Contrato pelo qual uma pessoa (o doador), por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício do outro contraente (o donatário).

**Escritura pública**

Documento autêntico, realizado pelo notário, que constitui a forma legal de alguns negócios jurídicos.

**Evolução anual dos processos**

(Número de processos entrados - número de processos findos) / Número de processos pendentes a 1 de Janeiro x 100.

**Hipoteca**

A hipoteca confere ao credor o direito de ser pago pelo valor de certas coisas imóveis, ou equiparadas, pertencentes ao devedor ou a terceiro com preferência sobre os demais credores que não gozem de privilégio especial ou de prioridade de registo. As hipotecas são legais, judiciais ou voluntárias.

**Inimputabilidade**

Qualidade daquele que não pode ser responsabilizado criminalmente pelos seus actos, seja em razão da idade, seja em razão de anomalia psíquica. São inimputáveis os menores de 16 anos e quem, por força de uma anomalia psíquica, é incapaz, no momento da prática do facto, de avaliar a ilicitude deste ou de se determinar de acordo com essa avaliação.

**Instância**

Tribunal que, colocado numa relação de hierarquia, julga a acção. Sucessão dos actos processuais que compõem um processo judicial.

**Julgamento**

Fase processual que visa a pronúncia da decisão final sobre o objecto da acção, consubstanciada numa sentença ou acórdão. O julgamento diz-se de fundo quando na decisão se conhece do mérito da causa.

**Magistratura judicial (Organização judiciária)**

A magistratura judicial constituída por Juizes do Supremo Tribunal de Justiça, Juizes das Relações e Juizes de Direito, tendo como função administrar a justiça de acordo com a Constituição e a lei e fazer executar as suas decisões.

**Ministério público**

Órgão do Estado, integrado nos tribunais e dotado de autonomia e estatuto próprio, encarregado de representar o Estado e outras pessoas a quem este deva protecção, exercer a acção penal e defender legalidade democrática e os interesses que a lei determinar. Vinculado, na sua actividade, a critérios de objectividade e legalidade, tem por órgão superior a Procuradoria-Geral da República e por agentes o procurador-geral da República, o vice-procurador-geral da República, procuradores-gerais adjuntos, procuradores da República e delegados do procurador da República e constitui uma magistratura paralela à magistratura judicial.

**Mútuo**

Contrato pelo qual uma das partes (mutuantes) empresta á outra (mutuário) certa quantia em dinheiro ou outra coisa fungível, ficando esta obrigada a restituir outro tanto no mesmo género e qualidade.

**Partilha**

Modo de obter a divisão de uma coisa ou universalidade entre os seus vários titulares. Usa-se, nomeadamente, para obter a divisão da herança entre os vários herdeiros, para dividir os bens comuns da sociedade conjugal e na liquidação de sociedades. A partilha pode ser judicial ou extrajudicial. A partilha extrajudicial é consubstanciada em escritura pública, se os bens a partilhar forem imóveis ou quotas de sociedade de que façam parte coisas imóveis.



**Prescrição**

Forma de extinção de um direito pelo seu não exercício por um dado lapso de tempo, variável de caso para caso, fixado na lei.

**Processo**

Auto constituído pelas peças escritas emanadas das partes, pelas decisões do tribunal e actos do Ministério Público, e pelo relato, mais ou menos circunstanciado, dos actos e diligências praticadas no desenvolvimento da acção.

**Processo findo**

Processo em que é proferida decisão final, na forma de acórdão, sentença ou despacho, na respectiva instância, independentemente do trânsito em julgado.

**Processo tutelar**

Processo que visa a protecção judiciária de menores (que tenham praticado actos qualificados como ilícito penal, revelem conduta desviante, sejam vítimas de maus tratos ou de outros comportamentos lesivos dos seus direitos ou interesses), mediante a aplicação das medidas previstas na lei.

**Proporção de arguidos condenados**

Número de condenados / número de arguidos x 100.

**Proporção de não condenados por absolvição/carência de prova**

Não condenados por absolvição/carência de prova/ Total de não condenados ( com excepção dos não especificados) x 100.

**Proporção de não condenados por desistência de queixa**

Não condenados por desistência de queixa/ Total de não condenados ( com excepção dos não especificados) x 100.

**Propriedade horizontal**

Regime de um edifício dividido em fracções, constituindo unidades independentes e isoladas, pertencentes a proprietários diversos. A propriedade horizontal pode constituir-se por negócio jurídico, usucapião ou decisão judicial, proferida em acção de divisão de coisa comum ou em processo de inventário.

**Rejeição (da acusação)**

Acto de não aceitação da acusação pelo juiz do tribunal de julgamento quando este a considere manifestamente infundada por, nomeadamente, não conter a identificação do arguido; não conter a narração dos factos; não indicar as disposições legais aplicáveis ou as provas que a fundamentam, ou por os factos nela relatados não constituírem crime.

**Sentença**

Acto datado e assinado pelo qual o juiz decide fundamentalmente a causa principal ou algum incidente que apresente, segundo a lei, a figura de uma causa. Diz-se homologatória a sentença que ratifica ou aprova um acordo prévio firmado entre as partes.

**Sociedade civil**

Sociedade constituída por duas ou mais pessoas que se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de certa actividade económica, que não seja de mera fruição, a fim de repartirem os lucros resultantes dessa actividade.

**Sociedade comercial**

Sociedade que tem por objecto a prática de actos de comércio e que adopte um dos tipos previstos no Código das Sociedades Comerciais. Podem ser anónimas, por quotas, em nome colectivo e em comandita (simples ou por acções). As sociedades que não tenham por objecto a prática de actos de comércio - sociedades civis - podem constituir-se de acordo com uma das formas previstas naquele código (sociedades civis sob forma comercial).

**Taxa de criminalidade**

Número de crimes / População residente x 1 000.

**Tribunal**

Órgão de soberania investido na função de assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, de reprimir a violação da legalidade e de dirimir os conflitos de interesses públicos e privados.

---

**Subcapítulo 3 - Participação Política**


---

**Abstenção**

Não exercício do direito de voto.

**Assembleia da república**

Assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses directamente eleita pelos cidadãos eleitores recenseados quer no país quer no estrangeiro.

**Assembleia de freguesia**

Órgão deliberativo da freguesia directamente eleito pelos cidadãos recenseados na respectiva área geográfica.

**Assembleia municipal**

Órgão deliberativo do município no qual têm assento membros directamente eleitos e membros por inerência.

**Câmara municipal**

A câmara municipal é o órgão colegial do tipo executivo a quem está atribuída a gestão permanente dos assuntos municipais.

**Eleições**

Modo de escolha de cidadãos para exercerem determinado cargo político através de sufrágio universal, directo, secreto e periódico.

**Inscritos**

Cidadão que reúne os requisitos legais para exercer o direito de voto.

**Mandato (natureza do)**

Relação de representação estabelecida através da eleição entre os eleitores e os eleitos, legitimadora do exercício do poder político, por um determinado período.

**Participação política**

Direito dos cidadãos de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos, elegendo para o efeito representantes seus nos órgãos do poder político, exprimindo-se, associando-se livremente e contribuindo para a tomada de decisões e a resolução dos problemas sociais.

**Partido político**

Organização voluntária de cidadãos, de carácter permanente, constituída com o objectivo fundamental de participar democraticamente na vida política do País e concorrer para a formação e expressão da vontade política do povo. Elemento característico desta organização social consiste nos objectivos que movem a sua actividade: a luta pela aquisição e exercício do poder.

**Partido/coligação mais votado**

$\text{Votos no partido/coligação mais votado} / \text{Total de votos} \times 100$ .

**Presidência da república**

Cidadão directamente eleito pelo povo que representa a República Portuguesa e garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas.

**Proporção de votos brancos**

$\text{Votos brancos} / \text{Total de votos} \times 100$ .

**Proporção de votos nulos**

$\text{Votos nulos} / \text{Total de votos} \times 100$ .

**Taxa de abstenção**

$\text{Abstenção} / \text{Inscritos} \times 100$ .

# Nomenclaturas

## Nomenclatures

### Classificação das Actividades Económicas - CAE-Rev.3.

#### A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

- 01 Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados
- 02 Silvicultura e exploração florestal
- 03 Pesca e aquicultura

#### B Indústrias extractivas

- 05 Extracção de hulha e lenhite
- 06 Extracção de petróleo bruto e gás natural
- 07 Extracção e preparação de minérios metálicos
- 08 Outras indústrias extractivas
- 09 Actividades dos serviços relacionados com as indústrias extractivas

#### C Indústrias transformadoras

- 10 Indústrias alimentares
- 11 Indústria das bebidas
- 12 Indústria do tabaco
- 13 Fabricação de têxteis
- 14 Indústria do vestuário
- 15 Indústria do couro e dos produtos do couro
- 16 Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria
- 17 Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos
- 18 Impressão e reprodução de suportes gravados
- 19 Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis
- 20 Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos
- 21 Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
- 22 Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
- 23 Fabrico de outros produtos minerais não metálicos
- 24 Indústrias metalúrgicas de base
- 25 Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos
- 26 Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos
- 27 Fabricação de equipamento eléctrico
- 28 Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.
- 29 Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis
- 30 Fabricação de outro equipamento de transporte
- 31 Fabrico de mobiliário e de colchões
- 32 Outras indústrias transformadoras
- 33 Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos

#### D Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

- 35 Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

#### E Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição

- 36 Captação, tratamento e distribuição de água
- 37 Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais
- 38 Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais
- 39 Descontaminação e actividades similares

#### F Construção

- 41 Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios
- 42 Engenharia civil
- 43 Actividades especializadas de construção

#### G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos

- 45 Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos
- 46 Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos
- 47 Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos

#### H Transportes e armazenagem

- 49 Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos
- 50 Transportes por água
- 51 Transportes aéreos
- 52 Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes(inclui manuseamento)
- 53 Actividades postais e de courier

#### I Alojamento, restauração e similares

- 55 Alojamento
- 56 Restauração e similares

## Classificação das Actividades Económicas - CAE-Rev.3.

### J Actividades de informação e de comunicação

- 58 Actividades de edição
- 59 Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música
- 60 Actividades de rádio e de televisão
- 61 Telecomunicações
- 62 Consultoria e programação informática e actividades relacionadas
- 63 Actividades dos serviços de informação

### K Actividades financeiras e de seguros

- 64 Actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões
- 65 Seguros, resseguros e fundos de pensões, excepto segurança social obrigatória
- 66 Actividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros

### L Actividades imobiliárias

- 68 Actividades imobiliárias

### M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

- 69 Actividades jurídicas e de contabilidade
- 70 Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão
- 71 Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas
- 72 Actividades de investigação científica e de desenvolvimento
- 73 Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião
- 74 Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
- 75 Actividades veterinárias

### N Actividades administrativas e dos serviços de apoio

- 77 Actividades de aluguer
- 78 Actividades de emprego
- 79 Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas
- 80 Actividades de investigação e segurança
- 81 Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins
- 82 Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas

### O Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória

- 84 Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória

### P Educação

- 85 Educação

### Q Actividades de saúde humana e apoio social

- 86 Actividades de saúde humana
- 87 Actividades de apoio social com alojamento
- 88 Actividades de apoio social sem alojamento

### R Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas

- 90 Actividades de teatro, de música, de dança e outras actividades artísticas e literárias
- 91 Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais
- 92 Lotarias e outros jogos de aposta
- 93 Actividades desportivas, de diversão e recreativas

### S Outras actividades de serviços

- 94 Actividades das organizações associativas
- 95 Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico
- 96 Outras actividades de serviços pessoais

### T Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio

- 97 Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico
- 98 Actividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio

### U Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

- 99 Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

**Nomenclatura Combinada, 2009**

Secção I	Animais Vivos e Produtos do Reino Animal
Secção II	Produtos do Reino Vegetal
Secção III	Gorduras e Óleos Animais ou Vegetais; Produtos da sua Dissociação; Gorduras Alimentares Elaboradas; Ceras de Origem Animal ou Vegetal
Secção IV	Produtos das Indústrias Alimentares; Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagres; Tabaco e seus Sucedâneos Manufacturados
Secção V	Produtos Minerais
Secção VI	Produtos das Indústrias Químicas ou das Indústrias Conexas
Secção VII	Plásticos e suas Obras; Borracha e suas Obras
Secção VIII	Peles, Couros, Peles com Pêlo e Obras Destas Matérias; Artigos de Correeiro ou de Seleiro; Artigos de Viagem, Bolsas e Artefactos Semelhantes; Obras de Tripa
Secção IX	Madeira, Carvão Vegetal e Obras De Madeira; Cortiça e suas Obras; Obras de Espartaria ou de Cestaria
Secção X	Pastas de Madeira ou de Outras Matérias Fibrosas Celulósicas; Desperdícios e Aparas de Papel ou de Cartão ; Papel e suas Obras
Secção XI	Matérias Têxteis e suas Obras
Secção XII	Calçado, Chapéus e Artefactos de Uso Semelhante, Guarda-Chuvas, Guarda-Sóis, Bengalas, Chicotes e suas Partes; Penas Preparadas e suas Obras; Flores Artificiais; Obras de Cabelo
Secção XIII	Obras de Pedra, Gesso, Cimento, Amianto, Mica ou de Materiais Semelhantes; Produtos Cerâmicos; Vidro e suas Obras
Secção XIV	Pérolas Naturais ou Cultivadas, Pedras Preciosas ou Semipreciosas e Semelhantes, Metais Preciosos, Metais Folheados ou Chapeados de Metais Preciosos e suas Obras; Bijuteria, Moedas
Secção XV	Metais Comuns e suas Obras
Secção XVI	Máquinas e Aparelhos, Material Eléctrico, e suas Partes; Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Som, Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Imagens e de Som em Televisão, suas Partes e Acessórios
Secção XVII	Material de Transportes
Secção XVIII	Instrumentos e Aparelhos de Óptica, Fotografia ou Cinematografia, Medida, Controlo ou de Precisão; Instrumentos e Aparelhos Médico-Cirúrgicos; Artigos de Relojoaria; Instrumentos Musicais; suas Partes e Acessórios
Secção XIX	Armas e Munições; suas Partes e Acessórios
Secção XX	Mercadorias e Produtos Diversos
Secção XXI	Objectos de Arte, de Colecção ou Antiguidades

**Produtos de alta tecnologia (nacional), CTCL-Rev.4 (V01442)**

1 - Aeroespacial
2 - Armamento
3 - Produtos químicos
4 - Computadores - equipamento de escritório
5 - Máquinas eléctricas
6 - Produtos electrónicos - telecomunicações
7 - Máquinas não eléctricas
8 - Produtos farmacêuticos
9 - Instrumentos científicos

### Classificação das actividades de Tecnologias de Informação e Comunicação, de acordo com os grupos/classes da CAE-Rev.3 (OCDE)

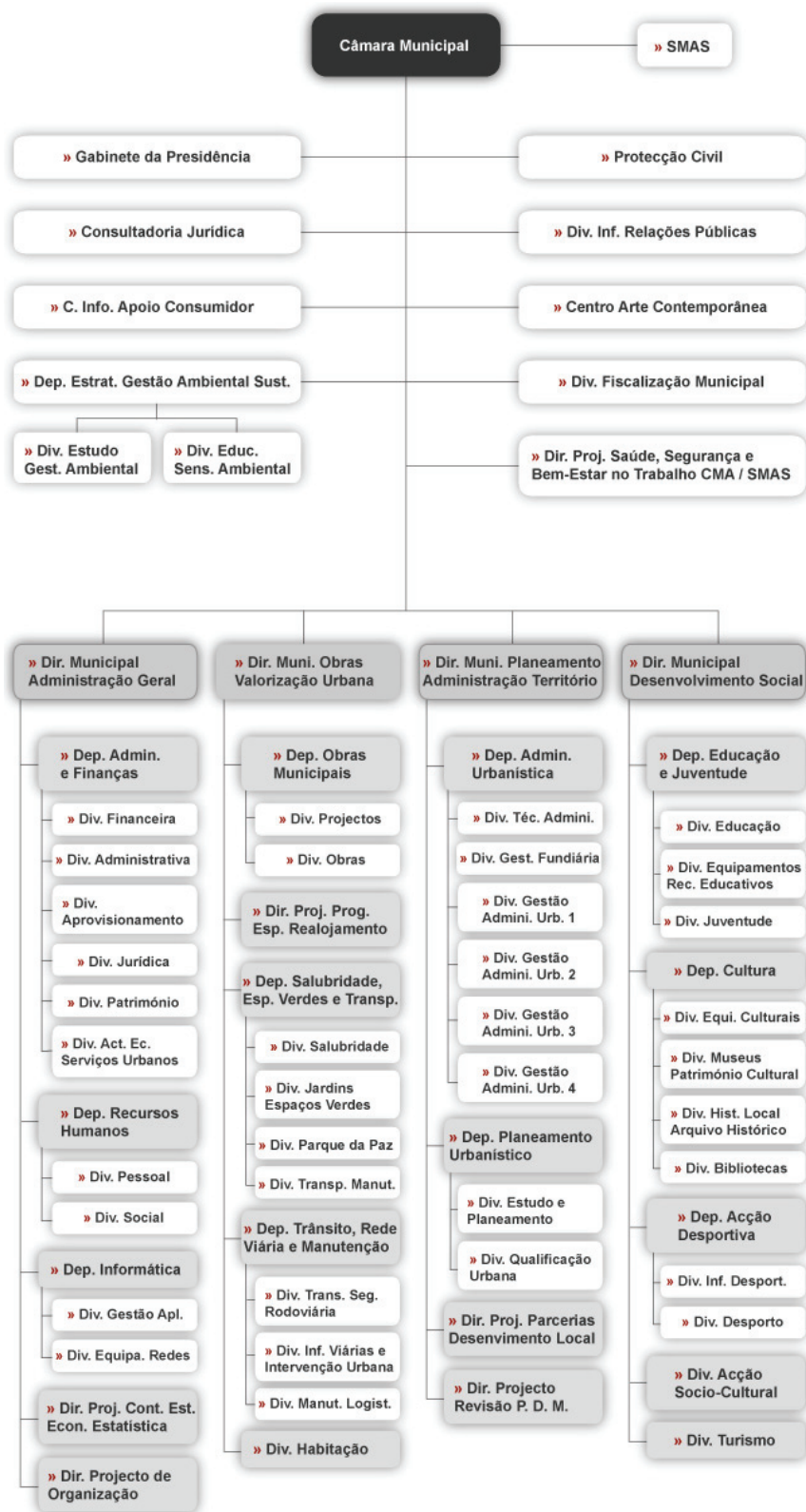
261 - Fabricação de componentes e de placas, electrónicos
262 - Fabricação de computadores e de equipamento periférico
263 - Fabricação de aparelhos e equipamentos para comunicações
264 - Fabricação de receptores de rádio e de televisão e bens de consumo similares
268 - Fabricação de suportes de informação magnéticos e ópticos
465 - Comércio por grosso de equipamento das tecnologias de informação e comunicação (TIC)
582 - Edição de programas informáticos
61 - Telecomunicações
62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas
631 - Actividades de processamento de dados, domiciliação de informação e actividades relacionadas; portais Web
951 - Reparação de computadores e de equipamento de comunicação

### Classificação das indústrias de média e alta tecnologia, de acordo com as divisões/grupos da CAE-Rev.3 (OCDE)

20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos
21 - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
254 - Fabricação de armas e munições
26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos
27 - Fabricação de equipamento eléctrico
28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.
29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis
302 - Fabricação de material circulante para caminhos-de-ferro
303 - Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado
304 - Fabricação de veículos militares de combate
309 - Fabricação de equipamento de transporte, n.e.
325 - Fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico

### Classificação dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia, de acordo com as divisões da CAE-Rev.3 (OCDE)

59 - Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música
60 - Actividades de rádio e de televisão
61 - Telecomunicações
62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas
63 - Actividades dos serviços de informação
72 - Actividades de investigação científica e de desenvolvimento





# Almada +

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2010

ALMADA



CÂMARA MUNICIPAL





## CAPÍTULO 1

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2010

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Índice**

# ALMADA +

## OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2010

INTRODUÇÃO .....	1	○
------------------	---	---

### CAPÍTULO 1

#### Opções do Plano

Visão Almada “Mais” e Eixos de Desenvolvimento .....	9	○
--	---	---

Linhas de Orientação Gerais .....	13	○
-----------------------------------	----	---

Eixo 1 .....	13	○
--------------	----	---

Eixo 2 .....	19	○
--------------	----	---

Eixo 3 .....	23	○
--------------	----	---

Eixo 4 .....	26	○
--------------	----	---

Eixo 5 .....	29	○
--------------	----	---

Eixo 6 .....	35	○
--------------	----	---

Eixo 7 .....	38	○
--------------	----	---

Mapa das Grandes Opções do Plano	41	○
----------------------------------	----	---

Mapa do Plano de Actividades Municipais .....	51	○
---	----	---

Mapa do Plano Plurianual de Investimentos .....	55	○
---	----	---

### CAPÍTULO 2

Orçamento .....	63	○
-----------------	----	---

Mapa de Resumo do Orçamento .....	69	○
-----------------------------------	----	---

Mapa da Receita .....	71	○
-----------------------	----	---

Mapa de Despesa por Classificação Económica .....	75	○
---	----	---

Mapa de Despesa por Classificação Orgânica/Económica .....	79	○
--	----	---

Mapa de Transferências para as Juntas de Freguesia .....	93	○
--	----	---

Mapa de Empréstimos .....	95	○
---------------------------	----	---



**CAPÍTULO 1**  
OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2010

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Introdução**

A presente proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2010 marca o início do novo ciclo autárquico que resultou da expressão da vontade popular nas eleições do passado dia 11 de Outubro.

Este é o décimo mandato autárquico desde que em 1976 a Constituição da República Portuguesa instituiu o Poder Local Democrático como um dos pilares fundamentais do regime democrático saído da Revolução de Abril.

Três décadas e meia são passadas sobre o arranque do nosso País de uma situação de grande atraso e depressão para o actual patamar de desenvolvimento que o posiciona entre as Nações desenvolvidas, pese embora os muitos e graves problemas que continuam a afectar a vida dos portugueses.

Em Almada, a transformação alcançada nestas três décadas e meia, acompanhando o processo de desenvolvimento encetado a partir da instauração da Democracia e da Liberdade por todo o País, coloca-nos hoje na linha da frente dos Concelhos mais desenvolvidos de Portugal.

Ao longo de 35 anos, com Visão Estratégica, renovada década após década, Almada cresceu e transformou-se. Planeou, construiu, realizou. Renovou-se e criou novas centralidades. Tem vida própria. É uma centralidade motora do desenvolvimento da Região de Lisboa.

Almada, com os sólidos alicerces que foi capaz de construir, com uma forte identidade cultural e o seu potencial humano, com um território atractivo pelas suas singularidades – história, natureza e localização –, inicia no actual mandato autárquico uma nova Década de Desenvolvimento “Sustentável Solidário e Eco-eficiente”.

Uma Visão Estratégica que ambicionando antes de tudo o desenvolvimento e o progresso de Almada e uma vida cada vez melhor para todos os Almadenses, é aglutinadora da grande maioria dos conceitos colocados à reflexão nas eleições autárquicas de Outubro pelas diferentes sensibilidades políticas, sobre os quais se pronunciaram os Almadenses.

Por isso, a presente proposta de Opções do Plano e Orçamento, que dá início ao novo ciclo de gestão autárquica, para além de incorporar, como é devido, todos os compromissos assumidos pela força política vencedora, incorpora também a grande maioria das ideias das outras forças políticas, considerados que foram os respectivos contributos no âmbito do processo de elaboração, tendo em vista o desenvolvimento e progresso da nossa terra comum.

Pese embora o tempo limitado para a elaboração dos documentos agora apresentados, foram os mesmos construídos com grande ponderação, considerando todos os compromissos e contributos, com redobrada exigência e rigor, por forma a assegurar com toda a normalidade o arranque do exercício/2010 no quadro do novo ciclo autárquico.

As Opções do Plano decorrem da Visão – Almada “Mais” Sustentável, Solidária e Eco-eficiente, apresentando-se em sete Eixos de Desenvolvimento e respectivas Linhas de Orientação (LO), num total de cento e trinta e quatro, que constituem o enquadramento da actividade a desenvolver pelo Município através dos competentes serviços municipais, dando lugar em cada ano às respectivas actividades, projectos e acções.

Gostaria de destacar que os contributos recebidos para a elaboração dos presentes documentos se encontram genericamente reflectidos nas Linhas de Orientação (LO) abrangendo os sete Eixos de Desenvolvimento.

As Grandes Opções do Plano para 2010 asseguram o desenvolvimento de toda a actividade regular assumida pelo Município, ao nível das suas múltiplas componentes, designadamente, educativas, culturais, associativas, sociais, desportivas e ambientais com destaque para a Acção Social Escolar, os Refeitórios Escolares e Acção Social.

Garantem o funcionamento de todas as redes de equipamentos municipais, asseguram a conclusão de investimentos transitados e em curso, o prosseguimento de outros de natureza plurianual – de que são exemplo os projectos aprovados no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) –, e contemplam os novos compromissos para o mandato, com a inscrição dos respectivos projectos e acções a iniciar e desenvolver.

A proposta de Plano e Orçamento para 2010 elaborada de acordo com as regras do POCAL assegura a cobertura integral das actividades do Município e perspectiva, desde já, o alargamento do horizonte de intervenção municipal a novas metas e objectivos de desenvolvimento.

A realidade do nosso Município, sendo positiva, e reflectindo uma solidez construída ao longo dos vários exercícios e mandatos, através de uma gestão empreendedora, de grande exigência e rigor, encontra-se no entanto bastante condicionada, pelos estrangulamentos ao financiamento municipal introduzidos pela actual Lei das Finanças Locais que vem afectando todos os Municípios portugueses.

Os três anos passados sobre a aplicação do novo regime de financiamento dos municípios, vieram confirmar que as preocupações expressas pela ANMP e pelos Municípios, em devido tempo, tinham razão de ser.

Globalmente, o novo regime de financiamento das autarquias locais veio conduzir a uma diminuição do peso da participação dos Municípios nos impostos do Estado, conforme se encontra demonstrado no documento da ANMP, Linhas Gerais de Actuação para o Mandato 2009/2013, cujo Congresso irá debater e propor a revisão da Lei.

As receitas para investimento municipal, oriundas do Orçamento de Estado, são insignificantes, afectando e restringindo a capacidade de resposta às necessidades das populações por quem mais perto delas se encontra e melhor as conhecem, os Municípios.

No caso de Almada as receitas para investimento oriundas do Orçamento de Estado em 2009 situaram-se em apenas 2,5 milhões de euros.

O presente orçamento para 2010, prevendo à cautela aquele mesmo valor, apresenta uma dotação orçamental para investimento no montante de 27,5 milhões de euros, ou seja, 11 vezes superior à transferência do Orçamento de Estado, contando sobretudo com o resultado de um controlo aturado da despesa corrente, a utilização do empréstimo autorizado face à capacidade de endividamento disponível, e alguns Fundos Comunitários derivados de candidaturas submetidas com êxito a vários concursos QREN.

É com base nesta gestão de rigor que se apresenta a proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2010, a qual integra múltiplas medidas, que têm em vista a melhoria contínua da qualidade de vida dos Almadenses e o desenvolvimento do Concelho.

De forma muito resumida, eis algumas dessas medidas:

- Apoio alimentar nas escolas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico a todas as crianças que frequentam estes níveis de ensino público no Concelho.
- Conservação e manutenção do parque habitacional camarário, com a concretização do Plano Plurianual de Conservação e outras intervenções de fundo no interior dos edifícios, da responsabilidade municipal.
- Descentralização de competências para as Juntas de Freguesia acompanhadas dos respectivos meios financeiros.
- Programa de grandes reparações no parque escolar do 1º ciclo, alargamento da rede do pré-escolar, construção da 2ª fase da Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância Louro Artur na Marisol, e da nova Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância na Charneca de Caparica.
- Programa de reabilitação urbana a desenvolver no quadro da nova legislação sobre esta matéria publicada no passado mês de Outubro.
- Programa de requalificação urbana, com investimento significativo em 2010, em execução das candidaturas apresentadas com êxito ao POLIS XXI – Regeneração Urbana (QREN), envolvendo um número elevado de parceiros institucionais, públicos e privados.
- Apoio ao comércio tradicional, através das suas estruturas representativas para a concretização do Programa MODCOM, projectos no domínio da Formação Profissional e do estabelecimento de um Directório Comercial, Promoção e Dinamização Sócio-Cultural, Animação Urbana, entre outros.
- Incentivo ao investimento no Concelho com particular destaque para o domínio das indústrias de base tecnológica, com isenção da taxa de urbanização em 100%.
- Incentivo para novos empreendimentos turísticos e outras indústrias, com a redução em 80% do valor da taxa de urbanização.
- Isenção da Derrama para todas as empresas do Concelho com volume de negócios até 150 mil euros em 2009, como medida de discriminação positiva

para um tecido empresarial que representa 70% do universo de empresas do Concelho.

A terminar algumas notas sobre os trabalhadores municipais. O bem estar no trabalho, a qualidade dos recursos disponíveis, a melhoria progressiva das condições de trabalho de todos os trabalhadores da autarquia, apresenta-se de primeira importância e prioridade na gestão municipal a desenvolver.

A par do Plano Plurianual de Formação em todas as áreas de actividade profissional, estão considerados integralmente os apoios sociais em prática no Município, na saúde, nos refeitórios, no apoio social e familiar, nos seguros e acidentes pessoais.

No presente Plano e Orçamento, ao nível da dotação financeira, encontra-se assegurada a aplicação da Opção Gestionária a todos os trabalhadores que, em 2010, reúnam as condições para a respectiva progressão.

Na Câmara Municipal, em 2010, prosseguirá a política de recrutamento na modalidade de contrato por tempo indeterminado para todas as necessidades de carácter permanente. Como medida gestionária de carácter transitório, para assegurar a normalidade do serviço público, em situações específicas e excepcionais, recorrer-se-á à modalidade de contrato a termo resolutivo, conforme e nos termos da respectiva legislação.

Por fim, e porque estamos a iniciar um novo ciclo na gestão autárquica, dirijo a todos os eleitos locais, os votos de um frutuoso mandato, e que o mesmo se reflecta sobretudo em mais progresso e desenvolvimento para o nosso Concelho e numa qualidade de vida ainda melhor para as populações que em todos nós depositaram a sua confiança.

A Presidente da Câmara Municipal de Almada



Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa



*Página propositadamente em branco*

# AL+

## CAPÍTULO 1

### OPÇÕES DO PLANO

## Almada +

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

## Visão “Mais” e Eixos de Desenvolvimento

- Renovação Urbana e Desenvolvimento Sócio-Económico .1
- Ambiente, Biodiversidade e Energia .2
- Mobilidade Urbana, Acessibilidades e Espaço Público .3
- Educação, Formação, Conhecimento e Juventude .4
- Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança .5
- Informação, Participação e Governança .6
- Modernização e Valorização do Serviço Público .7



## Visão Almada +

### Almada “Mais” Sustentável, Solidária e Eco-eficiente

Um Concelho de nível superior da Área Metropolitana de Lisboa, com uma forte identidade cultural e territorial, atractivo pelas suas singularidades - história, natureza e localização -, eficiente na relação dos seus valores ambientais com o progresso sócio-económico.

Um Concelho que investe no seu potencial humano, nos seus talentos e na criatividade, que fomenta a criação de emprego qualificado, que apoia e promove o associativismo, o diálogo multicultural e a acção solidária, que dá o contributo local para a salvaguarda da integridade do Planeta.

Um Concelho dinâmico, competitivo, moderno, pró-ativo e universal.



## Eixos de Desenvolvimento

### 1. Renovação Urbana e Desenvolvimento Sócio-Económico

Desenvolver Almada “Mais” como território multifuncional, verde e atractivo para a vida contemporânea, do Arco Ribeirinho Sul ao Atlântico, das áreas urbanas consolidadas ao interior do concelho, potenciada pelo seu património natural e paisagístico, pela sua ampla oferta de serviços sociais, de educação, cultura, desporto e lazer, que incentivam a diversificação e a modernização das estruturas económicas e produtivas – indústria, turismo, comércio e serviços – e que promovem a criação de emprego, a qualidade de vida e o bem-estar social para todos.

O Futuro Almada “Mais” passa pela promoção de três eixos territoriais de excelência:

- A **Cidade e Fluvial** – eixo territorial da Cidade e Tecnologia, da Criatividade e da Inovação – na área urbana consolidada com o seu polo universitário e os projectos “Cidade Aberta”, a ponte, e “Cidade da Água”, a nascente;
- A **Cidade e Oceânica** – eixo territorial do Turismo e do Lazer, dos Desportos de Ondas, e da Oseanografia do Marinha, da Trafaria à Costa da Caparica;
- A **Cidade dos Vales** – eixo territorial do Eco-Turismo e Desportos de Natureza, Eventos e Acontecimentos de Nível Regional, Centro de Ciência, na Chamusca da Caparica - Sobreda.

### 2. Ambiente, Biodiversidade e Energia

Desenvolver Almada “Mais” como o melhor exemplo de qualidade ambiental paisagística, cuja identidade territorial repousa sobre o estuário do Tejo e a sua dimensão oceânica, que consolida a estrutura ecológica municipal, que salvaguarda as funções biológicas do território, que utiliza e fomenta a eficiência dos recursos naturais, que reduz os impactos ambientais e negligentes dos ambientes naturais, caminhando o progresso sustentável para um modelo neutro e equilibrado.

Desenvolver Almada “Mais” como o modelo que mantém a relação saudável com o ambiente e que a rodeia, que elege a educação e a sensibilização ambiental como pilares fundamentais para formar e levar a consciência cívica dos cidadãos.

### 3. Mobilidade Urbana, Acessibilidades e Espaço Público

Desenvolver Almada “Mais” como o melhor exemplo num sistema de transportes multimodal integrado, que proporcione a acessibilidade e a oportunidade de emprego e a múltiplas funções do território, que privilegia a mobilidade de baixo impacto, com prioridade para os modos de transporte colectivos e os modos de deslocação suaves, e garanta as condições de mobilidade quotidiana mais eficientes e sustentáveis.

Desenvolver Almada “Mais” como o lugar de espaços públicos qualificados, atractivo e multifuncionais, que privilegia a escala humana, retomam a ideia de rua e de bairro e promovem a socialização urbana e o bem-estar, o espaço da democracia e da igualdade.

### 4. Educação, Formação, Conhecimento e Juventude

Desenvolver Almada “Mais” como o polo de conhecimento, competência e criatividade, do tadade sistemas de educação e de formação ao longo da vida, de um sistema de ensino universitário e de investigação aplicada, que geram oportunidades para a juventude, fomentam talentos, favorecem o envolvimento activo, dinamizam o empreendedorismo e a criação de emprego em múltiplas áreas de actividade económica, e em que a produção e a riqueza é o resultado do encontro criativo dos seus potenciais humanos.

### 5. Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança

Desenvolver Almada “Mais” como o espaço de cultura, integração e solidariedade, fértil no intercâmbio geracional, social e cultural, promotor da acção solidária, com amplas respostas sociais aos grupos mais vulneráveis, que apoia a acção criativa dos agentes locais, fomenta as actividades artísticas e polares as indústrias culturais.

Desenvolver Almada “Mais” como o melhor exemplo de estilos de vida saudáveis, como portunidades de desporto e cultura para todos, incentivadora do associativismo, histórico genético e rectorio fundamental da edificação de uma verdadeira multicultural, território de segurança e bem-estar para todos.

### 6. Informação, Participação e Governança

Desenvolver Almada “Mais” como o território de participação e de plen envolvimento cívico, com uma *governança* eficiente e próxima dos ritmos e necessidades quotidianas dos cidadãos, facilitadora do acesso à informação – conteúdo e saberes –, promotor de uma cultura participativa e solidária, incentivadora do diálogo e da inclusão dos processos de desenvolvimento e da cidade, recurso fundamental à edificação de uma terra construída por todos e à medida de todos.

### 7. Modernização e Valorização do Serviço Público

Desenvolver Almada “Mais” como o espaço privilegiado de uma acção governativa que afirma o Poder Local Democrático no contexto local, regional e global, que o orienta a intervenção local para a procura e eficiência dos recursos naturais, para a boa e eficaz gestão pública e para a solidificação dos processos decisórios, pilares para a construção de um modelo sustentável, solidário e eco-eficiente.

## Linhas de Orientação Gerais

1.1 | 1.2 | 1.3 | 1.4 | 1.5 | 1.6 | 1.7 | 1.8 | 1.9 | 1.10

1.11 | 1.12 | 1.13 | 1.14 | 1.15 | 1.16 | 1.17 | 1.18

1.19 | 1.20

2.1 | 2.2 | 2.3 | 2.4 | 2.5 | 2.6 | 2.7 | 2.8 | 2.9 | 2.10

2.11 | 2.12 | 2.13 | 2.14 | 2.15 | 2.16 | 2.17 | 2.18

2.19 | 2.20

3.1 | 3.2 | 3.3 | 3.4 | 3.5 | 3.6 | 3.7 | 3.8 | 3.9 | 3.10

3.11 | 3.12 | 3.13 | 3.14 | 3.15 | 3.16 | 3.17

4.1 | 4.2 | 4.3 | 4.4 | 4.5 | 4.6 | 4.7 | 4.8 | 4.9 | 4.10

4.11 | 4.12 | 4.13 | 4.14 | 4.15 | 4.16 | 4.17 | 4.18

4.19

5.1 | 5.2 | 5.3 | 5.4 | 5.5 | 5.6 | 5.7 | 5.8 | 5.9 | 5.10

5.11 | 5.12 | 5.13 | 5.14 | 5.15 | 5.16 | 5.17 | 5.18

5.19 | 5.20 | 5.21 | 5.22 | 5.23 | 5.24 | 5.25 | 5.26

5.27 | 5.28

6.1 | 6.2 | 6.3 | 6.4 | 6.5 | 6.6 | 6.7 | 6.8 | 6.9 | 6.10

6.11 | 6.12 | 6.13 | 6.14 | 6.15 | 6.16 | 6.17 | 6.18

7.1 | 7.2 | 7.3 | 7.4 | 7.5 | 7.6 | 7.7 | 7.8 | 7.9 | 7.10

7.11 | 7.12 | 7.13

*Página propositadamente em branco*

## 1. Visão Almada “Mais” e Eixos de Desenvolvimento

As Opções do Plano para 2010 decorrem da Visão Almada “Mais” Sustentável, Solidária e Eco-Eficiente, apresentando-se em sete Eixos de Desenvolvimento a seguir enunciados com as respectivas Linhas de Orientação Gerais, as quais dão lugar em cada ano a Linhas de Orientação específicas, e respectivas actividades, projectos e acções.

### Visão Almada +

#### Sustentável, Solidária e Eco-Eficiente

Um Concelho de nível superior da Área Metropolitana de Lisboa, com uma forte identidade cultural e territorial, atractivo pelas suas singularidades - história, natureza e localização -, eficiente na relação dos seus valores ambientais com o progresso sócio-económico.

Um Concelho que investe no seu potencial humano, nos seus talentos e na criatividade, que fomenta a criação de emprego qualificado, que apoia e promove o associativismo, o diálogo multicultural e a acção solidária, que dá o contributo local para salvaguarda da integridade do Planeta.

Um Concelho dinâmico, competitivo, moderno, próspero e universal.

O **Desenvolvimento “Mais” Sustentável, Solidário e Eco-Eficiente** assenta em sete grandes eixos:

### Eixos de Desenvolvimento



#### 1. Renovação Urbana e Desenvolvimento Sócio-Económico

Desenvolver Almada “Mais” como território multifuncional, verdadeiramente atractivo para a vida contemporânea, do Arco Ribeirinho Sul ao Atlântico, das áreas urbanas consolidadas ao interior do concelho, potenciada pelo seu património natural e paisagístico, pela sua ampla oferta de serviços sociais, de educação, cultura, desporto e lazer, que incentiva a diversificação e a modernização das estruturas económicas e produtivas – indústria, turismo, comércio e serviços – e que promove a criação de emprego, a qualidade de vida e o bem estar social para todos.

O Futuro Almada “Mais” passa pela promoção de três eixos territoriais de excelência:

A Cidade Fluvial – eixo territorial da Ciência e Tecnologia, da Criatividade e da Inovação – na área urbana consolidada com o seu pólo universitário e os projectos “Cidade Aberta”, a poente, e “Cidade da Água”, a nascente;

A Cidade Oceânica – eixo territorial do Turismo e do Lazer, dos Desportos de Ondas, e da Observação Marinha, da Trafaria à Costa da Caparica;

A Cidade dos Vales – eixo territorial do Eco-Turismo e Desportos de Natureza, Eventos e Acontecimentos de Nível Regional, Centro de Ciência, na Charneca da Caparica - Sobreda.



## 2. Ambiente, Biodiversidade e Energia

Desenvolver Almada “Mais” como concelho de grande qualidade ambiental e paisagística, cuja identidade territorial repousa sobre o estuário do Tejo e a sua dimensão oceânica, que consolida a estrutura ecológica municipal, que salvaguarda as funções biofísicas do território, que utiliza de forma eficiente os recursos naturais, que reduz os impactes ambientais e energéticos dos ambientes construídos, caminhando progressivamente para um concelho neutro em carbono.

Desenvolver Almada “Mais” como comunidade que mantém uma relação saudável com o ambiente que a rodeia, que elege a educação e a sensibilização ambiental como pilares fundamentais para formar e elevar a consciência cívica dos cidadãos.



## 3. Mobilidade Urbana, Acessibilidades e Espaço Público

Desenvolver Almada “Mais” como concelho suportado num sistema de transportes multimodal e interligado, que proporciona a acessibilidade às oportunidades de emprego e às múltiplas funções do território, que privilegia a mobilidade de baixo impacto, com prioridade para os modos de transporte colectivos e os modos de deslocação suaves, e garante padrões de mobilidade quotidiana mais eficientes e sustentáveis.

Desenvolver Almada “Mais” como lugar de espaços públicos qualificados, atractivos e multifuncionais, que privilegiam a escala humana, retomam a ideia de rua e de bairro e promovem sociabilidades urbanas crescentes, símbolo espacial da democracia e da igualdade.



#### 4. Educação, Formação, Conhecimento e Juventude

Desenvolver Almada “Mais” como pólo de conhecimento, competências e criatividade, dotada de sistemas de educação e de formação ao longo da vida, de um sistema de ensino universitário e de investigação aplicada, que geram oportunidades para a juventude, formam talentos, favorecem o envelhecimento activo, dinamizam o empreendedorismo e a criação de emprego em múltiplas áreas da actividade económica, e em que a produção de riqueza é o resultado do encontro criativo do seu potencial humano.



#### 5. Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança

Desenvolver Almada “Mais” como espaço de cultura, integração e solidariedade, fértil no intercâmbio geracional, social e cultural, promotora da acção solidária, com amplas respostas sociais aos grupos mais vulneráveis, que apoia a acção criativa dos agentes locais, fomenta as actividades artísticas e polariza as indústrias culturais.

Desenvolver Almada “Mais” como Concelho de estilos de vida saudáveis, com oportunidades de desporto e cultura para todos, incentivadora do associativismo, histórico agente e recurso fundamental da edificação de uma terra multicultural, território de segurança e bem estar para todos.



#### 6. Informação, Participação e Governança

Desenvolver Almada “Mais” como território de participação e de pleno envolvimento cívico, com uma *governança* eficiente e próxima dos ritmos e necessidades quotidianas dos cidadãos,

facilitadora do amplo acesso à informação - conteúdos e saberes -, promotora de uma cultura participativa e solidária, incentivadora do diálogo social nos processos de pensamento sobre a cidade, recursos fundamentais à edificação de uma terra construída por todos e à medida de todos.



### 7. Modernização e Valorização do Serviço Público

Desenvolver Almada “Mais” como espaço privilegiado de uma ação governativa que afirma o Poder Local Democrático no contexto local, regional e global, que orienta a intervenção local para a procura eficiente dos recursos naturais, para a boa e eficaz gestão pública e para a solidez técnica dos processos decisórios, pilares para a construção de um concelho sustentável, solidário e eco-eficiente.





**CAPÍTULO 1**  
**OPÇÕES DO PLANO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Linhas de Orientação Gerais**

## 2. Linhas de Orientação Gerais

As Linhas de Orientação Gerais que agora se traçam para um novo ciclo de quatro anos, constituem-se como orientação estratégica para os diferentes serviços municipais, dando lugar em cada ano do ciclo autárquico a orientações operacionais específicas para a actividade e intervenção de cada serviço.



### Eixo 1

Renovação Urbana e  
Desenvolvimento Sócio-económico

#### 1.1

Concluir o processo de revisão do Plano Director Municipal com base na mais ampla participação da comunidade e actores públicos e privados, no quadro dos Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento a fixar para o Concelho, da avaliação ambiental estratégica e dos instrumentos de planeamento de ordem superior. Assumir um modelo de planeamento e ordenamento territorial que integre a Estrutura Ecológica Municipal, salvaguardando corredores e ligações ecológicas, e que assegure a transformação de zonas em situação de tendencial abandono, dando-lhes novos usos ambientalmente equilibrados.

#### 1.2

Concluir e iniciar a gestão dos seguintes instrumentos gestão territorial:

- Plano de Pormenor de Cacilhas a partir da Visão Estratégica, fixada que está a localização do interface multimodal;
- Plano de Pormenor do Almaraz e Plano de Pormenor do Ginjal, a partir do Estudo de Enquadramento Estratégico do Almaraz/Ginjal e da respectiva Visão Estratégica e Projectos-Motor;
- Santuário a Cristo-Rei/Seminário de São Paulo e zona ribeirinha adjacente, a partir do respectivo Estudo de Enquadramento Estratégico;
- Cinco Planos de Pormenor da Costa da Trafaria, com base no respectivo Estudo de Enquadramento Estratégico aprovado e dos respectivos Projectos Âncora;
- Almada Poente/Cidade Aberta, em articulação com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, a partir do Estudo Estratégico, já concluído e aprovado, e

respectiva Visão Estratégica e projectos-âncora associados (a *Cidade ERASMUS*, o *Projecto ALMA – Centro de Estudos e Documentação*, entre outros);

- Estudo Urbanístico para o Rato / Laranjeiras e Plano de Pormenor do Chegadoinho, tendo em vista a requalificação/renovação destes bairros.

### 1.3

Concluir o Estudo de Caracterização e elaborar o Plano de Pormenor para a Fonte da Telha, em colaboração com o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, nos termos da candidatura aprovada no âmbito do QREN, e subsequentemente pugnar pela sua requalificação e valorização ambiental prevista no “Plano de Acção para o Litoral 2007-2013”.

### 1.4

Garantir o máximo apoio técnico às associações de proprietários, incrementando e dinamizando os processos de reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), no quadro de uma política baseada no princípio da equidade e justiça social no tratamento dos cidadãos do Concelho, já traduzida em numerosos processos, e relevantes resultados no território concelhio.

### 1.5

Incrementar a Reabilitação Urbana essencialmente nos núcleos históricos, no âmbito do Decreto-Lei 307/09 de 23 de Outubro, incentivando e apoiando os proprietários. Dinamizar a Campanha de Sensibilização para a Reabilitação Urbana “Habitar é Conservar”, com vista à conservação periódica obrigatória do parque habitacional privado nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

### 1.6

Realizar e dinamizar o Prémio Municipal de Arquitectura “Cidade de Almada”, tendo em vista a qualidade projectual e construtiva dos edifícios e dos espaços públicos e da reabilitação do património edificado, promovendo o empenhamento de todos os actores do processo de construção da cidade e assegurando a visibilidade e reconhecimento público das boas práticas que se pretende ver multiplicadas.

### 1.7

Assegurar a gestão do Plano de Urbanização “Almada Nascente, Cidade da Água” e contribuir activamente para a sua execução, integrando a futura Sociedade Executora Local do Projecto do “Arco Ribeirinho Sul”.

### 1.8

Contribuir e intervir para o cumprimento integral do Plano de Desenvolvimento Estratégico do POLIS/Costa da Caparica, no que se refere aos investimentos directos e aos investimentos complementares.

### 1.9

Concretizar o Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo em parceria com os agentes turísticos, constituindo e dinamizando a “Plataforma de Actores” e promovendo a elaboração e a execução partilhada do respectivo Plano Plurianual de Acção.

### 1.10

Promover e dinamizar, com base em estudos de natureza estratégica realizados ou a realizar, os três eixos territoriais de excelência, a *Cidade Fluvial*, na área urbana consolidada, a *Cidade Oceânica*, da Trafaria à Costa da Caparica e a *Cidade dos Vales*, na Charneca da Caparica - Sobreda.

### 1.11

Afirmar Almada como concelho polinucleado, consolidando e dinamizando a criação de novos Centros Cívicos e espaços para actividades económicas geradoras de emprego e de vida social, designadamente o Centro Cívico e Terciário na Cova da Piedade e o Centro Multiusos e de Conhecimento “O Planetásio”, na *Cidade dos Vales* (Charneca/Sobreda).

### 1.12

Garantir o apoio à promoção do Comércio Tradicional em geral e ao Programa Estratégico para a Promoção do Centro da Cidade, concretizando e/ou cooperando com a Associação de Comerciante e os comerciantes na concretização de projectos, nomeadamente de Dinamização Sócio-Cultural, Animação Urbana, Directório Comercial, Feira de Objectos Inovadores, Interactividade a Céu Aberto, entre outros. Manter a isenção da derrama para as pequenas empresas.

### 1.13

Desenvolver um programa de valorização e promoção da Rede de Mercados Municipais, para melhorar a sua atractividade e competitividade. Assegurar o desenvolvimento do novo Mercado Municipal da Costa associado ao programa POLIS, nas fases de projecto, construção e instalação.

### 1.14

Contribuir para reforçar o Pólo Tecnológico e de Empresas de Inovação, Madan Parque, potenciando o crescimento das áreas profissionais ligadas ao ensino superior, à investigação e às novas tecnologias.

### 1.15

Incentivar a fixação de novas empresas e actividades no Concelho, designadamente através da isenção em 100% da taxa de urbanização para empresas de base tecnológica e da isenção em 80% da taxa de urbanização para novos empreendimentos turísticos e novas indústrias.

### 1.16

Potenciar a actividade das Agências de Desenvolvimento, nomeadamente ao nível da formação profissional e do apoio à criação de micro-empresas.

### 1.17

Pugnar pela qualificação e valorização da actividade piscatória tradicional sedeadada no Concelho.

### 1.18

Desenvolver os projectos integrados no Programa POLIS XXI – Projectos de Regeneração Urbana do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) de acordo com as respectivas candidaturas:

- Projecto “Almada Laboratório de Ideias”, que integra os sub-projectos *Miradouros Virtuais, Interactividade a Céu Aberto, Territórios Criativos e Revitalização Urbana, Feira de Objectos Inovadores e Inovar para Potenciar*, em parceria com a FCT/ NL, Madan Parque de Ciência, Nova Almada Velha;
- Projecto “Revitalização de Almada Velha de Novo Centro”, que integra os sub-projectos *Centro de Interpretação de Almada Velha, Núcleo Museológico sobre a Actividade Filarmónica, Instalação da Universidade Sénior de Almada, Quarteirão das Artes, Dinamização Sócio-Cultural de Almada Velha, Instalação do Gabinete de Apoio à Criação de Empresas e Captação de Investimento (GACECI), Promoção de Almada Velha e Dinamização do Comércio Tradicional (Promoção e Formação), Escola de Música, Biblioteca e Centro de Dança de Almada, Renovação da Unidade Educativa do Castelo, Requalificação e Restauro do Retábulo da Igreja da Misericórdia, Instalação do Carrilhão de 4 oitavas na Torre do Seminário de São Paulo, Qualificação da Rua Capitão Leitão*, em parceria com a AIRFA - Academia Almadense, Seminário de S. Paulo, AIPICA - Associação das Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada, Santa Casa da Misericórdia Almada, Nova Almada Velha – Agência de Desenvolvimento Local;
- Concretizar o Projecto “Revitalização da Frente Ribeirinha”, que integra os sub-projectos *Requalificação da Rua Cândido dos Reis, Reabilitação do Museu Naval, Tratamento do Passeio Ribeirinho de Cacilhas ao Olho de Boi, Programa de Animação do Passeio Ribeirinho, Apoio à Prática da Actividade Náutica, Consolidação da Escarpa Ribeirinha, Instalação de um Núcleo de Indústrias*

- Criativas*, em parceria com a ACOME - Associação Cultural o Mundo do Espectáculo, Clube Náutico de Almada, Piajio Associação Cultural, Teatro Extremo;
- Projecto “Almada Poente – Regeneração para uma Nova Centralidade”, que integra os sub-projectos *Piscina Municipal, Biblioteca Municipal, Apoio à Fixação de Actividade Económicas, Reabilitação dos Espaços Exteriores do Bairro Amarelo, Construção do Parque Urbano do Fróis, e Reabilitação do Parque Filipa D'Água, Tratamento dos Espaços Exteriores do Parque Filipa D'Água, Renovação das Instalações do Clube Recreativo União Raposense, Relocalização do Centro de Apoio Porta Amiga (AMI), Criação de Espaços Multiusos para Apoio à Comunidade, Projecto de Dinamização Cultural e Recreativa do Bairro, Projecto Mãos na Bola do Caparica Atlético Clube*, em parceria com a AIPICA - Associação das Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada, AMI - Associação Médica Internacional, IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, CRUR - Clube Recreativo União Raposense, Junta Freguesia Caparica, Santa Casa da Misericórdia Almada.
  - Projecto “Forte da Trafaria – Centro Técnico e Científico de Artes Culinárias e Eno-Gastronomia”, com a *Requalificação e Reconversão do Forte da Trafaria e a Instalação do Centro Técnico e Científico em Artes Culinárias e Eno-Gastronomia*, em parceria com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (em apreciação).
  - Projecto “Almada Poente – Equipamentos para a Coesão Socio-Territorial” que integra os sub-projectos *Unidade de Cuidados Continuados, Casa Municipal de Juventude – Centro de Empreendedorismo Juvenil, Qualificação dos Equipamentos de Apoio Comunitário do Bairro Branco, Reabilitação de Espaços Exteriores do Bairro Rosa e Bairro Branco, Construção do Jardim da Bela Vista, Dinamização Sócio-Cultural e Recreativa do Bairro do Matadouro, um bairro com vida melhor*, em parceria com a Associação de Moradores do Bairro do Matadouro, Centro Paroquial de Cristo-Rei, Santa Casa da Misericórdia, Junta de Freguesia do Pragal e Fábrica da Igreja Paroquial de São Francisco Xavier da Caparica (em apreciação).

### 1.19

Assegurar a elaboração de novos dossiers de candidatura aos Fundos Comunitários do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e a outros programas europeus de co-financiamento.

### 1.20

Interceder junto do Governo, tendo em vista:

- A reconversão e valorização Ambiental da Fonte da Telha de acordo com o “Plano de Acção para o Litoral 2007-2013” do Ministério do Ambiente;

- A recuperação e reutilização numa perspectiva de desenvolvimento do turismo, do Castelo de Almada, Olho de Boi, Lazareto, Forte de Alpenas e Torre Velha;
- A recusa da transformação da Trafaria em terminal de contentores da APL;
- O futuro dos Silos da Trafaria equacionando-o no quadro dos projectos âncora do Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria;
- A consideração da área compreendida entre a Costa da Trafaria e a Fonte da Telha como área de potencial interesse nacional, atendendo aos Estudos Estratégicos e Projectos Âncora desenvolvidos para este território.



## **Eixo 2**

**Ambiente, Biodiversidade e  
Energia**

### **2.1**

Desenvolver o processo Agenda Local 21 de Almada (Almada 21), à luz das mais recentes estratégias nacionais e internacionais no domínio da sustentabilidade, monitorizando o conjunto de indicadores que lhe estão associados, contemplando novos descritores relevantes para a qualidade de vida em meio urbano e a sua inclusão no Barómetro Ambiental de Almada.

### **2.2**

Desenvolver a componente de mitigação da Estratégia Local para as Alterações Climáticas de Almada (ELAC), no quadro do Pacto dos Autarcas subscrito pelo Município de Almada e das metas de redução aí preconizadas. Garantir a manutenção do Observatório Local das Emissões de Gases com Efeito de Estufa a partir da matriz energética, para definição de medidas de redução das emissões.

### **2.3**

Desenvolver a componente de adaptação da Estratégia Local para as Alterações Climáticas através da avaliação de vulnerabilidades do território, e da elaboração de Mapas de Risco a integrar em instrumentos de planeamento urbanístico.

### **2.4**

Prosseguir a inventariação das comunidades biológicas de Almada, através da realização de estudos de biodiversidade, caracterização da fauna e flora e da avaliação da qualidade ambiental por biomonitores, dando especial ênfase à monitorização da qualidade ecológica da frente ribeirinha e atlântica e desenvolvendo o projecto “BioMonit” (Monitorização Ecológica do Estuário do Tejo na Frente Ribeirinha Sul).

### **2.5**

Desenvolver um Plano de Acção Local para a Biodiversidade, que diagnostique os condicionantes à diversidade biológica em Almada, bem como as estratégias locais para a sua promoção, privilegiando o estabelecimento de parcerias com redes internacionais e actores locais, assim como com entidades nacionais com responsabilidades ambientais neste domínio.



## 2.6

Diligenciar a criação de um viveiro de plantas dunares como fonte de material biológico para apoio a iniciativas de renaturalização de dunas costeiras litorais e prevenção da erosão costeira.

## 2.7

Fomentar as funções agrícolas do território, desenvolvendo uma proposta de Rede de Parques Agrícolas Urbanos a partir da Estrutura Ecológica Municipal, que incentive práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis e revalorize o espaço rural.

## 2.8

Desenvolver o projecto Quinta Biológica de Almada, a partir de estudos já concluídos de capacidade produtiva dos solos. Equipamento que deverá aliar a vocação de exploração agrícola com a de demonstração de tecnologias de utilização racional de energia e de energias renováveis. Utilizar critérios de eficiência energética e ambiental (classe A++) e avaliar a possibilidade de instalação de sistemas de micro-geração na concepção da Casa da Quinta e respectivas dependências agrícolas, que deverão constituir a Casa da Energia.

## 2.9

Prosseguir a ampliação e gestão da Rede de Parques e Jardins Municipais, privilegiando a plantação de espécies nativas, com menores exigências de manutenção e maior potencial de promoção da biodiversidade, e assegurando de forma criteriosa a instalação e renovação dos equipamentos e mobiliário urbano.

Promover e diligenciar a concretização, nomeadamente, do Jardim Urbano do Monte de Caparica, Parque Jardim Urbano da Trafaria, Parque Jardim Urbano do Pragal, Jardim da Bela Vista, Parque Urbano do Fróis.

## 2.10

Conceber o Sistema Integrado de Parques Verdes no eixo territorial da Cidade dos Vales, vocacionado para Desportos de Natureza e Eco-Turismo, assente na Estrutura Ecológica Municipal e conectado por corredores verdes e linhas de água, com valências pedonais e cicláveis, que constitua uma reserva genética do potencial ecológico de Almada.

## 2.11

Manter, qualificar e ampliar os espaços verdes de enquadramento, de recreio e lazer, assegurando padrões de conservação de boa qualidade e soluções ambientalmente sustentáveis.

Reforçar o número de árvores e áreas verdes com a plantação de espécies autóctones, adaptadas às condições edafo-climáticas e com menores exigências de manutenção, promovendo sempre que possível a formação de corredores verdes integrados no espaço urbano.

### 2.12

Implementar o Plano de Recolha de RSU e Limpeza Pública, aperfeiçoando e adequando os sistemas de limpeza, através do reforço e modernização dos equipamentos operacionais e da optimização de modelos de gestão que respondam com eficiência e eficácia ao objectivo de manutenção da qualidade do espaço público.

### 2.13

Desenvolver uma Rede Municipal de Oleões, para recolha e encaminhamento de óleos alimentares, tendo em vista a sua valorização energética e transformação em bio-combustíveis.

### 2.14

Operacionalizar a Estratégia Local de Educação e Sensibilização para a Sustentabilidade, através da realização de acções, projectos e campanhas, que motivem e mobilizem a comunidade para temas como a salvaguarda do património natural, o consumo sustentável, a eficiência energética, o uso de energias renováveis, a reciclagem de resíduos, a mobilidade sustentável, a agricultura urbana, as alterações climáticas e outros indicadores de sustentabilidade.

### 2.15

Alargar e dinamizar os recursos locais de educação para a sustentabilidade junto da comunidade educativa e da população em geral, enquanto pólos de divulgação, informação, interpretação, formação e participação. Desenvolver o conceito “Planetásio”, um recurso educativo no domínio das alterações climáticas a instalar num edifício “carbono zero”, demonstrativo das melhores tecnologias de eficiência energética e de aproveitamento de energias renováveis.

### 2.16

Diligenciar a classificação do Centro de Monitorização e de Interpretação Ambiental, CMIA, como Centro Azul previsto no Programa Bandeira Azul da Europa, orientado para a monitorização, interpretação e conhecimento do litoral do Concelho de Almada.

### 2.17

Desencadear e diligenciar o processo de obtenção da classificação de Geo-Monumento para o corte geológico situado junto ao monumento ao Cristo-Rei, inscrito na Carta

Geológica de Almada, e identificar os critérios nacionais e internacionais com vista à classificação da Arriba Fóssil Atlântica.

### 2.18

Dar continuidade ao Projecto Agenda 21 da Criança – “Queres ajudar a mudar o mundo? Começa por Almada”, nas vertentes “A Mensagem” e “Em Acção”, assegurando o desenvolvimento anual de materiais resultantes do trabalho desenvolvido pelas escolas participantes nos Fóruns da Criança. Alargar o projecto à população juvenil.

### 2.19

Assegurar a realização de processos de avaliação de impacte ambiental e de avaliação ambiental estratégica de projectos e de planos municipais de ordenamento do território.

### 2.20

Afirmar a Agência Municipal de Energia de Almada, AGENEAL, como Fórum Local da Energia, para reflexão das questões energéticas e alterações climáticas e procura de soluções inovadoras para a promoção da eficiência energética e mitigação das emissões de gases com efeito de estufa, valorizando acções como o “Programa Almada Solar” e os edifícios “carbono zero ou de baixo carbono”.



### Eixo 3

**Mobilidade Urbana, Acessibilidades  
e Espaço Público**

#### 3.1

Avaliar e aprofundar o Plano de Mobilidade “Acessibilidades 21”, e alargá-lo a todo o Concelho, para garantir deslocações urbanas mais eficientes e sustentáveis, incidindo prioritariamente na segurança e fluidez da circulação, gestão do estacionamento e articulação entre os diferentes modos de transporte. Contribuir para a elaboração do Plano Metropolitano de Deslocações Urbanas, no âmbito da participação do Município na Autoridade Metropolitana de Transportes.

#### 3.2

Introduzir em Almada Centro a carreira de transporte urbano flexível FLEXIBUS, a partir de estudos técnicos de procura e exploração, que irá garantir ligações rápidas, confortáveis e dedicadas a serviços básicos, parques de estacionamento, interfaces de transporte público ou Rede do Metro Sul do Tejo.

#### 3.3

Desenvolver a Rede de Estacionamento, alargando a oferta de parques de estacionamento de uso público, adoptando nos parques municipais regulamentos e tarifários adequados à sua função e integrando um sistema de “eco-parking” que promova os veículos eléctricos e híbridos.

#### 3.4

Manter um acompanhamento próximo do funcionamento do MST, contribuindo de forma pró-activa para adequar os níveis de serviço às necessidades dos cidadãos. Pugnar pela extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica (1ª fase - a curto prazo) e a Almada Nascente – “Cidade da Água”, no âmbito do projecto do Arco Ribeirinho Sul.

#### 3.5

Fomentar a utilização quotidiana da bicicleta e de outros modos suaves através da concretização faseada da Rede Ciclável de Almada, da pedonalização de zonas urbanas, garantindo deslocações seguras, eficazes e confortáveis, e da realização de acções de promoção da bicicleta, que restituam a sua imagem atraente e moderna.

#### 3.6

Assegurar a conservação sistemática da rede viária municipal, da rede ciclável e dos espaços públicos e a regularização dos eixos prioritários de circulação em áreas de

reconversão, bem como um programa plurianual de qualificação de pavimentos e sinalização de vias em todo o concelho.

### 3.7

Acompanhar a concretização do IC32 e da ER 377-2 e desenvolver o projecto para o eixo secundário de ligação do Giramar a Vale Figueira.

### 3.8

Assegurar a concretização da via de ligação do Alto do Índio ao IC32, nos termos de protocolo em vigor com particulares, e pugnar pela execução das vias Banática/Porto Brandão e Porto Brandão/Costas de Cão, conforme protocolo estabelecido com a APL.

### 3.9

Contribuir para a execução das vias periféricas da Aroeira pelos proprietários, nos termos dos respectivos protocolos, por aplicação directa em obra da respectiva taxa de comparticipação nas infra-estruturas e pela elaboração dos respectivos projectos.

### 3.10

Dinamizar a intervenção da Comissão Municipal de Trânsito e Transportes, a fim de contribuir para a segurança e fluidez da circulação e estacionamento, incrementar a transferência modal para o transporte público, contribuir para a sua qualificação, e promover a redução da intensidade carbónica nas deslocações urbanas.

### 3.11

Dinamizar a criação da Casa da Mobilidade de Almada, a desenvolver em articulação com operadores de transportes e outros parceiros locais, como pólo integrador das valências de gestão, monitorização, informação e centro avançado de mediação da mobilidade urbana em Almada.

### 3.12

Desenvolver um Plano Municipal de Mobilidade Eléctrica, no quadro da participação do Município de Almada na Rede Piloto de Mobilidade Eléctrica MOBI-E, para definição e implantação de uma rede concelhia de Pontos de Recarga para Veículos Eléctricos.

### 3.13

Prosseguir com o projecto transversal de valorização da imagem urbana e do concelho, nas suas diferentes dimensões, envolvendo e sensibilizando a população, instituições e entidades locais para a qualificação do espaço público. Assegurar a concretização do programa bianual de pinturas de muros, bancos, pilaretes e corrimãos, em cooperação com as Juntas de Freguesia.

### 3.14

Desenvolver um programa de qualificação dos espaços públicos exteriores do Concelho, potenciando a sua atractividade. Concretizar designadamente os seguintes projectos de requalificação: Rua Cândido dos Reis, Rua Capitão Leitão, Rua Alfredo Cunha, Rua dos Trabalhadores Rurais, espaço envolvente à Escola da Alembrança. Assegurar as condições para a reconversão em via urbana da ex-Estrada Nacional 377 na Charneca, com a entrada em funcionamento do IC-32.

### 3.15

Manter e divulgar o património de Arte Pública do Concelho, participando na Rede Temática PAUDO (*Public Art and Urban Design Observatory*) e consolidando o Observatório de Design Urbano e o projecto "Museu Europeu Virtual de Arte Pública". Concretizar o Busto do Dr. Louro na Costa da Caparica, os Monumentos à Multiculturalidade, ao Professor Educador, e à Resistência ao Fascismo, no âmbito do programa concelhio de qualificação dos espaços públicos.

### 3.16

Desenvolver o Projecto Municipal de Sinalética, para promover a legibilidade e usufruto da cidade.

### 3.17

Interceder junto do Governo, tendo em vista:

- A criação de nós de distribuição na A2, entre Almada e Fogueteiro e a sua ligação ao IC 32;
- A ligação rodoviária Banática/Porto Brandão e Costas de Cão;
- A nova estação ferroviária em Vale Flores;
- A extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, o estacionamento e transporte à Fonte da Telha, e o Comboio de Praia, no âmbito do POLIS;
- O novo terminal fluvial da Trafaria articulando-se com o IC 32, e com a futura extensão do Metro Sul do Tejo à Trafaria;
- A extensão do Metro Sul do Tejo à Trafaria e a Almada Nascente – “Cidade da Água” e pela futura expansão à Charneca de Caparica.



## **Eixo 4**

**Educação, Formação,  
Conhecimento e Juventude**

### **4.1**

Prosseguir o programa municipal de acção social escolar, dirigido às famílias e alunos carenciados, do 1º ciclo e do pré-escolar, garantindo o fornecimento diário de refeições, o apoio na compra de manuais escolares e dando uma especial atenção à intervenção educativa integrada em zonas socialmente mais desfavorecidas.

### **4.2**

Manter um sistema de transportes escolares abrangendo todo o Concelho e o funcionamento de um transporte adaptado para alunos com problemas de mobilidade, contribuindo para o acesso de todos à escolaridade básica.

### **4.3**

Proceder à avaliação e revisão da Carta Educativa Municipal, monitorizando as necessidades e projectando o investimento no parque escolar a curto, médio e longo prazo, no sentido de garantir a “escola a tempo inteiro” em todo o Concelho.

Dar especial atenção ao alargamento da oferta pré-escolar e às zonas com maior crescimento demográfico, assegurando a construção, nomeadamente, da 2ª fase da EB1/JI Louro Artur, de uma nova EB1/JI na Charneca da Caparica, e de Jardins de Infância nas EB1 do Feijó n.º 1, Laranjeiro n.º 2 e n.º 3 e Cata-ventos de Paz.

### **4.4**

Prosseguir com o programa de recuperação, beneficiação e refuncionalização do parque escolar, ajustando, gradualmente, os antigos edifícios escolares às exigências das actuais práticas educativas.

### **4.5**

Desenvolver o Plano de Acção Cultural, incentivando a inovação pedagógica e favorecendo a ligação da escola à comunidade, contribuindo para uma acção educativa territorializada que tenha em conta, os valores, as tradições, as realidades sociais e ambientais e que fomente a educação para a cidadania.

### **4.6**

Dinamizar e assegurar programas de apoio às famílias na educação pré-escolar, e de enriquecimento curricular no 1º ciclo, promovendo o tempo escolar prolongado.

#### 4.7

Assegurar a instalação da Universidade Sénior de Almada em parceria com a Associação de Professores do Concelho de Almada. Apoiar e desenvolver planos de formação e de educação ao longo da vida visando incentivar a escolaridade prolongada e qualificante.

#### 4.8

Prosseguir e aprofundar a ligação e colaboração entre a acção governativa local e a actividade educativa, formativa e de investigação das Escolas e Faculdades que constituem o Pólo de Ensino Universitário e Politécnico, com vista ao desenvolvimento de Almada como Cidade do Conhecimento. Neste quadro lançar o Prémio de Investigação “Cidade de Almada” e incentivar a mobilidade dos estudantes europeus afirmando Almada como Cidade Erasmus.

#### 4.9

Desenvolver o projecto “Comunidade de Conhecimento e Inovação, Cidades Inteligentes”, em ligação com Instituições Académicas, de Investigação e Empresariais.

#### 4.10

Contribuir para a criação, em parceria, do Centro Técnico e Científico de Artes Culinárias e Enogastronomia. Manter e alargar os Núcleos de Formação da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril já existentes.

#### 4.11

Aprofundar processos de trabalho articulado entre a gestão municipal do sistema educativo e a acção dos agentes e experiências educativas locais. Garantir o funcionamento regular do Conselho Municipal de Educação, e promover a criação do Observatório Local de Educação.

#### 4.12

Consolidar “Almada Cidade Educadora” como Concelho de amplas e diversificadas ofertas educativas, formais, informais e de segunda oportunidade, promotora de uma cultura de escolaridade prolongada e qualificante.

#### 4.13

Aprofundar e alargar os programas e as actividades das Casas Municipais da Juventude, enquanto centros de encontro, de criatividade, de formação e de animação para a população juvenil, visando a criação de oportunidades para a juventude nomeadamente nos domínios da actividade desportiva, da educação e formação, da criação e fruição cultural, e do empreendedorismo.



#### 4.14

Alargar a Rede de infra-estruturas juvenis com uma nova Casa Municipal de Juventude e Centro de Empreendedorismo Juvenil em Almada Poente, e com equipamentos lúdicos e desportivos nomeadamente Skates Parques.

#### 4.15

Incentivar a criação e a produção artística e cultural dos jovens e dos grupos juvenis, através dos vários dispositivos municipais bem como iniciativas empresariais de jovens, em articulação com entidades educativas, associativas ou empresariais.

#### 4.16

Incentivar a acção juvenil orientada para a excelência no campo da Educação, Cultura, Desporto, Solidariedade, distinguindo e promovendo competências designadamente através da promoção do concurso “Jovens Talentos”.

#### 4.17

Incentivar a intervenção cívica e criativa dos jovens na vida da cidade e na qualificação do espaço público, em articulação com as escolas e organizações juvenis, apoiando projectos de natureza social e artística, nomeadamente, no domínio do voluntariado – “Bombeiro por um Dia”, e da arte urbana informal – “Concursos de Graffiti”.

#### 4.18

Incentivar a fixação de população jovem nas zonas históricas, dinamizando políticas de habitação no âmbito da reabilitação urbana (Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de Outubro).

#### 4.19

Intervir junto do Governo, tendo em vista:

- A construção da Escola Básica 2, 3 e da Escola Secundária na Charneca da Caparica;
- A construção de Pavilhão na Escola Francisco Simões, no Laranjeiro e de instalações desportivas cobertas na Escola “Conceição e Silva” na Cova da Piedade;
- A qualificação das instalações das Escolas Básicas “Conceição e Silva” e dos Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico na Trafaria.



## **Eixo 5**

**Cultura, Desporto, Solidariedade e  
Segurança**

### **5.1**

Preservar o património material e imaterial do concelho, continuando o trabalho de estudo, salvaguarda, recuperação, e divulgação, designadamente do património natural, paisagístico, edificado, arqueológico, documental e cultural.

### **5.2**

Alargar a rede de equipamentos municipais de cultura, levando a cabo o projecto e a construção da nova Biblioteca no Parque do Fróis/Caparica, do Núcleo Museológico da Música e do Centro de Interpretação de Almada Velha e a nova Galeria de Arte na Costa da Caparica. Acompanhar no âmbito do Programa Polis, o processo de reconversão do Mercado da Costa em equipamento cultural e a Biblioteca BM2 ao nível do projecto.

### **5.3**

Assegurar o funcionamento e a oferta cultural regular nos Teatros e na rede de equipamentos culturais em geral, nomeadamente na Rede Museológica Municipal através da organização de exposições e actividades complementares para os vários públicos alvo, em particular para a comunidade educativa.

### **5.4**

Promover e incentivar a acção dos criadores nas várias áreas de expressão artística designadamente nos campos da literatura, do jornalismo e da música, com os Prémios Literários, “Cidade de Almada”, “Poesia e Ficção”, “Maria Rosa Colaço”, Prémio de Jornalismo, Festival «Cantar Abril» e Concurso de Música Moderna.

### **5.5**

Consolidar Almada como Centro de Eventos Culturais de nível nacional e internacional, promovendo a realização de grandes eventos nas áreas do Teatro, da Dança e da Música.

### **5.6**

Promover Almada como território da cultura e da criatividade, mantendo um apoio regular e sistemático aos projectos de criação e de produção, nas diferentes áreas artísticas e culturais.

Levar a cabo o projecto e a construção do Quarteirão das Artes, dinamizar a criação do Núcleo de Indústrias Criativas na zona ribeirinha, da Escola de Música e Centro de Dança na Academia Almadense, bem como a introdução do carrilhão de 4 oitavas no Seminário de Almada.

### 5.7

Manter o apoio à cultura popular e tradicional e às actividades de animação urbana. Assegurar, nomeadamente, a dinamização sócio-cultural e recreativa de Almada Centro, a promoção do Programa de Animação do Passeio Ribeirinho, e contribuir para a dinamização cultural e recreativa da Cidade Aberta (Almada Poente).

Desenvolver programas festivos nas datas com significado colectivo e comunitário, designadamente, as Festas dos Santos Populares, o Carnaval, o Natal e o Ano Novo.

### 5.8

Alargar a Rede de Infra-estruturas Desportivas Municipais, levando a cabo o projecto e a construção da Piscina no Parque do Fróis/Caparica e diligenciando em parceria com a Administração Central, a instalação do Centro de Alto Rendimento do Surf.

Acompanhar, no âmbito do Programa Polis, o processo do novo Complexo de Desportos do Grupo Desportivo dos Pescadores.

### 5.9

Assegurar as condições de funcionamento do Estádio Municipal José Martins Vieira e dos Pavilhões Desportivos Municipais no quadro dos acordos de Gestão em vigor, por forma a alargar as ofertas para a actividade desportiva de cariz associativo, nas diversas modalidades.

### 5.10

Assegurar, com exigências de qualidade, os serviços desportivos municipais, mantendo uma ampla oferta dirigida a um público-alvo alargado e aumentando o acesso às práticas desportivas e do exercício físico.

### 5.11

Apoiar e promover o amplo acesso às práticas desportivas e à actividade física regular, através do desenvolvimento de programas de estímulo às práticas desportivas e do exercício físico como instrumento de promoção da saúde.

Incentivar o acesso às práticas desportivas e à actividade física das crianças e jovens, através de actividades específicas, em particular do Programa Municipal das “Escolinhas do Desporto”, envolvendo os Clubes e Associações locais.

#### 5.12

Apoiar o movimento associativo desportivo nos programas de expansão, beneficiação e modernização das suas instalações e nos seus projectos de fomento e desenvolvimento desportivo.

Assegurar, em articulação com os clubes e agentes desportivos locais ou nacionais, a realização de eventos e acontecimentos desportivos de relevância local ou nacional.

#### 5.13

Potenciar o desporto e a actividade física, como um meio privilegiado de desenvolvimento e inclusão social das populações com necessidades específicas, nomeadamente, os cidadãos idosos e as pessoas portadoras de deficiências, desenvolvendo programas e actividades adaptadas.

#### 5.14

Assegurar a implementação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Almada, enquanto instrumento estratégico de combate à pobreza e exclusão social e da promoção da igualdade de oportunidades entre cidadãos.

Dar especial atenção, no quadro dos projectos estruturantes da PDS, às famílias com dificuldades, à formação e integração de jovens na vida activa, a programas de ocupação formativa dos tempos livres dos jovens e apoio aos imigrantes.

#### 5.15

Aprofundar as metodologias de trabalho integrado entre os agentes sociais dinamizando, no quadro do Conselho Local de Acção Social de Almada (CLASA), o funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia, promovendo em todo o território concelhio um modelo de intervenção social articulado ajustado às realidades e necessidades locais.

Participar na qualidade de entidade promotora e de parceiro na implementação do Contrato Local de Desenvolvimento para o Laranjeiro/Feijó.

#### 5.16

Desenvolver no Ano Europeu da Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social - 2010, projectos de parceria no âmbito da Rede Social, nomeadamente um programa de

sensibilização da opinião pública e de formação específica para agentes da intervenção local.

#### 5.17

Apoiar, no quadro de acção do Conselho Local de Acção Social de Almada (CLASA) a implementação de um programa local integrado na Estratégia Nacional para as Pessoas Sem-Abrigo, em articulação com as instituições que operam nesta área de intervenção.

#### 5.18

Aprofundar o apoio aos cidadãos imigrantes, através de projectos das suas associações e em articulação com os organismos que operam nesta área, e contribuir para o funcionamento dos Centros Locais de Apoio a Imigrantes, no âmbito da Rede Social.

#### 5.19

Apoiar a construção de Creches, Lares para a 3ª idade e Residências para Cidadãos Deficientes, empenhando-se o Município, complementarmente à Administração Central, no alargamento da rede de infra-estruturas de apoio social, designadamente no âmbito do Programa PARES, assegurando nomeadamente a concretização de todos os acordos já celebrados.

#### 5.20

Contribuir para o desenvolvimento da Rede Concelhia de Centros de Cuidados Continuados de Saúde e do Centro de Reabilitação Cardíaca, apoiando os projectos da iniciativa das instituições locais.

#### 5.21

Dinamizar, enquanto parceiros, o funcionamento dos Grupos Concelhios da Deficiência e dos Idosos, no sentido de promover a articulação da rede de respostas já existentes, a dinamização de novas respostas a estas populações vulneráveis e suas famílias, e contribuir para o seu bem-estar social.

Dinamizar, enquanto parceiros, o funcionamento do Grupo Concelhio de Intervenção na Área da Toxicodependência, promovendo a articulação dos serviços e instituições locais com vista à ampliação das respostas localmente disponíveis.

Participar no Núcleo Local de Inserção colaborando e contribuindo para a aplicação das medidas do rendimento social de inserção no concelho.

### 5.22

Manter e aprofundar as relações internacionais no âmbito das Geminações, dos Acordos e Pactos internacionais em diferentes áreas designadamente, nas áreas da solidariedade, da educação, da cultura e do desporto.

### 5.23

Apoiar as Instituições Sociais e Associações culturais complementarmente à Administração Central, prossequindo o programa de construção, requalificação e refuncionalização dos recursos físicos e materiais, da iniciativa das respectivas organizações.

### 5.24

Concretizar o Plano Plurianual de conservação do Parque Habitacional do Município, a conservação regular da responsabilidade do senhorio (Câmara) e assegurar a qualificação das áreas urbanas envolventes. Dinamizar o funcionamento da mesa Interinstitucional de Diálogo e Cooperação, tendo em vista a gestão integrada do parque de habitação social.

Prosseguir o Programa Especial de Realojamento, designadamente, em execução do contrato celebrado com o Movimento Cooperativo.

### 5.25

Assegurar o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada e garantir a actualização regular do Observatório de Segurança.

### 5.26

Manter o apoio às Corporações de Bombeiros Voluntários do Concelho, tendo em vista a prevenção do risco, o socorro, a segurança de pessoas e bens, e o bem-estar das populações.

### 5.27

Consolidar e desenvolver o Serviço Municipal de Protecção Civil no quadro das competências municipais, nomeadamente ao nível dos recursos e dos Planos de Prevenção e de Emergência.

### 5.28

Interceder junto do Governo tendo em vista:

- a. Construção da Sede Social da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense;
- b. Construção do Centro de Arqueologia de Almada;

- c. Construção da Sede e Pavilhão do Centro de Cultura e Desporto do Pragal;
- d. Construção de Equipamento da Associação Amigos do Atletismo da Charneca da Caparica;
- e. A construção do novo Centro de Saúde da Cova da Piedade;
- f. Construção do novo Centro de Saúde da Costa da Caparica;
- g. Construção do novo Centro de Saúde de Cacilhas;
- h. Construção de novo Centro de Saúde no Feijó (para resolver o problema do Laranjeiro);
- i. A criação de novas instalações para o Centro de Atendimento a Toxicodependentes;
- j. Construção do Centro de Cuidados Continuados da Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta;
- k. Construção do Centro de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Almada;
- l. Construção do Centro de Cuidados Continuados da Cooperativa Almadense de Solidariedade;
- m. A criação do Centro de Actividades Ocupacionais do GIRA - Grupo de Intervenção e Reabilitação Activa;
- n. Construção do Centro Infantil da Costa da Caparica;
- l. Construção do Centro de Acolhimento para crianças em situação de risco;
- m. Centro de Apoio a Pessoas com Paralisia Cerebral da Associação de Paralisia Cerebral de Almada-Seixal;
- n. Construção do Posto da Guarda Nacional Republicana no Monte de Caparica/PIA.



## **Eixo 6**

**Informação, Participação e  
Governança**

### **6.1**

Aprofundar a política municipal no sentido da construção da Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Participação, consolidando o exercício pleno da liberdade, da tolerância, da responsabilidade social e da cidadania, numa democracia consolidada.

### **6.2**

Garantir uma ampla rede de serviços, ferramentas e instrumentos de acesso à informação, aprofundando designadamente o Projecto Almada Cidade Digital.

### **6.3**

Prosseguir a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, proporcionando o amplo acesso às novas tecnologias, nas escolas e nos espaços municipais criados para o efeito.

### **6.4**

Reforçar o projecto “Almada Informa”, dotando-o de novos recursos tecnológicos e desenvolvendo os vários “sítios” municipais com novos conteúdos e serviços, que assegurem uma crescente e progressiva interactividade com os Cidadãos e o acesso permanente à informação local e global.

### **6.5**

Prosseguir a produção, edição e ampla divulgação de periódicos municipais generalistas e específicos, nas áreas da Cultura, da Educação, da Juventude e do Ambiente, enquanto meios de comunicação ao serviço de uma sociedade local informada e participativa.

### **6.6**

Prosseguir a política de edição de publicações temáticas de interesse local para conhecimento da história e realidade do Concelho, e outras publicações especializadas de interesse para população em geral e em especial para a comunidade educativa.

### **6.7**

Publicar e divulgar informação, estudos e resultados de trabalhos e projectos versando os valores naturais do concelho, os indicadores ambientais, a promoção de



comportamentos mais sustentáveis e os desafios e práticas de cidadania, de cariz eminentemente local, em diferentes suportes e meios comunicacionais.

### 6.8

Potenciar o projecto “Almada Palavra Aberta”, aprofundando e diversificando os mecanismos de participação, promovendo o reforço do envolvimento dos cidadãos, das entidades e das instituições locais na resolução dos problemas do concelho e no processo de construção e avaliação da Estratégia Local de Desenvolvimento.

### 6.9

Fomentar a participação dos jovens na vida local designadamente através da sua intervenção no âmbito da Agenda Local 21 de Almada.

### 6.10

Operacionalizar e alargar o âmbito dos Fóruns 21 temáticos, incluindo o Fórum 21 da Criança (Parlamento dos Pequenos Deputados), o Fórum Local da Energia e sessões públicas, promovendo a participação activa e informada da comunidade e contribuindo para uma formação consentânea com os valores ambientais e sociais.

### 6.11

Prosseguir a consolidação de uma rede de recursos locais sustentáveis que respondam no plano cultural, desportivo, da acção social e ambiental, entre outros, reforçando a participação associativa dos cidadãos ao nível da implementação de projectos relevantes para o Concelho.

### 6.12

Prosseguir a acção de mediação de conflitos de consumo e o desenvolvimento de acções educativas e formativas para o consumo informado e consciente, no âmbito da política local de defesa dos consumidores.

### 6.13

Aprofundar a promoção do Concelho e das suas actividades, valorizando em especial as oportunidades de investimento, com destaque para o Pólo Tecnológico e de Empresas de Inovação, as áreas de I&D e do Turismo.

### 6.14

Prosseguir o trabalho articulado entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, aprofundando a reflexão/avaliação sobre descentralização e cooperação, e sobre a intervenção autárquica e do governo no Concelho.

### 6.15

Desenvolver um modelo de trabalho de permanente cooperação com Universidades e Escolas Superiores Politécnicas, Institutos Científicos e Centros de Investigação, Associações Empresariais, Juntas de Freguesia, Agentes Turísticos e Instituições Sociais do Concelho, tendo em vista a concretização de projectos de transformação territorial e a promoção de acções integradas para o desenvolvimento local.

### 6.16

Aprofundar os modelos de trabalho em parceria com as Agências de Desenvolvimento Local NovAlmadaVelha, ArribaTejo, Ageneal, e com o Madan Parque, enquanto espaços interinstitucionais privilegiados de cooperação e fomento do desenvolvimento local.

### 6.17

Concretizar as medidas preconizadas no âmbito do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento Turístico, assegurar a constituição da Plataforma de Actores no âmbito da ArribaTejo – Agência de Desenvolvimento Local e concretizar um Plano Integrado de Acção plurianual.

### 6.18

Proceder à elaboração de um regulamento de concessão de subsídios ao movimento associativo, bem como promover a elaboração d um relatório anual de acompanhamento e avaliação da utilização dos subsídios concedidos.



## Eixo 7

**Modernização e Valorização do  
Serviço Público**

### 7.1

Promover a participação activa do Município em redes, campanhas e parcerias nacionais e internacionais nos domínios do ambiente, saúde (Cidades Saudáveis), energia, mobilidade, cultura e educação, prosseguindo a capacitação técnica, o apoio financeiro, a inovação e a afirmação de Almada no contexto local, regional e global.

### 7.2

Aprofundar e alargar a modernização administrativa tendo em vista a melhoria contínua dos serviços municipais, a sua eficiência, o reforço da sua eficácia, a agilização processual, e a promoção da qualidade da prestação de serviços aos cidadãos, apostando na elevação sistemática dos padrões de qualidade.

### 7.3

Qualificar e modernizar o atendimento municipal, através do “Atendimento Municipal Multicanal”, assente quer no conceito de Balcão Único, quer de balcões especializados e *contact center*, quer de serviços on-line com pontos de Internet nas Freguesias, de forma a elevar os níveis de eficiência, celeridade e qualidade do serviço público municipal.

Prosseguir as diligências em curso junto da Administração Central para a instalação da Loja do Cidadão em Almada, em parceria com o Município.

### 7.4

Avaliar, rever e alargar os regulamentos e normativos, tendo em vista a melhoria contínua dos serviços prestados, quer ao nível das práticas (agilização e desburocratização processual), quer dos resultados.

### 7.5

Promover o mais amplo conhecimento do conjunto de princípios e valores consignados na Carta Ética da Administração Pública, e assegurar a implementação, controlo e monitorização do “Plano de Prevenção de Riscos”.

### 7.6

Promover a eco-eficiência dos processos e actividades municipais através da aplicação do sistema de gestão ambiental EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) e da dinamização de ciclos de melhoria contínua, generalizando a utilização do “EMAS,

Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria: Guia para Autoridades Locais”, e as eco-compras de bens e serviços.

### 7.7

Prosseguir com a concretização de medidas de eficiência energética e de aproveitamento de energias renováveis no parque de equipamentos e edifícios municipais, instalando sistemas de microgeração de electricidade (solar fotovoltaico ou eólico) e promovendo a utilização do Fundo Climático de Almada “Almada, Carbono Menos” criado pela Câmara Municipal para compensar e internalizar as suas emissões.

### 7.8

Optimizar a gestão e funcionamento da frota municipal, promovendo a sua renovação segundo critérios de eficiência energética e ambiental e desenvolvendo modelos de gestão e funcionamento eficazes e eficientes, suportados na utilização de tecnologias de informação e de comunicações móveis e de localização.

### 7.9

Assegurar as melhores condições de trabalho dos funcionários municipais, nomeadamente ao nível das instalações e dos meios materiais do vestuário e dos equipamentos de protecção individual.

### 7.10

Prosseguir e desenvolver o programa plurianual de formação, enquanto instrumento de valorização das competências profissionais, da motivação dos trabalhadores e das equipas, e da prestação de serviços públicos de qualidade.

### 7.11

Prosseguir o apoio social aos trabalhadores da autarquia e suas famílias nomeadamente ao nível da saúde e dos equipamentos de infância e refeitórios, e no âmbito de programas de apoio específicos.

### 7.12

Manter e aprofundar a acção na área da saúde ocupacional e o programa de saúde, segurança e bem-estar no trabalho. Assegurar o regular funcionamento, e o plano plurianual de acção, da Comissão de Saúde, Segurança e Bem-Estar no Trabalho da Câmara Municipal de Almada/Serviços Municipalizados.

### 7.13

Manter e aprofundar o diálogo no relacionamento regular com as organizações representativas dos trabalhadores.

*Página propositadamente em branco*



**CAPÍTULO 1**  
**OPÇÕES DO PLANO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa das Grandes Opções do Plano**

ENTIDADE  
MUNICIPIO DE ALMADA

## GRANDES OPCÕES DO PLANO

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NÚMERO DO PROJECTO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EXERCÍCIO	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO	Obs.	
		AC	AA	FC			INÍCIO	FIM	OUT-2009		DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUENTES										
												TOTAL		DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2011	2012	2013	OUTROS						
I					FUNÇÕES GERAIS																				
I.1.					SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																				
I.1.1.					ADMINISTRAÇÃO GERAL																				
I.1.1.1.					Aquis., Const., Conserv. e Rep. de Edif. Municip.																				
I.1.1.1.1.	010200/07010307	1	2002	I	REPARAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E OUTROS	EMPREITADA			OA	01-01-2002	31-12-2011		2.440.594,17	160.187,19	108.070,00	108.070,00	0,00	108.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.816.921,36	
I.1.1.1.1.	010200/07010301	2	2002	I	NOVAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	EMPREITADA			OA	01-01-2002	31-12-2010		1.237.067,01	411.895,64	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.653.962,65	
I.1.1.1.1.	0303/070103010D	4	2002	I	PARQUE DE MATERIAIS E OFICINAS DA VALE FIGUEIRA	OUTRA			DML	01-01-2002	31-12-2011		5.956.082,40	51.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.107.082,40	
I.1.1.1.1.		11	2004	A	PEQUENAS REPARAÇÕES POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA	ADM. DIR.			DA	01-01-2004	31-12-2011		643.388,33	88.508,08	175.782,78	0,00	0,00	175.782,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.083.461,97	
I.1.1.1.1.	010200/04050103	11	2004	A									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.1.1.1.1.	0201/02012199	11	2004	A									0,00	0,00	0,00	131.844,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.1.1.1.1.	0201/020203	11	2004	A									0,00	0,00	0,00	43.938,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.1.1.1.1.	010201/020220	12	2004	A	19 INFORMAÇÃO MUNICIPAL	OUTRA			DIRP	01-01-2004	31-12-2011		1.497.244,22	222.945,58	335.521,94	335.521,94	0,00	335.521,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.391.233,68	
I.1.1.1.1.		13	2005	A	2 VALE FIGUEIRA PARQUE - LOGISTICA E MANUTENÇÃO	OUTRA			DML	01-01-2005	31-12-2011		88.201,27	28.616,26	33.000,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.817,53	
I.1.1.1.1.	0303/020219	13	2005	A									0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.1.1.1.1.	0303/020220	13	2005	A	2								0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.1.1.1.1.		15	2008	I	20 AQUISIÇÃO DE PATRIMÓNIO EDIFICADO	OUTRA			DMAG	29-09-2008			891.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	891.930,00	
I.1.1.1.1.	010200/020214	16	2010	A	8 AUDITORIA E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	OUTRA			QA	02-01-2010	31-12-2013		0,00	0,00	17.000,00	17.000,00	0,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	68.000,00	
I.1.1.2.					Aq. e Rep Máquinas, Viaturas e Outros Equipamentos								24.420.994,89	3.378.973,08	4.154.127,63	4.154.127,63	0,00	3.772.383,29	967.384,03	868.022,22	100.000,00	37.661.885,14			
I.1.1.2.		1	2002		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO								7.387.338,14	774.018,43	1.464.019,61	1.464.019,61	0,00	1.333.777,11	967.384,03	868.022,22	100.000,00	12.894.559,54			
I.1.1.2.	0302/0701100D	107	2002	I	8 OFICINAS	OUTRA			DTM	01-01-2002	31-12-2011		131.642,11	13.713,57	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.355,68	
I.1.1.2.	0303/0701100D	110	2002	I	10 TRÁNSITO	OUTRA			DTSR	01-01-2002	31-12-2011		129.611,81	316,71	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.928,52	
I.1.1.2.	0201/0701100D	111	2002	I	11 METROLOGIA	OUTRA			DAESU	01-01-2002	31-12-2011		18.257,92	3.042,00	2.500,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.299,92	
I.1.1.2.	0201/0701100D	112	2002	I	12 DAESU (EX-DSU) - CEMITÉRIOS E MERCADOS	OUTRA			DAESU	01-01-2002	31-12-2011		39.580,15	60.023,00	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.603,15	
I.1.1.2.		116	2002	I	15 AQUISIÇÃO VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTO	OUTRA			DF	01-01-2002	31-12-2014		5.524.669,84	275.565,16	1.271.939,93	0,00	0,00	1.141.697,43	967.384,03	868.022,22	100.000,00	10.149.278,61			
I.1.1.2.	0201/070205	116	2002	I	15								0,00	0,00	0,00	1.147.366,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.2.	0201/070207	116	2002	I	15								0,00	0,00	0,00	124.573,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.2.	010200/0701090D	117	2002	I	16 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS	OUTRA			OA	01-01-2002	31-12-2011		1.101.471,19	228.850,03	99.760,00	99.760,00	0,00	99.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.529.841,22	
I.1.1.2.	0203/0701070D	118	2002	I	17 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO E OUTROS	OUTRA			DI	01-01-2002	31-12-2011		442.105,12	192.507,96	74.819,68	74.819,68	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	784.252,44	
I.1.1.2.	0203/0701070D	4	2002	I	19 PLANO DIRECTOR DE INFORMÁTICA	OUTRA			DI	01-01-2002	31-12-2012		6.516.781,55	502.876,73	586.381,00	586.381,00	0,00	586.381,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.192.420,28	
I.1.1.2.		5	2002		REPARAÇÕES, ACESSÓRIOS E PEÇAS								2.410.585,61	245.085,11	202.964,00	202.964,00	0,00	202.964,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.061.598,72		
I.1.1.2.	0302/0701060D	501	2002	I	20 VIATURAS	OUTRA			DTM	01-01-2002	31-12-2011		1.966.084,77	220.896,84	187.105,00	187.105,00	0,00	187.105,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.561.191,61	
I.1.1.2.	0302/0701100D	502	2002	I	21 MÁQUINAS	OUTRA			DTM	01-01-2002	31-12-2011		444.500,84	24.188,27	15.859,00	15.859,00	0,00	15.859,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.407,11	
I.1.1.2.		6	2004	A	2 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIATURAS	OUTRA			DTM	01-01-2004	31-12-2011		2.466.820,63	367.860,43	542.069,73	0,00	0,00	542.069,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.918.820,52	
I.1.1.2.	0302/02012199	6	2004	A	2								0,00	0,00	0,00	315.611,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.2.	0302/020203	6	2004	A	2								0,00	0,00	0,00	226.457,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.2.		7	2004	A	3 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS	OUTRA			DTM	01-01-2004	31-12-2011		789.515,07	92.552,45	187.860,66	0,00	0,00	187.860,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.257.788,84	
I.1.1.2.	0302/02012199	7	2004	A	3								0,00	0,00	0,00	105.247,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.2.	0302/020203	7	2004	A	3								0,00	0,00	0,00	82.613,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.2.		8	2004	A	23 PROJECTO ALMADA DIGITAL	OUTRA			DPPCE	01-01-2004	31-12-2011		2.592.363,84	16.963,87	469.056,83	0,00	0,00	469.056,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.547.441,37	
I.1.1.2.	010200/020219	8	2004	A	23								0,00	0,00	0,00	266.814,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.2.	010200/020220	8	2004	A	23								0,00	0,00	0,00	202.242,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.2.	0203/020219	10	2007	A	1 MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA INFORMÁTICA	OUTRA			DI	02-01-2007	31-12-2011		1.226.152,25	233.536,40	445.815,80	445.815,80	0,00	450.273,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.355.778,41	
I.1.1.2.	010200/0701090D	1	2008	I	1 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E OUTROS BENS PARA NOVOS EQUIPAMENTOS	OUTRA			OA	01-01-2008	31-12-2010		870.949,76	275.538,70	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.151.488,46	



ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/N.º		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL		Obs.
		M. DO PROJECTO	ACÇÃO			AC	AA	FC		INÍCIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1.º DE OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ.	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEGUINTE				PREVISTO		
															TOTAL	DEFINIDO	DEFINIDO	2011	2012	2013	OUTROS				
I.1.1.2.		11	2008										160.488,04	870.540,96	250.960,00	250.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.281.989,00		
I.1.1.2.		1101	2008	I	14	OUTRA			30	DMAG	29-09-2008	31-12-2010	2.700,00	40.836,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.536,00	1	
I.1.1.2.	010200/0701070D	1101	2008	I	14								0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.	010200/0701080D	1101	2008	I	14								0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.		1102	2008	I	15	OUTRA			21	DMAG	29-09-2008	31-12-2010	204,00	275.596,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	285.800,00	1	
I.1.1.2.	010200/0701070D	1102	2008	I	15								0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.	010200/0701080D	1102	2008	I	15								0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.		1103	2008	I	16	OUTRA			20	DMAG	29-09-2008	31-12-2010	0,00	271.282,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286.282,00	1	
I.1.1.2.	010200/0701070D	1103	2008	I	16								0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.	010200/0701080D	1103	2008	I	16								0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.	010200/0701100D	1103	2008	I	16								0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.	010200/020214	1104	2008	A	3	OUTRA			21	DMAG	29-09-2008	31-12-2010	110.904,04	22.451,96	106.480,00	106.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239.836,00	1	
I.1.1.2.	010200/020220	1105	2008	A	4	OUTRA			18	DMAG	29-09-2008	31-12-2010	46.680,00	230.125,00	106.480,00	106.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	383.285,00	1	
I.1.1.2.	010200/020220	1106	2008	A	5	OUTRA			20	DMAG	29-09-2008	31-12-2010	0,00	30.250,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.250,00	1	
I.1.1.3.													24.618.185,66	909.058,35	2.954.436,04	2.954.436,04	0,00	3.010.524,36	88.125,38	78.654,46	13.829,15	31.672.813,40			
I.1.1.3.	0201/020202	1	2002	A	1	OUTRA			DP	01-01-2002	31-12-2011		4.646.678,10	288.377,97	468.492,85	468.492,85	0,00	473.177,78	0,00	0,00	0,00	0,00	5.876.726,70		
I.1.1.3.	0201/020218	2	2002	A	2	OUTRA			DP	01-01-2002	31-12-2011		7.952.537,99	257.525,45	578.355,91	578.355,91	0,00	638.355,91	0,00	0,00	0,00	0,00	9.426.775,26		
I.1.1.3.		3	2002	A	3	OUTRA			DF e DRH	01-01-2002	31-12-2011		6.771.060,61	70.538,12	1.041.429,52	0,00	0,00	1.041.429,52	0,00	0,00	0,00	0,00	8.924.457,77		
I.1.1.3.	010200/020212	3	2002	A	3								0,00	0,00	0,00	107.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.3.	010202/020212	3	2002	A	3								0,00	0,00	0,00	112.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.3.	0201/020212	3	2002	A	3								0,00	0,00	0,00	198.438,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.3.	0202/01030901	3	2002	A	3								0,00	0,00	0,00	174.113,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.3.	0202/01030902	3	2002	A	3								0,00	0,00	0,00	305.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.3.	0302/020212	3	2002	A	3								0,00	0,00	0,00	143.838,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.3.	0302/020102	4	2002	A	7	OUTRA			DTM	01-01-2002	31-12-2011		4.811.455,11	231.367,63	757.459,86	757.459,86	0,00	757.459,86	0,00	0,00	0,00	0,00	6.557.742,46		
I.1.1.3.		5	2003	A	1	OUTRA			DF	01-01-2003	31-12-2014		436.453,85	61.249,18	108.697,90	0,00	0,00	100.101,29	88.125,38	78.654,46	13.829,15	887.111,21			
I.1.1.3.	0103/030305	5	2003	A	1								0,00	0,00	0,00	101.699,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.3.	0103/030307	5	2003	A	1								0,00	0,00	0,00	6.998,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.2.													2.951.725,32	334.301,03	629.176,89	629.176,89	0,00	634.232,48	0,00	0,00	0,00	0,00	4.549.435,72		
I.1.2.	0202/020105	1	2002	A	4	OUTRA			DS	01-01-2002	31-12-2011		1.856.342,21	16.213,61	258.350,13	258.350,13	0,00	260.933,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.391.839,58		
I.1.2.		2	2002	A	5	OUTRA			DP	01-01-2002	31-12-2011		417.742,86	99.182,62	123.617,12	0,00	0,00	123.617,12	0,00	0,00	0,00	0,00	764.159,72		
I.1.2.	0202/02012199	2	2002	A	5								0,00	0,00	0,00	22.231,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.2.	0202/020215	2	2002	A	5								0,00	0,00	0,00	88.123,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.2.	0202/02022599	2	2002	A	5								0,00	0,00	0,00	13.262,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.2.	0201/020107	3	2004	A	22	OUTRA			DA	01-01-2004	31-12-2011		677.640,25	218.904,80	247.209,64	247.209,64	0,00	249.681,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.393.436,42		
I.2.													2.334.236,97	219.506,54	314.279,00	314.279,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.875.522,51		
I.2.1.													2.334.236,97	219.506,54	314.279,00	314.279,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.875.522,51		
I.2.1.	010202/0701150D	1	2002	I	22	OUTRA			PC	01-01-2002	31-12-2011		39.769,32	37.500,00	7.500,00	7.500,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.269,32		
I.2.1.		3	2002	I	13	OUTRA			PC	01-01-2002	31-12-2010		2.294.467,65	182.006,54	306.779,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.783.253,19		
I.2.1.	010202/0701100D	3	2002	I	13								0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.2.1.	010202/080701	3	2002	I	13								0,00	0,00	0,00	299.279,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		



ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJECTO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL	
		AC	AA			FC	INÍCIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ		ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE						PREVISTO	Obs.		
													TOTAL	DEFINIDO	DEFINIDO	2011	2012	2013	OUTROS					
2				FUNÇÕES SOCIAIS										93.760.470,75	15.756.773,31	25.016.069,60	25.016.069,60	0,00	16.989.379,43	2.115.888,00	355.888,00	0,00	153.994.469,09	
2.1.				EDUCAÇÃO										25.627.387,62	6.590.988,26	7.217.946,45	7.217.946,45	0,00	5.196.617,62	500.000,00	0,00	0,00	45.132.939,95	
2.1.1.				ENSINO NÃO SUPERIOR										19.488.287,01	5.825.090,73	4.761.131,61	4.761.131,61	0,00	2.710.201,38	500.000,00	0,00	0,00	33.284.710,73	
2.1.1.1.				Ensino Pré-Escolar										1.668.926,63	313.616,99	1.920.272,00	1.920.272,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.902.815,62	
2.1.1.1.1.				EQUIPAMENTOS DE INFÂNCIA DA CMA										1.628.546,63	170.316,99	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800.863,62	
2.1.1.1.1.1.	010200/07010304	201	2007	I 9 OBRA	EMPREITADA			DS	02-01-2007	31-12-2010				1.553.581,30	95.282,32	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.649.863,62	
2.1.1.1.1.1.1.	010200/07010304	202	2007	I 10 EQUIPAMENTO	OUTRA			DS	02-01-2007	31-12-2010				74.965,33	75.034,67	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.000,00	
2.1.1.1.1.1.1.1.		3	2009		CONSTRUÇÃO DE JARDINS DE INFÂNCIA NAS EBI									40.380,00	143.300,00	1.918.272,00	1.918.272,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.101.952,00	
2.1.1.1.1.1.1.1.1.	0501/070103050D	301	2009	I 5 JI NA EBI FELJO N.º1	EMPREITADA			36 DERE	02-01-2009	31-12-2010				13.200,00	30.960,00	396.559,00	396.559,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440.719,00	3
2.1.1.1.1.1.1.1.1.	0501/070103050D	302	2009	I 6 JI NA EBI LARANJEIRO N.º2	EMPREITADA			35 DERE	02-01-2009	31-12-2010				17.340,00	24.100,00	429.734,00	429.734,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	471.174,00	3
2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	0501/070103050D	303	2009	I 7 JI NA EBI LARANJEIRO N.º3	EMPREITADA			30 DERE	02-01-2009	31-12-2010				9.840,00	23.369,00	538.121,00	538.121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	571.330,00	3
2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	0501/070103050D	304	2009	I 8 JI NA EBI CATAVENTOS DA PAZ	EMPREITADA			36 DERE	02-01-2009	31-12-2010				0,00	64.871,00	553.858,00	553.858,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	618.729,00	3
2.1.1.2.				Ensino Básico e Secundário										17.819.360,38	5.511.473,74	2.840.859,61	2.840.859,61	0,00	2.710.201,38	500.000,00	0,00	0,00	29.381.895,11	
2.1.1.2.1.	0501/0701150D	3	2002	I 29 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR	OUTRA			DERE	01-01-2002	31-12-2011				1.417.667,04	190.543,99	84.212,00	84.212,00	0,00	84.212,00	0,00	0,00	0,00	1.776.635,03	
2.1.1.2.2.	0501/070103050D	5	2002	I 30 AMPLIAÇÃO DA REDE ESCOLAR	OUTRA			DERE	01-01-2002	31-12-2010				5.336.425,46	155.970,56	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.992.396,02	
2.1.1.2.3.		2	2003		EDIFÍCIOS ESCOLARES E LOGRADOUROS									5.035.786,25	700.241,72	1.258.759,98	1.258.759,98	0,00	1.258.759,98	0,00	0,00	0,00	8.253.547,93	
2.1.1.2.3.1.	0501/070103050D	201	2003	I 1 GRANDES REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS ESCOLARES E LOGRADOUROS	EMPREITADA			DERE	01-01-2003	31-12-2011				3.739.554,88	360.367,00	853.457,98	853.457,98	0,00	853.457,98	0,00	0,00	0,00	5.806.837,84	
2.1.1.2.3.2.	0501/070103050D	202	2003	I 2 REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS ESCOLARES	OUTRA			DERE	01-01-2003	31-12-2011				1.296.231,37	339.874,72	405.302,00	405.302,00	0,00	405.302,00	0,00	0,00	0,00	2.446.710,09	
2.1.1.2.4.		8	2004	A 4 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS ESCOLARES E LOGRADOUROS	ADM. DIR.			DERE	01-01-2004	31-12-2011				130.994,27	28.926,80	66.563,76	0,00	0,00	67.229,40	0,00	0,00	0,00	293.714,23	
2.1.1.2.4.1.	0501/02012199	8	2004	A 4										0,00	0,00	0,00	44.775,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.4.2.	0501/020203	8	2004	A 4										0,00	0,00	0,00	21.788,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.5.		10	2008		AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR									5.898.487,36	4.435.790,67	16.537,75	16.537,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.350.815,78	
2.1.1.2.5.1.	0501/0701100D	1001	2008	I 9 EBI/JI PRAGAL N.º2	EMPREITADA			27 DERE	29-09-2008	31-12-2010				749.261,74	1.477.519,55	4.840,00	4.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.231.621,29	1
2.1.1.2.5.2.	0501/070103050D	1002	2008	I 10 EBI/JI VALE FIGUEIRA N.º1	EMPREITADA			30 DERE	29-09-2008	31-12-2010				1.943.277,71	268.906,08	3.357,75	3.357,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.215.541,54	1
2.1.1.2.5.3.	0501/070103050D	1003	2008	I 11 EBI/JI COSTA DE CAPARICA N.º2	EMPREITADA			32 DERE	29-09-2008	31-12-2010				1.222.217,09	855.579,87	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.081.296,96	1
2.1.1.2.5.4.	0501/070103050D	1004	2008	I 12 EBI/JI ALMADA N.º2	EMPREITADA			30 DERE	29-09-2008	31-12-2010				1.060.346,83	1.172.911,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.233.258,32	1
2.1.1.2.5.5.	0501/070103050D	1005	2008	I 13 EBI/JI TRAFARIA N.º2	EMPREITADA			18 DERE	29-09-2008	31-12-2010				923.383,99	660.873,68	4.840,00	4.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.589.097,67	1
2.1.1.2.6.	0501/0701070D	11	2010	I 7 PLANO TECNOLÓGICO PARA ESCOLAS 1º CICLO	OUTRA			DE	01-01-2010	31-12-2010				0,00	0,00	396.533,00	396.533,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	396.533,00	2
2.1.1.2.6.1.	0501/070103050D	12	2010	I 8 EBI/JI CHARNECA DA CAPARICA	EMPREITADA			DERE	01-01-2010	31-12-2012				0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	1.300.000,00	500.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	
2.1.1.2.6.2.	010200/04050103	13	2010	A 2 DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE EDUCAÇÃO NAS JI	OUTRA			DF	01-01-2010	31-12-2010				0,00	0,00	318.253,12	318.253,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318.253,12	
2.1.2.				SERVIÇOS AUXILIARES										6.139.100,61	765.897,53	2.456.814,84	2.456.814,84	0,00	2.486.416,24	0,00	0,00	0,00	11.848.229,22	
2.1.2.2.				Ação Social Escolar										6.139.100,61	765.897,53	2.456.814,84	2.456.814,84	0,00	2.486.416,24	0,00	0,00	0,00	11.848.229,22	
2.1.2.2.1.	0501/02022503	1	2004	A 21 APOIO ALIMENTAR	OUTRA			DE	01-01-2004	31-12-2011				5.098.508,59	374.104,82	1.606.759,84	1.606.759,84	0,00	1.630.861,24	0,00	0,00	0,00	8.710.234,49	
2.1.2.2.2.	0501/050701	2	2007	A 2 ALARGAMENTO DE HORÁRIO PRÉ-ESCOLAR	OUTRA			DE	02-01-2007	31-12-2011				278.180,91	266.021,94	349.570,00	349.570,00	0,00	353.065,00	0,00	0,00	0,00	1.246.837,85	
2.1.2.2.3.	0501/04070102	3	2007	A 3 ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	OUTRA			DE	02-01-2007	31-12-2011				393.265,48	70.770,00	200.485,00	200.485,00	0,00	202.490,00	0,00	0,00	0,00	867.010,48	
2.1.2.2.4.	0501/020210	4	2008	A 1 TRANSPORTE ESCOLAR	OUTRA			DE	01-01-2008	31-12-2011				369.145,63	55.000,77	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	1.024.146,40	
2.3.				SEGURANÇA E ACÇÕES SOCIAIS										0,00	0,00	1.392.867,29	1.392.867,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.867,29	
2.3.2.				ACÇÃO SOCIAL										0,00	0,00	1.392.867,29	1.392.867,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.867,29	
2.3.2.2.				Outras Actividades Sociais										0,00	0,00	1.392.867,29	1.392.867,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.867,29	
2.3.2.2.1.	010200/04050103	3	2010	A 3 DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JI-APOIO SOCIAL	OUTRA			DF	01-01-2010	31-12-2010				0,00	0,00	1.392.867,29	1.392.867,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.867,29	
2.4.				HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS										42.245.832,66	7.124.179,18	12.934.011,02	12.934.011,02	0,00	9.043.517,69	1.615.888,00	355.888,00	0,00	73.319.316,56	

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NU		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO	RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL	Obs.	
		M. DO PROJECTO	ACÇÃO					INÍCIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1- OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE				PREVISTO			
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2011	2012	2013				OUTROS
2.4.1.				HABITAÇÃO																		
2.4.1.2.				Recuperação e Conservação Habitacional							3.919.571,29	909.765,97	669.627,82	669.627,82	0,00	1.118.145,12	605.888,00	355.888,00	0,00	7.578.886,20		
2.4.1.2.	0304/020203	6	2004 A	5	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL	ADM. DIR.	DH	01-01-2004	31-12-2011		3.497.709,50	906.311,61	644.627,82	644.627,82	0,00	1.093.145,12	605.888,00	355.888,00	0,00	7.103.570,05		
2.4.1.2.	0304/070102030D	8	2002 I	5	GRANDES REPARAÇÃO EM BAIROS CAMARÁRIOS	EMPREITADA	DH	01-01-2002	31-12-2011		221.411,85	8.698,73	51.729,82	51.729,82	0,00	52.247,12	0,00	0,00	0,00	334.087,52		
2.4.1.2.	0304/020220	1	2008 A	2	COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL	OUTRA	DMOVU	01-01-2008	31-12-2011		2.902.887,78	363.600,02	140.352,00	140.352,00	0,00	140.352,00	0,00	0,00	0,00	3.547.191,80		
2.4.1.2.	0304/070102030D	9	2008 I	4	PLANO DE CONSERVAÇÃO DE BAIROS CAMARÁRIOS	OUTRA	DH	16-04-2008	31-12-2010		5.938,08	2.791,20	22.200,00	22.200,00	0,00	22.200,00	0,00	0,00	0,00	53.129,28		
2.4.1.2.	0402/0701150D	10	2010 I	10	REABILITAÇÃO URBANA/ NÚCLEOS HISTÓRICOS (DL 307/09 de 2	OUTRA	DQU	01-01-2010	31-12-2013		367.471,79	531.221,66	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.693,45		
2.4.1.2.	0402/0701150D	11	2010 I	11	RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS AO ABRIGO DO RECLIA	OUTRA	DQU	01-01-2010	31-12-2013		0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	1.000.000,00		
2.4.1.2.	0304/070102030D	12	2010 I	19	PLANO DE CONSERVAÇÃO DE BAIROS CAMARÁRIOS (2ª FASE)	OUTRA	DH	01-01-2010	31-12-2011		0,00	0,00	55.888,00	55.888,00	0,00	55.888,00	55.888,00	55.888,00	0,00	223.552,00		
2.4.1.2.	0402/0701150D	13	2010 I	23	RECUP. DE IMÓVEIS AO ABRIGO DO RECLIA (EM SUBST. DE PAR	OUTRA	DQU	01-01-2010	31-12-2011		0,00	0,00	250.000,00	250.000,00	0,00	500.000,00	250.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00		
											0,00	0,00	22.458,00	22.458,00	0,00	22.458,00	0,00	0,00	0,00	44.916,00		
2.4.1.3.				Espaços Exteriores Habitacionais							421.861,79	3.454,36	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	475.316,15		
2.4.1.3.	0304/070104990D	6	2002 I	50	DEMOLIÇÕES E RENATURALIZAÇÕES	OUTRA	DH	01-01-2002	31-12-2011		421.861,79	3.454,36	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	475.316,15		
2.4.2.				ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO							12.418.590,30	3.107.235,15	7.771.321,79	7.771.321,79	0,00	4.826.650,19	1.010.000,00	0,00	0,00	29.133.797,43		
2.4.2.1.				Planeamento Urbanístico							4.365.393,84	2.242.617,85	620.789,52	620.789,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.228.801,21		
2.4.2.1.	0402/0701150D	2	2002 I	52	PLANOS	OUTRA	DEP	01-01-2002	31-12-2010		3.515.609,61	213.535,41	137.037,52	137.037,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.866.182,54		
2.4.2.1.	0301/0701150D	5	2002 I	54	PROJECTO DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO AM	OUTRA	DO	01-01-2002	31-12-2010		58.825,10	4.800,00	5.752,00	5.752,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.377,10		
2.4.2.1.	0301/0701150D	6	2005 I	3	PROJECTOS DIVERSOS	OUTRA	OA	01-01-2005	31-12-2010		646.659,13	1.716.282,44	173.000,00	173.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.535.941,57		
2.4.2.1.	010200/0701150D	7	2007 I	11	PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	OUTRA	DQU	02-01-2007	31-12-2010		144.300,00	164.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	608.300,00		
2.4.2.1.	0402/0701150D	8	2008 I	32	ESTUDO DE DIAGNÓSTICO E PLANO DE PORMENOR DA FONTE	OUTRA	50 DEP	02-01-2009	31-12-2010		0,00	144.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149.000,00		
2.4.2.2.				Infraestruturas de Urbanização							144.696,79	26.073,00	28.073,00	28.073,00	0,00	28.073,00	0,00	0,00	0,00	226.915,79		
2.4.2.2.	0401/070104010D	1	2002 I	55	OBRAS COMPL. EM ALV. P/ EXECUÇÃO CAUÇÕES	EMPREITADA	DAU	01-01-2002	31-12-2011		144.696,79	26.073,00	28.073,00	28.073,00	0,00	28.073,00	0,00	0,00	0,00	226.915,79		
2.4.2.3.				Out. Escarg. Urbanísticos(Terrenos e Outro Patrim)							6.087.238,61	286.880,30	30.073,00	30.073,00	0,00	28.073,00	0,00	0,00	0,00	6.432.264,91		
2.4.2.3.	0201/0701010D	1	2002 I	58	AQUISIÇÃO DE SOLOS	OUTRA	OA	01-01-2002	31-12-2010		5.943.309,28	280.587,50	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.225.896,78		
2.4.2.3.	0401/070104080D	3	2002 I	59	TOPONIMIA	OUTRA	DGF	01-01-2002	31-12-2011		143.929,33	6.292,80	28.073,00	28.073,00	0,00	28.073,00	0,00	0,00	0,00	206.368,13		
2.4.2.4.				PRU- Programa de Reabilitação Urbana							1.306.999,28	6.074,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.313.073,43		
2.4.2.4.		1	2002		RECUPERAÇÃO DO PATRIM. E REQUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE URBANO	URBANO					1.306.999,28	6.074,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.313.073,43		
2.4.2.4.	010200/0701150D	101	2002 I	60	ESPAÇOS EXTERIORES DE ALMADA VELHA	EMPREITADA	DQU	01-01-2002			1.306.999,28	6.074,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.313.073,43		
2.4.2.5.				Requalificação Urbana							514.261,78	545.589,85	7.092.386,27	7.092.386,27	0,00	4.770.504,19	1.010.000,00	0,00	0,00	13.932.742,09		
2.4.2.5.	0103/090301	1	2002 I	80	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (NOVA ALMADA VEL	OUTRA	OA	01-01-2002	31-12-2011		174.939,89	0,00	75.000,00	75.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	274.939,89		
2.4.2.5.	0103/090301	2	2002 I	81	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (ARRIBATEJO)	OUTRA	OA	01-01-2002	31-12-2011		174.939,89	25.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	249.939,89		
2.4.2.5.		5	2003 I	7	COMPARTICIPAÇÃO PATR. ASSOCIATIVO (MADAN PARQUE)	OUTRA	OA	01-01-2003			75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00		
2.4.2.5.		8	2008		ALMADA POENTE-REGENERAÇÃO PARA UMA NOVA CENTRALIDADE						89.382,00	313.649,85	3.612.570,00	3.612.570,00	0,00	882.500,00	0,00	0,00	0,00	4.898.101,85		
2.4.2.5.	010200/07010302	801	2008 I	17	CONSTRUÇÃO DE PISCINA COBERTA	EMPREITADA	42 DID	02-01-2009	31-12-2011		35.400,00	54.600,00	1.910.000,00	1.910.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010302	802	2008 I	18	CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL	EMPREITADA	42 DB	02-01-2009	31-12-2011		48.654,00	25.500,00	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	1.524.154,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010404	803	2008 I	19	REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS EXTERIORES DO BAIRRO AMAREL	OUTRA	42 DQU	02-01-2009	31-12-2010		0,00	48.000,00	452.000,00	452.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/020214	804	2008 A	6	APOIO À FIXAÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	OUTRA	42 DPPDL	01-01-2009	31-12-2010		0,00	20.000,00	83.570,00	83.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.570,00	1	
2.4.2.5.		805	2008 A	7	GABINETE TÉCNICO LOCAL	OUTRA	42 DPPDL	01-01-2009	31-12-2011		5.328,00	4.672,00	65.000,00	0,00	0,00	32.500,00	0,00	0,00	0,00	107.500,00	1	
2.4.2.5.	010200/020214	805	2008 A	7							0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	010200/020217	805	2008 A	7							0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	010200/020220	805	2008 A	7							0,00	0,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.		806	2009 I	20	GABINETE TÉCNICO LOCAL	OUTRA	42 DPPDL	02-01-2009	31-12-2010		0,00	160.877,85	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.877,85	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	806	2009 I	20							0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	



ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NU		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO		RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL		
		M. DO PROJECTO	ACÇÃO			AC	AA		FC	INÍCIO		FIM	OUT-2009	DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE				PREVISTO	Obs.	
															DEFINIDO	DEFINIDO	2011	2012	2013	OUTROS			
2.4.2.5.	010200/0701070D	806	2009	I	20							0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1
2.4.2.5.		9	2008	I								0,00	176.940,00	1.724.926,21	1.724.926,21	0,00	1.118.004,19	0,00	0,00	0,00	3.019.870,40	1	
2.4.2.5.	010200/07010401	901	2008	I	26	REQUALIFICAÇÃO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS	OUTRA	45	DQU	02-01-2010	31-12-2011	0,00	30.000,00	236.666,64	236.666,64	0,00	348.333,36	0,00	0,00	0,00	615.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010401	902	2008	I	27	TRATAMENTO DO PASSEIO RIBEIRINHO DE CACILHAS AO OLHO	OUTRA	45	DPPDL	02-01-2009	31-12-2010	0,00	29.940,00	352.530,40	352.530,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	382.470,40	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	903	2008	I	28	REABILITAÇÃO DO MUSEU NAVAL DE ALMADA	OUTRA	45	DMUSEU	02-01-2009	31-12-2011	0,00	24.000,00	197.250,00	197.250,00	0,00	185.250,00	0,00	0,00	0,00	406.500,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010499	904	2008	I	29	CONSOLIDAÇÃO DA ESCARPA RIBEIRINHA	OUTRA	45	DOM	02-01-2009	31-12-2011	0,00	50.000,00	898.479,17	898.479,17	0,00	524.420,83	0,00	0,00	0,00	1.472.900,00	1	
2.4.2.5.		906	2008	A	8	GABINETE TÉCNICO LOCAL	OUTRA	45	DPPDL	01-01-2009	31-12-2011	0,00	43.000,00	40.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	143.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/020217	906	2008	A	8							0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	010200/020220	906	2008	A	8							0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	0402/070104990D	10	2009	I	15	CENTRO HISTÓRICO DO MONTE DE CAPARICA	EMPREITADA		DPU	01-01-2009	31-12-2010	0,00	30.000,00	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00		
2.4.2.5.	010200/080701	11	2010	I	26	NOVA ALMADA VELHA / PARCERIAS POLIS XXI	OUTRA		DPPDL	02-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	430.000,00		
2.4.2.5.		12	2010	I		ALMADA VELHA - DE NOVO CENTRO						0,00	0,00	750.000,00	750.000,00	0,00	2.240.000,00	1.010.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00		
2.4.2.5.		1201	2010	I	1	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DE ALMADA VELHA	OUTRA		DMUSEU	01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	1201	2010	I	1							0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	010200/0701150D	1201	2010	I	1							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	1202	2010	I	2	NÚCLEO MUSEOLÓGICO/MUSEU DA MÚSICA	OUTRA		DMUSEU	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	1203	2010	I	3	REABILITAÇÃO DO ANTIGO TEATRO MUNICIPAL	OUTRA	47	DEC	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	1204	2010	I	4	UNIVERSIDADE SÉNIOR DE ALMADA	OUTRA	47	DEJ	01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	350.000,00	600.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1	
2.4.2.5.		1205	2010	A	1	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	OUTRA	47	DPPDL	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	90.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/020214	1205	2010	A	1							0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	010200/020217	1205	2010	A	1							0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	010200/020220	1205	2010	A	1							0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010401	1206	2010	I	5	QUALIFICAÇÃO DA RUA CAPITÃO LEITÃO	OUTRA	47	DQU	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	1207	2010	I	6	QUARTEIRÃO DAS ARTES	OUTRA	47	DPPDL	01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	300.000,00	380.000,00	0,00	0,00	700.000,00	1	
2.4.2.5.		13	2010	I	30	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO ALMARAZ	OUTRA		DPU	02-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.		14	2010	I		ALMADA POENTE-EQUIPAMENTOS PARA A COESÃO SOCIOTERRITORIAL																	
2.4.2.5.	010200/0701150D	1401	2010	I	28	CASA MUNICIPAL DA JUVENTUDE	OUTRA		DEJ	02-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2	
2.4.2.5.	010200/0701150D	1402	2010	I	29	JARDIM DA BELA VISTA	OUTRA		DQU	02-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2	
2.4.2.5.		15	2010	I	27	CENTRO DE ARTES CULINÁRIAS E ENOGASTRONOMIA	OUTRA		DPPDL	01-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2	
2.4.2.5.		16	2010	I	31	PARCERIAS PARA A QUALIFICAÇÃO URBANA / FREGUESIAS	OUTRA		OA	02-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00		
2.4.2.5.		17	2010	I	32	SOCIEDADE LOCAL DO ARCO RIBEIRINHO SUL "CIDADE DA ÁGUA"	OUTRA		OA	02-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.	010200/08050103	18	2010	I	35	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF - CONSERVAÇÃO	OUTRA		DF	02-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	354.890,06	354.890,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.890,06	
2.4.3.						SANEAMENTO																	
2.4.3.1.						Saneamento Básico																	
2.4.3.1.		2	2008	I	31	REDE ESTRUTURANTE DE SANEAMENTO (QREN/SMAS)	OUTRA		OA	02-01-2009		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.5.						RESÍDUOS SÓLIDOS						2.157.071,13	170.799,16	441.036,53	441.036,53	0,00	107.314,00	0,00	0,00	0,00	2.876.220,82		
2.4.5.1.						Remoção dos Resíduos e Limpeza Pública						2.157.071,13	170.799,16	441.036,53	441.036,53	0,00	107.314,00	0,00	0,00	0,00	2.876.220,82		
2.4.5.1.	0302/0701100D	1	2002	I	67	AQUISIÇÃO DE CONTENTORES, PAPELEIRAS E ACESSÓRIOS	OUTRA		DS	01-01-2002	31-12-2011	1.024.392,22	101.267,76	52.374,00	52.374,00	0,00	52.374,00	0,00	0,00	0,00	1.230.407,98		
2.4.5.1.	0302/0701090D	2	2002	I	68	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS- OUTROS	OUTRA		DS	01-01-2002	31-12-2011	365.471,11	1.229,87	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	426.700,98		
2.4.5.1.	010200/08050103	3	2002	I	69	DESCENTRALIZAÇÃO DE LIMPEZA P/FREGUESIAS(REPARAÇÃO	OUTRA		DF	01-01-2002	31-12-2011	767.207,80	20.301,53	49.940,00	49.940,00	0,00	24.940,00	0,00	0,00	0,00	862.389,33		
2.4.5.1.	0302/0701150D	4	2009	I	14	PLANO DE RECONVERSÃO DO SISTEMA DE RSU	OUTRA		DSEVT	02-01-2009	31-12-2010	0,00	48.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00		
2.4.5.1.	010200/04050103	5	2010	A	4	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE LIMPEZA NAS JF	OUTRA		DF	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	306.722,53	306.722,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.722,53		
2.4.6.						PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA						23.750.599,94	2.936.378,90	4.052.024,88	4.052.024,88	0,00	2.991.408,38	0,00	0,00	0,00	33.730.412,10		

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NU		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL	Obs.	
		M. DO PROJECTO	ACÇÃO			AC	AA	FC		INÍCIO	FIM		PAGAM. ATÉ 31-OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				PREVISTO			
															NAO	2011	2012	2013	OUTROS						
2.4.6.1.				Promoção da Sustentabilidade Ambiental e Energética									6.244.490,92	1.086.373,76	1.194.300,00	1.194.300,00	0,00	1.038.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.563.964,68		
2.4.6.1.		1	2002	PLANO MUNICIPAL DO AMBIENTE									4.109.465,40	520.951,35	498.800,00	498.800,00	0,00	348.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.478.016,75		
2.4.6.1.	010205/0701150D	102	2002 I	70 PROJECTOS	OUTRA				DEGAS	01-01-2002	31-12-2011		4.109.465,40	520.951,35	498.800,00	498.800,00	0,00	348.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.478.016,75		
2.4.6.1.		3	2005 I	2 ALMADA CICLÁVEL	OUTRA				47 DEGAS	01-01-2005			1.880.809,59	255.306,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.136.115,95		
2.4.6.1.	010205/07010404	10	2006 I	2 QUINTA BIOLÓGICA	OUTRA				DEGAS	02-01-2006	31-12-2010		2.696,02	0,00	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	352.696,02		
2.4.6.1.	010205/07010301	4	2009 I	1 CMIA-CENTRO DE MONITORIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIE	OUTRA				DEGAS	02-01-2009	31-12-2010		79.490,52	111.029,48	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.520,00		
2.4.6.1.	010205/0701150D	5	2009 I	2 CASA DA MOBILIDADE	OUTRA				DEGAS	02-01-2009	31-12-2011		3.600,00	5.880,00	40.000,00	40.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.480,00		
2.4.6.1.	010205/07010499	6	2009 I	9 BICLATEJO-PARTILHA DE BICICLETAS	OUTRA				50 DEGAS	01-01-2009	30-04-2010		2.396,00	67.104,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	1	
2.4.6.1.		7	2009	REDUÇÃO DA INTENSIDADE ENERGÉTICA									166.033,39	116.102,57	140.000,00	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	562.135,96		
2.4.6.1.	010205/0701150D	701	2009 I	3 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA/ENERGIAS RENOVÁVEIS	OUTRA				DEGAS	02-01-2009	31-12-2011		166.033,39	116.102,57	140.000,00	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	562.135,96		
2.4.6.1.	010205/020220	8	2009 A	3 CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS	OUTRA				DEGAS	02-01-2009	31-12-2010		0,00	10.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00		
2.4.6.1.	010205/0701150D	9	2010 I	15 CASA DA ENERGIA					DEGAS	01-01-2010	31-12-2011		0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00		
2.4.6.1.	010205/07010401	10	2010 I	17 REDE CICLÁVEL					DEGAS	01-01-2010	31-12-2011		0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00		
2.4.6.1.	010205/07010409	11	2010 I	33 PLANO DE MOBILIDADE ELÉCTRICA	OUTRA				DEGAS	02-01-2010	31-12-2011		0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00		
2.4.6.2.				Valorização do Património Natural									12.813.433,01	709.559,71	1.700.443,00	1.700.443,00	0,00	1.108.943,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.332.378,72		
2.4.6.2.		1	2002	PARQUE URBANO DA PAZ									6.560.953,43	175.300,94	250.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.236.254,37		
2.4.6.2.	0302/070104040D	102	2002 I	71 OBRA	EMPREGADA				DPPP	01-01-2002	31-12-2011		6.560.953,43	175.300,94	250.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.236.254,37		
2.4.6.2.	0302/070104040D	2	2002 I	72 ESPAÇOS EXTERIORES- CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO	EMPREGADA				DJEV	01-01-2002	31-12-2011		2.791.036,02	392.578,27	392.981,00	392.981,00	0,00	392.981,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.664.576,29		
2.4.6.2.	0302/070104040D	3	2002 I	73 BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ZONAS VERDES	EMPREGADA				DJEV	01-01-2002	31-12-2011		1.787.815,35	151.094,01	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.738.909,36		
2.4.6.2.	0302/0701100D	6	2002 I	76 AQUISIÇÃO, MÁQUINAS E OUTRO EQUIPAMENTO	OUTRA				DJEV	01-01-2002	31-12-2011		154.728,63	127.321,45	15.962,00	15.962,00	0,00	15.962,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.974,08		
2.4.6.2.	0302/070104040D	9	2006 I	1 REDE DE PARQUES E JARDINS	OUTRA				DJEV	02-01-2006	30-12-2010		1.518.899,58	160.765,04	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.681.164,62		
2.4.6.2.	0302/070104040D	11	2009 I	16 JARDIM DO MONTE DA CAPARICA	EMPREGADA				DSEVT	02-01-2009	31-12-2011		0,00	7.500,00	540.000,00	540.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.500,00		
2.4.6.2.	0302/070104040D	12	2010 I	13 PARQUE JARDIM URBANO NA TRAFARIA	EMPREGADA					01-01-2010	31-12-2010		0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00		
2.4.6.2.	0302/070104040D	13	2010 I	14 PARQUE JARDIM URBANO NO PRAGAL	OUTRA				DPP	01-01-2010	31-12-2010		0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00		
2.4.6.3.				Outras Actividades									4.692.676,01	1.140.445,43	1.157.281,88	1.157.281,88	0,00	843.665,38	0,00	0,00	0,00	0,00	7.834.068,70		
2.4.6.3.	0201/070104110D	1	2002 I	77 CONSERVAÇÃO CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	OUTRA				DAESU	01-01-2002	31-12-2011		56.159,56	14.123,31	16.701,00	16.701,00	0,00	16.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.683,87		
2.4.6.3.	0201/070104110D	2	2002 I	78 CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIOS	OUTRA				DAESU	01-01-2002	31-12-2011		854.366,55	535,69	87.290,00	87.290,00	0,00	87.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.029.482,24		
2.4.6.3.	0201/070104110D	3	2002 I	79 AQUISIÇÃO DE INCINERADORA	OUTRA				DAESU	01-01-2002	31-12-2010		216.676,35	887.962,24	305.000,00	305.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.409.638,59		
2.4.6.3.	0302/020220	5	2004 A	20 SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	OUTRA				DS	01-01-2004	31-12-2011		3.565.473,55	237.824,19	732.351,86	732.351,86	0,00	739.675,38	0,00	0,00	0,00	0,00	5.275.324,98		
2.4.6.3.	010200/08050103	6	2010 I	21 DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF-CEMITÉRIOS	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2010		0,00	0,00	15.939,02	15.939,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.939,02		
2.5.				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS									25.887.250,47	2.041.605,87	3.471.244,84	3.471.244,84	0,00	2.749.244,12	0,00	0,00	0,00	0,00	34.149.345,30		
2.5.1.				CULTURA									8.726.693,70	595.281,63	540.381,00	540.381,00	0,00	418.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.280.406,33		
2.5.1.1.				Património Cultural Edificado									7.788.581,46	404.009,13	318.000,00	318.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.710.590,59		
2.5.1.1.	0402/0701150D	7	2002 I	91 RECUPERAÇÃO DA IGREJA DE S. SEBASTIÃO	EMPREGADA				DQU	01-01-2002	31-12-2010		1.935.787,55	57.276,66	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.994.064,21		
2.5.1.1.	0302/0701100D	11	2003 I	6 BIBLIOT. MUNICIPAL CENTRAL-AQUIS. DE EQUIPAMENTO	OUTRA				DB	01-01-2003	31-12-2010		182.063,17	12.194,64	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195.257,81		
2.5.1.1.	0302/070103020D	12	2006 I	3 REDE DE BIBLIOTECAS-AMPLIAÇÃO	EMPREGADA				DB	02-01-2006	31-12-2010		1.855.628,30	66.467,04	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.923.095,34		
2.5.1.1.	0402/070104040D	13	2007 I	2 ESPAÇOS EXTERIORES DA IGREJA DE S. SEBASTIÃO	OUTRA				DQU	02-01-2007	31-12-2010		312.192,99	9.349,55	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	322.542,54		
2.5.1.1.	010200/07010399	14	2007 I	4 CENTRO CIVICO DO FEIJÓ	EMPREGADA				OA	02-01-2007	31-12-2010		1.393.654,60	35.433,27	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.430.087,87		
2.5.1.1.	010200/07010399	15	2007 I	5 CENTRO SOCIOCULTURAL DE STO ANTÓNIO	OUTRA				OA	02-01-2007	31-12-2010		1.266.579,03	82.795,12	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.352.374,15		
2.5.1.1.	010200/0701150D	16	2007 I	1 ARTE PÚBLICA	OUTRA				OA	02-01-2007	31-12-2011		842.675,82	140.492,85	100.000,00	100.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.283.168,67		
2.5.1.1.		17	2009	MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA MESTRE ROGÉRIO RIBEIRO									0,00	0,00	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00		
2.5.1.1.	010200/0701150D	1701	2009 I	17 PROJECTO	OUTRA				OA	02-01-2009	31-12-2010		0,00	0,00	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00		
2.5.1.1.		1702	2009 I	18 OBRA	OUTRA				OA	02-01-2009	31-12-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		



ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/N.º		M. DO PROJECTO	ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONS	EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO	Obs			
		AC	AA					FC	ÁVEL	DATAS			PAGAM. ATÉ 1- OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE									
										INICIO					FIM	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2011	2012	2013	OUTROS					
2.5.1.1.	0502/0701150D	18	2010	I	9	GALERIA MUNICIPAL DE ARTE/ COSTA DE CAPARICA	OUTRA				DEC	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00		
2.5.1.2.						Conserv.,Manut.,Equip,e Espólio de Inst. Culturais								938.112,24	191.272,50	146.881,00	146.881,00	0,00	142.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.418.815,74		
2.5.1.2.	0502/0701100D	2	2002	I	94	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA OS MUSEUS	OUTRA				DMPC	01-01-2002	31-12-2011	191.105,99	3.750,13	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	244.856,12		
2.5.1.2.	0502/0701100D	3	2003	I	4	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/INSTALAÇÕES CULTURAIS	OUTRA				DEC	01-01-2003	31-12-2011	254.938,48	18.250,72	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373.189,20		
2.5.1.2.		4	2004	A	6	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES CULTURAIS	ADM. DIR.				DEC	01-01-2004	31-12-2011	288.448,88	37.106,38	66.881,00	0,00	0,00	67.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	459.986,26		
2.5.1.2.	0502/02012199	4	2004	A	6									0,00	0,00	0,00	3.344,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5.1.2.	0502/020203	4	2004	A	6									0,00	0,00	0,00	63.537,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5.1.2.		5	2005	A	1	PROMOÇÃO DE LEITURA EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS	OUTRA				DB	01-01-2005	31-12-2009	47.215,11	5.854,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.069,24		
2.5.1.2.	0502/020220	6	2009	A	1	ESPAÇOS E POSTOS INTERNET	OUTRA				DB	02-01-2009	31-12-2010	36.502,29	49.212,63	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.714,92		
2.5.1.2.	0502/0701100D	7	2009	I	19	TEATROS MUNICIPAIS	OUTRA				DC	02-01-2009	31-12-2010	119.901,49	77.098,51	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00		
2.5.1.3.						Actividades Culturais								0,00	0,00	75.500,00	75.500,00	0,00	75.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.000,00		
2.5.1.3.	0504/02022599	1	2010	A	6	PROJECTOS/ACTIVIDADES SOCIOCULTURAIS	OUTRA				DASC	02-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	75.500,00	75.500,00	0,00	75.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.000,00		
2.5.2.						DESPORTO, RECREIO E LAZER								17.160.556,77	1.446.324,24	2.930.863,84	2.930.863,84	0,00	2.331.194,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.868.938,97		
2.5.2.1.						Infraestruturas para Práticas Desportivas								5.359.726,52	206.809,14	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.569.535,66		
2.5.2.1.	0503/070104050D	6	2006	I	4	REDE DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS-AMPLIAÇÃO	EMPREITADA				DID	02-01-2006	31-12-2010	5.359.726,52	206.809,14	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.569.535,66		
2.5.2.2.						Infraestruturas Recreio e Lazer								926.464,83	56.435,34	127.087,02	127.087,02	0,00	60.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.170.301,19		
2.5.2.2.	0501/070104040D	4	2002	I	99	PARQUES INFANTIS	OUTRA				DJEV	01-01-2002	31-12-2011	926.464,83	56.435,34	60.314,00	60.314,00	0,00	60.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.103.528,17		
2.5.2.2.	010200/08050103	5	2010	I	22	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF-PARQUES INF	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	66.773,02	66.773,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.773,02		
2.5.2.3.						Conserv.,Manut.,Aquis. Equip. p/ Inst. Desportivas								2.248.630,84	453.457,62	1.205.776,82	1.205.776,82	0,00	1.078.068,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.985.933,28		
2.5.2.3.	0503/0701100D	2	2002	I	101	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	OUTRA				DID	01-01-2002	31-12-2011	1.072.230,13	54.348,91	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.226.579,04		
2.5.2.3.		4	2004	A	7	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS	ADM. DIR.				DID	01-01-2004	31-12-2011	684.168,38	38.777,51	187.008,00	0,00	0,00	188.878,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.098.831,89		
2.5.2.3.	0503/02012199	4	2004	A	7									0,00	0,00	0,00	92.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5.2.3.	0503/020203	4	2004	A	7									0,00	0,00	0,00	95.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5.2.3.		5	2009	A	2	GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS	OUTRA				DID	02-01-2009	31-12-2011	492.232,33	304.971,15	830.880,00	0,00	0,00	839.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.467.273,48		
2.5.2.3.	0503/020219	5	2009	A	2									0,00	0,00	0,00	102.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5.2.3.	0503/02022599	5	2009	A	2									0,00	0,00	0,00	728.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5.2.3.	0503/0701150D	6	2009	I	13	PLANO DE EMERGÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	OUTRA				DID	02-01-2009	31-12-2010	0,00	55.360,05	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.360,05		
2.5.2.3.	010200/04050103	7	2010	A	5	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF- CONSERVAÇÃO	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	87.888,82	87.888,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.888,82		
2.5.2.4.						Apoio a Colectividades								8.625.734,58	729.622,14	1.595.000,00	1.595.000,00	0,00	1.192.812,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.143.168,84		
2.5.2.4.	0504/080701	1	2002	I	103	TRANSF. DE CAPITAL P/ INFRAESTRUTURAS (COLECTIVIDADES)	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2011	6.141.625,20	675.878,04	618.149,29	618.149,29	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.440.652,53		
2.5.2.4.	0504/080701	2	2002	I	104	REDE DE INFRAESTRUTURAS- MOVIMENTO ASSOCIATIVO (APO	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2010	2.484.109,38	53.744,10	48.513,12	48.513,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.586.366,60		
2.5.2.4.	0504/080701	3	2010	I	24	APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E DE SOLIDARIEDADE SC	OUTRA				DMDS	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	878.337,59	878.337,59	0,00	1.187.812,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.066.149,71		
2.5.2.4.	0504/080701	4	2010	I	25	CASA DAS ASSOCIAÇÕES	OUTRA				DMDS	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00		
3						FUNÇÕES ECONÓMICAS								29.155.941,43	9.031.717,91	6.714.620,99	6.714.620,99	0,00	2.567.586,00	663.500,00	643.500,00	0,00	0,00	0,00	48.776.866,33		
3.2.						INDÚSTRIA E ENERGIA								745.841,85	87.349,52	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.057.751,37		
3.2.1.						Energia								745.841,85	87.349,52	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.057.751,37		
3.2.1.1.						Iluminação Pública								745.841,85	87.349,52	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.057.751,37		
3.2.1.1.	0303/070104030D	1	2002	I	105	OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO	OUTRA				DIVIU	01-01-2002	31-12-2011	745.841,85	87.349,52	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.057.751,37		

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJECTO				DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISITO	Obs.	
		M.	DO	TIPO	ACCÃO			AC	AA	FC		ÁVEL	INÍCIO		FIM	PAGAM. ATÉ 1- OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE						
																		TOTAL	DEFINIDO	DEFINIDO	2011	2012	2013			OUTROS
3.3.							TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES								18.659.310,61	8.404.629,56	5.081.718,03	5.081.718,03	0,00	2.019.602,00	643.500,00	643.500,00	0,00	35.452.260,20		
3.3.1.							TRANSPORTES RODOVIÁRIOS								13.093.090,15	7.249.632,97	4.350.014,03	4.350.014,03	0,00	1.376.102,00	0,00	0,00	0,00	26.068.839,15		
3.3.1.1.							Infraestruturas Rodoviárias								5.155.068,84	373.915,79	1.677.014,16	1.677.014,16	0,00	969.118,00	0,00	0,00	0,00	8.175.116,79		
3.3.1.1.1.	0303/070104010D	7	2002	1	110		BENEFICIAÇÃO E ARRUAAMENTOS NO CONCELHO	ADM. DIR.		DIVIU	01-01-2002	28-02-2010			5.155.068,84	373.915,79	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.533.984,63		
3.3.1.1.1.	0303/070104010D	9	2002	1	111		LIGAÇÃO DA E.N.337 COSTAS DE CÃO/ETC	EMPREITADA		DEP	01-01-2002	31-12-2010			0,00	0,00	633.317,06	633.317,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	633.317,06	4	
3.3.1.1.1.	0303/070104010D	10	2002	1	112		LIGAÇÃO PORTO BRANDÃO/BANÁTICA (PROTOCOLO APL E OUTRA	OUTRA		DEP	01-01-2002	31-12-2010			0,00	0,00	174.579,10	174.579,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.579,10	4	
3.3.1.1.1.	0303/070104010D	12	2010	1	12		RECONVERSÃO DA EX-EN377	OUTRA		DOM	01-01-2010	31-12-2011			0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00		
3.3.1.1.1.		13	2010	1	16		EIXO TRANSVERSAL ER 377-2/VALE FIGUEIRA	OUTRA		DOM	01-01-2010	31-12-2011			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00		
3.3.1.1.1.	0303/070104010D	14	2010	1	20		PROGRAMA DE BENEFICIAÇÃO DE ARRUAAMENTOS	OUTRA		DT-ENG	01-01-2010	31-12-2011			0,00	0,00	764.118,00	764.118,00	0,00	769.118,00	0,00	0,00	0,00	1.533.236,00		
3.3.1.2.							Ordenamento e Circulação Viária								7.938.021,31	6.355.717,18	2.232.599,87	2.232.599,87	0,00	406.984,00	0,00	0,00	0,00	16.933.322,36		
3.3.1.2.	0303/070104080D	1	2002	1	113		SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO- SINAIS E OBRAS	ADM. DIR.		DTSR	01-01-2002	31-12-2011			769.849,17	68.760,90	152.984,00	152.984,00	0,00	152.984,00	0,00	0,00	0,00	1.144.578,07		
3.3.1.2.		2	2002	1	114		CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTOS- OBRAS	OUTRA		DTSR	01-01-2002	31-12-2011			3.846.602,23	158.661,97	254.000,00	0,00	0,00	254.000,00	0,00	0,00	0,00	4.513.264,20		
3.3.1.2.	0303/070104010D	2	2002	1	114										0,00	0,00	0,00	94.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3.3.1.2.	0303/08010101	2	2002	1	114										0,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3.3.1.2.	0503/070104010D	3	2002	1	115		PARQUES DE ESTACIONAMENTO	OUTRA		OA	01-01-2002	30-04-2010			99.964,85	388.792,79	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489.757,64	2	
3.3.1.2.	0303/070104010D	4	2007	1	8		LIGAÇÃO FCT/MADAN PARQUE	OUTRA		DO	02-01-2007	30-04-2010			13.500,00	149.500,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164.000,00		
3.3.1.2.		5	2008	0			CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO								3.208.105,06	5.540.001,52	1.673.615,87	1.673.615,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.421.722,45		
3.3.1.2.	0303/070104010D	501	2008	1	5		PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA CAPITÃO LEITÃO	EMPREITADA		DOM	29-09-2008	31-12-2010			576.366,20	998.068,97	415.000,00	415.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.989.435,17		
3.3.1.2.	0303/070104010D	502	2008	1	6		PARQUE DE ESTACIONAMENTO AV. BENTO GONÇALVES	EMPREITADA		DOM	29-09-2008	31-12-2010			804.945,87	1.027.166,29	330.096,28	330.096,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.162.208,44		
3.3.1.2.	0303/070104010D	503	2008	1	7		PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA LUISA SIGEIA	EMPREITADA		DOM	29-09-2008	31-12-2010			485.387,94	1.135.603,97	555.699,59	555.699,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.176.691,50		
3.3.1.2.	0303/070104010D	504	2008	1	8		PARQUE DE ESTACIONAMENTO LARANJEIRO	EMPREITADA		DOM	29-09-2008	31-12-2010			413.025,81	1.468.938,73	367.000,00	367.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.248.964,54		
3.3.1.2.	0303/070104010D	508	2008	1	24		PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA CONDE FERREIRA/ALMADA	EMPREITADA		DOM	29-09-2008	31-12-2010			928.379,24	910.223,56	5.820,00	5.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.844.422,80		
3.3.1.2.	010200/07010408	6	2009	1	11		PLANO DE MOBILIDADE-2.FASE	OUTRA		DTSR-JOF	02-01-2009	31-12-2010			0,00	50.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00		
3.3.1.3.							Transporte Urbano Flexível								0,00	520.000,00	440.400,00	440.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960.400,00		
3.3.1.3.	010200/0701060D	1	2009	1	12		FLEXIBUS	OUTRA		OA	02-01-2009	31-12-2010			0,00	520.000,00	440.400,00	440.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960.400,00		
3.3.4.							Transportes Ferroviários								5.566.220,46	1.154.996,59	731.704,00	731.704,00	0,00	643.500,00	643.500,00	643.500,00	0,00	9.383.421,05		
3.3.4.	010200/07010401	1	2002	1	116		METROPOLITANO LIGEIRO (MST)	OUTRA		OA	01-01-2002	31-12-2013			4.967.589,38	637.020,00	730.704,00	730.704,00	0,00	643.500,00	643.500,00	643.500,00	0,00	8.265.813,38		
3.3.4.	010200/07010408	2	2007	1	3		PLANO DE MOBILIDADE ASSOCIADO AO MST	OUTRA		OA	02-01-2007	31-12-2010			598.631,08	517.976,59	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117.607,67		
3.4.							COMÉRCIO E TURISMO								9.750.788,97	539.738,83	1.520.622,96	1.520.622,96	0,00	435.704,00	20.000,00	0,00	0,00	12.266.854,76		
3.4.1.							MERCADOS E FEIRAS								796.902,14	110.379,06	299.622,96	299.622,96	0,00	415.704,00	0,00	0,00	0,00	1.622.608,16		
3.4.1.	0201/070103030D	1	2002	1	117		CONSERVAÇÃO MERCADOS MUNICIPAIS	ADM. DIR.		DAESU	01-01-2002	31-12-2011			98.725,20	41.264,36	40.704,00	40.704,00	0,00	40.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221.397,56	
3.4.1.		5	2005	1	1		MODERNIZAÇÃO DE MERCADOS	EMPREITADA		DAESU	01-01-2005				698.176,94	69.114,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	767.291,64		
3.4.1.	0201/0701150D	6	2010	1	18		VALORIZAÇÃO DE MERCADOS MUNICIPAIS	OUTRA		DAESU	01-01-2010	31-12-2011			0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	375.000,00	0,00	0,00	0,00	475.000,00		
3.4.1.	010200/04050103	7	2010	A	7		DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF-MERCADOS	OUTRA		DF	02-01-2010	31-12-2010			0,00	0,00	158.918,96	158.918,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.918,96		
3.4.1.		8	2010	1	34		CIDADE DOS VALES / NOVA CENTRALIDADE	OUTRA		OA	02-01-2010				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3.4.2.							TURISMO								8.953.886,83	429.359,77	1.221.000,00	1.221.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	10.644.246,60		
3.4.2.1.							Promoção Turística								8.953.886,83	379.359,77	201.000,00	201.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.534.246,60		
3.4.2.1.		1	2002	1	120		POLIS	OUTRA		OA	01-01-2002				8.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.400.000,00		
3.4.2.1.	0505/070103990D	4	2007	1	7		EDIFÍCIO DE TURISMO	OUTRA		DT	02-01-2007	31-12-2010			511.748,58	329.359,77	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	842.108,35		
3.4.2.1.		5	2007	1	12		VALORIZAÇÃO TURÍSTICA	OUTRA		DT e DPPDL	01-01-2007	31-12-2010			42.138,25	50.000,00	200.000,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292.138,25		
	010200/080701	5	2007	1	12													150.000,00								
	0505/0701150D	5	2007	1	12													50.000,00								

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJECTO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL				
		M.	ANO	TIPO			NU.	AC	AA		FC	ÁVEL		INÍCIO	FIM	OUT-2009	PAGAM. ATÉ 1- DE OUT-DEZ	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO( FINANCIAMENTO) NÃO			ANOS SEGUINTE				PREVISTO	Obs.
																			TOTAL	DEFINIDO	DEFINIDO	2011	2012	2013	OUTROS		
3.4.2.2.					Competitividade e Inovação Urbana									0,00	50.000,00	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	1.110.000,00				
3.4.2.2.		10	2009		ALMADA-LABORATÓRIO DE IDEIAS									0,00	50.000,00	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	1.110.000,00				
3.4.2.2.	010200/0701150D	1001	2009	I	4 INTERACTIVIDADE A CÉU ABERTO	OUTRA			40	DT	02-01-2009	31-12-2010		0,00	25.000,00	775.000,00	775.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	1			
3.4.2.2.	010200/0701070D	1002	2009	I	10 MIRADOUROS VIRTUAIS	OUTRA			40	DT	02-01-2009	31-12-2010		0,00	25.000,00	175.000,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	1			
3.4.2.2.	010200/020220	1003	2009	A	4 TERRITÓRIOS CRIATIVOS E REVITALIZAÇÃO URBANA	OUTRA			40	DPPDL	01-01-2009	31-12-2012		0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	60.000,00	1			
3.4.2.2.	010200/020220	1004	2009	A	5 FEIRA DE OBJECTOS INOVADORES	OUTRA			40	DPPDL	02-01-2009	31-12-2010		0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	1			
Total geral																189.996.062,42	30.593.482,97	40.507.084,87	40.507.084,87	0,00	27.700.980,28	3.851.897,41	1.963.064,68	113.829,15	294.726.401,78		

1-QREN-candidatura aprovada

2-QREN-candidatura submetida

3-Ministério da Educação - Programa de Expansão Pré escolar - aprovada

4-Protocolo com APL

*Página propositadamente em branco*





**CAPÍTULO 1**  
**OPÇÕES DO PLANO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa do Plano de Actividades Municipal**

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA	CÓDIGO/ANO/TIPO/	DESCRIÇÃO	FORMA DE	FONTE DE	RESPONSA	REALIZADO	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)										TOTAL	Obs.	
	CLASSIFICAÇÃO	NUM. DO PROJECTO		REALIZAÇÃO				INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREV.	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE								
	ECONÓMICA	ACÇÃO										AC	AA	FC	VEL	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2011			2012
1			FUNÇÕES GERAIS								37.031.180,63	2.577.169,41	6.005.680,67	6.005.680,67	0,00	5.855.322,74	105.125,38	95.654,46	13.829,15	51.683.962,44		
1.1.			SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA								37.031.180,63	2.577.169,41	6.005.680,67	6.005.680,67	0,00	5.855.322,74	105.125,38	95.654,46	13.829,15	51.683.962,44		
1.1.1.			ADMINISTRAÇÃO GERAL								34.079.455,31	2.242.868,38	5.376.503,78	5.376.503,78	0,00	5.221.090,26	105.125,38	95.654,46	13.829,15	47.134.526,72		
1.1.1.1.			Aquis., Const., Conserv. e Rep. de Edif. Municip.								2.228.833,82	340.069,92	561.304,72	561.304,72	0,00	561.304,72	17.000,00	17.000,00	0,00	3.725.513,18		
1.1.1.1.1.		11 2004 1	PEQUENAS REPARAÇÕES POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA	ADM. DIR.				DA	01-01-2004	31-12-2011	643.388,33	88.508,08	175.782,78	0,00	0,00	175.782,78	0,00	0,00	0,00	1.083.461,97		
1.1.1.1.1.	010200/04050103	11 2004 1									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.1.1.	0201/02012199	11 2004 1									0,00	0,00	0,00	131.844,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.1.1.	0201/020203	11 2004 1									0,00	0,00	0,00	43.938,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.1.1.	010201/020220	12 2004 19	INFORMAÇÃO MUNICIPAL	OUTRA				DIRP	01-01-2004	31-12-2011	1.497.244,22	222.945,58	335.521,94	335.521,94	0,00	335.521,94	0,00	0,00	0,00	2.391.233,68		
1.1.1.1.1.		13 2005 2	VALE FIGUEIRA PARQUE - LOGISTICA E MANUTENÇÃO	OUTRA				DML	01-01-2005	31-12-2011	88.201,27	28.616,26	33.000,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	182.817,53		
1.1.1.1.1.	0303/020219	13 2005 2									0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.1.1.	0303/020220	13 2005 2									0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.1.1.	010200/020214	16 2010 8	AUDITORIA E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	OUTRA				OA	02-01-2010	31-12-2013	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00	0,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	0,00	68.000,00		
1.1.1.2.			Aq. e Rep Máquinas, Viaturas e Outros Equipamentos								7.232.435,83	993.740,11	1.860.763,02	1.860.763,02	0,00	1.649.261,18	0,00	0,00	0,00	11.736.200,14		
1.1.1.2.		6 2004 2	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIATURAS	OUTRA				DTM	01-01-2004	31-12-2011	2.466.820,63	367.860,43	542.069,73	0,00	0,00	542.069,73	0,00	0,00	0,00	3.918.820,52		
1.1.1.2.	0302/02012199	6 2004 2									0,00	0,00	0,00	315.611,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.	0302/020203	6 2004 2									0,00	0,00	0,00	226.457,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.		7 2004 3	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS	OUTRA				DTM	01-01-2004	31-12-2011	789.515,07	92.552,45	187.860,66	0,00	0,00	187.860,66	0,00	0,00	0,00	1.257.788,84		
1.1.1.2.	0302/02012199	7 2004 3									0,00	0,00	0,00	105.247,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.	0302/020203	7 2004 3									0,00	0,00	0,00	82.613,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.		8 2004 23	PROJECTO ALMADA DIGITAL	OUTRA				DPPCE	01-01-2004	31-12-2011	2.592.363,84	16.963,87	469.056,83	0,00	0,00	469.056,83	0,00	0,00	0,00	3.547.441,37		
1.1.1.2.	010200/020219	8 2004 23									0,00	0,00	0,00	266.814,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.	010200/020220	8 2004 23									0,00	0,00	0,00	202.242,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.	0203/020219	10 2007 1	MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA INFORMÁTICA	OUTRA				DI	02-01-2007	31-12-2011	1.226.152,25	233.536,40	445.815,80	445.815,80	0,00	450.273,96	0,00	0,00	0,00	2.355.778,41		
1.1.1.2.		11 2008	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA								157.584,04	282.826,96	215.960,00	215.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	656.371,00		
1.1.1.2.	010200/020214	1104 2008 3	MA-AUTENTICAÇÃO ELECTRONICA	OUTRA			21	DMAG	29-09-2008	31-12-2010	110.904,04	22.451,96	106.480,00	106.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239.836,00	1	
1.1.1.2.	010200/020220	1105 2008 4	MA-REENGENHARIA DE PROCESSOS	OUTRA			18	DMAG	29-09-2008	31-12-2010	46.680,00	230.125,00	106.480,00	106.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	383.285,00	1	
1.1.1.2.	010200/020220	1106 2008 5	MA-ATENDIMENTO MUNICIPAL MULTICANAL	OUTRA			20	DMAG	29-09-2008	31-12-2010	0,00	30.250,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.250,00	1	
1.1.1.3.			Encargos Correntes Municipais								24.618.185,66	909.058,35	2.954.436,04	2.954.436,04	0,00	3.010.524,36	88.125,38	78.654,46	13.829,15	31.672.813,40		
1.1.1.3.	0201/020202	1 2002 1	ENCARGOS DE LIMPEZA	OUTRA				DP	01-01-2002	31-12-2011	4.646.678,10	288.377,97	468.492,85	468.492,85	0,00	473.177,78	0,00	0,00	0,00	5.876.726,70		
1.1.1.3.	0201/020218	2 2002 2	ENCARGOS DE SEGURANÇA	OUTRA				DP	01-01-2002	31-12-2011	7.952.537,99	257.525,45	578.355,91	578.355,91	0,00	638.355,91	0,00	0,00	0,00	9.426.775,26		
1.1.1.3.		3 2002 3	ENCARGOS COM SEGUROS	OUTRA				DF e DRH	01-01-2002	31-12-2011	6.771.060,61	70.538,12	1.041.429,52	0,00	0,00	1.041.429,52	0,00	0,00	0,00	8.924.457,77		
1.1.1.3.	010200/020212	3 2002 3									0,00	0,00	0,00	107.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.	010202/020212	3 2002 3									0,00	0,00	0,00	112.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.	0201/020212	3 2002 3									0,00	0,00	0,00	198.438,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.	0202/01030901	3 2002 3									0,00	0,00	0,00	174.113,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.	0202/01030902	3 2002 3									0,00	0,00	0,00	305.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.	0302/020212	3 2002 3									0,00	0,00	0,00	143.838,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.	0302/020102	4 2002 7	ENCARGOS COM COMBUSTIVEIS	OUTRA				DTM	01-01-2002	31-12-2011	4.811.455,11	231.367,63	757.459,86	757.459,86	0,00	757.459,86	0,00	0,00	0,00	6.557.742,46		
1.1.1.3.		5 2003 1	ENCARGOS COM LEASING	OUTRA				DF	01-01-2003	31-12-2014	436.453,85	61.249,18	108.697,90	0,00	0,00	100.101,29	88.125,38	78.654,46	13.829,15	887.111,21		
1.1.1.3.	0103/030305	5 2003 1									0,00	0,00	0,00	101.699,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.	0103/030307	5 2003 1									0,00	0,00	0,00	6.998,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/ NUM. DO PROJECTO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSA	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL PREVISITO	Obs.
		AC	AA	FC			VEL	INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO( FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES								
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2011	2012	2013	OUTROS					
1.1.2.					Actividades Sociais para os Trabalhadores Autárquicos								2.951.725,32	334.301,03	629.176,89	629.176,89	0,00	634.232,48	0,00	0,00	0,00	4.549.435,72		
1.1.2.	0202/020105	1	2002	4	SERVIÇOS DE REFEITÓRIO	OUTRA				DS	01-01-2002	31-12-2011	1.856.342,21	16.213,61	258.350,13	258.350,13	0,00	260.933,63	0,00	0,00	0,00	2.391.839,58		
1.1.2.		2	2002	5	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	OUTRA				DP	01-01-2002	31-12-2011	417.742,86	99.182,62	123.617,12	0,00	123.617,12	0,00	0,00	0,00	764.159,72			
1.1.2.	0202/02012199	2	2002	5									0,00	0,00	0,00	22.231,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.1.2.	0202/020215	2	2002	5									0,00	0,00	0,00	88.123,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.1.2.	0202/02022599	2	2002	5									0,00	0,00	0,00	13.262,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.1.2.	0201/020107	3	2004	22	HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	OUTRA				DA	01-01-2004	31-12-2011	677.640,25	218.904,80	247.209,64	247.209,64	0,00	249.681,73	0,00	0,00	0,00	1.393.436,42		
2					FUNÇÕES SOCIAIS								11.616.813,35	1.557.732,25	6.841.231,04	6.841.231,04	0,00	4.661.386,14	30.000,00	0,00	0,00	24.707.162,78		
2.1.					EDUCAÇÃO								6.270.094,88	794.824,33	2.841.631,72	2.841.631,72	0,00	2.553.645,64	0,00	0,00	0,00	12.460.196,57		
2.1.1.					Ensino NÃO SUPERIOR								130.994,27	28.926,80	384.816,88	384.816,88	0,00	67.229,40	0,00	0,00	0,00	611.967,35		
2.1.1.2.					Ensino Básico e Secundário								130.994,27	28.926,80	384.816,88	384.816,88	0,00	67.229,40	0,00	0,00	0,00	611.967,35		
2.1.1.2.		8	2004	4	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS ESCOLARES E L	ADM. DIR.				DERE	01-01-2004	31-12-2011	130.994,27	28.926,80	66.563,76	0,00	67.229,40	0,00	0,00	0,00	293.714,23			
2.1.1.2.	0501/02012199	8	2004	4									0,00	0,00	0,00	44.775,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
2.1.1.2.	0501/020203	8	2004	4									0,00	0,00	0,00	21.788,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
2.1.1.2.	010200/04050103	13	2010	2	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE EDUCAÇÃO NAS J	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	318.253,12	318.253,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318.253,12		
2.1.2.					SERVIÇOS AUXILIARES								6.139.100,61	765.897,53	2.456.814,84	2.456.814,84	0,00	2.486.416,24	0,00	0,00	0,00	11.848.229,22		
2.1.2.2.					Ação Social Escolar								6.139.100,61	765.897,53	2.456.814,84	2.456.814,84	0,00	2.486.416,24	0,00	0,00	0,00	11.848.229,22		
2.1.2.2.	0501/02022503	1	2004	21	APOIO ALIMENTAR	OUTRA				DE	01-01-2004	31-12-2011	5.098.508,59	374.104,82	1.606.759,84	1.606.759,84	0,00	1.630.861,24	0,00	0,00	0,00	8.710.234,49		
2.1.2.2.	0501/050701	2	2007	2	ALARGAMENTO DE HORÁRIO PRÉ-ESCOLAR	OUTRA				DE	02-01-2007	31-12-2011	278.180,91	266.021,94	349.570,00	349.570,00	0,00	353.065,00	0,00	0,00	0,00	1.246.837,85		
2.1.2.2.	0501/04070102	3	2007	3	ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	OUTRA				DE	02-01-2007	31-12-2011	393.265,48	70.770,00	200.485,00	200.485,00	0,00	202.490,00	0,00	0,00	0,00	867.010,48		
2.1.2.2.	0501/020210	4	2008	1	TRANSPORTE ESCOLAR	OUTRA				DE	01-01-2008	31-12-2011	369.145,63	55.000,77	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	1.024.146,40		
2.3.					SEGURANÇA E ACÇÕES SOCIAIS								0,00	0,00	1.392.867,29	1.392.867,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.867,29		
2.3.2.					ACÇÃO SOCIAL								0,00	0,00	1.392.867,29	1.392.867,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.867,29		
2.3.2.2.					Outras Actividades Sociais								0,00	0,00	1.392.867,29	1.392.867,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.867,29		
2.3.2.2.	010200/04050103	3	2010	3	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF-APOIO SOCIAL	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	1.392.867,29	1.392.867,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.867,29		
2.4.					HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS								3.798.151,48	326.986,12	1.356.574,21	1.356.574,21	0,00	936.622,50	30.000,00	0,00	0,00	6.448.334,31		
2.4.1.					HABITAÇÃO								227.349,93	11.489,93	73.929,82	73.929,82	0,00	74.447,12	0,00	0,00	0,00	387.216,80		
2.4.1.2.					Recuperação e Conservação Habitacional								227.349,93	11.489,93	73.929,82	73.929,82	0,00	74.447,12	0,00	0,00	0,00	387.216,80		
2.4.1.2.	0304/020203	6	2004	5	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL	ADM. DIR.				DH	01-01-2004	31-12-2011	221.411,85	8.698,73	51.729,82	51.729,82	0,00	52.247,12	0,00	0,00	0,00	334.087,52		
2.4.1.2.	0304/020220	1	2008	2	COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL	OUTRA				DMOVU	01-01-2008	31-12-2011	5.938,08	2.791,20	22.200,00	22.200,00	0,00	22.200,00	0,00	0,00	0,00	53.129,28		
2.4.2.					ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO								5.328,00	67.672,00	218.570,00	218.570,00	0,00	122.500,00	30.000,00	0,00	0,00	444.070,00		
2.4.2.5.					Requalificação Urbana								5.328,00	67.672,00	218.570,00	218.570,00	0,00	122.500,00	30.000,00	0,00	0,00	444.070,00		
2.4.2.5.		8	2008		ALMADA POENTE-REGENERAÇÃO PARA UMA NOVA CENTRALIDADE								5.328,00	24.672,00	148.570,00	148.570,00	0,00	32.500,00	0,00	0,00	0,00	211.070,00		
2.4.2.5.	010200/020214	804	2008	6	APOIO À FIXAÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	OUTRA				42 DPPDL	01-01-2009	31-12-2010	0,00	20.000,00	83.570,00	83.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.570,00	1	
2.4.2.5.		805	2008	7	GABINETE TÉCNICO LOCAL	OUTRA				42 DPPDL	01-01-2009	31-12-2011	5.328,00	4.672,00	65.000,00	0,00	0,00	32.500,00	0,00	0,00	0,00	107.500,00	1	
2.4.2.5.	010200/020214	805	2008	7									0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1		
2.4.2.5.	010200/020217	805	2008	7									0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1		
2.4.2.5.	010200/020220	805	2008	7									0,00	0,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1		
2.4.2.5.		9	2008		REVITALIZAÇÃO ALMADA VELHA-GINJAL								0,00	43.000,00	40.000,00	40.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	143.000,00		
2.4.2.5.		906	2008	8	GABINETE TÉCNICO LOCAL	OUTRA				45 DPPDL	01-01-2009	31-12-2011	0,00	43.000,00	40.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	143.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/020217	906	2008	8									0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		



ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJECTO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSAVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL	
		AC	AA			FC	INICIO	FIM		1-OUT-2009	DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE						PREVISTO	Obs		
												TOTAL	DEFINIDO	2011	2012	2013	OUTROS						
2.4.2.5.	010200/020220	906	2008	8								0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1
2.4.2.5.		12	2010									0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	90.000,00		
2.4.2.5.		1205	2010	1	ALMADA VELHA - DE NOVO CENTRO							0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	90.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/020214	1205	2010	1	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	OUTRA			DPPDL	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1
2.4.2.5.	010200/020217	1205	2010	1								0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/020220	1205	2010	1								0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.5.					RESÍDUOS SÓLIDOS							0,00	0,00	306.722,53	306.722,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.722,53		
2.4.5.1.					Remoção dos Resíduos e Limpeza Pública							0,00	0,00	306.722,53	306.722,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.722,53		
2.4.5.1.	010200/04050103	5	2010	4	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE LIMPEZA NAS JF	OUTRA			DF	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	306.722,53	306.722,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.722,53		
2.4.6.					PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA							3.565.473,55	247.824,19	757.351,86	757.351,86	0,00	739.675,38	0,00	0,00	0,00	5.310.324,98		
2.4.6.1.					Promoção da Sustentabilidade Ambiental e Energética							0,00	10.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00		
2.4.6.1.	010205/020220	8	2009	3	CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFICIOS	OUTRA			DEGAS	02-01-2009	31-12-2010	0,00	10.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00		
2.4.6.3.					Outras Actividades							3.565.473,55	237.824,19	732.351,86	732.351,86	0,00	739.675,38	0,00	0,00	0,00	5.275.324,98		
2.4.6.3.	0302/020220	5	2004	20	SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	OUTRA			DS	01-01-2004	31-12-2011	3.565.473,55	237.824,19	732.351,86	732.351,86	0,00	739.675,38	0,00	0,00	0,00	5.275.324,98		
2.5.					SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS							1.548.566,99	435.921,80	1.250.157,82	1.250.157,82	0,00	1.171.118,00	0,00	0,00	0,00	4.405.764,61		
2.5.1.					CULTURA							372.166,28	92.173,14	144.381,00	144.381,00	0,00	143.050,00	0,00	0,00	0,00	751.770,42		
2.5.1.2.					Conserv.,Manut.,Equip,e Espólio de Inst. Culturais							372.166,28	92.173,14	68.881,00	68.881,00	0,00	67.550,00	0,00	0,00	0,00	600.770,42		
2.5.1.2.					CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES CULTURAIS	ADM. DIR.			DEC	01-01-2004	31-12-2011	288.448,88	37.106,38	66.881,00	0,00	0,00	67.550,00	0,00	0,00	0,00	459.986,26		
2.5.1.2.	0502/02012199	4	2004	6								0,00	0,00	0,00	3.344,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.1.2.	0502/020203	4	2004	6								0,00	0,00	0,00	63.537,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.1.2.					PROMOÇÃO DE LEITURA EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS	OUTRA			DB	01-01-2005	31-12-2009	47.215,11	5.854,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.069,24		
2.5.1.2.	0502/020220	6	2009	1	ESPAÇOS E POSTOS INTERNET	OUTRA			DB	02-01-2009	31-12-2010	36.502,29	49.212,63	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.714,92		
2.5.1.3.					Actividades Culturais							0,00	0,00	75.500,00	75.500,00	0,00	75.500,00	0,00	0,00	0,00	151.000,00		
2.5.1.3.	0504/02022599	1	2010	6	PROJECTOS/ACTIVIDADES SOCIOCULTURAIS	OUTRA			DASC	02-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	75.500,00	75.500,00	0,00	75.500,00	0,00	0,00	0,00	151.000,00		
2.5.2.					DESPORTO, RECREIO E LAZER							1.176.400,71	343.748,66	1.105.776,82	1.105.776,82	0,00	1.028.068,00	0,00	0,00	0,00	3.653.994,19		
2.5.2.3.					Conserv.,Manut.,Aquis. Equip. p/ Inst. Desportivas							1.176.400,71	343.748,66	1.105.776,82	1.105.776,82	0,00	1.028.068,00	0,00	0,00	0,00	3.653.994,19		
2.5.2.3.					CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS	ADM. DIR.			DID	01-01-2004	31-12-2011	684.168,38	38.777,51	187.008,00	0,00	0,00	188.878,00	0,00	0,00	0,00	1.098.831,89		
2.5.2.3.	0503/02012199	4	2004	7								0,00	0,00	0,00	92.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.2.3.	0503/020203	4	2004	7								0,00	0,00	0,00	95.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.2.3.					GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS	OUTRA			DID	02-01-2009	31-12-2011	492.232,33	304.971,15	830.880,00	0,00	0,00	839.190,00	0,00	0,00	0,00	2.467.273,48		
2.5.2.3.	0503/020219	5	2009	2								0,00	0,00	0,00	102.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.2.3.	0503/02022599	5	2009	2								0,00	0,00	0,00	728.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.2.3.	010200/04050103	7	2010	5	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF- CONSERVAÇÃO	OUTRA			DF	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	87.888,82	87.888,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.888,82		
3					FUNÇÕES ECONÓMICAS							0,00	0,00	228.918,96	228.918,96	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	268.918,96		
3.4.					COMÉRCIO E TURISMO							0,00	0,00	228.918,96	228.918,96	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	268.918,96		
3.4.1.					MERCADOS E FEIRAS							0,00	0,00	158.918,96	158.918,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.918,96		
3.4.1.	010200/04050103	7	2010	7	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF-MERCADOS	OUTRA			DF	02-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	158.918,96	158.918,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.918,96		
3.4.2.					TURISMO							0,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	110.000,00		
3.4.2.2.					Competitividade e Inovação Urbana							0,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	110.000,00		

# CAPÍTULO 1

## OPÇÕES DO PLANO

### MAPA DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL

Início

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

#### PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS

DOTAÇÕES INICIAIS  
ANO 2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/ NUM. DO PROJECTO		ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL	Observações
															ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEGUINTES					
															NÃO DEFINIDO									
							AC	AA	FC		INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO		2011	2012	2013	OUTROS	PREVISTO		
3.4.2.2.		10	2009		ALMADA-LABORATÓRIO DE IDEIAS								0,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	110.000,00		
3.4.2.2.	010200/020220	1003	2009	4	TERRITÓRIOS CRIATIVOS E REVITALIZAÇÃO URBANA	OUTRA				DPPDL	01-01-2009	31-12-2012	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	60.000,00	1	
3.4.2.2.	010200/020220	1004	2009	5	FEIRA DE OBJECTOS INOVADORES	OUTRA				DPPDL	02-01-2009	31-12-2010	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	1	
Total Geral														48.647.993,98	4.134.901,66	13.075.830,67	13.075.830,67	0,00	10.536.708,88	155.125,38	95.654,46	13.829,15	76.660.044,18	

1-QREN-candidatura aprovada

2-QREN-candidatura submetida

3-Ministério da Educação - Programa de Expansão Pré escolar - aprovada

4-Protocolo com APL



**CAPÍTULO 1**  
**OPÇÕES DO PLANO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa do Plano Plurianual de Investimentos**



## CAPÍTULO 1

## OPÇÕES DO PLANO

## MAPA DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Início

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS  
2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJECTO	ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO	RESPONSAVEL	DATAS	REALIZADO	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)										TOTAL	Obs.
										ANO EM CURSO( FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTES									
										PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2011	2012	2013	OUTROS	PREVISTO		
I				FUNÇÕES GERAIS						30.048.469,61	3.227.822,34	2.770.713,61	2.770.713,61	0,00	2.288.692,11	967.384,03	868.022,22	100.000,00	40.271.103,92		
I.1.				SERVÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						27.714.232,64	3.008.315,80	2.456.434,61	2.456.434,61	0,00	2.281.192,11	967.384,03	868.022,22	100.000,00	37.395.581,41		
I.1.1.				ADMINISTRAÇÃO GERAL						27.714.232,64	3.008.315,80	2.456.434,61	2.456.434,61	0,00	2.281.192,11	967.384,03	868.022,22	100.000,00	37.395.581,41		
I.1.1.1.				Aquis., Const., Conserv. e Rep. de Edif. Municip.						10.525.673,58	623.082,83	163.070,00	163.070,00	0,00	158.070,00	0,00	0,00	0,00	11.469.896,41		
I.1.1.1.1.	01020007010307	1	2002	1 REPARAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E OUTROS	EMPREITADA	OA		01-01-2002 31-12-2011		2.440.594,17	160.187,19	108.070,00	108.070,00	0,00	108.070,00	0,00	0,00	0,00	2.816.921,36		
I.1.1.1.1.1.	01020007010301	2	2002	2 NOVAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	EMPREITADA	OA		01-01-2002 31-12-2010		1.237.067,01	411.895,64	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.653.962,65		
I.1.1.1.1.1.1.	0303070103010D	4	2002	3 PARQUE DE MATERIAIS E OFICINAS DA VALE FIGUEIRA	OUTRA	DML		01-01-2002 31-12-2011		5.956.082,40	51.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	6.107.082,40		
I.1.1.1.1.1.1.1.		15	2008	20 AQUISIÇÃO DE PATRIMÓNIO EDIFICADO	OUTRA	DMAG		29-09-2008		891.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	891.930,00		
I.1.1.2.				Aq. e Rep Máquinas, Viaturas e Outros Equipamentos						17.188.559,06	2.385.232,97	2.293.364,61	2.293.364,61	0,00	2.123.122,11	967.384,03	868.022,22	100.000,00	25.925.685,80		
I.1.1.2.1.		1	2002	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO						7.387.338,14	774.018,43	1.464.019,61	1.464.019,61	0,00	1.333.777,11	967.384,03	868.022,22	100.000,00	12.894.559,54		
I.1.1.2.1.1.	03020701100D	107	2002	8 OFICINAS	OUTRA	DTM		01-01-2002 31-12-2011		131.642,11	13.713,57	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	155.355,68		
I.1.1.2.1.1.1.	03030701100D	110	2002	10 TRÁNSITO	OUTRA	DTSK		01-01-2002 31-12-2011		129.611,81	316,71	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	139.928,52		
I.1.1.2.1.1.1.1.	02010701100D	111	2002	11 METROLOGIA	OUTRA	DAESU		01-01-2002 31-12-2011		18.257,92	3.042,00	2.500,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	26.299,92		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.	02010701100D	112	2002	12 DAESU (EX-DSU) - CEMITÉRIOS E MERCADOS	OUTRA	DAESU		01-01-2002 31-12-2011		39.580,15	60.023,00	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	109.603,15		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.		116	2002	15 AQUISIÇÃO VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTO	OUTRA	DF		01-01-2002 31-12-2014		5.524.669,84	275.565,16	1.271.939,93	0,00	0,00	1.141.697,43	967.384,03	868.022,22	100.000,00	10.149.278,61		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.	0201070205	116	2002	15						0,00	0,00	0,00	1.147.366,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.	0201070207	116	2002	15						0,00	0,00	0,00	124.573,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	0102000701090D	117	2002	16 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS	OUTRA	OA		01-01-2002 31-12-2011		1.101.471,19	228.850,03	99.760,00	99.760,00	0,00	99.760,00	0,00	0,00	0,00	1.529.841,22		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	02030701070D	118	2002	17 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO E OUTROS	OUTRA	DI		01-01-2002 31-12-2011		442.105,12	192.507,96	74.819,68	74.819,68	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	784.252,44		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	02030701070D	4	2002	19 PLANO DIRECTOR DE INFORMÁTICA	OUTRA	DI		01-01-2002 31-12-2012		6.516.781,55	502.876,73	586.381,00	586.381,00	0,00	586.381,00	0,00	0,00	0,00	8.192.420,28		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		5	2002	REPARAÇÕES, ACESSÓRIOS E PEÇAS						2.410.585,61	245.085,11	202.964,00	202.964,00	0,00	202.964,00	0,00	0,00	0,00	3.061.598,72		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	03020701060D	501	2002	20 VIATURAS	OUTRA	DTM		01-01-2002 31-12-2011		1.966.084,77	220.896,84	187.105,00	187.105,00	0,00	187.105,00	0,00	0,00	0,00	2.561.191,61		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	03020701100D	502	2002	21 MÁQUINAS	OUTRA	DTM		01-01-2002 31-12-2011		444.500,84	24.188,27	15.859,00	15.859,00	0,00	15.859,00	0,00	0,00	0,00	500.407,11		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	0102000701090D	1	2008	1 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E OUTROS BENS PARA NOVOS EQU	OUTRA	OA		01-01-2008 31-12-2010		870.949,76	275.538,70	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.151.488,46		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		11	2008	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA						2.904,00	587.714,00	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	625.618,00		
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		1101	2008	14 AUTENTICAÇÃO ELECTRÓNICA	OUTRA	DMAG	30	29-09-2008 31-12-2010		2.700,00	40.836,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.536,00	1	
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	0102000701070D	1101	2008	14						0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	0102000701080D	1101	2008	14						0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.1.		1102	2008	15 REENGENHARIA DE PROCESSOS	OUTRA	DMAG	201	29-09-2008 31-12-2010		204,00	275.596,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	285.800,00	1	
I.1.1.2.1.	0102000701070D	1102	2008	15						0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.1.	0102000701080D	1102	2008	15						0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.1.		1103	2008	16 ATENDIMENTO MUNICIPAL MULTICANAL	OUTRA	DMAG	20	29-09-2008 31-12-2010		0,00	271.282,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286.282,00	1	
I.1.1.2.1.	0102000701070D	1103	2008	16						0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.1.	0102000701080D	1103	2008	16						0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.1.1.2.1.	0102000701100D	1103	2008	16						0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
I.2.				SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA						2.334.236,97	219.506,54	314.279,00	314.279,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	2.875.522,51		
I.2.1.				PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS						2.334.236,97	219.506,54	314.279,00	314.279,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	2.875.522,51		
I.2.1.1.	0102020701150D	1	2002	22 PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA	OUTRA	PC		01-01-2002 31-12-2011		39.769,32	37.500,00	7.500,00	7.500,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	92.269,32		
I.2.1.1.1.		3	2002	13 PROTECÇÃO CIVIL	OUTRA	PC		01-01-2002 31-12-2010		2.294.467,65	182.006,54	306.779,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.783.253,19		
I.2.1.1.1.1.	0102020701100D	3	2002	13						0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
I.2.1.1.1.1.1.	01020207010701	3	2002	13						0,00	0,00	0,00	299.279,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2				FUNÇÕES SOCIAIS						82.143.657,40	14.199.041,06	18.174.838,56	18.174.838,56	0,00	12.327.993,29	2.085.888,00	355.888,00	0,00	129.287.306,31		

# CAPÍTULO 1

## OPÇÕES DO PLANO

### MAPA DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Início

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

#### PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS  
2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJECTO	CÓDIGO/ANO/TIPO/ACCÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO	RESPONSÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)				TOTAL					
								INÍCIO	FIM	PAGAMENTO 1-OUT-2009	PAGAMENTO DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES							
												TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2011		2012	2013	OUTROS		
PREVISTO																					
Obs.																					
2.1.				EDUCAÇÃO						19.357.292,74	5.796.163,93	4.376.314,73	4.376.314,73	0,00	2.642.971,98	500.000,00	0,00	0,00	0,00	32.672.743,38	
2.1.1.				ENSINO NÃO SUPERIOR						19.357.292,74	5.796.163,93	4.376.314,73	4.376.314,73	0,00	2.642.971,98	500.000,00	0,00	0,00	0,00	32.672.743,38	
2.1.1.1.				Ensino Pré-Escolar						1.668.926,63	313.616,99	1.920.272,00	1.920.272,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.902.815,62	
2.1.1.1.		2	2007	EQUIPAMENTOS DE INFÂNCIA DA CMA						1.628.546,63	170.316,99	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800.863,62	
2.1.1.1.	01020007010304	201	2007	OBRA	EMPREITADA		DS	02-01-2007	31-12-2010	1.553.581,30	95.282,32	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.649.863,62	
2.1.1.1.	01020007010304	202	2007	EQUIPAMENTO	OUTRA		DS	02-01-2007	31-12-2010	74.965,33	75.034,67	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.000,00	
2.1.1.1.		3	2009	CONSTRUÇÃO DE JARDINS DE INFÂNCIA NAS EBI						40.380,00	143.300,00	1.918.272,00	1.918.272,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.101.952,00	3
2.1.1.1.	0501070103050D	301	2009	J1 NA EBI FEIÚ N.º1	EMPREITADA	36	DERE	02-01-2009	31-12-2010	13.200,00	396.559,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440.719,00	3
2.1.1.1.	0501070103050D	302	2009	6 J1 NA EBI LARANJEIRO N.º2	EMPREITADA	35	DERE	02-01-2009	31-12-2010	17.340,00	24.100,00	429.734,00	429.734,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	471.174,00	3
2.1.1.1.	0501070103050D	303	2009	7 J1 NA EBI LARANJEIRO N.º3	EMPREITADA	30	DERE	02-01-2009	31-12-2010	9.840,00	23.369,00	538.121,00	538.121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	571.330,00	3
2.1.1.1.	0501070103050D	304	2009	8 J1 NA EBI CATAVENTOS DA PAZ	EMPREITADA	36	DERE	02-01-2009	31-12-2010	0,00	64.871,00	553.858,00	553.858,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	618.729,00	3
2.1.1.2.				Ensino Básico e Secundário						17.688.366,11	5.482.546,94	2.456.042,73	2.456.042,73	0,00	2.642.971,98	500.000,00	0,00	0,00	0,00	28.769.927,76	
2.1.1.2.	05010701150D	3	2002	29 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR	OUTRA		DERE	01-01-2002	31-12-2011	1.417.667,04	190.543,99	84.212,00	84.212,00	0,00	84.212,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776.635,03	
2.1.1.2.	0501070103050D	5	2002	30 AMPLIAÇÃO DA REDE ESCOLAR	OUTRA		DERE	01-01-2002	31-12-2010	5.336.425,46	155.970,56	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.992.396,02	
2.1.1.2.		2	2003	EDIFÍCIOS ESCOLARES E LOGRADOUROS						5.035.786,25	700.241,72	1.258.759,98	1.258.759,98	0,00	1.258.759,98	0,00	0,00	0,00	0,00	8.253.547,93	
2.1.1.2.	0501070103050D	201	2003	1 GRANDES REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS ESCOLARES E LOGRADOUROS	EMPREITADA		DERE	01-01-2003	31-12-2011	3.739.554,88	360.367,00	853.457,98	853.457,98	0,00	853.457,98	0,00	0,00	0,00	0,00	5.806.837,84	
2.1.1.2.	0501070103050D	202	2003	2 REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS ESCOLARES	OUTRA		DERE	01-01-2003	31-12-2011	1.296.231,37	339.874,72	405.302,00	405.302,00	0,00	405.302,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.446.710,09	
2.1.1.2.		10	2008	AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR						5.898.487,36	4.435.790,67	16.537,75	16.537,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.350.815,78	
2.1.1.2.	05010701100D	1001	2008	9 EBI/JI PRAGAL N.º2	EMPREITADA	27	DERE	29-09-2008	31-12-2010	749.261,74	1.477.519,55	4.840,00	4.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.231.621,29	
2.1.1.2.	0501070103050D	1002	2008	10 EBI/JI VALE FIGUEIRA N.º1	EMPREITADA	30	DERE	29-09-2008	31-12-2010	1.943.277,71	268.906,08	3.357,75	3.357,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.215.541,54	1
2.1.1.2.	0501070103050D	1003	2008	11 EBI/JI COSTA DE CAPARICA N.º2	EMPREITADA	32	DERE	29-09-2008	31-12-2010	1.222.217,09	855.579,87	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.081.296,96	1
2.1.1.2.		1004	2008	12 EBI/JI ALMADA N.º2	EMPREITADA	30	DERE	29-09-2008	31-12-2010	1.060.346,83	1.172.911,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.233.258,32	1
2.1.1.2.	0501070103050D	1005	2008	13 EBI/JI TRAFARIA N.º2	EMPREITADA	18	DERE	29-09-2008	31-12-2010	923.383,99	660.873,68	4.840,00	4.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.589.097,67	1
2.1.1.2.	05010701070D	11	2010	7 PLANO TECNOLÓGICO PARA ESCOLAS 1.º CICLO	OUTRA		DE	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	396.533,00	396.533,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	396.533,00	2
2.1.1.2.	0501070103050D	12	2010	8 EBI/JI CHARNECA DA CAPARICA	EMPREITADA		DERE	01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	1.300.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	
2.4.				HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS						38.447.681,18	6.797.193,06	11.577.436,81	11.577.436,81	0,00	8.106.895,19	1.585.888,00	355.888,00	0,00	0,00	66.870.982,24	
2.4.1.				HABITAÇÃO						3.692.221,36	898.276,04	595.698,00	595.698,00	0,00	1.043.698,00	605.888,00	355.888,00	0,00	0,00	7.191.669,49	
2.4.1.2.				Recuperação e Conservação Habitacional						3.270.359,57	894.821,68	570.698,00	570.698,00	0,00	1.018.698,00	605.888,00	355.888,00	0,00	0,00	6.716.353,25	
2.4.1.2.	0304070102030D	8	2002	5 GRANDES REPARAÇÃO EM BAIROS CAMARÁRIOS	EMPREITADA		DH	01-01-2002	31-12-2011	2.902.887,78	363.600,02	140.352,00	140.352,00	0,00	140.352,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.547.191,80	
2.4.1.2.	0304070102030D	9	2008	4 PLANO DE CONSERVAÇÃO DE BAIROS CAMARÁRIOS	OUTRA		DH	16-04-2008	31-12-2010	367.471,79	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.693,45	
2.4.1.2.	04020701150D	10	2010	10 REABILITAÇÃO URBANA/ NÚCLEOS HISTÓRICOS (DL 307/09 de 2	OUTRA		DQU	01-01-2010	31-12-2013	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	
2.4.1.2.	04020701150D	11	2010	11 RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS AO ABRIGO DO RECREIA	OUTRA		DQU	01-01-2010	31-12-2013	0,00	0,00	55.888,00	55.888,00	0,00	55.888,00	55.888,00	55.888,00	0,00	0,00	223.552,00	
2.4.1.2.	0304070102030D	12	2010	19 PLANO DE CONSERVAÇÃO DE BAIROS CAMARÁRIOS (2.ª FASE)	OUTRA		DH	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00	0,00	500.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	
2.4.1.2.	04020701150D	13	2010	23 RECUP. DE IMÓVEIS AO ABRIGO DO RECREIA (EM SUBST. DE PAR	OUTRA		DQU	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	22.458,00	22.458,00	0,00	22.458,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.916,00	
2.4.1.3.				Espaços Exteriores Habitacionais						421.861,79	3.454,36	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	475.316,15	
2.4.1.3.	0304070104990D	6	2002	50 DEMOLIÇÕES E RENATURALIZAÇÕES	OUTRA		DH	01-01-2002	31-12-2011	421.861,79	3.454,36	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	475.316,15	
2.4.2.				ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO						12.413.262,30	3.039.563,15	7.552.751,79	7.552.751,79	0,00	4.704.150,19	980.000,00	0,00	0,00	0,00	28.689.727,43	
2.4.2.1.				Planeamento Urbanístico						4.365.393,84	2.242.617,85	620.789,52	620.789,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.228.801,21	
2.4.2.1.	04020701150D	2	2002	52 PLANOS	OUTRA		DEP	01-01-2002	31-12-2010	3.515.609,61	213.535,41	137.037,52	137.037,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.866.182,54	
2.4.2.1.	03010701150D	5	2002	54 PROJECTO DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO ÂMB	OUTRA		DO	01-01-2002	31-12-2010	58.825,10	4.800,00	5.752,00	5.752,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.377,10	
2.4.2.1.	03010701150D	6	2005	3 PROJECTOS DIVERSOS	OUTRA		OA	01-01-2005	31-12-2010	646.659,13	1.716.282,44	173.000,00	173.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.535.941,57	
2.4.2.1.	0102000701150D	7	2007	11 PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	OUTRA		DQU	02-01-2007	31-12-2010	144.300,00	164.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	608.300,00	



## CAPÍTULO 1

## OPÇÕES DO PLANO

## MAPA DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Início

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DETALHES INICIAIS  
2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/ NUM. DO PROJECTO	ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO	RESPONSAVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)										TOTAL	
								INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES				PREVISITO	Qtd.				
												TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2011	2012	2013			OUTROS			
2.4.2.1.	0402/0701150D	8	2008	32	ESTUDO DE DIAGNÓSTICO E PLANO DE FORMENOR DA FONTE	OUTRA	50	DEP	02-01-2009	31-12-2010	0,00	144.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149.000,00	1	
2.4.2.2.					Infraestruturas de Urbanização						144.696,79	26.073,00	28.073,00	28.073,00	0,00	28.073,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226.915,79		
2.4.2.2.	0401/070104010D	1	2002	55	OBRAS COMPL. EM ALV. P/ EXECUÇÃO CAUÇÕES	EMPREITADA	DAU		01-01-2002	31-12-2011	144.696,79	26.073,00	28.073,00	28.073,00	0,00	28.073,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226.915,79		
2.4.2.3.					Out. Encarg. Urbanísticos(Terrenos e Outro Patrim)						6.087.238,61	286.880,30	30.073,00	30.073,00	0,00	28.073,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.432.264,91		
2.4.2.3.	0201/0701010D	1	2002	58	AQUISIÇÃO DE SOLOS	OUTRA	OA		01-01-2002	31-12-2010	5.943.309,28	280.587,50	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.225.896,78		
2.4.2.3.	0401/070104080D	3	2002	59	TOPONIMIA	OUTRA	DGF		01-01-2002	31-12-2011	143.929,33	6.292,80	28.073,00	28.073,00	0,00	28.073,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206.368,13		
2.4.2.4.					PRU- Programa de Reabilitação Urbana						1.306.999,28	6.074,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.313.073,43		
2.4.2.4.		1	2002		RECUPERAÇÃO DO PATRIM. E REQUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE URBANO						1.306.999,28	6.074,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.313.073,43		
2.4.2.4.	010200/0701150D	101	2002	60	ESPAÇOS EXTERIORES DE ALMADA VELHA	EMPREITADA	DQU		01-01-2002		1.306.999,28	6.074,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.313.073,43		
2.4.2.5.					Requalificação Urbana						508.933,78	477.917,85	6.873.816,27	6.873.816,27	0,00	4.648.004,19	980.000,00	0,00	0,00	0,00	13.488.672,09		
2.4.2.5.	0103/090301	1	2002	80	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (NOVA ALMADA VELHA)	OUTRA	OA		01-01-2002	31-12-2011	174.939,89	0,00	75.000,00	75.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274.939,89		
2.4.2.5.	0103/090301	2	2002	81	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (ARRIBATEJO)	OUTRA	OA		01-01-2002	31-12-2011	174.939,89	25.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.939,89		
2.4.2.5.		5	2003	7	COMPARTICIPAÇÃO PATR. ASSOCIATIVO (MADAN PARQUE)	OUTRA	OA		01-01-2003		75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00		
2.4.2.5.		8	2008		ALMADA POENTE-REGENERAÇÃO PARA UMA NOVA CENTRALIDADE						84.054,00	288.977,85	3.464.000,00	3.464.000,00	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.687.031,85	1	
2.4.2.5.	010200/07010302	801	2008	17	CONSTRUÇÃO DE PISCINA COBERTA	EMPREITADA	42	DEP	02-01-2009	31-12-2011	35.400,00	54.600,00	1.910.000,00	1.910.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010302	802	2008	18	CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL	EMPREITADA	42	DB	02-01-2009	31-12-2011	48.654,00	25.500,00	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.524.154,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010404	803	2008	19	REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS EXTERIORES DO BAIRRO AMARELO	OUTRA	42	DQU	02-01-2009	31-12-2010	0,00	48.000,00	452.000,00	452.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	1	
2.4.2.5.		806	2009	20	GABINETE TÉCNICO LOCAL	OUTRA	DPPDL		02-01-2009	31-12-2010	0,00	160.877,85	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.877,85	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	806	2009	20							0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	010200/0701070D	806	2009	20							0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.		9	2008		REVITALIZAÇÃO ALMADA VELHA-GENIAL						0,00	133.940,00	1.684.926,21	1.684.926,21	0,00	1.058.004,19	0,00	0,00	0,00	0,00	2.876.870,40	1	
2.4.2.5.	010200/07010401	901	2008	26	REQUALIFICAÇÃO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS	OUTRA	45	DQU	02-01-2010	31-12-2011	0,00	30.000,00	236.666,64	236.666,64	0,00	348.333,36	0,00	0,00	0,00	0,00	615.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010401	902	2008	27	TRATAMENTO DO PASSEIO RIBEIRINHO DE CACILHAS AO OLHO	OUTRA	45	DPPDL	02-01-2009	31-12-2010	0,00	29.940,00	352.530,40	352.530,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	382.470,40	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	903	2008	28	REABILITAÇÃO DO MUSEU NAVAL DE ALMADA	OUTRA	45	DMUSEUS	02-01-2009	31-12-2011	0,00	24.000,00	197.250,00	197.250,00	0,00	185.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	406.500,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010499	904	2008	29	CONSOLIDAÇÃO DA ESCARPA RIBEIRINHA	OUTRA	45	DOM	02-01-2009	31-12-2011	0,00	50.000,00	898.479,17	898.479,17	0,00	524.420,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.472.900,00	1	
2.4.2.5.	0402/070104990D	10	2009	15	CENTRO HISTÓRICO DO MONTE DE CAPARICA	EMPREITADA	DPU		01-01-2009	31-12-2010	0,00	30.000,00	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00		
2.4.2.5.	010200/080701	11	2010	26	NOVA ALMADA VELHA / PARCERIAS POLIS XXI	OUTRA	DPPDL		02-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430.000,00		
2.4.2.5.		12	2010		ALMADA VELHA - DE NOVO CENTRO						0,00	0,00	720.000,00	720.000,00	0,00	2.210.000,00	980.000,00	0,00	0,00	0,00	3.910.000,00		
2.4.2.5.		1201	2010	1	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DE ALMADA VELHA	OUTRA	DMUSEUS		01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	1201	2010	1			47				0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	010200/0701150D	1201	2010	1			47				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	1202	2010	2	NÚCLEO MUSEOLÓGICO/MUSEU DA MÚSICA	OUTRA	47	DMUSEUS	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	1203	2010	3	REABILITAÇÃO DO ANTIGO TEATRO MUNICIPAL	OUTRA	47	DEC	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	1204	2010	4	UNIVERSIDADE SÊNIO DE ALMADA	OUTRA	47	DEJ	01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	350.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010401	1206	2010	5	QUALIFICAÇÃO DA RUA CAPITÃO LEITÃO	OUTRA	47	DQU	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	1	
2.4.2.5.	010200/07010307	1207	2010	6	QUARTEIRÃO DAS ARTES	OUTRA	47	DPPDL	01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	300.000,00	380.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	1	
2.4.2.5.		13	2010	30	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO ALMARAZ	OUTRA	DPU		02-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.		14	2010		ALMADA POENTE-EQUIPAMENTOS PARA A COESÃO SOCIOTERRITORIAL						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.	010200/0701150D	1401	2010	28	CASA MUNICIPAL DA JUVENTUDE	OUTRA	DEJ		02-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2	
2.4.2.5.	010200/0701150D	1402	2010	29	JARDIM DA BELA VISTA	OUTRA	DQU		02-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2	
2.4.2.5.		15	2010	27	CENTRO DE ARTES CULINÁRIAS E ENOGASTRONOMIA	OUTRA	DPPDL		01-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2	

## CAPÍTULO 1

## OPÇÕES DO PLANO

## MAPA DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Início

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALSAIDA

## PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS  
2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/ NUM. DO PROJECTO		ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO	RESPONSA	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)				TOTAL	Obs.				
		INICIO	FIM						PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUENTES									
											TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2011	2012	2013			OUTROS	PREVISITO		
2.4.2.5.	01020000050103	16	2010	31	PARCERIAS PARA A QUALIFICAÇÃO URBANA / FREGUESIAS	OUTRA		OA	02-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	
2.4.2.5.		17	2010	32	SOCIEDADE LOCAL DO ARCO RIBEIRINHO SUL "CIDADE DA ÁGUA"	OUTRA		OA	02-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.		18	2010	35	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF - CONSERVAÇÃO	OUTRA		DF	02-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	354.890,06	354.890,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.890,06	
2.4.3.					<b>SANEAMENTO</b>																	
2.4.3.1.					<b>Saneamento Básico</b>																	
2.4.3.1.		2	2008	31	REDE ESTRUTURANTE DE SANEAMENTO (QREN/SMAS)	OUTRA		OA	02-01-2009		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.					<b>RESÍDUOS SÓLIDOS</b>						2.157.071,13	170.799,16	134.314,00	134.314,00	0,00	107.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.569.498,29	
2.4.5.1.	03020701100D	1	2002	67	Remoção dos Resíduos e Limpeza Pública						2.157.071,13	170.799,16	134.314,00	134.314,00	0,00	107.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.569.498,29	
2.4.5.1.		03020701090D	2	2002	68	AQUISIÇÃO DE CONTEÚTOS, PAPELEIRAS E ACESSÓRIOS	OUTRA	DS	01-01-2002	31-12-2011	1.024.392,22	101.267,76	52.374,00	52.374,00	0,00	52.374,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.230.407,98	
2.4.5.1.		03020701090D	2	2002	68	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS- OUTROS	OUTRA	DS	01-01-2002	31-12-2011	365.471,11	1.229,87	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	426.700,98	
2.4.5.1.	01020000050103	3	2002	69	DESCENTRALIZAÇÃO DE LIMPEZA P/FREGUESIAS(REPARAÇÃO)	OUTRA		DF	01-01-2002	31-12-2011	767.207,80	20.301,53	49.940,00	49.940,00	0,00	24.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	862.389,33	
2.4.5.1.	03020701150D	4	2009	14	PLANO DE RECONVERSÃO DO SISTEMA DE RSU	OUTRA		DSEVT	02-01-2009	31-12-2010	0,00	48.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
2.4.6.					<b>PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA</b>						20.185.126,39	2.688.554,71	3.294.673,02	3.294.673,02	0,00	2.251.733,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.428.087,12	
2.4.6.1.					<b>Promoção da Sustentabilidade Ambiental e Energética</b>						6.244.490,92	1.076.373,76	1.169.300,00	1.169.300,00	0,00	1.038.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.528.964,68	
2.4.6.1.	0102050701150D	102	2002	70	PLANO MUNICIPAL DO AMBIENTE						4.109.465,40	520.951,35	498.800,00	498.800,00	0,00	348.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.478.016,75	
2.4.6.1.					PROJECTOS	OUTRA		DEGAS	01-01-2002	31-12-2011	4.109.465,40	520.951,35	498.800,00	498.800,00	0,00	348.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.478.016,75	
2.4.6.1.		3	2005	2	ALMADA CICLÁVEL	OUTRA		47 DEGAS	01-01-2005		1.880.809,59	255.306,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.136.115,95	
2.4.6.1.	01020507010404	10	2006	2	QUINTA BIOLÓGICA	OUTRA		DEGAS	02-01-2006	31-12-2010	2.696,02	0,00	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	352.696,02	
2.4.6.1.	01020507010301	4	2009	1	CMIA-CENTRO DE MONITORIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	OUTRA		DEGAS	02-01-2009	31-12-2010	79.490,52	111.029,48	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.520,00	
2.4.6.1.	0102050701150D	5	2009	2	CASA DA MOBILIDADE	OUTRA		DEGAS	02-01-2009	31-12-2011	3.600,00	5.880,00	40.000,00	40.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.480,00	
2.4.6.1.	01020507010499	6	2009	9	BICLATEJO-PARTILHA DE BICICLETAS	OUTRA		50 DEGAS	01-01-2009	30-04-2010	2.396,00	67.104,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	1
2.4.6.1.		7	2009		REDUÇÃO DA INTENSIDADE ENERGÉTICA						166.033,39	116.102,57	140.000,00	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	562.135,96	
2.4.6.1.	0102050701150D	701	2009	3	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA/ENERGIAS RENOVÁVEIS	OUTRA		DEGAS	02-01-2009	31-12-2011	166.033,39	116.102,57	140.000,00	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	562.135,96	
2.4.6.1.	0102050701150D	9	2010	15	CASA DA ENERGIA			DEGAS	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	
2.4.6.1.	01020507010401	10	2010	17	REDE CICLÁVEL			DEGAS	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	
2.4.6.1.	01020507010409	11	2010	33	PLANO DE MOBILIDADE ELÉCTRICA	OUTRA		DEGAS	02-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
2.4.6.2.					<b>Valorização do Património Natural</b>						12.813.433,01	709.559,71	1.700.443,00	1.700.443,00	0,00	1.108.943,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.332.378,72	
2.4.6.2.		1	2002		PARQUE URBANO DA PAZ						6.560.953,43	175.300,94	250.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.236.254,37	
2.4.6.2.	0302070104040D	102	2002	71	OBRA	EMPREITADA		DPPP	01-01-2002	31-12-2011	6.560.953,43	175.300,94	250.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.236.254,37	
2.4.6.2.	0302070104040D	2	2002	72	ESPAÇOS EXTERIORES- CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO	EMPREITADA		DJEV	01-01-2002	31-12-2011	2.791.036,02	87.578,27	392.981,00	392.981,00	0,00	392.981,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.664.576,29	
2.4.6.2.	0302070104040D	3	2002	73	BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ZONAS VERDES	EMPREITADA		DJEV	01-01-2002	31-12-2011	1.787.815,35	151.094,01	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.738.909,36	
2.4.6.2.	03020701100D	6	2002	76	AQUISIÇÃO, MÁQUINAS E OUTRO EQUIPAMENTO	OUTRA		DJEV	01-01-2002	31-12-2011	154.728,63	127.321,45	15.962,00	15.962,00	0,00	15.962,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.974,08	
2.4.6.2.	0302070104040D	9	2006	1	REDE DE PARQUES E JARDINS	OUTRA		DJEV	02-01-2006	30-12-2010	1.518.899,58	160.765,04	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.681.164,62	
2.4.6.2.	0302070104040D	11	2009	16	JARDIM DO MONTE DA CAPARICA	EMPREITADA		DSEVT	02-01-2009	31-12-2011	0,00	7.500,00	540.000,00	540.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.500,00	
2.4.6.2.	0302070104040D	12	2010	13	PARQUE JARDIM URBANO NA TRAFARIA	EMPREITADA			01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
2.4.6.2.	0302070104040D	13	2010	14	PARQUE JARDIM URBANO NO PRAGAL	OUTRA		DPP	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
2.4.6.3.					<b>Outras Actividades</b>						1.127.202,46	902.621,24	424.930,02	424.930,22	0,00	103.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.558.743,72	
2.4.6.3.	0201070104110D	1	2002	77	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	OUTRA		DAESU	01-01-2002	31-12-2011	56.159,56	14.123,31	16.701,00	16.701,00	0,00	16.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.683,87	
2.4.6.3.	0201070104110D	2	2002	78	CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIOS	OUTRA		DAESU	01-01-2002	31-12-2011	854.366,55	535,69	87.290,00	87.290,00	0,00	87.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.029.482,24	
2.4.6.3.	0201070104110D	3	2002	79	AQUISIÇÃO DE INCINERADORA	OUTRA		DAESU	01-01-2002	31-12-2010	216.676,35	887.962,24	305.000,00	305.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.409.638,59	
2.4.6.3.	01020000050103	6	2010	21	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF-CEMITÉRIOS	OUTRA		DF	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	15.939,02	15.939,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.939,02	



## CAPÍTULO 1

## OPÇÕES DO PLANO

## MAPA DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Início

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES ENCRUIS  
2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/ NUM. DO PROJECTO ACCÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC AA FC		RESPONSÁVEL	DATAS INÍCIO FIM		REALIZADO PAGAM.ATE 1-OUT-2009 PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	Obs.	
													ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUITES						
															NÃO DEFINIDO	2011	2012	2013			OUTROS
2.5.				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS							24.338.683,48	1.605.684,07	2.221.087,02	2.221.087,02	0,00	1.578.126,12	0,00	0,00	0,00	29.743.580,69	
2.5.1.				CULTURA							8.354.527,42	503.108,49	396.000,00	396.000,00	0,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	9.528.635,91	
2.5.1.1.				Património Cultural Edificado							7.788.581,46	404.009,13	318.000,00	318.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	8.710.590,59	
2.5.1.1.1.	0402/0701150D	7	2002	91	RECUPERAÇÃO DA IGREJA DE S. SEBASTIÃO	EMPREITADA		DQU	01-01-2002	31-12-2010	1.935.787,55	57.276,66	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.994.064,21	
2.5.1.1.1.	0502/0701100D	11	2003	6	BIBLIOT. MUNICIPAL CENTRAL-AQUIS. DE EQUIPAMENTO	OUTRA		DB	01-01-2003	31-12-2010	182.063,17	12.194,64	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195.257,81	
2.5.1.1.1.	0502/070103020D	12	2006	3	REDE DE BIBLIOTECAS-AMPLIAÇÃO	EMPREITADA		DB	02-01-2006	31-12-2010	1.855.628,30	66.467,04	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.923.095,34	
2.5.1.1.1.	0402/070104040D	13	2007	2	ESPAÇOS EXTERIORES DA IGREJA DE S. SEBASTIÃO	OUTRA		DQU	02-01-2007	31-12-2010	312.192,99	9.349,55	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	322.542,54	
2.5.1.1.1.	01020007010399	14	2007	4	CENTRO CIVICO DO FEIJÓ	EMPREITADA		OA	02-01-2007	31-12-2010	1.393.654,60	35.433,27	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.430.087,87	
2.5.1.1.1.	01020007010399	15	2007	5	CENTRO SOCIOCULTURAL DE STO ANTÓNIO	OUTRA		OA	02-01-2007	31-12-2010	1.266.579,03	82.795,12	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.352.374,15	
2.5.1.1.1.	0102000701150D	16	2007	1	ARTE PÚBLICA	OUTRA		OA	02-01-2007	31-12-2011	842.675,82	140.492,85	100.000,00	100.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.283.168,67	
2.5.1.1.1.		17	2009		MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA MESTRE ROGÉRIO RIBEIRO						0,00	0,00	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00	
2.5.1.1.1.	0102000701150D	1701	2009	17	PROJECTO	OUTRA		OA	02-01-2009	31-12-2010	0,00	0,00	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00	
2.5.1.1.1.		1702	2009	18	OBRA	OUTRA		OA	02-01-2009	31-12-2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5.1.1.1.	0502/0701150D	18	2010	9	GALERIA MUNICIPAL DE ARTE/ COSTA DE CAPARICA	OUTRA		DEC	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
2.5.1.2.				Conserv.,Manut.,Equip.e Espólio de Inst. Culturais							565.945,96	99.099,36	78.000,00	78.000,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	818.045,32	
2.5.1.2.1.	0502/0701100D	2	2002	94	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA OS MUSEUS	OUTRA		DMPC	01-01-2002	31-12-2011	191.105,99	3.750,13	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	244.856,12	
2.5.1.2.1.	0502/0701100D	3	2003	4	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS /INSTALAÇÕES CULTURAIS	OUTRA		DEC	01-01-2003	31-12-2011	254.938,48	18.250,72	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	373.189,20	
2.5.1.2.1.	0502/0701100D	7	2009	19	TEATROS MUNICIPAIS	OUTRA		DC	02-01-2009	31-12-2010	119.901,49	77.098,51	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
2.5.2.				DESPORTO, RECREIO E LAZER							15.984.156,06	1.102.575,58	1.825.087,02	1.825.087,02	0,00	1.363.126,12	0,00	0,00	0,00	20.214.944,78	
2.5.2.1.				Infraestruturas para Práticas Desportivas							5.359.726,52	206.809,14	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.569.535,66	
2.5.2.1.1.	0503/070104050D	6	2006	4	REDE DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS-AMPLIAÇÃO	EMPREITADA		DID	02-01-2006	31-12-2010	5.359.726,52	206.809,14	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.569.535,66	
2.5.2.2.				Infraestruturas Recreio e Lazer							926.464,83	56.435,34	127.087,02	127.087,02	0,00	60.314,00	0,00	0,00	0,00	1.170.301,19	
2.5.2.2.1.	0501/070104040D	4	2002	99	PARQUES INFANTIS	OUTRA		DJEV	01-01-2002	31-12-2011	926.464,83	56.435,34	60.314,00	60.314,00	0,00	60.314,00	0,00	0,00	0,00	1.103.528,17	
2.5.2.2.2.	0102000701050103	5	2010	22	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF-PARQUES INF.	OUTRA		DF	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	66.773,02	66.773,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.773,02	
2.5.2.3.				Conserv.,Manut.,Aquis. Equip. p/ Inst. Desportivas							1.072.230,13	109.708,96	100.000,00	100.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	1.331.939,09	
2.5.2.3.1.	0503/0701100D	2	2002	101	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	OUTRA		DID	01-01-2002	31-12-2011	1.072.230,13	54.348,91	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	1.226.579,04	
2.5.2.3.2.	0503/0701150D	6	2009	13	PLANO DE EMERGÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	OUTRA		DID	02-01-2009	31-12-2010	0,00	55.360,05	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.360,05	
2.5.2.4.				Apoio a Colectividades							8.625.734,58	729.622,14	1.595.000,00	1.595.000,00	0,00	1.192.812,12	0,00	0,00	0,00	12.143.168,84	
2.5.2.4.1.	0504/080701	1	2002	103	TRANSF. DE CAPITAL P/ INFRAESTRUTURAS (COLECTIVIDADES)	OUTRA		OA	01-01-2002	31-12-2011	6.141.625,20	675.878,04	618.149,29	618.149,29	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	7.440.652,53	
2.5.2.4.2.	0504/080701	2	2002	104	REDE DE INFRAESTRUTURAS- MOVIMENTO ASSOCIATIVO (APOIO)	OUTRA		OA	01-01-2002	31-12-2010	2.484.109,38	53.744,10	48.513,12	48.513,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.586.366,60	
2.5.2.4.3.	0504/080701	3	2010	24	APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	OUTRA		DMDS	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	878.337,59	878.337,59	0,00	1.187.812,12	0,00	0,00	0,00	2.066.149,71	
2.5.2.4.4.	0504/080701	4	2010	25	CASA DAS ASSOCIAÇÕES	OUTRA		DMDS	01-01-2010	31-12-2010	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
3				FUNÇÕES ECONÓMICAS							29.155.941,43	9.031.717,91	6.485.702,03	6.485.702,03	0,00	2.547.586,00	643.500,00	643.500,00	0,00	48.507.947,37	
3.2.				INDÚSTRIA E ENERGIA							745.841,85	87.349,52	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	1.057.751,37	
3.2.1.				Energia							745.841,85	87.349,52	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	1.057.751,37	
3.2.1.1.				Iluminação Pública							745.841,85	87.349,52	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	1.057.751,37	
3.2.1.1.1.	0303/070104030D	1	2002	105	OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO	OUTRA		DIVIU	01-01-2002	31-12-2011	745.841,85	87.349,52	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	1.057.751,37	

## CAPÍTULO 1

## OPÇÕES DO PLANO

## MAPA DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Início

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

## PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS  
2010

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJECTO	ACCÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO	RESPONSAVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL	Obs.
												ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES				PREVISTO	Obs.		
								INÍCIO	FIM	PAGAM. ATE 1-OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2011	2012	2013		OUTROS		
3.3.				TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES						18.659.310,61	8.404.629,56	5.081.718,03	5.081.718,03	0,00	2.019.602,00	643.500,00	643.500,00	0,00	35.452.260,20		
3.3.1.				TRANSPORTES RODOVIÁRIOS						13.093.090,15	7.249.632,97	4.350.014,03	4.350.014,03	0,00	1.376.102,00	0,00	0,00	0,00	26.068.839,15		
3.3.1.1.				Infraestruturas Rodoviárias						5.155.068,84	373.915,79	1.677.014,16	1.677.014,16	0,00	969.118,00	0,00	0,00	0,00	8.175.116,79		
3.3.1.1.1.	0303/070104010D	7	2002	110	BENEFICIAÇÃO E ARRUAMENTOS NO CONCELHO	ADM. DIR.	DIVIU	01-01-2002	28-02-2010	5.155.068,84	373.915,79	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.533.984,63		
3.3.1.1.1.	0303/070104010D	9	2002	111	LIGAÇÃO DA EN.337 COSTAS DE CÃO/ETC	EMPREITADA	DEP	01-01-2002	31-12-2010	0,00	0,00	633.317,06	633.317,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	633.317,06		
3.3.1.1.1.	0303/070104010D	10	2002	112	LIGAÇÃO PORTO BRANDÃO/RANÁTICA (PROTOCOLO APL E OUT	OUTRA	DEP	01-01-2002	31-12-2010	0,00	0,00	174.579,10	174.579,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.579,10	4	
3.3.1.1.1.	0303/070104010D	12	2010	12	RECONVERSÃO DA EX-EN377	OUTRA	DOM	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00		
3.3.1.1.1.	0303/070104010D	13	2010	16	EIXO TRANSVERSAL ER 377-2/VALE FIGUEIRA	OUTRA	DOM	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00		
3.3.1.1.1.	0303/070104010D	14	2010	20	PROGRAMA DE BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS	OUTRA	DT-ENG G	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	764.118,00	764.118,00	0,00	769.118,00	0,00	0,00	0,00	1.533.236,00		
3.3.1.2.				Ordenamento e Circulação Viária						7.938.021,31	6.355.717,18	2.232.599,87	2.232.599,87	0,00	406.984,00	0,00	0,00	0,00	16.933.322,36		
3.3.1.2.1.	0303/070104080D	1	2002	113	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO- SINAIS E OBRAS	ADM. DIR.	DTSR	01-01-2002	31-12-2011	769.849,17	68.760,90	152.984,00	152.984,00	0,00	152.984,00	0,00	0,00	0,00	1.144.578,07		
3.3.1.2.1.	0303/070104010D	2	2002	114	CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTOS- OBRAS	OUTRA	DTSR	01-01-2002	31-12-2011	3.846.602,23	158.661,97	254.000,00	0,00	0,00	254.000,00	0,00	0,00	0,00	4.513.264,20		
3.3.1.2.1.	0303/08010101	2	2002	114						0,00	0,00	0,00	94.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3.3.1.2.1.	0503/070104010D	3	2002	115	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	OUTRA	OA	01-01-2002	30-04-2010	99.964,85	388.792,79	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489.757,64		
3.3.1.2.1.	0303/070104010D	4	2007	8	LIGAÇÃO FCT/MADAN PARQUE	OUTRA	DO	02-01-2007	30-04-2010	13.500,00	149.500,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164.000,00	2	
3.3.1.2.1.		5	2008		CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO					3.208.105,06	5.540.001,52	1.673.615,87	1.673.615,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.421.722,45		
3.3.1.2.1.	0303/070104010D	501	2008	5	PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA CAPITÃO LEITÃO	EMPREITADA	DOM	29-09-2008	31-12-2010	576.366,20	998.068,97	415.000,00	415.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.989.435,17		
3.3.1.2.1.	0303/070104010D	502	2008	6	PARQUE DE ESTACIONAMENTO AV. BENTO GONÇALVES	EMPREITADA	DOM	29-09-2008	31-12-2010	804.945,87	1.027.166,29	330.096,28	330.096,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.162.208,44		
3.3.1.2.1.	0303/070104010D	503	2008	7	PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA LUISA SIGEIA	EMPREITADA	DOM	29-09-2008	31-12-2010	485.387,94	1.135.603,97	555.699,59	555.699,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.176.691,50		
3.3.1.2.1.	0303/070104010D	504	2008	8	PARQUE DE ESTACIONAMENTO LARANJEIRO	EMPREITADA	DOM	29-09-2008	31-12-2010	413.025,81	1.468.938,73	367.000,00	367.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.248.964,54		
3.3.1.2.1.	0303/070104010D	508	2008	24	PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA CONDE FERREIRA/ALMADA	EMPREITADA	DOM	29-09-2008	31-12-2010	928.379,24	910.223,56	5.820,00	5.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.844.422,80		
3.3.1.2.	010200/07010408	6	2009	11	PLANO DE MOBILIDADE-2.FASE	OUTRA	DTSR-JOR	02-01-2009	31-12-2010	0,00	50.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00		
3.3.1.3.				Transporte Urbano Flexível						0,00	520.000,00	440.400,00	440.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960.400,00		
3.3.1.3.1.	010200/0701060D	1	2009	12	FLEXIBUS	OUTRA	OA	02-01-2009	31-12-2010	0,00	520.000,00	440.400,00	440.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960.400,00	2	
3.3.4.				Transportes Ferroviários						5.566.220,46	1.154.996,59	731.704,00	731.704,00	0,00	643.500,00	643.500,00	643.500,00	0,00	9.383.421,05		
3.3.4.1.	010200/07010401	1	2002	116	METROPOLITANO LIGEIRO (MST)	OUTRA	OA	01-01-2002	31-12-2013	4.967.589,38	637.020,00	730.704,00	730.704,00	0,00	643.500,00	643.500,00	643.500,00	0,00	8.265.813,38		
3.3.4.1.	010200/07010408	2	2007	3	PLANO DE MOBILIDADE ASSOCIADO AO MST	OUTRA	OA	02-01-2007	31-12-2010	598.631,08	517.976,59	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117.607,67		
3.4.				COMÉRCIO E TURISMO						9.750.788,97	539.738,83	1.291.704,00	1.291.704,00	0,00	415.704,00	0,00	0,00	0,00	11.997.935,80		
3.4.1.				MERCADOS E FEIRAS						796.902,14	110.379,06	140.704,00	140.704,00	0,00	415.704,00	0,00	0,00	0,00	1.463.689,20		
3.4.1.1.	0201/070103030D	1	2002	117	CONSERVAÇÃO MERCADOS MUNICIPAIS	ADM. DIR.	DAESU	01-01-2002	31-12-2011	98.725,20	41.264,36	40.704,00	40.704,00	0,00	40.704,00	0,00	0,00	0,00	221.397,56		
3.4.1.1.		5	2005	1	MODERNIZAÇÃO DE MERCADOS	EMPREITADA	DAESU	01-01-2005		698.176,94	69.114,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	767.291,64		
3.4.1.1.	0201/0701150D	6	2010	18	VALORIZAÇÃO DE MERCADOS MUNICIPAIS	OUTRA	DAESU	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	375.000,00	0,00	0,00	0,00	475.000,00		
3.4.1.1.		8	2010	34	CIDADE DOS VALES / NOVA CENTRALIDADE	OUTRA	OA	02-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3.4.2.				TURISMO						8.953.886,83	429.359,77	1.151.000,00	1.151.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.534.246,60		
3.4.2.1.				Promoção Turística						8.953.886,83	379.359,77	201.000,00	201.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.534.246,60		
3.4.2.1.1.	0505/070103990D	1	2002	120	POLIS	OUTRA	OA	01-01-2002		8.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.400.000,00		
3.4.2.1.1.		4	2007	7	EDIFICIO DE TURISMO	OUTRA	DT e DPPDL	02-01-2007	31-12-2010	511.748,58	329.359,77	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	842.108,35		
3.4.2.1.1.		5	2007	12	VALORIZAÇÃO TURÍSTICA	OUTRA		01-01-2007	31-12-2010	42.138,25	50.000,00	200.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292.138,25		
3.4.2.1.1.	010200/080701	5	2007	12								50.000,00	50.000,00								
3.4.2.1.1.	0505/0701150D	5	2007	12																	

# CAPÍTULO 1

## OPÇÕES DO PLANO

### MAPA DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Início

ENTIDADE  
MUNICÍPIO DE ALMADA

#### PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS  
2009

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/ NUM. DO PROJECTO ACCÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO		RESPONSA VEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL		
						AC	AA		FC	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2009	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO( FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES					PREVISITO	Obs.
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2011	2012	2013	OUTROS		
3.4.2.2.				Competitividade e Inovação Urbana							0,00	50.000,00	950.000,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00		
3.4.2.2.		10	2009	ALMADA-LABORATÓRIO DE IDEIAS							0,00	50.000,00	950.000,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	I	
3.4.2.2.	010200/0701150D	1001	2009	4 INTERACTIVIDADE A CÉU ABERTO	OUTRA			40	DT	02-01-2009	31-12-2010	0,00	25.000,00	775.000,00	775.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	I	
3.4.2.2.	010200/0701070D	1002	2009	10 MIRADOUROS VIRTUAIS	OUTRA			40	DT	02-01-2009	31-12-2010	0,00	25.000,00	175.000,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	I	
Total Geral												141.348.068,44	26.458.581,31	27.431.254,20	27.431.254,20	0,00	17.164.271,40	3.696.772,03	1.867.410,22	100.000,00	218.066.357,60	

1-QREN-candidatura aprovada

2-QREN-candidatura submetida

3-Ministério da Educação - Programa de Expansão Pré escolar - aprovada

4-Protocolo com APL

*Página propositadamente em branco*



**CAPÍTULO 2**  
**ORÇAMENTO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Orçamento**

#### INTRODUÇÃO

O presente Orçamento Municipal assegura um continuado investimento no desenvolvimento económico e social do Concelho e na melhoria contínua das condições de vida das suas populações, e está suportado numa continuada gestão de rigor.

Numa conjuntura económica em depressão, o Município de Almada assenta o seu Orçamento numa situação financeira estável que advém de uma rigorosa gestão e controlo dos encargos fixos de funcionamento, propondo-se continuar o esforço de investimento na construção e lançamento de novas obras que permitam um efeito de alavanca na actividade económica do Concelho.

O Plano Plurianual de Investimento inclui os projectos e acções a desenvolver no âmbito dos respectivos objectivos, prevendo para 2010 um investimento da ordem dos 27,4 milhões de euros.

#### ORÇAMENTO

O Orçamento Municipal consolidado apresenta um valor global de € 123.055.273 sendo € 92.885.983 correspondentes ao Orçamento da Câmara Municipal e € 30.169.290 ao dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

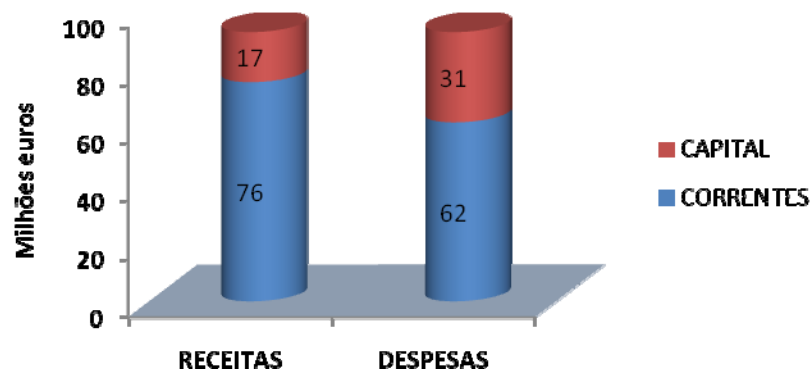
A estimativa de despesa e de receita para o próximo ano económico é apresentada no Quadro I, resumida segundo os dois grandes agrupamentos da classificação económica: Despesa Corrente e Receita Corrente; Despesa de Capital e Receita de Capital.

**Quadro 1 – Receita e Despesa Prevista para 2010**

<b>Unidade Monetária: Euros</b>			
	<b>CORRENTES</b>	<b>CAPITAL</b>	<b>TOTAL</b>
RECEITAS	73.606.347	19.279.636	92.885.983
DESPESAS	61.731.811	31.154.172	92.885.983
<b>SALDO</b>	<b>11.874.536</b>	<b>-11.874.536</b>	

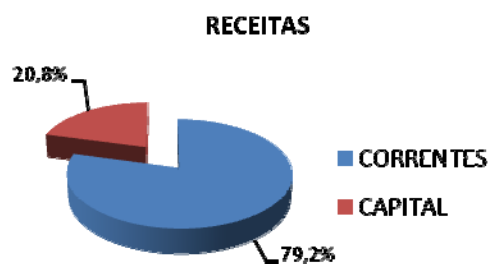


**Figura 1 – Estrutura do Orçamento da Receita e Despesa para 2010**

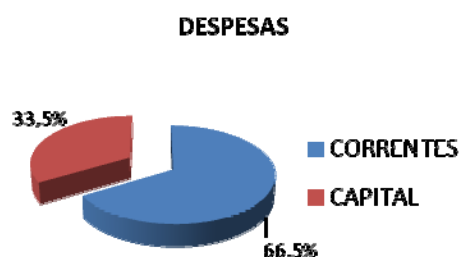


As figuras seguintes ilustram a estrutura dos dois grandes agregados económicos: Receita e Despesa:

**Figura 2 – Estrutura da Receita – 2010**



**Figura 3 – Estrutura da Despesa - 2010**

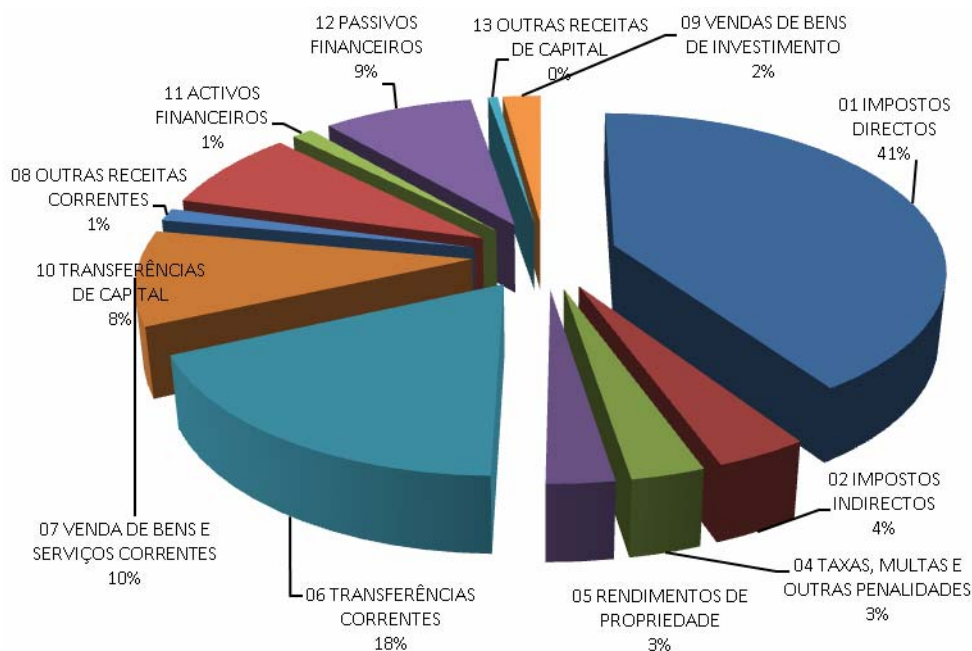


Conforme se pode verificar o esforço de contenção das Despesas Correntes aponta para uma poupança corrente, na ordem dos 13,9 milhões de euros os quais são canalizados para investimento.

**PREVISÃO DA RECEITA:**

A Receita prevista para 2010 ascende a cerca de 92,9 milhões de euros.

Figura 4 – Distribuição das Receitas por Rubricas – 2010



Na previsão da receita considerou-se:

- a regra previsional do POCAL (média dos últimos 24 meses);
- a receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre Transacções de Imóveis (IMT), corrigida face à tendência real verificada e conforme informação disponível da DGCI;
- o remanescente dos Contratos e Protocolos assinados com parceiros, designadamente Ministério da Educação e Ministério da Cultura para financiamento de investimento parte dele já realizado pelo Município e em dívida;
- a receita de financiamentos provenientes do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para projectos já aprovados: €3.074.283, em 2010;
- o empréstimo no montante de 8 milhões de euros contratualizado em 2009 conforme autorização da Assembleia Municipal e respectivo visto do Tribunal de Contas.

Regista-se a solidez financeira do Município, patente na utilização à data de apenas 26% da capacidade de endividamento líquido de que o Município dispõe.

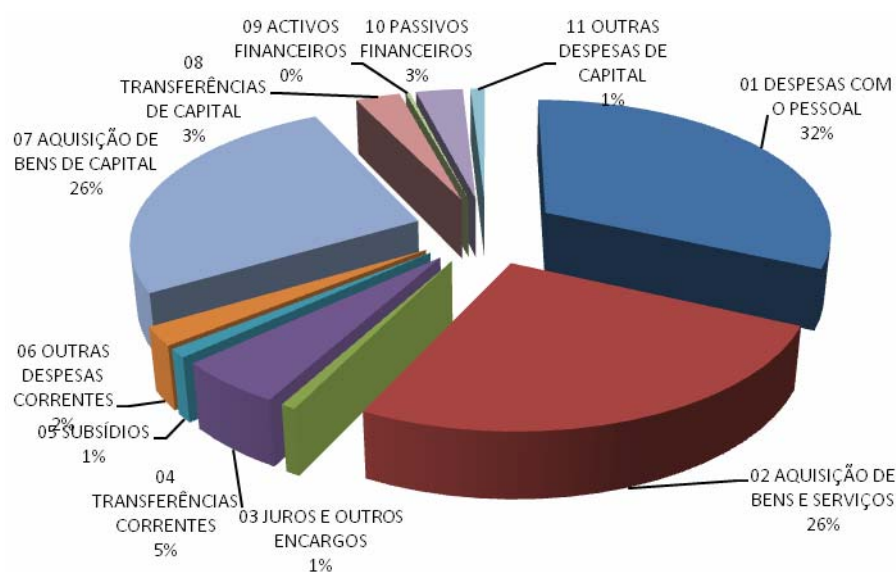
### INTRODUÇÃO

Ao nível das Transferências do Orçamento de Estado consideraram-se os valores do Orçamento de Estado de 2009, sem qualquer aumento, considerando que o Orçamento de Estado para 2010 ainda não foi apresentado.

### PREVISÃO DA DESPESA:

A Despesa prevista para 2010 ascende a cerca de 92,9 milhões de euros.

Figura 5 – Distribuição das Despesas por Rubricas – 2010



Na previsão das Despesas contemplam-se as seguintes situações:

- encargos com Pessoal resultantes nomeadamente, da execução do Mapa de Pessoal, da conclusão da macro estrutura, e das progressões por aplicação da opção gestionária;
- actualização de valores com rubricas de encargos fixos (valores reais) e a consideração de compromissos previstos com a actividade dos novos equipamentos municipais (escolas básicas, piscinas, biblioteca, etc.);
- encargos resultantes da descentralização de competências da Administração Central para os municípios, nomeadamente ao nível da Acção Social Escolar: Apoio Alimentar, Alargamento do Horário Pré-Escolar e Actividades de Enriquecimento Curricular;
- o valor de investimentos, nomeadamente os que transitam em curso e já comprometidos do plano plurianual de 2009;
- as transferências para as Juntas de Freguesias no âmbito dos protocolos de descentralização de competências;
- os valores de despesas financeiras resultantes do serviço da dívida de empréstimos e contratos-leasing.

#### GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E PAM):

No Quadro seguinte podemos verificar que são as funções sociais as que mais pesam na estrutura das despesas:

Quadro 2 – Estrutura Funcional das GOP 2010

Unidade Monetária: Euros

	PPI	PAM	TOTAL	%
Funções Gerais	2.770.713,61	6.005.680,67	8.776.394,28	22%
Funções Sociais	18.174.838,56	6.841.231,04	25.016.069,60	62%
Funções Económicas	6.485.702,03	228.918,96	6.714.620,99	16%
<b>TOTAL</b>	<b>27.431.254,20</b>	<b>13.075.830,67</b>	<b>40.507.084,87</b>	

Da estrutura do Plano Plurianual de Investimentos que prevê uma execução de € 27.431.254 são de realçar os Projectos com candidaturas submetidas e aprovadas com financiamento do QREN/FEDER como:

- Modernização Administrativa: Autenticação Electrónica, Reengenharia de Processos e Atendimento Municipal Multicanal;
- Estudo de Diagnóstico e Plano de Pormenor da Fonte da Telha;
- Almada Poente – Regeneração para uma Nova Centralidade: Construção de Piscina Coberta, Construção de Biblioteca Municipal e Reabilitação de Espaços Exteriores do Bairro Amarelo;
- Revitalização de Almada Velha – Ginjal: Requalificação da Rua Cândido dos Reis, Tratamento do Passeio Ribeirinho de Cacilhas ao Olho de Boi, Reabilitação do Museu Naval de Almada e Consolidação da Escarpa Ribeirinha;
- Almada Velha - de Novo Centro: Eixo de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Recreativo;
- Biclajeiro – Partilha de Bicicletas;
- BioMONIT Tejo: Monitorização Ecológica do Estuário do Tejo na Frente Ribeirinha Sul;
- Almada – Laboratório de Ideias: Interactividade a Céu Aberto e Miradouros Virtuais.

E ainda os projectos com Candidaturas submetidas a financiamentos e a aguardar decisão como:

- Almada 2 Poente – Equipamentos para a Coesão Sócio Territorial;
- Centro Técnico e Científico em Artes Culinárias e Enogastronomia;
- Flexibus a Sul do Tejo;
- BicLink: Passagem Aérea Universidade-Almada;

**INTRODUÇÃO**

Saliente-se ainda a construção de um conjunto de Jardins de Infância nas EB1: Feijó (1), Laranjeiro (2) e Cataventos de Paz (1), integrados nas candidaturas municipais aprovadas no âmbito do Programa de Expansão do Pré Escolar do Ministério da Educação.

As Grandes Opções do Plano para 2010, correspondem ao início de um novo ciclo que, certamente, catapultará o concelho de Almada para novos patamares de desenvolvimento, de que as suas populações e os seus agentes económicos e sociais serão os principais beneficiários.



**CAPÍTULO 2**  
**ORÇAMENTO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa Resumo do Orçamento**

## RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE  
MUNICIPIO DE ALMADA

## DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes .....	73.606.346,58	Correntes .....	61.731.810,66
De capital .....	19.279.636,28	De capital .....	31.154.172,20
Totał	92.885.982,86	Totał	92.885.982,86
Serviços Municipalizados	30.169.290,00	Serviços Municipalizados	30.169.290,00
Totał Geral	123.055.272,86	Totał Geral	123.055.272,86

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

MUNICÍPIO DE ALMADA  
Entidade: C.M.A.

Ano 2010

DOTAÇÕES INICIAIS

RECEITAS	MONTANTE	%	DESPESAS	MONTANTE	%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	37.729.032,76	40,6	01 DESPESAS COM O PESSOAL	29.521.268,00	31,8
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	3.521.345,01	3,8	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	23.724.208,24	25,5
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE	0,00	0,0	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	669.052,90	0,7
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	2.816.088,28	3,0	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.839.738,00	5,2
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.589.197,12	2,8	05 SUBSÍDIOS	938.826,66	1,0
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.764.166,84	18,0	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.038.716,86	2,2
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	8.979.560,78	9,7	<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>61.731.810,66</b>	<b>66,5</b>
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.206.955,79	1,3	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>73.606.346,58</b>	<b>79,2</b>	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	24.439.433,10	26,3
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.891.821,10	3,1
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	2.000.000,00	2,2	09 ACTIVOS FINANCEIROS	100.000,00	0,1
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.657.169,61	8,2	10 PASSIVOS FINANCEIROS	2.866.918,00	3,1
11 ACTIVOS FINANCEIROS	1.114.266,67	1,2	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	856.000,00	0,9
12 PASSIVOS FINANCEIROS	8.000.000,00	8,6	<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>31.154.172,20</b>	<b>33,5</b>
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	508.200,00	0,5	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>92.885.982,86</b>	<b>100,0</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>19.279.636,28</b>	<b>20,8</b>			
<b>OUTRAS RECEITAS</b>					
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	0,00	0,0			
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,0			
<b>TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>			
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>92.885.982,86</b>	<b>100,0</b>			





**CAPÍTULO 2**  
**ORÇAMENTO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa da Receita**

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010
MUNICIPIO DE ALMADA		

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	<b>R E C E I T A S C O R R E N T E S</b>	<b>73.606.346,58</b>
01	IMPOSTOS DIRECTOS	37.729.032,76
01.02	OUTROS	37.729.032,76
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	22.262.863,00
01.02.03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	2.774.866,44
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	9.690.390,69
01.02.05	DERRAMA	2.378.641,52
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS	444.394,22
01.02.07.01	Contribuição Autárquica	317.514,93
01.02.07.02	SISA	126.859,19
01.02.07.03	Imposto municipal sobre veiculos	20,10
01.02.99	IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	177.876,89
01.02.99.01	Contribuição Especial	177.876,89
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	3.521.345,01
02.02	OUTROS	3.521.345,01
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	3.521.345,01
02.02.06.02	Loteamento e Obras	3.280.903,81
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	125.032,86
02.02.06.05	Publicidade	62.352,10
02.02.06.99	Outros	53.056,24
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	2.816.088,28
04.01	TAXAS	2.537.959,05
04.01.01	TAXAS DE JUSTIÇA	67.718,70
04.01.02	TAXAS DE REGISTO DE NOTARIADO	3.447,45
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	2.466.792,90
04.01.23.01	Mercados e Feiras	1.555,46
04.01.23.02	Loteamento e Obras	2.285.172,62
04.01.23.03	Ocupação de Via Pública	74.234,73
04.01.23.99	Outros	105.830,09
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	278.129,23
04.02.01	JUROS DE MORA	187.632,88
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	24.551,42
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	47.133,75
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	18.811,18
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.589.197,12
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	2.166.119,62
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2.166.119,62
05.03	JUROS- ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	128.270,00
05.03.04	ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	128.270,00
05.03.04.05	SERVIÇOS AUTÓNOMOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	128.270,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	66.341,32
05.07.02	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	66.341,32
05.10	RENDAS	228.466,18
05.10.01	TERRENOS	228.466,18
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.764.166,84
06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	64.120,69
06.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	64.120,69
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	16.592.764,53
06.03.01	ESTADO	16.117.074,18
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.772.735,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	2.549.938,00
06.03.01.03	Participação Fixa no IRS	8.904.440,00
06.03.01.99	Outros	889.961,18
06.03.01.99.01	Ministério da Educação	833.733,36
06.03.01.99.99	Outros	56.227,82
06.03.04	ESTADO- SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	53.105,63
06.03.06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	422.584,72

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010
MUNICIPIO DE ALMADA		

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
06.03.06.03	QREN	422.584,72
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	107.281,62
06.05.01	CONTINENTE	107.281,62
06.05.01.05	SERVIÇOS AUTÓNOMOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	107.281,62
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	8.979.560,78
07.01	VENDA DE BENS	38.268,79
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	24.845,90
07.01.06	PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS	1.262,50
07.01.08	MERCADORIAS	5.266,29
07.01.09	MATÉRIAS DE CONSUMO	281,22
07.01.99	OUTROS	6.612,88
07.02	SERVIÇOS	5.753.211,95
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	1.038.771,51
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	4.714.440,44
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	2.732.245,77
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	42.989,48
07.02.09.05	Cemitérios	126.479,27
07.02.09.06	Mercados e Feiras	300.083,82
07.02.09.08	Creches e Refeitórios	98.628,00
07.02.09.09	Reembolso de Seguros	275.906,26
07.02.09.10	Apoio Alimentar	421.610,11
07.02.09.11	Transportes Escolares	103.098,73
07.02.09.12	Prolongamento de horários	434.701,00
07.02.09.99	Outros	178.698,00
07.03	RENDAS	3.188.080,04
07.03.01	HABITAÇÕES	736.175,75
07.03.02	EDIFÍCIOS	58.873,86
07.03.99	OUTRAS	2.393.030,43
07.03.99.01	Concessão de Energia Eléctrica em Baixa Tensão	2.393.030,43
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.206.955,79
08.01	OUTRAS	1.206.955,79
08.01.99	OUTRAS	1.206.955,79
08.01.99.04	Mais Valias	73.286,96
08.01.99.05	Iva Inversão da liquidação	1.000.000,00
08.01.99.99	Diversas	133.668,83
	<b>R E C E I T A S D E C A P I T A L</b>	<b>19.279.636,28</b>
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	2.000.000,00
09.01	TERRENOS	2.000.000,00
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	2.000.000,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.657.169,61
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	7.657.169,61
10.03.01	ESTADO	4.396.841,79
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.515.156,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	1.881.685,79
10.03.01.04.01	Ministério da Educação	884.090,00
10.03.01.04.02	Ministério da Cultura	997.595,79
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	2.815.756,22
10.03.07.03	III Quadro Comunitário	164.057,59
10.03.07.05	QREN	2.651.698,63
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	444.571,60
10.03.08.01	IHRU (Ex: INH/IGAPHE)	444.571,60
10.03.08.01.01	188 Fogos (PER)	444.571,60
11	ACTIVOS FINANCEIROS	1.114.266,67
11.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.114.266,67
11.06.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	1.114.266,67
12	PASSIVOS FINANCEIROS	8.000.000,00
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	8.000.000,00
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	8.000.000,00
12.06.02.04	BPI-AMPLIAÇÃO REDE ESCOLAR E REGENERAÇÃO URBANA	8.000.000,00

## CAPÍTULO 2

# ORÇAMENTO

### MAPA DA RECEITA

Início

ENTIDADE MUNICIPIO DE ALMADA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010
---------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	508.200,00
13.01	OUTRAS	508.200,00
13.01.99	OUTRAS	508.200,00
TOTAL DAS RECEITAS		92.885.982,86

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

*Página propositadamente em branco*





**CAPÍTULO 2**  
**ORÇAMENTO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa da Despesa  
por Classificação Económica**

ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALMADA	ORÇAMENTO DA DESPESA ( POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA )	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010
---------------------------------	---	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
<b>01</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>61.731.810,66</b>
<b>01.01</b>	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>	<b>29.521.268,00</b>
<b>01.01.01</b>	<b>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</b>	<b>22.812.635,13</b>
<b>01.01.01</b>	<b>TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS</b>	<b>224.354,47</b>
<b>01.01.04</b>	<b>PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO</b>	<b>16.109.480,14</b>
<b>01.01.04.01</b>	<b>TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA</b>	<b>15.942.483,99</b>
<b>01.01.04.02</b>	<b>CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO</b>	<b>166.996,15</b>
<b>01.01.05</b>	<b>PESSOAL PARA ALÉM DOS QUADROS</b>	<b>7.402,84</b>
<b>01.01.06</b>	<b>PESSOAL CONTRATADO A TERMO</b>	<b>429.146,01</b>
<b>01.01.07</b>	<b>PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA</b>	<b>650.288,16</b>
<b>01.01.08</b>	<b>PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO</b>	<b>76.505,50</b>
<b>01.01.09</b>	<b>PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO</b>	<b>446.731,21</b>
<b>01.01.11</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>	<b>249.014,15</b>
<b>01.01.12</b>	<b>SUPLEMENTOS E PRÉMIOS</b>	<b>41.243,02</b>
<b>01.01.13</b>	<b>SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO</b>	<b>1.597.549,56</b>
<b>01.01.13.01</b>	<b>PESSOAL DOS QUADROS</b>	<b>1.380.977,48</b>
<b>01.01.13.01.01</b>	<b>TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO</b>	<b>1.347.440,33</b>
<b>01.01.13.01.02</b>	<b>CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO</b>	<b>33.537,15</b>
<b>01.01.13.02</b>	<b>PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO</b>	<b>210.431,30</b>
<b>01.01.13.03</b>	<b>MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS</b>	<b>6.140,78</b>
<b>01.01.14</b>	<b>SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL</b>	<b>2.968.572,62</b>
<b>01.01.14.01</b>	<b>PESSOAL DOS QUADROS</b>	<b>2.810.570,61</b>
<b>01.01.14.01.01</b>	<b>TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA</b>	<b>2.721.798,91</b>
<b>01.01.14.01.02</b>	<b>CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO</b>	<b>88.771,70</b>
<b>01.01.14.02</b>	<b>PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO</b>	<b>158.002,01</b>
<b>01.01.15</b>	<b>REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE</b>	<b>12.347,45</b>
<b>01.02</b>	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>	<b>1.571.211,78</b>
<b>01.02.02</b>	<b>HORAS EXTRAORDINÁRIAS</b>	<b>260.997,01</b>
<b>01.02.04</b>	<b>AJUDAS DE CUSTO</b>	<b>34.291,60</b>
<b>01.02.05</b>	<b>ABONO PARA FALHAS</b>	<b>27.882,86</b>
<b>01.02.06</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>619,62</b>
<b>01.02.07</b>	<b>COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA</b>	<b>1.036,72</b>
<b>01.02.10</b>	<b>SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO</b>	<b>23.975,50</b>
<b>01.02.11</b>	<b>SUBSÍDIO DE TURNO</b>	<b>416.350,28</b>
<b>01.02.13</b>	<b>OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS</b>	<b>75.740,68</b>
<b>01.02.14</b>	<b>OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE</b>	<b>730.317,51</b>
<b>01.03</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>5.137.421,09</b>
<b>01.03.01</b>	<b>ENCARGOS COM A SAÚDE</b>	<b>902.593,02</b>
<b>01.03.02</b>	<b>OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE</b>	<b>206.791,31</b>
<b>01.03.04</b>	<b>OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES</b>	<b>249.600,11</b>
<b>01.03.05</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>3.265.112,65</b>
<b>01.03.05.02</b>	<b>Segurança Social dos funcionários públicos</b>	<b>3.085.112,65</b>
<b>01.03.05.02.01</b>	<b>Caixa Geral de Aposentações</b>	<b>2.881.210,19</b>
<b>01.03.05.02.02</b>	<b>Regime Geral</b>	<b>203.902,46</b>
<b>01.03.05.03</b>	<b>Segurança social - Regime geral</b>	<b>180.000,00</b>
<b>01.03.08</b>	<b>OUTRAS PENSÕES</b>	<b>33.350,57</b>
<b>01.03.09</b>	<b>SEGUROS</b>	<b>479.973,43</b>
<b>01.03.09.01</b>	<b>Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais</b>	<b>174.113,43</b>
<b>01.03.09.02</b>	<b>Seguros de Saúde</b>	<b>305.860,00</b>
<b>02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	<b>23.724.208,24</b>
<b>02.01</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>	<b>5.417.698,08</b>
<b>02.01.01</b>	<b>MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS</b>	<b>237,60</b>
<b>02.01.02</b>	<b>COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES</b>	<b>907.379,93</b>
<b>02.01.03</b>	<b>MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS</b>	<b>185.363,50</b>
<b>02.01.05</b>	<b>ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS</b>	<b>308.350,13</b>
<b>02.01.06</b>	<b>ALIMENTAÇÃO- GÊNEROS PARA CONFECCIONAR</b>	<b>22.719,79</b>
<b>02.01.07</b>	<b>VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS</b>	<b>247.209,64</b>
<b>02.01.08</b>	<b>MATERIAL DE ESCRITÓRIO</b>	<b>234.723,21</b>

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	74.500,00
02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	515.958,64
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	22.120,00
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	4.984,00
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	8.987,10
02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	6.358,15
02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	28.817,74
02.01.21	OUTROS BENS	2.849.988,65
02.01.21.01	Iluminação Pública	1.483.521,62
02.01.21.99	Outros	1.366.467,03
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	18.306.510,16
02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	1.052.695,76
02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	484.262,22
02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	683.932,67
02.02.09	COMUNICAÇÕES	532.273,42
02.02.10	TRANSPORTES	458.840,15
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	55.106,45
02.02.12	SEGUROS	562.736,12
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	48.156,54
02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	351.239,46
02.02.15	FORMAÇÃO	111.940,86
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	290.813,76
02.02.17	PUBLICIDADE	527.674,04
02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	630.161,56
02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1.232.249,35
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	3.439.428,06
02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE	275.250,81
02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	853.196,46
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	6.716.552,47
02.02.25.01	RSU- Resíduos Sólidos urbanos	2.007.536,21
02.02.25.02	GAT- Gabinete de Apoio Técnico	6.872,00
02.02.25.03	Apoio Alimentar	1.606.759,84
02.02.25.99	Outros	3.095.384,42
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	669.052,90
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	560.355,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	560.355,00
03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	108.697,90
03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE	101.699,13
03.03.07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	6.998,77
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.839.738,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	2.576.479,23
04.05.01	CONTINENTE	2.576.479,23
04.05.01.01	ASSEMBLEIAS DISTRITAIS	51.818,49
04.05.01.01.01	Assembleia Distrital de Setúbal	51.818,49
04.05.01.02	MUNICÍPIOS	243.862,95
04.05.01.02.01	AMRS-Associação de Municípios da Região de Setúbal	188.992,45
04.05.01.02.02	ANM-Associação Nacional de Municípios	6.329,00
04.05.01.02.03	AML-Área Metropolitana de Lisboa	33.135,00
04.05.01.02.04	AIA-Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal	15.406,50
04.05.01.03	FREGUESIAS	2.280.797,79
04.05.01.03.13	Descentralização de competências	2.264.650,72
04.05.01.03.99	Outras Transferências para as Freguesias	16.147,07
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	2.263.258,77
04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	2.263.258,77
04.07.01.02	Outras	2.263.258,77
05	SUBSÍDIOS	938.826,66
05.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	559.811,12
05.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	559.811,12
05.08	FAMÍLIAS	379.015,54
05.08.03	OUTRAS	379.015,54
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.038.716,86
06.02	DIVERSAS	2.038.716,86
06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	1.666.778,95



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
06.02.03	OUTRAS	371.937,91
06.02.03.01	Restituições	36.295,03
06.02.03.99	Diversas	335.642,88
	<b>D E S P E S A S D E C A P I T A L</b>	<b>31.154.172,20</b>
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	24.439.433,10
07.01	INVESTIMENTOS	23.167.493,17
07.01.01	TERRENOS	2.000,00
07.01.01.0D	TERRENOS-ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	2.000,00
07.01.02	HABITAÇÕES	392.352,00
07.01.02.03	Reparação e Beneficiação	392.352,00
07.01.02.03.0D	Reparação e Beneficiação- Administração Local- Continente	392.352,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	7.659.253,73
07.01.03.01	Instalações de Serviços	85.000,00
07.01.03.01.0D	Instalações de Serviços- Administração Local- Continente	85.000,00
07.01.03.02	Instalações Desportivas e Recreativas	3.011.000,00
07.01.03.02.0D	Instalações Desportivas e Recreativas- Administração Local- Continente	3.011.000,00
07.01.03.03	Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária	40.704,00
07.01.03.03.0D	Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária- Administração Local- Continente	40.704,00
07.01.03.04	Creches	2.000,00
07.01.03.04.0D	Creches- Administração Local- Continente	2.000,00
07.01.03.05	Escolas	3.888.729,73
07.01.03.05.0D	Escolas- Administração Local- Continente	3.888.729,73
07.01.03.07	Reparação de Edifícios	626.820,00
07.01.03.07.0D	Reparação de Edifícios- Administração Local- Continente	626.820,00
07.01.03.99	Outros	5.000,00
07.01.03.99.0D	Outros- Administração Local- Continente	5.000,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	9.932.706,24
07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	5.244.604,07
07.01.04.01.0D	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares- Administração Local- Continente	5.244.604,07
07.01.04.03	Iluminação Pública	112.280,00
07.01.04.03.0D	Iluminação Pública- Administração Local- Continente	112.280,00
07.01.04.04	Parques e Jardins	2.547.795,00
07.01.04.04.0D	Parques e Jardins- Administração Local- Continente	2.547.795,00
07.01.04.05	Instalações Desportivas e Recreativas	3.000,00
07.01.04.05.0D	Instalações Desportivas e Recreativas- Administração Local- Continente	3.000,00
07.01.04.08	Sinalização e Trânsito	332.057,00
07.01.04.08.0D	Sinalização e Trânsito- Administração Local- Continente	332.057,00
07.01.04.09	Infraestruturas para Distribuição de Energia Eléctrica	10.000,00
07.01.04.09.0D	Infraestruturas para Distribuição de Energia Eléctrica- Administração Local- Continente	10.000,00
07.01.04.11	Cemitérios	408.991,00
07.01.04.11.0D	Cemitérios- Administração Local- Continente	408.991,00
07.01.04.99	Outros	1.273.979,17
07.01.04.99.0D	Outros- Administração Local- Continente	1.273.979,17
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	627.505,00
07.01.06.0D	MATERIAL DE TRANSPORTES- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	627.505,00
07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1.248.233,68
07.01.07.0D	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	1.248.233,68
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	15.000,00
07.01.08.0D	SOFTWARE INFORMÁTICO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	15.000,00
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	134.760,00
07.01.09.0D	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	134.760,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	248.035,00
07.01.10.0D	EQUIPAMENTO BÁSICO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	248.035,00
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	2.907.647,52
07.01.15.0D	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	2.907.647,52
07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA	1.271.939,93
07.02.05	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	1.147.366,76
07.02.07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO- LOCAÇÃO FINANCEIRA	124.573,17
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.891.821,10
08.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	160.000,00
08.01.01	PÚBLICAS	160.000,00
08.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	160.000,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	487.542,10
08.05.01	CONTINENTE	487.542,10
08.05.01.03	FREGUESIAS	487.542,10
08.05.01.03.12	Descentralização Limpeza Pública	49.940,00
08.05.01.03.13	Descentralização de competências	437.602,10
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	2.244.279,00
08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	2.244.279,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	100.000,00
09.03	TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	100.000,00
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS	100.000,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	2.866.918,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	2.866.918,00
10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2.866.918,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	856.000,00
11.02	DIVERSAS	856.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS		92.885.982,86

## ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

## ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_



**CAPÍTULO 2**  
**ORÇAMENTO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa da Despesa  
por Classificação Orgânica/Económica**



ENTIDADE	ORÇAMENTO DA DESPESA	DOTAÇÕES INICIAIS
MUNICIPIO DE ALMADA	( POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA )	DO ANO 2010

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	23.211.574,27	
01.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	132.996,19	
		DESPESAS CORRENTES		132.996,19
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		76.469,56
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		76.469,56
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		728,88
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		75.740,68
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		56.526,63
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		20.997,60
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		498,80
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		20.000,00
	02.01.21	OUTROS BENS		498,80
	02.01.21.99	Outros		498,80
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		35.529,03
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		3.035,04
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		30.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		2.493,99
	02.02.25.99	Outros		2.493,99
01.02		CÂMARA MUNICIPAL	19.442.607,18	
01.02.00		CÂMARA MUNICIPAL	16.522.274,32	
		DESPESAS CORRENTES		6.724.872,01
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		271.030,14
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		271.030,14
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		271.030,14
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		3.876.291,47
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		548.199,98
	02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS		185.363,50
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		4.273,10
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		188.459,22
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		11.000,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		6.258,15
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		2.720,77
	02.01.21	OUTROS BENS		150.125,24
	02.01.21.99	Outros		150.125,24
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		3.328.091,49
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		14.548,00
	02.02.10	TRANSPORTES		41.157,99
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		55.106,45
	02.02.12	SEGUROS		107.090,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		29.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		345.909,19
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		276.153,76
	02.02.17	PUBLICIDADE		377.567,05
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		122,85
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		266.814,43
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		1.108.355,16
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		706.266,61
	02.02.25.99	Outros		706.266,61
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.576.479,23
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		2.576.479,23
	04.05.01	CONTINENTE		2.576.479,23
	04.05.01.01	ASSEMBLEIAS DISTRITAIS		51.818,49
	04.05.01.01.01	Assembleia Distrital de Setúbal		51.818,49
	04.05.01.02	MUNICÍPIOS		243.862,95
	04.05.01.02.01	AMRS-Associação de Municípios da Região de Setúbal		188.992,45
	04.05.01.02.02	ANM-Associação Nacional de Municípios		6.329,00
	04.05.01.02.03	AML-Área Metropolitana de Lisboa		33.135,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	04.05.01.02.04	AIA-Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal		15.406,50
	04.05.01.03	FREGUESIAS		2.280.797,79
	04.05.01.03.13	Descentralização de competências		2.264.650,72
	04.05.01.03.99	Outras Transferências para as Freguesias		16.147,07
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.071,17
	06.02	DIVERSAS		1.071,17
	06.02.03	OUTRAS		1.071,17
	06.02.03.99	Diversas		1.071,17
		DESPESAS DE CAPITAL		9.797.402,31
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		8.959.860,21
	07.01	INVESTIMENTOS		8.959.860,21
	07.01.03	EDIFÍCIOS		3.647.820,00
	07.01.03.01	Instalações de Serviços		5.000,00
	07.01.03.01.0D	Instalações de Serviços- Administração Local- Continente		5.000,00
	07.01.03.02	Instalações Desportivas e Recreativas		3.010.000,00
	07.01.03.02.0D	Instalações Desportivas e Recreativas- Administração Local- Continente		3.010.000,00
	07.01.03.04	Creches		2.000,00
	07.01.03.04.0D	Creches- Administração Local- Continente		2.000,00
	07.01.03.07	Reparação de Edifícios		626.820,00
	07.01.03.07.0D	Reparação de Edifícios- Administração Local- Continente		626.820,00
	07.01.03.99	Outros		4.000,00
	07.01.03.99.0D	Outros- Administração Local- Continente		4.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		3.221.380,21
	07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		1.719.901,04
	07.01.04.01.0D	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares- Administração Local- Continente		1.719.901,04
	07.01.04.04	Parques e Jardins		452.000,00
	07.01.04.04.0D	Parques e Jardins- Administração Local- Continente		452.000,00
	07.01.04.08	Sinalização e Trânsito		151.000,00
	07.01.04.08.0D	Sinalização e Trânsito- Administração Local- Continente		151.000,00
	07.01.04.99	Outros		898.479,17
	07.01.04.99.0D	Outros- Administração Local- Continente		898.479,17
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		440.400,00
	07.01.06.0D	MATERIAL DE TRANSPORTES- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		440.400,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		190.500,00
	07.01.07.0D	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		190.500,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		15.000,00
	07.01.08.0D	SOFTWARE INFORMÁTICO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		15.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		104.760,00
	07.01.09.0D	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		104.760,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		5.000,00
	07.01.10.0D	EQUIPAMENTO BÁSICO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		5.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		1.335.000,00
	07.01.15.0D	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		1.335.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		837.542,10
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		487.542,10
	08.05.01	CONTINENTE		487.542,10
	08.05.01.03	FREGUESIAS		487.542,10
	08.05.01.03.12	Descentralização Limpeza Pública		49.940,00
	08.05.01.03.13	Descentralização de competências		437.602,10
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		350.000,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		350.000,00
01.02.01		DIRP- INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	639.094,30	
		DESPESAS CORRENTES		639.094,30
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		639.094,30
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		25.713,90
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1.703,74
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		19.500,00
	02.01.21	OUTROS BENS		4.510,16



CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01.02.02	02.01.21.99	Outros		4.510,16
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		613.380,40
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		2.444,10
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		17.210,06
	02.02.10	TRANSPORTES		800,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		1.112,10
	02.02.15	FORMAÇÃO		700,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		9.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		236,80
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		559.558,56
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		22.318,78
	02.02.25.99	Outros		22.318,78
		PROTECÇÃO CIVIL	497.364,94	
		DESPESAS CORRENTES		183.085,94
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		183.085,94
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		183.085,94
	02.02.12	SEGUROS		112.090,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		70.995,94
	02.02.25.99	Outros		70.995,94
		DESPESAS DE CAPITAL		314.279,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		15.000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		15.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		7.500,00
	07.01.10.00	EQUIPAMENTO BÁSICO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		7.500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		7.500,00
	07.01.15.00	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		7.500,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		299.279,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		299.279,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		299.279,00
01.02.03		SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL	324.123,06	
		DESPESAS CORRENTES		324.123,06
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		324.123,06
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		12.863,10
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		91,80
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		657,80
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1.000,00
	02.01.21	OUTROS BENS		11.113,50
	02.01.21.99	Outros		11.113,50
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		311.259,96
01.02.04	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		69,86
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		2.215,16
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		300,00
	02.02.10	TRANSPORTES		300,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		6.460,75
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		23.063,10
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		275.250,81
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		3.600,28
	02.02.25.99	Outros		3.600,28
		CIAC - CENTRO INFORMAÇÃO E APOIO AO CONSUMIDOR	7.080,56	
		DESPESAS CORRENTES		7.080,56
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		6.247,17
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.634,17
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		700,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		600,00
	02.01.21	OUTROS BENS		334,17
	02.01.21.99	Outros		334,17
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		4.613,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		1.500,00
	02.02.10	TRANSPORTES		1.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		423,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		1.690,00
	02.02.25.99	Outros		1.690,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		833,39

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01.02.05	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		833,39
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		833,39
	04.07.01.02	Outras		833,39
		DEGAS- DEP. ESTR. GESTÃO AMBIENTAL SUSTENT.	1.452.670,00	
		DESPESAS CORRENTES		283.370,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		283.370,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		42.800,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		500,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		300,00
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		34.500,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1.200,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		4.000,00
	02.01.21	OUTROS BENS		2.300,00
	02.01.21.99	Outros		2.300,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		240.570,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		240,00
	02.02.10	TRANSPORTES		480,00
	02.02.13	DESDOCAÇÕES E ESTADAS		15.000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		12.000,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		1.800,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		189.800,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		21.250,00
	02.02.25.99	Outros		21.250,00
		DESPESAS DE CAPITAL		1.169.300,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1.169.300,00
	07.01	INVESTIMENTOS		1.169.300,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		30.000,00
	07.01.03.01	Instalações de Serviços		30.000,00
	07.01.03.01.0D	Instalações de Serviços- Administração Local- Continente		30.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		410.500,00
	07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		50.000,00
	07.01.04.01.0D	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares- Administração Local- Continente		50.000,00
	07.01.04.04	Parques e Jardins		350.000,00
	07.01.04.04.0D	Parques e Jardins- Administração Local- Continente		350.000,00
	07.01.04.09	Infraestruturas para Distribuição de Energia Eléctrica		10.000,00
	07.01.04.09.0D	Infraestruturas para Distribuição de Energia Eléctrica- Administração Local- Continente		10.000,00
	07.01.04.99	Outros		500,00
	07.01.04.99.0D	Outros- Administração Local- Continente		500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		728.800,00
	07.01.15.0D	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		728.800,00
01.03		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3.635.970,90	
		DESPESAS CORRENTES		669.052,90
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		669.052,90
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		560.355,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		560.355,00
	03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		108.697,90
	03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE		101.699,13
	03.03.07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO		6.998,77
		DESPESAS DE CAPITAL		2.966.918,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		100.000,00
	09.03	TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZO		100.000,00
	09.03.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS		100.000,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		2.866.918,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		2.866.918,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		2.866.918,00
02		ADMINISTRAÇÃO GERAL	40.943.111,39	
	02.01	DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	10.257.507,01	
		DESPESAS CORRENTES		7.570.372,08
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		5.532.726,39



CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		897.035,43
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		237,60
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		143.356,91
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÊNEROS PARA CONFECCIONAR		451,13
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		247.209,64
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		215.864,63
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		3.763,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		997,60
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1.007,39
	02.01.21	OUTROS BENS		284.147,53
	02.01.21.99	Outros		284.147,53
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		4.635.690,96
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1.052.695,76
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		468.492,85
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		74.917,07
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		473.551,57
	02.02.10	TRANSPORTES		7.764,00
	02.02.12	SEGUROS		198.438,05
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		2.677,50
	02.02.15	FORMAÇÃO		1.305,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		56.900,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		578.355,91
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		373.933,43
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		56.052,83
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		853.196,46
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		437.410,53
	02.02.25.02	GAT- Gabinete de Apoio Técnico		6.872,00
	02.02.25.99	Outros		430.538,53
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.037.645,69
	06.02	DIVERSAS		2.037.645,69
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		1.666.778,95
	06.02.03	OUTRAS		370.866,74
	06.02.03.01	Restituições		36.295,03
	06.02.03.99	Diversas		334.571,71
		DESPESAS DE CAPITAL		2.687.134,93
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1.831.134,93
	07.01	INVESTIMENTOS		559.195,00
	07.01.01	TERRENOS		2.000,00
	07.01.01.0D	TERRENOS-ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		2.000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		40.704,00
	07.01.03.03	Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária		40.704,00
	07.01.03.03.0D	Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária- Administração Local- Continente		40.704,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		408.991,00
	07.01.04.11	Cemitérios		408.991,00
	07.01.04.11.0D	Cemitérios- Administração Local- Continente		408.991,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		7.500,00
	07.01.10.0D	EQUIPAMENTO BÁSICO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		7.500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		100.000,00
	07.01.15.0D	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		100.000,00
	07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA		1.271.939,93
	07.02.05	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA		1.147.366,76
	07.02.07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO- LOCAÇÃO FINANCEIRA		124.573,17
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		856.000,00
	11.02	DIVERSAS		856.000,00
02.02		RECURSOS HUMANOS	29.576.187,90	
		DESPESAS CORRENTES		29.576.187,90
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		28.810.838,79
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		22.178.675,48
	01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		224.354,47
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		16.109.480,14



CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		15.942.483,99
	01.01.04.02	CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		166.996,15
	01.01.05	PESSOAL PARA ALÉM DOS QUADROS		7.402,84
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		429.146,01
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		16.328,51
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		76.505,50
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		446.731,21
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		249.014,15
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		41.243,02
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		1.597.549,56
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		1.380.977,48
	01.01.13.01.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO		1.347.440,33
	01.01.13.01.02	CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		33.537,15
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		210.431,30
	01.01.13.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		6.140,78
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		2.968.572,62
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		2.810.570,61
	01.01.14.01.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		2.721.798,91
	01.01.14.01.02	CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		88.771,70
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		158.002,01
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		12.347,45
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		1.494.742,22
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		260.997,01
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		33.562,72
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		27.882,86
	01.02.06	FORMAÇÃO		619,62
	01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		1.036,72
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		23.975,50
	01.02.11	SUBSÍDIO DE TURNO		416.350,28
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		730.317,51
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		5.137.421,09
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		902.593,02
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		206.791,31
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		249.600,11
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		3.265.112,65
	01.03.05.02	Segurança Social dos funcionários públicos		3.085.112,65
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		2.881.210,19
	01.03.05.02.02	Regime Geral		203.902,46
	01.03.05.03	Segurança social - Regime geral		180.000,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES		33.350,57
	01.03.09	SEGUROS		479.973,43
	01.03.09.01	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais		174.113,43
	01.03.09.02	Seguros de Saúde		305.860,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		697.749,11
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		424.171,70
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		233,46
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		308.350,13
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÊNEROS PARA CONFECCIONAR		456,63
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1.172,14
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		55.000,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		800,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		2.197,21
	02.01.21	OUTROS BENS		55.962,13
	02.01.21.99	Outros		55.962,13
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		273.577,41
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		1.944,51
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		9.200,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		925,00
	02.02.10	TRANSPORTES		1.842,48
	02.02.15	FORMAÇÃO		88.123,41
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		1.950,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		40.200,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		8.793,54

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
02.03	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	1.109.416,48	11.118,57
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		109.479,90
	02.02.25.99	Outros		109.479,90
	05	SUBSÍDIOS		67.600,00
	05.08	FAMÍLIAS		67.600,00
	05.08.03	OUTRAS		67.600,00
		INFORMÁTICA		
		DESPESAS CORRENTES		448.215,80
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		448.215,80
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.200,00
	02.01.21	OUTROS BENS		1.200,00
	02.01.21.99	Outros		1.200,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		447.015,80
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		445.815,80
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		1.200,00
	02.02.25.99	Outros		1.200,00
		DESPESAS DE CAPITAL		661.200,68
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		661.200,68
	07.01	INVESTIMENTOS		661.200,68
03 03.01	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	13.006.844,50 249.113,36	661.200,68
	07.01.07.0D	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		661.200,68
		OBRAS E VALORIZAÇÃO URBANA		
		DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS		
		DESPESAS CORRENTES		70.361,36
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		46.042,57
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		46.042,57
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		46.042,57
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		24.318,79
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		3.129,62
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1.617,92
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1.511,70
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		21.189,17
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		250,00
	02.02.10	TRANSPORTES		250,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		8.600,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		583,67
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		154,88
03.02	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	6.803.610,97	11.350,62
	02.02.25.99	Outros		11.350,62
		DESPESAS DE CAPITAL		178.752,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		178.752,00
	07.01	INVESTIMENTOS		178.752,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		178.752,00
	07.01.15.0D	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		178.752,00
		DEPART. SALUBRIDADE, ESPAÇOS VERDES E TRANSPORTES		
		DESPESAS CORRENTES		4.810.829,97
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		47.325,30
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		47.325,30
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		47.325,30
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4.758.504,75
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.492.338,66
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		763.289,56
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÊNEROS PARA CONFECCIONAR		21.812,03
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		794,46
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		74.500,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		4.984,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		420,00
	02.01.21	OUTROS BENS		626.538,61
	02.01.21.99	Outros		626.538,61
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		3.266.166,09
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		3.518,04
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		329.886,85



CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
03.03	02.02.09	COMUNICAÇÕES		567,50
	02.02.10	TRANSPORTES		2.580,43
	02.02.12	SEGUROS		143.838,04
	02.02.15	FORMAÇÃO		4.988,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		2.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		5.048,64
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		735.851,86
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		2.037.886,73
	02.02.25.01	RSU- Resíduos Sólidos urbanos		2.007.536,21
	02.02.25.99	Outros		30.350,52
	05	SUBSÍDIOS		4.999,92
	05.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		4.999,92
	05.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		4.999,92
		DESPESAS DE CAPITAL		1.992.781,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1.992.781,00
	07.01	INVESTIMENTOS		1.992.781,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		1.684.481,00
	07.01.04.04	Parques e Jardins		1.684.481,00
	07.01.04.04.0D	Parques e Jardins- Administração Local- Continente		1.684.481,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		187.105,00
	07.01.06.0D	MATERIAL DE TRANSPORTES- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		187.105,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		30.000,00
	07.01.09.0D	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		30.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		89.195,00
	07.01.10.0D	EQUIPAMENTO BÁSICO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		89.195,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		2.000,00
	07.01.15.0D	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		2.000,00
		DEPARTAMENTO TRÂNSITO, REDE VIÁRIA E MANUTENÇÃO	5.459.851,82	
		DESPESAS CORRENTES		1.533.957,79
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1.533.957,79
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.491.831,74
	02.01.21	OUTROS BENS		1.491.831,74
	02.01.21.01	Iluminação Pública		1.483.521,62
	02.01.21.99	Outros		8.310,12
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		42.126,05
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		1.413,60
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		282,50
	02.02.10	TRANSPORTES		350,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		500,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		15.000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		18.500,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		6.079,95
	02.02.25.99	Outros		6.079,95
		DESPESAS DE CAPITAL		3.925.894,03
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		3.765.894,03
	07.01	INVESTIMENTOS		3.765.894,03
	07.01.03	EDIFÍCIOS		50.000,00
	07.01.03.01	Instalações de Serviços		50.000,00
	07.01.03.01.0D	Instalações de Serviços- Administração Local- Continente		50.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		3.710.894,03
	07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		3.445.630,03
	07.01.04.01.0D	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares- Administração Local- Continente		3.445.630,03
	07.01.04.03	Iluminação Pública		112.280,00
	07.01.04.03.0D	Iluminação Pública- Administração Local- Continente		112.280,00
	07.01.04.08	Sinalização e Trânsito		152.984,00
	07.01.04.08.0D	Sinalização e Trânsito- Administração Local- Continente		152.984,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		5.000,00
	07.01.10.0D	EQUIPAMENTO BÁSICO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		5.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		160.000,00
	08.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		160.000,00
	08.01.01	PÚBLICAS		160.000,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
03.04	08.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	494.268,35	160.000,00
		DIVISÃO DE HABITAÇÃO		
		DESPESAS CORRENTES		
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		76.916,35
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		76.916,35
	02.01.21	OUTROS BENS		1.200,00
	02.01.21.99	Outros		1.200,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.200,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		75.716,35
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		51.729,82
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		22.200,00
	02.02.25.99	Outros		1.786,53
		DESPESAS DE CAPITAL		1.786,53
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		417.352,00
	07.01	INVESTIMENTOS		417.352,00
	07.01.02	HABITAÇÕES		417.352,00
	07.01.02.03	Reparação e Beneficiação		392.352,00
	07.01.02.03.0D	Reparação e Beneficiação- Administração Local- Continente		392.352,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		25.000,00
	07.01.04.99	Outros		25.000,00
	07.01.04.99.0D	Outros- Administração Local- Continente		25.000,00
04 04.01		PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO	1.052.775,18 190.490,90	
		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA		
		DESPESAS CORRENTES		
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		134.344,90
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		19.912,15
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		19.912,15
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		19.912,15
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		114.432,75
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		5.209,97
	02.01.21	OUTROS BENS		3.100,00
	02.01.21.99	Outros		2.109,97
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2.109,97
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		109.222,78
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		8.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		20.544,79
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		1.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		1.475,77
	02.02.17	PUBLICIDADE		1.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		4.660,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		782,97
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		60.000,00
	02.02.25.99	Outros		11.759,25
		DESPESAS DE CAPITAL		11.759,25
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		56.146,00
	07.01	INVESTIMENTOS		56.146,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		56.146,00
	07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		56.146,00
	07.01.04.01.0D	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares- Administração Local- Continente		28.073,00
	07.01.04.08	Sinalização e Trânsito		28.073,00
	07.01.04.08.0D	Sinalização e Trânsito- Administração Local- Continente		28.073,00
04.02		DEPARTAMENTO PLANEAMENTO URBANÍSTICO	862.284,28	
		DESPESAS CORRENTES		
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		189.900,76
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		172.355,29
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		172.355,29
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		172.355,29
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		17.545,47
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		3.230,85
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1.030,85
	02.01.21	OUTROS BENS		1.000,00



CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
05 05.01	02.01.21.99	Outros		1.200,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		14.314,62
	02.02.15	FORMAÇÃO		2.950,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		8.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		3.364,62
	02.02.25.99	Outros		3.364,62
		DESPESAS DE CAPITAL		672.383,52
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		672.383,52
	07.01	INVESTIMENTOS		672.383,52
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		351.000,00
	07.01.04.04	Parques e Jardins		1.000,00
	07.01.04.04.0D	Parques e Jardins- Administração Local- Continente		1.000,00
	07.01.04.99	Outros		350.000,00
	07.01.04.99.0D	Outros- Administração Local- Continente		350.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		321.383,52
	07.01.15.0D	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		321.383,52
		DESENVOLVIMENTO SOCIAL	14.671.677,52	
		DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	8.154.498,31	
		DESPESAS CORRENTES		3.719.869,58
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		33.716,25
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		33.716,25
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		33.716,25
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.619.441,59
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		98.356,63
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		393,58
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		41.100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		600,00
	02.01.21	OUTROS BENS		56.263,05
	02.01.21.99	Outros		56.263,05
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2.521.084,96
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		7.966,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		23.224,56
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		891,00
	02.02.10	TRANSPORTES		368.391,36
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		81,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		64,90
	02.02.15	FORMAÇÃO		254,25
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		620,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		6.570,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		43.333,93
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		5.314,49
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		235.064,80
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		1.829.308,67
	02.02.25.03	Apoio Alimentar		1.606.759,84
	02.02.25.99	Outros		222.548,83
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		200.485,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		200.485,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		200.485,00
	04.07.01.02	Outras		200.485,00
	05	SUBSÍDIOS		866.226,74
	05.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		554.811,20
	05.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		554.811,20
	05.08	FAMÍLIAS		311.415,54
	05.08.03	OUTRAS		311.415,54
		DESPESAS DE CAPITAL		4.434.628,73
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		4.434.628,73
	07.01	INVESTIMENTOS		4.434.628,73
	07.01.03	EDIFÍCIOS		3.888.729,73
	07.01.03.05	Escolas		3.888.729,73
	07.01.03.05.0D	Escolas- Administração Local- Continente		3.888.729,73
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		60.314,00
	07.01.04.04	Parques e Jardins		60.314,00
	07.01.04.04.0D	Parques e Jardins- Administração Local- Continente		60.314,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
05.02	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1.602.823,97	396.533,00
	07.01.07.0D	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		396.533,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		4.840,00
	07.01.10.0D	EQUIPAMENTO BÁSICO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		4.840,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		84.212,00
	07.01.15.0D	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		84.212,00
		DEPARTAMENTO CULTURA		
		DESPESAS CORRENTES		1.472.823,97
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		29.328,35
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		29.328,35
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		29.328,35
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		687.495,62
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		122.840,38
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		2.321,23
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		49.715,92
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		3.120,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		2.400,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		16.040,45
	02.01.21	OUTROS BENS		49.242,78
	02.01.21.99	Outros		49.242,78
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		564.655,24
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		80.940,17
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		1.800,00
	02.02.10	TRANSPORTES		2.009,85
	02.02.15	FORMAÇÃO		2.500,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		9.050,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		203.432,81
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		264.922,41
	02.02.25.99	Outros		264.922,41
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		756.000,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		756.000,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		756.000,00
	04.07.01.02	Outras		756.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		130.000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		130.000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		130.000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		1.000,00
	07.01.03.02	Instalações Desportivas e Recreativas		1.000,00
	07.01.03.02.0D	Instalações Desportivas e Recreativas- Administração Local- Continente		1.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		79.000,00
	07.01.10.0D	EQUIPAMENTO BÁSICO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		79.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		50.000,00
	07.01.15.0D	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		50.000,00
		DEPARTAMENTO ACÇÃO DESPORTIVA		
05.03		DESPESAS CORRENTES	1.525.099,20	1.421.099,20
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		14.249,60
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		14.249,60
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		14.249,60
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1.188.512,68
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		168.665,48
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		293,51
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		64.400,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		742,10
	02.01.21	OUTROS BENS		103.229,87
	02.01.21.99	Outros		103.229,87
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.019.847,20
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		470,96
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		95.003,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		250,00
	02.02.10	TRANSPORTES		16.924,98
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		102.727,60



CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
05.04	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		36.140,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		768.330,66
	02.02.25.99	Outros		768.330,66
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		218.336,92
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		218.336,92
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		218.336,92
	04.07.01.02	Outras		218.336,92
		DESPESAS DE CAPITAL		104.000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		104.000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		104.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		4.000,00
	07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		1.000,00
	07.01.04.01.0D	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares- Administração Local- Continente		1.000,00
	07.01.04.05	Instalações Desportivas e Recreativas		3.000,00
	07.01.04.05.0D	Instalações Desportivas e Recreativas- Administração Local- Continente		3.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		50.000,00
	07.01.10.0D	EQUIPAMENTO BÁSICO- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		50.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		50.000,00
	07.01.15.0D	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		50.000,00
		DIVISÃO ACÇÃO SOCIO-CULTURAL	3.182.611,35	
		DESPESAS CORRENTES		1.587.611,35
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		513.403,14
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		33.940,91
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		567,45
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		29.170,50
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		509,82
	02.01.21	OUTROS BENS		3.693,14
	02.01.21.99	Outros		3.693,14
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		479.462,23
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		1.800,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		693,54
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		270,00
	02.02.10	TRANSPORTES		12.759,79
	02.02.12	SEGUROS		1.280,03
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		90,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		7.667,75
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		8.348,87
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1.320,90
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		57.911,49
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		387.319,86
	02.02.25.99	Outros		387.319,86
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.074.208,21
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1.074.208,21
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1.074.208,21
	04.07.01.02	Outras		1.074.208,21
		DESPESAS DE CAPITAL		1.595.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.595.000,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1.595.000,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1.595.000,00
		DIVISÃO DO TURISMO	206.644,69	
		DESPESAS CORRENTES		155.644,69
05.05	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		142.249,44
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		22.337,96
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		9.750,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		8.000,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		4.487,96
	02.01.21.99	Outros		4.487,96
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		119.911,48
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		2.764,80
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		643,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02.10	TRANSPORTES		1.229,27
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1.040,50
	02.02.15	FORMAÇÃO		1.097,20
	02.02.17	PUBLICIDADE		3.175,57
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		92.224,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		17.737,14
	02.02.25.99	Outros		17.737,14
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		13.395,25
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		13.395,25
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		13.395,25
	04.07.01.02	Outras		13.395,25
		DESPESAS DE CAPITAL		51.000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		51.000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		51.000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		1.000,00
	07.01.03.99	Outros		1.000,00
	07.01.03.99.00	Outros- Administração Local- Continente		1.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		50.000,00
	07.01.15.00	OUTROS INVESTIMENTOS- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE		50.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				92.885.982,86

## ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

## ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_



*Página propositadamente em branco*



CAPÍTULO **2**  
**ORÇAMENTO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa de Transferências  
para as Juntas de Freguesia**

## ORÇAMENTO 2010

## MAPA TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

## PROTOCOLO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	TOTAL
010200/0405010313	010200/0805010313	

## JUNTA DE FREGUESIA

ALMADA	212.890,78	36.846,97	249.737,75
CACILHAS	97.538,58	17.805,76	115.344,34
CAPARICA	348.945,39	61.689,70	410.635,09
CHARNECA DA CAPARICA	196.684,76	53.220,30	249.905,06
COSTA DA CAPARICA	172.535,62	37.545,55	210.081,17
COVA DA PIEDADE	234.992,69	49.583,43	284.576,12
FEIJÓ	118.697,70	41.795,15	160.492,85
LARANJEIRO	228.477,61	44.015,69	272.493,30
PRAGAL	122.028,95	16.492,39	138.521,34
SOBREDA	184.681,65	41.962,47	226.644,12
TRAFARIA	347.176,99	36.644,69	383.821,68
	<b>2.264.650,72</b>	<b>437.602,10</b>	<b>2.702.252,82</b>

*Página propositadamente em branco*



**CAPÍTULO 2**  
**ORÇAMENTO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa de Empréstimos**

**MAPA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO-ANO 2010**

Un.Mon: Euros

Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data da contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo	Capital		Taxa de juro		Encargos do Ano			Divida em 1 de Janeiro (previsão)	Divida em 31 de Dezembro (previsão)	Observações
					Número de registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total			
<b>Médio e Longo Prazo:</b>																	
ESCOLAS	21-11-2006	03-11-2006	20	2	2024/06	27-12-2006	N	2.511.779,00	2.511.779,00	4,8%	4,7%	0,00	34.711,04	34.711,04	2.511.779,00	2.511.779,00	
REDE VIÁRIA E S. BÁSICO	29-09-1998	26-11-1998	17	9	3860	23-03-1999	I	22.445.905,37	22.076.000,00			1.471.733,33	169.420,30	1.641.153,63	13.245.600,00	11.773.866,67	( C )
							N		7.381.237,13	0,7%	1,4%	492.082,48	56.646,65	548.729,12	4.428.742,28	3.936.659,80	( C )
							I		14.694.762,87	0,7%	1,4%	979.650,86	112.773,65	1.092.424,51	8.816.857,72	7.837.206,87	
PRU	20-12-1996	28-01-1998	10	11			I	435.201,17	435.201,17	2,8%	3,4%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	( 3 ) ( A )
PRU	20-12-1996	28-01-1998	10	10			I	370.916,09	370.916,09	2,8%	2,0%	46.364,51	608,54	46.973,05	46.364,52	0,00	( 3 ) ( A )
PRU	20-12-1996	28-01-1998	10	9			I	114.530,01	114.530,01	2,8%	3,4%	14.316,25	313,17	14.629,42	21.474,37	7.158,12	( 3 ) ( A )
CONVENTO CAPUCHOS	28-09-2001	20-11-2001	20	8	4606	18-01-2001	I	1.096.050,52	858.340,26	0,6%	3,4%	45.687,22	9.995,69	55.682,91	571.090,18	525.402,96	( C )
147 FOGOS	28-06-1996	29-11-1996	25	12	74493	18-10-1995	I	2.306.805,60	2.030.002,69	12,5%	2,1%	86.527,01	6.405,40	92.932,41	1.253.247,87	1.166.720,86	( 2 ) ( B )
132 FOGOS	10-11-1995	10-11-1995	25	12	79961	24-10-1995	I	1.404.280,68	1.283.122,67	14,5%	4,9%	55.777,00	9.144,00	64.921,00	809.699,92	753.922,92	( 1 ) ( B )
128 FOGOS	06-07-1995	10-11-1995	25	12	79962	24-10-1995	I	1.567.851,48	1.509.342,48	14,5%	4,2%	65.452,22	10.731,35	76.183,57	950.142,28	884.690,06	( 1 ) ( B )
112 FOGOS	22-09-1995	04-12-1995	25	13	90429	02-11-1995	I	1.757.748,83	1.757.748,83	12,5%	1,8%	76.417,41	4.675,73	81.093,15	1.021.736,99	945.319,57	( 2 ) ( B )
33 FOGOS	29-02-1996	11-09-1996	25	11	39793	30-07-1996	I	410.984,53	410.984,53	12,5%	2,9%	17.470,03	1.009,93	18.479,97	260.184,94	242.714,91	( 2 ) ( B )
126 FOGOS	28-06-1996	17-07-1997	25	13	34650	24-06-1997	I	2.323.260,94	2.323.260,94	12,5%	3,1%	99.118,00	6.209,96	105.327,96	1.326.124,99	1.227.006,99	( 2 ) ( B )
79 FOGOS	05-05-1998	20-06-2000	20	10	976	01-06-2000	I	1.445.301,82	1.445.301,82	Lisbor 6 meses	1,5%	73.903,53	2.872,74	76.776,27	789.872,36	715.968,83	( 4 ) ( B )
126 FOGOS	03-03-2000	21-06-2000	20	10	978	01-06-2000	I	2.355.169,04	2.355.169,04	Lisbor 6 meses	1,5%	123.169,23	4.787,77	127.957,01	1.316.418,52	1.193.249,29	( 4 ) ( B )
68 FOGOS	30-04-2001	25-09-2001	25	9	4508/01	03-01-2002	I	1.385.347,48	1.385.347,48	1,2%	2,9%	56.808,79	3.793,47	60.602,26	996.208,69	939.399,90	( B )
188 FOGOS	02-02-2000	16-03-2000	20	8	977	01-05-2000	I	3.944.493,77	3.944.493,77	0,9%	1,5%	237.979,31	11.560,92	249.540,23	3.163.876,24	2.925.896,93	( B )
87 FOGOS	24-11-2002	03-12-2003	25	6	3046	31-12-2003	N	1.812.853,60	1.812.853,60	0,7%	3,6%	71.141,45	7.971,47	79.112,93	1.460.596,47	1.389.455,02	
MUSEU	28-09-2001	14-11-2002	10	8	3227/02	06-03-2003	I	1.467.277,48	1.467.277,48	0,4%	8,6%	198.194,46	14.045,21	212.239,67	609.703,03	411.508,57	( B )
188 FOGOS-reforço	29-10-2004	18-11-2004	18	6	2804	23-12-2004	N	419.963,83	419.963,83	0,7%	1,5%	25.337,27	1.230,87	26.568,14	336.852,76	311.515,49	
188 FOGOS-reforço	30-06-2005	08-09-2005	17	5	2464	03-11-2005	N	81.258,40	81.258,40	0,7%	1,5%	4.902,48	238,16	5.140,65	65.177,34	60.274,85	
58 FOGOS	04-11-2002	18-11-2004	25	5	2803	23-12-2004	N	1.403.602,80	1.403.602,80	0,7%	3,2%	54.990,34	5.539,17	60.529,51	1.209.938,36	1.154.948,03	
55 FOGOS	04-11-2002	09-09-2005	25	5	2465	03-11-2005	N	1.072.165,46	1.072.165,46	0,8%	2,2%	41.628,13	5.090,09	46.718,22	924.691,24	883.063,11	
AMPL. REDE ESCOLAR E REGEN. URBANA	01-07-2009	02-07-2009	20		1284	13-08-2009	I	8.000.000,00		3,2%			250.000,00	250.000,00		8.000.000,00	( D )
							N	2.137.492,00		3,2%							
							I	5.862.508,00		3,2%							
<b>TOTAL</b>								<b>60.132.747,89</b>	<b>51.068.662,35</b>			<b>2.866.918,00</b>	<b>560.355,00</b>	<b>3.427.273,00</b>	<b>32.890.780,09</b>	<b>38.023.862,09</b>	

**Legenda:**

- ( 1 ) Sobre a taxa de juro, incide uma bonificação de 1/3 da tx de referência prevista no Dec-Lei 359/89
- ( 2 ) Sobre a taxa de juro, incide uma bonificação de 75% da tx de referência prevista no Dec-Lei 163/93
- ( 3 ) Sobre a taxa de juro, incide uma bonificação de 2% a conceder pelo FEDER
- ( 4 ) Sobre a taxa de juro, incide uma bonificação de 75% prevista na Portaria 949/98 de 03/11
- ( A ) Isento do Limite de Endividamento - prevista na Lei 3-B/2000 de 4 de Abril
- ( B ) Isento do Limite de Endividamento - prevista na Lei 42/98 de 6 de Agosto
- ( C ) Isento do Limite de Endividamento - prevista na Lei 3-B/2000 de 4 de Abril
- ( D ) Isento do Limite de Endividamento - prevista na Lei 2/2007 de 15 de Janeiro



**CAPÍTULO 1**  
OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2011

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Índice**



# ALMADA +







## OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2011

---








INTRODUÇÃO .....	1	
------------------	---	---

### CAPÍTULO 1

#### Opções do Plano

Visão Almada “Mais” e Eixos de Desenvolvimento .....	9	
Linhas de Orientação 2011 .....	13	
Actividades 2011 .....	47	
Mapa das Grandes Opções do Plano	163	
Mapa do Plano de Actividades Municipal .....	171	
Mapa do Plano Plurianual de Investimentos .....	175	

### CAPÍTULO 2

Orçamento .....	181	
Mapa de Resumo do Orçamento .....	185	
Mapa da Receita .....	187	
Mapa de Despesa por Classificação Económica .....	190	
Mapa de Despesa por Classificação Orgânica/Económica .....	194	
Mapa de Transferências para as Juntas de Freguesia .....	207	
Mapa de Empréstimos .....	208	





## CAPÍTULO 1

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2011

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Introdução**

### INTRODUÇÃO

A presente proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2011 consubstancia um amplo conjunto de orientações e actividades que serão executadas pelos diferentes Serviços Municipais nas diversas frentes de trabalho ao longo do ano de 2011, tendo em vista prosseguir o desenvolvimento sustentável e solidário do Concelho de Almada, e sobretudo as condições de vida das populações.

Todos os Municípios Portugueses, a sociedade em geral, estão neste momento confrontados com medidas de natureza económica e financeira muito duras, já anunciadas pelo Governo para o ano de 2011, que vão agravar muito negativamente, e de forma muito acentuada no quotidiano, a vida dos cidadãos, das instituições e das empresas.

A realidade actual, o anúncio público das medidas de restrição e contenção que todos conhecemos, preocupa todos quantos, de forma responsável, assumem a gestão da causa pública, e em particular aqueles que assumem essa responsabilidade ao nível dos Municípios – as entidades da estrutura de poder político em Portugal mais próximos das populações.

Esta realidade vem reforçar e agravar ainda mais as preocupações que já em 2010 tivemos oportunidade de deixar expressas, em sede de elaboração das Opções do Plano e Orçamento do nosso Município.

Dissemos, então, que ***“ainda que positiva e reflectindo uma solidez construída ao longo dos vários exercícios e mandatos, através de uma gestão empreendedora, de grande exigência e rigor”***, a situação do nosso Município ***“encontra-se no entanto bastante condicionada, pelos estrangulamentos ao financiamento municipal introduzidos pela actual Lei das Finanças Locais que vem afectando todos os Municípios portugueses”***.

A verdade é que, para além dos estrangulamentos identificados há um ano atrás, devido à Lei das Finanças Locais, a situação dos Municípios se viu consideravelmente agravada logo no primeiro semestre de 2010, por força das medidas tomadas pelo Governo no âmbito do chamado Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), donde se destaca a retirada de 100 milhões de euros das transferências do Orçamento de Estado para os Municípios.

## INTRODUÇÃO

### OPÇÕES DO PLANO

A verdade é que a par das consequências directas do PEC nas finanças locais, se viram os Municípios também confrontados com a redução das suas receitas directas, em consequência do impacto negativo provocado pela recessão económica que atravessa o País.

Importa registar que a redução em 2010 dos 100 milhões de euros nas transferências do Orçamento de Estado para os Municípios acabou por se revelar perversa e escandalosa, assim considerada na Resolução do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses de 12 de Novembro de 2010, pois apenas serviu para que fosse a Administração Central a gastar aqueles 100 milhões de euros, agravando o défice público.

São muitas as situações da mais completa injustiça, pela desproporcionalidade e total ausência de “solidariedade recíproca” para com os Municípios, bem evidenciadas e demonstradas no parecer do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses à proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2011.

A título de exemplo, merece especial destaque o sucedido em 2008 e 2009, anos em que a Administração Central reteve para si 570 milhões de euros a que os Municípios tinham direito por lei, face à evolução da cobrança verificada de IRS, IRC e IVA.

Na proposta de Orçamento de Estado para 2011 constata-se agora, designadamente, a redução de receitas municipais em 227 milhões de euros relativamente ao Orçamento de Estado de 2010, verifica-se a omissão de valores a transferir para os Municípios a partir do orçamento do Ministério da Educação, e constata-se a omissão do pagamento de dívidas de diversos ministérios aos Municípios, por Contratos-Programa não cumpridos.

Neste contexto, de dificuldades e constrangimentos a que a situação nacional nos conduziu a todos, a proposta que se apresenta para o ano de 2011 do nosso Município, é ainda possível, graças ao rigoroso modelo de gestão que vem sendo seguido no Concelho de Almada desde o 25 de Abril de 1974, sempre reforçado em situações de crise, com vista a acautelar o presente e prevenir o futuro das novas gerações.

Nesta proposta encontram-se definidas as opções e perspectivas de trabalho para 2011, que se assumem com plena consciência das dificuldades a enfrentar, mas também com a certeza de que os objectivos são exigentes mas podem ser alcançados, contando com a capacidade de trabalho e

## INTRODUÇÃO

### OPÇÕES DO PLANO

responsabilidade instaladas ao nível dos serviços municipais, com provas dadas de elevada competência e dedicação nas circunstâncias mais adversas que temos atravessado.

Esta proposta de Opções do Plano e Orçamento alicerça-se, de novo, na determinação em prosseguir o rumo de desenvolvimento sustentado que caracterizou as últimas três décadas e meia do Poder Local Democrático no nosso Concelho, com a consciência de que será o investimento continuado, ao nível local, na melhoria das condições de acesso aos bens e serviços essenciais aos cidadãos, a melhor forma de atenuar a situação de depressão que tende a instalar-se em contexto de crise aguda, para a qual não contribuímos e vamos continuar a combater.

Reforçando o objectivo central de aprofundamento do processo de desenvolvimento do nosso Concelho, a proposta que se apresenta entronca de novo na Visão Estratégica a partir da qual Almada se tem transformado e crescido de forma assinalável.

Enquadrada nos objectivos definidos para a nova Década de Desenvolvimento “Sustentável Solidário e Eco-eficiente”, a proposta de Opções para 2011 constitui um novo e significativo passo no continuado caminho da consolidação da melhoria das condições e da qualidade de vida das populações e do nosso Concelho.

Tal como em 2010, procurámos aglutinar, no quadro da elaboração desta proposta, não só os compromissos assumidos por quem recolheu uma preferência maioritária da vontade dos cidadãos nas Eleições Autárquicas de 2009, mas também a essência das ideias e preocupações que as diferentes forças políticas entenderam apresentar, no âmbito do trabalho de construção deste guia orientador da intervenção municipal para 2011, o que se encontra reflectido quer nas Linhas de Orientação, quer nas actividades a desenvolver pelos serviços.

A actividade proposta pelos diferentes serviços municipais para 2011, cuja descrição integra a parte final do presente documento, apresenta-se estruturada em torno dos sete Eixos de Desenvolvimento e reflecte o conteúdo das cento e trinta e quatro Linhas de Orientação definidas. Estas são propostas de partida, que irão desmultiplicar-se na fase de programação para execução das Opções do Plano em 2011, a partir da sua aprovação por parte dos Órgãos Municipais.

## INTRODUÇÃO

### OPÇÕES DO PLANO

Importa sublinhar que toda a actividade do Município, nos diferentes domínios da sua intervenção – educação, cultura, desporto, social, ambiental, associativa – se reproduz integralmente na proposta de Opções do Plano para 2011, não obstante a necessidade de aprofundar a racionalização da utilização dos meios e recursos, face às condicionantes de natureza económica e financeira cujo agravamento se vem repetidamente anunciando para 2011.

Neste contexto, a gestão rigorosa e criteriosa dos recursos disponíveis, que desde sempre caracterizou a intervenção municipal em Almada, associada a um extraordinário empenhamento do conjunto dos serviços – trabalhadores e dirigentes municipais –, apresenta-se de reforçada acuidade tendo em vista a máxima concretização do vasto programa de acção 2011.

Deste programa merece especial destaque, pela dimensão e importância sociais que assume, a Acção Social Escolar/Apoio às Famílias, que continuará no centro das preocupações do Município, cuja garantia de recursos assume importância decisiva para que possam ser assegurados a um número infelizmente cada vez maior de famílias, os mais elementares patamares de bem estar social, devidos a qualquer ser humano, e muito especialmente às crianças.

As Opções do Plano para 2011, ao mesmo tempo que abrangem plenamente os projectos estratégicos em curso, integram também um amplo leque de medidas que, de forma coerente e consolidada, permitirão que o nosso Concelho prossiga e aprofunde o caminho de melhoria contínua da qualidade de vida dos Almadenses e de desenvolvimento do Concelho.

De entre as Grandes Opções do Plano importa destacar no actual contexto, pela sua relevância na vida das famílias, e no tecido socioeconómico do Concelho, as seguintes medidas:

- O apoio alimentar a todas as crianças que frequentam as escolas públicas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, que será integralmente mantido, assumindo as Opções do Plano para 2011 a cobertura integral das necessidades que se prevêem crescentes durante o exercício de 2011 face à degradação das condições económicas de um número crescente de famílias.
- O alargamento da rede de equipamentos pré-escolares com a introdução de quatro novos jardins de infância em outras tantas escolas do 1º ciclo do ensino básico no Concelho, e da rede de escolas básicas do 1º ciclo, designadamente com a entrada em

## INTRODUÇÃO OPÇÕES DO PLANO

funcionamento pleno das escolas Louro Artur (Marisol), e o início da construção da nova Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância na Charneca de Caparica.

- O processo de cooperação e descentralização de competências para as Juntas de Freguesia do Concelho, aproximando às populações a resolução dos problemas mais imediatos.
- O Plano Plurianual de conservação e manutenção do parque habitacional municipal.
- O aprofundamento da reabilitação urbana, designadamente com o arranque da Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas, e a constituição de novas Áreas de Reabilitação Urbana nos termos da recente legislação sobre esta matéria, e dos investimentos a concretizar em execução das candidaturas aprovadas no âmbito do Programa POLIS XXI – Regeneração Urbana (QREN).
- O apoio ao movimento associativo e à promoção do comércio tradicional.
- A manutenção dos incentivos municipais à fixação de actividades económicas no Concelho, quer ao nível do apoio à constituição de empresas através do Núcleo Empresarial de Almada Velha e do Madan Parque, quer das isenções totais de taxa de urbanização para as indústrias de base tecnológica, das reduções em 80% da mesma taxa para novos empreendimentos turísticos e outras indústrias, e da isenção da Derrama para as empresas com volume de negócios até 150 mil euros, abrangendo 70% do universo de empresas do Concelho.

A proposta de Orçamento para 2011 foi elaborada de acordo com as regras do POCAL, sendo que as previsões da despesa se encontram cobertas pela previsão de receita, e se perspectivam novas metas e objectivos de desenvolvimento no próprio ano e anos seguintes.

A proposta apresenta um montante global de 83.578.294,31 euros reforçando o princípio da contenção ao nível dos encargos correntes, seguido há muitos anos, o que a par de uma gestão de rigor tem constituído um dos principais factores de sustentabilidade no nosso Município.

O Orçamento da Receita Corrente assume um decréscimo de 6,3% relativamente a 2010 (- 4,6 milhões de euros), o que decorre da quebra acentuada que se tem verificado nos impostos e taxas municipais, e do corte continuado (2010/2011) nas transferências do Orçamento de Estado para o Município. Paralelamente, a Despesa Corrente decresce 6,6% (- 4 milhões de euros), perspectivando-se libertar 11,3 milhões de euros para investimento, valor semelhante ao inicialmente previsto para 2010.

## INTRODUÇÃO

### OPÇÕES DO PLANO

Para se alcançar este equilíbrio e objectivo orçamental, – face à acentuada quebra da receita –, procurando evitar no máximo possível os efeitos negativos sobre as transferências correntes; manter reforçadamente a Acção Social Escolar/Apoio às Famílias; e segurar os Fundos Comunitários com candidaturas aprovadas; optou-se por fazer incidir as restrições orçamentais nas Aquisições de Bens e Serviços, ou seja nos encargos de funcionamento da própria autarquia.

O orçamento apresenta cerca de 23 milhões de euros de investimento, financiados sobretudo por receitas correntes, pelo empréstimo autorizado e fundos comunitários associados aos projectos do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Refira-se que o Fundo de Equilíbrio Financeiro, verba do Orçamento de Estado transferida para investimento, tem vindo a decrescer drasticamente ano após ano, atingindo valores absolutamente insignificantes, e que mesmo assim volta a ser reduzido para 2,3 milhões de euros em 2011, quando deveria ter sido assumido o inverso no actual contexto de crise económica.

No ano em que vamos assinalar o 60º Aniversário dos nossos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, um serviço público de excelência que assegura a gestão do Ciclo Urbano da Água a 100%, quero aqui deixar, em duas palavras, o meu testemunho.

O orçamento dos Serviços Municipalizados para 2011 apresenta o montante de 30.944.300,00 euros, sem ser necessário contar com qualquer subsídio à exploração por parte da Câmara, na linha do que vem sucedendo há mais de duas décadas, perfazendo com a Câmara o Orçamento Municipal global de 114.572.594,31 euros.

A solidez e o nível de excelência destes nossos Serviços Municipalizados são resultado de *“um percurso feito com as populações e para as populações”, da “dedicação e competência de gerações de trabalhadores e administrações dos Serviços Municipalizados nestes 60 anos”* e da *“visão estratégica e capacidade do Município de afirmar uma solução organizacional que serve, com mérito, o fim público e as necessidades básicas das populações”,* pelo que *“só a água pública é de todos”*. Estas são citações que retiro do texto introdutório do Conselho de Administração às Opções do Plano para 2011 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, que com honra e satisfação aqui subscrevo integralmente.

## INTRODUÇÃO OPÇÕES DO PLANO

Em Almada temos demonstrado que o Estado Social não está condenado à falência; que é possível um serviço público de qualidade, socialmente justo e economicamente viável.

Com os trabalhadores e as populações, com rigor e visão estratégica, com espírito aberto e em cooperação com todos os agentes socioeconómicos e culturais, e com um Poder Local Democrático devidamente apoiado e respeitado, acredito que é possível um novo rumo – no Caminho da Esperança e da Confiança no Futuro.

A Presidente da Câmara Municipal de Almada



Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa





## **CAPÍTULO 1** **OPÇÕES DO PLANO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

### **Visão “Mais” e Eixos de Desenvolvimento**

- Renovação Urbana e Desenvolvimento Sócio-Económico .1
- Ambiente, Biodiversidade e Energia .2
- Mobilidade Urbana, Acessibilidades e Espaço Público .3
- Educação, Formação, Conhecimento e Juventude .4
- Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança .5
- Informação, Participação e Governança .6
- Modernização e Valorização do Serviço Público .7

# AL+ Almada “Mais” Sustentável, Solidária e Eco-eficiente

## Visão Almada +

### Almada “Mais” Sustentável, Solidária e Eco-eficiente

Um Concelho de nível superior da Área Metropolitana de Lisboa, com uma forte identidade cultural e territorial, atractivo pelas suas singularidades - história, natureza e localização -, eficiente na relação dos seus valores ambientais com o progresso sócio-económico.

Um Concelho que investe no seu potencial humano, nos seus talentos e na criatividade, que fomenta a criação de emprego qualificado, que apoia e promove o associativismo, o diálogo multicultural e a acção solidária, que dá o contributo local para salvaguarda da integridade do Planeta.

Um Concelho dinâmico, competitivo, moderno, próspero e universal.



## Eixos de Desenvolvimento

### 1. Renovação Urbana e Desenvolvimento Sócio-Económico

Desenvolver Almada “Mais” como território multifuncional, verdadeiramente atractivo para a vida contemporânea, do Arco Ribeirinho Sul ao Atlântico, das áreas urbanas consolidadas ao interior do concelho, potenciada pelo seu património natural e paisagístico, pela sua ampla oferta de serviços sociais, de educação, cultura, desporto e lazer, que incentiva a diversificação e a modernização das estruturas económicas e produtivas – indústria, turismo, comércio e serviços – e que promove a criação de emprego, a qualidade de vida e o bem-estar social para todos.

O Futuro Almada “Mais” passa pela promoção de três eixos territoriais de excelência:

- A **Cidade Fluvial** – eixo territorial da Ciência e Tecnologia, da Criatividade, e da Inovação – na área urbana consolidada com o seu pólo universitário e os projectos “Cidade Aberta”, a ponte, e “Cidade da Água”, a nascente;
- A **Cidade Costeira** – eixo territorial do Turismo e do Lazer, dos Desportos de Ondas, e da Ossenação, Marinha, da Trafaria e Costa da Caparica;
- A **Cidade dos Vales** – eixo territorial do Eco-Turismo e Desportos de Natureza, Eventos e Acontecimentos de Natureza Regional, Centro de Ciência, na Charneca da Caparica – Sobreda.

### 2. Ambiente, Biodiversidade e Energia

Desenvolver Almada “Mais” como concelho de grande qualidade ambiental e paisagística, cuja identidade territorial recusa sobre o estuário do Tejo e a sua dimensão costeira, que consolida a estrutura ecológica municipal, que salvaguarda as funções biológicas do território, que utiliza de forma eficiente os recursos naturais, que reduz os impactos ambientais e energéticos dos ambientes construídos, caminhando progressivamente para um conceito neutro em carbono.

Desenvolver Almada “Mais” como comunidade que mantém uma relação saudável com o ambiente, que privilegia a educação e a sensibilização ambiental, como pilares fundamentais para formar e elevar a consciência pública dos cidadãos.

### 3. Mobilidade Urbana, Acessibilidades e Espaço Público

Desenvolver Almada “Mais” como concelho suportado num sistema de transportes multimodal e interligado, que proporciona a acessibilidade às oportunidades de emprego e às múltiplas funções do território, que privilegia a mobilidade de baixo impacto, com prioridade para os modos de transporte colectivo e os modos de deslocação suaves, e garante padrões de mobilidade quotidiana mais eficientes e sustentáveis.

Desenvolver Almada “Mais” como lugar de espaços públicos qualificados, atractivos e multifuncionais, que privilegiam a escala humana, reformam a oferta de rua e de bairro e promovem sociabilidades urbanas crescentes, símbolo especial da democracia e da igualdade.

### 4. Educação, Formação, Conhecimento e Juventude

Desenvolver Almada “Mais” como pólo de conhecimento, competências e criatividade, dotada de sistemas de educação e de formação ao longo da vida, de um sistema de ensino universitário e de investigação aplicada, que geram oportunidades para a juventude, formam talentos, favorecem o envelhecimento activo, dinamizam o empreendedorismo, e a criação de emprego em múltiplas áreas da actividade económica, e em que a produção de riqueza é o resultado do encontro criativo do seu potencial humano.

### 5. Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança

Desenvolver Almada “Mais” como espaço de cultura, integração e solidariedade, fértil no intercâmbio geracional, social e cultural, promotora da acção solidária, com amplas respostas sociais aos grupos mais vulneráveis, que apoia a acção criativa dos agentes locais, fomenta as actividades artísticas e potencia as indústrias culturais.

Desenvolver Almada “Mais” como Concelho de estilos de vida saudáveis, com oportunidades de desporto e cultura para todos, incentivadora do associativismo, histórico agente e recurso fundamental da edificação de uma terra multicultural, território de segurança e bem-estar para todos.

### 6. Informação, Participação e Governança

Desenvolver Almada “Mais” como território de participação e de pleno envolvimento cívico, com uma governança eficiente e próxima dos ritmos e necessidades quotidianas dos cidadãos, facilitadora do amplo acesso à informação – conteúdos e saberes –, promotora de uma cultura participativa e solidária, incentivadora do diálogo social nos processos de pensamento sobre a cidade, recursos fundamentais à edificação de uma terra construída por todos e à medida de todos.

### 7. Modernização e Valorização do Serviço Público

Desenvolver Almada “Mais” como espaço privilegiado de uma acção governativa que afirma o Poder Local Democrático no contexto local, regional e global, que orienta a intervenção local para a procura eficiente dos recursos naturais, para a boa e eficaz gestão pública e para a solidez técnica dos processos decisórios, pilares para a construção de um concelho sustentável, solidário e eco-eficiente.

## Linhas de Orientação 2011

1.1 | 1.2 | 1.3 | 1.4 | 1.5 | 1.6 | 1.7 | 1.8 | 1.9 | 1.10

1.11 | 1.12 | 1.13 | 1.14 | 1.15 | 1.16 | 1.17 | 1.18

1.19 | 1.20

2.1 | 2.2 | 2.3 | 2.4 | 2.5 | 2.6 | 2.7 | 2.8 | 2.9 | 2.10

2.11 | 2.12 | 2.13 | 2.14 | 2.15 | 2.16 | 2.17 | 2.18

2.19 | 2.20

3.1 | 3.2 | 3.3 | 3.4 | 3.5 | 3.6 | 3.7 | 3.8 | 3.9 | 3.10

3.11 | 3.12 | 3.13 | 3.14 | 3.15 | 3.16 | 3.17

4.1 | 4.2 | 4.3 | 4.4 | 4.5 | 4.6 | 4.7 | 4.8 | 4.9 | 4.10

4.11 | 4.12 | 4.13 | 4.14 | 4.15 | 4.16 | 4.17 | 4.18

4.19

5.1 | 5.2 | 5.3 | 5.4 | 5.5 | 5.6 | 5.7 | 5.8 | 5.9 | 5.10

5.11 | 5.12 | 5.13 | 5.14 | 5.15 | 5.16 | 5.17 | 5.18

5.19 | 5.20 | 5.21 | 5.22 | 5.23 | 5.24 | 5.25 | 5.26

5.27 | 5.28

6.1 | 6.2 | 6.3 | 6.4 | 6.5 | 6.6 | 6.7 | 6.8 | 6.9 | 6.10

6.11 | 6.12 | 6.13 | 6.14 | 6.15 | 6.16 | 6.17 | 6.18

7.1 | 7.2 | 7.3 | 7.4 | 7.5 | 7.6 | 7.7 | 7.8 | 7.9 | 7.10

7.11 | 7.12



## Visão Almada “Mais” e Eixos de Desenvolvimento

As Opções do Plano para 2011 prosseguem a Visão Almada “Mais” Sustentável, Solidária e Eco-Eficiente, apresentando-se nos sete Eixos de Desenvolvimento definidos, os quais integram as respectivas Linhas de Orientação Específicas para o ano de 2011, no âmbito das quais se desenvolverão as inerentes actividades, projectos e acções.

### Visão Almada +

#### Sustentável, Solidária e Eco-Eficiente

Um Concelho de nível superior da Área Metropolitana de Lisboa, com uma forte identidade cultural e territorial, atractivo pelas suas singularidades - história, natureza e localização -, eficiente na relação dos seus valores ambientais com o progresso sócio-económico.

Um Concelho que investe no seu potencial humano, nos seus talentos e na criatividade, que fomenta a criação de emprego qualificado, que apoia e promove o associativismo, o diálogo multicultural e a acção solidária, que dá o contributo local para salvaguarda da integridade do Planeta.

Um Concelho dinâmico, competitivo, moderno, próspero e universal.

O Desenvolvimento “Mais” Sustentável, Solidário e Eco-Eficiente assenta em sete grandes eixos:

### Eixos de Desenvolvimento



#### 1. Renovação Urbana e Desenvolvimento Sócio-Económico

Desenvolver Almada “Mais” como território multifuncional, verdadeiramente atractivo para a vida contemporânea, do Arco Ribeirinho Sul ao Atlântico, das áreas urbanas consolidadas ao interior do concelho, potenciada pelo seu património natural e paisagístico, pela sua ampla oferta de serviços sociais, de educação, cultura, desporto e lazer, que incentiva a diversificação e a modernização das estruturas económicas e produtivas – indústria, turismo, comércio e serviços – e que promove a criação de emprego, a qualidade de vida e o bem estar social para todos.

O Futuro Almada “Mais” passa pela promoção de três eixos territoriais de excelência:

A Cidade Fluvial – eixo territorial da Ciência e Tecnologia, da Criatividade e da Inovação – na área urbana consolidada com o seu pólo universitário e os projectos “Cidade Aberta”, a poente, e “Cidade da Água”, a nascente;

A Cidade Oceânica – eixo territorial do Turismo e do Lazer, dos Desportos de Ondas, e da Observação Marinha, da Trafaria à Costa da Caparica;

A Cidade dos Vales – eixo territorial do Eco-Turismo e Desportos de Natureza, Eventos e Acontecimentos de Nível Regional, Centro de Ciência, na Charneca da Caparica - Sobreda.



## 2. Ambiente, Biodiversidade e Energia

Desenvolver Almada “Mais” como concelho de grande qualidade ambiental e paisagística, cuja identidade territorial repousa sobre o estuário do Tejo e a sua dimensão oceânica, que consolida a estrutura ecológica municipal, que salvaguarda as funções biofísicas do território, que utiliza de forma eficiente os recursos naturais, que reduz os impactos ambientais e energéticos dos ambientes construídos, caminhando progressivamente para um concelho neutro em carbono.

Desenvolver Almada “Mais” como comunidade que mantém uma relação saudável com o ambiente que a rodeia, que elege a educação e a sensibilização ambiental como pilares fundamentais para formar e elevar a consciência cívica dos cidadãos.



## 3. Mobilidade Urbana, Acessibilidades e Espaço Público

Desenvolver Almada “Mais” como concelho suportado num sistema de transportes multimodal e interligado, que proporciona a acessibilidade às oportunidades de emprego e às múltiplas funções do território, que privilegia a mobilidade de baixo impacto, com prioridade para os modos de transporte colectivos e os modos de deslocação suaves, e garante padrões de mobilidade quotidiana mais eficientes e sustentáveis.

Desenvolver Almada “Mais” como lugar de espaços públicos qualificados, atractivos e multifuncionais, que privilegiam a escala

humana, retomam a ideia de rua e de bairro e promovem sociabilidades urbanas crescentes, símbolo espacial da democracia e da igualdade.



#### 4. Educação, Formação, Conhecimento e Juventude

Desenvolver Almada “Mais” como pólo de conhecimento, competências e criatividade, dotada de sistemas de educação e de formação ao longo da vida, de um sistema de ensino universitário e de investigação aplicada, que geram oportunidades para a juventude, formam talentos, favorecem o envelhecimento activo, dinamizam o empreendedorismo e a criação de emprego em múltiplas áreas da actividade económica, e em que a produção de riqueza é o resultado do encontro criativo do seu potencial humano.



#### 5. Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança

Desenvolver Almada “Mais” como espaço de cultura, integração e solidariedade, fértil no intercâmbio geracional, social e cultural, promotora da acção solidária, com amplas respostas sociais aos grupos mais vulneráveis, que apoia a acção criativa dos agentes locais, fomenta as actividades artísticas e polariza as indústrias culturais.

Desenvolver Almada “Mais” como Concelho de estilos de vida saudáveis, com oportunidades de desporto e cultura para todos, incentivadora do associativismo, histórico agente e recurso fundamental da edificação de uma terra multicultural, território de segurança e bem estar para todos.



#### 6. Informação, Participação e Governança

Desenvolver Almada “Mais” como território de participação e de pleno envolvimento cívico, com uma *governança* eficiente e próxima dos ritmos e necessidades quotidianas dos cidadãos, facilitadora do amplo acesso à informação - conteúdos e saberes -, promotora de uma cultura participativa e solidária, incentivadora do diálogo social nos processos de pensamento sobre a cidade, recursos fundamentais à edificação de uma terra construída por todos e à medida de todos.



## **7. Modernização e Valorização do Serviço Público**

Desenvolver Almada “Mais” como espaço privilegiado de uma acção governativa que afirma o Poder Local Democrático no contexto local, regional e global, que orienta a intervenção local para a procura eficiente dos recursos naturais, para a boa e eficaz gestão pública e para a solidez técnica dos processos decisórios, pilares para a construção de um concelho sustentável, solidário e eco-eficiente.



**CAPÍTULO 1**  
**OPÇÕES DO PLANO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Linhas de Orientação 2011**

## **Linhas de Orientação 2011**

As Linhas de Orientação 2011 decorrem da avaliação efectuada ao desenvolvimento dos trabalhos e projectos em curso enquadrados pelas Linhas de Orientação 2010/2013, que por sua vez foram estabelecidas no início do actual ciclo autárquico.



### **Eixo 1**

**Renovação Urbana e  
Desenvolvimento Sócio-económico**

#### **1.1**

Concluídos os Estudos de Caracterização, dar continuidade ao processo de revisão do Plano Director Municipal com base na mais ampla participação da comunidade e actores públicos e privados, no quadro dos Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento para o Concelho, da avaliação ambiental estratégica, atendendo aos instrumentos de planeamento de ordem superior.

#### **1.2**

Dar continuidade à elaboração dos seguintes instrumentos de gestão territorial, a partir dos correspondentes estudos de enquadramento estratégico, da visão estratégica, projectos-motor e do processo de participação pública:

- Plano de Pormenor de Cacilhas;
- Plano de Pormenor do Almaraz;
- Plano de Pormenor do Ginjal;
- Instrumentos de Gestão Territorial decorrentes do Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário a Cristo-Rei / Seminário de São Paulo e zona ribeirinha adjacente;
- Planos de Pormenor da Costa da Trafaria;
- Plano de Urbanização de Almada Poente, Cidade Aberta, em articulação com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;
- Plano de Pormenor do Chegadinho, tendo em vista a requalificação/renovação deste bairro.



### 1.3

Concluído o Estudo de Caracterização para a Fonte da Telha, elaborar o Plano de Pormenor e pugnar pela sua requalificação e valorização ambiental prevista no “Plano de Acção para o Litoral 2007-2013”, em colaboração com o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

### 1.4

Reforçar o acompanhamento e o apoio directo às associações de proprietários, incrementando e dinamizando de forma pro-activa, os processos de reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI).

### 1.5

Incrementar a Reabilitação Urbana, dinamizando a ARU (Área de Reabilitação Urbana) de Cacilhas e promovendo a criação de novas ARU com prioridade para os núcleos históricos, no âmbito do Decreto-Lei 307/09 de 23 de Outubro. Manter activa a Campanha de Sensibilização para a Reabilitação Urbana “Habitar é Conservar”, com vista à conservação periódica obrigatória do parque habitacional privado nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, e desenvolver novos estudos de viabilidade de renovação para áreas urbanas degradadas, tendo em vista novas operações de remate urbano.

### 1.6

Concretizar a 4ª Edição do Prémio Municipal de Arquitectura “Cidade de Almada”, incentivando a qualidade projectual e construtiva dos edifícios, dos espaços públicos e da reabilitação do património edificado, assegurando a visibilidade e reconhecimento público das boas práticas dos respectivos actores da construção da cidade.

### 1.7

Dar continuidade à gestão do Plano de Urbanização “Almada Nascente, Cidade da Água” e contribuir activamente para a sua execução, participando na Comissão Consultiva da Sociedade Arco Ribeirinho Sul e integrando a futura Sociedade Executora Local.

**1.8**

Assegurar a participação na Sociedade CostaPolis e contribuir para o cumprimento integral do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica incluindo os investimentos complementares.

**1.9**

Desenvolver o planeamento, promoção, estruturação, dinamização e gestão dos produtos turísticos estratégicos identificados no Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo em articulação com a Arribatejo e em parceria com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

**1.10**

Dinamizar o eixo territorial correspondente à Cidade Fluvial e à Cidade Oceânica e desenvolver o Estudo Estratégico para o eixo territorial da Cidade dos Vales.

**1.11**

Incentivar o arranque do Centro Terciário (Hotel e Serviços) na Cova da Piedade e desenvolver as linhas programáticas para o Centro Multiusos e de Conhecimento “O Planetásio”, na Cidade dos Vales (Charneca/Sobreda), enquanto projectos motor a considerar no âmbito do respectivo Estudo Estratégico.

**1.12**

Cooperar com a Associação de Comerciantes e os comerciantes, apoiando complementarmente ao IAPMEI a concretização de projectos de âmbito concelhio potenciadores do Programa URBECOM, e prosseguir a execução dos projectos QREN inseridos no Programa Estratégico para a Promoção do Centro Histórico (Almada/Cacilhas). Manter a isenção da derrama enquanto medida de apoio às pequenas empresas.

**1.13**

Prosseguir o estudo da Rede de Mercados Municipais tendo em vista a sua valorização e dinamização, concretizar a 2ª fase do Plano de Formação em Higiene e Segurança Alimentar dirigido aos vendedores e realizar acções de promoção da Rede.

**1.14**

Contribuir para a elaboração do Plano Estratégico do Madan Parque e para a sua implementação tendo em vista o reforço do Pólo Tecnológico e de Empresas de Inovação.

**1.15**

Promover as oportunidades de investimento no Concelho, nomeadamente no quadro de acção do GACECI (CMA/MadanParque/NovAlmadaVelha) divulgando simultaneamente os incentivos municipais ao nível das taxas de urbanização – isenção para indústrias de base tecnológica e bonificação em 80% para empreendimentos turísticos e outras indústrias.

**1.16**

No âmbito das Agências de Desenvolvimento NovAlmadaVelha e Arribatejo, priorizar a formação profissional, a criação de micro-empresas e o acompanhamento pós incubação, e a dinamização da Plataforma de Actores do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo.

**1.17**

Assegurar o máximo acompanhamento e apoio às Organizações Representativas dos Pescadores, tendo em vista a defesa e valorização da actividade piscatória tradicional sedeadada no Concelho.

**1.18**

Desenvolver os projectos e obras integrados no Programa POLIS XXI – Parcerias para a Regeneração Urbana do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) de acordo com as respectivas candidaturas:

- Programa Estratégico “Almada, Laboratório de Ideias”;
- Programa de Acção “Revitalização de Almada Velha: de Novo Centro”;
- Programa de Acção “Revitalização da Frente Ribeirinha”;
- Programa de Acção “Almada Poente – Regeneração para uma Nova Centralidade”.

#### 1.19

Assegurar a elaboração de novos dossiers de candidatura a programas nacionais e europeus de co-financiamento, que venham a estar acessíveis aos Municípios.

#### 1.20

Prosseguir as diligências junto do Governo, tendo em vista:

- A reconversão e valorização Ambiental da Fonte da Telha de acordo com o «Plano de Acção para o Litoral 2007-2013» do Ministério do Ambiente, atendendo às conclusões e propostas do Estudo de Caracterização para a Fonte da Telha;
- A recuperação e reutilização numa perspectiva de desenvolvimento do turismo, do Castelo de Almada, Olho de Boi, Lazareto e Torre Velha, bem como os fortes de Alpenas e Raposeira;
- A recusa da transformação da Trafaria em terminal de contentores da APL.



## Eixo 2

Ambiente, Biodiversidade e  
Energia

### 2.1

Prosseguir com o processo Agenda Local 21 de Almada (Almada 21), assegurando a monitorização e georeferenciação do conjunto de indicadores que lhe estão associados, incluindo a actualização dos descritores pegada ecológica e biocapacidade da *Global Footprint Network*, e a integração das dimensões de sustentabilidade e eco-eficiência nas estratégias, planos, projectos e actividades municipais.

### 2.2

Concluída a harmonização europeia dos inventários e planos de acção para redução das emissões de gases com efeito de estufa no contexto da subscrição do Pacto de Autarcas, prosseguir com o desenvolvimento da componente de mitigação da Estratégia Local para as Alterações Climáticas de Almada (ELAC), incluindo a manutenção do Observatório Local das Emissões de Gases com Efeito de Estufa e do Fundo Climático de Almada “Almada Carbono Menos.

### 2.3

Desenvolver a Carta de Vulnerabilidades do território e o correspondente catálogo de medidas de resiliência no âmbito do desenvolvimento da componente de adaptação da Estratégia Local para as Alterações Climáticas.

### 2.4

Periodicamente, actualizar e desenvolver estudos de biodiversidade, caracterização e inventariação das comunidades biológicas e habitats de Almada, abrangendo fauna, flora e biomonitores. Executar o projecto QREN BioMonit – Tejo, (Monitorização Ecológica do Estuário do Tejo), para monitorização sazonal da macrofauna bentónica da frente ribeirinha norte do Concelho de Almada.

### 2.5

Actualizada a Estrutura Ecológica Fundamental à luz da matriz biofísica e habitats constantes da Directiva, prosseguir com os estudos de base e trabalhos para elaboração do Plano de Acção Local para a Biodiversidade.

### 2.6

Desenvolver programa preliminar para criação de viveiro de plantas do cordão dunar litoral, a partir da recolha de boas práticas e experiências-piloto neste domínio, e diligenciar o estabelecimento de parcerias institucionais.

### 2.7

Prosseguir com o levantamento de práticas agrícolas formais e informais e com os zonamentos funcionais de áreas com potencial agrícola, para desenvolvimento de proposta de Rede de Parques Agrícolas Urbanos que incentive práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis e revalorize o espaço rural.

### 2.8

Concluído o estudo prévio da Quinta Biológica de Almada e respectivos zonamentos funcionais, desenvolver conceito de intervenção para a Casa da Energia/Casa Agrícola e dependências agrícolas, tendo em vista o seu desempenho como “Zero Energy Building”.

### 2.9

Prosseguir a consolidação e qualificação ambiental (promoção da biodiversidade) do património vegetal em todo o Concelho. Assegurar os princípios da sustentabilidade e uma gestão eficaz da Rede de Parques e Jardins Municipais. Promover o processo de concretização do Jardim Urbano do Monte de Caparica e do Parque Urbano do Fróis, e prosseguir os estudos relacionados com os Parques Jardins Urbanos da Trafaria e do Pragal.

### **2.10**

Prosseguir com o desenvolvimento de estudos de base para a concepção do Sistema Integrado de Parques Verdes na Cidade dos Vales, a partir da mancha territorial do “Sistema de Vales da Charneca”, constante da Estrutura Ecológica Fundamental e da Rede Ecológica Metropolitana.

### **2.11**

Assegurar a gestão, conservação, qualificação e ampliação dos espaços verdes de enquadramento, de recreio e de lazer, designadamente, dos espaços de recreio infantil e prosseguir com a promoção de corredores verdes sustentáveis integrados no espaço urbano, através da gestão, renovação e reforço das árvores de caldeira e do reforço da produção de material vegetal nos viveiros municipais, particularmente, das espécies representativas da flora mediterrânica.

### **2.12**

Assegurar a implementação faseada do Plano de Reconversão do Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Desenvolver soluções que permitam uma melhor e mais eficaz integração das actividades de limpeza urbana e pública e da recolha selectiva no Concelho, bem como das actividades inerentes ao Partido Veterinário, tendo em vista a orientação global estratégica e de reforço da qualidade de manutenção do espaço público.

### **2.13**

Concluir os estudos e levantamentos em curso relativamente à Rede Municipal de Oleões a criar, com proposta que considere a valorização energética e transformação em biocombustíveis.

### **2.14**

No âmbito da Estratégia Local de Educação e Sensibilização para a Sustentabilidade, dinamizar campanhas, programas e actividades sobre temas como o património natural, biodiversidade, consumo sustentável, eficiência energética, energias renováveis, mobilidade, resíduos, reciclagem, agricultura urbana e alterações climáticas, com especial ênfase para a celebração do Ano Internacional das Florestas

proclamado para 2011. Prosseguir com as campanhas Almada Limpa, Bandeira Azul e gestão técnica dos projectos europeus de educação ambiental.

#### **2.15**

Desenvolver, dinamizar e divulgar o funcionamento da rede local de recursos educativos vocacionados para a educação para a sustentabilidade, junto da comunidade educativa e de outros públicos interessados, e assegurar o funcionamento da Ecoteca de Almada, designadamente dos serviços info-ambiente e info-energia aí prestados. Prosseguir os estudos relacionados com o “Planetásio” um recurso educativo no domínio das alterações climáticas.

#### **2.16**

Prosseguir com a gestão e valorização do Centro de Monitorização e de Interpretação Ambiental – CMIA, incluindo a actualização de conteúdos e funcionalidades do Aquário Virtual e desenvolver actividades de educação e sensibilização ambiental direccionadas para as valências do espaço.

#### **2.17**

Analizados os critérios de classificação e preservação de geo-monumentos, prosseguir com os trabalhos conducentes à submissão candidatura do corte geológico da encosta do Cristo Rei, e dar continuidade ao estudo sobre a Arriba Fóssil Atlântica.

#### **2.18**

Desenvolver a edição 2011 do projecto Agenda 21 da Criança, na vertente de trabalho “Em acção” dirigida à comunidade educativa, e realizar o Fórum 21 da Criança/2011.

#### **2.19**

Assegurar a realização de processos de avaliação de impacte ambiental e de avaliação ambiental estratégica de planos em elaboração, incluindo as fases de avaliação e pós avaliação e articulação com as Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica (ERAE).



**2.20**

Prosseguir com a intervenção da AGENEAL, no domínio da eficiência energética e da promoção das energias renováveis, e no quadro dos seus associados com a dinamização do Fórum Local da Energia 2011.



### **Eixo 3**

**Mobilidade Urbana, Acessibilidades  
e Espaço Público**

#### **3.1**

Prosseguir com estudos e procedimentos necessários à gradual implementação no Concelho, de soluções do Plano de Acessibilidades tendo em vista deslocações urbanas mais eficientes e sustentáveis, particularmente, no que respeita à segurança e fluidez da circulação. Contribuir para a integração do transporte inclusivo no Plano Metropolitano de Deslocações Urbanas a desenvolver pela Autoridade Metropolitana de Transportes, e promover simultaneamente o Plano Municipal de Deslocações Urbanas.

#### **3.2**

Acompanhar e avaliar a exploração e funcionamento do Sistema de Mobilidade Inclusiva FLEXIBUS, tendo por base o estudo de implantação realizado pela AGENEAL e o contrato de gestão e exploração celebrado com a ECALMA.

#### **3.3**

Promover a avaliação do funcionamento dos parques de estacionamento, tendo por base o contrato de gestão e exploração celebrado com a ECALMA e retomar o processo de alienação de terrenos públicos, adequando-o face ao actual contexto, com vista ao alargamento da Rede de Estacionamento pública e privada do Concelho.

#### **3.4**

Continuar a acompanhar o funcionamento do MST, contribuindo de forma pró-activa para adequar os níveis de serviço às necessidades dos cidadãos. Pugnar pela extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica (1ª fase - a curto prazo).

#### **3.5**

Prosseguir com a elaboração de estudos técnicos e projectos de percursos cicláveis constantes da Rede Ciclável de Almada, tendo em consideração possíveis fontes de

financiamento e outras intervenções de requalificação do espaço público, e dinamizar acções de promoção e sensibilização para o uso da bicicleta em meio urbano.

### 3.6

Prosseguir com implementação do programa plurianual de qualificação de pavimentos e sinalização de vias em todo o concelho, tendo em vista a conservação sistemática da rede viária municipal, da rede ciclável e dos espaços públicos, designadamente, assegurando as obras de remate do Espaço Canal do MST e a regularização dos eixos prioritários de circulação em áreas de reconversão.

### 3.7

Dar continuidade ao acompanhamento da evolução dos projectos de Execução das Vias IC32 e ER 377-2, sob a responsabilidade das Estradas de Portugal. Desenvolver programa-base para o eixo secundário Gira-Mar/Vale Figueira.

### 3.8

Assegurar a ligação do Alto do Índio ao IC 32, em execução de protocolo estabelecido com particulares, e continuar a pugnar pela execução das vias Banática/Porto Brandão e Porto Brandão/Costas de Cão, conforme protocolo estabelecido com a APL.

### 3.9

Prosseguir com a dinamização do Processo de Infra-estruturação das vias periféricas da Aroeira, com vista à concretização das obras pelos proprietários, em execução dos protocolos estabelecidos com a Câmara Municipal, e à celebração de novos protocolos e elaboração de novos projectos.

### 3.10

Continuar a promover a dinamização e funcionamento da Comissão Municipal de Trânsito e Transportes, a fim de contribuir para a adopção de medidas que visem a segurança e fluidez da circulação, a eficácia e eficiência do estacionamento, e a uma progressiva transferência modal para o transporte público.

### 3.11

Prosseguir com a realização de estudos de base para a criação da Casa da Mobilidade de Almada, em articulação com parceiros locais e regionais de mobilidade e transportes, como pólo integrador das valências de gestão, monitorização, informação e centro avançado de mediação da mobilidade urbana em Almada.

### 3.12

Identificados os locais para instalação de pontos de carregamento para veículos eléctricos abrangidos pela rede MOBI-E, dar continuidade ao desenvolvimento do Plano Municipal de Mobilidade Eléctrica, no quadro da parceria com a AGENEAL e Rede Nacional de Mobilidade Eléctrica.

### 3.13

Assegurar e reforçar a coordenação e gestão integrada e global das actividades associadas ao projecto transversal de valorização da imagem urbana e do concelho, envolvendo e comprometendo toda a estrutura organizacional na missão permanente de qualificação do Concelho. Assegurar a execução das actividades que visem as diferentes dimensões deste projecto, designadamente, no domínio da fiscalização e da sensibilização, promovendo o envolvimento e a participação da população e das instituições e entidades locais.

### 3.14

Dar continuidade ao programa de qualificação dos espaços públicos exteriores do Concelho, potenciando a sua atractividade e promovendo os processos de concretização, designadamente, de requalificação das Ruas Cândido dos Reis, Capitão Leitão, Alfredo Cunha, dos Trabalhadores Rurais. Concluir estudo para a envolvente à Escola da Alembrança, e desenvolver o estudo de reconversão, em via urbana, da antiga Estrada Nacional 377, na Charneca de Caparica.

### 3.15

Prosseguir com a manutenção e divulgação do património de Arte Pública do Concelho, participando na Rede Temática PAUDO (Public Art and Urban Design Observatory). Assegurar em paralelo com o projecto “Regenerar para uma Nova

Centralidade” a concretização do Monumento à Multiculturalidade no Centro Cívico do Fróis/Monte de Caparica. Desenvolver os estudos com vista à concretização do Busto do Dr. Louro na Costa da Caparica, e dos Monumentos ao Professor Educador e à Resistência ao Fascismo.

### 3.16

Assegurar o desenvolvimento e implementação do Plano Municipal de Sinalética, com vista à criação de um suporte de sinalização que permita a inequívoca legibilidade dos percursos e destinos e o usufruto da cidade, contribuindo para a identificação dos recursos, espaços e locais de interesse turístico e para a criação de uma imagem identitária do Concelho. Promover o Concurso Público de renovação do mobiliário urbano.

### 3.17

Prosseguir junto do Governo as diligências para:

- A criação de nó de distribuição na A2, entre Almada e Fogueteiro e a sua ligação ao IC 32;
- A ligação rodoviária Banática/Porto Brandão e Costas de Cão;
- A nova estação ferroviária em Vale Flores;
- A extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, o estacionamento e transporte à Fonte da Telha, e o Comboio de Praia, no âmbito do POLIS;
- O novo terminal fluvial da Trafaria articulando-se com o IC 32, e com a futura extensão do Metro Sul do Tejo à Trafaria;
- A extensão do Metro Sul do Tejo à Trafaria e a Almada Nascente - Cidade da Água e pela futura expansão à Charneca de Caparica.



## **Eixo 4**

**Educação, Formação,  
Conhecimento e Juventude**

### **4.1**

Prosseguir o programa municipal de acção social escolar, dirigido às famílias e alunos carenciados, do 1º ciclo e do pré-escolar, assegurando o fornecimento diário de refeições, e o apoio na compra de manuais escolares.

### **4.2**

Garantir os transportes escolares em conformidade com a legislação existente e assegurar os circuitos especiais de acordo com o plano de transportes aprovado pelo Município.

### **4.3**

Concluir o processo de avaliação/revisão da Carta Educativa Municipal, identificando na medida do possível os desequilíbrios da Rede Escolar do 1º Ciclo e suas causas, e perspectivando as necessidades de curto, médio e longo prazo. Assegurar o pleno funcionamento no ano lectivo de 2011/2012 da Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância Louro Artur ampliada em 2010, bem como dos novos Jardins de Infância adjudicados em 2010 – Jardim de Infância na Escola Básica do 1º Ciclo do Feijó nº 1, Jardim de Infância na Escola Básica do 1º Ciclo do Laranjeiro nº 2, Jardim de Infância na Escola Básica do 1º Ciclo do Laranjeiro nº 3 e Jardim de Infância na Escola Básica Cata-ventos de Paz (Cacilhas). Lançar o concurso público e iniciar a construção da nova Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância na Charneca de Caparica.

### **4.4**

Assegurar a execução do plano/2011 de conservação e manutenção do parque escolar do Município, prosseguindo a recuperação, beneficiação e modernização gradual dos antigos edifícios escolares, ajustando-os às exigências das actuais práticas educativas.

#### 4.5

Dinamizar a participação da Comunidade Educativa na vida local através do apoio a projectos e acções das Escolas, Agrupamentos de Escolas ou outras entidades que cumpram os requisitos definidos no Plano de Acção Cultural, incentivando a inovação pedagógica e contribuindo para uma acção educativa territorializada que tenha em conta, os valores, as tradições, as realidades sociais e ambientais, que fomente a educação para a cidadania e promova o envolvimento das escolas nos projectos educativos municipais, designadamente os que se ligam aos desígnios de um concelho solidário, sustentável e eco-eficiente.

#### 4.6

Dar continuidade ao serviço de apoio às famílias com crianças matriculadas nos jardins-de-infância da rede pública, nas componentes do fornecimento de refeições e do prolongamento de horário. Prosseguir o programa de enriquecimento curricular no primeiro ciclo do ensino básico.

#### 4.7

Prosseguir com os trabalhos com vista à edificação da Universidade Sénior no edifício da antiga Cooperativa Almadense, processo em parceria com a Associação dos professores do concelho de Almada e manter o apoio a projectos desenvolvidos no quadro das “Novas Oportunidades” e de “Educação ao Longo da Vida” (cursos de educação e formação, currículos alternativos, educação de adultos) com instituições promotoras com sede no concelho.

#### 4.8

Assegurar o lançamento do Prémio de Investigação "Cidade de Almada" e prosseguir as ligações com o Pólo de Ensino Superior, desenvolvendo projectos de parceria, designadamente a Mostra do Ensino Superior, o projecto Almada Laboratório de Ideias, e outras áreas de cooperação em curso.

#### 4.9

Prosseguir as diligências no sentido da concretização do projecto “Comunidade de Conhecimento e Inovação, Cidades Inteligentes”, apoiando as iniciativas da Comunidade Científica do Pólo Universitário de Almada.

#### **4.10**

Desenvolver em parceria com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, os estudos programáticos e de viabilidade do Centro Técnico e Científico de Artes Culinárias e Enogastronomia. Manter em funcionamento os Núcleos de Formação em Turismo no Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro em colaboração com a Escola Superior de Turismo.

#### **4.11**

Assegurar a representação do Município nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos conforme modelo de gestão do sistema educativo em vigor e dinamizar o funcionamento do Conselho Municipal da Educação, desenvolvendo proposta de implementação do Observatório Local da Educação.

#### **4.12**

Consolidar "Almada Cidade Educadora" como concelho de amplas e diversificadas ofertas educativas, formais e informais, divulgando e dando projecção das experiências locais na rede nacional e internacional da Associação das Cidades Educadoras. Dar particular atenção às novas ofertas a implementar em função das necessidades de desenvolvimento local, em articulação com o CLASA. Acompanhar em articulação com a Associação de Educação e Criação Artística – Pensarte, a entrada em funcionamento da oferta profissionalizante de ensino artístico, numa das escolas secundárias da cidade.

#### **4.13**

Assegurar os programas e as actividades das Casas Municipais da Juventude, enquanto centros de encontro, de criatividade, de formação e de animação para a população juvenil, visando a criação de oportunidades para a juventude, nomeadamente nos domínios da actividade desportiva, da educação e formação, da criação e fruição cultural, e do empreendedorismo, criando oportunidades de envolvimento dos jovens na vida do concelho.



4.14

Desenvolver estudos e diligências tendo em vista uma Casa Municipal de Juventude/Centro de Empreendedorismo Juvenil em Almada Poente. Promover o estudo de alargamento da rede de *Skates* Parques.

4.15

Prosseguir com os incentivos às iniciativas de carácter empresarial, à criação e à produção artística e cultural dos jovens, através dos vários dispositivos municipais.

4.16

Manter os incentivos à acção juvenil orientada para as acções comunitárias relevantes promovendo a participação dos jovens na vida local e dando valor social a sua intervenção, assegurando a realização do Concurso Jovens Talentos, que irá reconhecer e distinguir, na sua 3ª edição, jovens que se destacaram em diferentes áreas.

4.17

Prosseguir com o incentivo à intervenção cívica e criativa dos jovens na vida da cidade e na qualificação do espaço público, em articulação com as escolas e organizações juvenis, apoiando projectos de natureza social e artística, onde se podem destacar o trabalho cívico e a arte urbana. Promover a 2ª edição do “Concurso de *Graffiti* de Almada e assegurar as comemorações do Ano Internacional da Juventude.

4.18

Dinamizar a fixação de população jovem nas zonas históricas, a começar pela “Área de Reabilitação Urbana” (ARU) de Cacilhas, e consignar nas futuras ARU idênticos incentivos ao acesso à habitação pelos jovens.

4.19

Prosseguir as diligências junto do Governo, tendo em vista:

- Uma nova Escola Básica 2, 3 e a futura Escola Secundária na Charneca da Caparica;

- A construção de Pavilhão na Escola Secundária com 2º e 3º ciclos Francisco Simões, no Laranjeiro e de instalações desportivas cobertas na Escola “Conceição e Silva” na Cova da Piedade;
- A qualificação das instalações das Escolas Básicas do 2º e 3º ciclos Conceição e Silva e Trafaria.



## **Eixo 5**

**Cultura, Desporto, Solidariedade e  
Segurança**

### **5.1**

Dar continuidade ao trabalho de preservação do património material e imaterial do concelho, prosseguindo os estudos para a salvaguarda, recuperação e divulgação, designadamente, do património natural, paisagístico, edificado, arqueológico, documental e cultural.

### **5.2**

Concretizar a construção da nova Biblioteca no Parque do Fróis/Caparica, avançar com o Núcleo Museológico da Música e o Centro de Interpretação de Almada Velha, e com a Galeria de Arte na Costa da Caparica. Continuar a acompanhar, no âmbito do Programa Polis, o processo de reconversão do Mercado da Costa em equipamento cultural e a Biblioteca BM2 a projectar.

### **5.3**

Assegurar a oferta cultural regular nos Teatros e na rede de equipamentos culturais em geral, nomeadamente, no Centro de Arte Contemporânea, no Convento dos Capuchos, na Oficina da Cultura, no Auditório Municipal, no Solar dos Zagallos e na Rede Museológica Municipal, desenvolvendo uma programação em rede, diversificada e de qualidade, que potencie os recursos, incluindo os locais e o conjunto das ofertas para os diferentes públicos.

### **5.4**

Prosseguir com os incentivos aos criadores nas várias áreas de expressão artística, designadamente nos campos da literatura, do jornalismo e da música, através do lançamento e organização dos Prémios Literários, “Cidade de Almada”, “Poesia e Ficção”, “Maria Rosa Colaço”, Prémio de Jornalismo do Festival de Teatro de Almada, Festival “Cantar Abril”, Concurso de Música Moderna e Mostra de Teatro, e de apoio à edição literária e discográfica.

### 5.5

Dar continuidade à realização de eventos de relevo nas áreas do Teatro, da Dança e da Poesia, contribuindo designadamente para a realização do Festival Internacional de Teatro, da Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público, da Quinzena da Dança e do II Encontro de Poetas. Retomar o estudo do “Festival do Tejo e do Mar”, desenvolvendo cenários apoiados em sólidos patrocínios.

### 5.6

Prosseguir com o estímulo à concretização de projectos que contribuam para desenvolver e potenciar Almada como um território da cultura e da criatividade, mantendo o apoio à criação e à produção nas diferentes áreas artísticas e culturais e reforçando a rede de recursos para a criatividade. Avançar com os processos do Quarteirão das Artes, do Núcleo de Indústrias Criativas na zona ribeirinha, da Escola de Música e do Centro de Dança na Academia Almadense.

### 5.7

Dar continuidade aos programas de dinamização sócio-cultural e recreativa de Almada Centro, de animação do Passeio Ribeirinho, de dinamização cultural e recreativa da Cidade Aberta (Almada Poente). Realizar os programas festivos nas datas com significado colectivo e comunitário, designadamente, as Festas dos Santos Populares, o Carnaval, o Natal e o Ano Novo.

### 5.8

Concretizar o alargamento da Rede de Infra-estruturas Desportivas Municipais, dando início à construção da Piscina no Parque do Fróis/Caparica e às diligências necessárias à sua abertura e funcionamento. Diligenciar, junto da Administração Central, pela concretização do processo conducente à instalação do Centro de Alto Rendimento do Surf. Continuar a acompanhar, no âmbito do Programa Polis, o processo do novo Complexo de Desportos do Grupo Desportivo dos Pescadores.

### **5.9**

Garantir o funcionamento do Estádio Municipal José Martins Vieira e dos Pavilhões Desportivos Municipais, no quadro dos acordos de gestão em vigor, fomentando a actividade desportiva de cariz associativo e o desenvolvimento das diversas modalidades.

### **5.10**

Potenciar os recursos desportivos e assegurar a manutenção da qualidade e o rigor de gestão dos serviços desportivos municipais, mantendo uma oferta diversificada em termos das faixas etárias e dos interesses e necessidades dos diferentes públicos-alvo, e fomentando a actividade física e as diferentes práticas desportivas.

### **5.11**

Concretizar os diferentes programas municipais de fomento desportivo e de acesso às práticas desportivas e à actividade física das crianças e jovens, através de actividades específicas, nomeadamente, do Programa Municipal das “Escolinhas do Desporto”, consolidando o envolvimento dos Clubes e das Associações locais.

### **5.12**

Apoiar o movimento associativo desportivo na qualificação das suas instalações e nos projectos de fomento e desenvolvimento desportivo, contribuindo para uma ampla oferta desportiva à comunidade. Colaborar no acolhimento a eventos desportivos de nível nacional e internacional.

### **5.13**

Concretizar as políticas municipais de fomento à inclusão social, utilizando o desporto e as actividades físicas como um meio privilegiado de desenvolvimento das populações com necessidades específicas, nomeadamente, os cidadãos idosos e as pessoas portadoras de deficiência, levando a cabo os programas e projectos municipais que visam esses objectivos.

#### **5.14**

Contribuir para o processo de avaliação/revisão do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Almada, enquanto instrumento de planeamento estratégico de combate à pobreza e exclusão social e de promoção da igualdade de oportunidades entre cidadãos. Contribuir para a operacionalização dos projectos estruturantes definidos no Plano de Desenvolvimento Social.

#### **5.15**

Dinamizar o funcionamento do Conselho Local de Acção Social de Almada, aprofundando as metodologias de trabalho que garantam os princípios da cooperação, complementaridade e concertação e participar nos projectos que integram o Plano de Acção Anual.

Assegurar a participação na Plataforma Supra concelhia da Península de Setúbal.

Participar na qualidade de entidade promotora e parceira na implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Social.

#### **5.16**

Assegurar a elaboração do “Plano de Promoção da Acessibilidade”, designadamente promovendo a participação das instituições ligadas à problemática da deficiência e dos idosos.

#### **5.17**

Participar na implementação de programa local de parceria e cooperação no âmbito da Estratégia Nacional para as Pessoas Sem-Abrigo, em articulação com o Conselho Local de Acção Social.

#### **5.18**

Dar continuidade ao apoio aos cidadãos imigrantes, ao nível da concretização de projectos das suas associações e em articulação com os organismos que operam nesta área, e contribuir para o funcionamento dos Centros Locais de Apoio a Imigrantes, no âmbito da Rede Social.

#### **5.19**

Assegurar o apoio à construção de Creches e outros equipamentos sociais, empenhando-se o Município, complementarmente à Administração Central, no alargamento da rede de infra-estruturas de apoio social, designadamente no âmbito do Programa PARES, nos termos dos protocolos celebrados com as instituições locais.

#### **5.20**

Acompanhar o processo de criação de Centros de Cuidados Continuados de Saúde e a entrada em funcionamento do Centro de Reabilitação Cardíaca, apoiando as instituições locais envolvidas na concretização destas novas respostas sociais para o concelho, quer ao nível do desenvolvimento dos processos, quer da divulgação e da articulação com outras instituições do Concelho.

#### **5.21**

Dinamizar, enquanto parceiros, o funcionamento dos Grupos Concelhios da Deficiência e dos Idosos e Toxicodependência, no sentido de promover a articulação da rede de respostas já existentes e a dinamização de novas respostas a estas populações vulneráveis e suas famílias, contribuindo para o seu bem-estar social.

Participar no Núcleo Local de Inserção colaborando e contribuindo para a aplicação da medida Rendimento Social de Inserção no Concelho e integrar a Comissão de Protecção de Crianças Jovens.

#### **5.22**

Assegurar, nos diferentes domínios de intervenção, as actividades e acções decorrentes de processos de Geminação, de Acordos e de Pactos Internacionais. Prosseguir – no âmbito do Protocolo com a Província do Kwanza-Sul (Angola), o desenvolvimento das relações de cooperação. Enquanto membro da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), contribuir para o desenvolvimento de processos de cooperação bilateral.

**5.23**

Contribuir para a qualificação da Rede Social e Cultural do Concelho apoiando as Instituições Sociais e Associações culturais complementarmente à Administração Central, nas suas iniciativas de melhoria dos recursos físicos e materiais.

**5.24**

Assegurar a gestão social do Parque Habitacional do Município, a concretização do respectivo Plano Plurianual de Conservação e a regular manutenção e qualificação das áreas urbanas envolventes. Promover no âmbito do Parque Habitacional do Município o atendimento social descentralizado, e o envolvimento dos inquilinos nas opções participativas de investimento nas partes comuns dos prédios. Prosseguir com as vistorias a habitações de arrendamento de particulares, e promover a realização das obras coercivas em situações graves e de incumprimento. Reforçar as relações inter-institucionais com vista à gestão integrada do parque de habitação social. Assegurar a concretização do Programa Especial de Realojamento, designadamente, através da execução dos contratos celebrados com o Movimento Cooperativo.

**5.25**

Diligenciar a realização das reuniões do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, assegurando a respectiva organização e logística bem como a manutenção e actualização regular dos dados e informações inerentes ao Observatório de Segurança.

**5.26**

Manter o apoio anual às três Associações Humanitárias de Bombeiros, designadamente, no âmbito dos piquetes de intervenção permanente, dos seguros de pessoal e das viaturas.

**5.27**

Prosseguir a consolidação e desenvolvimento do Serviço Municipal de Protecção Civil, dar continuidade à elaboração dos planos de emergência e de evacuação obrigatórios e à actualização e operacionalização dos existentes.



**5.28**

Continuar a interceder junto do Governo tendo em vista:

- Construção da Sede Social da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense;
- Construção do Centro de Arqueologia de Almada;
- Construção da Sede e Pavilhão do Centro de Cultura e Desporto do Pragal;
- Construção de Equipamento da Associação Amigos do Atletismo da Charneca da Caparica;
- A construção do novo Centro de Saúde da Cova da Piedade;
- Construção do novo Centro de Saúde da Costa da Caparica;
- Construção do novo Centro de Saúde de Cacilhas;
- Construção de novo Centro de Saúde no Feijó (para resolver o problema do Laranjeiro);
- Construção do Centro de Cuidados Continuados da Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta;
- Construção do Centro de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Almada;
- A criação do Centro de Actividades Ocupacionais do GIRA - Grupo de Intervenção e Reabilitação Activa;
- Construção do Centro Infantil da Costa da Caparica;
- Construção do Centro de Acolhimento para crianças em situação de risco;
- Centro de Apoio a Pessoas com Paralisia Cerebral da Associação de Paralisia Cerebral de Almada/Seixal;
- Construção do Posto da Guarda Nacional Republicana no Monte de Caparica/PIA.



## Eixo 6

**Informação, Participação e  
Governança**

### 6.1

Aprofundar a política municipal no sentido da construção da Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Participação, nomeadamente através do desenvolvimento de um plano bidireccional de comunicação e circulação da informação focalizado nos cidadãos.

### 6.2

Garantir uma ampla rede de serviços, ferramentas e instrumentos de acesso à informação, nomeadamente as funcionalidades tecnológicas de suporte à informação, disponibilizando novos serviços on-line com recurso aos suportes digitais.

### 6.3

Concretizar o projecto tecnológico nas escolas do 1º ciclo através da implementação do Plano Tecnológico da Área Metropolitana de Lisboa, e manter os recursos existentes nos espaços municipais de utilização pública.

### 6.4

Dar continuidade ao projecto “Almada Informa”, dotando-o de novos recursos tecnológicos, modernizando e actualizando os vários sítios municipais com novos conteúdos informativos e serviços *on-line*, assegurando o posicionamento do Município de Almada entre os melhores do país em termos de acessibilidade à informação digital.

### 6.5

Continuar por todos os meios disponíveis a ampla divulgação nos periódicos municipais generalistas e específicos, nas áreas da Cultura, da Educação, da Juventude e do Ambiente, por forma a levar a informação sobre os vários aspectos da

vida local aos cidadãos, fomentando, desse modo, os níveis de participação das populações e o seu sentido de pertença e de participação.

#### **6.6**

Dar continuidade à política de edições e de publicações temáticas de interesse local para conhecimento da história e da realidade do Concelho em diferentes áreas, procurando aumentar o conhecimento e a informação dos cidadãos. Divulgar trabalhos de interesse e de qualidade realizados por especialistas e investigadores e disponibilizar material de estudo para a comunidade educativa.

#### **6.7**

Dar continuidade à estratégia de edição e divulgação de estudos, trabalhos e projectos no domínio da biodiversidade, matriz biofísica do concelho, energia, mobilidade, cidadania ambiental, sustentabilidade e outros indicadores ambientais, dando destaque ao Ano Internacional das Florestas, recorrendo a diferentes suportes e meios comunicacionais.

#### **6.8**

Prosseguir com o projecto “Almada Palavra Aberta”, aprofundando e diversificando os mecanismos de participação, promovendo o reforço do envolvimento dos cidadãos, nomeadamente dando a conhecer e discutindo com as populações os diferentes projectos de investimento que o Município vai concretizar com incidência em várias áreas do território concelhio. Elaborar e implementar a “Carta de Princípios das Opções Participativas”.

#### **6.9**

Concretizar projectos e acções dirigidas a jovens e associações juvenis de Almada, sobre o processo de Agenda Local 21 e a estratégia local de desenvolvimento “Almada + Sustentável, Solidária e Eco-eficiente”.

#### 6.10

Prosseguir com a realização de sessões de participação temáticas, associadas a projectos, estudos e campanhas em desenvolvimento, e com a organização do Fórum Local da Energia e o Fórum 21 da Criança.

#### 6.11

Prosseguir a consolidação de uma rede de recursos locais sustentáveis que respondam no plano cultural, desportivo, da acção social e ambiental, às necessidades dos cidadãos. Reunir informação pertinente e fazer o levantamento dos recursos instalados e do potencial de serviço à comunidade das várias entidades que constituem a rede de recursos do concelho da Almada.

#### 6.12

Dar continuidade à acção de mediação de conflitos de consumo promovida pelo centro autárquico de informação ao consumidor, bem como concretizar as acções educativas e formativas para o consumo informado e consciente.

#### 6.13

Desenvolver acções promocionais do Concelho e das suas actividades, alargando o *marketing* público valorizando em especial as oportunidades de investimento, com destaque para as áreas da Inovação, das Tecnologias e do Turismo.

#### 6.14

Assegurar a articulação regular com as Juntas de Freguesia, e aprofundar a reflexão/avaliação sobre descentralização e cooperação, e sobre a intervenção autárquica e do governo no Concelho.

#### 6.15

Prosseguir com o modelo de trabalho de permanente cooperação que o Município tem vindo a concretizar com Universidades e Escolas Superiores Politécnicas, Institutos Científicos e Centros de Investigação, Associações Empresariais, Juntas de Freguesia, Agentes Turísticos e Instituições Sociais do Concelho, concretizando vários projectos, nomeadamente, o Projecto Laboratório de Ideias, a Plataforma de

Actores para a implementação do Plano Estratégico de Valorização do Turismo e, ainda, os projectos no âmbito da concretização do QREN.

#### **6.16**

Dar continuidade ao trabalho articulado com a NovaAlmadaVelha em particular nos domínios da animação urbana, do apoio ao empreendedorismo local, do desenvolvimento de novas valências associadas à dinamização do Portal Almada Cidade Digital, da concretização do projecto “Almada Laboratório de Ideias” e do Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento (GACECI).

Prosseguir o trabalho articulado com a ArribaTejo, em particular no domínio da formação para a qualificação dos activos na restauração, e dos vendedores nos mercados retalhistas municipais, e da implementação do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo.

#### **6.17**

Assegurar a dinamização e o funcionamento da Plataforma de Actores para a implementação de Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo e concretizar as acções da responsabilidade da Câmara Municipal decorrentes do respectivo Plano Integrado de Acção Plurianual estabelecido pela parceria de actores.

#### **6.18**

Implementar o regulamento de concessão de subsídios ao movimento associativo, e apresentar relatório anual de acompanhamento e avaliação da utilização dos subsídios concedidos.



## Eixo 7

Modernização e Valorização do  
Serviço Público

### 7.1

Assegurar a participação institucional do Município em redes, campanhas e associações e o estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais nos domínios do ambiente, saúde (Cidades Saudáveis), energia (Pacto dos Autarcas), mobilidade, cultura e educação, visando a capacitação técnica, a obtenção de apoio financeiro, a inovação e a afirmação de Almada no contexto local, regional e global.

### 7.2

Prosseguir com a qualificação dos serviços e da Organização. Dar continuidade à modernização administrativa, prosseguindo designadamente a desmaterialização de processos, o reforço da utilização das Tecnologias da Informação e a introdução de novas funcionalidades nos serviços *on-line* disponibilizados no *site* municipal.

### 7.3

Dar continuidade ao projecto “Atendimento Municipal Multicanal” e desenvolver na Loja do Município novas áreas de atendimento, assegurando o pleno funcionamento do “*contact center*”. Prosseguir as diligências em curso junto da Administração Central para a instalação, em parceria com o Município, da Loja do Cidadão em Almada.

### 7.4

Assegurar a avaliação, revisão e actualização dos regulamentos e normativos existentes, com vista ao seu aperfeiçoamento e adequação e promover a agilização e desburocratização dos processos passíveis de integrar o conceito de “licenciamento na hora”.

### 7.5

Assegurar a implementação, controlo e monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Câmara Municipal de Almada. Promover a revisão e aprovação do Regulamento de Controlo e Interno.

### 7.6

No quadro do novo sistema EMAS III, constante do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro, prosseguir com a reformulação de programas ambientais e com a sua aplicação em processos e actividades municipais.

### 7.7

Prosseguir com a concretização de medidas custo-eficazes de eficiência energética e aproveitamento de energia solar e com a certificação energética de equipamentos e infra-estruturas municipais, em parceria com a AGENEAL. Assegurar a gestão do Fundo Climático de Almada “Almada, Carbono Menos”, a partir do observatório das emissões de GEEs.

### 7.8

Prosseguir com o processo de renovação da frota municipal, de acordo com os critérios de eficiência energética e ambiental e apresentar um modelo de gestão que vise aumentar a eficácia e eficiência dos equipamentos e recursos associados.

### 7.9

Prosseguir com o levantamento e identificação das necessidades de requalificação das instalações municipais e instrumentos de trabalho, com vista à melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores municipais e reforçar as campanhas de sensibilização e medidas de gestão para o uso de vestuário e equipamento de protecção individual.

**7.10**

Assegurar e dar continuidade às acções do Plano Plurianual de Formação 2010/2011, garantindo a sua articulação com os eixos estratégicos da actividade municipal, tendo em vista a prossecução dos objectivos e a valorização das competências pessoais e profissionais para uma prestação de serviços públicos de qualidade.

**7.11**

Prosseguir com o apoio social aos trabalhadores da autarquia e suas famílias, nomeadamente, ao nível da saúde, dos equipamentos de infância e dos refeitórios, bem como através da concretização de programas de apoio específicos.

**7.12**

Desenvolver o Programa de Prevenção dos Riscos Profissionais e de Promoção da Capacidade Funcional para o Trabalho da CMA e SMAS (2011/2013), bem como acções na área da saúde ocupacional. Assegurar o suporte técnico e o apoio ao funcionamento da Comissão e Subcomissões de Saúde, Segurança e Bem-Estar no Trabalho da CMA e SMAS. Aprofundar a ligação as Organizações Representativas dos Trabalhadores.





## CAPÍTULO 1

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2011

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Actividades 2011**

# CAPÍTULO 1

## OPÇÕES DO PLANO

### Actividades propostas pelos Dirigentes:

- **DMAG – DIRECÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**
  - **DMAG/DAF – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
    - DMAG/DAF/DF – DIVISÃO FINANCEIRA
    - DMAG/DAF/DA – DIVISÃO ADMINISTRATIVA
    - DMAG/DAF/DAP – DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO
    - DMAG/DAF/DJ – DIVISÃO JURÍDICA
    - DMAG/DAF/DP – DIVISÃO DE PATRIMÓNIO
    - DMAG/DAF/DAESU – DIVISÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS E SERVIÇOS URBANOS
  - **DMAG/DRH – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
    - DMAG/DRH/DP – DIVISÃO DE PESSOAL
    - DMAG/DRH/DS – DIVISÃO SOCIAL
  - **DMAG/DI – DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA**
    - DMAG/DI/DGA – DIVISÃO DE GESTÃO APLICACIONAL
    - DMAG/DI/DER – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E REDES
  - **DMAG/DPPCEE – DIRECÇÃO DE PROJECTO DE PLANEAMENTO E CONTROLO, ESTUDOS ECONÓMICOS E ESTATÍSTICA**
  - **DMAG/DPO – DIRECÇÃO DE PROJECTO DE ORGANIZAÇÃO**
- **DMOVU – DIRECÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E VALORIZAÇÃO URBANA**
  - **DMOVU/DOM – DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS**
    - DMOVU/DOM/DP – DIVISÃO DE PROJECTOS
    - DMOVU/DOM/DO – DIVISÃO DE OBRAS
  - **DMOVU/DSEVT – DEPARTAMENTO DE SALUBRIDADE, ESPAÇOS VERDES E TRANSPORTES**
    - DMOVU/DSEVT/DS – DIVISÃO DE SALUBRIDADE
    - DMOVU/DSEVT/DJEV – DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES
    - DMOVU/DSEVT/DPP – DIVISÃO PARQUE DA PAZ
    - DMOVU/DSEVT/DTM – DIVISÃO DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO
  - **DMOVU/DTRVM – DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, REDE VIÁRIA E MANUTENÇÃO**
    - DMOVU/DTRVM/DTSR – DIVISÃO DE TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA
    - DMOVU/DTRVM/DML – DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E LOGÍSTICA
    - DMOVU/DTRVM/DIVIU – DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS VIÁRIAS E INTERVENÇÃO URBANA
    - DMOVU/DH – DIVISÃO DE HABITAÇÃO
- **DMPAT – DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO**
  - **DMPAT/DAU – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**
    - DMPAT/DAU/DTA – DIVISÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA
    - DMPAT/DAU/DGF – DIVISÃO DE GESTÃO FUNDIÁRIA
    - DMPAT/DAU/DGAU 1 - DIVISÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO URBANA 1
    - DMPAT/DAU/DGAU 2 - DIVISÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO URBANA 2
    - DMPAT/DAU/DGAU 3 - DIVISÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO URBANA 3
    - DMPAT/DAU/DGAU 4 - DIVISÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO URBANA 4
  - **DMPAT/DPU – DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO**
    - DMPAT/DPU/DEP – DIVISÃO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO
    - DMPAT/DPU/DQU – DIVISÃO DE QUALIFICAÇÃO URBANA
  - **DMPAT/DPPDL – DIRECÇÃO DE PROJECTO DE PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

## **CAPÍTULO 1**

### **OPÇÕES DO PLANO**

- **DMDS – DIRECÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
  - **DMDS/DEJ – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**
    - **DMDS/DEJ/DE – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**
    - **DMDS/DEJ/DERE – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E RECURSOS EDUCATIVOS**
    - **DMDS/DEJ/DJ – DIVISÃO DE JUVENTUDE**
  - **DMDS/DC – DEPARTAMENTO DE CULTURA**
    - **DMDS/DC/DEC – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS**
    - **DMDS/DC/DMPC – DIVISÃO DE MUSEUS E PATRIMÓNIO CULTURAL**
    - **DMDS/DC/DHLAH – DIVISÃO DE HISTÓRIA LOCAL E ARQUIVO HISTÓRICO**
    - **DMDS/DC/DB – DIVISÃO DE BIBLIOTECAS**
  - **DMDS/DAD – DEPARTAMENTO DE ACÇÃO DESPORTIVA**
    - **DMDS/DAD/DID – DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS**
    - **DMDS/DAD/DD – DIVISÃO DE DESPORTO**
    - **DMDS/DASC – DIVISÃO DE ACÇÃO SÓCIO-CULTURAL**
    - **DMDS/DT – DIVISÃO DE TURISMO**
  - **DEGAS – DEPARTAMENTO DE ESTRATÉGIA E GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL**
    - **DEGAS/DEGA – DIVISÃO DE ESTUDOS E GESTÃO AMBIENTAL**
    - **DEGAS/DESA – DIVISÃO DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
  - **SSO – DIRECÇÃO DE PROJECTO DE SAÚDE, SEGURANÇA E BEM ESTAR NO TRABALHO CMA/SMAS**
  - **SMPC – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL**
  - **CAC – CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA E GALERIA MUNICIPAL DE ARTE DE ALMADA**
  - **DFM – DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL**
  - **DIRP – DIVISÃO DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS**
  - **OA – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA**
  - **CIAC – CENTRO DE INFORMAÇÃO E APOIO AO CONSUMIDOR**

As actividades propostas pelos Dirigentes Municipais (Chefes de Divisão, Directores de Departamento e Directores Municipais) apresentam-se estruturadas em torno dos sete Eixos de Desenvolvimento, dando conteúdo às respectivas Linhas de Orientação.



## **Eixo 1 – Renovação Urbana e Desenvolvimento Sócio-económico**

### **Linha 1.1**

**Concluídos os Estudos de Caracterização, dar continuidade ao processo de revisão do Plano Director Municipal com base na mais ampla participação da comunidade e actores públicos e privados, no quadro dos Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento para o Concelho, da avaliação ambiental estratégica, atendendo aos instrumentos de planeamento de ordem superior.**

#### **DMPAT/DPU**

- Assegurar a coordenação técnica do processo de Revisão do Plano Director Municipal de Almada (RPDMA) em articulação com o processo de Avaliação Ambiental Estratégica. Dinamizar a contribuição dos serviços do Município e assegurar a execução da metodologia de participação estabelecida, com o mais amplo envolvimento da comunidade e dos actores públicos e privados, em todas as fases do processo.
- Promover o funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Almada, publicada em Diário da República, 2ª série nº 69, de 8 de Abril de 2009, em articulação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT).

#### **DMPAT/DPU/DEP**

- Assegurar ao nível técnico e logístico a Revisão do Plano Director Municipal de Almada, nomeadamente a elaboração dos trabalhos conducentes à revisão e a organização do respectivo processo, a organização técnica e logística das sessões de participação. Dar continuidade ao processo de monitorização do actual Plano Director Municipal.

#### **DMPAT/DAU**

- Nas áreas de intervenção territorial das respectivas Divisões de Gestão e Administração Urbana contribuir para a caracterização urbanística, estado actual do território, suas dinâmicas e tendências futuras, e perspectivas de reordenamento.

#### **DEGAS/DEGA**

- Integrar a equipa de direcção técnica do processo de Revisão do Plano Director Municipal. Contribuir para o funcionamento da Comissão de Acompanhamento. Participar no desenvolvimento operacional dos trabalhos e coordenar o processo de avaliação ambiental estratégica, ao nível da cenarização de opções de ordenamento tendo em vista a salvaguarda da Estrutura Ecológica Municipal.

**DMDS/DEJ/DERE**

- Contribuir para a Revisão do Plano Director Municipal, tendo por base o processo inerente à actual Carta Educativa em fase de avaliação.

**DMDS/DC/DMPC**

- Contribuir para o processo de Revisão do Plano Director Municipal no âmbito da Carta Arqueológica e Patrimonial do Concelho em fase de actualização.

**DMDS/DT**

- Contribuir para o processo de Revisão do Plano Director Municipal tendo subjacente o Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo do Concelho já elaborado.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Contribuir para o processo de Revisão do Plano Director Municipal, designadamente na área da mobilidade.

**DIRP**

- Divulgar o processo de Revisão do Plano Director Municipal, incluindo através da Internet em sítio próprio. Promover pelos meios de divulgação e comunicação a mais ampla participação pública e apoiar a organização das sessões de participação.

**Linha 1.2**

**Dar continuidade à elaboração dos seguintes instrumentos de gestão territorial, a partir dos correspondentes estudos de enquadramento estratégico, da visão estratégica, projectos-motor e do processo de participação pública:**

- Plano de Pormenor de Cacilhas;
- Plano de Pormenor do Almaraz;
- Plano de Pormenor do Ginjal;
- Instrumentos de Gestão Territorial decorrentes do Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário a Cristo-Rei / Seminário de São Paulo e zona ribeirinha adjacente;
- Planos de Pormenor da Costa da Trafaria;
- Plano de Urbanização de Almada Poente, Cidade Aberta, em articulação com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;
- Plano de Pormenor do Chegadinho, tendo em vista a requalificação/renovação deste bairro.

**DMPAT/DPU**

- Assegurar a direcção dos processos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial em articulação com os respectivos processos de Avaliação Ambiental Estratégica.
- Assegurar a execução do protocolo de colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Almada e a Universidade de Aveiro no domínio da elaboração de modelos de execução associados aos instrumentos de gestão territorial.

**DMPAT/DPU/DEP**

- Assegurar ao nível técnico e logístico o processo de elaboração das propostas dos planos, suportados sempre que se justifique técnica e legalmente pelo procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, promovendo a contribuição dos Serviços do Município e a concertação com as Entidades Externas envolvidas no Processo, de acordo com a Legislação em vigor. Diligenciar a apreciação dos trabalhos nas respectivas fases, assegurando a implementação da metodologia de participação, bem como a organização dos processos e a decisão pelos Órgãos Autárquicos competentes.
- Assegurar em colaboração com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), o lançamento do concurso para a elaboração do Plano de Urbanização de Almada Poente - Cidade Aberta, tendo como termos de referência o Plano Estratégico aprovado, com a respectiva visão Estratégica e os Projectos-Âncora associados (a Cidade ERASMUS, o Projecto ALMA – Centro de Estudos e Documentação, entre outros).

**DMPAT/DPU/DQU**

- Contribuir para a elaboração e implementação de propostas ao nível dos instrumentos de gestão territorial, com especial incidência em áreas que abrangem os núcleos históricos.

**DEGAS/DEGA**

- Contribuir para a elaboração dos instrumentos de gestão territorial, assegurando a dimensão ambiental e energética, com especial destaque para a Estrutura Ecológica Municipal e rede de mobilidade suave, e assumindo a coordenação dos procedimentos de avaliação ambiental estratégica.

**DMDS/DC/DMPC**

- Contribuir ao nível arqueológico para a elaboração dos instrumentos de gestão territorial em particular Almaraz/Ginjal e Cristo Rei/Seminário de S. Paulo.

**DMDS/DT**

- Contribuir para a identificação de soluções que permitam um planeamento turístico integrado nos territórios a intervir ao nível da elaboração dos instrumentos de gestão territorial, face ao Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo do Concelho.

**DIRP**

- Divulgar os projectos Estratégicos em curso no concelho de Almada e promover pelos meios de divulgação e comunicação a mais ampla participação pública. Apoiar a organização das sessões de participação.
- Proceder à publicação dos Planos/Estudos na página da *Internet* e na imprensa escrita.

**Linha 1.3**

**Concluído o Estudo de Caracterização para a Fonte da Telha, elaborar o Plano de Pormenor e pugnar pela sua requalificação e valorização ambiental prevista no “Plano de Acção para o Litoral 2007-2013”, em colaboração com o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.**

**DMPAT/DPU**

- Assegurar a direcção do processo associado à Fonte da Telha no quadro dos objectivos do “Plano de Acção para o Litoral” do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, em articulação com a CostaPolis e no quadro do protocolo celebrado entre o Município, a CostaPolis e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

**DMPAT/DPU/DEP**

- Concluído e aprovado o Estudo de Caracterização e Diagnóstico Prospectivo sobre a Fonte da Telha, assegurar ao nível técnico e logístico o processo de elaboração do Plano de Pormenor em articulação com a CostaPolis e as competentes entidades da Administração Central, face ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra/Sado onde se enquadra. Assegurar todos os procedimentos e metodologias estabelecidas para a elaboração de instrumentos de gestão territorial.

**DEGAS/DEGA**

- Contribuir para a elaboração do Plano de Pormenor da Fonte da Telha, enquadrado por um projecto do programa QREN POR Lisboa-Valorização do Litoral, assegurando o acompanhamento técnico das dimensão ambiental e energética, com especial destaque para as componentes dinâmica costeira, vulnerabilidades, biodiversidade e sistemas dunares litorais, e assumindo a coordenação dos procedimentos de avaliação ambiental estratégica.

**DMDS/DT**

- Contribui para a identificação de soluções que permitam um planeamento turístico integrado face aos objectivos do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo do Concelho.

**DIRP**

- Divulgar o Estudo de Caracterização e Diagnóstico sobre a Fonte da Telha e promover pelos meios de divulgação e comunicação a mais ampla participação pública nas fases de elaboração do Plano de Pormenor.

**Linha 1.4**

**Reforçar o acompanhamento e o apoio directo às associações de proprietários, incrementando e dinamizando de forma pro-activa, os processos de reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI).**

**DMPAT/DAU**

- Montar um sistema centralizado de âmbito concelhio para a permanente monitorização e acompanhamento dos processos de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, tendo em vista o apoio directo às Associações de Proprietários e a dinamização dos processos de reconversão.

**DMPAT/DAU/DGAU 2**

- Concluir os procedimentos em articulação com as Associações de Proprietários, com vista à emissão dos títulos de reconversão, designadamente para a Quinta de São Gabriel, Quinta do Madorno, Quinta do Funchalinho e Funchalinho.
- Dinamizar os processos de obras de urbanização em articulação com as Associações de Proprietários, tendo em vista a aprovação de projectos de obras de urbanização, designadamente da Quinta do Vale do Tojeiro, Quinta de Santana e Quinta da Silveira de Cima.
- Em articulação com as Associações de Proprietários, concluir os processos com título de reconversão, com vista à recepção definitiva de obras de urbanização, designadamente da Quinta dos Lóios, Quinta da Estrela, Pêra e Quinta do Verdego.
- Dinamizar acções com vista à conclusão de processos de legalização das edificações integradas nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal com alvará de loteamento emitido.
- Identificar as áreas urbanas de génese ilegal de difícil recuperação, promovendo propostas alternativas de reconversão.

**DMPAT/DAU/DGAU 3**

- Em articulação com as Associações de Proprietários promover a conclusão de processos de reconversão e a subsequente emissão de alvará de loteamento, nomeadamente para a Quinta da Caneira, Quinta dos Eucaliptos, e Quinta do Gil e Alexandrino.
- Diligenciar em articulação com as Associações de Proprietários a conclusão dos respectivos processos com título de reconversão, com vista à recepção das obras de urbanização, designadamente da Quinta do Dias/Regateira, Quinta de Vale Grou de Baixo e Quinta da Aleluia.
- Dinamizar em articulação com as Associações de Proprietários para o desenvolvimento dos processos de reconversão que se encontrem parados e promover as acções que permitam a aprovação de processos de reconversão em fase avançada.
- Dinamizar acções com vista à conclusão de processos de legalização das edificações integradas nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal com alvará de loteamento emitido.
- Identificar as áreas urbanas de génese ilegal de difícil recuperação, promovendo propostas alternativas de reconversão.

**DMPAT/DAU/DGAU 4**

- Dinamizar acções de incentivo à formação da Comissão de Proprietários do Núcleo 33, tendo em vista a sua reconversão.
- Prosseguir a análise dos processos de reconversão das três Áreas Urbanas de Génese Ilegal integradas no Plano de Infra-estruturação da Aroeira Exterior, com protocolo celebrado com o município.



- Dinamizar em articulação com as Administrações de Áreas Urbanas de Génese Ilegal os respectivos processos de reconversão por adesão ao Plano de Infra-estruturação da Aroeira Exterior.
- Dinamizar em articulação com as Associações de Proprietários para o desenvolvimento dos processos de reconversão que se encontrem parados e promover as acções que permitam a aprovação de processos de reconversão em fase avançada.
- Dinamizar acções com vista à conclusão de processos de legalização das edificações integradas nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal com alvará de loteamento emitido.
- Identificar as áreas urbanas de génese ilegal de difícil recuperação, promovendo propostas alternativas de reconversão.

#### **DIRP**

- Divulgar as boas práticas no âmbito dos processos de reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal.

#### **Linha 1.5**

**Incrementar a Reabilitação Urbana, dinamizando a ARU (Área de Reabilitação Urbana) de Cacilhas e promovendo a criação de novas ARU com prioridade para os núcleos históricos, no âmbito do Decreto-Lei 307/09 de 23 de Outubro. Manter activa a Campanha de Sensibilização para a Reabilitação Urbana “Habitar é Conservar”, com vista à conservação periódica obrigatória do parque habitacional privado nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, e desenvolver novos estudos de viabilidade de renovação para áreas urbanas degradadas, tendo em vista novas operações de remate urbano.**

#### **DMPAT/DPU/DQU**

- Iniciar a gestão da Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas, promovendo uma ampla divulgação na zona especialmente dirigida aos proprietários e aos jovens. Assegurar o atendimento local e dinamizar processos de reabilitação. Concretizar a proposta de Área de Reabilitação Urbana de Almada/Rua Capitão Leitão, e iniciar igual proposta para a Trafaria.

#### **DMPAT/DAU/DGAU 1**

- Prosseguir com a dinamização da Campanha de Sensibilização para a Conservação Urbana "Habitar é Conservar", promovendo novas acções de informação e sensibilização junto dos proprietários, bem como actuação nos termos do Regime jurídico da Edificação e Urbanização.
- Promover o atendimento personalizado dos proprietários/administrações de condomínio, dos edificios considerados em muito mau estado de conservação, em sequência dos levantamentos efectuados.
- Dinamizar acções junto dos proprietários abrangidos pelos Estudos de Remate Urbano já aprovados para a Cova da Piedade com vista à sua execução.

- Prosseguir a partir dos levantamentos de caracterização efectuados e a desenvolver a elaboração de estudos de viabilidade de remate urbano em áreas consolidadas.
- Realizar vistorias técnicas aos imóveis considerados em mau e muito mau estado de conservação, que foram objecto de levantamento nos troços do Metro Sul do Tejo.
- Apoiar a entidade gestora da Área de Reabilitação Urbana, designadamente nas acções referentes ao controlo de operações urbanísticas levadas a efeito na respectiva área territorial.
- Prosseguir com as acções levadas a efeito no âmbito da aplicação do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro no que concerne à conservação periódica obrigatória do parque habitacional privado.

#### **DMPAT/DAU/DGAU 2**

- Prosseguir com a dinamização da Campanha de Sensibilização para a Conservação Urbana "Habitar é Conservar", promovendo novas acções de informação e sensibilização junto dos proprietários, bem como actuação nos termos do Regime jurídico da Edificação e Urbanização.
- Dinamizar a recuperação e revitalização das áreas urbanas consolidadas, em especial dos núcleos históricos, bem como incentivar e envolver os proprietários, considerando as suas responsabilidades para com o seu património edificado.
- Prosseguir com as acções levadas a efeito no âmbito da aplicação do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro no que concerne à conservação periódica obrigatória do parque habitacional privado.

#### **DMPAT/DAU/DGAU 3**

- Prosseguir com a dinamização da Campanha de Sensibilização para a Conservação Urbana "Habitar é Conservar", promovendo novas acções de informação e sensibilização junto dos proprietários, bem como actuação nos termos do Regime Jurídico da Edificação e Urbanização.
- Prosseguir com a dinamização da recuperação e revitalização do edificado, promovendo acções tendentes à conservação do edificado existente, alargando a intervenção à área delimitada pela UNOP 10 (Charneca de Caparica).
- Prosseguir com as acções levadas a efeito no âmbito da aplicação do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro no que concerne à conservação periódica obrigatória do parque habitacional privado.

#### **DMPAT/DAU/DGAU 4**

- Prosseguir com a dinamização da Campanha de Sensibilização para a Conservação Urbana "Habitar é Conservar", promovendo novas acções de informação e sensibilização junto dos proprietários, bem como actuação nos termos do Regime jurídico da Edificação e Urbanização.

- Prosseguir com os procedimentos estabelecidos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação nos eixos estruturantes do núcleo urbano da Costa da Caparica, não abrangido pelo Programa Polis.
- Proceder ao desenvolvimento do Estudo de Quarteirões para o núcleo urbano mais antigo da Costa da Caparica, com vista à sua caracterização.
- Concluir as acções de notificação e realização de Vistorias Técnicas nos eixos estruturantes prioritários, no núcleo urbano da Costa da Caparica não abrangido pelo Programa Polis.
- Prosseguir com as acções levadas a efeito no âmbito da aplicação do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro no que concerne à conservação periódica obrigatória do parque habitacional privado.

#### **DMOVU/DH**

- Contribuir para a concretização das actividades associadas à reabilitação urbana, nomeadamente na conservação e reparação do Parque Habitacional Camarário.

#### **DIRP**

- Prosseguir a campanha municipal de sensibilização e promoção da conservação urbana do património construído “Habitar é Conservar”, e promover a divulgação em particular da área de Reabilitação Urbana de Cacilhas e de novos processos de Áreas de Reabilitação Urbana.

#### **Linha 1.6**

**Concretizar a 4ª Edição do Prémio Municipal de Arquitectura “Cidade de Almada”, incentivando a qualidade projectual e construtiva dos edifícios, dos espaços públicos e da reabilitação do património edificado, assegurando a visibilidade e reconhecimento público das boas práticas dos respectivos actores da construção da cidade.**

#### **CAC**

- Assegurar a concretização da 4ª edição do Prémio Municipal de Arquitectura Cidade de Almada. Garantir a constituição do Júri, a selecção e divulgação das obras passíveis de integrar o concurso, o processo de candidaturas, a avaliação pelo Júri, a atribuição do prémio em todas as suas componentes, e a realização da exposição final conforme estabelecido no Regulamento do Concurso. Promover um programa de actividades em torno do arquitecto homenageado, nomeadamente, uma exposição monográfica e a edição do respectivo catálogo e outras iniciativas de dinamização e divulgação da respectiva obra.
- Coordenar o funcionamento do grupo de trabalho interno, para a realização do Prémio Municipal de Arquitectura.

#### **DMPAT/DAU**

- Assegurar em cumprimento do Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura “Cidade de Almada” a identificação de todas as obras concursáveis.

**DMPAT/DPU**

- Apoiar o Centro de Arte Contemporânea na concretização da 4ª Edição do Prémio Municipal de Arquitectura "Cidade de Almada".

**DIRP**

- Divulgar o Prémio Municipal de Arquitectura e apoiar na concepção e produção de materiais informativos.

**Linha 1.7**

**Dar continuidade à gestão do Plano de Urbanização “Almada Nascente, Cidade da Água” e contribuir activamente para a sua execução, participando na Comissão Consultiva da Sociedade Arco Ribeirinho Sul e integrando a futura Sociedade Executora Local.**

**DMPAT**

- Apoiar a participação do Município na Comissão Consultiva da Sociedade Arco Ribeirinho Sul, bem como na futura Sociedade Executora Local, tendo em vista a execução do Plano de Desenvolvimento Estratégico aprovado pelo Governo.

**DMPAT/DAU/DGAU 1**

- Assegurar a apreciação e decisão das operações urbanísticas, a levar a efeito na área territorial do Plano de Urbanização "Almada Nascente, Cidade da Água" abrangida pelo Projecto Arco Ribeirinho Sul, tendo presente as propostas e normativo que orientam a sua implementação, numa atitude de permanente disponibilidade e proactividade.

**DMPAT/DPU/DEP**

- Assegurar no âmbito do Plano de Urbanização de “Almada Nascente – Cidade da Água”, a identificação das medidas de gestão a implementar para as distintas unidades operativas, e apresentar propostas de trabalho.

**DEGAS/DEGA**

- Participar na gestão do Plano de Urbanização "Almada Nascente, Cidade da Água", assegurando o acompanhamento das componentes ambiental, geológica, geotécnica, remediação de solos, dinâmica estuarina e a monitorização das medidas constantes do Relatório Ambiental.

**Linha 1.8**

**Assegurar a participação na Sociedade CostaPolis e contribuir para o cumprimento integral do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica incluindo os investimentos complementares.**

**DMPAT**

- Apoiar a participação do Município na Sociedade CostaPolis tendo em vista o cumprimento integral do Programa de Desenvolvimento Estratégico contratualizado com o Governo.

**DMPAT/DAU/DGAU 4**

- Assegurar os procedimentos de apoio às intervenções do programa Polis, na vertente de planeamento, designadamente participando na análise dos projectos de plano em elaboração.
- Assegurar os procedimentos de apoio às intervenções do programa Polis, nas vertentes de projecto e obra:
  - Plano de Pormenor da Frente de Praias Urbanas:
    - Prosseguir com as acções da competência da Comissão Mista de Acompanhamento e Licenciamento de Obras, com vista à conclusão da implementação do Plano e dos processos associados;
    - Programar, em colaboração com a Divisão de Fiscalização Municipal, a operacionalização das acções de fiscalização, com vista a garantir a manutenção da qualidade do espaço público e edificado;
  - Plano de Pormenor da Frente Urbana e Rural nascente:
    - Prosseguir o acompanhamento dos processos associados ao PER - 146 fogos, promovidos pela União das Cooperativas de Habitação Económica do Distrito de Setúbal (UCHEDES);
  - Plano de Pormenor das Praias de Transição:
    - Prosseguir a apreciação do processo do Equipamento Desportivo, com vista ao seu licenciamento e execução, aprovado que esteja o respectivo Plano de Pormenor;
  - Plano de Pormenor dos Parques de Campismo:
    - Prosseguir com o apoio técnico e apreciação dos processos de licenciamento associados à implementação do Plano.

**DMPAT/DPU/DEP**

- Plano de Pormenor da Frente Urbana e Rural Nascente (PP4), Plano de Pormenor das Praias de transição (PP5) e Plano de Pormenor das Praias Equipadas (PP6):
  - Assegurar a coordenação dos serviços no apoio à Sociedade Costa Polis, no desenvolvimento e conclusão dos Planos de Pormenor.

**DMAG**

- Apoiar a participação do Município na Sociedade CostaPolis tendo em vista o cumprimento integral do Programa de Desenvolvimento Estratégico contratualizado com o Governo.

**DMAG/DAF/DP**

- Assegurar e operacionalizar a gestão do património fundiário municipal associado e necessário à execução do programa Polis.

**DMOVU/DSEVT/DJEV**

- Acompanhar o desenvolvimento das obras referentes aos Planos Polis, na vertente da arborização e espaços verdes urbanos.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Acompanhar os projectos e obras que tenham interferência no espaço público, designadamente os que têm implicações ao nível do trânsito.

**DMOVU/DTRVM/DIVIU**

- Acompanhar o desenvolvimento dos planos Polis na vertente da Iluminação Pública.

**Linha 1.9**

**Desenvolver o planeamento, promoção, estruturação, dinamização e gestão dos produtos turísticos estratégicos identificados no Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo em articulação com a Arribatejo e em parceria com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.**

**DMDS/DT**

- Promover a divulgação do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo (PEVDT) junto de empresários e munícipes.
- Contribuir com a identificação de acções da responsabilidade do Município para o Plano Integrado de Acção Plurianual no contexto da Plataforma de Actores da responsabilidade da ArribaTejo.
- Concretizar a elaboração do roteiro de recursos turístico do Concelho e promover a sua divulgação.
- Concretizar a elaboração do roteiro de recursos de MI (*Meeting and Incentives*) – Turismo de Negócios – e promover a sua divulgação.
- Organizar e promover o Concurso de Gastronomia do Concelho.
- Dar continuidade à promoção e distribuição de informação turística na hotelaria de Lisboa.
- Assegurar a distribuição de informação turística na hotelaria do Concelho, de forma sistemática e regular.

**DMDS/DC/DMPC**

- Elaborar folheto informativo sobre os equipamentos museológicos abertos ao público em versão multilingue, tendo como público-alvo os turistas/visitantes.

**DMDS/DASC**

- Contribuir para a implementação do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo no âmbito das actividades de animação.

**DEGAS/DEGA**

- Contribuir para a concretização da vertente de património natural e de turismo da natureza do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo.
- Assegurar a participação no projecto europeu RELACS (*Renewable Energies for Tourist Accommodation Buildings* – Energias Renováveis em Edifícios de Alojamento Turístico), em parceria com a AGENEAL e a cidade de Modena (Itália), que visa a promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis em unidades turísticas.

**DMPAT/DAU/DGAU 2**

- Promover o levantamento e análise dos estabelecimentos turísticos e de restauração ou bebidas relevantes do ponto de vista turístico, mantendo um estreito relacionamento e troca de informação com a Divisão de Turismo.

**DMPAT/DAU/DGAU 4**

- Promover o levantamento e análise dos estabelecimentos turísticos e de restauração ou bebidas relevantes do ponto de vista turístico, mantendo um estreito relacionamento e troca de informação com a Divisão de Turismo.

**DMPAT/DPU**

- Assegurar a implementação do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo nos instrumentos de gestão do território em elaboração, nomeadamente no processo de revisão do Plano Director Municipal.

**DMPAT/DPPDL**

- Promover a dinamização dos projectos de iniciativa municipal, integrados no Plano Integrado de Acção Plurianual a concretizar pela ArribaTejo, no contexto da Plataforma de Actores.
- Dinamizar a constituição e funcionamento da Plataforma de Actores do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo.

**Linha 1.10**

**Dinamizar o eixo territorial correspondente à Cidade Fluvial e à Cidade Oceânica e desenvolver o Estudo Estratégico para o eixo territorial da Cidade dos Vales.**

**DMPAT**

- Assegurar a elaboração de Estudo Estratégico para o eixo territorial Sobreda/Charneca de Caparica, associado ao “Sistema de Vales”, enquanto centralidade concelhia a potenciar no contexto local e regional, servida pelo IC 32, a Cidade dos Vales.
- Identificar os projectos estratégicos associados e a associar aos eixos territoriais da Cidade Fluvial e da Cidade Oceânica respectivamente, considerando designadamente a área de I&D e o Plano Estratégico do Turismo, e dinamizar a sua promoção tendo em vista a captação de investimento no Concelho.

**DMPAT/DAU**

- Dedicar especial acompanhamento às operações urbanísticas de natureza estratégica para o Concelho, situadas nos eixos territoriais Cidade Fluvial e Cidade Oceânica.



#### **Linha 1.11**

**Incentivar o arranque do Centro Terciário (Hotel e Serviços) na Cova da Piedade e desenvolver as linhas programáticas para o Centro Multiusos e de Conhecimento “O Planetásio”, na Cidade dos Vales (Charneca/Sobreda), enquanto projectos motor a considerar no âmbito do respectivo Estudo Estratégico.**

#### **DMPAT**

- Dinamizar o processo tendente à concretização do Centro Terciário (Hotel e Serviços) na Cova da Piedade com iniciativas próprias junto dos promotores. Assegurar a elaboração de proposta de linhas programáticas para o Centro Multiusos e do Conhecimento “O Planetásio” enquanto projecto motor da Cidade dos Vales.

#### **DMPAT/DAU**

- Assegurar um acompanhamento proactivo às operações urbanísticas relacionadas com o futuro Centro Terciário na Cova da Piedade.
- Promover a apropriação, pela Gestão e Administração Urbana, do objectivo de criação de centralidades na gestão do território.

#### **DEGAS**

- Contribuir para a definição de valências do Centro Multiusos e de Conhecimento “O Planetásio”, na Cidade dos Vales.

#### **Linha 1.12**

**Cooperar com a Associação de Comerciantes e os comerciantes, apoiando complementarmente ao IAPMEI a concretização de projectos de âmbito concelhio potenciadores do Programa URBECOM, e prosseguir a execução dos projectos QREN inseridos no Programa Estratégico para a Promoção do Centro Histórico (Almada/Cacilhas). Manter a isenção da derrama enquanto medida de apoio às pequenas empresas.**

#### **DMPAT/DPPDL**

- Assegurar a concretização dos Programas de Acção "Almada Velha: de novo Centro", "Almada Velha/Ginjal: Cultura.Lazer.Turismo" e "Almada: Laboratório de Ideias", e desenvolver acções de *marketing* territorial que promovam o Centro Histórico no seu conjunto e reforcem a sua atractividade.
- Contribuir para a dinamização e notoriedade do comércio e oferta turística e recreativa de Almada Centro, através do directório comercial integrado no Portal Almada Digital.
- Promover a 2ª Edição do Festival “Os Sons de Almada Velha” e “Almada Velha em Festa”, projectos integrados nas Festas da Cidade e no Mês da Música respectivamente.

#### **DPU/DQU**

- Contribuir para a elaboração de regulamentos, estudos e projectos relacionados com o tecido económico, com incidência nos Núcleos Históricos.



**DMAG/DAF/DAESU**

- Promover, em conjunto com a Associação de Comerciantes e no âmbito do respectivo plano para a dinamização do sector, iniciativas de valorização do Comércio de Rua, nomeadamente a organização do Concurso de Montras, a adaptação de horários do comércio às novas realidades e adopção de técnicas de Vitrinismo e Atendimento.
- Divulgar no quadro do licenciamento relacionado com as actividades económicas, a isenção da Derrama para as empresas com volume de negócios anual até cento e cinquenta mil euros.

**DMDS/DASC**

- Realizar um Programa de Animação em espaços públicos do Concelho, designadamente no âmbito das Festas de Almada, em concertação com os agentes socioculturais e entidades relacionadas com a actividade económica do concelho.
- Apoiar a edição 2011 do *Almada Fashion*, projecto promovido pela Associação de Comerciantes do Concelho de Almada.

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Contribuir para a promoção do Centro da Cidade, com o apoio logístico às iniciativas culturais da Autarquia ou por esta apoiadas.

**DIRP**

- Assegurar a concretização de projectos inseridos na Quadra Natalícia e Fim do Ano, e a divulgação do programa global.
- Divulgar os projectos inseridos no Programa Estratégico para a Promoção do Centro Histórico (Almada/Cacilhas). Assegurar a divulgação da edição 2011 do Almada Fashion, e de outros projectos da Associação de Comerciantes designadamente abrangidos pelo URBECOM, através dos meios de comunicação da Autarquia.

**Linha 1.13**

**Prosseguir o estudo da Rede de Mercados Municipais tendo em vista a sua valorização e dinamização, concretizar a 2ª fase do Plano de Formação em Higiene e Segurança Alimentar dirigido aos vendedores e realizar acções de promoção da Rede.**

**DMAG/DAF/DAESU**

- Concluir o estudo da Rede de Mercados Municipais.
- Perspectivar um plano de dinamização dos Mercados em colaboração com as Juntas de Freguesia, que contribua para a promoção dos Mercados Municipais junto dos munícipes/consumidores.
- Diligenciar a consideração e a criação de condições para se associar os Mercados a eventos turísticos e/ou gastronómicos.
- Avançar com o projecto de concurso "A Melhor Banca".

- Acompanhar o desenvolvimento do processo Polis do novo Mercado da Costa da Caparica.

#### **DMPAT/DPPDL**

- Dinamizar, no quadro da ArribaTejo, o trabalho entre as Juntas de Freguesia que gerem mercados retalhistas e o Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar, com vista a concluir a 2ª fase do Plano de Formação em Higiene e Segurança Alimentar direccionado para manipuladores de produtos alimentares, nos Mercados Descentralizados.
- Iniciar um novo Plano de Formação para os vendedores nos Mercados Municipais.

#### **Linha 1.14**

**Contribuir para a elaboração do Plano Estratégico do Madan Parque e para a sua implementação tendo em vista o reforço do Pólo Tecnológico e de Empresas de Inovação.**

#### **DMPAT**

- Apoiar a participação do Município no Madan Parque, e diligenciar a criação de condições para o seu reforço, em execução do respectivo Plano Estratégico.
- Assegurar no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial e/ou na revisão dos existentes a consideração de áreas de I&D.

#### **DMPAT/DAU/DGAU 2**

- Dinamizar os processos urbanísticos correlacionados com o Madan Parque, e contribuir para o reforço do Pólo Tecnológico e de Empresas de Inovação.

#### **Linha 1.15**

**Promover as oportunidades de investimento no Concelho, nomeadamente no quadro de acção do GACECI (CMA/MadanParque/NovAlmadaVelha) divulgando simultaneamente os incentivos municipais ao nível das taxas de urbanização – isenção para indústrias de base tecnológica e bonificação em 80% para empreendimentos turísticos e outras indústrias.**

#### **DMPAT**

- Assegurar a identificação territorial e cadastral das áreas vocacionadas para actividades económicas ao nível do turismo, indústrias de base tecnológica e outras indústrias, bem como de projectos estratégicos que lhes estejam associados ou se apresentem compatíveis, enquanto oportunidades de investimento no Concelho.
- Dinamizar a acção promotora e prospectiva do Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento (GACECI), incluindo as oportunidades de investimento no Concelho e os respectivos incentivos.

#### **DMPAT/DPPDL**

- Assegurar a concretização do projecto Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento (GACECI) no âmbito da candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional da NovaAlmadaVelha e a articulação às outras entidades envolvidas.
- Desenvolver a Proposta de Gestão para o Quarteirão das Artes/Indústrias Criativas.
- Participar na 2ª edição do Concurso de Ideias promovido pela Faculdade de Ciências e Tecnologia "Inovar para Potenciar 1" e do subsequente enquadramento empresarial dos projectos, a assegurar pelo Madan Parque "Inovar para Potenciar 2" no âmbito da Candidatura "Almada: Laboratório de ideias".

#### **DMDS/DT**

- Contribuir para a fixação de novos empreendimentos turísticos, através do acompanhamento aos projectos, disponibilizando informação sobre o Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo e dos recursos turísticos do município.

#### **DIRP**

- Divulgar o programa municipal de incentivos à fixação de novas empresas e actividades no Concelho.

#### **Linha 1.16**

**No âmbito das Agências de Desenvolvimento NovaAlmadaVelha e ArribaTejo, priorizar a formação profissional, a criação de microempresas e o acompanhamento pós incubação, e a dinamização da Plataforma de Actores do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo.**

#### **DMPAT/DPPDL**

- Garantir a apresentação de candidaturas das Agências de Desenvolvimento Local - Nova Almada Velha e Arribatejo ao Programa Operacional do Potencial Humano/Quadro de Referência Estratégico Nacional – Acções Modulares, que permitam concretizar os Programas de Formação direccionados para os activos no comércio e restauração.
- Concretizar os Planos de Formação aprovados e definidos no quadro das Agências de Desenvolvimento Local e que mobilizam a Autarquia e os parceiros sectoriais (Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, Associação de Hotelaria e Restauração de Portugal, Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril), nomeadamente direccionados para os empresários e para os activos na restauração e estabelecimentos de bebidas.
- Concluir a 2ª fase do Plano de Formação em Higiene e Segurança Alimentar, direccionado para os manipuladores alimentares dos Mercados Retalhistas sob gestão das Juntas de Freguesia, em articulação com a Arribatejo e a Divisão de Actividades Económicas e Serviços Urbanos.
- No âmbito do Núcleo Empresarial dinamizar a instalação/incubação de novos projectos, o acompanhamento pós-incubação das novas empresas contribuindo para a sua permanência

no Concelho, e promover o encaminhamento de novos projectos de investimento. No âmbito da ArribaTejo dinamizar o funcionamento da Plataforma de Actores do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo.

#### **DMDS/DT**

- Contribuir para a identificação, mobilização e acompanhamento dos agentes económicos turísticos (hotelaria, restauração e bebidas e empresas de animação turística), na formação profissional do sector, e para o funcionamento regular da Plataforma de Actores do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo do Concelho.

#### **Linha 1.17**

**Assegurar o máximo acompanhamento e apoio às Organizações Representativas dos Pescadores, tendo em vista a defesa e valorização da actividade piscatória tradicional sedeadas no Concelho.**

#### **DMPAT**

- Intervir externamente e internamente no sentido do apoio, defesa e valorização da actividade piscatória tradicional com incidência no Concelho.

#### **DMPAT/DPU/DEP**

- Assegurar no âmbito das actividades da Divisão de Estudos e Planeamento a Qualificação e Valorização da Actividade Piscatória Tradicional com incidência no Concelho, designadamente através de atenta e empenhada intervenção no acompanhamento dos Instrumentos de Gestão Territorial de nível Nacional, Sectorial e Regional, e na elaboração dos instrumentos de nível local, promovendo a participação das organizações representativas do sector nas diferentes fases.

#### **Linha 1.18**

**Desenvolver os projectos e obras integrados no Programa POLIS XXI – Parcerias para a Regeneração Urbana do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) de acordo com as respectivas candidaturas:**

- Programa Estratégico “Almada, Laboratório de Ideias”;
- Programa de Acção “Revitalização de Almada Velha: de Novo Centro”;
- Programa de Acção “Revitalização da Frente Ribeirinha”;
- Programa de Acção “Almada Poente – Regeneração para uma Nova Centralidade”.

#### **DMPAT/DPPDL**

- Gestão técnico-administrativa das candidaturas Polis XXI (Câmara Municipal de Almada/Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional – Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Região de Lisboa):
  - Garantir toda a gestão processual associada à execução das candidaturas ao Polis XXI, no que diz respeito às operações em que o Município é beneficiário e que integram os Programas de Acção “Almada: Laboratório de Ideias”, “Almada Velha – de Novo Centro”, “Almada Poente: regeneração para uma nova centralidade” e “Almada Velha-Ginjal: Cultura.Lazer.Turismo”:

- Produção de informação global quanto ao estado de execução;
  - Elaboração de relatórios anuais;
  - Organização documental da despesa;
  - Preparação de reprogramações das operações individuais e/ou programas de acção;
  - Garantia de cumprimento das regras de publicitação inscritas no Guia de Informação e Publicidade para beneficiários;
  - Organização e gestão dos dossiers técnicos das operações, de acordo com a estrutura definida pelo Programa Operacional da Região de Lisboa.
- Assegurar as funções de liderança da Parceria, estabelecidas nos Protocolos de Parceria Local formalizados entre o Município e as restantes entidades beneficiárias: Associação das Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada, Assistência Médica Internacional, Junta de Freguesia da Caparica, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Santa Casa da Misericórdia de Almada, Clube Recreativo União Raposense, Associação Cultural “O Mundo do Espectáculo”, Associação Piajio, Teatro Extremo, Clube Náutico de Almada, Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, Núcleo Empresarial de Almada Velha, Seminário de São Paulo, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Madan Parque, nomeadamente através do apoio à execução das respectivas operações individuais.
  - Assegurar a divulgação das intervenções, em articulação com a Divisão de Informação e Relações Públicas, através dos vários canais e suportes de informação existentes – Portal Almada Cidade Digital, *Site* da Câmara Municipal de Almada na *Internet*, Boletim Municipal, Agenda Cultural e da produção de materiais específicos.
  - Garantir a concretização das seguintes operações:
    - Territórios Criativos e Revitalização Urbana – elaboração de proposta de programa para o ciclo de seminários/*workshops* e organização do evento previsto para o último trimestre do ano;
    - Feira de Objectos Inovadores – organização do evento que promove a divulgação dos resultados do 2º Concurso de Ideias “Inovar para Potenciar 1” desenvolvido pela Faculdade de Ciências e Tecnologia no ano lectivo de 2010/2011;
    - Directório Comercial – definição da taxionomia de informação, levantamento e tratamento dos conteúdos, em articulação com a Divisão de Informação e Relações Públicas, a Divisão de Turismo e a Nova Almada Velha;
    - Quarteirão das Artes – acompanhamento do processo para lançamento do concurso de obra e dos pedidos de reembolso associados;
    - Tratamento do Passeio Ribeirinho – acompanhamento da obra de reabilitação do espaço expositivo do Ginjal. Elaboração de proposta de conteúdos para a exposição, em articulação com a Divisão de Museus e Património Cultural e a Tejal. Elaboração de proposta de Programa de Animação para a Praça do Ginjal, em articulação com a Divisão de Acção Sócio-Cultural;
    - Dinamização Sócio-Cultural de Almada Velha – organização, em articulação com a Divisão de Acção Sócio-Cultural e a Nova Almada Velha, da 2ª edição das iniciativas “Almada Velha em Festa” e “Os Sons de Almada Velha”;
    - Instalação do Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento – elaboração de Protocolo entre o Município, a Nova Almada Velha e o Madan Parque;
    - Espaços para Actividades Económicas/Liga das Mulheres Moldavas – preparação de contrato de aluguer a estabelecer entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e o Município relativo a espaço no edifício da ProfCoop – Caparica e de Protocolo entre o Município e a Liga das Mulheres Moldavas para instalação da Casa da Moldávia. Acompanhamento da execução do projecto e obra de adaptação;

- Gerir a Assistência Técnica/Gabinete Técnico Local, nomeadamente no que respeita à coordenação global, planeamento, gestão e controlo físico e financeiro das suas componentes.
- Coordenar o trabalho dos vários serviços municipais envolvidos na execução de operações individuais e assegurar a produção de informação relativa à execução física, administrativa e financeira dos Programas de Acção direccionada para a Administração e de suporte à tomada de decisão.

#### **DMPAT/DPU**

- Apoiar a produção de documentos de suporte ao funcionamento do Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento (GACECI), baseados na estratégia municipal de desenvolvimento e ordenamento.

#### **DMPAT/DPU/DQU**

- Instalação da Universidade Sénior de Almada – contribuir para o lançamento da empreitada e assistência técnica.
- Qualificação da Rua Capitão Leitão – contribuir para o lançamento da empreitada e assistência técnica.
- Requalificação da Rua Cândido dos Reis – assegurar assistência técnica.
- Reabilitação do Museu Naval – assegurar assistência técnica.
- Reabilitação dos Espaços Exteriores do Bairro Amarelo – assegurar assistência técnica partilhada com a Divisão de Jardins e Espaços Verdes.
- Reabilitação da Ermida do Espírito Santo para instalação do Centro de Interpretação de Almada Velha – contribuir para o lançamento da empreitada e assistência técnica.

#### **DMOVU/DOM/DP**

- Concluído o projecto assegurar a assistência técnica à Empreitada de Obra Pública de reconversão da antiga casa do maestro Leonel Duarte Ferreira como Museu sobre a Actividade Filarmónica.
- Concluído o projecto, assegurar a assistência técnica à Empreitada de Obra Pública relativa ao Projecto de Reabilitação do Museu Naval – Olho de Boi.
- Prosseguir com o Projecto de reconversão da antiga Cooperativa de Almada como Usalma - Universidade Sénior de Almada e assegurar a assistência técnica à respectiva Empreitada de Obra Pública.
- Concluído o projecto assegurar a assistência técnica à Empreitada de Obra Pública do Passeio Ribeirinho.
- Concluído o projecto, assegurar a assistência técnica à Empreitada de Obra Pública de Reabilitação da Escarpa Ribeirinha.

- Concluído o projecto, assegurar a assistência técnica à Empreitada de Obra Pública de reabilitação dos espaços exteriores do Bairro Amarelo.

**DMOVU/DOM/DO**

- Concluídos os procedimentos de contratação das empreitadas relativas aos projectos desenvolvidos pela Divisão de Projectos, garantir a execução das respectivas obras.

**DMOVU/DSEVT/DS**

- Acompanhar os projectos e obras integrados no Programa Polis XXI – Projectos de Regeneração Urbana do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) ao nível da emissão de pareceres sobre o sistema de recolha de resíduos urbanos.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Acompanhar os projectos integrados no Programa Polis XXI que tenham interferência no espaço público.

**DMOVU/DTRVM/DIVIU**

- Acompanhar os projectos integrados no Programa Polis XXI na vertente da Iluminação Pública.

**DMOVU/DH**

- Acompanhar os projectos integrados no Programa Polis XXI que tenham interferência com a habitação.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Contribuir para o desenvolvimento dos projectos candidatos ao Quadro de Referência Estratégica Nacional mobilizando a participação e/ou cooperação dos agentes locais que defendem e difundem os interesses da juventude, em particular as associações juvenis e os grupos informais de jovens do concelho.

**DMDS/DC/DMPC**

- Contribuir para a concretização dos projectos QREN:
  - Reabilitação do Museu Naval;
  - Programa de Animação do Passeio Ribeirinho: exposição temporária “Ginjal: Janela Aberta para o Futuro”;
  - Projecto “Revitalização de Almada Velha de Novo Centro”;
  - Centro de Interpretação de Almada Velha;
  - Núcleo Museológico sobre a Actividade Filarmónica.

**DMDS/DASC**

- Contribuir para a operacionalização das acções de âmbito sociocultural e comunitário integradas nos projectos: “Almada Poente – Regeneração para uma Nova Centralidade”, “Revitalização da Frente Ribeirinha”, e “Revitalização de Almada Velha de Novo Centro”.



#### **DMDS/DT**

- Integrar nos circuitos turísticos os novos espaços a criar/intervencionar, nomeadamente Centro de Interpretação de Almada Velha e Núcleo Museológico sobre a Actividade Filarmónica, contribuindo para a sua dinamização.
- Implementar o projecto Interactividade a céu aberto nos eixos Almada Velha - Beira Rio - Almada Centro - Cristo Rei, na óptica da exploração/fruição turística.
- Implementar o projecto "Miradouros Virtuais" nos locais de fruição de paisagem e de forte frequência turística.

#### **DIRP**

- Divulgar os projectos Polis XXI através dos meios de comunicação municipais e apoiar na concepção e produção de materiais informativos específicos.

#### **Linha 1.19**

**Assegurar a elaboração de novos dossiers de candidatura a programas nacionais e europeus de co-financiamento, que venham a estar acessíveis aos Municípios.**

#### **DMPAT/DPPDL**

- Dinamizar a formulação de novos *dossiers* de candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional e a outros programas de co-financiamento no quadro das oportunidades que se venham a colocar.

#### **DMAG/DPPCEEE**

- Acompanhar e dinamizar as candidaturas aos Fundos Comunitários do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e a outros programas europeus de co-financiamento.

#### **DEGAS/DEGA**

- Proceder à análise de regulamentos e critérios de elegibilidade de programas nacionais, designadamente eixos sectoriais do Quadro de Referência Estratégico Nacional, tendo em vista a preparação de dossiers de candidatura para financiamento de acções e projectos do município no domínio da monitorização ambiental, mobilidade sustentável, valorização património natural, eficiência energética, promoção de energias renováveis e educação ambiental.

#### **Linha 1.20**

**Prosseguir as diligências junto do Governo, tendo em vista:**

- **A reconversão e valorização Ambiental da Fonte da Telha de acordo com o “Plano de Acção para o Litoral 2007-2013” do Ministério do Ambiente, atendendo às conclusões e propostas do Estudo de Caracterização para a Fonte da Telha;**
- **A recuperação e reutilização numa perspectiva de desenvolvimento do turismo, do Castelo de Almada, Olho de Boi, Lazareto e Torre Velha, bem como os fortes de Alpenas e Raposeira;**
- **A recusa da transformação da Trafaria em terminal de contentores da APL.**



**OA**

- Prosseguir, em articulação com os organismos responsáveis da Administração Central, o processo de reconversão e valorização ambiental da Fonte da Telha, garantindo a conclusão, aprovação e aplicação dos instrumentos de gestão urbanística em elaboração.
- Prosseguir as diligências no sentido de assegurar a integração na rede de equipamentos vocacionados para a prática do turismo no Município de Almada, através da sua reabilitação e recuperação, das instalações do Castelo de Almada, Olho de Boi, Lazareto e Torre Velha.
- Prosseguir as diligências junto dos organismos responsáveis da Administração Central no sentido de afastar a possibilidade de instalação de um terminal de contentores na Trafaria.
- Manter o acompanhamento das questões relacionadas com o futuro dos silos da Trafaria e consideração da área compreendida entre a Trafaria e a Fonte da Telha como Área de Potencial Interesse Nacional.



## Eixo 2 – Ambiente, Biodiversidade e Energia

### Linha 2.1

**Prosseguir com o processo Agenda Local 21 de Almada (Almada 21), assegurando a monitorização e georreferenciação do conjunto de indicadores que lhe estão associados, incluindo a actualização dos descritores pegada ecológica e biocapacidade da *Global Footprint Network*, e a integração das dimensões de sustentabilidade e ecoeficiência nas estratégias, planos, projectos e actividades municipais.**

#### DEGAS/DEGA

- Monitorizar e compilar indicadores do Barómetro Ambiental de Almada e *set* de indicadores de Aalborg +, incluindo ruído ambiente, qualidade do ar, radiações electromagnéticas, intensidades carbónicas, qualidade das águas balneares, qualidade microbiológica das águas estuarinas, índice biótico marinho e biocapacidade/pegada ecológica, através da realização de estudos e diagnósticos.
- Garantir a gestão, manutenção e georeferenciação das diferentes componentes da Estrutura Ecológica Municipal.
- Assegurar a gestão e manutenção das estações meteorológicas do Laranjeiro e da Costa da Caparica, incluindo o tratamento dos dados de Temperatura, Precipitação, Radiação Solar, Velocidade e Direcção do Vento recolhidos.
- Assegurar a compilação e análise dos dados de qualidade do ar da Estação Urbana de Fundo do Laranjeiro (concentrações de SO<sub>2</sub>, CO, NO, NO<sub>2</sub>, O<sub>3</sub> e PM<sub>10</sub>) e realizar campanhas de monitorização da qualidade do ar ambiente, em articulação com a Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e os Planos de Melhoria da Qualidade do Ar (PPAr da Área Metropolitana de Lisboa).
- Gerir o modelo previsional da Carta de Ruído de Almada e proceder à avaliação de níveis de incomodidade relacionados com o ruído.
- Acompanhar o processo de elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo, da responsabilidade da Administração de Região Hidrográfica Tejo, ao nível da participação na Comissão de Acompanhamento.
- Garantir a gestão técnica e administrativa de projectos objecto de co-financiamento europeu e nacional.
- Promover acções tendentes à integração das dimensões de sustentabilidade e eco-eficiência em estratégias, planos, projectos e actividades municipais.

#### DMPAT/DPU/DEP

- Assegurar em articulação com a Divisão de Estudos e Gestão Ambiental a integração das dimensões da sustentabilidade e ecoeficiência na elaboração de instrumentos de natureza estratégica e de gestão territorial.

- Contribuir para o processo de elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo da responsabilidade da Administração de Região Hidrográfica Tejo.

#### **DMAG/DAF**

- Integrar as dimensões da sustentabilidade e ecoeficiência na gestão dos equipamentos e na aquisição de bens e serviços.

#### **DMOVU/DOM**

- Integrar as dimensões da sustentabilidade e ecoeficiência na elaboração de projectos e nas obras públicas municipais.

### **Linha 2.2**

**Concluída a harmonização europeia dos inventários e planos de acção para redução das emissões de gases com efeito de estufa no contexto da subscrição do Pacto de Autarcas, prosseguir com o desenvolvimento da componente de mitigação da Estratégia Local para as Alterações Climáticas de Almada (ELAC), incluindo a manutenção do Observatório Local das Emissões de Gases com Efeito de Estufa e do Fundo Climático de Almada “Almada Carbono Menos.**

#### **DEGAS/DEGA**

- Prosseguir com a actualização da matriz energética e do Observatório das Emissões de Gases com Efeito de Estufa em Almada, através da recolha e tratamento das séries temporais de informação disponível sobre consumos de energia por sector de actividade económica em Almada, e dos correspondentes factores de emissão.
- Desenvolver medidas de redução das emissões de gases com efeito de estufa, de acordo com as metodologias comuns europeias e os requisitos decorrentes da subscrição do Pacto de Autarcas pelo Município de Almada e da concretização das metas dos “3x20”.
- No quadro da subscrição do Pacto de Autarcas, compilar e enviar para o Secretariado informação sobre as emissões de Gases com Efeito de Estufa por sector de actividade e cenários para a sua evolução em Almada.
- Operacionalizar o Fundo Climático de Almada “Almada Carbono Menos”, enquanto instrumento financeiro municipal para promoção da eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis, tendo por base a compensação financeira das emissões de CO<sub>2</sub> intrínsecas à actividade da Câmara Municipal de Almada.
- Analisar e verificar projectos de comportamento térmico de edifícios submetidos a licenciamento municipal e elaborar pareceres com propostas de melhoria.
- Dinamizar o Fórum Local da Energia, no quadro da rede de associados da AGENEAL, Agência Municipal de Energia de Almada.

### **Linha 2.3**

**Desenvolver a Carta de Vulnerabilidades do território e o correspondente catálogo de medidas de resiliência no âmbito do desenvolvimento da componente de adaptação da Estratégia Local para as Alterações Climáticas.**

#### **DEGAS/DEGA**

- Prosseguir com a avaliação das vulnerabilidades do território de Almada e recursos hídricos, com especial destaque para o território costeiro e serviços urbanos de água.
- Elaborar Mapas de Risco a integrar em instrumentos de gestão do território e planos de emergência municipais.
- Analisar e sistematizar medidas de adaptação e de resposta a emergência para fenómenos de “ilha de calor”, típicos das zonas mais urbanas.

#### **DMPAT/DPU/DEP**

- Em articulação com a Divisão de Estudos e Gestão Ambiental assegurar a inclusão de Mapas de Risco nos instrumentos de gestão territorial.

#### **SMPC**

- Assegurar em articulação com a Divisão de Estudos e Gestão Ambiental a inclusão de Mapas de Risco em Planos de Emergência do Município.

### **Linha 2.4**

**Periodicamente, actualizar e desenvolver estudos de biodiversidade, caracterização e inventariação das comunidades biológicas e habitats de Almada, abrangendo fauna, flora e biomonitores. Executar o projecto QREN BioMonit – Tejo, (Monitorização Ecológica do Estuário do Tejo), para monitorização sazonal da macrofauna bentónica da frente ribeirinha norte do Concelho de Almada.**

#### **DEGAS/DEGA**

- Realizar campanhas sazonais dos estudos de biomonitores de macrofauna bentónica da frente ribeirinha de Almada, enquadradas pelo projecto BioMonit – Tejo, Monitorização Ecológica do Estuário do Tejo, aprovado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional – Programa Operacional da Região de Lisboa.
- Operacionalizar estudos da fauna ictiológica da Frente Atlântica de Almada, no âmbito da monitorização dos impactes das alterações climáticas no ambiente marinho do concelho.
- Proceder à actualização de inventários faunísticos e florísticos do Concelho de Almada, através da realização de trabalhos de campo e da recolha de informação bibliográfica.

### **Linha 2.5**

**Actualizada a Estrutura Ecológica Fundamental à luz da matriz biofísica e habitats constantes da Directiva, prosseguir com os estudos de base e trabalhos para elaboração do Plano de Acção Local para a Biodiversidade.**

#### **DEGAS/DEGA**

- Realizar diagnóstico de habitats vulneráveis e de espécies ameaçadas, de acordo com o seu estatuto de conservação ou relevante interesse conservativo, à escala nacional e/ou global.
- Desenvolver soluções de conectividade a integrar a Estrutura Ecológica Municipal para colmatar discontinuidades territoriais com impactes relevantes na dispersão dos fluxos genéticos identificados na matriz biofísica do território.

### **Linha 2.6**

**Desenvolver programa preliminar para criação de viveiro de plantas do cordão dunar litoral, a partir da recolha de boas práticas e experiências-piloto neste domínio, e diligenciar o estabelecimento de parcerias institucionais.**

#### **DEGAS/DEGA**

- Elaborar programa preliminar para a instalação e funcionamento de um viveiro de plantas do cordão dunar litoral associado ao Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, a partir da recolha de práticas e de experiências piloto.
- Promover a pesquisa com vista à identificação de eventuais fontes de financiamento e parceiros de âmbito nacional e europeu.

### **Linha 2.7**

**Prosseguir com o levantamento de práticas agrícolas formais e informais e com os zonamentos funcionais de áreas com potencial agrícola, para desenvolvimento de proposta de Rede de Parques Agrícolas Urbanos que incentive práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis e revalorize o espaço rural.**

#### **DEGAS/DEGA**

- A partir do cadastro e da carta de solos com elevado potencial de produção de biomassa da Estrutura Ecológica Municipal, identificar áreas para implantação de produções agrícolas e hortas urbanas, tendo em vista o desenvolvimento de proposta de Rede de Parques Agrícolas Urbanos.

#### **DMPAT/DPU**

- Assegurar em articulação com o Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável a identificação de áreas com potencial agrícola, e promover a sua inclusão nos instrumentos de gestão territorial.

**DMAG/DAF/DP**

- Em articulação com o Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável promover o levantamento do cadastro de terrenos municipais disponíveis com aptidão agrícola, e iniciar projecto que incentive e dinamize práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis.

**Linha 2.8**

**Concluído o estudo prévio da Quinta Biológica de Almada e respectivos zonamentos funcionais, desenvolver conceito de intervenção para a Casa da Energia/Casa Agrícola e dependências agrícolas, tendo em vista o seu desempenho como “Zero Energy Building”.**

**DEGAS/DESA**

- Aprofundar os estudos de base da Quinta Biológica de Almada ao nível de modelos de gestão e de estudos económicos de rentabilidade agrícola, face aos cenários de produção.
- Prosseguir com a concepção da Casa da Energia, que acolherá a Casa da Quinta e respectivas dependências agrícolas, tendo em vista o seu desempenho como “Zero Energy Building”, estabelecendo critérios de eficiência energética e aproveitamento do potencial de fontes renováveis de energia.

**DMOVU/DOM**

- Contribuir para a concretização do Projecto Quinta Biológica de Almada, em articulação com o Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável.

**Linha 2.9**

**Prosseguir a consolidação e qualificação ambiental (promoção da biodiversidade) do património vegetal em todo o Concelho. Assegurar os princípios da sustentabilidade e uma gestão eficaz da Rede de Parques e Jardins Municipais. Promover o processo de concretização do Jardim Urbano do Monte de Caparica e do Parque Urbano do Fróis, e prosseguir os estudos relacionados com os Parques Jardins Urbanos da Trafaria e do Pragal.**

**DMOVU/DSEVT/DJEV**

- Assegurar a conservação do património vegetal dos Parques Urbanos e Jardins existentes, de acordo com critérios de sustentabilidade e racionalização de recursos naturais, e diligenciar pela manutenção das estruturas, equipamentos e mobiliário urbano neles integrados, de modo a garantir o seu pleno usufruto pela população.
- Diligenciar em articulação com a Divisão de Estudos e Planeamento o desenvolvimento do Estudo de Parque Jardim da Trafaria paralelamente à elaboração dos instrumentos de gestão do território em curso.

**DMOVU/DSEVT/DPP**

- Prosseguir, com base nos estudos já desenvolvidos o projecto do Parque Urbano do Pragal. Articular com os Serviços Municipalizados o processo tendente à regularização da linha de água, conforme projecto aprovado pela Administração de Região Hidrográfica Tejo.

- Assegurar a manutenção permanente do Parque da Paz, mantendo as práticas amigas do ambiente e a promoção da biodiversidade e prosseguir com a elaboração de projectos, execução de obras e fornecimentos necessários à sua consolidação, assegurando a observância de critérios de eficiência e de sustentabilidade que o qualifiquem como Ecoparque.

**DMOVU/DOM/DP**

- Prosseguir com a assistência técnica à Empreitada de Obras Públicas do Parque Urbano do Fróis (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana).
- Concluir os Projectos de Especialidades do Jardim Urbano do Monte da Caparica e assegurar a assistência técnica à respectiva Empreita de Obras Públicas.

**DMOVU/DOM/DO**

- Dar execução ao “Jardim Urbano do Monte da Caparica”, assegurando o lançamento e o acompanhamento da respectiva Empreita de Obras Públicas.

**DMPAT/DPU/DEP**

- No quadro da elaboração dos instrumentos de gestão territorial em curso para a Trafaria, contribuir para o desenvolvimento em paralelo do Estudo de Parque Jardim da Trafaria pela Divisão de Jardins e Espaços Verdes.

**DMPAT/DPU/DQU**

- Acompanhar e prestar assistência técnica, em parceria com o Departamento de Obras Municipais e a Divisão de Jardins e Espaços Verdes, à construção do Parque Urbano do Fróis.

**DEGAS/DEGA**

- Elaborar elenco específico compatível com as condições edafo-climáticas de Almada, a adoptar nos futuros povoamentos, de corredores urbanos e da Rede de Parques e Jardins Municipais, de forma a reduzir os custos de manutenção e contribuir para a conectividade ecológica da Estrutura Ecológica Urbana.

**Linha 2.10**

**Prosseguir com o desenvolvimento de estudos de base para a concepção do Sistema Integrado de Parques Verdes na Cidade dos Vales, a partir da mancha territorial do “Sistema de Vales da Charneca”, constante da Estrutura Ecológica Fundamental e da Rede Ecológica Metropolitana.**

**DEGAS/DEGA**

- Identificar e espacializar corredores e ligações de conectividade ecológica no eixo territorial dos Cidade dos Vales, caracterizar as linhas de água existentes e o estado das suas faixas de protecção hídrica, e pesquisar soluções para ultrapassar eventuais estrangulamentos.

- Desenvolver um estudo de integração de parques existentes ou a projectar e de áreas de estrutura ecológica fundamental na Cidade dos Vales, para concepção de sistema linear de áreas verdes.

#### **DMPAT/DPU/DEP**

- Assegurar em articulação com o Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável a espacialização do Sistema Integrado de Parques Verdes nos instrumentos de gestão territorial em elaboração.

#### **Linha 2.11**

**Assegurar a gestão, conservação, qualificação e ampliação dos espaços verdes de enquadramento, de recreio e de lazer, designadamente, dos espaços de recreio infantil e prosseguir com a promoção de corredores verdes sustentáveis integrados no espaço urbano, através da gestão, renovação e reforço das árvores de caldeira e do reforço da produção de material vegetal nos viveiros municipais, particularmente, das espécies representativas da flora mediterrânica.**

#### **DMOVU/DSEVT/DJEV**

- Garantir a conservação e renovação da arborização do concelho, dando especial atenção à gestão das árvores existentes em caldeira.
- Zelar pela conservação e requalificação dos espaços verdes existentes, dentro dos parâmetros definidos na estratégia de conservação de espaços verdes urbanos, assegurando a gestão dos elementos naturais e dos respectivos equipamentos.
- Dar continuidade à produção de material vegetal nos viveiros municipais, seleccionando espécies representativas da flora mediterrânica e utilizando métodos mais eco-eficientes.
- Assegurar a gestão dos espaços de recreio infantil e diligenciar pela sua manutenção e/ou reconversão, garantindo a observância de todos os procedimentos legais impostos e associados a estes equipamentos.
- Iniciar a conservação dos espaços verdes construídos ou a construir na sequência da execução dos projectos e obras aprovados no âmbito das candidaturas municipais ao Quadro de Referência Estratégico Nacional, nomeadamente, os espaços exteriores do Bairro Amarelo.
- Assegurar, por administração directa, as pequenas obras de reparação e manutenção dos parques, jardins, espaços verdes municipais e Equipamentos de Recreio Infantil do Concelho, garantindo a manutenção da respectiva qualidade.

#### **Linha 2.12**

**Assegurar a implementação faseada do Plano de Reconversão do Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Desenvolver soluções que permitam uma melhor e mais eficaz integração das actividades de limpeza urbana e pública e da recolha selectiva no Concelho, bem como das actividades inerentes ao Partido Veterinário, tendo em vista a orientação global estratégica e de reforço da qualidade de manutenção do espaço público.**



**DMOVU/DSEVT/DS**

- Assegurar a implementação e gestão do Plano de Reconversão do Sistema de Remoção de Resíduos Sólidos Urbanos e, no âmbito dos processos de concepção, planeamento e organização dos sistemas de limpeza, desenvolver e implementar soluções que permitam o controlo e minimizem ou eliminem os factores de risco de acidente de trabalho.
- Assegurar a limpeza urbana e a melhoria da recolha selectiva no Concelho, em articulação com a AMARSUL, bem como a continuidade do plano de desinfestação do Concelho.
- Assegurar e promover a realização de campanhas de saneamento e de profilaxia no domínio da Saúde Pública Veterinária, com vista à melhoria das práticas e de medidas que assegurem a prevenção da saúde e o bem-estar animal.

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Assegurar a execução e colocação de estruturas de suporte de contentores e a colocação e a reparação de dispensadores e papeleiras no Concelho, de acordo com o planeamento integrado efectuado para o efeito.

**DMOVU/DTRVM/DIVIU**

- Garantir a execução de reentrâncias para fixação de contentores, de acordo com o respectivo planeamento.

**SSO**

- Acompanhar os processos de concepção, planeamento e organização dos sistemas de limpeza e apresentar propostas de solução que permitam o controlo e minimizem ou eliminem os factores de risco de acidente de trabalho.

**Linha 2.13**

**Concluir os estudos e levantamentos em curso relativamente à Rede Municipal de Oleões a criar, com proposta que considere a valorização energética e transformação em biocombustíveis.**

**DMOVU/DSEVT/DS**

- Promover o processo tendente à instalação de uma Rede Municipal de Oleões, tendo por base os estudos efectuados sobre os pontos de recolha de óleos alimentares usados, os sistemas de transporte/encaminhamento para o destino final existentes e as empresas interessadas neste processo de transformação dos óleos alimentares em biocombustíveis e consequente valorização energética. Estudar a viabilidade de integração dos refeitórios escolares na Rede Municipal de Oleões a criar.

**DEGAS/DESA**

- Contribuir para a criação da Rede Municipal de Oleões face à legislação aplicável, e participar em campanhas de sensibilização/divulgação.

**DMDS/DEJ/DERE**

- Contribuir para o estudo de viabilidade de integração dos refeitórios escolares na Rede Municipal de Oleões a criar.

**Linha 2.14**

**No âmbito da Estratégia Local de Educação e Sensibilização para a Sustentabilidade, dinamizar campanhas, programas e actividades sobre temas como o património natural, biodiversidade, consumo sustentável, eficiência energética, energias renováveis, mobilidade, resíduos, reciclagem, agricultura urbana e alterações climáticas, com especial ênfase para a celebração do Ano Internacional das Florestas proclamado para 2011. Prosseguir com as campanhas Almada Limpa, Bandeira Azul e gestão técnica dos projectos europeus de educação ambiental.**

**DEGAS/DESA**

- Dinamizar um programa de actividades de educação ambiental, em articulação com outros Serviços municipais e entidades, que inclua a celebração de datas alusivas ao ambiente e energia, como o Dia da Árvore/Floresta, Dia da Terra, Dia da Energia, Dia do Ambiente, Dia da Água, Dia dos Direitos do Animal, entre outras. Assegurar a participação do Município nas actividades comemorativas do Ano Internacional da Floresta, com iniciativas próprias e coordenadas com a UNESCO.
- Prosseguir com a Campanha “Almada Limpa”, de sensibilização para questões de higiene, limpeza e salubridade urbana, reciclagem, abandono de animais, entre outras, programando temas e acções e concebendo materiais e suportes de comunicação.
- Elaborar candidaturas de praias de Almada ao galardão Bandeira Azul e campanhas Praia Acessível e Praia Saudável e operacionalizar a correspondente campanha da época balnear.
- Prosseguir as iniciativas “Dia Europeu sem Carros” e “Semana Europeia da Mobilidade”, em função do que venha a ser estabelecido pela Comissão Europeia.
- Acompanhar e gerir tecnicamente os projectos europeus de educação ambiental em que o Município está a participar.
- Contribuir para a realização de acções e projectos de iniciativa da comunidade local, sejam grupos de cidadãos, associações, instituições de solidariedade social, escolas de diferentes graus de ensino, universidades e outras entidades, no domínio da educação para a sustentabilidade.

**DMOVU/DSEVT/DS**

- Contribuir para a formalização de candidaturas de praias de Almada aos galardões Bandeira Azul, Praia Saudável e Praia Acessível e na operacionalização do programa de actividades.
- Contribuir com propostas, acções e/ou medidas que viabilizem a operacionalização da “Semana Europeia da Mobilidade” e do “Dia Europeu Sem Carros”.

**DMOVU/DSEVT/DJEV**

- Contribuir com propostas, acções e/ou medidas que viabilizem a operacionalização da “Semana Europeia da Mobilidade” e do “Dia Europeu Sem Carros”.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Contribuir com propostas, acções e/ou medidas que viabilizem a operacionalização da “Semana Europeia da Mobilidade” e do “Dia Europeu Sem Carros”, designadamente, na definição da zona sem trânsito automóvel (ZSTA) e medidas de carácter permanente.

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Contribuir com propostas, acções e/ou medidas que viabilizem iniciativas de sensibilização e educação ambiental, designadamente, para a operacionalização da “Semana Europeia da Mobilidade”, do “Dia Europeu Sem Carros”, da “Semana Verde” e do “Mercado de Natal Amigo da Terra”, entre outras.

**DMOVU/DTRVM/DIVIU**

- Contribuir com propostas, acções e/ou medidas que viabilizem a operacionalização da “Semana Europeia da Mobilidade” e do “Dia Europeu Sem Carros”.

**DMDS/DEJ/DE**

- Contribuir para a organização do programa de animação da “Semana Europeia da Mobilidade” e “Dia Sem Carros”, promovendo e operacionalizando a articulação com as escolas.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Contribuir para a organização da “Semana Europeia da Mobilidade” e “Dia Europeu Sem Carros”, operacionalizando a actividade com associações e grupos juvenis.

**DMDS/DAD/DD**

- Contribuir para a organização do programa de animação da “Semana Europeia da Mobilidade” e “Dia Sem Carros” promovendo uma eficaz articulação com o Programa “Almada Mexe Comigo”.

**DMDS/DASC**

- Contribuir para a concepção e organização da “Semana Europeia da Mobilidade” e “Dia Europeu Sem Carros”, no domínio da acção sócio-cultural.
- Participar na realização do Mercado de Natal Amigo da Terra, na componente de dinamização das Instituições de Solidariedade Social.

**DMDS/DT**

- Contribuir para a organização do programa de animação da “Semana Europeia da Mobilidade” e “Dia Sem Carros”.

**DMPAT/DAU/DGAU 4**

- Contribuir para a candidatura de praias de Almada ao Galardão Bandeira Azul, Praia Saudável e Praia Acessível, no âmbito dos procedimentos relacionados com o regime jurídico da urbanização e edificação.

**DMPAT/DPU/DQU**

- Contribuir para a dinamização de actividades de sensibilização e educação ambiental no âmbito dos projectos de requalificação urbana.

**DIRP**

- Manter presente na comunicação da Câmara Municipal o conceito da Sustentabilidade, divulgar os projectos e as acções realizadas dentro desta temática e apoiar as acções de sensibilização através da disponibilização e/ou produção de suportes informativos. Desenvolver campanhas temáticas, nomeadamente, dentro do conceito “Almada Limpa”.

**Linha 2.15**

**Desenvolver, dinamizar e divulgar o funcionamento da rede local de recursos educativos vocacionados para a educação para a sustentabilidade, junto da comunidade educativa e de outros públicos interessados, e assegurar o funcionamento da Ecoteca de Almada, designadamente dos serviços info-ambiente e info-energia aí prestados. Prosseguir os estudos relacionados com o “Planetásio” um recurso educativo no domínio das alterações climáticas.**

**DEGAS/DESA**

- Desenvolver e divulgar o funcionamento de uma rede local de recursos educativos vocacionados para a educação para a sustentabilidade, incluindo exposições, jogos, percursos interpretativos, visitas de estudo e outros meios.
- Dinamizar os recursos locais (Pegada Ecológica, Maleta pedagógica de fósseis do Concelho de Almada, Ciclovía Virtual, Quiosque Planeador de Viagens, Aquário Virtual, Planetásio) junto da comunidade educativa e de outros públicos interessados.
- Realizar percursos e passeios de descoberta do património natural do Concelho de Almada, designadamente percursos interpretativos da flora e vegetação, passeios geológicos na frente ribeirinha do Portinho da Costa e do Cristo Rei, percursos no ecossistema dunar, Mata dos Medos e frente atlântica, integrando a informação ambiental em Roteiros Turísticos e de Natureza.
- Gerir o funcionamento da Ecoteca de Almada, designadamente dos serviços info-ambiente e info-energia aí prestados ao município e apoiar a consulta do seu acervo documental.

**DMDS/DEJ/DE**

- Contribuir para a disseminação dos recursos locais de educação para a sustentabilidade junto da comunidade educativa.

**Linha 2.16**

**Prosseguir com a gestão e valorização do Centro de Monitorização e de Interpretação Ambiental – CMIA, incluindo a actualização de conteúdos e funcionalidades do Aquário Virtual e desenvolver actividades de educação e sensibilização ambiental direccionadas para as valências do espaço.**

**DEGAS/DESA**

- Gerir o funcionamento do Centro de Monitorização e de Interpretação Ambiental orientado para a monitorização, interpretação e conhecimento do litoral do Concelho de Almada.
- Desenvolver actividades de educação e sensibilização ambiental direccionadas para as valências do Centro, enquanto centro de informação no âmbito do programa Bandeira Azul.
- Actualizar conteúdos e funcionalidades do Aquário Virtual e criar um percurso de observação e interpretação de espécies marinhas e actividades associadas na Frente Atlântica.

**Linha 2.17**

**Analizados os critérios de classificação e preservação de geo-monumentos, prosseguir com os trabalhos conducentes à submissão candidatura do corte geológico da encosta do Cristo Rei, e dar continuidade ao estudo sobre a Arriba Fóssil Atlântica.**

**DEGAS/DESA**

- Desenvolver os procedimentos necessários à concretização de candidatura a Geo-Monumento do corte geológico do Cristo-Rei, e identificar as intervenções a desenvolver ao nível do corte geológico e área envolvente que garantam as condições físicas exigíveis.
- Prosseguir o estudo sobre a Arriba Fóssil Atlântica.

**DMDS/DT**

- Em articulação com o Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável contribuir para o processo de candidatura do corte geológico do Cristo-Rei a Geo-Monumento.

**Linha 2.18**

**Desenvolver a edição 2011 do projecto Agenda 21 da Criança, na vertente de trabalho “Em acção” dirigida à comunidade educativa, e realizar o Fórum 21 da Criança/2011.**

**DEGAS/DESA**

- Coordenar o grupo de trabalho municipal da "Agenda 21 da Criança", programar as acções, o tratamento e a sistematização das propostas das crianças, a apresentar no Fórum 21 da

Criança (Parlamento dos Pequenos Deputados), com vista à sua integração no Plano de Actividades do ano seguinte.

- Realizar a componente “Em acção”, através de sessões em sala de aula, *ateliers* temáticos, visitas de estudo, trabalho de campo, inquéritos, entrevistas, debates, entre outros.
- Desenvolver novos recursos educativos e materiais de suporte às actividades programadas e/ou adequar os existentes.

#### **DMDS/DEJ/DE**

- Participar no projecto “Agenda 21 da Criança” – Queres Mudar o Mundo? Começa por Almada”, acompanhando a participação das escolas e o Fórum 21 da Criança e a divulgação no Banco de Experiências do Site Especializado “Rede Cidade Educadora”.

#### **DMDS/DC/DMPC**

- Participar no Projecto Agenda 21 da Criança.

#### **DMPAT/DPU/DQU**

- Acompanhar o desenvolvimento do tema “Cidade arrumada” do projecto Agenda 21 da Criança.

#### **CAC**

- Participar no projecto Agenda 21 da Criança.

#### **DIRP**

- Divulgar a Agenda 21 da Criança e o Fórum anual (Parlamento dos Pequenos Deputados).

#### **Linha 2.19**

**Assegurar a realização de processos de avaliação de impacte ambiental e de avaliação ambiental estratégica de planos em elaboração, incluindo as fases de avaliação e pós avaliação e articulação com as Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica (ERAE).**

#### **DEGAS/DEGA**

- Coordenar e operacionalizar os procedimentos internos associados a processos de Avaliação de Impacte Ambiental, da responsabilidade da Câmara Municipal de Almada ou de outras entidades, e promover a emissão de pareceres técnicos sobre estudos técnicos, estudos de impacte ambiental e projectos sujeitos a processos de Avaliação de Impacte Ambiental.
- Coordenar os processos de avaliação ambiental estratégica de projectos, planos e estratégias em curso, designadamente instrumentos de gestão territorial.

**DMPAT/DPU/DEP**

- Contribuir em articulação com o Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável para a operacionalização de processos de Avaliação de Impacte Ambiental e de Avaliação Ambiental Estratégica.

**DIRP**

- Apoiar a divulgação, na fase de consulta pública, de processos de Avaliação de Impacte Ambiental em articulação com o Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável.

**Linha 2.20**

**Prosseguir com a intervenção da AGENEAL, no domínio da eficiência energética e da promoção das energias renováveis, e no quadro dos seus associados com a dinamização do Fórum Local da Energia 2011.**

**DEGAS/DEGA**

- Assegurar a gestão e o acompanhamento da execução física e financeira de protocolos específicos de colaboração e do “Plano de Acção Energia 2011”, promovendo a articulação entre a AGENEAL e os respectivos serviços do Município.
- Apoiar a disseminação de acções e projectos da AGENEAL junto dos seus associados e da comunidade local.



## **Eixo 3 – Mobilidade Urbana, Acessibilidades e Espaço Público**

### **Linha 3.1**

**Prosseguir com estudos e procedimentos necessários à gradual implementação no Concelho, de soluções do Plano de Acessibilidades tendo em vista deslocações urbanas mais eficientes e sustentáveis, particularmente, no que respeita à segurança e fluidez da circulação. Contribuir para a integração do transporte inclusivo no Plano Metropolitano de Deslocações Urbanas a desenvolver pela Autoridade Metropolitana de Transportes, e promover simultaneamente o Plano Municipal de Deslocações Urbanas.**

#### **DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Prosseguir o desenvolvimento de projectos para pontos críticos da rede viária, tendo em vista aumentar a segurança e a fluidez de circulação.
- Assegurar o desenvolvimento do processo de elaboração do Plano Municipal de Deslocações Urbanas, e acompanhar a elaboração do Plano Metropolitano de Deslocações Urbanas, contribuindo para a consideração do transporte inclusivo.
- Contribuir para a consideração da Rede Ciclável nos Planos de Deslocações Urbanas.

#### **DMOVU/DOM**

- Executar em obra os Projectos da Divisão de Trânsito e Segurança Rodoviária.

#### **DEGAS/DEGA**

- Acompanhar o desenvolvimento dos Planos de Deslocações Urbanas nas componentes ambiental, energética e da mobilidade suave, incluindo a Rede Ciclável.

#### **DMPAT/DPU/DQU**

- Assegurar o apoio ao desenvolvimento de estudos e projectos específicos de qualificação urbana relacionados com a mobilidade.

#### **DIRP**

- Divulgar o processo de elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana e apoiar a produção de materiais informativos sobre Mobilidade e Estacionamento.

### **Linha 3.2**

**Acompanhar e avaliar a exploração e funcionamento do Sistema de Mobilidade Inclusiva FLEXIBUS, tendo por base o estudo de implantação realizado pela AGENEAL e o contrato de gestão e exploração celebrado com a ECALMA.**



#### **DMAG**

- Promover a avaliação da execução do contrato de gestão do FlexiBus, celebrado com a ECALMA, dinamizando para o efeito reuniões semestrais e a elaboração dos respectivos relatórios.

#### **DEGAS/DEGA**

- Assegurar a gestão técnica e financeira do Projecto “FLIPPER”, *Flexible Transport Services and ICT platform for Eco-Mobility in urban and rural European Areas* (Serviços de Transporte Flexível e plataforma TIC para a Eco-Mobilidade em áreas urbanas e rurais na Europa), co-financiado pelo programa INTERREG IVC, que tem como acção piloto a operacionalização do serviço de mobilidade FlexiBus.
- Prosseguir com a realização de acções de comunicação e de informação sobre o serviço de mobilidade flexível FlexiBus, em parceria com a AGENEAL e ECALMA.

#### **Linha 3.3**

**Promover a avaliação do funcionamento dos parques de estacionamento, tendo por base o contrato de gestão e exploração celebrado com a ECALMA e retomar o processo de alienação de terrenos públicos, adequando-o face ao actual contexto, com vista ao alargamento da Rede de Estacionamento pública e privada do Concelho.**

#### **DMAG**

- Avaliar os processos de alienação de parcelas de terreno para futuros parques de estacionamento face ao actual contexto, apresentando propostas e cenários alternativos tendo em vista o alargamento da Rede de Estacionamento público e privado do Concelho.
- Promover a avaliação da execução do contrato de gestão de Parques de estacionamento, celebrado com a ECALMA, dinamizando para o efeito reuniões semestrais, e elaborando os respectivos relatórios.

#### **DEGAS/DEGA**

- Acompanhar a elaboração e gestão de regulamentos tendo em vista critérios de diferenciação positiva para a tarifação do estacionamento de veículos energeticamente eficientes e a introdução de pontos de carregamento para veículos eléctricos nos Parques de Estacionamento.

#### **DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Prosseguir a avaliação dos Regulamentos de Estacionamento e assegurar a sua revisão. Desenvolver novos Regulamentos sempre que existam novas decisões nos termos previstos no artigo 70º do Código da Estrada.

#### **Linha 3.4**

**Continuar a acompanhar o funcionamento do MST, contribuindo de forma pró-activa para adequar os níveis de serviço às necessidades dos cidadãos. Pugnar pela extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica (1ª fase - a curto prazo).**

**OA**

- Prosseguir as diligências junto da Administração Central no sentido da concretização do prolongamento do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, conforme previsto no Plano Estratégico do Programa Polis.
- Prosseguir a cooperação com a Concessionária do Metro Sul do Tejo no sentido de se contribuir para a qualidade dos serviços prestados aos utentes, para a segurança e para o reforço da atractividade.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Contribuir para o processo de elaboração e análise dos estudos de extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica.

**DMPAT/DPU/DEP**

- Assegurar a articulação técnica ao nível interno e com o exterior relativamente ao desenvolvimento dos estudos de extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica.

**Linha 3.5**

**Prosseguir com a elaboração de estudos técnicos e projectos de percursos cicláveis constantes da Rede Ciclável de Almada, tendo em consideração possíveis fontes de financiamento e outras intervenções de requalificação do espaço público, e dinamizar acções de promoção e sensibilização para o uso da bicicleta em meio urbano.**

**DEGAS/DEGA**

- Desenvolver desenhos técnicos, estudos prévios e projectos de percursos cicláveis constantes da Rede Ciclável, tendo em consideração projectos em curso no domínio da mobilidade, condicionantes do território, intermodalidade com outros modos de transporte e possíveis fontes de financiamento.
- Emitir pareceres técnicos sobre a Rede Ciclável de Almada em operações urbanísticas e projectos de implantação de novas vias, quando existam percursos abrangidos, tendo em vista a salvaguarda da continuidade e funcionalidade da rede.
- Dinamizar acções de promoção do uso da bicicleta em meio urbano e acções de sensibilização para a circulação de bicicleta em segurança, incluindo o desenvolvimento de materiais e suportes de divulgação.

**DEGAS/DESA**

- Promover hábitos de actividade física, designadamente de utilização de bicicleta, através da realização de um curso de aprendizagem de bicicleta para funcionários municipais, associado à iniciativa anual “Coração sobre Rodas” e ao Plano Almada Ciclável.

**DMPAT/DAU**

- Assegurar a implementação da Rede Ciclável de Almada, ao nível dos projectos de loteamento e licenciamento e do cumprimento do Regulamento Urbanístico do Município de Almada.

**DMPAT/DPU/DEP**

- Assegurar a integração da Rede Ciclável de Almada no desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão do Território e estudos urbanísticos, incluindo projectos de requalificação urbana.

**DMPAT/DPU/DQU**

- Assegurar a integração da Rede Ciclável de Almada no desenvolvimento dos projectos de requalificação urbana.

**DMOVU/DOM/DP**

- Proceder à elaboração de projectos de especialidades de novas ciclovias – Rede Ciclável, com base nos projectos técnicos de percurso desenvolvidos pelo Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável.
- Proceder à integração de percursos cicláveis nos projectos da rede viária e de qualificação urbana em desenvolvimento, e a desenvolver.

**DMOVU/DOM/DO**

- Proceder ao lançamento das empreitadas das novas obras da Rede Ciclável de Almada e garantir o seu acompanhamento e execução.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Contribuir para a concretização da rede ciclável de Almada.

**DMDS/DAD/DD**

- Participar na implementação da Rede Ciclável de Almada e contribuir para a dinamização do seu uso.

**DIRP**

- Prosseguir com a divulgação dos estudos técnicos e projectos elaborados pelo Município no âmbito da Rede Ciclável de Almada.

**Linha 3.6**

**Prosseguir com implementação do programa plurianual de qualificação de pavimentos e sinalização de vias em todo o concelho, tendo em vista a conservação sistemática da rede viária municipal, da rede ciclável e dos espaços públicos, designadamente, assegurando as obras de remate do Espaço Canal do MST e a regularização dos eixos prioritários de circulação em áreas de reconversão.**

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Garantir por administração directa a conservação e manutenção da sinalização vertical, horizontal e semafórica das vias do Concelho, de acordo com a respectiva programação.

**DMOVU/DTRVM/DIVIU**

- Actualizar o plano plurianual de repavimentações da Rede Viária Principal, tendo em vista uma conservação regular/periódica, e garantir a sua execução.
- Elaborar um plano plurianual de manutenção e conservação da sinalização horizontal e garantir a sua execução.
- Actualizar e implementar o plano de conservação da rede de caminhos e vias secundárias do interior do Concelho.
- Assegurar a beneficiação e conservação sistemática das calçadas, tendo em vista a manutenção da qualidade dos espaços públicos.
- Assegurar a conservação periódica da Rede Ciclável construída.

**DMOVU/DOM/DP**

- Proceder à elaboração dos projectos de beneficiação de arruamentos, de acordo com o respectivo plano.

**DMOVU/DTRVM/DO**

- Proceder ao lançamento de novas empreitada de “Obras de Conservação da Rede Viária Municipal” e garantir o seu acompanhamento e execução.

**DEGAS/DEGA**

- Identificar os percursos e equipamentos da Rede Ciclável de Almada a serem objecto de manutenção e conservação tendo em vista o respectivo plano anual de intervenção.

**Linha 3.7**

**Dar continuidade ao acompanhamento da evolução dos projectos de Execução das Vias IC 32 e ER 377-2, sob a responsabilidade das Estradas de Portugal. Desenvolver programa-base para o eixo secundário Gira-Mar/Vale Figueira.**

**DMPAT/DAU**

- Acompanhar tecnicamente as operações urbanísticas localizadas nas áreas envolventes às abrangidas pela implementação da IC 32.

**DMPAT/DPU**

- Coordenar a elaboração do programa base para o eixo secundário Giramar/Vale Figueira.

**DMPAT/DPU/DEP**

- Assegurar o acompanhamento à evolução dos Projectos de Execução das Vias IC 32 e ER 377-2 da responsabilidade das Estradas de Portugal, e garantir a participação dos diversos Serviços nas fases de parecer.

**DEGAS/DEGA**

- Acompanhar o desenvolvimento dos processos das vias IC32 e da ER 377-2, ao nível dos projectos de execução e relatórios de conformidade ambiental, decorrente da fase de pós-avaliação ambiental.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Acompanhar os processos relacionados com a execução das vias IC 32, ER 377-2 em articulação com os restantes serviços do Município.
- Acompanhar os condicionamentos de trânsito associados ao desenvolvimento das obras e intervir em conformidade.

**Linha 3.8**

**Assegurar a ligação do Alto do Índio ao IC 32, em execução de protocolo estabelecido com particulares, e continuar a pugnar pela execução das vias Banática/Porto Brandão e Porto Brandão/Costas de Cão, conforme protocolo estabelecido com a APL.**

**DMPAT**

- Assegurar a articulação com a Administração do Porto de Lisboa (APL) tendo em vista a execução do Protocolo para a concretização das vias Banática/Porto Brandão e Porto Brandão/Costas de Cão. Assegurar a execução do Protocolo para execução da via de ligação do Alto do Índio ao IC 32.

**DMPAT/DAU/DGAU 3**

- Assegurar a articulação entre as operações urbanísticas adjacentes à futura via de ligação do Alto do Índio ao IC 32 e o projecto da mesma.

**DMPAT/DPU/DEP**

- Assegurar o acompanhamento técnico aos projectos das respectivas vias.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Assegurar em articulação com os respectivos serviços do Município o acompanhamento técnico dos projectos.

**Linha 3.9**

**Prosseguir com a dinamização do Processo de Infra-estruturação das vias periféricas da Aroeira, com vista à concretização das obras pelos proprietários, em execução dos protocolos**

**estabelecidos com a Câmara Municipal, e à celebração de novos protocolos e elaboração de novos projectos.**

#### **DMPAT/DAU/DGAU 4**

- Prosseguir com o acompanhamento dos processos associados ao Contrato de Urbanização outorgado com o Grupo A, com vista à concretização dos compromissos assumidos. Concluída a execução da Av. Egas Moniz, garantir o acompanhamento da implementação das operações urbanísticas envolvidas.
- Prosseguir no sentido de proceder à outorga do Contrato de Urbanização para a execução da Av. António Pedro com as entidades particulares envolvidas no protocolo celebrado.
- Concluir as acções conducentes à celebração do protocolo com o Grupo C, bem como com o desenvolvimento dos procedimentos com vista à outorga do Contrato de Urbanização para execução da Av. D. Afonso Henriques.
- Prosseguir os trabalhos com vista à elaboração de novos projectos.
- Informar e sensibilizar os proprietários das operações urbanísticas integradas no Plano de Infra-estruturação da Aroeira Exterior.
- Assegurar a implementação da Rede Ciclável Hierarquizada no âmbito do Projecto de Infra-estruturação da Aroeira Exterior.

#### **DMOVU/DOM/DP**

- Concluído o projecto assegurar a assistência técnica à Empreitada de Obras Públicas relativa ao Projecto de Infra-estruturação da Aroeira – Av. D. Afonso Henriques e Av. António Pedro.
- Promover a elaboração de novos Projectos de Infra-estruturação da Aroeira Exterior.
- Prosseguir com a assistência técnica à Empreitada de Obras Públicas de Infra-estruturação da Aroeira – Av. Egas Moniz.

#### **DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Analisar e definir os condicionamentos de trânsito necessários para o desenvolvimento das obras das vias.

#### **DMOVU/DTRVM/DIVIU**

- Acompanhar os projectos nas vertentes da Iluminação Pública, execução das vias e condicionamentos de trânsito, necessários para o desenvolvimento das obras.

### **Linha 3.10**

**Continuar a promover a dinamização e funcionamento da Comissão Municipal de Trânsito e Transportes, a fim de contribuir para a adopção de medidas que visem a segurança e fluidez da**

**circulação, a eficácia e eficiência do estacionamento, e a uma progressiva transferência modal para o transporte público.**

#### **DMOVU/DTRVM**

- Contribuir para o funcionamento regular da Comissão Municipal de Trânsito e Transportes e para a sua participação no processo de elaboração dos Planos de Deslocações Urbanas.
- Promover no âmbito da Comissão Municipal de Trânsito e Transportes uma abordagem regular sobre a problemática da mobilidade e dos transportes, diligenciando a identificação e implementação de acções concertadas que contribuam para uma cada vez maior fluidez, segurança e transferência modal para o transporte público.

#### **Linha 3.11**

**Prosseguir com a realização de estudos de base para a criação da Casa da Mobilidade de Almada, em articulação com parceiros locais e regionais de mobilidade e transportes, como pólo integrador das valências de gestão, monitorização, informação e centro avançado de mediação da mobilidade urbana em Almada.**

#### **DEGAS/DEGA**

- Prosseguir com a definição do programa, critérios de eficiência energética e ambiental, soluções construtivas/ organização funcional do espaço da futura Casa da Mobilidade, no quadro dos seus parceiros e das valências e funcionalidades identificadas.

#### **DMOVU/DOM**

- Contribuir para o desenvolvimento do projecto da futura Casa da Mobilidade em articulação com o Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável e a Agência Municipal de Energia de Almada – AGENEAL.

#### **DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Contribuir no quadro da elaboração dos Planos de Deslocações Urbanas para a consideração da futura Casa da Mobilidade.

#### **DMAG/DAF/DP**

- Diligenciar os procedimentos necessários à afectação de terrenos municipais à futura Casa da Mobilidade.

#### **Linha 3.12**

**Identificados os locais para instalação de pontos de carregamento para veículos eléctricos abrangidos pela rede MOBI-E, dar continuidade ao desenvolvimento do Plano Municipal de Mobilidade Eléctrica, no quadro da parceria com a AGENEAL e Rede Nacional de Mobilidade Eléctrica.**

**DEGAS/DEGA**

- Prosseguir com a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Eléctrica, em parceria com a AGENEAL e a Rede de Mobilidade Eléctrica MOBI-E, ao nível da definição de um modelo de exploração conformado pela Rede MOBI-E, e instalar os 28 pontos de recarga da fase piloto.

**DMAG/DAF/DAESU**

- Contribuir para a instalação de pontos de recarregamento para veículos eléctricos, ao nível da operacionalização de formas de utilização do espaço público.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Contribuir para a instalação da rede concelhia de pontos de recarga para veículos eléctricos, no quadro da implementação do Plano de Mobilidade Eléctrica.

**Linha 3.13**

**Assegurar e reforçar a coordenação e gestão integrada e global das actividades associadas ao projecto transversal de valorização da imagem urbana e do concelho, envolvendo e comprometendo toda a estrutura organizacional na missão permanente de qualificação do Concelho. Assegurar a execução das actividades que visem as diferentes dimensões deste projecto, designadamente, no domínio da fiscalização e da sensibilização, promovendo o envolvimento e a participação da população e das instituições e entidades locais.**

**DMOVU**

- Promover em articulação com as restantes Direcções Municipais, a elaboração, desenvolvimento e implementação de um Plano Integrado e Plurianual de Consolidação, Conservação e Manutenção do Espaço Público e do Património Municipal, que considere o contributo articulado de todas as unidades orgânicas municipais na identificação de prioridades, afectação de recursos e programação das respectivas actividades.

**DMOVU/DSEVT/DS**

- Assegurar a remoção de materiais de publicidade ilegal e/ou abandonada.
- Assegurar uma elevada manutenção do mobiliário urbano afecto à recolha de resíduos.
- Concluir o processo de requalificação das actuais instalações do Canil Municipal, enquanto Centro Oficial de Recolha do Município de Almada.

**DMOVU/DSEVT/DJEV**

- Continuar a assegurar a ornamentação do espaço público com recurso a elementos naturais, assim como promover a qualificação do mobiliário urbano existente.



- Zelar pelo funcionamento dos elementos de água existentes em espaço público, assegurando a qualidade da água e limpeza destes equipamentos e diligenciando pela sua manutenção electromecânica.

#### **DMOVU/DSEVT/DPP**

- Dar continuidade aos trabalhos de qualificação do Parque da Paz, designadamente, através da eliminação de *graffitis*, limpeza e recolha selectiva de resíduos, da conservação do mobiliário urbano, muros e estadias, bem como assegurar a qualidade e limpeza dos elementos de água existentes no Parque.

#### **DMOVU/DSEVT/DTM**

- Assegurar a qualidade da imagem dos veículos afectos à frota municipal em circulação no espaço público.

#### **DMOVU/DTRVM/DML**

- Implementar o Plano Anual de Conservação e Manutenção dos Equipamentos e Mobiliário Urbano, assegurando nomeadamente a conservação e manutenção de bancos, papaleiras, pilaretes, pintura de muros e vedações metálicas e outras.
- Assegurar uma acção permanente de combate aos *tags*, chamados de *graffitis*.

#### **DMOVU/DTRVM/DIVIU**

- Assegurar a conservação/pintura de semáforos, sinais de trânsito, espelhos parabólicos e outros.

#### **DMOVU/DH**

- Assegurar a limpeza, manutenção e execução de obras de conservação e qualificação dos espaços envolventes aos Bairros Camarários, em articulação com os serviços responsáveis e Juntas de Freguesia.
- Promover, com a colaboração das Juntas de Freguesia e Instituições Locais, a realização de acções de sensibilização para a manutenção dos espaços circundantes aos Bairros Camarários, envolvendo os inquilinos e a população local no projecto de qualificação do espaço público.

#### **DMAG**

- Implementar o “Manual de Boas Práticas do Atendimento Municipal” e assegurar a monitorização do grau de satisfação do munícipe ao nível do atendimento presencial, telefónico e *on-line*.
- Criar o “Guia do Munícipe”, disponibilizando informações úteis sobre os serviços municipais e outros serviços de interesse público do Concelho.

**DMAG/DAF/DP**

- Promover a concretização do Plano Plurianual de Manutenção do Património Edificado, assegurando a realização das obras de conservação, manutenção e qualificação dos edifícios e equipamentos municipais, programadas em articulação com os respectivos serviços.

**DMAG/DAF/DAESU**

- Promover a georreferenciação dos licenciamentos aprovados em execução do Programa de Ordenamento de Publicidade, tendo em vista uma eficaz acção fiscalizadora.
- Promover a actualização para 2012 do Programa de Ordenamento de Publicidade, tendo em consideração os pareceres das Juntas de Freguesia.
- Promover a avaliação da rede de quiosques, quer ao nível do seu estado de conservação quer do funcionamento.

**DEGAS/DEGA**

- Desenvolver acções de promoção e comunicação institucional de Almada no âmbito das parcerias nacionais e internacionais do município.

**DEGAS/DESA**

- Dinamizar acções de sensibilização que promovam práticas de cidadania para a valorização da imagem do concelho, associadas a campanhas e projectos em curso, designadamente a Campanha “Almada Limpa”, Programa Bandeira Azul 2011 e projecto Agenda 21 da Criança.

**DMPAT/DAU**

- Realizar vistorias técnicas aos imóveis considerados em mau estado de conservação, e actuar nos termos da lei.

**DFM**

- Desenvolver acções de fiscalização especialmente dirigidas a espaços de vivência pública, de forma a impedir a deposição indevida de resíduos.
- Fiscalizar a ocupação abusiva do espaço público, de carácter permanente ou temporário.
- Identificar e notificar os proprietários de terrenos e construções devolutas, em estado de insalubridade, com vista ao emparedamento dos edifícios e limpeza dos terrenos.

**DMDS/DEJ/DERE**

- Desenvolver beneficiações em edifícios escolares que contribuam para a valorização da imagem urbana em colaboração com as Juntas de Freguesia.

**DMDS/DC/DEC**

- Dar continuidade ao trabalho de conservação do Solar dos Zagallos e do Convento dos Capuchos, com vista à preservação da imagem destes equipamentos municipais.

**DMDS/DC/DB**

- Assegurar a regular manutenção dos diversos equipamentos incluindo a sinalética, e remoção de *tags*.

**DMDS/DAD/DID**

- Assegurar a conservação da rede de equipamentos desportivos municipais, diligenciando a eliminação de *tags* e uma adequada limpeza dos espaços interiores e exteriores das instalações.

**DMDS/DASC**

- Apoiar, no quadro da política de co-financiamento às Associações locais, projectos que visem a conservação periódica das suas instalações.

**DMDS/DT**

- Desenvolver acções de sensibilização para a manutenção dos espaços de frequência turística e de recreio, envolvendo a população residente, o comércio e os frequentadores dos espaços.

**DIRP**

- Divulgar as acções municipais que visam a valorização da imagem urbana e do Concelho.
- Apoiar na melhoria e institucionalização da imagem (gráfica) dos atendimentos municipais.
- Promover a sensibilização dos cidadãos, apelando à responsabilidade de todos na preservação e qualificação do espaço público.
- Desenvolver e potenciar sinergias entre os atendimentos presenciais, os serviços *on-line* e a informação disponibilizada na *web*.

**Linha 3.14**

**Dar continuidade ao programa de qualificação dos espaços públicos exteriores do Concelho, potenciando a sua atractividade e promovendo os processos de concretização, designadamente, de requalificação das Ruas Cândido dos Reis, Capitão Leitão, Alfredo Cunha, dos Trabalhadores Rurais. Concluir estudo para a envolvente à Escola da Alembração, e desenvolver o estudo de reconversão, em via urbana, da antiga Estrada Nacional 377, na Charneca de Caparica.**

**DMOVU/DOM/DP**

- Assegurar a assistência técnica à Empreitada de Obras Públicas relativa ao Projecto de Requalificação da Rua Cândido dos Reis, em Cacilhas.

- Concluído o projecto, assegurar a assistência técnica à Empreitada de Obras Públicas relativa ao Projecto da Rua Capitão Leitão.
- Prosseguir com o Projecto da Rua Alfredo Cunha e assegurar a assistência técnica à respectiva Empreitada de Obras Públicas.
- Prosseguir com o Projecto da Rua dos Trabalhadores Rurais e assegurar a assistência técnica à respectiva Empreitada de Obras Públicas.
- Proceder à elaboração do Projecto do espaço envolvente à Quinta da Alembrança, de acordo com o respectivo programa e intervenção.
- Promover a elaboração de estudo de reconversão em via urbana, da antiga Estrada Nacional 377/Charneca de Caparica.

#### **DMOVU/DOM/DO**

- Garantir o acompanhamento e a execução da empreitada relativa à obra de requalificação da Rua Cândido dos Reis, tendo em atenção os seus vários condicionamentos, nomeadamente eventuais achados arqueológicos.
- Elaborado o Projecto de Requalificação da Rua Capitão Leitão, proceder ao lançamento da empreitada, garantir o seu acompanhamento e a execução da obra.
- Lançar os concursos públicos para obras na Rua Alfredo Cunha e Rua dos Trabalhadores Rurais.

#### **DMOVU/DSEVT/DS**

- Acompanhar os projectos de requalificação dos espaços públicos do Concelho e emitir pareceres no âmbito do sistema de recolha de resíduos urbanos.

#### **DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Acompanhar os condicionamentos de trânsito necessários para o desenvolvimento das obras de requalificação dos espaços públicos.

#### **DMOVU/DTRVM/DIVIU**

- Acompanhar e assegurar o cumprimento do plano plurianual de Iluminação Pública e garantir a sua execução, nomeadamente, ao nível dos projectos de requalificação urbana em curso.
- Acompanhar os projectos de requalificação de espaços públicos na vertente da Iluminação Pública.

#### **DMPAT/DPU/DEP**

- Concluir a elaboração do estudo para a requalificação dos Espaços Exteriores da Envolvente à Escola da Alembrança.

#### **DMPAT/DPU/DQU**

- Contribuir para o estudo de requalificação dos Espaços Exteriores da Envolvente à Escola da Alembrança, ao nível do paisagismo.
- Contribuir para a elaboração dos projectos da Rua Alfredo Cunha e da Rua dos Trabalhadores Rurais (Centro Histórico do Monte).

#### **Linha 3.15**

**Prosseguir com a manutenção e divulgação do património de Arte Pública do Concelho, participando na Rede Temática PAUDO (*Public Art and Urban Design Observatory*). Assegurar em paralelo com o projecto “Regenerar para uma Nova Centralidade” a concretização do Monumento à Multiculturalidade no Centro Cívico do Fróis/Monte de Caparica. Desenvolver os estudos com vista à concretização do Busto do Dr. Louro na Costa da Caparica, e dos Monumentos ao Professor Educador e à Resistência ao Fascismo.**

#### **CAC**

- Criar uma base de dados sobre Arte Pública no Concelho e proceder ao tratamento e actualização do levantamento efectuado para o seu carregamento, com vista à sua disponibilização *on-line*.
- Garantir a concretização do Monumento à Multiculturalidade em simultâneo com a concretização do Centro Cívico do Monte de Caparica.
- Assegurar os estudos e procedimentos para a concretização do programa de ampliação da Arte Pública estabelecido.
- Continuar a conservação das obras de Arte Pública, designadamente no âmbito do Protocolo estabelecido com a Faculdade de Ciências e Tecnologia (Departamento de Conservação e Restauro).
- Assegurar a participação na Rede Temática PAUDO (*Public Art and Urban Design Observatory* – Observatório de Arte Pública e *Design Urbano*).

#### **DMDS/DT**

- Promover a divulgação da Arte Pública do Concelho, através da sua integração em percursos turísticos.

#### **Linha 3.16**

**Assegurar o desenvolvimento e implementação do Plano Municipal de Sinalética, com vista à criação de um suporte de sinalização que permita a inequívoca legibilidade dos percursos e destinos e o usufruto da cidade, contribuindo para a identificação dos recursos, espaços e locais de interesse turístico e para a criação de uma imagem identitária do Concelho. Promover o Concurso Público de renovação do mobiliário urbano.**

**DMPAT/DPU/DQU**

- Integrar o grupo de trabalho para o desenvolvimento do Plano Municipal de Sinalética, tendo em vista a qualificação da imagem urbana do Concelho.

**DMDS/DT**

- No âmbito do grupo de trabalho para o desenvolvimento e implementação do Plano Municipal de Sinalética, contribuir para a identificação de necessidades de sinalização no domínio das actividades económicas e locais de interesse turístico, entre outros.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Participar no grupo de trabalho para o desenvolvimento do Plano Municipal de Sinalética e assegurar a sua implementação.
- Participar no processo de concurso de renovação do mobiliário urbano e assegurar a execução em articulação com os restantes serviços municipais envolvidos.

**DMAG/DAF**

- Assegurar a elaboração do Plano Municipal de Sinalética e lançar o concurso para a sua implementação a partir de 2011.
- Lançar o concurso público de renovação do mobiliário urbano.

**DMAG/DAF/DAESU**

- Participar no grupo de trabalho para o desenvolvimento e implementação do Plano Municipal de Sinalética, contribuindo para a identificação de necessidades de sinalização no domínio das actividades económicas.

**DIRP**

- Acompanhar e apoiar o desenvolvimento do Plano Municipal de Sinalética, tendo em vista uma imagem qualificada e identitária do Concelho.

**Linha 3.17**

**Prosseguir junto do Governo as diligências para:**

- A criação de nó de distribuição na A 2, entre Almada e Fogueteiro e a sua ligação ao IC 32;
- A ligação rodoviária Banática/Porto Brandão e Costas de Cão;
- A nova estação ferroviária em Vale Flores;
- A extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, o estacionamento e transporte à Fonte da Telha, e o Comboio de Praia, no âmbito do POLIS;
- O novo terminal fluvial da Trafaria articulando-se com o IC 32, e com a futura extensão do Metro Sul do Tejo à Trafaria;
- A extensão do Metro Sul do Tejo à Trafaria e a Almada Nascente - Cidade da Água e pela futura expansão à Charneca de Caparica.

**OA**

- Assegurar o prosseguimento das diligências institucionais junto da Administração Central, tendo em vista a execução das obrigações contempladas em acordos específicos e a consideração de projectos e obras no Orçamento de Estado.



## **Eixo 4 – Educação, Formação, Conhecimento e Juventude**

### **Linha 4.1**

**Prosseguir o programa municipal de acção social escolar, dirigido às famílias e alunos carenciados, do 1º ciclo e do pré-escolar, assegurando o fornecimento diário de refeições, e o apoio na compra de manuais escolares.**

#### **DMDS/DEJ/DE**

- Implementar, em articulação com outros serviços municipais e com as escolas, a gestão electrónica do fornecimento de refeições aos alunos do 1º ciclo.
- Desenvolver a gestão municipal dos refeitórios escolares, assegurando o controlo higieno-alimentar, a qualidade nutricional e a verificação do cumprimento dos normativos relativo ao fornecimento de refeições com a colaboração de Entidades Parceiras: Instituto Nacional Dr. Ricardo Jorge e Instituto Superior de Saúde Egas Moniz.

#### **DMAG/DAF/DF**

- Assegurar os procedimentos contabilísticos e de controlo financeiro associados ao sistema de gestão electrónica de fornecimento de refeições, no âmbito do Apoio Alimentar Escolar.

#### **DMAG/DAF/DAP**

- Desenvolver os procedimentos finais necessários à aquisição da solução de gestão electrónica de fornecimento de refeições.

#### **DIRP**

- Divulgar a modernização administrativa introduzida com a gestão electrónica de fornecimento de refeições.

### **Linha 4.2**

**Garantir os transportes escolares em conformidade com a legislação existente e assegurar os circuitos especiais de acordo com o plano de transportes aprovado pelo Município.**

#### **DMDS/DEJ/DE**

- Garantir os transportes escolares em conformidade com a legislação e acompanhar os circuitos especiais de acordo com plano municipal de transportes aprovado, nomeadamente as deslocações dos alunos com mobilidade reduzida abrangidos pelo serviço "Almada Solidária", e o apoio a alunos integrados em programas específicos (Novas Oportunidades, Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil, Territórios Educativos de Intervenção Prioritária).

**DMOVU/DSEVT/DTM**

- Assegurar a manutenção das viaturas que se encontram ao serviço do projecto “Almada Solidária”.

**Linha 4.3**

**Concluir o processo de avaliação/revisão da Carta Educativa Municipal, identificando na medida do possível os desequilíbrios da Rede Escolar do 1º Ciclo e suas causas, e perspectivando as necessidades de curto, médio e longo prazo. Assegurar o pleno funcionamento no ano lectivo de 2011/2012 da Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância Louro Artur ampliada em 2010, bem como dos novos Jardins de Infância adjudicados em 2010 – Jardim de Infância na Escola Básica do 1º Ciclo do Feijó nº 1, Jardim de Infância na Escola Básica do 1º Ciclo do Laranjeiro nº 2, Jardim de Infância na Escola Básica do 1º Ciclo do Laranjeiro nº 3 e Jardim de Infância na Escola Básica Cata-ventos de Paz (Cacilhas). Lançar o concurso público e iniciar a construção da nova Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância na Charneca de Caparica.**

**DMDS/DEJ/DERE**

- Concluir o estudo e apurar os desequilíbrios da Rede Escolar do 1º Ciclo face à Carta Educativa em vigor, identificando e precisando as respectivas causas.
- Proceder à revisão e monitorização da Carta Educativa Municipal de acordo com as orientações nacionais de (re)organização da rede escolar.
- Contribuir para o lançamento da Empreitada de Obras Públicas e início da construção da nova Escola do 1º Ciclo com Jardim de Infância na Charneca de Caparica.
- Acompanhar a execução da Empreitada de Obras Públicas de quatro novos Jardins -de – Infância, e preparar a sua entrada em funcionamento:
  - Jardim de Infância do Feijó nº 1;
  - Jardim de Infância do Laranjeiro nº 2;
  - Jardim de Infância do Laranjeiro nº 3;
  - Jardim de Infância Cata-ventos de Paz.
- Assegurar o apetrechamento do mobiliário escolar, material didáctico, equipamento informático, entre outros, para os novos Jardins de Infância.
- Acompanhar as candidaturas ao Programa de Apoio de Alargamento da Rede Pré – Escolar do Ministério da Educação e do QREN com vista ao cumprimento dos contratos programas assinados entre o Município e o Ministério da Educação.
- Monitorizar e apoiar a instalação de outras valências/ofertas educativas nas Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho, tais como unidades de ensino estruturado, apoio especializado, actividades de enriquecimento curricular, componente de apoio à família.
- Aprofundar, em articulação com o Ministério de Educação/Direcção Regional de Educação de Lisboa, os estudos tendentes à reorganização da rede escolar, com o objectivo de assegurar, gradualmente, a Escola a tempo inteiro.



**DMOVU/DOM/DP**

- Dar continuidade à assistência técnica à Empreitada de Obras Públicas do Jardim de Infância do Laranjeiro n.º 2 e n.º 3, n.º 1 do Feijó e Cata-ventos de Paz.
- Assegurar a assistência técnica à Empreitada de Obras Públicas da nova Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância na Charneca de Caparica.

**DMOVU/DOM/DO**

- Assegurar a conclusão das empreitadas do Jardim de Infância do Laranjeiro n.º 2, Jardim de Infância do Laranjeiro n.º 3, Jardim de Infância do Feijó e Jardim de Infância Cata-ventos de Paz.
- Proceder ao lançamento do concurso de empreitada de obra pública da nova Escola Básica com Jardim de Infância na Charneca de Caparica e assegurar o início da construção com vista ao seu funcionamento no ano lectivo de 2012/2013.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Garantir os condicionamentos de trânsito necessários para o desenvolvimento das obras relacionadas com a rede escolar.
- Acompanhar os projectos com interferência no espaço público que circundam as unidades educativas, garantindo as melhores soluções de circulação e segurança.

**DMAG/DAF/DAP**

- Assegurar os processos de aquisição de equipamentos para os estabelecimentos de educação e ensino.

**Linha 4.4**

**Assegurar a execução do plano/2011 de conservação e manutenção do parque escolar do Município, prosseguindo a recuperação, beneficiação e modernização gradual dos antigos edifícios escolares, ajustando-os às exigências das actuais práticas educativas.**

**DMDS/DEJ/DERE**

- Desenvolver o plano anual de manutenção e inspecções de equipamentos, tendo em vista a segurança dos estabelecimentos de ensino; nomeadamente, de equipamentos desportivos, lúdicos, sistemas de intrusão e incêndio, elevadores, extintores, sistemas de gás e equipamentos de aquecimento de águas.
- Contribuir para o alargamento da rede de bibliotecas escolares nas escolas básicas do 1º ciclo do concelho, participando no processo de planeamento e execução de obras. Assegurar a entrada em funcionamento de novas bibliotecas escolares.
- Desenvolver o Programa de Apetrechamento do Parque Escolar, prosseguindo os subprogramas: mobiliário escolar, equipamento desportivo, electroindustrial e Tecnologias da Informação e Comunicação.

- Assegurar a concretização do programa de beneficiações/requalificações 2011 na rede escolar do 1º ciclo, com prioridade para os edifícios mais antigos.
- Concluir a entrega de Planos de Emergência dos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico do concelho, em obediência à respectiva legislação.
- Prosseguir a qualificação e beneficiação dos refeitórios escolares.

#### **DMDS/DC/DB**

- Assegurar e acompanhar a aquisição de equipamento e dos fundos bibliográficos para as bibliotecas da Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância do Alfeite, Escola Básica do 1º Ciclo da Cova da Piedade n.º 3 e Escola Básica do 1º Ciclo Rogério Ribeiro (Pragal), a abrir em 2011.
- Assegurar em articulação com a Educação novos processos de candidatura à Rede de Bibliotecas Escolares das escolas do 1º ciclo do concelho de Almada, para o triénio 2012-2015.
- Continuar o apoio técnico às bibliotecas escolares no que diz respeito à utilização e manutenção dos sistemas automatizados de gestão de bibliotecas.

#### **DMOVU/DOM/DP**

- Assegurar o apoio técnico aos processos de beneficiação e recuperação da Rede Escolar.

#### **DMOVU/DTRVM/DML**

- Assegurar, por administração directa, pequenas intervenções de manutenção do parque escolar do 1º ciclo e pré-escolar.

#### **DEGAS/DEGA**

- Contribuir com a definição de critérios de eficiência energética e ambiental no âmbito do programa de beneficiação e recuperação da rede escolar.

#### **Linha 4.5**

**Dinamizar a participação da Comunidade Educativa na vida local através do apoio a projectos e acções das Escolas, Agrupamentos de Escolas ou outras entidades que cumpram os requisitos definidos no Plano de Acção Cultural, incentivando a inovação pedagógica e contribuindo para uma acção educativa territorializada que tenha em conta, os valores, as tradições, as realidades sociais e ambientais, que fomente a educação para a cidadania e promova o envolvimento das escolas nos projectos educativos municipais, designadamente os que se ligam aos desígnios de um concelho solidário, sustentável e eco-eficiente.**

#### **DMDS/DEJ/DE**

- Motivar a participação da Comunidade Educativa na vida local através do apoio a projectos e acções das Escolas, Agrupamentos de Escolas ou outras entidades que cumpram os requisitos definidos no Plano de Acção Cultural.

- Assinalar a abertura do ano escolar através da dinamização da Recepção à Comunidade Educativa, com actividades destinadas a todos os actores do processo educativo do concelho.
- Promover a realização da Festa Verde no âmbito do Plano de Acção Cultural, incentivando e sensibilizando a comunidade educativa para a realização de projectos cuja intervenção manifeste uma perspectiva ambiental.
- Organizar, em colaboração com a Associação Cultural “O Mundo do Espectáculo”, o Festival Interescolas de Teatro, Movimento e Expressão Dramática.
- Apoiar a realização do Encontro Nacional de Teatro Escolar e o Festival de Teatro Alemão, entendidos como momentos de divulgação de diferentes experiências de educação em artes performativas promovidas pelas escolas e jardins de infância, com incidência local, regional e nacional.
- Realizar a Homenagem ao Professor Aposentado, celebrando o trabalho desenvolvido em prol da comunidade e a aposentação de educadores e professores do Concelho.
- Manter a actividade “À Descoberta da Arte” em parceria com a Associação Cultural O Mundo do Espectáculo”, sensibilizando os alunos e crianças do 1º ciclo e educação pré-escolar para as actividades de desenvolvimento artístico.

#### **DMDS/DC/DMPC**

- Intervir no âmbito do Plano de Acção Cultural, através do apoio e acompanhamento de projectos educativos que abordem as temáticas da cidadania, da preservação das memórias e das identidades, do conhecimento e salvaguarda do património.
- No âmbito do Programa da Recepção à Comunidade Educativa, realização de actividades específicas de divulgação da missão e potencialidades dos Museus Municipais enquanto recursos para uma acção educativa territorializada nos domínios da história, património, memória, conhecimento das realidades e dinâmicas do concelho.

#### **DMDS/DAD/DD**

- Realizar, em parceria com outros serviços municipais, acções integradas no Plano de Acção Cultural, assegurando a promoção, organização, coordenação e realização de actividades desportivas.

#### **DMDS/DASC**

- Assegurar a dinamização, apoio, acompanhamento e avaliação dos projectos sócio-educativos das Instituições Particulares de Solidariedade Social, no âmbito do Plano de Acção Cultural.

#### **DEGAS/DESA**

- Dinamizar sessões temáticas em escolas, actividades de campo e visitas de estudo sobre “Biodiversidade”, “Mobilidade”, “Aquário Virtual” e “Energia e Alterações Climáticas” e “Florestas”, no quadro do Ano Internacional das Florestas.

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Assegurar o apoio logístico às iniciativas de carácter educativo promovidas pela Autarquia ou por ela apoiadas.

**CAC**

- Acompanhar e apoiar ao nível técnico os projectos aprovados no âmbito do Plano de Acção Cultural.
- Participar no programa de Recepção à Comunidade Educativa com propostas e actividades do Serviço Educativo.

**DIRP**

- Divulgar o programa da Recepção à Comunidade Educativa e apoiar na concepção e produção de materiais informativos e promocionais.

**Linha 4.6**

**Dar continuidade ao serviço de apoio às famílias com crianças matriculadas nos jardins-de-infância da rede pública, nas componentes do fornecimento de refeições e do prolongamento de horário. Prosseguir o programa de enriquecimento curricular no primeiro ciclo do ensino básico.**

**DMDS/DEJ/DE**

- Assegurar o serviço de apoio às famílias com crianças matriculadas nos jardins-de-infância da rede pública, nas componentes “alimentação” e “prolongamento de horário”, mantendo o trabalho em parceria.
- Prosseguir com o apoio municipal à implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico.

**DMDS/DEJ/DERE**

- Acompanhar a implementação de programas de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1º ciclo no que se refere a necessidades de recursos físicos – adaptação de espaços e apetrechamento escolar.

**Linha 4.7**

**Prosseguir com os trabalhos com vista à edificação da Universidade Sénior no edifício da antiga Cooperativa Almadense, processo em parceria com a Associação dos professores do concelho de Almada e manter o apoio a projectos desenvolvidos no quadro das “Novas Oportunidades” e de “Educação ao Longo da Vida” (cursos de educação e formação, currículos alternativos, educação de adultos) com instituições promotoras com sede no concelho.**

**DMDS/DEJ/DE**

- Dar continuidade ao apoio a projectos inseridos no quadro das “Novas Oportunidades” ou de “Educação ao Longo da Vida” e às Instituições promotoras com sede no concelho, nomeadamente USALMA – Universidade Sénior de Almada, Centro de Formação de Professores, Centros de Reconhecimento e Validação de Competências.
- Manter o apoio aos estudantes do Ensino Superior residentes no concelho com atribuição de bolsa de estudo conforme Regulamento.

**DMDS/DEJ/DERE**

- Acompanhar o concurso e obra no edifício da antiga Cooperativa Almadense para a instalação da Universidade Sénior de Almada em parceria com a Associação dos Professores do Concelho de Almada.

**DMDS/DAD/DD**

- Manter o acolhimento de estágios profissionais do curso tecnológico de desporto.

**DMOVU/DOM**

- Assegurar o desenvolvimento do processo de construção do edifício da Universidade Sénior ao nível do projecto de construção.

**DIRP**

- Assegurar a divulgação das condições de acesso e resultados de candidatura às Bolsas de Estudo para jovens universitários.

**Linha 4.8**

**Assegurar o lançamento do Prémio de Investigação "Cidade de Almada" e prosseguir as ligações com o Pólo de Ensino Superior, desenvolvendo projectos de parceria, designadamente a Mostra do Ensino Superior, o projecto Almada Laboratório de Ideias, e outras áreas de cooperação em curso.**

**DMDS/DEJ/DE**

- Organizar a Mostra do Ensino Superior, Secundário e Profissional, enquanto evento de divulgação e exposição das ofertas educativas e de projectos de investigação.
- Promover a realização do Prémio “Investigação Cidade de Almada”.
- Organização da Mostra de Projectos Educativos no âmbito do Plano de Acção Cultural.
- Contribuir em articulação com a Faculdade de Ciências e Tecnologia para a 2ª Edição do Concurso Inovar para Potenciar.

**DMDS/DEJ/DERE**

- Contribuir para a organização da Mostra do Ensino Superior, Secundário e Profissional, entre outros.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Contribuir para a dinamização do Prémio Investigação Cidade de Almada.

**DMPAT/DPPDL**

- Coordenar com a Faculdade de Ciências e Tecnologia e o Madan Parque o desenvolvimento dos subprojectos do “Almada Laboratório de Ideias”.

**Linha 4.9**

**Prosseguir as diligências no sentido da concretização do projecto “Comunidade de Conhecimento e Inovação, Cidades Inteligentes”, apoiando as iniciativas da Comunidade Científica do Pólo Universitário de Almada.**

**DMDS**

- Contribuir para o aprofundamento/reflexões sobre os objectivos do projecto “Comunidade de Conhecimento e Inovação, Cidades Inteligentes”, apoiando as iniciativas da comunidade científica.

**Linha 4.10**

**Desenvolver em parceria com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, os estudos programáticos e de viabilidade do Centro Técnico e Científico de Artes Culinárias e Enogastronomia. Manter em funcionamento os Núcleos de Formação em Turismo no Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro em colaboração com a Escola Superior de Turismo.**

**DMDS**

- Assegurar em parceria com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril o desenvolvimento dos estudos programáticos e de viabilidade do Centro Técnico e Científico de Artes Culinárias e Enogastronomia.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Garantir o funcionamento, no Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro, do Núcleo de Formação da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril no quadro da implementação do Plano Estratégico do Turismo.

**DMDS/DT**

- Contribuir para a diversificação da oferta formativa dos Cursos de Especialização Tecnológica em colaboração com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril e em consonância com as directrizes do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo.

**Linha 4.11**

**Assegurar a representação do Município nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos conforme modelo de gestão do sistema educativo em vigor e dinamizar o funcionamento do Conselho Municipal da Educação, desenvolvendo proposta de implementação do Observatório Local da Educação.**

**DMDS/DEJ/DE**

- Assegurar a preparação de informação relativa à educação e ensino a ser apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Almada e aos órgãos de gestão das escolas e associações de pais nas matérias em que intervêm ou acompanham.
- Assegurar o desenvolvimento de proposta para a criação do Observatório da Educação.

**DMDS/DEJ/DERE**

- Contribuir para as apresentações a efectuar nas reuniões do Conselho Municipal de Educação de Almada.
- Participar nas reuniões dos Conselhos Gerais de Escolas/Agrupamento de acordo com legislação em vigor e deliberações municipais.
- Contribuir para o desenvolvimento de proposta de criação do Observatório da Educação.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Participar nas reuniões dos Conselhos Gerais de Escolas/Agrupamentos de Escolas de acordo com a legislação em vigor e as deliberações municipais.

**DMDS/DC/DMPC**

- Participar nas reuniões de Conselhos Gerais de Escola/Agrupamento de Escolas, de acordo com a legislação em vigor e deliberações municipais.

**DMDS/DC/DB**

- Participar nas reuniões de Conselhos Gerais de Escola/Agrupamento de Escolas, de acordo com a legislação em vigor e deliberações municipais.

**DMDS/DAD**

- Participar nas reuniões de Conselhos Gerais de Escola/Agrupamento de Escolas, de acordo com a legislação em vigor e deliberações municipais.

**DMDS/DAD/DID**

- Participar nas reuniões de Conselhos Gerais de escola/agrupamento de escolas, de acordo com a legislação em vigor e deliberações municipais.

**DMDS/DAD/DD**

- Participar nas reuniões de Conselhos Gerais de escola/agrupamento de escolas, de acordo com a legislação em vigor e deliberações municipais.

**DMDS/DASC**

- Participar nas reuniões de Conselhos Gerais de Escola/Agrupamento de Escolas, de acordo com a legislação em vigor e deliberações municipais.

**Linha 4.12**

**Consolidar "Almada Cidade Educadora" como concelho de amplas e diversificadas ofertas educativas, formais e informais, divulgando e dando projecção das experiências locais na rede nacional e internacional da Associação das Cidades Educadoras. Dar particular atenção às novas ofertas a implementar em função das necessidades de desenvolvimento local, em articulação com o CLASA. Acompanhar em articulação com a Associação de Educação e Criação Artística – Pensarte, a entrada em funcionamento da oferta profissionalizante de ensino artístico, numa das escolas secundárias da cidade.**

**DMDS/DEJ/DE**

- Manter a participação do Município de Almada na rede portuguesa dos municípios associados na Associação Internacional das Cidades Educadoras, que inclui a participação no Encontro Anual, nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias e colaboração regular no Boletim Trimestral das Cidades Portuguesas associadas.
- Contribuir para a dinamização da participação de Almada na Associação Internacional das Cidades Educadoras, através da identificação de projectos locais a integrar o Banco Internacional de Documentos.
- Manter o apoio e cooperação com as associações ou entidades ligadas à Educação, tais como a Associação de Professores do Concelho de Almada, União Concelhia das Associações de Pais, Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais, Centro de Formação de Professores, Associações de Pais e Encarregados de Educação, Associações de Estudantes (Básico, Secundário e Superior), Academia de Música de Almada, Associação Pensarte, Ar.co – Centro de Arte e Comunicação Visual, Associação Cultural “O Mundo do Espectáculo”.
- Assegurar a edição bilingue de divulgação dos Recursos Educativos Municipais.

**DMDS/DEJ/DERE**

- Acompanhar a entrada em funcionamento da oferta profissionalizante de ensino artístico na Escola Secundária com 2º e 3º ciclos Anselmo de Andrade, no âmbito da relação de parceria com a Pensarte – Associação de Educação e Criação Artística.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Dinamizar a participação do movimento associativo juvenil e dos jovens no Fórum Municipal da Juventude e favorecer as condições para o funcionamento deste órgão



consultivo e de informação da Câmara Municipal de Almada, enquanto estrutura agregadora e geradora de dinâmicas formativas.

#### **DMDS/DC/DB**

- Promover a Rede de Bibliotecas Municipais como centros de certificação de competências básicas na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação.
- Promover actividades de promoção da leitura e da escrita, assegurando condições para a elevação do nível de literacia da comunidade, numa perspectiva de auto-formação e educação ao longo da vida.

#### **DMDS/DASC**

- Realizar o projecto AVENTUR.AR.TE para jovens com deficiência, entre os 16 e 35 anos.

#### **DEGAS/DESA**

- Divulgar os recursos educativos locais de ambiente, biodiversidade e energia na Rede das Cidades Educadoras.

#### **Linha 4.13**

**Assegurar os programas e as actividades das Casas Municipais da Juventude, enquanto centros de encontro, de criatividade, de formação e de animação para a população juvenil, visando a criação de oportunidades para a juventude, nomeadamente nos domínios da actividade desportiva, da educação e formação, da criação e fruição cultural, e do empreendedorismo, criando oportunidades de envolvimento dos jovens na vida do concelho.**

#### **DMDS/DEJ/DJ**

- Garantir a edição e difusão do Cartão “Almada Jovem” junto da população jovem do concelho, promover o alargamento das entidades aderentes e a diversificação dos bens e serviços de acesso bonificado ao nível concelhio.
- Desenvolver e apoiar a realização de formação vocacionada para a capacitação pessoal dos jovens e promotora de competências artísticas, sociais e outras, visível na promoção de ofertas formativas diversificadas acolhidas nas Casas Municipais da Juventude.
- Desenvolver, em parceria com os jovens e o Movimento Associativo Juvenil, nas Casas Municipais de Juventude uma programação própria e regular, com espectáculos de diferentes expressões artísticas, actividades de animação e espaços de mostra, encontro e partilha da população jovem.
- Promover o acolhimento e o apoio técnico/logístico às iniciativas inovadoras, experimentais, de criação e empreendedoras promovidas por e para os jovens do concelho.
- Promover o acolhimento e o apoio técnico/logístico às iniciativas inovadoras, experimentais, de criação e empreendedoras promovidas por e para os jovens do concelho.

- Organizar, promover e desenvolver a 11ª edição da Festa Amarela – festa da interculturalidade & intergeracionalidade - em articulação e parceria com a comunidade local em geral (associações diversas, agentes culturais, sociais e educativos vários) e com as associações juvenis, jovens do concelho e utentes das Casas Municipais da Juventude.
- Organizar actividades e acções que promovam o envolvimento dos Jovens e das Associações Juvenis na vida local, contribuindo para a educação para a cidadania.

#### **DMOVU/DTRVM/DML**

- Assegurar a componente logística às iniciativas de carácter juvenil dinamizadas pelas Casas Municipais da Juventude.

#### **Linha 4.14**

**Desenvolver estudos e diligências tendo em vista uma Casa Municipal de Juventude/Centro de Empreendedorismo Juvenil em Almada Poente. Promover o estudo de alargamento da rede de Skates Parques.**

#### **DMDS/DEJ/DJ**

- Desenvolver programa de rede de *skate* parques, assegurando a ligação aos jovens e associações de praticantes de *skate* do concelho.
- Definir programa funcional para uma Casa de Juventude/Centro de Empreendedorismo.

#### **DMOVU**

- Participar no desenvolvimento de programa de rede de *skate* parques, nomeadamente, para avaliação de viabilidade de localização na rede de parques e jardins em articulação com a Direcção Municipal de Planeamento e Administração do Território.

#### **Linha 4.15**

**Prosseguir com os incentivos às iniciativas de carácter empresarial, à criação e à produção artística e cultural dos jovens, através dos vários dispositivos municipais.**

#### **DMDS/DEJ/DJ**

- Desenvolver e reforçar a criação nas áreas da dança e música pelos jovens do concelho, mediante apoio à actividade e performance artísticas e cedência de espaços nas Casas Municipais da Juventude.
- Fomentar o associativismo jovem e apoiar as associações juvenis e associações de estudantes do concelho – no desenvolvimento dos seus projectos e acções pontuais. Apoiar a concretização de iniciativas promovidas por grupos informais de jovens do concelho.
- Organizar, promover e desenvolver a Quinzena da Juventude em parceria com as associações/grupos juvenis, jovens e comunidade escolar, enquanto momento fundamental para a divulgação e mostra pública de projectos feitos por jovens.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Colaborar no apoio ao Movimento Associativo Juvenil, em articulação com a Divisão de Juventude, através de apoio técnico.

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Colaborar no apoio ao Movimento Associativo Juvenil, em articulação com a Divisão de Juventude, através do apoio logístico.

**DIRP**

- Desenvolver um plano de divulgação da Quinzena da Juventude e apoiar na concepção e produção de suportes informativos e promocionais das Casas.

**Linha 4.16**

**Manter os incentivos à acção juvenil orientada para as acções comunitárias relevantes promovendo a participação dos jovens na vida local e dando valor social a sua intervenção, assegurando a realização do Concurso Jovens Talentos, que irá reconhecer e distinguir, na sua 3ª edição, jovens que se destacaram em diferentes áreas.**

**DMDS/DEJ**

- Garantir a realização do Concurso “Jovens Talentos” e dinamizar a participação dos jovens na vida local, desenvolvendo projectos e acções que valorizem e evidenciem a sua capacidade de intervenção.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Contribuir para a realização do Concurso “Jovens Talentos”, incentivando os jovens e as associações juvenis na apresentação de candidaturas.

**DMDS/DAD/DD**

- Dinamizar a participação no Concurso “Jovens Talentos”, que reconhece e distingue jovens em diferentes áreas, designadamente na área desportiva.

**DMDS/DASC**

- Contribuir para a realização do Concurso “Jovens Talentos”, incentivando as Instituições de Solidariedade Social à apresentação de candidaturas de jovens com intervenção local significativa, no domínio da actividade cívica solidária.

**DIRP**

- Divulgar as acções vocacionadas para os jovens, no âmbito do incentivo à excelência nas áreas sócio culturais, nomeadamente, o “Concurso de Jovens Talentos”. Apoiar através da concepção e produção de materiais informativos.

**Linha 4.17**

**Prosseguir com o incentivo à intervenção cívica e criativa dos jovens na vida da cidade e na qualificação do espaço público, em articulação com as escolas e organizações juvenis, apoiando projectos de natureza social e artística, onde se podem destacar o trabalho cívico e a arte urbana. Promover a 2ª edição do “Concurso de Graffiti de Almada e assegurar as comemorações do Ano Internacional da Juventude.**

**DMDS/DEJ/DJ**

- Promover a 2ª edição do Concurso de *Graffiti* de Almada, enquanto manifestação de arte urbana de forte expressão juvenil, qualificando-se o espaço público e valorizando-se a intervenção cívica e artística dos jovens na vida da Cidade.
- Assegurar e promover um programa de acções inseridas no Ano Internacional da Juventude, através de parcerias com a comunidade local, em particular com o movimento associativo juvenil e com a comunidade educativa.

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Garantir a componente logística às iniciativas de intervenção cívica e criativa dos jovens apoiadas pela Autarquia.

**CAC**

- Contribuir, no âmbito da programação do Centro de Arte Contemporânea, para a Comemoração do Ano Internacional da Juventude.
- Participar na organização da 2ª edição do Concurso de *Graffiti*.

**DIRP**

- Promover a mais ampla divulgação da programação associada ao Ano Internacional da Juventude, e da 2ª edição do Concurso de *Graffiti* e seus resultados.

**Linha 4.18**

**Dinamizar a fixação de população jovem nas zonas históricas, a começar pela “Área de Reabilitação Urbana” (ARU) de Cacilhas, e consignar nas futuras ARU idênticos incentivos ao acesso à habitação pelos jovens.**

**DMPAT/DPU/DQU**

- No contexto da constituição das "Áreas de Reabilitação Urbana" e no respectivo programa estratégico, integrar programas de incentivo à instalação de jovens em regime de arrendamento ou em habitação própria em núcleos históricos.
- Dinamizar a fixação de população jovem no âmbito da execução da Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Dinamizar e divulgar, em articulação com a Divisão de Qualificação Urbana, as oportunidades associadas à Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas.

**Linha 4.19**

**Prosseguir as diligências junto do Governo, tendo em vista:**

- Uma nova Escola Básica 2, 3 e a futura Escola Secundária na Charneca da Caparica;
- A construção de Pavilhão na Escola Secundária com 2º e 3º ciclos Francisco Simões, no Laranjeiro e de instalações desportivas cobertas na Escola “Conceição e Silva” na Cova da Piedade;
- A qualificação das instalações das Escolas Básicas do 2º e 3º ciclos Conceição e Silva e Trafaria.

**OA**

- Prosseguir as diligências junto do Ministério da Educação, com vista à consideração das necessidades identificadas.



## **Eixo 5 – Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança**

### **Linha 5.1**

**Dar continuidade ao trabalho de preservação do património material e imaterial do concelho, prosseguindo os estudos para a salvaguarda, recuperação e divulgação, designadamente, do património natural, paisagístico, edificado, arqueológico, documental e cultural.**

#### **DMDS/DC/DMPC**

- Consolidar o projecto do Arquivo Oral associado à rede municipal de museus, assegurando a disponibilização e divulgação pública deste fundo com actualização do Catálogo Colectivo de Bibliotecas e Centros de Documentação, no âmbito da Rede de Leitura Pública Almada Cidade Digital.
- No domínio da arqueologia, assegurar o cumprimento da legislação no que diz respeito à realização de obras a executar em áreas sensíveis da malha urbana da Cidade, promovendo a inclusão, o envolvimento e o acompanhamento por arqueólogos no desenvolvimento dos processos:
  - Intervenção na Capela do Espírito Santo: conclusão, estudo e divulgação dos resultados. Acompanhamento do processo do Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz;
  - Recolha e preservação do espólio e vestígios descobertos, tendo em vista a construção da identidade cultural do Município, bem como a sua divulgação.
- Prosseguir com a preservação, estudo e inventário de espólio museológico, assegurando a recolha, conservação e inventário de peças e a sua disponibilização *on-line*, tendo em vista a divulgação do património do Concelho.
- Assegurar o funcionamento dos Centros de Documentação associados à rede municipal de museus, actualizando o Fundo Bibliográfico, tendo em vista as linhas de investigação em curso, prevendo a sua disponibilização e divulgação para o público.
- Produzir conteúdos específicos de divulgação da história, património, memória e dinâmicas de transformação do território, no âmbito da programação regular de exposições, eventos, edições e oferta educativa, considerando públicos específicos e diferenciados.

#### **DMDS/DC/DHLAH**

- Divulgar o Arquivo Histórico de Almada, promovendo a importância do seu papel e da história regional, divulgando os documentos existentes e as potencialidades de trabalho, nomeadamente junto de estudantes, professores e investigadores.
- Garantir o serviço de acolhimento e apoio à prospecção e pesquisa documental.
- Prestar apoio aos utilizadores das instituições locais, nacionais e estrangeiras com projectos e trabalhos científicos sobre o Concelho.
- Consolidar o serviço educativo através da organização de visitas guiadas, palestras, exposições temáticas e outros apoios à comunidade educativa.

- Assinalar a comemoração do Dia Internacional dos Arquivos (9 de Junho).
- Organizar exposições fixas e temáticas em torno da história da “Implantação da República em Almada”; do “Reguengo de Caparica” (século XVIII-XIX); e das “Observações Médicas e Meteorológicas no Concelho” (séculos XVIII-XIX), a realizar na Casa Pargana.
- Continuar a editar “Arquivo Histórico – Inventário Geral” e “Almada na História: Boletim de Fontes Documentais”.
- Preparar a organização do futuro concurso de trabalhos sobre a História de Portugal e de Almada, dirigido à comunidade educativa: “Prémio de História de Almada”.

#### **DMDS/DT**

- Promover a divulgação do património material e imaterial do município, integrando-os na oferta turística.

#### **DEGAS/DESA**

- Prosseguir os estudos temáticos do património natural e paisagístico, documentando a diversa informação temática produzida.

#### **Linha 5.2**

**Concretizar a construção da nova Biblioteca no Parque do Fróis/Caparica, avançar com o Núcleo Museológico da Música e o Centro de Interpretação de Almada Velha, e com a Galeria de Arte na Costa da Caparica. Continuar a acompanhar, no âmbito do Programa Polis, o processo de reconversão do Mercado da Costa em equipamento cultural e a Biblioteca BM2 a projectar.**

#### **DMDS**

- Assegurar a articulação com a CostaPolis no que se refere ao processo tendente à reconversão do mercado em equipamento cultural, e à criação de condições para que se dê início ao projecto da Biblioteca na Frente Urbana e Rural Nascente.

#### **DMDS/DC/DMPC**

- Assegurar as condições para o funcionamento do futuro Centro de Interpretação de Almada Velha no âmbito da reconversão da Ermida do Espírito Santo e do Museu da Música (Filarmónica) a ser instalado na Casa do Maestro Leonel Duarte Ferreira após reabilitação do espaço.

#### **DMDS/DC/DEC**

- Assegurar as condições de funcionamento da Galeria de Arte na Costa da Caparica nas instalações do antigo Posto de Turismo.

**DMDS/DC/DB**

- Assegurar o processo de aquisição de equipamentos e o programa de funcionamento da nova Biblioteca Municipal no Centro Cívico do Monte de Caparica.

**DMOVU/DOM/DP**

- Dar assistência técnica às Empreitadas de Obras Públicas da Nova Biblioteca Municipal no Centro Cívico do Monte de Caparica, do Centro de Interpretação de Almada Velha e do Museu da Música (Filarmónica).

**DMOVU/DOM/DO**

- Assegurar a execução da Empreitada de Obra Pública da Biblioteca Municipal no Centro Cívico do Monte de Caparica, bem como os processos de Obra Pública do Centro de Interpretação de Almada Velha e do Museu da Música (Filarmónica).
- Promover a empreitada de obra pública de reabilitação do antigo teatro municipal.

**DMPAT/DPPDL**

- Coordenar no âmbito do Polis XXI a intervenção dos vários serviços e a articulação com o Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo para a concretização dos subprojectos Biblioteca no Centro Cívico do Monte de Caparica, Centro de Interpretação de Almada Velha, Museu da Música (Filarmónica) e reabilitação do antigo Teatro Municipal.

**Linha 5.3**

**Assegurar a oferta cultural regular nos Teatros e na rede de equipamentos culturais em geral, nomeadamente, no Centro de Arte Contemporânea, no Convento dos Capuchos, na Oficina da Cultura, no Auditório Municipal, no Solar dos Zagallos e na Rede Museológica Municipal, desenvolvendo uma programação em rede, diversificada e de qualidade, que potencie os recursos, incluindo os locais e o conjunto das ofertas para os diferentes públicos.**

**DMDS/DC/DB**

- Desenvolver a oferta de actividades de animação, com particular destaque para a promoção do livro e da leitura, privilegiando a articulação com outros serviços municipais no quadro de funcionamento do Fórum de Programação Municipal.

**DMDS/DC/DMPC**

- Realização de programa de exposições na Rede Museológica Municipal:
  - “Ginjal: Janela Aberta para o Futuro”, no âmbito da respectiva candidatura Quadro de Referência Estratégico Nacional de Animação do Passeio Ribeirinho;
  - “Diários Gráficos em Almada”, exposição temporária no Museu da Cidade, 30 Autores;
  - “21 Projectos para o Século 21”, exposição itinerante da Ordem dos Arquitectos.
  - Concepção e produção de exposição itinerante em conjunto com Barcelona/Universidade), sobre o desenvolvimento e transformação do território urbano 1945-2010;
  - Acolhimento de pequenas exposições na sala polivalente do Museu da Cidade:
    - 2ª edição AMAI (Almada Multicultural Anima Integração);



- Projectos do Plano de Acção Cultural e outros;
  - Quinzena da Dança;
- Introdução da segunda língua em todas as exposições.
- Actividades de Difusão/Educativas:
  - Animação e exploração educativa das Exposições;
  - Exploração da História e do Património (no território);
  - Programação específica para as interrupções Lectivas;
  - Produção de recursos pedagógicos (para contexto sala de aula);
  - Comemoração do Dia dos Museus (18 a 21 de Maio);
  - Animação no Jardim do Rio/Exposição Cais do Ginjal/Museu da Cidade;
  - *Ateliers* “Desenhar a Cidade”.

#### **DMDS/DC/DEC**

- Desenvolver e acolher uma programação anual, regular, nas diferentes áreas artísticas e culturais, na rede de equipamentos culturais municipais (Convento dos Capuchos, Solar dos Zagallos, Oficina de Cultura e Auditório Fernando Lopes-Graça), tendo em conta a especificidade e missão de cada espaço e os diferentes públicos existentes e a captar.
- Assegurar a coordenação do funcionamento do Fórum da Programação de modo a organizar uma programação em rede dos diferentes equipamentos e serviços municipais, nomeadamente nas áreas da cultura, educação e juventude.

#### **DMOVU/DTRVM/DML**

- Assegurar o apoio logístico nas iniciativas culturais da Autarquia ou por esta apoiadas.

#### **CAC**

- Assegurar a programação anual de exposições e o funcionamento do Centro de Arte Contemporânea, Galeria Municipal de Arte e Jardim Botânico “O Chão das Artes”.

#### **Linha 5.4**

**Prosseguir com os incentivos aos criadores nas várias áreas de expressão artística, designadamente nos campos da literatura, do jornalismo e da música, através do lançamento e organização dos Prémios Literários, “Cidade de Almada”, “Poesia e Ficção”, “Maria Rosa Colaço”, Prémio de Jornalismo do Festival de Teatro de Almada, Festival “Cantar Abril”, Concurso de Música Moderna e Mostra de Teatro, e de apoio à edição literária e discográfica.**

#### **DMDS/DC/DB**

- Garantir a edição 2011 dos Prémios Municipais "Cidade de Almada"; "Poesia e Ficção" e "Maria Rosa Colaço", e prosseguir com o desenvolvimento de estratégias de divulgação que promovam a criação literária e o prestígio dos prémios.
- Apoio à edição de obras literárias de autores locais.

**DMDS/DC/DEC**

- Acompanhar o trabalho das Associações do Concelho para a realização das suas exposições anuais, nomeadamente: Associação de Amigos da Cidade de Almada, Imagem, SCALA, F4, Associação de Modelismo de Almada.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Organizar o 7º Concurso de Música Moderna de Almada, entendido como espaço de divulgação de projectos musicais dos jovens e incentivo à qualificação, diversidade e inovação artísticas.

**DMDS/DASC**

- Realizar a 3ª Edição do Festival “Cantar Abril”.
- Realizar a 15ª edição da Mostra de Teatro de Almada.

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Assegurar a componente logística às iniciativas de carácter cultural da Autarquia ou por ela apoiada.

**DIRP**

- Divulgar e apoiar ao nível da concepção de materiais, os Prémios Literários, “Cidade de Almada”, “Poesia e Ficção”, “Maria Rosa Colaço”, o Festival “Cantar Abril” e o Concurso de Música Moderna.
- Assegurar a edição 2011 do “Prémio Internacional de Jornalismo/Carlos Porto” em articulação com o Festival Internacional de Teatro de Almada.

**Linha 5.5**

**Dar continuidade à realização de eventos de relevo nas áreas do Teatro, da Dança e da Poesia, contribuindo designadamente para a realização do Festival Internacional de Teatro, da Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público, da Quinzena da Dança e do II Encontro de Poetas. Retomar o estudo do “Festival do Tejo e do Mar”, desenvolvendo cenários apoiados em sólidos patrocínios.**

**DMDS**

- Aprofundar o estudo para a realização do “Festival do Tejo e do Mar” construindo cenários apoiados em sólidos patrocínios.

**DMDS/DC/DEC**

- Acolher o II Encontro Poetas do Mundo em Almada ALReP no Convento dos Capuchos, um projecto de parceria entre o Centro de Formação de Escolas do Concelho de Almada – AlmadaForma, a Faculdade de Letras de Lisboa, a Câmara Municipal de Almada, a Associação de Professores do Concelho de Almada e a Associação de Professores de Português.

- Durante o mês de Julho realizar no Convento dos Capuchos o Ciclo de Música 3 Culturas sobre a tradição musical nas culturas Cristã, Muçulmana e Judaica.
- Acolher o ciclo de oficinas sobre a guitarra "Guitarmania" organizado pelo Instituto Piaget.
- Realizar, no Auditório Fernando Lopes-Graça – Fórum Municipal Romeu Correia, em parceria com a Embaixada de França a XII edição do Festival de Cinema em Almada, a VI Mostra de Cinema Brasileiro em Portugal parceria com a Embaixada do Brasil, e outros Ciclos de Cinema com projecção Nacional e Internacional nomeadamente o Festróia.
- Realizar o VII Festival de Flamengo.
- Acolher no Auditório Fernando Lopes Graça:
  - Quinzena da Juventude;
  - Festival Interescolas;
  - Mostra de Teatro das Escolas;
  - Festival Sementes;
  - Festival Internacional de Teatro de Almada;
  - Quinzena da Dança/Plataforma Coreográfica Internacional.

#### **DMDS/DASC**

- Contribuir para a realização do Festival Internacional de Teatro de Almada, Festival Sementes – Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público e Quinzena da Dança/Plataforma Coreográfica Internacional.

#### **DMDS/DT**

- Promover a divulgação dos eventos e da programação cultural de maior atractividade, integrando-os na oferta turística.

#### **CAC**

- Acolher a apresentação pública do Festival Internacional de Teatro de Almada.
- Realizar e produzir o catálogo e a exposição do artista plástico convidado pelo Festival de Teatro de Almada para a realização do cartaz 2011.

#### **DMOVU/DTRVM/DML**

- Garantir a componente logística nas iniciativas culturais promovidas ou apoiadas pela Autarquia.

#### **DIRP**

- Divulgar a realização no concelho de grandes eventos nas áreas do Teatro, da Dança e da Música. Apoiar na organização ou através da disponibilização de suportes promocionais e/ou produção de materiais informativos.

**Linha 5.6**

**Prosseguir com o estímulo à concretização de projectos que contribuam para desenvolver e potenciar Almada como um território da cultura e da criatividade, mantendo o apoio à criação e à produção nas diferentes áreas artísticas e culturais e reforçando a rede de recursos para a criatividade. Avançar com os processos do Quarteirão das Artes, do Núcleo de Indústrias Criativas na zona ribeirinha, da Escola de Música e do Centro de Dança na Academia Almadense.**

**DMDS/DASC**

- Prosseguir o apoio aos agentes socioculturais e artísticos do concelho, designadamente as Associações/Estruturas que desenvolvem projectos no âmbito sociocultural e artístico.
- Realizar o Concurso Nacional e Exposição “Arte e Criatividade”, para pessoas com deficiência.

**DMDS/DT**

- Desenvolver actividades de promoção do município como território de cultura e criatividade através da divulgação dos espaços e projectos relevantes para a actividade turística.

**DMOVU/DOM/DP**

- Assegurar a assistência técnica à Empreitada de Obras Públicas relativa ao Projecto do Quarteirão das Artes.

**DMOVU/DOM/DO**

- Proceder ao lançamento da empreitada de obra pública para o “Quarteirão das Artes e assegurar a sua execução.

**DMPAT/DPPDL**

- Acompanhar e contribuir para a execução do Quarteirão das Artes e preparar o procedimento para a aquisição de mobiliário e equipamento.
- Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento do projecto do Núcleo das Indústrias Criativas do Ginjal.
- Acompanhar e contribuir para a concretização do projecto da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense para a Escola de Música, Biblioteca e Escola de Dança da Companhia de Dança de Almada.
- Acompanhar e contribuir para a concretização do projecto do Seminário de S. Paulo de instalação de um Carrilhão na torre de S. Paulo.

**CAC**

- Acolher iniciativas no domínio artístico, na Casa da Cerca e na Galeria Municipal de Arte.

**Linha 5.7**

**Dar continuidade aos programas de dinamização sócio-cultural e recreativa de Almada Centro, de animação do Passeio Ribeirinho, de dinamização cultural e recreativa da Cidade Aberta (Almada Poente). Realizar os programas festivos nas datas com significado colectivo e comunitário, designadamente, as Festas dos Santos Populares, o Carnaval, o Natal e o Ano Novo.**

**DMDS/DASC**

- Assegurar a realização dos projectos:
  - Animação Urbana:
    - Carnaval;
    - Marchas Populares (integrando a participação do Movimento Associativo e das Instituições de Solidariedade Social);
    - Programa de Animação de Espaços Públicos com particular incidência naqueles que são objecto de intervenções de requalificação e revitalização;
  - Concursos:
    - Concurso da Grande Marcha de Almada;
    - Concurso de Quadras Populares ao S. João;
  - Música:
    - Mês da Música;
    - Programa “Natal aos Reis, em Coro” e Janeiras;
    - Concerto de Ano Novo;
  - Programas comemorativos:
    - Espectáculo comemorativo do 25 de Abril;
    - Espectáculo de Passagem de Ano.
- Participar no Fórum de Programação Cultural Municipal.

**DMDS/DEJ/DE**

- Organizar a Festa de Natal com as crianças dos jardins-de-infância e escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico da rede pública.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Participar no Fórum de Programação Cultural Municipal.

**DMDS/DT**

- Promover a divulgação das actividades de cultura popular e tradicional, integrando-as em percursos e na oferta turística.

**DMPAT/DPPDL**

- Assegurar a concretização do Programa de dinamização sócio-cultural de Almada Centro, nomeadamente Almada Velha em Festa e Os Sons de Almada, em articulação com a Divisão de Acção Sócio-Cultural.
- Acompanhar e contribuir para a execução do subprojecto da Junta de Freguesia da Caparica inserido no Polis XXI, “Dinamização Cultural e Recreativa da Cidade Aberta (Almada Poente) ”.

**DMOVU/DSEVT/DS**

- Apoiar a realização das iniciativas de animação urbana ao nível da limpeza dos espaços públicos.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Acompanhar as actividades de animação urbana que interfiram com o trânsito, assegurando os condicionamentos de circulação necessários.

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Assegurar o apoio logístico às actividades de animação urbana e outras, de iniciativa da Autarquia ou por esta apoiadas.

**SMPC**

- Assegurar e implementar os dispositivos de prevenção e segurança nas actividades municipais que o justifiquem, nomeadamente, nas Comemorações do 25 de Abril, Festas da Cidade e Festa da Passagem de Ano.

**DIRP**

- Divulgar os programas festivos e as actividades de animação urbana do concelho de Almada:
  - Apoiar participando na organização e/ou através da concepção, produção, distribuição, afixação e exibição de materiais informativos;
  - Apoiar na realização dos espectáculos de fogo de artifício integrados nas comemorações do 25 de Abril, Festas da Cidade e Fim de Ano;
  - Organizar ou apoiar, através da realização de acções de relações públicas, as actividades comemorativas das diversas datas assinaladas no concelho.
- Assegurar participação regular no Fórum de Programação Municipal.

**Linha 5.8**

**Concretizar o alargamento da Rede de Infra-estruturas Desportivas Municipais, dando início à construção da Piscina no Parque do Fróis/Caparica e às diligências necessárias à sua abertura e funcionamento. Diligenciar, junto da Administração Central, pela concretização do processo conducente à instalação do Centro de Alto Rendimento do Surf. Continuar a acompanhar, no âmbito do Programa Polis, o processo do novo Complexo de Desportos do Grupo Desportivo dos Pescadores.**

**DMDS/DAD/DID**

- Assegurar as condições de funcionamento e equipamento das futuras Piscinas Municipais no Centro Cívico do Monte de Caparica.
- Prosseguir as diligências para a concretização do Centro de Alto Rendimento de Surf na Costa da Caparica, no âmbito da Rede Nacional e conforme acordado com a Secretaria de Estado do Desporto.

- Acompanhar junto da CostaPolis o processo tendente à construção do Complexo Desportivo do Grupo Desportivo dos Pescadores.

#### **DEGAS/DEGA**

- Contribuir para a concretização das Piscinas Municipais no Centro Cívico do Monte de Caparica, na sua componente térmica, tendo em vista o seu desempenho energético e ambiental.

#### **DMOVU/DOM/DP**

- Assegurar a assistência técnica à empreitada de obra pública da Piscina Municipal do Centro Cívico do Monte de Caparica.

#### **DMOVU/DOM/DO**

- Garantir a execução da obra de empreitada de obra pública da construção da Piscina Municipal do Centro Cívico do Monte de Caparica.

#### **DMPAT/DPPDL**

- Acompanhar a construção e a fase de equipamento da Piscina Municipal do Centro Cívico do Monte de Caparica, no âmbito das responsabilidades de coordenação do Polis XXI.

#### **Linha 5.9**

**Garantir o funcionamento do Estádio Municipal José Martins Vieira e dos Pavilhões Desportivos Municipais, no quadro dos acordos de gestão em vigor, fomentando a actividade desportiva de cariz associativo e o desenvolvimento das diversas modalidades.**

#### **DMDS/DAD/DID**

- Acompanhar o funcionamento do Estádio Municipal José Martins Vieira, promovendo a coordenação dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Gestão e o cumprimento do Contrato de Gestão celebrado com o Clube Desportivo da Cova da Piedade.
- Potenciar a participação desportiva associativa, e o desenvolvimento das modalidades. Promover a consolidação dos processos de gestão definidos nos Protocolos de Colaboração para a gestão dos Pavilhões Desportivos dos Agrupamentos de Escolas Anselmo Andrade, António Gedeão e Daniel Sampaio.

#### **DMOVU/DSEVT/DPP**

- Participar nos trabalhos da comissão de acompanhamento da gestão do Estádio Municipal José Martins Vieira, nos termos do contrato em vigor.
- Concluir o estudo de viabilidade para a pala para o estádio

#### **Linha 5.10**

**Potenciar os recursos desportivos e assegurar a manutenção da qualidade e o rigor de gestão dos serviços desportivos municipais, mantendo uma oferta diversificada em termos das faixas etárias e dos interesses e necessidades dos diferentes públicos-alvo, e fomentando a actividade física e as diferentes práticas desportivas.**

#### **DMDS/DAD/DID**

- Assegurar serviços de apoio nos equipamentos desportivos municipais por forma a garantir a concretização dos planos de actividades da Câmara Municipal, dos Clubes/Associações e das Escolas do Concelho.
- Prestar serviços desportivos com elevado nível de exigência, qualidade e rigor de gestão na rede municipal de equipamentos desportivos, nomeadamente no Complexo Municipal dos Desportos, Piscina Municipal de Charneca de Caparica e Piscina Municipal de Sobreda.
- Proceder à actualização do Roteiro Desportivo Municipal e promover o processo de elaboração da Carta Desportiva Municipal.

#### **Linha 5.11**

**Concretizar os diferentes programas municipais de fomento desportivo e de acesso às práticas desportivas e à actividade física das crianças e jovens, através de actividades específicas, nomeadamente, do Programa Municipal das “Escolinhas do Desporto”, consolidando o envolvimento dos Clubes e das Associações locais.**

#### **DMDS/DAD/DD**

- Continuar a campanha de informação, sensibilização e aconselhamento sobre os benefícios da actividade física e estilos de vida saudáveis, no âmbito do Programa "Almada Mexe Comigo".
- Realizar, em colaboração com entidades e instituições locais, passeios pedestres e de bicicleta, animações de espaços públicos e novos centros urbanos, para todos os escalões etários integrados no Programa "Almada Mexe Comigo".
- Incentivar a organização de grupos de caminhada, em todas as freguesias, apoiando a realização de passeios pedestres e caminhadas, integrados no Programa "Almada Mexe Comigo".
- Apoiar a realização da "III Meia Maratona na Areia" e "III Passeio Pedestre na Areia", integrado no Programa "Almada Mexe Comigo".
- Apoiar a organização de torneios e encontros de xadrez, designadamente o "Interescolar", simultâneas e organização de clubes escolares de xadrez, nas escolas do 2º, 3º Ciclos e Secundário.
- Dinamizar, em colaboração com as escolas do Concelho, a realização do "Corta-Mato Escolar Concelhio".



- Apoiar a organização de cursos de iniciação ao xadrez, torneios, designadamente "Interescolar", convívios e encontros de xadrez nas escolas do 1º Ciclo.
- Apoiar a criação e desenvolvimento de secções de xadrez nos clubes e a organização de torneios, designadamente o "Torneio FIDE".
- Continuar a campanha de informação, sensibilização e aconselhamento sobre os benefícios da actividade física e estilos de vida saudáveis, no âmbito da realização do Programa "Alma Sénior".
- Assegurar a realização das actividades integradas no Programa "Escolinhas de Desporto".
- Concretizar o Programa Municipal "Gira a Bola" fomentando o envolvimento dos Clubes e Associações locais no Desporto Para Todos.
- Organizar o Programa Special Ludus, fomentando o desporto inclusivo.

#### **DMOVU/DTRVM/DML**

- Assegurar a componente logística nos eventos desportivos promovidos ou apoiados pela Autarquia.

#### **DIRP**

- Divulgar os programas municipais de incentivo e acesso às práticas desportivas e apoiar através da concepção e produção de materiais informativos.

#### **Linha 5.12**

**Apoiar o movimento associativo desportivo na qualificação das suas instalações e nos projectos de fomento e desenvolvimento desportivo, contribuindo para uma ampla oferta desportiva à comunidade. Colaborar no acolhimento a eventos desportivos de nível nacional e internacional.**

#### **DMDS/DAD**

- Contribuir para a qualificação das instalações e para a concretização de projectos de fomento e desenvolvimento desportivo, da iniciativa do movimento associativo desportivo.

#### **DMDS/DAD/DD**

- Apoiar a organização de eventos nacionais e internacionais, organizados pelo movimento associativo desportivo, outras entidades e instituições desportivas, que visem a divulgação e promoção da prática desportiva e turística no Concelho.
- Assegurar a organização de cursos de formação para dirigentes e técnicos desportivos do concelho, em colaboração com a Confederação do Desporto de Portugal e Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Apoiar a organização de torneios e convívios desportivos, integrados no "Almada Gira a Bola" 2011.

- Assegurar, em colaboração com agentes desportivos locais, regionais e nacionais, a realização de eventos com relevância para a promoção e desenvolvimento desportivo do Concelho, designadamente a “Festa Jovem” e a “Gala Gímnica”.

#### **DMDS/DT**

- Apoiar a realização de eventos desportivos com capacidade de atracção turística, integrando-os na oferta turística.

#### **DIRP**

- Divulgar o apoio municipal ao movimento associativo na modernização e beneficiação de instalações e promover a divulgação das suas ofertas desportivas.

#### **Linha 5.13**

**Concretizar as políticas municipais de fomento à inclusão social, utilizando o desporto e as actividades físicas como um meio privilegiado de desenvolvimento das populações com necessidades específicas, nomeadamente, os cidadãos idosos e as pessoas portadoras de deficiência, levando a cabo os programas e projectos municipais que visam esses objectivos.**

#### **DMDS/DAD/DD**

- Continuar a desenvolver o Programa "**Alma Sénior**", assegurando a ligação entre a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associações Desportivas, Instituições e Entidades.
- Assegurar a realização de actividades físicas e recreativas, em colaboração com a Divisão Sociocultural, designadamente o "Dia do Idoso" e "Festa Final", no âmbito do Programa "Alma Sénior".
- Apoiar as instituições representativas dos cidadãos com necessidades especiais, na organização de actividades multidesportivas de aprendizagem e formação, no âmbito do Programa "*Special Ludus*".

#### **DMDS/DASC**

- Contribuir para a realização da edição 2011 do Programa “**Alma Sénior**”.
- Realizar o Projecto “**Dança e Gira**” para crianças e jovens/adultos com deficiências severas, com idades compreendidas entre os 12 e 50 anos.

#### **Linha 5.14**

**Contribuir para o processo de avaliação/revisão do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Almada, enquanto instrumento de planeamento estratégico de combate à pobreza e exclusão social e de promoção da igualdade de oportunidades entre cidadãos. Contribuir para a operacionalização dos projectos estruturantes definidos no Plano de Desenvolvimento Social.**

**DMDS/DASC**

- Contribuir para o desenvolvimento do processo de avaliação/revisão do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho.
- Assegurar, no quadro das competências municipais, a operacionalização de projectos estruturantes do Plano de Desenvolvimento Social, definidos como prioritários pelo Conselho Local de Acção Social de Almada.

**DMDS/DEJ/DE**

- Promover e apoiar projectos de educação cívica que contribuam para o conhecimento e a coesão das comunidades educativas.

**DMDS/DEJ/DERE**

- Colaborar com o Conselho Local de Acção Social de Almada na informação e articulação das ofertas educativas, promovendo uma gestão integrada da rede local de educação e ensino.
- Contribuir para o processo de avaliação/revisão do Plano de Desenvolvimento Social.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Contribuir para o processo de avaliação/revisão do Plano de Desenvolvimento Social.

**DMOVU/DH**

- Contribuir para o processo de avaliação/revisão do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho, dando especial atenção o que envolve as famílias residentes nos Bairros Camarários.

**DMPAT/DPPDL**

- Contribuir para a implementação do Plano de Desenvolvimento Social, em particular nos domínios da dinamização económica e fomento do empreendedorismo.

**DIRP**

- Divulgar o Plano de Desenvolvimento Social e as acções a ele associadas. Apoiar na concepção e produção de materiais informativos.

**Linha 5.15**

**Dinamizar o funcionamento do Conselho Local de Acção Social de Almada, aprofundando as metodologias de trabalho que garantam os princípios da cooperação, complementaridade e concertação e participar nos projectos que integram o Plano de Acção Anual.**

**Assegurar a participação na Plataforma Supra concelhia da Península de Setúbal.**

**Participar na qualidade de entidade promotora e parceira na implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Social.**

**DMDS/DASC**

- Contribuir para o funcionamento da Plataforma Supra Concelhia da Península de Setúbal.
- Dinamizar o funcionamento regular do Conselho Local de Acção Social e assegurar, em parceria com as entidades que integram esta estrutura local, a execução das acções definidas no Plano Acção Anual.
- Contribuir no âmbito do Conselho Local de Acção Social de Almada para aprofundar metodologias de trabalho que reforcem a cooperação, a complementaridade e a concertação, quer ao nível técnico quer das instituições.
- Participar na implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Social (Laranjeiro/Feijó) enquanto entidade promotora e parceira.

**DMOVU/DH**

- Participar nas acções a desenvolver nos Bairros Camarários das freguesias do Laranjeiro e Feijó, decorrente da programação do Contrato Local de Desenvolvimento Social (Laranjeiro/Feijó).

**DMPAT/DPPDL**

- Contribuir para a concretização dos projectos do Plano Anual de Acção do Conselho Local de Acção Social de Almada nos domínios do empreendedorismo.

**Linha 5.16**

**Assegurar a elaboração do “Plano de Promoção da Acessibilidade”, designadamente promovendo a participação das instituições ligadas à problemática da deficiência e dos idosos.**

**DMDS/DASC**

- Promover a elaboração do “Plano de Promoção da Acessibilidade” candidatado ao Fundo Social Europeu, assegurando uma ampla participação especialmente das instituições ligadas à problemática da deficiência e dos idosos.
- Desenvolver, no âmbito do Conselho Local de Acção Social de Almada, as melhores estratégias para dar visibilidade às boas práticas que têm lugar no concelho.
- Acompanhar o funcionamento do Serviço de Mobilidade Inclusiva “Almada Solidária”, destinado aos residentes de Pêra, Freguesias de Caparica e Trafaria, no âmbito do Protocolo estabelecido entre o Município e a APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.
- Acompanhar o projecto FlexiBus, Serviço de Mobilidade Inclusiva do Centro Histórico Almada/Cacilhas, diligenciando a respectiva avaliação com a ECALMA.

**DMPAT/DPPDL**

- Acompanhar o processo de candidatura ao Fundo Social Europeu do “Plano de Promoção da Acessibilidade”.

**Linha 5.17**

**Participar na implementação de programa local de parceria e cooperação no âmbito da Estratégia Nacional para as Pessoas Sem-Abrigo, em articulação com o Conselho Local de Acção Social.**

**DMDS/DASC**

- Participar no Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Concelho de Almada, criado no âmbito da Estratégia Nacional para Pessoas Sem-Abrigo, assegurando as responsabilidades definidas no Protocolo de Cooperação, estabelecido entre as Entidades aderentes, e contribuir para os objectivos traçados, designadamente a criação de uma “Casa Abrigo”.

**Linha 5.18**

**Dar continuidade ao apoio aos cidadãos imigrantes, ao nível da concretização de projectos das suas associações e em articulação com os organismos que operam nesta área, e contribuir para o funcionamento dos Centros Locais de Apoio a Imigrantes, no âmbito da Rede Social.**

**DMDS/DASC**

- Prosseguir o apoio a projectos promovidos por Associações e Entidades locais que contribuam, designadamente para aprofundar o conhecimento do fenómeno da imigração no concelho, a promoção da multiculturalidade e a integração social.
- Contribuir para o funcionamento dos Centros Locais de Apoio a Imigrantes.

**DMPAT/DPPDL**

- Acompanhar o projecto de constituição da Sede Social e Espaço de Restauração da Liga de Mulheres Moldavas.

**DMAG**

- Alargar o atendimento da Loja do Município ao registo de Cidadãos da União Europeia.

**Linha 5.19**

**Assegurar o apoio à construção de Creches e outros equipamentos sociais, empenhando-se o Município, complementarmente à Administração Central, no alargamento da rede de infra-estruturas de apoio social, designadamente no âmbito do Programa PARES, nos termos dos protocolos celebrados com as instituições locais.**

**DMDS/DASC**

- Assegurar o máximo acompanhamento aos processos de construção de equipamentos co-financiados pelo município, no âmbito do PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais.

#### **DMPAT/DAU**

- Promover com a máxima prioridade a apreciação e licenciamento dos processos de construção de equipamentos sociais, desenvolvidos no âmbito do Programa PARES, e assegurar o processo decisório de isenção das respectivas taxas de urbanização.

#### **Linha 5.20**

**Acompanhar o processo de criação de Centros de Cuidados Continuados de Saúde e a entrada em funcionamento do Centro de Reabilitação Cardíaca, apoiando as instituições locais envolvidas na concretização destas novas respostas sociais para o concelho, quer ao nível do desenvolvimento dos processos, quer da divulgação e da articulação com outras instituições do Concelho.**

#### **DMDS/DASC**

- Acompanhar de forma regular a evolução dos processos tendentes à criação de Centros de Cuidados Continuados de Saúde da iniciativa de instituições locais, e assegurar a articulação com os serviços municipais intervenientes nos respectivos processos, bem como com outras instituições concelhias.
- Contribuir para a divulgação do Centro de Reabilitação Cardíaca e para a sua participação no Conselho Local de Acção Social de Almada.

#### **DMPAT/DAU**

- Promover com a máxima prioridade a apreciação e licenciamento dos processos de construção de Centros de Cuidados Continuados de Saúde promovidos pelas Instituições de Solidariedade Social, e assegurar o processo decisório de isenção das respectivas taxas de urbanização.

#### **Linha 5.21**

**Dinamizar, enquanto parceiros, o funcionamento dos Grupos Concelhios da Deficiência e dos Idosos e Toxicodependência, no sentido de promover a articulação da rede de respostas já existentes e a dinamização de novas respostas a estas populações vulneráveis e suas famílias, contribuindo para o seu bem-estar social.**

**Participar no Núcleo Local de Inserção colaborando e contribuindo para a aplicação da medida Rendimento Social de Inserção no Concelho e integrar a Comissão de Protecção de Crianças Jovens.**

#### **DMDS/DASC**

- Dinamizar e assegurar a participação nas seguintes estruturas locais:
  - Grupo Concelhio de Idosos, para a concretização das seguintes acções:
    - Acompanhamento do funcionamento dos recursos criados em parceria, designadamente os projectos “Oficina Domiciliária” e “Uma Palavra, um Alento”;
    - Divulgação do Plano Gerontológico Local;
    - Organização conjunta de actividades de animação sociocultural, a integrar no programa do Mês do Idoso;

- Grupo Concelhio para a Deficiência, para a concretização das diferentes actividades e projectos constantes do respectivo Plano de Acção anual, nomeadamente:
  - Acções de sensibilização, informação, formação, acções de lazer/recreação;
  - Acções no âmbito da doença mental, em articulação com instituições do Concelho;
  - Promoção de estudos e de diagnóstico;
  - Acções relacionadas com a promoção das acessibilidades;
- Grupo Concelhio de Intervenção na Área da Toxicodependência, promovendo a articulação dos serviços e instituições locais com vista à ampliação das respostas localmente disponíveis e o desenvolvimento de actividades de prevenção das toxicodependências.
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almada, integrar e acompanhar o funcionamento de acordo com a legislação em vigor:
  - Participação na actividade regular da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, assumindo a função de Secretariado, a gestão de processos de promoção e protecção e o apoio administrativo, material e logístico ao seu funcionamento;
  - Assegurar a participação no Núcleo Local de Inserção para análise, aprovação e contratualização de programas de inserção e controlo da aplicação de Medida de Rendimento Social de Inserção no Concelho.

#### **DMDS/DEJ/DJ**

- Participar na implementação do Programa Municipal para a Prevenção das Toxicodependências.

#### **DMDS/DAD/DD**

- Participar com actividades desportivas na implementação do Programa Municipal para a Prevenção das Toxicodependências.

#### **DMOVU/DH**

- Intervir nos processos de análise de situações familiares identificadas, no contexto da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e do Rendimento Social de Inserção.

#### **Linha 5.22**

**Assegurar, nos diferentes domínios de intervenção, as actividades e acções decorrentes de processos de Geminação, de Acordos e de Pactos Internacionais. Prosseguir – no âmbito do Protocolo com a Província do Kwanza-Sul (Angola), o desenvolvimento das relações de cooperação. Enquanto membro da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), contribuir para o desenvolvimento de processos de cooperação bilateral.**

#### **OA**

- Promover a execução do Protocolo de Entendimento com a Província do Kwanza Sul, Angola, bem como do processo decorrente da adesão à União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA).
- Assegurar as ligações institucionais decorrentes dos processos de Geminação, Acordos e Pactos Internacionais.



#### **DMOVU/DOM**

- Coordenar tecnicamente, nos diferentes domínios de intervenção do Processo de Cooperação Almada/Kwanza Sul (Angola), as actividades e acções decorrentes deste processo de geminação e de cooperação, designadamente, prosseguindo com o apoio técnico e organizativo, no âmbito do Protocolo vigente, aos seguintes projectos:
  - “Expansão Norte da Cidade de Porto Amboim”;
  - “Biblioteca tipo BM1 da Vila da Conda” (em coordenação com a Direcção Nacional das Bibliotecas de Angola e o Governo do Kwanza-Sul);
  - “Requalificação da Marginal de Porto Amboim” (em coordenação com a Administração do Município de Porto Amboim);
  - “Nova Escola Primária da Aldeia 10”, no Município da Ceta (a pedido da Igreja Católica Angolana).
- Dedicar especial acompanhamento aos processos decorrentes da recente admissão de Almada como membro da UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

#### **DMPAT/DPU/DQU**

- Contribuir, no âmbito do processo de cooperação com o Kwanza-Sul, para a realização de estudos e projectos, bem como apoiar tecnicamente os projectos e as obras em curso lançadas no âmbito do protocolo de cooperação, designadamente, os projectos de arquitectura das Escolinhas Rurais e da Biblioteca da Conda e o Plano do Tango, bem como colaborar na elaboração do *Road-Book* e na preparação do Raid TT Kwanza-Sul.

#### **DMAG/DPPCEEE**

- Promover a pesquisa e a divulgação sobre programas de apoio e financiamento a processos de geminação.

#### **DMDS/DEJ**

- Dinamizar o intercâmbio escolar no âmbito do Processo de Cooperação Almada/Kwanza Sul (Angola).

#### **Linha 5.23**

**Contribuir para a qualificação da Rede Social e Cultural do Concelho apoiando as Instituições Sociais e Associações culturais complementarmente à Administração Central, nas suas iniciativas de melhoria dos recursos físicos e materiais.**

#### **DMDS/DASC**

- No domínio da intervenção social, apoiar e acompanhar projectos de requalificação e refuncionalização promovidos pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho, que favoreçam a integração social de indivíduos e de grupos em situação de exclusão.
- No domínio da actividade sociocultural, apoiar as Associações no que se refere à dotação de meios que contribuam para a qualificação da sua actividade, designadamente na qualificação das infra-estruturas e dos equipamentos.



**Linha 5.24**

**Assegurar a gestão social do Parque Habitacional do Município, a concretização do respectivo Plano Plurianual de Conservação e a regular manutenção e qualificação das áreas urbanas envolventes. Promover no âmbito do Parque Habitacional do Município o atendimento social descentralizado, e o envolvimento dos inquilinos nas opções participativas de investimento nas partes comuns dos prédios. Prosseguir com as vistorias a habitações de arrendamento de particulares, e promover a realização das obras coercivas em situações graves e de incumprimento. Reforçar as relações interinstitucionais com vista à gestão integrada do parque de habitação social. Assegurar a concretização do Programa Especial de Realojamento, designadamente, através da execução dos contratos celebrados com o Movimento Cooperativo.**

**DMOVU**

- Promover a concretização do Programa Especial de Realojamento no quadro do Acordo celebrado com o Movimento Cooperativo, dando especial atenção à zona Polis, na Costa da Caparica.

**DMOVU/DH**

- Assegurar o realojamento das famílias no âmbito do Programa Especial de Realojamento, de acordo com a respectiva programação definida e em articulação com as instituições de proximidade, e garantir as demolições decorrentes deste processo.
- Assegurar as grandes reparações em Bairros Camarários de acordo com o Plano Plurianual de Investimento. Promover as “Opções Participativas” no âmbito do investimento nas partes comuns dos prédios.
- Manter a conservação e manutenção regular do Parque Habitacional Camarário assim como as respectivas vistorias.
- Garantir a gestão social do Parque Habitacional Camarário, diligenciando no sentido do cumprimento dos contratos de arrendamento e das rendas.
- Articular com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e com a Segurança Social a intervenção em situações precárias que não estejam consideradas em plano de realojamento.
- Manter e reforçar as relações inter-institucionais, promovendo a articulação entre todas as entidades envolvidas, tendo em vista assegurar um adequado e qualificado acompanhamento social dos residentes em fogos camarários e de famílias a realojar.
- Assegurar a realização de vistorias a habitações privadas, a pedido do senhorio/proprietário ou inquilino (ao abrigo do nº 2 do artigo 89º e 90º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção actual do Decreto-Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro e do Decreto-Lei nº 157/2006, de 8 de Setembro) promovendo a realização de obras coercivas ao abrigo do Programa RECRUA.

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Assegurar por administração directa e em estreita articulação com a Divisão de Habitação, as pequenas intervenções de manutenção no Parque Habitacional do Município, de acordo com a programação das prioridades e tipologia das intervenções.

**Linha 5.25**

**Diligenciar a realização das reuniões do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, assegurando a respectiva organização e logística bem como a manutenção e actualização regular dos dados e informações inerentes ao Observatório de Segurança.**

**OA**

- Assegurar o funcionamento regular do Conselho Municipal de Segurança, e apoiar o processo de actualização periódica do Observatório de Segurança.
- Assegurar a comunicação aos Organismos e Entidades da Administração Central, Local e outros, dos pareceres emitidos pelo Conselho Municipal de Segurança.

**SMPC**

- Contribuir para o regular funcionamento do Grupo de Trabalho da Protecção Civil no âmbito do Conselho Municipal de Segurança.

**Linha 5.26**

**Manter o apoio anual às três Associações Humanitárias de Bombeiros, designadamente, no âmbito dos piquetes de intervenção permanente, dos seguros de pessoal e das viaturas.**

**OA**

- Assegurar a cooperação institucional com as três Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de Almada, e garantir a manutenção do apoio municipal anual à actividade humanitária de socorro assegurada por aquelas Associações, designadamente no que respeita aos piquetes de intervenção permanente e seguros do pessoal e das viaturas dos Bombeiros Voluntários.

**SMPC**

- Manter os projectos que vêm sendo desenvolvidos em cooperação com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, designadamente a Operação Floresta Segura, Floresta Verde.

**Linha 5.27**

**Prosseguir a consolidação e desenvolvimento do Serviço Municipal de Protecção Civil, dar continuidade à elaboração dos planos de emergência e de evacuação obrigatórios e à actualização e operacionalização dos existentes.**

**SMPC**

- Elaborar os planos de emergência e de evacuação obrigatórios e a actualização e operacionalização dos existentes.
- Assegurar o funcionamento técnico e operacional pleno do sistema GPS, garantido a apresentação mensal de relatórios e estatísticas operacionais e a apresentação de relatórios técnicos trimestrais.

- Assegurar o funcionamento dos sistemas instalados na Câmara Municipal de Almada, nos Serviços Municipalizados e nas três Associações de Bombeiros do Concelho.
- Assegurar o funcionamento operacional e regular da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- Garantir a elaboração de planos de emergência e de evacuação das escolas do 1º ciclo do ensino básico e a actualização dos existentes.
- Operacionalizar os planos de emergência externos das empresas abrangidas pela directiva Seveso II e promover os exercícios obrigatórios.
- Assegurar a operacionalização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e manter actualizada a carta de risco de incêndio florestal.

#### **Linha 5.28**

**Continuar a interceder junto do Governo tendo em vista:**

- **Construção da Sede Social da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense;**
- **Construção do Centro de Arqueologia de Almada;**
- **Construção da Sede e Pavilhão do Centro de Cultura e Desporto do Pragal;**
- **Construção de Equipamento da Associação Amigos do Atletismo da Charneca da Caparica;**
- **A construção do novo Centro de Saúde da Cova da Piedade;**
- **Construção do novo Centro de Saúde da Costa da Caparica;**
- **Construção do novo Centro de Saúde de Cacilhas;**
- **Construção de novo Centro de Saúde no Feijó (para resolver o problema do Laranjeiro);**
- **Construção do Centro de Cuidados Continuados da Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta;**
- **Construção do Centro de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Almada;**
- **A criação do Centro de Actividades Ocupacionais do GIRA - Grupo de Intervenção e Reabilitação Activa;**
- **Construção do Centro Infantil da Costa da Caparica;**
- **Construção do Centro de Acolhimento para crianças em situação de risco;**
- **Centro de Apoio a Pessoas com Paralisia Cerebral da Associação de Paralisia Cerebral de Almada/Seixal;**
- **Construção do Posto da Guarda Nacional Republicana no Monte de Caparica/PIA.**

#### **OA**

- Prosseguir as diligências junto da Administração Central no sentido da consideração dos equipamentos da sua responsabilidade directa ao nível da Saúde, da Acção Social e da Segurança, bem como do apoio financeiro aos projectos da iniciativa das instituições e colectividades do Concelho.



## **Eixo 6 – Informação, Participação e Governança**

### **Linha 6.1**

**Aprofundar a política municipal no sentido da construção da Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Participação, nomeadamente através do desenvolvimento de um plano bidireccional de comunicação e circulação da informação focalizado nos cidadãos.**

#### **DIRP**

- Desenvolver e seguir um plano de comunicação, focalizado na relação do Município com o cidadão, propiciador da igualdade de acesso à informação e aos meios de participação:
  - Estudar e caracterizar os públicos de Almada e avaliar as expectativas dos cidadãos relativamente ao seu concelho;
  - Prosseguir a valorização e unificação da identidade Municipal, ao nível da informação veiculada e da imagem.
- Gerir e potenciar a utilização pelos cidadãos, das ferramentas e recursos tecnológicos disponibilizados pela Câmara Municipal de Almada no sentido do alargamento da participação pública.
- Produzir, em articulação com os serviços municipais respectivos, um programa anual de informação e promoção de carácter local e nacional, da actividade municipal nas diferentes áreas de acção.

### **Linha 6.2**

**Garantir uma ampla rede de serviços, ferramentas e instrumentos de acesso à informação, nomeadamente as funcionalidades tecnológicas de suporte à informação, disponibilizando novos serviços *on-line* com recurso aos suportes digitais.**

#### **DMAG/DI**

- Assegurar a gestão informática transversal aos projectos “Almada Digital”.

#### **DMAG/DI/DER**

- Desenvolver o programa de actualização dos meios informáticos do projecto “Almada Informa” e promover a sua manutenção.
- Assumir a assistência e manutenção técnica dos postos de acesso à *Internet* ao Público, bem como a avaliação e actualização do parque informático, das capacidades e características das linhas de acesso à *Internet*.
- Garantir a integração e gestão dos *Sites* e Portal do município no *Data Center* reforçando a segurança e a qualidade de serviço e sua monitorização.

#### **DMAG/DI/DGA**

- Concluir o projecto *Intranet*, assegurar a sua manutenção e actualização regular, bem como o respectivo normativo de utilização.
- Desenvolver uma solução integrada da Autarquia e respectiva disponibilização no portal institucional que permita aos cidadãos e empresas fazer a simulação do cálculo das taxas municipais devidas por um qualquer serviço ou licenciamento prestado.
- Em articulação com os serviços municipais, acompanhar os projectos de reengenharia de processos, autentificação e certificação electrónica, diligenciando e assegurando as soluções informáticas adequadas.

#### **DMDS/DC/DB**

- Assegurar a gestão e o funcionamento dos Espaços *Internet* do Município.

#### **DMPAT/DAU**

- Promover a utilização e desenvolvimento de novas funcionalidades, dos sistemas informáticos de gestão já existentes ou a implementar de forma a dar uma melhor e mais rápida resposta aos munícipes.

#### **SSO**

- Contribuir para o desenvolvimento e funcionamento regular da *Intranet*.

#### **DIRP**

- Apoiar o desenvolvimento da *Intranet* Municipal, nomeadamente, através da gestão e actualização de conteúdos informativos genéricos.

#### **Linha 6.3**

**Concretizar o projecto tecnológico nas escolas do 1º ciclo através da implementação do Plano Tecnológico da Área Metropolitana de Lisboa, e manter os recursos existentes nos espaços municipais de utilização pública.**

#### **DMDS/DC/DB**

- Reforçar a difusão do conhecimento/acesso às novas tecnologias/fontes de informação, assegurando a realização de acções de divulgação e utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação, particularmente junto da comunidade sénior, valorizando a vertente formativa e a certificação de competências básicas.

#### **DMDS/DEJ/DERE**

- Fomentar uma maior utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação no âmbito do projecto “ACD – Rede Cidade Educadora” e projecto “As TIC nos Jardins de Infância” através do apoio financeiro para aquisição de consumíveis e assistência técnica aos equipamentos instalados nos estabelecimentos de ensino.

- Assegurar a concretização do projecto tecnológico nas escolas do 1º ciclo em execução da candidatura da Área Metropolitana de Lisboa ao Plano Tecnológico.

#### **DMDS/DEJ/DJ**

- Incrementar o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação disponíveis nas Casas Municipais de Juventude.

#### **DMAG/DI**

- Estudar soluções de acesso a *wi-fi* em espaços municipais de utilização pública (culturais e juvenis), no quadro das dotações orçamentais disponíveis para 2011.

#### **Linha 6.4**

**Dar continuidade ao projecto “Almada Informa”, dotando-o de novos recursos tecnológicos, modernizando e actualizando os vários sítios municipais com novos conteúdos informativos e serviços *on-line*, assegurando o posicionamento do Município de Almada entre os melhores do país em termos de acessibilidade à informação digital.**

#### **DIRP**

- Desenvolver os *sites* municipais, incrementando novas funcionalidades, aperfeiçoando e actualizando novos conteúdos e alargando os serviços *on-line*.
- Promover a divulgação da informação municipal nas redes sociais e apoiar a gestão de conteúdos no Portal “Almada Digital”.

#### **DMAG/DI/DGA**

- Proporcionar o apoio informático ao desenvolvimento e melhoria dos *sites* municipais e dos serviços *on-line*. Promover acções de integração dos sites às aplicações de gestão interna (ERP, Gestão Documental, Plataforma de Balcão Único de Atendimento e *Contact Center*), em funcionamento.

#### **DEGAS/DESA**

- Gerir e manter os sítios da *Internet* de projectos específicos, designadamente os projectos europeus objecto de co-financiamento, e divulgar o novo site sobre os percursos pedonais associados às estações do Metro Sul do Tejo, desenvolvido em parceria com a AGENEAL – Agência de Energia de Almada.
- Gerir e manter o Sítio Municipal “Ambiente e Sustentabilidade”, actualizando conteúdos e encaminhando solicitações do serviço ambiente *on-line*.

#### **DMDS/DEJ**

- Gerir, manter e promover o sítio temático “Almada Cidade Educadora” actualizando conteúdos e serviços *on-line*, e acentuando a criação de conteúdos educativos.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Gerir e assegurar o funcionamento, a actualização/renovação e a promoção do sítio municipal da Juventude.
- Promover a reestruturação do sítio temático da Juventude com novos conteúdos e novos serviços.
- Manter a produção regular da *Newsletter*.

**DMDS/DC/DMPC**

- Gerir, manter e promover o sítio temático dos Museus, actualizando e reforçando a produção de conteúdos sobre a história e realidade locais, e ampliar serviços *on-line*.

**DMDS/DC/DB**

- Gerir, manter e promover o sítio municipal da Rede de Bibliotecas de Almada, actualizando conteúdos e serviços *on-line* e reforçando a produção, actualização e disponibilização de conteúdos.

**DMDS/DAD**

- Assegurar a actualização de conteúdos e serviços *on-line* relativos à acção desportiva.

**DMDS/DT**

- Contribuir para a actualização de informação turística no sítio municipal generalista “Almada Informa” e no portal “Almada Digital”.

**CAC**

- Gerir, manter e promover o sítio temático “Casa da Cerca”, actualizando regularmente os seus conteúdos.

**DMPAT/DAU**

- Disponibilizar informação técnica no âmbito do projecto “Almada Informa” de modo a estabelecer-se uma interactividade crescente com as populações.

**DMPAT/DPU**

- Desenvolver, em articulação com os serviços próprios do Município, um sistema de informação regular das actividades desenvolvidas ao nível do Planeamento Urbanístico, no âmbito do “Almada Informa”.

**DMPAT/DPU/DQU**

- Contribuir para a divulgação de conteúdos relativos à reabilitação urbana, no âmbito do “Almada Informa”.

**Linha 6.5**

**Continuar por todos os meios disponíveis a ampla divulgação nos periódicos municipais generalistas e específicos, nas áreas da Cultura, da Educação, da Juventude e do Ambiente, por forma a levar a informação sobre os vários aspectos da vida local aos cidadãos, fomentando, desse modo, os níveis de participação das populações e o seu sentido de pertença e de participação.**

**DIRP**

- Garantir a publicação regular dos periódicos generalistas, assegurando a produção, edição e distribuição.
- Assegurar a edição de publicações periódicas ou outras da responsabilidade de outros serviços municipais, designadamente da Cultura, Desporto, Educação, Juventude e Ambiente.
- Divulgar a actividade municipal junto dos órgãos de comunicação social, promovendo a presença de Almada nos periódicos locais, regionais e nacionais e noutros meios de comunicação audiovisual.

**DMDS/DEJ/DE**

- Contribuir para a edição da Agenda do Professor, em colaboração com a Associação dos Municípios da Região de Setúbal, através do fornecimento de informação específica sobre a realidade sócio educativa do Concelho.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Desenvolver e promover a edição da Revista P'ALMADA, enquanto periódico municipal vocacionado para o público jovem e realizado em parceria com o movimento associativo juvenil, os grupos informais e os jovens do concelho.

**Linha 6.6**

**Dar continuidade à política de edições e de publicações temáticas de interesse local para conhecimento da história e da realidade do Concelho em diferentes áreas, procurando aumentar o conhecimento e a informação dos cidadãos. Divulgar trabalhos de interesse e de qualidade realizados por especialistas e investigadores e disponibilizar material de estudo para a comunidade educativa.**

**DMDS/DC/DMPC**

- Reeditar as publicações sobre o “Museu da Cidade” (com uma segunda língua).

**DMDS/DC/DEC**

- Reeditar as publicações sobre o “Convento dos Capuchos” e “Solar dos Zagallos” (com uma segunda língua).



#### **DMDS/DC/DHLAH**

- Promover a edição e o apoio a edições escritas de reconhecido mérito, de carácter educativo, social e histórico. Assegurar os seguintes trabalhos específicos:
  - Textos de apoio às visitas guiadas no Arquivo;
  - Revista dos “Anais de Almada” (n.os 13 e 14);
  - “Almada na História: boletim de fontes documentais” (n.os 19 e 20);
  - “Arquivo Histórico – Inventário Geral”;
  - “Almada Antiga e Moderna – Roteiro Iconográfico – Freguesia de Almada” (2.<sup>a</sup> edição revista e aumentada);
  - “Almada Antiga e Moderna – Roteiro Iconográfico – Freguesia do Pragal”, volume IV.
- Assegurar a edição da publicação “Almada: da Comissão Democrática Administrativa às 1.<sup>as</sup> Eleições Democráticas (1974/1976) ”.

#### **CAC**

- Editar o 2º volume da colecção organizada pelo Serviço Educativo da Casa da Cerca.
- Assegurar a edição da Cronologia/Poder Local Democrático.
- Reeditar as publicações sobre a “Casa da Cerca” (com uma segunda língua).

#### **DIRP**

- Apoiar a edição de publicações temáticas, contribuindo nomeadamente nos aspectos da imagem e produção técnica.
- Divulgar as publicações realizadas ou patrocinadas pela Câmara Municipal de Almada.

#### **Linha 6.7**

**Dar continuidade à estratégia de edição e divulgação de estudos, trabalhos e projectos no domínio da biodiversidade, matriz biofísica do concelho, energia, mobilidade, cidadania ambiental, sustentabilidade e outros indicadores ambientais, dando destaque ao Ano Internacional das Florestas, recorrendo a diferentes suportes e meios comunicacionais.**

#### **DEGAS**

- Promover a divulgação de trabalhos desenvolvidos nos domínios da biodiversidade, matriz biofísica do Concelho, energia, mobilidade, cidadania ambiental, sustentabilidade e outros indicadores ambientais, assegurando designadamente a edição de novos títulos dos “Cadernos Ambiente Almada 21”.

#### **DEGAS/DESA**

- Assegurar um programa de acção para o Ano Internacional das Florestas, integrando designadamente o Projecto “Floresta Segura Floresta Verde” e promovendo a mais ampla sensibilização para uma cidadania activa na defesa da floresta e da biodiversidade que nela habita.

**DIRP**

- Publicar brochuras e desdobráveis informativos sobre iniciativas e projectos específicos do Departamento.
- Apoiar na edição de estudos trabalhos e projectos e divulgar as respectivas publicações. Promover a divulgação das actividades inerentes às comemorações do Ano Internacional da Floresta.

**Linha 6.8**

**Prosseguir com o projecto “Almada Palavra Aberta”, aprofundando e diversificando os mecanismos de participação, promovendo o reforço do envolvimento dos cidadãos, nomeadamente dando a conhecer e discutindo com as populações os diferentes projectos de investimento que o Município vai concretizar com incidência em várias áreas do território concelho. Elaborar e implementar a “Carta de Princípios das Opções Participativas”.**

**DIRP**

- Promover no âmbito do projecto “Almada Palavra Aberta” a participação dos cidadãos, diligenciando em articulação com os respectivos serviços o programa temático bem como a organização das respectivas sessões e o tratamento e divulgação dos resultados.
- Assegurar novos meios de comunicação, designadamente electrónicos que permitam a todos expressar a sua opinião e dar os seus contributos relativamente ao concelho.
- Divulgar as sessões públicas e os meios de participação colocados ao dispor do cidadão.
- Reforçar a presença do Município nas redes sociais como instrumento de participação do cidadão.

**DMDS**

- Assegurar, com as restantes Direcções Municipais, a elaboração da “Carta de Princípios das Opções Participativas” do Município de Almada.

**DEGAS/DESA**

- Contribuir para a realização de Fóruns de participação “Almada Palavra Aberta” e estudar mecanismos participativos que possam contribuir para a construção da estratégia local de desenvolvimento “Almada + Sustentável, Solidária e Eco-eficiente”.

**DMPAT/DPU**

- Promover a mais ampla participação dos cidadãos no processo de Revisão do Plano Director Municipal e dos restantes instrumentos de gestão do território e dos instrumentos de reabilitação urbana em elaboração.

**Linha 6.9**

**Concretizar projectos e acções dirigidas a jovens e associações juvenis de Almada, sobre o processo de Agenda Local 21 e a estratégia local de desenvolvimento “Almada + Sustentável, Solidária e Eco-eficiente”.**

**DEGAS/DESA**

- Programar e desenvolver acções dirigidas aos jovens e associações juvenis de Almada, sobre o processo de Agenda Local 21 e a estratégia local de desenvolvimento “Almada + Sustentável, Solidária e Eco-eficiente”.

**DMDS/DEJ/DJ**

- Contribuir para o projecto Agenda 21 Local dirigido à comunidade juvenil, designadamente no quadro do Fórum Municipal da Juventude.

**DMDS/DASC**

- Participar nas acções do Projecto Agenda 21 Local dirigidas aos Jovens, na sua componente de relação/articulação com as Instituições de Solidariedade Social, e outras da Rede Social.

**DIRP**

- Contribuir para a divulgação e para o incentivo à participação dos jovens nas acções ligadas ao processo da Agenda Local 21 e à estratégia local de desenvolvimento “Almada + Sustentável, Solidária e Eco-eficiente”.

**Linha 6.10**

**Prosseguir com a realização de sessões de participação temáticas, associadas a projectos, estudos e campanhas em desenvolvimento, e com a organização do Fórum Local da Energia e o Fórum 21 da Criança.**

**DEGAS/DESA**

- Realizar sessões de participação temáticas no âmbito da Agenda Local 21, associadas a projectos, estudos, campanhas e processos de monitorização em desenvolvimento.
- Dinamizar o Fórum Local da Energia 2011, no quadro dos associados da AGENEAL e da participação no Pacto dos Autarcas.
- Coordenar e operacionalizar a edição anual do Fórum 21 da Criança (Parlamento dos Pequenos Deputados), em articulação com os diferentes serviços municipais envolvidos, designadamente o Departamento de Educação e Juventude e as escolas participantes no projecto.

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Assegurar a componente logística dos Fóruns temáticos e sessões públicas.
- Assegurar o apoio logístico ao Fórum 21 da Criança.

**CAC**

- Contribuir para a realização do Parlamento dos Pequenos Deputados no âmbito desta área específica de actuação.

**DMDS/DEJ**

- Contribuir para as Sessões de Reflexão e Divulgação de projectos específicos desta área de intervenção.
- Acompanhar as escolas no âmbito do Fórum 21 da Criança.

**DMDS/DASC**

- Contribuir para as sessões de Reflexão e Divulgação de projectos específicos da área sócio-cultural.

**DIRP**

- Divulgar e apoiar a realização do Parlamento dos Pequenos Deputados enquadrado na Agenda Local 21 e o Fórum Local da Energia.

**Linha 6.11**

**Prosseguir a consolidação de uma rede de recursos locais sustentáveis que respondam no plano cultural, desportivo, da acção social e ambiental, às necessidades dos cidadãos. Reunir informação pertinente e fazer o levantamento dos recursos instalados e do potencial de serviço à comunidade das várias entidades que constituem a rede de recursos do concelho da Almada.**

**DMDS**

- Garantir o levantamento e o tratamento da rede de recursos locais instalados e do seu potencial de serviço à comunidade, assegurando a mais ampla divulgação da oferta disponível da iniciativa das Associações locais.

**DMDS/DAD/DD**

- Assegurar de forma proactiva o máximo acompanhamento ao desenvolvimento dos projectos desportivos da iniciativa das Associações Locais, contribuindo para a consolidação da rede.
- Assegurar a mais ampla divulgação da oferta disponível e condições de acesso, designadamente através dos sítios especializados e do Portal Almada Digital.

**DMDS/DASC**

- Assegurar em permanência o acompanhamento aos projectos da iniciativa das Associações Locais nos domínios da Cultura e da Acção Social tendo em vista a consolidação de uma rede de recursos locais sustentável.

#### DEGAS

- Contribuir para o desenvolvimento de projectos das Associações Locais no domínio ambiental.

#### Linha 6.12

**Dar continuidade à acção de mediação de conflitos de consumo promovida pelo centro autárquico de informação ao consumidor, bem como concretizar as acções educativas e formativas para o consumo informado e consciente.**

#### CIAC

- Prosseguir a acção de mediação de conflitos de consumo e o desenvolvimento de acções educativas e formativas para o consumo informado e consciente, no âmbito da política local de Defesa do Consumidor.
- Assegurar o atendimento, apoio e mediação de conflitos de consumo.
- Prosseguir as campanhas formativas junto de públicos-alvo de forma a garantir uma efectiva educação para o consumo.
- Realizar a Conferência Comemorativa evocativa do “15 de Março, Dia Mundial dos Direitos do Consumidor”, no âmbito do projecto “Educação para o Consumo” acções de (In)formação.
- Assegurar outras acções, designadamente sobre os direitos e deveres dos consumidores, crédito para o consumo e prevenção do sobreendividamento dos consumidores, ciclo do produto e questões éticas, Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, descodificação da publicidade e como adquirir produtos e bens.

#### DIRP

- Contribuir para a divulgação das acções inseridas na política local de Defesa do Consumidor.

#### Linha 6.13

**Desenvolver acções promocionais do Concelho e das suas actividades, alargando o marketing público valorizando em especial as oportunidades de investimento, com destaque para as áreas da Inovação, das Tecnologias e do Turismo.**

#### DMPAT/DPPDL

- Concluir a elaboração de *portfólio* sobre as condições de atractividade económica do Concelho, relevando as áreas de maior potencial para a atracção de investimento, nomeadamente nos domínios do turismo, recreio e lazer, das tecnologias e da inovação, e assegurar a realização de acções promocionais.
- Integrar no evento associado à operação “Territórios Criativos e Revitalização Urbana” (Almada: Laboratório de Ideias) a dimensão de divulgação do potencial económico do Concelho e do envolvimento do município na dinamização de actividades e iniciativas que visam a promoção do empreendedorismo.

**DIRP**

- Assegurar uma estratégia de *marketing* público que promova as oportunidades de investimento no Concelho, com destaque para as áreas do Turismo, das Tecnologias e da Inovação.

**Linha 6.14**

**Assegurar a articulação regular com as Juntas de Freguesia, e aprofundar a reflexão/avaliação sobre descentralização e cooperação, e sobre a intervenção autárquica e do governo no Concelho.**

**OA**

- Garantir uma estreita e regular relação com as Juntas de Freguesia em todos os domínios da intervenção do Município e aprofundar as relações de cooperação.

**DMAG/DPPCEEE**

- Promover a avaliação dos protocolos de descentralização relativamente a 2010 e elaborar os respectivos relatórios com o apuramento dos resultados.

**Linha 6.15**

**Prosseguir com o modelo de trabalho de permanente cooperação que o Município tem vindo a concretizar com Universidades e Escolas Superiores Politécnicas, Institutos Científicos e Centros de Investigação, Associações Empresariais, Juntas de Freguesia, Agentes Turísticos e Instituições Sociais do Concelho, concretizando vários projectos, nomeadamente, o Projecto Laboratório de Ideias, a Plataforma de Actores para a implementação do Plano Estratégico de Valorização do Turismo e, ainda, os projectos no âmbito da concretização do QREN.**

**DMAG**

- Manter actualizada a base de informação de todos os protocolos e acordos de cooperação celebrados pela Autarquia com diversas entidades em diferentes domínios de intervenção, assegurando a respectiva monitorização em articulação com os respectivos serviços executores.

**DMDS**

- Assegurar a execução dos protocolos estabelecidos em articulação com os serviços municipais envolvidos.

**DMPAT**

- Assegurar a concretização das parcerias estabelecidas no âmbito das candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional.

**OA**

- Garantir ao nível institucional uma efectiva ligação e cooperação com todas as entidades e instituições locais, diligenciando a identificação de novas oportunidades e formas de estreitar o trabalho de cooperação, bem como a execução e o aperfeiçoamento dos *dossiers* em curso.

**Linha 6.16**

**Dar continuidade ao trabalho articulado com a Nova Almada Velha em particular nos domínios da animação urbana, do apoio ao empreendedorismo local, do desenvolvimento de novas valências associadas à dinamização do Portal Almada Cidade Digital, da concretização do projecto “Almada Laboratório de Ideias” e do Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento (GACECI).**

**Prosseguir o trabalho articulado com a ArribaTejo, em particular no domínio da formação para a qualificação dos activos na restauração, e dos vendedores nos mercados retalhistas municipais, e da implementação do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo.**

**DMPAT/DPPDL**

- No âmbito do trabalho articulado com a Nova Almada Velha e com a ArribaTejo:
  - Assegurar a gestão do Núcleo Empresarial, dinamizando a instalação de novas empresas, mantendo acompanhamento de proximidade às empresas instaladas, e diligenciando a observação possível na fase de pós-incubação;
  - Concretizar a 2ª edição do festival “Os Sons de Almada Velha”, “Almada Velha em Festa” e “Feira de Objectos Inovadores”;
  - Desenvolver novas funcionalidades no Portal Almada Digital, nomeadamente no que respeita ao Directório Comercial;
  - Assegurar a taxionomia e a recolha de conteúdos promovendo a concretização do projecto “Montras Interactivas” a instalar no Centro Municipal de Informação Turística e na Loja do Município;
  - Dinamizar o envolvimento do Madan Parque, do Município e da Nova Almada Velha, no Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento;
  - Assegurar a elaboração do Plano de Formação destinado aos empresários, divulgá-lo e dar início à sua execução, envolvendo o Município, a Agência de Desenvolvimento Local ArribaTejo, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril e o Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA);
  - Concluir a 2ª fase da formação em Higiene e Segurança Alimentar destinada aos manipuladores alimentares dos mercados retalhistas sob gestão das Juntas de Freguesia;
  - Garantir o arranque da Plataforma de Actores do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo;
  - Assegurar no contexto da Plataforma de Actores, o Plano Integrado de Acção Plurianual, com a programação específica para 2011.

**Linha 6.17**

**Assegurar a dinamização e o funcionamento da Plataforma de Actores para a implementação de Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo e concretizar as acções da responsabilidade da Câmara Municipal decorrentes do respectivo Plano Integrado de Acção Plurianual estabelecido pela parceria de actores.**

**DMPAT/DPPDL**

- Garantir o funcionamento regular da Plataforma de Actores e a sua visibilidade, articulando com os Serviços de Turismo e outros, a implementação do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo do Município.

**DMDS/DT**

- Contribuir para a dinamização e funcionamento da Plataforma de Actores do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo, e garantir em articulação com os restantes serviços envolvidos a concretização das acções/2011 da responsabilidade da Autarquia, decorrentes do Plano Integrado de Acção Plurianual.

**Linha 6.18**

**Implementar o regulamento de concessão de subsídios ao movimento associativo, e apresentar relatório anual de acompanhamento e avaliação da utilização dos subsídios concedidos.**

**DMDS**

- Assegurar a implementação do regulamento de concessão de subsídios ao movimento associativo, e promover a elaboração de um relatório anual de acompanhamento e avaliação da utilização dos apoios concedidos.

**DIRP**

- Divulgar amplamente as decisões da Autarquia relativamente à atribuição subsídios ao Movimento Associativo.





## **Eixo 7 – Modernização e Valorização do Serviço Público**

### **Linha 7.1**

**Assegurar a participação institucional do Município em redes, campanhas e associações e o estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais nos domínios do ambiente, saúde (Cidades Saudáveis), energia (Pacto dos Autarcas), mobilidade, cultura e educação, visando a capacitação técnica, a obtenção de apoio financeiro, a inovação e a afirmação de Almada no contexto local, regional e global.**

#### **OA**

- Assegurar a participação institucional do Município nas instâncias, organizações e redes de organizações nacionais e internacionais nos domínios da saúde, ambiente, energia, mobilidade, cultura e educação.

#### **DEGAS/DEGA**

- Promover a representação do Município nas associações Governos Locais para a Sustentabilidade (ICLEI), Energie-Cités, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e Rede Piloto para a Mobilidade Eléctrica MOBI-E nos respectivos encontros técnicos e congressos, bem como a divulgação dos projectos e trabalhos em curso através da apresentação de comunicações técnicas.
- Assegurar os compromissos assumidos no âmbito do Pacto dos Autarcas, incluindo a compilação e envio regular de informação para o Secretariado.
- Participar na “Campanha das Vilas e Cidades Europeias Sustentáveis”, dando continuidade à subscrição pelo Município dos Compromissos de Aalborg (Carta de Aalborg + 10) e nos fóruns de cidades “Agenda+”, “Procura+” e “Cidades para a Protecção do Clima”, coordenados pela Associação Internacional “Governos Locais para a Sustentabilidade” (ICLEI).
- Aprofundar os contactos com as redes de parceiros dos projectos de âmbito europeu em desenvolvimento e as ligações com entidades e organizações envolvidas em projectos, protocolos e iniciativas.
- Avaliadas as condições e moldes de participação do Município de Almada na Rede Nacional de Cidades Saudáveis, desencadear processo de adesão.
- Promover a pesquisa de linhas e oportunidades de financiamento para acções específicas, designadamente no âmbito do Programa Energia Inteligente para a Europa (EIE), Programa FP7, Programa Life +, Programa Interreg IV, Programa PPEC 2010/2012 e Programa Ciência Viva.

#### **DMDS/DEJ/DE**

- Assegurar de forma regular e interventiva a participação do Município na Rede Internacional das Cidades Educadoras.

**DMDS/DC/DB**

- Assegurar uma participação activa do Município nas redes e parcerias nacionais e internacionais de natureza cultural, nomeadamente a Rede Interlocal.

**DMDS/DASC**

- Assegurar a participação do Município, enquanto membro efectivo, na Associação “*Les Rencontres*”.

**DMDS/DT**

- Assegurar a participação do Município no contexto da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo (ERT-LVT), numa perspectiva de promoção turística do Concelho a nível regional, nacional e internacional.

**Linha 7.2**

**Prosseguir com a qualificação dos serviços e da Organização. Dar continuidade à modernização administrativa, prosseguindo designadamente a desmaterialização de processos, o reforço da utilização das Tecnologias da Informação e a introdução de novas funcionalidades nos serviços *on-line* disponibilizados no site municipal.**

**DMAG**

- Promover a implementação da nova organização dos serviços municipais aprovada na sequência da publicação do novo regime jurídico de organização dos serviços das autarquias locais (Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro), com prioridade para o Gabinete de Gestão e Atendimento Social da Divisão de Habitação, e para a Unidade de Apoio à Reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal.
- Conceber e desenvolver um sistema de gestão integrado de reclamações; dinamizar o processo de certificação de qualidade, ao nível do atendimento municipal; e promover candidatura ao “Prémio Qualidade do Distrito de Setúbal/Serviços Públicos” atribuído pela AMRS - Associação dos Municípios da Região de Setúbal.

**DMAG/DAF**

- Dinamizar a utilização generalizada da plataforma interna de aquisições electrónicas, de sistemas electrónicos portáteis para emissão de recibos e de recebimentos por via electrónica.

**DMAG/DAF/DF**

- Desmaterializar o processo de recepção de facturas e os procedimentos internos de conferência e liquidação através da adopção de uma solução de facturação electrónica associada à solução aplicacional da área financeira, com vista à agilização do processo de recepção e tratamento de facturas.
- Prosseguir com o desenvolvimento da Contabilidade Analítica, consolidando o trabalho já realizado junto dos vários serviços municipais e envolvendo outros serviços.
- Promover a desmaterialização do aviso de Transferência Bancária aos fornecedores, introduzindo mecanismos automáticos e electrónicos.

**DMAG/DAF/DA**

- Contribuir para a actualização regular e sistemática do Guia de Serviços do *site* do Município.
- Disponibilizar em atendimento multicanal integrado (presencial, *Contact Center*, *Internet*), o acesso a informação sobre processos de licenciamento designadamente a identificação do requerente/titular da licença, o tipo de licença e sua validade, o tipo de facto licenciado, e suas características.
- Promover a digitalização de documentos visando a desmaterialização de processos numa perspectiva de diminuição progressiva da circulação de documentos em suporte de papel, com garantia de acesso eficaz à informação e de redução dos tempos de tramitação processual.
- Prosseguir com a desmaterializar e simplificação dos procedimentos internos através da utilização do sistema de gestão electrónica , assente na digitalização de documentos, sua classificação, tramitação processual e arquivo, criando um repositório documental comum.

**DMAG/DAF/DJ**

- Diligenciar a implementação de medidas facilitadoras de pagamento de coimas (através de multibanco e outras).
- Dar continuidade ao Projecto de integração dos Serviços na Plataforma Electrónica dos Contratos Públicos.

**DMAG/DAF/DP**

- Prosseguir com o processo de reconciliação de registos junto das Conservatórias de Registo Predial e Serviços de Finanças.
- Promover a avaliação dos contratos em curso, propondo medidas tendentes à melhoria da qualidade dos serviços prestados e redução de encargos, e desencadear novos procedimentos.

**DMAG/DAF/DAP**

- Criar condições para promover a utilização dos mecanismos de autenticação e de assinatura electrónica do cartão de cidadão na tramitação procedimental pré-contratual e na feitura dos contratos no quadro do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro).
- Promover a desmaterialização dos circuitos de requisição ao armazém e emissão dos pedidos de aquisição ao exterior, assegurando a fiabilidade dos processos de gestão de *stocks* e de contratação pública.
- Promover maior eficácia e eficiência no processo aquisitivo, potenciando o uso da plataforma electrónica e assegurando a execução dos processos concursais, no âmbito do Código da Contratação Pública, em tempo médio.
- Reforçar a realização de contratos globais com o objectivo de maior eficiência e redução de custos.

**DMAG/DAF/DAESU**

- Promover o levantamento de todo o tipo de licenciamentos relacionados com as actividades económicas, no sentido da sua máxima simplificação e agilização, tendo em vista a emissão de “licença na hora” em todas as situações legalmente possíveis.

**DMAG/DI**

- Dar início à elaboração do Plano Estratégico de Informática, e à implementação do ITIL - Recomendações de Boas Práticas de gestão de serviços e tecnologias de informação e comunicação, com alinhamento com Normas ISO 20000.
- Promover a monitorização informática dos processos de contratação pública, com a introdução de um sistema interno de alerta, que permita controlar e impossibilitar a participação simultânea de empresas em procedimentos concursais e na elaboração de peças para os mesmos; controlar o limite legal de acumulação de valores na contratação por ajuste directo à mesma pessoa jurídica; controlar prazos para vistorias para efeitos de recepções definitivas; e controlar prazos para liberação de cauções.
- Promover a monitorização informática dos processos de contratação pública criando um sistema de gestão electrónica para o planeamento de processos de aquisição, e uma "Base de Dados" com informação relevante sobre aquisições anteriores.
- Assegurar a conclusão da aplicação informática em desenvolvimento, relativamente a todos os licenciamentos municipais, tendo em vista uma maior eficácia da acção de fiscalização municipal.

**DMAG/DRH**

- Prosseguir a actividade e gestão dos serviços de recursos humanos assente numa política municipal de vínculo por tempo indeterminado. Promover a desmaterialização e monitorização dos processos, a normalização de procedimentos, a implementação de medidas de controlo de impedimentos de participação/intervenção em processos, e a rotatividade dos intervenientes no processo.
- Assegurar a execução e monitorização do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública 1/2/3, como instrumento de gestão, garantindo a sua aplicação a todos os trabalhadores do Município.

**DMAG/DRH/DP**

- Prosseguir com a avaliação e melhoria contínua dos processos, relevando a simplificação de procedimentos e circuitos, o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, prazos e a modernização administrativa.
- Implementar e assegurar o funcionamento do novo sistema de gestão de assiduidade.

**DMAG/DPO**

- Elaborar Normas de Controlo e Gestão Documental, de acordo com os padrões definidos na norma ISO 9001:2000.

#### DMPAT/DAU

- Dinamizar na actividade e gestão dos serviços de urbanismo, os seguintes aspectos: a rotatividade de pessoal, privilegiando a mobilidade interna, a generalização da função de gestor de processo e/ou gestor do procedimento e a avaliação técnico-administrativa, por amostragem e por tipo de processos.

#### DFM

- Consolidar o sistema de fiscalização, inspecção e de registo de ocorrências móvel, promovendo uma maior rapidez e eficiência na resolução de ocorrências, situações de contra-ordenação, entre outras, criando condições para que colaboradores da Autarquia, nomeadamente Fiscais, possam reportar incidências e ocorrências sem necessidade de se deslocarem aos serviços municipais, possibilitando que a tomada de decisão seja rápida a nível central e reduzindo os custos de processo.

#### Linha 7.3

**Dar continuidade ao projecto “Atendimento Municipal Multicanal” e desenvolver na Loja do Município novas áreas de atendimento, assegurando o pleno funcionamento do “*contact center*”. Prosseguir as diligências em curso junto da Administração Central para a instalação, em parceria com o Município, da Loja do Cidadão em Almada.**

#### DMAG

- Promover a implementação de mecanismos de autenticação através do cartão do cidadão no atendimento municipal (presencial e online) substituindo progressivamente os actuais mecanismos de identificação e autenticação.
- Implementar uma plataforma de interacção entre o Atendimento Municipal e as Juntas de Freguesia com o objectivo de potenciar a prestação de um conjunto de serviços *on-line* aos Municípios.
- Promover a divulgação de informação municipal através do *corporate tv* como meio de dinamização dos atendimentos, disponível através do sistema de gestão de atendimento, em rede, instalado nos atendimentos municipais.
- Desenvolver nos serviços municipais mecanismos de apoio tipo “2ª linha”, que assegure e garanta o funcionamento do atendimento multicanal (*Contact Center* e Loja do Município).
- Assegurar a plena integração do Balcão da Associação de Hotelaria e Restauração de Portugal na Loja do Município e diligenciar junto do Instituto de Registos e Notariado a celebração do Protocolo já aprovado pela Câmara, e o subsequente funcionamento dos serviços de emissão do Cartão de Cidadão na Loja.
- Concluir o projecto “Balcão Único” em articulação com a Direcção Municipal de Planeamento e Administração do Território.
- Prosseguir as diligências em curso junto da Administração Central para a instalação, em parceria com o Município, da Loja do Cidadão em Almada.

**Linha 7.4**

**Assegurar a avaliação, revisão e actualização dos regulamentos e normativos existentes, com vista ao seu aperfeiçoamento e adequação e promover a agilização e desburocratização dos processos passíveis de integrar o conceito de “licenciamento na hora”.**

**DMAG**

- Promover a revisão e actualização dos Regulamentos de Controlo Interno e de Inventário e Património, nomeadamente no que respeita a instrução/tramitação dos processos/procedimentos de gestão financeira, e contabilística/procedimentos de gestão patrimonial.

**DMAG/DAF/DA**

- Avaliar o quadro regulamentar municipal a nível geral. Em função dos resultados alargar a regulamentação a novas áreas e actualizar e/ou rever os existentes.

**DMAG/DAF/DJ**

- Reformular o projecto de redução de ilícitos contra-ordenacionais, dando especial ênfase às medidas de natureza preventiva.

**DMAG/DAF/DAESU**

- Assegurar a divulgação, monitorização e avaliação dos Regulamentos Municipais reguladores das actividades da competência da Divisão de Actividades Económicas e Serviços Urbanos.

**DMAG/DI**

- Elaborar e divulgar as Normas de Uso da Infra-estrutura Informática e de Comunicações e promover as medidas de controlo de cumprimento das normas estabelecidas.

**DMAG/DPPCEEE**

- Participar no processo de revisão do Regulamento de Controlo Interno, enquadrando aspectos de prevenção de riscos de gestão, assumidos no Plano de Prevenção aprovado.

**DMAG/DPO**

- Actualizar as normas de procedimento em articulação com a revisão dos Regulamentos Municipais.
- Desenvolver o manual de procedimentos, assegurar a avaliação da fase já executada e promover a revisão e actualização das respectivas normas.

**DMOVU/DTRVM/DTSR**

- Promover a revisão dos Regulamentos existentes relativos a Parques e Zonas de Estacionamento Tarifado e Reservado, em função das conclusões da avaliação de resultados e grau de satisfação dos utentes no período de gestão entretanto decorrido.

**DMPAT/DAU**

- Promover a avaliação do processo de aplicação do Regulamento Urbanístico do Município de Almada (RUMA) e a elaboração de normativos procedimentais, tendo em vista a melhoria contínua dos serviços prestados.

**Linha 7.5**

**Assegurar a implementação, controlo e monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Câmara Municipal de Almada. Promover a revisão e aprovação do Regulamento de Controlo e Interno.**

**DMAG**

- Promover a divulgação e conhecimento dos princípios e valores consignados na Carta Ética da Administração Pública e a implementação do "Plano de Prevenção de Riscos", incluindo a avaliação/revisão, em articulação com as restantes Direcções Municipais, assegurando o desenvolvimento de um programa integrado para o período 2011-2012.
- Assegurar o processo de auditoria externa ao cumprimento do "Plano de Prevenção de Riscos" envolvendo as áreas de:
  - Contratação Pública;
  - Gestão e Administração do Território;
  - Fiscalização Municipal;
  - Gestão Financeira e Patrimonial;
  - Gestão de Recursos Humanos;
  - Concessão de Benefícios Públicos.
- Implementar de forma generalizada a figura do gestor de contrato e monitorização do controlo de execução.
- No âmbito do processo de revisão do Regulamento de Controlo Interno, enquadrar os aspectos relacionados com a prevenção de riscos de gestão.

**DMAG/DAF**

- Promover o controlo e monitorização da utilização dos bens móveis e imóveis do Município.

**DMAG/DI**

- Assegurar em articulação com os diversos serviços municipais a construção de soluções informáticas de suporte ao controlo das medidas de prevenção de riscos.

**DMAG/DRH**

- Promover a aplicação sistemática das medidas previstas no sistema de controlo interno no que respeita a pagamentos de remunerações e abonos, e assegurar a utilização dos dispositivos de controlo de assiduidade.



#### **DMOVU**

- Promover a revisão por entidades terceiras das listas de espécies de trabalhos e respectivo mapa de medições e especificações técnicas, bem como das estimativas de cálculo do preço base Empreitadas de Obras Públicas.

#### **DMPAT**

- Complementarmente às medidas enquadradas na Linha de Orientação 7.2 dar continuidade à implementação de medidas de gestão de prazos de resposta e à simplificação de procedimentos associados aos diversos tipos de processo.

#### **DMDS**

- Promover a verificação, por amostragem, do cumprimento da aplicação dos benefícios públicos concedidos.

#### **Linha 7.6**

**No quadro do novo sistema EMAS III, constante do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro, prosseguir com a reformulação de programas ambientais e com a sua aplicação em processos e actividades municipais.**

#### **DEGAS/DEGA**

- Assegurar a gestão técnica do processo de certificação ambiental da Autarquia pelo novo sistema EMAS III, nomeadamente das etapas e tarefas de carácter continuado constantes do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro, que revoga o Regulamento (CE) n.º 761/2001 e as Decisões 2001/681/CE e 2006/193/CE da Comissão.
- Prosseguir com a adaptação e reforço dos programas ambientais no aspecto ambiental “Energia e Alterações Climáticas” do sistema Almada EMAS à luz das metas de redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa de equipamentos municipais, associadas à subscrição do Pacto dos Autarcas, e redução da factura energética associada às actividades municipais.
- Promover realização de acções de comunicação e divulgação interna e externa do sistema Almada EMAS e a actualização da página *Internet*.

#### **DMAG/DAF/DP**

- Promover a eficiência energética e Ambiental, ao nível dos consumos de água, energia e consumíveis em equipamentos e edifícios Municipais.

#### **DMAG/DAF/DAP**

- Assegurar a política de Eco-Compras da Autarquia, integrando os critérios de aquisição da organização no sistema de gestão ambiental EMAS e monitorizando o seu desempenho recorrendo a indicadores ambientais.



**DMAG/DAF/DAESU**

- Concluir o processo associado à instalação do Forno Crematório no Cemitério de Vale Flores, numa perspectiva de ECO cemitério.

**DMOVU/DSEVT/DS**

- Assegurar a remoção de papel para reciclagem nos vários serviços municipais.

**DMOVU/DSEVT/DPP**

- Prosseguir com a implementação de medidas de sustentabilidade ambiental no Parque da Paz, numa perspectiva de ECO-Parque.

**Linha 7.7**

**Prosseguir com a concretização de medidas custo-eficazes de eficiência energética e aproveitamento de energia solar e com a certificação energética de equipamentos e infra-estruturas municipais, em parceria com a AGENEAL. Assegurar a gestão do Fundo Climático de Almada “Almada, Carbono Menos”, a partir do observatório das emissões de GEEs.**

**DEGAS/DEGA**

- Prosseguir com a identificação de medidas custo-eficazes de eficiência energética e de aproveitamento de energia solar em equipamentos e infra-estruturas municipais.
- Diligenciar a obtenção de certificados energéticos e de qualidade do ar interior em edifícios municipais e definir soluções técnicas para melhorar o desempenho ambiental e energético de instalações e equipamentos da Autarquia, em articulação com a AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada.
- Assegurar a gestão do Fundo Climático de Almada “Almada, Carbono Menos”.

**DMAG**

- Assegurar em articulação com a EDP a avaliação do Contrato de Concessão de rede eléctrica e iluminação pública e definir conjuntamente um programa de investimento, tendente à redução da factura energética.

**DMAG/DAF/DP**

- Promover a introdução de medidas de eficiência energética em Edifícios Municipais.

**DMDS/DEJ/DERE**

- Assegurar medidas de eficiência energética nos estabelecimentos de educação e ensino.

**DMDS/DC/DEC**

- Assegurar medidas de eficiência energética na rede de equipamentos culturais.

**DMDS/DAD/DID**

- Prosseguir com a utilização de energia solar para o aquecimento das águas sanitárias nos equipamentos desportivos e assegurar outras medidas de eficiência energética nos mesmos.

**DMOVU/DOM/DP**

- Integrar soluções de melhoria do desempenho energético e energias renováveis em projectos de reabilitação e construção de equipamentos municipais.

**DMOVU/DSEVT/DS**

- Assegurar medidas de eficiência energética nas instalações afectas aos serviços de limpeza.

**DMOVU/DH**

- Promover a introdução de medidas de eficiência energética no parque habitacional municipal, ao nível dos espaços comuns dos edifícios.

**DMPAT/DAU**

- Promover a implementação de medidas de eficiência energética na rede de iluminação pública em articulação com a EDP.

**Linha 7.8**

**Prosseguir com o processo de renovação da frota municipal, de acordo com os critérios de eficiência energética e ambiental e apresentar um modelo de gestão que vise aumentar a eficácia e eficiência dos equipamentos e recursos associados.**

**DMOVU**

- Promover, em articulação com as restantes Direcções Municipais, a elaboração de estudo que conduza a cenários de gestão da frota ligeira.

**DMOVU/DSEVT/DTM**

- Promover elaboração das condições técnicas para os cadernos de encargos dos concursos públicos associados ao plano de renovação da frota municipal, dentro dos limites financeiros estabelecidos por unidade e acautelando soluções de eficiência energética e racionalização de recursos com o apoio da AGENEAL.
- Assegurar a implementação de um sistema (dedicado) de gestão da frota baseado em tecnologia de localização GPS e GSM.

**DMAG/DAF/DAP**

- Promover o lançamento dos concursos públicos em execução do plano de renovação da frota, de acordo com as prioridades estabelecidas.

**DMAG/DPPCEEE**

- Monitorizar o plano de renovação da frota municipal, em fase de implementação, assegurando o cumprimento do mesmo.

**Linha 7.9**

**Prosseguir com o levantamento e identificação das necessidades de requalificação das instalações municipais e instrumentos de trabalho, com vista à melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores municipais e reforçar as campanhas de sensibilização e medidas de gestão para o uso de vestuário e equipamento de protecção individual.**

**DMAG/DI**

- Concretizada a entrada em funcionamento das novas instalações, zelar pela melhoria do ambiente de trabalho e uso adequado dos equipamentos.

**DMAG/DI/DER**

- Dar continuidade ao processo de avaliação em curso do parque informático.

**DMAG/DAF**

- Zelar pela utilização de vestuário e equipamento de protecção individual, adaptado a cada função, por parte dos trabalhadores.

**DMAG/DAF/DAp**

- Garantir e disponibilizar, com carácter regular, o vestuário e equipamentos de protecção individual, assegurando adequados padrões de qualidade.

**DMAG/DRH/DP**

- Acompanhar o processo de melhoria das condições físicas e ambientais do Departamento de Recursos Humanos, face à criação de um novo espaço de atendimento e novas salas de formação.

**DEGAS/DEGA**

- Promover uma utilização racional dos espaços disponíveis por forma a contemplar momentos para a criatividade e inovação.

**SSO**

- Reforçar as campanhas de sensibilização relativas ao uso de equipamentos de protecção individual (EPI).
- Promover a consolidação dos Planos de Emergência Internos na Câmara Municipal e Serviços Municipalizados.
- Contribuir para o enquadramento de factores de risco do ambiente de trabalho e das actividades profissionais, na fase dos estudos e projectos associados a locais de trabalho.

**DMOVU/DSEVT**

- Zelar pela utilização de vestuário e equipamento de protecção individual, adaptado a cada função, por parte dos trabalhadores.
- Assegurar a conclusão das novas instalações no Pragal para os serviços de limpeza urbana e de Jardins e Espaços Verdes e promover a sua entrada em funcionamento.

**DMOVU/DSEVT/DPP**

- Assegurar a manutenção das instalações de trabalho e zelar pelo cumprimento do uso de Equipamento de Protecção Individual e fardamento.

**DMOVU/DSEVT/DTM**

- Assegurar a renovação do parque de máquinas e ferramentas oficiais.

**DMOVU/DTRVM**

- Zelar pela utilização de vestuário e equipamento de protecção individual, adaptado a cada função, por parte dos trabalhadores.

**DMOVU/DTRVM/DML**

- Assegurar por administração directa as pequenas intervenções de manutenção e conservação das oficinas e secções, dos edificios de serviços e dos equipamentos municipais.

**Linha 7.10**

**Assegurar e dar continuidade às acções do Plano Plurianual de Formação 2010/2011, garantindo a sua articulação com os eixos estratégicos da actividade municipal, tendo em vista a prossecução dos objectivos e a valorização das competências pessoais e profissionais para uma prestação de serviços públicos de qualidade.**

**DMAG/DRH/DP**

- Elaborar proposta de Plano Plurianual de Formação para 2011/2012, tendo como suporte os eixos estratégicos, as Grandes Opções do Plano para a actividade municipal, e as necessidades de formação identificadas pelos dirigentes e chefias no âmbito da aplicação do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública, e assegurar a sua execução.

**DMAG**

- Promover, conjuntamente com as restantes Direcções Municipais, a realização de actividades formativas (acções de formação e/ou situações de formação em contexto de trabalho) para a qualificação e valorização dos recursos humanos, em execução do Plano Plurianual de Formação.
- Promover acções de formação específica para os trabalhadores do *Contact Center* e serviços de atendimento ao munícipe em áreas como “Gestão de *stress*, reclamações e conflitos”, “Atendimento e Protocolo”.

**DMAG/DAF**

- Contribuir para a identificação de necessidades específicas de formação do pessoal operário e auxiliar, a integrar no Plano Plurianual.

**DMAG/DI/DER**

- Efectuar planeamento de formação do universo de utilizadores informáticos, em função designadamente das necessidades identificadas e avaliadas no âmbito do serviço de apoio ao utilizador, relativamente ao ano de 2010, e da introdução de novas ferramentas informáticas.

**DEGAS**

- Participar em acções de formação com incidência específica na gestão e planeamento ambiental, legislação ambiental, gestão da mobilidade urbana, recursos e ferramentas de educação ambiental.

**DMOVU/DSEVT**

- Contribuir para a identificação de necessidades específicas de formação do pessoal operário e auxiliar, a integrar no Plano Plurianual.

**DMOVU/DSEVT/DTM**

- Assegurar a realização de formação nas áreas de manutenção e operação, relativa a novas máquinas, viaturas e outros equipamentos.

**DMOVU/DTRVM**

- Contribuir para a identificação de necessidades específicas de formação do pessoal operário e auxiliar, a integrar no Plano Plurianual.

**SSO**

- Contribuir para a identificação das necessidades de formação ao nível da prevenção dos riscos profissionais e da promoção da saúde dos trabalhadores da CMA e SMAS

**Linha 7.11**

**Prosseguir com o apoio social aos trabalhadores da autarquia e suas famílias, nomeadamente, ao nível da saúde, dos equipamentos de infância e dos refeitórios, bem como através da concretização de programas de apoio específicos.**

**DMAG/DRH/DS**

- Garantir o cumprimento do projecto educativo da Creche e jardim de Infância 1º de Maio, de apoio aos filhos dos trabalhadores, assegurando a execução dos planos pedagógicos em ambas as valências, no ano lectivo 2010/2011.
- Prosseguir o Programa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) no 6º, 9º e 12º ano, apoiando os trabalhadores participantes e fomentando a sua qualificação.

- Dar continuidade ao programa social de apoio aos trabalhadores da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados em situação de pré-aposentação ou já Aposentados, com a execução dos projectos:
  - “Sessões Temáticas de Preparação para a Aposentação”;
  - “Homenagem aos trabalhadores aposentados”;
  - “Intervenção social com as famílias dos trabalhadores em processo de aposentação”.
- Assegurar o acompanhamento e a intervenção social aos trabalhadores municipais com situações problema sócio familiar e laboral.
- No âmbito da promoção das actividades sócio – recreativas para os filhos dos trabalhadores até aos 12 anos de idade, assegurar a organização de campos de Férias para as crianças dos 7 aos 12 anos de idade, e a realização da Festa de Natal para os filhos dos trabalhadores da Autarquia.
- Assegurar o regular funcionamento dos refeitórios, mantendo a política de apoio alimentar aos trabalhadores.

#### **DIRP**

- Assegurar a organização das comemorações dirigidas aos trabalhadores no que se refere ao Dia Internacional da Mulher e Dia da Cidade, promovendo o convívio e incentivando a motivação e sentido de pertença.

#### **Linha 7.12**

**Desenvolver o Programa de Prevenção dos Riscos Profissionais e de Promoção da Capacidade Funcional para o Trabalho da CMA e SMAS (2011/2013), bem como acções na área da saúde ocupacional. Assegurar o suporte técnico e o apoio ao funcionamento da Comissão e Subcomissões de Saúde, Segurança e Bem-Estar no Trabalho da CMA e SMAS. Aprofundar a ligação as Organizações Representativas dos Trabalhadores.**

#### **SSO**

- Desenvolver o Programa de Prevenção dos Riscos Profissionais e de Promoção da Capacidade Funcional para o Trabalho da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados.
- Assegurar o funcionamento da Comissão e Subcomissões de Saúde, Segurança e Bem-Estar no Trabalho da CMA e SMAS, bem como a execução e avaliação do Plano Plurianual de Acção.
- Assegurar a realização de iniciativa de carácter supra municipal sobre “Saúde Ocupacional no Município de Almada” a par do projecto de Saúde, Segurança e Bem-Estar, no âmbito do programa comemorativo do 60º aniversário dos SMAS de Almada.

#### **DMAG**

- Assegurar, conjuntamente com as restantes Direcções Municipais, a divulgação dos projectos e acções na área da Saúde, Segurança e Bem-Estar no Trabalho, promovidos pelos serviços do Município, envolvendo as respectivas chefias, numa perspectiva da promoção da saúde e bem-estar dos trabalhadores a nível geral da organização.

**OA**

- Promover a participação das Organizações dos Trabalhadores da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados no processo de eleição para a “Comissão de Saúde, Segurança e Bem-Estar no Trabalho da CMA e SMAS”. Assegurar e aprofundar as relações institucionais com as Organizações Representativas dos Trabalhadores.



**CAPÍTULO 1**  
**OPÇÕES DO PLANO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa das Grandes Opções do Plano**



GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Valor Realizado ATÉ 1 OUT.	Valor Realizado PREV OUT A DEZ.	Despesas de Investimento (PREVIRAC)										Total Previsto	Obs
		Código	Ano	Tipo	Número			AL	AA	AC		Início	Fim			Ano em Curso (Financiamento)				Anos Seguintes			Cursos				
																1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005					
1.						FUNÇÕES GERAIS								75.450.981,17	3.202.894,65	7.838.178,34	7.838.178,34	0,00	7.420.417,26	1.023.573,48	949.825,54	1.607.005,72	97.492.876,16				
1.1.						SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA								72.935.965,66	3.188.194,65	7.823.178,34	7.823.178,34	0,00	7.113.638,26	1.023.573,48	949.825,54	1.607.005,72	94.641.381,65				
1.1.1.						ADMINISTRAÇÃO GERAL								69.387.096,48	2.854.289,46	7.190.181,78	7.190.181,78	0,00	6.481.877,87	1.023.573,48	949.825,54	1.607.005,72	89.493.850,33				
1.1.1.1.						Aquis., Const., Conserv. e Rep. de Edif. Municip.								12.872.556,04	602.664,97	824.002,76	824.002,76	0,00	721.982,86	6.544,00	0,00	0,00	15.027.750,43				
1.1.1.1.1.	010200/07010307	01	2002	I	1	REPARAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E OUTROS	EMPREITADA				OA	01-01-2002	31-12-2012	2.511.126,90	153.704,29	208.070,00	208.070,00	0,00	108.070,00	0,00	0,00	0,00	2.980.971,19				
1.1.1.1.1.	010200/07010301	02	2002	I	2	NOVAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	EMPREITADA				OA	01-01-2002	31-12-2011	1.613.556,79	104.682,54	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.723.239,33			
1.1.1.1.1.	0303/070103010D	04	2002	I	3	PARQUE DE MATERIAIS E OFICINAS DA VALE FIGUEIRA	OUTRA				DML	01-01-2002	31-12-2012	5.997.674,03	48.258,92	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.145.932,95			
1.1.1.1.1.	0201/02012199	11	2004	A	1	PEQUENAS REPARAÇÕES POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA	ADM. DIR.				DA	01-01-2004	31-12-2012	771.928,58	89.249,49	133.162,61	133.162,61	0,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.169.340,68			
1.1.1.1.1.	010201/020220	12	2004	A	10	INFORMAÇÃO MUNICIPAL	OUTRA				DIRP	01-01-2004	31-12-2012	1.836.384,05	190.365,77	338.877,16	338.877,16	0,00	338.877,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.704.504,14			
1.1.1.1.1.		13	2006	A	2	VALE FIGUEIRA PARQUE - LOGISTICA E MANUTENÇÃO	OUTRA				DML	01-01-2005	31-12-2012	120.602,69	12.410,96	28.100,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194.113,65			
1.1.1.1.1.	0303/020219	13	2006	A	2									0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.1.1.1.1.	0303/020220	13	2006	A	2									0,00	0,00	0,00	14.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.1.1.	010200/020214	16	2010	A	8	AUDITORIA E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	OUTRA				OA	02-01-2010	31-12-2013	21.283,00	3.993,00	16.415,00	16.415,00	0,00	17.035,50	6.544,00	0,00	0,00	0,00	65.270,50			
1.1.1.1.1.	0201/020203	17	2011	A	1	PEQUENAS REPARAÇÕES E CONSERVAÇÕES	OUTRA				OA	02-01-2011	31-12-2011	0,00	0,00	44.377,99	44.377,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.377,99			
1.1.1.2.						Aq. e Rep Máquinas, Viaturas e Outros Equipamentos								28.672.449,52	1.383.912,91	3.556.406,52	3.556.406,52	0,00	3.160.006,37	925.786,61	885.625,03	1.556.580,01	40.140.767,21				
1.1.1.2.1.		01	2002			AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO								8.416.480,22	294.843,74	922.317,82	922.317,82	0,00	1.183.157,71	925.786,61	885.625,03	1.556.580,01	14.184.791,14				
1.1.1.2.1.	0302/0701100D	0107	2002	I	6	OFICINAS	OUTRA				DTM	01-01-2002	31-12-2012	148.674,79	903,90	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.578,69			
1.1.1.2.1.	0303/0701100D	0110	2002	I	10	TRANSITO	OUTRA				DTSR	01-01-2002	31-12-2012	131.796,66	1.827,26	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.623,92			
1.1.1.2.1.	0201/0701100D	0111	2002	I	11	METROLOGIA	OUTRA				DAESU	01-01-2002	31-12-2012	20.401,86	2.051,32	2.500,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.453,18			
1.1.1.2.1.	0201/0701100D	0112	2002	I	12	DAESU (EX-DSU) - CEMITÉRIOS E MERCADOS	OUTRA				DAESU	01-01-2002	31-12-2012	44.443,24	1.766,80	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.210,04			
1.1.1.2.1.		0116	2002	I	15	AQUISIÇÃO VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTO	OUTRA				DF	01-01-2002	31-12-2014	6.244.510,02	228.060,01	722.070,75	0,00	0,00	991.078,03	925.786,61	885.625,03	1.556.580,01	11.553.710,46				
1.1.1.2.1.	0201/070205	0116	2002	I	15									0,00	0,00	0,00	635.881,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.1.1.2.1.	0201/070207	0116	2002	I	15									0,00	0,00	0,00	86.189,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.	010200/0701090D	0117	2002	I	16	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2012	1.223.690,30	59.709,44	107.927,39	107.927,39	0,00	99.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.491.087,13			
1.1.1.2.1.	0203/0701070D	0118	2002	I	17	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO E OUTROS	OUTRA				DRI	01-01-2002	31-12-2012	602.963,35	525,01	74.819,68	74.819,68	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	0,00	753.127,72			
1.1.1.2.1.	0203/0701070D	04	2002	I	19	PLANO DIRECTOR DE INFORMÁTICA	OUTRA				DI	01-01-2002	31-12-2012	7.322.999,24	228.782,29	586.381,00	586.381,00	0,00	586.381,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.724.543,53			
1.1.1.2.1.		05	2002			REPARAÇÕES, ACESSÓRIOS E PEÇAS								2.736.593,47	71.654,70	202.964,00	202.964,00	0,00	202.964,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.214.176,17			
1.1.1.2.1.	0302/0701060D	0501	2002	I	20	VIATURAS	OUTRA				DTM	01-01-2002	31-12-2012	2.253.321,23	56.335,20	187.105,00	187.105,00	0,00	187.105,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.683.866,43			
1.1.1.2.1.	0302/0701100D	0502	2002	I	21	MÁQUINAS	OUTRA				DTM	01-01-2002	31-12-2012	483.272,24	15.319,50	15.859,00	15.859,00	0,00	15.859,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530.309,74			
1.1.1.2.1.		06	2004	A	2	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIATURAS	OUTRA				DTM	01-01-2004	31-12-2012	3.044.071,60	271.085,55	547.490,43	0,00	0,00	547.490,43	0,00	0,00	0,00	0,00	4.410.138,01			
1.1.1.2.1.	0302/020112	06	2004	A	2									0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.	0302/02012199	06	2004	A	2									0,00	0,00	0,00	18.768,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.	0302/020203	06	2004	A	2									0,00	0,00	0,00	228.722,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.		07	2004	A	3	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS	OUTRA				DTM	01-01-2004	31-12-2012	957.986,67	69.216,10	189.739,27	0,00	0,00	189.739,27	0,00	0,00	0,00	0,00	1.406.681,31			
1.1.1.2.1.	0302/020112	07	2004	A	3									0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.	0302/02012199	07	2004	A	3									0,00	0,00	0,00	6.299,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.	0302/020203	07	2004	A	3									0,00	0,00	0,00	83.439,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.	0203/020220	08	2004	A	23	PROJECTO ALMADA DIGITAL	OUTRA				DI	01-01-2004	31-12-2010	2.928.222,78	56.845,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.985.067,87			
1.1.1.2.1.		10	2007	A	1	MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA INFORMÁTICA	OUTRA				DI	02-01-2007	31-12-2012	1.663.533,56	169.229,91	742.841,35	0,00	0,00	450.273,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3.025.878,78			
1.1.1.2.1.	0203/020219	10	2007	A	1									0,00	0,00	0,00	619.756,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Valor Realizado ATÉ 1 OUT.	Valor Realizado PRÉV OUT A DEZ.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)										Total Previsto	Obs							
		Código	Ano	Tipo	Número			AC	AA	FD		Inicio	Fim			Ano em Curso (Financiamento)		Anos Seguintes		Cúmul														
																Total	Devido	Não Devido	2012		2013	2014												
1.1.1.2.	0203/02020	10	2007	A	1	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E OUTROS BENS PARA NOVOS EQUIPAMENTOS	OUTRA				OA	01-01-2008	31-12-2011	0,00	0,00	0,00	123.084,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.108.469,55								
1.1.1.2.	010200/0701100D	01	2008	I	1									1.103.469,55	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.		11	2008			MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	OUTRA				22	29-09-2008	31-12-2011	499.092,67	222.255,53	259.672,65	259.672,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	981.020,85							
1.1.1.2.		1101	2008	I	14	AUTENTICAÇÃO ELECTRÓNICA								2.700,00	232,50	21.768,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.700,50	
1.1.1.2.	010200/0701070D	1101	2008	I	14									0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.	010200/0701080D	1101	2008	I	14									0,00	0,00	0,00	16.768,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.	010200/0701070D	1102	2008	I	15	REENGENHARIA DE PROCESSOS	OUTRA				18	29-09-2008	31-12-2010	92.783,41	155.005,68	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.789,09							
1.1.1.2.		1103	2008	I	16	ATENDIMENTO MUNICIPAL MULTICANAL	OUTRA				20	29-09-2008	31-12-2011	202.057,22	2.500,00	99.462,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.019,22							
1.1.1.2.	010200/0701080D	1103	2008	I	16									0,00	0,00	0,00	2.662,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.1.2.	010200/0701100D	1103	2008	I	16									0,00	0,00	0,00	96.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.1.2.	010200/020214	1104	2008	A	3	MA-AUTENTICAÇÃO ELECTRÓNICA	OUTRA				22	29-09-2008	31-12-2011	110.904,04	64.517,35	30.962,65	30.962,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206.384,04								
1.1.1.2.	010200/020220	1105	2008	A	4	MA-REENGENHARIA DE PROCESSOS	OUTRA				18	29-09-2008	31-12-2011	46.680,00	0,00	106.480,00	106.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.160,00								
1.1.1.2.		1106	2008	A	5	MA-ATENDIMENTO MUNICIPAL MULTICANAL	OUTRA				20	29-09-2008	31-12-2011	43.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.968,00								
1.1.1.2.	0203/04070102	12	2011	A	4	NAV-PORTAL ALMADA CIDADE DIGITAL	OUTRA				DI	02-01-2011	31-12-2011	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00								
1.1.1.3.						Encargos Correntes Municipais								27.842.090,68	867.711,58	2.809.772,50	2.809.772,50	0,00	2.599.888,84	91.242,87	64.200,51	50.425,71	34.325.332,89											
1.1.1.3.	0201/020202	01	2002	A	1	ENCARGOS DE LIMPEZA	OUTRA				DP	01-01-2002	31-12-2012	5.432.870,33	254.362,16	540.666,67	540.666,67	0,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.677.899,16								
1.1.1.3.	0201/020218	02	2002	A	2	ENCARGOS DE SEGURANÇA	OUTRA				DP	01-01-2002	31-12-2012	8.690.722,56	212.284,33	402.500,00	402.500,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.605.506,89								
1.1.1.3.		03	2002	A	3	ENCARGOS COM SEGUROS	OUTRA				DF e DRH	01-01-2002	31-12-2012	7.679.014,91	160.211,94	991.389,52	0,00	0,00	991.389,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.822.005,89								
1.1.1.3.	010200/020212	03	2002	A	3									0,00	0,00	0,00	15.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.1.3.	010202/020212	03	2002	A	3									0,00	0,00	0,00	112.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.1.3.	0201/020212	03	2002	A	3									0,00	0,00	0,00	198.438,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.1.3.	0202/01030901	03	2002	A	3									0,00	0,00	0,00	174.113,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.1.3.	0202/01030902	03	2002	A	3									0,00	0,00	0,00	347.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.1.3.	0302/020212	03	2002	A	3									0,00	0,00	0,00	143.838,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.1.3.	0302/020102	04	2002	A	7	ENCARGOS COM COMBUSTÍVEIS	OUTRA				DTM	01-01-2002	31-12-2012	5.588.423,22	213.031,11	837.459,86	837.459,86	0,00	757.459,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.396.374,05								
1.1.1.3.		05	2003	A	1	ENCARGOS COM LEASING	OUTRA				DF	01-01-2003	31-12-2014	451.059,66	27.822,04	37.756,45	0,00	0,00	101.039,46	91.242,87	64.200,51	50.425,71	823.546,70											
1.1.1.3.	0103/030305	06	2003	A	1									0,00	0,00	0,00	33.589,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.1.3.	0103/030307	06	2003	A	1									0,00	0,00	0,00	4.166,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.2.						Actividades Sociais para os Trabalhadores Autárquicos								3.548.869,18	333.905,19	632.996,56	632.996,56	0,00	631.760,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.147.531,32								
1.1.2.	0202/020105	01	2002	A	4	SERVIÇOS DE REFEITÓRIO	OUTRA				DS	01-01-2002	31-12-2012	2.186.810,68	106.324,88	260.933,63	260.933,63	0,00	260.933,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.815.002,82								
1.1.2.		02	2002	A	5	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	OUTRA				DP	01-01-2002	31-12-2012	489.298,54	54.151,06	124.853,29	0,00	0,00	123.617,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	791.920,01								
1.1.2.	0202/02012196	02	2002	A	5									0,00	0,00	0,00	22.453,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.2.	0202/020215	02	2002	A	5									0,00	0,00	0,00	89.004,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.2.	0202/02022596	02	2002	A	5									0,00	0,00	0,00	13.394,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
1.1.2.	0201/020107	03	2004	A	22	HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	OUTRA				DA	01-01-2004	31-12-2012	872.759,96	173.429,25	247.209,64	247.209,64	0,00	247.209,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.540.608,49								
1.2.						SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA								2.515.015,51	14.700,00	15.000,00	15.000,00	0,00	306.779,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.851.494,51								
1.2.1.						PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS								2.515.015,51	14.700,00	15.000,00	15.000,00	0,00	306.779,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.851.494,51								
1.2.1.	010202/0701150D	01	2002	I	22	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA	OUTRA				PC	01-01-2002	31-12-2012	46.565,60	7.500,00	7.500,00	7.500,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.065,60								
1.2.1.	010202/0701100D	03	2002	I	13	PROTECÇÃO CIVIL	OUTRA				PC	01-01-2002	31-12-2012	2.468.449,91	7.200,00	7.500,00	7.500,00	0,00	299.279,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.782.428,91								
2.						FUNÇÕES SOCIAIS								107.895.110,13	7.250.026,26	24.959.359,41	24.959.359,41	0,00	19.217.020,03	403.280,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.724.796,36								
2.1.						EDUCAÇÃO								33.299.903,11	2.808.960,42	7.390.285,48	7.390.285,48	0,00	6.556.254,46	0,00	0,													

Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação				Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Valor Realizado ATÉ 1 OUT	Valor Realizado PREV OUT R DEZ	Despesas de Investimento (PREVISÃO)										Total Previsto	Obs
		Código	Ano	Tipo	Número			AC	MA	EC		Ano em Curso (Financiamento)				Anos Seguintes											
												Total	Devido			Não Devido	2012	2013	2014	Outros							
2.1.1.1.		0301	2009	I	5	JÍ NA EB1 FEIJÓ N.º1	EMPREITADA	30			DERE	02-01-2009	31-12-2011	26.019,97	73.952,68	375.606,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	475.578,97	(4)	
2.1.1.1.	0501/070103050D	0301	2009	I	5									0,00	0,00	0,00	372.799,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.1.	0501/0701100D	0301	2009	I	5									0,00	0,00	0,00	2.807,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.1.		0302	2009	I	6	JÍ NA EB1 LARANJEIRO N.º2	EMPREITADA	30			DERE	02-01-2009	31-12-2011	33.895,35	96.762,93	340.451,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	471.109,85	(4)	
2.1.1.1.	0501/070103050D	0302	2009	I	6									0,00	0,00	0,00	337.644,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.1.	0501/0701100D	0302	2009	I	6									0,00	0,00	0,00	2.807,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.1.		0303	2009	I	7	JÍ NA EB1 LARANJEIRO N.º3	EMPREITADA	37			DERE	02-01-2009	31-12-2011	23.056,02	94.512,93	421.088,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	538.657,52	(4)	
2.1.1.1.	0501/070103050D	0303	2009	I	7									0,00	0,00	0,00	418.281,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.1.	0501/0701100D	0303	2009	I	7									0,00	0,00	0,00	2.807,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.1.		0304	2009	I	8	JÍ NA EB1 CATÁVENTOS DA PAZ	EMPREITADA	49			DERE	02-01-2009	31-12-2011	61.329,08	113.559,83	468.658,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	643.547,08	(4)	
2.1.1.1.	0501/070103050D	0304	2009	I	8									0,00	0,00	0,00	462.554,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.1.	0501/0701100D	0304	2009	I	8									0,00	0,00	0,00	6.104,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.2.						Ensino Básico e Secundário								22.966.057,13	1.415.538,14	2.201.073,77	2.201.073,77	0,00	2.972.847,38	0,00	0,00	0,00	0,00	29.555.516,42			
2.1.1.2.	0501/0701150D	03	2002	I	29	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR	OUTRA				DERE	01-01-2002	31-12-2012	1.576.705,07	133.061,76	120.187,07	120.187,07	0,00	84.212,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.914.165,90			
2.1.1.2.	0501/070103050D	05	2002	I	30	AMPLIAÇÃO DA REDE ESCOLAR	OUTRA				DERE	01-01-2002	31-12-2011	5.493.464,16	177.942,36	42.729,96	42.729,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.714.136,48			
2.1.1.2.		02	2003	I		EDIFÍCIOS ESCOLARES E LOGRADOUROS								5.670.692,26	790.002,33	1.058.759,98	1.058.759,98	0,00	1.058.759,98	0,00	0,00	0,00	0,00	8.578.214,55			
2.1.1.2.	0501/070103050D	0201	2003	I	1	GRANDES REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS ESCOLARES E LOGRADOUROS	EMPREITADA				DERE	01-01-2003	31-12-2012	4.024.304,24	478.945,28	753.457,98	753.457,98	0,00	753.457,98	0,00	0,00	0,00	0,00	6.010.165,48			
2.1.1.2.	0501/070103050D	0202	2003	I	2	REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS ESCOLARES	OUTRA				DERE	01-01-2003	31-12-2012	1.646.388,02	311.057,05	305.302,00	305.302,00	0,00	305.302,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.568.049,07			
2.1.1.2.		08	2004	A	4	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS ESCOLARES E LOGRADOUROS	OUTRA				DERE	01-01-2004	31-12-2012	177.507,72	13.610,69	43.169,30	0,00	0,00	67.229,40	0,00	0,00	0,00	0,00	301.517,11			
2.1.1.2.	0501/02012169	08	2004	A	4									0,00	0,00	0,00	21.163,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.2.	0501/020203	08	2004	A	4									0,00	0,00	0,00	22.006,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.2.		10	2008			AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR								9.729.434,80	221.357,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.950.792,52			
2.1.1.2.		1001	2008	I	9	EB1/JÍ PRAGAL N.º2	EMPREITADA				27 DERE	29-09-2008	31-12-2010	2.152.291,16	8.861,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.161.152,52	(1)		
2.1.1.2.		1002	2008	I	10	EB1/JÍ VALE FIGUEIRA N.º1	EMPREITADA				30 DERE	29-09-2008	31-12-2010	2.080.890,17	17.437,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.098.327,25	(1)		
2.1.1.2.		1003	2008	I	11	EB1/JÍ COSTA DE CAPARICA N.º2	EMPREITADA				32 DERE	29-09-2008	31-12-2010	1.888.926,78	95.141,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.984.067,93	(1)		
2.1.1.2.		1004	2008	I	12	EB1/JÍ ALMADA N.º2	EMPREITADA				30 DERE	29-09-2008	31-12-2010	2.097.283,19	87.559,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.184.842,70	(1)		
2.1.1.2.		1005	2008	I	13	EB1/JÍ TRAFARIA N.º2	EMPREITADA				18 DERE	29-09-2008	31-12-2010	1.510.043,50	12.358,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.522.402,12	(1)		
2.1.1.2.	0501/0701070D	11	2010	I	7	PLANO TECNOLÓGICO PARA ESCOLAS 1º CICLO	OUTRA				17 DE	01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	209.887,00	209.887,00	0,00	186.646,00	0,00	0,00	0,00	0,00	396.533,00	(1)		
2.1.1.2.	0501/070103050D	12	2010	I	8	EB1/JÍ CHARNECA DA CAPARICA	EMPREITADA				DERE	01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	424.000,00	424.000,00	0,00	1.576.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00			
2.1.1.2.	010200/04050103	13	2010	A	2	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE EDUCAÇÃO NAS JF	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2011	318.253,12	79.563,28	302.340,46	302.340,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.156,86			
2.1.2.						SERVIÇOS AUXILIARES								8.593.538,42	993.620,40	3.583.407,08	3.583.407,08	0,00	3.583.407,08	0,00	0,00	0,00	0,00	16.753.972,98			
2.1.2.2.						Ação Social Escolar								8.593.538,42	993.620,40	3.583.407,08	3.583.407,08	0,00	3.583.407,08	0,00	0,00	0,00	0,00	16.753.972,98			
2.1.2.2.		01	2004	A	21	APOIO ALIMENTAR	OUTRA				DE	01-01-2004	31-12-2012	6.582.191,37	497.066,30	2.254.414,58	0,00	0,00	2.254.414,58	0,00	0,00	0,00	0,00	11.588.086,83			
2.1.2.2.	0501/020220	01	2004	A	21									0,00	0,00	0,00	5.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/02022503	01	2004	A	21									0,00	0,00	0,00	1.712.990,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/04070102	01	2004	A	21									0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/050701	01	2004	A	21									0,00	0,00	0,00	520.804,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/050701	02	2007	A	2	ALARGAMENTO DE HORÁRIO PRÉ-ESCOLAR	OUTRA				DE	02-01-2007	31-12-2012	943.600,28	407.302,50	931.330,00	931.330,00	0,00	931.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.213.562,78			
2.1.2.2.	0501/04070102	03	2007	A	3	ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	OUTRA				DE	02-01-2007	31-12-2012	593.265,48	70.485,00	197.662,50	197.662,50	0,00	197.662,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.059.075,48			
2.1.2.2.		04	2008	A	1	TRANSPORTE ESCOLAR	OUTRA				DE	01-01-2008	31-12-2012	474.481,29	18.766,60	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	893.247,89			
2.1.2.2.	0501/020210	04	2008	A	1									0,00	0,00	0,00	129.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/060701	04	2008	A	1									0,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/050803	04	2008	A	1									0,00	0,00	0,00	4.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0					

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Valor Realizado ATE 1 OUT.	Valor Realizado PREV OUT A DEZ.	Ano em Curso (Financiamento)		Despesa de Investimento (PREVISÃO)					Total Previsto	Out
		Código	Ano	Tipo	Número			AO	AN	EU		Início	Fim			Total	Definitivo	Não Definitivo	Anos Seguintes					
																			2012	2013	2014	Quota		
2.3.2.2.	010200/04060103	03	2010	A	3	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF- APOIO SOCIAL	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2011	1.392.867,29	346.216,71	1.323.223,93	1.323.223,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.064.307,93	
2.4.						HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS								46.617.596,37	3.491.494,31	13.313.714,24	13.313.714,24	0,00	10.103.707,57	403.280,53	0,00	0,00	73.929.793,02	
2.4.1.						HABITAÇÃO								4.013.566,15	338.121,34	1.060.281,82	1.060.281,82	0,00	817.281,82	300.000,00	0,00	0,00	6.519.251,13	
2.4.1.2.						Recuperação e Conservação Habitacional								3.579.937,26	331.866,98	1.025.281,82	1.025.281,82	0,00	792.281,82	300.000,00	0,00	0,00	6.029.367,88	
2.4.1.2.	0304/020203	06	2004	A	5	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL	ADM. DIR.				DH	01-01-2004	31-12-2012	244.894,87	51.422,10	51.729,82	51.729,82	0,00	51.729,82	0,00	0,00	0,00	399.776,61	
2.4.1.2.	0304/070102030D	08	2002	I	5	GRANDES REPARAÇÃO EM BAIROS CAMARÁRIOS	EMPREITADA				DH	01-01-2002	31-12-2012	3.325.414,01	104.928,51	140.352,00	140.352,00	0,00	140.352,00	0,00	0,00	0,00	3.711.046,52	
2.4.1.2.	0304/020220	01	2008	A	2	COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL	OUTRA				DMOVU	01-01-2008	31-12-2012	9.628,38	3.070,30	5.200,00	5.200,00	0,00	22.200,00	0,00	0,00	0,00	40.098,68	
2.4.1.2.	0304/070102030D	12	2010	I	19	PLANO DE CONSERVAÇÃO DE BAIROS CAMARÁRIOS (2ª FASE)	OUTRA				DH	01-01-2010	31-12-2012	0,00	172.446,07	400.000,00	400.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	722.446,07	
2.4.1.2.	0304/0701150D	13	2010	I	23	RECUP. DE IMÓVEIS AO ABRIGO DO RECREIA (EM SUBST. DE PARTICULARES)	OUTRA				DH	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	28.000,00	28.000,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	56.000,00	
2.4.1.2.	0402/0701150D	14	2011	I	3	REABILITAÇÃO URBANA E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	OUTRA				DQU	02-01-2011	31-12-2013	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	900.000,00	
2.4.1.2.	0304/070102030D	15	2011	I	5	BAIROS CAMARÁRIOS (OPÇÕES PARTICIPATIVAS)	OUTRA				DH	02-01-2011	31-12-2012	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
2.4.1.3.						Espaços Exteriores Habitacionais								433.628,89	6.254,36	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	489.883,25	
2.4.1.3.	0304/070104990D	06	2002	I	50	DEMOLIÇÕES E RENATURALIZAÇÕES	OUTRA				DH	01-01-2002	31-12-2012	433.628,89	6.254,36	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	489.883,25	
2.4.2.						ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO								13.131.936,32	1.081.162,64	8.726.560,60	8.726.560,60	0,00	5.273.026,89	103.280,53	0,00	0,00	28.315.966,98	
2.4.2.1.						Planeamento Urbanístico								5.379.713,88	148.361,38	986.113,84	986.113,84	0,00	302.069,57	103.280,53	0,00	0,00	6.919.539,20	
2.4.2.1.	0402/0701150D	02	2002	I	52	PLANOS	OUTRA				DEP	01-01-2002	31-12-2011	3.658.968,76	28.001,38	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.766.970,14	
2.4.2.1.	0504/0701150D	05	2002	I	54	PROJECTO DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO ÂMBITO DE EMPREITADAS	OUTRA				DO	01-01-2002	31-12-2012	63.625,10	0,00	5.752,00	5.752,00	0,00	5.752,00	0,00	0,00	0,00	75.129,10	
2.4.2.1.	0301/0701150D	06	2005	I	3	PROJECTOS DIVERSOS	OUTRA				OA	01-01-2005	31-12-2013	1.335.196,02	0,00	783.761,84	783.761,84	0,00	206.561,06	103.280,53	0,00	0,00	2.428.799,45	
2.4.2.1.	010200/0701150D	07	2007	I	11	PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	OUTRA				DQU	02-01-2007	31-12-2012	313.884,00	48.000,00	53.000,00	53.000,00	0,00	89.756,51	0,00	0,00	0,00	504.640,51	
2.4.2.1.	0402/0701150D	08	2008	I	32	ESTUDO DE DIAGNÓSTICO E PLANO DE PORMENOR DA FONTE DA TELHA	OUTRA				50 DEP	02-01-2009	31-12-2011	8.040,00	72.360,00	63.600,00	63.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144.000,00	
2.4.2.2.						Infraestruturas de Urbanização								144.696,79	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	244.696,79	
2.4.2.2.	0401/070104010D	01	2002	I	55	OBRAS COMPL. EM ALV. P/ EXECUÇÃO CAUÇÕES	EMPREITADA				DAU	01-01-2002	31-12-2012	144.696,79	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	244.696,79	
2.4.2.3.						Out. Encarg. Urbanísticos(Terrenos e Outro Patrim)								6.301.575,64	26.522,81	98.073,00	98.073,00	0,00	28.073,00	0,00	0,00	0,00	6.454.244,45	
2.4.2.3.	0201/0701010D	01	2002	I	56	AQUISIÇÃO DE SOLOS	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2011	6.129.927,64	20.000,00	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.219.927,64	
2.4.2.3.	0401/070104080D	03	2002	I	59	TOPONIMIA	OUTRA				DGF	01-01-2002	31-12-2012	171.648,00	6.522,81	28.073,00	28.073,00	0,00	28.073,00	0,00	0,00	0,00	234.316,81	
2.4.2.5.						Requalificação Urbana								1.305.950,01	906.278,45	7.592.373,76	7.592.373,76	0,00	4.892.884,32	0,00	0,00	0,00	14.697.486,54	
2.4.2.5.	0103/080701	01	2002	I	80	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (NOVA ALMADA VELHA)	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2012	199.939,89	50.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	299.939,89	
2.4.2.5.	0103/080701	02	2002	I	81	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (ARRIBATEJO)	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2012	199.939,89	25.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	274.939,89	
2.4.2.5.		08	2008			ALMADA POENTE-REGENERAÇÃO PARA UMA NOVA CENTRALIDADE								306.503,90	606.428,82	3.343.957,95	3.343.957,95	0,00	578.892,40	0,00	0,00	0,00	4.835.783,07	
2.4.2.5.		0801	2008	I	17	CONSTRUÇÃO DE PISCINA COBERTA	EMPREITADA				42 DID	02-01-2009	31-12-2012	60.180,00	260.000,00	1.803.027,49	0,00	0,00	174.303,51	0,00	0,00	0,00	2.297.511,00	
2.4.2.5.	010200/07010302	0801	2008	I	17									0,00	0,00	0,00	1.653.027,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.	010200/0701070D	0801	2008	I	17									0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/0701100D	0801	2008	I	17									0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.		0802	2008	I	18	CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL	EMPREITADA				41 DB	02-01-2009	31-12-2012	48.654,00	260.000,00	1.133.539,98	0,00	0,00	235.915,72	0,00	0,00	0,00	1.678.109,70	
2.4.2.5.	010200/07010302	0802	2008	I	18									0,00	0,00	0,00	840.539,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/0701070D	0802	2008	I	18									0,00	0,00	0,00	43.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/0701100D	0802	2008	I	18									0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/07010404	0803	2008	I	19	REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS EXTERIORES DO BAIRO AMARELO	OUTRA				42 DQU	02-01-2009	31-12-2012	42.210,00	28.122,00	284.991,83	284.991,83	0,00	168.673,17	0,00	0,00	0,00	523.997,00	
2.4.2.5.		0804	2008	A	6	APOIO À FIXAÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	OUTRA				41 DPPDL	01-01-2009	31-12-2011	0,00	0,00	13.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.570,00	
2.4.2.5.	010200/020214	0804	2008	A	6									0,00	0,00	0,00	3.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/020220	0804	2008	A	6									0,00	0,00	0,00	9.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.		0805	2008	A	7	GABINETE TÉCNICO LOCAL	OUTRA				42 DPPDL	01-01-2009	31-12-2011	10.974,85	32.216,15	17.828,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.019,65	
2.4.2.5.	010200/020217	0805	2008	A	7									0,00	0,00	0,00	6.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/020220	0805	2008	A	7									0,00	0,00	0,00	11.228,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/0701070D	0806	2009	I	20	GABINETE TÉCNICO LOCAL	OUTRA				42 DPPDL	02-01-2009	31-12-2011	144.485,05	26.090,67	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.575,72	

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Valor Realizado ATE 1 OUT.	Valor Realizado PREV OUT A DEZ	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsto	Obs	
		Código	Ano	Tipo	Número			AC	AA	ES		Início	Fim			Ano em Curso (Financiamento)				Anos Seguintes						
																Total	Definitivo	Não Definitivo	2012	2013	2014	Outras				
2.4.2.5.		0807	2011	I	1	APOIO À FIXAÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	OUTRA				41	DPDDL	02-01-2011	31-12-2011	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	(1)
2.4.2.5.	010200/07010307	0807	2011	I	1										0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/0701150D	0807	2011	I	1										0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.		09	2008			REVITALIZAÇÃO ALMADA VELHA-GINJAL									103.713,00	46.710,00	2.451.394,05	2.451.394,05	0,00	356.862,95	0,00	0,00	0,00	0,00	2.958.680,00	
2.4.2.5.	010200/07010401	0901	2008	I	26	REQUALIFICAÇÃO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS	OUTRA				34	DQU	02-01-2010	31-12-2011	24.378,00	2.000,00	587.302,00	587.302,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	613.680,00	(1)
2.4.2.5.	010200/07010401	0902	2008	I	27	TRATAMENTO DO PASSEIO RIBEIRINHO DE CACILHAS AO OLHO DE BOI	OUTRA				46	DPPDL	02-01-2009	31-12-2011	29.940,00	0,00	358.060,00	358.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388.000,00	(1)
2.4.2.5.	010200/07010307	0903	2008	I	28	REABILITAÇÃO DO MUSEU NAVAL DE ALMADA	OUTRA				32	DMUSEUS	02-01-2009	31-12-2012	20.400,00	43.500,00	280.342,05	280.342,05	0,00	62.257,95	0,00	0,00	0,00	0,00	406.500,00	(1)
2.4.2.5.	010200/07010499	0904	2008	I	29	CONSOLIDAÇÃO DA ESCARPA RIBEIRINHA	OUTRA				38	DOM	02-01-2009	31-12-2012	23.235,00	0,00	1.132.660,00	1.132.660,00	0,00	294.605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.450.500,00	(1)
2.4.2.5.		0906	2008	A	8	GABINETE TÉCNICO LOCAL	OUTRA				37	DPPDL	01-01-2009	31-12-2011	5.760,00	1.210,00	93.030,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	(1)
2.4.2.5.	010200/020217	0906	2008	A	8										0,00	0,00	0,00	38.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/020220	0906	2008	A	8										0,00	0,00	0,00	54.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	0402/070104990D	10	2009	I	15	CENTRO HISTÓRICO DO MONTE DE CAPARICA	EMPREITADA				DPU	01-01-2009	31-12-2012	0,00	12.100,00	166.360,00	166.360,00	0,00	184.640,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	363.100,00	
2.4.2.5.	010200/080701	11	2010	I	26	NOVA ALMADA VELHA / PARCERIAS POLIS XXI	OUTRA				DPPDL	02-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	115.000,00	115.000,00	0,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	
2.4.2.5.		12	2010			ALMADA VELHA - DE NOVO CENTRO									61.990,29	149.842,04	1.128.516,20	1.128.516,20	0,00	3.357.488,97	0,00	0,00	0,00	0,00	4.697.837,50	
2.4.2.5.	010200/07010307	1201	2010	I	1	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DE ALMADA VELHA	OUTRA				45	DMUSEUS	01-01-2010	31-12-2012	15.189,20	10.890,00	90.030,00	90.030,00	0,00	433.890,80	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	(1)
2.4.2.5.	010200/07010307	1202	2010	I	2	NÚCLEO MUSEOLÓGICO/MUSEU DA MÚSICA	OUTRA				45	DMUSEUS	01-01-2010	31-12-2012	0,00	28.806,00	105.000,00	105.000,00	0,00	326.194,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	(1)
2.4.2.5.	010200/07010307	1203	2010	I	3	REABILITAÇÃO DO ANTIGO TEATRO MUNICIPAL	OUTRA				46	DEC	01-01-2010	31-12-2011	12.003,20	13.503,60	374.493,20	374.493,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	(1)
2.4.2.5.	010200/07010307	1204	2010	I	4	UNIVERSIDADE SÉNIOR DE ALMADA	OUTRA				29	DEJ	01-01-2010	31-12-2012	4.830,00	50.883,33	100.000,00	100.000,00	0,00	1.542.124,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.697.837,50	(1)
2.4.2.5.		1205	2010	A	1	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	OUTRA				41	DPPDL	01-01-2010	31-12-2012	4.369,53	25.630,47	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	(1)
2.4.2.5.	010200/020214	1205	2010	A	1										0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/020217	1205	2010	A	1										0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/020220	1205	2010	A	1										0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/07010401	1206	2010	I	5	QUALIFICAÇÃO DA RUA CAPITÃO LEITÃO	OUTRA				47	DQU	01-01-2010	31-12-2012	9.679,52	10.889,48	313.993,00	313.993,00	0,00	465.438,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	(1)
2.4.2.5.	010200/07010307	1207	2010	I	6	QUARTEIRÃO DAS ARTES	OUTRA				46	DPPDL	01-01-2010	31-12-2012	15.918,84	9.239,16	115.000,00	115.000,00	0,00	559.842,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	(1)
2.4.2.5.		13	2010	I	30	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO ALMARAZ	OUTRA				DPU	02-01-2010			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.		1401	2010	I	28	CASA MUNICIPAL DA JUVENTUDE	OUTRA				DEJ	02-01-2010			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.		1402	2010	I	29	JARDIM DA BELA VISTA	OUTRA				DQU	02-01-2010			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.		15	2010	I	27	CENTRO DE ARTES CULINÁRIAS E ENOGASTRONOMIA	OUTRA				DMDS	01-01-2010			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/07010399	16	2010	I	31	PARCERIAS PARA A QUALIFICAÇÃO URBANA / FREGUESIAS	OUTRA				OA	02-01-2010	31-12-2012	78.973,00	16.197,59	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	345.170,59	
2.4.2.5.		17	2010	I	32	SOCIEDADE LOCAL DO ARCO RIBEIRINHO SUL "CIDADE DA ÁGUA"	OUTRA				OA	02-01-2010			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/08050103	18	2010	I	35	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA	OUTRA				DF	02-01-2010	31-12-2011	354.890,04	0,00	337.145,56	337.145,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	692.035,60	
2.4.3.1.		02	2008	I	31	REDE ESTRUTURANTE DE SANEAMENTO (QREN/SM)	OUTRA				OA	02-01-2009			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.5.						RESÍDUOS SÓLIDOS									2.637.353,74	134.854,10	512.662,53	512.662,53	0,00	107.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.392.184,37	
2.4.5.1.						Remoção dos Resíduos e Limpeza Pública									2.637.353,74	134.854,10	512.662,53	512.662,53	0,00	107.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.392.184,37	
2.4.5.1.	0302/0701100D	01	2002	I	67	AQUISIÇÃO DE CONTENTORES, PAPELEIRAS E ACESSÓRIOS	OUTRA				DS	01-01-2002	31-12-2012	1.123.938,22	64.896,76	150.000,00	150.000,00	0,00	52.374,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.391.208,98	
2.4.5.1.	0302/0701090D	02	2002	I	68	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS- OUTROS	OUTRA				DSEVT	01-01-2002	31-12-2012	381.248,65	15.101,40	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456.350,05	
2.4.5.1.	010200/08050103	03	2002	I	69	DESCENTRALIZAÇÃO DE LIMPEZA P/FREGUESIAS/REPARAÇÃO DE VIATURAS	OUTRA				DF	01-01-2002	31-12-2012	814.284,34	15.333,59	24.940,00	24.940,00	0,00	24.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	879.497,93	
2.4.5.1.	0302/0701150D	04	2009	I	14	PLANO DE RECONVERSÃO DO SISTEMA DE RSU	OUTRA				DSEVT	02-01-2009	31-12-2011	11.160,00	38.840,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	
2.4.5.1.	010200/04060103	05	2010	A	4	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE LIMPEZA NAS JF	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2011	306.722,53	682,35	306.722,53	306.722,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614.127,41	
2.4.6.						PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA									26.834.740,16	1.937.356,23	3.024.209,29	3.024.209,29	0,00	3.906.084,86	0,00	0,00	0,00	0,00	35.702.390,54	
2.4.6.1.						Promoção da Sustentabilidade Ambiental e Energética									7.206.197,79	751.466,14	872.664,40	872.664,40	0,00	1.328.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.159.128,33	
2.4.6.1.		01	2002			PLANO MUNICIPAL DO AMBIENTE									4.595.034,12	309.551,79	394.840,40	394.840,40	0,00	348.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.648.226,31	
2.4.6.1.	010205/0701150D	0102	2002	I	70	PROJECTOS	OUTRA				DEGAS	01-01-2002	31-12-2012	4.595.0												

Objectivo	Código de Classificação Económica	Projecto Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Valor Realizado ATE 1 OUT.	Valor Realizado PREV. OUT A DEZ.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsto	Obs	
		Código	Ano	Tipo	Maven			AC	AA	FC		Inicio	Fim			Ano em Curso (Financiamento)				Anos Seguintes						
																Total	Definido	Não Definido	2012	2013	2014	Outros				
2.4.6.1.	010205/07010401	03	2005	I	2	ALMADA CICLÁVEL	OUTRA				50	DEGAS	01-01-2005	31-12-2011	2.098.452,32	55.598,03	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.159.050,35		
2.4.6.1.	010205/07010404	10	2006	I	2	QUINTA BIOLÓGICA	OUTRA					DEGAS	02-01-2006	31-12-2012	2.696,02	6.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	333.696,02		
2.4.6.1.	010205/07010301	04	2009	I	1	CMA-CENTRO DE MONITORIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	OUTRA					DEGAS	02-01-2009	31-12-2011	157.512,94	40.241,43	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222.754,37		
2.4.6.1.	010205/07011500	05	2009	I	2	CASA DA MOBILIDADE	OUTRA					DEGAS	02-01-2009	31-12-2011	9.480,00	40.000,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.480,00		
2.4.6.1.	010205/07011500	06	2009	I	9	BICLATEJO-PARTILHA DE BICICLETAS	OUTRA					DEGAS	01-01-2009	30-04-2010	69.382,00	482,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.864,79		
2.4.6.1.	010205/07011500	07	2009	I	3	REDUÇÃO DA INTENSIDADE ENERGÉTICA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA/ENERGIAS RENOVÁVEIS	OUTRA					DEGAS	02-01-2009	31-12-2012	244.252,26	272.188,11	140.000,00	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	796.440,37		
2.4.6.1.	010205/07011500	0701	2009	I	3	REDUÇÃO DA INTENSIDADE ENERGÉTICA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA/ENERGIAS RENOVÁVEIS	OUTRA					DEGAS	02-01-2009	31-12-2012	244.252,26	272.188,11	140.000,00	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	796.440,37		
2.4.6.1.	010200/020220	08	2009	A	3	CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS	OUTRA					DEGAS	02-01-2009	31-12-2012	210,00	24.790,00	37.824,00	37.824,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	112.824,00		
2.4.6.1.	010209/07011500	09	2010	I	15	CASA DA ENERGIA®	OUTRA					DEGAS	01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	225.000,00		
2.4.6.1.	010205/07010401	10	2010	I	17	REDE CICLÁVEL	OUTRA					DEGAS	01-01-2010	31-12-2012	29.178,13	2.613,99	120.000,00	120.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	401.792,12		
2.4.6.1.	010205/07010409	11	2010	I	33	PLANO DE MOBILIDADE ELÉCTRICA	OUTRA					DEGAS	02-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00		
2.4.6.2.		01	2002	I		Valorização do Património Natural									13.803.123,78	613.368,61	1.359.360,96	1.359.360,96	0,00	1.740.943,00	0,00	0,00	0,00	17.516.794,35		
2.4.6.2.						PARQUE URBANO DA PAZ									6.789.128,64	124.515,27	250.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	7.413.643,91		
2.4.6.2.	0302/0701040400	0102	2002	I	71	OBRA	EMPREITADA					DPPP	01-01-2002	31-12-2012	6.789.128,64	124.515,27	250.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	7.413.643,91		
2.4.6.2.	0302/0701040400	02	2002	I	72	ESPAÇOS EXTERIORES- CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO	EMPREITADA					DJEV	01-01-2002	31-12-2012	2.984.580,11	238.131,03	407.555,45	407.555,45	0,00	392.981,00	0,00	0,00	0,00	4.023.247,59		
2.4.6.2.	0302/0701040400	03	2002	I	73	BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ZONAS VERDES	EMPREITADA					DJEV	01-01-2002	31-12-2012	2.181.242,06	154.079,65	427.843,51	427.843,51	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	3.183.165,22		
2.4.6.2.	0302/07011000	06	2002	I	76	AQUISIÇÃO, MÁQUINAS E OUTRO EQUIPAMENTO	OUTRA					DJEV	01-01-2002	31-12-2012	225.401,65	24.187,51	15.962,00	15.962,00	0,00	15.962,00	0,00	0,00	0,00	281.513,16		
2.4.6.2.	0302/0701040400	09	2006	I	1	REDE DE PARQUES E JARDINS	OUTRA					DJEV	02-01-2006	30-12-2010	1.622.771,32	10.353,15	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.635.124,47		
2.4.6.2.	0302/0701040400	11	2009	I	16	JARDIM DO MONTE DA CAPARICA	EMPREITADA					DSEVT	02-01-2009	31-12-2012	0,00	12.100,00	160.000,00	160.000,00	0,00	328.000,00	0,00	0,00	0,00	500.100,00		
2.4.6.2.	0302/0701040400	12	2010	I	13	PARQUE JARDIM URBANO NA TRAFARIA	EMPREITADA					DSVET	01-01-2010	31-12-2012	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00		
2.4.6.2.	0302/0701040400	13	2010	I	14	PARQUE JARDIM URBANO NO PRAGAL	OUTRA					DPP	01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	46.000,00	46.000,00	0,00	254.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00		
2.4.6.3.						Outras Actividades									5.825.418,59	572.523,48	792.183,93	792.183,93	0,00	836.341,86	0,00	0,00	0,00	8.026.467,86		
2.4.6.3.	0201/0701041100	01	2002	I	77	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	OUTRA					DAESU	01-01-2002	31-12-2012	63.283,72	6.178,68	16.700,00	16.700,00	0,00	16.700,00	0,00	0,00	0,00	102.862,40		
2.4.6.3.	0201/0701041100	02	2002	I	78	CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIOS	OUTRA					DAESU	01-01-2002	31-12-2012	854.366,55	0,00	192.290,00	192.290,00	0,00	87.290,00	0,00	0,00	0,00	1.133.946,55		
2.4.6.3.	0201/0701041100	03	2002	I	79	AQUISIÇÃO DE INCINERADORA	OUTRA					DAESU	01-01-2002	31-12-2010	820.166,16	336.059,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.156.225,19		
2.4.6.3.	0302/020220	05	2004	A	20	SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	OUTRA					DS	01-01-2004	31-12-2012	4.071.663,14	230.285,77	568.051,86	568.051,86	0,00	732.351,86	0,00	0,00	0,00	5.602.352,63		
2.4.6.3.	010200/08050103	06	2010	I	21	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF-CEMITÉRIOS	OUTRA					DF	01-01-2010	31-12-2011	15.939,02	0,00	15.142,07	15.142,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.081,09		
2.5.						SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS									26.584.743,36	601.354,82	2.932.135,76	2.932.135,76	0,00	2.567.068,00	0,00	0,00	0,00	32.675.291,94		
2.5.1.						CULTURA									6.775.837,71	108.783,95	511.374,84	511.374,84	0,00	378.049,00	0,00	0,00	0,00	7.774.045,50		
2.5.1.1.						Património Cultural Edificado									5.569.987,04	62.122,37	202.387,14	202.387,14	0,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	5.994.496,55		
2.5.1.1.	0502/0701030200	12	2006	I	3	REDE DE BIBLIOTECAS-AMPLIAÇÃO	EMPREITADA					DB	02-01-2006	31-12-2011	1.874.127,42	11.274,33	2.387,14	2.387,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.887.788,89		
2.5.1.1.		14	2007	I	4	CENTRO CIVICO DO FEIJÓ	EMPREITADA					OA	02-01-2007	31-12-2010	1.397.434,60	25.025,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.422.460,48		
2.5.1.1.		15	2007	I	5	CENTRO SOCIOCULTURAL DE STO ANTÓNIO	OUTRA					OA	02-01-2007	31-12-2010	1.332.672,90	22.546,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.355.219,27		
2.5.1.1.	010200/07011500	16	2007	I	1	ARTE PÚBLICA	OUTRA					OA	02-01-2007	31-12-2012	965.752,12	3.275,79	100.000,00	100.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	1.119.027,91		
2.5.1.1.		17	2009			MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA MESTRE ROGÉRIO RIBEIRO									0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00		
2.5.1.1.	010200/07011500	1701	2009	I	17	PROJECTO	OUTRA					OA	02-01-2009	31-12-2012	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00		
2.5.1.1.		1702	2009	I	18	OBRA	OUTRA					OA	02-01-2009		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.1.1.	0502/07011500	18	2010	I	9	GALERIA MUNICIPAL DE ARTE/ COSTA DA CAPARICA	OUTRA					DMDS	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00		
2.5.1.2.						Conserv.,Manut.,Equip.e Espólio de Inst. Culturais									1.154.842,37	42.169,88	214.489,45	214.489,45	0,00	142.549,00	0,00	0,00	0,00	1.554.050,70		
2.5.1.2.	0502/07011000	02	2002	I	64	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA OS MUSEUS	OUTRA					DMPC	01-01-2002	31-12-2012	200.936,38	49,76	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	250.986,14		



Objectivo	Código de Classificação Económica	Projeto Ação				Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Valor Realizado ATE 1 OUT.	Valor Realizado PREV OUT A DEZ	Despesas de Investimento (PREVISÃO)										Total Previsto	Obs
		Código	Ano	Tipo	Número			AC	AA	FC		Início	Fim			Ano em Curso (Financiamento)				Anos Seguintes				Cursos			
																Total	Definido	Não Definido	2012	2013	2014						
2.5.1.2.	0602/020220	06	2009	A	1	ESPAÇOS E POSTOS INTERNET	OUTRA				DB	02-01-2009	31-12-2011	81.294,03	480,20	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.774,23		
2.5.1.2.	0602/07011000	07	2009	I	19	TEATROS MUNICIPAIS	OUTRA				DC	02-01-2009	31-12-2011	176.680,41	10.000,00	11.940,45	11.940,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.620,86		
2.5.1.3.						Atividades Culturais								51.008,30	4.491,70	94.498,25	94.498,25	0,00	75.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.498,25		
2.5.1.3.		01	2010	A	6	PROJECTOS/ACTIVIDADES SOCIOCULTURAIS	OUTRA				DASC	02-01-2010	31-12-2012	51.008,30	4.491,70	94.498,25	0,00	0,00	75.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.498,25		
2.5.1.3.	0504/020210	01	2010	A	6									0,00	0,00	0,00	18.998,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.1.3.	0504/02022599	01	2010	A	6									0,00	0,00	0,00	75.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.2.						DESPORTO, RECREIO E LAZER								19.808.905,65	492.570,87	2.420.760,92	2.420.760,92	0,00	2.179.009,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.901.246,44		
2.5.2.1.						Infraestruturas para Práticas Desportivas								5.490.575,11	12.446,45	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.504.021,56		
2.5.2.1.	0503/0701040500	06	2006	I	4	REDE DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS-AMPLIAÇÃO	EMPREITADA				DID	02-01-2006	31-12-2011	5.490.575,11	12.446,45	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.504.021,56		
2.5.2.2.						Infraestruturas Recreio e Lazer								1.057.489,63	6.837,30	173.748,37	173.748,37	0,00	60.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.298.389,30		
2.5.2.2.	0501/0701040400	04	2002	I	99	PARQUES INFANTIS	OUTRA				DJEV	01-01-2002	31-12-2012	990.716,61	6.837,30	60.314,00	60.314,00	0,00	60.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.118.181,91		
2.5.2.2.	010200/09050103	05	2010	I	22	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF- PARQUES INFANTIS	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2011	66.773,02	0,00	63.434,37	63.434,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.207,39		
2.5.2.2.	010200/04070102	06	2011	A	3	CENTRO DE LAZER S. JOÃO DA CAPARICA	OUTRA				OA	02-01-2011	31-12-2011	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00		
2.5.2.3.						Conserv. Manut. Aquis. Equip. p/ inst. Desportivas								3.520.830,00	312.054,72	1.100.202,98	1.100.202,98	0,00	925.883,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.858.970,70		
2.5.2.3.	0503/07011000	02	2002	I	101	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	OUTRA				DID	01-01-2002	31-12-2012	1.139.132,78	36.895,95	48.000,00	48.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.274.028,73		
2.5.2.3.		04	2004	A	7	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS	OUTRA				DID	01-01-2004	31-12-2012	748.343,20	10.308,35	45.003,00	0,00	0,00	45.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	848.657,55		
2.5.2.3.	0503/02012199	04	2004	A	7									0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.2.3.	0503/020203	04	2004	A	7									0,00	0,00	0,00	15.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.2.3.		05	2009	A	2	GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS	OUTRA				DID	02-01-2009	31-12-2012	1.479.604,23	224.878,82	922.705,60	0,00	0,00	830.880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.458.268,65		
2.5.2.3.	0503/020219	05	2009	A	2									0,00	0,00	0,00	149.537,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.2.3.	0503/020220	05	2009	A	2									0,00	0,00	0,00	773.168,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.5.2.3.	0503/07011500	06	2009	I	13	PLANO DE EMERGÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	OUTRA				DID	02-01-2009	31-12-2011	65.660,97	17.999,41	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.660,38		
2.5.2.3.	010200/04050103	07	2010	A	5	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF- CONSERVAÇÃO DE REGINTOS DESPORTIVOS DESCOBERTOS	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2011	87.888,82	21.972,19	83.494,38	83.494,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.355,39		
2.5.2.4.						Apoio a Colectividades								9.740.010,91	161.232,40	1.145.809,57	1.145.809,57	0,00	1.192.812,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.239.864,88		
2.5.2.4.	0504/080701	01	2002	I	103	TRANSF. DE CAPITAL P/ INFRAESTRUTURAS (COLECTIVIDADES)	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2011	6.575.855,16	70.412,50	460.699,05	460.699,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.106.966,71		
2.5.2.4.	0504/080701	02	2002	I	104	REDE DE INFRAESTRUTURAS- MOVIMENTO ASSOCIATIVO (APOIO)	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2011	2.519.492,50	85.819,90	21.780,00	21.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.627.092,40		
2.5.2.4.	0504/080701	03	2010	I	24	APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	OUTRA				DMDS	01-01-2010	31-12-2012	644.663,25	5.000,00	638.330,52	638.330,52	0,00	1.192.812,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.480.805,77		
2.5.2.4.	0504/080701	04	2010	I	25	CASA DAS ASSOCIAÇÕES	OUTRA				DMDS	01-01-2010	31-12-2011	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00		
3.						FUNÇÕES ECONÓMICAS								30.479.061,33	2.479.202,86	3.766.916,08	3.766.916,08	0,00	3.387.765,00	643.500,00	643.500,00	0,00	0,00	0,00	41.399.945,27		
3.2.						INDÚSTRIA E ENERGIA								800.312,47	87.890,19	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.112.762,66		
3.2.1.						Energia								800.312,47	87.890,19	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.112.762,66		
3.2.1.1.						Iluminação Pública								800.312,47	87.890,19	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.112.762,66		
3.2.1.1.	0303/0701040300	01	2002	I	105	OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO	OUTRA				DIVIU	01-01-2002	31-12-2012	800.312,47	87.890,19	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.112.762,66		
3.3.						TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES								27.769.583,31	2.060.267,29	2.817.568,72	2.817.568,72	0,00	2.119.181,00	643.500,00	643.500,00	0,00	0,00	0,00	36.053.600,32		
3.3.1.						TRANSPORTES RODOVIÁRIOS								20.986.542,98	1.387.787,56	2.174.068,72	2.174.068,72	0,00	1.475.681,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.024.080,26		
3.3.1.1.						Infraestruturas Rodoviárias								5.640.509,21	423.665,05	1.618.014,00	1.618.014,00	0,00	1.068.697,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.750.885,26		
3.3.1.1.	0303/0701040100	07	2002	I	110	BENEFICIAÇÃO E ARRUAAMENTOS NO CONCELHO	ADM. DIR.				DIVIU	01-01-2002	28-02-2011	5.479.975,70	34.058,17	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.515.033,87		
3.3.1.1.	0303/0701040100	09	2002	I	111	LIGAÇÃO DA E N 337 COSTAS DE CÃO/ETC	EMPREITADA				DOM	01-01-2002	31-12-2011	0,00	0,00	698.317,00	698.317,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	698.317,00		
3.3.1.1.	0303/0701040100	10	2002	I	112	LIGAÇÃO PORTO BRANDÃO/BANÁTICA (PROTOCOLO APL E OUTROS)	OUTRA				DOM	01-01-2002	31-12-2012	0,00	0,00	174.579,00	174.579,00	0,00	174.579,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	349.158,00		
3.3.1.1.	0303/0701040100	12	2010	I	12	RECONVERSÃO DA EX-EN377	OUTRA				DOM	01-01-2010	31-12-2012	0,00	25.000,00	125.000,00	125.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00		
3.3.1.1.	0303/0701040100																										

Objectivo	Código de Classificação Económica	Projecto Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Valor Realizado ATE 1 OUT.	Valor Realizado PREV OUT A DEZ.	Despesa de Investimento (PREVIBO)								Total Previsto	Obs
		Código	Ano	Tipo	Número			AC	AA	EC		Início	Fim			Ano em Curso (Financiamento)				Anos Seguintes					
																total	Ordens	Para Capital	2012	2013	2014	Outros			
3.3.1.2.		03	2002	I	115	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	OUTRA				OA	01-01-2002	30-04-2010	102.364,85	289.313,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.678,13	
3.3.1.2.		04	2007	I	8	LIGAÇÃO FCT/MADAN PARQUE	OUTRA				DO	02-01-2007	30-04-2010	146.426,59	208,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.634,79	
3.3.1.2.		05	2008	I		CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO								9.640.093,99	547.033,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.187.127,15	
3.3.1.2.		0501	2008	I	5	PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA CAPITÃO LEITÃO	EMPREITADA				DOM	29-09-2008	31-12-2010	1.769.686,85	228.226,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.997.913,65	
3.3.1.2.		0502	2008	I	6	PARQUE DE ESTACIONAMENTO AV. BENTO GONÇALVES	EMPREITADA				DOM	29-09-2008	31-12-2010	2.107.104,01	47.810,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.154.914,61	
3.3.1.2.		0503	2008	I	7	PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA LUISA SIEGIA	EMPREITADA				DOM	29-09-2008	31-12-2010	2.139.544,73	84.648,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.224.192,75	
3.3.1.2.		0504	2008	I	8	PARQUE DE ESTACIONAMENTO LARANJEIRO	EMPREITADA				DOM	29-09-2008	31-12-2010	1.777.015,61	116.285,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.893.301,00	
3.3.1.2.		0508	2008	I	24	PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA CONDE FERREIRA/ALMADA VELHA	EMPREITADA				DOM	29-09-2008	31-12-2010	1.846.742,79	70.062,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.916.805,14	
3.3.1.2.	010200/0701150D	07	2011	I	2	PLANO DE DESLOCAÇÕES URBANAS	OUTRA				OA	02-01-2011	31-12-2012	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	
3.3.1.2.	010200/0701150D	08	2011	I	4	PLANO DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE	OUTRA				OA	02-01-2011	31-12-2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.1.3.						Transporte Urbano Flexível								367.000,00	9.329,28	124.070,72	124.070,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.400,00	
3.3.1.3.	010200/0701060D	01	2009	I	12	FLEXIBUS	OUTRA			42	OA	02-01-2009	31-12-2011	367.000,00	9.329,28	64.070,72	64.070,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440.400,00	
3.3.1.3.	010200/04070102	02	2011	A		SISTEMA DE MOBILIDADE INCLUSIVA-GESTÃO FLEXIBUS	OUTRA				OA	02-01-2011		0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	
3.3.4.						Transportes Ferroviários								6.783.040,33	672.479,73	643.500,00	643.500,00	0,00	643.500,00	643.500,00	643.500,00	0,00	0,00	10.029.520,06	
3.3.4.	010200/07010401	01	2002	I	116	METROPOLITANO LIGEIRO (MST)	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2014	5.689.125,26	660.045,42	643.500,00	643.500,00	0,00	643.500,00	643.500,00	643.500,00	0,00	0,00	8.923.170,68	
3.3.4.		02	2007	I	3	PLANO DE MOBILIDADE ASSOCIADO AO MST	OUTRA				OA	02-01-2007	31-12-2010	1.093.915,07	12.434,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.106.349,38	
3.4.						COMÉRCIO E TURISMO								1.909.165,55	331.045,38	837.067,36	837.067,36	0,00	1.156.304,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.233.582,29	
3.4.1.						MERCADOS E FEIRAS								975.307,29	100.525,80	342.677,01	342.677,01	0,00	440.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.859.214,10	
3.4.1.	0201/070103030D	01	2002	I	117	CONSERVAÇÃO MERCADOS MUNICIPAIS	ADM. DIR.				DAESU	01-01-2002	31-12-2012	99.509,09	40.102,51	40.704,00	40.704,00	0,00	40.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221.019,60	
3.4.1.	0201/070103030D	05	2005	I	1	MODERNIZAÇÃO DE MERCADOS	EMPREITADA				DAESU	01-01-2005	31-12-2011	716.879,24	20.693,55	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738.572,79	
3.4.1.	0201/0701150D	06	2010	I	18	VALORIZAÇÃO DE MERCADOS MUNICIPAIS	OUTRA				DAESU	01-01-2010	31-12-2012	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560.000,00	
3.4.1.	010200/04050103	07	2010	A	7	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF- MERCADOS	OUTRA				DF	02-01-2010	31-12-2011	158.918,96	39.729,74	150.973,01	150.973,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	349.621,71	
3.4.1.		08	2010	I	34	CIDADE DOS VALES / NOVA CENTRALIDADE	OUTRA				OA	02-01-2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.4.2.						TURISMO								933.858,26	230.519,58	494.390,35	494.390,35	0,00	715.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.374.368,19	
3.4.2.1.						Promoção Turística								933.858,26	190.509,93	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.274.368,19	
3.4.2.1.		04	2007	I	7	EDIFÍCIO DE TURISMO	OUTRA				DT	02-01-2007	31-12-2010	791.720,21	15.509,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	807.229,95	
3.4.2.1.	010200/080701	05	2007	I	12	VALORIZAÇÃO TURÍSTICA	OUTRA				DT e DPPE	01-01-2007	31-12-2011	142.138,05	175.000,19	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467.138,24	
3.4.2.2.						Competitividade e Inovação Urbana								0,00	40.009,65	344.390,35	344.390,35	0,00	715.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	
3.4.2.2.		10	2009	I		ALMADA-LABORATÓRIO DE IDEIAS								0,00	40.009,65	344.390,35	344.390,35	0,00	715.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	
3.4.2.2.	010200/0701150D	1001	2009	I	4	INTERACTIVIDADE A CÉU ABERTO	OUTRA			33	DT	02-01-2009	31-12-2012	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	
3.4.2.2.	010200/0701070D	1002	2009	I	10	MIRADOUROS VIRTUAIS	OUTRA			33	DT	02-01-2009	31-12-2011	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
3.4.2.2.	010200/020220	1003	2009	A	4	TERRITÓRIOS CRIATIVOS E REVITALIZAÇÃO URBANA	OUTRA			33	DPPDL	01-01-2009	31-12-2012	0,00	14.400,00	20.000,00	20.000,00	0,00	15.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
3.4.2.2.	010200/020220	1004	2009	A	5	FEIRA DE OBJECTOS INOVADORES	OUTRA			33	DPPDL	02-01-2009	31-12-2011	0,00	25.609,65	24.390,35	24.390,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
TOTAL GERAL														213.825.152,63	12.932.123,77	36.564.453,83	36.564.453,83	0,00	30.025.202,29	2.070.354,01	1.593.325,54	1.607.005,72	298.617.817,79		

- ( 1 ) OREN candidatura aprovada  
( 2 ) OREN candidatura submetida  
( 3 ) Protocolo com APL  
( 4 ) Protocolo com Administração Central (Financiamento da rede Pré-escolar)

Órgão Executivo  
Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Órgão deliberativo  
Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_





**CAPÍTULO 1**  
**OPÇÕES DO PLANO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa do Plano de Actividades Municipal**

PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Previsão de Out a Dez.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)							Total Previsto	Obs	
		Código	Ano	Número			Início	Fim	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes													
									Total		Definido	Não Definido				2012	2013	2014	Out.						
1					FUNÇÕES GERAIS									42.936.524,83	2.128.529,99	5.721.215,52	5.721.215,52	0,00	4.983.065,55	97.786,87	64.200,51	50.425,71	55.981.748,98		
1.1.					SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA									42.936.524,83	2.128.529,99	5.721.215,52	5.721.215,52	0,00	4.983.065,55	97.786,87	64.200,51	50.425,71	55.981.748,98		
1.1.1.					ADMINISTRAÇÃO GERAL									39.387.655,65	1.794.624,80	5.088.218,96	5.088.218,96	0,00	4.351.305,16	97.786,87	64.200,51	50.425,71	50.834.217,66		
1.1.1.1.					Aquis., Const., Conserv. e Rep. de Edif. Municip.									2.750.198,32	296.019,22	560.932,76	560.932,76	0,00	563.912,66	6.544,00	0,00	0,00	4.177.606,96		
1.1.1.1.1.	0201/02012198	11	2004	1	PEQUENAS REPARAÇÕES POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA	ADM. DIR.				DA	01-01-2004	31-12-2012		771.928,58	89.249,49	133.162,61	133.162,61	0,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	1.169.340,68		
1.1.1.1.1.	010201/020220	12	2004	19	INFORMAÇÃO MUNICIPAL	OUTRA				DIRP	01-01-2004	31-12-2012		1.836.384,05	190.365,77	338.877,16	338.877,16	0,00	338.877,16	0,00	0,00	0,00	2.704.504,14		
1.1.1.1.1.		13	2005	2	VALE FIGUEIRA PARQUE - LOGISTICA E	OUTRA				DML	01-01-2005	31-12-2012		120.602,69	12.410,96	28.100,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194.113,65	
1.1.1.1.1.	0303/020219	13	2005	2										0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.1.1.	0303/020220	13	2005	2										0,00	0,00	0,00	14.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.1.1.	010200/020214	16	2010	8	AUDITORIA E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	OUTRA				OA	02-01-2010	31-12-2013		21.283,00	3.993,00	16.415,00	16.415,00	0,00	17.035,50	6.544,00	0,00	0,00	0,00	65.270,50	
1.1.1.1.1.	0201/020203	17	2011	1	PEQUENAS REPARAÇÕES E CONSERVAÇÕES	OUTRA				OA	02-01-2011	31-12-2011		0,00	0,00	44.377,99	44.377,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.377,99	
1.1.1.2.					Aq. e Rep Máquinas, Viaturas e Outros Equipamentos									8.795.366,65	630.894,00	1.717.513,70	1.717.513,70	0,00	1.187.503,66	0,00	0,00	0,00	12.331.278,01		
1.1.1.2.1.		06	2004	2	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIATURAS	OUTRA				DTM	01-01-2004	31-12-2012		3.044.071,60	271.085,55	547.490,43	0,00	0,00	547.490,43	0,00	0,00	0,00	0,00	4.410.138,01	
1.1.1.2.1.	0302/020112	06	2004	2										0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.	0302/02012199	06	2004	2										0,00	0,00	0,00	18.768,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.	0302/020203	06	2004	2										0,00	0,00	0,00	228.722,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.		07	2004	3	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS	OUTRA				DTM	01-01-2004	31-12-2012		957.986,67	69.216,10	189.739,27	0,00	0,00	189.739,27	0,00	0,00	0,00	0,00	1.406.681,31	
1.1.1.2.1.	0302/020112	07	2004	3										0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.	0302/02012199	07	2004	3										0,00	0,00	0,00	6.299,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.1.	0302/020203	07	2004	3										0,00	0,00	0,00	83.439,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.2.	0203/020220	06	2004	23	PROJECTO ALMADA DIGITAL	OUTRA				DI	01-01-2004	31-12-2010		2.928.222,78	56.845,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.985.067,87	
1.1.1.2.2.		10	2007	1	MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	OUTRA				DI	02-01-2007	31-12-2012		1.663.533,56	169.229,91	742.841,35	0,00	0,00	450.273,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3.025.878,78	
1.1.1.2.2.	0203/020219	10	2007	1	INFORMÁTICA									0,00	0,00	0,00	619.756,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.2.	0203/020220	10	2007	1										0,00	0,00	0,00	123.084,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.2.2.		11	2008		MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA									201.552,04	64.517,35	137.442,65	137.442,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	403.512,04	( + )
1.1.1.2.2.	010200/020214	1104	2008	3	MA-AUTENTICAÇÃO ELECTRÓNICA	OUTRA			22	DMAG	29-09-2008	31-12-2011		110.904,04	64.517,35	30.962,65	30.962,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206.384,04	( + )
1.1.1.2.2.	010200/020220	1105	2008	4	MA-REENGENHARIA DE PROCESSOS	OUTRA			18	DMAG	29-09-2008	31-12-2011		46.680,00	0,00	106.480,00	106.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.160,00	( + )
1.1.1.2.2.		1106	2008	5	MA-ATENDIMENTO MUNICIPAL MULTICANAL	OUTRA			20	DMAG	29-09-2008	31-12-2011		43.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.968,00	( + )
1.1.1.2.2.	0203/04070102	12	2011	4	NAV-PORTAL ALMADA CIDADE DIGITAL	OUTRA				DI	02-01-2011	31-12-2011		0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
1.1.1.3.					Encargos Correntes Municipais									27.842.090,68	867.711,68	2.809.772,60	2.809.772,60	0,00	2.699.888,84	91.242,87	64.200,51	50.425,71	34.326.332,69		
1.1.1.3.1.	0201/020202	01	2002	1	ENCARGOS DE LIMPEZA	OUTRA				DP	01-01-2002	31-12-2012		5.432.870,33	254.362,16	540.666,67	540.666,67	0,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.677.899,16	
1.1.1.3.1.	0201/020218	02	2002	2	ENCARGOS DE SEGURANÇA	OUTRA				DP	01-01-2002	31-12-2012		8.690.722,56	212.284,33	402.500,00	402.500,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.605.506,89	
1.1.1.3.1.		03	2002	3	ENCARGOS COM SEGUROS	OUTRA				DF e D	01-01-2002	31-12-2012		7.679.014,91	160.211,94	991.389,52	0,00	0,00	991.389,52	0,00	0,00	0,00	0,00	9.822.005,89	
1.1.1.3.1.	010200/020212	03	2002	3										0,00	0,00	0,00	15.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.1.	010202/020212	03	2002	3										0,00	0,00	0,00	112.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.1.	0201/020212	03	2002	3										0,00	0,00	0,00	198.438,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.1.	0202/01030901	03	2002	3										0,00	0,00	0,00	174.113,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.1.	0202/01030902	03	2002	3										0,00	0,00	0,00	347.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.1.	0302/020212	03	2002	3										0,00	0,00	0,00	143.838,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.1.3.2.	0302/020102	04	2002	7	ENCARGOS COM COMBUSTIVEIS	OUTRA				DTM	01-01-2002	31-12-2012		5.588.423,22	213.031,11	837.459,86	837.459,86	0,00	757.459,86	0,00	0,00	0,00	0,00	7.396.374,05	
1.1.1.3.3.		05	2003	1	ENCARGOS COM LEASING	OUTRA				DF	01-01-2003	31-12-2014		451.059,66	27.822,04	37.756,45	0,00	0,00	101.039,46	91.242,87	64.200,51	50.425,71	823.546,70		

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Previsão de Out a Dez.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsto	Obs
		Código	Ano	Número			AC	AA	FC		Início	Fim				Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes						
																Total	Definido	Não Definido	2012	2013	2014	Out.			
1.1.1.3	0103/030305	05	2003	1	Actividades Sociais para os Trabalhadores Autárquicos	OUTRA				DS	01-01-2002	31-12-2012		0,00	0,00	0,00	33.589,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3	0103/030307	05	2003	1										0,00	0,00	0,00	4.166,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.2.														3.548.869,18	333.905,19	632.996,56	632.996,56	0,00	631.760,39	0,00	0,00	0,00	5.147.531,32		
1.1.2.	0202/020106	01	2002	4	SERVIÇOS DE REFEITÓRIO	OUTRA				DS	01-01-2002	31-12-2012		2.186.810,68	106.324,88	260.933,63	260.933,63	0,00	260.933,63	0,00	0,00	0,00	2.815.002,82		
1.1.2.		02	2002	5	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	OUTRA				DP	01-01-2002	31-12-2012		489.298,54	54.151,06	124.853,29	0,00	0,00	123.617,12	0,00	0,00	0,00	791.920,01		
1.1.2.	0202/02012199	02	2002	5										0,00	0,00	0,00	22.453,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.2.	0202/020215	02	2002	5										0,00	0,00	0,00	89.004,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.2.	0202/02022599	02	2002	5										0,00	0,00	0,00	13.394,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.1.2.	0201/020107	03	2004	22	HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	OUTRA				DA	01-01-2004	31-12-2012		872.759,96	173.429,25	247.209,64	247.209,64	0,00	247.209,64	0,00	0,00	0,00	1.540.608,49		
2					FUNÇÕES SOCIAIS									17.988.994,95	2.097.990,40	7.699.347,86	7.699.347,86	0,00	5.555.850,16	0,00	0,00	0,00	33.342.183,37		
2.1.					EDUCAÇÃO									9.089.299,26	1.086.794,37	3.928.916,84	3.928.916,84	0,00	3.650.836,48	0,00	0,00	0,00	17.755.646,95		
2.1.1.					ENSINO NÃO SUPERIOR									495.760,84	93.173,97	345.509,76	345.509,76	0,00	67.229,40	0,00	0,00	0,00	1.001.673,97		
2.1.1.2.					Ensino Básico e Secundário									495.760,84	93.173,97	345.509,76	345.509,76	0,00	67.229,40	0,00	0,00	0,00	1.001.673,97		
2.1.1.2.		08	2004	4	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS ESCOLARES E LOGRADOUROS	OUTRA				DERE	01-01-2004	31-12-2012		177.507,72	13.610,69	43.169,30	0,00	0,00	67.229,40	0,00	0,00	0,00	301.517,11		
2.1.1.2.	0501/02012199	08	2004	4										0,00	0,00	0,00	21.163,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.2.	0501/020203	08	2004	4										0,00	0,00	0,00	22.006,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.1.2.	010200/04050103	13	2010	2	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE EDUCAÇÃO NAS JF	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2011		318.253,12	79.563,28	302.340,46	302.340,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.156,86		
2.1.2.					SERVIÇOS AUXILIARES									8.593.538,42	993.620,40	3.583.407,08	3.583.407,08	0,00	3.583.407,08	0,00	0,00	0,00	16.753.972,98		
2.1.2.2.					Ação Social Escolar									8.593.538,42	993.620,40	3.583.407,08	3.583.407,08	0,00	3.583.407,08	0,00	0,00	0,00	16.753.972,98		
2.1.2.2.		01	2004	21	APOIO ALIMENTAR	OUTRA				DE	01-01-2004	31-12-2012		6.582.191,37	497.066,30	2.254.414,58	0,00	0,00	2.254.414,58	0,00	0,00	0,00	11.588.086,83		
2.1.2.2.	0501/020220	01	2004	21										0,00	0,00	0,00	5.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/02022503	01	2004	21										0,00	0,00	0,00	1.712.990,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/04070102	01	2004	21										0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/050701	01	2004	21										0,00	0,00	0,00	520.804,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/050701	02	2007	2	ALARGAMENTO DE HORÁRIO PRÉ-ESCOLAR	OUTRA				DE	02-01-2007	31-12-2012		943.600,28	407.302,50	931.330,00	931.330,00	0,00	931.330,00	0,00	0,00	0,00	3.213.562,78		
2.1.2.2.	0501/04070102	03	2007	3	ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	OUTRA				DE	02-01-2007	31-12-2012		593.265,48	70.485,00	197.662,50	197.662,50	0,00	197.662,50	0,00	0,00	0,00	1.059.075,48		
2.1.2.2.		04	2008	1	TRANSPORTE ESCOLAR	OUTRA				DE	01-01-2008	31-12-2012		474.481,29	18.766,60	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	893.247,89		
2.1.2.2.	0501/020210	04	2008	1										0,00	0,00	0,00	129.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/050701	04	2008	1										0,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.1.2.2.	0501/050803	04	2008	1										0,00	0,00	0,00	4.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.3.					SEGURANÇA E ACÇÕES SOCIAIS									1.392.867,29	348.216,71	1.323.223,93	1.323.223,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.064.307,93		
2.3.2.					AÇÃO SOCIAL									1.392.867,29	348.216,71	1.323.223,93	1.323.223,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.064.307,93		
2.3.2.2.					Outras Actividades Sociais									1.392.867,29	348.216,71	1.323.223,93	1.323.223,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.064.307,93		
2.3.2.2.	010200/04050103	03	2010	3	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF- APOIO SOCIAL	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2011		1.392.867,29	348.216,71	1.323.223,93	1.323.223,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.064.307,93		
2.4.					HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS									4.654.223,30	369.307,14	1.123.956,86	1.123.956,86	0,00	886.281,68	0,00	0,00	0,00	7.033.768,98		
2.4.1.					HABITAÇÃO									254.623,26	54.492,40	56.929,82	56.929,82	0,00	73.929,82	0,00	0,00	0,00	439.875,29		
2.4.1.2.					Recuperação e Conservação Habitacional									254.623,26	54.492,40	56.929,82	56.929,82	0,00	73.929,82	0,00	0,00	0,00	439.875,29		
2.4.1.2.	0304/020203	06	2004	5	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL	ADM. DIR.				DH	01-01-2004	31-12-2012		244.894,87	51.422,10	51.729,82	51.729,82	0,00	51.729,82	0,00	0,00	0,00	399.776,61		
2.4.1.2.	0304/020220	01	2008	2	COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL	OUTRA				DMOV	01-01-2008	31-12-2012		9.628,38	3.070,30	5.200,00	5.200,00	0,00	22.200,00	0,00	0,00	0,00	40.098,88		
2.4.2.					ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO									21.104,38	59.056,62	154.428,65	154.428,65	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	264.589,65		
2.4.2.5.					Requalificação Urbana									21.104,38	59.056,62	154.428,65	154.428,65	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	264.589,65		
2.4.2.5.		08	2008		ALMADA POENTE-REGENERAÇÃO PARA UMA NOVA CENTRALIDADE									10.974,85	32.216,15	31.398,65	31.398,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.589,65		
2.4.2.5.		0804	2008	6	APOIO À FIXAÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	OUTRA				41	DPPDL	01-01-2009	31-12-2011		0,00	0,00	13.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.570,00	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/020214	0804	2008	6										0,00	0,00	0,00	3.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.	010200/020220	0804	2008	6										0,00	0,00	0,00	9.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.		0805	2008	7	GABINETE TÉCNICO LOCAL	OUTRA				42	DPPDL	01-01-2009	31-12-2011		10.974,85	32.216,15	17.828,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.019,65	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/020217	0805	2008	7										0,00	0,00	0,00	6.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.	010200/020220	0805	2008	7										0,00	0,00	0,00	11.228,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Previsão de Out a Dez.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)							Total Previsto	Obs						
		Código	Ano	Número			AC	AA	FC		Início	Fim				Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes											
																Total	Definido	Não Definido	2012	2013	2014	Out.								
2.4.2.5.		06	2008		REVITALIZAÇÃO ALMADA VELHA-GINJAL	OUTRA				37	DPPDL	01-01-2009	31-12-2011	5.760,00	1.210,00	93.030,00	93.030,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	( 1 )						
2.4.2.5.		0906	2008	8	GABINETE TÉCNICO LOCAL																		93.030,00		0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
2.4.2.5.	010200/020217	0906	2008	8																	0,00	0,00	0,00		38.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.5.	010200/020220	0906	2008	8																	0,00	0,00	0,00		54.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.5.		12	2010		ALMADA VELHA - DE NOVO CENTRO	OUTRA				41	DPPDL	01-01-2010	31-12-2012	4.369,53	25.630,47	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	( 1 )						
2.4.2.5.		1205	2010	1	ASSISTÊNCIA TÉCNICA																		30.000,00		0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	
2.4.2.5.	010200/020214	1205	2010	1																	0,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.5.	010200/020217	1205	2010	1																	0,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.5.	010200/020220	1205	2010	1										0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
2.4.5.					RESÍDUOS SÓLIDOS									306.722,53	682,35	306.722,53	306.722,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614.127,41							
2.4.5.1.					Remoção dos Resíduos e Limpeza Pública									306.722,53	682,35	306.722,53	306.722,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614.127,41							
2.4.5.1.	010200/04050103	06	2010	4	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE LIMPEZA NAS JF	OUTRA				DF		01-01-2010	31-12-2011	306.722,53	682,35	306.722,53	306.722,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614.127,41							
2.4.6.					PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA									4.071.873,14	255.075,77	605.875,86	605.875,86	0,00	782.351,86	0,00	0,00	0,00	5.715.176,63							
2.4.6.1.					Promoção da Sustentabilidade Ambiental e Energética									210,00	24.790,00	37.824,00	37.824,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	112.824,00							
2.4.6.1.	010200/020220	08	2009	3	CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS	OUTRA				DEGAS	02-01-2009	31-12-2012		210,00	24.790,00	37.824,00	37.824,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	112.824,00							
2.4.6.3.					Outras Actividades									4.071.663,14	230.285,77	568.051,86	568.051,86	0,00	732.351,86	0,00	0,00	0,00	5.602.352,63							
2.4.6.3.	0302/020220	05	2004	20	SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	OUTRA				DS	01-01-2004	31-12-2012		4.071.663,14	230.285,77	568.051,86	568.051,86	0,00	732.351,86	0,00	0,00	0,00	5.602.352,63							
2.5.					SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E CULTURA									2.852.605,10	293.672,18	1.323.250,23	1.323.250,23	0,00	1.018.932,00	0,00	0,00	0,00	5.488.459,51							
2.5.1.					Conserv., Manut., Equip. e Espólio de Inst. Culturais									536.568,85	36.512,82	222.047,25	222.047,25	0,00	143.049,00	0,00	0,00	0,00	938.177,92							
2.5.1.2.					CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES CULTURAIS	OUTRA				DEC	01-01-2004	31-12-2012		485.560,55	32.021,12	127.549,00	127.549,00	0,00	67.549,00	0,00	0,00	0,00	712.679,67							
2.5.1.2.														351.251,71	31.540,92	67.549,00	0,00	0,00	67.549,00	0,00	0,00	0,00	517.890,63							
2.5.1.2.	0502/02012199	04	2004	6										0,00	0,00	0,00	3.377,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
2.5.1.2.	0502/020203	04	2004	6										0,00	0,00	0,00	64.172,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
2.5.1.2.		05	2005	1	PROMOÇÃO DE LEITURA EM BIBLIOTECAS	OUTRA				DB	01-01-2005	31-12-2009		53.014,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.014,81							
2.5.1.2.	0502/020220	06	2009	1	ESPAÇOS E POSTOS INTERNET	OUTRA				DB	02-01-2009	31-12-2011		81.294,03	480,20	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.774,23							
2.5.1.3.					Actividades Culturais									51.008,30	4.491,70	94.498,25	94.498,25	0,00	75.500,00	0,00	0,00	0,00	225.498,25							
2.5.1.3.		01	2010	6	PROJECTOS/ACTIVIDADES SOCIOCULTURAIS	OUTRA				DASC	02-01-2010	31-12-2012		51.008,30	4.491,70	94.498,25	0,00	75.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.498,25							
2.5.1.3.	0504/020210	01	2010	6										0,00	0,00	0,00	18.998,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
2.5.1.3.	0504/02022599	01	2010	6										0,00	0,00	0,00	75.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
2.5.2.					DESPORTO, RECREIO E LAZER									2.316.036,25	257.159,36	1.101.202,98	1.101.202,98	0,00	875.883,00	0,00	0,00	0,00	4.550.281,59							
2.5.2.2.					Infraestruturas Recreio e Lazer									0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00							
2.5.2.2.	010200/04070102	06	2011	3	CENTRO DE LAZER S. JOÃO DA CAPARICA	OUTRA				OA	02-01-2011	31-12-2011		0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00							
2.5.2.3.					Conserv., Manut., Aquis. Equip. p/ Inst. Desportivas									2.316.036,25	257.159,36	1.051.202,98	1.051.202,98	0,00	875.883,00	0,00	0,00	0,00	4.500.281,59							
2.5.2.3.		04	2004	7	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS	OUTRA				DID	01-01-2004	31-12-2012		748.343,20	10.308,35	45.003,00	0,00	0,00	45.003,00	0,00	0,00	0,00	848.657,55							
2.5.2.3.	0503/02012199	04	2004	7										0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
2.5.2.3.	0503/020203	04	2004	7										0,00	0,00	0,00	15.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
2.5.2.3.		05	2009	2	GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS	OUTRA				DID	02-01-2009	31-12-2012		1.479.804,23	224.878,82	922.705,60	0,00	0,00	830.880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.458.268,65						
2.5.2.3.	0503/020219	05	2009	2										0,00	0,00	0,00	149.537,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
2.5.2.3.	0503/020220	05	2009	2										0,00	0,00	0,00	773.168,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
2.5.2.3.	010200/04060103	07	2010	5	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF- CONSERVAÇÃO DE RECINTOS DESPORTIVOS DESCOBERTOS	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2011		87.888,82	21.972,19	83.494,38	83.494,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.355,39							
3					FUNÇÕES ECONÓMICAS									158.918,96	79.739,39	255.363,36	255.363,36	0,00	15.600,00	0,00	0,00	0,00	509.621,71							
3.3.					TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00							
3.3.1.					TRANSPORTES RODOVIÁRIOS									0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00							
3.3.1.3.					Transporte Urbano Flexível									0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00							
3.3.1.3.	010200/04070102	02	2011	2	SISTEMA DE MOBILIDADE INCLUSIVA-GESTÃO FLEXÍBIL	OUTRA				OA	02-01-2011	31-12-2011		0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00							
3.4.					COMÉRCIO E TURISMO									158.918,96	79.739,39	195.363,36	195.363,36	0,00	15.600,00	0,00	0,00	0,00	449.621,71							
3.4.1.					MERCADOS E FEIRAS									158.918,96	39.729,74	150.973,01	150.973,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	349.621,71							

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respons	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Previsão de Out a Dez.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)							Total Previsto	Obs
		Código	Ano	Número			AC	AA	FC		Início	Fim				Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes					
																Total	Definido	Não Definido	2012	2013	2014	Out.		
3.4.1.	010200/04050103	07	2010	7	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF-MERCADOS	OUTRA				DF	02-01-2010	31-12-2011		158.918,96	39.729,74	150.973,01	150.973,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	349.621,71	
3.4.2.					TURISMO									0,00	40.009,65	44.390,35	44.390,35	0,00	15.600,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
3.4.2.2.					Competitividade e Inovação Urbana									0,00	40.009,65	44.390,35	44.390,35	0,00	15.600,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
3.4.2.2.		10	2009		ALMADA-LABORATÓRIO DE IDEIAS									0,00	40.009,65	44.390,35	44.390,35	0,00	15.600,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
3.4.2.2.	010200/020220	1003	2009	4	TERRITÓRIOS CRIATIVOS E REVITALIZAÇÃO	OUTRA			33	DPPDU	01-01-2009	31-12-2012		0,00	14.400,00	20.000,00	20.000,00	0,00	15.600,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	( 1 )
3.4.2.2.	010200/020220	1004	2009	5	FEIRA DE OBJECTOS INOVADORES	OUTRA			33	DPPDU	02-01-2009	31-12-2011		0,00	25.609,65	24.390,35	24.390,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	( 1 )
TOTAL GERAL														61.084.438,74	4.306.259,78	13.675.926,74	13.675.926,74	0,00	10.554.515,71	97.786,87	64.200,51	50.425,71	89.833.554,06	

( 1 ) QREN-candidatura aprovada

Orgão Executivo  
Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Orgão deliberativo  
Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_



**CAPÍTULO 1**  
**OPÇÕES DO PLANO**

**Almada +**

Sustentável  
Solidária  
Eco-Eficiente

---

**Mapa do Plano Plurianual de Investimentos**

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Objectivo	Código de Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respons.	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Previsão de Out a Dez.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsto	
		Código	Ano	Número			Início	Fim	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				Outras		Obs							
									Total		Definido	Não Definido							2012	2013	2014				
1					FUNÇÕES GERAIS								32.514.456,34	1.074.364,66	2.116.962,82	2.116.962,82	0,00	2.437.351,71	925.786,61	885.625,03	1.556.580,01	41.511.127,18			
1.1.					SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA								29.999.440,83	1.059.664,66	2.101.962,82	2.101.962,82	0,00	2.130.572,71	925.786,61	885.625,03	1.566.580,01	38.659.632,67			
1.1.1.					ADMINISTRAÇÃO GERAL								29.999.440,83	1.059.664,66	2.101.962,82	2.101.962,82	0,00	2.130.572,71	925.786,61	885.625,03	1.566.580,01	38.659.632,67			
1.1.1.1.					Aquis., Const., Conserv. e Rep. de Edif. Municip.								10.122.357,72	306.645,75	263.070,00	263.070,00	0,00	158.070,00	0,00	0,00	0,00	10.850.143,47			
1.1.1.1.1.	010200/07010307	01	2002	1	REPARAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E OUTROS	EMPREITADA			OA	01-01-2002	31-12-2012		2.511.126,90	153.704,29	208.070,00	208.070,00	0,00	108.070,00	0,00	0,00	0,00	2.980.971,19			
1.1.1.1.1.	010200/07010301	02	2002	2	NOVAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	EMPREITADA			OA	01-01-2002	31-12-2011		1.613.556,79	104.682,54	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.723.239,33			
1.1.1.1.1.	0303/070103010D	04	2002	3	PARQUE DE MATERIAIS E OFICINAS DA VALE FIGUEIRA	OUTRA			DML	01-01-2002	31-12-2012		5.997.674,03	48.258,92	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	6.145.932,95			
1.1.1.2.					Aq. e Rep Máquinas, Viaturas e Outros Equipamentos								19.877.083,11	753.018,91	1.838.892,82	1.838.892,82	0,00	1.972.502,71	925.786,61	885.625,03	1.566.580,01	27.809.489,20			
1.1.1.2.1.		01	2002		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO								8.416.480,22	294.843,74	922.317,82	922.317,82	0,00	1.183.157,71	925.786,61	885.625,03	1.566.580,01	14.184.791,14			
1.1.1.2.1.1.	0302/0701100D	0107	2002	8	OFICINAS	OUTRA			DTM	01-01-2002	31-12-2012		148.674,79	903,90	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	159.578,69			
1.1.1.2.1.1.	0303/0701100D	0110	2002	10	TRÂNSITO	OUTRA			DTSR	01-01-2002	31-12-2012		131.796,66	1.827,26	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	143.623,92			
1.1.1.2.1.1.	0201/0701100D	0111	2002	11	METROLOGIA	OUTRA			DAESU	01-01-2002	31-12-2012		20.401,86	2.051,32	2.500,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	27.453,18			
1.1.1.2.1.1.	0201/0701100D	0112	2002	12	DAESU (EX-DSU) - CEMITÉRIOS E MERCADOS	OUTRA			DAESU	01-01-2002	31-12-2012		44.443,24	1.766,80	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	56.210,04			
1.1.1.2.2.		0116	2002	15	AQUISIÇÃO VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTO	OUTRA			DF	01-01-2002	31-12-2014		6.244.510,02	228.060,01	722.070,75	0,00	0,00	991.078,03	925.786,61	885.625,03	1.566.580,01	11.553.710,46			
1.1.1.2.2.1.	0201/070205	0116	2002	15									0,00	0,00	0,00	635.881,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.1.1.2.2.1.	0201/070207	0116	2002	15									0,00	0,00	0,00	86.189,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.1.1.2.2.1.	010200/0701090D	0117	2002	16	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS	OUTRA			OA	01-01-2002	31-12-2012		1.223.690,30	59.709,44	107.927,39	107.927,39	0,00	99.760,00	0,00	0,00	0,00	1.491.087,13			
1.1.1.2.2.1.	0203/0701070D	0118	2002	17	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO E OUTROS	OUTRA			DRI	01-01-2002	31-12-2012		602.963,35	525,01	74.819,68	74.819,68	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	753.127,72			
1.1.1.2.2.1.	0203/0701070D	04	2002	19	PLANO DIRECTOR DE INFORMÁTICA	OUTRA			DI	01-01-2002	31-12-2012		7.322.999,24	228.782,29	586.381,00	586.381,00	0,00	586.381,00	0,00	0,00	0,00	8.724.543,53			
1.1.1.2.2.1.		05	2002		REPARAÇÕES, ACESSÓRIOS e PEÇAS								2.736.593,47	71.654,70	202.964,00	202.964,00	0,00	202.964,00	0,00	0,00	0,00	3.214.176,17			
1.1.1.2.2.1.	0302/0701060D	0501	2002	20	VIATURAS	OUTRA			DTM	01-01-2002	31-12-2012		2.253.321,23	56.335,20	187.105,00	187.105,00	0,00	187.105,00	0,00	0,00	0,00	2.683.866,43			
1.1.1.2.2.1.	0302/0701100D	0502	2002	21	MÁQUINAS	OUTRA			DTM	01-01-2002	31-12-2012		483.272,24	15.319,50	15.859,00	15.859,00	0,00	15.859,00	0,00	0,00	0,00	530.309,74			
1.1.1.2.2.1.	010200/0701100D	01	2008	1	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E OUTROS BENS PARA NOVOS EQUIPAMENTOS	OUTRA			OA	01-01-2008	31-12-2011		1.103.469,55	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.108.469,55			
1.1.1.2.2.1.		11	2008		MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA								297.540,63	157.738,18	122.230,00	122.230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	577.508,81			
1.1.1.2.2.1.		1101	2008	14	AUTENTICAÇÃO ELECTRÓNICA	OUTRA			22 DMAG	29-09-2008	31-12-2011		2.700,00	232,50	21.768,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.700,50	( 1 )		
1.1.1.2.2.1.	010200/0701070D	1101	2008	14									0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.1.1.2.2.1.	010200/0701080D	1101	2008	14									0,00	0,00	0,00	16.768,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.1.1.2.2.1.	010200/0701070D	1102	2008	15	REENGENHARIA DE PROCESSOS	OUTRA			18 DMAG	29-09-2008	31-12-2010		92.783,41	155.005,68	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.789,09	( 1 )		
1.1.1.2.2.1.		1103	2008	16	ATENDIMENTO MUNICIPAL MULTICANAL	OUTRA			20 DMAG	29-09-2008	31-12-2011		202.057,22	2.500,00	99.462,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.019,22	( 1 )		
1.1.1.2.2.1.	010200/0701080D	1103	2008	16									0,00	0,00	0,00	2.662,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.1.1.2.2.1.	010200/0701100D	1103	2008	16									0,00	0,00	0,00	96.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.2.					SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA								2.515.015,51	14.700,00	15.000,00	15.000,00	0,00	306.779,00	0,00	0,00	0,00	2.851.494,51			
1.2.1.					PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS								2.515.015,51	14.700,00	15.000,00	15.000,00	0,00	306.779,00	0,00	0,00	0,00	2.851.494,51			
1.2.1.1.	010202/0701150D	01	2002	22	PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA	OUTRA			PC	01-01-2002	31-12-2012		46.565,60	7.500,00	7.500,00	7.500,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	69.065,60			
1.2.1.1.	010202/0701100D	03	2002	13	PROTECÇÃO CIVIL	OUTRA			PC	01-01-2002	31-12-2012		2.468.449,91	7.200,00	7.500,00	7.500,00	0,00	299.279,00	0,00	0,00	0,00	2.782.428,91			
2					FUNÇÕES SOCIAIS								89.906.115,18	5.152.035,86	17.260.011,55	17.260.011,55	0,00	13.661.169,87	403.280,53	0,00	0,00	126.382.612,99			
2.1.					EDUCAÇÃO								24.210.603,85	1.722.166,05	3.461.368,64	3.461.368,64	0,00	2.905.617,98	0,00	0,00	0,00	32.299.756,52			
2.1.1.					ENSINO NÃO SUPERIOR								24.210.603,85	1.722.166,05	3.461.368,64	3.461.368,64	0,00	2.905.617,98	0,00	0,00	0,00	32.299.756,52			
2.1.1.1.					Ensino Pré-Escolar								1.740.307,56	399.801,88	1.605.804,63	1.605.804,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.745.914,07			
2.1.1.1.1.		02	2007		EQUIPAMENTOS DE INFÂNCIA DA CMA								1.596.007,14	21.013,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.617.020,65			
2.1.1.1.1.1.	0201	2007	9		OBRA	EMPREITADA			DS	02-01-2007	31-12-2010		1.596.007,14	21.013,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.617.020,65			



Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respons.	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Previsão de Out a Dez.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsto	Obs	
		Código	Ano	Número			AC	AA	FC		Início	Fim				Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes							
																Total	Definido	Não Definido	2012	2013	2014	Outros				
2.1.1.1.		03	2009		CONSTRUÇÃO DE JARDINS DE INFÂNCIA NAS EB1									144.300,42	378.788,37	1.605.804,63	1.605.804,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.128.893,42		
2.1.1.1.		0301	2009	5	J1 NA EB1 FEIJÓ N.º1	EMPREITADA	30			DERE	02-01-2009	31-12-2011		26.019,97	73.952,68	375.606,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	475.578,97	( 4 )
2.1.1.1.	0501/070103050D	0301	2009	5										0,00	0,00	0,00	372.799,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.1.	0501/0701100D	0301	2009	5										0,00	0,00	0,00	2.807,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.1.		0302	2009	6	J1 NA EB1 LARANJEIRO N.º2	EMPREITADA	30			DERE	02-01-2009	31-12-2011		33.895,35	96.762,93	340.451,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	471.109,85	( 4 )
2.1.1.1.	0501/070103050D	0302	2009	6										0,00	0,00	0,00	337.644,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.1.	0501/0701100D	0302	2009	6										0,00	0,00	0,00	2.807,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.1.		0303	2009	7	J1 NA EB1 LARANJEIRO N.º3	EMPREITADA	37			DERE	02-01-2009	31-12-2011		23.056,02	94.512,93	421.088,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	538.657,52	( 4 )
2.1.1.1.	0501/070103050D	0303	2009	7										0,00	0,00	0,00	418.281,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.1.	0501/0701100D	0303	2009	7										0,00	0,00	0,00	2.807,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.1.		0304	2009	8	J1 NA EB1 CATAVENTOS DA PAZ	EMPREITADA	49			DERE	02-01-2009	31-12-2011		61.329,08	113.559,83	468.658,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	643.547,08	( 4 )
2.1.1.1.	0501/070103050D	0304	2009	8										0,00	0,00	0,00	462.554,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.1.	0501/0701100D	0304	2009	8										0,00	0,00	0,00	6.104,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.1.2.					Ensino Básico e Secundário									22.470.296,29	1.322.364,17	1.855.564,01	1.855.564,01	0,00	2.905.617,98	0,00	0,00	0,00	0,00	28.553.842,45		
2.1.1.2.	0501/0701150D	03	2002	29	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR	OUTRA				DERE	01-01-2002	31-12-2012		1.576.705,07	133.061,76	120.187,07	120.187,07	0,00	84.212,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.914.165,99	
2.1.1.2.	0501/070103050D	05	2002	30	AMPLIAÇÃO DA REDE ESCOLAR	OUTRA				DERE	01-01-2002	31-12-2011		5.493.464,16	177.942,36	42.729,96	42.729,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.714.136,48	
2.1.1.2.		02	2003		EDIFÍCIOS ESCOLARES E LOGRADOUROS									5.670.692,26	790.002,33	1.058.759,98	1.058.759,98	0,00	1.058.759,98	0,00	0,00	0,00	0,00	8.578.214,55		
2.1.1.2.	0501/070103050D	0201	2003	1	GRANDES REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS ESCOLARES E LOGRADOUROS	EMPREITADA				DERE	01-01-2003	31-12-2012		4.024.304,24	478.945,28	753.457,98	753.457,98	0,00	753.457,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.010.165,48	
2.1.1.2.	0501/070103050D	0202	2003	2	REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS ESCOLARES	OUTRA				DERE	01-01-2003	31-12-2012		1.646.388,02	311.057,05	305.302,00	305.302,00	0,00	305.302,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.568.049,07	
2.1.1.2.		10	2006		AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR									9.729.434,80	221.357,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.950.792,52		
2.1.1.2.		1001	2006	9	EB1/J1 FRAGAL N.º2	EMPREITADA				27 DERE	29-09-2008	31-12-2010		2.152.291,16	8.861,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.161.152,52	( 1 )
2.1.1.2.		1002	2006	10	EB1/J1 VALE FIGUEIRA N.º1	EMPREITADA				30 DERE	29-09-2008	31-12-2010		2.080.890,17	17.437,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.098.327,25	( 1 )
2.1.1.2.		1003	2006	11	EB1/J1 COSTA DE CAPARICA N.º2	EMPREITADA				32 DERE	29-09-2008	31-12-2010		1.888.926,78	95.141,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.984.067,93	( 1 )
2.1.1.2.		1004	2006	12	EB1/J1 ALMADA N.º2	EMPREITADA				30 DERE	29-09-2008	31-12-2010		2.097.283,19	87.559,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.184.842,70	( 1 )
2.1.1.2.		1005	2006	13	EB1/J1 TRAFARIA N.º2	EMPREITADA				18 DERE	29-09-2008	31-12-2010		1.510.043,50	12.358,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.522.402,12	( 1 )
2.1.1.2.	0501/0701070D	11	2010	7	PLANO TECNOLÓGICO PARA ESCOLAS 1º CICLO	OUTRA				17 DE	01-01-2010	31-12-2012		0,00	0,00	209.887,00	209.887,00	0,00	186.646,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	396.533,00	( 1 )
2.1.1.2.	0501/070103050D	12	2010	8	EB1/J1 CHARNECA DA CAPARICA	EMPREITADA				DERE	01-01-2010	31-12-2012		0,00	0,00	424.000,00	424.000,00	0,00	1.576.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	
2.4.					HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS									41.963.373,07	3.122.187,17	12.189.757,38	12.189.757,38	0,00	9.217.425,89	403.280,53	0,00	0,00	0,00	66.896.024,04		
2.4.1.					HABITAÇÃO									3.759.042,90	283.628,94	993.352,00	993.352,00	0,00	743.352,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	6.079.375,84		
2.4.1.2.					Recuperação e Conservação Habitacional									3.325.414,01	277.374,58	968.352,00	968.352,00	0,00	718.352,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	5.589.492,59		
2.4.1.2.	0304/070102030D	08	2002	5	GRANDES REPARAÇÃO EM BAIROS CAMARÁRIOS	EMPREITADA				DH	01-01-2002	31-12-2012		3.325.414,01	104.928,51	140.352,00	140.352,00	0,00	140.352,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.711.046,52	
2.4.1.2.	0304/070102030D	12	2010	19	PLANO DE CONSERVAÇÃO DE BAIROS CAMARÁRIOS (2ª FASE)	OUTRA				DH	01-01-2010	31-12-2012		0,00	172.446,07	400.000,00	400.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	722.446,07	
2.4.1.2.	0304/0701150D	13	2010	23	RECUP. DE IMÓVEIS AO ABRIGO DO RECHIA (EM SUBST. DE PARTICULARES)	OUTRA				DH	01-01-2010	31-12-2011		0,00	0,00	28.000,00	28.000,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.000,00	
2.4.1.2.	0402/0701150D	14	2011	3	REABILITAÇÃO URBANA E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	OUTRA				DQU	02-01-2011	31-12-2013		0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	
2.4.1.2.	0304/070102030D	15	2011	5	BAIROS CAMARÁRIOS (OPÇÕES PARTICIPATIVAS)	OUTRA				DH	02-01-2011	31-12-2012		0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
2.4.1.3.					Espaços Exteriores Habitacionais									433.628,89	6.254,36	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489.883,25	
2.4.1.3.	0304/070104990D	06	2002	50	DEMOLIÇÕES E RENATURALIZAÇÕES	OUTRA				DH	01-01-2002	31-12-2012		433.628,89	6.254,36	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489.883,25	
2.4.2.					ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO									13.110.831,94	1.022.106,02	8.572.131,95	8.572.131,95	0,00	5.243.026,89	103.280,53	0,00	0,00	0,00	28.051.377,33		
2.4.2.1.					Planeamento Urbanístico									5.379.713,88	148.361,38	986.113,84	986.113,84	0,00	302.069,57	103.280,53	0,00	0,00	0,00	0,00	6.919.539,20	
2.4.2.1.	0402/0701150D	02	2002	52	PLANOS	OUTRA				DEP	01-01-2002	31-12-2011		3.658.968,76	28.001,38	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.766.970,14	
2.4.2.1.	0504/0701150D	05	2002	54	PROJECTO DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E	OUTRA				DO	01-01-2002	31-12-2012		63.625,10	0,00</											



Objectivo	Código da Classificação Económica	Projeto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respons.	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Previsão de Out a Dez.	Despesa de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsto	Obs
		Código	Ano	Número			AC	AA	FC		Início	Fim				Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				Outros		
																Total	Definido	Não Definido	2012	2013	2014				
2.4.2.3.	0201/0701010D	01	2002	58	AQUISIÇÃO DE SOLOS	OUTRA			OA	01-01-2002	31-12-2011		6.129.927,64	20.000,00	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.219.927,64		
2.4.2.3.	0401/070104080D	03	2002	59	TOPONIMIA	OUTRA			DGF	01-01-2002	31-12-2012		171.648,00	6.522,81	28.073,00	28.073,00	0,00	28.073,00	0,00	0,00	0,00	0,00	234.316,81		
2.4.2.5.					Requalificação Urbana								1.284.845,63	847.221,83	7.437.945,11	7.437.945,11	0,00	4.862.884,32	0,00	0,00	0,00	0,00	14.432.896,89		
2.4.2.5.	0103/080701	01	2002	80	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (NOVA ALMADA VELHA)	OUTRA			OA	01-01-2002	31-12-2012		199.939,89	50.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	299.939,89		
2.4.2.5.	0103/080701	02	2002	81	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (ARRIBATEJO)	OUTRA			OA	01-01-2002	31-12-2012		199.939,89	25.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274.939,89		
2.4.2.5.		08	2008		ALMADA POENTE-REGENERAÇÃO PARA UMA NOVA CENTRALIDADE								295.529,05	574.212,67	3.312.559,30	3.312.559,30	0,00	578.892,40	0,00	0,00	0,00	0,00	4.761.193,42		
2.4.2.5.		0801	2008	17	CONSTRUÇÃO DE PISCINA COBERTA	EMPREITADA			42	DID	02-01-2009	31-12-2012	60.180,00	260.000,00	1.803.027,49	0,00	0,00	174.303,51	0,00	0,00	0,00	0,00	2.297.511,00	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010302	0801	2008	17									0,00	0,00	0,00	1.653.027,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
2.4.2.5.	010200/0701070D	0801	2008	17									0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.	010200/0701100D	0801	2008	17									0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.		0802	2008	18	CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL	EMPREITADA			41	DB	02-01-2009	31-12-2012	48.654,00	260.000,00	1.133.539,98	0,00	0,00	235.915,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.678.109,70	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010302	0802	2008	18									0,00	0,00	0,00	840.539,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.	010200/0701070D	0802	2008	18									0,00	0,00	0,00	43.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.	010200/0701100D	0802	2008	18									0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.	010200/07010404	0803	2008	19	REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS EXTERIORES DO BAIRRO AMARELO	OUTRA			42	DQU	02-01-2009	31-12-2012	42.210,00	28.122,00	284.991,83	284.991,83	0,00	168.673,17	0,00	0,00	0,00	0,00	523.997,00	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/0701070D	0806	2009	20	GABINETE TÉCNICO LOCAL	OUTRA			42	DPPDL	02-01-2009	31-12-2011	144.485,05	26.090,67	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.575,72	( 1 )	
2.4.2.5.		0807	2011	1	APOIO À FIXAÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	OUTRA			41	DPDDL	02-01-2011	31-12-2011	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010307	0807	2011	1									0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.	010200/0701150D	0807	2011	1									0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.		09	2008		REVITALIZAÇÃO ALMADA VELHA-GINJAL								97.953,00	45.500,00	2.358.364,05	2.358.364,05	0,00	356.862,95	0,00	0,00	0,00	0,00	2.858.680,00		
2.4.2.5.	010200/07010401	0901	2008	26	REQUALIFICAÇÃO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS	OUTRA			34	DQU	02-01-2010	31-12-2011	24.378,00	2.000,00	587.302,00	587.302,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	613.680,00	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010401	0902	2008	27	TRATAMENTO DO PASSEIO RIBEIRINHO DE GACILHAS AO OLHO DE BOI	OUTRA			46	DPPDL	02-01-2009	31-12-2011	29.940,00	0,00	358.060,00	358.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388.000,00	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010307	0903	2008	28	REABILITAÇÃO DO MUSEU NAVAL DE ALMADA	OUTRA			32	DMUS	02-01-2009	31-12-2012	20.400,00	43.500,00	280.342,05	280.342,05	0,00	62.257,95	0,00	0,00	0,00	0,00	406.500,00	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010499	0904	2008	29	CONSOLIDAÇÃO DA ESCARPA RIBEIRINHA	OUTRA			38	DOM	02-01-2009	31-12-2012	23.235,00	0,00	1.132.660,00	1.132.660,00	0,00	294.605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.450.500,00	( 1 )	
2.4.2.5.	0402/070104990D	10	2009	15	CENTRO HISTÓRICO DO MONTE DE CAPARICA	EMPREITADA			DPU	01-01-2009	31-12-2012		0,00	12.100,00	166.360,00	166.360,00	0,00	184.640,00	0,00	0,00	0,00	0,00	363.100,00		
2.4.2.5.	010200/080701	11	2010	26	NOVA ALMADA VELHA / PARCERIAS POLIS XXI	OUTRA			DPPDL	02-01-2010	31-12-2012		0,00	0,00	115.000,00	115.000,00	0,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00		
2.4.2.5.		12	2010		ALMADA VELHA - DE NOVO CENTRO								57.620,76	124.211,57	1.098.516,20	1.098.516,20	0,00	3.327.488,97	0,00	0,00	0,00	0,00	4.607.837,50	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010307	1201	2010	1	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DE ALMADA VELHA	OUTRA			45	DMUS	01-01-2010	31-12-2012	15.189,20	10.890,00	90.030,00	90.030,00	0,00	433.890,80	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010307	1202	2010	2	NÚCLEO MUSEOLÓGICO/MUSEU DA MÚSICA	OUTRA			45	DMUS	01-01-2010	31-12-2012	0,00	28.806,00	105.000,00	105.000,00	0,00	326.194,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010307	1203	2010	3	REABILITAÇÃO DO ANTIGO TEATRO MUNICIPAL	OUTRA			46	DEC	01-01-2010	31-12-2011	12.003,20	13.503,60	374.493,20	374.493,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010307	1204	2010	4	UNIVERSIDADE SÉNIOR DE ALMADA	OUTRA			29	DEJ	01-01-2010	31-12-2012	4.830,00	50.883,33	100.000,00	100.000,00	0,00	1.542.124,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.697.837,50	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010401	1206	2010	5	QUALIFICAÇÃO DA RUA CAPITÃO LEITÃO	OUTRA			47	DQU	01-01-2010	31-12-2012	9.679,52	10.889,48	313.993,00	313.993,00	0,00	465.438,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	( 1 )	
2.4.2.5.	010200/07010307	1207	2010	6	QUARTEIRÃO DAS ARTES	OUTRA			46	DPPDL	01-01-2010	31-12-2012	15.918,84	9.239,16	115.000,00	115.000,00	0,00	559.842,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	( 1 )	
2.4.2.5.		13	2010	30	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO ALMARAZ	OUTRA			DPU	02-01-2010			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.		14	2010		ALMADA POENTE-EQUIPAMENTOS PARA A COESÃO SOCIOTERRITORIAL								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.2.5.		1401	2010	28	CASA MUNICIPAL DA JUVENTUDE	OUTRA			DEJ	02-01-2010			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.		1402	2010	29	JARDIM DA BELA VISTA	OUTRA			DQU	02-01-2010			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.		15	2010	27	CENTRO DE ARTES CULINÁRIAS E ENOGASTRONOMIA	OUTRA			DMDS	01-01-2010			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/07010399	16	2010	31	PARCERIAS PARA A QUALIFICAÇÃO URBANA / FREGUESIAS	OUTRA			OA	02-01-2010	31-12-2012		78.973,00	16.197,59	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	345.170,59		
2.4.2.5.		17	2010	32	SOCIEDADE LOCAL DO ARCO RIBEIRINHO SUL "CIDADE DA ÁGUA"	OUTRA			OA	02-01-2010			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.2.5.	010200/08050103	18	2010	35	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA	OUTRA			DF	02-01-2010	31-12-2011		354.890,04	0,00	337.145,56	337.145,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	692.035,60		
2.4.3.1.		02	2008	31	REDE ESTRUTURANTE DE SANEAMENTO (QREN/SMAS)	OUTRA			OA	02-01-2009			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.4.5.					RESÍDUOS SÓLIDOS								2.330.631,21	134.171,75	205.940,00	205.940,00	0,00	107.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.778.056,96		

Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respons.	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Previsão de Out a Dez.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsão	Obs
	Código	Ano	Número			AC	AA	FC		Início	Fim				Ano em Curso (Financiamento)				Anos Seguintes					
															Total	Definitivo	Não Definitivo	2012	2013	2014	Outros			
2.4.6.1.				<b>Remoção dos Resíduos e Limpeza Pública</b>					DS	01-01-2002	31-12-2012		2.330.631,21	134.171,75	205.940,00	205.940,00	0,00	107.314,00	0,00	0,00	0,00	2.778.056,96		
2.4.5.1.	0302/0701100D	01	2002	67	AQUISIÇÃO DE CONTENTORES, PAPELEIRAS E ACESSÓRIOS	OUTRA							1.123.938,22	64.896,76	150.000,00	150.000,00	0,00	52.374,00	0,00	0,00	0,00	1.391.208,98		
2.4.5.1.	0302/0701090D	02	2002	68	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS- OUTROS	OUTRA			DSEVI	01-01-2002	31-12-2012		381.248,65	15.101,40	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	456.350,05		
2.4.5.1.	010200/08050103	03	2002	60	DESCENTRALIZAÇÃO DE LIMPEZA P/FREGUESIAS(REPARAÇÃO DE VIATURAS	OUTRA			DF	01-01-2002	31-12-2012		814.284,34	15.333,59	24.940,00	24.940,00	0,00	24.940,00	0,00	0,00	0,00	879.497,93		
2.4.5.1.	0302/07011150D	04	2009	14	PLANO DE RECONVERSÃO DO SISTEMA DE RSU	OUTRA			DSEVI	02-01-2009	31-12-2011		11.160,00	38.840,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00		
2.4.6.				<b>PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA</b>									22.762.867,02	1.682.280,46	2.418.333,43	2.418.333,43	0,00	3.123.733,00	0,00	0,00	0,00	29.987.213,91		
2.4.6.1.				<b>Promoção da Sustentabilidade Ambiental e Energética</b>									7.205.987,79	726.676,14	834.840,40	834.840,40	0,00	1.278.800,00	0,00	0,00	0,00	10.046.304,33		
2.4.6.1.		01	2002		PLANO MUNICIPAL DO AMBIENTE								4.595.034,12	309.551,79	394.840,40	394.840,40	0,00	348.800,00	0,00	0,00	0,00	5.648.226,31		
2.4.6.1.	010205/0701150D	0102	2002	70	PROJECTOS	OUTRA			DEGAS	01-01-2002	31-12-2012		4.595.034,12	309.551,79	394.840,40	394.840,40	0,00	348.800,00	0,00	0,00	0,00	5.648.226,31		
2.4.6.1.	010205/07010401	03	2005	2	ALMADA CICLÁVEL	OUTRA			50 DEGAS	01-01-2005	31-12-2011		2.098.452,32	55.598,03	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.159.050,35	( 1 )	
2.4.6.1.	010205/07010404	10	2006	2	QUINTA BIOLÓGICA	OUTRA			DEGAS	02-01-2006	31-12-2012		2.696,02	6.000,00	25.000,00	25.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	333.696,02		
2.4.6.1.	010205/07010301	04	2009	1	CMIA-CENTRO DE MONITORIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	OUTRA			DEGAS	02-01-2009	31-12-2011		157.512,94	40.241,43	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222.754,37		
2.4.6.1.	010205/0701150D	05	2009	2	CASA DA MOBILIDADE	OUTRA			DEGAS	02-01-2009	31-12-2011		9.480,00	40.000,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.480,00		
2.4.6.1.		06	2009	9	BICLATEJO-PARTILHA DE BICICLETAS	OUTRA			DEGAS	01-01-2009	30-04-2010		69.382,00	482,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.864,79		
2.4.6.1.		07	2009		REDUÇÃO DA INTENSIDADE ENERGÉTICA								244.252,26	272.188,11	140.000,00	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	796.440,37		
2.4.6.1.	010205/0701150D	0701	2009	3	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA/ENERGIAS RENOVÁVEIS	OUTRA			DEGAS	02-01-2009	31-12-2012		244.252,26	272.188,11	140.000,00	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	796.440,37		
2.4.6.1.	010205/0701150D	09	2010	16	CASA DA ENERGIA	OUTRA			DEGAS	01-01-2010	31-12-2012		0,00	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	225.000,00		
2.4.6.1.	010205/07010401	10	2010	17	REDE CICLÁVEL	OUTRA			DEGAS	01-01-2010	31-12-2012		29.178,13	2.613,99	120.000,00	120.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	401.792,12		
2.4.6.1.	010205/07010409	11	2010	33	PLANO DE MOBILIDADE ELÉCTRICA	OUTRA			DEGAS	02-01-2010	31-12-2012		0,00	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00		
2.4.6.2.				<b>Valorização do Património Natural</b>									13.803.123,78	613.366,61	1.359.360,96	1.359.360,96	0,00	1.740.943,00	0,00	0,00	0,00	17.516.794,35		
2.4.6.2.		01	2002		PARQUE URBANO DA PAZ								6.789.128,64	124.515,27	250.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	7.413.643,91		
2.4.6.2.	0302/070104040D	0102	2002	71	OBRA	EMPREITADA			DPPP	01-01-2002	31-12-2012		6.789.128,64	124.515,27	250.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	7.413.643,91		
2.4.6.2.	0302/070104040D	02	2002	72	ESPAÇOS EXTERIORES- CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO	EMPREITADA			DJEV	01-01-2002	31-12-2012		2.984.580,11	238.131,03	407.555,45	407.555,45	0,00	392.981,00	0,00	0,00	0,00	4.023.247,59		
2.4.6.2.	0302/070104040D	03	2002	73	BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ZONAS VERDES	EMPREITADA			DJEV	01-01-2002	31-12-2012		2.181.242,06	154.079,65	427.843,51	427.843,51	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	3.163.165,22		
2.4.6.2.	0302/0701100D	06	2002	76	AQUISIÇÃO, MÁQUINAS E OUTRO EQUIPAMENTO	OUTRA			DJEV	01-01-2002	31-12-2012		225.401,65	24.187,51	15.962,00	15.962,00	0,00	15.962,00	0,00	0,00	0,00	281.513,16		
2.4.6.2.	0302/070104040D	09	2006	1	REDE DE PARQUES E JARDINS	OUTRA			DJEV	02-01-2006	30-12-2010		1.622.771,32	10.353,15	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.635.124,47		
2.4.6.2.	0302/070104040D	11	2009	16	JARDIM DO MONTE DA CAPARICA	EMPREITADA			DSEVI	02-01-2009	31-12-2012		0,00	12.100,00	160.000,00	160.000,00	0,00	328.000,00	0,00	0,00	0,00	500.100,00		
2.4.6.2.	0302/070104040D	12	2010	13	PARQUE JARDIM URBANO NA TRAFARIA	EMPREITADA			DSVET	01-01-2010	31-12-2012		0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00		
2.4.6.2.	0302/070104040D	13	2010	14	PARQUE JARDIM URBANO NO PRAGAL	OUTRA			DPP	01-01-2010	31-12-2012		0,00	0,00	46.000,00	46.000,00	0,00	254.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00		
2.4.6.3.				<b>Outras Actividades</b>									1.763.755,46	342.237,71	224.132,07	224.132,07	0,00	103.990,00	0,00	0,00	0,00	2.424.115,23		
2.4.6.3.	0201/070104110D	01	2002	77	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	OUTRA			DAESU	01-01-2002	31-12-2012		63.283,72	6.178,68	16.700,00	16.700,00	0,00	16.700,00	0,00	0,00	0,00	102.862,40		
2.4.6.3.	0201/070104110D	02	2002	78	CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIOS	OUTRA			DAESU	01-01-2002	31-12-2012		854.366,55	0,00	192.290,00	192.290,00	0,00	87.290,00	0,00	0,00	0,00	1.133.946,55		
2.4.6.3.	0201/070104110D	03	2002	79	AQUISIÇÃO DE INCINERADORA	OUTRA			DAESU	01-01-2002	31-12-2010		820.166,16	336.059,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.156.225,19		
2.4.6.3.	010200/08050103	06	2010	21	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF-CEMITÉRIOS	OUTRA			DF	01-01-2010	31-12-2011		15.939,02	0,00	15.142,07	15.142,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.081,09		
2.5.				<b>SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS</b>									23.732.138,26	307.682,64	1.608.885,53	1.608.885,53	0,00	1.538.126,00	0,00	0,00	0,00	27.186.832,43		
2.5.1.				<b>CULTURA</b>									6.239.268,86	72.271,13	289.327,59	289.327,59	0,00	235.000,00	0,00	0,00	0,00	6.835.867,58		
2.5.1.1.				<b>Património Cultural Edificado</b>									5.569.987,04	62.122,37	202.387,14	202.387,14	0,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	5.994.496,55		
2.5.1.1.	0502/070103020D	12	2006	3	REDE DE BIBLIOTECAS-AMPLIAÇÃO	EMPREITADA			DB	02-01-2006	31-12-2011		1.874.127,42	11.274,33	2.387,14	2.387,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.887.788,89		
2.5.1.1.		14	2007	4	CENTRO CIVICO DO FEIJÓ	EMPREITADA			OA	02-01-2007	31-12-2010		1.397.434,80	25.025,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.422.460,48		
2.5.1.1.		15	2007	5	CENTRO SOCIOCULTURAL DE STO ANTÓNIO	OUTRA			OA	02-01-2007	31-12-2010		1.332.672,90	22.546,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.355.219,27		
2.5.1.1.	010200/0701150D	16	2007	1	ARTE PÚBLICA	OUTRA			OA	02-01-2007	31-12-2012		965.752,12	3.275,79	100.000,00	100.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	1.119.027,91		
2.5.1.1.		17	2009		MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA MESTRE ROGÉRIO RIBEIRO								0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00		
2.5.1.1.	010200/0701150D	1701	2009	17	PROJECTO	OUTRA			OA	02-01-2009	31-12-2012		0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00		
2.5.1.1.		1702	2009	18	OBRA	OUTRA			OAA	02-01-2009			0,00	0,00	0,									

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projeto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respons.	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Previsão de Out a Dez.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total	
		Código	Ano	Número			AC	AA	PC		Início	Fim				Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				Previsto	Obs	
																Total	Definido	Não Definido	2012	2013	2014	Outros			
2.5.1.2.	0502/0701100D	02	2002	94	Conserv.,Manut.,Equip.e Espólio de Inst. Culturais	OUTRA				DMPC	01-01-2002	31-12-2012		669.281,82	10.148,76	86.940,45	86.940,45	0,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	841.371,03		
2.5.1.2.					AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA OS MUSEUS	OUTRA								200.936,38	49,76	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	250.986,14		
2.5.1.2.	0502/0701100D	03	2003	4	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/INSTALAÇÕES CULTURAIS	OUTRA				DEC	01-01-2003	31-12-2012		291.665,03	99,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	391.764,03		
2.5.1.2.	0502/0701100D	07	2009	19	TEATROS MUNICIPAIS	OUTRA				DC	02-01-2009	31-12-2011		176.680,41	10.000,00	11.940,45	11.940,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.620,86		
2.5.2.					DESPORTO, RECREIO E LAZER									17.492.869,40	235.411,51	1.319.557,94	1.319.557,94	0,00	1.303.126,00	0,00	0,00	0,00	20.350.964,85		
2.5.2.1.					Infraestruturas para Práticas Desportivas									5.490.575,11	12.446,45	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.504.021,56		
2.5.2.1.	0503/070104050D	06	2006	4	REDE DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS-AMPLIAÇÃO	EMPREITADA				DID	02-01-2006	31-12-2011		5.490.575,11	12.446,45	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.504.021,56		
2.5.2.2.					Infraestruturas Recreio e Lazer									1.057.489,63	6.837,30	123.748,37	123.748,37	0,00	60.314,00	0,00	0,00	0,00	1.248.389,30		
2.5.2.2.	0501/070104040D	04	2002	99	PARQUES INFANTIS	OUTRA				DJEV	01-01-2002	31-12-2012		990.716,61	6.837,30	60.314,00	60.314,00	0,00	60.314,00	0,00	0,00	0,00	1.118.181,91		
2.5.2.2.	010200/080501C3	05	2010	22	DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JF- PARQUES INFANTIS	OUTRA				DF	01-01-2010	31-12-2011		66.773,02	0,00	63.434,37	63.434,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.207,39		
2.5.2.3.					Conserv.,Manut.,Aquis. Equip. p/ Inst. Desportivas									1.204.793,75	54.895,36	49.000,00	49.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	1.358.589,11		
2.5.2.3.	0503/0701100D	02	2002	101	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	OUTRA				DID	01-01-2002	31-12-2012		1.139.132,78	36.895,95	48.000,00	48.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	1.274.028,73		
2.5.2.3.	0503/0701160D	06	2009	13	PLANO DE EMERGÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	OUTRA				DID	02-01-2009	31-12-2011		65.660,97	17.999,41	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.660,38		
2.5.2.4.					Apoio a Colectividades									9.740.010,91	161.232,40	1.145.809,57	1.145.809,57	0,00	1.192.812,00	0,00	0,00	0,00	12.239.864,88		
2.5.2.4.	0504/080701	01	2002	103	TRANSF. DE CAPITAL P/ INFRAESTRUTURAS (COLECTIVIDADES)	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2011		6.575.856,16	70.412,50	460.699,05	460.699,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.106.966,71		
2.5.2.4.	0504/080701	02	2002	104	REDE DE INFRAESTRUTURAS- MOVIMENTO ASSOCIATIVO (APOIO)	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2011		2.519.492,50	85.819,90	21.780,00	21.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.627.092,40		
2.5.2.4.	0504/080701	03	2010	24	APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	OUTRA				DMDS	01-01-2010	31-12-2012		644.663,25	5.000,00	638.330,52	638.330,52	0,00	1.192.812,00	0,00	0,00	0,00	2.480.805,77		
2.5.2.4.	0504/080701	04	2010	25	CASA DAS ASSOCIAÇÕES	OUTRA				DMDS	01-01-2010	31-12-2011		0,00	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00		
3					FUNÇÕES ECONÓMICAS									30.320.142,37	2.399.463,47	3.511.552,72	3.511.552,72	0,00	3.372.165,00	643.500,00	643.500,00	0,00	40.890.323,56		
3.2.					INDÚSTRIA E ENERGIA									800.312,47	87.890,19	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	1.112.762,66		
3.2.1.					Energia									800.312,47	87.890,19	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	1.112.762,66		
3.2.1.1.					Iluminação Pública									800.312,47	87.890,19	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	1.112.762,66		
3.2.1.1.	0303/070104030D	01	2002	105	OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO	OUTRA				DIVIU	01-01-2002	31-12-2012		800.312,47	87.890,19	112.280,00	112.280,00	0,00	112.280,00	0,00	0,00	0,00	1.112.762,66		
3.3.					TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									27.769.583,31	2.060.267,29	2.757.568,72	2.757.568,72	0,00	2.119.181,00	643.500,00	643.500,00	0,00	35.993.600,32		
3.3.1.					TRANSPORTES RODOVIÁRIOS									20.986.542,98	1.387.787,56	2.114.068,72	2.114.068,72	0,00	1.475.681,00	0,00	0,00	0,00	25.964.080,26		
3.3.1.1.					Infraestruturas Rodoviárias									5.640.509,21	423.665,05	1.618.014,00	1.618.014,00	0,00	1.068.697,00	0,00	0,00	0,00	8.750.885,26		
3.3.1.1.	0303/070104010D	07	2002	110	BENEFICIAÇÃO E ARRUAAMENTOS NO CONCELHO	ADM. DIR.				DIVIU	01-01-2002	28-02-2011		5.479.975,70	34.058,17	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.515.033,87		
3.3.1.1.	0303/070104010D	09	2002	111	LIGAÇÃO DA E.N.337 COSTAS DE CÃO/ETC	EMPREITADA				DOM	01-01-2002	31-12-2011		0,00	0,00	698.317,00	698.317,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	698.317,00	( 3 )	
3.3.1.1.	0303/070104010D	10	2002	112	LIGAÇÃO PORTO BRANDÃO/BANÁTICA (PROTOCOLO APL E OUTROS)	OUTRA				DOM	01-01-2002	31-12-2012		0,00	0,00	174.579,00	174.579,00	0,00	174.579,00	0,00	0,00	0,00	349.158,00	( 3 )	
3.3.1.1.	0303/070104010D	12	2010	12	RECONVERSÃO DA EX-EN377	OUTRA				DOM	01-01-2010	31-12-2012		0,00	25.000,00	125.000,00	125.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00		
3.3.1.1.	0303/070104010D	13	2010	16	EIXO TRANSVERSAL ER 377-2/VALE FIGUEIRA	OUTRA				DOM	01-01-2010	31-12-2012		0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00		
3.3.1.1.	0303/070104010D	14	2010	20	PROGRAMA DE BENEFICIAÇÃO DE ARRUAAMENTOS	OUTRA				DTRVI	01-01-2010	31-12-2012		160.533,51	364.606,88	569.118,00	569.118,00	0,00	769.118,00	0,00	0,00	0,00	1.863.376,39		
3.3.1.2.					Ordenamento e Circulação Viária									14.979.033,77	954.793,23	431.984,00	431.984,00	0,00	406.984,00	0,00	0,00	0,00	16.772.795,00		
3.3.1.2.	0303/070104080D	01	2002	113	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO- SINAIS E OBRAS	ADM. DIR.				DTSR	01-01-2002	31-12-2012		856.121,29	86.220,50	187.984,00	187.984,00	0,00	152.984,00	0,00	0,00	0,00	1.283.309,79		
3.3.1.2.	0303/070104080D	02	2002	114	CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTOS- OBRAS	OUTRA				DTSR	01-01-2002	31-12-2012		4.234.027,05	32.018,09	194.000,00	0,00	0,00	154.000,00	0,00	0,00	0,00	4.614.045,14		
3.3.1.2.	0303/070104010D	02	2002	114										0,00	0,00	0,00	94.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3.3.1.2.	0303/08010101	02	2002	114										0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3.3.1.2.					PARQUES DE ESTACIONAMENTO	OUTRA				OA	01-01-2002	30-04-2010		102.364,85	289.313,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.678,13		
3.3.1.2.					LIGAÇÃO FCT/MADAN PARQUE	OUTRA				DO	02-01-2007	30-04-2010		146.426,59	208,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.634,79		
3.3.1.2.					CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO									9.640.093,99	547.033,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.187.127,15		
3.3.1.2.	0501	2008	5		PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA CAPITÃO LEITÃO	EMPREITADA				DOM	29-09-2008	31-12-2010		1.769.686,85	228.226,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.997.913,65		
3.3.1.2.	0502	2008	6		PARQUE DE ESTACIONAMENTO AV. BENTO GONÇALVES	EMPREITADA				DOM	29-09-2008	31-12-2010		2.107.104,01	47.810,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.154.914,61		
3.3.1.2.					PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA LUISA SIGEIA																				
3.3.1.2.	0503	2008	7		PARQUE DE ESTACIONAMENTO LARANJEIRO	EMPREITADA				DOM	29-09-2008	31-12-2010		2.139.544,73	84.648,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.224.192,75		
3.3.1.2.	0504	2008	8		PARQUE DE ESTACIONAMENTO RUA CONDE FERREIRA/ALMADA VELHA	EMPREITADA				DOM	29-09-2008	31-12-2010		1.777.015,61	116.285,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.893.301,00		
3.3.1.2.	0508	2008	24			EMPREITADA				DOM	29-09-2008	31-12-2010		1.846.742,79	70.062,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0			

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respons.	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Previsão de Out a Dez.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsto	Obs
		Código	Ano	Número			AC	AA	PC		Início	Fim				Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes						
																Total	Definido	Não Definido	2012	2013	2014	Outros			
3.3.1.2.	010200/0701150D	08	2011	4	PLANO DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE	OUTRA				OA	02-01-2011	31-12-2012		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	( 2 )
3.3.1.3.					Transporte Urbano Flexível									367.000,00	9.329,28	64.070,72	64.070,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440.400,00		
3.3.1.3.	010200/0701060D	01	2009	12	FLEXIBUS	OUTRA			42	OA	02-01-2009	31-12-2011		367.000,00	9.329,28	64.070,72	64.070,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440.400,00	( 1 )	
3.3.4.					Transportes Ferroviários									6.783.040,33	672.479,73	643.500,00	643.500,00	0,00	643.500,00	643.500,00	643.500,00	0,00	10.029.520,06		
3.3.4.	010200/070104010D	01	2002	116	METROPOLITANO LIGEIRO (MST)	OUTRA				OA	01-01-2002	31-12-2014		5.689.125,26	660.045,42	643.500,00	643.500,00	0,00	643.500,00	643.500,00	643.500,00	0,00	8.923.170,68		
3.3.4.		02	2007	3	PLANO DE MOBILIDADE ASSOCIADO AO MST	OUTRA				OA	02-01-2007	31-12-2010		1.093.915,07	12.434,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.106.349,38		
3.4.					COMÉRCIO E TURISMO									1.750.246,59	251.305,99	641.704,00	641.704,00	0,00	1.140.704,00	0,00	0,00	0,00	3.783.960,58		
3.4.1.					MERCADOS E FEIRAS									816.388,33	60.796,06	191.704,00	191.704,00	0,00	440.704,00	0,00	0,00	0,00	1.509.592,39		
3.4.1.	0201/070103030D	01	2002	117	CONSERVAÇÃO MERCADOS MUNICIPAIS	ADM. DIR.				DAESU	01-01-2002	31-12-2012		99.509,09	40.102,51	40.704,00	40.704,00	0,00	40.704,00	0,00	0,00	0,00	221.019,60		
3.4.1.	0201/070103030D	05	2005	1	MODERNIZAÇÃO DE MERCADOS	EMPREITADA				DAESU	01-01-2005	31-12-2011		716.879,24	20.693,55	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738.572,79		
3.4.1.	0201/0701150D	06	2010	18	VALORIZAÇÃO DE MERCADOS MUNICIPAIS	OUTRA				DAESU	01-01-2010	31-12-2012		0,00	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00		
3.4.1.		08	2010	34	CIDADE DOS VALES / NOVA CENTRALIDADE	OUTRA				OA	02-01-2010			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3.4.2.					TURISMO									933.858,26	190.509,93	450.000,00	450.000,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	2.274.368,19		
3.4.2.1.					Promoção Turística									933.858,26	190.509,93	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.274.368,19		
3.4.2.1.		04	2007	7	EDIFÍCIO DE TURISMO	OUTRA				DT	02-01-2007	31-12-2010		791.720,21	15.509,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	807.229,95		
3.4.2.1.	010200/080701	05	2007	12	VALORIZAÇÃO TURÍSTICA	OUTRA				DT e D	01-01-2007	31-12-2011		142.138,05	175.000,19	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467.138,24		
3.4.2.2.					Competitividade e Inovação Urbana									0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00		
3.4.2.2.		10	2009		ALMADA-LABORATÓRIO DE IDEIAS									0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00		
3.4.2.2.	010200/0701150D	1001	2009	4	INTERACTIVIDADE A CÉU ABERTO	OUTRA			33	DT	02-01-2009	31-12-2012		0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	( 1 )	
3.4.2.2.	010200/0701070D	1002	2009	10	MIRADOUROS VIRTUAIS	OUTRA			33	DT	02-01-2009	31-12-2011		0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	( 1 )	
TOTAL GERAL														152.740.713,89	8.625.863,99	22.888.527,09	22.888.527,09	0,00	19.470.686,58	1.972.567,14	1.529.125,03	1.556.580,01	208.784.063,73		

- ( 1 ) QREN-candidatura aprovada  
( 2 ) QREN-candidatura submetida  
( 3 ) Protocolo com APL  
( 4 ) Protocolo com Administração Central (Financiamento da rede Pré-escolar)

Órgão Executivo  
Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_

Órgão deliberativo  
Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_

**ANEXO II**  
**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO**  
**PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO**  
**PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO**

Considerando:

- 1 – A exigência de, responder às necessidades das famílias, adaptando os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico público;
- 2 – Que existe a necessidade de que estas respostas sejam de carácter gratuito e universal, de modo a que todas as crianças tenham oportunidades idênticas independentemente das capacidades das suas famílias;
- 3 – O papel fundamental das comunidades educativas, nomeadamente associações de pais, instituições privadas de solidariedade social e outras instituições locais que têm vindo a promover actividades, de animação e de apoio às famílias, diversificadas e em função das realidades locais em parceria com as escolas do 1º ciclo do ensino básico.
- 4 – Que estas actividades têm contribuído para o melhor desenvolvimento social, educativo e de cidadania dos alunos, bem como, para a prevenção do insucesso e abandono escolar,
- 5 – O Despacho n.º 14 460 /2008, do Gabinete da Ministra da Educação, publicado na II Série do Diário da República de 26 de Maio de 2008, que permite acesso ao financiamento do programa de actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico, adiante designado “Programa”;
- 6 – O Regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro do programa, obriga as entidades, quaisquer que elas sejam, à apresentação de projectos em parceria com os Agrupamentos de Escolas, e à celebração de protocolos de colaboração, em termos que protejam cabalmente os direitos e deveres de cada uma das partes.

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Almada (CMA) na qualidade de Promotora, representada por Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, Presidente, N.º Pessoa Colectiva 500 051 054, com sede no Largo de Camões 2800-158 Almada, ora em diante também designada por Primeiro Outorgante e;

O Agrupamento de Escolas Monte da Caparica representado pelo Sr.ª Directora Inês Castro, N.º de Pessoa Colectiva 600 079 659, com sede na EB23 Monte da Caparica, Rua dos Três Vales – Raposo 2829 - 505 Caparica ora em diante também designada por Segundo Outorgante e;

O Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L., N.º de Pessoa Colectiva 501 048 740, com sede na Rua António Sérgio, 4405 Canelas (V.N.Gaia), no acto representado por Luis Manuel Cardoso, na qualidade de Presidente do Conselho Directivo, ora em diante designado por Terceiro Outorgante, os quais, em harmonia com o despacho, n.º 14 460/2008 (2ª série) do Ministério da Educação de 26 de Maio, referente à implementação do Programa de actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do Ensino Básico Público, acordam no presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes.

Cláusula 1ª  
(Âmbito)

O presente Protocolo visa regular a cooperação entre as Entidades envolvidas no Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo do Ensino Básico Público.

Os outorgantes comprometem-se a implementar as actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico nas escolas EB1 do Monte da Caparica, EB1/JI Pragal nº2, EB1 Fonte Santa e na EB1/JI Monte de Caparica nº1 do Município de Almada, de acordo e nos termos do Despacho n.º 14 460/2008 e elementos explicitadores, referidos, nomeadamente nos pontos números 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 do referido despacho.

Cláusula 2<sup>a</sup>  
(Princípios Orientadores)

Os Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular desenvolvem-se de acordo com os objectivos definidos no Projecto Educativo do Agrupamento e constam do Plano Anual de Actividades.

Estas actividades são implementadas de acordo com as Orientações Programáticas para cada uma, divulgadas no site do Ministério da Educação, ou, na ausência destas orientações, o Currículo Nacional do Ensino Básico.

Cláusula 3<sup>a</sup>  
(Objectivos)

O presente Protocolo tem como objectivo a oferta do “Programa” e assume também o objectivo de promoção de igualdade de oportunidades perante o sistema educativo. A implementação do “Programa” é uma oferta extra curricular gratuita que permite desenvolver competências e fomentar o interesse pela aprendizagem ao longo da vida, elevar o nível de formação e qualificação dos alunos, e garantir que os tempos extra curriculares sejam pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas.

Clausula 4<sup>a</sup>  
(Abrangência)

A prática pedagógica do Inglês e a implementação das outras actividades abrange o total dos alunos inscritos no “Programa” e constante no anexo III do dossier de candidatura, que se encontram matriculados nas seguintes escolas:

EB1 Monte de Caparica

EB1/JI Pragal nº 2

EB1 Fonte Santa

EB1/JI Monte de Caparica nº1

Clausula 5<sup>a</sup>

(Modalidades)

1 - As actividades de enriquecimento curricular implementadas nos estabelecimentos de 1º ciclo do ensino básico público referidas na cláusula anterior incidem nos domínios desportivo, artístico, de ligação da escola com o meio e aprendizagem de segunda língua:

- a) Apoio ao Estudo
- b) Ensino do Inglês
- c) Ensino da Música
- d) Actividade Física e Desportiva
- e) Outra actividade (Expressões Integradas)
- f) Outra actividade (Ludoteca)

Clausula 6ª

(Horários)

O Desenvolvimento das actividades decorrem semanalmente de acordo com os horários abaixo indicados:

EB1 Monte de Caparica

1.º ano e 2º ano/ Regime Normal

Ensino do Inglês	90 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN
Outra Actividade -Expressões Integradas	90 MIN
Outra Actividade Ludoteca	45 MIN
Apoio ao Estudo	90 MIN

3.º ano e 4ª ano / Regime Normal

Ensino do Inglês	135 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN
Outra Actividade -Expressões Integradas	90 MIN



Outra Actividade Ludoteca	45MIN
Apoio ao Estudo	90 MIN

EB1/JI Pragal nº2

1.º ano e 2º ano/ Regime Normal

Ensino do Inglês	90 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN
Outra Actividade -Expressões Integradas	90 MIN
Outra Actividade Ludoteca	45MIN
Apoio ao Estudo	90 MIN

3.º ano e 4ª ano / Regime Normal

Ensino do Inglês	135 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN
Outra Actividade -Expressões Integradas	90 MIN
Outra Actividade Ludoteca	45MIN
Apoio ao Estudo	90 MIN

EB1 Fonte Santa

1.º ano e 2º ano / Regime Normal

Ensino do Inglês	90 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN
Outra Actividade -Expressões Integradas	90 MIN
Outra Actividade Ludoteca	45MIN
Apoio ao Estudo	90 MIN

3.º ano e 4º ano/ Regime Normal

Ensino do Inglês	135 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN

Outra Actividade -Expressões Integradas	90 MIN
Outra Actividade Ludoteca	45MIN
Apoio ao Estudo	90 MIN

EB1/JI Monte de Caparica nº1

1.º ano e 2º ano / Regime Normal

Ensino do Inglês	90 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN
Outra Actividade -Expressões Integradas	90 MIN
Outra Actividade Ludoteca	45MIN
Apoio ao Estudo	90 MIN

3.º ano e 4º ano / Regime Normal

Ensino do Inglês	135 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN
Outra Actividade -Expressões Integradas	90 MIN
Outra Actividade Ludoteca	45MIN
Apoio ao Estudo	90 MIN

As Actividades de Enriquecimento Curricular são desenvolvidas na EB1do Monte da Caparica nº3, na EB1/JI Pragal nº2, na EB1 Fonte Santa e na EB1/JI Monte da Caparica nº1, não sendo utilizados espaços não escolares.

.

#### Clausula 7ª (Obrigações Gerais)

A Câmara Municipal de Almada, o Agrupamento Vertical de Escolas Monte de Caparica e o Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L. colaborarão entre si e com outras instituições e organismos, tendo em vista a implementação do “Programa”, sob parâmetros de qualidade e de rentabilização de recursos humanos e materiais. Para o

efeito, todas as entidades designarão um representante responsável pelo acompanhamento do estipulado neste acordo de colaboração.

#### Clausula 8ª

##### (Obrigações específicas do Primeiro Outorgante)

1 – Durante o período de vigência do presente protocolo constituem obrigações do primeiro outorgante – Câmara Municipal de Almada:

a) Prestar apoio financeiro aos segundo e terceiro outorgante, através de participação financeira, para a prossecução do objectivo definido na clausula 1ª, calculado em função de orçamentos apresentados.

b) Articular com os outros outorgantes as soluções adequadas para promover o acesso a equipamentos e ao material didáctico necessário.

c) Promover o acompanhamento e a avaliação de execução do presente protocolo, através do Departamento de Educação e Juventude, especificamente da sua Divisão de Educação.

2 - A transferência dos montantes referido na alínea a) do número anterior, concretizar-se-á em tranches, cuja calendarização será definida em articulação com os períodos da avaliação.

#### Clausula 9ª

##### (Obrigações específicas do Segundo Outorgante)

1 – Durante o período de vigência do presente protocolo constituem obrigações do segundo outorgante – Agrupamento Vertical de Escolas Monte de Caparica;

a) Promover ou fazer promover os procedimentos necessários ao recrutamento dos professores, de acordo com as orientações referidas no capítulo III, secção I, (artigo 9º); secção II, (artigo 12º); secção III, (artigo 16º) e secção IV, (artigo 19º) do despacho da Ministra da Educação.

b) Promover o enquadramento logístico, de acordo com os números 24 e 25, do despacho da Ministra da Educação.

c) Promover a planificação do “Programa” bem como a supervisão pedagógica da implementação e avaliação do programa de acordo com os números 19, 31 e 32 do despacho da Ministra da Educação.

d) Articular com os outros outorgantes as soluções adequadas para promover o acesso ao equipamento e ao material didáctico necessário.

e) Promover os espaços a ocupar para o fim estabelecido neste protocolo em articulação com o primeiro e o terceiro outorgante.

f) Garantir que o montante definido na alínea a), do número 1, da cláusula oitava deste protocolo, será afecto única e exclusivamente às actividades de enriquecimento curricular.

#### Clausula 10<sup>a</sup>

##### (Obrigações específicas do Terceiro Outorgante)

1 – Participar na avaliação periódica de acordo com o número 16 do despacho da Ministra da Educação em colaboração com o 1º e 3º outorgantes.

2 – Durante o período de vigência do presente protocolo constituem obrigações do terceiro outorgante – Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L.:

a) Articular com o segundo outorgante no sentido de implementar o “Programa” no 1º ciclo do Ensino Básico Público de acordo com o despacho da Ministra da Educação.

b) Promover aos procedimentos necessários à contratação de professores, em articulação com o 2º outorgante, e de acordo com as orientações definidas, no capítulo III, secção I, (artigo 9º); secção II, (artigo

12º); secção III, (artigo 15º e ou artigo 16º) e secção IV, (artigo 19º), e segundo a tabela acordada e constante do presente Protocolo.

c) Responsabilizar-se pelos espaços a ocupar, garantindo a sua utilização unicamente para o fim estabelecido neste protocolo.

d) Elaborar relatório trimestral sobre a actividade pedagógica e execução financeira, a ser avaliado pelas entidades que subscrevem o presente Protocolo

d) Garantir que o montante definido na alínea a), do número 1, da cláusula oitava deste protocolo, será afecto única e exclusivamente às actividades de enriquecimento curricular.

e) Participar na planificação das actividades e na avaliação periódica de acordo com o número 16 do despacho da Ministra da Educação em colaboração com o 1º e 2º outorgantes.

f) A não afectação do montante atribuído, aos fins a que se destina, implica a sua devolução ao abrigo deste protocolo.

#### Clausula 11ª

(Vigência do protocolo)

1 – O presente protocolo vigora para o ano lectivo de 2010/11, de acordo com o calendário escolar anualmente publicado pelo Ministério da Educação.

2 – Caso não seja denunciado, por qualquer das partes, para o termo do prazo, o presente protocolo renovar-se-á automaticamente por períodos de um ano lectivo.

3 – A denúncia para o termo do prazo deverá ser feita por carta registada para todos os Outorgantes, com aviso de recepção, com a antecedência mínima de sessenta dias seguidos.

4 – A denuncia do presente Protocolo não implica para o 1º outorgante a assumpção de qualquer compromisso decorrente do mesmo, que tenha implicação para além da data da vigência, (término), do presente Protocolo.

#### Clausula 12ª

##### (Rescisão com Justa Causa)

1 – A todo o tempo, qualquer dos outorgantes poderá resolver o presente protocolo se se demonstrar que houve violação ou incumprimento do disposto no mesmo.

2 – Para efeitos de rescisão com evocação de justa causa deverá esta ser notificada por carta registada com aviso de recepção, onde constem os factos, fundamentados, que a parte não faltosa considerou causa da mesma.

3 – A (s) Parte (s), alvo de notificação anteriormente referida, dispõem de trinta dias úteis para contestar ou fazer cessar a causa que deu azo à intenção de rescisão.

4 – Regularizada a situação no prazo, perdem-se os fundamentos para a rescisão com justa causa.

#### Clausula 13ª

##### (Disposições finais)

1 – Dada a realidade diversa das escolas e a natural complexidade do presente protocolo, e em função dos resultados da avaliação da sua implementação, pode o articulado ser revisto no final do primeiro ano de execução ou em qualquer momento por vontade expressa dos outorgantes.

2 – Todas as comunicações e notificações de uma parte à outra, relativas ao presente protocolo ou em conexão com ele, para serem válidas, terão de ser efectuadas por escrito e dirigidas para os domicílios dos outorgantes do presente protocolo, salvo se qualquer dos outorgantes tiver comunicado por escrito a alteração do respectivo domicílio, caso em que será este que conta.

3 – Qualquer emenda, aditamento ou alteração ao presente protocolo será válida se constar de documento escrito com expressa referência ao mesmo, e carece da assinatura dos outorgantes, podendo, também constituir anexo ao presente protocolo.

4 – O presente protocolo é parte integrante da candidatura a apresentar à DREL, ficando a sua concretização, dependente da respectiva aprovação. Em caso de não aprovação, ficam os outorgantes desobrigados do seu cumprimento.

O presente protocolo é feito em quadruplicado ficando um exemplar para cada um dos outorgantes, sendo constituído por onze páginas, todas rubricadas, com excepção da última que por todos será assinada.

Almada, \_\_\_\_\_ 2010

O Primeiro Outorgante

---

Presidente da Câmara Municipal de Almada

O Segundo Outorgante

---

Directora do Agrupamento

O Terceiro Outorgante

---

Presidente do Conselho Executivo Instituto Piaget

**ANEXO II**  
**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO**  
**PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO**  
**PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO**

Considerando:

- 1 – A exigência de, responder às necessidades das famílias, adaptando os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico público;
- 2 – Que existe a necessidade de que estas respostas sejam de carácter gratuito e universal, de modo a que todas as crianças tenham oportunidades idênticas independentemente das capacidades das suas famílias;
- 3 – O papel fundamental das comunidades educativas, nomeadamente associações de pais, instituições privadas de solidariedade social e outras instituições locais que têm vindo a promover actividades, de animação e de apoio às famílias, diversificadas e em função das realidades locais em parceria com as escolas do 1º ciclo do ensino básico.
- 4 – Que estas actividades têm contribuído para o melhor desenvolvimento social, educativo e de cidadania dos alunos, bem como, para a prevenção do insucesso e abandono escolar,
- 5 – O Despacho n.º 14 460 /2008, do Gabinete da Ministra da Educação, publicado na II Série do Diário da República de 26 de Maio de 2008, que permite acesso ao financiamento do programa de actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico, adiante designado “Programa”;
- 6 – O Regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro do programa, obriga as entidades, quaisquer que elas sejam, à apresentação de projectos em parceria com os Agrupamentos de Escolas, e à celebração de protocolos de colaboração, em termos que protejam cabalmente os direitos e deveres de cada uma das partes.



É celebrado o presente Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Almada (CMA) na qualidade de Promotora, representada por Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, Presidente, N.º Pessoa Colectiva 500 051 054, com sede no Largo de Camões 2800-158 Almada, ora em diante também designada por Primeiro Outorgante e;

Agrupamento Vertical de Escolas Miradouro de Alfazina: representado pelo Sr.ª Directora Maria do Carmo Mira Borges, N.º de Pessoa 600 079 155, com sede na EBI/JI Monte da Caparica, Rua do Miradouro de Alfazina 2815-015 Caparica, ora em diante também designada por Segundo Outorgante e;

O Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L., N.º de Pessoa Colectiva 501 048 740, com sede na Rua Via Jean Piaget, 4410-236, Canelas (V.N.Gaia), no acto representado por Luis Manuel Cardoso, na qualidade de Presidente do Conselho Directivo, ora em diante designado por Terceiro Outorgante, os quais, em harmonia com o despacho, n.º 14 460/2008 (2.ª série) do Ministério da Educação de 26 de Maio, referente à implementação do Programa de actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico Público, acordam no presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes.

Cláusula 1.ª  
(Âmbito)

O presente Protocolo visa regular a cooperação entre as Entidades envolvidas no Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico Público.

Os outorgantes comprometem-se a implementar as actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico nas escolas EBI/JI do Monte da Caparica e EB1/JI do Monte da Caparica n.º2, do Município de Almada, de acordo e nos termos do Despacho n.º 14 460/2008 e elementos explicitadores, referidos, nomeadamente nos pontos números 9, 10, 11,12, 13,14,16,17, 18,19,20 e 21 do referido despacho.

Cláusula 2<sup>a</sup>  
(Princípios Orientadores)

Os Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular desenvolvem-se de acordo com os objectivos definidos no Projecto Educativo do Agrupamento e constam do Plano Anual de Actividades.

Estas actividades são implementadas de acordo com as Orientações Programáticas para cada uma, divulgadas no site do Ministério da Educação, ou, na ausência destas orientações, o Currículo Nacional do Ensino Básico.

Cláusula 3<sup>a</sup>  
(Objectivos)

O presente Protocolo tem como objectivo a oferta do “Programa” e assume também o objectivo de promoção de igualdade de oportunidades perante o sistema educativo. A implementação do “Programa” é uma oferta extra curricular gratuita que permite desenvolver competências e fomentar o interesse pela aprendizagem ao longo da vida, elevar o nível de formação e qualificação dos alunos, e garantir que os tempos extra curriculares sejam pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas.

Clausula 4<sup>a</sup>  
(Abrangência)

A prática pedagógica do Inglês e a implementação das outras actividades abrange o total dos alunos inscritos no “Programa” e constante no anexo III do dossier de candidatura, que se encontram matriculados nas seguintes escolas:  
EBI/JI do Monte da Caparica  
EB1/JI do Monte da Caparica nº 2

Clausula 5<sup>a</sup>  
(Modalidades)

1 - As actividades de enriquecimento curricular implementadas nos estabelecimentos de 1º ciclo do ensino básico público referidas na cláusula anterior incidem nos domínios desportivo, artístico, de ligação da escola com o meio e aprendizagem de segunda língua:

- a) Apoio ao Estudo
- b) Ensino do Inglês
- c) Ensino da Música
- d) Actividade Física e Desportiva
- e) Outra actividade (Expressões)

Cláusula 6ª  
(Horários)

O Desenvolvimento das actividades decorrem semanalmente de acordo com os horários abaixo indicados:

EBI/JI do Monte da Caparica:

1.º ano e 2º ano; / Regime Normal

Apoio ao Estudo	90 MIN
Ensino do Inglês	90 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN
Outra Actividade	45 MIN

3º ano e 4º ano/Regime Normal

Apoio ao Estudo	90 MIN
Ensino do Inglês	135 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN

EB1/JI do Monte da Caparica nº2

1.º ano e 2º ano / Regime Normal

Apoio ao Estudo	90 MIN
Ensino do Inglês	90 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN
Outra Actividade	45 MIN

3º ano e 4º ano / Regime Normal

Apoio ao Estudo	90 MIN
Ensino do Inglês	135 MIN
Ensino da Música	135 MIN
Actividade Física e Desportiva	135 MIN

As Actividades de Enriquecimento Curricular são desenvolvidas na EBI/JI do Monte de Caparica e na EB1/JI do Monte de Caparica nº2, não sendo utilizados espaços não escolares.

Clausula 7ª  
(Obrigações Gerais)

A Câmara Municipal de Almada, o Agrupamento Vertical de Escolas Miradouro de Alfazina: e o Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L. colaborarão entre si e com outras instituições e organismos, tendo em vista a implementação do “Programa”, sob parâmetros de qualidade e de rentabilização de recursos humanos e materiais. Para o efeito, todas as entidades designarão um representante responsável pelo acompanhamento do estipulado neste acordo de colaboração.

## Clausula 8ª

### (Obrigações específicas do Primeiro Outorgante)

1 – Durante o período de vigência do presente protocolo constituem obrigações do primeiro outorgante – Câmara Municipal de Almada:

a) Prestar apoio financeiro aos segundo e terceiro outorgante, através de comparticipação financeira, para a prossecução do objectivo definido na clausula 1ª, calculado em função de orçamentos apresentados.

b) Articular com os outros outorgantes as soluções adequadas para promover o acesso a equipamentos e ao material didáctico necessário.

c) Promover o acompanhamento e a avaliação de execução do presente protocolo, através do Departamento de Educação e Juventude, especificamente da sua Divisão de Educação.

2 - A transferência dos montantes referido na alínea a) do número anterior, concretizar-se-á em tranches, cuja calendarização será definida em articulação com os períodos da avaliação.

## Clausula 9ª

### (Obrigações específicas do Segundo Outorgante)

1 – Durante o período de vigência do presente protocolo constituem obrigações do segundo outorgante – Agrupamento Vertical de Escolas Miradouro de Alfazina:

;

a) Promover ou fazer promover os procedimentos necessários ao recrutamento dos professores, de acordo com as orientações referidas no capítulo III, secção I, (artigo 9º); secção II, (artigo 12º); secção III, (artigo 16º) e secção IV, (artigo 19º) do despacho da Ministra da Educação.

b) Promover o enquadramento logístico, de acordo com os números 24 e 25, do despacho da Ministra da Educação.

c) Promover a planificação do “Programa” bem como a supervisão pedagógica da implementação e avaliação do programa de acordo com os números 19, 31 e 32 do despacho da Ministra da Educação.

d) Articular com os outros outorgantes as soluções adequadas para promover o acesso ao equipamento e ao material didáctico necessário.

e) Promover os espaços a ocupar para o fim estabelecido neste protocolo em articulação com o primeiro e o terceiro outorgante.

f) Garantir que o montante definido na alínea a), do número 1, da cláusula oitava deste protocolo, será afecto única e exclusivamente às actividades de enriquecimento curricular.

#### Clausula 10ª

##### (Obrigações específicas do Terceiro Outorgante)

1 – Participar na avaliação periódica de acordo com o número 16 do despacho da Ministra da Educação em colaboração com o 1º e 3º outorgantes.

2 – Durante o período de vigência do presente protocolo constituem obrigações do terceiro outorgante – Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L.:

a) Articular com o segundo outorgante no sentido de implementar o “Programa” no 1º ciclo do Ensino Básico Público de acordo com o despacho da Ministra da Educação.

b) Promover aos procedimentos necessários à contratação de professores, em articulação com o 2º outorgante, e de acordo com as orientações definidas, no capítulo III, secção I, (artigo 9º); secção II, (artigo

12º); secção III, (artigo 15º e ou artigo 16º) e secção IV, (artigo 19º), e segundo a tabela acordada e constante do presente Protocolo.

c) Responsabilizar-se pelos espaços a ocupar, garantindo a sua utilização unicamente para o fim estabelecido neste protocolo.

d) Elaborar relatório trimestral sobre a actividade pedagógica e execução financeira, a ser avaliado pelas entidades que subscrevem o presente Protocolo

d) Garantir que o montante definido na alínea a), do número 1, da cláusula oitava deste protocolo, será afecto única e exclusivamente às actividades de enriquecimento curricular.

e) Participar na planificação das actividades e na avaliação periódica de acordo com o número 16 do despacho da Ministra da Educação em colaboração com o 1º e 2º outorgantes.

f) A não afectação do montante atribuído, aos fins a que se destina, implica a sua devolução ao abrigo deste protocolo.

#### Clausula 11ª

(Vigência do protocolo)

1 – O presente protocolo vigora para o ano lectivo de 2009/10, de acordo com o calendário escolar anualmente publicado pelo Ministério da Educação.

2 – Caso não seja denunciado, por qualquer das partes, para o termo do prazo, o presente protocolo renovar-se-á automaticamente por períodos de um ano lectivo.

3 – A denúncia para o termo do prazo deverá ser feita por carta registada para todos os Outorgantes, com aviso de recepção, com a antecedência mínima de sessenta dias seguidos.

4 – A denuncia do presente Protocolo não implica para o 1º outorgante a assumpção de qualquer compromisso decorrente do mesmo, que tenha implicação para além da data da vigência, (término), do presente Protocolo.

#### Clausula 12ª

##### (Rescisão com Justa Causa)

1 – A todo o tempo, qualquer dos outorgantes poderá resolver o presente protocolo se se demonstrar que houve violação ou incumprimento do disposto no mesmo.

2 – Para efeitos de rescisão com evocação de justa causa deverá esta ser notificada por carta registada com aviso de recepção, onde constem os factos, fundamentados, que a parte não faltosa considerou causa da mesma.

3 – A (s) Parte (s), alvo de notificação anteriormente referida, dispõem de trinta dias úteis para contestar ou fazer cessar a causa que deu azo à intenção de rescisão.

4 – Regularizada a situação no prazo, perdem-se os fundamentos para a rescisão com justa causa.

#### Clausula 13ª

##### (Disposições finais)

1 – Dada a realidade diversa das escolas e a natural complexidade do presente protocolo, e em função dos resultados da avaliação da sua implementação, pode o articulado ser revisto no final do primeiro ano de execução ou em qualquer momento por vontade expressa dos outorgantes.

2 – Todas as comunicações e notificações de uma parte à outra, relativas ao presente protocolo ou em conexão com ele, para serem válidas, terão de ser efectuadas por escrito e dirigidas para os domicílios dos outorgantes do presente protocolo, salvo se qualquer dos outorgantes tiver comunicado por escrito a alteração do respectivo domicílio, caso em que será este que conta.



3 – Qualquer emenda, aditamento ou alteração ao presente protocolo será válida se constar de documento escrito com expressa referência ao mesmo, e carece da assinatura dos outorgantes, podendo, também constituir anexo ao presente protocolo.

4 – O presente protocolo é parte integrante da candidatura a apresentar à DREL, ficando a sua concretização, dependente da respectiva aprovação. Em caso de não aprovação, ficam os outorgantes desobrigados do seu cumprimento.

O presente protocolo é feito em quadruplicado ficando um exemplar para cada um dos outorgantes, sendo constituído por dez páginas, todas rubricadas, com excepção da última que por todos será assinada.

Almada, \_\_\_\_\_ 2010

O Primeiro Outorgante

---

Presidente da Câmara Municipal de Almada

O Segundo Outorgante

---

Directora do Agrupamento

O Terceiro Outorgante

---

Presidente do Conselho Executivo Instituto Piaget

✓ **Enquadramento:**

No âmbito do Mestrado em Ciências da Educação na variante de Administração Educacional, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, encontro-me a desenvolver um trabalho de investigação no concelho de Almada, com o objectivo de culminar numa dissertação.

A investigação passa pelo estudo das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nomeadamente pela coexistência de dois modelos de gestão. O Programa das AEC em 2009/2010, traduziu-se numa oferta educativa extracurricular gratuita, que se desenvolveu ao longo do ano lectivo, em regime de complemento educativo, de frequência facultativa, destinando-se aos alunos do 1º ao 4º ano das escolas do 1º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho, e teve como base de enquadramento o Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio.

Uma vez que, a Câmara Municipal de Almada é promotora das AEC em 2 agrupamentos de escolas, e que nos restantes 10, os agrupamentos de escolas planificaram as AEC com outras entidades promotoras (artigo 16 do Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio), importa compreender, o desenvolvimento dos dois modelos organizacionais, incluindo a identificação dos actores envolvidos, das responsabilidades atribuídas a cada um deles e a caracterização das suas relações, assim como o modo como se organizam as AEC no seio da escola.

Para o efeito, procurar-se-á identificar e analisar as metodologias, estratégias e procedimentos presentes nas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico para a concretização e sucesso das AEC como ofertas formativas que visam o enriquecimento dos tempos escolares das crianças.

✓ **Instruções de Preenchimento:**

O questionário está dividido em duas partes. A 1.ª Parte é para preencher com informações referentes a cada escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Caso um agrupamento tenha, por exemplo, três escolas do 1.º Ciclo, terá que haver três respostas à primeira parte do questionário. A 2.ª Parte é para preencher apenas uma vez.

Por favor, leia todo o questionário antes de começar a responder. Se considerar necessário dar esclarecimentos adicionais ou fazer qualquer comentário, pode acrescentar.

Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente no contexto da presente investigação, sendo preservado na sua apresentação o anonimato dos respondentes.

Solicito que as respostas ao questionário sejam enviadas com a brevidade possível, até 15 de Julho, por e-mail.

Só com a colaboração de cada um é possível ter uma visão de conjunto sobre o modo como decorre este processo. Pedimos desculpa pelo eventual transtorno e, mais uma vez,

Muito obrigado pela sua colaboração

Maio de 2011

Remeter preenchido para: [mrrebelo@cma.m-almada.pt](mailto:mrrebelo@cma.m-almada.pt)

1.ª Parte

**1. Caracterização do Agrupamento, Escola e Turmas**

1.1. Agrupamento \_\_\_\_\_

1.2. Escola \_\_\_\_\_

1.3. Indique quantos alunos frequentaram o 1.ºCiclo no ano lectivo 2009/2010:

➤ 1.ºAno\_\_\_\_\_

➤ 2.ºAno\_\_\_\_\_

➤ 3.ºAno\_\_\_\_\_

➤ 4.ºAno\_\_\_\_\_

1.4. Indique quantos alunos frequentaram as AEC no ano lectivo 2009/2010:

➤ 1.ºAno\_\_\_\_\_

➤ 2.ºAno\_\_\_\_\_

➤ 3.ºAno\_\_\_\_\_

➤ 4.ºAno\_\_\_\_\_

1.5. Indique quantas turmas existiram no ao lectivo 2009/2010?

➤ 1.ºAno\_\_\_\_\_

➤ 2.ºAno\_\_\_\_\_

➤ 3.ºAno\_\_\_\_\_

➤ 4.ºAno\_\_\_\_\_

**2. Caracterização da oferta formativa de Enriquecimento Curricular**

2.1. Quais as AEC que se encontram a funcionar no ano lectivo 2009/2010?

Actividades de apoio ao estudo

Ensino do Inglês

Ensino de outras línguas estrangeiras

Actividade Física e Desportiva

Ensino da Música

Expressão Musical

Outras actividades:\_\_\_\_\_

1.ª Parte

2.2. Indique quantos alunos frequentaram as AEC no ano lectivo 2009/2010, por actividade:

AEC / Ano de Escolaridade	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
Actividades de apoio ao estudo				
Ensino do Inglês				
Ensino de outras línguas estrangeiras				
Actividade Física e Desportiva				
Ensino da Música				
Expressão Musical				
Outras actividades:				

2.3. As AEC funcionaram em que parte do dia?

Manhã

Tarde

Misto

2.4. Indique quantos professores leccionaram nas AEC:

AEC	N.º de Docentes
Actividades de apoio ao estudo	
Ensino do Inglês	
Ensino de outras línguas estrangeiras	
Actividade Física e Desportiva	
Ensino da Música	
Expressão Musical	
Outras actividades:	

1.ª Parte

2.5. Os recursos humanos (Docentes e Auxiliares de Acção Educativa) são suficientes?

Sim

Não

- se respondeu Não, diga porquê:

---

---

---

**3. Caracterização dos espaços e materiais didácticos/pedagógicos**

3.1. Indique por actividade os espaços que foram utilizados:

AEC	Espaço utilizado	Quem cedeu o espaço?
Actividades de apoio ao estudo		
Ensino do Inglês		
Ensino de outras línguas estrangeiras		
Actividade Física e Desportiva		
Ensino da Música		
Expressão Musical		
Outras actividades: _____ _____		

3.2. Acha que os espaços onde se realizaram as AEC foram adequados e diversificados? Encontravam-se em boas condições? Justifique.

---

---

---

---

1.ª Parte

3.3. Indique por actividade os materiais didácticos/pedagógicos utilizados e quem os forneceu:

AEC	Material utilizado	Quem forneceu/financiou os materiais?
Actividades de apoio ao estudo		
Ensino do Inglês		
Ensino de outras línguas estrangeiras		
Actividade Física e Desportiva		
Ensino da Música		
Expressão Musical		
Outras actividades:		

3.4. O Agrupamento dispôs de todos os materiais necessários par um bom funcionamento das AEC? Justifique.

---

---

---

---

Obrigado pela sua colaboração

2.ª Parte

**1. Intervenientes**

1.1. Identifique a entidade promotora das AEC:

Autarquia Local

Associações de Pais e de Encarregados de Educação

Instituições Particulares de Solidariedade Social

Agrupamento de Escolas

1.2. A entidade promotora fez parceria com alguma entidade?

Sim

Não

- Se respondeu sim diga qual(is) :

---

---

1.3. Caracterize a relação com a entidade promotora, tendo em consideração os conceitos apresentados nas respectivas caixas. Justifique.

- Ao nível da Persistência (Circunstancial, Regular ou Permanente), a relação foi:

Relações Circunstanciais: as que ocorrem por influência isolada de acontecimentos, pessoas ou grupos, e cuja repetição não se prevê;

Relações Regulares: as que se repetem e mostram tendência para continuar a repetir-se, de acordo com processos planificados ou não, mas que não fazem parte do quotidiano da instituição;

Relações permanentes: as que constituem um traço da vida quotidiana da instituição;

---

---

---

- Ao nível da Natureza dos fluxos prestados/fornecidos (Relações Humanas, Relações Materiais, Relações Financeiras, Relações Informacionais), estes foram através de que tipo de relação:

Relações Humanas: as que se referem a trocas envolvendo alunos, professores e membros do pessoal não docente, assim como o recurso a pessoas exteriores com vista ao desenvolvimento de certas componentes curriculares ou de certas actividades;

Relações Materiais: as que se referem à cessão de espaços e de equipamentos, a apoios materiais não financeiros ou à prestação de serviços (excluindo-se o que é tradicionalmente do funcionamento corrente de qualquer escola);

Relações Financeiras: as que envolvem fluxos financeiros, de entrada ou de saída, com outras instituições;

Relações Informacionais: as que se referem às trocas de informações entre estabelecimentos e entre estes e os seus parceiros;

---

---

---

2.ª Parte

- Ao nível da Formalidade da relação (Formal, Não Formal, Informal), esta foi:

Relações Formais: as que decorrem das competências legais das instituições ou de protocolos ou regulamentos estabelecidos para o desenvolvimento de certas actividades;  
Relações Não Formais: as que decorrem de contacto previsto em documentação interna;  
Relações Informais: as que decorrem de contacto não previsto por qualquer forma;

---



---



---

1.4. Indique as funções que ficaram a cargo do Agrupamento e da Entidade Promotora:

	Agrupamento	Entidade Promotora	Entidade Parceira
✓ Selecção das actividades			
✓ Apoio técnico necessário para o desenvolvimento das actividades			
✓ Elaboração de horários			
✓ Controlo de assiduidade			
✓ Fornecimento de refeições			
✓ Espaços e infra-estruturas para as AEC			
✓ Transportes escolares			
✓ Contratação de professores			
✓ Assegura mensalmente os custos com os professores das AEC			
✓ Disponibiliza as auxiliares de acção educativa			
✓ Assegura mensalmente os custos das auxiliares de acção educativa			
✓ Assegura mensalmente os custos dos materiais para as actividades			
✓ Outra _____			
✓ Outra _____			

1.5. Como é feito o recrutamento dos professores?

---



---



---



---



2.ª Parte

2. **Planeamento e Coordenação**

2.1. A planificação das AEC foi feita:

Mensalmente

Semestralmente

Anualmente

Outra periodicidade: \_\_\_\_\_

2.2. A planificação das AEC encontra-se integrada no:

Plano anual de actividades

Projecto Educativo de Escola

Em nenhum destes documentos

2.3. Quem foram os intervenientes do processo de planificação?

---

---

---

---

2.4. Indique de que tipo é a articulação que existiu entre os professores das AEC e os professores titulares de turma?

---

---

---

---

2.ª Parte

2.5. Existe articulação entre a planificação das AEC e a planificação do currículo escolar formal? Explique.

---

---

---

---

---

---

2.6. Quem assegura a coordenação e a orientação quotidianas das AEC?

---

---

---

3. **Supervisão e Avaliação**

3.1. Relativamente à supervisão pedagógica:

3.1.1. Esteve a cargo de quem?

---

---

3.1.2. Como foi feita?

---

---

---

---

3.2. Quanto à avaliação das AEC existentes no agrupamento indique:

3.2.1. Existe algum tipo de avaliação das AEC?

Sim

Não

2.ª Parte

- se respondeu Sim, indique quem foram os intervenientes e como se processou:

---

---

---

3.2.2. Os professores das AEC fizeram uma avaliação do trabalho realizado por cada aluno?

Sim

Não

- se respondeu Sim, explique qual o seguimento que esse documento tem.

---

---

---

3.2.3. O agrupamento fez relatório de avaliação final relativamente ao desenvolvimento das AEC no ano lectivo 2009/2010?

Sim

Não

- se respondeu Sim indique quem o elaborou e em que dados/informações de baseou. Junte em anexo o relatório.

---

---

---

3.3. Indique o número de desistências no ano lectivo 2009/2010:

- 1.ºAno\_\_\_\_\_
- 2.ºAno\_\_\_\_\_
- 3.ºAno\_\_\_\_\_
- 4.ºAno\_\_\_\_\_

2.ª Parte

- 3.4. Indique pontos fortes e fracos do desenvolvimento das AEC em 2009/2010, descrevendo as dificuldades sentidas.

---

---

---

---

---

---

---

- 3.5. Em 2010/2011 adoptaram alguma nova estratégia, que tenha decorrido de um constrangimento verificado em 2009/2010?

Sim

Não

- se sim, diga qual(ais):

---

---

---

---

---

---

obrigado pela sua colaboração

Matriz do Questionário por Objectivo e Questões		
Objectivos	Questões	
	1.ª Parte	2.ª Parte
➤ Identificação Gerais;	1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.5; 2.3	
➤ Identificar as AEC em prática nos agrupamentos do concelho;	2.1;2.2	
➤ Identificar e caracterizar os recursos (Humanos, Materiais e Financeiros) mobilizados para o funcionamento das AEC;	2.4;2.5; 3.1; 3.2; 3.3; 3.4	
➤ Identificar e caracterizar as parcerias desenvolvidas na promoção das AEC;		1.1; 1.2; 1.3;
➤ Identificar as responsabilidades que ficam a cargo do agrupamento e da entidade promotora;		1.4
➤ Caracterizar o recrutamento dos professores das AEC;		1.5
➤ Perceber quais são os modelos pedagógicos privilegiados e de que forma ocorre a sua planificação, a sua execução e a sua avaliação;		2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 2.6
➤ Analisar o modo como é feita a supervisão pedagógica e a avaliação das AEC;		3.1; 3.2; 3.3
➤ Identificar pontos fortes, pontos fracos e novas estratégias adoptadas do desenvolvimento das AEC		3.4; 3.5

Guião de Entrevista Semi-Directiva – Exmo. Sr. Vereador da Educação António Matos

Tema: Autarquia Local enquanto promotora do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.ºCEB;

Blocos Temáticos	Objectivos	Questões
<b>Bloco A</b>  Legitimação da Entrevista	✓ Apresentar o estudo e os objectivos da entrevista. ✓ Motivar o entrevistado	
<b>Bloco B</b>  Intervenção Municipal	✓ Conhecer a opinião do entrevistado sobre a evolução das competências educacionais dos municípios.  ✓ Saber a que intervenções municipais atribui o entrevistado maior importância.	➤ Acha que a intervenção da Câmara Municipal na área da educação tem aumentado nos últimos anos?  - Se sim, em quê?  ➤ A que intervenções da Câmara Municipal tem atribuído maior importância?  - Porquê?
<b>Bloco C</b>  Processo de descentralização e transferência de competências na área da educação	✓ Relacionar as AEC com o processo de descentralização e transferência de competências	➤ Qual a posição da autarquia face à transferência de novas competências da Administração Central para a Administração Local? - Relativamente às que já foram transferidas; - Relativamente a desenvolvimentos futuros.  ➤ A implementação do Programa das AEC contribuiu para que a autarquia tenha um papel diferente em relação à educação?

<p><b>Bloco D</b></p> <p>Autarquia enquanto entidade promotora</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Identificar as razões políticas que levaram a autarquia a assumir duas posições diferentes nesta matéria</li>   <li>✓ Identificar recursos organizacionais e financeiros associados à intervenção da autarquia nas AEC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Quais os motivos que levaram a autarquia a ser a entidade promotora do programa das AEC?</li>   <li>➤ Quais as razões que levaram a autarquia a ser entidade promotora do programa das AEC em apenas 2 dos 13 agrupamentos existentes no concelho de Almada e a não ser nos outros casos?</li>   <li>➤ Como avalia a autarquia, actualmente, essas decisões/posições?</li>   <li>➤ Que relação tem a autarquia com os agrupamentos em que não é promotora?</li>   <li>➤ Esta competência implicou adaptações nos serviços?</li>   <li>➤ Há pessoas especificamente a trabalhar nesta área? São suficientes? Que tarefas desempenham?</li>   <li>➤ Quanto a autarquia gastou com as AEC no ano lectivo 2009/2010? Quem financiou?</li> </ul>
<p><b>Bloco E</b></p> <p>Políticas Locais de educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionar as AEC e a política educativa local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Considera que as AEC estão claramente integradas na política educativa do município?</li> </ul>

Agradecimentos

## **Protocolo da Entrevista**

**Local:** Divisão de Educação da Câmara Municipal de Almada;

**Entrevistador:** Ana Monteiro, Estagiária;

**Entrevistado:** Prof. Dr. António Matos, Vereador da Educação;

**Objectivos:**

- ✓ Conhecer a opinião do entrevistado sobre a evolução das competências educacionais dos municípios.
  - ✓ Saber a que intervenções municipais atribui o entrevistado maior importância.
  - ✓ Relacionar as AEC com o processo de descentralização e transferência de competências.
  - ✓ Identificar as razões políticas que levaram a autarquia a assumir duas posições diferentes nesta matéria.
  - ✓ Identificar recursos organizacionais e financeiros associados à intervenção da autarquia nas AEC.
  - ✓ Relacionar as AEC e a política educativa local.
- 

**Entrevistador – Acha que a intervenção da Câmara Municipal na área da educação tem aumentado nos últimos anos?**

**Entrevistado** – Sim, acho que tem aumentado claramente e é o objectivo não só do entendimento subjectivo que faço do assunto mas do ponto de vista métrico, o objectivo, há mais intervenção da Câmara Municipal na educação nos últimos anos. Um maior aumento da intervenção municipal nos últimos anos foi em matéria da ampliação da rede local de recursos educativos, leia-se instalações e equipamentos educativos. É aquilo que do ponto de vista financeiro, material visível, mais tem sentido o aumento do investimento municipal, e em particular nos últimos anos em que se verificou a circunstância de em apenas quatro anos se ter construído mais escolas em Almada do que nas últimas décadas, portanto é um quadriénio especialmente relevante no que concerne ao aumento da rede escolar, do número de salas e sobretudo à qualificação geral do parque escolar, do ponto de vista da modernização e da qualidade das escolas, e mesmo da tipologia, uma vez que implementamos uma tipologia inovadora mesmo considerando aquilo que o país educador vai fazendo. Depois também nos últimos anos aumentamos muito a nossa intervenção em matéria de gestão do sistema



local de fornecimento de refeições escolares. Houve um aumento gigantesco expressivo de envolvimento no plano organizacional, instrumental operacional e também no plano da afectação dos recursos financeiros, onde cresceu em flecha os recursos financeiros alocados a esta operação. Ligado a isto, também o aumento do investimento municipal em matéria da acção social escolar. Portanto aquilo que cresceu mais foi neste domínio, nós para além das competências legais que são estas, temos outras que nós chamamos competências reais, que não repousam em molduras legais nem em alegações legais, mas decorrem das opções que a câmara tem para além das competências que é portadora, eu estou a falar da intervenção municipal em matéria de fomento da actividade educativa, de fomento da inovação pedagógica e de fomento da ligação da escola ao meio local envolvente, ao meio geo-humano envolvente, matéria onde temos o dispositivo que conhece que é o Plano da Acção Cultural, o PAC, que ouviu falar e que conhece. Esse investimento nos últimos anos consolida-se mas não tem crescido, cresceu mais aquilo que atrás disse, mantém-se e qualifica-se porque neste momento e nos últimos anos nós conseguimos desenhar aqui um quadro ou uma moldura conceptual mais complexa e mais desenvolvida, mais complexificada com mais critérios mais objectivos. Portanto hoje o PAC, é um PAC melhor mas não é um PAC com mais dinheiro, paradoxalmente infelizmente tenho que reconhecer em vossa grande alegria é um PAC com menos dinheiro, pronto, isto é em grosso modo onde é que nós temos aumentado mais e onde é que nós temos aumentado menos a nossa intervenção e portanto penso que conclui a primeira pergunta.

**Entrevistador – A intervenção da Câmara Municipal tem atribuído maior importância?**

**Entrevistado** – Decorre quase da primeira resposta. Aquilo que temos conferido maior importância é mesmo a este objectivo que não é estratégico porque é instrumental, é organizacional. Estamos a falar dos meios para prosseguir á acção educativa que essa sim é a questão central, prosseguir à acção educativa que é sobretudo uma acção e material. Mas embora a ser educativa que é a questão central que nos envolve e que envolve os agentes institucionais e os agentes individualmente considerados no sistema, portanto, a acção educativa seja a questão central portanto é material, nós nos últimos anos estamos envolvidos nesta situação paradoxal que é, damos mais importância à questão do “tijolo” e do “papo-seco”, passo a expressão, do “tijolo” porque construímos novas escolas e é o investimento gigantesco como atrás disse, e do “papo-seco” passo a linguagem popular que vocês põem entre aspas e parênteses, é o apoio digamos em refeitórios escolares o fornecimento de refeições, designadamente com uma preocupação muito grande, dão-se refeições a quem mais precisa, aos tais três mil miúdos que não pagam ou dois mil que não pagam e mil e tal que paga setenta e três cêntimos. Portanto, temos atribuído mais importância a estas áreas, porque se trata aqui de prosseguir um objectivo de qualificação geral por um lado, e de garantir condições que

permitam a universalização da oferta educativa, ou seja, nós ao apoiarmos quem mais precisa permitimos que os miúdos que saem das famílias em desigualdade de condições possam merecer do apoio social escolar e sair do sistema em posições mais iguais do que a entrar no sistema. Os miúdos entram no sistema, um aqui outro aqui, e nos tentamos vá lá, é um bocadinho vá lá, tentar que o estado assuma e nos somos estado, alguma nobreza porque ajuda quem mais precisa, tenta-se apesar das dificuldades. Agora mesmo aqui nós damos uma intervenção importante que eu quero deixar aqui prestada, que é este objectivo global de educação ao longo da vida. Pôs-se esta ideia de uma educação global, universal para todos, ajudar dentro do exercício das nossas competências a que todo o almadense tenha uma formação escolar básica e uma certificação profissional. Esta questão, que está pela primeira vez nos últimos planos de actividade, isto há três, quatro anos não estava assim anunciado, é que todo o almadense tenha uma certificação escolar e uma certificação profissional. Estes dois objectivos são objectivos centrais da visão que Almada tem sobre a política educativa, e depois a outra questão é aprender aprender sempre, aprender ao longo da vida, isto é, esta ideia da pirâmide, que era um conceito, há muitos anos que se falava no princípio todos têm formação e depois vão deixando de ter até no fim da vida poder não ter. Nós estamos a converter o triângulo em cilindro, isto é, no princípio todos têm educação e no fim todos têm educação. Para isso nós no exercício das nossas competências pouco temos a ajudar aqui, mas podemos ajudar alguma coisa e o que podemos ajudar é por exemplo, um exemplo paradigmático, é a construção da universidade sénior, que é uma iniciativa dos professores mas é verdadeiramente relativamente aos recursos materiais uma obra da câmara municipal, ou seja, Almada vai ter uma das maiores universidades seniores de Portugal penso eu. Eu tenho ouvido falar de universidades seniores, mas uma universidade com a dimensão desta que vai ser construída em Almada velha não sei se há em muito lado, provavelmente haverá mas não sei se haverá muito, e portanto a Câmara investe aí e apoia muito com muita atenção, com todo o carinho todo o nosso envolvimento, nos projectos de educação ao longo da vida, não só da universidade sénior mas de tudo quanto é aquela educação chamada educação difusa. Há a educação formal, que é aquela que acontece no sistema educativo regular, a educação difusa é aquela que acontece nas colectividades, numa IPSS que apoia em tempos de acção formativa os seniores, os idosos. A câmara mantém uma relação de apoio permanente a essas instituições que prosseguem a acções educativas fora do sistema educativo regular, portanto, a educação ao longo da vida é uma preocupação central de Almada, que é vertida de uma forma particular e mais explícita nos últimos dois, três anos e em particular neste mandato, no mandato anterior não era tão explícita embora já houve-se a intencionalidade. Relativamente ainda, isto sai um bocadinho fora, já devia ter dito isto há pouco, que é um apoio especial aos currículos alternativos, aos chefes, aqueles cursos de segunda oportunidade, não é, que são

desenvolvidos para os miúdos que não conseguem acompanhar o percurso dos sistemas educativos regulares, e nós acompanhamos muito como sabe o próprio CLAS, Conselho Local da Acção Social, um dos seis projectos torturantes, tem que ver com as chamadas escolas para a vida, que é este tipo de trabalho que as escolas regulares fazem quando fornecem oportunidades, percursos educativos de segunda oportunidade, não é, as turmas PIEF, o apoio aos currículos alternativos e os apoios aos chefes, dão-me a preocupação de apoiar os percursos de segundas oportunidades e educação ao longo da vida, portanto é esta um bocadinho a visão, onde repousa o investimento autárquico na área da educação.

**Entrevistador – Qual a posição da autarquia face à transferência de novas competências da administração central para a administração local?**

**Entrevistado** – Nós temos uma história no Portugal democrático que é o Portugal depois do 25 de Abril de 74. Portugal tem uma história da educação profundamente napoleónica e centralista, pesa embora todos os discursos aparentemente avançados progressistas e inovadores de municipalismo e de descentralização, mas a história da educação portuguesa é uma história de centralidade, não é, não só pelo modelo de Marques de Pombal, portanto, e os primeiros ensaios do ensino técnico em Portugal, toda a educação criou-se uma tradição profundamente centralista em Portugal. Pesa embora grandes conversas sobre o contrário, esta é a realidade nacional, não estou a dizer se é má se é boa, porque nós somos o povo que somos, não é, e temos a história que temos, e não nos devemos envergonhar dela, é a nossa história. Depois na primeira República houve ensaios de municipalização e de descentralização da educação com os grandes teóricos republicanos da educação, portanto, já publicamos naquela fugaz experiência republicana, meritória do ponto de vista dos propósitos, das ideias, não é, inovadora foi fantástico os pedagogos da república, mas que deu bota, ou seja nada daquelas visões absolutamente da descentralização, muito audaciosas e muito boas, resultou, aquilo voltou tudo atrás e depois no período do estado novo foi uma profunda centralização que de resto recuperou a centralização, portanto século XIX, portanto desde os tempos de Marques de Pombal. Isto para dizer o quê com esta conversa toda, porque isto agora dava uma longa conversa, aliás eu tenho um trabalho feito sobre esta matéria, eu tenho uma parte da licenciatura de história embora seja engenheiro de formação e fiz estudos pessoais nos primeiros anos da licenciatura de história do ensino em Portugal. É fantástico o que se fez na república e é fantástica a regressão que depois o estado novo fez ao nível da centralização independentemente das questões da ditadura, questões mesmo da administração do sistema, portanto a nossa história, a história do país é uma história de centralidade, não é uma história de descentralização. O quê que aconteceu depois no Portugal democrático? Começou-se a descentralizar e bem, ou seja, normalmente gerindo junto das

peças gere-se melhor, independentemente se é de esquerda se é direita, junto às peças gere-se melhor, também há erros, etc., mas era um crime dizer que os erros foram melhor que as vantagens, as vantagens foram maiores que as desvantagens e os erros. Mas na educação o quê que começou logo com a lei publicada no dia 7 de Março de 1984? O que aconteceu em 7 de Março de 84 foi uma primeira, vale a pena ver o que lá está, e o que lá está a sair para as câmaras é só aquilo que não é essencial, que é material e que custa dinheiro. Portanto foi a construção das escolas embora no artigo 14 dessa lei se dizia que ia ser regulamentado e ia ser transferido dinheiro depois, nunca veio a ser, por isso a maior parte das câmaras em Portugal não assumiram aquilo e portanto durante muitos anos não fizeram escolas, não é, nós começamos em 84 anos 80, 90 com um défice tremendo, porque desde 79 o governo deixou de fazer escolas primárias em Portugal, portanto desde 79 até 84 ninguém fez nada em Portugal a não ser uma ou outra coisa que uma câmara que avançava mas era raro, um enorme défice, e a partir de 84 apareceu essa lei que façam as escolas, embora sem dinheiro, e portanto durante os anos 80 quase ninguém fez. Portanto foi uma história triste esta, foi o que custa dinheiro passa, foi as obras, os transportes escolares e acção social escolar. No fim de contas o que costumo dizer e já o repito várias vezes é assim, o que passou podia passar bem para uma empresa de construção civil ou por um operador rodoviário ou para santa casa da misericórdia ou segurança social ou para uma tipografia, se nós fossemos uma entidade teórica que fosse simultaneamente uma empresa de construção civil, um operador rodoviário, santa casa da misericórdia e um operador tipográfico, cumpríamos 90 e tal por cento das competências que nos mandaram, o que é só sobretudo no domínio de instrumentalidade da organização dos instrumentos para prosseguir nas questões centrais que é a acção educativa. Isto foi o que veio progressivamente para as câmaras e sem dinheiro quase nenhum, bem sem nenhum dinheiro mesmo, para a construção nunca veio um tostão do estado, e uma coisa que foi gravíssima é que do dinheiro que a partir de 1980 e qualquer coisa começou a vir da Europa, 1990 finais dos anos 80, a gente aderiu em 86 ou 87, e começou a vir dinheiro no princípio dos anos 90 da Europa, que permitiu modernizar o país em muitas áreas, é preciso reconhecer, e modernizou o parque escolar das escolas secundárias e permitiu construção de escolas profissionais em Portugal e não veio um tostão para as autarquias locais fazerem escolas primárias e por isso pior parque escolar de Portugal é o das autarquias locais temos que reconhecer. Pesa embora a bondade do que se tem feito e a inovação e as coisas boas que se tem feito, portanto o que eu acho, a minha opinião é que o estado independentemente dos governos, não é uma questão governamental é uma questão do estado no geral, andou mal porque pôs nas autarquias aquilo que custava dinheiro e não transferiu nem dinheiro seu nem permitiu que dinheiro da Europa fosse transferido. Foi uma má ideia, porque foi eventualmente uma boa ideia mas com uma má solução, porque a verdade é que isso agravou os problemas em Portugal de

qualificação do parque escolar, foi sobretudo isso que foi transitado, porque nos transportes escolares e acção social nós tivemos que resolver, ou seja os miúdos tinham que ir para a escola transportados e foram. Eu lembro-me que na altura, em 84, quando isto se passou, eu era membro do conselho directivo, estava com os transportes escolares e a mesmo tempo estava numa câmara municipal aqui ao lado no seixal e sei que naquele ano andava tudo desorientado, ninguém sabia na câmara como se fazia transportes escolares mas ao fim de um ano toda a gente teve que saber, porque os miúdos todos os dias entravam no autocarro, não sabíamos quem tinha de pagar, mas os miúdos entravam com uma declaração da escola para a rodoviária e depois lá se cruzou as pontas lá se resolveu tudo. Agora as escolas primárias foi anos de atraso na qualificação, temos excelentes escolas mas temos algumas escolas que estão a anos-luz daquilo que deviam ser. Portanto eu acho que o modo como foram transferidas foi só o que custa dinheiro sem se mandar dinheiro, e nunca se pensou em envolver os municípios de alguma forma numa gestão do sistema que ultrapasse a política do “tijolo” e que vá para além dos transportes rodoviários e do fornecimento de refeições. Nunca se pensou em envolver os municípios na gestão educativa, claro que se pensou porque nós pertencemos a um Concelho Municipal de Educação que não tem sentido naquela moldura legal, tem sentido órgão mas não como está pensado, quer dizer um órgão com 21 pessoas e tem sete professores há qualquer coisa que não funciona, é como a gente fazer um órgão para gerir um hospital de 20 pessoas e tem sete médicos e o resto é tudo serralheiros e sapateiros. Portanto depois puseram nos Conselhos Consultivos, vão os nossos técnicos, vão lá dar a opinião lá dos outros, mas um governo local ser envolvido num conselho geral precisamente ao lado da colectividade cultura e recreio, o governo da cidade vai a um conselho geral com o mesmo peso do representante, do dirigente dos Unidos do Bairro Futebol Clube ou do Taco a Taco, não é, ou do Flechas Pica-Galo. O Flechas Pica-Galo que é uma colectividade da Trafaria tem o mesmo peso que a governação democrática da cidade, portanto há alguma coisa que não funciona. Portanto nós aí não entramos, entramos só para pagar o que custa e eu penso que isto é uma menorização da importância da governação dos conselhos que têm uma visão pelo país que tem uma menorização, e por outro lado, nem sequer tem sido útil, porque ao longo destes 30 anos os municípios portugueses fizeram muito para o dinheiro que têm mas verdadeiramente não qualificaram o parque escolar em Portugal ao nível que está o secundário, por muito que a gente diga que o governo não sei quê, é verdade que as escolas secundárias são escolas muito mais avançadas do que a generalidade das escolas primárias portuguesas no global, mesmo que a gente tenha uma escola primaria que é melhor de Portugal ok está bem e as outras velhas e aquelas que estão a cair? O ensino secundário está a ficar impecável no geral. Portanto, relativamente ao passado, é esta a minha visão. Relativamente a desenvolvimentos futuros, aquilo que se fala para transferir para as câmaras é mais do mesmo, aquilo que já se fez

é fazer até ao fim, isto é, as câmaras ficarem com todo o ensino básico mas é todo o ensino básico rigorosamente as mesmas coisas, os edifícios, a gestão oficial escolar, etc., portanto é algo que qualquer estrutura desconcentrada do ministério de Educação faria, não me parece que haja nada de novo, portanto é manter o mesmo ritmo. Claro se me perguntam: bom mas isso é mau em si? Não, se houver dinheiro suficiente apesar de tudo acho que os municípios fazem melhor que o estado, não por serem melhor que o estado central mas por estarmos mais perto das pessoas. Agora há aqui uma descoincidência entre aquilo que se pede aos municípios que é pagarem e os recursos que lhes é atribuído, portanto é sempre preciso uma gestão intencional, estamos sempre “ensanduichados” entre as necessidades das escolas e aquilo que podemos ou não podemos, portanto nós o caminho que neste momento se fala é um caminho que é de continuidade relativamente aquilo que tem sido até aqui.

**Entrevistador – A implementação do programa das AEC contribuiu para que a autarquia tenha um papel diferente em relação á educação?**

**Entrevistado** – A este propósito o que eu gostava de dizer é assim, eu acho que a implementação do programa das AEC contribuiu para uma melhor educação em Portugal, acho, mas eu acho que no caso de Almada, a implementação do programa das AEC em Almada não contribuiu de forma expressiva para alterar o papel ou para que a autarquia tenha um papel diferente ou substancialmente diferente. Porque eu olho para aquilo que fazíamos há dois anos, há três e agora, tal que agora fazemos AEC, mas se me distância um bocadinho o fazer agora AEC nos termos em que fazemos, que é em dois sítios, não é assim uma coisa muito diferente do que já fazíamos. Portanto acho que as AEC melhoraram a educação em Portugal claramente, por razões óbvias, não é, portanto durante décadas os miúdos não davam educação física, não davam expressão musical, não tinham expressão plástica, não davam inglês, hoje dão e isso melhorou a educação. A educação passou a ser uma coisa para além do acto educativo de ler, escrever e contar, para um acto em que as questões da comunicação, da expressão, da festa, da música, das expressões e comunicações em geral, têm um papel relevante. Claro que isto podia ser dado no currículo, porque o currículo prevê isto, e a lei do currículo não foi alterada, mantém-se em vigor, não é cumprida dentro do currículo é cumprida fora do currículo, portanto é uma espécie de engenharia classificativa muito curiosa e paradoxal, mas objectivamente embora defenda outro modelo, tenho que reconhecer que a educação básica em Portugal está melhor com as AEC, claramente sem dúvida.

**Entrevistador – Quais os motivos que levaram a autarquia a ser entidade promotora do programa das AEC?**

**Entrevistado** – Nós defendíamos do ponto de vista de política educativa, de visão sobre a educação, que as AEC ou melhor as actividades expressivas pertencendo como pertencem ao currículo deviam ser desenvolvidas no âmbito do currículo, através de uma prática docente da monodocência coadjuvada, porque também parece que os estudos provam que a monodocência embora seja um modelo da monodocência é um modelo natural até aos 10 anos, a maior parte dos países envolvidos tem monodocência, até aos 10 anos, até aos 8,9 anos, não é normal entrar o professor de matemática, sair, entrar o professor de português, é a monodocência. Mas também é verdade que para algumas áreas designadamente as expressões era preciso uma ajuda, daí que a monodocência coadjuvada por outro profissional, parecia ser um modelo e eu defendia teoricamente esse modelo e é um modelo que muita gente defende, mas manda quem pode e o governo entendeu promover de outra maneira. E eu quero dizer já agora, eu sou crítico mas sou intelectualmente sério, mas apesar de tudo o modelo como foi encontrado, embora não concorde com ele porque acho que devia ser dentro do currículo, foi um modelo que conseguiu implementar as actividades de expressão nas escolas, o que durante muitos anos se tentou e não se conseguiu e a equipa da Maria de Luz Rodrigues e em boa verdade embora um bocadinho “à porrada” passo a expressão, “ao pontapé” aos professores, “ao soco” aos professores, conseguiu, e portanto ela marcou mesmo, digamos, a transformação da educação básica em Portugal claramente, tenho que reconhecer embora defenda outro modelo, mas tenho que reconhecer, na prática, não é. Nós como defendemos que devia ser no currículo, como diz o povo, “não nos chegamos á frente”, mas aparecendo este programa e o programa que previa a possibilidade de haver Associações de Pais nós achamos então que sejam as Associações de Pais se elas quiseram, e como em Almada há uma grande tradição de trabalho das Associações de Pais nas escolas que vêm até dos anos 80 e até dos finais dos anos 70, em que as Associações de Pais já faziam actividades, não AEC que não haviam, mas tempos livres, algumas das quais actividade nos tempos livres tinham as actividades que agora estão nas AEC, nós achamos, bom eles já lá estão porquê que não podem continuar, sobre tudo se eles quiserem, e eles quiseram. Aliás, a equipa da Ministra Maria de Luz Rodrigues creio que estudou o caso de Almada, e de outros concelhos seguramente, para depois fazer a lei para contemplar as Associações de Pais com uma das entidades promotoras, e embora pusesse em primeiro lugar os municípios, porque em muitos concelhos de Portugal se calhar a maioria os pais não existem associados, pois logo a seguir houve Associações de Pais a querer, bom eles querem ir que vão, e então nós aí funcionamos como uma identidade mediadora, portanto que é uma postura que nós temos tido muito como sabes, Almada tem muito um trabalho de mediação no sistema educativo, no sistema social, no sistema desportivo, no sistema cultural, de interagir no meio das instituições no sentido de as ajudar a cumprir a sua função e a levar a cabo as suas realizações. Portanto foi este o motivo, daí sermos

promotores só em dois agrupamentos, porque como consideramos que apesar de tudo independentemente das soluções organizativas, as AEC são uma boa ideia e fazem falta, então nós achamos que se houve-se sítios onde não há promotores, nós queremos que os miúdos tenham AEC e no Monte de Caparica e no Miradouro de Alfazina não irão ter, então nós dissemos assim, nós queremos que todas as crianças em Almada tenham. Avançamos onde não haviam Associações de Pais, nem promotores e portanto foi essa a razão para que todos tenham acesso as AEC.

**Entrevistador – Como é que avalia essa decisão?**

**Entrevistado** – Acho que foi uma boa solução, porque não renegámos a nossa convicção inicial, a que isto devia ser os outros, e estão a ser feitos por outros, não é o ministério dentro do currículo mas são os pais que é o que a lei prevê e as IPSS, não renegamos e ocupamos um território lacuna, um território deserto, um território onde não havia isso, onde não haveria AEC, e fizemos uma pareceria com uma academia, com uma escola de formação de professores, com uma escola superior de educação, o que tem vindo a permitir uma intervenção através da câmara como promotores mas em parceria com agrupamento e com o Piaget, o que se tem revelado uma coisa muito interessante, porque é um projecto, estas AEC do Monte da Caparica e do Miradouro de Alfazina, que é assessorado do ponto de vista de competência técnica por uma escola que é suposto ser portadora de competências avançadas na área de formação de professores, e isto permite um recrutamento bem avalizado, um recrutamento de professores quer dizer bem apoiado, o Piaget recruta professores até nos seus profissionais nos seus recém-licenciados e depois acompanha-os na própria prática pedagógica. Portanto é uma iniciativa, esta das AEC, no Monte de Caparica e em Alfazina, que é singular porque tem como retaguarda um know-how muito específico e muito interessante na área de formação de professores, ou seja, ter uma instituição universitária no projecto das AEC é uma mais-valia que não haverá muito em Portugal, pode ser uma singularidade interessante. Então acho que andamos bem porque nós acabamos por terem Almada uma diversidade de práticas, eu acho que podemos ser um caso de estudo como concelho, como realidade territorial, porque aqui coexistem modelos vários com uma matriz única, porque há bases que são estabelecidas pelo ministério e bem, se não cada um fazia o que queria, e embora respeitando as opções do ministério e um conjunto de regras que estão estabelecidas e bem pelo ministério permitem um conjunto de práticas diversificadas em função do entendimento de cada promotor, e também dá a realidade de cada zona. Há zonas que já têm para além das 3 disciplinas básicas das AEC, dão judo, vão á natação, surf e isso é muito interessante. Nós até vamos ter um trabalho em Outubro, um encontro concelhio em Outubro, em que vamos colectivizar as várias experiências no sentido de extrair ilações para melhorar estes projectos no futuro. Portanto a decisão da câmara de



permitir que a cada promotor avança-se, iram avançar com um projecto uniforme, que era o que haveria se a câmara avança-se, tinha que ser um projecto uniforme, não é, era fazer um anúncio público, recrutava professores, colocava, e tinha que ter um programa, obviamente compaginado com aquilo que o ministério dizia, o programa pode também ter singularidades locais, mas de grosso modo seria uniforme. Assim temos uma enorme diversidade, diversidade na unidade de orientações, diversidade de procedimentos na unidade de orientações governamentais, portanto eu acho que andamos bem, vamos a ver o que no futuro nos reserva.

**Entrevistador – Que relação tem a autarquia com os agrupamentos em que não é promotora das AEC?**

**Entrevistado** – Temos uma relação sobretudo de acompanhamento, portanto envolvemo-nos designadamente ao nível da criação de condições físicas. Como os recursos materiais do sistema são da competência municipal nós transformamos as escolas, em muitas escolas há sala de AEC, muitas vezes há aquisição de equipamentos, portanto é a relação normal que temos no exercício das competências que temos a nível de recursos materiais ou até ajudando a realizar acções que os promotores desenvolvem, no sentido de ligar os recursos educativos municipais, mas pronto digamos a palavra dominante aqui relativamente aos projectos é o de autonomia não é o de envolvimento nosso, é o de autonomia.

**Entrevistador – Esta competência implicou adaptações nos serviços?**

**Entrevistado** – Sim, portanto a Ana com certeza que acompanhou aí a reorganização dos serviços no sentido de acompanhar esta iniciativa, claro que os serviços são mínimos como sabe, não é. No fim de contas a Divisão de Educação acabou por ter que se ajustar, e tem dentro da Divisão uma área de especialidade que é o de acompanhar estas várias iniciativas, é uma área mínima mas que tem uma competência excepcional, trabalha demais para os recursos que tem, e é detentora hoje de uma panóplia de informação absolutamente gigantesca, ou seja, nós aqui o que conhecemos, porque acompanhamos tudo, é notável essa diversidade que temos vindo a falar, é conhecida aqui naquele pequeno sub-serviço que está criado no âmbito da Divisão da Educação.

**Entrevistador – Há pessoas especificamente a trabalhar nesta área? São suficientes? Que tarefas desempenham?**

**Entrevistado** – Há pessoas especificamente a trabalhar nesta área? Há. São suficientes? Não. As tarefas de acompanhamento estatísticos, na documentação que é preciso organizar, o acompanha-

mento, o controlo, a relação com a Direcção Regional de Educação, portando tudo isso é um trabalho digamos administrativo, organizacional e de ligação às escolas e ao ministério.

**Entrevistador – Quanto a autarquia gastou com as AEC no ano lectivo 2009/2010? Quem financiou?**

**Entrevistado** – Gastou cerca de 200.000.00 €. Quem financia é o Ministério da Educação através da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo.

**Entrevistador – Considera que as AEC estão claramente integradas na política educativa do Município?**

**Entrevistado** – Não é uma questão central na política educativa do município, não é, chamando as AEC aquilo que AEC são. Agora o apoio à actividade expressiva, à actividade da comunicação, ou seja, se é importante que os cidadãos, a começar pelas crianças almadenses, tenham formação global, não só ler, escrever e contar, mas nas áreas das expressões, das comunicações, que é uma preocupação da câmara. É uma preocupação da câmara não só apoiar as AEC mas já era quando se apoia o teatro escolar, quando se apoia os grupos musicais que aparecem nas escolas, quando se apoia de forma muito intencional os projectos das marchas, do carnaval, a ligação da escola á comunidade, a ligação da escola às tradições locais, ao património local, a ligação da actividade bibliotecas escolares às nossas bibliotecas, há essa visão educativa que o município tem, essa visão educativa, que considera importante essas áreas de intervenção que vão para além da aritmética, da matemática, da língua materna. Mas nós não temos na nossa visão desenvolvimento das AEC, mas temos na nossa visão o desenvolvimento de uma educação básica para todos, uma visão que nós dizemos, nós defendemos isso, a certificação escolar básica para todos, a certificação profissional, oportunidades de educação ao longo da vida, desenvolvimento de uma cultura escolar, uma cultura de escolaridade prolongada e qualificante, prolongar a sua formação mesmo em contexto escolar, não é, o apoio a todas as formas de ensino superior. Muitas faculdades vieram para aqui, por exemplo a de Ciências da Saúde, lembrou-me das primeiras conversas, a gente puxou-os para cá, portanto esta questão de dar ao concelho e á região oportunidades de educação ao longo da vida, de escolaridade prolongada, estudem até ao mais á frente possível, não é, e educação ao longo da vida mesmo quando as pessoas abandonam os sistemas de educação regular. Portanto esta é a visão, depois há instrumentos vários, um instrumento que o país inventou foi este, de alguma maneira e em boa verdade este instrumento também permite cumprir uma visão que a câmara tem, que é preciso educar nas áreas expressivas, nas áreas da comunicação, nas áreas da música, por isso também apoiamos os conservatórios de música, projectos de músicas, ensaios. As AEC é um

dispositivo organizacional, este que temos, nós defendemos outro, mas prosseguem-se os grandes objectivos, portanto se me perguntar assim faz parte da política da câmara ter AEC? Ter estas AEC não, porque se não a gente até tínhamos sido promotores, não é, mas realmente os miúdos com estas AEC estão a ser formados também mais de acordo com o entendimento da câmara.

**Entrevistador – Tem mais alguma coisa que queira acrescentar?**

**Entrevistado –** Não, penso que não.

**Entrevistador –** Obrigada pela sua disponibilidade e colaboração.

### Análise de Conteúdo da Entrevista

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Competências Educativas Legais</b>	Evolução	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Sim, acho que tem aumentado claramente (...)”</li> <li>➤ “(...) há mais intervenção da Câmara Municipal na educação nos últimos anos.”</li> </ul>
	Recursos Educativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “[Um maior aumento da intervenção municipal nos últimos anos] foi em matéria da ampliação da rede local de recursos educativos, [leia-se] instalações e equipamentos educativos.”</li> <li>➤ É aquilo que do ponto de vista financeiro, material visível, mais tem sentido o aumento do investimento municipal (...)”</li> <li>➤ “(...) [nos últimos anos em que se verificou a circunstância de] em apenas quatro anos se ter construído mais escolas em Almada do que nas últimas décadas (...) é um quadriénio especialmente relevante no que concerne ao aumento da rede escolar, do número de salas e sobretudo à qualificação geral do parque escolar, do ponto de vista da modernização e da qualidade das escolas (...)”</li> </ul>
	Refeições escolares	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “[Depois também nos últimos anos] aumentamos muito a nossa intervenção em matéria de gestão do sistema local de fornecimento de refeições escolares.”</li> <li>➤ “Houve um aumento gigantesco expressivo de envolvimento no plano organizacional, instrumental operacional e também no plano da afectação dos recursos financeiros, onde cresceu em flecha os recursos financeiros alocados a esta operação.”</li> </ul>
	Acção Social Escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “(...) aumento do investimento municipal em matéria da acção social escolar.”</li> </ul>

	Competências Reais	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “temos outras que nós chamamos competências reais, que não repousam em molduras legais nem em alegações legais, mas decorrem das opções que a câmara tem para além das competências que é portadora (...)”</li> <li>➤ “(...) intervenção municipal em matéria de fomento da actividade educativa, de fomento da inovação pedagógica e de fomento da ligação da escola ao meio local envolvente, ao meio geo-humano envolvente, matéria onde temos o dispositivo que conhece que é o Plano da Acção Cultural, o PAC (...)”</li> <li>➤ “(...) hoje o PAC, é um PAC melhor mas não é um PAC com mais dinheiro (...)”</li> </ul>
<b>Intervenções Municipais de Maior Importância</b>	A nível escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “(...) damos mais importância à questão do “tijolo” e do “papo-seco”, passo a expressão, do “tijolo” porque construímos novas escolas e é o investimento (...) e do “papo-seco” (...) é o apoio digamos em refeitórios escolares o fornecimento de refeições (...)”</li> <li>➤ “(...) dão-se refeições a quem mais precisa, aos tais três mil miúdos que não pagam ou dois mil que não pagam e mil e tal que paga setenta e três cêntimos.”</li> <li>➤ “(...) trata-se aqui de prosseguir um objectivo de qualificação geral (...) e de garantir condições que permitam a universalização da oferta educativa (...)”</li> <li>➤ “(...) nós ao apoiarmos quem mais precisa permitimos que os miúdos que saem das famílias em desigualdade de condições possam merecer do apoio social escolar e sair do sistema em posições mais iguais do que a entrar no sistema.”</li> </ul>
	Educação ao longo da vida	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “(...) educação global, universal para todos (...)”</li> <li>➤ “(...) todo o almadense tenha uma formação escolar básica e uma certificação profissional.”</li> <li>➤ “Esta questão, que está pela primeira vez nos últimos</li> </ul>

		<p>planos de actividade (...) é que todo o almadense tenha uma certificação escolar e uma certificação profissional.”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “(...) são objectivos centrais da visão que Almada tem sobre a política educativa (...)”</li> <li>➤ “(...) aprender aprender sempre, aprender ao longo da vida (...)”</li> <li>➤ “(...) no princípio todos têm formação e depois vão deixando de ter até no fim da vida poder não ter (...) nós estamos a converter o triângulo em cilindro, isto é, no princípio todos têm educação e no fim todos têm educação.”</li> <li>➤ “(...) construção da universidade sénior, que é uma iniciativa dos professores mas (...) é uma obra da câmara municipal (...)”</li> <li>➤ “(...) a Câmara investe aí e apoia com muita atenção (...) nos projectos de educação ao longo da vida, não só da universidade sénior mas de tudo quanto é aquela educação chamada educação difusa. [Há a educação formal, que é aquela que acontece no sistema educativo regular, a educação difusa é aquela que acontece nas colectividades, numa IPSS que apoia em tempos de acção formativa os seniores, os idosos.]”</li> <li>➤ “A câmara mantém uma relação de apoio permanente a essas instituições que prosseguem a acções educativas fora do sistema educativo regular (...)”</li> <li>➤ “(...) a educação ao longo da vida é uma preocupação central de Almada (...)”</li> <li>➤ “(...) apoio especial aos currículos alternativos, aos chefes, aqueles cursos de segunda oportunidade, [que são desenvolvidos para os miúdos que não conseguem acompanhar o percurso dos sistemas educativos regulares]”</li> </ul>
--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “(...) o próprio CLAS [Conselho Local da Acção Social] um dos seis projectos torturantes, tem que ver com as chamadas escolas para a vida, que é este tipo de trabalho que as escolas regulares fazem quando fornecem oportunidades, percursos educativos de segunda oportunidade, as turmas PIEF, o apoio aos currículos alternativos e os apoios aos chefes (...)”</li> <li>➤ “(...) dão-me a preocupação de apoiar os percursos de segundas oportunidades e educação ao longo da vida (...)”</li> </ul>
<b>Transferência de competências</b>	Evolução da Descentralização	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “É fantástico o que se fez na república e é fantástica a regressão que depois o estado novo fez ao nível da centralização (...)”</li> <li>➤ “(...) a história do país é uma história de centralidade, não é uma história de descentralização.</li> <li>➤ “(...) [depois no Portugal democrático] começou-se a descentralizar e bem (...)”</li> <li>➤ “(...) gerindo junto das pessoas gere-se melhor, independentemente se é de esquerda se é direita (...)”</li> </ul>
	Novas Competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “(...) [com a lei publicada no dia 7 de Março de 1984] (...) o que lá está a sair para as câmaras é só aquilo que não é essencial, que é material e que custa dinheiro (...)”</li> <li>➤ “(...) foi a construção das escolas embora no artigo 14 dessa lei se dizia que ia ser regulamentado e ia ser transferido dinheiro depois, nunca veio a ser (...)”</li> <li>➤ “(...) a maior parte das câmaras em Portugal não assumiram aquilo (...)”</li> <li>➤ “(...) durante muitos anos não fizeram escolas (...)”</li> <li>➤ “(...) desde 79 o governo deixou de fazer escolas primarias em Portugal, portanto desde 79 até 84 ninguém fez nada em Portugal (...)”</li> </ul>

		<p>➤ “(...) o que custa dinheiro passa [para as câmaras], foi as obras, os transportes escolares e acção social escolar.”</p>
	Apoio Financeiro Insuficiente	<p>➤ “(...) começou a vir dinheiro no princípio dos anos 90 da Europa, que permitiu modernizar o país em muitas áreas (...)</p> <p>➤ “(...) modernizou o parque escolar das escolas secundárias e permitiu construção de escolas profissionais em Portugal (...)”</p> <p>➤ “(...) não veio um tostão para as autarquias locais fazerem escolas primárias e por isso pior parque escolar de Portugal é o das autarquias locais temos (...)”</p> <p>➤ “ (...) [o estado] (...) pôs nas autarquias aquilo que custava dinheiro e não transferiu nem dinheiro seu nem permitiu que dinheiro da Europa fosse transferido.”</p> <p>➤ “(...) agravou os problemas em Portugal de qualificação do parque escolar (...)”</p> <p>➤ “(...) as escolas primárias foi anos de atraso na qualificação, temos excelentes escolas mas temos algumas escolas que estão a anos-luz daquilo que deviam ser (...)”</p> <p>➤ “(...)os municípios portugueses fizeram muito para o dinheiro que têm mas verdadeiramente não qualificaram o parque escolar em Portugal ao nível que está o secundário (...)”</p>
	Possíveis competências ao nível da gestão educativa	<p>➤ “(...) nunca se pensou em envolver os municípios de alguma forma numa gestão do sistema que ultrapasse a política do “tijolo” e que vá para além dos transportes rodoviários e do fornecimento de refeições.”</p> <p>➤ “[Nunca se pensou em envolver os municípios na gestão educativa] claro que se pensou porque nós pertencemos a uma comunidade autónoma e não a uma freguesia.”</p>



		<p>ceamos a um Concelho Municipal de Educação que não tem sentido naquela moldura legal, tem sentido órgão mas não como está pensado, quer dizer um órgão com 21 pessoas e tem sete professores há qualquer coisa que não funciona, (...)”</p>
	Desenvolvi-mentos Futuros	<p>➤ “(...) aquilo que se fala para transferir para as câmaras é mais do mesmo, aquilo que já se fez é fazer até ao fim (...)”</p> <p>➤ “(...) as câmaras ficarem com todo o ensino básico (...) rigorosamente as mesmas coisas, os edifícios, a gestão oficial escolar (...)”</p> <p>➤ “(...) é algo que qualquer estrutura desconcentrada do ministério de Educação faria (...)”</p> <p>➤ “(...) não me parece que haja nada de novo, portanto é manter o mesmo ritmo.”</p> <p>➤ “(...) se houver dinheiro suficiente apesar de tudo acho que os municípios fazem melhor que o estado [não por serem melhor que o estado central mas por estarmos mais perto das pessoas.]”</p> <p>➤ “(...) é um caminho que é de continuidade relativamente aquilo que tem sido até aqui.”</p>
<b>Implementação do Programa das AEC</b>	Contributo das AEC	<p>➤ “(...) contribuiu para uma melhor educação em Portugal (...)”</p> <p>➤ “(...) [no caso de Almada] (...) não contribuiu de forma expressiva para alterar o papel ou para que a autarquia tenha um papel diferente ou substancialmente diferente.”</p> <p>➤ “(...) o fazer agora AEC nos termos em que fazemos, que é em dois sítios, não é assim uma coisa muito diferente do que já fazíamos (...)”</p> <p>➤ “(...) durante décadas os miúdos não davam educação física, não davam expressão musical, não tinham</p>

		<p>expressão plástica, não davam inglês, hoje dão e isso melhorou a educação (...)"</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “A educação passou a ser uma coisa para além do acto educativo de ler, escrever e contar, para um acto em que as questões da comunicação, da expressão, da festa, da música, das expressões e comunicações (...)"</li> <li>➤ “(...) têm um papel relevante.”</li> <li>➤ “(...) a educação básica em Portugal está melhor com as AEC (...)"</li> </ul>
	Opinião sobre o modelo	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Nós defendíamos do ponto de vista de política educativa, de visão sobre a educação, que as AEC ou melhor as actividades expressivas pertencendo como pertencem ao currículo deviam ser desenvolvidas no âmbito do currículo, através de uma prática docente da monodocência coadjuvada (...)"</li> <li>➤ “(...) é verdade que para algumas áreas designadamente as expressões era preciso uma ajuda, daí que a monodocência coadjuvada por outro profissional, parecia ser um bom modelo (...)"</li> <li>➤ “(...) o modelo como foi encontrado, embora não concorde com ele porque acho que devia ser dentro do currículo, foi um modelo que conseguiu implementar as actividades de expressão nas escolas (...)"</li> <li>➤ “(...) a equipa da Maria de Luz Rodrigues e em boa verdade embora um bocadinho “à porrada” passo a expressão, “ao pontapé” aos professores, “ao soco” aos professores, conseguiu, (...) ela marcou mesmo a transformação da educação básica em Portugal.”</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Nós como defendemos que devia ser no currículo, como diz o povo, “não nos chegamos á frente” (...)"</li> <li>➤ “(...) programa previa a possibilidade de haver Asso-</li> </ul>

	<p>Posição da Autarquia</p> <p>- Promotora em apenas dois agrupamentos</p>	<p>ciações de Pais nós achamos então que sejam as Associações de Pais se elas quiseram (...)”</p> <p>➤ “(...) em Almada há uma grande tradição de trabalho das Associações de Pais nas escolas (...)”</p> <p>➤ “(...) as Associações de Pais já faziam actividades, não AEC que não haviam, mas tempos livres, algumas das quais actividade nos tempos livres tinham as actividades que agora estão nas AEC (...)”</p> <p>➤ “(...) nós achamos, bom eles já lá estão porquê que não podem continuar, sobre tudo se eles quiserem, e eles quiseram.”</p> <p>➤ “(...) nós aí funcionamos como uma identidade mediadora (...)”</p> <p>➤ “(...) Almada tem muito um trabalho de mediação no sistema educativo, no sistema social, no sistema desportivo, no sistema cultural, de interagir no meio das instituições no sentido de as ajudar a cumprir a sua função e a levar a cabo as suas realizações.”</p> <p>➤ “(...) daí sermos promotores só em dois agrupamentos (...)”</p> <p>➤ “(...) as AEC são uma boa ideia e fazem falta, então nós achamos que se houve-se sítios onde não há promotores, nós queremos que os miúdos tenham AEC e no Monte de Caparica e no Miradouro de Alfazina não irão ter (...) nós queremos que todas as crianças em Almada tenham.”</p> <p>➤ “Avançamos onde não haviam Associações de Pais, nem promotores [e portanto foi essa a razão para que todos tenham acesso as AEC.]”</p>
		<p>➤ “(...) fizemos uma pareceria com uma escola superior de educação, o que tem vindo a permitir uma intervenção através da câmara como promotores mas em par-</p>

	<p>Entidade Parceira - Instituto Piaget</p>	<p>ceria com agrupamento e com o Piaget (...)”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “(...) é um projecto [estas AEC do Monte da Caparica e do Miradouro de Alfazina] que é assessorado do ponto de vista de competência técnica por uma escola que é suposto ser portadora de competências avançadas na área de formação de professores, e isto permite um recrutamento bem avalizado, um recrutamento de professores quer dizer bem apoiado (...)”</li> <li>➤ “(...) o Piaget recruta professores até nos seus profissionais nos seus recém-licenciados e depois acompanha-os na própria prática pedagógica.”</li> <li>➤ “(...) ter uma instituição universitária no projecto das AEC é uma mais-valia que não haverá muito em Portugal (...)”</li> </ul>
	<p>Avaliação da posição da Autarquia</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Acho que foi uma boa solução (...)”</li> <li>➤ “(...) não renegámos a nossa convicção inicial, a que isto devia ser os outros, e estão a ser feitos por outros, não é o ministério dentro do currículo mas são os pais que é o que a lei prevê e as IPSS (...)”</li> <li>➤ “(...) não renegamos e ocupamos um território lacuna, um território deserto, um território onde não havia isso, onde não haveria AEC (...)”</li> <li>➤ “(...) acabamos por terem Almada uma diversidade de práticas (...)”</li> <li>➤ “(...) aqui coexistem modelos vários com uma matriz única, [porque há bases que são estabelecidas pelo ministério e bem, se não cada um fazia o que queria]”</li> <li>➤ “(...) embora respeitando as opções do ministério e um conjunto de regras que estão estabelecidas e bem pelo ministério permitem um conjunto de práticas diversificadas em função do entendimento de cada promotor, e também dá a realidade de cada zona.”</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Há zonas que já têm para além das 3 disciplinas básicas das AEC, dão judo, vão á natação, surf (...)”</li> <li>➤ “(...) temos uma enorme diversidade, diversidade na unidade de orientações, diversidade de procedimentos na unidade de orientações governamentais (...)”</li> </ul>
	Relação com os agrupamentos em que a autarquia não é promotora	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “(...) acompanhamento (...)”</li> <li>➤ “(...) envolvemo-nos designadamente ao nível da criação de condições físicas.”</li> <li>➤ “Como os recursos materiais do sistema são da competência municipal nós transformamos as escolas (...)”</li> <li>➤ “(...) em muitas escolas há sala de AEC, muitas vezes há aquisição de equipamentos (...)”</li> <li>➤ “(...) é a relação normal que temos no exercício das competências que temos a nível de recursos materiais ou até ajudando a realizar acções que os promotores desenvolvem, no sentido de ligar os recursos educativos municipais (...)”</li> <li>➤ “(...) a palavra dominante aqui relativamente aos projectos é o de autonomia não é o de envolvimento nosso, é o de autonomia.”</li> </ul>
	Adaptações no Serviço	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “(...) reorganização dos serviços no sentido de acompanhar esta iniciativa (...)”</li> <li>➤ “(...) a Divisão de Educação acabou por ter que se ajustar (...)”</li> <li>➤ “(...) tem dentro da Divisão uma área de especialidade que é o de acompanhar estas várias iniciativas, [é uma área mínima mas que tem uma competência excepcional, trabalha demais para os recursos que tem, e é detentora hoje de uma panóplia de informação absolutamente gigantesca]”</li> </ul>

	Recursos Humanos e suas tarefas nesta área	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Há pessoas especificamente a trabalhar nesta área mas não são suficientes.”</li> <li>➤ “(...) tarefas de acompanhamento estatísticos, na documentação que é preciso organizar (...)”</li> <li>➤ “(...) o acompanhamento, o controlo, a relação com a Direcção Regional de Educação (...)”</li> <li>➤ “(...) é um trabalho digamos administrativo, organizacional e de ligação às escolas e ao ministério.”</li> </ul>
	Gastos da autarquia com as AEC em 2009/2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “200.000.00 €”</li> </ul>
	Entidade Financiadora	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Ministério da Educação através da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo”</li> </ul>
<b>Políticas Locais de Educação</b>	Visão da Autarquia	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “(...) nós não temos na nossa visão desenvolvimento das AEC (...)”</li> <li>➤ “(...) temos na nossa visão o desenvolvimento de uma educação básica para todos, uma visão que nós dizemos, nós defendemos isso, a certificação escolar básica para todos, a certificação profissional, oportunidades de educação ao longo da vida, desenvolvimento de uma cultura escolar, uma cultura de escolaridade prolongada e qualificante, prolongar a sua formação mesmo em contexto escolar, o apoio a todas as formas de ensino superior.”</li> <li>➤ “(...) é preciso educar nas áreas expressivas, nas áreas da comunicação, nas áreas da música, por isso também apoiamos os conservatórios de música, projectos de músicas, ensaios.”</li> </ul>
	Articulação com as AEC	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ “Não é uma questão central na política educativa do município (...)”</li> <li>➤ “(...) uma preocupação da câmara (...) é importante</li> </ul>

		<p>que os cidadãos, a começar pelas crianças almadenses, tenham formação global, não só ler, escrever e contar, mas nas áreas das expressões, das comunicações (...)”</p> <p>➤ “É uma preocupação da câmara não só apoiar as AEC mas já era quando se apoia o teatro escolar, quando se apoia os grupos musicais que aparecem nas escolas, quando se apoia de forma muito intencional os projectos das marchas, do carnaval, a ligação da escola á comunidade, a ligação da escola às tradições locais, ao património local, a ligação da actividade bibliotecas escolares às nossas bibliotecas (...)”</p> <p>➤ “ter estas AEC não faz parte da política da câmara , porque se não a gente até tínhamos sido promotores (...) mas realmente os miúdos com estas AEC estão a ser formados também mais de acordo com o entendimento da câmara.</p>
--	--	---